



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 187ª SESSÃO À 192ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 56  
17 NOV. A 23 NOV.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres \*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Valter Pereira \*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>AGÊNCIA REGULADORA</b>			
Importância da independência das agências reguladoras para o País. Senador Papaléo Paes.	285	Registro da matéria intitulada “O fenômeno Alckmin”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 11 de outubro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	285
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Registro do artigo intitulado “O clima, a economia, o futuro da Amazônia”, do jornalista Washington Novaes, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de novembro de 2006. Senador Arthur Virgílio. ....	92	Registro da matéria intitulada “Empresa privatizada não cortou empregos”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	291
Registro da matéria intitulada “A exemplo de Genoíno, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	94	Registro da matéria intitulada “Serra bateu Mercadante em todas as regiões”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 3 de outubro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	292
Registro da matéria intitulada “Uma ceia nada santa”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 4 de outubro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	95	Registro da matéria intitulada “Ao comentar eleição, EUA citam escândalo”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> em sua edição de 1º de novembro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	293
Registro da matéria intitulada “Decolaram com milhões”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de outubro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	97	Registro do artigo intitulado “Brasil investe mais. Lá fora”, de autoria do colunista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> em sua edição de 25 de outubro de 2006. Senador Almeida Lima. ....	294
Registro da matéria intitulada “Um Tiro No Pé Às Portas Da Eleição”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 27 de setembro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	98	Registro da matéria intitulada “Oposição quer que a OAB e o Congresso fiscalizem ação da PF”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 16 de outubro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	295
Registro do artigo intitulado “Privatização - a verdade dos números”, de autoria da ex-Diretora do BNDES e Presidenta da CSN, Maria Silvia Bastos Marques, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 25 de outubro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	106	Registro do artigo intitulado “Gabrielli e a inaceitável agressão ao repórter de O Globo”, de autoria do jornalista da revista <i>Veja</i> , Reinaldo Azevedo, em seu blog. Senador Heráclito Fortes. ....	417
Registro de artigo intitulado “É fantástico”, de autoria da Coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, a advogada Maria Inês Dolci, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 21 de novembro de 2006, a respeito do caos do tráfego aéreo brasileiro. Senador Alvaro Dias. ....	230	Registro da matéria intitulada “Lula colhe o que o governo FHC plantou, diz Giannetti da Fonseca”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de outubro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	500
		Registro da matéria intitulada “O eleitor acabou lembrando”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 11 de outubro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	502
		Registro das matérias intituladas “CPI: Berozini mandou comprar o dossiê” e “Embalado pela	

	Pág.		Pág.
vitória, PT ensaia terceiro turno contra a imprensa”, publicadas, respectivamente, pelos jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> , em suas edições de 10 de outubro e 5 de novembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	504	Registro da matéria intitulada “PF ouvirá suspeita de adquirir celular ‘frio’ para ex-petista”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de novembro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	635
Registro da matéria intitulada “Vem aí mais do mesmo”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de novembro de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	506	Registro da coluna do jornalista Sebastião Nery, publicada no jornal <i>Tribuna da Imprensa</i> , edição do dia 22 de novembro de 2006, intitulada “A nova classe da Petrobrás”. Senador Alvaro Dias. .	647
Registro do artigo intitulado “A ceia de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 26 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	507	<b>ATUAÇÃO</b>	
Registro da matéria intitulada “Petista diz que mala de Lacerda continha dinheiro”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de outubro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	508	Considerações acerca da importância da atuação parlamentar do Senador Ramez Tebet. Senador Pedro Simon. ....	81
Registro da matéria intitulada “MST quer greve geral para mudar economia”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de novembro de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	509	Felicitações ao Senador Arthur Virgílio pelo diálogo mantido com o Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy. ....	593
Registro da matéria intitulada “Lula não sabe o que vai fazer”, de autoria de Vilas Boas Corrêa, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de novembro de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	542	Resposta às declarações do Deputado Paulo Rubem sobre o pedido de CPI para apurar a atuação de ONGs. Senador Heráclito Fortes. ....	614
Registro da matéria intitulada “Governo Lula põe austeridade fiscal em risco”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	616	Resposta às declarações do Deputado Paulo Rubem sobre o pedido de CPI para apurar a atuação de ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy. ....	616
Registro da matéria intitulada “O peso do Estado”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 4 de outubro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	618	<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b>	
Registro do artigo intitulado “Intelectuais contra a democracia”, de autoria do filósofo e escritor Paulo Giraldelelli Jr., publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	627	Alerta para os efeitos da taxa de câmbio e sua relação com a geração de empregos no País. Senador João Batista Motta. ....	229
Registro da matéria intitulada “E agora?”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 2 de outubro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	628	Importância do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o apoio dado ao exportador brasileiro. Senador Romero Jucá. ....	297
Registro do editorial intitulado “Nova ‘bondade’ eleitoral de Lula”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	632	<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
Registro da matéria intitulada “PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de setembro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	633	Refutação de denúncia formulada contra S.Exa. pelo Deputado Luiz Couto. Senador Efraim Morais. ....	388
Registro da matéria intitulada “Telefonemas ligam Berzoini a Freud”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 6 de novembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	634	<b>CORRUPÇÃO</b>	
		Considerações acerca da corrupção que castiga o País. Senador Mão Santa. ....	76
		(CPI)	
		Apresentação da conclusão do número de assinaturas necessárias ao requerimento que solicita a instalação de CPI destinada a investigar aplicação	

	Pág.	III	Pág.
de recursos destinados às ONGs do País. Senador Heráclito Fortes. ....	235		
Críticas ao ex-Ministro e ex-Deputado Federal José Dirceu, que tentou impedir a instalação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Efraim Moraes. ....	236		
Considerações sobre a CPI das ONGs. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	371		
<b>CRISE AÉREA</b>			
Considerações sobre a crise no controle de tráfego aéreo brasileiro. Senador Flexa Ribeiro. ...	73		
Preocupação com o caos nos aeroportos brasileiros, retrato da desorganização que se instalou no Governo Lula. Senador Alvaro Dias. ....	230		
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Senador Roberto Cavalcanti. ....	232		
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	234		
Alerta para a necessidade de promover melhorias na segurança dos aeroportos brasileiros e das aeronaves em voo. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Ney Suassuna. ....	234		
Considerações acerca da crise no controle de tráfego aéreo brasileiro. Senador Heráclito Fortes. ....	368		
Protesto contra o Governo Lula, especialmente quanto à incapacidade de se encontrar uma solução para a crise no setor aéreo nacional. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	371		
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Senador Almeida Lima. ....	409		
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Heráclito Fortes. ....	414		
Conclusões sobre a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para enfrentamento da crise no setor aeronáutico brasileiro. Senador Delcídio Amaral. ....	584		
Conclusões sobre a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para enfrentamento da crise no setor aeronáutico brasileiro. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes. ....	586		
<b>DATA COMEMORATIVA</b>			
Comemoração do Dia de Ação de Graças. Senador Marcelo Crivella. ....	589		
			589
			589
			64
			76
			195
			217
			567
			570
			540
			568
			246
			570

	Pág.		Pág.
cialmente pela Presidência da República, e sobre desvio de recursos do setor de comunicação social do Governo Federal. Senador Alvaro Dias. ....	640		
<b>HOMENAGEM</b>			
Homenagem ao Vice-Presidente da República, José Alencar. Homenagem à memória do historiador Décio de Freitas. Senador Paulo Paim. ...	64	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	114
Homenagem aos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, brilhantes personalidades públicas. Felicitações à cidade de Buenos Aires, capital da Argentina, por seu vasto atrativo cultural e pela paz exemplar. Senador Mão Santa. ....	76	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Marco Maciel. ....	115
Homenagem ao Senador Ramez Tebet. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	86	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Arthur Virgílio. ....	118
Felicitações ao Senador Antonio Carlos Magalhães por entrevista concedida à imprensa, no dia 20 de novembro de 2006, o qual narrou a sua trajetória política. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ....	223	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Magno Malta. ....	121
Felicitações ao Ministro Luiz Fernando Furlan, devido à dedicação e competência com que tem conduzido o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Senador Romero Jucá. ....	297	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Heráclito Fortes. ....	123
Voto de louvor a Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a este símbolo da luta contra a escravidão. Homenagem pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2006. Senador Paulo Paim. ....	302	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Paulo Paim. ....	125
<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>			
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Papaléo Paes. ....	111	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Valdir Raupp. ....	125
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Mão Santa. ....	111	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Maguito Vilela. ....	126
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senadora Ideli Salvatti. ....	113	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade	

Pág.	Pág.		
de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	126	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Eduardo Suplicy. ....	216
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Romero Jucá. ....	128	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Antônio Carlos Valadares. .	217
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador José Agripino. ....	128	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Senador José Sarney. ....	221
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Ney Suassuna. ....	130	Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. Senador Valter Pereira. ....	239
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Paulo Octávio. ....	132	Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	296
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Demóstenes Torres. ....	137	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Senador Marcelo Crivella. ....	380
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Cristovam Buarque. ....	137	Registro do centenário de morte do escritor cearense Domingos Olímpio. Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	510
Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	138	Associação às homenagens póstumas prestadas pelo Senado Federal ao Senador Ramez Tebet e leitura da homilia proferida por Dom Osmino, Arcebispo Militar do Brasil, na missa de sétimo dia, realizada em 23 de novembro de 2006, em Brasília, na Catedral Militar do Brasil. Senador Gerson Camata. ....	540
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006. Senador Aelton Freitas. ....	195	Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. Senador Delcídio Amaral. ....	584
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	215	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Alvaro Dias. ....	646
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Leonel Pavan. ....	215		
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Mozarildo Cavalcanti. ...	216	IMPrensa	
		Registro dos 60 anos de existência do jornal <i>O Liberal</i> , do Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro. ....	73
		Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Senador Arthur Virgílio. ....	590
		Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes. ....	594
		Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa. ....	596
		Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Almeida Lima. ..	596



	Pág.		Pág.
<b>JUDICIÁRIO</b>			
Realização, em Curitiba, do décimo nono Congresso Nacional de Magistrados. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	86	das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial. ....	1
Leitura da Carta de Curitiba, divulgada durante o XIX Congresso Brasileiro de Magistrados, quando a Justiça de Roraima recebeu premiação por ser a mais forte do Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	367	Mensagem nº. 672, de 2006, que submete à deliberação do Senado Federal o texto da Medida Provisória nº. 315, de 3 de agosto de 2006, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº. 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº. 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº. 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006”. ...	476
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. Senador Almeida Lima. ....	409	(MT)	
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Mão Santa. ....	412	Considerações acerca do potencial turístico do Estado de Mato Grosso. Registro da disponibilização, via internet, da programação da Rádio Comunitária Educativa CPA FM 105,9 de Cuiabá-MT. Senadora Serys Shhessarenko. ....	54
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Edison Lobão. ....	413	Considerações sobre a visita do Presidente Lula ao Estado do Mato Grosso, no dia 21 de novembro de 2006, onde participou de diversos eventos de inauguração. Leitura de carta enviada pelos reitores das universidades públicas e privadas do Mato Grosso, ao Governador do Estado, sobre a extinção da Fapemat. Senadora Serys Shhessarenko. ....	547
<b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>			
Medida Provisória nº. 314, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. ....	427	<b>MULHER</b>	
Medida Provisória nº. 315, de 2006, que dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº. 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº. 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº. 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº. 303, de 29 de junho de 2006. ....	464	Avanços para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, com a sanção da Lei 11.340, a chamada “Lei Maria da Penha”. Senador Augusto Botelho. ....	637
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Mensagem nº. 238, de 2006 (nº. 950/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério		(OAB)	
		Encaminhamento à votação do Parecer nº. 1.197, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação desta Casa a indicação do Senhor Sérgio Alberto Frazão do Couto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Senador Luiz Otávio. ....	269

	Pág.		Pág.
(ONG)		co do País. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado. ....	567
Comentários acerca das matérias publicadas na imprensa com denúncias a respeito das ONGs brasileiras. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	196	Alerta para a necessidade de se investigar as ONGs vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, para que a Ministra Marina da Silva não seja vista como culpada. Senador Heráclito Fortes. ....	570
Considerações acerca das denúncias publicadas na imprensa a respeito das ONGs brasileiras. Senador João Batista Motta. ....	212	ORÇAMENTO	
Defesa do trabalho da ONG Missão Criança, que funciona em Aracaju/SE. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	213	Apoio à proposta do Orçamento Impositivo. Senador Flexa Ribeiro. ....	73
Registro do “2º Fórum de Debates sobre o Terceiro Setor: Cenário e Perspectiva”, organizado pelo Senado Federal para os dias 29 e 30 de novembro de 2006, que objetivou uma ampla discussão acerca das ONGs. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Ideli Salvatti. ....	213	Defesa da implantação do Orçamento Impositivo como medida para se combater a corrupção no País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	75
Proposta de criação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	214	PARECER	
Considerações sobre a questão da atuação das ONGs. Destaque para notícia publicada nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , de que o Governador Cláudio Lembo criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Questionamento sobre projeto enviado do Senado para a Câmara, em junho de 2004, dispondo sobre o registro, fiscalização e controle das ONGs. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	556	Parecer nº. 1.202, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2006 (nº. 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos. Senador Rodolpho Tourinho. ....	43
Considerações à atitude do Governador Cláudio Lembo, que criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Heráclito Fortes. ..	557	Parecer nº. 1.203, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 414, de 2006 (nº. 1.393/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003. Senador Romeu Tuma. ....	44
Alerta para a necessidade de se fiscalizar a atuação das ONGs. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador José Jorge. ....	558	Parecer nº. 1.204, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415 de 2006 (nº. 1.423/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004. Senador Eduardo Azeredo. ....	45
Considerações à atitude do Governador Cláudio Lembo, que criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Sibá Machado. ....	558	Parecer nº. 1.205, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 416, de 2006 (nº. 1.426/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Fe-	
Protesto contra prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impedem o crescimento econômico, frente à imobilização do Governo Federal. Senador João Batista Motta. ....	564		
Protesto contra prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impedem o crescimento econômico, frente à imobilização do Governo Federal. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Marcelo Crivella. ....	566		
Comentários acerca das acusações de prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impediriam o crescimento econômi-			

	Pág.		Pág.
derativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002. Senador Marco Maciel. ....	46	que a fundamentam, referentes a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº. 010.47172000-8). Senador Augusto Botelho. ....	325
Parecer nº. 1.206, de 2006-PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Romero Jucá.	249	Parecer nº. 1.213, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o Aviso nº. 52, de 2001 (nº. 848/2001 origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº. 99/2001, e sobre o Aviso nº. 960-SGS-TCU, de 2003, que encaminha cópia do Acórdão nº. 622/2003, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Senador Jonas Pinheiro. ....	331
Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006. Senador Efraim Morais. ....	251	Parecer nº. 1.214, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº. 21, de 2006 (nº. 642/2006, na origem) do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, o relatório de atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2006. Senador Augusto Botelho. ....	336
Parecer nº. 1.208, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº. 21, de 2006, que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências. Senador Jefferson Péres. ....	255	Parecer nº. 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº. 592, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o governo dos EUA e o Congresso norte-americano a reverter as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão, típicas de guerra, para deter o fluxo migratório. Senador Roberto Saturnino. ....	339
Parecer nº. 1.209, de 2006 - PLEN, ao Projeto de Lei da Câmara nº. 21, de 2006 (nº 4.746/2005, na Casa de origem) que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências. Senadora Ideli Salvatti. ....	257	Parecer nº. 1.216, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 103, de 2006 (nº. 1.410/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a). Senador Romeu Tuma. ....	520
Parecer nº. 1.210, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 217, de 2006 (nº. 763/2006) do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Senador Valdir Raupp. ....	276	Parecer nº. 1.217, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e	
Parecer nº. 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 228, de 2006, da Presidência da República (nº. 855/2006, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2006. Senadora Ideli Salvatti. ....	280		
Parecer nº. 1.212, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº. 24, de 2001 (na origem, nº. 9.214-SGS-TCU e 9.345-SGS-TCU, ambos de 14 de dezembro de 2000, 2.411-505-TCU, de 4 de agosto de 2002 e 961 – SGS-TCU Plenário, de 26 de outubro de 2005), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº. 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto			



	Pág.		Pág.
adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Senador Cristovam Buarque. ....	522	ONGs, programas culturais e assistenciais ligados ao PT. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	371
Parecer nº. 1.218, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos. Senador Cristovam Buarque. ....	525	Comentários às denúncias de envolvimento da Petrobrás em financiamentos ilícitos de ONGs, programas culturais e assistenciais ligados ao PT. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge. ....	372
Parecer nº. 1.219, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 236, de 2006, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”. Senador Marcos Guerra. ....	531	Comentários ao artigo intitulado “Gabrielli, irritado, não explica ligações políticas”, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de novembro de 2006, em que o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, em vez de discutir méritos de convênios, ataca jornais e autores de reportagens. Senador Heráclito Fortes. ....	378
(PB)		Comunicado à Casa do aumento do preço do gás, anunciado pela direção de investimentos da Petrobrás. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	378
Comentários sobre dados do IBGE que demonstram que o Estado da Paraíba ficou em último lugar no <i>ranking</i> do crescimento econômico entre os estados brasileiros. Aparte ao Senador Ney Sussanna. Senador Roberto Cavalcanti. ....	572	Protesto contra atitudes tomadas pelo Presidente da Petrobrás, que usou recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Senador Tasso Jereissati. ....	419
(PETROBRÁS)		Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Suplicy. ....	420
Registro de comunicação do Presidente da Petrobrás de que se encontra à disposição do Senado Federal para esclarecer denúncias veiculadas na imprensa a respeito da relação da Petrobrás com ONGs. Senadora Ideli Salvatti. ....	217	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	420
Comentários acerca das sucessivas denúncias apresentadas pela imprensa a respeito da relação da Petrobrás com ONGs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	217	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Heráclito Fortes. ....	421
Comentários acerca do editorial publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição do dia 20 de novembro de 2006, sobre a aplicação indevida de recursos da Petrobrás. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	221	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Azeredo. ....	422
Considerações às denúncias de patrocínio ilícito feito com recursos da Petrobrás ao “Forro-Cajú”, festa popular sergipana. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	222	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sérgio Guerra. ....	423
Considerações às denúncias de patrocínio ilícito feito com recursos da Petrobrás ao “ForroCajú”, festa popular sergipana. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Efraim Moares. ....	223	Apresentação do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Petrobrás e a USC Offshore Trading LLC. Senador Eduardo Suplicy. .	499
Registro de matérias publicadas na imprensa acerca da desmoralização da Petrobrás, acusada de utilizar recursos públicos para o financiamento de		Leitura de nota da Petrobrás referente à construção de usina siderúrgica no Estado do Ceará. Senador Eduardo Suplicy. ....	609

	Pág.		Pág.
(PI)		Espírito Santo, de iniciativa do Governador Paulo Hartung. Senador Gerson Camata. ....	540
Cobrança das promessas feitas pelo Governo Federal ao Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	76	Comentário sobre denúncias recebidas por S.Exa., com relação à operação “tapa-buracos” do Governo Federal e alerta para a provável criação de uma CPI destinada a investigar os fatos. Senador Alvaro Dias. ....	647
Críticas aos cortes de recursos públicos para o Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes. ....	608		
POLÍTICA		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
Comentários sobre os resultados de uma pesquisa de credibilidade mostrando que apenas cinco de cada cem brasileiros acreditam nos políticos. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa. ....	643	Considerações sobre o desmatamento na Amazônia. Senador Arthur Virgílio. ....	92
POLÍTICA AGRÍCOLA		Considerações a respeito das quatro metas estabelecidas pela ONU para este milênio, que envolvem a biotecnologia, além da importância da sintonia do Governo Federal e do Governo do Paraná com essas metas. Senador Osmar Dias. ....	219
Considerações acerca da péssima situação financeira que acomete agricultores e pecuaristas em todo o País. Senador João Batista Motta. ....	229	Considerações acerca da falta de recursos e da situação falimentar do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Senador Arthur Virgílio. ....	285
Comentários a respeito de manchetes de diversos jornais, do dia 22 de novembro de 2006, sobre o desconhecimento, por parte do Presidente Lula, da crise que assola a agricultura brasileira. Senador Osmar Dias. ....	378	Comentário sobre a posição do Brasil na Convenção do Clima, da ONU, realizada em Nairobi, no Quênia. Senador Marco Maciel. ....	402
Considerações sobre as declarações do Presidente Lula, em visita ao Estado do Mato Grosso, sobre os problemas enfrentados pela agricultura brasileira. Senador Jonas Pinheiro. ....	539	Apontamento para a necessidade de que as entidades governamentais garantam o cumprimento da legislação eleitoral. Senador José Jorge. ....	569
Apontamentos das potencialidades do setor algodoeiro na região semi-árida brasileira. Senador Delcídio Amaral. ....	584	POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Repercussões na imprensa, sobre as declarações do Presidente Lula, de que não saberia “destravar” a economia. Senador Alvaro Dias. ....	542
Comentários a respeito da proposta intitulada “novo desenvolvimento”, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, necessária ao crescimento do País. Senador Flexa Ribeiro. ....	73	Comentários acerca das falhas cometidas pelo Governo Federal, responsáveis pelo baixíssimo crescimento econômico do País. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. ...	603
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Questionamento sobre o grande mote adotado pelo Presidente Lula em seu segundo governo: o crescimento econômico. Senador Alvaro Dias. .	643
Alerta para a precariedade da rodovia BR-174, entre os municípios de Manaus e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio. ....	92	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Alerta para a necessidade de investimentos urgentes do Governo Lula nas estradas federais do Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. ....	227	Manifestação sobre a morte anunciada das cooperativas elétricas da região Nordeste, e destaque para a necessidade de que seja feita uma redução nas tarifas que pesam sobre elas. Senador Ney Suassuna. ....	387
Registro do programa de implantação de cerca de 1,6 mil km de rodovias asfaltadas no Estado do		Comentários sobre a falência das cooperativas elétricas da região Nordeste, e destaque para a necessidade de que seja feita uma redução nas tarifas que pesam sobre elas. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Roberto Cavalcanti. ....	387

	Pág.		Pág.
Registro da inauguração da Usina de Biodiesel Barralcool, no município de Barra do Bugres-MT, primeira empresa do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada. Senadora Serys Shlessarenko. ....	547	Manifestação a favor de que o PT tome uma providência imediata em relação aos suspeitos de corrupção. Senador Sibá Machado. ....	569
Comentários acerca do fracasso do projeto biodiesel, do Governo Federal, no Estado do Piauí. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko. Senador Heráclito Fortes. ....	549	Críticas à omissão do PT em relação aos casos de corrupção. Senador Heráclito Fortes. ....	570
Considerações a respeito dos investimentos em biodiesel feitos pelo Governo Federal. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko. Senador Sibá Machado. ....	550	Reflexão a respeito da participação do PMDB no governo. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	580
Registro do recebimento do Relatório de Atividades da Empresa Furnas Centrais Elétricas, referente ao ano de 2005, no qual se patenteiam os bons resultados de uma gestão responsável e eficiente. Senador Romero Jucá. ....	636	<b>POLÍTICA SALARIAL</b>	
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>		Críticas severas à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de remeter para o Congresso Nacional mensagem que intituiu o pagamento de jeton para os membros daquele Conselho. Senador Jefferson Péres. ....	400
Registro de comparecimento ao Fórum Interparlamentar das Américas, em Bogotá, na Colômbia, onde foram tratadas as questões relativas ao combate às drogas, integração e comércio, e redução da pobreza. Senador Marcelo Crivella. ...	380	Críticas à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de remeter para o Congresso Nacional mensagem que instituiu o pagamento de jeton para os membros daquele Conselho. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Cristovam Buarque. ....	401
<b>POLÍTICA HABITACIONAL</b>		Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	577
Resultados das políticas adotadas no setor da construção civil. Senadora Ideli Salvatti. ....	217	Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Paulo Paim. ....	578
<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>		Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Flexa Ribeiro. ....	578
Expectativa com relação à reunião do Presidente Lula, realizada no dia 22 de novembro de 2006, com a Executiva do PMDB. Considerações sobre o fortalecimento da relação institucional e do compartilhamento do segundo mandato do Presidente Lula. Senadora Ideli Salvatti. ....	362	Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Eduardo Azeredo. ....	580
Manifestação sobre o pronunciamento da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, feito no dia 22 de novembro de 2006, no Plenário, e expectativa com relação à disposição do Governo Lula de realizar um grande diálogo institucional entre os partidos políticos. Senador Heráclito Fortes. ....	368	<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	
Comentário a respeito da reunião ocorrida no dia 21 de novembro de 2006, com um grupo de senadores eleitos do PMDB. Senador Mão Santa. ....	416	Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Ney Suassuna. ....	147
Expectativa que o PT puna o Deputado Federal eleito Juvenil, preso por cometer irregularidade. Senador José Jorge. ....	569	Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Papaléo Paes. ....	148
		Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senadora Ideli Salvatti. ....	149
		Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Paulo Octávio. ....	149
		Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Efraim Morais. ....	151
		Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Cristovam Buarque. ....	151

	Pág.		Pág.
Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Flexa Ribeiro. ....	156	Agradecimento a seus pares pela aprovação na sessão do dia 21 de novembro de 2006, do projeto da autoria de S.Exa. sobre a inclusão do benefício natalino para os beneficiários do Programa Bolsa-Família. Senador Efraim Moraes. ....	388
Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Romero Jucá. ....	249	Registro de pesquisa que constatou o aumento do consumo dos brasileiros mais pobres. Senadora Ideli Salvatti. ....	399
Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Heráclito Fortes. ....	249	Comentário sobre dados do IBGE e do Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano/2005. Senador Ney Suassuna. ....	570
Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Efraim Moraes. ....	249	Encaminhamento à Mesa do estudo feito por S.Exa. sobre o preconceito contra o idoso, as crianças de rua, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, e outras pessoas discriminadas pela cor, etnia, raça, procedência e origem. Senador Paulo Paim. ....	572
Agradecimentos ao Senado Federal pela aprovação de projeto de sua autoria a respeito da concessão do benefício natalino ao Programa Bolsa Família, equivalente ao 13º salário. Senador Efraim Moraes. ....	252	Considerações acerca do Programa Bolsa-Família, do Governo Federal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Eduardo Azeredo. ....	580
Comentários acerca do Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Heráclito Fortes. ....	253	Leitura de mensagem do Bispo Desmond Tutu, expressa em videoconferência no encerramento do 11º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado na África do Sul, em Cape Town, no dia 4 de novembro de 2006. Senador Eduardo Suplicy. ....	609
Comentários acerca do Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	253	Críticas aos programas assistencialistas do Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa. ....	612
Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Paulo Paim. ....	302	<b>POLÍTICA TRABALHISTA</b>	
Manifestação sobre a posição pessoal de S.Exa. e do Presidente Lula, em defesa da ampliação do programa Bolsa Família. Senador Romero Jucá. ....	350	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Senador Roberto Saturnino. ....	246
Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Senador Marcelo Crivella. ....	380	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Senador Romero Jucá. ....	247
Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Paulo Paim. ....	381	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Senador Sérgio Cabral. ....	247

Pág.	Pág.
Considerações sobre a gestão e aplicação dos recursos originários do FGTS. Senador Roberto Cavalcanti. ....	364
Considerações sobre a gestão e aplicação dos recursos originários do FGTS. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Efraim Moraes. ....	366
<b>POLÍTICA TRIBUTÁRIA</b>	
Propostas de redução da alíquota da CPMF e de correção na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Senador Valdir Raupp. ....	62
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
Satisfação com a disposição do Presidente Lula pela coalizão partidária em seu segundo mandato. Senadora Ideli Salvatti. ....	362
Satisfação com a disposição do Presidente Lula pela coalizão partidária em seu segundo mandato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Romero Jucá. ....	363
Críticas à atuação do Presidente Lula. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador José Jorge. ....	566
Necessidade de propostas claras do Presidente Lula para o seu segundo mandato. Senador Arthur Virgílio. ....	590
Preocupação com declarações do Presidente Lula de que precisa destravar o País e de que só quer oposição a partir de 2010. Sugestões para destravar o País. Senador José Agripino. ....	601
Comentário sobre as declarações do Presidente Lula de que só quer oposição a partir de 2010. Senador Mão Santa. ....	605
Comentários a editorial do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Resposta, Já”, e a artigo do jornalista Elio Gaspari, intitulado “Lula, de onde vem o dinheiro?”. Senador Alvaro Dias. ....	640
<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº. 435, de 2006, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006. Senadora Ideli Salvatti. ....	281
Projeto de Decreto Legislativo nº. 436, de 2006, que convoca plebiscito sobre a mudança de fuso horário nos Estados do Acre e do Amazonas. Senador Tião Viana. ....	282
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2006, que acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal. Senador Paulo Paim. ....	48
Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº. 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço, o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. Senador Paulo Paim. ..	49
Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2006, que estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência. Senadora Fátima Cleide. ....	159
Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2006, que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação, e dá outras providências. Senadora Fátima Cleide. ....	160
Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, que altera o inciso c e revoga o inciso d do art. 2º da Lei nº. 2.784, de 18 de junho de 1913, visando alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”. Senador Tião Viana. ....	164
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2006, que altera a Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar a obrigatoriedade de os partidos políticos informarem à Justiça Eleitoral, no ato de registro dos candidatos a postos do Poder Executivo, o respectivo programa de governo. Senador Sérgio Zambiasi. ....	165
Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2006, que concede isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas. Senador Osmar Dias. ....	166
Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	171



	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006, que obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil. Senador Cristovam Buarque. ....	173	consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço. Senador Gerson Camata. ....	517
Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. Senador Tasso Jereissati. ....	175	Projeto de Lei do Senado nº. 315, de 2006, que altera a Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a exigir que os ciclistas e demais usuários de veículos não-motorizados só possam circular nas vias utilizando capacete e demais itens de segurança. Senador Roberto Cavalcanti. ....	518
Projeto de Lei do Senado nº. 311, de 2006, que altera a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, para conferir à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	184	<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº. 312, de 2006, que dispõe sobre o estímulo do Poder Público à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social, altera a redação das Leis nº. 1.075, de 27-3-50 que “Dispõe sobre a doação voluntária de sangue”, 7.210, de 11-7-84 que “Institui a Lei de Execução Penal”, nº. 8.666, de 21-6-93 que “Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, nº. 9.394 de 20-12-96 que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e dá outras providências. Senador Efraim Morais. ....	319	Projeto de Resolução nº. 54, de 2006, que altera os arts. 15, 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº. 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito já autorizadas no âmbito desta Resolução, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo; e para estabelecer que a partir de 30 de abril de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito. Senador Luiz Otávio. ....	241
Projeto de Lei do Senado nº. 313, de 2006, que altera o § 9º do art. 28 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social. Senador Sérgio Zambiasi. ....	323	Projeto de Resolução nº. 55, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Senador Valdir Raupp. ....	278
Projeto de Lei do Senado nº. 314, de 2006, que inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao		<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>	
		Proposta de Emenda à Constituição nº. 48, de 2006, que altera e acrescenta parágrafos ao art. 195 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Senador Valdir Raupp. ....	340
		Proposta de Emenda à Constituição nº. 49, de 2006, que dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. Senador Sérgio Zambiasi. ....	536
		<b>RACISMO</b>	
		Apelo para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do PL nº. 73, na Câmara dos Deputados. Considerações acerca do racismo existente no Brasil, especialmente no que se refere à desigualdade racial na educação. Senador Paulo Paim. ....	302

Pág.	Pág.
<b>REFORMA AGRÁRIA</b>	
Comentários acerca do Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Osmar Dias. ....	109
Justificativa ao Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Demóstenes Torres. ....	188
Comentários acerca do Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Romero Jucá. ....	188
<b>REQUERIMENTO</b>	
Requerimento nº 1.132, de 2006, que requer Voto de Congratulações ao jornal <i>O Liberal</i> do Estado do Pará pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário. Senador Flexa Ribeiro. ....	47
Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Senador Papaléo Paes. ....	108
Requerimento nº. 1.134, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Mato Grosso do Sul, pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande-MS. Senador Marco Maciel. ....	109
Requerimento nº. 1.135, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Mato Grosso do Sul, pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande-MS. Senador Delcídio Amaral. ....	109
Requerimento nº. 1.136, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Ministro, ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet. Senador Pedro Simon. ....	109
Requerimento 1.137, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº. 501, de 2003, de autoria de S. Exa. Senador Leonel Pavan. ....	188
Requerimento 1.138, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº. 502, de 2003, de autoria de S. Exa. Senador Leonel Pavan. ....	188
Requerimento nº. 1.139, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº. 101, de 2005, que dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde, com o Projeto de Lei do Senado nº. 79, de 2003, que, igualmente, dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Leonel Pavan. ....	188
Requerimento nº. 1.140, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia informações sobre alteração de fusos horários dos Estados da parte ocidental do Brasil para avaliar o impacto sobre o sistema elétrico do País e, particularmente, sobre possível economia de energia. Senador Tião Viana. ....	189
Requerimento nº. 1.141, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre o convênio 4.505/2005 firmado entre o Ministério e o Governo do Estado do Piauí para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. Senador Heráclito Fortes. ....	190
Requerimento nº. 1.142, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca de convênios firmados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o Governo do Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes. ....	190
Requerimento nº. 1.143, de 2006, que requer que seja concedida licença para participar da 4ª Sessão da Conferência Inter-parlamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, a realizar-se em Roma, Itália, no período de 28 a 30 de novembro de 2006. Senador Maguito Vilela. ....	190
Requerimento nº. 1.144, de 2006, que requer que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que exponha ao Plenário desta Casa - e com ele debata - as grandes linhas da política econômica do segundo Governo do Presidente da	

	Pág.		Pág.
República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Jefferson Péres. ....	191	S. Exa., ao Projeto de Lei do Senado nº. 278/2006. Senador Leomar Quintanilha. ....	284
Requerimento nº. 1.145, de 2006, que requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca de denúncias veiculadas pelo jornal <i>Correio Brasileiro</i> , segundo as quais o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, estaria em situação financeira equivalente a estado falimentar. Senador Arthur Virgílio. ....	191	Requerimento nº. 1.156, de 2006, que requer a retirada da Emenda nº 1, de autoria de S. Exa., oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 278/2006. Senador Gilberto Mestrinho. ....	284
Requerimento nº. 1.146, de 2006, que requer urgência para o PLC nº. 21/06. Senadora Ideli Salvatti. ....	254	Requerimento nº. 1.157, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 362/03, de autoria de S. Exa. Senadora Ideli Salvatti. ....	284
Requerimento nº. 1.147, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. Senador Romero Jucá. ....	262	Requerimento nº. 1.158, de 2006, que requer voto de louvor à Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a esse símbolo da luta contra a escravidão. Senador Paulo Paim. ....	302
Requerimento nº. 1.148, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. Senadora Ideli Salvatti. ....	262	Requerimento nº. 1.159, de 2006, que solicita informações a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os gastos com o programa Pró-Jovem. Senador Arthur Virgílio. ..	317
Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Romero Jucá. ....	263	Requerimento nº. 1.160, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº. 116, de 2006, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 65, de 2005, por tratarem sobre a mesma matéria. Senador Paulo Paim. ....	317
Requerimento nº. 1.150, de 2006, que requer o reexame da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 65, de 2005, que “dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos”. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	271	Requerimento nº. 1.161, de 2006, que requer o sobrestamento do PLS nº. 65, de 2005, em virtude da tramitação na Câmara dos Deputados do PL nº. 7.200, de 2006, que dispõe sobre a Reforma Universitária e trata do acesso aos cursos de graduação e de outros temas correlatos àquele PLS. Senador Sibá Machado. ....	317
Requerimento nº. 1.151, de 2006, que requer o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 65, de 2005, para reexame da Comissão de Assuntos Sociais. Senador Romeu Tuma. ....	271	Requerimento nº. 1.162, de 2006, que requer voto de aplauso à Confederação Brasileira de Voleibol pela brilhante participação da Seleção Feminina no Campeonato Mundial, realizado no Japão entre 30 de outubro e 11 novembro de 2006, quando conquistou a medalha de prata. Senador Marcelo Crivella. ....	318
Requerimento nº. 1.152, de 2006, que requer a retirada em definitivo do Projeto de Lei do Senado nº. 175, de 2001, de autoria de S. Exa., incluído na Ordem do Dia de 10 de outubro de 2006. Senador Ney Suassuna. ....	272	Requerimento nº. 1.163, de 2006, que solicita que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança. Senador Roberto Saturnino. ....	340
Requerimento nº. 1.153, de 2006-SF, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº. 108/2005, de autoria de S. Exa. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	284	Requerimento nº. 1.164, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 5 de dezembro de 2006, destinada a comemorar os vinte e cinco anos de atividade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO-Brasil. Senador Cristovam Buarque. ....	495
Requerimento nº. 1.154, de 2006, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº. 487/2003, de autoria de S. Exa., do Projeto de Lei do Senado nº. 108, de 2005, de forma a retomar sua tramitação autônoma. Senador Paulo Paim. ..	284		
Requerimento nº. 1.155, de 2006, que requer a retirada da Emenda de Plenário nº. 2, de autoria de			



Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº. 1.165, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista Milton Friedman, que morreu no dia 23 de novembro de 2006, aos 94 anos, na cidade de San Francisco, no Estado da Califórnia – EUA. Senador Eduardo Suplicy. ....</p> <p>Requerimento nº. 1.166, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 21 de novembro de 2006, do economista Antonio Maria da Silveira, bem como apresentação de condolências à sua família. Senador Eduardo Suplicy. ....</p> <p>Requerimento nº. 1.167, de 2006, que requer voto de pesar pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Requerimento nº. 1.168, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº. 388, de 2005, de autoria de S. Exa. Senador Valdir Raupp. ....</p> <p>(RR)</p> <p>Comentários referentes ao aumento dos casos de malária no Estado de Roraima, especialmente entre os Yanomami. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p> <p>Registro do número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família no Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. ....</p> <p>(RS)</p> <p>Registro da viagem de S. Exa. ao Estado do Rio Grande do Sul no período das eleições 2006, e a calorosa recepção do povo rio-grandense. Senador Paulo Paim. ....</p> <p>SAÚDE</p> <p>Considerações acerca das precárias condições do setor de saúde no Brasil com inúmeros casos de doenças, antes dizimadas, que voltaram em situações epidêmicas, como a malária e a dengue. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Comentários acerca do movimento de paralisação dos médicos residentes no País, e apelo para aprovação do projeto que aumenta em 30% o salário desses profissionais, em trâmite na Câmara dos Deputados. Senador Tião Viana. ....</p> <p>Comentários acerca do movimento de paralisação dos médicos residentes no País, e apelo</p>	<p>para aprovação do projeto que aumenta em 30% o salário desses profissionais, em trâmite na Câmara dos Deputados. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Reflexões sobre a greve dos médicos-residentes e a crise por que passa o setor de saúde no País. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Comentários ao impasse criado por recurso apresentado pelo Governo Lula, na Câmara dos Deputados, a projeto de lei da autoria de S.Exa., que tem por objetivo tornar a equoterapia acessível aos beneficiários do SUS. Senadora Lúcia Vânia. ....</p> <p>SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Registro de matéria publicada no jornal <i>O Globo</i>, a respeito do número de mortes de jovens no Brasil. Críticas à falta de segurança nas cidades brasileiras. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Considerações acerca da violência que atinge a população jovem do País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p> <p>Comentários acerca da falta de segurança no País. Senador Mão Santa. ....</p> <p>Comentários a respeito das matérias publicadas nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e na <i>Folha Online</i> sobre o assassinato do ex-Prefeito de Santo André/SP, Celso Daniel. Senadora Ideli Salvatti. ..</p> <p>Comentários a respeito das matérias publicadas nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e na <i>Folha Online</i> sobre o assassinato do ex-Prefeito de Santo André/SP, Celso Daniel. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Jefferson Péres. ....</p> <p>SENADO FEDERAL</p> <p>Satisfação pela instalação, na cidade de Salvador/BA, do sinal aberto da TV Senado. Senador César Borges. ....</p> <p>Pronunciamento de posse como Senador da República. Senador Valter Pereira. ....</p> <p>Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Senador Heráclito Fortes. ....</p> <p>Expectativas com relação ao mandato de Sua Excelência. Senador Valter Pereira.....</p> <p>Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Arthur Virgílio. ....</p> <p>Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Magno Malta. ....</p>
496	265
496	384
496	583
520	
536	76
	80
86	384
350	399
	400
64	
	193
	239
	239
87	239
265	240
	240

## XVIII

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Ney Suassuna. ....	240	TURISMO	
Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	241	Registro das ações do Governo Federal para promover o turismo no País. Senadora Serys Slesarenko. ....	54
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. Senador José Agripino. ....	404	VOTO DE PESAR	
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. Senador Romero Jucá. ....	404	Encaminhamento à votação dos Requerimentos nºs 1.165 e 1.166, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento dos economistas Milton Friedman, aos 94 anos, na cidade de San Francisco, California - EUA, e Antônio Maria da Silveira, bem como apresentação de condolências às suas respectivas famílias. Senador Eduardo Suplicy. ...	499
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. Senador José Jorge. ....	405		

# Ata da 187ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 3 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado Federal, nesta sexta-feira, dia 17 de novembro de 2006, às 9 horas e três minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

## **MENSAGEM Nº 238, DE 2006**

(Nº 950/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Os méritos do Senhor Agemar de Mendonça Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho

dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de novembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 00422/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE-APES

Brasília, 8 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** do Senhor Agemar de Mendonça Santos que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim.**

## INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS

CPF.: 9169512191

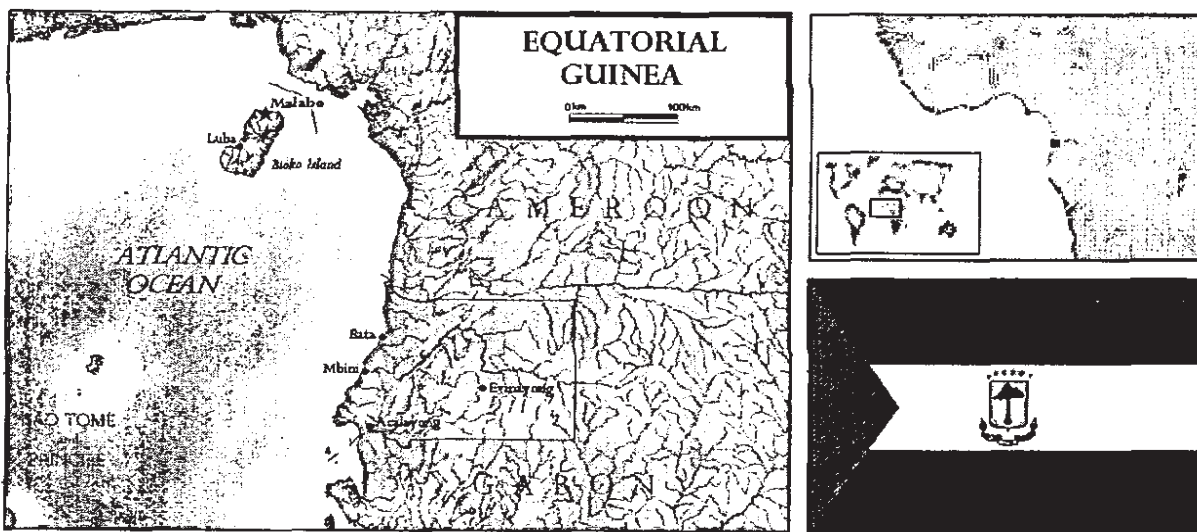
ID.: 7252 MRE/DF

- 15/12/1951 Filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos, nasce em 15 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 16/10/1978 Terceiro Secretário, CPCD
- 27/12/1978 Divisão de Passaportes, assistente
- 09/07/1980 Divisão de Orçamento e Programação Financeira, assistente
- 16/02/1982 Divisão do Patrimônio, assistente
- 23/06/1982 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
- 15/10/1982 CAD - IRBr
- 30/08/1984 Divisão de Divulgação Documental, Chefe, substituto
- 24/09/1984 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
- 12/07/1985 Divisão de Processamento de Dados, Chefe, substituto
- 30/06/1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho
- 18/02/1988 Embaixada em Bonn, Primeiro Secretário
- 10/06/1991 Embaixada em Lima, Primeiro Secretário
- 06/04/1992 Embaixada em Lima, Encarregado de Negócios a.i
- 27/04/1993 Ordem do Rio Branco, Oficial
- 30/09/1993 Divisão da América Meridional II, assistente
- 15/03/1995 Chefe de Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes
- 25/07/1996 Consulado-Geral em Boston, Consul-Geral Adjunto
- 01/08/1999 Embaixada em Quito, Conselheiro
- 19/02/2001 CAE - IRBr, Nova Diplomacia Consular: o Cônsul com agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América
- 07/02/2003 Ordem Nacional do Mérito do Equador, Comendador
- 20/09/2003 Departamento de Promoção Comercial, assessor

  
**DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e  
Oriente Médio  
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA  
Divisão da África I

REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL

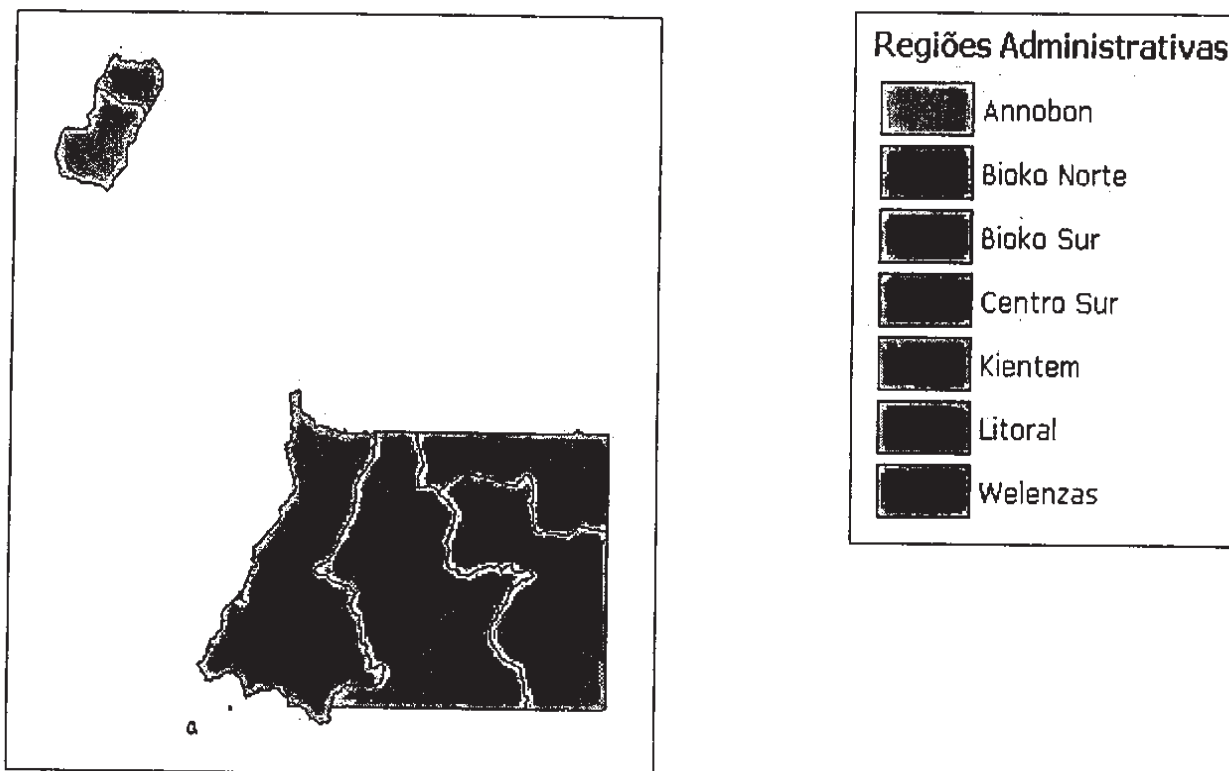


A Guiné Equatorial situa-se na África Ocidental, no Golfo da Guiné, confinando com o Oceano Atlântico, Gabão e Cameroun. O país possui extensão de apenas 28.051 km<sup>2</sup>, dos quais 26.003 (a região de Rio Muni, ou Mbini) localizam-se no continente, entre o Gabão e o Cameroun, e 2.048 em duas ilhas principais: Bioko (ex-Fernando Pó), de 2.017 km<sup>2</sup>, situada a 40 km em frente à costa do Cameroun (a noroeste de Rio Muni) e que abriga a capital, Malabo; e Annobon, de 18 km<sup>2</sup>, a sudoeste de Bioko. Uma característica importante do território guinéu-equatoriano é a distância considerável que separa o continente das duas principais ilhas.

Guiné Equatorial : Extensão das Fronteiras (em km)	
Cameroun	189
Gabão	350
Linha costeira	296

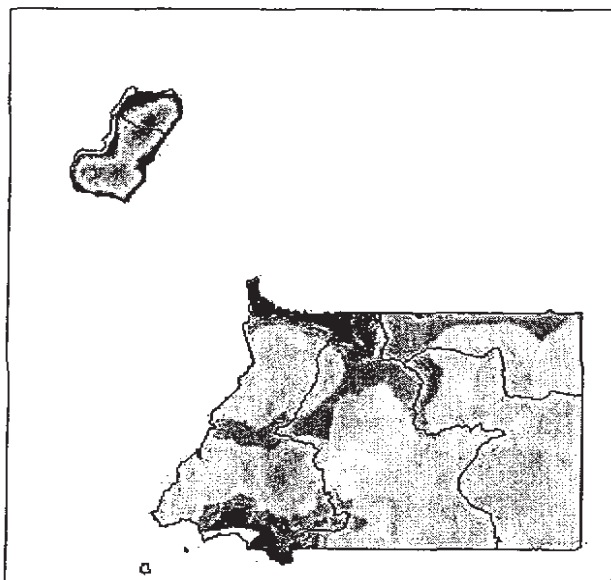
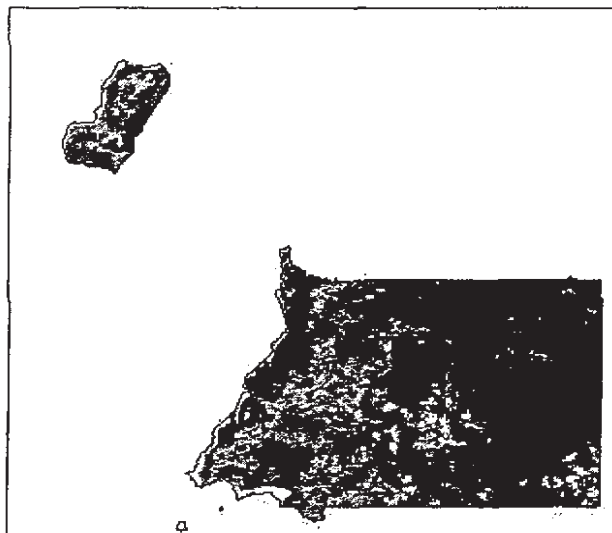
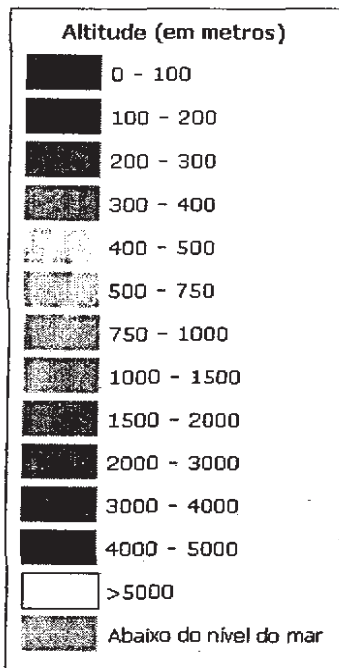
O país é dividido em 7 províncias, sendo que a ilha de Annobon constitui uma província em si. Além dessas províncias, as pequenas ilhas de Elobey e Corisco também fazem parte do território guinéu-equatoriano.

#### Guiné Equatorial: Províncias



### Guiné Equatorial: Topografia

#### O solo e as formações vegetais



A ilha principal, Bioko, possui formato de bota com duas grandes formações vulcânicas separadas por um vale que atravessa a ilha em sua menor largura. A linha costeira da



ilha possui 195 quilômetros de comprimento e possui, ao sul, altitude que varia de 500 a 800 metros, de difícil acesso (nessa região localiza-se o ponto mais alto do país, o Pico Basilé - ou Pico Santa Isabel, antigo nome da ilha - a 3.008 metros); já no norte a altitude é menor e a costa é mais acessível, com os portos de Malabo e Luba, e praias turísticas entre as duas cidades. Os três vulcões da ilha são inativos.

Em sua parte continental, chamada Rio Muni, o território da Guiné Equatorial se estende por cerca de 26 mil quilômetros quadrados. A planície litorânea é seguida de uma pequena serra montanhosa denominada Niefang, que atravessa Rio Muni de norte a sul e culmina nos montes Chocolate (1.108m), Alen (1.100m) e Mitra (1.200); ao leste, destacam-se os montes Chime (1.108m) e Piedra Nzas (1.200m).

A ilha de Annobon, que recebeu esse nome devido à sua descoberta às vésperas da entrada do ano de 1472, é uma pequena ilha vulcânica de aproximadamente 18 quilômetros de extensão, cuja topografia é bastante acidentada, exceto ao norte. Um pequeno lado ao norte abastece os poucos habitantes da ilha.

Os principais rios da Guiné Equatorial são: o Mbini, o Utamboni e o Ntem, sendo que o mais extenso deles, o Mbini, também chamado de Rio Benito, corta o território continental em dois e é, na maior parte de sua extensão, inavegável, exceto por um curto trecho de 20 km em seu estuário.

A vegetação do país é relativamente uniforme, ocupando grande parte de seu território (2.2 milhões de hectares), tanto em

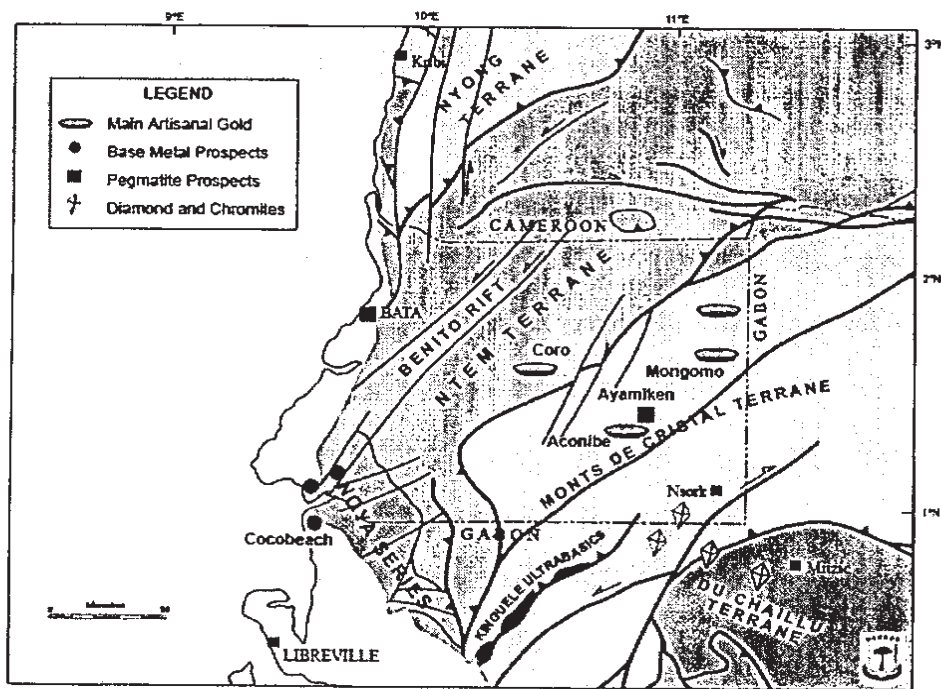


sua parte insular quanto continental, e é constituída por densa floresta equatorial; em Rio Muni encontra-se também regiões de Savana, ao Centro-Oeste.

### 1. O subsolo e os recursos minerais

Os solos da região continental são derivados da decomposição de granito e gnaiss, lateríticos e muito argilosos, com uma grande concentração de óxido de ferro, alumínio, titânio e hidratos de magnésio. Já nas ilhas de Bioko e Annobon, verifica-se um grande homogeneidade do solo, devido à sua origem comum (vulcânica): são solos ricos em hidróxido de ferro, com aspecto terroso e PH neutro.

Rio Muni possui extenso potencial de exploração mineral ainda não aproveitado: estudos preliminares apontam a existência de reservas de ouro, diamante, bauxita, urânio e platina na região.

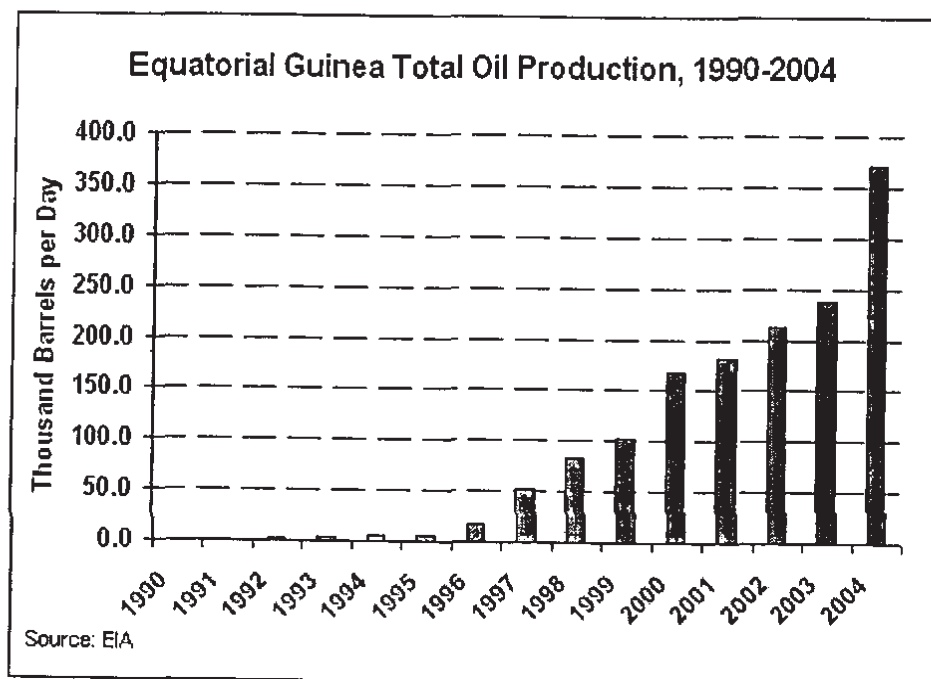


## Petróleo

A descoberta de reservas petrolíferas na Guiné Equatorial alterou drasticamente a natureza de sua economia. De país dependente, quase exclusivamente, do setor agrário, passou a ser um dos maiores exportadores de petróleo da África.

O território da Guiné Equatorial atravessa duas grandes e importantes bacias petrolíferas, ambas com comprovado potencial de prospeção de hidrocarbonetos, especialmente na exploração *offshore*. As regiões mais produtivas são, em Bioko, os campos de Zafiro e Alba, que juntos produzem mais de 200 mil barris de petróleo por dia, por meio de produção *offshore*.

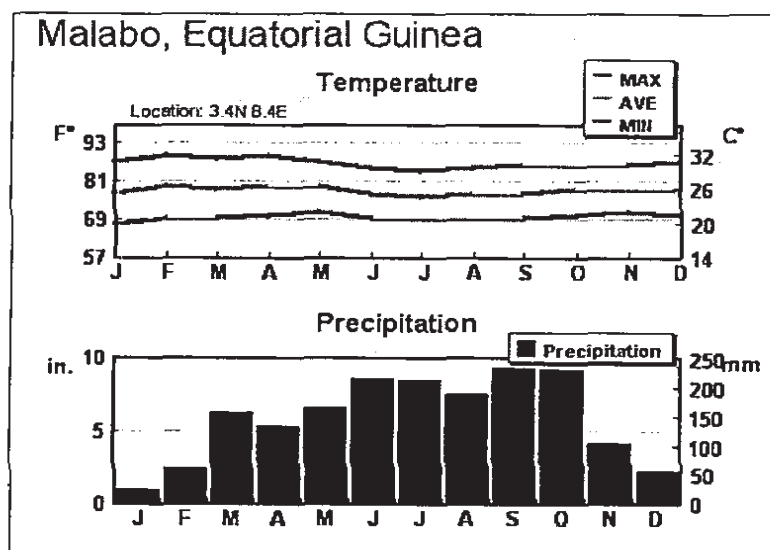
Em Rio Muni, o campo de Ceiba é o destaque, com produção média de 65 mil barris de petróleo por dia (2002).



## 2. O clima

O clima guinéu-equatoriano é tropical úmido, caracterizado pela alternância entre duas estações na Ilha de Bioko (uma seca e uma chuvosa), e quatro estações no continente (duas secas e duas chuvosas). A temperatura média é de 25°C tanto na capital Malabo como em Bata, principal cidade do território continental. No interior de Rio Muni, no entanto, a temperatura média em algumas estações é um pouco mais fria. O índice de umidade do ar é alto em todo o país, chegando a 92% na capital Malabo.

A precipitação no país é intensa durante a estação chuvosa, uma das maiores do continente. A confluência do anti-ciclone Santa Helena ao Sul do Equador em direção ao norte e dos ventos secos do Saara (como o *harmattan*) no território guinéu-equatoriano é a causa do fenômeno das monções acontecerem durante as estações chuvosas (particularmente no mês de outubro).

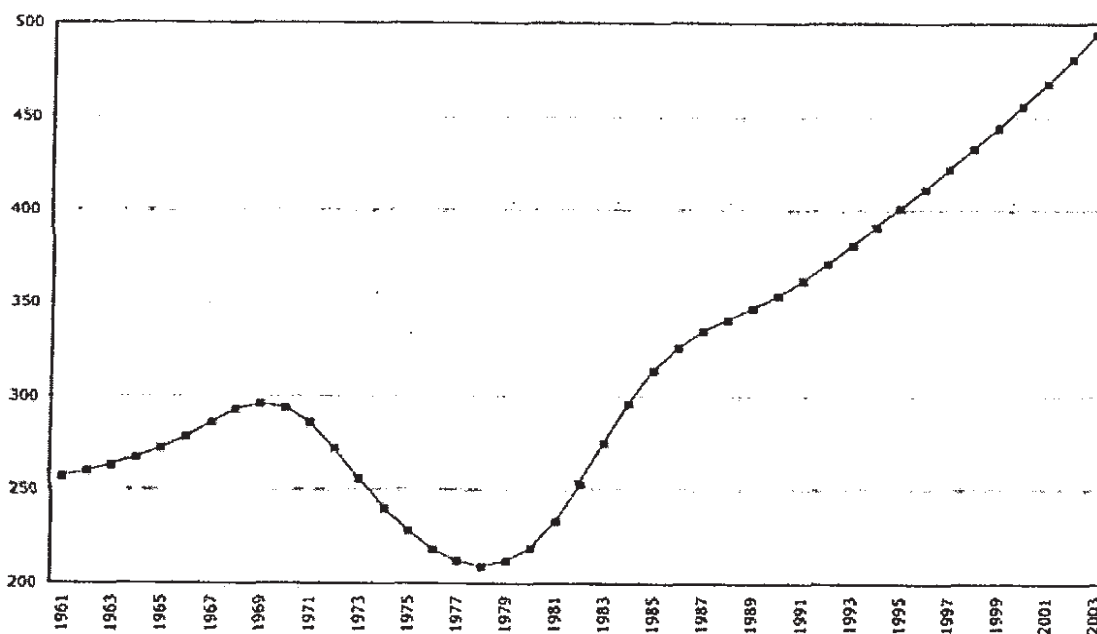


Malabo, Guiné Equatorial - Temperatura e Precipitação

### 3. A demografia e características da população

A população atual (2005) do país está estimada em \*1,138 milhão de habitantes, com taxa anual de crescimento de 2,5%. Um terço da população vive em áreas urbanas, especialmente na capital Malabo e em Bata, principal cidade no continente. As línguas oficiais são o espanhol e o francês (desde 1998), porém o inglês "pidjin" é amplamente difundido.

\*(fonte: FMI - World Economic Outlook Database- set 2006)



Guiné Equatorial 1 - Número de habitantes (1961-2003)

A nação é composta por diversas etnias: a Fang, maior delas (83% da população), é dividida em cerca de 67 clãs diferentes. Originalmente os Fang habitavam a porção continental do território guinéu-equatoriano, porém a migração para a Ilha de Bioko resultou na superioridade numérica do grupo também em sua porção insular. Os Fang possuem mais de um dialeto, que varia de acordo com sua

posição geográfica: ao norte de Rio Muni fala-se o Fang-Ntumu, enquanto ao Sul desse território fala-se o Fang-Okah; é interessante notar que os dois dialetos são ininteligíveis entre si.

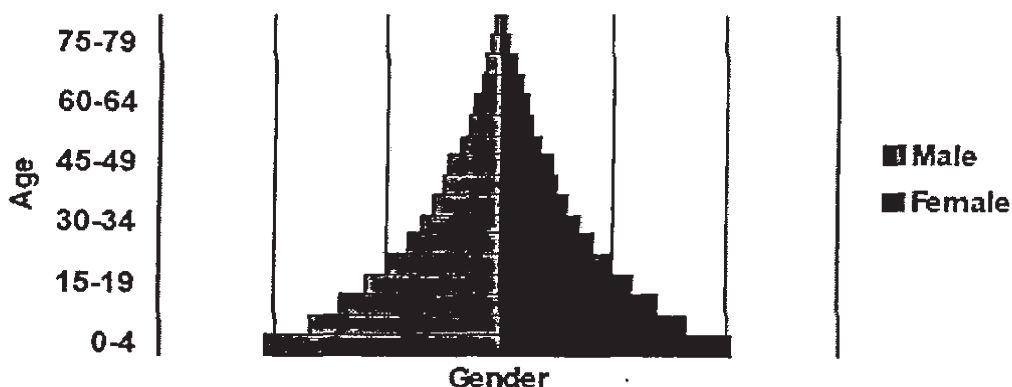
Os Bubi, que constituem cerca de 15% da população, são nativos da Ilha de Bioko. Além disso, outras etnias, como os Ndowes, os Bujebas, os Balengues e os Bengas habitam outras partes de Rio Muni e constituem, juntos, cerca de 5% da população. Recentemente, devido ao acelerado crescimento econômico do país, vem crescendo o número de estrangeiros residentes na Guiné Equatorial, principalmente dos países vizinhos como o Cameroun, Nigéria e Gabão.

A religião predominante da Guiné Equatorial é a católica, herança da colonização espanhola. O animismo também está entre as religiões tradicionais cuja prática permanece em algumas regiões do país.

#### **Dados básicos:**

- Estrutura etária: 0-14 anos: 41.7% (112,326 homens e 111,244 mulheres)
  - 15-64 anos: 54.5% (140,568 homens e 151,500 mulheres)
  - Mais de 65 anos: 3.8% (8,900 homens e 11,343 mulheres)
- Proporção média entre homens e mulheres: 0.96 homens/mulher (dado de 2005);
- Taxa de mortalidade infantil: 85,13 mortes/1.000 nascimentos;

- Expectativa de vida ao nascer: Homens : 53,38 anos;  
Mulheres: 57,8 anos;
- Taxa de fertilidade: 4,62 nascimentos/mulher;
- Taxa de contaminação com o HIV/AIDS na população adulta:  
3.4% (dados de 2001);
- Taxa de alfabetização: Homens: 93.3% ; Mulheres 78.4%  
(dados de 2003);



Guiné Equatorial - Pirâmide etária (2003)

#### 4. O sistema de transportes

Devido à distância que separa os três principais centros populacionais do país (dois dos quais insulares), a rede de transportes da Guiné Equatorial é bastante dinâmica em suas vertentes aérea e marítima. Existem dois aeroportos internacionais no país: o de Malabo (Bioko) e o de Bata (Rio Muni). Além disso, aeroportos domésticos de pequena escala também funcionam nas cidades de Luba e Palé.

Existem quatro grandes portos em funcionamento no país: Bata e Mbini, em Rio Muni, Malabo e Luba em Bioko. Atualmente, o porto mais importante é o "Freeport Luba", na costa oeste do

país, pois serve como escoadouro para grande parte da produção petrolífera guinéu-equatoriana. Sua construção começou em 2000, e é um dos mais modernos da região: possui serviço de imigração e alfândega 24 horas por dia, além de *status* de Zona Franca. Um grande porto para escoamento da produção petrolífera do campo de Alba está sendo construído em Malabo, sob a administração da empresa holandesa Pils, que deterá os direitos sobre a usina durante 15 anos.

O sistema de transporte terrestre é menos desenvolvido, constituído por cerca de 3.000 quilômetros de estradas que, até o boom petrolífero de 1997, não eram asfaltadas. Nos últimos anos, porém, o Governo da Guiné Equatorial tem investido na modernização de vários trechos de rodovias, que vêm sendo recuperados e asfaltados, principalmente na Ilha de Bioko, onde a situação era pior. No continente, as principais cidades são interconectadas por rodovias.

##### **5. O sistema de energia**

Apesar da significativa produção de petróleo no país, o sistema energético da Guiné Equatorial, tanto em Bioko quanto em Rio Muni, ainda depende, em grande parte, da combinação entre as produções de usinas termais e hidroelétricas. A empresa estatal SEGESA é responsável pela manutenção das duas pequenas redes de transmissão de eletricidade no país, com apenas 129 quilômetros de extensão, que atendem as regiões de Malabo, Luba e Bata. Devido à precariedade das instalações da empresa e decorrentes *blackouts*, o uso de pequenos geradores a diesel ou gasolina são bastante comuns em todo o país. No entanto, diversas obras de modernização da estrutura de

distribuição energética estão sendo consolidadas nos últimos anos.

A recente expansão da produção de gás natural no campo de Alba tem, no entanto, constituído uma nova e eficiente fonte de energia no país. O complexo de Punta Europa, ao norte de Bioko, é formado por: uma usina de produção de gás metano, construída pela *Atlantic Methanol Production Company* (AMPCO - um consórcio entre as empresas Marathon Oil, Samedan e o governo da Guiné Equatorial) e uma usina de produção de energia elétrica com capacidade produtiva inicial de 10,4 MW. Em janeiro de 2005, um decreto presidencial criou a Songaz (*Société Nationale de Gaz*), responsável pelo gerenciamento, comercialização e distribuição de gás natural, tanto para o mercado doméstico, quanto para o exterior. Calcula-se que o uso do gás natural como fonte energética tenha aumentado cerca de 45 vezes no período de 2000 a 2002.

Finalmente, cabe destacar a construção, em Bioko, de uma instalação para a produção de gás liquefeito de petróleo (GLP), desenvolvida pelas empresas *Marathon Oil* e *GE Petrol*, cujo investimento é de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão. O término da construção está previsto para o segundo semestre de 2007, data a partir da qual iniciar-se-á a produção de cerca de 3,4 milhões de toneladas de GLP anuais, cuja compra será exclusiva pela empresa *British Gas* por período de 17 anos.



## 6. A agricultura e a pecuária

A agricultura é responsável pelo emprego de metade da população economicamente ativa da Guiné Equatorial, apesar do fato de que apenas 5% das terras do país são aráveis. Antes da Independência, a economia do país era dependente da produção de cacau, café e madeira. A deterioração da economia rural do país forçou o governo independente a expandir a produção rural para incluir plantações de arroz, inhame, mandioca, e óleo de dendê.

O desenvolvimento do setor petrolífero a partir de 1997, no entanto, mudou drasticamente a situação do setor agrícola no país. Hoje, representa menos de 5% do PIB, porcentagem que tende a diminuir ainda mais nos próximos anos. A crise do setor agrícola guinéu-equatoriano acabou por tornar o país dependente da importação de alimentos, inclusive aqueles tradicionais da dieta de sua população. A situação ainda é agravada pelo êxodo rural, estimulado pelo crescimento da indústria petrolífera. Cálculos da FAO estimam que somente 25% da população do país consomem plenamente sua dieta diária.

O problema da produção rural na Guiné Equatorial é de difícil solução. Primeiramente, o solo do país não é adequado à agricultura em larga escala, pois a floresta equatorial que cobre grande parte do país é pobre em minerais e fertilidade. Em segundo lugar, a topografia do país, associada ao alto índice pluviométrico, torna o uso de produtos químicos e fertilizantes uma ameaça ao meio-ambiente, especialmente aos rios e mananciais. Finalmente, a concorrência com os produtos dos países vizinhos diminui os ganhos do setor rural, que se

torna cada vez mais direcionado à subsistência. Somente uma modernização focada em técnicas adequadas ao solo do país permitiriam o desenvolvimento do setor.

É provável, pois, que o setor agrícola guinéu-equatoriano permaneça estagnado pelos próximos anos. Vários programas de assistência ao setor rural, financiados pelos ganhos petrolíferos, estão em estudo pelo governo, inclusive a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Agrário.

#### Pecuária e Pesca

A pecuária na Guiné Equatorial é pouco representativa, constituindo-se basicamente de criações esparsas ao longo do território, sendo que nas regiões de maior altitude compõe-se basicamente de rebanhos ovinos e caprinos. Já a pesca constitui atividade mais desenvolvida, sendo uma das principais econômicas da região costeira de Rio Muni. O potencial de expansão da pesca em escala industrial é possível devido à riqueza de peixes para exportação presentes nos mares territoriais do país.

#### **7. A indústria**

O indústria é, hoje, o principal vetor econômico da Guiné Equatorial, concentrando-se quase exclusivamente nos setores petrolífero e de gás natural, já analisados no item 6, e representa cerca de 95% do PIB. O setor pesqueiro também tem participação na composição da indústria do país, e tem-se profissionalizado nos últimos anos, com o estabelecimento de regulamentações da atividade e combate à pesca ilegal. Sua

participação no PIB do país é, no entanto, pouco significativa.

#### **8. O sistema financeiro**

A Guiné Equatorial é membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), que inclui também o Cameroun, a República Centro-Africana, Chade, República do Congo e Gabão. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, a inflação guinéu-equatoriana manteve-se na média de 9,81% entre os anos de 1993 e 2002 e a estabilidade financeira no mesmo período deveu-se em muito à adoção, em 1985, do franco CFA, de paridade fixa com o euro, como moeda oficial, e do *Banque Centrale des Etats de l'Afrique Centrale* como banco central do país. O setor bancário do país é supervisionado pela *Commission Bancaire de l'Afrique Centrale* (COBAC), com sede em Libreville, Gabão.

#### **9. O desenvolvimento científico**

e

#### **10. O desenvolvimento tecnológico**

O desenvolvimento científico e tecnológico na Guiné Equatorial é pouco significativo. No entanto, devido ao "boom" petrolífero da década de 1990, são cada vez mais disseminadas as tecnologias de exploração do petróleo e do gás natural, ainda que essas mantenham-se, em grande parte, restritas às empresas transnacionais em atividade no país.

## 11. Os investimentos estrangeiros/empresas

O governo da Guiné Equatorial tem, nos últimos anos, tomado medidas administrativas e legais no sentido de liberalizar a economia do país. Um programa de ações governamentais foi implementado com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, incentivar a criação de empregos e o treinamento de funcionários, principalmente nos setores não-tradicionais de exportação. O incentivo nominal ao investimento estrangeiro é complementado pela legislação do país que, entre outras medidas, assegura repatriação de lucros para os países de origem.

As empresas estrangeiras presentes no país são, principalmente, as do ramo de exploração petrolífera como: Mobil, Marathon Oil, Pils, Chevron, Petronas, entre outras. Além dos acordos comerciais de exploração, muitas dessas empresas também possuem programas de assistência em educação e saúde à população guinéu-equatoriana.

Os setores mais promissores para o investimento estrangeiro, além do petróleo e do gás natural, são: a agricultura, cujo grande potencial está condicionado a uma ampla e eficiente modernização do setor; e a mineração, cuja exploração, principalmente no interior de Rio Muni, encontra-se muito aquém de sua potencialidade.

## **12. As exportações**

## **13. As importações**

Hoje o motor do desenvolvimento econômico da Guiné Equatorial é, sem dúvida, a exportação de petróleo e gás natural, e a tendência é que a importância desse produto na balança comercial do país continue a preponderar pelos próximos anos. De uma produção de cerca de 6.000 barris de petróleo por dia em 1995, a Guiné Equatorial hoje produz mais de 350.000 barris, o que a coloca atrás somente de Nigéria e Angola entre os maiores exportadores africanos no setor. Outros produtos exportados incluem madeiras de lei, pescados e cacau: juntos, porém, não chegam a representar nem mesmo 10% do total das exportações.

O incrível desenvolvimento da indústria petrolífera também teve grande impacto sobre as importações do país. Por um lado, o país passou a importar grande número de máquinas e equipamentos mecânicos destinados ou à própria indústria, seja para a extração, armazenamento ou distribuição do produto, ou às inúmeras obras de infra-estrutura que estão sendo promovidas pelo país nos setores de energia, transportes e construção civil em geral. Por outro, as divisas provenientes das exportações também tiveram impacto positivo sobre a demanda interna, embora esta seja, por enquanto, ainda pouco expressiva.

## **14. A dívida externa**

A dívida externa do país era, até 2000, de US\$ 248 milhões, o que até então representava uma significativa porcentagem do

PIB da Guiné Equatorial. Após o rápido crescimento econômico advindo do petróleo, no entanto, a dívida externa não só passou a representar parcela cada vez menor do PIB do país, como também diminuiu, efetivamente, por meio dos pagamentos feitos a credores nos últimos anos. Os dados estatísticos estimados do FMI apontam que, de 2000 a 2004, o total da dívida externa da Guiné Equatorial teria caído pela metade.

#### **15. A história: até 1945**

Descoberta em 1445 pelo navegador português Dionísio Dias, a porção continental da atual Guiné Equatorial foi, durante muitos anos, entreposto importante para o tráfico de escravos na África, exercido tanto pela Companhia das Índias Orientais (durante curto período de dominação holandesa entre 1642 e 1648), quanto pela Companhia Portuguesa de Corisco. As ilhas de Annobon e Bioko (Fernando Pó) também foram descobertas por navegadores portugueses, no ano de 1471. A colonização esparsa dos territórios iniciou-se em 1474, sem grandes evoluções pelos três séculos seguintes. Em 11 de março de 1778, os territórios portugueses do Golfo da Guiné passam ao domínio espanhol, por meio de acordo entre Carlos III da Espanha e Maria I de Portugal, em troca de territórios na América. Em 1827, chega o capitão inglês Fitz William Owen em Fernando Pó, que ali estabelece uma base de operações com o intuito de combater o tráfico de escravos, chamada Saint Clarence (mais tarde Santa Isabel e, finalmente, Malabo). Em 1841, a Inglaterra propõe à Espanha a compra das ilhas de Fernando Pó e Annobon pela quantia de 60.000 libras esterlinas, proposta rejeitada pelos espanhóis que, dois anos depois, voltarão a reafirmar sua soberania sobre as ilhas, inclusive a cidade de Saint Clarence. Em 1885, o território



de Rio Muni, até então de pouco interesse aos espanhóis, adquire status de protetorado e, em 1900, após a resolução dos conflitos pelo controle da região por meio da assinatura do Tratado de Paris, torna-se colônia espanhola. A partir de 1926, as ilhas de Annobon, Fernando Pó e a região de Rio Muni serão administradas conjuntamente pelos espanhóis sob o nome de Guiné Espanhola.

#### **16. A história: até hoje**

Em 1958, os guinéu-equatorianos obtiveram a cidadania espanhola e o direito de representação no parlamento em Madri. Em 1963, a província passou a denominar-se Guiné Equatorial, com um governo local que dispunha de autonomia limitada. Por pressão da ONU, em 1968, a Espanha concedeu a independência à nação, assumindo a Presidência Francisco Macias Nguema.

Estabeleceu-se um regime ditatorial de partido único, que se alinhou ao bloco socialista e rompeu os vínculos com o Ocidente. Macias declarou-se "presidente vitalício" e, durante sua gestão, mergulhou o país em caos econômico, atingindo níveis de miséria sem precedente. Cerca de um terço da população exilou-se ou foi morta devido às condições sociais e à repressão vigentes.

Em 3 de agosto de 1979, Macias foi deposto, havendo sido executado, por um golpe militar liderado por seu sobrinho, o então tenente-coronel Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, com o apoio da Espanha e do Marrocos. Desde então, Obiang tem-se mantido na presidência do país, sob um regime que, a partir de 1991, denominou-se democrático. O Governo de Obiang será melhor detalhado no item 21 deste documento.

## 17. A sociedade

A sociedade guinéu-equatoriana encontra-se, presentemente, em transformação. Os diversos anos de crescimento econômico praticamente nulo e o isolamento diplomático tornaram o país um dos mais pobres da África, e de menores índices de desenvolvimento social. Após o "boom" petrolífero de 1997, a impressionante taxa de crescimento do PIB de 30% ao ano começa, finalmente, a provocar impacto positivo, ainda que modesto, nos índices de desenvolvimento humano guinéu-equatoriano. A população, antes preponderantemente rural, tem imigrado para as cidades, onde as oportunidades de trabalho avolumam-se em razão da indústria petrolífera e da construção civil. Além disso, o índice de crescimento vegetativo também cresceu, não só devido à imigração proveniente de países vizinhos, mas também à pequena melhoria das condições sociais do país.

No entanto, ainda são vários os problemas que acometem a sociedade guinéu-equatoriana, e que, em sua maioria, se assemelham bastante àqueles dos países vizinhos: violência urbana, pobreza, fome, desemprego (30% em 2004), aguda desigualdade social e alta concentração de renda. A riqueza do país, concentrada nas mãos de uma cúpula do governo associada ao partido do Presidente Obiang e à sua família, ainda não conseguiu reverter o quadro social crítico do país.

- **Índice de Desenvolvimento Humano** (\*): 110 °

(\*): PNUD: Brasil ocupa o 69° lugar

- **Taxa de Crescimento Demográfico:** 2,46% ao ano (2001 estim.)
  - **Expectativa de vida:** 55 anos
  - **Taxa de fertilidade:** 4,62 crianças/mulher
  - **Mort. Infantil:** 85 em cada mil nascimentos (2000)
  - **Pop. Urbana:** 48% (2000)
  - **Religião principal:** Católica (84%)
  - **Alfabetização:** Mulheres: 78,4%; Homens: 93,3%
- Média da população:** 85%

A questão do direito das mulheres, cuja taxa de escolaridade e de participação na sociedade civil ainda são bastante inferiores às masculinas, também é objeto de vários programas governamentais e das Nações Unidas na Guiné Equatorial, assim como na maior parte dos países do Golfo da Guiné.

#### Questões étnicas

A Guiné Equatorial não possui graves problemas étnicos, já que a grande parte da população pertence à etnia fang, cuja arte, principalmente a escultura, é bastante rica. No entanto, a contribuição das demais etnias para o folclore e cultura do país é bastante variada: as danças das etnias *ndowes* (Ivanga) e *bubi* (Cachá), por exemplo, além do Mokom, típica dos *fang*, são manifestações célebres do espírito festivo do povo guinéu-equatoriano.

#### **18. Estado: organização**

A Constituição promulgada em 1992 adotou o regime democrático multipartidário e um sistema de governo baseado em três poderes independentes. Na prática, o poder se concentra nas mãos do Presidente Teodoro Obiang, no cargo desde 1979, e que

renovou o seu mandato setenal em 2002. O Presidente da República é responsável pela indicação do Chefe de Governo e Ministros de Estado.

O Poder Legislativo é unicameral: a Assembléia Legislativa (*Cámara de Representantes del Pueblo*), cujos deputados possuem mandato de 5 anos, foi renovada em 2004, eleição na qual 98 dos 100 deputados eleitos pertenciam ao partido do presidente ou a seus coligados. Os governadores das sete províncias são indicados diretamente pelo Presidente da República. O Poder Judiciário, cujo principal órgão é a Suprema Corte, também é controlado pelo Executivo.

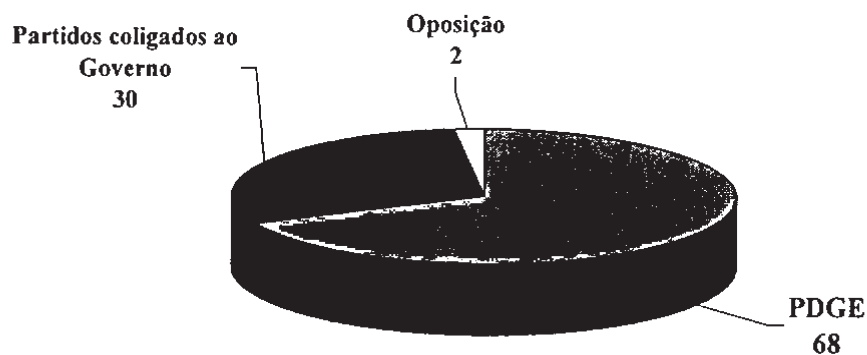
#### **19. O sistema político: partidos**

O sistema partidário da Guiné Equatorial é pouco diversificado e representativo. O *Partido Democrático de Guinea Ecuatorial* (PDGE), antigo partido único do país, é liderado pelo Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo e possui esmagadora maioria na Assembléia Legislativa do país. Além disso, oito pequenos partidos, como o Partido para o Progresso da Guiné Equatorial (PPGE), a Ação Popular da Guiné Equatorial (APGE), a Aliança Democrática Progressista (ADP), fazem parte de uma coligação de apoio ao Governo, conhecida, ironicamente, como "Oposição Democrática". Juntos, possuem 98% dos assentos da Assembléia. Já a Convergência pela Democracia Social (CPDS) e a União Popular (UP) são os dois partidos de real oposição ao Governo. Cabe notar, ainda, a existência de vários partidos de oposição não-reconhecidos oficialmente, inclusive cinco exilados em Madri conhecidos como RENAGE (Resistência Nacional da Guiné Equatorial), e que

até pouco tempo contava com o apoio do governo espanhol. No entanto, no contexto da reaproximação da Espanha com sua antiga colônia, a RENAGE passou a acusar também esse país de defender o regime autoritário do Presidente Obiang.

O fenômeno de adesão dos partidos de oposição ao governo relaciona-se diretamente com a riqueza crescente do país proveniente da exploração petrolífera, cujos lucros e direitos de exploração são controlados diretamente pela cúpula do PDGE e pela família do Presidente Obiang. Esse controle, aliás, estende-se também às repartições públicas e empresas do país, o que torna, muitas vezes, até o emprego e estabilidade dos opositores do governo uma questão de difícil manutenção. Além disso, as dissensões internas entre os pequenos partidos não conseguem fazer frente ao poder do PDGE, que foi, durante muito tempo, o único partido do país e que controla a máquina estatal.

**Guiné Equatorial - Número de Assentos na Assembléia Legislativa em 2005  
(por partido)**



## 20. O Governo

Ao assumir o poder em 1979, Teodoro Obiang deu início a um programa de reconstrução nacional e, no plano externo, alinhou-se ao Ocidente, desenvolvendo boas relações sobretudo com a França. Em 1982, foi promulgada nova Constituição, aprovada por plebiscito, e Obiang foi eleito como candidato único com mandato de 7 anos.

Em 1987 o Presidente Obiang criou o "Partido Democrático de Guiné Ecuatorial - PDGE", em regime de partido único. Obiang foi reeleito nas eleições presidenciais de junho de 1989, consideradas pouco transparentes por observadores internacionais. Em 1991, o Governo aprovou uma lei permitindo a criação de novos partidos políticos.

Não obstante o estabelecimento do multipartidarismo, o PDGE continuou sendo a agremiação política amplamente majoritária e a oposição logo se fragmentou em vários pequenos partidos. O PDGE obteve 68 dos então 80 assentos da Assembléia nas eleições de 1993, que foram boicotadas pela maioria dos partidos opositores e marcadas por sérias irregularidades, o que motivou a suspensão da cooperação financeira por parte dos principais doadores.

Nas eleições presidenciais de 1996, igualmente boicotadas pela oposição e consideradas pouco confiáveis, Obiang reelegeu-se com 98,6% dos votos. Nas eleições parlamentares de março de 1999, o PDGE obteve 75 cadeiras das 80 disponíveis. Em dezembro de 2002, o presidente foi reeleito por mais um setenato com 97,1% dos votos e, em abril de 2004, realizaram-se as eleições legislativas e municipais, havendo o PDGE obtido 68 das agora 100 cadeiras da Assembléia



Nacional, os partidos coligados 30 assentos e a oposição representada pela "Convergencia para la Democracia Social - CPDS", 2 cadeiras, uma a mais que no pleito anterior.

Não obstante a progressiva, embora ainda incipiente, melhoria das condições de vida da população, a estabilidade do regime parece basear-se essencialmente na dura repressão dos opositores. Grande número de guinéu-equatorianos vive no exílio por razões políticas e econômicas. Nos últimos anos, verificaram-se tensões étnicas na ilha de Bioko entre a minoria autóctone dos bubu e os fang, sendo que o "Movimiento para la Autodeterminación de la Isla de Bioko" foi acusado de tentar um golpe de estado em 1997 e de atentados a instalações governamentais no ano seguinte.

Em março de 2002 o governo anunciou haver prendido dezenas de conspiradores que estariam preparando um golpe de estado. Entre estes, destacam-se Felipe Ondo Obiang e Guillermo Nguema Ela, fundadores da "Frente Democrática Republicana - FDR" (oposição não reconhecida legalmente). Felipe Ondo Obiang é político de projeção nacional, tendo sido Secretário-Geral da Presidência no governo de Macias. Posteriormente, entre 1979 e 1984, presidiu a Assembléia Nacional, afastando-se para fundar o FDR, que abriga elementos civis e militares que serviram o Governo Macias. Cabe mencionar que tanto os elementos mais influentes do regime de Teodoro Obiang, quanto os do seu falecido tio provêm da cidade de Mongomo (onde teriam transcorrido as reuniões de caráter conspiratório), e muitos são aparentados, o que relativiza a estabilidade dos alinhamentos políticos.

No mesmo contexto, foi igualmente preso Emilio Ndong, da "Unión Popular - UP" (partido reconhecido), e pouco antes fora preso Fabián Nsue Nguema, Secretário-Seral da UP, por injúrias ao Chefe de Estado.

Dos sete partidos de oposição existentes no país, o único que goza atualmente de credibilidade é a CPDS, que designou como candidato à presidência nas últimas eleições o seu co-fundador, Celestino Bonifacio Bacale, engenheiro de minas formado na Espanha. O candidato natural do partido, Placido Mico Abogo, seu Secretário-Geral, não tinha ainda os 40 anos exigidos pela Constituição para postular a presidência.

O adversário mais atuante do regime é Severo Moto, antigo jornalista com breve passagem pelo governo e que em 1986 se exilou na Espanha, de onde dirige o "Partido para el Progreso de Guinea Ecuatorial - PPGE" e um "governo no exílio". Em março de 2004 ocorreu uma importante tentativa de golpe de estado que seria executada mediante a invasão da capital por mercenários. Os julgamentos dos mercenários capturados na África do Sul, no Zimbábue e na Guiné Equatorial deixaram forte indício de que Severo Moto seria colocado na presidência de seu país se o golpe houvesse sido vitorioso.

Outrossim, tem sido objeto de ocasionais especulações a possível intenção do filho mais velho do Presidente, Teodoro ("Teodorino") Obiang Nguema, atualmente Ministro da Agricultura e Florestas, de suceder a seu pai, o que seria contestado por dois de seus tios, que ocupam posições importantes nas Forças Armadas e no serviço de segurança do país.

## 21. A política econômica

Em 2005, o <sup>1</sup>PIB da Guiné Equatorial ultrapassou a marca dos US\$ 7 bilhões. A renda per capita estimada para 2005 teria sido de US\$ 6.205, para uma população de 1,13 milhão de habitantes. O PIB é composto em cerca de 90% pela indústria (petrolífera, essencialmente), em menos de 3% pela agricultura e em 5% pelos serviços. A taxa de crescimento médio do PIB entre 2000 e 2004 foi de quase 30% e a inflação média foi de 6,5%. Devido ao aumento acelerado das exportações e aos crescentes excedentes no balanço de pagamentos, o país não possui dívida interna e a dívida externa é inferior a seus haveres no exterior.

A economia do país gira principalmente em torno do petróleo, cuja produção alcançou 350 mil barris por dia em 2004, com reservas provadas de 1.1 bilhão de barris, tornando-se o terceiro exportador africano, após a Nigéria e Angola. O petróleo representa mais de 90% das receitas fiscais e de exportação, e é explorado por empresas estrangeiras, quase todas norte-americanas. Em 2001, uma empresa estatal, GEPETROL, foi criada com a finalidade de gerir a parcela do Estado nos contratos de exploração e participar de atividades de distribuição e processamento do produto. A partir do mesmo ano, iniciou-se a exploração de gás natural, cujas reservas são estimadas em 68.5 bilhões de metros cúbicos, com a inauguração de uma usina de metanol produzindo 1.3 milhão de toneladas/ano. A empresa *Marathon Oil* e a GEPETROL estão construindo uma usina para produção de gás natural liqüefeito, a ser inaugurada em 2007, ao custo de US\$ 1.4

---

<sup>1</sup> Dados de PIB, renda per capita e população do FMI (*World Economic Outlook Database 2006*)

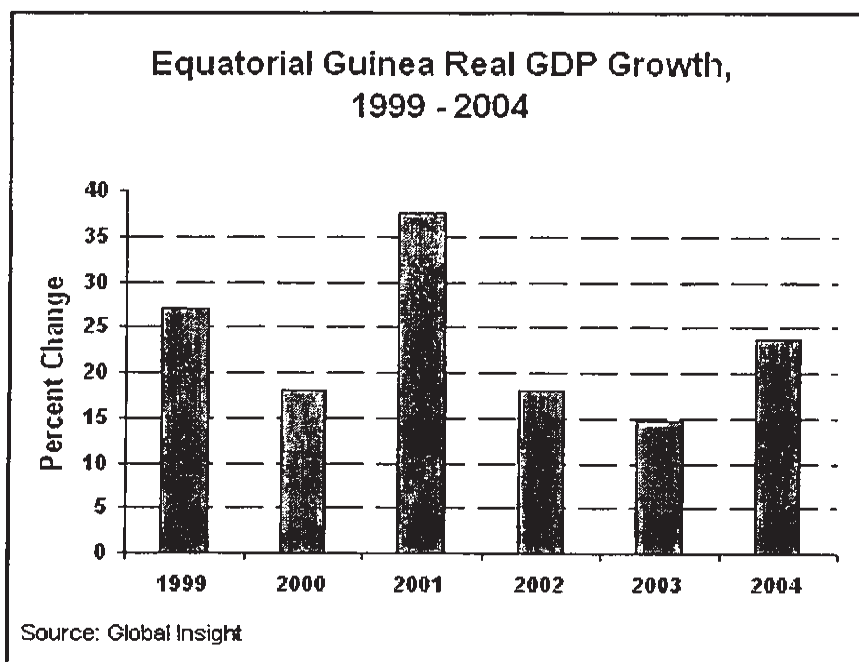
bilhão. O consumo local vem aumentando progressivamente, inclusive para suplementar o deficiente abastecimento de energia elétrica.

No ano de 2004, a agricultura representou apenas 3% da economia do país (contra 5% em 2001 e 16% em 1999). A colheita do cacau, tradicionalmente a principal cultura comercial, alcançou apenas 2.4 mil toneladas na safra 2003-2004, contra 10 mil nos anos 1980. Embora ainda produza café (100 ton), arroz, mandioca, banana, noz de palma e gado, o êxodo rural acelerado pela exploração do petróleo e as obras públicas vem ocasionando estagnação ou quedas de produção e o conseqüente aumento das importações de países vizinhos, notadamente do Cameroun, e da Europa (Espanha e França) para alimentos processados.

A exploração da madeira, concentrada sobretudo na espécie okumé, utilizada na fabricação de condensados e aglomerados, atingiu 714,9 mil de metros cúbicos em 2000, caindo progressivamente até alcançar 517 mil metros cúbicos em 2004. O governo obriga, atualmente, as empresas a processar 80% das exportações de madeira e a exploração, processamento e exportação desse recurso natural está cada vez mais concentrada em empresas estrangeiras, destacando-se as da Espanha e da Malásia.

O crescente número de obras públicas refletem a disponibilidade de recursos para investimentos na Guiné Equatorial. A infra-estrutura do país está sendo progressivamente modernizada por empresas estrangeiras, sobretudo européias; inicia-se, também, a participação chinesa nesse mercado, que inclui a recuperação de estradas,

construção civil, aeroportos, estádios de futebol, etc.



## 22. A política social

Apesar de ter sido, por diversos anos, um dos países mais pobres do mundo, e com os menores índices de desenvolvimento humano, o governo da Guiné Equatorial tenta, hoje, reverter uma parcela, ainda que pequena, dos lucros advindos da indústria petrolífera, para os investimentos nas áreas sociais (conforme dados do FMI, abaixo). As áreas prioritárias dos programas de desenvolvimento social do governo guinéu-equatoriano são a educação, a saúde pública, as questões de gênero, e a melhoria das condições estruturais de vida da sociedade, com a modernização dos transportes, sistema energético e inclusão de imigrantes vindos das zonas rurais para economia industrial e de serviços.

Os resultados dessa política social ainda são bastante modestos, porém já representam uma significativa evolução em relação ao quadro de 20 anos atrás. Nesse contexto, tem aumentado a cooperação entre o Governo da Guiné Equatorial e as instituições internacionais de desenvolvimento social, além dos acordos com outros países, principalmente os Estados Unidos, a França e a Espanha.

	2000	2001	2002	2003	2004
(In percent of total investment expenditure)					
Expenditure by sector					
Agriculture, forestry, and fishing	2.0	2.5	10.4	10.5	7.1
Administrative development	17.3	12.7	20.0	19.0	22.8
Education	19.8	9.0	12.4	12.3	27.2
Energy	1.2	4.3	3.2	3.1	9.2
Industry	0.3	1.4	1.9	2.0	1.4
Information, tourism, and culture	2.3	1.7	5.1	5.2	3.0
Social development	8.2	7.8	11.9	20.5	18.5
Health	11.8	9.9	11.3	9.9	6.9
Transport and communications	0.3	5.7	16.1	16.9	3.5
Other	36.7	45.0	7.6	0.5	0.4
<b>Total</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

### 23. As forças armadas

Após o golpe militar de 1979 liderado pelo Presidente Obiang, as forças armadas do país foram reorganizadas. Até então, grande parte do equipamento militar do país era de origem soviética, devido à ligação do antigo governo ao bloco



socialista. Hoje, as Forças Armadas são compostas por aproximadamente 2.500 pessoas, divididas entre o Exército, Marinha, Aeronáutica. Além disso, recentemente uma nova divisão das forças armada do país foi criada: a *Gendarmerie*, cujo treinamento e educação são apoiados por acordo de cooperação militar com a França.

O crescimento dos investimentos na área militar acompanha aquele do PIB: assim, a proporção de cerca de 5% do Produto Interno Bruto desde 2000 fez com que o investimento bruto nesse setor atingisse mais de US\$ 120 milhões em 2004. Parte desse total foi gasto na compra de itens de artilharia, da China, e barcos de patrulha ucranianos.

#### **24. A política exterior: fundamentos e objetivos**

Ao assumir o poder, em 1979, o Presidente Obiang começou a reverter o alinhamento anti-ocidental de seu país, tendência que se consolidou após o desmantelamento do bloco socialista. Em termos gerais, a política externa da Guiné Equatorial apresenta limitações políticas, consequência do longo período de auto-isolamento durante o governo Macias, da falta de interesse por um país desprovido de recursos, (situação que somente começou a se reverter com o substancial aumento da produção petrolífera nos últimos 3 anos), da escassez de recursos humanos preparados para interagir com o mundo exterior e dos problemas relacionados com a imagem do país em matéria de democracia e direitos humanos.

Desde a independência, as relações com a Espanha tiveram avanços e recuos, em particular devido à presença naquele

país de grande número de exilados políticos guinéu-equatorianos, que organizaram partidos e manifestações freqüentes de crítica aos regimes Macias e Obiang, e contando, ademais, com o apoio de políticos espanhóis. Em 2001, o relacionamento começou a melhorar, tendo o Presidente Obiang efetuado visita oficial a Madri após 10 anos de ausência. No mesmo ano, duas missões oficiais espanholas foram a Malabo oferecer cooperação em matéria de modernização do Estado, e o partido político de Obiang (PDGE) enviou, pela primeira vez, representantes à Espanha. A chanceler de então, Senhora Ana Palácio, esteve em Malabo em 2003, ocasião em que foi assinado acordo de reconversão da dívida da Guiné Equatorial, no qual destinou-se US\$ 31,5 milhões a programas de assistência social, e US\$ 17 milhões para a promoção de investimentos espanhóis no país.

Após a tentativa de golpe de estado de março de 2004, o governo de Malabo exigiu providências contra Severo Moto e, não tendo sido atendido, retirou seu embaixador em Madri. Com a mudança de governo na Espanha, o diálogo foi retomado e o embaixador da Guiné Equatorial reassumiu suas funções. Em fevereiro de 2005, o chanceler espanhol Miguel Angel Moratinos foi encontrar o Presidente Obiang em Bata, prevendo-se, nessa ocasião, a troca de visitas entre Zapatero e Obiang, e a convocação de Comissão Mista bilateral. No documento oficial emanado do encontro, a Espanha declara rejeitar qualquer ação de desestabilização ou tomada do poder na Guiné Equatorial por vias não-democráticas, numa referência à citada tentativa de golpe de estado, e a Guiné Equatorial reconhece que a luta contra a pobreza e o respeito e a promoção dos direitos humanos são temas indissociáveis do desenvolvimento econômico.

Em outubro de 2006, o chanceler espanhol, acompanhado de do ministro da justiça e de outro interlocutores espanhóis, visitou Malabo levando convite de Zapatero para que o mandatário equato-guineano visitasse oficialmente a Espanha até o final do ano de 2006. Foi firmada declaração conjunta de cooperação no plano político, um memorando de entendimento para colaboração jurídica em matéria civil e penal e um plano de ação para a formação de juízes e promotores.

Moratinos manteve também encontros com as principais lideranças dos partidos de oposição legais. No plano das relações econômico-comerciais, as empresas espanholas pretendem não só participar da extração e refino dos cerca de 360 mil barris diários de petróleo - cifra que deve alcançar 500 mil barris em 2008 -, mas também aproveitar a bonança econômica resultante da exportação de hidrocarbonetos para se lançarem em setores básicos de infra-estruturas e serviços da Guiné Equatorial.

Outra senha da boa disposição espanhola de elevar o nível de seu relacionamento com o parceiro africano é a **intenção de Moncloa em propor, durante a Cúpula de Montevidéu, em novembro de 2006, a associação da Guiné Equatorial à comunidade de países ibero-americanos. (Fonte: Telegrama 1150 de Brasemb Madri)**

A França, muito atuante na África Central, obteve a adesão da Guiné Equatorial à zona do franco CFA, em 1985, e à Organização Internacional da Francofonia, em 1989. Além disso, ocorre, em 1998, a adoção do **francês como segunda língua oficial**. O Presidente Obiang tem efetuado visitas ao Presidente Chirac, a quem definiu como "amigo seguro", em

agosto de 2004, e outros contatos são realizados a nível ministerial. As empresas francesas têm atuação importante no país, sendo dominantes no setor de obras públicas e telefonia.

A Ucrânia desenvolveu uma ofensiva diplomática em outubro de 2004, enviando uma delegação de 15 altos funcionários de diferentes ministérios a Malabo, sob a chefia do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Vladimir Makua, em seqüência a uma visita oficial do Presidente Obiang a Kiev. A Ucrânia já havia fornecido armas, inclusive helicópteros de combate, à Guiné Equatorial, e, nessa oportunidade, manifestou o interesse em cooperar nas áreas de extração e refino de petróleo.

Na África, a Guiné Equatorial integra a União Africana e as duas entidades de integração de sua sub-região, a CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central) e a CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central), tendo manifestado o interesse de vir a ser **observador na CPLP**, que, por ora, não prevê essa categoria de associado.

O país resolveu, satisfatoriamente, a delimitação de suas fronteiras marítimas com a Nigéria, São Tomé e Príncipe e o Cameroun. Por ocasião da tentativa de golpe de estado de março de 2004, a Guiné Equatorial contou com o firme apoio da África do Sul e do Zimbábue, que prenderam os mercenários que se encontravam em seus territórios e os processaram judicialmente. Os presidentes do Gabão e da República do Congo, então titulares das presidências da CEMAC e da CEEAC,

deslocaram-se conjuntamente a Malabo, no final daquele mês, para manifestar sua solidariedade ao Governo Obiang.

As relações com a Nigéria foram igualmente afetadas por esse motivo até 2001, quando ocorreu uma grande aproximação entre os dois países, refletida na visita de Obasanjo a Malabo em setembro, quando a Nigéria passou a prestar cooperação ao país sob forma de bolsas de estudo, doação de veículos e construção de um hospital em Anizok (centro-leste da parte continental). A Nigéria também auxiliou, decisivamente, a Guiné Equatorial a livrar-se de uma supervisão permanente (por um relator especial) da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Na África do Norte, são sólidas as relações com o Marrocos, que, entre 1980 e 1990, manteve 500 soldados e mais de 100 policiais na Guiné Equatorial, para assegurar a defesa pessoal do seu Presidente. Foi criada a "Agência guiné-marroquina de Desenvolvimento" para promover investimentos e exportações do Marrocos, havendo-se suscitado em 2003 projetos de construção de um porto em Bata e o fornecimento de medicamentos, sendo que em janeiro de 2004 Obiang visitou mais uma vez Rabat, inclusive para motivar os empresários locais a investir em seu país. A Líbia, que fechou sua embaixada em Malabo em 1980, manifestou a disposição de reabri-la oportunamente, ademais de oferecer-se para custear a metade das despesas que viria a ter uma representação diplomática guinéu-equatoriana em Tripoli. Com a Argélia as relações seriam mais tênues, mas o Presidente Obiang doou quase uma tonelada de víveres em maio de 2003 para ajudar as vítimas do terremoto que atingira o citado país.

Dentre os países asiáticos, predominam, desde 1970, as relações com a China, que mantém embaixada residente e "cooperantes" na Guiné Equatorial e tem atuado nas áreas de agricultura, saúde, telecomunicações, construção de estradas e treinamento militar, sendo que, em 2002, o filho mais velho do Presidente, Teodoro Obiang Nguema, que é também oficial do exército, fez um curso de comando de 4 meses na China. Beijing recebeu visita oficial do Presidente Obiang em 2001, assinando-se acordos de cooperação em informática e obras de infra-estrutura e outras missões de ambos os lados se sucedem em vários níveis.

Na América Latina, o relacionamento se limita essencialmente a Cuba, que está presente no país nos setores de educação, agricultura e saúde e ofereceu para 2002 cooperação em técnicas de pesca, sua conservação e comercialização, em manutenção dos barcos, assim como a construção de uma fábrica de processamento de alimento. A embaixada cubana, fechada em 1990 por razões orçamentárias, foi reaberta em abril de 2001. Em 2003, a Petróleo de Venezuela (PDVSA) enviou missão técnica a Malabo para oferecer cooperação, procurando retomar uma atividade que exerceu nos anos 80 e que não teve seguimento, valendo recordar que a partir do início da década seguinte as empresas norte-americanas chegaram ao país para promover o início efetivo da exploração petrolífera. Em maio de 2005 o Chanceler visitou o México para propor acordos de cooperação nos campos da energia (petróleo), educação, agricultura e luta contra a pobreza.



**25. As relações com o principal vizinho: Cameroun**

Durante a maior parte de sua existência como nação independente, a Guiné Equatorial expatriou seus cidadãos, geralmente sem formação, para os países próximos que ofereciam melhores condições de vida, sobretudo o Gabão. Com o grande aumento da demanda por mão-de-obra um pouco mais qualificada, resultante do "boom" petrolífero a partir de 2000, inverteu-se a tendência e o país passou a receber imigrantes clandestinos, sobretudo da Nigéria e do Cameroun, o que gera situação potencialmente conflitiva. Em 2004, após a citada tentativa de golpe de Estado, o Governo Obiang procedeu a "razzias" policiais contra africanos em situação ilegal no país, concentrando-se sobre os camerouneses, dos quais cerca de 1000 teriam sido expulsos, além de sofrerem violências e extorsões. Em sinal de protesto, o Cameroun retirou seu embaixador e foi necessário uma viagem de Obiang a Iaundê para encerrar o incidente.

Comercialmente, o comércio entre os dois países tem aumentado, sobretudo no que concerne à importação de gêneros alimentícios por parte da Guiné Equatorial.

**26. As relações com o segundo principal vizinho: Gabão**

O Gabão foi um dos países vizinhos à Guiné Equatorial que mais recebeu imigrantes vindos daquele país durante o período anterior à descoberta de reservas petrolíferas. Persiste uma divergência entre os dois países em torno da soberania sobre a ilha de **Mbagnié** desde a década de 1972, e que ressurgiu com a visita do Ministro da Defesa do Gabão, Ali Bongo Ondimba, àquele local em 26 de fevereiro de 2003, quando

relançou a reivindicação gabonesa. A questão é determinante para a fixação das fronteiras marítimas numa região rica em petróleo e, em 6 de julho de 2004, à margem de uma reunião da UA em Adis Abeba, os dois presidentes assinaram um protocolo de acordo que compromete as duas partes a encontrar um acordo negociado, em função do que o Secretário-Geral da ONU indicou um mediador, cuja missão ainda não apresentou resultados.

## **27. As relações com o Brasil: políticas**

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1974, com representações cumulativas. A brasileira com a Embaixada em Libreville, ultimamente, e a guinéu-equatoriana em Cuba, e, mais tarde, em Washington. O relacionamento foi pouco expressivo até passado recente, devido aos mesmos motivos que inibiram sua política externa em geral. O Presidente Obiang tomou a iniciativa de participar como convidado especial da V Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se realizou em julho de 2004 em São Tomé e Príncipe, onde manteve contato com o Presidente Lula. Em agosto, anunciou-se a intenção da Guiné Equatorial de abrir embaixada em Brasília, o que se concretizou em 2005. O Brasil também abriu Embaixada residente em Malabo, em 2006. No plano multilateral, os 2 países participam da ZOPACAS e tem havido algum apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

### **a) Visitas de Autoridades**

- Maio de 1988 - Ministro dos Esportes e da Educação, Fortunato Nzambi Maachinde;

- setembro de 1994 - Chefe do Estado-maior das Forças Armadas, Tenente Coronel Inocencio Ngomo Ondo;
- setembro de 1998 - Ministro das Minas e Energia, Juan Olo Mba, para participar de seminário da PETROBRAS;
- setembro de 2002 - Ministro das Minas e Energia, Cristobla Mañana Ela e funcionários da GEPETRPL para participar do *World Petroleum Congress* no Rio de Janeiro;
- maio de 2005 - Embaixador da Guiné, acreditado no Brasil e residente em Washington, Teodoro Biyogo Nsue e o Inspetor-Geral da Chancelaria guinéu-equatoriana, Simeon Oyono Esono, para tratar da abertura da embaixada em Brasília.

Nos últimos 3 anos ocorreram, ainda, visitas privadas do Ministro da Agricultura e Florestas, Teodoro Nguema Obiang Nchama, filho do Presidente da República.

#### **28. As relações com o Brasil: militares**

Não há registro de relações militares entre os dois países.

#### **29. As relações com o Brasil: econômicas**

O intercâmbio comercial com a Guiné Equatorial tem sido, nos últimos anos, francamente favorável àquele país, em decorrência das importações brasileiras de "óleos brutos de petróleo". Exceção feita ao ano de 2003, quando houve modesto superávit brasileiro. Segundo os dados da SECEX (Secretaria do Comércio Exterior - MDIC), indicando uma tendência de

maior participação no mercado local, embora ainda modesta, iniciada em 2002, as exportações brasileiras passaram de US\$ 3.491 mil, em 2002, para US\$ 2.649 mil, em 2003, US\$ 3.577 mil, em 2004, e US\$ 6.860 mil, em 2005. Contudo, de 2002 até 2005 (4 anos), a balança comercial brasileira acumula um déficit de mais de US\$ 286 milhões, em razão, como mencionado, das compras de brasileiras de produtos petrolíferos.

As principais exportações brasileiras são de carnes congeladas de aves e de origem bovina, em valores que alcançaram em 2005 cerca de US\$ 3 milhões. Registram-se ademais grande variedade de alimentos industrializados, material de construção, pneus para ônibus e caminhões, estando ausentes os bens de capital, para os quais haveria um mercado na área de equipamentos petrolíferos.

Vale assinalar que o relacionamento comercial apresenta potencial de crescimento, sobretudo pelo lado brasileiro, o que, se explorado, poderia vir a atenuar o desequilíbrio no intercâmbio que hoje se verifica. A Guiné Equatorial apresenta demandas em praticamente todos os setores da sua economia e tem disponibilidade de recursos públicos, refletida no excedente de balança comercial de US\$ 1, 5 bilhão em 2004 e nas receitas fiscais de um país sem endividamento líquido. Em matéria de obras públicas, há margem para a proposição de projetos e o acesso a esse mercado poderia fazer-se mediante negociações bilaterais com o governo local, sem concorrência internacional.

Aviso nº 1.273 – C. Civil

Em 9 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– A mensagem lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.202, DE 2006**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (nº 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.**

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**  
Relator **ad hoc**: Senador **Heráclito Fortes**

#### **I – Relatório**

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (PDC nº 1.062, de 2001, na origem), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de setembro de 2006, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões Constituição e Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a Proposição a Mensagem nº 1.678, de 2000, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00277/MRE, de 29 de agosto de 2000, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

A celebração do instrumento ocorre no final de uma década em que a transparência nas transferências internacionais de armas convencionais se consagrou como importante fator de fortalecimento da confiança entre os Estados. Foi em 1991, que a Resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas criou o Registro de Armas Convencionais da ONU, um banco de dados abono à participação voluntária de todos os Estados membros da Organização, sobre exportações e importações de sete categorias de armas convencionais. (...) O instrumento (...) reflete a posição concertada dos países membros da OEA e representa, sobretudo, um exemplo de convergência de interesses no continente. (...) a Convenção estabelece o compromisso de que os Estados-Partes elaborem relatórios anuais de informações sobre importações e exportações e intercambiem informações (...) sobre a aquisição de armas convencionais, seja importação, seja produção nacional.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que se trata de diploma de caráter inovador que conduz seus signatários a novo patamar no tratamento transparente desejado a assuntos militares no âmbito da OEA. Registra, também, que a referida Convenção teve Brasil e Estados Unidos da América como importantes patrocinadores. Finalmente, convém destacar que a Exposição de Motivos é subscrita pelo então Ministro da Defesa.

#### **II – Análise**

No cenário hemisférico, a segurança coletiva tem sido componente de grande relevância nas relações entre os Estados americanos. Nesse sentido, a Convenção em apreço traz importante contribuição ao

promover a transparência nas aquisições de armas convencionais, com destaque para tanques de guerra, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grande calibre, aeronaves de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra e mísseis e plataformas de lançamentos de mísseis.

Convém destacar o papel do Brasil ao patrocinar a Convenção que vai ao encontro não só dos interesses regionais, mas da busca pela transparência defendida pela Organização das Nações Unidas. Assim, a Convenção sem dúvida contribui para a paz em nosso continente e no mundo e é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil.

### III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator *ad hoc* – **Marcelo Crivella** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Sery Sihessarenko** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

#### PARECER Nº 1.203, DE 2006

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (nº 1393/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

#### I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (PDC nº 1393, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de setembro de 2006, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 271, de 2004, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00088 DAOCI/DAI/MRE, de 7 de abril de 2004, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O presente Acordo dispõe sobre a cooperação em defesa e segurança, em particular nos campos de pesquisa e desenvolvimento; aquisição e apoio logístico; intercâmbio de experiências em matéria de equipamento, operações internacionais de manutenção de paz e ciência e tecnologia; aquisição de equipamento e treinamento conjunto, dentre outras. (...) Trata-se de importante instrumento de aproximação entre o Brasil e a Índia (...) em um dos campos mais promissores do relacionamento bilateral. A cooperação objeto do presente acordo poderá ter também bons reflexos na área econômico-comercial, mediante a participação de empresas brasileiras nos programas de aquisições do Governo da Índia, país em cujo orçamento nacional os gastos militares figuram com grande destaque.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que a cooperação deverá ser gerenciada por uma unidade conjunta, o Comitê de Defesa Brasil-Índia e que o acordo dispõe sobre a proteção das informações confidenciais obtidas a seu abrigo.

#### II – Análise

Em um cenário de crescente preocupação com a segurança no sistema internacional, um acordo entre países da relevância de Brasil e Índia, particularmente no campo da defesa e da ciência e tecnologia, deve ser acolhido com entusiasmo. Afinal, a cooperação entre essas duas grandes democracias contribui para a promoção da paz não só regional como globalmente.

Ademais, a Índia vem-se destacando não só como potência militar regional, mas como economia ascendente e um pólo na área de ciência e tecnologia. Nesse sentido, os brasileiros têm a ganhar com uma maior aproximação com o país asiático.

O exemplo dos investimentos indianos nas áreas de defesa e de ciência e tecnologia também serve de paradigma para qualquer país que deseje ocupar um



lugar de destaque no concerto das nações. Assim, o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil.

### III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Heráclito Fortes** – **Sery SShessarenko** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

### PARECER Nº 1.204, DE 2006

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415 de 2006 (nº 1.423/2004, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

### I – Relatório

Vem á Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 415, de 2006. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 453, de 30 de julho de 2004, solicitando apreciação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 10 de novembro de 2006, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após a apreciação das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

A renovação da política brasileira de Ciência e Tecnologia (...), aliada ao adensamento de um espaço europeu de pesquisa, constituído a partir de Programa Quadro comunitário para o fomento e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, que conta com recursos da ordem de 20 bilhões de euros em três anos, constituíram o pano de fundo sobre o qual se desenvolveu a negociação de um dos mais importantes e promissores acordos de cooperação bilateral jamais assinados pelo Brasil com parceiro de cooperação internacional.

O documento assinado entre Brasil e União Européia incorpora as posições e preocupações suscitadas pela parte brasileira durante o processo de negociação. A definição das áreas de cooperação foi estabelecida por cláusula geral que insere no âmbito do Acordo todas as áreas comuns à política brasileira e comunitária de CAT, e explícita, como desejava o Brasil, treze campos específicos. São eles: (i) biotecnologia; (ii) tecnologias da informação e das comunicações; (iii) bioinformática; (iv) espaço; (v) microtecnologias e nanotecnologias; (vi) investigação de materiais; (vii) tecnologias limpas; (viii) gestão e uso sustentável dos recursos ambientais; (ix) biossegurança; (x) saúde e medicina; (xi) aeronáutica; (xii) metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e (xiii) ciências humanas.

(...)

O Anexo sobre Propriedade Intelectual constituiu tópico de debate extenso e aprofundado, não somente entre os dois lados, mas também entre diversos órgãos brasileiros envolvidos na matéria. Dessa forma, o referido Anexo trata de forma mutuamente aceitável, e com relativo detalhamento, a relação entre questões de Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) e a cooperação bilateral, sem estipular padrões de proteção diferentes daqueles previstos na legislação de cada Parte.

(...)

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia buscarão criar infra-estrutura específica, por meio das agências CNPq e FINEP e da Missão do Brasil junto à UE, para aproveitar ao máximo as oportunidades que decorrerão do Acordo para comunidade científica brasileira e para o desenvolvimento tecnológico nacional, inclusive no campo da aproximação entre o meio acadêmico e a indústria, com benefícios para



o incremento da competitividade do setor produtivo nacional.

## II – Análise

O Acordo ora apreciado, composto de um instrumento principal e um anexo, objetiva fomentar, promover e facilitar as ações de cooperação na área científica e tecnológica. Concebidas no sentido de proporcionar benefício mútuo às partes contratantes, o instrumento prevê intercâmbio de informações e proteção de direitos de propriedade intelectual.

Prevê, ademais, o Acordo sob exame, treze áreas de conhecimento a serem beneficiadas pelas iniciativas comuns, incluindo setores de grande interesse estratégico, como a biotecnologia e a bioinformática, biossegurança, saúde e medicina, além de aeronáutica e ciências humanas.

São designados, também, nos termos do ajuste, os chamados “Agentes Coordenadores”, a saber, a Comissão das Comunidades Europeias e o Ministério de Relações Exteriores, pelo lado brasileiro.

Permitindo a denúncia a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com seis meses de antecedência, o instrumento internacional tem validade por cinco anos, sempre renovável por igual período, a critério das partes.

No que concerne ao Anexo que acompanha o Acordo, trata-se de instrumento regulador das questões referentes à adequada e efetiva proteção da propriedade intelectual gerada no âmbito da cooperação, conforme os parâmetros comumente utilizados internacionalmente. Sem omitir questões das mais relevantes, como fruição e partilha de eventuais rendimentos autorais e fluxo de informações interpartes, ainda que de natureza sigilosa, a matéria nos parece adequadamente tratada.

Resta mencionar ser a União Europeia valiosa parceira para o Brasil, mormente no campo a que se refere o Acordo examinado, motivo pelo qual consideramos sua aprovação de vital importância para os interesses nacionais.

## III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2006, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Sery Sliessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Romeu Tuma** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

## PARECER Nº 1.205, DE 2006

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006 (nº 1.426/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.**

Relator: Senador **Marco Maciel**

Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**

## I – Relatório

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 230, de 13 de maio de 2004, solicitando a apreciação para o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.

Na Câmara dos Deputados a Mensagem foi aprovada em Plenário, em 5 de setembro de 2006, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a apreciação das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, de Finanças e Tributação e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi recebida em 15 de setembro de 2006, sendo distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 19 de setembro seguinte, e ao Relator que subcreve no dia três de outubro subsequente, após o prazo regimental, no qual não recebeu emendas.

## II – Análise

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes: o estabelecimento do regime de liberdades entre os dois países e o tratamento de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações.

Esse caráter do acordo está bem delineado na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, preparada pelo Ministério das Relações Exteriores, onde se registra, **verbis**:

O instrumento em tela tem por objetivo atualizar o Acordo sobre Serviços Aéreos assinado em 5 de setembro de 2001 – cujo texto não chegou a ser encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação – e ganhou nova redação em seu artigo 11, que dispõe sobre

conversão o e transferência de lucros e receitas. A modificação contempla o interesse das empresas aéreas brasileiras e portuguesas que operam nos territórios dos dois países, na medida em que concede a remissão de débitos relativos a contribuições sociais e outros ônus tributários específicos.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível entre representantes dos Governos do Brasil e de Portugal e encontrou, por meio do presente acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a intensidade do intercâmbio turístico, refletida no grande número de rotas aéreas estabelecidas entre os dois países.

O Acordo estabelece, em seus primeiros dispositivos, o regime da quarta liberdade no intercâmbio aéreo entre os dois países. A organização mundial dos serviços aéreos data de 1944, quando foi realizada a Convenção Civil internacional (Convenção de Chicago). Como resultado dessa convenção foi firmado, entre outros, o Acordo de Transporte Aéreo Internacional, que estipula que, os países podem, soberanamente, estabelecer entre si acordos de navegação aérea que contemplem as chamadas “cinco liberdades”. As duas primeiras liberdades são de natureza técnica: liberdade de sobrevôo e de escala técnica. A terceira liberdade proporciona a faculdade de levar e trazer passageiros e cargas entre os territórios dos dois países. A quarta, a faculdade de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países passageiros e cargas.

O Acordo define a possibilidade de designação de até duas empresas aéreas para operar no território da outra parte, o que deverá ser efetuado por meio de comunicação diplomática.

Estabelece ainda que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No instrumento são prescritas as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (no caso do Brasil) e do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares e coletivas (no caso de Portugal), em consonância com Tratado para evitar a bitributação e evasão fiscal, assinado pelas mesmas Partes em 2000.

O Acordo não implica em concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

O Termo está vazado em 24 Artigos e um Anexo, se aperfeiçoa com as cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. Prevê sua vigência por prazo indeterminado, ressalvado o direito de renúncia, e estabelece a arbitragem como mecanismo para solução de eventuais controvérsias decorrentes do acordo, caso a negociação direta não seja bem sucedida.

### III – Voto

Pelo exposto, consoante a boa técnica legislativa e a perfeita conveniência deste acordo firmado pelo Governo brasileiro, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. –  
**Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator *ad hoc* – **Marcelo Crivella** – **Serys Sghesarenko** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, o requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.132, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado um voto de congratulações ao jornal **O Liberal** do Estado do Pará pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário. O jornal **O Liberal** tem sido parte indispensável do cotidiano dos paraenses, como testemunha e cronista fiel dos acontecimentos que marcaram a história do Pará ao longo desse tempo. Conquistou credibilidade invejável, fruto do trabalho sério de seus proprietários e profissionais que emprestaram seus esforços e talentos para consolidação do empreendimento.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.  
– Senador **Flexa Ribeiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2006****Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 197-A Consideram-se atividades ou operações penosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou na forma acordada entre empregados e empregadores, por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à fadiga física ou psicológica.

Art. 197-B O exercício de trabalho em condições penosas, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assegura a percepção de adicional de respectivamente quarenta por cento, vinte por cento e dez por cento da remuneração do empregado, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Parágrafo único. A caracterização e a classificação da atividade penosa far-se-ão por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, que observará os seguintes critérios:

I – o número de horas a que o trabalhador é submetido ao trabalho dessa natureza;

II – a repetição de tarefa ou atribuição profissional considerada fatigante;

III – as condições de salubridade do ambiente do trabalho;

IV – o risco à saúde do trabalhador;

V – os equipamentos de proteção individual adotados e os processos e meios utilizados como atenuantes da fadiga física e mental;

VI – a existência ou não de períodos de descanso e de divisão do trabalho, que possibilite a rotatividade interna da mão-de-obra;

V – o local de trabalho.

Art. 197-C O trabalho penoso obriga o empregador ou tomador do serviço, independentemente do pagamento do adicional respectivo, a observar os períodos de descanso recomendados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.”

Art. 2º Até que seja regulamentada a presente Lei, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os pedidos de pagamento de indenização pelo exercício de trabalho penoso, exceto se norma de índole coletiva dispor sobre o pagamento do adicional de penosidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Passados dezoito anos da promulgação da Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência trabalhistas consideram o direito ao adicional de penosidade uma norma constitucional de eficácia limitada.

Na nova postura adotada pela doutrina e jurisprudência, de proteção à dignidade humana, tal entendimento não mais se justifica, pois se pode a jurisprudência conferir direitos trabalhistas a quem não é empregado, com muito mais razão poderá ela conferir eficácia plena aos direitos já consagrados aos empregados, até porque não é difícil definir o que seja um trabalho penoso.

Penosa é a atividade que não apresenta riscos imediatos à saúde física ou mental, mas que, pelas suas condições adversas ao físico, ou ao psíquico, acaba minando as forças e a auto-estima do trabalhador, semelhantemente ao assédio moral. Aliás, ainda que não definido em lei, ninguém hoje dirá que não cabe ao trabalhador uma indenização por assédio moral.

Assim, as próprias partes envolvidas poderão dispor sobre o assunto no âmbito do acordo ou convenção coletiva de trabalho, independentemente da norma a ser editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dando efetividade a um direito de ordem constitucional que chega neste ano de 2006 à sua maioridade.

Por esse motivo, solicito o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.  
– Senador **Paulo Paim**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Vide texto compilado****Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,  
Decreta:

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006**

**Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 45 da Lei nº 8.212, de 25 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 45. ....

.....  
 § 7º A multa a que se refere o § 4º deste artigo não se aplica ao tempo de atividade rural exercido pelos segurados mencionados na alínea **a** do inciso I ou no inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, em período anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social. (NR)”

Art. 2º O art. 96 da Lei nº 8.212, de 25 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 96. ....

.....  
 Parágrafo único. A multa a que se refere o inciso IV deste artigo não se aplica ao tempo de serviço anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A edição das Leis gêmeas da Previdência Social – Leis nºs 8.212 e 8.213, de 25 de julho de 1991 – representou um marco na história do sistema previdenciário brasileiro, ao eliminar (salvo quanto ao serviço público) os últimos resquícios dos antigos regimes particulares de previdência e criar um efetivo Regime Geral de Previdência Social (designado pela sigla RGPS). Do ponto de vista social, essa unificação acarretou a extensão de todos os direitos previdenciários à enorme massa de trabalhadores rurais que, até então, eram tratados como cidadãos de segunda categoria.

Naturalmente, uma modificação tão profunda não poderia ocorrer sem percalços. Muitas situações não antecipadas advieram da implantação do novo regime previdenciário e continuam a ocorrer, a despeito de todas modificações já havidas nas duas normas e na própria Constituição Federal.

Ao Poder Legislativo compete, também, observar o funcionamento das normas, suas eventuais falhas ou

lacunas – que podem ocorrer, vez que, como todas as instituições humanas, também o Parlamento é falível – e, se necessário, promover as correções e atualizações necessárias.

A presente proposição busca sanar uma injustiça decorrente da incorporação dos trabalhadores rurais ao RGPS. Trata-se da multa imposta aos segurados que pretendam efetuar a contagem recíproca do tempo de serviço, para fins de recebimento de benefícios em regime particular de previdência.

Efetivamente, a legislação brasileira, na esteira da Constituição Federal, estabelece que a migração de um regime previdenciário para outro é condicionada à indenização do tempo de serviço, para ajudar a manter o equilíbrio financeiro dos regimes previdenciários distintos.

Essa hipótese é muito comum: trabalhadores que ingressem no serviço público ou dele se retirem ou que transitem entre as esferas administrativas do Poder Público alteram, em decorrência, o regime previdenciário a que se vinculam, sendo necessárias normas que regulamentem tal migração.

No caso dos trabalhadores rurais, contudo, particularmente aqueles que exerceram suas atividades no seio de regime de trabalho familiar, o responsável único pela indenização da Previdência é o próprio trabalhador. Isso ocorre por sua desvinculação anterior do RGPS, sendo o trabalhador rural familiar unicamente um segurado facultativo antes de 1991.

Ocorre que, para o reconhecimento do tempo de trabalho rural, para fim de contagem recíproca, o INSS exige o pagamento, pelo trabalhador, da indenização calculada pelo valor do atual salário-de-contribuição, pelo período pretendido, atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa.

Tal multa, no entanto, é injusta para o trabalhador. Efetivamente, tendo sido desvinculado do regime geral de previdência, a contagem desse tempo é operação que depende, necessariamente, de sua vontade. Somente a partir de sua manifestação é que passa a existir a obrigação de recolher o valor da indenização. Não existe, no caso, a quebra de uma obrigação legal ou contratual que determine a imposição da multa: o trabalhador reconhece a dívida porque quer, não era obrigado a efetuar a contagem daquele tempo de serviço, e só o faz por seu exclusivo interesse.

Assim, injustificada a cobrança de penalidade em relação a esse período. A proposição que ora apresentamos busca sanar essa injustiça, suprimindo a multa em relação ao período anterior à obrigatoriedade de filiação ao RGPS.

Conto, portanto, com o apoio de meus Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.  
 – Senador **Paulo Paim**.



# LEGISLAÇÃO CITADA

## Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

### LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Texto compilado

Regulamento

Atualizações decorrentes de  
normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, DETERMINADA PELO ART. 12 DA LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 45.** O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

~~§ 1º No caso de segurado empresário ou autônomo e equiparados, o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos, para fins de comprovação de exercício de atividade, para obtenção de benefícios, extingue-se em 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)~~

§ 1º Para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, será exigido do contribuinte individual, a qualquer tempo, o recolhimento das correspondentes contribuições. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo anterior, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição do segurado. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

§ 3º No caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a base de incidência será a remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime específico de previdência social a que estiver filiado o interessado, conforme dispuser o regulamento, observado o limite máximo previsto no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

~~§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)~~

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 5º O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue-se com o decurso do prazo de 180 dias, contado da intimação da referida decisão. (Incluído pela Lei nº 9.639, de 25.5.98)

§ 6º O disposto no § 4º não se aplica aos casos de contribuições em atraso a partir da competência abril de 1995, obedecendo-se, a partir de então, às disposições aplicadas às empresas em geral. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**Art. 96.** O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, anualmente, acompanhando a Proposta Orçamentária da Seguridade Social, projeções atuariais relativas à Seguridade Social, abrangendo um horizonte temporal de, no mínimo, 20 (vinte) anos, considerando hipóteses alternativas quanto às variáveis demográficas, econômicas e institucionais relevantes.

## **Presidência da República**

### **Casa Civil**

#### **Subchefia para Assuntos Jurídicos**

#### **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

Regulamento

Vide texto compilado

Normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 11.** São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

I - como empregado: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais. (Incluída pela Lei nº 8.647, de 1993)

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.506, de 1997)

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

~~III - como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro do conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural; (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

~~IV ————— como ————— trabalhador ————— autônomo:~~

~~a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;~~

~~b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

~~V — como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;~~

~~b) o ministro de confissão religiosa e o membro do instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;~~

~~c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;~~

~~d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o~~



~~Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio;~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~b) pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~d) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio. (Incluída pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

V - como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)

~~d) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Alínea realinhada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente

ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. *(O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91*).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. *(Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)*

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura. *(Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)*

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea *g* do inciso I do *caput* ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. *(Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)*

~~Art. 12. O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta lei, desde que esteja sujeito a sistema próprio de previdência social.~~

~~Parágrafo único. Caso este servidor venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-á segurado obrigatório em relação a essas atividades.~~

*(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É

com muita satisfação e honra que convido para usar a tribuna a Professora e Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, por 20 minutos.

Com certeza, V. Exª terá a maior audiência do sistema de comunicação do Senado.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, por ocasião da sessão especial sobre a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, oportunidade em que esteve aqui presente uma significativa representação do turismo no Brasil, temas extremamente interligados, fizemos um pronunciamento a respeito do assunto. Hoje retomo a questão para falar

mais especificamente sobre a importância do turismo em nosso País e, eu diria, no mundo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas comemorou, no último mês de setembro, o Dia Mundial do Turismo. Essa data foi instituída em reconhecimento ao fato de que essa atividade constitui, nos dias que correm, um dos principais meios de levar progresso, desenvolvimento e riqueza para as nações mais pobres do nosso planeta. Tanto isso é verdade que, ano após ano, aumenta o número de países que abandonam a lista das nações em desenvolvimento, graças aos benefícios proporcionados pelo turismo. Eles não passam para a categoria de nações em desenvolvimento, mas para a categoria de nações desenvolvidas.

Não por acaso, portanto, Sr. Presidente, o lema do Dia Mundial do Turismo deste ano foi “O Turismo Enriquece”. Esse enriquecimento, contudo, não se dá apenas no plano econômico. Ele acontece também

sob o ponto de vista ambiental e cultural, na medida em que as receitas geradas pela atividade turística são utilizadas pelos governos para restaurar monumentos, abrir museus e instituir parques naturais para a preservação do meio ambiente.

No Brasil, como não poderia deixar de ser, o Governo do Presidente Lula encontra-se plenamente afinado com esse entendimento das Nações Unidas, que percebe o turismo como uma importante ferramenta de redução das desigualdades sociais e de construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Foi justamente o compromisso inarredável com a construção de um Brasil mais justo e mais inclusivo que conduziu à criação do Ministério do Turismo, ainda no início do Governo do Presidente Lula, a fim de priorizar a atividade turística como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico nacional.

Sob a competente orientação do Ministro Walfrido dos Mares Guia, o Ministério do Turismo vem implementando, desde abril de 2003, o Plano Nacional de Turismo, cujas principais premissas são: desconcentrar a renda por meio da regionalização e da interiorização da atividade turística; diversificar mercados e promover o turismo como fator de construção da cidadania e da integração social.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são objetivos grandes, não são objetivos preliminares ou intermediários; são objetivos grandes a serem conquistados.

Para dar cumprimento a essas grandes diretrizes e após amplo debate com a sociedade, foi concebido o Programa de Regionalização do Turismo, cujo foco principal é incrementar o aproveitamento sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais dos Municípios do interior do Brasil.

É importante destacar, nesta oportunidade, que o Programa de Regionalização do Turismo não é única e exclusivamente uma ação do Governo. Ele é, sobretudo, uma rede de parcerias com os segmentos envolvidos na atividade turística, buscando em especial dar qualidade ao produto turístico, ampliar e qualificar o mercado de trabalho e diversificar a oferta turística. Com isso, o que se espera é que o turismo possa contribuir de modo mais efetivo para a redução das desigualdades regionais e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a geração de empregos e para a distribuição de renda.

Srs. Senadores, Sr. Senador que preside esta sessão, ontem mesmo V. Ex<sup>a</sup> falava da importância – com o que todos concordamos – da geração de emprego. E o turismo, que costumo chamar de “indústria do turismo”, eu diria que é um dos maiores potenciais possíveis de geração de emprego, direta e indiretamente.

É uma “cadeia produtiva”, digamos assim, de geração de emprego, imensa neste País e ainda extremamente inexplorada. E nós, brasileiros, como um todo, nós do Congresso Nacional e o nosso Governo, que vem prestando muita atenção a esse tema e desempenhando um papel importante e com competência, precisamos realmente fazer com que o turismo no Brasil deslanche, porque não é difícil esse procedimento, que costumamos chamar de “indústria limpa”. É possível e fácil promover a preservação do meio ambiente para gerar desenvolvimento e uma grande quantidade de empregos. Todos sempre discutimos a importância, a necessidade de que realmente haja propostas, proposituras que encontrem a tão sonhada geração de emprego, de um modo geral, em nosso País.

Em razão desses objetivos que aqui já citamos – geração de empregos, distribuição de renda e outros –, tão nobres e tão significativos para o povo brasileiro, fico feliz, Sr. Presidente, ao poder dizer que os resultados desse Programa já se fazem visíveis, e não são poucos. Apenas a título de exemplo: nos dois primeiros anos do Governo Lula, foram gerados mais de 100 mil novos empregos relacionados ao turismo; em 2005, tivemos 250 mil novos postos de trabalho criados pela atividade turística – dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho –, sendo o turismo o setor que mais contratou naquele ano; para 2006, a previsão é que encerremos o ano com o total de 310 mil novos empregos oriundos da indústria do turismo. Além disso, a receita decorrente dos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil mais que duplicou, passando de um US\$1,8 bilhão em 2002 para US\$3,8 bilhões em 2005. Finalmente, para 2007, o turismo no Brasil deverá produzir uma receita cambial de US\$7 bilhões e atrair nove milhões de turistas estrangeiros.

É claro que esses indicadores resultam de todo o conjunto das políticas governamentais consistentes adotadas para o setor. Contudo, Sr. Presidente, é inegável que o Programa de Regionalização do Turismo deu uma contribuição fundamental ao identificar 219 regiões turísticas em todo o Brasil – entre elas certamente se encontra o tão falado Delta do Parnaíba –, que envolvem mais de três mil Municípios. Com base nesse mapeamento, o Programa realizou duas edições do Salão do Turismo, nas quais foram apresentados 451 roteiros turísticos, 87 deles com padrão internacional de qualidade. Sempre é bom frisar que este foi um projeto conjunto entre Governo e iniciativa privada, para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras das agências e das operadoras de turismo. O resultado de todo esse processo foi a mudança de patamar do mercado de turismo no Brasil, com a abertura de no-



vas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões do nosso País.

Além desse importantíssimo programa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério do Turismo também está executando uma outra iniciativa de igual pioneirismo e impacto para a indústria turística nacional. Refiro-me ao Programa Vai Brasil, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e com a Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (Abav).

O Vai Brasil foi criado com o objetivo de incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação de hotéis, vôos e demais componentes da cadeia turística. Por intermédio de um *site* na Internet, o Programa disponibiliza uma bolsa de negócios permanente, em tempo real, entre todos os fornecedores do segmento, agilizando a formatação dos produtos turísticos. Além disso, são ofertadas promoções que atingem, em média, 30% de desconto nos pacotes de viagem, com inegável benefício para os consumidores brasileiros. É importante destacar, também, que já existe cerca 342 mil pacotes publicados no âmbito do Programa, originados em 52 Municípios de 26 Unidades da Federação. Para tanto, a capacidade dos servidores de Internet foi ampliada, a fim de permitir entre 200 e 300 mil acessos mensais ao *site* do Vai Brasil.

O fundamental é perceber que tanto o Programa de Regionalização do Turismo quanto o Vai Brasil constituem iniciativas pioneiras do Governo Federal para otimizar o uso do parque turístico brasileiro e promover o turismo como uma atividade inclusiva, capaz de desconcentrar a renda e gerar empregos de uma forma sustentável. Trata-se da primeira vez em que se consegue mobilizar toda a cadeia produtiva da indústria turística nacional para dinamizar a produção e a comercialização de produtos turísticos, levando-se em conta os interesses de todos os envolvidos no processo, sem alterar as relações de mercado.

Além desse pioneirismo, cumpre ressaltar a complementaridade entre ambos os Programas, que preenchem nichos de mercado até então inexplorados pelos governos passados. Afinal, enquanto o Programa de Regionalização do Turismo atua no sentido de desconcentrar as pressões sobre as grandes cidades e de interiorizar a oferta turística, o Vai Brasil focaliza os períodos em que o parque turístico nacional é subutilizado, para gerar novos produtos a preços competitivos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, houve uma época em que o turismo era considerado uma atividade supérflua e de pouca importância na vida das pessoas. A modernidade, os meios de comuni-

cação e de transporte transformaram o turismo numa das principais atividades econômicas dos nossos dias. Apenas no Brasil, esse segmento envolve diretamente 52 setores da economia, responde por cerca de 5,5% do PIB e movimenta, anualmente, por volta de US\$55 bilhões no mundo. Hoje, o turismo é visto como um direito básico do ser humano, agregando cultura, lazer e entretenimento às vidas de milhões de pessoas em todo o mundo e contribuindo para a preservação de monumentos históricos e de parques ambientais.

Contudo, o grande desafio do momento é transformar o turismo numa atividade inclusiva, capaz de auxiliar na superação das imensas desigualdades sociais existentes em nosso planeta. Por outro lado, há o desafio de explorar todo o potencial turístico regional, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em respeito ao meio ambiente e à diversidade dos povos.

Por isso, ao concluir meu pronunciamento, saúdo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela coragem e pela determinação de fazer do turismo no Brasil uma atividade inclusiva e promotora da redução das desigualdades regionais; saúdo efusivamente também o Ministro Walfrido dos Mares Guia pela competência, pelo dinamismo e pelo desprendimento com que conduz a Pasta do Turismo, que tantos e tão bons resultados tem trazido ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, com a determinação do Presidente Lula em criar o Ministério do Turismo, em enfatizar a competência, a determinação e o compromisso político, não político-partidário, com a inclusão dos mais desfavorecidos deste País, buscando a redução das desigualdades sociais, o que é, repito, uma determinação do nosso Presidente e, por conseguinte – e com muito acerto –, do nosso Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, temos a oportunidade de ver o quanto o setor de turismo no Brasil cresceu nesses últimos quatro anos e o gigantesco potencial que ainda existe para ser explorado.

Sabemos que o turismo está interligado a outros fatores. Já disse eu aqui que a inclusão social e a redução das desigualdades regionais estão diretamente ligadas ao turismo, bem como a promoção da indústria hoteleira. Temos consciência de que o turismo gera empregos diretos e indiretos das mais variadas formas. É uma das maneiras mais fáceis de se ampliar a geração de empregos. Essa interligação é decisiva, determinante, para que se possa realmente fazer aquilo que é necessário ao Brasil: aumentar o número de empregos. Esse é um veio importante, um dos mais relevantes e precisa ser considerado.

Precisamos de infra-estrutura para o turismo? Precisamos com certeza – e não de pouca. O turismo

já é significativamente organizado em centros maiores, em regiões com maior tradição turística. Mas existem regiões, existem Estados em que o turismo ainda deixa muito a desejar. É o caso do meu Estado, o Mato Grosso. O potencial turístico do Mato Grosso é gigantesco.

Eu conversava, dias atrás, por ocasião da sessão solene ocorrida no Senado, com representantes da indústria hoteleira e também do turismo, especialmente com o Sr. Luís Verdun, que representa a associação dos hoteleiros do meu Estado de Mato Grosso. Realmente, o potencial turístico do meu Estado é algo muito significativo. Aqueles que querem ver algo diferente – e existe para ser visto – têm de ir ao meu Estado. Com certeza, o mesmo ocorre em outros tantos Estados deste País, mas eu não os citaria, porque muitos já estão bem organizados.

Tanto brasileiros quanto estrangeiros têm conseguido encontrar em Mato Grosso não só belezas naturais como outras formas de turismo.

Eu dizia neste plenário que lá há muito do diferente, como, por exemplo, o Pantanal e a Chapada dos Guimarães. São regiões muito, muito, muito diferentes! Deve-se passar pela Transpantaneira, Senador Paulo Paim – e não sei se V. Ex<sup>a</sup> já visitou nosso Pantanal –, e pedir licença ao número gigantesco de jacarés que se acomodam na estrada. É como se dissessem: “Aqui, vão devagar!” É algo em que não se acredita!

Nas madrugadas, vêem-se árvores de longe e se indaga: “É uma árvore cor-de-rosa? Não; é uma árvore branca!” Ela é branca, mas está cor-de-rosa porque coberta de garças cor-de-rosa, que fazem revoada altas horas da madrugada. E assim sucessivamente.

A história da Chapada dos Guimarães só quem a conhece, quem lá já foi e viu pode acreditar. É inacreditável o que lá existe em termos de cachoeiras, de pedras históricas, e é interessante saber o porquê de estarem lá, o que aconteceu através dos tempos para a Chapada estar a 70 km de Cuiabá. Ontem, em Cuiabá, fez mais de 40°C, ao passo que, na Chapada, geralmente a temperatura é 10°C inferior à de Cuiabá. Podemos ir lá e ver tudo isso de perto, conhecer, saber por que esses fenômenos acontecem.

Eu dizia ainda: Mato Grosso do Sul tem Bonito – é muito bonito! –, não sei se V. Ex<sup>as</sup> conhecem. A cidade está organizada, está se mostrando ao Brasil, está se mostrando ao mundo. Porém, em Mato Grosso, da nossa Cuiabá, há muitos Bonitos, muitos! Só que ainda não estão organizados. Precisamos que se organizem para que, realmente, por meio desse potencial, haja possibilidade de melhorar a qualidade de vida do povo mato-grossense.

Dizia também dos acidentes naturais, os mais belos: as cachoeiras maiores, mais bonitas; há o Centro Geodésico da América Latina, localizado no centro da cidade da nossa histórica Cuiabá; os prédios centenários, alguns dos quais bem conservados, outros ainda precisando de proteção pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Eu dizia também que, em Mato Grosso, há potencial para se fazer um turismo totalmente diferenciado, Senador Paulo Paim. Eu perguntava aqui – não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava presente naquela sessão: quem conhece algodão **in natura** colorido? Senador Valdir Raupp, Senador Mão Santa, com certeza V. Ex<sup>as</sup> conhecem lavouras de algodão branco, mas não conhecem lavouras de algodão colorido, a não ser que já tenham visitado o Mato Grosso, onde já há lavouras com cinco cores de algodão. V. Ex<sup>as</sup> já imaginaram o que significa isso? Hoje ainda é muito difícil de produzir, porque, como sabemos, é caro. Há preço diferenciado para se produzir **in natura** o algodão colorido, mas, daqui a pouco, com certeza, haverá uma tecnologia avançada, e ele poderá ser produzido em grande quantidade. Imaginem o que significa para o turista visitar uma lavoura imensa de algodão colorido! É algo fantástico!

Imaginem o que significa isso para a saúde, por exemplo! Senador Mão Santa, médico, que preside esta sessão, V. Ex<sup>a</sup> deve saber muito mais do que eu, com certeza, o que significa não precisar mais de tinta para tingir um produto hospitalar. O produto virá colorido **in natura**, porque o algodão já é colorido.

Temos de começar a perceber o potencial de desenvolvimento do País; para dentro e para fora dele.

Sei que o turismo e a indústria hoteleira, que estão extremamente interligados, precisam ser melhorados em uma série de fatores, até por meio de uma melhor legislação. No turismo, por exemplo, precisam ser equacionadas as questões concernentes à concessão de vistos, e estamos aqui para isso. Há outras questões de legislação que também temos de resolver.

Precisamos fazer essa ponte, ligar o nosso Congresso, o nosso Senado, em especial, àqueles que participam da feitura do jogo, ou seja, àqueles que fazem a coisa acontecer no dia-a-dia no Brasil. Ontem eu dizia aqui que precisamos ter uma relação direta com eles, com as suas representações, para discutir seus problemas. Eles têm de trazer seus problemas para cá, e aqui poderemos fazê-los avançar, para que, cada vez mais, o Brasil deslanche, a fim de que haja melhores condições de vida para o povo brasileiro.

O meu Mato Grosso é eminentemente produtor de matéria prima – eu sempre o digo aqui e vou dizer sempre –, mas tem dificuldades, porque, com a Lei Kandir, exporta-se o imposto juntamente com o produto.

Por conseguinte, fica pouco para aqueles que produziram, que trabalharam, que suaram, que calejaram a mão e que exportam. Sobra muito pouco para eles em virtude da Lei Kandir, que tem de ser subsidiada pelo Governo Federal. Aquele dinheiro que podia ser usado pelo Governo Federal em benefício de outras ações no próprio Estado tem de ser usado para cobrir o imposto dos produtos exportados **in natura**.

É importante exportar? É. É necessário que se continue exportando? Sim. Mas é necessário dizer mais uma vez – e vou dizê-lo desta tribuna todos os dias, se eu tiver possibilidade – que precisamos agregar valor à parte desses produtos **in natura**. Todos os Estados que produzem matéria-prima **in natura** praticamente só para a exportação têm realmente de mudar de mentalidade, isto é, têm de continuar produzindo para a exportação, sim, para trazer divisas, mas também têm de agregar valor a esses produtos, porque, só assim, tem-se, realmente, a possibilidades de gerar empregos e fazer com que os impostos fiquem no Estado de origem da produção de matéria-prima. As duas coisas são importantes: geração de emprego, com mais gente trabalhando para a conquista do pão nosso de cada dia com dignidade, como bem disse o Presidente desta sessão ontem, quando asseverou que mais e mais pessoas precisam ter condições para, com dignidade, ganhar o pão de cada dia. Repito: impostos devem ser arrecadados no Estado de origem da produção da matéria-prima para que, a partir daí, possam ser gerados novos empregos em outros setores.

Outra questão importante para a qual devemos atentar é fazer a previsão para os milhões de turistas que chegarão ao Brasil em 2007, que são aproximadamente 9 milhões – e que, em 2008, sejam mais! Todavia, para isso, temos de melhorar toda a nossa infraestrutura: estradas, hotéis, vôos. Aliás, no particular, a questão dos controladores de vôo, que, à primeira vista, parece-nos sem importância, pelo contrário, tem tudo a ver com o turismo, porque os atrasos dos vôos já têm reflexo no exterior. Portanto, trata-se de questão importantíssima, que deve ser resolvida com urgência. Precisamos retornar à normalidade.

Temos, pois, de antever todos esses problemas para evitarmos transtornos futuros. Vejam V. Ex<sup>as</sup> a questão da greve dos médicos residentes – área de saúde. Temos de antever todas essas questões. Mas, caso não consigamos antevê-las, já que é difícil antever todas as dificuldades existentes neste País, devemos buscar, dentro das nossas possibilidades, com certa urgência, a solução de problemas emergenciais, tanto na área de saúde quanto na dos controladores de vôo, o que, no particular, está diretamente relacionado ao turismo, Senador Valdir Ralph.

**O PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, constrange-me adverti-la, mas V. Ex<sup>a</sup> já ocupa a tribuna há mais de trinta minutos. Contudo, prorrogo por mais cinco minutos o tempo destinado a V. Ex<sup>a</sup>. Assim procedo em obediência ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>, de vez que a mudança ocorreu em função do Senador Tião Viana. No passado, antes do Senador Tião Viana, Paulo Brossard encantava o Brasil e lhe dava esperanças com pronunciamentos de mais de duas horas. Naquele tempo, Petrônio Portella reduziu o tempo para uma hora. Quando aqui chegamos, contávamos com quarenta minutos. Não obstante isso, o Senador Tião Viana o reduziu para trinta minutos.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> age com correção. Tenho por princípio respeitar o tempo determinado pela Mesa e registrado no painel; portanto, não tenho o hábito de extrapolá-lo. Ocorre que V. Ex<sup>a</sup> não o determinou. Creio que, por isso, excedi os trinta minutos a mim concedidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concederei cinco minutos a mais para que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**A SR<sup>a</sup>. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, gostaria de registrar desta tribuna – e o faço com satisfação e orgulho – a vitória alcançada pela Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, que, a partir de outubro, passou a disponibilizar, via Internet, para a cidade de Cuiabá, para o Estado de Mato Grosso e por que não dizer para todo o mundo, a sua programação, emissora que é comunitária e independente e traduz um esforço de expressão social de todos os valorosos moradores e moradoras da região do CPA, lá na nossa Cuiabá.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço este registro – repito – com muita satisfação e orgulho, porque, ainda que modestamente, tive o prazer de, antes como Deputada estadual e agora como Senadora da República, haver contribuído para que essa importante conquista para o processo de democratização da informação em Mato Grosso se tornasse uma realidade.

Por diversas vezes, tanto nesta Casa como na Câmara dos Deputados, as rádios comunitárias têm dado motivo para muitos pronunciamentos, mobilizações e lutas. Todos nós sabemos o quanto já se reclamou, o quanto já se protestou contra a concentração de poder de alguns poucos grupos no setor da radiocomunicação no Brasil. Foi exatamente para lutar contra essa dura realidade que surgiram as rádios comunitárias. Paulatinamente, graças ao esforço hercúleo de valen-

tes como o nosso companheiro Geremias dos Santos, atual dirigente da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, já se pode dizer que alguma coisa está mudando em meio a essa realidade de tanta concentração de poder.

Nos primeiro mandato do Presidente Lula, as rádios comunitárias receberam grande apoio, por isso avançaram bastante em sua estruturação.

Parabéns a todos que, direta e indiretamente, participaram da construção dessa conquista!

Espero que a gente boa e trabalhadora do CPA de Cuiabá e deste imenso Brasil possa sempre contar com o som amigo e companheiro desta rádio comunitária CPA FM, constantemente a zelar pela boa informação, pelo lazer, pela divulgação cultural, pela integração de nossas comunidades e pelas liberdades democráticas.

Sr. Presidente, ontem, desta tribuna, disse que a democracia está assentada em um tripé, onde um dos pilares é o acesso irrestrito à informação. Não podemos obter informação parcial sobre determinado assunto; ela tem de ser total e absoluta. Portanto, quanto mais meios de comunicação houver, mais a democracia avançará. Quanto mais rádios, TVs, jornais e outros meios de comunicação existirem em ação neste País mais a democracia avançará. Assim sendo, com certeza, os meios de comunicação serão cada vez mais aperfeiçoados no seu mister.

Congratulo-me com aqueles que lutaram e lutam pelo avanço da comunicação, em todos os seus segmentos, inclusive os comerciais, mas principalmente com as rádios comunitárias, que têm maiores dificuldades.

Muito obrigada.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DA SRª SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas comemorou, no último dia 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo. Essa data foi instituída em reconhecimento ao fato de que essa atividade constitui, nos dias que correm, um dos principais meios de levar progresso, desenvolvimento e riqueza para as nações mais pobres do nosso planeta. Tanto isso é verdade que, ano após ano, aumenta o número de países que abandonam a lista das nações em desenvolvimento, graças aos benefícios proporcionados pelo turismo. Não por acaso, portanto, Sr. Presidente, o lema do Dia Mundial do Turismo deste ano foi “O Turismo enriquece”. Esse enriquecimento, contudo, não se dá apenas

no plano econômico. Ele acontece também sob o ponto de vista ambiental e cultural, na medida em que as receitas geradas pela atividade turística sejam utilizadas pelos governos para restaurar monumentos, abrir museus e instituir parques naturais para a preservação do meio ambiente.

Aqui no Brasil, como não poderia deixar de ser, o Governo do Presidente Lula encontra-se plenamente afinado com esse entendimento das Nações Unidas, que percebe o turismo como uma importante ferramenta de redução das desigualdades sociais e de construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais inclusiva.

Foi justamente o compromisso inarredável com a construção de um Brasil mais justo e mais inclusivo que conduziu à criação do Ministério do Turismo, ainda no início do Governo do Presidente Lula, a fim de priorizar a atividade turística como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico nacional. Sob a competente orientação do Ministro Walfrido dos Mares Guia, o Ministério do Turismo vem implementando, desde abril de 2003, o Plano Nacional de Turismo, cujas principais premissas são: desconcentrar a renda por meio da regionalização e da interiorização da atividade turística, diversificar mercados e promover o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social.

Para dar cumprimento a essas diretrizes, e após amplo debate com a sociedade, foi concebido o Programa de Regionalização do Turismo, cujo foco principal é incrementar o aproveitamento sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais dos municípios do interior do Brasil.

É importante destacar, nesta oportunidade, que o Programa de Regionalização do Turismo não é, única e exclusivamente, uma ação do Governo. Ele é, sobretudo, uma rede de parcerias com os segmentos envolvidos na atividade turística, buscando, em especial, dar qualidade ao produto turístico, ampliar e qualificar o mercado de trabalho e diversificar a oferta turística. Com isso, o que se espera é que o turismo possa contribuir de modo mais efetivo para a redução das desigualdades regionais e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a geração de empregos e para a distribuição de renda.

Em razão desses objetivos tão nobres e tão significativos para o povo brasileiro, fico imensamente feliz, Sr. Presidente, ao poder dizer que os resultados desse Programa já se fazem visíveis, e não são poucos. Apenas a título de exemplo, nos dois primeiros anos do Governo Lula, foram gerados mais de 100 mil novos empregos relacionados ao turismo; em 2005, tivemos 250 mil novos postos de trabalho criados pela



atividade turística, sendo o turismo o setor que mais contratou naquele ano; para 2006, a previsão é que encerremos o ano com o total de 310 mil novos empregos oriundos da indústria do turismo. Além disso, a receita decorrente dos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil quase duplicou, passando de US\$1.800 bilhão de dólares, em 2002, para US\$3.800 bilhões, em 2005. Finalmente, para 2007, o turismo no Brasil deverá produzir uma receita cambial de US\$7 bilhões e atrair 9 milhões de turistas estrangeiros.

É claro que esses indicadores resultam de todo o conjunto das políticas governamentais consistentes adotadas para o Setor. Contudo, Sr. Presidente, é inegável que o Programa de Regionalização do Turismo deu uma contribuição fundamental, ao identificar 219 regiões turísticas em todo o Brasil, que envolvem mais de 3 mil municípios. Com base nesse mapeamento, o Programa realizou duas edições do Salão do Turismo, nas quais foram apresentados 451 roteiros turísticos, 87 deles com padrão internacional de qualidade. Sempre é bom frisar que esse foi um projeto conjunto entre Governo e iniciativa privada, para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras das agências e das operadoras de turismo. O resultado de todo esse processo foi a mudança de patamar do mercado de turismo no Brasil, com a abertura de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões do nosso País.

Além desse importantíssimo programa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministério do Turismo também está executando uma outra iniciativa de igual pioneirismo e impacto para a indústria turística nacional. Refiro-me ao Programa Vai Brasil, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e com a Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (Abav).

O Vai Brasil foi criado com o objetivo de incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação de hotéis, vôos e demais componentes da cadeia turística. Por intermédio de um *site* na Internet, o Programa disponibiliza uma bolsa de negócios permanente, em tempo real, entre todos os fornecedores do segmento, agilizando a formatação dos produtos turísticos. Além disso, são ofertadas promoções que atingem, em média, a 30% de desconto nos pacotes de viagem, com inegável benefício para os consumidores brasileiros. É importante destacar, também, que já existem cerca de 342 mil pacotes publicados no âmbito do programa, originados em 52 municípios, de 26 unidades da Federação. Para tanto, a capacidade dos servidores de Internet foi ampliada, a fim de permitir entre 200 e 300 mil acessos mensais ao *site* do Vai Brasil.

O fundamental é perceber que tanto o Programa de Regionalização do Turismo quanto o Vai Brasil constituem iniciativas pioneiras do Governo Federal para otimizar o uso do parque turístico brasileiro e promover o turismo como uma atividade inclusiva, capaz de desconcentrar a renda e gerar empregos de uma forma sustentável. Trata-se da primeira vez em que se consegue mobilizar toda a cadeia produtiva da indústria turística nacional para dinamizar a produção e a comercialização de produtos turísticos, levando-se em conta os interesses de todos os envolvidos no processo, sem alterar as relações de mercado.

Além desse pioneirismo, cumpre ressaltar a complementaridade entre ambos os programas, que preenchem nichos de mercado até então inexplorados pelos governos passados. Afinal, enquanto o Programa de Regionalização do Turismo atua no sentido de desconcentrar as pressões sobre as grandes cidades e de interiorizar a oferta turística, o Vai Brasil focaliza os períodos em que o parque turístico nacional é subutilizado, para gerar novos produtos a preços competitivos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, houve uma época em que o turismo era considerado uma atividade supérflua e de pouca importância na vida das pessoas. A modernidade, os meios de comunicação e de transporte transformaram o turismo numa das principais atividades econômicas dos nossos dias. Apenas no Brasil, esse segmento envolve diretamente 52 setores da economia, responde por cerca de 5,5% do PIB e movimenta, anualmente, por volta de US\$55 bilhões. Hoje, o turismo é visto como um direito básico do ser humano, agregando cultura, lazer e entretenimento às vidas de milhões de pessoas em todo o mundo, e contribuindo para a preservação de monumentos históricos e de parques ambientais.

Contudo, o grande desafio do momento é transformar o turismo numa atividade inclusiva, capaz de auxiliar na superação das imensas desigualdades sociais existentes em nosso planeta. Por outro lado, há o desafio de explorar todo o potencial turístico regional, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em respeito ao meio ambiente e à diversidade dos povos.

Por isso, ao concluir meu pronunciamento, saúdo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela coragem e pela determinação de fazer do turismo no Brasil uma atividade inclusiva e promotora da redução das desigualdades regionais; saúdo também o Ministro Walfrido dos Mares Guia pela competência, pelo dinamismo e pelo desprendimento com que conduz a Pasta do Turismo, que tantos e tão bons resultados tem trazido ao povo brasileiro.

Muito obrigada.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, registro hoje, nesta tribuna do Senado, com muita satisfação e com muito orgulho, a grande vitória alcançada pela Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá – FM, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, que, a partir de outubro, passou a disponibilizar, via Internet, para toda a cidade de Cuiabá, para todo o Estado de Mato Grosso, e por que não dizer, para todo o mundo, a programação desta emissora que é comunitária e independente e traduz um esforço de expressão social de todos os valorosos moradores e moradoras da região do CPA, lá em Cuiabá.

Faço este registro com muita satisfação e muito orgulho porque, ainda que modestamente, tive o prazer de, antes como deputada estadual e, agora, como Senadora da República, de ter contribuído para que esta importante conquista para o processo de democratização da informação em Mato Grosso se tornasse uma realidade.

Por diversas vezes, tanto aqui quanto na Câmara Federal, as rádios comunitárias tem dado motivo para muitos pronunciamentos, para muitas mobilizações, para muita luta.

Todos nós sabemos o quanto já se reclamou, o quanto já se protestou contra a concentração de poder, contra a hegemonia de algumas poucas famílias, e de alguns poucos grupos políticos no setor da radiocomunicação no Brasil.

Foi para lutar contra esta realidade que surgiram as rádios comunitárias – e, lentamente, paulatinamente, graças ao esforço hercúleo de valentes como o nosso companheiro Geremias dos Santos, que é o atual dirigente da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, já se pode dizer que alguma coisa está mudando em meio a esta realidade de tanta concentração de poder.

No primeiro Governo do Presidente Lula, as rádios comunitárias receberam muito apoio e avançaram muito em sua estruturação. Um dos melhores motivos para se lutar pela reeleição do companheiro Lula é para que esse processo não sofra solução de continuidade e para que as rádios comunitárias continuem avançando, ampliando suas áreas de abrangência, servindo a um contingente cada vez maior de brasileiros, nos diferentes rincões deste País.

A rádio comunitária surgiu para ser veículo da expressão social dos membros de uma comunidade. Uma comunidade é uma população local que partilha interesses comuns. A rádio comunitária é gerida por uma associação comunitária sem fins lucrativos, tem

baixa potência e é fiscalizada por um Conselho Comunitário. Os moradores na comunidade onde está instalada a rádio, se assim o desejarem, podem associar-se e contribuir para sua manutenção.

Hoje, graças ao progresso que se conseguiu nessa área, durante o primeiro Governo do Presidente Lula, já se pode dizer que, após séculos de censura, alternados com momentos de liberdade, o Brasil inteiro se prepara para a Terceira Onda da Comunicação, que virá certamente com a multiplicação das emissoras de Rádio e Tevês Comunitárias.

Já são cerca de 3 mil rádios comunitárias espalhadas por todo o Brasil e nós, de Cuiabá, nós de Mato Grosso, temos muito orgulho de poder contar com a Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, 24 horas no ar, não só via ondas de rádio, mas agora também na internet, no endereço [www.radiocomunitariacpafm.org](http://www.radiocomunitariacpafm.org).

Baseada em tecnologia fácil, barata e inovadora, a radiodifusão comunitária, disseminada inicialmente por pessoas da população pobre e desassistida, mostra imediatamente aspectos de um achado que hoje todos aplaudem. Onde se instala, a rádio comunitária mostra rapidamente sua força transformadora, na base das relações sociais. Ela não toma o lugar de ninguém, não fere os interesses econômicos das rádios comerciais, embora receba patrocínios culturais de caldo de cana, cachorro quente, farmácias, açougues, pequenos mercados etc.

Mas cabe à rádio comunitária cuidar de temas que não têm espaço em outros meios: a cultura, a educação, as festas, a saúde, a segurança da comunidade, que é o lugar onde as pessoas vivem, constroem relações de sangue e de espírito e fazem as opções definitivas. Logo a comunidade retribui. Muitos ajudam fazendo a programação. A comunidade tem seu veículo, faz sua própria comunicação; comunicação não formal, mas concreta e real. Todos podem falar, há diálogo no plano público, produção de consensos para a resolução das dificuldades individuais e coletivas. Diminui a criminalidade, aumenta a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia. Concretiza-se a liberdade de expressão.

Criada em dia 31 de janeiro 1998, a Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá FM é motivo de orgulho para todos nós que vivemos em Cuiabá, que sabemos das lutas que Geremias dos Santos e seus companheiros e companheiras tiveram que travar até a concretização deste projeto. A Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9 está no ar desde o dia 8 de abril de 2000. São mais de 6 anos de atividades que só foram interrompidas quando a Polícia Federal por lá apareceu para agir ainda segundo os

ditames do período ditatorial e tirar a emissora do ar. Hoje, que vivemos tempos de democracia, a CPA FM é uma realidade concreta, uma conquista do povo trabalhador do CPA. A população que é alcançada pelas ondas amigas da CPA FM esta estimada, atualmente, em mais de 100 mil habitantes.

Decididamente, a CPA FM merece nossas homenagens e nossos aplausos.

E convém aqui destacar, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a rádio comunitária CPA FM foi fundada graças à participação e apoios importantes do SINDPD, o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de Mato Grosso, da CUT, do Sintep, do Sindicato dos Rodoviários, dos Bancários, do Sintrae e de militantes do movimento social. Depois de muitos anos de luta, a emissora teve o seu processo de legalização aprovado pelo Congresso Nacional e está definitivamente licenciada graças a uma portaria do Ministério das Comunicações por meio do Ministro Hélio Costa.

A partir desta mês de outubro a rádio CPA FM, acompanhando o avanço das novas tecnologias está também na rede mundial de computadores e assim todos aqueles que não moram na região de abrangência da emissora também podem acompanhar a sua programação.

Parabéns a todos que, direta e indiretamente, participaram da construção desta conquista. Que a gente boa e trabalhadora do CPA, de Cuiabá e deste imenso Brasil possa sempre contar com o som amigo e companheiro da Rádio Comunitária CPA FM, sempre a zelar pela boa informação, pelo lazer, pela divulgação cultural, pela integração de nossas comunidades e pelas liberdades democráticas.

Parabéns a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, de acordo com a lista de inscrição, ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia. V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o Regimento, terá 20 minutos para o seu pronunciamento. No entanto, prorrogarei o tempo destinado a V. Ex<sup>a</sup> nos mesmos moldes em que o fiz para a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espero que 20 minutos sejam suficientes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre os temas e as questões a serem discutidos pela Nação nos próximos anos um tema me inquieta. Vejo aqui e acolá manifestações que me atormentam, como algumas relativas à reforma tributária, que, com certeza será retomada na próxima Legislatura.

Enquanto a sociedade se mostra estivada, sacrificada de tanto pagar impostos, há quem defenda

a eternização da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a famosa CPMF, no patamar em que se encontra – o que é pior. Infelizmente, há algum tempo nós, brasileiros, temos de conviver com esse estorvo tributário. Mas não deveríamos, Sr. Presidente. Na colcha de retalhos que é nosso sistema de impostos, que já ultrapassa 38%, a CPMF é uma das piores emendas.

A história da CPMF nós conhecemos. No começo, o tributo deveria ter caráter provisório, mas, como sabemos, no Brasil o provisório tem o costume de se tornar permanente.

A primeira experiência se iniciou em 1993, ainda sob o Governo Itamar Franco, quando, chamado de Imposto sobre Movimentação Financeira, passou a abocanhar 0,25% dos débitos em nossas contas correntes. As autoridades prometeram que o imposto iria durar apenas um ano, o que hoje soa como escárnio, doze anos depois. Logo o dinheiro fácil despertou os interesses do Governo Federal, que descobriu na CPMF uma mina de ouro para arrecadar recursos.

Anos depois, o mestre Adib Jatene, na época Ministro da Saúde, defendeu que o dinheiro arrecadado financiasse despesas e gastos na área de saúde. Sob esse canto da sereia, já com o nome de CPMF, o imposto foi definitivamente instituído, mas as boas intenções do Ministro Jatene foram subvertidas. O apetite do Leão rugiu mais alto, muito pouco da CPMF acabou sendo destinado, Sr. Presidente, para a área de saúde. Em vez disso, o dinheiro passou a reforçar o caixa para o pagamento de juros da dívida pública.

De lá para cá, a CPMF foi prorrogada seguidas vezes. Sua alíquota foi crescendo, crescendo, até sufocar os brasileiros, e hoje se encontra no patamar de 0,38%, o que rende à União R\$32 bilhões por ano, nobre Senador Paulo Paim. Não por outra razão, o ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, do Governo anterior, era um apaixonado pela CPMF. O Dr. Everardo exaltava o custo de administração do tributo e o volume de recursos que ele proporcionava. “Imposto bom é imposto simples”, costumava dizer.

Se a CPMF representa dinheiro fácil para o Leão, para o bolso do contribuinte é um verdadeiro fardo. Poucos tributos são tão nocivos à atividade produtiva quanto a CPMF. É um imposto cumulativo: pune com rigor as cadeias que reúnem maior valor agregado e que desenvolvem produtos sofisticados com várias etapas de produção. Aqueles que exportam a matéria-prima bruta, sem qualquer melhoramento, pagam menos CPMF. Além disso, também não há progressividade no tributo: ricos e pobres recolhem a mesma alíquota. Até o assalariado, Sr. Presidente, quando vai descontar um cheque no banco paga CPMF.

Os prejuízos não se resumem à atividade produtiva, já que toda e qualquer movimentação financeira sofre com a mordida da CPMF. Isso dificulta a gestão dos recursos, o manuseio do patrimônio e inibe a cultura poupadora do nosso País.

Os paliativos criados para minorar o problema, como a conta movimento, criada pelo atual Governo, não são uma solução e não passam de remendos para contornar o problema. O correto seria, simplesmente, banir esse imposto tão prejudicial à economia nacional.

É fato, Sr. Presidente, que a CPMF carrega consigo virtudes, como a de facilitar a fiscalização e coibir a sonegação fiscal. Desde 2000, a Receita Federal pode cruzar as informações provenientes da CPMF com as declarações do Imposto de Renda. Isso realmente facilita o combate à sonegação. A medida permite identificar a movimentação financeira de dezenas e dezenas de sonegadores, que se declaram isentos do Imposto de Renda, mas movimentam milhões em suas contas bancárias. Isso facilita a separação do joio do trigo: os contribuintes honestos se diferenciam daqueles que não recolhem os impostos da maneira adequada.

Na reforma tributária que virá, evidentemente – já está sendo muito comentada –, essa vantagem fiscalizatória da CPMF pode ser preservada. Há também outras qualidades que devem ser consideradas, como a importante contribuição do imposto para a redução da dívida social. Portanto, seria salutar manter para a CPMF o piso de 0,08% – apenas 0,08% –, que hoje corresponde aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, instrumento essencial para a redução da desigualdade e da miséria de milhões de brasileiros.

O bom seria, Sr. Presidente, que não se precisasse de fundo de combate à pobreza, nem deixar o 0,08% dos 0,38%, vigentes hoje, e o nosso País pudesse gerar emprego e renda para os nossos cidadãos brasileiros. Mas, enquanto isso não acontece, penso que é salutar se deixar apenas 0,08% para esse Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Não há razão, entretanto, para manter indefinidamente a alíquota do imposto no elevadíssimo nível em que se encontra, prejudicando a saúde econômica do Brasil. Não podemos manter o hábito de elevar a alíquota do tributo como saída fácil para compensar as crescentes necessidades fiscais. No período de dificuldades, a CPMF contribuiu para o ajuste fiscal, mas, agora, é hora de pensar na eficiência e na saúde econômica do País. Não podemos nos curvar, mais uma vez, ao imediatismo fiscalista e aumentar impostos que prejudicam nossos negócios e empregos.

Para continuar com o próprio Dr. Everardo Maciel, Sr. Presidente: “Se só existe no Brasil e não é jaboti-

caba, boa coisa não deve ser”. Tal frase era proferida pelo ex-Secretário da Receita Federal toda vez que lhe apresentavam uma novidade ou idéia mirabolante para solucionar o sistema tributário nacional. Ironicamente, a CPMF não tem o sabor da nossa gostosa jaboticaba e, no contexto mundial, está banida – não existe outro país com CPMF: Afinal, competitividade é a palavra de ordem, e a CPMF não combina com ela.

Por isso, venho propor – e já estamos colhendo assinaturas, Sr. Presidente, uma PEC para a redução da CPMF de 0,38% para 0,08%, que é o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de 2008 a 2015, com redução gradativa – uma redução de 0,375%. Essa redução, em oito anos, chegará ao percentual de 0,08%, o que já ajudaria muito. O Governo tem falado em dez anos. Estou propondo oito. Seriam dois mandatos presidenciais. Creio que é justo e suficiente para reduzir esse imposto tão danoso à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que ainda me resta, quero abordar outro assunto que está causando muito polêmica. A proposta, inclusive, surgiu na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, da qual sou Relator, tem saído na mídia com uma certa frequência e gerado alguns desencontros, inclusive com a equipe econômica do Governo. Não quero polemizar, de forma alguma, com a equipe econômica do Governo. Pelo contrário, temos de afinar o discurso.

Devo conversar, no início da próxima semana, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo – com quem já falei há duas semanas –, para discutir alguns pontos desse pacote de redução de despesas, de redução de impostos, a fim de que o crescimento do País possa ser acelerado.

Estou lançando uma proposta – que considero possível, porque o impacto dela não é tão grande – de correção na tabela do Imposto de Renda. Por que estou fazendo isso? Porque penso que é necessário. A classe média tem pagado a conta pela distribuição de renda no País.

O Governo Fernando Henrique Cardoso já afirmava isso há mais de dez anos. Ouvi, pessoalmente, frente a frente, Fernando Henrique dizer que a classe média ia sofrer um pouco pela distribuição de renda no País, ou seja, que ela ia pagar a conta. E está pagando até hoje. A defasagem é de mais de 260%, nesses últimos doze anos. Também ouvi dos presidentiáveis, nesta campanha passada, a vontade de corrigir a tabela do Imposto de Renda. Muitos deles falaram, inclusive o Presidente Lula.

Então, estou propondo uma correção de 10%, em dois anos, em duas vezes. O impacto seria de R\$1,5



bilhão para a União e de R\$1,2 bilhão para os Estados e Municípios. Mas, dividido em duas vezes, não vejo em que esse impacto possa prejudicar tanto as contas da União, quanto dos Estados e Municípios, diante do benefício que vai trazer à sociedade brasileira.

Devo conversar, se possível, até com o Presidente da República, na próxima semana, mas, em primeira instância, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para afinarmos o discurso e discutirmos esse ponto, tendo em vista que qualquer decisão que S. Ex<sup>as</sup> tomem lá traz impacto aqui, no Orçamento que estamos relatando, que a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, está discutindo. E qualquer medida que tomarmos aqui, sem conversarmos com o Governo, poderá também causar impacto nas contas públicas.

Portanto, essa discussão é salutar. Vamos continuar com estas propostas: redução da CPMF e correção da tabela do Imposto de Renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Economizamos sete minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, V. Ex<sup>a</sup> pronunciou um discurso de alta valia e importância para a economia do nosso País e, com sua inteligência privilegiada, usou a capacidade de síntese.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito. Está premiado no art. 17. Isso é uma medalha e significa dizer que S. Ex<sup>a</sup> usou a tribuna em defesa do Brasil e, principalmente, das classes menos favorecidas.

Quero prestar uma homenagem ao Senador Paulo Paim, de quem recebi ontem mais um livro: **O Rufar dos Tambores**. Eu já li outro livro de sua autoria, **Cumplicidade**, em que S. Ex<sup>a</sup>, com sua inspiração poética, descreve sua luta. O Senador, que estudou na Escola Municipal Alberto Pasqualini, é, sem dúvida nenhuma, um dos mais bravos políticos da história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É sinal de que V. Ex<sup>a</sup> leu o livro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Isso já o abençoa, para caminhar rumo à defesa do trabalho e do trabalhador. Isso nos tem aproximado e feito com que eu o reconheça como o nosso Líder nesta Casa.

Ontem, li parte do livro **O Rufar dos Tambores**. Realmente, sua vida política é extraordinária. Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup>, que é do PT puro, não entendo certas coisas, como o fato de o PT ter em seu quadro alguém como Paim e de S. Ex<sup>a</sup> não ser lembrado

para estar ao lado do Presidente da República, S. Ex<sup>a</sup> que representa a história de dignidade, de grandeza, de trabalho e de luta.

Agradeço a oportunidade de ganhar o livro ontem à noite. Aprendi muito. Com **O Rufar dos Tambores**, além de ser reconhecido no Brasil como um grande político, S. Ex<sup>a</sup> iguala-se a grandes escritores do Rio Grande do Sul, como Erico Veríssimo – **Olhai os Lírios do Campo** ...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Faço referência a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – ...e o professor Mário Quintana. Eu é que tenho de agradecer o muito que aprendi. Estou exatamente na pagina 76 e vou entrar no capítulo “Sonho”.

Também agradeço, porque, nas primeiras páginas, fui um Senador citado como seu cireneu, na página mais bela das conquistas do trabalhador do Brasil.

Eu só queria isso, porque sou do PMDB de vergonha, de Ulysses...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Falo também de Ulysses...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – ... de Teotônio Vilela, de Tancredo, de Juscelino. Então, podemos e até devemos apoiar a governabilidade, a Pátria. Eu começaria apoiando e lembrando ao Presidente Lula que ele não precisa buscar companheiros em outros partidos: há V. Ex<sup>a</sup>, que, aliás, vejo aqui, foi companheiro dele das primeiras horas.

Os nossos cumprimentos e o nosso respeito, já como homenagem à comemoração que V. Ex<sup>a</sup> vai prestar à raça negra na próxima terça-feira. Eu até estranhava, quando V. Ex<sup>a</sup> se exaltava, porque eu, particularmente, tenho uma admiração especial por V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, meu maior amigo, lá em Parnaíba, é assim, da sua cor; é Paulo também, Paulo Evangelista de Carvalho, que foi Presidente da Câmara, Presidente do meu Partido. Então, eu não via razão... Mas, quando peguei o jornal e vi que o Brasil é o terceiro país do mundo em violência, que se mata mais em nosso País do que naquelas guerrilhas do Iraque e de Israel e que 90% dos assassinatos são de negros, percebi que sua luta tem sentido.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Isso está nos jornais de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não sei se está citado aí, acho que foi uma inspiração e um reconhecimento do Brasil, mas eu o comparei com Martin Luther King.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Mão Santa. Quero lembrar que quem ler o livro deve buscar a crônica de Décio de Freitas.

Décio de Freitas é um historiador, um escritor, é branco. Quando me elegi para o Senado, ele fez uma bela crônica com o título: “Teremos Zumbi no Senado da República”. Eu o menciono, não porque ele fala de mim, mas porque faz uma reflexão da chegada dos negros ao Brasil até o momento em que, em sua avaliação, Zumbi chegava ao Senado, referindo-se à minha chegada a esta Casa após a disputa eleitoral.

Faço essa reflexão como homenagem a Décio de Freitas, que já faleceu, mas que foi um lutador, um homem que tem uma história de vida belíssima. Décio de Freitas mereceria um livro somente para contar sua vida.

Senador Mão Santa, faço um pronunciamento hoje, da tribuna, que muitos vão achar um pouco diferente e que, na verdade, vai refletir o processo eleitoral por que passamos e a jornada, a verdadeira cruzada que fiz pelo Rio Grande. Senador Mão Santa, eu o faço – grande parte do Brasil, que está assistindo à TV Senado, talvez entenda –, porque recebi alguns *e-mails* em que me perguntam como foi minha participação nas eleições, já que não apareci tanto quanto entendiam necessário, na televisão.

Eu explico: não mando nos programas de televisão. Quem articula, quem discute, quem encaminha isso é a equipe da coordenação. Então, faço um relato aqui, para que não fique nenhuma dúvida sobre essa caminhada em relação ao processo eleitoral.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o período eleitoral é sempre o momento de confrontar as idéias, de fazer afirmações de projetos ou de mudanças de rumos. O povo é soberano e, com a mesma convicção que nos elege, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também nos afasta. Isso é a democracia, pela qual sou um apaixonado.

Tive a grande oportunidade de viajar pelo meu Estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular em nível nacional e estadual.

Senador Mão Santa, foi muito bom andar pelo meu querido Rio Grande, como V. Ex<sup>a</sup> andou pelo seu querido Piauí, poder conversar com os meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores como diz a canção, também ouvir suas queixas e as suas frustrações. Fiz isso e foi muito bom.

Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer por nossa gente. Eles diziam: “Paim, nós queremos muito mais”. E eles estão certos.

Participei, Sr. Presidente Mão Santa, do Congresso Nacional da Cobap, que convidou todos os candidatos à Presidência da República para que falassem de seus projetos em relação aos aposentados, aos trabalhadores, ao nosso povo. Apresentei lá o relatório

da Comissão Mista do Salário Mínimo como reivindicação dos trabalhadores e aposentados: principalmente o fim do Fator do Previdenciário, que o salário mínimo seja reajustado no ano que vem e alcance R\$ 400,00 e, daí para frente, seja reajustado uma vez por ano, no mínimo conforme a inflação e o dobro do PIB e que se estenda o mesmo índice de reajuste do salário mínimo a todos os aposentados e pensionistas.

Srs. Senadores e Senadoras, tal qual as águas dos rios que terminam no oceano, as límpidas fontes dos anseios populares vêm desaguar em nós. Temos de regar nossas idéias todos os dias com as águas das fontes da decência do bem comum.

A nossa gente não quer mais ouvir a velha e surrada frase de que seremos um grande país no futuro. Os brasileiros querem viver no grande e fraterno país do presente. Este gigante chamado Brasil precisa oferecer melhores dias para o nosso querido povo.

Senhoras e senhores, viajei, como já disse anteriormente, por oitenta cidades de todas as regiões do Rio Grande. Nesse andar, eu vi toda a essência da decência, civilidade e gestos de fraternidade do povo do meu Estado.

Foi lá no planalto médio, Senador Mão Santa, na cidade de Passo Fundo, que me falou um aposentado: “Senador Paim, continue assim, lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto do Idoso, eu já não sofro mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade ou o meu neto, em Monlevade”.

Soledade, meus caros, é uma cidade que fica na divisa da Serra com o Planalto. Há uma música que diz assim: “Soledade, terra de gaúcho forte, se precisar enfrenta a morte. Não liga pra tempo feio...”

Monlevade fica em Minas Gerais, terra do nosso Vice-Presidente José Alencar.

A visita a Cruz Alta, Senador Mão Santa, para mim foi muito importante. Lá estava o Prefeito Wilson Roberto, que disse que jamais esqueceria um pronunciamento que fiz no comício de sua vitória.

Na ocasião, eu falava dirigindo-me ao povo, e ele repetiu: “A noite é de chuva, e não há nenhuma estrela no céu, porque as estrelas que brilham com a chama da justiça e da liberdade estão aqui na Terra: são vocês”.

Foi lá em Cruz Alta também, terra de Erico Verissimo, que um gaúcho, trajado a rigor, me falou com muito ardor: “Senador, continue rebelde e não abra mão de seus projetos, porque eles são justos, e o povo, a qualquer custo, vai cavalgar a seu lado até que eles sejam aprovados”. É bom ouvir isso. A equipe que me acompanhava gravou, e eu faço aqui essa citação.

Outro gaúcho, que disse conhecer muito a história, me falou o seguinte: “Senador Paim, a obra **O tempo e**

**o vento**, de Erico Verissimo, retrata com fidelidade por que o gaúcho não reeleger governador. No diálogo, o personagem Rodrigo Cambará diz que governo existe para ser derrubado. Outro personagem, Pedro Terra, rebate: “Mas se o governo estiver certo?” Rodrigo Cambará responde: “O governo nunca está certo!”.

Outro me falou o seguinte: “Os estudiosos dizem que não reeleger governador é coisa que os gaúchos aprenderam com nossos vizinhos uruguaios”.

Já outro gaudério, um desses gaúchos de quatro costados, gritou lá do canto: “Só sei dizer que hoje a história se repetiu, e o atual Governador já está derrotado”.

O Rio Grande tem uma história de tradição, que aqui reproduzi, de não reeleger governador.

Nos campos de cima da Serra, onde prevalecem a pecuária e a agricultura, visitei Lagoa Vermelha, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito em exercício, Getúlio Cerioli. Cheguei lá em meio à cerimônia em que ele estava sendo empossado. Foram fotos e entrevistas para todos os lados. Foi uma festa, Senador Mão Santa.

Andei na serra gaúcha, nas cidades de Farroupilha, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, minha terra natal. Nos campos de cima da serra, fui também a Vacaria. Mas o que ouvi todos os dias, em todos os lugares, foi: “Continue assim, Senador, trabalhando com humanidade, pois todos os estatutos de sua autoria são obras de fraternidade e só querem o bem comum, paz, amor e felicidade”.

Fui a São Lourenço do Sul, caminhei com o Prefeito Zé da Gaita, o grande Zé da Gaita! Depois fui a Pelotas e Rio Grande. Passei pela linda reserva ecológica do Taim, local onde a natureza resiste e preserva os animais que vivem em seu território natal.

Em Santa Vitória do Palmar, no extremo sul, no Chuí, onde o Brasil Florão da América termina e começa o Uruguai, vieram gaúchos a cavalo para assistir ao nosso palavreado. Santa Vitória nos recebeu com fogos de artifício e com churrasco assado na lenha: ovelha assada inteira, feijão e arroz de carreteiro, cardápio típico da nossa gente querida lá da fronteira.

Foi ali, num grande comício, que falei ao lado do Prefeito Batata, que me recebeu com grande carinho: “Na mesma praça, no mesmo banco, as mesmas flores, os mesmos jardins, estou feliz porque hoje vejo a cidade sorrir para eleger Olívio Governador e Lula Presidente do Brasil”. Foi o momento em que fui mais aplaudido – claro que fui buscar inspiração na canção muito bonita “Na mesma praça”.

Lá também, Senador Mão Santa, que é cidade de fronteira, um *double chapa* me falou em seu portunhol: “Contiue assim, Senador, fiel ao seu povo e ao seu

trabalho. O senhor é um dos tribunos do Rio Grande, dos trabalhadores, dos aposentados, o Senador do salário mínimo! Senadores são quase cem e convencer homens de bem é uma tarefa fascinante. O senhor há de conduzir entre seus pares um novo tempo de progresso que vai alcançar todos os lares”.

Senhoras e Senhores, os “*double chapa*” são cidadãos que têm dupla cidadania. São filhos de brasileiros e uruguaios. Eles exercem o seu direito de votar nos dois países. São ardorosos militantes nas campanhas políticas tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Também fui ao Litoral Norte para fazer campanha em Osório, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito Romildo, do PDT, que declarou apoio à Frente Popular. Mas, quando entrei na *Freeway*, lembrei-me de que, ainda Deputado, apresentei um projeto para que se chamasse Rodovia Luiz Carlos Prestes, mas os conservadores não deixaram e o projeto foi reprovado. Prestes foi o lutador das causas populares. Prestes foi um revolucionário. Prestes foi um homem do bem. Da rodovia, palco dessa discussão que enfrentei e não me arrependo, vi o parque eólico em pleno funcionamento. São muitos cata-ventos gerando eletricidade com as forças do vento. É uma obra de grande dimensão. Espero que muitos parques como esse se espalhem pela Nação, gerando energia limpa sem causar poluição.

Estive em Imbé, com o Prefeito Jadir que, com muito carinho, me recebeu e manifestou também o apoio à Frente Popular. Ele, do PMDB. Passei por Capão da Canoa, Tramandaí e Torres, onde visitei um CTG com os gaúchos de bombacha e as prendas de vestido longo. Lá tinha um chimarrão bem servido. É a nossa tradição! Lá, mais uma vez, ouvi: “*Continue assim, Senador, com as suas convicções, porque a gauchada que não se curva, lhe estende a mão! Viva Zumbi dos Palmares! Viva Sepé Tiarajú! Leve daqui um abraço do tamanho do Rio Grande, mas que eu sei – disse ele – que é do Brasil, do Oiapoque ao Chuí*”.

Estive em Maquiné com o Prefeito Pedro Nicolau, com quem tive um bom diálogo. Lá pude mais uma vez colocar meus olhos naquela linda região da Mata Atlântica. Não há quem não se encante frente a tamanha beleza! Mantê-la viva, Sr. Presidente, é a nossa maior façanha.

Mas foi em Santo Antonio da Patrulha, com o Prefeito José Francisco, que é da Oposição, em um encontro com homens e mulheres de cabelos brancos, que fiquei muito impressionado com as demonstrações de carinho dos idosos, aposentados ou não. Foram mais de 2.000 mil pessoas no salão! Os idosos não querem compaixão. Eles têm consciência que construiram esta Nação. Querem os seus direitos e com toda a razão. Querem ser tratados com respeito por



tudo que fizeram. Eles querem o fim do fator previdenciário e a manutenção, Senador Mão Santa, do valor de compra dos seus salários. É um direito da nossa gente. Eles também me disseram: “*Continue assim, Senador*”. Ali, Senador Mão Santa, fui abraçado por lutadores do Partido dos Trabalhadores, mas também pelos adversários.

Em Venâncio Aires, lá, Zezinho, eu falei com o Nestor, Sindicalista, Vereador, Líder do PDT, que declarou – e fez questão na minha presença: “Senador Paulo Paim, eu apóio Lula Presidente e Olívio Governador”.

Em Santa Cruz do Sul, fiz palestras para os vigilantes em congresso estadual, apoiando projeto original do Chico Vigilante, hoje Deputado Distrital; aqui no Senado, o Relator foi o Senador Romeu Tuma, e já está aprovado.

Também fui na região carbonífera, pois o Rio Grande tem a maior reserva de carvão do País. Estive em Arroio dos Ratos e nas Minas do Leão. A região quer melhores condições, pois sabe que seu carvão é uma grande solução para resolver os problemas de energia da Nação.

Também fui a Butiá, Charqueadas e São Jerônimo, onde o povo gritou com a maior tranqüilidade: “*É isto aí, Senador Paim, continue assim!*”

Lembro-me do Jaime, Prefeito, agora independente, porque saiu do PT, dizendo: “*Senador e Valdeci – Valdeci foi o coordenador da campanha do Lula no nosso Estado – vou com a Frente Popular porque aqui é meu lugar*”.

Grande Jaime, Senador Mão Santa.

Na região metropolitana, tive atividades e em Porto Alegre participei do Encontro Estadual dos Profissionais em Segurança Pública, apoiando o seu direito a ter aposentadoria especial, já que estão sendo discriminados em relação aos outros Estados.

Fui no Parque da Harmonia, na Semana Farrupilha, de que V. Ex<sup>a</sup> fala tanto aqui, encontrar-me com a minha gente nessa linda festa cívica que comemora a Revolução dos Farrapos: 10 anos de luta nas coxilhas, foram muitos os nossos heróis que tombaram na luta contra o poder imperial. Lembramos aqui muitas vezes dos lanceiros negros, morreram, mas não se entregaram. Mas lembremos também que muitos homens e mulheres, brancos e negros, tombaram, mas ficaram até o fim, lado a lado. Como diz o Hino do Rio Grande: “*Sirvam as nossas façanhas de modelo a toda a terra*”.

O fato mais triste dessa campanha foi – e já comentei aqui – andar à beira do querido rio dos Sinos. É um retrato dantesco ver o rio pedindo socorro e os pei-

xes agonizando por falta de oxigênio. É a mãe natureza chamando e dizendo: ajudem, eles estão morrendo.

Se nós, homens, temos a capacidade de assassinar um rio e toda vida que vive nele, tenho certeza de que podemos salvá-lo não somente com medidas punitivas, mas educativas.

Com o apoio desta Casa, tenho certeza, caminharemos juntos para salvar o rio dos Sinos, o rio da nossa mocidade. Há uma canção original gaúcha que diz assim, em defesa das águas: “*Não deixe morrer meu rio, me ajude, por favor... O Biguá que mergulhava já morreu, o Aguapé não dá mais flor (...)*”

Sr. Presidente, depois dessa passagem pelo rio, estive em Esteio, Sapucaia, Igrejinha, Estância Velha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Portão, São Sebastião do Cai.

Em São Leopoldo, estive inúmeras vezes. Fiz comícios e palestras para os trabalhadores empregados e desempregados, para os negros, brancos, deficientes, sindicalistas e aposentados.

Visitei também Alvorada. Estive com o ex-Prefeito Ridi e o atual Prefeito Alex. Em Cachoeirinha, estive com Stédile, do PSB; em Gravataí, com o ex-Prefeito Bordion e com o atual Prefeito Sérgio. Fui depois a Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba, terra do Marcão, que além de nosso assessor é nosso motorista. Que Deus o ajude muito pela importância do trabalho que exerce para todos nós.

Participei de muitas atividades com Olívio, Jusara, Bernadete, Rossetto e Lula. Foram comícios, palestras e caminhadas.

Cumpri a orientação partidária, Senador Mão Santa. No primeiro turno, fui dar todo o apoio a Rossetto. Fizemos, inclusive, uma carta pessoal de apoio ao nosso candidato a Senador. No segundo turno, dobramos os esforços para Lula Presidente e Olívio Governador.

No comício de Porto Alegre, o povo chorou quando Lula falou. No de Alvorada e Caxias a emoção tomou conta de todo o povo, com o refrão: “*Lula veio para ficar e o Olívio para o governo vai voltar*”.

O de Canoas superou a tudo, não tinha explicação. Eram cerca de quarenta mil pessoas gritando: “*É Lula lá, Olívio aqui*”. Era um mar de bandeiras vermelhas, azuis, amarelas, brancas, roxas, era pura paixão.

Estive também, Sr. Presidente, em Novo Hamburgo, onde recebi, na Escola Fundamental Sagrado Coração de Jesus, um poema declamado pelo aluno Jackson Nander de Almeida Zanuni, de autoria do mesmo, que é deficiente visual, e deixo-o aqui registrado.

Com o Deputado Tarciso...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha*.) – Senador, o vosso tempo regimental acabou, mas prorrogo por mais cinco minutos. Mas depois, V. Ex<sup>a</sup> desejando, terá mais tempo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Só quero concluir, Sr. Presidente, para que não fique nenhuma dúvida da minha responsabilidade nessa caminhada.

Com o Deputado Tarcisio Zirmmermann e o Ronaldo Zulke, estive em Novo Hamburgo e fiz uma visita à Fazenda Renascer, que trabalha para curar as pessoas dependentes de bebidas e de drogas.

Foi um momento muito educativo, pois falamos do mal causado pelas bebidas e pelas drogas. Sempre achamos que isso não vai acontecer conosco, construímos um escudo protetor invisível para nossos familiares. É um grande engano, quando percebemos, já será tarde, eles já entraram em nossas casas e levaram nossos filhos.

Na Fazenda Renascer, as pessoas buscam a internação por vontade própria. A fazenda, Senador Mão Santa, só recebe pacientes que queiram efetivamente se internar por livre e espontânea vontade.

Esta Casa tem de trabalhar muito para que nossas fronteiras não sejam um paraíso onde o narcotráfico passe com sua mercadoria, que só traz morte e desgraça.

Fui a Santa Maria, Lajeado, Teutônia.

Na cidade de Montenegro, visitei a Escola Estadual de Ensino Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema lindo de sua autoria:

Para o amigo Paulo Renato Paim

Anjo amigo:  
Estive sozinha  
Perdida, sem ninguém  
O mundo era sombrio e vazio  
E muito triste também

Eu andava por caminhos  
Era tudo escuridão  
Silencioso só solidão  
Mas vi que uma imagem  
No ar refletia  
Dando-me uma mensagem  
De paz e harmonia.

Não tenha medo de mim  
Vou te proteger  
Seguir seus passos onde  
Estiver  
E estar contigo  
Para o que der e vier  
Não fuja de mim.  
Não tem mais perigo  
Porque eu sou e sempre serei  
O seu anjo amigo.

Um abraço da amiga Janice.

Muito obrigado, Janice. É muito bom saber que uma criança, de doze ou treze anos, escreveu essa poesia e remeteu-a para mim.

Sr. Presidente, fui depois a Santiago do Boqueirão, onde uma senhora me disse: “Continue assim, Senador, trabalhando sempre com humildade, pois o Congresso Nacional vai aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e fazer justiça no combate a essa desigualdade”.

Também andei por Missões, Fronteira Oeste, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, terra de Mário Quintana, poeta e velho menino que queria ser “estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos”.

De São Gabriel, jamais vou esquecer o quadro que trouxe para o meu gabinete e que recebi de Paulo César Lederes, um grande produtor de arroz da região, que diz:

A Terra dos Marechais quero exaltar neste ato, chimangos e maragatos, farrapos e imperiais, aqui Sepé Tiaraju tombou sobre o nosso capim, São Gabriel é assim bem mais amor do que guerra, hoje os filhos dessa terra saúdam o Senador Paulo Paim.

Também fui a Dom Pedrito, Bagé, Candiota e Pinheiro Machado. Na estrada, olho para o lado e vejo a história do meu povo.

Senador Mão Santa, no Cerro dos Porongos, o 1º Regimento dos Lanceiros Negros, combatentes, guerreiros, foram atacados à traição, foram assassinados porque não abriram mão de termos um país sem escravidão.

Numa homenagem a essa região, declamei um poema, que não vou aqui declamar, chamado “Negros Lanceiros”.

Noite de Porongos  
Noite da traição.  
Lanceiros, sei a noite em que morreram  
(...)  
Não sei o dia em que nasceram.  
(...)

Enfim, vocês tombaram pela liberdade, pela igualdade, pela justiça.

Foram mais de 80 cidades, mais de 10 mil quilômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios, jornais e televisão.

Em todos os debates, Senador Mão Santa, tive o cuidado de seguir o conselho de meu pai, Ignácio Alves Paim, já falecido, que sempre me dizia: “Respeite os adversários e nunca humilhe os inimigos”.

Tive certamente contato pessoal com mais de 200 mil gaúchos e gaúchas, e as palavras que mais ouvi foram: “Continue assim, Senador!”

Termino minha fala, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância e dizendo que também estive conosco, em Porto Alegre...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, proroguei o seu tempo por mais cinco minutos, pois o que V. Ex<sup>a</sup> está usando é pouco. Lembro-me do Senador Paulo Brossard, que fazia discursos cuidadosos, buscando as palavras de nossa língua que melhor se adaptassem. S. Ex<sup>a</sup> demorava mais de duas horas, mas o Piauí e o Brasil o aplaudiam, como agora estamos aplaudindo o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Mão Santa, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero terminar fazendo uma homenagem ao José Alencar, Vice-Presidente da República, que conquistou o coração dos gaúchos e das gaúchas e que esteve comigo num grande comício em Porto Alegre.

Faço questão de ler um telegrama que encaminhei a S. Ex<sup>a</sup>, porque vou transformar esse pequeno pronunciamento em uma separata.

Caro amigo José Alencar,

Mesmo à distância, estou acompanhando este momento difícil de sua vida. Desejo, mais uma vez, expressar minha enorme admiração e apreço por Vossa Excelência. Sem abrir mão de suas convicções, o amigo foi fundamental para que um operário chegasse à Presidência da República e se reelegesse. Sua história de vida é um exemplo para todos nós. Tenho absoluta certeza de que sua operação nos Estados Unidos será – como é – vitoriosa. Aguardamos ansiosamente a sua volta para casa e que assim possamos vê-lo reassumir a vice-presidência da República, para o bem do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu tinha de fazer esse balanço. Talvez muitos pensem: “Por que ele está fazendo esse balanço do Rio Grande do Sul para o Brasil?” Senador Mão Santa, serei muito sincero e concluirei.

Durante a época eleitoral, todos são amigos. Termina a época eleitoral, começam pequenas agulhadas desnecessárias. Esse balanço é um demonstrativo para aqueles que não entendem e desconhecem a nossa história, caminhada e coerência. Graças a Deus, V. Ex<sup>a</sup> é um pouco testemunha disso tudo, pela minha forma de atuar aqui no Congresso.

Lançarei meu livro **O Rufar dos Tambores** em Brasília e no Rio de Janeiro. Quem sabe irei ao Piauí para lançá-lo, a convite de V. Ex<sup>a</sup>. Os tambores continuam rufando.

Sempre digo que para mim é fundamental que os palácios de Brasília, inclusive o Congresso, ouçam a batida do tambor, do pandeiro, do tamborim e o barulho dos homens e mulheres nas ruas, que não ouçam somente o som do piano. Não é que eu não goste do piano ou do violino, mas quero também que o tambor seja ouvido em Brasília.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o período eleitoral é sempre o momento de confrontar as idéias, de afirmações de projetos ou de mudanças de rumos.

O povo é soberano e com a mesma convicção que nos elegem, Srs. Senadores, também nos afastam.

Eu tive a maravilhosa oportunidade de viajar pelo meu Estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular, em nível nacional e estadual. Andar pelo meu querido Rio Grande do Sul, poder conversar com meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores, também ouvir suas queixas e suas frustrações.

Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando, enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer pela nossa gente que merece muito mais.

Participei do Congresso Nacional da Cobap, que convidou os candidatos à Presidência da República para falar dos seus projetos em relação aos aposentados. Apresentei o Relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo como reivindicação dos trabalhadores e aposentados. Principalmente o fim do Fator Previdenciário, e que o salário mínimo seja reajustado para R\$400,00 em 2007, daí para frente o reajuste seja no mínimo a inflação e o dobro do PIB. O mesmo índice de reajuste do SM será estendido para todos os aposentados.

Sras e Srs. Senadores, como diz a canção, as águas dos rios correm para os oceanos. Nós, Senadores, temos de ser como os oceanos, onde as límpidas fontes dos anseios populares vêm desaguar, e temos de regar nossas idéias todos os dias nas fontes da decência e do bem comum.

A nossa gente não quer mais ouvir a velha e surrada frase de que seremos um grande País no futuro. Os brasileiros querem viver no grande e fraterno País do presente. Este gigante chamado Brasil precisa oferecer melhores dias para o nosso povo querido.

Sras e Srs. Senadores, viajei por 80 cidades de todas as regiões do Rio Grande. Nesse andar eu vi toda a essência da decência, civilidade e gestos de fraternidade do povo do meu Estado...

Foi lá no planalto médio, na cidade de Passo Fundo, que me falou um aposentado: “Senador Paim, continue assim lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto do Idoso eu já não sou mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade, ou o meu neto em Monlevade”.

Soledade, meus caros, é uma cidade que fica localizada na divisa da serra com o planalto. Tem até uma música que diz assim: “Soledade terra de gaúcho forte, se precisar enfrenta a morte. Não liga pra tempo feio ...”

Monlevade fica em Minas Gerais, terra do nosso Vice-Presidente José Alencar.

Em Cruz Alta fui muito bem lembrado pelo Prefeito Wilson Roberto, que disse que jamais esqueceria as palavras que eu havia dito no comício de sua vitória. Na ocasião eu falei: “A noite é de chuva e não há nenhuma estrela no céu, porque as estrelas que brilham com a chama da justiça e da liberdade estão aqui na Terra e são vocês”.

E foi lá, em Cruz Alta também, terra de Érico Veríssimo, que um gaúcho, trajado a rigor, me falou com ardor: “Senador, continue rebelde e não abra mão de seus projetos, pois eles são justos e o povo, a qualquer custo, vai cavalgar ao seu lado até que eles sejam aprovados”.

Outro gaúcho que disse conhecer a história me disse: “Senador Paim, a obra **O tempo e o Vento**, de Érico Veríssimo, retrata com fidelidade por que o gaúcho não reeleger governador. No diálogo, o personagem Rodrigo Cambará diz que governo existe para ser derubado! Outro personagem, Pedro Terra, rebate: Mas se o governo estiver certo? Rodrigo Cambará rebate: Governo nunca está certo!”

E um outro me falou o seguinte: “Os estudiosos dizem que não reeleger governador é uma coisa que os gaúchos aprenderam com nossos vizinhos uruguaios”.

Outro gaudério, um desses gaúchos de quatro cortados gritou meio extraviado: “Só sei dizer que hoje a história se repetiu e o atual Governador já está derrotado”.

Nos campos de cima da Serra, onde prevalece a pecuária e a agricultura, visitei Lagoa Vermelha, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito em exercício, Getúlio Cerioli. Cheguei lá em meio à cerimônia em que ele estava sendo empossado. Foram fotos e entrevistas para todos os lados.

Andei na serra gaúcha nas cidades de Farroupilha, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Nos campos de cima da serra também fui em Vacaria. Mas o que ouvi todos os dias, em todos os lugares, foi: “Continue assim Senador, trabalhando com humanidade, pois todos os estatutos de sua autoria são obras da fraternidade e só querem o bem comum, paz, amor e felicidade”.

Em São Lourenço do Sul, caminhei com o Prefeito Zé da Gaita. Depois fui a Pelotas e Rio Grande. Passei pela linda reserva ecológica do Taim, local onde a natureza resiste e preserva os animais que vivem em seu território natal.

Em Santa Vitória do Palmar, no extremo sul, no Chuí, onde o Brasil Florão da América termina e onde começa o Uruguai, vieram gaúchos a cavalo para assistir a nosso palavreado. Santa Vitória nos recebeu com muitos fogos de artifícios e com churrasco assado na lenha: ovelha assada inteira, feijão e arroz de carreteiro – cardápio típico da nossa gente da fronteira.

Foi ali, num grande comício, que falei, ao lado do Prefeito Batata, o qual me recebeu com grande carinho: “Na mesma praça, no mesmo banco, as mesmas flores, os mesmos jardins, estou feliz porque hoje vejo a cidade sorrir para eleger Olívio Governador e Lula Presidente do Brasil.

Lá também, um **doble** chapa me falou com seu “portunhol”: “Continue assim, Senador, fiel ao seu povo e ao seu trabalho. O senhor é o tribuno do Rio Grande, dos trabalhadores e aposentados, o Senador do salário mínimo! Senadores são quase cem e convencer homens de bem é uma tarefa fascinante. O senhor, homem brilhante, há de conduzir entre seus pares um novo tempo de progresso que alcance todos os lares.”

Sras. e Srs. Senadores, os “**doble** chapa” são cidadãos que têm a dupla cidadania. São filhos de brasileiros e uruguaios ou vice-versa. Eles exercem o seu direito de votar nos dois países. São ardorosos militantes nas campanhas políticas do Brasil e do Uruguai.

Também fui ao Litoral Norte para fazer campanha em Osório, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito Romildo, que declarou apoio à Frente Popular. Quando entrei na Freeway me lembrei que apresentei um projeto para que ela se chamasse Rodovia Luiz Carlos Prestes, mas, os conservadores não deixaram e o projeto foi reprovado. Prestes foi um lutador das causas populares. Da rodovia, palco dessa discussão, vi o parque eólico em pleno funcionamento. São muitos cata-ventos gerando eletricidade com a força dos ventos. É uma obra de grande dimensão. Espero que muitos parques como esse se espalhem pela nação, gerando energia limpa, sem causar poluição.



Estive em Imbé, com o Prefeito Jadir, que calorosamente me recebeu e manifestou seu apoio à Frente Popular. Passei por Capão da Canoa, Tramandaí, e Torres, onde visitei um CTG com os gaúchos de bombachas e as prendas de vestidos longos e no qual havia um chimarrão bem servido. É a nossa tradição! Lá, mais uma vez, ouvi: “Continue assim, Senador, com as suas convicções, porque a gauchada que não se curva, mas lhe estende a mão! Viva Zumbi dos Palmares! Viva Sepé Tiarajú! Leve daqui um abraço do tamanho do Rio Grande, mas que eu sei que é do Brasil, do Oiapoque ao Chuí”.

Estive em Maquiné, com o Prefeito Pedro Nicolau, com quem tive um bom diálogo. Lá pude mais uma vez colocar meus olhos naquela linda região da mata atlântica, não há quem não se encante, frente à tamanha beleza! Mantê-la viva é a nossa maior façanha!

Mas foi em Santo Antônio da Patrulha, com o Prefeito José Francisco, num encontro com homens e mulheres de cabelos brancos, que fiquei muito impressionado com as demonstrações de carinho dos aposentados. Foram mais de 2 mil pessoas no salão! Os idosos não querem compaixão. Eles têm consciência de que construíram a Nação, querem os seus direitos e com toda razão. Querem ser tratados com respeito por tudo o que fizeram. Eles querem o fim do fator previdenciário e a manutenção do valor de compra de seus salários!

É um direito da nossa gente! Eles também me disseram: “Continue assim, Senador!”. Ali fui abraçado por lutadores do Partido dos Trabalhadores e até pelos adversários.

Em Venâncio Aires falei com o Nestor, Sindicalista, Vereador e Líder do PDT, que declarou apoio a Lula Presidente e Olívio Governador.

Em Santa Cruz do Sul fiz palestra para os vigilantes em Congresso Estadual apoiando projeto original do Chico Vigilante nº 3742/92, de que o Senador Romeu Tuma foi Relator.

Também fui na Região Carbonífera, pois Rio Grande tem a maior reserva de carvão do País. Estive em Arroio dos Ratos e nas Minas do Leão. A região quer melhores condições, pois sabe que seu carvão é uma grande solução para resolver os problemas de energia e da nação.

Também fui a Butiá, Charqueadas e São Jerônimo, onde o povo gritou para mim: “Senador Paim, continue assim!”

Lembro-me do Jaime Prefeito, agora independente dizendo: “Senador e Valdeci (Coordenador da campanha do Lula no nosso estado), vou com a Frente Popular porque aqui é meu lugar” Grande Jaime!

Na região metropolitana, tive muitas atividades e, em Porto Alegre, participei do Encontro Estadual dos profissionais em Segurança Pública apoiando o seu direito a ter aposentadoria especial, já que eles estão sendo discriminados em relação a outros Estados.

Fui ao Parque da Harmonia, na Semana Farroupilha, encontrar-me com a minha gente, nessa linda festa cívica que comemora a Revolução Farroupilha: 10 anos de lutas nas coxilhas, foram muitos os nossos heróis, que tombaram na luta contra o poder imperial, lembramos dos Lanceiros Negros, morreram mas não se entregaram.

Como diz o Hino do Rio Grande: Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra!

O fato mais triste de toda a campanha foi a mortandade de toneladas de peixes no Rio dos Sinos, rio onde nadei e pesquei e passei momentos felizes quando acampava em suas margens junto com familiares e amigos para pescar e churrasquear. É um retrato dantesco ver o Rio pedindo socorro e os peixes agonizando por falta de oxigênio! É a mãe natureza chamando e dizendo: “Eles estão morrendo.”

Se nós, homens, temos a capacidade de assassinar um rio e toda a vida que vive nele, tenho certeza que podemos salvá-lo não somente com medidas punitivas mas com medidas educativas.

Com o apoio desta Casa, tenho certeza de que caminharemos juntos para ajudar a salvar o Rio dos Sinos, o rio da nossa mocidade. Há uma canção regional gaúcha que diz assim: “Não deixe morrer meu rio, me ajude ,por favor... O Biguá que mergulhava já morreu, o Aguapé não dá mais flor...”

Estive também em Esteio, Sapucaia, Igrejinha, Estância Velha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Portão, São Sebastião do Caí.

Em São Leopoldo estive inúmeras vezes, fiz comícios e palestras para os trabalhadores empregados e desempregados, para os negros, brancos, deficientes, sindicalistas e aposentados.

Visitei também Alvorada, com o ex-prefeito Ridi e o atual Prefeito, Alex. Em Cachoeirinha com o Steidle do PSB, em Gravataí com o ex-prefeito Bordion e com o atual Prefeito Sérgio. Fui depois a Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba, terra do Marcão, nosso assessor e motorista.

Particpei de muitas atividades com Lula, Olívio, Jussara, Bernadete e Rossetto. Foram comícios, palestras, caminhadas.

Cumpri a orientação partidária. No primeiro turno fui dar todo o apoio ao Rossetto, fizemos inclusive uma carta pessoal de apoio ao nosso candidato a Senador. No segundo turno dobramos os esforços para Lula Presidente e Olívio Governador.

No comício de Porto Alegre o povo chorou quando Lula falou. No de Alvorada e Caxias a emoção tomou conta do povão com o refrão: “Lula veio para ficar e o Olívio para o Governo vai voltar”.

O de Canoas superou a tudo, não tinha explicação. Eram cerca de 40 mil pessoas gritando “É Lula lá, Olívio aqui”. Era um mar de bandeiras vermelhas, azuis, amarelas, brancas, roxas, era pura paixão.

Estive também em Novo Hamburgo, onde recebi, na Escola Fundamental Sagrado Coração de Jesus, poema declamado pelo aluno Jackson Nander de Almeida Zanuni, de autoria do mesmo, que é deficiente visual e que faço questão de ler:

Hoje é o dia certo  
Para você amar,  
Sonhar, ousar, produzir,  
Acreditar, ser feliz.....

Cada dia, um dia:

Cada sorriso, um sorriso  
Cada pessoa, um mundo;  
Cada sonho, um degrau:  
Cada passo, um risco;  
Cada erro, uma oportunidade de aprender...

Com o Deputado Tarcisio Zimermann e o Ronaldo Zulke, estive em Novo Hamburgo e fiz uma visita à Fazenda Renascer, que trabalha para curar as pessoas dependentes de bebidas e drogas.

Foi um momento muito educativo para mim, pois falamos do mal causado pelas bebidas e pelas drogas. Mas no fundo sempre achamos que isso só acontece com os outros e construímos um escudo protetor invisível para nós e nossos familiares.

É um grande engano, quando percebemos já é tarde. Eles já entraram em nossas casas e levaram os nossos filhos.

Na Fazenda Renascer as pessoas, em sua maioria, buscam a internação por vontade própria. A fazenda só recebe pacientes que querem efetivamente se internar por livre e espontânea vontade. É um trabalho sério de combate às drogas, que destroem vidas e famílias.

Esta casa, meus caros, tem de trabalhar para que nossas fronteiras não sejam um paraíso onde o narcotráfico passe com a sua mercadoria, que só traz mortes e desgraça.

Fui para Santa Maria, Lajeado e Teutônia.

Na cidade de Montenegro visitei a Escola Ensino Especial Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema de sua autoria que diz assim:

Para o amigo Paulo Renato Paim

Anjo amigo:  
Estive sozinha  
Perdida sem ninguém  
O mundo era sombrio e vazio  
E muito triste também

Eu andava por caminhos  
Era tudo escuridão  
Silencioso só solidão  
Mas vi que uma imagem  
No ar refletia

Dando-me uma mensagem  
De paz e harmonia

Não tenha medo de mim  
Vou te proteger  
Seguir seus passos onde  
Estiver

E estar contigo  
Para o que der e vier

Não fuja de mim  
Não tem mais perigo  
Porque eu sou e sempre serei  
O seu anjo amigo

Um abraço da amiga Janice.

Em Santiago do Boqueirão uma moça me disse: “Continue assim, Senador, trabalhando sempre com humildade, pois o Congresso Nacional vai aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e fazer justiça no combate a essa desigualdade!”

Também andei nas Missões, Fronteira Oeste, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, terra de Mário Quintana, poeta e velho menino que queria ser estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos.

De São Gabriel, jamais vou me esquecer do quadro que recebi de Paulo César Lederes que diz: “A Terra dos Marechais quero exaltar neste ato, chimangos e maragatos, farrapos e imperiais, aqui Sepé Tiaraju tombou sobre o nosso capim, São Gabriel é assim bem mais amor do que guerra, hoje os filhos dessa terra saúdam o Senador Paulo Paim”.

Também fui a Dom Pedrito, Bagé, Candiota e Pinheiro Machado, na estrada, olho para o lado e vejo a história do meu povo.

Lá no Cerro dos Porongos, o 1º Regimento dos Lanceiros Negros, combatentes, guerreiros, foram atacados à traição, foram assassinados porque não abriam mão de termos um país sem escravidão.

Numa homenagem a eles fiz o poema:



Negros Lanceiros  
 Noite de Porongos  
 Noite da traição.  
 Lanceiros, sei a noite em que morre-  
 ram  
 -14 de novembro de 1844  
 Não sei o dia em que nasceram.  
 Não sei os seus nomes.  
 Só sei que em tempo de guerra  
 Vocês foram assassinados em nome da  
 paz.  
 Somos todos lanceiros.  
 Queremos justiça.  
 Somos amantes da paz e da vida.  
 Lanceiros, guerreiros,  
 Baluartes da liberdade.  
 Lutaram e morreram sonhando com  
 ela.  
 Negro Lanceiro,  
 Mesmo quando tombou,  
 Dizia  
 Sou um lanceiro,  
 Sou negro, sou  
 Liberdade, liberdade, liberdade...

Foram mais de 80 cidades... Mais de 10 mil quilômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios, jornais e televisão.

Em todos os debates tive o cuidado de seguir um conselho do meu pai Ignácio, já falecido: “Respeite os adversários e nunca humilhe os inimigos”.

Tive, certamente, contato pessoal com mais de 299 mil gaúchos e gaúchas e as palavras que mais ouvi, foram: “Continue assim, Senador!!!”

Terminei minha fala com o telegrama de solidariedade que enviei ao nosso querido Vice Presidente, José Alencar, que esteve comigo no comício de Porto Alegre, capital do Rio Grande.

José Alencar conquistou o coração dos gaúchos e das gaúchas.

“Caro Amigo José Alencar.

Mesmo à distância estou acompanhando este momento difícil de sua vida. Desejo mais uma vez expressar minha enorme admiração e apreço por V. Ex<sup>a</sup>. Sem abrir mão de suas convicções, o amigo foi fundamental para que um operário chegasse à Presidência da República e se reelegesse. Sua história de vida é um exemplo para todos nós. Tenho absoluta certeza de que sua operação nos Estados Unidos será vitoriosa. Aguardamos ansiosamente a sua volta para casa e que assim possamos

vê-lo reassumir a Vice-Presidência da República para o bem do povo brasileiro.  
 Um forte abraço.”

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a este extraordinário Líder do PT, Senador Paulo Paim, por estarmos no seu livro, no capítulo em que mostra a sua convivência com Ulysses Guimarães. E ele dizia a Lula e a Olívio Dutra, que dividia apartamento, que nada adianta nos debruçarmos na construção de uma Constituição se ela for desrespeitada e não for obedecida.

Consultando a lista de oradores inscritos, chamarei para usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

Os outros oradores, como eu, encaixam-se no art. 17, pois já usaram a tribuna por mais de duas vezes nesta semana.

Senador Flexa Ribeiro, regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> tem 20 minutos, mas jamais ousarei cortar o pronunciamento desse estadista do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Mão Santa, que preside esta sessão do Senado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com satisfação que retorno à tribuna hoje para tratar de dois assuntos.

Primeiro, destaco os 60 anos de existência do jornal **O Liberal** do meu Estado, o Pará, um dos maiores do Norte e do Nordeste do País, completados no último dia 15 de novembro.

Fundado para respaldar a política do General Magalhães Barata na década de 40, foi a partir de Romulo Maiorana, de saudosa memória, que o jornal firmou como um dos maiores do Brasil.

**O Liberal**, nesses 60 anos, participou ativamente da vida de todos os amazônidas, levando ao povo do Pará as informações de primeira mão, recebendo dezenas de prêmios por seus furos jornalísticos, pela reportagem investigativa e pela inteligência.

Ao completar 60 anos, **O Liberal** chega às mãos do leitor remoçado, com uma publicação mais moderna e um projeto gráfico dos mais modernos também.

Além disso, **O Liberal** é cada vez mais um jornal informativo e menos opinativo, antenado com as novas tendências do mercado.

**O Liberal** se destaca ainda, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela ousadia, não tem medo de abordar os temas polêmicos do nosso dia-a-dia.

Como bem ressaltou o articulista Domingos Emmi:

**O Liberal** consegue ser um jornal leve, gostoso de ler, pois respeita o jeito de escrever dos seus jornalistas e colaboradores, propiciando variedade de estilos e idéias. O seu jornalismo pode não ser perfeito, mas não o são a vida, os desejos, destinos e sonhos. Enfim, as pessoas. Mas o jornalismo crítico, íntegro, às vezes felino, mordaz, mas profundamente comprometido com o interesse público, capaz de alterar rumos, refazer a história, reescrever páginas que poderiam ser apenas viradas, sem serem lidas e perseguidas, esse, **O Liberal**, está sempre perseguindo. Fugindo ao lugar comum, um compromisso com a democracia e com a liberdade de expressão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria neste momento de parabenizar todos que fazem de **O Liberal** referência nacional da empresa brasileira na pessoa de D. Déa Maiorana – Presidente das Organizações Romulo Maiorana – e de seus filhos: Romulo Maiorana Júnior, Ronaldo Maiorana, Rosângela Maiorana, Rose Maiorana, Roberta Maiorana e Ângela Maiorana, que, ao longo dos anos, só têm consolidado o Jornal **O Liberal** como um dos baluartes da liberdade de imprensa no Brasil. Também parabeno todos os colaboradores de **O Liberal**, que fazem o dia-a-dia da imprensa escrita do meu querido Estado, o Pará.

Abordando outro assunto, Senador Paulo Paim, que assume a Presidência da sessão neste momento, farei alguns comentários e ponderações a respeito do pronunciamento aqui realizado pelo Senador Aloizio Mercadante, no início desta semana, no tocante à necessidade do desenvolvimento do nosso País. Em seu discurso, Senador Pedro Simon, o Senador Aloizio Mercadante fez alguns reparos à política econômica do Governo do Presidente Lula, mostrando que é preciso haver mudança de rumo nessa política de tal forma que o desenvolvimento do Brasil possa acontecer, com investimentos maciços nas áreas da maior importância, como educação, infra-estrutura e segurança – não somente visando o que é relevante, a questão do superávit primário.

O pronunciamento que farei, Presidente Paulo Paim, diz respeito a essa linha de raciocínio, à qual juntarei um assunto muito importante para a sociedade brasileira e para todos nós, que é a questão do controle do tráfego aéreo, que, veio à tona, lamentavelmente, há mais de um mês, quando aconteceu o trágico acidente com o avião da empresa aérea Gol.

O assunto não sai das páginas da mídia nacional e, lamentavelmente, até hoje – ontem vimos uma entrevista ao vivo na Globo News –, não se chega a nenhuma conclusão.

É evidente, Senador Paulo Paim, que é importante chegar a uma conclusão, mas mais importante do que isso é verificar que ações devem ser tomadas pelo Governo para que se evitem tragédias como essa. Parece morte anunciada, pelo que vou relatar no pronunciamento que farei.

Gostaria de me reportar, no pronunciamento de hoje, às idéias expostas recentemente nesta tribuna pelo nobre Senador Aloizio Mercadante. Sr. Presidente, creio que a proposta do Senador Mercadante por um novo Brasil, com a realização de amplo diálogo entre Governo e Oposição, é de um mérito inquestionável. Lamentamos apenas o fato de que a proposta só esteja sendo feita agora, e não há pouco menos de 4 anos, quando o PT assumiu o Governo Federal.

Em seu pronunciamento, o Senador Mercadante admitiu que as taxas de crescimento do Brasil nos últimos anos foram pírias e medíocres, e propôs a implantação do que S. Ex<sup>a</sup> chamou “novo desenvolvimento”.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não há dúvida de que um “novo desenvolvimento” se faz urgentemente necessário no Brasil. Isto é tão mais verdadeiro quando analisamos a previsão de crescimento do País para os próximos anos. O mercado estima um crescimento de pouco mais de 3% para 2007.

Em relação ao atual problema aéreo, a verba orçamentária para o programa “Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo”, em 2007, será de R\$489 milhões, menor ainda que a verba de 2006, que foi de R\$531,7 milhões. Aliás, desses R\$531,7 milhões previstos para 2007, apenas R\$285 milhões, ou pouco mais da metade, foram efetivamente pagos até o momento.

O Senador Valdir Raupp, como Relator do Orçamento de 2007, deve e fará - tenho absoluta certeza – a correção necessária para incluir com o apoio dos Parlamentares da Comissão de Orçamento e dos Parlamentares do Congresso Nacional os recursos necessários, para que o programa Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo, tenha os recursos que são necessários para a sua efetiva eficácia.

Não bastasse a redução da previsão orçamentária, o Programa de Segurança do Tráfego Aéreo padece, ainda, do contingenciamento ferrenho que o PT vem praticando desde que assumiu a Presidência da República. As taxas de embarque que pagamos, Senador Mão Santa, sempre que compramos uma passagem aérea, por exemplo, vão ajudar a compor o Fundo Aeronáutico, do qual saem os recursos a serem investidos, entre outras coisas, na segurança de voo. O Fundo, porém, é outra vítima da política de contingen-

ciamento do Governo Federal que bloqueia a liberação dos recursos em prol do superávit primário.

Aqui, quero abrir um parêntese, no pronunciamento, para dizer, Senador Paulo Paim, da importância que o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de transformar o Orçamento da União em Orçamento impositivo e não autorizativo. S. Ex<sup>a</sup> tem um projeto que aguarda votação no plenário do Senado que torna o orçamento da União impositivo em 80%. Eu mesmo fiz um projeto que tornaria impositivo os orçamentos que dissessem respeito às regiões menos desenvolvidas do nosso País: as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Aquelas rubricas orçadas seriam tornadas impositivas, e não *autorizativas* como são.

Concedo ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti o aparte.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)** – Senador Flexa Ribeiro, há dois dias, fiz um pronunciamento exatamente sobre o Orçamento, inclusive eu disse o quanto estava atual um outro pronunciamento que eu havia feito em 2003 sobre esse tema. Muitos que votaram no Presidente Lula no primeiro mandato fizeram-no justamente esperando que ele mudasse essas práticas, que são focos de corrupção. São atitudes que fazem com que o dinheiro público do Orçamento seja usado sem imparcialidade, como exige a administração pública, e sem impessoalidade. A matéria do Correio Braziliense mostra que 84% das emendas liberadas foram destinadas a aliados do Governo. Poder-se-ia dizer: “Ah, tudo bem! Aliás, só deve receber emenda quem é aliado!” Não é verdade! V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, que é da Oposição, não pode levar para o Município que conhece, no qual tem base eleitoral, ou para qualquer instituição do seu Estado um determinado valor, V. Ex<sup>a</sup> que conhece o problema mais do que os técnicos de Brasília? Esses recursos não seriam liberados porque V. Ex<sup>a</sup> faz oposição ao Governo? Então, realmente, a imposição da execução do Orçamento acabaria com essa barganha, com essa troca de favores. O Governo só libera – porque quem libera o dinheiro, na verdade, é o Presidente da República – de acordo com o comportamento do Parlamentar no Congresso. Isso é lamentável! Tem de acabar. Se o Presidente Lula realmente se preocupasse em implantar um modelo honesto, isento de corrupção, seria o maior interessado em que o Orçamento impositivo fosse implantado. Oitenta por cento é um limite razoável. Quer dizer, deixa 20% do Orçamento livre para o Presidente usar em caso de emergência ou nos casos em que julgar prioritários. Portanto, precisamos conseguir ao menos a parte que é emendada aqui. Se as emendas fossem impositivas, não haveria necessidade de nenhum Parlamentar ficar atrás de ministro “a”, “b” ou “c” para liberar emendas.

Haveria um tratamento igualitário. Aqui, o tratamento não é igualitário. Se um Parlamentar é bajulador e se dispõe a votar tudo o que o Presidente manda, ele recebe mais verbas. Isso só denigre a imagem desse Parlamentar e prejudica a imagem do Legislativo. E, no fim, o Governo Federal e o Presidente da República posam de bons moços, como se estivessem realmente fazendo um trabalho bom para o Brasil. V. Ex<sup>a</sup> e eu somos da mesma região, mas o Estado de V. Ex<sup>a</sup> é muito mais rico do que o meu. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> sabe o quanto sofremos. E, então, ficamos naquela: se não colocamos emendas, ou se não brigamos por elas, somos omissos; se brigamos e se tivermos de fazer isso ou aquilo para liberá-las, somos comprados pelo Governo. Portanto, é preciso que isso realmente acabe. Aqueles que querem fazer política com honestidade, como sei que V. Ex<sup>a</sup> faz, têm de se unir e fazer, ou pela via legislativa ou pela via judicial. O Tribunal de Contas da União já está analisando esse caso, porque ele está ferindo a Lei Maior, ou seja, trata-se do uso do dinheiro público de maneira pessoal, de acordo com a cara de cada um. Repito: meu pronunciamento foi de 2003, e eu me sinto insatisfeito, porque não pauto meu mandato por negociatas ou por corrupção e, por isso mesmo, muitas vezes sou apenado, porque minhas emendas não são liberadas.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)** – Senador Mozarildo, incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento, porque ele o enriquece.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Há necessidade de que aprovemos o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães para que o Orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, deixe de ser uma peça de ficção, porque ele nunca é realizado pelo Governo Federal, a não ser, como V. Ex<sup>a</sup> disse, dentro dos interesses políticos, lamentáveis, que ocorrem no âmbito das liberações.

Portanto, todos temos certeza absoluta e concordamos com a necessidade de que se faça, senão de uma única vez, mas pelo menos com prazos definidos, de início e fim, do Orçamento da União uma peça real, como sendo impositivo e não autorizativo.

V. Ex<sup>a</sup> vai verificar, Senador Mozarildo, que, na seqüência do pronunciamento a respeito do controle de tráfego aéreo, se o Orçamento fosse impositivo, o Governo teria liberado os recursos orçamentários, discutidos e encaminhados muitas vezes pelo próprio Executivo; discutidos e aprovados no Congresso. E, talvez, não houvesse ocorrido a tragédia lamentável com o avião da GOL. Por quê? Porque os recursos existem no Orçamento de 2006: mais de R\$500 milhões. Todavia, lamentavelmente, só foram liberados pouco mais de R\$200 milhões, metade dos recursos orçamentários.

Nesse particular, merecem citação integral as palavras do Sr. José Viegas Filho, então Ministro da Defesa, que assim se pronunciou no documento que estabeleceu, em 30 de outubro de 2003 – coincidentemente, no mesmo ano do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> sobre o Orçamento impositivo – sobre as diretrizes da política de aviação civil.

Palavras do Sr. José Viegas Filho, então Ministro da Defesa do Presidente Lula, Senador Paulo Paim, em 30 de outubro de 2003:

O contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica, pois são recursos tarifários, arrecadados e destinados por lei a um fim específico, comprometendo a execução orçamentária da Aeronáutica.

Por outro lado, a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos vôos, podendo acarretar a degradação do sistema, sendo que, além dos efeitos danosos sobre o custo do transporte aéreo, pode obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes do passado.

O texto é profético e incisivo e permanece, três anos depois, tristemente atual.

É disso que estamos falando, Sr. Presidente. O Governo Federal empunha a bandeira do corte de gastos, mas os gastos que estão sendo cortados são aqueles realizados em áreas estratégicas e vitais para a segurança das pessoas.

Em suma: a segurança e o bem-estar da população estão sendo colocados em risco a cada minuto para que se atinja essa figura abstrata chamada superávit primário, que, por mais importante que seja para a economia, não poderá, jamais, igualar-se ao bem sem preço que é a vida humana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro, que, regimentalmente, usou o tempo destinado a V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, assim, premia-nos com quatro minutos para que possamos ouvir os sempre brilhantes Senadores Mão Santa e Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, a concederei aos Senadores Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que ora preside esta sessão de sexta-feira, 17 de novembro; Senadoras e Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senador Pedro Simon, que deveria usar da palavra, está acompanhando, com muita emoção, a enfermidade do nosso querido Senador Ramez Tebet. Contudo, sem dúvida alguma, Deus saberá apoiá-lo neste momento difícil por que passa.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero, aqui, demonstrar nossas preocupações. Digo ao Brasil que o Presidente da República ganhou as eleições. No entanto, as eleições são uma pequena parte da democracia. A democracia é muito mais complexa do que as eleições. As eleições são uma partícula da democracia.

Entendo que a democracia, Senador Pedro Simon, foi a maior construção da humanidade. Pelas palavras de um pensador, Aristóteles, aprendemos que “o homem é um animal político”. Desde então, buscou-se a melhor forma de governar. De repente o povo, sábio, foi às ruas e protestou com o grito “Liberdade; igualdade; fraternidade”. Depois disso, caíram todos os reis. O governo era absolutista, uno; o rei seria deus na Terra. Disto era símbolo aquele que disse “*L'état c'est moi*” – o estado sou eu. Depois de 100 anos esse grito chegou ao Brasil. Cem anos! O povo, gritando, e o rei do Brasil, que veio de Portugal, disse: “Filho, bote logo essa coroa antes que um aventureiro o faça”. Esse aventureiro, Senador Pedro Simon, era Simon Bolívar, que saiu da Venezuela e andava por aí, libertando, derrubando todos os reis da América Latina. E assim ficamos: o rei passou para o filho; o filho para outro filho, depois para a filha, que escreveu a mais bela página da História.

Repito: a mais bela página da História foi escrita por uma mulher que governou este País por poucos instantes. Mas, a mulher, sempre mais sábia, mais correta, mais decente do que nós homens, em poucos instantes libertou os negros. É uma bela página! Tantos homens governaram, mas a mais bela página foi escrita por uma mulher!

De repente, chegamos à República, que é uma construção do povo. Passamos por momentos difíceis. Atentai bem: a ignorância é audaciosa! Quando vejo essa mocidade, lembro-me de Olavo Bilac, Senador Pedro Simon, que disse: “Criança, não verás país nenhum como este”. Olavo Bilac, hoje, não poderia dizer isso, porque nunca se viu tanta corrupção, tanta vergonha, tanto indignidade. E Ulysses, que foi citado no livro do Senador Paulo Paim, assim como eu, aliás, fiquei engrandecido por haver sido citado.



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi também foram citados.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Senador Pedro Simon vem desde Alberto Pasqualini, estudado por V. Ex<sup>a</sup>, que foi, sem dúvida alguma, o ícone do trabalhismo e das virtudes do Senador Pedro Simon. S. Ex<sup>a</sup> é o guru não só de V. Ex<sup>a</sup>, que é do Rio Grande do Sul, mas de muitos.

No entanto, nem tudo está perdido meus jovens! Nem tudo! Lá mesmo, onde Aristóteles disse o que disse, outro filósofo, que andava pelas ruas escuras de Atenas, todos os dias acendia uma lamparina, Senador Mozarildo Cavalcanti, e o povo lhe perguntava: “Diógenes, o que procuras à noite?” Ele respondia: “Um homem de vergonha; um homem de vergonha”. Vejam: está ali o homem que ele procurava: Pedro Simon. Nem tudo está perdido, ainda que apenas 5% das brasileiras e dos brasileiros acreditem nos políticos! Mas está ali o Senador Pedro Simon, símbolo da virtude.

Presidente Paulo Paim, a verdade é que a mocidade é pura. Não se pode dizer que “não verás pais como este”, mas, que ela é pura, é pura. Quero passar ao País o que significa Pedro Simon para esta Pátria; esta Pátria do mensalão, dos corruptos, dos desavergonhados, onde se confunde tudo.

Sr. Presidente, palestrava eu em uma universidade privada do Piauí, a Ceut, a Harvard do Piauí, exatamente naquele capítulo acontecido com o Severino. Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup>, que foi Deputado Federal, que tem uma vida parlamentar brilhante, sabe mais do que eu. Naquele momento, a mocidade indagou-me a respeito da hierarquia da sucessão. Lá estava o Lula. No PT começavam a aparecer aquelas nódoas, aquelas manchas vergonhosas, por isso, o povo pensava que Sua Excelência cairia por causa da podridão que rodeava o Alvorada. O seu Vice também, com todo o respeito, estava impossibilitado. Então, o Presidente da Câmara seria o seu sucessor. Indagado pelos estudantes, Pedro Simon, eu disse que não, que a Constituição, que o Paulo Paim defendeu dizendo que de nada adiantaria, Mozarildo, tanto trabalho, tantas lutas e tantas audiências, se ela não fosse obedecida, apresentava uma saída.

O Senador Renan Calheiros, no caso, assumiria a Presidência durante um mês e faria uma eleição indireta. No Congresso, qualquer um poderia ser votado. Então, sugeri os nomes, que não citarei, desses políticos tradicionais que poderiam ser presidente da República. Não vou citá-los, mas a mocidade permaneceu silenciosa e fria. No fim, eu disse que poderia ser qualquer um. Citei A, B e C. E a mocidade do Piauí

continuava fria. Então, quando eu falei “Pedro Simon”, Senador Paim, ela levantou-se. Está aí o homem.

Essa é a crença ainda. Ele está aqui. É interessante. É como Rui Barbosa ali, que nunca foi da Mesa Diretora. O Senador Paulo Paim já foi Vice-Presidente, embora mereça ser Presidente desta Casa, Governador do Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho, Presidente do Brasil. Rui Barbosa também não ocupou nenhum cargo da Mesa Diretora. Ele candidatou-se a Presidente da República num *foyer*, mas deu um ensinamento.

Por isso, este negócio tem 180 anos. Muitos Senadores passaram por aqui, mas só Rui está ali. São 180 anos. Por que não há outro? Quando nasceu esta República, ele, que tinha contrariado os impérios pela abolição, serviu ao primeiro Presidente, Deodoro, e ao segundo. Quando quiseram colocar um terceiro militar, ele disse: “Estou fora”. E foram buscá-lo.

Há um ensinamento, Senador Pedro Simon, que ele tem de passar para esses que querem liderar o PMDB. O meu líder é Pedro. Rui Barbosa e Pedro Simoni. Eu tenho o direito de escolher. Que diabo é isso? Uns se alvoroçam e vão ao Presidente da República negociar? O PMDB, não. Eu falo em nome de Ulysses: “ouça a voz rouca das ruas”. De Teotônio. Falo em nome de Tancredo, de Juscelino, cassado, de Ramez Tebet e de Pedro Simon, se ele me permite. Mas Rui Barbosa disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. E saiu sozinho fazendo a campanha civilista. Por isso temos a República.

Eu sou orgulhoso, Senador Paulo Paim, de ser do Piauí. Ele ganhou no Piauí, em Teresina. Mas perdeu. A máquina ganhou. Ele não foi da Mesa, ele não foi Presidente. Mas eu pergunto à mocidade pura que está aí. Nós tivemos muitos presidentes. Ninguém sabe, nem eu sei o nome de dez.

Rui Barbosa disse que só há um caminho; a justiça e a lei são a salvação. A justiça e a lei não permitem a impunidade.

Senador Pedro Simon, com toda convicção – sei que V. Ex<sup>a</sup> é de Cristo, é de São Francisco –, esses deputados, esses senadores que negociaram o mensalão, que negociam empregos, que negociam vantagens, Senador Paim, eu acho que eles não deviam ser cassados, não; eles deviam ser era enforcados, Mozarildo. Eles deviam ser era enforcados.

E eu digo isso, Senador Pedro Simon, assim como a crença que eu tenho em Deus, porque eu li lá na Bíblia que a quem muito é dado, muito será cobrado. Já nos deram muito. Temos um mandato para representar o povo, somos bem remunerados, pais da pátria, príncipes nesta sociedade. Então, não admito, não admito que um parlamentar não seja exemplo de

virtudes, não seja casado com a honestidade, com a ética e com a decência. Eu não admito.

O sábio homem dividiu o poder e criou aqui para leis boas e justas; o Poder Executivo, para realizar obras. Tiago disse que fé sem obras já nasce morta. Tem de haver democracia e justiça. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. A democracia é isso tudo, não é uma eleição. A eleição é uma partícula da democracia.

Senador Pedro Simon, entenda o meu raciocínio. Outro dia, nessa pátria vizinha, modelo democrático que são os Estados Unidos, vi um presidente ser reeleito. Richard Nixon foi reeleito retumbantemente, mas contrariou os princípios fundamentais da moral, da ética, da justiça. Atentai bem! Senador Paulo Paim, Richard Nixon não era um presidente comum. Ele tinha aprendido com o sofrimento. Tinha sido o vice-presidente de Eisenhower. Perderam para Kennedy e depois reconquistaram a liderança. Foi o melhor presidente dos Estados Unidos em relações internacionais. Foi ele que fez nascer Kissinger, que aproximou os Estados Unidos da Rússia, da China. Os Estados Unidos viviam uma paz e não como hoje. Mas ele faltou com os princípios da ética e foi uma falta muito menor do que a corrupção que existe no Brasil. Senador Paulo Paim! Eu pergunto, atentem bem e me digam o nome do vice-presidente de Nixon. Vejam por que a democracia lá persiste. Por que o vice-presidente não assumiu? Porque, antes dele, havia feito uma corrupção pequena em relação às que vemos aí, aquela quadrilha dos quarenta que rodearam Lula e foram indiciados e ainda não julgados. O vice-presidente dele havia sonogado, não havia declarado os impostos, o que tinha ganhado. O Senado determinou: “Nós o deixamos solto, mas não crie complicação. Vamos fazer o *impeachment* do presidente porque ele fez uma escuta ilegal”. Uma espécie aí desse dossiê. Isso tem um processo de demora. Senador Mozarildo, ele renunciou antes por causa de uma simples sonegação, e lá não tem a impunidade. Por isso há o respeito às leis e à justiça, que Rui Barbosa pregava.

Mas nós estamos, aqui, na democracia. Temos de estudar. Ai discordo do nosso Presidente, com todo respeito, porque, nas eleições anteriores, votei nele. Mas, Senador Paulo Paim, quando eu vejo V. Ex<sup>a</sup> com entusiasmo – eu sou mais o Senador Paulo Paim do que o Presidente Lula. É um direito que me assiste. Mas, com todo o respeito ao Presidente da República, que recebeu a consagração e a legitimidade das urnas. Por quê? Porque eu acredito em Deus. Eu acredito no estudo, eu acredito no trabalho. São essas as minhas crenças. Quando ouvi o Presidente da República dizer

que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro, eu perdi a minha crença.

Por que admiro o Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon? E V. Ex<sup>a</sup> estava lá. S. Ex<sup>a</sup> se ufanava, ontem, do Rio Grande do Sul, na feira de livros, onde milhares, milhares de livros vendidos, milhares e milhares de gaúchos buscando o saber. O Senador Pedro Simon também lançou um livro lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E sou testemunha disso, Senador Mão Santa. Para conseguir o livro do Senador Pedro Simon, eu esperei na fila, porque havia muita gente para receber o livro de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim me deu o livro dele, e eu passei a noite lendo-o. Quero o de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ele não conta que esteve na fila minha, porque era rápida. Agora, a dele levou cinco horas; foi madrugada adentro a fila para receber o livro do Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que ele é o Senador Pedro Simon. Digo que só os grandes homens têm a humildade que ele está tendo agora.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas, a respeito dos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, dos escritores Érico Veríssimo e Mário Quintana, esses homens das letras, eu queria dizer o seguinte. Atentai bem ao meu raciocínio. Olha, está ruim este País, mas está mesmo.

Sou pé no chão, pois sou cirurgião, que é muito realista. Mas certas vezes dá certo. Juscelino Kubitschek era médico-cirurgião como eu, de Santa Casa, Prefeitinho, e como deu certo.

Paim, fui, há poucos dias, à Argentina. Tenho ido desde 1970, quando ia comprar livros. Casei-me com a Adalgisa e passava um mês no Rio, fazendo estágio, todo ano, Mozarildo. Fiz residência, e meus maiores companheiros eram gaúchos. V. Ex<sup>a</sup> falou em Dom Pedrito e fiquei arrupiado, pois Leo Gomes, cirurgião, era de lá; Jaime Pieta, de Porto Alegre. Então, todo ano eu vinha reciclar-me como cirurgião e tirava uma semana, para ir à Argentina comprar livros na livraria El Atheneu. Naquele tempo, poucos livros em português existiam. Então, por comodidade, comecei a ler em espanhol e a adquiri-los. Por isso, tenho essa convivência. Mas, Mozarildo, vá à livraria El Atheneu, é mais bonita do que este salão; o forro parece a matriz da Santa Sé. Há dezenas, mas a matriz; vá lá, é um motivo cultural.

Mas, Paim, estamos atrasados. E estou aqui para isso. Por que estamos aqui? Por que o Brossard ficou? O que era o Brossard? Naquele tempo, havia três mi-



lhões de habitantes. Ele disse: são três. Represento um milhão. O que posso fazer? Falar eles não podem. É o que podemos fazer e o que estamos fazendo. E falava! Ele falava duas horas e meia num discurso. E Petrônio, que deu um golpe, foi ver o Regimento, que estabelecia só uma hora, não havia jeito. Ele, então, dividiu o discurso em três. Fazia como nós: falava o que o povo não podia falar. Sem dúvida nenhuma, foi um dos artífices da redemocratização.

Paim, bem ali em Buenos Aires nos surpreendeu o lado cultural. Pode-se ir a um *show* artístico, a um restaurante. De madrugada andamos sozinhos pela rua, eu e Adalgisa. Fomos jantar. Havia centenas de livrarias abertas às 3 horas. É bem ali, em Buenos Aires. Vimos até crianças. A Argentina cresceu agora 10%. Senador Pedro Simon, leve a Ivete. Saia de mãos dadas às 3 horas. Estudei no Rio de Janeiro, sou um garoto da Praça Mauá, do Hospital dos Servidores do Estado, em Sacadura Cabral, mas não me imagino andando de mãos dadas com Adalgisa, às 3 horas, no Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, no Centro, na Cinelândia. Quem pensaria, quem ousaria? Bem ali em Buenos Aires se pode andar.

Paulo Paim, ouvi a Senadora Serys falando em turismo. Não vai haver turismo, se não há segurança. Todo mundo tem medo. Em Buenos Aires, pode-se andar em Puerto Madeira às 4 horas. Há muitos brasileiros lá.

E essa TV Senado é forte; sou reconhecido no meio da rua. É gaúcho, é catarinense, está tudo lá.

Pedro Simon, há um senhor tango de noite. Compra-se aquele pacote turístico. Paim, aí vai lá a van; eram cinco casais. O *show* é caro. Dos cinco, quatro eram brasileiros e um de Porto Rico. É muito brasileiro. Por quê? Porque se anda. É o direito de ir, de vir, de andar de mãos dadas com a mulher querida, com a família. Aqui não o temos.

Ô, Pedro Simon, não tenho coragem de sair no centro de Teresina, de mãos dadas com Adalgisa, de noite. Olha que sou tido até como homem de coragem, mas não tenho essa. E é no Brasil.

Atentai bem! Por isso que não adianta o Duda aplicar aqui o Göebbel. O Göebbel foi o comunicador de Hitler, que disse: “Uma mentira repetida se torna verdade”. Eu vim do Piauí, Pedro, e aprendi, lá, com o homem, com o caboclo verdadeiro: é mais fácil tapar o sol com a peneira, do que esconder a verdade. A verdade está aqui, na primeira página de **O Globo**: O Brasil é o terceiro país com mais morte de jovens, mais do que os países em guerra.

Vejam aquele negócio do Iraque, do Irã, de Israel, que besteira. É muito mais! Esse é o Brasil. Essa é a verdade. Essa é a mentira do PT. O País vai mal.

Como é forte a Globo. O filho do homem da Globo, Irineu Marinho, recebeu um prêmio na Justiça e disse: “Não existe justiça sem liberdade”, porque queriam cercear a liberdade até dos repórteres. E são eles que dizem a verdade.

Pedro Simon, aqui há mais morte do que em países que estão em guerra. O Brasil é o primeiro em homicídio de jovens por armas de fogo.

São destroçadores os números citados. Além disso, “mais de 20% dos jovens não estudam, não trabalham e não fazem nada”. Este é o Brasil. Mais de 20% dos jovens não estudam, não trabalham e não fazem nada, Pedro Simon.

Permita-me, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, dizer que é preciso estudar. Votei no Presidente uma vez e me arrependi. Ele ganhou mesmo e está aí. Mas entenda: eleição não é democracia. Democracia vem da divisão do poder do rei, que era absoluto. Isso não está moralizado.

Ô, Pedro e Mozarildo, por ocasião da campanha em que trabalhei para o Alckmin, fui ao comitê e fiquei estarecido. Segundo uma pesquisa de opinião pública, apenas 5% dos brasileiros acreditam nos políticos. De 100, apenas 5%. Rui Barbosa não tem culpa disso. Pedro Simon não tem, nem Paulo Paim, nem Mozarildo Cavalcanti. Eu não tenho. De 100, apenas 5%! Está desmoralizado o poder político que representamos. E o Judiciário? A pesquisa mostrou 30%. Que País é este em que apenas 30% de 100% acreditam na Justiça? Justiça é uma inspiração de Deus, Paim. Foi Deus que disse: Toma, Moisés, as leis. Foi o filho de Deus, que não tinha um som, uma televisão, como esta pela qual estamos falando, um rádio, que subia às montanhas e dizia: bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. De 100 brasileiros, apenas 30 acreditam na Justiça.

Eu comentava outro dia: vai lá, faz outro, que está baixando. Então, a democracia é isso tudo. A democracia não é eleição. E a minha decepção é a seguinte: se até para jogar futebol se estuda, como não se vai estudar para ser governante? Como?

Aliás, a Itália do Renascimento; a Itália de Leonardo da Vinci, de Michelangelo, de Dante Alighieri, de Rafael. Pedro Simon, a Itália do Renascimento, da bússola, da imprensa, da pólvora; a Itália até de São Francisco de Assis, que inspira o Pedro Simon:

“(...)Onde houver discórdia, que eu leve a união; onde houver dúvida, que eu leve a fé; onde houver erro, que eu leve a verdade (...)”

A Itália nos deu Norberto Bobbio, que morreu há um ano. A Itália tem um Parlamento – e nós podíamos pensar nisso – que convida luminas a serem Senadores. Foi o caso de Norberto Bobbio, Mozarildo.

O que ele deixou escrito, algo que todo o mundo democrático estuda e eu li? Ele disse o seguinte, Senador Pedro Simon: o mínimo que se precisa exigir de um governo é segurança. É o mínimo! Este País tem segurança? Segurança para a vida. Quem está seguro? Os homens de bem estão se enjaulando, sendo presos. Na campanha política, quando eu andava por Teresina, um comerciante, querendo trabalhar, disse-me que havia sido assaltado onze vezes. É! Segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Esta aqui: “Mais mortos que em países em guerra”. Senador Paulo Paim, a taxa de homicídios de jovens negros é o dobro da de brancos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, concederei a V. Ex<sup>a</sup> mais cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Tenho admiração pela raça negra. Nunca tive esses tabus, o meu maior amigo é um moreno como V. Ex<sup>a</sup>: Paulo Evangelista de Carvalho, que foi presidente da Câmara de minha cidade, ilustre Vereador, ferroviário. Um ensinamento muito bom que ele me deu – disse que o pai dele lhe ensinara – foi o seguinte: “Amigo não bota o outro em dificuldades”. Quer dizer, eu não tinha isso, mas reconheço o problema e, por isso, rendo homenagem a V. Ex<sup>a</sup>.

“Taxa de homicídios de jovens negros é o dobro da de brancos, periferia tem maior...”. Aqui a psicóloga ou socióloga diz: “As causas dessa diferença são a desigualdade econômica e social”. Hoje eu entendo a ansiedade de Paulo Paim, a ansiedade do Rio Grande do Sul seguindo a do Nordeste, de Zumbi, dos Lanceiros Negros.

Senador Pedro Simon, esta é a verdade de nosso País: nós temos muito a melhorar, nós temos muito a comemorar também, nem tudo está perdido. Senador Pedro Simon, eu posso confessar minhas crenças: creio em Deus. Está escrito que Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Eu entendo que é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciar o trabalho. Trabalho! Rui Barbosa disse que trabalho é que tem de ter primazia, ele deve vir antes, tudo o que vem dele é bom, ele é que gera a riqueza, o capital, ele é que tem de ser respeitado. Daí eu estar com o Senador Paulo Paim em suas lutas pelo trabalhador, pelo salário mínimo, pela estabilidade, pela defesa dos aposentados, que trabalharam tanto e tanto se sacrificaram.

A música, Pedro Simon comunica mais do que os discursos. Nos Salmos se encontra: “Deus é o meu pastor e nada me faltará.” Luiz Gonzaga, Mozarildo Cavalcanti, disse em música: “Uma esmola que se dá há

um homem são mata de vergonha ou vicia o cidadão.” Nós acreditamos no trabalho e na educação.

Pedro Simon, como está dito aqui nas pesquisas, 38% dos jovens não têm o ensino fundamental. No Chile, Senador, eram oito anos obrigatórios de estudos – aqui 38% dos jovens não têm o ensino fundamental –, mas o governante anterior, antes de sair do governo, aumentou para doze anos a obrigatoriedade do saber. E mais, Pedro Simon: está nas leis que todos os chilenos têm a obrigação de saber dois idiomas, o espanhol deles e, normalmente, o inglês – a maior parte das pessoas escolhe o inglês, que é a língua mais forte e universal.

Acredito na educação, no trabalho e na ética. Não acredito em um país sem ética.

Sr. Presidente, permita a presença de Mozarildo em meu discurso, que tem dado grande contribuição ao País: foi o primeiro a ter coragem de denunciar as ONGs de falcatruas, que agem no Brasil para promover a corrupção.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, até por ser médico, está enfocando algo que nos preocupa a todos. Vê-se que é grande o índice de mortalidade em decorrência de violência. E aí são duas vertentes: a violência que resulta em homicídio e a violência que resulta em morte no trânsito, elas atingem de maneira forte a população jovem do Brasil – colabora, inclusive, para que a nossa população fique mais velha, já que os mais jovens estão morrendo e os mais velhos, que escaparam dessa faixa, estão sobrevivendo mais tempo. Há também um ingrediente perverso a mais: é que a juventude hoje não tem interesse, por exemplo, em terminar o ensino fundamental. Por quê? Porque ela vê o seguinte: terminar o segundo grau por terminar o segundo grau não a coloca em situação de vantagem na disputa do mercado de trabalho. Como não há ensino profissionalizante adequado de nível médio para todos, ou pelo menos para aqueles que precisam entrar mais cedo no mercado de trabalho porque a família é pobre e eles precisam aumentar a renda familiar, nós temos aí três situações que são muito ruins para a nossa juventude. Primeiro, a violência no trânsito e o homicídio, principalmente nas cidades mais pobres. Detectou-se, inclusive, que os homicídios até caíram, na maioria dos casos nas cidades grandes, mas aumentou muito nas periferias e nas pequenas cidades e aumentou também nas regiões mais pobres. No trânsito o aumento da morte de jovens se deu de maneira quase generalizada. Então, observando essas três vertentes, vemos que a nossa juventude precisa ser mais bem assistida. O Governo precisa ter políticas que estimulem o jovem efetivamente a fazer um curso de nível médio profissionalizante.

Se ele posteriormente quiser cursar o ensino superior, não há problema. Em Roraima, por exemplo, temos a felicidade de ter hoje um Cefet, que, antes, era uma escola técnica. A maioria dos que são aprovados no vestibular da Universidade Federal de Roraima vêm da escola técnica. Aqueles que, por uma razão ou por outra, não quiserem dar prosseguimento a seus estudos e fazer um curso superior, têm uma profissão. Então, espero que a abordagem que V. Ex<sup>a</sup> fez possa servir para que aprofundemos essa discussão, Senador Paulo Paim, não só na Comissão de Assuntos Sociais como na Comissão de Educação, a fim de que se mude essa tendência, verificada até bem pouco tempo, de proibição da abertura de escolas técnicas e agrotécnicas federais. Agora mesmo, em meu Estado, o Cefet está criando uma unidade descentralizada de ensino e tendo dificuldades para concluir a parte de alojamentos e de infra-estrutura, recebendo, inclusive, a colaboração do Governo do Estado. Devemos ficar mais atentos a essa questão. Se não investirmos na infância e na juventude, que país de futuro seremos nós?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Essa é a razão de eu ter elogiado **O Rufar dos Tambores**. O Senador Paulo Paim, que traz para cá sua vivência, é brilhante, encontrou forças no ensino profissionalizante. Ele é, como o Presidente da República, ex-aluno do Senai. No seu livro, ele conta a sua experiência, a sua experiência, a sua convivência. Há um filósofo que diz: “por maior que seja o saber encerrado no seu cérebro, ele será sempre ridículo se não for útil”. Essa é a filosofia, e o Paim defende essa tese.

Então, estamos aqui. Mas somos otimistas, como Juscelino Kubitschek, médico como eu, cirurgião como eu. Foi de santa casa, teve sua passagem nos organismos militares, foi prefeitinho e governador. Foi até cassado. E ele disse: é melhor ser otimista. O otimista pode errar, Pedro Simon, mas o pessimista já nasce errado e continua.

E eu queria, então, nesse otimismo ver o livro de Deus, que diz: Pedi e dar-se-vos-á. Ao Presidente da República: o meu Piauí vive muitas dificuldades. E o povo acreditou, elegeu o Presidente e o Governador. Mas consciente de que eles seriam a forma.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E eu queria lembrar que falta o Porto de Luís Corrêa, no Piauí, que ele prometeu. A estrada de ferro que ele conquistou, Alberto Silva, e prometeu. Disse que era em 60 dias. Já vai de rumo de quase um ano e nada sai. A Universidade do Delta, os tabuleiros, a refinaria da

Petrobrás em Paulistana, para integrar, porque ela se aproxima de todas as capitais. A Transcerrado, para a nossa produção de grãos. A ponte que foi prometida pelo Presidente da República para comemorar os 150 anos de Teresina – Teresina já fez 154 e ela não saiu. O hospital, o pronto socorro municipal que funciona ainda, e é o que construí como Governador, o hospital universitário. Temos muito a pedir e acreditar, sobretudo, no livro de Deus que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Esta é a voz rouca do Piauí em um crédito ainda ao Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, é com alegria que presido a sessão neste momento. V. Ex<sup>a</sup> sabe o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Retraturei isso no **Jornal do Comércio**, neste final de semana, e retraturei ontem da tribuna desta Casa. Estivemos em campos opostos no Rio Grande, mas o respeito que lhe tenho é um respeito histórico. Isso é inabalável.

Por isso, é com alegria que passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muito carinho que agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, que, mais que um colega, é um irmão. V. Ex<sup>a</sup>, eu e o companheiro Zambiasi estamos, de certa forma, fazendo algo que as pessoas até têm dificuldade de entender: como pessoas podem deixar de lado as suas peculiaridades para praticamente serem um Senador em três?

Venho a esta tribuna... Nem sei se deveria vir, mas estou vivendo uns dias muito difíceis na minha vida. Considero o Senador Ramez Tebet uma das pessoas mais corretas, mais puras, mais dignas que conheci na vida pública. Nós somos nós. Nós, políticos, somos... Cada um tem as suas qualidades, e boas qualidades, alguns de nós têm as suas deficiências, mas há alguns que, eu diria, se sobrepõem, estão acima, são como faróis ambulantes que, estejam onde estiverem, de noite ou de dia, na sua terra ou no outro extremo, são baliza, são orientação, são estímulo. O Tebet é um desses homens.

Nesta Casa, é impressionante como o Tebet esteve presente, e está presente, em todos os momentos difíceis, em todos os momentos complicados. É impressionante! Pela amizade e pela intimidade que tenho com ele, eu não me lembro de nenhum problema que tenha acontecido neste plenário em que o Tebet, independente de dar um aparte, independente de qualquer outra coisa, não tenha ido ao gabinete do Senador e conversado com ele, estimulando o colega, confraternizando-se, procurando ver quem ele é,

quais são os problemas e como ele poderia ajudar. Eu vi isso muitas vezes.

Eu ouvi muitos apartes do Tebet na hora em que os companheiros estão na tribuna, vivendo momentos duros, principalmente nessa época em que a imprensa judiou muito de nós, algumas vezes merecidamente, mas muitas vezes injustamente. O Tebet, com sua palavra de equilíbrio e de bom senso, confortava. Quantas vezes eu vi a pessoa que falou, que recebeu trinta apartes de solidariedade, descer da tribuna e ir abraçar o Tebet, porque o Tebet é que tinha dado o aparte de conforto que tinha chegado ao fundo do seu coração.

O Tebet está doente, uma doença que o persegue há muito tempo, mas ele está dando lições fantásticas de coragem. O Tebet, desconsiderando os médicos, saiu do Instituto, botou sua roupa e veio para Brasília, porque aqui tinha uma crise. E ocupou a tribuna – todos nós, angustiados, porque ele praticamente se arrastou para chegar à tribuna – para falar, para dizer aquilo que a sua sensibilidade dizia que ele deveria falar.

Mais de uma vez, lembro-me bem, foi a palavra do Tebet que trouxe o bom senso e o equilíbrio a esta Casa. Em meio a uma das várias, quase permanentes, eu diria, crises em que vive o meu Partido, foi a ida do Tebet para o Ministério, que ele nunca pensou, nunca sonhou, para a qual nunca movimentou uma palha, que unificou a Bancada e o Senado. Ele gabaritou o Ministério. Ele foi por isso. Não conheço outra pessoa que tenha ido para um Ministério não só sem querer, mas sem se preocupar, sem saber.

Estava ele no Ministério quando a Bancada passou por outra crise: a renúncia do Presidente do Senado. A solução foi trazer o Tebet, que estava no Ministério. Ele teve que vir, porque unia todos, durante aquela crise gravíssima que esta Casa atravessou.

Ele é o mesmo, no Governo de Mato Grosso do Sul, como Promotor e como Procurador. Aliás, falei várias vezes para ele: “Tebet, eu te identifico muito comigo. Sou um advogado do júri”. Quando advoguei, durante muito tempo, minha especialidade era o tribunal do júri. Nunca acusei, não sabia acusar, não tinha condições de acusar. Um companheiro nosso foi assassinado brutalmente, covardemente, estupidamente, por um adversário. E, como eu era um advogado de júri conceituado, a família queria que eu fizesse a peça de acusação. E até ficou magoada comigo. Eu disse: “Não sei acusar, não está em mim, não sei acusar”.

Cristo disse, quando queriam apedrejar a adúltera: “Quem acha que não tem culpa que atire a primeira pedra”. De certa forma, sinto-me assim, não me sinto em condições de acusar.

O júri é muito importante, é tão importante quanto a Medicina, querido amigo, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Mozarildo Cavalcanti, quando estão operando, têm a vida em suas mãos. É uma vida humana que está ali, que os senhores salvam. Mas, na hora do júri, não é a vida humana, mas a vida moral, a vida digna, é o cidadão. Se o paciente morre na operação, a outra vida lhe dará a devida recompensa; mas, no júri, de certa forma, é pior, porque o réu não morre, é condenado, e toda a sociedade passa a olhá-lo como assassino. E eu não sei fazer isso.

Eu perguntava ao Tebet: “Como você conseguiu ser Procurador e Promotor?” Ele me disse: “Pedro, nunca fui Promotor ou Procurador de causas pessoais. Nunca quis atingir pessoas. Eu era defensor do Estado e defendia a sociedade. Defendia a organização da sociedade. Nunca me preocupei em fazer acusação, em entrar na vida das pessoas, em querer aprofundar-me nos defeitos das pessoas que estavam sob minha análise para denunciá-las ou não”.

No MDB, Tebet tem sido uma voz maravilhosa. Quantas vezes veio a esta tribuna! De quantas reuniões da Executiva do PMDB, por insistência nossa, ele participou, assim como das Convenções! Foi o Tebet, com seu bom senso, seu equilíbrio, que nos deu uma chance de não implodir, de nos tolerarmos.

O Tebet – nós erramos muito – há dez anos já devia ter sido o Presidente do PMDB. Se tivesse sido nosso Presidente, nessas crises permanentes que estamos vivendo, já teria encontrado solução, e não viveríamos o drama que continuamos vivendo.

Conheci na vida pública alguns Tebets – poucos, infelizmente –, mas, mesmo esses, com qualidades imensas, não posso dizer que eram homens completos que nem é o Tebet.

O Dr. Ulysses foi um homem fantástico, um herói: o herói da resistência, da garra, da luta, do destemor. É uma figura que, no futuro, quando este País tiver cultura, como diz V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, quando, em vez de se encontrar uma farmácia de dez em dez metros, encontrar-se-á uma livraria, como acontece em Montevidéu, quando o Brasil começar a cultivar a sua história e a sua gente, como dizem os positivistas, cada vez mais os vivos serão orientados pelos mortos, e esta gente terá vez: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Mário Covas.

Mas, se olharmos para o Ulysses, veremos que ele tinha um calcanhar-de-aquiles. Qual foi o calcanhar-de-aquiles do Ulysses? A ansiedade de ser Presidente. Se o Ulysses não tivesse essa ansiedade, em primeiro lugar, teria sido Presidente há muito tempo e o Brasil



seria completamente diferente. Mas essa ansiedade complicou. Ele olhava com restrição o Leonel Brizola, o Miguel Arraes, o Teotônio Vilela, o Tancredo Neves, o Mário Covas, o Franco Montoro.

O Tebet nunca teve vaidade de nada. De nada! Nunca teve vaidade de nada! Candidato a Governador de Mato Grosso? “Não, Senador. O candidato é o que foi eleito agora. Ele é mais moço que eu; é a vez dele, não é a minha vez”. Candidato a Presidente do Partido? Nós lançamos seu nome para Presidente nacional do Partido. “Não, não é a minha vez, Pedro, eu não sou o homem para isso. Eu não tenho a garra de brigar, de lutar. Tem que ser alguém que tenha essa fibra que eu não tenho.”

Como ele se enganava! Ele tinha, sim. Então, se olhar para toda essa gente, se olhar para o Dr. Tancredo, homem fantástico, homem de uma grandeza! Nós ainda vamos estudar sua história, vamos vê-lo, com menos de 30 anos, Ministro da Justiça de Getúlio. Quando aquele Ministério, acovardado, e aqueles militares covardemente estavam depondo Getúlio, que concordava, naquela madrugada, na reunião ministerial, em se licenciar para que apurassem, o General Zenóbio da Costa, que já tinha se entregado aos golpistas, disse: “Não, mas não é licença; eles querem a demissão definitiva”. Tancredo, um jovencinho, Ministro da Justiça, disse: “Presidente, me nomeie Ministro da Guerra, me nomeie Ministro da Guerra que eu saio daqui e, em duas horas, prendo esses golpistas, e Vossa Excelência vai ver como não vai acontecer nada”. Getúlio, já angustiado, querendo evitar uma guerra civil, não aceitou.

Tancredo era um grande homem, mas Tancredo tinha malícia. Era um político de competência, de capacidade, de sagacidade, de jogo de cintura. Isso o Tebet não é, porque o Tebet é um homem de coração limpo. Ainda há pouco, conversei com ele pelo telefone, e a expressão, que vem de longe, baixinha, é de amor, é de carinho, é de afeto. Tebet tem essa qualidade que o Tancredo não tinha. Encontrar alguém igual ao Tebet, que seja pureza... Todas as vezes em que nos reuníamos, se havia uma vítima... Como quando íamos cassar o Senador fulano de tal, que renunciou, e estávamos todos contra; na hora em que o Senador foi para a tribuna e confessou que tinha fraudado o painel, três dias depois de ter dito que não tinha fraudado. Toda vez que caía todo mundo em cima do homem, o Tebet dizia: “Não é bem assim, não é bem assim”. E começava a fazer a defesa. Ele sempre tem uma palavra de fé.

Por isso, eu peço a Deus: Meu Deus, o Brasil vive horas tão difíceis, o Brasil vive uma hora de incerteza, o Brasil já não sabe o que está certo, o que está erra-

do. As pesquisas mostram que a opinião pública, na hora de acompanhar uma novela, já torce pelo vilão! Não pode, meu Deus, numa hora como esta, nós não termos aqui, nestes próximos quatro anos, a contínua presença do Tebet.

Eu rogo a Deus, peço ao meu bom Deus, que tudo pode, tudo pode. É claro que os desígnios de Deus são muito maiores do que nós. Quem somos nós diante da natureza do mundo, do que existe após, para saber o que é e o que não é?

Mas eu digo: meu Deus, o Tebet é muito importante nesta hora. Ah, o Tebet! Se tu, meu Deus, que tantas vezes reconfortaste, deste mais tempo aos filhos teus, desses ao Tebet essa oportunidade, por nós...

Como ele me dizia, a sua senhora é uma santa. É uma pessoa fantástica, como os seus filhos. E o orgulho que ele tem de sua filha Prefeita? Ele estava me contando os exemplos que ela já deu com a sua maneira de agir: “Pedro, minha filha me falou que estava acontecendo isso, assim, assim, e perguntou o que eu pensava. Eu disse a minha opinião. Mais tarde, vi que ela fez, como Prefeita, tudo diferente do que eu havia dito. Eu tinha recomendado calma, que ela fosse devagar, pois estava começando. Não era hora de fazer aquilo, e ela foi radical. Tomou posição, agiu e extinguiu o fato delituoso. Eu perguntei: Minha filha, mas por que tu fizeste isso? Então, por que me consultaste? Ela respondeu: ‘Eu te consultei, pai, porque não faço nada sem falar contigo’. Retruquei: Sim, mas tu falas comigo e fazes diferente? E ela disse: ‘Eu fiz diferente, pai, porque tenho certeza de que tu vais me dar razão. Eu estou começando. Se eu não tomo uma decisão firme, para mostrar como vai ser o meu Governo, aquilo vai se repetir a cada semana. Agora, tenho certeza de que, feito o sacrifício que foi feito, ele marca o que vai ser o meu Governo’”. O Tebet contava isso com orgulho: “Pois a minha filha é melhor do que eu; a minha filha me deu um exemplo fantástico!”

Feliz com a família. É impressionante, há dois anos, o pai dele morreu, não sei... Ele falava do paizinho dele com uma meiguice, com carinho, com afeto! O pai dele era libanês. Contava a maneira como o pai lhe ensinava, quando o pai estava vivo. Que respeito ele tinha por aquele pai, e que nós, descendentes de libaneses, temos! Nosso pai é uma espécie de representante de Deus na nossa casa.

Eu peço a Deus, que tudo pode, que dê mais um tempo de vida ao Tebet, para que ele esteja aqui na hora de escolhermos o futuro Senado, para que ele esteja na Bancada do PMDB na hora de decidirmos o que vamos fazer. Que ele possa pedir uma audiência ao Lula, com a grandeza de quem passou pelo que ele passou, e, quase como um emissário de Deus, que ele

possa dizer ao Lula: “Pense bem, Lula. É raro na vida haver uma segunda chance em caso tão importante como este. Tu estás tendo”. O Lula, cercado, nunca, no fundo, pode saber qual é o interesse, qual é o grau de sinceridade da pessoa que está falando com ele. Com o Tebet, ele vai ver que é a própria palavra divina que está falando com ele.

Permita, meu Deus, que o Tebet fique conosco. Ele vai ficar a eternidade Contigo! A eternidade! O que é um dia para Deus? O que estamos pedindo para Deus são alguns instantes, quatro anos, para que o Tebet, vindo como mensageiro de Deus, possa nos orientar.

Meu amigo Tebet, rezo por ti, peço por ti a Deus, mas peço por ti para que tu estejas vivo conosco. E peço a Deus que Ele tenha misericórdia com o povo brasileiro.

Olha, meu Deus, nessas eleições, tantas pessoas que não imaginávamos que pudessem estar aí! Uns voltando, outros ficando. Tão pouca gente boa que possa significar esperança! O Tebet é a esperança, o Tebet é a fé, o Tebet é um sentimento de amor em meio a esses conflitos. Não se pode mais abrir o jornal: roubou, matou, e isso e aquilo. O Tebet é o amor; é o amor, é a verdade, é a paz, é o carinho.

Meu Deus, tenha piedade do Brasil!

O Tebet já tem como encerrada sua missão de maneira magnífica. Não é o Tebet, não é sua família que, graças ao que foi o Tebet, está tranqüila ao seu lado. O Tebet, que podia estar em um hospital melhor, com os melhores médicos em São Paulo, largou tudo e foi para casa dele. Está em Campo Bom.

É por isso que, se o Tebet estiver conosco, foi Deus quem o mandou. Deus tudo pode!

Creio que, numa hora como esta, não se sabe o que dizer, nem o que falar. Não tenho vindo a esta tribuna nos últimos tempos, porque quero saber o que está acontecendo para ver o que vou falar. Não posso combater para, depois, pedir desculpa. Não posso defender para, depois, dizer que estive errado. Então, estou aguardando. E muita gente está assim.

De repente, na semana que vem, vem o Tebet falar desta tribuna. É um sinal em que podemos confiar.

Há tanto tempo que dizemos que essa história de dizer que Deus é brasileiro não é bem assim. E tem razão. Erramos tanto, cometemos tantos equívocos, mas também dá para dizer que o destino não tem sido muito amigo nosso, dos brasileiros: Tancredo não precisava ter morrido; se Mário Covas tivesse ganhado aquela eleição para Presidente da República, não teria acontecido nada disso que aconteceu; se o PMDB, no auge, com Tancredo, Teotônio, Ulysses, Arraes, Mário Covas, Montoro, tivesse tido um mínimo de entendimento, nada disso teria acontecido.

Bota incompetência na classe política brasileira!

Olha, tenho vergonha de mim mesmo, tenho vergonha quando vou me deitar. O que fiz? Não fiz nada! Em que colaborei? Em coisa nenhuma! É como diz a Bíblia: vaidade, vaidade, tudo é vaidade! O sol nasce pela manhã, levanta-se e baixa-se. É outro dia, e tudo permanece igual. Estamos aqui – e eu já estou há 24 anos. É só vaidade! Não há nada de positivo, nada de construtivo.

Não é possível que, com tantas pessoas de bem, o Brasil seja o que é, como diz o Senador Mão Santa, recordista em mortes por arma de fogo. Ocupa o terceiro lugar no mundo. É recordista do mundo em roubalheira, em bandalheira, em vigarice. É o primeiro País do mundo na divisão entre os que são mais ricos e têm tudo e os que são mais pobres e não têm nada. E nós estamos aqui, tranqüilos, vendo as coisas acontecerem. Dormimos tranqüilamente.

Lá, em Porto Alegre, a Justiça está exigindo, batendo na mesa, porque tem direito a determinada porcentagem de aumento. Enquanto uma professora ganha R\$400,00!

Fazemos a mesma coisa, nós, Parlamentares. Quem de nós se compara ao que ganham os milhões de pobres deste País?

Tenho um projeto que está em andamento. Ele estabelece que um Parlamentar não pode ganhar mais do que vinte vezes o valor do salário mínimo. Olha, quase fui agredido. “Mas o senhor é um demagogo! Como que um Senador vai viver com vinte salários mínimos?”. Eu disse ao colega: “Acho que há um engano. A pergunta não é essa. A pergunta é: como um operário vive com um salário mínimo? Eu estou propondo que um Senador viva com vinte salários. V. Ex<sup>a</sup> acha que é uma loucura, não dá. E como é que um trabalhador vive com um salário?”. E isso é natural; é tudo natural. E vamos sendo guiados pelas novelas de televisão, em que, a cada dia, o bandido sai ganhando. Cada um tem três mulheres, fica rico da noite para o dia. Agora, até na novela, há uma novidade, porque se queixavam que não havia negro na novela, agora colocaram um negro lá, e tem negro malandro que nem os brancos. Quer dizer, na hora de aparecer, em vez de colocarem os negros com dignidade, não, colocaram os negros malandros como os brancos. Identificaram até nisso. Não pode, não pode.

Ganhou as eleições o Presidente da República. E há essa briga em torno de quem será o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, quantos Ministros, quantos não Ministros. Não pode!



Aliás, eu diria ao Presidente uma coisa, e tenho certeza de que, se o Tebet ficar bom – e vai ficar – e vier a esta tribuna – e vai vir – será uma das primeiras coisas que o Tebet dirá ao Presidente: “Presidente, saiu na imprensa que o PT criou uma espécie de SNI para apurar o que acontece com os adversários. Tudo bem, tudo bem! O senhor tem de criar um setor dentro de seu Partido, dentro de seu Governo para investigar a pessoa que o senhor vai nomear para seu Ministério. Não pode nomear alguém que não conheça”.

Aconteceu isso no Governo do Itamar. Fui Líder do Governo Itamar e, de repente, nomeamos um Ministro da Agricultura que, durante cinco anos, foi Presidente da Federação da Agricultura de Brasília. Quando ele foi nomeado, o Correio Braziliense publicou que o tal cidadão havia matado duas pessoas. Ele sofreu todo o inquérito, foi pronunciado, marcada a data do júri, e há vinte anos o júri não saía. Ele estava fugindo. Mas era fugitivo aqui em Brasília, e ocupava o cargo de Presidente da Federação da Agricultura. Foi demitido no dia seguinte, e até hoje ainda não foi julgado. Essas coisas acontecem. O Itamar nomeou para a Secretaria de Transporte do Rio de Janeiro uma engenheira excepcional. Mas, ao ver que ela era esposa do proprietário da empresa que fazia o serviço do pedágio da ponte Rio-Niterói, ele a demitiu no dia seguinte. Se não me engano, foi o PT quem nomeou não sei quem no Nordeste, um membro do Exército, que havia sido o torturador de um religioso. O PT o demitiu. Mas, para essas pessoas, não precisava haver demissões, sequer poderiam ser nomeadas.

A primeira coisa que o Sr. Lula tem de fazer para mostrar que quer ser um bom Presidente é colocar no jornal a folha corrida de todos os homens que ele vai nomear. O Brasil tem direito à folha corrida. Por exemplo, se vai nomear o Paim, mostra a folha corrida do Senador Paulo Paim para ver se ele tem alguma multa de trânsito. Isso tem de ser feito. Mas não como os jornais estão dizendo: que tem gente indiciada outro dia no Supremo Tribunal Federal – indiciada, não, pronunciada, com inquérito aberto – e que está para ser escolhida ou para a Presidência da Câmara, ou do Partido ou para Ministro de Estado. Assim não bate!

Por isso, falta o Senador Ramez Tebet aqui. Se o Tebet estiver aqui, ele tem autoridade, mais do que eu, pelas mil qualidades a mais do que eu que ele tem, mas especialmente por uma. Eu já vim, bati, denunciei, gritei; mas eu, falando, eles dizem: “É coisa do Simon”. O Tebet, não. Ele tem o bom senso, o equilíbrio, a serenidade, de tal maneira que, ao falar, ninguém colocará

em dúvida que há outro motivo para ele falar senão o de esclarecer a verdade.

Por isso, peço aos senhores que estão em casa que rezem um “Pai Nosso”. Façam uma mensagem ao nosso Deus, o Deus dos católicos, dos cristãos, dos mulçumanos, o Deus inclusive daqueles que dizem não serem católicos, mas que acreditam em Deus. Façam uma mensagem ao nosso Deus: “Meu Deus, deixa o Tebet ficar mais um tempo conosco. Não é por ele, nem pela família, é pelo Brasil. Deixa, meu Deus! O Senhor fez tantos milagres! Tantas e tantas vezes, o Senhor ressuscitou os que morreram! Faça isso, meu Deus!

E este Brasil, onde ninguém acredita em mais nada, de repente vai olhar o Tebet nesta tribuna. Com a minha humildade, com os meus pecados, eu não tenho direito a nada, minha voz de um humilde pecador não significa nada, mas eu sou um brasileiro e falo pelos milhões de brasileiros que passam fome, que estão na miséria e que não têm culpa, meu Deus, que não têm culpa se nasceram lá, no lodo; eles não têm culpa se até agora ninguém foi olhar por eles. É em nome deles que eu peço: dê saúde ao nosso querido Tebet!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa e toda a Casa se somam a essa verdadeira oração que o sempre brilhante Senador Pedro Simon dirige a Deus em favor do nosso querido Ramez Tebet. Com certeza, Senador Pedro Simon, o Brasil todo rezou com V. Ex<sup>a</sup> neste momento. Vamos todos, de mãos dadas, permanecer nessa cruzada nacional para que o Senador Ramez Tebet volte ao nosso convívio, especialmente por tudo o que aqui foi dito por V. Ex<sup>a</sup>.

Esta Presidência não terá ousadia de dizer nada a não ser assinar embaixo de tudo que V. Ex<sup>a</sup> falou da tribuna neste momento sobre o nosso querido Ramez Tebet e sobre a sua família. Mas, se me permitir, só vou dizer uma frase sobre a Lei de Falências.

O Senador Ramez Tebet dizia: “Paulo Paim, lei de recuperação das empresas”. Estava ocorrendo um impasse; S. Ex<sup>a</sup> foi ao Rio Grande do Sul e explicou a lei de falências para mais de mil sindicalistas. Foi aplaudido de pé. E eu pude aqui votar com ele, com a maior tranquilidade. Ramez Tebet é isso.

Por isso, Senador Pedro Simon, se eu pudesse, agora diria palmas para o Senador Pedro Simon, por este momento; palmas para o Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com alegria, passo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos, com a tolerância que entender necessária e que a Mesa naturalmente terá.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tentei apartear o Senador Pedro Simon, não para acrescentar algo à brilhante exposição e oração que S. Ex<sup>a</sup> fez, mas para dar o testemunho de que tive oportunidade, na condição de 4<sup>o</sup> Secretário da Mesa, de compartilhar da administração do Senador Ramez Tebet como Presidente da Casa, em um momento, como disse o Senador Pedro Simon, tumultuado, difícil. E o que vimos foi realmente a presença de um político hábil, tolerante, que sabia efetivamente transitar em todas as tendências e sempre buscar uma resultante que pudesse conduzir ao debate e ao entendimento e não à radicalização e ao transtorno maior do que o que já vínhamos vivendo.

Esse testemunho eu quero dar. Espero realmente que as preces do Senador Simon sejam ouvidas, façam também minhas e tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> vai ultrapassar este momento difícil para que possamos tê-lo aqui de volta para o convívio fraterno, principalmente para o bem do Brasil, como bem frisou o Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, hoje venho à tribuna abordar dois pontos em relação ao Estado de Roraima, que tenho a honra de representar aqui neste Senado. São duas notícias, na verdade – uma boa e uma ruim. É costume perguntar, quando se vão dar notícias desse tipo, uma boa e uma ruim, qual se quer ouvir primeiro. Primeiro, vou ler a boa, porque o meu Estado vem sendo vítima de notícias tão ruins que é bom que tenhamos, de vez em quando, notícias boas para dar ao povo brasileiro, principalmente ao Estado de Roraima.

A boa notícia é a seguinte: está-se realizando em Curitiba o 19<sup>o</sup> Congresso Nacional de Magistrados, que reúne mais de quatro mil magistrados de todo o País.

A magistratura estará com as atenções voltadas para a cidade de Curitiba, onde acontecerá o 19<sup>o</sup> Congresso Nacional de Magistrados. Durante o evento, será entregue o Troféu Justiça Mais Forte àqueles que desenvolveram trabalhos em prol da melhoria do Judiciário. Entre juízes, desembargadores e ministros,

mais de quatro mil julgadores estão presentes, além de convidados.

Para o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargador Mauro Campello, “o prêmio concedido à Justiça do Estado é o reconhecimento ao trabalho cercado de dificuldades comuns a quem vive na Amazônia. De outra forma, mostra os grandes centros, onde estão as mais renomadas universidades, que, neste espaço do Brasil, se faz uma Justiça moderna, forte e independente.

“Aqui, Magistrados e servidores são valorizados. Investimos na otimização dos serviços, na própria prestação da tutela jurisdicional. Estamos antenados com os movimentos do Conselho Nacional de Justiça. Combate-mos o nepotismo e isso engrandece o povo de Roraima com algo positivo. Temos um dos tribunais mais informatizados, apesar do pequeno orçamento. O tempo de julgamento dos processos é um dos mais rápidos e não há influência dos outros Poderes sobre a Justiça” – declarou o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima.

Conforme o Desembargador, há uma conjugação institucional de esforços para fortalecer o Poder. Tanto que projetos encaminhados à Assembléia são bem vistos e aprovados em caráter de urgência, contando com a sensibilidade do Governador em sancioná-los. Tudo tem sido feito para a Justiça melhorar o atendimento à população, a partir das primeiras sementes lançadas em administrações anteriores.

Por coincidência, nos quinze anos de funcionamento, a Justiça mais nova é reconhecida como uma das melhores do País. Para mim, é motivo de orgulho. Tenho dedicado o tempo pessoal ao trabalho profissional, fazendo metas e procurando alcançá-las. Tarefa dividida com a equipe não só dos mais próximos, mas de todos, desde o que toma conta da portaria ao diretor-geral. Todos são merecedores desse prêmio. Somam-se também os colegas magistrados, que me têm apoiado em todos esses projetos” – declarou o Presidente Mauro Campello.

Também há nota de uma coluna social que registra o recebimento do prêmio pelo Tribunal de Justiça de Roraima.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que essa matéria seja parte integrante do meu pronunciamento, pois me honra muito um Estado novo e, portanto, uma Justiça mais nova ainda – ela foi implantada depois de criado o Estado; o Estado foi criado em 1988 e a Justiça, implantada em 1991. Realmente, temos orgulho dessa Justiça. Esperamos que continue cada vez mais avançando, que tenha efetivamente sensibilidade, até por ser jovem, por não ter certos vícios, de ficar antenada mesmo, sintonizada com a modernidade, que, acima de tudo, visa a facilitar a prestação da Justiça mais rapidamente e, portanto, de forma mais justa para aqueles que mais precisam, que são os pobres.

A outra notícia, Sr. Presidente, infelizmente ruim, tem a ver com a minha parte de formação profissional. Diz a notícia: “Malária na área Yanomami quadruplicou”. Outra manchete informa: “Funasa reconhece aumento, mas descarta epidemia”.

Vou comentar essas duas matérias, Sr. Presidente. Já fiz requerimento ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa e estou encaminhando expediente ao Tribunal de Contas da União, para que faça uma auditoria profunda na Fundação Nacional de Saúde em Roraima.

Há pouco tempo, Senador Mão Santa, eu vim aqui denunciar uma epidemia de dengue no meu Estado. Alertei, inclusive, no caso da dengue, que o mosquito pode ir de avião para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul. Uma epidemia, portanto, em Roraima, não fica circunscrita a Roraima. Então, era preciso que tomássemos cuidado, e houve em Boa Vista, a capital do Estado, a maior epidemia de dengue e na sua forma mais grave, que é a dengue hemorrágica. Agora, a epidemia de malária.

Sr. Presidente, ambas doenças são evitáveis por meio de procedimentos preventivos, e sabemos que muito dinheiro é mandado para lá e não adequadamente aplicado, seja por desvio de horas de vôos fantasmas, ou seja, que não são feitos para as comunidades indígenas.

Nessa área indígena dos Yanomamis, o Tribunal de Contas da União já detectou que a Ong que cuidava dessa questão era inepta, prestou um serviço errado e cometeu irregularidades. Depois, a Funasa retomou esse serviço e o fez piorar. Então, estamos, Senador Mão Santa, com dois problemas sérios. O primeiro é o desvio ou o roubo do dinheiro público e, pior, roubando dinheiro para quê? Para aplicar na saúde. É um verdadeiro genocídio que se está praticando.

É preciso que não se fique aqui apenas no discurso. Fiz o requerimento de informação, vou esperar o prazo legal que eles têm para responder, que é de trinta dias úteis depois que sai da Casa; está nas mãos do Relator, mas não posso ficar silente – aliás, nunca fiquei silente. Não posso deixar essas questões ficarem sem providências definitivas. Não é possível.

Comprei um livro com fotos dos Yanomamis. Quem vê essas fotos naquele livrinho fica maravilhado. Parece que eles selecionaram os índios e as índias que estão um pouco melhor de saúde para fotografar e, com o uso de ângulos, parecem índios muito bonitos e saudáveis. Vá lá ver, como já fui várias vezes.

Vá ver, Senador Mão Santa, e V. Ex<sup>a</sup> vai encontrar pessoas subnutridas, raquíticas, vítimas de uma epidemia permanente, que é a oncocercose e, agora, ainda apunhalados pela malária. Não é possível que o dinheiro do povo brasileiro esteja sendo destinado a coibir essas epidemias, e, em pleno século XXI, estejamos vendo esse tipo de coisa.

Constata-se que quadruplicou o número de casos de malária entre os índios ianomâmis, e a Funasa reconhece que houve aumento, mas afirma que não existe epidemia. Isso é sofisma. “Há epidemia” ou “não há epidemia”: isso é sofisma.

O que interessa saber é quantos índios estão adoecendo e morrendo. Isso é o que interessa saber. E não são só os índios, não. Estou falando dos índios, porque eles são uma parte sensível realmente, tanto que se prega e se defende que esses índios estejam em reservas, onde não se pode adentrar. Esses yanomamis são índios ainda em estágio primitivo, comparados com os outros de Roraima, que são professores, prefeitos, funcionários públicos. Esses são índios realmente mais isolados, que precisam de atenção especial. Mas o que vemos é o contrário: isolaram-nos, para que morram mais rápido, porque, com essa falta de assistência, eles vão morrer de malária, de oncocercose, de dengue, dessas doenças que existem normalmente naquela região.

Quero aqui lançar, mais uma vez, meu protesto e pedir ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa que tomem providências, assim como ao Tribunal de Contas da União e à CGU, pois aí há não só dinheiro público, mas omissão de trabalho e desvio de recursos.

Espero que seja feita uma auditoria profunda, porque as informações que tenho – estou em busca de documentos – são essas.

Ouçó o Senador Mão Santa, com muito prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup>, que sempre traz assuntos

palpantes, foi quem primeiro se despertou para as falcatruas das ONGs, que já serviram de inspiração, para que aqui nascesse uma CPI. Agora, V. Ex<sup>a</sup> traduz uma coisa boa: justiça. Quanto à justiça, V. Ex<sup>a</sup> é um louvor, e faço minhas as palavras de Aristóteles, que disse “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa do rei, esteja mais alta do que a coroa dos santos”. Foi Montaigne que disse: “A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”. O próprio Cristo disse “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas a lástima é a saúde. Luiz Inácio Lula da Silva é uma pessoa boa, mas temos de dizer-lhe a verdade; e a verdade dói. Quanto àquela de ele dizer que a saúde está quase perfeita, estão enganando Lula. Ele está precisando de pessoas verdadeiras do lado dele, como Tião Viana, que é da saúde; como o Paim, que é da verdade. A saúde está aí: estamos voltando no tempo. Ô, Paim, malária: Oswaldo cruz eternizou-se por aí, pelo guarda da malária, sistema antigo! Eu estou fazendo, no dia 16, 40 anos de médico. No começo, Mozarildo, receitei Aralém, Camoquim. Não existiam mais; são doenças tiradas do mapa do Brasil e do mundo que estão voltando. O dengue é epidemia mesmo no Piauí. Eu estive agora lá. Meu filho, com dengue hemorrágica, a família toda, isso é epidemia que está crescendo. Os casos de leishmaniose visceral e da doença de Chagas aumentaram; essas doenças estão voltando. Então, é muito importante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. A dengue não está só na Roraima dos índios, mas nos centros urbanos. Teresina tem – e não é mais endemia, mas um fato normal – o dengue na sua forma mais grave. Portanto, há necessidade de chamar a atenção do nosso Presidente da República para isso e para o descalabro da parte, vamos dizer, formal curativa: os médicos nacionais residentes. O livro do Paim – vi aqui – fala de uma greve que houve nos anos de 1987; ele estava lá. Há reivindicações do médico residente, que é quem faz funcionar os grandes hospitais que servem ao povo: os hospitais públicos, os hospitais universitários, as Santas Casas. Está tudo aí parado, não está havendo grandes cirurgias de resolutividade para o povo, que é pobre. O médico residente é como esses controladores de vôo: sem esses não funcionam os aeroportos, como não funcionam os hospitais sem o médico residente. A diferença, Paulo Paim, é que quem está sofrendo é o pobre, que não grita, que não está aqui. Temos de ser essa voz, como o Brossard diz: “O que estou fazendo aqui? Só há três no Rio Grande do Sul, e sou um dos que pode falar”. Falou bem e trouxe a redemocratização. Então, temos de estar aqui, Mozarildo. V. Ex<sup>a</sup>, com toda autoridade,

além da virtude de homem da Amazônia, traz a formação médica para esses temas que são tratados. É disso que o Presidente da República precisa, desse apoio do PMDB; esse é o apoio certo. Para eu votar as matérias corretas, basta o Paulo Paim e o Tião Viana chegarem e dizerem, e nunca nos negamos. Somos contra perturbarem a tranquilidade, o planejamento e o direito do Presidente da República, que ganhou a confiança do povo do Brasil e do Piauí, de colocar homens de sua confiança, que tragam a verdade e que o ajudem a melhorar o Brasil, como V. Ex<sup>a</sup> faz. É como Santo Agostinho: preferia aqueles que o criticavam, porque poderia corrigir-se, àqueles que o bajulavam, porque o atrapalhavam. V. Ex<sup>a</sup> é esse homem; se não no voto, igualamo-nos no desejo de servir, de acertar e de contribuir para que haja um grande Governo e para que o Brasil possa melhorar.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Como V. Ex<sup>a</sup>, preocupo-me com qualquer tipo de desonestidade. Creio que roubar dinheiro público de qualquer setor é gravíssimo; roubar da área da saúde é ainda mais. Quem age assim está matando duas vezes os pobres, porque está tirando o dinheiro do imposto que todos pagam e ainda impedindo que a assistência médica, que pode salvar vidas, seja dada.

Lembro-me de um político e pensador – isso talvez seja um recado para o Presidente Lula – que pedia a Deus que o livrasse dos amigos, quer dizer, dos falsos amigos, porque dos inimigos ele tinha facilidade de livrar-se. Creio que é muito importante que o Presidente Lula tenha aprendido.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Foi Voltaire, no parlamento francês.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – V. Ex<sup>a</sup> está mais a par dos nomes. Isso é fundamental. Tem de haver efetivamente quem informe o Presidente; órgãos para informá-lo existem. Então, o Presidente precisa realmente ter alguém que leia as informações e que lhe passe ou que determine imediatas providências.

Estou aqui dizendo que a Funasa de Roraima precisa passar urgentemente por uma auditoria, porque todos os sintomas, todos os indícios é de que ali existe corrupção, e muita.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## **Congresso de magistrados reunirá mais de quatro mil**

**Carvílio Pires**

A magistratura nacional estará com as atenções voltadas para a cidade de Curitiba (PR), onde acontecerá amanhã, dia 15, o 19º Congresso Nacional de Magistrados. Durante o evento será entregue o Troféu Justiça Mais Forte, àqueles que desenvolveram trabalhos em prol da melhoria do Judiciário. Entre juizes, desembargadores e ministros mais de quatro mil julgadores estarão presentes, além de convidados.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Roraima (TJ-RR), desembargador Mauro Campello, o prêmio concedido à Justiça do Estado é o reconhecimento ao trabalho cercado de dificuldades comuns a quem vive na Amazônia. De outra forma, mostra aos grandes centros, onde estão as mais renomadas universidades, que neste espaço do Brasil se faz uma Justiça moderna, forte e independente.

“Aqui magistrados e servidores são valorizados. Investimos na otimização dos serviços e na própria prestação da tutela jurisdicional. Estamos atentos com os movimentos do Conselho Nacional de Justiça. Combatemos o nepotismo e isso engrandece o povo de Roraima com algo positivo. Temos um dos tribunais mais informatizados apesar do pequeno orçamento. O tempo de julgamento dos processos é um dos mais rápidos e não há influência dos outros poderes sobre a Justiça”, declarou o presidente do TJ-RR.

Conforme o desembargador há uma conjunção institucional de esforços para fortalecer o Poder. Tanto que projetos encaminhados à Assembléia são bem vistos e aprovados em caráter de urgência, contando com a sensibilidade do governador em sancioná-los. Tudo tem sido feito para a Justiça melhorar o atendimento da população, a partir das primeiras sementes lançadas em administrações anteriores.

“Por coincidência, nos quinze anos de funcionamento, a Justiça mais nova é reconhecida como uma das melhores do país. Para mim, é motivo de orgulho. Tenho dedicado o tempo pessoal ao trabalho profissional, fazendo metas e procurando alcançá-las. Tarefa dividida com a equipe não só dos mais próximos, mas de todos, desde o que toma conta da portaria ao diretor-geral. Todos são merecedores desse prêmio. Somam-se também os colegas magistrados que têm me apoiado em todos esses projetos”, declarou Mauro Campello. (C.P)



## Malária na área Yanomami quadruplicou

### REBECA LOPES

No livro intitulado "Povos Indígenas no Brasil, 2001-2005", lançado pelo ISA (Instituto Socioambiental), uma organização não governamental que atua nesta área desde 1994, questões relacionadas à área de saúde entre os povos de todo o País constituem um dos pontos de destaque.

Ao fazer um balanço de 2001-2005, os organizadores do livro, os antropólogos Beto Ricardo e Fany Ricardo, observam que o atendimento sanitário piorou no governo Lula em decorrência da excessiva burocratização do setor e influência política ao qual foi exposto.

Em relação a Roraima, o livro aponta o ressurgimento da malária entre os yanomami e a maior incidência de casos de tuberculose - endemia presente em várias tribos. O site da ONG teve acesso aos dados do "Relatório Técnico da Malária - Distrito Sanitário Yanomami (DSY) 2006", onde aponta que os casos quadruplicaram. No primeiro semestre deste ano foram notificados 2.591 casos, representando um aumento mais de quatro vezes maior em relação ao total de casos do mesmo período do ano anterior.

Além dos fatores que sempre contribuíram para a entrada da doença, como a presença constante de garimpeiros e frentes de colonização, consta que a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) teria identificado problemas no gerenciamento do DSY e os conseqüentes efeitos na qualidade e intensidade das ações de controle da doença.

Tudo isso gerado pela instabilidade dos convênios com as ONGs parceiras que atuam em área, como Fubra (em Roraima) e Secoya (no Amazonas) principalmente, falta de repasses dos recursos e paralisação dos trabalhos de campo pelos funcionários. Sem ação mais enérgica, cogita-se que uma grave epidemia de malária poderia surgir.

Conforme o tesoureiro da Hutukara Associação Yanomami, Dário Vitório, o problema realmente é preocupante e as lideranças indígenas reclamaram por diversas vezes, inclusive com denúncias no Ministério Público Federal e encaminhamento de documentação do que está acontecendo para Brasília (DF), mas até agora o quadro nada mudou.

Desde que o Governo Federal resolveu retomar a assistência à Saúde dos povos indígenas, o tesoureiro garante que os problemas começaram a surgir. "Antes a gente tinha assistência, mas depois que a Funasa assumiu, piorou. Estamos tristes porque a coisa é gravíssima e nosso povo está sofrendo com as doenças", lamentou.

Reconheceu que o problema está em Brasília. "Ela [Funasa] nunca libera recursos, só faz prometer", disse. Cogitou inclusive a possibilidade dos líderes indígenas irem à Capital Federal conversar diretamente com as autoridades a fim de pedirem providências urgentes. (RL)

## **Funasa reconhece aumento mas descarta epidemia**

### **Da Redação**

Por meio de material repassado pela Assessoria de Comunicação, a Funasa reconhece que houve crescimento significativo dos casos de malária neste ano, comparado com 2005, quando se intensificaram as ações de combate à doença e praticamente foi eliminada da região. No entanto desconhece a gravidade da epidemia, como vem sendo divulgado.

O aumento significativo nas comunidades indígenas Yanomami localizadas nos municípios de Barcelos e Santa Izabel, ambos no Amazonas, conforme o material repassado, vem sendo motivo de preocupação dos técnicos e coordenação da Funasa de Roraima.

Em relação ao número de casos terem sido quase quintuplicados no primeiro semestre, foi confirmado o registro de 2.591 casos pela equipe de agentes e técnicos da Funasa/RR, responsável por atendimento de Saúde indígena na área.

“Num primeiro momento [os números], podem ser considerados altos devido justamente ao trabalho feito até 2005 que praticamente eliminou a doença”, disse o médico sanitário e gerente técnico de endemias da Fundação, Oneron de Abreu Pithan, descartando a possibilidade de epidemia, como no início da década de 90. “O aumento de casos é uma realidade, mas nada comparado aos anos 90”, afirmou.

Conforme a Ascom, existe relatório apontando que 80% dos casos registrados neste ano encontram-se na parte amazonense da reserva, localizada no Norte do Estado, nos municípios de Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro. A proximidade com as duas cidades tem sido o principal fator do aumento da doença entre os indígenas.

Dados do relatório indicam alguns fatores que contribuíram para que a doença reaparecesse, entre eles a dificuldade de acesso aos locais para a execução de um trabalho contínuo, além do fato de que culturalmente os yanomami são nômades, o que dificulta a frequência do tratamento, quando diagnosticado.

Outros fatores são predominantes para o surgimento da doença, tais como o avanço das atividades exploratórias praticadas ilegalmente dentro da reserva Yanomami, sem um controle de vigilância.

“A reserva tem sido alvo constante de garimpeiros, pescadores clandestinos de peixes ornamentais e extratores de piaçava. Essas atividades têm diminuído a distância entre os índios e o homem branco e acaba expondo ainda mais os índios à doença”, explica o sanitário.

Em relação à instabilidade das conveniadas Fubra e Secoya, que pela falta de seqüência no repasses dos recursos paralisaram trabalhos de campo, foi repassado que em nenhum momento a Funasa deixou de dar assistência na área. “Quando foi preciso o quadro efetivo de técnicos da Fundação esteve em campo e demos continuidade ao trabalho”, disse Pithan.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Tomo a liberdade, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo Cavalcanti, de tornar esta sessão uma homenagem ao nosso querido Ramez Tebet. Torcemos para que S. Ex<sup>a</sup> volte para o nosso convívio rapidamente.

Comoveu-me muito a oração do Senador Pedro Simon. Com a autoridade que tem, o Senador Pedro Simon esteve na tribuna com um rosário na mão. S. Ex<sup>a</sup> falava, de forma emocionada, e ia manuseando o rosário. Por isso, a minha expressão de que foi uma verdadeira oração.

Senador Ramez Tebet, que talvez esteja nos assistindo neste momento, saiba que não é só o Senado: o Brasil todo o está abraçando; o Brasil todo está com V. Ex<sup>a</sup>. Um beijo no coração.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito se fala sobre a Amazônia, com previsões nada otimistas quanto ao futuro da Grande Floresta. Em vez de apenas falar, procuro trazer ao Senado a palavra de especialistas. É uma tentativa de, neste que é o foro adequado para defesa da nossa estratégica Região, encontrar também as soluções para o problema.

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou proposta de minha iniciativa para que os Senadores, em Audiência Pública, fiquem mais inteirados sobre a advertência do pesquisador Philip Martin Fearnside, para quem a continuidade da devastação de florestas, no ritmo atual, *a Amazônia deixará de existir*. Ele chegou a fixar a data: 2080.

Na manhã de hoje, li no **O Estado de S.Paulo** o artigo do jornalista Washington Novaes, um dos mais sérios e competentes estudiosos de assuntos do meio ambiente.

Novaes analisa o relatório do ex-economista-chefe do Banco Mundial, Sir Nicholas Stern. É um relatório aterrador. Stern prevê uma mega-recessão econômica, com a perda de até 20% do PIB anual do mundo, ou seja, algo em torno de US\$6 trilhões por ano. Isso

ocorrerá sem dúvida, garante, se não forem adotadas de pronto medidas para deter a devastação florestal.

Devastação, lamentavelmente, lembra Amazônia. E o mundo inteiro comenta o que ocorre na Região.

Novaes, no seu artigo, salienta bem a questão:

Não surpreende, assim, que quase 75% das emissões brasileiras de gases que contribuem para mudanças climáticas sejam por mudanças no uso do solo, queimadas e desmatamentos, principalmente na Amazônia – cerca de 750 milhões de toneladas anuais já em 1994 (no mundo, o desmatamento responde por 18% das emissões totais).

*E mais:*

As interrogações são muitas e começam pela crônica dificuldade do poder público de impedir o desmatamento ilegal na Amazônia e em outras áreas.

O articulista refere-se ainda a recente artigo do prof. José Goldemberg, apontando as dificuldades do poder público para conter a devastação da Amazônia:

(...) nas áreas de conservação temos um fiscal para cada 100 mil hectares, ou 27 vezes menos que a média mundial – que dirá fora dessas áreas. Estudo recente do pesquisador Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, mostrou que as áreas de proteção ambiental da Amazônia têm uma taxa de desmatamento (20%) muito mais alta que a das áreas indígenas (1,2%) ou das Unidades de Proteção Integral (1%).

Peço a anexação do artigo do jornalista Washington Novaes a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

E, a propósito, formulo convite a todos os Senadores para que compareçam à Reunião de Audiência Pública, que a CRE deverá marcar para os próximos dias. O Professor Fearnside é um dos mais competentes pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgão que, por sua vez, é um dos centros de pesquisas mais avançados do mundo.

Como segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que de Manaus ao Município de Presidente Figueiredo são 107 quilômetros da rodovia BR-174, na maneira de dizer, asfaltada. É uma estrada importante que dá acesso a uma região de belas paisagens e cachoeiras exuberantes. Por ali também se tem acesso a Roraima e à Venezuela, sendo, portanto, o meio de integração (e

teoricamente de ligação rodoviária) com aquele Estado brasileiro e com o Caribe.

Essa é, por último, a rota em que viaja, duas vezes por semana, o amazonense Benivaldo Vaz, que, como vários outros agricultores, cultiva banana nas proximidades de Presidente Figueiredo. Ontem, enviou-me ele um *e-mail*, revoltado.

Para Benedito, tudo estaria no melhor dos mundos e até a estrada poderia receber o carinhoso apelido de *Transbananeira*. Poderia. Mas não pode. Há um outro apelido, muito mais evidente: a BR-174, hoje, é muito menos *Transbananeira* e muito mais *Transburaqueira*.

Segundo o relato do Benivaldo, no começo deste ano, a população dali ficou exultante de alegria ao saber que chegara à região a famosa *Operação Tapaburacos*. Estaria salva a Pátria. Ou, ao menos, a ligação Manaus-Presidente Figueiredo.

– *Que nada!* – escreve o Benivaldo – *Apenas colocaram terra nas crateras do asfalto. E logo a terra saiu. E novos buracos se formaram! Estava consagrado o apelido da estrada.*

De tanto viajar pela *Transburaqueira*, o Benivaldo Vaz sabe de cor e salteado os pontos críticos da estrada: os trechos próximos aos Km 16, 50, 73 e 94. Ele diz que passar por ali sem cair numa das crateras dá direito a um diploma de craque rodoviário.

Benivaldo está desiludido. A *Operação Tapaburacos*, do Governo Lula, só piorou a rodovia. Agora, por tudo isso, ele acha, que o Guia Quatro Rodas deveria indicar a estrada como rodovia de terra. Asfalto, só na lembrança!

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O CLIMA, A ECONOMIA,  
O FUTURO DA AMAZÔNIA

**Washington Novaes**

É sob o impacto da divulgação do relatório do ex-economista-chefe do Banco Mundial sir Nicholas Stern sobre os impactos econômicos das mudanças climáticas que se realizam, em Nairóbi, reuniões dos países que participam da respectiva convenção e do Protocolo de Kyoto. O relatório de Stern, apoiado pelo governo britânico, prevê uma mega-recessão

econômica que poderá significar perda de até 20% do produto bruto anual do mundo (mais de US\$ 6 trilhões anuais) se não forem adotadas providências severas e urgentes para enfrentar as mudanças já em curso. E isso pode exigir, segundo ele, até 1% do PIB mundial.

Uma das áreas que o relatório considera decisivas para o enfrentamento é a floresta amazônica, onde, só do ano 2000 para cá, foram desmatados mais de 120 mil quilômetros quadrados. Nos quatro anos do atual mandato presidencial – incluída a última estimativa de 13,1 mil quilômetros quadrados para 2005/2006 – foram mais de 80 mil quilômetros quadrados (mais que em qualquer outro quadriênio). Ao longo de décadas, já são mais de 600 mil quilômetros quadrados desmatados. Não surpreende, assim, que quase 75% das emissões brasileiras de gases que contribuem para mudanças climáticas sejam por mudanças no uso do solo, queimadas e desmatamentos, principalmente na Amazônia – cerca de 750 milhões de toneladas anuais já em 1994 (no mundo, o desmatamento responde por 18% das emissões totais).

Por essas e outras, a proposta levada pela delegação brasileira a Nairóbi é de criar um fundo para o qual contribuam países industrializados e que beneficie nações que, num ‘sistema voluntário, sem compromisso’, consigam reduzir o desmatamento. Pelo sistema proposto, se o país conseguir baixar o índice de desmatamento, recebe do fundo proporcionalmente à sua participação; se aumentar o desmatamento, nada recebe e terá de descontar nos anos seguintes a elevação. Fica a pergunta: se não houver compromisso de redução por parte dos países receptores de fundos, como se fará para garantir aos países doadores alguma vantagem direta ao longo do tempo?

A fórmula brasileira, ao que parece, pretende contornar o veto militar e diplomático às propostas de receber pagamento por conservação de floresta, sob o argumento de que a restrição ao uso de recursos e serviços naturais aí implícito significaria ‘restrição à soberania nacional’. Não havendo compromisso de reduzir o desmatamento, não haveria restrição.



O tempo dirá se pode dar certo. As interrogações são muitas e começam pela crônica dificuldade do poder público de impedir o desmatamento ilegal na Amazônia e em outras áreas. Em artigo recente nesta página (17/10), o secretário paulista de Meio Ambiente, professor José Goldemberg, lembrou que nas áreas de conservação temos um fiscal para cada 100 mil hectares, ou 27 vezes menos que a média mundial – que dirá fora dessas áreas. Estudo recente do pesquisador Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, mostrou que as áreas de proteção ambiental da Amazônia têm uma taxa de desmatamento (20%) muito mais alta que a das áreas indígenas (1,2%) ou das Unidades de Proteção Integral (1%). É provável que a taxa aumente, dadas a dificuldade do poder público até para identificar as terras da União (47% do total) e a recente decisão de transferir para os Estados a responsabilidade por autorizações para desmatamento e fiscalização – mesmo sabendo que em praticamente todos eles os instrumentos são ainda mais frágeis que os do Ibama e que nos Estados as ingerências políticas são ainda mais fortes.

Continua o governo federal apostando forte em sua Lei de Gestão de Florestas Públicas, que lhe permitirá conceder numa primeira etapa até 13 mil quilômetros quadrados a empresas privadas para retirar madeira em projetos de ‘manejo sustentável’, mesmo conhecendo os relatórios internacionais que dizem serem fraquíssimos – quando há – os resultados dessa fórmula (já comentados aqui em artigos anteriores e também pelo professor Goldemberg). Enquanto isso, continuam à espera de discussão questões levantadas por vários cientistas, como a impossibilidade prática de ‘manejo sustentável’ numa floresta onde coexistem em cada hectare espécimes que atingem a maturidade aos 50 anos, ao lado de outros que precisam de 1.200 anos – como garantir a sustentabilidade sem conhecer precisamente cada hectare? Ou o problema de implantar na área um processo de evolução às avessas, já que de cada lote se retiram os melhores espécimes. Ou não se saber o que acontecerá com o restante da biodiversidade na área, já que todas as espécies estão relacionadas entre elas. Ou, ainda, o argumento de

que o desmatamento ilegal prosseguirá, porque custa três vezes menos derrubar ilegalmente um hectare de terra pública (sem que a fiscalização chegue) do que trabalhar dentro da lei. Ou a evidência de que não há nenhum país que tenha entrado pelo caminho de conceder florestas públicas para ‘manejo sustentável’ que não tenha ficado sem as florestas.

Enquanto isso, continuam esquecidas propostas como a da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – desmatamento zero e forte investimento em ciência para conhecimento e utilização da biodiversidade –, na mesma linha da tese da Professora Bertha Becker, de uma ‘revolução científica’ capaz de implantar formatos que beneficiem a imensa maioria dos 20 milhões de habitantes da Amazônia – como as ‘cadeias tecnoprodutivas fundadas na biodiversidade’ –, e não apenas uma minoria, como até aqui. Ou a proposta do professor Aziz Ab’Saber, de zoneamento ecológico-econômico prévio a qualquer política.

Preferimos seguir no velho caminho de megaprojetos que acentuam o velho modelo exportador de produtos primários ou subsidiados.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A exemplo de Genoino, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que depois de ter o indiciamento pedido pela CPI dos Bingos e até hoje sem conseguir provar saques de dinheiro usados para pagar dívidas do presidente Lula, Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae, esteve no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete do Presidente.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# *A exemplo de Genoino, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto*

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com o indiciamento pedido pela CPI dos Bingos e até hoje sem conseguir provar saques de dinheiro usados para pagar dívida de Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto esteve ontem de manhã no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete do presidente.

Presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Okamoto deixou o palácio quando Lula iniciou encontro com os presidentes da CBF, Ricardo Teixeira, e da Fifa, Joseph Blatter.

No ano passado, Okamoto veio a público para dizer que usou dinheiro próprio para pagar uma dívida de R\$

29,4 mil registrada na contabilidade do PT em nome de Lula. A suspeita da oposição é que o dinheiro possa ter vindo do caixa dois petista.

De acordo com a assessoria de imprensa do Sebrae, ontem Okamoto não se encontrou com Lula. Esteve apenas com o chefe-de-gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, para convidar o presidente a participar de um evento do Sebrae, no próximo dia 25 de outubro. A assessoria da Presidência não comentou a visita de Okamoto ao Planalto.

No mês passado, o ex-presidente do PT José Genoino, que caiu durante o escândalo do mensalão, também fez uma visita não-agendada ao Palácio do Planalto.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Uma ceia nada santa”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 04 de outubro do corrente.

A matéria destaca que na arrancada final da campanha, o Presidente Lula, candidato a reeleição, se mostra obcecado por comparações com figuras heróicas ou divinas e dominado por fantasias macabras.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Na arrancada final, Lula se mostra obcecado por comparações com figuras heróicas ou divinas e dominado por fantasias macabras

**M**antido sob estrito controle pelo propagandista Duda Mendonça durante a sua primeira campanha presidencial vitoriosa, quando precisava conquistar credibilidade e eleitores desconfiados em face de seu linguajar rude, Luiz Inácio Lula da Silva sentiu-se inebriantemente liberado uma vez eleito. Ao longo de quase quatro anos, os brasileiros viram -- e ouviram -- os efeitos dessa euforia. Em ocasiões variadas, Lula torturou a história, a geografia, a língua portuguesa, os bons modos, a lógica e a ética. Discorreu sobre Napoleão na China; admirou-se ao ver como Windhoek, a capital da Namíbia, era uma cidade limpinha, embora africana; condeou-se ao recordar que a senhora sua mãe nasceu analfabeta. Confrontado com as falcatruas de seus comandados, recorreu ao discurso da traição. Sob a pressão das delinqüências das últimas semanas, Lula comparou-se insistentemente a Jesus Cristo e Tiradentes.

num crescendo em que as imagens de morte e desmembramento foram ficando cada vez mais obsessivas. A humanidade cultiva o mito do herói esquartejado desde o antigo Egito, onde o deus Osíris foi morto e picado em catorze pedaços, todos recuperados pela mulher, Ísis, o que propiciou sua ressurreição. O cristianismo primitivo assimilou algo do culto iniciático dedicado a Osíris, inclusive no ritual da comunhão do divino corpo. Do ponto de vista psicanalítico, as fantasias de esquartejamento costumam estar ligadas ao medo da castração. Um levantamento dos discursos de Lula, em especial na arrancada final da campanha, mostra quão recorrentes são evocações em torno das figuras do pai, do sangue, do herói sacrificado. É ilustrativo reuni-las no mesmo espaço, tanto para quem receia que o presidente esteja sofrendo de uma crescente tentação popuista quanto para quem simplesmente chega a ter saudade das metáforas futebolísticas.

**“Não interessa se foi A, B ou C. Todo o episódio foi como uma facada nas minhas costas.”**

29/12/2005

**“Quero dizer a vocês com toda a franqueza: me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia e que chocam o país.”**

12/8/2005

**“Sinto-me traído porque o PT foi criado para fazer uma política diferente. E de repente se viu que alguns enveredam pelo mesmo círculo vicioso da política brasileira, achando que o PT podia ser igual aos outros sem pagar nenhum preço.”**

14/9/2006

**“A gente poderia pegar a história e iríamos perceber que, numa mesa de doze, um traiu Jesus Cristo. Ai poderia pegar a reunião dos inconfidentes, um traiu Tiradentes. E nem por isso Cristo seria menos importante, nem por isso Tiradentes deixou de ver acontecer a independência pela qual ele foi esquartejado, sua carne salgada, pendurada nos postes.”**

25/9/2006

**“Qual o orgulho que eu tenho? É que hoje vocês têm consciência de que qualquer um está preparado para governar este país. Cada um de vocês é uma célula do meu corpo, cada um de vocês é uma gota do meu sangue.”**

11/9/2006

**“Assim que é a vida humana. Você escolhe um companheiro para determinada função. No caso do pessoal que cuidava da pseudo-inteligência da minha campanha, nem fui eu que escolhi. Quem escolheu foi o presidente do partido, que era o coordenador da campanha eleitoral.”**

25/9/2006

**“Eles perceberam que um torneiro mecânico de formação pode cuidar melhor do Brasil do que eles, pode cuidar melhor do povo, pode cuidar da educação melhor. É isso que incomoda, a maldita inveja.”**

23/9/2006

**“Podem fazer denúncia, façam o que quiser, podem até mandar fazer exame para saber o que eu fazia de mau quando eu era feto. Não tem problema. Vamos ganhar com a cara limpa que nós temos.”**

25/9/2006

**“Enquanto eles fizeram a operação sanguessuga com a ambulância, eu fiz a operação transfusão de sangue, e o povo brasileiro me deu uma gota do seu sangue para que eu pudesse resistir e enfrentá-los até o dia 1º de outubro.”**

26/9/2006

**“Eles deveriam ter aprendido com Tiradentes. Não basta matar, não basta esquartejar, não basta salgar a carne e pendurar no poste. Porque a carne você mata e ela apodrece, mas as idéias estão perambulando pelas brisas deste país.”**

26/9/2006

**“A hora que eles tirarem as minhas pernas eu vou andar pelas pernas de vocês, a hora que eles tirarem meus braços, eu vou gesticular pelos braços de vocês, a hora que eles tirarem meu coração, eu vou amar pelo coração de vocês. E a hora que eles tirarem a minha cabeça, eu vou pensar pela cabeça de vocês.”**

26/9/2006

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Decolaram com milhões”, publicada pela revista **Veja** em sua publicação de 25 de outubro de 2006.

Segundo a matéria, o TCU, Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público, apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

### O TCU e o Ministério Público apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo

Júlia Dualibi

**A**o inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela “dedicação” e pela “contribuição extraordinária que fez ao Brasil”. Dez meses depois, o *Ministério Público Federal* e o *Tribunal de Contas da União* começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de

## DECOLARAM COM MILHÕES

reais. Com base em ampla pesquisa de mercado realizada pelo TCU, o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou *ingers*, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião. A Infraero pagou ao consórcio vencedor a bagatela de 2,2 milhões de reais por unidade. Com base em outras compras idênticas feitas pelo poder público, o TCU constatou que cada *finger* não custaria mais do que 630 000 reais. Também houve superfaturamento de 226% nos serviços de fundação da obra. Cobraram-se, por exemplo, 354,15 reais por estacas que não deveriam custar mais de 108,60 reais.

O Ministério Público Federal também acusa a Infraero de ter direcionado a licitação para o consórcio forma-

do pelas empreiteiras OAS/Camargo Corrêa/Galvão. Na avaliação dos procuradores, a licitação de Congonhas deveria ter sido fracionada em várias concorrências menores, garantindo, assim, maior disputa e melhor preço. Ao exigir que um mesmo participante executasse desde as obras de pavimentação até as reformas do terminal de passageiros, a Infraero colocou todo o projeto nas mãos das grandes empreiteiras — que, por sua vez, acabaram subcontratando, em alguns casos irregularmente, empresas menores. A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato entre a Infraero e as vencedoras da licitação, foi realizado um aditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, custarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Pú-

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cabe destacarmos, exemplificativamente, o absurdo preço pago pela INFRAERO ao consórcio vencedor pela “*ponte de embarque tipo nose-loader*”: R\$ 2.218.665,62 (dois milhões duzentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), quando exatamente o mesmo item foi orçado pelo TCU com o custo de R\$ 630.209,11 (seiscentos e trinta mil duzentos e nove reais e onze centavos). Ou seja, o pagamento do produto ocorreu com um valor 252,05% acima daquele praticado no mercado.

f) o descumprimento dos mesmos deveres legais e estatutários acima referidos por parte de CARLOS WILSON faz com que sobre si recaia a responsabilidade pelo **sobrepreço** e **superfaturamento** apurados pela comissão de auditoria do TCU (irregularidades 9 e 10). Da análise de tais irregularidades, explanadas em seus pormenores no relatório da referida comissão, verifica-se que o mesmo ocorreu

blico, no entanto, elas poderiam chegar a 75 milhões de reais.

“São de extrema gravidade os dados ora levantados, que demonstram cabalmente um total desprezo pelo patrimônio público”, afirma o Ministério Público numa ação cautelar ajuizada na semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal. Ex-senador pelo PTB de Pernambuco, Wilson ocupou a presidência da Infraero do começo do governo Lula até março deste ano. Deixou o cargo para disputar uma cadeira de deputado federal pelo PT. Antes,

**Agradecimento: Lula e Wilson em cerimônia de entrega de parte das obras**

coordenou um dos principais programas de investimento em infra-estrutu-

ra do governo Lula, com a criação, ampliação e reforma dos mais importantes aeroportos brasileiros. Questionado sobre as acusações, Wilson disse desconhecer-las e afirmou que sua gestão na Infraero foi amplamente “fiscalizada e transparente”. Os procuradores investigam irregularidades nas obras de Congonhas desde 2004. O aeroporto tem o maior movimento do país, com 45 000 passageiros diários. As obras de remodelação devem ficar prontas no começo de 2007. Ao todo, Wilson comandou a reforma de 66 aeroportos. Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, Recife e Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo. ■

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Um Tiro No Pé Às Portas Da Eleição”, publicada pela Revista **Veja** de 27 de setembro do corrente.

A matéria destaca que cercado de pessoas sem escrúpulos no Palácio, nos churrascos de domingo, no seu Partido, o PT, o Presidente colhe os frutos amargos da complacência com malfeitores.

Sr. Presidente para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**LULA E A CORRUPÇÃO**  
Cercado de pessoas sem escrúpulos no Palácio, nos churrascos de domingo, no seu partido, o PT, o presidente colhe os frutos amargos da complacência com malfeitores

# UM TIRO NO PÉ ÀS PORTAS DA ELEIÇÃO

**C**om seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República, as conseqüências legais podem ser severas. Entre os trágicos resultados potenciais do crime está até a impugnação da candidatura de Lula. Se isso vier a acontecer, o PT terá feito algo inédito em sua rica trajetória de delinqüências. O próprio partido de Lula terá conseguido impedir a manifestação da vontade popular dos brasileiros que, nas pesquisas, brindam o presidente-candidato com 50% das preferências de voto. Na terminologia do próprio Lula, o PT terá conseguido “melar” as eleições. Que melancólica ironia!

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder — e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. Sobre essa delituosa sopa primordial paira a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele se jacta de ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca.

Lula os afastou, mas não perdeu uma única chance de passar a mão na cabeça dos caídos, de dizer que continuam seus “amigos”, seus “meninos”, que democracia “não é só coisa limpa” e que não cometeram delitos, mas “simplesmente erraram”. Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo — e sem prejuízo de todas as sanções legais a que se expôs como candidato e presidente —, Lula é o patrono da desastrada compra com dinheiro sujo do falso dossiê.

## 60

O sistema pessoal, partidário e administrativo de Lula é uma sopa primordial com todos os ingredientes para produzir corrupção

## 70

O segurança lotado no Palácio do Planalto, Freud Godoy, é citado pelos criminosos como o homem da mala da compra do falso dossiê

## 72

Enfermeiro, churrasqueiro, banqueiro e babá da filha do presidente, Lorenzetti significa soluções e problemas

## 74

O chefe da campanha de Aloizio Mercadante é demitido pela compra do falso dossiê. Mas, claro, o chefe não sabia de nada

## 76

Depois de prender os petistas, a PF passou a tratar a prisão como um erro e desde então vem só fingindo que investiga

## 80

O famoso escândalo dos EUA levou um presidente a renunciar. O TSE vê contornos ainda mais feios na negociata atual do PT

## 84

Ministros do Supremo Tribunal Federal e um do TSE são espionados com grampos nos telefones: coisa de república bananeira

## 86

“Em relação ao partido do governo, minha opinião é que não existe limite aos meios desde que os fins que se propõem sejam alcançados”



Alexandre Oltramari, de Cuiabá

**Brasil**  
O escândalo do falso  
dossiê revela que os  
petistas envolvidos  
fazem parte do círculo  
íntimo de Lula — e  
abre uma crise cujo  
desfecho é imprevisível

O escândalo do dossiê, no qual uma dupla de petistas foi flagrada comprando por quase 2 milhões de reais um conjunto de denúncias contra tucanos que não valia um centavo, abriu uma crise gravíssima e imprevisível. Gravíssima porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República. Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos, está Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial, que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem sala no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto. Também está Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula. Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo, está o deputado Ricardo Berzoi-

# O VÔO CEGO

ni, presidente do PT e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo. Está Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo — e casado com Mônica Zerbinato, secretária particular de Lula.

A crise é também imprevisível nos seus desdobramentos porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro. O caso está sendo investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, teoricamente, pode resultar na im-

pugnação da diplomação de Lula, caso seja reeleito, ou estimular a instalação de um processo de impeachment pelo Congresso Nacional — na hipótese de se comprovar que a campanha do presidente cometeu abuso de poder econômico ou político na compra ou montagem do dossiê contra os tucanos (veja reportagem na pág. 80). “É algo muito, muito pior que o Watergate”, chegou a dizer o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referindo-se ao escândalo de espionagem de adversários que, nos Estados Unidos, em 1974, levou o presidente Richard Nixon à renúncia. Mello já se mos-

trara perplexo com a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido.

A situação é tão complexa que, desta vez, até os petistas de couro grosso acusaram o golpe. Acusaram talvez de uma maneira mais aguda do que no auge do escândalo do mensalão. Numa das reuniões ocorridas no Palácio da Alvorada, chegou-se a cogitar até a alternativa extrema. Para mostrar que nada tem a temer e que defende a mais ampla investigação do caso, mas evitar que sua campanha desande, Lula pediria licença do cargo, entregando o comando do país ao senador Renan Calheiros, e



### **COMPANHEIROS DE VIAGEM**

**Lula (4), com os companheiros em 2002: Mercadante (1), que perdeu um assessor no caso do dossiê; o homônimo de Bob Marques (2), sombra de Dirceu (3); Freud Godoy (5), segurança caído; Palocci (6), o da violação do sigilo do caseiro; e Gilberto Carvalho (7)**

dedores. “Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil”, disse Lula, durante viagem a Nova York.

Respondendo:

1) Um dossiê devastador contra José Serra interessaria ao PT em São Paulo. Seria ótimo para Lula ter um governador petista em São Paulo em um segundo mandato.

2) Disparar um tiro de morte contra Serra significaria exterminar praticamente o PSDB em nível nacional.

3) “Melar” o processo eleitoral não interessa a nenhum democrata, mas sobre essa questão seria mais útil perguntar aos seus colaboradores íntimos que entraram na fria de comprar um dossiê com dinheiro sujo.

O problema do discurso oficial é a afronta aos fatos. O castelo — de Lula, do PT, da reeleição — começou a tremer num episódio cujos autores são todos petistas. Tudo começou na sexta-feira, 15 de setembro, quando agentes da Polícia Federal prenderam dois petistas que negociavam o tal dossiê no hotel Ibis, em São Paulo. O

# DO PETISMO

passaria a dedicar-se exclusivamente à reeleição. A idéia, apresentada pelo ministro Tarso Genro, chegou a ser debatida, mas foi descartada pelo presidente.

Com receio de que os estilhaços da crise possam comprometer a reeleição de Lula, o Palácio do Planalto deflagrou uma operação de guerra. A idéia é empenhar-se ao máximo para que Lula vença o pleito já no primeiro turno. Os petistas, com o próprio presidente à frente, consideram desastrosa a possibilidade de que haja segundo turno. “Se houver, serão três semanas de bombardeio, no auge da investigação sobre o dossiê e todos os candidatos der-

rotados apoiando o Alckmin”. prevê um petista de alto coturno, que participou de todas as reuniões sobre a crise com o presidente. Por isso, os partidos aliados foram acionados para dar apoio público ao presidente e os movimentos sociais, nunca antes tão claramente atuando como linha auxiliar do governo e do petismo, fizeram um manifesto em defesa de Lula. A tática — de novo, de novo — é dizer que Lula não sabia de nada e que, estando com folgada vantagem nas pesquisas, também não teria interesse algum em atacar adversários. Na lógica petista, portanto, tudo aconteceu por obra de maus per-

empreiteiro Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso há dois anos, representava a família Vedoin, comandante da máfia dos sanguessugas e fornecedora do dossiê. O outro petista preso, encarregado de analisar a relevância das informações do dossiê e fazer o pagamento, era Gedimar Passos, contratado pela cúpula do PT. Os dois carregavam 1,7 milhão de reais, cuja origem está sob investigação (veja reportagem na pág. 76). O pacote apreendido pela PF incluía uma agenda, seis fotografias, uma fita de vídeo e um DVD de 23 minutos, em que os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin aparecem entregando

# OS BURACOS NEGROS DO SISTEMA LULA

**Nunca um presidente se viu cercado de tanta gente suspeita**

## **José Genoíno**

Ex-presidente do PT

**Do que é acusado** – De avalizar empréstimos que o PT fez junto a Marcos Valério

## **Gilberto Carvalho**

Chefe-de-gabinete pessoal do presidente Lula

**Do que é acusado** – Na CPI dos Bingos, foi acusado pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido

## **Antonio Palocci**

Ex-ministro da Fazenda

**Do que é acusado** – De violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito

## **Delúbio Soares**

Ex-secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial de 2002

**Do que é acusado** – De ser o operador do mensalão

## **Silvio Pereira**

Ex-secretário-geral do PT

**Do que é acusado** – De intermediar negócios de empresas junto ao governo em troca de benefícios, como um jipe Land Rover

## **José Dirceu**

Ex-ministro da Casa Civil no governo Lula

**Do que é acusado** – De ser o chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político

## **Freud Godoy**

(veja reportagem na pág. 70)

Segurança de Lula desde 1989

**Do que é acusado** – De ter providenciado o dinheiro para a compra do dossiê contra os tucanos

## **Jorge Lorenzetti**

(veja reportagem na pág. 72)

Churrasqueiro preferido do presidente, coordenava o "setor de inteligência" de sua campanha

**Do que é acusado** – De ser um dos coordenadores da operação de montagem e compra do dossiê

## **Oswaldo Bargas**

Amigo do presidente desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do comitê de campanha. Sua mulher é secretária particular de Lula

**Do que é acusado** – De ter coordenado a negociação do dossiê com Lorenzetti

### Ricardo Berzoini

Presidente do PT, era coordenador nacional da campanha de reeleição de Lula

**Do que é acusado** – De ter autorizado a operação de compra e divulgação do dossiê contra os tucanos

### João Paulo Cunha

Ex-presidente da Câmara dos Deputados

**Do que é acusado** – Por meio de sua mulher, sacou 50 000 reais das contas de Marcos Valério

### Paulo Okamoto

Amigo íntimo de Lula, ex-tesoureiro de campanha e presidente do Sebrae

**Do que é acusado** – De ter pago dívidas pessoais de Lula e sua filha Lurian com dinheiro de origem suspeita

### Duda Mendonça

Marqueteiro da campanha de Lula em 2002

**Do que é acusado** – À CPI dos Correios, confessou ter recebido 10 milhões de reais do caixa dois do PT em uma conta no exterior

### Hamilton Lacerda

Ex-assessor de comunicação da campanha do candidato Aloizio Mercadante ao governo paulista

**Do que é acusado** – De ter contatado a revista *IstoÉ* para que divulgasse o dossiê

### Gedimar Pereira Passos

Membro do comitê de campanha de Lula, subordinado a Jorge Lorenzetti

**Do que é acusado** – De ter comprado, em nome do PT, o dossiê contra os tucanos

### SECRETARIA PARTICULAR

**Mônica Zerbinato, secretária de Lula, no Planalto: ela é casada com o bruxo Osvaldo Bargas**

ambulâncias. Era um pacote fajuto, sem relevância, mas incluía a concessão de uma entrevista de Luiz Antônio Vedoin, capo dos sanguessugas, envolvendo Serra no esquema. Na mesma sexta-feira, a revista *IstoÉ* chegou às bancas com uma entrevista de Vedoin atacando Serra — acusações que, na semana passada, ao ser interrogado pela PF, Vedoin desmentiu.

Com a prisão de Valdebran Padilha e de Gedimar Passos e a tomada de seus depoimentos, descobriu-se o envolvimento de petistas mais graúdos — e, em apenas três dias, deflagrou-se um dominó de demissões que afetou outros seis petistas, atingiu a campanha de Aloizio Mercadante em São Paulo, engolfou a campanha reeleitoral de Lula e subiu a rampa do Palácio do Planalto. A cronologia é fulminante:

■ Na segunda-feira, caiu Freud Godoy, assessor especial de Lula. Ele fora acusado por Gedimar Passos de ser o mandante do pagamento pelo dossiê. Freud Godoy nega.

■ Na terça-feira, caiu Jorge Lorenzetti, churrasqueiro de Lula e chefe do bunker de bruxarias eleitorais do comitê. Ele é acusado de contratar Gedimar Passos.

MONTAGEM SOBRE FOTOS DE NETO DA SILVA/AE, ED FERREIRA/AE, LULA MARQUEFF/OLHA IMAGEM, CELSO JUNIOR/AE, CÉLIO MESSIAS/AE, VALTER CAMARATONA/ABRIL, EDSON MOURA/ABRIL, DOMINGOS TADEU/PR, EDMILSON MAGALHÃES/BOIANO DO GRANDE ABC/AE, WILTON JUNIOR/AE, CIRLO BEZERRA/JC IMAGEM, PAULO PRYTOVAE, MARCOS VALLANTIA CAZE TAAE.

CÍRCULO DE AMIGOS

CÍRCULO PALACIANO

CÍRCULO OPERACIONAL

### Luiz Gushiken

Secretário de Assuntos Estratégicos do governo

**Do que é acusado** – De gerir contratos que bancaram o mensalão

### Expedito Afonso Veloso

Ex-diretor do Banco do Brasil, filiado ao PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula

**Do que é acusado** – De ter confeccionado o dossiê e tê-lo repassado à família Vedoin

■ Na quarta-feira, as demissões chegaram ao auge. Caíram Ricardo Berzoini, coordenador da campanha de Lula, e Osvaldo Bargas, que trabalhava na elaboração do programa de governo. Mencionada no caso, a revista *Época* divulgou no dia anterior uma nota informando que Jorge Lorenzetti e Osvaldo Bargas ofereceram um dossiê contra os tucanos a seus repórteres — e que Berzoini sabia da conversa, mas não do seu conteúdo. Caiu, também, Expedito Veloso, diretor do Banco do Brasil que estava licenciado e trabalhava pela reeleição de Lula. Ele é um dos suspeitos de ter levado o dinheiro do dossiê ao hotel Ibis em São Paulo. Por fim, caiu Hamilton Lacerda, secretário de Comunicação da campanha de Mercadante. A revista *IstoÉ* diz que Lacerda fora o primeiro a lhe oferecer o dossiê fajuto.

Uma parte dos bastidores da negociata está documentada pela PF, que monitorou os telefonemas de Luiz Antônio Vedoin, o vendedor do dossiê, entre 9 e 15 de setembro. Nos dois dias que precederam a negociata, a polícia captou 36 diálogos, aos quais VEJA teve acesso (*veja a reprodução de alguns deles abaixo*). As gravações mostram que tudo girava em torno do dinheiro, embora a palavra seja cuidadosamente evitada. É curioso que, dos seis petistas envol-

### CLIMA DE DESCONFIANÇA

**Darci, o pai, e Luiz Antônio, o filho: a família Vedoin queria vender o dossiê, mas estava desconfiada de que poderia levar um calote do PT**

vidos no caso depois das duas prisões em São Paulo, todos, à exceção de Freud Godoy, tenham admitido algum tipo de envolvimento com o caso — mas nenhum deles, muito menos Freud Godoy, admite ter qualquer relação com o dinheiro, ainda que, no passado recente, ele tenha sido o guardião dos dinheiros clandestinos que circulam nos desvãos do PT (*veja reportagem na pág. 70*). “Afirmo taxativamente que em momento algum autorizei o emprego de

qualquer tipo de negociação financeira”, diz Lorenzetti na nota em que anuncia sua demissão. “É importante informar que em nenhum momento houve qualquer oferta de dinheiro”, repete Hamilton Lacerda, o ex-auxiliar de Mercadante, na sua nota de afastamento. Antes de cair, Berzoini fez o mesmo discurso numa entrevista. “O PT não tem nenhuma atividade que envolva recursos financeiros para compra de informação”, disse. A falta de conexão com a

### OS BASTIDORES DA NEGOCIATA

Entre os dias 9 e 15 de setembro, quando deflagrou a operação que implodiu a negociata da compra do dossiê, a Polícia Federal monitorou o celular número 9208-6507, de Luiz Antônio Vedoin, o capo da máfia dos sanguessugas. Só nos dois dias que precederam a operação a PF captou 36 telefonemas de Luiz Antônio Vedoin, aos quais VEJA teve acesso. Do outro lado da linha, entre os personagens já identificados, estavam seu pai, Darci Vedoin, Valdebran Padilha, petista que intermediou a venda do dossiê ao PT, e Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil que negociou a compra do material em Cuiabá e São Paulo. A seguir, seis trechos de diálogos que mostram o clima de desconfiança mútua em que os criminosos conversavam:

#### “VALDEBRAN PARA O TELEFONE”

Quarta-feira, 13 de setembro, 11h53

Neste diálogo, Darci Vedoin conversa com seu filho Luiz Antônio, ambos envolvidos no esquema dos sanguessugas. Eles estão desconfiados dos petistas que querem comprar o dossiê contra os tucanos. Estranham que a entrevista à imprensa será dada em Cuiabá, os documentos serão entregues em Cuiabá, mas o pagamento dos 2 milhões de reais só será feito em São Paulo. Na

conversa, desconfiados, pai e filho discutem até desistir da negociata:

**Luiz Antônio** — *Ligar agora e voltar atrás, também não. Vamos deixar do jeito que tá. Se não, voltar atrás, aquela conversalhada tudo de novo, voltar à estaca zero... Af os caras vão abusar de nós daqui a pouco...*

**Darci Vedoin** — *Isso é verdade. Mas eu tô com um certo receio. Porque alguma coisa tá tramada em cima disso. Se tu pensar um pouquinho, não tem por que eles (refere-se aos petistas) vissem até*

*aqui... Por que não sair (com o dinheiro) de lá (referência a São Paulo)?*

#### “O DÍALOGO DA NEGOCIATA”

Quinta-feira, 14 de setembro, 14h18

O diálogo aqui é entre o petista Valdebran Padilha, que está em São Paulo, e Luiz Antônio Vedoin, de Cuiabá. Valdebran está negociando a venda do dossiê ao PT em nome dos Vedoin. Na conversa, Valdebran insiste para que Luiz Antônio Vedoin entregue uma fita que deveria compor o dossiê. Luiz Antônio, com receio de levar um calote, resiste a entregar a fita:

**Valdebran** — *Olha, o negócio já tá rodando, mas ficou um negócio de vocês entregar aí.*

**Luiz Antônio** — *O que é?*

**Valdebran** — *É uma fita. Uma fita bruta que aparece você e mais não sei quem. Entrega logo esse trem...*

**Luiz Antônio** — *Amigo, só vou entregar a hora que entregar o negócio aí (refere-se ao dinheiro). Chega. Não sou moleque.*

## O COMEÇO DE TUDO

**O ex-agente Gedimar Passos (à esq.) e, atrás dele, o empreiteiro Valdebran Padilha: com a queda deles, começou o dominó de demissões de petistas**

realidade dos petistas é preocupante: eles não conseguem mais enxergar nem mesmo um bolo de dinheiro vivo no valor de 1,7 milhão de reais.

O escândalo do dossiê comprova que a “organização criminosa”, para usar as palavras do procurador-geral da República, refinou um método para reagir aos flagrantes da banditagem. Assim como no escândalo do mensalão, agora também a primeira reação foi de negar qualquer envolvi-

mento com o caso. “O PT não faria isso em hipótese alguma”, chegou a dizer Berzoini dois dias antes de ser ele próprio apanhado no esquema. A outra tática é montar um cordão sanitário em torno do presidente Lula, dizendo que, se houve algo, ele não sabia de nada. Foi assim no mensalão. É assim agora. “É uma crise normal, que não atinge em nada o presidente”, diz o ministro Tarso Genro. Até entre setores da oposição, admite-se a hipótese de que, des-

ta vez, Lula talvez não soubesse mesmo dos detalhes — da existência do dossiê ou do pagamento de 2 milhões de reais. Admite-se que talvez tenha sido apenas informado de que uma bomba contra Serra estava sendo armada e que sua explosão poderia catapultar Mercadante ao segundo turno no pleito paulista.

Isso não isenta Lula de responsabilidade legal. É altamente provável que Lula soubesse que, no seu comitê eleitoral, havia um bunker clandestino — repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002. Uma reportagem de VEJA, publicada em outubro de 2003, mostrou como funcionava esse núcleo, que operava na defesa de Lula e no ataque aos adversários. Lula sabia de sua existência e, durante a conversa que selou sua criação, ainda recomendou: “Seja inteligente. Não faça nada demanuel ou joaquim nessa história”. O coordenador do grupo era Ricardo Berzoini e um dos operadores era Osvaldo Bargas, o velho amigo do movimento sindical. O outro dado que complica a situação de Lula é a constatação de que nunca um presidente se cercou de tanta gente suspeita — seja como presidente, seja como candidato. No escândalo do mensalão, Lula perdeu seus principais auxiliares políticos. Agora, o caso atinge gen-

não, cara.

**Valdebran** — *Eu tô com o cara aqui. Ele tá com o negócio (nova referência ao dinheiro).*

**Luiz Antônio** — *Quê?*

**Valdebran** — *Tô com o cara aqui. Ele tá com o negócio. Tamo aqui junto.*

**Luiz Antônio** — *Hã?*

**Valdebran** — *Aquela outra parte já guardei onde tinha que guardar (refere-se à metade do dinheiro que já tinha recebido, no caso 798 000 reais e 109 800 dólares). A outra parte tá aqui com ele (refere-se ao restante do pagamento, que estava em mãos de Gedimar Passos, no caso 410 000 reais e 139 000 dólares). Entregá esses trem aí, o cara tá aqui comigo, rapaz.*

**Luiz Antônio** — *Não vou entregar. Eles iam entregar ontem, não entregaram, né?*

Quinta-feira, 14 de setembro. 14h50

Quinta-feira, 14 de setembro. 14h50

Aqui, Valdebran, falando de São Paulo, informa Luiz Antônio, que estava em Cuiabá, de que metade do dinheiro já havia

sido paga e que vira a outra metade a ser paga. Fala em código, mas Luiz Antônio demora a entender:

**Valdebran** — *A outra metade já tá viabilizada (refere-se ao restante do pagamento). O que você vai fazer aí?*

**Luiz Antônio** — *Em qual sentido você tá falando?*

**Valdebran** — *Quem tá sendo mediador dessa p... sou eu. Nem é a turma que está aí (refere-se aos petistas que estavam em Cuiabá).*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Sei...*

**Valdebran** — *É o seguinte: era um, né?*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Hã...*

**Valdebran** — *Então 0,5 tá o.k. Aí, o outro 0,5, para cinco horas da tarde aqui (em código, diz que metade já foi paga e outra metade será paga às cinco da tarde em São Paulo). Vocês têm de fazer a parte toda de vocês aí.*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Mas quanto que é?*

**Valdebran** — *É um, não é?*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Não!*

**Valdebran** — *Ô, meu jovem...*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Ah, entendi.*

**Valdebran** — *Entendeu? Já deram a metade. A outra metade tá aqui com eles. Já vi. Então, tem de entregar esse trem logo aí, cara...*

**Luiz Antônio Vedoin** — *Daqui a pouquinho. Pode ser?*

**Valdebran** — *Rápido, cara.*

Quinta-feira, 14 de setembro. 16h27

Quinta-feira, 14 de setembro. 16h27

Neste diálogo, Luiz Antônio Vedoin conversa com Expedito Afonso Veloso, diretor de Gestão de Risco do Banco do Brasil. Ambos estão em Cuiabá. Expedito Veloso, que estava embarcando para São Paulo, pede que Luiz Antônio leve até o aeroporto o DVD prometido. Pede rapidez porque, antes de embarcar no avião, queria rodar o DVD em seu notebook. Luiz Antônio, que entregaria um DVD vazio, faz corpo mole, de modo que Expedito Veloso embarque sem checar o material:

**Expedito** — *Oi.*

**Luiz Antônio** — *Expedito?*



de sua intimidade. Com isso, fica cada vez mais difícil alegar que são nichos isolados, independentes, autônomos, que se instalam na máquina do Estado sem o conhecimento do presidente. É o contrário: tudo indica que, com a eleição de Lula, o aparelho estatal foi tomado de assalto por seus asseclados no banditismo e partidário-sindical.

Além de se cercar de tantos suspeitos, Lula parece afastar-se deles quando são pilhados em alguma malandragem apenas de forma protocolar. No caso do mensalão, justificou a existência de caixa dois no PT. Passado o auge do caso, chegou a receber os mensaleiros no Palácio do Planalto, aos quais recomendou que não se sentissem culpados porque não haviam feito nada de essencialmente errado. Despediu-se de seus principais ministros caídos com afagos, elogios e promessas de imandade eterna. Com esse comportamento, Lula acaba servindo como sinal verde, como autorização tácita para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos. Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se

**Expedito — Oi**

**Luiz Antônio** — *Em dez minutos, eu tô chegando aí na frente do aeroporto. Me espera aí na frente, tá?*

**Expedito** — *Pois é... Eu queria checar...*

**Luiz Antônio** — *Checa, ué... Por quê? Tem algum problema?*

**Expedito** — *Não... Mas eu achei que (você) ia vir mais cedo para a gente colocar pelo menos no notebook aqui e ver...*

**Luiz Antônio** — *Você leva isso aqui. Não vai ter problema.*

**Expedito** — *É porque o tempo tá muito curto. Falta meia hora..., quer dizer..., o embarque já tá começando.*

**Luiz Antônio** — *Você leva isso aqui. Não vai ter problema.*

**Expedito** — *Tô te esperando aqui.*

**Luiz Antônio** — *Tá bom.*

QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO, 19H07

Quinta-feira, 14 de setembro, 19h07

Ao desembarcar em São Paulo, Expedito Veloso, diretor do BB, descobre que o DVD estava vazio. Luiz Antônio Vedoin não lhe entregou o material todo porque tinha

## SOB AS BARBAS DE LULA

- 1 Gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva
- 2 Sala de Gilberto Carvalho
- 3 Sala de Mônica Zerbيناتo
- 4 Sala ocupada por Freud Godoy

soubes que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos, o presidente Lula teve todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma

receio de não receber o dinheiro. Deu-se, então, o seguinte diálogo entre Valdebran e Luiz Antônio.

**Valdebran** — *Rapaz, você não sabe o tamanho do problema que eu tô com ele aqui.*

**Luiz Antônio** — *Que que houve?*

**Valdebran** — *Os caras me ligaram aqui. Falaram que o DVD não tem nada, que você não entregou as fotos, que não entregou nada pra eles. Aí eu tô com o caboclo aqui na minha porta.*

**Luiz Antônio** — *Como que não, cara? Eu vi. Eu entreguei pra eles.*

**Valdebran** — *Tá dizendo que não rodou nada. Vou falar procê, minha cabeça tá pra estourar já, cara.*

**Luiz Antônio** — *Faz o seguinte. Quer que eu pegue um vô e entregue pra você hoje onze e meia da noite? Esses caras tão enrolando demais, pelo amor de Deus, cara.*

**Valdebran** — *Agora tô com dois cara aqui na porta aqui, pô!*

**Luiz Antônio** — *O que você quer que eu faça?*

Freud Godoy, ex-assessor especial da Presidência da República, trabalhava a metros do presidente, assim como Mônica Zerbيناتo, secretária pessoal de Lula. Freud encomendou a compra do dossiê falso contra Serra. Mônica é casada com Osvaldo Bargas, que divulgou o dossiê

### PERTO DO TOPO\*

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe-de-gabinete  
Gilberto Carvalho

Assessor especial  
Freud Godoy

\* Hierarquia funcional no Palácio do Planalto

faxina no PT. É lamentável que nunca tenha feito nem uma coisa nem outra. Deixou, assim, que o PT, mais uma vez, mergulhasse seu governo e o país nos recônditos de uma crise sem solução fácil. ■

QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO, 19H37

Quinta-feira, 14 de setembro, 19h37

De São Paulo, Valdebran Padilha tem outra conversa com Luiz Antônio Vedoin. Nela, Luiz Antônio informa que vai mandar seu tio. Paulo Trevisan, para São Paulo com todo o material que faltava. É com base nessa conversa que a PF prende Paulo Trevisan no aeroporto de Cuiabá, quando tentava embarcar para São Paulo. É também neste diálogo que os agentes descobrem que Valdebran estava no apartamento 475 do hotel Ibis - e que estava com dinheiro no cofre:

**Valdebran** — *Oi. Anota o apartamento aí. Ibis, 475. Olha, cara. Não deixa faltar nada, tá. As fotos... Sabe o que eu tive de fazer? Desmontar tudo os pacotes, colocar tudo naquele cofre do quarto e guardar lá (...). Pelo amor de Deus, cara, eu não agüento mais, não tô nem dormindo com esse trem lá. Hoje eu nem saí daqui, nem almocei, bicho.*

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Privatização – a verdade dos números”, de autoria da ex-Diretora do BNDES e Presidente da CSN, Maria Silvia Bastos Marques, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 25 de outubro do corrente.

A autora, em seu artigo, destaca a importância das privatizações e o seu papel positivo para o desenvolvimento do Brasil. Nas palavras de Maria Silvia Bastos Marques, “O processo de privatização, ocorrido nos anos 1990, foi um dos mais importantes impulso-

nadores do crescimento e da modernização do País, bem como da inclusão social”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Privatização – a verdade dos números

Maria Silvia Bastos Marques

O debate eleitoral trouxe novamente à tona a questão das privatizações. Um debate de frases emocionais e vazio de conteúdo.

O processo de privatização, ocorrido nos anos 1990, foi um dos mais importantes impulsores do crescimento e da modernização do País, bem como da inclusão social. Para não mencionar outros aspectos, como respeito ao meio ambiente, inovação tecnológica e aumento da concorrência e da qualidade de produtos e serviços – fortalecendo o papel do consumidor e a redução de preços.

A privatização, sempre em leião público, abrangeu de siderurgia e mineração a bancos estaduais, telecomunicações, energia e aviação. Uma história de sucesso. E, ao contrário do que se diz, inteiramente alinhada aos interesses dos brasileiros.

Em diversos casos, como nos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Embraer, o Estado, por meio do Tesouro Nacional, fez ou de outras empresas deficitárias e até pré-

2005 e 2010, além do mesmo número de empregos indiretos, ou seja, 66 mil novos empregos. Os postos de trabalho no setor de telecomunicações, inferiores a 200 mil antes de 2000, hoje ultrapassam os 300 mil.

Do ponto de vista da responsabilidade ambiental, a mudança é paradigmática. As empresas estatais eram grandes poluidoras do meio ambiente, negligenciando as proteções mínimas necessárias às suas atividades. A CSN, conhecida como “monstro do Paraíba” por despejar resíduos tóxicos no rio que abastece o Estado do Rio de Janeiro, tornou-se exemplo de respeito ao meio ambiente após investir centenas de milhões de dólares em equipamentos preventivos e em recuperação de áreas degradadas. A Cosipa fez igualmente investimentos significativos, corrigindo uma história do passado os graves problemas decorrentes do descaso ambiental da então empresa estatal.

Do ponto de vista da inclusão social, o caso das telecomunicações é único no mundo. Em menos de uma década se reverteu um quadro pré-histórico em que para ter um telefone era preciso pagar uma assinatura durante cerca de cinco anos, sem a garantia de ter a tão sonhada linha. A linha era um ativo tão caro que era deixada no Imposto de Renda! Claro que somente as classes A e B tinham acesso a esse serviço. Hoje os serviços de telecomunicações (fixo, móvel, TV por assinatura e banda larga) são prestados a 141 milhões de brasileiros. A base de clientes de telefones celulares cresceu mais de 1.300%, de 7 milhões em 1998, para cerca de 100 milhões atualmente. Ainda mais importante: desse total, 60 milhões são das classes C, D e E. Como essa população não tinha acesso a esses serviços, tem-se o maior instrumento de inclusão social já visto neste país. Em relação ao acesso fixo ou celular nas residências, em 1998, apenas 32% tinham acesso aos serviços. Em 2005, 72% dos domicílios já tinham acesso aos serviços – um espetacular aumento de 124%.

A maior competição e concorrência com a vinda de novas empresas para investir e operar no País, e a competição entre empresas privatizadas, como na siderurgia e nas telecomunicações, antes sob guarda-chuva de cartéis estatais (Siderbrás e Telebrás), fortaleceram o papel do consu-

midor e reduziram preços de produtos e serviços. Tudo isto aliado a um inequívoco aumento na qualidade de ambos.

O processo de privatização também teve forte impacto na profissionalização da gestão das empresas, movimento que se espalhou por toda a economia, com reflexos positivos na governança, no respeito à comunidade, ao meio ambiente, aos empregados, fornecedores, clientes e acionistas. Estas mudanças igualmente se refletiram no fortalecimento do mercado de capitais, com a forte elevação do valor de mercado das empresas agora privadas.

Muito mais pode ser dito sobre os aspectos positivos das privatizações. Como em relação aos bancos estaduais, antigos fomentadores de déficit público e inflação, e à contribuição das empresas privatizadas às exportações. Mas o que cabe perguntar é por que, no debate eleitoral, oportunidade ímpar para a discussão dos problemas nacionais, não se discute a fundo a – esta, sim – indesejada privatização dos serviços essenciais à população, como saúde, segurança e educação. Debate inadiável para o país em que apenas a população de alta renda tem acesso a serviços de qualidade, ficando as classes menos favorecidas desguarnecidas e sem esperança.

Maria Silvia Bastos Marques foi diretora financeira do BNDES, secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro e presidente da CSN.

### Ela impulsionou o crescimento, a modernização, a inclusão social...

falimentares, liberando recursos para funções realmente públicas, como segurança, saúde e educação. Ademais, as empresas, então inadimplentes com os Fiscos, fornecedores e empregados, passaram a gerar lucros expressivos e a recolher regularmente impostos e contribuições, reforçando os recursos para o setor público. Para ilustrar, o prejuízo consolidado das empresas siderúrgicas em 1992 foi de US\$ 260 milhões, enquanto seu lucro consolidado em 2005 foi de US\$ 4 bilhões.

Os investimentos fundamentais para o crescimento do País, aumentaram significativamente, livres das amarras do Estado. Na siderurgia foram investidos US\$ 16 bilhões, após a privatização, em proteção ambiental, qualidade e modernização, preparando o setor para um novo ciclo de expansão da capacidade. A Vale do Rio Doce investiu US\$ 4,6 bilhões em 2006, mais de dez vezes o valor investido em 1997. Sem mencionar a aquisição da mineradora caridense de níquel Inco, por US\$ 18 bilhões. O setor de telecomunicações investiu R\$ 165 bilhões no período 1996-2005.

A Vale do Rio Doce, que tinha 11 mil funcionários em 1997, em 2006 tem 44 mil empregados e 33 mil indiretos. Além disso, seus investimentos poderão criar mais 33 mil empregos diretos entre

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 39 minutos.)*

**(OS:15923/2006)**

## Ata da 188ª Sessão Especial, em 21 de novembro de 2006

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, a Presidência propõe ao Plenário, nos termos do art. 26 do Regimento Interno do Senado Federal, que a sessão de hoje seja dedicada a reverenciar a memória do nosso querido Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Com a concordância do Plenário, assim será feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr<sup>a</sup> 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 1.133, DE 2006

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Faleceu no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o Senador Ramez Tebet, que foi Prefeito de Três Lagoas, Deputado Estadual, Vice-Governador, Governador, Ministro de Es-

tado da Integração Nacional, Presidente do Congresso Nacional e exercia o segundo mandato de Senador.

O Senador Ramez Tebet exerceu a Advocacia, foi Promotor Público, Secretário de Justiça de Mato Grosso do Sul, Superintendente da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Chefe do Departamento de Educação da Universidade de Mato Grosso do Sul, Professor e Membro Titular do Conselho Curador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul.

Desempenhou várias missões oficiais no exterior e recebeu diversas homenagens como cidadão honorário, cidadão benemérito, ordens de mérito, medalhas de mérito, diplomas de honra ao mérito e doutor **honoris causa**. Publicou diversos trabalhos, monografias e artigos de revista, razão por que, nos termos dos arts. 218, 219 e 220 do Regimento Interno, requeremos as seguintes homenagens pelo seu falecimento:

1. Levantamento da sessão;
2. Seja obedecido um minuto de silêncio em sua memória;
3. Apresentação de condolências à família, ao Estado do Mato Grosso do Sul e à cidade de Três Lagoas.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2006.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'Ramez Tebet', 'Rosario...', and 'Catalis...'. There are also some scribbles and illegible text.

**REQUERIMENTO Nº 1.134, DE 2006**

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro corrente, na cidade de Campo Grande:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à viúva, Srª Fairte Nassar Tebet, aos filhos: Simone Nassar Tebet, Prefeita de Três Lagoas, Eduarda Nassar Tebet, Rodrigo Nassar Tebet e Rames Nassar Tebet; e ao Governo de Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2006.  
– Senador **Marco Maciel**.

**REQUERIMENTO Nº 1.135, DE 2006**

Requeiro, nos termos dos arts. 218, 219, 220 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de

acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Excelentíssimo senhor Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro último:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família;
- c) apresentação de condolências ao Estado de Mato Grosso do Sul;
- d) apresentação de condolências ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- e) observação de um minuto de silêncio, após usarem da palavra todos os oradores; e
- f) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2006.  
– Senador **Delcídio Amaral**.

**REQUERIMENTO Nº 1.136 DE 2006**

*Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Ministro, ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, RAMEZ TEBET.*

**Exmº Sr. Presidente do Senado Federal,  
Senador RENAN CALHEIROS,**

Com fundamento no disposto no inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do Senador **RAMEZ TEBET** ocorrido, na madrugada do dia 18 de novembro corrente, em Três Lagoas - MS, sua cidade natal.

**JUSTIFICAÇÃO**

**Ramez Tebet tem uma biografia ímpar por ter exercido praticamente todos os cargos disponíveis no serviço público.**

Entre 1961 e 1964, Ramez exerceu o cargo de promotor público em sua cidade natal, Três Lagoas. Nos anos seguintes, dividiu-se entre a advocacia e o magistério.

Os primeiros anos de sua vida política foram exercidos em sua cidade natal Três Lagoas, ainda à época Mato Grosso, sem a divisão que se faria entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim, já em 1975, foi nomeado Prefeito de sua cidade natal. Deixou o cargo ao ser empossado como secretário de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano seguinte, tornou-se Deputado Estadual na primeira legislatura, da então recém-nascida, Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Nesses anos como Deputado Estadual, foi o relator da Assembléia Constituinte do Mato Grosso do Sul e participou ativamente dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição do Estado.



Deixou a Assembléia Legislativa para ocupar a vaga de vice-governador de Wilson Barbosa Martins (PMDB) na chapa que seria eleita para governar o Estado na primeira eleição direta para os governos estaduais desde a implantação da ditadura militar. Em 14 de março de 1986, quando Wilson se afastou para concorrer ao Senado, Ramez assumiu o governo. Seu mandato durante exatamente um ano, quando então deu a posse ao sucessor Marcelo Miranda (PMDB).

Em 1994, foi eleito senador. Destacou-se no Senado brasileiro na presidência da que investigou o Poder Judiciário - e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. À frente desses cargos, investigou o episódio da quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado em 2001, o que levou à inédita cassação de um senador - Luís Estêvão, em 2000 - e à renúncia de outros três - Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Em junho de 2001, Ramez Tebet foi nomeado Ministro da Integração Nacional, permanecendo no cargo por três meses, quando, em setembro, com a renúncia de Jader Barbalho, foi eleito presidente do Senado, tendo, em 1º de janeiro de 2003, dado posse ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2002, foi reeleito com a maior votação já obtida por um político de Mato Grosso do Sul - mais de setecentos e trinta mil votos. Nessa legislatura, foi o relator da nova Lei de Falências.

Em segundo mandato, presidiu as duas comissões mais poderosas do Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos. Seu mandato no Senado Federal terminaria em 2011 e será substituído por seu primeiro suplente, Valtér Pereira de Oliveira.

Na década de 80, curou um câncer na bexiga. Em 2004, o câncer reapareceu e Ramez lutou contra ele até seu falecimento, dois anos depois.

Em seu velório, no Ginásio de Esportes Cacilda Acre, estiveram presentes o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o deputado federal Michel Temer, presidente nacional do PMDB; e os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL); Pedro Simon (PMDB-RS); Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS); além de grande multidão de treslagoenses. Foi enterrado em 18 de novembro de 2006 no cemitério Santo Antônio em sua cidade natal de Três Lagoas.

Sua filha Simone se tornou a portadora do legado político do pai. Eleita deputada estadual de Mato Grosso do Sul em 2002, em 2004 deixou a Assembléia para disputar a prefeitura treslagoense e venceu a eleição. Dos quatro filhos de Ramez, a advogada Simone é a única que enveredou pela militância política.

Um dos afilhados políticos do senador é o governador eleito de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB), que se iniciou na política nos anos 70 pelas mãos de Ramez.

Filho de Taufic Tebet e Angelina Jaime Tebet, vindo de uma tradicional família árabe-brasileira, Ramez Tebet se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 1959.

Casado com Faite Nassar Tebet, era pai de Simone Nassar Tebet, advogada e atual prefeita de Três Lagoas; Eduarda, médica; e os gêmeos Rodrigo, professor, e Ramez, também advogado.

Além de todas essas qualidades, Ramez Tebet teve a de ser católico praticante. Daí, pedirmos a Deus o reciba em seu reino e lhe dê a merecida recompensa e descanso eterno.

sala das sessões 20 de novembro de 2006.

  
Senador PEDRO SIMON

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos dependem de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que desejarem.

Comunico a V. Ex<sup>as</sup> que seguirei a lista de inscrição.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui informada de que a inscrição para falar nesta sessão de homenagem seria feita no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrita. Seguirei a ordem de assinatura do requerimento.

Destaco a presença, nesta sessão em que reverenciaremos a memória do Senador Ramez Tebet, do nosso querido Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr. Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, nesta tribuna do Senado Federal, tive oportunidade de ver e ouvir algumas vezes o Senador Ramez Tebet, que, com muita propriedade, sempre nos trouxe temas da atualidade, sobretudo na defesa dos interesses do seu Estado, Mato Grosso do Sul.

Ramez Tebet, homem sereno, equilibrado, determinado e de espírito democrático exemplar, deixa este Senado Federal entristecido, mas nos deixa seu exemplo, que servirá de força para todos nós continuarmos a defender os interesses dos nossos Estados e do Brasil.

Pensando em Ramez Tebet, procurei atributos de sua pessoa e pensei nas sábias palavras de George Eliot, que um dia escreveu:

Não é o gênio, nem a glória, nem o amor que medem a elevação da alma: é a bondade. O que importa é o conceito que merecis dos outros. Entre os que não de contribuir para formar vossa reputação haverá quem nunca convosco tenha convivido e, não obstante, fala bem de vós.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o conceito que tenho do Senador Ramez Tebet é o de que foi um homem bondoso. Creio que disso ninguém tem dúvida.

Sr. Presidente, lamentamos que o Senador Ramez Tebet, nos últimos dias de vida, tenha presenciado no cenário político fatos e acontecimentos que macularam a vida institucional do País. Ele se fez presente

nas discussões, mostrou sua indignação, reivindicou providências, exigiu postura ética, cobrou punição para os corruptos e bandidos.

Posso dizer que o Senador Ramez Tebet sonhava com o Brasil passado a limpo, mais solidário, mais comprometido com os ideais do direito, da justiça, da democracia e da cidadania.

Manifesto meus sentimentos aos familiares do Senador Ramez Tebet e rogo ao Senhor Deus que lhe conceda o descanso eterno, fazendo com que sempre brilhe sobre ele a vossa luz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Senador Papaléo Paes, todos nós sentimos um vazio aqui, no plenário, nos corredores, nas salas de Comissão, na biblioteca, no restaurante e na tribuna: Ramez Tebet.

Senador Hélio Costa, os desígnios de Deus são insondáveis e misteriosos. Deus, que pode tudo e sabe tudo, levou o nosso Ramez Tebet. Senador Hélio Costa, a história serve para nos guiar. V. Ex<sup>a</sup> que veio lá do sacrifício da Independência, o Tiradentes, o Paim dos Lanceiros Negros – sacrifício, e morte – o Senador Ramez Tebet, Rui Barbosa, da Bahia. Fico pensando que Deus é que sabe tudo. Ele deu a grande oportunidade a este Brasil, no momento mais difícil do Brasil, em que pesquisas apontam que somente 5%, Senador Renan Calheiros, acreditam nos políticos. Eu vi essa pesquisa. São 30% que acreditam na Justiça; justiça que é de Deus. Moisés recebeu de Deus a Lei. De Cristo, “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Ministro da Comunicação, Ele não tinha esses órgãos, tinha de ir à montanha bradar.

Somente 30%. Nesse momento, Rui Barbosa, que está ali, disse: “Vai chegar o dia, de tanto ver a nulidade chegar ao poder, campear a corrupção, rir-se das honras, em que teremos vergonha de ser honestos”. Chegou. Foi nesse instante que Deus, que escreve por linhas tortas, tirou Ramez Tebet.

É, Brasil, aprendam! Pode-se ser político com dignidade. Pode-se ser político com vergonha. Pode-se ser político com honestidade.

Pode-se ser um santo na política. É o caso de Ramez Tebet. E eu falo com emoção mesmo.

Presidente Renan, esta gravata que estou usando foi um presente de Ramez Tebet. E quero dizer o seguinte: tanto é verdade que todos nós temos nossa luta. Eu publiquei um livro, Senador Heráclito Fortes, “Mão Santa, o Piauí no Senado”. Nós, orgulhosos do Piauí. Senador Renan, eu busquei para fazer o prefácio Ramez Tebet.

Em um outro pronunciamento, Senador Antonio Carlos Magalhães, essa tribuna aí era aquela. Eu vim aqui para ficar olhando. Ele está ali, ele está na nossa mente. E eu me lembro de que ele apartava alguém e dizia: “Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> aqui tem um admirador, um colega seu que uma vez esteve no seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> era Governador e foi o suficiente para eu conhecer a sua capacidade e o seu dinamismo. V. Ex<sup>a</sup> ocupa hoje essa tribuna para defender; V. Ex<sup>a</sup> não está atacando. V. Ex<sup>a</sup> está defendendo aquilo que entende ser justo, principalmente para o seu Estado e para a região que representa”.

Mas todos tivemos a solidariedade.

Antonio Carlos Magalhães, de repente, esse homem político, hoje santo, porque, se ele não foi para o céu, não quero nem acreditar, porque nenhum de nós irá. Então, Senador Valdir Raupp, ele foi ao Piauí quando Ministro e concluiu conosco um dos muitos açudes e nos ajudou em Salinas, em São Francisco do Piauí.

Penso que, inspirado por Deus, Senador Magno Malta, conferi a Ramez Tebet a maior comenda do Estado do Piauí, traduzindo o respeito, a gratidão e a confiança do povo piauiense naquele político, político de vergonha – a Grã-Cruz da Ordem da Renascença. Ele muitas vezes me encontrava, Senador Renan, e dizia que foi a maior homenagem que ele recebera e no meio do povo, e o povo era encantado com ele. Mas o destino é assim, Senador Renan. Lá, naquela praia, em que nos momentos difíceis V. Ex<sup>a</sup> também vai descansar, no litoral do Piauí. Política é como o mar: enche e seca.

Vi o Senador Renan, numa maré seca, buscando forças nas águas verdes e olhando as brancas dunas, tostado pelo sol valente e o vento das praias piauienses. Ramez Tebet foi ao Piauí. Eu estava em uma dessas viagens e não pude recebê-lo. Aliás, ele foi ministrar um curso de Direito. Eu orientei e sugeri o nome. O meu irmão, Deputado Federal, e a minha família o receberam, Senador Renan.

Maguito, V. Ex<sup>a</sup> é orgulhoso pela sua pequena cidade, pois Juscelino nela se inspirou para construir Brasília. Foi o cunhado do Maguito, o Toninho, que fez a pergunta a Juscelino. Pois, Marco Maciel, Getúlio Vargas, em 1950, em agosto, foi a Parnaíba. Eu o vi, Paim – V. Ex<sup>a</sup> é gaúcho –, discursar na praça Nossa Senhora das Graças. Gregório Fortunato, de branco, e os seus, na sua guarda, e ele foi almoçar na casa de um tio meu, Prefeito do PTB, o médico João Orlando de Moraes Correa. Eu tinha oito anos; ele, com charuto, roupa branca. E sei que meu tio botou na porta da Casa uma placa: “Aqui, hospedou-se, em agosto de 50, Getúlio Vargas”, que deixou o mundo em 1954.

Ô, Raupp, Ramez Tebet foi ao Piauí, e minha família o recepcionou, meu irmão, Deputado Federal, minhas irmãs. Eu estava fora do País. Marco Maciel, tenho uma casinha na praia; o litoral do Piauí é o menor, com 66 quilômetros: é bem no meio, no Coqueiro. Atentai bem! E Ramez Tebet depois me contou com as fotos. Ele ficou hospedado na minha casa; acho que foi bem melhor, porque ele recebeu o calor das minhas irmãs, da minha família.

Sou o pior, eles são melhores.

Paulo Paim, vou voltar com Adalgisa a essa casa, para colocar as fotos, como meu tio, orgulhoso de ter hospedado Getúlio Vargas. Vou colocar lá, Heráclito Fortes: “Nesta casa, hospedou-se o maior político contemporâneo, ele e sua família.”

Então, Ramez Tebet é isso tudo. Também, como V. Ex<sup>as</sup>, tenho uma revista. Ramez Tebet está na minha revista. Ele diz assim: “Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> aqui tem um admirador, colega [...]” Está lá na revista, em letras grandes, porque ele era grandioso:

Caminhei com o Senador Mão Santa por Teresina, e posso testemunhar: raras vezes vi um político tão à vontade em meio ao seu povo. O entendimento que une o cidadão Francisco de Assis Moraes Sousa e os seus co-estaduanos é tão manifesto e completo que ultrapassa as motivações puramente políticas para encontrar sua verdadeira fonte naquelas regiões mais profundas da alma popular, ali onde se plasma o carisma que é a marca dos verdadeiros líderes. Por isso, os piauienses o conduziram por duas vezes ao governo do Estado, e por isso o escolheram como seu representante no Senado da República.

Aqui vão as nossas palavras de solidariedade à esposa, Fairte Nassar Tebet; à sua filha Simone, Prefeita de Três Lagoas; à outra filha, médica, que o deixava tão orgulhoso; e aos filhos gêmeos.

Termino, dizendo, Senador Renan Calheiros, que, na véspera, Pedro Simon telefonou para ele e falou bem baixinho: “Mão Santa está do lado.” Pedro Simon, o mais brilhante orador desta Pátria, depois veio

ao plenário e superou-se, ao fazer orações, quando a sessão era presidida por Paulo Paim.

Deus é que sabe. Deus viu e quis chamar a atenção do Brasil para o fato de que nem tudo está perdido, de que nem tudo é malandragem, corrupção, mensalões, sanguessugas, prostitutos da política. Ele quis chamar a atenção do País.

Então, agradeço a Deus ter tido essa convivência e tê-lo como mestre; ele nos inspirava e orientava. Paulo Paim, numa das últimas reuniões... Renan, no nosso PMDB, “tem e não tem”, eu o levava até os salões da Câmara Federal, e ele dizia: Mão Santa, vamos devagar, porque eu não posso.

Magno Malta, um quadro vale por dez mil palavras. Todos sabem da intimidade que tinha com ele. Temos o direito de escolher nossos líderes. Eu o escolhi. E um dia testemunhei sua grandeza. Sei que muitos foram os Presidentes do Senado Federal – e o nosso atual Presidente é brilhante, extraordinário, o Presidente Renan Calheiros –, mas quero falar sobre um fato: eu estava num elevador, e os funcionários desta Casa vieram, Renan, dizer que queriam homenagear o Senador Ramez Tebet, que estava em dificuldades com a doença. Os funcionários vieram pedir-me que o apoiasse, que o acompanhasse e que recebesse essa homenagem. Eles disseram, Renan Calheiros – esta é medalha maior do que a que demos no Piauí, Heráclito, a Grã Cruz da Ordem da Renascença –: ele foi o melhor Presidente, com todo respeito. Ouvi os testemunhos, em verdade, da história desta Casa.

Então, aqui estamos. Deus o colocou num farol de dignidade. O Senado não perde, engrandece. O Senado não perdeu, quando morreu Rui Barbosa: engrandeceu-se. Engrandeceu-se, porque agora temos mais um exemplo de grandeza.

Nossas palavras finais são: Deus, receba o Senador Ramez Tebet.

Sem dúvida nenhuma, ficará sua vida, sua luta e, com a ajuda de Deus, nosso desejo de acertar e nosso amor pelo Brasil. Agora, com o exemplo de Ramez Tebet, vamos levar essa pátria a um destino melhor, sempre, cada dia vivido e sonhado por Ramez Tebet.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Por permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, inicialmente agrade-

ço a gentileza do Senador Antonio Carlos Magalhães de fazer a permuta.

Gostaria de falar em nome de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Antes de iniciar a sessão, o Senador Suplicy, por telefone – S. Ex<sup>a</sup> teve problemas com o vô e não conseguiu chegar a tempo –, e a Senadora Serys Slhessarenko, que está deslocando-se para o Estado, pediram que eu me manifestasse em nome de todos os Senadores e Senadoras do PT que aqui não podem estar. Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim usará da palavra também.

Nestes quase quatro anos de convivência com o Senador Ramez Tebet, tive a oportunidade de conhecê-lo, talvez não na sua grandiosidade, porque o Senador Ramez Tebet teve uma história política muito digna. Serviu seu povo e o nosso País em quase todos os cargos públicos de relevância. De acordo com a lista que tenho à mão, só não foi Vereador e Deputado Federal. Foi Prefeito, Deputado Estadual, Vice-Governador, Governador, Ministro de Estado, Senador da República e Presidente do Senado Federal. Por sua experiência acumulada, realmente tinha sempre muito a nos ensinar.

Durante o período em que convivemos, eu brincava muito com ele. Quero reproduzir como eu, ousadamente, costumava chamá-lo: Senador “Tebete”. Em vez de chamá-lo de Senador Ramez Tebet, chamava-o de “Tebete”, na brincadeira, pela cordialidade que ele sempre demonstrou em suas atividades e no trato, aqui, no Senado Federal.

O Senador Ramez Tebet era um orador às antigas, do verbo empolgado. Quando vinha à tribuna, dava gosto ouvi-lo, porque ele tinha uma oratória toda especial e falava em um tom diferente, sempre com muita empolgação. Diferentemente de outros, apesar de ser muito firme, muito convicto, nunca ultrapassava o limite da cordialidade. Ele sempre tinha um discurso que, com toda a convicção e a segurança, nunca deslizava para a ofensiva e a agressividade, e isso era digno de muito respeito. Por isso, acho que todos, quando subirem à tribuna para homenageá-lo, irão fazê-lo, tenho certeza, com a mesma emoção que sinto aqui, pela convivência e pelos ensinamentos que o Senador Ramez Tebet propiciou a todos nós.

Mais do que um político do Centro-Oeste, do Mato Grosso, depois partilhado em Mato Grosso do Sul, que ele representava tão bem aqui, era um político do centro, que atraía para o centro, atraía para o somatório e para a conciliação. Então, essa é uma outra característica muito relevante do Senador Ramez Tebet.

Além de toda a vida política, a experiência e a firmeza que ele demonstrou – não tive oportunidade de conviver aqui nessa época, mas os relatos são mui-



to seguros do que ele propiciou aqui na Presidência do Senado, ao buscar condições de andamento aos trabalhos da Casa logo em seguida a uma das graves crises que o Senado sofreu na Legislatura anterior –, foi exatamente o Senador Ramez Tebet que teve essa capacidade de dar andamento, com o seu jeito cordial, conciliador e firme.

Senador e Ministro Hélio Costa, ao final do seu período da vida política e da sua atuação aqui, no Senado, ele ainda deu uma lição de vida, porque fez questão absoluta de enfrentar até o último momento a doença com a qual brigava há muitos anos. Era visível a batalha quase perdida frente à doença, mas ele não deixava de estar aqui. Enfrentou até o último esforço físico, inclusive sobre-humano. Muitas vezes, olhávamos para o Senador Ramez Tebet e perguntávamos: como ele está aqui? Como consegue estar aqui? E ele estava. Talvez essa tenha sido uma das suas últimas grandes lições, de uma pessoa imbuída e convencida de que tem um papel tão importante a desempenhar, que nem uma doença tão grave, tão dolorida e sofrida como a que enfrentou o tirou do combate, da trincheira.

Por isso, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero expressar o nosso mais profundo pesar e transmitir nossas condolências a todos os familiares, aos parentes, aos amigos, aos correligionários, a todo o PMDB, aos que ele aqui representava, os cidadãos de Mato Grosso do Sul, e ao Brasil como um todo, pela perda desse homem tão importante, que eu brincava de chamar de “Tebete”, mas que, indiscutivelmente, era um grande patriota, um grande brasileiro e um grande Senador da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, prezado Ministro Hélio Costa, que nos honra com a sua presença; Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> já nos representou a todos no falecimento e no enterro do nosso colega Ramez Tebet.

Enquanto há vida, há esperança. Por isso, nós todos admirávamos o seu esforço e a sua luta para sobreviver. Talvez poucos tenham feito tanto para atuar, para demonstrar que estava vivo, para demonstrar que estava honrando o seu Estado, que estava defendendo os seus princípios, como o Senador Ramez Tebet.

Falo, sim, com a autoridade de quem com ele teve muitas divergências. Não foram poucas; foram muitas. Contudo, falo também com a tranquilidade de quem

por ele foi reconhecido, nesta Legislatura, de maneira altamente generosa – talvez entre todos os colegas fosse o mais generoso em relação a qualificar-me.

Daí porque nós confiávamos, tanto eu quanto V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, na figura do seu correligionário Ramez Tebet. Nesse período da Legislatura, ou melhor, neste mandato que ele conquistou e honrou agora, sempre teve uma posição firme, correta e, sobretudo, digna de um representante do povo brasileiro.

Não era dos maiores opositores ao Governo, mas era muito firme em sua posição contra o Governo. Eu diria não contra o Governo; contra atos do Governo. Lutava conosco, por exemplo, para que terminassem as medidas provisórias. Sempre estava com as oposições em determinadas causas. Sempre estava com o seu Partido, fiel à sua própria consciência, que é, sem dúvida, de todos nós, o ponto maior do político.

O político tem deveres com o seu Partido, o político tem deveres com o seu povo, mas nenhum dever maior do que com a sua consciência. E ele, nessa fase do seu mandato, estava consciente de que o Brasil teria de melhorar, teria de passar por novos métodos, e lutou por isso.

Não quero, nesta hora, politizar a figura de Ramez Tebet, porque quando a polêmica entra no homem público ele não se torna tão grande quanto na realidade é. Mas o esforço de Ramez Tebet lutando pela vida para poder atender aos anseios do seu povo merece que nós o exaltemos nesta hora como uma das grandes figuras desta legislatura.

Exerceu vários postos em seu Estado e na área nacional. Mas o que mais comovia a mim, como político, era a sua fidelidade ao Município natal, a Três Lagoas. Em tudo que fazia nesta Casa, ele via o seu Município. E é muito bom quando se olha para o Município, para o seu Estado e quando se coloca, acima de tudo, o amor à terra natal.

Por isso, quando todos aqui... E há uma unanimidade nesta hora. Costuma-se sempre ter boa vontade com aqueles que se vão. Mas, no caso de Ramez Tebet, há uma unanimidade nesta Casa, pela força que ele fez para sobreviver dentro dos princípios da lealdade, da correção e da dignidade.

Por isso, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido um grande intérprete do pensamento desta Casa, nos representou a todos, levando o nosso adeus, a nossa despedida, a esse homem público que nós tanto queríamos.

Mais uma vez, Presidente Renan, V. Ex<sup>a</sup> significou o autêntico Presidente de todos, sem exceção de um só dos Senadores brasileiros.

Quero, neste instante, portanto, trazer a minha homenagem pessoal. Já agora, passadas as divergên-



cias, havia uma amizade muito íntima entre nós. E ele foi tão generoso em suas qualificações em relação à minha atuação, que eu não posso deixar de transmitir, neste instante, também em nome do meu Estado, da minha Bahia, que eu tanto amo, como ele amava o seu Mato Grosso e Três Lagoas, o pesar de todo o Brasil pelo seu passamento, pela lacuna que vai deixar nesta Casa, em virtude da sua atuação, sobretudo no final da sua vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti, ao Senador Marco Maciel.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida, peço igualmente a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, falará V. EX<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Sr. Senadores, junto-me ao sentimento desta Casa – e creio que de todo o País – pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, nosso colega e amigo.

Tive a ventura de conhecê-lo há cerca de vinte anos, eu então Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, na gestão do Presidente José Sarney, e ele se preparando para assumir as funções de Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, visto que o seu titular, o Senador Wilson Martins, se afastara para concorrer ao Senado Federal.

Aliás, é bom salientar que, por ocasião das eleições que antecederam a eleição do Governador Wilson Martins, o Senador Ramez Tebet pretendia se candidatar a Deputado Federal. Na composição política, seu nome surgiu como candidato a vice-Governador. Ele abriu mão dessa postulação à Câmara Federal e, ao final, tornou-se Governador do Estado, tendo a oportunidade de dirigir uma das novas Unidades da federação brasileira, o Mato Grosso do Sul, como todos sabemos, que se desmembrou do Estado do Mato Grosso, que era o segundo maior em extensão territorial do País.

Eu era Presidente da Câmara dos Deputados quando ocorreu o desmembramento de Mato Grosso do Sul do Estado de Mato Grosso. A partir daí, come-

cei a acompanhar, obviamente, a política que surgia no novo Estado.

E faço uma observação que julgo pertinente.

Logo depois tomei conhecimento de que um insidioso câncer o afetava, câncer que o vitimou 20 anos depois. Tive oportunidade de conversar com ele naquela ocasião, sobretudo quando começou seu primeiro tratamento, no Hospital das Clínicas, se não estou equivocado, no Estado de São Paulo.

Tiro da vida de Ramez Tebet é a lição da resignação e da coragem. Aceitou o que era impossível deixar de acontecer. Essa frase não é minha, é de Shakespeare. Ele aceitou o que era impossível deixar de acontecer: conviver com um tumor maligno, que afetou seus últimos anos de vida. E, apesar disso, soube conviver com a adversidade. Nem todo mundo reage com resignação a tão cruel sofrimento, e ele foi, como poucos, uma pessoa que lutou. Em momento nenhum a doença o abateu.

Foi perseverante, determinado, poderia dizer até otimista na medida em que não deixou que a doença limitasse seus gestos e seus atos. Ele seguiu, talvez, as pegadas de Gonçalves Dias: “Lutar é viver; a vida é um combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”.

Não vi pessoa com tanta provisão de energia interior quanto Ramez Tebet durante todo esse período. Ele não somente escondia a doença, mais do que isso, todo dia ele trazia uma renovada vontade de viver e, sobretudo, de fazer algo que caracterizou a sua vida: lutar por sua terra, lutar por sua gente e, por que não dizer, pelo País.

Senador por dois mandatos, mas antes fora advogado, promotor público e Prefeito de sua terra natal, Três Lagoas, Município agora governado por sua filha, Simone. Também foi Vice-Governador. Nos dois mandatos no Senado Federal presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos e integrou as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Infra-Estrutura e Educação; foi Relator da CPI do Sivam – acompanhei isso de perto como Vice-Presidente da República –, foi Relator também da CPI do Judiciário e da Mineração; e Relator do Orçamento da União. Foi Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Se eu pudesse listar três qualidades de Ramez Tebet entre as muitas que ele possuía, gostaria de destacar três: em primeiro lugar, seu espírito público. Ele era essencialmente um homem público, isto é, aquele que fazia da sua atividade ciência, virtude e arte do bem comum. Porque vida pública é servir e não se servir. E ele era uma pessoa totalmente dedicada à causa que abraçara.

Poderia mencionar muitos exemplos do seu espírito público, mas um deles eu retiro de um discurso que fez tão logo retornou do exercício das funções de Ministro da Integração Nacional no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ao voltar ao Senado, ele diz o seguinte: *“Recentemente, fui Ministro da Integração Nacional, por pouco tempo, é verdade, mas tempo suficiente para robustecer a reflexão sobre a imensidão do nosso País, sobre as suas diferenças e desigualdades, sobre sua multiplicidade e diversidade e sobre o imenso desafio que nós, políticos, temos: o de diminuir as distâncias entre os brasileiros. Distâncias que não se medem apenas em quilômetros, mas que só se podem mensurar olhando fundo as feridas que se abriram em séculos de injustiças sociais e econômicas, e que nós, a muito custo estamos enfrentando”*.

Outra característica dele, além dessa sua dedicação integral à vida pública, fazendo da política uma permanente ação missionária, era a de um conciliador. Tinha um temperamento ameno, convivia bem com todos e cada um. Era um homem extremamente educado e, em todos os instantes de sua vida, sempre procurava trazer a sua porção, sua disponibilidade e espírito de mediação para resolver problemas dentro da Casa e fora dela.

“É mais do que a hora de trocarmos a intolerância pela harmonia. E mais agora, temos também necessidade de trocarmos as inócuas disputas pessoais pelo entendimento, pela solidariedade e pela fraternidade. Isso não é apenas essencial para o Senado da República, é essencial para o Brasil”.

Extraio essa frase de seu discurso de posse na Presidência do Senado Federal, num momento difícil em que vivia esta Casa. E a sua mensagem foi, sobretudo, uma mensagem da conciliação e do entendimento voltados para o País e suas instituições. Enfim, reconhece que ao político não deve faltar ao lado das suas qualidades cívicas também essa função de articulador, de busca do entendimento.

E o Brasil, ao longo de sua história, oferece ricos exemplos que marcaram também a personalidade de Ramez Tebet. O Brasil resolveu suas grandes crises, a maioria delas certamente por meio da conciliação. Isso no Império, por exemplo, no Gabinete do Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão; quer na República. E o último exemplo que podemos inclusive brandir, levantar foi justamente o compromisso com a Nação, que tornou possível a eleição da chapa Tancredo Neves – José Sarney, concluindo, assim, o processo de transição para a democracia com a Constituição de 1988.

A terceira qualidade de Ramez Tebet que desejo aqui destacar dentre as muitas que poderíamos mencionar, sem contar com outras tantas que já foram há pouco lembradas, foi o telurismo, ou seja, o amor à terra. Houve um político mineiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal e depois se tornou regressista – e o Império foi um período pendular entre os liberais e os conservadores, entre os “Luzias e saquaremas” –, disse, certa feita, que a Pátria começa no solo em que se nasce. Com isso, ele queria expressar que o político, por mais universal que seja a sua vocação, é sempre um ente provinciano, sempre tem, conseqüentemente, uma grande carga de apego a terra, enfim, o homem é o animal que tem raízes e ainda que ele alce vôos para outros postes e para outras regiões, ele delas não consegue se desvencilhar.

Ramez Tebet foi o tempo todo esse ser telúrico. E ser telúrico não quer dizer ser uma pessoa meramente provinciana. Não! O telúrico tem o seu apego à terra, mas consegue ter uma visão universal. Por sua vez, ser universal não quer dizer cosmopolita. O universal é aquele que tem uma visão abrangente não-somente de sua terra, do seu estado e de seu país, mas uma visão do mundo e de sua circunstância. Ramez Tebet era justamente essa pessoa teluricamente apegada à sua gleba. Daí porque ele menciona que uma das maiores alegrias na sua vida foi a oportunidade de governar Três Lagoas, terra em que nasceu e, conseqüentemente, sua pátria natal. E diria que ele não se esqueceu de sua terra. Em seu último ou penúltimo discurso, ele se refere a Três Lagoas. Este é um discurso de outubro deste ano:

“Sr. Presidente, aqui está um representante de Três Lagoas, talvez o mais antigo. Se não o mais antigo, o mais caloroso defensor de Três Lagoas e de Mato Grosso do Sul, troféu que não entrego a ninguém. Troféu que ostento com muito júbilo e muita satisfação. Lá estamos de portas abertas”.

E mais adiante:

“Sr. Presidente, é interessante como vale a pena sonhar. Permita-me uma digressão que pode ser – e é mesmo – sentimental, que parte do fundo do meu coração. Fui prefeito da cidade em 1975. Em meu discurso de posse, ocasião em que se iniciava o plantio, atualmente um dos maiores, senão o maior, de maciço florestal do Brasil, afirmei que a minha cidade do querido Estado do Mato Grosso, estava fadada a ter a maior fábrica de celulose do mundo! E isso agora está acontecendo”.

Por aí se vê que ele não esquecia sua comunidade, não esquecia sua querida Três Lagoas.

Aliás, os grandes homens públicos são entes telúricos. Poderia mencionar um conterrâneo meu, Joaquim Nabuco, que, em Pernambuco, recolheu as lições que o levaram à única causa: a luta pela abolição do trabalho escravo.

Nabuco perdeu a mãe muito cedo e foi criado por sua madrinha Ana Rosa, em um engenho de açúcar. Vendo a situação do escravo, fez da luta pela abolição a sua única causa. Ele era político de uma única causa. Retirara essa convicção no momento em que viu que não haveria outro caminho para construir um país verdadeiramente justo e desenvolvido a não ser tornando possível que nos livrássemos da chaga da escravidão. E dedicou praticamente toda uma vida a esse mister.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a ocasião para dizer que Ramez Tebet era um excelente pai de família. Casado com D. Fairte, tinha duas filhas e dois filhos. Simone, advogada, é Prefeita de Três Lagoas, onde vem realizando um excelente trabalho. Há cerca de um ano, procurei saber notícias das atividades dela e recolhi depoimentos muito positivos, o que confirma a vocação que herdou do pai. É comum que os filhos herdem traços de caráter do pai, mas nem sempre é comum herdarem a vocação, no caso para a política.

Devo estender, portanto, o meu sentimento de pesar não somente a D. Fairte, a viúva, à Prefeita Simone, à médica Eduarda, ao professor Rodrigo, ao advogado Ramez Tebet, e a toda a comunidade de Três Lagoas, ao Estado de Mato Grosso do Sul e a todas as instituições a que ele teve oportunidade de pertencer.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, desejo afirmar que certamente Ramez Tebet está em bom lugar. Viveu sete décadas. A vida não se mede por sua duração, pelo passar dos tempos, não se mede simplesmente por ser mais ou menos extensa. Mais importante do que a extensão da vida é certamente aquilo que se realiza em favor do seu povo, de sua gente. A vida não se mede pelo quanto se viveu, mas por como se viveu. Ramez Tebet deixa um bom exemplo, enriquece a história do Senado, do seu Estado, Mato Grosso do Sul, e da sua querida cidade de Três Lagoas.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Senador Marco Maciel, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo-lhe por me ceder seu tempo, permitindo-me falar neste instante.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Todas as atenções que porventura possa ter para

com V. Ex<sup>a</sup> é muito pouco, dada trajetória da nossa amizade.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Na verdade, faço minhas as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e quero reforçar o aspecto final do discurso de V. Ex<sup>a</sup> sobre o valor do tempo. O tempo realmente é um conceito muito relativo. Não tive o privilégio que V. Ex<sup>a</sup> teve de conviver por mais de 20 anos com Ramez Tebet. Estou há poucos meses nesta Casa, mas a medida de tempo é relativa, pois em pouco tempo aprendi muito com Ramez Tebet. Na nossa terra, em Pernambuco, na Paraíba, as pessoas são avaliadas pela sua trajetória e pela coragem que têm no decorrer de suas vidas. Não se escolhe inimigos, eles chegam. E a medida, a dimensão do inimigo mostra a coragem: quanto maior o inimigo, maior a coragem das pessoas que resistem a ele, que se opõem a essa barreira. O nosso saudoso Ramez Tebet teve como inimigo uma doença fatal, mas deu a todos nós um exemplo de resistência à adversidade; uma adversidade que ele sabia que iria ter uma tremenda dificuldade de suplantar, mas ele nos enriqueceu a todos nós com seu exemplo de coragem. E eu, como pernambucano e como paraibano, guardo para mim, como lição de vida, essa capacidade de resistência.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Roberto Cavalcanti, citou um dado importante, também ressaltado por outros Colegas, o exemplo que ele nos deixou: como enfrentar a adversidade, como viver com uma doença extremamente grave e como conseguir, sem prejuízo do tratamento a que tinha de se submeter, continuar trabalhando pelo seu povo.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando uma figura que ainda hoje está muito presente no imaginário do povo argentino: Evita Perón. Ela também conviveu anos com um câncer e conseguiu forças suficientes para enfrentar a adversidade. É dela uma concisa frase que talvez se aplique a Ramez Tebet: “*Prefiro morrer de dor a morrer de tristeza*”.

Posso dizer que Ramez Tebet pode ter sofrido muito, mas não morreu triste, porque realizou seu sonho: dedicar-se a sua cidade, ao seu Estado e a sua gente. Foi intemorato, não se deixou abater com a doença e, em que pesem todas as carências e limitações físicas, com determinação continuou a exercer, de maneira proba e digna, seu mandato de Senador da República. Portanto, nosso sentimento de pesar.

Sei quanto vamos sentir falta de Ramez Tebet nesta Casa. Certamente, seu testemunho de vida há de nos inspirar, porque o exemplo é mais forte do que a palavra. O seu exemplo vai continuar a presidir as

nossas ações. A vida, disse Jô, é um sopro. A vida é um espaço muito veloz de qualquer existência, mas tem a força do exemplo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Antes, com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio, gostaria de convidar para compor a Mesa o Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações, presente a esta sessão.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é um belo gesto do Ministro Hélio Costa comparecer a esta homenagem ao imortal, ao inesquecível Senador Ramez Tebet, que se arrastou numa agonia que só provou a sua resistência e, eu diria, até o seu heroísmo.

Vitimado pelo câncer há mais de vinte anos, obteve ele a mais digna das sobrevidas. Na penúltima crise, a que não foi fatal, fui visitá-lo no leito hospitalar e achei estranho porque sua dedicadíssima esposa, a querida D. Fairte, me disse: “Olha, Arthur, você vai encontrar o Ramez bem. O Ramez esteve muito mal, mas agora ele está levantando. O médico disse que agora há esperanças”. Eu perguntei se era mesmo possível vê-lo e ela respondeu que sim. Cheguei lá, ao pé do leito do querido Ramez, e o vi morto. Pensei que o médico teria meramente dado uma ilusão a sua esposa: entubado, falando muito expressivamente com os olhos. Pensei: o Ramez não tem a menor possibilidade de sair daqui. Era o que eu julgava, como leigo, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> que é um grande médico. Saí dali muito triste e disse para minha esposa, que me esperava: “O Ramez não sai dessa. Lamento muito!”. Pois saiu. A melhora progressiva se manifestou, e o Ramez saiu, sim, daquela crise.

Depois veio essa outra recidiva. E aí, sim, eu percebia, meu prezado Senador Lindberg Cury, mesmo sem o Ramez estar no leito, sem estar com aquela figura assustadora que a mim ele demonstrou no dia em que fui visitá-lo – e a mim me chocou vê-lo naquele estado –, eu percebia, no convívio diário aqui no Senado, que o Ramez vivia seus últimos dias. Ele estava andando, estava discursando. Vez por outra, o Ramez perdia o fôlego nesta tribuna. E eu soube que o Ramez, muitas vezes, descia do aeroporto, vindo do hospital, para o Senado, para discursar, para participar, como luminar das letras jurídicas, da ciência jurídica que era, das reuniões da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania. O Ramez cumpriu com seu dever de homem público até o final.

Eu diria que defini-lo é tarefa fácil e ao mesmo tempo complexa. Eu não estou querendo estabelecer uma contradição entre o fácil e o complexo neste momento, até porque pode ser fácil se procurar descrever a personalidade de um homem complexo como era Ramez Tebet.

Um homem bom, incapaz da mentira, verdadeiro, transparente. Suas posições eram muito conhecidas. Eu, por exemplo, chegava a ele e dizia: “Ramez, posso contar com você nesta empreitada?” Ele dizia: “Não pode, porque assumi compromisso com tal idéia”. Ou dizia: “Pode contar”. E não existia essa história de assina aqui ou acolá; bastava a palavra de um homem de bem. Todos sabiam que Ramez Tebet era, sobretudo, um homem de bem.

Era um homem de enorme coragem pessoal. Vou me recordar de um episódio. Eu era Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, havia uma sessão do Congresso e um grupo de Deputados que momentaneamente saíram do seu juízo mais perfeito resolveram que Ramez Tebet não ia assumir plenamente a Presidência do Congresso Nacional. Ramez Tebet substituíra o Sr. Jader Barbalho, na crise que motivara a renúncia do Senador paraense. E fizeram um tumulto tão terrível, tão desqualificante, que a sessão, de fato, teve de ser interrompida – e foi interrompida pela decisão firme do Presidente Ramez –, e ficamos, então, ele, eu e mais uns poucos. Havia uma verdadeira turba no plenário da Câmara e eu disse ao Ramez que ia sair com ele, por onde ele quisesse. Ele me disse: “Arthur, vamos sair pela frente. Foi por onde entramos. Vamos sair pela frente, pelo meio dos que estão tão agitados”. E saímos pela frente.

Percebi o choque entre a coragem verdadeira, aquela coragem serena do homem que não precisa da bravata, e aquela coragem que vem da exacerbação, aquela coragem que não é de um só, aquela coragem de muitos, aquela coragem que, na medida em que Ramez se aproximava, cada um ia se desarmando, e ele ia passando, altaneiro. E aquilo quase resultou em cassação do mandato de um Deputado que exagerou e de um outro que apareceu fazendo um gesto absolutamente “incondizente” com a respeitabilidade, que era a respeitabilidade que todos tínhamos que reconhecer em Ramez Tebet. Saiu na primeira página da **Folha de S. Paulo**. Ele perdoou, disse: “Não quero cassar o mandato de ninguém. Mas é impossível não me permitirem presidir com energia o Congresso Nacional”.

Marcou-se uma sessão para dali a um ou dois dias, e o Ramez Tebet foi à sessão. Fez um discurso longo, disse o que quis, passou uma reprimenda nos



exaltados. Os exaltados simplesmente o acataram e o ouviram em silêncio. Foram repreendidos mesmo, tiveram as suas orelhas puxadas por Ramez Tebet. E, naquele momento, ele se sagrou um dos grandes, um dos maiores Presidentes que este Congresso Nacional já conheceu.

Foi o momento da sua coragem cívica. E essa ocorre a uns tantos, mas conjugada com algo que sua aparência franzina talvez não pudesse sugerir: a coragem física, que ocorre a outros tantos. E é muito comum nós dizermos assim: “O fulano é um homem dotado de muita coragem física”. Ora, se ele é lutador de boxe, isso é ótimo para ele. Se ele é um homem público, é insuficiente. Se ele tem coragem cívica e é um lutador de boxe, também pouco lhe adianta essa qualidade, porque ele não ganha luta de boxe com civismo. Agora, a junção da coragem cívica com a coragem física fazia de Ramez Tebet um homem perfeito, um homem capaz de se defender e de defender os seus princípios com toda a coragem que ele demonstrou naquele momento da crise da sua assunção na Presidência do Congresso Nacional.

Eu, portanto, tinha muito orgulho, Sr. Presidente, da amizade pessoal que ele me dedicava e da amizade enorme que eu dedicava a ele.

Senador Marco Maciel, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Líder, Senador Arthur Virgílio, cumprimento-o pelo discurso que profere sobre o Senador Ramez Tebet. Como V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção para a capacidade de luta que tinha Ramez Tebet – capacidade de lutar contra a doença e de lutar também politicamente pelo País e pelas suas instituições –, eu gostaria de lembrar um episódio semelhante ao que V. Ex<sup>a</sup> narrou sobre Ramez Tebet. Certa feita, eu tive oportunidade de visitá-lo no hospital – ele estava no Hospital Albert Einstein. Fui em companhia do então Vice-Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo. Ele se encontrava na UTI. Conversei com os familiares, e eles me disseram: “Talvez ele possa recebê-los”. E ele terminou nos recebendo. O que me impressionou foi que, além das limitações a que estava submetido na UTI, ele fez questão de puxar conversa sobre problemas de interesse nacional, inclusive sobre o processo de retomada das eleições diretas para Governador. Lembrou o período em que São Paulo, por intermédio de Franco Montoro, liderou o movimento nessa direção. Ao final do encontro, ele chegou a pedir ao Vice-Governador Cláudio Lembo, uma cópia de uma reunião que ocorrera em São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, alusiva à questão das eleições diretas. Na verdade, tratava-se da reunião dos Governadores de oposição ao Governo Federal – entre eles, estava o Governador Franco

Montoro. Ele gostaria de ter uma cópia da reunião porque participara da mesma e, buscando nos seus arquivos o referido texto, não o encontrou. Com isso, em que pese ele estar internado, sofrendo, dispunha de reservas de energias para continuar pensando no País e em seu povo. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Presidente Marco Maciel, recebi um telefonema que a mim me pareceu muito estranho, inusitado mesmo, do Senador Ramez Tebet. Eu estava em casa, e o Ramez pedia notícias. Falava em um tom de tamanha coragem e de tamanha conformação que, até pelo que ele dizia e pelo que dava a entender no que não dizia, ele estava se despedindo de mim. Ele falava da gravidade da sua doença, da luta, que era muito dura, que não queria perder as esperanças, mas que era uma luta muito dura, muito difícil – repetia enfaticamente que era uma luta muito difícil –, mas eu percebia a serenidade e a coragem com que ele enfrentava um fenômeno da vida, que é a morte; um fenômeno da vida que, sem dúvida alguma, em algum momento a própria vida desemboca na sua culminância, que é a morte.

Nesse momento, entram todas as teorias religiosas: se existe vida além da vida, ou não; se existe, a morte é uma conquista; se não existe, a morte seria um fim lamentável. O fato é que percebo que, na nossa própria tradição religiosa, na religião predominante do País, na minha religião, a católica, não nos é passada uma convicção tão clara a respeito. Ela nos dá uma certa compreensão teórica de que há vida melhor, a vida eterna, mas ela não nos passa, na prática, a idéia de que isso seria uma conquista, ou não haveria tanta dor na perda dos nossos entes queridos. Os judeus fazem um grande banquete, um sábado depois, para comemorar essa conquista. Percebemos como os muçulmanos encaram a morte de outro jeito, como os guerreiros xavantes encaram a morte, desde que em luta, desde que em guerra. E nós, que sentimos de maneira comovida a morte dos nossos entes queridos, que sentimos a morte de qualquer pessoa de maneira comovida, talvez vivamos – nós, integrantes do catolicismo brasileiro, que conheço bem, sou católico praticante –, uma certa crise de identidade, porque dizemos que há a vida eterna, e oramos por ela, mas, ao mesmo tempo, dizemos que estamos apegados mesmo é a esta vida terrena, que é a vida que nos deixa com os nossos familiares, é a vida que nos deixa com o nosso trabalho, é a vida que nos deixa com os nossos amigos, é a vida que nos deixa com os nossos entes mais caros e mais queridos.

Percebi nitidamente a coragem, a resignação, a determinação, a valentia do Senador Ramez Tebet ao se despedir de alguns amigos. O Senador Renan



Calheiros, o Senador José Agripino e eu almoçávamos outro dia e resolvemos telefonar para a casa do Senador Ramez Tebet – ou ele estava no hospital ainda? Não me recordo. Ele estava no hospital ainda, em seguida foi para casa, quando não havia mesmo jeito qualquer a esperar da Medicina – e falamos com o Senador. Fiquei muito chocado, porque percebi uma voz sumida, uma voz fugidia, uma voz que já não era mais a do Tebet, uma voz que já não tinha mais a força da saúde, não tinha mais a firmeza do vigor, não tinha mais a presença da vida nela. Era o Ramez Tebet vivendo literalmente os seus últimos instantes, os seus últimos momentos.

Homenageamos muito aquele guerreiro – o Senador Renan, o Senador José Agripino e eu –, que era Ramez Tebet, no jantar em que trocávamos idéias sobre a questão nacional, sobre a vida pública do País.

Senador Lobão, recebi alguns **e-mails** hoje – e fico orgulhoso por isso – a respeito do Senador Tebet. Um deles é do Sr. Vladimir Vander, que é, sem dúvida alguma, um correligionário do PSDB. Ele é de Sergipe, Aracaju, e diz: “Caro Senador e correligionário do PSDB...” – e pede que eu transmita as suas condolências à Casa e aos familiares do Presidente Ramez Tebet pelo passamento desse homem tão ilustre.

Recebi um outro **e-mail**, de Avanir Rodrigues, dizendo: “O Senado está de luto, e o Brasil também, com a perda, que para mim é irreparável, do Senador Ramez Tebet”.

Estive nos funerais do Senador Ramez Tebet – como não poderia deixar de ser, só se não estivesse ao alcance do avião que o Senado colocou à disposição dos Senadores para lá estarem. Fui a Três Lagoas, cidade que é dirigida e muito bem administrada pela filha do Senador Ramez Tebet, Simone Tebet. Lá, percebi a comoção na cidade. O seu velório não se deu em uma casa funerária, não se deu na Câmara Municipal, não se deu na Prefeitura Local. Deu-se no estádio esportivo da cidade. A cidade toda estava presente. Estavam conosco o Senador Delcídio Amaral, a Senadora Marisa Serrano, o Governador André Puccinelli; estavam todos os aliados e adversários de toda a vida de Ramez Tebet. Percebi que talvez não estivesse ali nenhum inimigo, porque não imagino que houvesse, em Três Lagoas ou em Mato Grosso do Sul, um inimigo de Ramez Tebet. Estavam todos lá. Foi preciso um estádio para que se velasse aquele homem público tão ilustre.

Eu, portanto, saí de lá com o coração mais leve, porque senti que cumpri meu último dever para com um grande amigo; e saí de lá bastante emocionado, bastante comovido, porque percebi que, nesta Casa, por algum tempo, aquela cadeira onde se sentava Ra-

mez Tebet será, por todos nós, vista com um quê de saudade. O Ramez vai estar presente na Comissão de Justiça, com a sua posição firme e a sua sabedoria a nos inspirar; vai estar presente neste Senado, nesta tribuna; vai estar presente nas nossas reuniões no cafezinho, nos nossos conchavos de plenário.

Eu queria ainda, Senador Saturnino, lembrar um episódio do Ramez Tebet. Mais um. O Ramez era adversário figadal do Governador Zeca do PT, José Orcírio dos Santos. Ele, doente e combalido, comoveu todos nós quando se bateu pela concessão do empréstimo que seria usado ainda na Administração do seu adversário. Daqui da tribuna, ele fez a exigência, fez a cobrança, fez o apelo, e a todos nos comoveu – a mim me comoveu muito particularmente.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão; em seguida, ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Senador Arthur Virgílio, homenageia-se a memória de um grande brasileiro. Convivi com Ramez Tebet por muito tempo, desde o antigo Ministério do Interior, quando ele foi Presidente da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste) e eu era assessor, na época, do Ministro de Estado, até o tempo em que ele esteve no Senado da República. Mas essa convivência se estreitou no momento em que o Senado passava por uma crise monumental, em que um Senador da República era cassado, dois outros Senadores ilustres renunciavam a seus mandatos e, finalmente, um quarto Senador, o Presidente da Casa, também renunciava à Presidência e ao próprio mandato. Naquele momento, tive eu que assumir a Presidência do Senado da República e procurar recolocá-lo nos trilhos da normalidade. Foi nesse momento que veio Ramez Tebet para presidir o Senado. E tivemos, então, uma convivência extremamente cordial e produtiva, penso eu, para a própria instituição parlamentar brasileira. Aprendi a admirar o Ramez Tebet pelas qualidades excepcionais que ele exibía. Nós o perdemos, e estou na convicção de que perdemos um grande Senador da República, um pró-homem da vida pública brasileira, e que por muito tempo vamos lamentar a sua ausência, como membro desta Casa e como conselheiro de todos nós.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Obrigado, Senador Edison Lobão.

Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Saturnino, registro a presença neste plenário do jovem e brilhante Deputado eleito pelo Rio Grande do Norte, Felipe Maia.

Senador Edison Lobão, digo da faceta bonita que Ramez Tebet me demonstrava. Presidente da Comissão de Ética, ele era capaz de recomendar uma punição, mas não tinha prazer nisso. O dever o impelia, às vezes, a

medidas duras, mas o fazia com dor, não fazia por deleite. Era sobretudo um homem justo, e a justiça, às vezes, exige posições duras. Mas, o seu coração era enorme, mole, um coração absolutamente generoso, grandioso e que sempre estava disposto a fazer o bem aos seus semelhantes, a aconselhar os seus companheiros mais jovens, a ponderar sobre as posições que se estavam adotando nesta Casa. O Senador Lobão tem inteira razão quando aborda dessa maneira a figura generosa e grandiosa do Senador Ramez Tebet.

Concedo o aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Arthur Virgílio, peço este aparte ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> porque percebo na sua intervenção, na sua oração, uma emoção que reflete o sentimento de todos nós. Todos nós, Senadores, que convivemos com Ramez Tebet, compartilhamos desse sentimento, que é um misto de grande admiração e, ao mesmo tempo, já um sentimento de ausência, uma saudade dele neste plenário. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, o lugar dele, aqui, sempre conservará sua imagem, sua grande imagem, ele que foi o esteio da imagem de um Senador responsável, que encarna toda a legitimidade, autoridade, ética, correção e interesse público. Tudo isso que ele, ao longo de sua vida pública e especialmente ao longo de sua presença no Senado, representou, como Presidente da Comissão de Ética, Presidente da Reforma do Judiciário, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente da Casa. Efetivamente, Ramez Tebet ficará na lembrança e no coração de todos nós. V. Ex<sup>a</sup> transmite, na sua oração, esse sentimento, que compartilho, por isso pedi o aparte. Gostaria de ter ido ao funeral – V. Ex<sup>a</sup> foi –, mas não tive condições, então, aproveite o discurso de V. Ex<sup>a</sup> para colocar nele também o meu sentimento – que é também o de todos nós –, e que V. Ex<sup>a</sup> muito bem reflete na emoção de suas palavras.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que imagino que seja esse o sentimento comum do Senado. O Senador Ramez Tebet não tinha desafetos, tinha admiradores e tinha até aficionados. O Senador Ramez Tebet era uma bela síntese de uma casa marcada pela sabedoria e pela cordialidade. O Senador Ramez Tebet deixa toda essa lacuna e, ao mesmo tempo, deixa uma presença imortal, uma presença que não deixará mais de fazer parte da história da vida do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.*

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Magno Malta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para encaminhar a votação.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, este é um momento significativo, importante, embora seja também um momento duro, de muita emoção para o Senado da República, para nós, companheiros, irmãos de Ramez Tebet. A motivação que nos traz à tribuna, sem dúvida alguma, é homenageá-lo e lembrar alguns episódios que marcaram uma vida tão significativa, contundente e importante, para a família, para os amigos e para a Nação brasileira.

Ali está o jovem Deputado Federal, Felipe Maia, a cara do pai. Fiz questão de sentá-lo na cadeira do Senador Ramez Tebet. Ele, que já tem uma boa escola em casa, se um dia vier para esta Casa e somar 70% do pai com 30%, pelo menos, do Ramez, será um Senador 100%. E já posso antever isso, com a história política da família, com a votação que teve, com menos de oitenta dias de campanha – e conheço tudo porque fui cabo eleitoral dele, os meus amigos de Natal, da Adhoney, votaram nele a meu pedido.

Senador Agripino, eu fui à capital do Estado de V. Ex<sup>a</sup> fazer um trabalho de prevenção às drogas, na praia. Bati em todas as portas, quer dizer, bateram primeiro aqueles que estavam promovendo e depois eu fui. O Felipe abriu as portas da televisão e do rádio para que fizéssemos, nas praias de Natal, um trabalho de prevenção às drogas, dizendo: “Drogas, simplesmente diga não!”, com um evento no final de semana. E eu me vi na obrigação, nesse pleito eleitoral, de pedir aos meus amigos, que não são exageradamente muitos, mas também não são exageradamente poucos, que tivessem o prazer de votar não somente no filho de José Agripino, mas em Felipe Maia, que tem vôo próprio, porque, por melhor que seja o pai, ninguém

tem 124 mil votos em um Estado tão pequeno, com apenas oitenta dias de campanha.

Por isso, caro Felipe, fiz questão de fazê-lo sentar na cadeira que foi do Senador Ramez Tebet, em um dia que é doloroso para nós, porque, certamente, este será um caminho natural: um dia chegar ao Senado da República. Somando a história da família, nunca mais você se esquecerá de que, em uma sessão solene, você sentou-se na cadeira que foi de Ramez Tebet. Isso vai para sua história e lhe acrescentará de forma muito útil e importante, e eu estou muito feliz em vê-lo aqui.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, eu falava ao telefone com a viúva e com a filha de Ramez Tebet. Assim como chorei quando recebi a notícia do passamento de Ramez, pude chorar também com elas.

Eu não sei por que o Ramez não me chamava de Senador e, sim, de “meu filho”. Sempre que se dirigia a mim, dizia: “Meu filho, faça dessa forma”; “Meu filho, eu gostaria que você me ajudasse nessa votação” – eu era Deputado Federal.

O Senador Arthur Virgílio, desta tribuna, começou a contar um pouco da história de Ramez quando ele assumiu a Presidência e do tumulto ocorrido na Câmara Federal quando era preciso vencer um impasse sobre a Presidência do Congresso Nacional. Eu era Deputado Federal, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, e estava naquele tumulto, naquele dia, e naquele corredor por onde o Senador Ramez passou.

Eu havia sido acometido de uma enfermidade, uma lesão na medula; fiquei paraplégico. Fui para casa. Na coluna, um enxerto. Eu estava paraplégico. E aconteceu, Sr. Presidente, a morte do prefeito Celso Daniel. O assassinato de Celso Daniel em Santo André.

O Presidente da Câmara, Senador José Agripino, era o nosso querido Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; e, aqui, o Senador Ramez Tebet. Os dois rapidamente se juntaram para fazer uma Comissão Mista de Segurança Pública, para que, em noventa dias, Senador Geraldo Mesquita, fosse condensado tudo o que havia na Câmara e no Senado que tratava do assunto segurança pública, para oferecer um instrumento ao País.

Eu havia encerrado a CPI do Narcotráfico e recebi um chamado do Presidente, em casa. Vim para cá sem andar, paraplégico. E recebi do Senador Ramez, aqui, a incumbência de relatar a nova lei de narcotráfico e crime organizado. Ramez Tebet me disse: “Meu filho, obrigado pelo esforço, mas eu precisava de você aqui”. Trabalhei com ele e, a partir dali, não perdi mais essa relação com ele. E a relação de afetividade cresceu, até porque, de fato, Ramez tinha idade para ser meu pai.

Eu não entendia, no princípio, por que ele não me chamava nem pelo nome, nem de Senador. Todas as vezes que se referia a mim, chamava-me de “meu filho”. E hoje, pela manhã, chorei muito, porque, por telefone, sua esposa me disse: “Senador, o Ramez amava o senhor”. A filha dele, que é Prefeita, me disse: “Meu pai amava o senhor. Meu pai lhe tinha muito respeito – respeito pela sua história e pelo seu trabalho”. A recíproca é verdadeira, até porque quem teve a oportunidade de conviver com a independência de Ramez Tebet certamente absorveu alguma coisa. Ramez Tebet, nesta Casa, portava-se criticamente. Estando seu Partido na Base do Governo, votava a favor do que era bom para a Nação. Não entendendo que era bom para a Nação, mesmo estando na Base do Governo e ainda que se tratasse de um projeto de Governo, Ramez votava contra.

Lembrou o Senador Arthur Virgílio que o viu, nos últimos dias, nesta tribuna, defender um empréstimo para seu Estado, embora adversário do Governador Zeca do PT, mesmo porque entendia que isso não significava ser adversário de seu Estado e do povo de seu Estado.

Essas coisas todas pautaram a vida de Ramez. Ouvimos o Senador Marco Maciel, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Edison Lobão e, certamente, daqui a pouco, ouviremos o Senador José Agripino, que muito mais sabe sobre a história dele e sobre episódios que enriquecerão a vida de pessoas que sonham com a vida pública neste País e que vêem a TV Senado.

Certamente, Ramez será um exemplo. Aliás, nem gosto dessa expressão. Eu disse à sua esposa pela manhã que Ramez não foi exemplo para nada, nem para ninguém, porque os maus, Deputado Felipe Maia, é que servem de exemplo; os bons servem para ser copiados.

Ramez viveu para ser copiado.

Eu jamais subiria à tribuna para fazer homenagem a uma pessoa tão-somente pelo fato de haver convivido com ela e de ela haver passado. Nós não podemos nos valer de comportamentos hipócritas tão-somente pelo advento da morte, que todos nós viveremos e pelo qual passaremos. Mas é tão salutar, embora seja triste e duro, fazer uso da palavra e homenagear alguém que viveu como Ramez Tebet.

Todos nós passaremos. A morte é um mistério, e nenhum de nós nos livraremos dele. Um dia o experimentaremos. Uns mais jovens, outros mais velhos; alguns com poucos dias de vida, outros com muitos dias de vida; alguns passam de cem anos; outros nem lá chegam. Mas todos experimentaremos o mistério da morte. Todos passaremos por ele. E é necessário que vivamos de maneira a sermos copiados. A Bíblia diz que

a nossa vida deve ser como um livro aberto, para que as pessoas tenham a possibilidade de fazer uma boa leitura em um bom livro, ou seja, o da nossa vida.

A vida de Ramez foi um bom livro, de boa leitura. E as pessoas que com ele conviveram fizeram uma boa leitura. E aqueles que conviverão com a história, certamente, farão uma boa leitura da história da vida de Ramez Tebet. E aí, hoje, nós choramos e sofremos por ele. E é necessário que vivamos tão dignamente, que amanhã, quando passarmos, alguém chore por nós. Agora, fica a saudade, a tristeza. É como se fosse carne da nossa carne e sangue do nosso sangue.

É um momento em que não sabemos dizer alguma coisa à família, porque este é um momento de chorar; é o momento de a família prantear. Dura coisa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é perder sangue do sangue e carne da carne! Como gostaria de abraçar a esposa e os filhos enlutados e dizer: “Chorem mesmo; chorem muito! Dura coisa é perder sangue do nosso sangue e carne da nossa carne”.

Neste momento, para a família enlutada, nenhum consolo serve, senão o que vem de Deus. É Deus que consola; é Deus que conforta. O conforto e o consolo do Alto, sem dúvida, são os que valem neste momento e para este momento. É esse o consolo que rogo a Deus para essa família, neste momento de dor e de luto.

No entanto, essa é uma família que vai viver sem ter do que se desculpar ou do que se envergonhar. Certamente, os filhos, os netos e aqueles que acompanham e compõem a vida pública e a vida diária desse nobre homem, do nobre Senador Ramez Tebet, terão orgulho. Certamente, a cada pleito eleitoral e também fora dele, as praças públicas do seu Estado, as escolas, as ruas ouvirão a respeito de alguém que não serviu de exemplo, Senador José Agripino – porque os maus servem de exemplo –, mas que viveu para ser copiado.

Essa foi a figura desse nobre Senador, por quem devotei carinho.

Nos últimos dias de sua vida, pude orar com ele quase todos os dias. V. Ex<sup>as</sup> sabem a fé que professo. Eu ligava para o gabinete dele e orava com ele ao telefone. Minha mãe foi acometida de um câncer aos 57 anos de idade – três tumores no cérebro. Aproveu a Deus tirar minha mãe aos 57 anos de idade, mas lá, do alto da sua dor, ela não perdeu a sua alegria; não perdeu, em nenhum momento da sua vida, a oportunidade de falar, de aconselhar, de fazer com que nós, os seus filhos, e aqueles que compunham o seu dia-a-dia, soubéssemos da mais importante missão que temos neste mundo: a de investir, Senador Geraldo Mesquita, a nossa vida na vida dos outros. O resto é fútil, ligeiro, passageiro; é fugaz e desaparece. Não há

nada, nem dinheiro, nem fama, nem reconhecimento público, que valha tanto quanto investir a vida na vida dos outros.

Assim, muito me orgulho de ter sido chamado de filho por Ramez Tebet enquanto ele viveu; de ter ouvido da esposa, hoje pela manhã, enlutada e sofrida, “Meu marido amava muito o senhor”; e, da filha “Meu pai amava muito o senhor”, porque a recíproca era verdadeira. Eu, em lágrimas, orava por Ramez nos últimos dias dele, pedindo a Deus, tantas vezes, que prolongasse os seus dias. Mas Deus é que nos conhece e que comanda a história, a vida e a morte; tudo está debaixo de suas mãos. Deus sabe a hora para cada um de nós. E aprouve a Deus que aos 70 anos fosse essa a hora do Ramez.

Deus conforte a família e a todos nós, que também sentimos a sua falta e que também somos família de Ramez Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes, quero destacar e agradecer a presença do Senador Lindberg Cury nesta sessão, bem como a do Deputado eleito Felipe Maia, filho do ilustre Senador José Agripino.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os oradores que, atendendo à precedência de inscrição, ficam por último levam uma grande desvantagem, quando o homenageado é uma pessoa comum, simples.

Quando o homenageado é uma pessoa especial e tem uma vida de dedicação ao País, como é o caso de Ramez Tebet, falar sobre ele se torna inesgotável. O maior exemplo da figura que foi Ramez Tebet, durante muitos anos, nesta Casa, podemos mostrar, Sr. Presidente, pela presença maciça dos funcionários de seu gabinete, tristes, cabisbaixos, guardando o luto da perda do companheiro. Tenho por hábito ser observador, meu caro Paulo Paim,

E vi, desde o primeiro momento, o semblante de tristeza e de desolação de todos os funcionários que tiveram o privilégio de conviver com Tebet na sua vida pública. Daí por que a minha primeira homenagem ser para os familiares e para os funcionários de Ramez Tebet.



Posso dizer, meu caro Senador Geraldo Mesquita Júnior, que sou um homem de sorte Nordestino, aos cinqüenta e seis anos, vencendo todas as intempéries que a vida nos proporciona, cheguei ao Senado da República, uma Casa de oitenta e um brasileiros. Dizia Tancredo Neves que era a representação mais nobre da democracia brasileira. Pois bem. Chego aqui, e a geografia do Senado, na divisão das bancadas, me coloca para sentar atrás de Ramez Tebet. E tive, durante esses quatro anos, o privilégio do estreitamento de uma amizade que começou por uma admiração profunda. Tebet, Presidente do Senado, e eu, Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional.

Em um episódio em que a Oposição de então quis lhe criar constrangimento em uma matéria orçamentária, eu pedi a ele:

“Presidente, não se envolva”, e tomei a defesa da questão, colocando a coisa nos seus devidos termos. Ele ficou agradecido porque poupei a figura do Presidente da Casa, e, a partir daí, estreitamos a amizade que se consolidou quando vim para cá e tive o prazer de conviver com Tebet na sua reeleição.

Sr. Presidente, poucos homens neste País viveram com tanta intensidade a vida pública como Ramez Tebet. Em suas diversas intenações – e o gabinete pode testemunhar isso melhor do que eu –, ele ficava acompanhando o desenrolar das sessões do Congresso, pela TV Senado, e me ligava para comentar ou para dar sua opinião sobre o que se passava aqui. Foi e voltou tantas vezes, sempre com mais força e com mais vontade de continuar a honrar o mandato que Mato Grosso do Sul lhe deu.

Recentemente, por duas vezes, falei com ele ao telefone. A penúltima, por iniciativa dele, em que me pediu que guardasse uma vaga para que assinasse a segunda versão da CPI das ONGs, já que ele havia assinado a primeira. E a segunda, no dia do seu aniversário, há poucos dias, em que tomei a iniciativa de fazer a ligação.

E aí, pela primeira vez, vi o homem fraquejar e dar sinais de que estava sendo, infelizmente, vencido pelo mal que lhe acompanhava há vinte anos.

Com Tebet aqui, no cochicho do plenário – eu e o Senador Mão Santa tínhamos esse privilégio quase todos os dias –, conversávamos sobre os mais diversos assuntos, mas sempre de interesse público. Era uma das coisas que eu admirava muito nessa figura. E, vez ou outra, quando saía do tema, era para falar de algo que ele gostava: andar bem vestido. Perguntava quem foi o alfaiate, de onde era a roupa... Era um homem que prezava a boa aparência, e fazia daquilo um exercício permanente.

Ramez Tebet, Senador Renan Calheiros, e nós, por coincidência, temos aqui pelo menos três chegados praticamente juntos nesta Casa do Congresso Nacional. As águas rolam, e terminamos sendo testemunhas oculares de vários episódios e de várias histórias. Umas, menos importantes, carregadas pelo vento, são esquecidas. Outras não, ficam para sempre na mente de cada um de nós.

Lembro-me, Senador Renan Calheiros, que o primeiro exemplo de vitalidade, de força e de resistência que esta Casa viu foi Teotônio Vilela, conterrâneo de V. Ex<sup>a</sup> e pai do futuro Governador das Alagoas, que não se dobrou, em nenhum minuto, pela doença; e o segundo exemplo foi justamente o de Ramez Tebet.

Falar com ele até há dois meses era ter a oportunidade de discutir projetos que não tinham fim. Era ver o Brasil recuperado. Era ver, acima de tudo, efetivado o combate à corrupção e à incompetência de governantes. Ramez Tebet, no começo do atual Governo, era um entusiasmado, como todos nós, eleitores ou não, com a caminhada de um trabalhador que chegou à Presidência da República. E coube exatamente a ele dar posse a esse Presidente, em uma sessão histórica para o Brasil. Talvez tenha sido um dos que mais lentamente foi mudando de opinião e se decepcionando, não diria com a figura maior do Presidente em si, caro Senador Paulo Paim, mas com uma série de fatos que começavam a ocorrer em volta de um governo que frustrava a esperança de vários brasileiros.

Ramez Tebet nunca teve a vocação do radicalismo, e isso já foi dito aqui. Era um homem que tinha uma profunda vinculação partidária de fidelidade com o PMDB, mas colocava o Brasil e o Mato Grosso do Sul acima de qualquer coisa. Bom conselheiro, homem de diálogo, não quero crer que alguém tenha tido a oportunidade de vê-lo irritado, levantando a voz ou demonstrando ódio, nesta Casa, nesta convivência. É esse o homem, é essa a imagem, é essa a lembrança deixada por esse mato-grossense.

Portanto, sem condições de competir com os oradores que me antecederam – uns, com mais convivência; outros, com mais história sobre esse grande companheiro –, seria um ato de covardia se me furtasse a participar desta homenagem. E olha que sou, Senador Mão Santa, a última pessoa com vocação para enaltecer os que foram, os que partiram. Sou tomado pela emoção, pela tristeza. Minha vida é mais de alegria, é mais de esperança, é mais de futuro, é mais de gestos alegres do que de um gesto como este. Mas fugir é uma covardia com a qual jamais admitiria conviver.

Mas saio desta tribuna com a certeza de que, com todo o sofrimento que a doença lhe impôs duran-



te anos a fio, além de um homem otimista, Tebet era, acima de tudo, um homem alegre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Paulo Paim.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, esta sessão, com certeza, mexe com a emoção de todos nós. Eu estava ali sentado, até falei com o Senador Valdir Raupp, nosso querido Senador Relator do Orçamento, que iria fazer um aparte. Mas depois pensei: embora eu esteja com um problema de coluna – e conversava com V. Ex<sup>a</sup> –, não é justo que eu faça uma homenagem para o Senador Ramez Tebet, o nosso querido Senador, sentado. Tenho de falar de pé.

Senador Renan Calheiros, havia preparado o meu discurso para falar sobre o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Havia escrito o discurso, mas, quando soube da notícia, eu o guardei e vim à tribuna neste 20 de novembro para dizer ao nosso querido País que Ramez Tebet, sem medo de errar, era um abolicionista, era um republicano, era um homem que tinha compromisso com a liberdade, com a igualdade e com a justiça. E digo mais, não tinha de ser o Dia da Consciência Negra, mas, sim, o dia da consciência de brancos e negros que lutam pela liberdade e pela igualdade. Senador Geraldo Mesquita Júnior, é desta forma que quero homenagear o querido Ramez Tebet.

Lembro-me de que, quando era Deputado Federal, chegando a Brasília apaixonado pela luta do salário mínimo, e o Senador Ramez Tebet era o então Presidente do Congresso Nacional, liguei para ele pedindo que marcasse uma audiência para mim, ao que ele me respondeu: “Deputado Paulo Paim, Deputado não marca audiência comigo. Venha que estou esperando”. Em outro momento, muito preocupado com a Lei de Falências, tive a ousadia de, neste plenário, convidá-lo a ir ao Rio Grande do Sul. Ele, de pronto, disse: “Vou ao Rio Grande do Sul para discutir com os sindicalistas não a Lei de Falências, mas a lei de recuperação das empresas”. E lá ele foi aplaudido de pé. Voamos juntos para o meu Estado, quando conversamos bastante. Fiquei apaixonado por suas idéias.

Termino esta rápida saudação da mesma forma como fiz quando morreu alguém por quem tinha o maior carinho, Florestan Fernandes, dizendo que pessoas como Ramez Tebet nunca morrem, porque suas idéias estarão sempre a guiar nossas vidas. Viva o nosso querido Ramez Tebet! Suas idéias haverão de

orientar nossos caminhos na construção de um mundo igual para todos, onde ninguém seja discriminado pela pele, pelas idéias, pelo caminho, pela concepção ou pela visão de vida.

Viva o Senador Ramez Tebet! Ele estará sempre, com as suas propostas, com a sua conduta, com as suas idéias, junto de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp. Em seguida, darei a palavra ao Senador Maguito Vilela.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não conhecia Ramez Tebet há muito tempo. Mas quando ele era Superintendente da Sudeco, a Superintendência do Centro-Oeste, e eu Prefeito da pequena cidade de Rolim de Moura – pequena naquela época, hoje já crescida –, tive a oportunidade de com ele me encontrar quando ele visitava Rondônia como Superintendente da Sudeco. Naquele momento, já vi a preocupação de Ramez Tebet com o desenvolvimento das regiões do Brasil, principalmente as menos favorecidas como a Região Norte e a Região Centro-Oeste. Depois, como Ministro da Integração Nacional, ainda não estava aqui no Congresso Nacional, mas também vi o seu empenho, a sua luta pelo desenvolvimento regional. Mais tarde, assume a Presidência do Senado Federal. Também de longe, assisti à trajetória do Senador Ramez Tebet nesta Casa, trazendo ao Parlamento, Senador Magno Malta, o equilíbrio que faltava naquele momento.

Ele era um homem de princípios bem definidos, religioso, de família, zeloso pela sua família – o amor que dedicava à sua esposa, aos filhos, aos familiares. Era um homem de partido – nunca abandonou, Senador Mão Santa, o nosso querido PMDB –, um homem partidário. Elegeu sua filha Prefeita de Três Lagoas, cidade que, com certeza, ele mais amou. Ajudava o seu Mato Grosso do Sul, ajudava o Brasil, mas, sobretudo, sua cidade natal, como já foi falado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, pela qual tinha muito amor e carinho.

Anteontem, no semblante do povo de Três Lagoas, quando lá estivemos eu, os Senadores Renan Calheiros, Pedro Simon, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, José Sarney, o Presidente Lula, Wilson Santiago e tantos outros, vi a preocupação com a falta de Ramez Tebet. Naquele momento, imaginei o que estava sentindo o povo do Mato Grosso do Sul, perdendo o seu filho, um dos seus líderes mais ilustres.

Ramez Tebet deu demonstração de coragem, de fé, de perseverança e de otimismo por onde passou. Eu comparo Ramez Tebet a São Jorge, um verdadeiro guerreiro, um guerreiro que não se entregou em momento algum. Guerreou contra tudo, inclusive contra a doença, e conseguiu vencê-la por um bom tempo.

Neste momento, quero externar nossos sentimentos de pesar à família, ao povo do Mato Grosso do Sul, ao povo de Três Lagoas e, por que não, ao povo do Brasil, pela perda do grande homem público, do grande pai de família e do grande guerreiro que foi o Senador Ramez Tebet.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tomado de grande tristeza, uma tristeza que cobre esta Casa hoje de luto, subo a esta tribuna para prestar minha homenagem ao grande homem público que nos deixou neste final de semana próximo passado, nosso querido Senador Ramez Tebet.

Nascido em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, Ramez teve uma carreira política marcante em seu Estado, depois de ter sido professor e promotor de Justiça até 1975. Primeiro, foi Prefeito de sua cidade Natal, Três Lagoas. Sua atuação chamou a atenção e, logo em seguida, veio a ser vice-Governador e depois Governador do Mato Grosso do Sul.

Também no Senado, Tebet teve atuação extremamente marcante. Além de ter presidido a Casa entre 2001 e 2003, foi Presidente do Conselho de Ética durante um dos momentos mais conturbados deste Parlamento e demonstrou muito equilíbrio, sabedoria e imparcialidade.

As qualidades de homem público que sempre carregou o fizeram merecedor da confiança do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o nomeou Ministro da Integração Nacional. Neste Ministério, desenvolveu forte trabalho no sentido de diminuir as desigualdades regionais, que são tão gritantes em nosso País.

O Brasil perdeu um político especial, de qualidades cada vez mais exigidas pela sociedade, que são honestidade, equilíbrio, idealismo, competência e talento.

Minha tristeza não é apenas pela perda de um colega, mas de um amigo, de um irmão de fé política,

um parceiro na luta pelos interesses do Centro-Oeste brasileiro. Ramez Tebet fará muita falta ao Senado, ao Mato Grosso do Sul e ao Brasil. Mas também fará muita falta ao meu Estado, Goiás, de cujas causas sempre foi um defensor nesta Casa, no Ministério que comandou e como Superintendente da Sudeco.

A tristeza da esposa do querido Senador Ramez Tebet, Sr<sup>a</sup> Fairte, e de seus quatro filhos, Rodrigo, Ramez, Eduarda e Simone, esta a competente prefeita de Sete Lagoas, Mato Grosso do Sul, certamente é muito maior e muito mais dolorida. Ao prestar as minhas condolências a toda família, gostaria de lembrar, no entanto, que o Senador Ramez Tebet não deixa apenas lembranças, mas um legado de correção e eficiência que deve ser motivo de orgulho para todos os seus familiares.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero enfatizar que a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos funerais do Senador Ramez Tebet foi um gesto de sensibilidade e solidariedade para com esta Casa e também uma homenagem póstuma que prestou à família, em nome de todo povo brasileiro.

A presença do Presidente Renan Calheiros nos funerais do Senador Ramez Tebet foi extremamente confortadora para todos nós Senadores que não pudemos estar ali, por inúmeros motivos, mas nos sentimos presentes na pessoa do Presidente. Aliás, S. Ex<sup>a</sup> se consolidou como Presidente exemplar desta Casa, amigo solidário de todos os Senadores em todos os momentos, de alegrias e de tristezas. E o Presidente Renan Calheiros também já se consolidou como um dos grandes estadistas deste País.

Todos nós, Sr. Presidente, sentimo-nos muito bem representados por V. Ex<sup>a</sup> nos funerais do nosso querido amigo Ramez Tebet.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade.

Tenho a honra de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, farão uso da palavra, consecutivamente, o Senador Romero Jucá e o Senador José Agripino.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebi a notícia do falecimento do Senador Ramez Tebet quando me encontrava no interior do meu Estado. Como, para chegar ao Acre e de lá sair, há que se estabelecer uma logística previamente detalhada, vi-me impossibilitado de comparecer aos funerais do grande amigo Senador Ramez Tebet.

A última lembrança que tenho dele é uma cena que se passou na escadaria do *hall* dos elevadores: ele descia devagarzinho, um assessor o acompanhava de perto. Já se fazia notar o seu abatimento acentuado. Mesmo assim, ao chegar ao final da escadaria, respeitosamente, como sempre fiz, permiti-me dar-lhe um abraço e cumprimentá-lo. E, mais uma vez, recebi do Senador Ramez Tebet, Senador Paulo Paim, o cumprimento carinhoso. Isso me fez lembrar, neste final de semana, o quanto ele foi importante na minha vida dentro desta Casa.

É claro que, quando cheguei aqui, sabia quem era o Senador Ramez Tebet. É óbvio que companheiros que já usaram da palavra, como V. Ex<sup>a</sup>, conviveram com ele por muito tempo, como é o caso dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Agripino, Renan Calheiros, Arthur Virgílio, que aqui já se pronunciou, Magno Malta, que me emocionou com o seu pronunciamento. É claro que V. Ex<sup>as</sup> conviveram com ele por muitos anos e relataram aqui, com a autoridade do convívio, da camaradagem e da amizade, episódios, como aquele de coragem moral citado pelo Senador Arthur Virgílio. Disse S. Ex<sup>a</sup> que, em um momento em que a Casa beirava a conflagração, o Senador Ramez Tebet rompeu as fileiras daqueles que estavam exaltados e recebeu de todos o respeito que sempre recebeu e mereceu.

Mesmo sem ter tido esse convívio, mas com o conhecimento de quem sabia de quem se tratava, quero revelar pela primeira vez – e faço esta revelação em uma modesta homenagem ao Senador Ramez Tebet – que, desde o primeiro momento em que cheguei ao Senado – talvez eu tenha tido esta felicidade – gozei da amizade, da aproximação e da camaradagem do Senador Ramez Tebet. Podem ter certeza absoluta de que ele foi fundamental para o exercício do meu mandato, especialmente pela sua coragem insuperável de enfrentar, ao longo de tantos anos, o mal que lhe acometia e que acabou por vencê-lo. Era uma coragem que não nos permitia e não nos permite fraquejar, Senador Paulo Paim.

No exercício do meu mandato, tenho passado por alguns dissabores também, nem de perto parecidos com as agruras por que passou o Senador Ramez Tebet.

Porém, com aquela força, mesmo alquebrado, olhávamos para sua fisionomia nos últimos dias e sentíamos a dor presente. Ele, superando tudo isso, tinha sempre o olhar carinhoso, sobretudo, o gesto amistoso, para mim, particularmente, que recorri a ele muitas vezes. Até para me aconselhar com relação ao meu ingresso no PMDB: “Senador, o que o senhor acha?”. E mais uma vez, ele me dirigiu palavras carinhosas,

que penso nunca ter merecido, Senador Paulo Paim, mas a sua grandeza e a sua generosidade tiveram o dom de me falar daquela forma.

Muitas vezes, Senador Paulo Paim, aconselhei-me com o Senador Ramez Tebet. Isso não é visível, não é público, nunca foi, porque é da minha natureza, sou uma pessoa muito discreta. Mas recorri muito a ele. Tenho certeza absoluta de que consegui me manter, mesmo no ambiente tumultuado que por vezes me vi envolvido nesta Casa, em uma linha reta, Senador Magno Malta.

E devo isso muito – e aqui a minha homenagem – ao Senador Ramez Tebet.

Que Deus o acolha com benevolência, que Deus lhe dê a tranqüilidade da vida eterna que só aquelas pessoas que passaram por esta terra, Senador Mão Santa, com grandiosidade, com dignidade e com amor ao próximo merecem.

Aqui deixo a minha palavra de saudade, de admiração, de respeito profundo por uma pessoa que, dentre tantos nesta Casa, foi tão importante para o meu convívio, para a minha estada no Senado Federal, uma pessoa que, com palavras simples, palavras de orientação, conseguiu clarear, para mim, a situação quando ela estava nebulosa, Senador Paim; conseguiu apontar caminhos quando eu não os enxergava.

Tenho certeza absoluta de que, mesmo chorando, Senador Malta, a família do Senador Ramez Tebet deve ter um orgulho muito grande do marido, do pai, do avô do qual se despediu.

O Senador Ramez Tebet era daqueles Parlamentares, daqueles homens públicos que, ao longo da sua existência, advogaram as maiores causas, como a causa da justiça social, por exemplo. Ele o fazia, porque tinha o sentimento de justiça dentro de si. Muitos o fazem da boca para fora, mas ele fazia com convicção, com amor, porque tinha o sentimento de justiça dentro de si. Era algo nato, nasceu com ele.

Não vou me alongar, mas não podia deixar de vir a esta tribuna, talvez sem as condições necessárias para homenagear um homem tão importante como o Senador Ramez Tebet, a fim de deixar a minha lembrança, a minha saudade a um homem que deixou marcas, não apenas no Senado Federal, de grandeza, de hombridade, de seriedade, de amor por este País, e não apenas para nós que ficamos, mas para o povo da sua terra, o povo deste País tão querido.

Esta é, portanto, Senador Paim, Colegas, a homenagem que todos prestam. Alguns, de longo convívio com o Senador Ramez Tebet; outros, como é o meu caso, com um convívio tão pequeno, mas tão importante que foi para minha vida.

Quero aqui pedir a Deus, como já disse, que o acolha com benevolência e que dê o conforto que seus familiares e os companheiros que trabalharam com ele nesta Casa precisam e merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com um sentimento de tristeza que venho a esta tribuna, como Líder do Governo, como membro do PMDB e, sobretudo, como amigo do Senador Ramez Tebet. Venho a esta tribuna para fazer o que todos aqui fizeram: reconhecer a integridade, a capacidade, a seriedade, a serenidade e a vida exemplar do Senador Ramez Tebet.

Eu e o Senador Ramez Tebet nos cruzamos pela primeira vez, Sr. Presidente, quando eu era Presidente do Projeto Rondon e ele, Superintendente da Sudeco. Trabalhamos no mesmo prédio do Ministério do Interior e, de vez em quando, nos encontrávamos e conversávamos sobre o Brasil. Desde aquele momento, o Senador colocava em tudo o que fazia paixão, garra, coragem e, sobretudo, um compromisso com o resultado.

A visão da Sudeco, depois a visão de Governador, de Vice-Governador, de Senador, de Ministro da Integração, de Presidente do Senado foi sempre uma visão para o Brasil todo. Tivemos no nosso Estado de Roraima a honra de recebê-lo mais de uma vez. Ele foi a Roraima conhecer a nossa realidade, nos ajudar a discutir os nossos problemas, e sempre tinha uma palavra de equilíbrio, mas também de determinação.

E, hoje, nesta sessão em que lamentamos a perda do Senador Ramez Tebet, faço questão de lembrar todo esse conjunto de qualidades, especialmente uma qualidade que era muito importante também: a de olhar para um Brasil que não é o Brasil desenvolvido, mas de olhar para um Brasil mais pobre, para um Brasil mais necessitado, de ter aquela visão de combater as desigualdades regionais. Ele, que veio de um Estado novo, que ainda tem tantos desafios pela frente, e, na condição de Senador, representava tão bem aqui a luta para vencer esses desafios.

Sei que o Senador Ramez Tebet fará muita falta, pelo seu equilíbrio e suas posições, ao novo Governo do Presidente Lula, a essa coalizão que queremos formar no PMDB, à nova união do PMDB que queremos construir. Fará falta ao povo de Mato Grosso do Sul, fará falta aos embates políticos, nos quais colocava tanta paixão, aquela paixão de promotor público em muitos temas em que falava com uma ênfase que brotava do coração; vai fazer falta aos seus funcionários, às pes-

soas dedicadas que, junto com ele, atuaram durante tanto tempo, e a quem ele era tão leal, a quem ele reconhecia tanta ajuda, e também a quem o amparou durante esse final de caminhada, que foi sofrida para todos nós, mas, principalmente, tenho certeza, para quem estava mais perto dele, como os servidores que, todos os dias, viam a garra dele em lutar, e a doença tentando vencê-lo, como venceu.

À família – nenhuma palavra sobrepõe-se à ausência, à dor e ao sofrimento –, à esposa, aos filhos, à filha Prefeita, que segue a carreira do pai e segue um grande exemplo, a todos, quero trazer a palavra do Governo, da Liderança do Senado e dos companheiros do PMDB que não puderam estar aqui hoje. Infelizmente, eu estava em Roraima quando houve o falecimento do Senador Ramez Tebet, e não pude chegar a tempo, porque o nosso deslocamento, de um dos Estados mais distantes do País, não é fácil. Mas eu estava em espírito e estava representado pelo Presidente Renan Calheiros também, pelo Presidente Lula e por tantos companheiros que tiveram a oportunidade de levar a mensagem do reconhecimento unânime do Senado Federal à grandeza, à hombridade e ao ser humano que era o Senador Ramez Tebet.

O Senador Ramez Tebet vai fazer falta, mas deixa um exemplo, como já foi dito, de garra, de coragem, de alegria e de dever cumprido, porque quem teve a vida política que teve o Senador Ramez Tebet, quem ocupou os cargos que o Senador Ramez Tebet ocupou, com tanta dignidade, tem amigos que devem orgulhar-se, que devem fazer sempre com que essa lembrança possa ajudar a construir um Brasil ainda melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Presidente Renan Calheiros, lembro-me daquela sexta-feira – creio que era dia 10 – em que, antes do almoço que tivemos, V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Arthur Virgílio e eu, falamos ao telefone com Ramez Tebet, nosso Colega e amigo. Ele estava no hospital. Falaram V. Ex<sup>a</sup>, Arthur e eu. Falei com um homem de voz somítica. Quando desliguei o telefone, comentei com V. Ex<sup>a</sup>: “Acho que me despedi de Ramez Tebet”.

Durante a semana passada, acompanhei a evolução do quadro clínico de Ramez Tebet. Eu estava meio desalentado, mas esperei o milagre que tantas vezes aconteceu em relação aos cânceres que anteriormente ele curou. Desta vez, Deus o levou.



Perco um bom amigo, um amigo com quem eu não tinha uma relação de freqüentar a casa, Senador Mão Santa. Eu não ia com freqüência à casa de Ramez Tebet. É verdade que fui uma vez e fui recebido fidalgamente por D. Fairte, que nos serviu quibes muito bem feitos – a família é de origem árabe.

Não conheci os filhos de quem ele me falava. Senador Mão Santa, quando fui a Mato Grosso do Sul, convidado que fui tantas vezes por Ramez Tebet para conhecer Bonito – que conheci, com suas águas transparentes –, fui motivado pelo convite de Ramez Tebet, que me falava tanto do seu Mato Grosso do Sul, que me falava das belezas do seu Estado, do Pantanal. E eu me movi numa semana Santa, creio, para passar uns breves dias em Bonito. A pessoa que eu queria ter encontrado no aeroporto de Campo Grande era Ramez Tebet, que lá não estava. Lá estava o meu amigo Lúdio Coelho, estava o hoje Governador Puccinelli, e toda minha viagem foi organizada pelo Senador Delcídio Amaral, porque Ramez Tebet estava no hospital – naquela época, já estava no hospital.

Quando voltei, comentei com ele sobre a minha passagem por Bonito, naquelas conversas amigáveis que tínhamos, tão amigáveis que ele fazia confidências, quando me disse, por exemplo, que tinha quatro filhos: Ramez, Rodrigo, Eduarda e Simone. Simone é Prefeita, mas de quem ele me falava era de Eduarda, que é médica, Senador Jonas Pinheiro. E me dizia ele, na simpatia das nossas conversas, que assistia com interesse aos meus discursos, e eu lhe dizia que aquilo me envaidecia muito. A filha de Ramez, a médica, gostava de me ouvir falar, de me ouvir emitir opiniões. Comentava isso com o pai, e ele o comentava comigo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o primeiro contato que fiz com Ramez Tebet foi marcado pela simpatia dos comentários que ele fazia sobre uma figura que V. Ex<sup>a</sup> conheceu muito bem: meu tio João Agripino, exemplo de político que sigo a vida inteira. Meu tio foi diretor de uma empresa privada onde Ramez Tebet trabalhou, uma construtora. Lá, conviveram amigavelmente. Dizia ele que guardava enorme carinho e respeito pela figura de tio João. Começamos uma amizade marcada pelo diálogo afável em torno de uma figura como João Agripino, que havia sido chefe dele, e que era meu tio.

Faço essas considerações, Senador Magno Malta, para lembrar alguém a quem eu queria bem, nesta hora em que presto individualmente, modestamente, mas muito sinceramente, uma homenagem. Honestamente, eu queria bem a Ramez Tebet. Era uma figura a quem eu fazia questão de cumprimen-

tar efusivamente toda a vida. E, no fim, quando percebi que ele estava definhando, eu o cumprimentava com apreço cada vez maior, porque sentia que fazia bem a ele. E eu queria que ele tivesse o conforto dos seus companheiros no calvário em que ele vivia, com a quimioterapia a que estava obrigado, queria que ele sentisse o apreço, a amizade, o bem-querer dos seus Colegas, que tinham por ele, como cidadão, um apreço pessoal, que demonstrei o tempo todo ter por ele; porém, mais do que isto tudo: respeito pelo homem público.

E aí vai uma palavra também sincera. Senador Jonas Pinheiro, Presidente Renan, o ex-Presidente Ramez Tebet era uma figura singular, Senador Geraldo Mesquita, singular no seu Partido. Singular como? Porque quero que seja? Não, pelos fatos que aconteceram. Que fatos? V. Ex<sup>a</sup> é do PMDB, como ele o foi a vida inteira. V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que ele foi Presidente do Conselho de Ética, escolhido pelo Partido e pela Casa. O Partido só indica alguém para o Conselho de Ética quando esse alguém guarda ética no seu comportamento, e só é Presidente o escolhido absolutamente infenso a acusações de qualquer defeito no padrão ético de sua conduta pessoal. Partia daí. Esse era o capital inicial dele. Mas V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que, em um dado momento, em um momento de impasse do governo passado, surgiu a necessidade de composição do governo com indicação de nomes do PMDB; e o PMDB precisava ter nomes de consenso, defensáveis; nomes sobre os quais ninguém apresentasse qualquer tipo de contestação. Escolheram quem? Ramez Tebet. Foi ele o nome de consenso para ser Ministro, numa hora de dificuldade de composição de governo, para estabelecer padrões de governabilidade. Buscaram quem? Ramez Tebet, uma reserva do PMDB. Isso acontece com muita gente. E, na hora em que o ex-Senador Jader Barbalho deixou de ser Presidente e se estabeleceu um período tampão para se eleger o novo Presidente, precisaram de alguém de consenso, também na Bancada majoritária. Foram buscar quem? Ramez Tebet, que estava Ministro e voltou para a Casa para ser candidato de consenso a Presidente da Casa. E foi eleito.

Lembro-me como se fosse hoje, Senador Maguito Vilela – naquele corredor, eu estava atrás dele –, a satisfação, o murro no ar que ele deu quando apareceram 41 votos para Ramez Tebet. Ele havia passado da metade mais um e estava eleito Presidente do Senado. Ele era um homem singular. Na sua modéstia, na sua simplicidade, ele foi um homem singular que deixa um exemplo de comportamento nesta Casa.



É hábito, quando as pessoas se vão, se fazer o necrológio do elogio. Às vezes, o elogio é difícil de ser feito. No caso de Ramez Tebet, para mim, o elogio é fácil de ser feito, Senador Ney Suassuna, porque falo de Ramez Tebet de coração aberto, porque falo de um bom cidadão, de um bom companheiro, de um bom brasileiro e de um bom político, que deixa nesta Casa um belo exemplo de correção e de seriedade a ser seguido por todos nós.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Jonas Pinheiro.

**O Sr. Jonas Pinheiro** (PFL – MT) – Eminente Líder José Agripino, Sr. Presidente do Senado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também estou aqui para repassar um velho filme, gravado nos idos de 1975. Naquela época, o Presidente Geisel instituiu um Programa, chamado Polocentro, para ser aplicado nos cerrados brasileiros dos Estados de Mato Grosso, Goiás, do Triângulo Mineiro e no Distrito Federal. Fui nomeado – à época, eu era um jovem veterinário – para coordenar esse programa de crédito rural e assistência técnica. A região de Três Lagoas fazia parte desse programa, por isso para lá me dirigi, juntamente com uma equipe de assessores, para ali implantar o Programa Polocentro. Lá, nos reunimos – técnicos e produtores – com o gerente do Banco do Brasil. Foi de lá que veio a informação: “Jonas, você só implantará esse Programa em Três Lagoas, onde o povo é muito desconfiado e tem medo de fazer financiamento – os juros do financiamento naquela época de inflação alta eram 7% ao ano –, se conseguir implantá-lo em primeiro lugar na fazenda do Prefeito Ramez Tebet”. Fui procurar o então jovem Prefeito de Três Lagoas, Ramez Tebet, para apresentar-lhe o Programa. Imediatamente, fomos ao campo conhecer a propriedade, onde foi implantado o primeiro projeto da região de Três Lagoas. Por isso, meu Líder, o projeto foi bem-sucedido, ou seja, porque houve o exemplo dado pelo então Prefeito e produtor Ramez Tebet. A partir daí, o Programa cresceu e, mais do que isso, tivemos extraordinários resultados com o Programa, o Polocentro, Programa de Desenvolvimento do Cerrado, em Mato Grosso, em função da iniciativa do Prefeito Ramez Tebet. Evidentemente que tive muitas outras oportunidades de estar com Ramez Tebet. Quando ele ocupou o cargo de Superintendente da Sudeco, eu já era Deputado Federal, e, naquele tempo, Mato Grosso havia sido recentemente dividido. Portanto, havia, entre nós, aquela amizade de mato-grossenses e, posteriormente, nesta Casa, como Senador e como Ministro da Integração Nacional. Ramez Tebet, como todos já disseram, foi um verdadeiro conselheiro para todos nós. Portanto, ficamos todos na saudade

de Ramez Tebet, sabendo que o exemplo dele é para ser seguido por todos os Senadores desta e das futuras gerações. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> complementa, com a sua fala, uma lacuna em meu pronunciamento. A defesa permanente, a intransigente posição que Ramez assumia em qualquer questão que dissesse respeito ao Centro-Oeste de V. Ex<sup>as</sup> – de V. Ex<sup>a</sup>, que é de Mato Grosso e dele, que era de Mato Grosso do Sul. Ramez Tebet era um intransigente quando se tratava de defender questão do Centro-Oeste – V. Ex<sup>a</sup> se lembra disso. Ele era um homem de partido. No entanto, se mexessem com qualquer questão que não coincidissem com as suas convicções e se não fosse das convicções regionais, não havia quem contasse com o voto de Ramez Tebet, que era um peemedebista autêntico, mas era um homem independente. Era homem de partido, sim; mas era homem de Brasil! Se as idéias do Partido dele, no entendimento dele, em algum momento não coincidissem com as idéias que ele entendesse serem as do Brasil, ele votava “não”. Mas hora nenhuma ele votou “não” contra o interesse da região de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jonas Pinheiro, que era a região dele. Isso era o atavismo, o reconhecimento, o compromisso, a raiz.

Por essa razão – acho que já me delonguei bastante, Presidente Renan Calheiros –, quero, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que eu gostaria muito de tê-lo acompanhado na viagem que fizeram, no sábado – encontrava-me distante, no Rio Grande do Norte –, às exéquias do Senador Ramez Tebet, lamentar não ter podido ir dar o meu último adeus ao meu amigo Ramez, e apresentar condolências à D. Fairte, a Ramez e a Rodrigo, à Prefeita Simone, mas principalmente à médica, a quem não conheço, Eduarda, de quem Ramez me falava tanto que me ouvia: se você estiver me ouvindo, receba um abraço afetuoso de um amigo do seu pai, que o queria muito bem e tem por ele grande respeito.

Que Deus o proteja!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, encontramos em uma tarefa triste, sofrida: relembrarmos a presença de Ramez Tebet, um amigo, com quem convivi por dois mandatos.

O Senador José Agripino disse, com muita propriedade, que ele era um homem de partido, um homem que estava sempre ligado a nós, em nossas difi-

culdades, a nos aconselhar, e sempre com prudência. Eu, como sou muito agitado, às vezes, considerava sua prudência demasiada. No entanto, ele era, com toda a certeza, uma das últimas pessoas a falar, a nos aconselhar.

Ramez foi um amigo pessoal com quem convivi em muitas ocasiões. Uma delas foi a viagem que fizemos ao Oriente, aos países árabes, oportunidade em que ele me relembrou palavras e comidas típicas daquela região. Em suma, ele foi o meu instrutor naquela viagem, relatando-me os costumes e a culinária árabe. Sempre com aquele papo agradável, contava-me histórias interessantíssimas.

Ramez foi um *habitué* dos jantares que fazia em minha casa. Sempre indagava os Ministros e as autoridades que lá estavam com muita perspicácia, com muita sabedoria. Ele era um dos que não podiam faltar às nossas reuniões com os vários Ministros que se sucediam, aos jantares que proporcionávamos mensalmente em nossa residência.

Seja no PMDB, onde nós convivemos durante todo esse tempo, por mais de uma dezena de anos, seja no Ministério – ele foi Ministro da Integração, e eu o substituí naquela Pasta. Trocamos informações antes da minha entrada e depois da minha saída. Sempre estávamos conversando sobre as necessidades tanto do Estado dele quanto do País em geral.

Fui com ele ao Estado do Mato Grosso do Sul e vi como ele era querido. Particpei lá, como Ministro, de várias inaugurações. Ele me acompanhou em todas elas, e eu fiquei perplexo de ver como ele era querido no seu Estado.

Como Líder do PMDB – ele, como Vice-Líder, ultimamente –, eu via o grau de humildade que ele tinha. Ele veio falar comigo um dia para pedir desculpas pelas vezes em que não podia estar nas Comissões ou nas reuniões, por causa de seu estado de saúde. E me contava, com muita tristeza, sobre a evolução da doença; contava-me, Senador Mão Santa, que o médico havia dito que ele precisava descansar, que ele tinha de ir para casa e descansar. E ele foi, mas, sentindo uma tristeza tão grande por estar isolado, apenas assistindo à TV Senado, não podendo estar aqui conosco, que pensou: “Eu não posso me dar a esse luxo. Mesmo que eu morra lá, tenho de estar lá, participando do partido, dos problemas nacionais e dos debates”. E ele veio e me disse: “Quando não dói, não tem problema; porém, às vezes, sinto dores. Aí, sim, é um sacrifício maior, mas, mesmo assim, prefiro estar aqui”.

Agora, no final, com a quimioterapia minando, dia a dia, o seu organismo, eu liguei para ele várias vezes no hospital. Ele, que já estava com a voz sem a potência habitual, dizia: “Estou melhorando. Vou voltar”. Eu lhe dava forças, dizendo: “Estamos te esperando”. Enfim, eram aquelas conversas que, inexoravelmente, viremos a ter, um dia, com outras pessoas e com outros amigos – e aí me refiro até a nós mesmos.

Lamento enormemente a falta que esse companheiro fará, pelos seus conselhos, pelo seu posicionamento, pelas suas questões e pela sua humildade. Como eu acabei de dizer, ele tinha a humildade de pedir desculpas por não poder vir por causa da doença, e dizia: “Se for preciso, se estiver fazendo falta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania” – em que ele adorava estar presente e da qual foi Presidente –, “substitua-me; mas, se não for preciso, deixa, porque eu estou fazendo força para ir”.

Esse era o Ramez Tebet. Era um homem que, mesmo com todo esse sacrifício, toda essa doença, toda essa dor, estava aqui, lutando e cumprindo seu dever para com seu Estado, para com seu mandato, para com seu povo e para com o Brasil.

Fico muito triste, realmente, pelo passamento de Ramez Tebet, mas o seu sofrimento, nesses últimos dias, era muito grande. Ele estava sofrendo muito. Todos temos a nossa hora. Chegou a hora do meu amigo Ramez Tebet.

O exemplo dele fica, como Presidente desta Casa, como Presidente do Conselho de Ética, como Ministro de Estado, como Senador atuante. Enfim, como uma pessoa amiga que se vai, mas que nos deixa não só a saudade...

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PL – TO) – Senador Ney Suassuna...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PL – TO) – Senador Ney Suassuna, quero aproveitar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, até porque cedi o meu tempo para o Senador Paulo Octávio, para dizer que, realmente, esta Casa perde um grande amigo, um grande Líder. Moramos no mesmo bloco. Eu, que era praticamente seu vizinho, sempre me encontrava com ele nas caminhadas. Nos últimos tempos, ele já estava um pouco debilitado. Quando o encontrava, eu parava e o cumprimentava. Da última vez em que conversei com ele, disse-me: “Senador, estou animado. Vou me recuperar. Preciso ajudar este País”. Então, realmente, o Senador Ramez Tebet era um apaixonado pelo Brasil, pelo seu Estado, pela causa pública – um grande defensor. Lembrava um Senador

aqui hoje, mais cedo, um fato interessante: ele brigava por um empréstimo para o seu Estado, mesmo sendo adversário político do Governador. Esta, a figura do homem público, do representante que a população deseja para qualquer Estado brasileiro. Quero aproveitar a sua fala para dizer que realmente ele deixa muitas saudades. Já o conhecia antes, mas o conheci mais de perto assim que cheguei a esta Casa, há quase quatro anos, e tinha uma grande admiração pessoal por ele. Que Deus o tenha num bom lugar e que a sua família seja confortada! Nós vamos sentir muitas saudades dele, dos seus momentos, das suas tiradas aqui na Casa. Às vezes, ele era duro no enfrentamento, mas é muito importante que o político seja sincero; às vezes, é necessário que ele seja duro até com os seus amigos, em defesa das suas idéias, em defesa dos interesses do País. E assim era o Senador Ramez Tebet, que esta Casa e o Brasil conheceram. Meus parabéns pelo pronunciamento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup>, que também é um amigo, colocou muito bem essa posição. Lamento não ter podido ir ao enterro, mas lá estavam o Presidente Renan Calheiros, o Senador José Sarney e outros companheiros do PMDB, que nos representaram.

E quero, em nome da Liderança do PMDB, dizer da nossa tristeza, da nossa dor e transmitir à família este nosso sentimento, e também aos seus assessores, que gostavam tanto dele e de quem ele também gostava muito.

Então, deixo um grande abraço, em nome do PMDB, da minha amizade e da Paraíba. Um abraço!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem cumprimento pela belíssima entrevista dada à revista **Veja** desta semana – meus parabéns –, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dar um abraço especial em todos os funcionários do gabinete do Senador Ramez Tebet que estão aqui presentes, ao Chefe de Gabinete e a todos os amigos desse grande brasileiro, o inesquecível Senador Ramez Tebet.

Digo isso porque tive o privilégio de conviver com ele, durante dois anos nesta Casa, como seu Vice-Presidente na Comissão de Assuntos Econômicos e pude conhecer bem o seu brilhantismo, a sua competência, o seu destemor. Foi um aprendizado para mim. Devo

muito ao Senador Ramez Tebet e, por isso, deixo aqui, em primeira mão, um abraço a toda a família, o reconhecimento do Senado, o reconhecimento de Brasília a esse grande Parlamentar.

Venho também somar minha voz a esta honrosa homenagem que o Senado Federal presta à memória do nosso exemplar colega, Senador Ramez Tebet, representante do Mato Grosso do Sul nesta Casa.

Falo aqui em nome da minha família, no meu próprio nome e também em nome de todo o povo brasileiro, do mais simples cidadão aos nossos líderes empresariais, sociais, culturais e políticos.

Falo como Vice-Governador eleito do Distrito Federal e também em nome do futuro Governador, José Roberto Arruda.

Quero prestar esta homenagem a esse homem guerreiro, pai de Simone, que é Prefeita de Três Lagoas, sua cidade natal, de Eduarda, de Rodrigo, de Ramez, e à sua querida esposa.

O Distrito Federal tem uma histórica dívida de gratidão com o Senador Ramez Tebet, que nos deixou aos 70 anos, no final da semana passada, após uma árdua luta de 20 anos contra uma doença que não o curvou, não lhe tirou a serenidade, nem o desejo de lutar, com ética e coragem, pela vida e pelo povo brasileiro, que ele amou tanto.

Para orgulho de Brasília e de todos nós, o Senador Ramez Tebet recebeu, há cerca de seis meses, numa concorrida cerimônia realizada no auditório Petrônio Portella, o título de Cidadão Honorário de Brasília, outorgado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, por iniciativa da Deputada Eliana Pedrosa, colega do PFL, com o apoio e o respeito de todos os Deputados Distritais.

Há, entre Brasília e o Senador Ramez Tebet, uma firme costura, feita com a agulha da amizade recíproca e com a linha do carinho e do respeito. Uma costura eterna, inquestionável e indissolúvel.

Ele foi peça fundamental na aprovação pelo Congresso Nacional, em 2002, da proposta que apresentei, como Deputado Federal, para a criação do Fundo Constitucional do DF, pelo qual a União manteria as despesas de educação, saúde e segurança de Brasília, cidade que recebe e hospeda os Poderes federais.

Foi por seu esforço incomum que o Senador Ramez Tebet, então Presidente do Senado Federal, nas últimas sessões daquele ano legislativo, nos últimos dias de dezembro, com o Congresso Nacional prestes a encerrar seus trabalhos, levou nossa proposta a plenário para sua aprovação.

Era Relator do projeto o Senador por Brasília Lindberg Azis Cury.

Foi, realmente, uma jornada inesquecível. Juntos, toda a bancada do Distrito Federal, Deputados e Senadores irmanados, Ramez Tebet na liderança, aprovamos neste plenário o Fundo Constitucional e o levamos para sanção do Presidente da República, na época, Fernando Henrique Cardoso.

Por esse gesto, é possível avaliar a imensa gratidão que nós, brasilienses, temos pelo Senador Ramez Tebet. E me lembro aqui, como se fosse hoje, do último dia de sessão, em que, neste plenário, aprovamos o nosso Fundo. Já iniciada aquela histórica votação, um dos Senadores pediu vista do processo, querendo justamente paralisá-la, e Ramez Tebet, Presidente da Casa, impediu a vista e concluiu a votação. Naquele exato momento, decidiu-se o futuro da Capital de todos os brasileiros. Por esse gesto é possível avaliar a imensa gratidão que nós, brasilienses, temos pelo Senador Ramez Tebet. Graças à sua visão de futuro, somada à sua coragem cívica e patriótica, o Distrito Federal alcançou determinada independência financeira.

Sim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sem a sua compreensão e determinação, Brasília não teria esse apoio legislativo que a colocou como verdadeira Capital da República, num patamar digno de hospedeira dos Poderes da República.

Ao criar o Fundo Constitucional do DF, o Congresso Nacional trouxe respeitabilidade política e econômica aos nossos Governadores, que não necessitam mais ficar sempre de pires na mão, para se socorrer da União em face das nossas despesas de saúde, educação e segurança, que, constitucionalmente, eram bancadas pela União, mas sem fixação de valores, o que tornava a ajuda aleatória e dependente.

Essa sua atitude tem reflexos positivos e progressistas nos dias atuais e continuará tendo por muitos e muitos anos.

Disso, nós, moradores e dirigentes de Brasília, jamais, Senador Ramez Tebet, poderemos esquecer-nos.

Para falar sobre o gigantesco perfil e sobre a atuação política desse verdadeiro democrata, vários outros oradores já ocuparam ou certamente irão ocupar esta tribuna hoje; sei que o Senador Renan Calheiros o fará com muita competência. Mas não poderia deixar de pontuar alguns fatos que para mim são exemplares e apontam um caminho a ser seguido.

Afinal, nesta Casa, ele só deixou amigos. Sua carreira política teve uma trajetória brilhante, sempre

no rumo da concórdia e do entendimento. Formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, nunca perdeu o estilo eloqüente do advogado em busca de justiça.

Foi Promotor Público, Deputado e Prefeito pela sua cidade natal, Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Foi também Secretário de Justiça do seu Estado, Vice-Governador, Governador e Superintendente da Sudeco.

Sua atuação no Senado mereceu reconhecimento da sociedade e de seus Pares. Anos seguidos, foi apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como uma das cem mais importantes lideranças políticas do Congresso Nacional.

Convocado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir o Ministério da Integração Nacional, tomou posse em meados de 2001 e fez um belíssimo trabalho na pasta. Sua gestão, porém, teve de ser encerrada três meses antes do fim do Governo, pois foi convocado por seus colegas Senadores, para concorrer à Presidência do Senado Federal, que na época enfrentava uma de suas mais graves crises.

Com a serenidade de sempre e com a firmeza necessária, Ramez Tebet pacificou o Senado Federal, conduzindo o Congresso Nacional de volta ao caminho da normalidade institucional e da produção legislativa.

Esse é o perfil do político que ora homenageamos. Um perfil, como já disse, que nos serve de exemplo e de luz. Uma vida voltada para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar de sua gente querida do Mato Grosso do Sul e de toda a região Centro-Oeste.

Brasília jamais esquecerá esse grande amigo, Senador Renan Calheiros, seu colega do PMDB.

Ao receber o título de Cidadão Honorário, Ramez Tebet se intitulou “um brasiliense nascido nas barrancas do rio Paraná”. Lembrou também que sua participação na comissão que aprovou o Fundo Constitucional do DF “foi um serviço prestado ao Brasil, já que Brasília é a síntese deste País” e que se sentia “o quarto Senador do Distrito Federal”.

Agora, somos nós, de Brasília, que lhe retribuimos tanta generosidade.

Muito obrigado.

Senador Ramez Tebet, sua vida e sua memória estão gravadas, para sempre, nesta cidade construída pelo Presidente Juscelino Kubitschek, também seu colega de Senado, tão enaltecido ontem na entrevista



que o Senador Antonio Carlos deu à revista **Veja** como o melhor Presidente da história deste País.

Esteja onde estiver, Senador, é também em nome de JK que agradeço a convivência que tive com V. Ex<sup>a</sup>.

Deus saberá reconhecer sua missão.

Descanse em paz. Deus o abençoe e também a sua família.

Muito obrigado pela sua existência; muito obrigado por tudo que fez por Brasília e pelo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros – PMDB – AL) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, durante o sepultamento do Senador Ramez Tebet, conversando com a imprensa, tive a oportunidade de dizer que “Morrem cedo aqueles que os deuses querem bem”. A citação obviamente não é minha, mas do maior gênio da Língua Portuguesa, o poeta Fernando Pessoa, ao lamentar a morte de seu melhor amigo, de sua alma-irmã, o também poeta Sá Carneiro, que tão precocemente deixou o convívio de seus amigos. Somente os poetas, Senador Antonio Carlos Magalhães, os grandes poetas, têm este talento, a capacidade de expressar, com eloquência e precisão, nossos mais profundos e sinceros sentimentos.

Nestes momentos de dor e perda, eles e Deus são nossos melhores conselheiros, porque também nos lembram que, para além da perda, resta aos que aqui ficam os ensinamentos, o legado daqueles que se foram tão cedo. E, por falar naqueles que se foram tão cedo, quero lembrar o nosso querido e inesquecível Luís Eduardo Magalhães.

Sei que há aqueles que duvidam que a aridez e a tensão permanente da atividade política permitam cultivar amizades sólidas, duradouras e fraternas. Por isso, dou aqui o meu testemunho pessoal, Senador Cristovam Buarque. As perdas são muitas e para muitos. No caso de Ramez Tebet, a maior e incomparável é da família,

Dona Fairte e seus quatro amados filhos: Rodrigo, Ramez, Eduarda e Simone, que é Prefeita da cidade de Três Lagoas. Perde o Estado do Mato Grosso do Sul, perde o País, perde a sociedade brasileira. E eu, sem dúvida alguma, perco um amigo e irmão.

Mato Grosso do Sul perde um brilhante advogado, um grande promotor, um político dedicado que honrou sua terra natal e todos os cargos por que passou: desde o de Prefeito da sua querida Três Lagoas, passando pela Secretaria de Justiça, pela Sudeco, o Governo do Estado, o Senado Federal, o Ministério da Integração Nacional e a Presidência do Senado, onde deixou muitos e inestimáveis legados.

Quantos conselhos tenho memorizados, quantas lições aprendi com esse homem memorável! Mais do que a quantidade, a qualidade de seus ensinamentos me fizeram admirá-lo para sempre.

Ele e sua singular indignação – Ramez tinha esse dom. Sua indignação contra a injustiça era única, seu protesto era juvenil, por isso, contagiante. Diante das adversidades que enfrentamos juntos, e não foram poucas, via os olhos do Ramez brilharem quando uma solução lhe ocorria.

Os olhos brilhavam, ele erguia um dos dedos, e sugeria, com voz inconfundível e serena: “Renan, eu tenho uma solução”. Era um homem presente, sempre em busca de soluções, um incentivador da concórdia, muito embora não se negasse a entrar em justa disputa, se a circunstância assim o exigia.

Com Ramez, um homem de gestos sóbrios e maneiras comedidas, vi e aprendi que uma disputa não se ganha elevando-se o tom, mais ou menos como o som de um berrante que ecoa longe, cala fundo, sem agressividade. A vitória é consequência única da força dos argumentos e do lado em que se está na disputa. E bons argumentos e boas causas para defender Ramez Tebet tinha de sobra.

Ensinou-me que é melhor perder do lado certo a ganhar do lado errado, Senador Demóstenes Torres. Mato Grosso pode se orgulhar desse homem, o Senado pode se orgulhar desse homem. O Partido perde um homem de fibra, determinado, um trabalhador incansável, justo e equilibrado. Um equilíbrio que ele semeou no convívio com as leis e em sua busca eterna por justiça. Um homem que nunca – e minha convivência com ele me permite dizer – recusou um desafio, nunca hesitou diante de uma missão, mesmo que fosse a missão mais espinhosa.

A grandeza da alma e o desprendimento de Ramez Tebet conferiram-lhe um temperamento muito admirado por todos.

Até hoje, eu me recordo do desafio para o qual fui chamado. E é importante registrar que ele foi sempre convocado para missões do Partido. Até hoje, eu me recordo, Senador Antonio Carlos Magalhães, do espanto dele quando foi convocado para presidir o Senado Federal em um momento tão tempestuoso da vida nacional. Ele estava há três meses no Ministério da Integração Nacional. Seu espanto não era derivado da crise, não era derivado do temor. Seu assombro vinha da sua alma, que era muito simples e sem vaidades, que era imune à cobiça. Por isso, ele era um homem das vilas, dos povoados, do pantanal, e não



um admirador de palácios. O PMDB pode se orgulhar desse homem.

Perco um amigo, um irmão, um parceiro leal, brilhante, solidário, acima de tudo, um incomparável patriota, que tanto se preocupou com a defesa do Estado brasileiro, um político cuja sensibilidade social é admirada por seus pares e por seus conterrâneos. Poucos lhe superaram em fibra, coragem e pujança, mas se há uma única e coletiva lição na atividade política, esta é, sem dúvida, a transitoriedade das coisas. Todos sabemos disso, mas a atividade política nos introjeta esse conceito quase que diariamente.

As coisas são fugazes, e tudo passa tão rápido. A eternidade em nós está na crença em Deus, na alma e nos amigos que semearmos por onde passamos. E é isso que Ramez Tebet fez sobejamente. Ele manteve muitos amigos, e deixa órfãos os muitos amigos. Agora, sua ausência soará estranha entre todos os que ficam; uma ausência triste, que vai se eternizar no juízo, cristalizar na alma. Nesses momentos, é sempre muito difícil para quem fica, mas Deus, em sua sabedoria, o manterá ao Seu lado e cuidará bem do nosso irmão que de lá continuará, sem dúvida, zelando por todos nós.

Eu me orgulho de ter sido um amigo muito próximo do Senador Ramez Tebet. Há três dias – há pouco os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio também tiveram a oportunidade de dizer – falamos com Ramez Tebet ao telefone. Durante uma parte da conversa, ele me pediu para promover um encontro entre ele, que queria vir pessoalmente, o Presidente da República, o Governador eleito do seu Estado, André Puccinelli e sua filha Simone, Prefeita de Três Lagoas.

Quando contei, emocionado, ao Presidente que Ramez Tebet queria vir aqui para conversar com ele, Sua Excelência me disse que ligou para a família de Ramez, pois fazia questão de ir a Três Lagoas.

E marcou exatamente para esta segunda-feira a fim de que pudéssemos ir pessoalmente visitá-lo. Pediu-me que convidasse todos os Senadores, indistintamente de Partido, que quisessem visitar Ramez Tebet, porque ele fazia questão de ir pessoalmente a Três Lagoas visitá-lo.

Não houve essa segunda-feira com Ramez. O infortúnio aconteceu antes, no sábado. Mas nós fomos ao seu sepultamento. Eu tive a preocupação de representar indistintamente todos os Senadores do Senado Federal, e o sepultamento do Ramez, como a sua vida toda, serviu para que se encontrassem pessoas que há muito não se encontravam; serviu para que conversassem pessoas que há muito não conversavam.

Isso é também uma lição, é um legado que o Ramez deixa para o Brasil.

Como disse o nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães, há uma unanimidade nesta Casa no que diz respeito a Ramez Tebet, pelo homem público correto que ele representou e que representará para sempre. Como disse aqui o Senador Marco Maciel, lembrando Joaquim Nabuco, os grandes homens públicos são telúricos. Assim era Ramez Tebet. Por isso orgulhou a todos nós, seus contemporâneos, e orgulhará para sempre este Senado Federal.

Como lembrou aqui também o Senador Arthur Virgílio, a cada dia o Senador Ramez Tebet mais nos surpreendia pela bravura e valentia com que enfrentou a própria doença, o câncer. E seus amigos que trabalharam com ele o sabem. Vejo ali o Sr. Eustáquio, em nome de quem saúdo a todos. Quantas vezes o Senador Ramez Tebet saiu do hospital e veio diretamente para este Senado, para, da tribuna, defender o que acreditava! Idéias que ficarão para o Brasil.

O Senador Ramez, disse o Senador Paulo Paim há pouco, sintetiza esta Casa e todos nós. Era um republicano; um abolicionista. Era uma das melhores referências que nós tínhamos no Senado Federal. Quero aqui subscrever todas as palavras – que foram ditas a respeito do Senador Ramez Tebet – dos Senadores Alvaro Dias, Maguito Vilela, Romero Jucá, Heráclito Fortes, José Agripino, Magno Malta, Paulo Octávio e Roberto Saturnino.

O Senador Ramez era um guerreiro. Salve o guerreiro que o Senador Ramez simbolizava! O seu legado, como já disse, e seus ensinamentos ficarão para sempre. Essa é a verdadeira homenagem que deve ser prestada por este Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra pela ordem ao Senador Demóstenes Torres, aproveito este momento em que o Senado pranteia a memória do Senador Ramez Tebet para outorgar a S. Ex<sup>a</sup> o diploma de Professor **Honoris Causa** da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, iniciativa do Senador Antero Paes de Barros, subscrita por 79 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Essa homenagem deveria ter sido prestada em vida, mas Ramez sempre a adiou. S. Ex<sup>a</sup> tinha, na verdade, esse perfil. Mas, oportunamente, em solenidade em meu gabinete, entregarei o diploma a seus familiares.

É o seguinte o diploma:

**SENADO FEDERAL**

UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO – UNILEGIS

*A Mesa, em cumprimento à deliberação do Plenário do Senado Federal, resolve conceder o título de*

**PROFESSOR HONORIS CAUSA**

ao

**Senador RAMEZ TEBET,**

*pelos relevantes serviços prestados à Universidade e à sua consolidação como instituição de ensino superior, quando exercia a Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional.*

Senado Federal, em 17 de janeiro de 2006



Senador **Renan Calheiros**  
Presidente



Senador **Tião Viana**  
1º Vice-Presidente



Senador **Antero de Barros**  
2º Vice-Presidente



Senador **Efraim Morais**  
1º Secretário



Senador **João Alberto Souza**  
2º Secretário



Senador **Paulo Octávio**  
3º Secretário



Senador **Eduardo Siqueira Campos**  
4º Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) - Vou conceder a palavra ao Senador Demóstenes Torres e, em seguida, submeter à votação os requerimentos.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, naturalmente que a sessão está encerrada, porque o Presidente é a autoridade maior desta Casa, o homem que fala por todos nós.

Cheguei durante o momento em que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se pronunciava e adiro às suas palavras, bem como às de todos aqueles que falaram em homenagem ao nosso querido Ramez Tebet.

Gostaria apenas de lembrar algumas passagens que tive com ele. A primeira ocorreu antes mesmo de eu tomar posse como Senador. Eleito Senador, convidado por ele, a fim de participar da campanha no 2º turno de sua candidata, fui a Mato Grosso do Sul, mais precisamente a Três Lagoas, onde fui recebido de forma extraordinária. Outra ocasião, em visita à Presidência da Casa, onde o Senador me acolheu como a um irmão, como alguém de que já tinha alguma referência, como alguém que ele pensava poderia ter sucesso como Senador.

Em muitos momentos, especialmente em um, quando no início deste ano, ele me convidou: “Olha, Demóstenes, vamos bater um papo.” E fomos para um lugar de que ele gostava muito, um restaurante muito simples daqui. E lá pudemos trocar uma série de idéias, o que ele pensava sobre o Brasil e sobre algumas pessoas desta Casa. A grande angústia dele era com o fato de que o Brasil está vivendo um momento de ocupação simulado: todo mundo está muito ocupado, e o Brasil sem resultados práticos. É claro que ele apoiava e incentivava este Governo, mas, ao mesmo tempo, era uma espécie de crítico, que imaginava que as coisas poderiam ir adiante, caminhar.

Eu fazia algumas provocações a ele, como, por exemplo, o que ele achava das figuras do Senado e ele dizia: “Cada qual tem a sua missão. Tem você, que trabalha na área jurídica; tem o Cristovam Buarque, que entende muito de educação; tem o Mão Santa, que é um nordestino típico e que é um homem extremamente apurado em termos de conhecimento, que parece folclórico, mas é muito mais conhecimento”. Eu o espetava e lhe perguntava: “Mas e figuras como o Senador Antonio Carlos Magalhães?” Ele dizia: “São aquelas imprescindíveis à Casa. Muitos vão, depois que ele já

não fizer parte, perceber da importância que ele tem; ele, o José Sarney, a Heloísa Helena, o Pedro Simon”. E falávamos mesmo sobre o Parlamento.

Um dia, alguém que caminhava ao meu lado dizia: “Ele está saindo do hospital, mas a luta que ele tem para viver é um negócio impressionante. Olha, ele chega, às vezes, ao Senado quase carregado, mas, quando entra no plenário, faz questão de fazê-lo com coragem, pela sua altivez e para mostrar que, acima de tudo – acima até das suas forças físicas –, ele representa um ideal e seus eleitores em um Brasil que precisa ir adiante.

Então, as referências que tenho do Senador Ramez Tebet e a convivência que tive com ele são as mais elogiosas e as melhores.

Senti muito. Naquela manhã de sábado, liguei para o nosso querido Presidente, Senador Renan Calheiros, que iria – como, de fato, foi – fazer uma visita à família e levar as condolências de todos nós neste momento difícil. Não tive como ir porque eu estava em São Paulo e o problema de aviação que estamos enfrentando no Brasil é terrível.

No entanto, eu queria me unir a toda a Casa e fazer das palavras do Senador Renan Calheiros uma referência que todos nós gostaríamos de fazer. Foram palavras carinhosas e doces, mas verdadeiras, acerca de um homem que foi também um pouco do retrato do Brasil: um homem firme, um homem que se impunha não somente pela sua valentia – pois, quando preciso, também o era –, mas principalmente pelo conhecimento, pela galhardia, pela cortesia e pelo sentimento de que o Brasil pode chegar a ser aquele País do futuro e que não serão os Governos que, ocasionalmente, irão frustrar essa nossa expectativa.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Suas palavras são as palavras da Casa e eu adiro a elas.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, também peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atrevo-me a pedir a palavra, aproveitando a coragem do Senador Demóstenes Torres de quebrar a formalidade, pelo que lhe dou os parabéns – é bom ter um homem com essa coragem. Benefício-me disso porque, não tendo podido chegar antes por causa da viagem, não posso deixar de registrar o sentimento

que tive ao saber do falecimento desse grande Senador e grande colega.

No Senado romano, há muito tempo, havia a idéia de que, ali, não bastava ter apenas os grandes homens; era preciso ter também os melhores – e nem sempre um é sinônimo de outro. No caso de Ramez Tebet, podemos dizer não apenas que era um grande homem do Mato Grosso do Sul, mas também um dos melhores homens que a República brasileira teve.

Considero um privilégio as conversas que tive com ele. Basta lembrar os seus discursos: nenhum perdido em pequenas coisas, mas todos discursos voltados para o Brasil. Nós perdemos não apenas um Senador; perdemos um patriota.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendida.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

A sessão que hoje realizamos para homenagear a memória de nosso inesquecível amigo e colega senador Ramez Tebet não deve ser marcada pela tristeza. Ao contrário. Tenho a plena convicção de que ele gostaria de que nós estivéssemos aqui para lembrar de momentos desta Casa em que travamos embates importantes em nome de nosso país e de nosso povo, que ele tanto amava e tanto defendia.

É nesse sentido que venho à Tribuna, hoje, para recordar aquele que foi, sem nenhuma dúvida, um dos mais brilhantes parlamentares que este Senado já abrigou.

Sua dignidade, sua correção de caráter, sua bondade, seu equilíbrio e o exemplo de homem público são a grande herança que o senador Ramez Tebet deixa para cada um de nós.

Nos quatro anos que tive a honra de conviver com o senador Tebet, aprendi a importância do ânimo apaziguador, da conciliação e da concórdia, quando parecia não haver solução para o impasse.

Assim foi durante a tramitação da Lei de Recuperação de Empresas, ocorrida durante sua gestão à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, onde atuou como verdadeiro magistrado.

Assim foi em inúmeras vezes, neste Plenário, quando parecíamos precisar de uma voz serena, para encontrar um norte nas discussões apaixonadas, nos momentos mais complicados desta Casa.

O senador Ramez Tebet era a voz que dava o tom que precisávamos, O tom do equilíbrio e da garantia de que saberíamos encontrar a melhor solução, a resposta aos anseios da Nação.

Quantas e quantas sessões tumultuadas encontraram nas palavras do senador Ramez Tebet o consenso necessário para as votações equilibradas e sensatas que os projetos demandavam?

Assim como eu, creio que cada um de nós, parlamentares, deve ter recebido do senador Ramez Tebet, uma palavra de apoio, de encorajamento, um aparte esclarecedor.

Mesmo nas piores crises enfrentadas por nosso País, o senador Tebet nunca deixou de acreditar que o Brasil era maior que os seus problemas e encontraria as devidas soluções.

Sua vida pública foi referência política para o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.

Advogado, promotor público em Três Lagoas, cidade onde foi prefeito e governador do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministro da Integração Nacional no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e presidente do Senado Federal entre 2001 e 2003.

Hábil, tolerante, e ao mesmo tempo humilde e simples, o senador Ramez Tebet já deixa saudades entre nós. Sua presença há de fazer falta, sua presença serena, amiga e tranqüila. Mas suas lições de vida com certeza estarão gravadas para sempre em todos aqueles que fazem da vida pública um compromisso com a Nação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço as intervenções dos Senadores Demóstenes Torres e Cristovam Buarque. Entre os que homenagearam e prantearam a memória do Senador Ramez Tebet, quero incluir o Senador Efraim Morais.

Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As manifestações de pesar recebidas por esta Presidência pelo passamento do Senador Ramez Tebet vão à publicação.

São as seguintes as manifestações:


CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Queira Vossa Excelência receber e transmitir aos que fazem o Senado Federal a expressão do mais profundo pesar do Governo e do Povo Sergipano pelo falecimento do eminente Senador Ramez Tebet, figura ímpar da vida política brasileira.

Cordiais Saudações,

João Alves Filho  
Governador do Estado de Sergipe>>

Postado via INTERNET, em 18/11/2006 às 22:14.

REMETENTE	EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE JOÃO ALVES FILHO Avenida Adélia Franco, 3305 Grageru 49027-900 - Aracaju/SE	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros Praça dos Três Poderes -      Presidência do Senado Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA ME036816759BR      50934  TL4H



## CONTEUDO DA MENSAGEM


<< Apresento em nome desta presidência, dos integrantes deste Legislativo e dos funcionários nossas condolências aos senadores da república e aos familiares pelo falecimento do senador Ramez Tébet.

Ele deixa um legado de seriedade, responsabilidade, dedicação e hombridade em sua honrosa trajetória político-administrativa em favor da população de Mato Grosso do Sul e do Brasil, cujos exemplos serão representados pela grande solidez dos atos que ele praticou com reflexos positivos para esta e futuras gerações do país.

Pesarosas saudações,

Antônio Francisco Ortega Batel, vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Nova Andradina estado de Mato Grosso do Sul. >>

Postado via FONADO, em 20/11/2006 às 9:33.

REMETENTE	Câmara Municipal Antônio Francisco Ortega Batel Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade 901 Centro 79750-000 - Nova Andradina/MS	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....
DESTINATÁRIO	Presidente do Senado Renan Calheiros Praça dos Três Poderes .. Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA MF112758643BR 50943  TL4H TCP

Ofício nº 114/2006-CCS

Brasília, 20 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

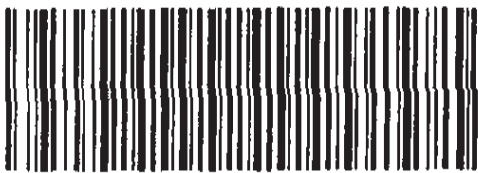
Senhor Presidente,

Transmito, em nome do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, os votos de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no último dia 17, ao tempo em que solicito que seja dado conhecimento de nossa solidariedade aos familiares do nobre parlamentar.

Respeitosamente, **Arnaldo Niskier**, Presidente.

<<LAMENTO MUITO FALECIMENTO GRANDE BRASILEIRO RAMEZ TEBET. TODOS NÓS, PRINCIPALMENTE OS AMIGOS E ADMIRADORES, ESTAMOS SAUDOSOS. SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A POLÍTICA E PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL FOI MARCANTE. RECEBA COM TODOS OS SENADORES MEU SOLIDÁRIO E FRATERNAL ABRAÇO. MINISTRO GUILHERME PALMEIRA. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS UNIÃO>>

Postado via INTERNET, em 20/11/2006 às 18:27.


REMETENTE	Presidente do TCU Ministro GUILHERME PALMEIRA SAFS Q. 04 lote 1 sala 257 01 Tribunal de Conta da União 70042-900 - Brasília/DF	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....
	DESTINATÁRIO Exmo. Sr. Presidente Senador RENAN CALHEIROS Praça dos Três Poderes s/n Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA ME036883634BR 50978  TL4H

## CONTEUDO DA MENSAGEM

<<COMO DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO APOSENTADA, ATUALMENTE ADVOGADA EM BRASÍLIA, EX-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO-MATO GROSSO DO SUL, VENHO MANIFESTAR MEU PESAR EM VIRTUDE DO PASSAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENADOR RAMEZ TEBET, ENALTECENDO A NOBREZA, A CULTURA, A FIDALGUIA, A PRONTIDÃO DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE AJUDA, TESTEMUNHANDO PRINCIPALMENTE PELO PERÍODO EM QUE FUI PRESIDENTE DO TRT, 1998/2000, QUANDO SEU APOIO FOI RELEVANTE PARA A MANUTENÇÃO DO TRT DA JUSTIÇA DO TRABALHO, E ENFIM, PELA MELHORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO BRASIL. CORDIALMENTE,

DESEMBARGADORA GERALDA PEDROSO TOSCANO  
SEPS 705/905 BLOCO B SALA 124 ASA SUL  
70165-900 BRASÍLIA-DF>>

Postado via BALCÃO unidade STO 10-69010-7, em 20/11/2006 às 16:45.

REMETENTE	DESEMBARGADORA TRT/24ª REGIÃO DRA. GERALDA PEDROSO TOSCANO Quadra SEPS 705/905 BLOCO B SL.124 Asa Sul 70390-055 - Brasília/DF	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) .....
DESTINATÁRIO	EXCELENTÍSSIMO SENADOR RENAN CALHEIROS Praça dos Três Poderes GAB.11 ANEXO II ALA SEN. AFONSO ARINOS Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA MP045158525BR 50971  TL4H TCC

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido a todos para, de pé, observarmos um minuto de silêncio.

*(Observa-se um minuto de silêncio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

### ORDEM DO DIA

1

#### REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2006, do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para examinar a regularidade dos repasses de recursos, pelo Governo Federal, inclusive autarquias e fundações, para Organizações Não-Governamentais (ONG) e Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), realizados nos exercícios financeiros de 2003, 2004, 2005 e 2006.

### ORDEM DO DIA

1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

2

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2006

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)*  
*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.054/2006 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006, de autoria

do Senador Efraim Morais, que *altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

3

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52*

da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rames Tebet.

8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 - art. 167)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências".

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de



iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

13

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

14

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

15

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

16

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 - COMPLEMENTAR

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 - Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

17

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

18

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

19

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

#### **MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS PREJUDICADAS**

##### **20**

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

##### **21**

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas.)*

**(OS Nº 15946/2006)**

# Ata da 189ª Sessão Especial, em 21 de novembro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

### *Presidência do Sr. Renan Calheiros*

*(Inicia-se a sessão às 12 horas e 8 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que se destina à abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal nos termos do Requerimento nº 1.022, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência tem a honra de convidar o Revmº Dom Odilo Pedro Scherer, Bispo Auxiliar de São Paulo e Secretário-Geral da CNBB, para compor a Mesa.

Convido também, com muita satisfação, o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, para compor a Mesa.

Tenho a satisfação de convidar, para compor a Mesa, a artista Isabel Fillardis, Presidente da ONG Força do Bem.

Convido também, para compor a Mesa, o artista Marcos Frota.

Convido o artista Guilherme Berenguer para compor a Mesa.

Convido também, para compor a Mesa, a artista Sheron Menezes.

Convido, para compor a Mesa, com muita satisfação, o Dr. José Fernandes Sardinha, Diretor da Rede Globo.

Vamos ouvir agora a apresentação do Coral do Senado Federal, com as músicas **Glória**, de Eldon Soares, e **Carinhoso**, de Pixinguinha e João de Barros.

*(Apresentação do Coral do Senado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Ney Suassuna.

S. Exª tem a palavra.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores que compõem a Mesa, minhas senhoras e meus senhores, estou muito feliz de estar aqui, porque, quando fazemos um retros-

pecto de toda a luta e de toda conquista das pessoas deficientes, vemos como a Humanidade mudou. No passado, em Roma, na Grécia, qualquer pessoa que nascesse com deficiência era descartada. A Humanidade era muito dura, a vida não valia absolutamente nada. Lembro-me bem das minhas aulas de História, onde se dizia que, principalmente em Roma, o pai não tinha um filho, o pai apanhava um filho. Tanto é que a palavra era *tozem*, apanhar. Se ele não quisesse aquele filho, por qualquer motivo, imediatamente aquela criança era jogada no monturo.

A religião cristã trouxe modificações. As grandes religiões, todas elas, as místicas, trouxeram modificações, mas muito mais na teoria do que na prática. Na teoria, todos acreditamos na igualdade, na necessidade, mas, na prática, vemos que nem todas as sociedades estão prontas para isso. É o obstáculo na rua, é a dificuldade da locomoção, é a dificuldade da formação, é a dificuldade de se ter empregos condizentes. São muitas as dificuldades, são muitos os obstáculos.

No Brasil, graças a Deus, já estamos passando por uma transformação rápida, e este Senado da República, graças principalmente ao descortino de V. Exª, Sr. Presidente, tem feito um esforço para que mudemos não só a legislação, mas também reconheçamos a necessidade dessas modificações.

A legislação precisa ser aprimorada. Precisamos dar as oportunidades. Quantas e quantas contribuições importantes para a Humanidade foram dadas por pessoas que tiveram ou que têm problemas!

Fico muito feliz quando vejo agora, nas novelas, nos filmes, a busca dessa redenção. Fico muito feliz quando vejo não só a Igreja, mas o meio artístico e todos os setores da sociedade lutando por essa melhora. E hoje é um dia importante para nós, porque é mais um marco em todo esse percurso. Temos obstáculos a vencer, sim, mas tenho certeza de que, por justiça, por gratidão e por todas as várias vertentes do Humanismo, precisamos vencê-los. Estou muito feliz de estar aqui ao lado de tantas pessoas que lutam por essa igualdade e por essas superações.

O Senado da República não poderia ficar de fora, Sr. Presidente, e enfatizo novamente que, graças ao descortino e à persistência com que V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado esse processo, seja fazendo exposições, seja instando para que a legislação seja modificada, temos buscado superar esses obstáculos.

Vamos dar continuidade a essas ações, e, nesta data em que o Senado se reúne nesta sessão solene, em nome dos paraibanos, mas especificamente em nome do PMDB, que tenho a honra de liderar, quero registrar o nosso apoio, a nossa solidariedade e a nossa consciência de que precisamos mudar esse horizonte e, principalmente, precisamos esquecer a parte mais antiga da nossa história e olhar um futuro em que tenhamos todos esses obstáculos vencidos, em que tenhamos a igualdade, a oportunidade e a justiça, principalmente a justiça.

É muito fácil para nós, que temos todos os sentidos e potencialidades funcionando, vermos uma pessoa com problemas de deficiência superá-los. Eles estão fazendo muito mais do que nós e, por isso, merecem muito mais nosso respeito e nossa consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros; Srs. Senadores, Senhores componentes da Mesa, saudação a todos os demais presentes, senhoras e senhores.

Ainda há pouco, presenciamos, em frente ao Congresso Nacional, uma caminhada envolvendo pacientes da Rede Sarah de Hospitais, ciclistas do “Rodas da Paz”, atletas do Comitê Paraolímpico Brasileiro, entre outros, como parte das atividades que integram a 2<sup>a</sup> Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal. Muito apropriadamente, o evento foi animado pela bateria da Escola de Samba Império Serrano, que, com sua arte, deseja despertar o povo brasileiro e as autoridades governamentais para a urgente necessidade de promovermos a plena inclusão social das pessoas com deficiência.

Como membro da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, como médico que sou, e, sobretudo, como cidadão e humanista, não poderia deixar de subir à tribuna nesta oportunidade para, primeiramente, parabenizar o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, pela firmeza com que vem conduzindo os esforços para tornar o Senado Federal uma instituição modelo de acessibilidade e inclusividade no Brasil.

Saúdo também a Presidente da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência, Mônica de Araújo Freitas, que tem contribuído, de modo decisivo, para que o Senado possa cumprir fielmente o que dispõe a Lei da Acessibilidade.

Desde que foi criada a Comissão Especial de Acessibilidade do Senado Federal, em 2004, já avançamos muito no sentido de tornar esta Casa mais acessível àqueles cidadãos portadores de necessidades especiais. Na parte externa do prédio, por exemplo, calçadas foram rebaixadas, placas de sinalização foram retiradas, e locais inapropriados e plantas com espinhos foram arrancadas.

Nas dependências do Senado, diversos banheiros foram adaptados, degraus e escadas substituídos por rampas, e alguns espaços ampliados para tornar possível a passagem de cadeirantes; cada portaria recebeu um triciclo motorizado para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência e de idosos. Além disso, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho passou por uma reforma, a fim de adequar suas instalações à realidade dos deficientes.

Há ainda outras iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela Comunicação Social do Senado, como o sistema de legendas *closed caption*, usado nas transmissões da TV Senado em benefício dos deficientes auditivos, e o **Programa Inclusão**, que vai ao ar pela TV Senado e conta com a participação de uma intérprete da Libras, a Língua Brasileira de Sinais.

Finalmente, ressalto que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações é a pioneira na edição em braile, entre as instituições públicas: diversas obras de relevo já foram impressas nesses caracteres, como o **Constituição Federal**, o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e o **Código de Defesa do Consumidor**.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, fizemos muito, é verdade, num curto espaço de tempo; mas ainda há muito por fazer, não apenas aqui no Senado, mas em todo o Brasil; muitas são ainda as dificuldades com que os 24 milhões de pessoas com deficiência se deparam no seu dia-a-dia, para realizar as tarefas mais corriqueiras, como, por exemplo, tomar um ônibus, assistir à televisão ou caminhar pelas ruas das grandes cidades brasileiras.

A 2<sup>a</sup> Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que se estenderá até o dia 26 deste mês, reforça o compromisso inarredável do Senado Federal com respeito aos direitos humanos, direitos esses já consagrados pelo Direito Internacional, principalmente aqueles relacionados às pessoas com deficiência.

Quero, nesta oportunidade, manifestar meu apoio perpétuo a todas as iniciativas que venham a facilitar o exercício da cidadania dos portadores de necessidades



especiais; quero ressaltar também que a inclusão social desses milhões de brasileiros e brasileiras, historicamente marginalizados e estigmatizados, constitui não só uma simples obrigação legal, mas, sobretudo, um imperativo de consciência, de ética e de justiça.

Ao concluir este breve pronunciamento, gostaria de saudar também os Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, por sua incansável luta em prol dos deficientes, e a todos que, nesta Casa, colaboraram para que fosse possível realizar-se esta 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, digníssimos componentes da Mesa, Senador Efraim Morais, Senador Paulo Octávio, Dom Odilo Scherer, Dr. Paulo Skaf, Isabel Fillardis, Guilherme Berenguer, Marcos Frota, Sharon Menezes, José Fernandes Sardinha, cumprimento a cada um e a todos que participam desta sessão solene que inicia a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com a qual o Senado pretende despertar atenção de mais pessoas para essa problemática.

O pessoal comentou, quando eu estava vindo para cá, que eu vesti a camisa. Acho que é isto mesmo: vestir a camisa, fazer com que a sociedade como um todo tenha esse comprometimento de enfrentar as diferenças como elas precisam ser enfrentadas. Em primeiro lugar, partindo do princípio de que ainda bem que somos diferentes. Que terrível seria o mundo se diferenças não existissem, se não tivéssemos de trabalhar e lidar com as diferenças! O que não podemos admitir é que o trato dado à diferença seja o da discriminação.

Quando lidamos com as diferenças, temos sempre de levar em consideração alguns pontos. A diferença é algo que precisa ser olhado, tratado e conduzido de forma a que as pessoas não se achem nem melhor, nem mais, nem acima, nem além das outras pessoas. O trato da diferença tem de ser sempre no sentido de convergir para que cada um, com a sua peculiaridade, com o seu traço, com a sua formação física, mental, social e intelectual possa contribuir para a harmonia do universo onde vive. Tratar as diferenças como diversas e não como adversas, não como algo que precisa ser eliminado, mas como algo que precisa, pela valorização do trato, da condução, integrar os diferentes e constituir uma sociedade harmoniosa, onde cada um contribua,

conforme sua maneira, conforme sua constituição. E todos têm uma maneira de contribuir.

As pessoas que convivem cotidianamente com portadores de necessidades especiais sabem de que estou falando, porque o convívio faz com que as pessoas atentem para determinadas nuances das relações entre as pessoas da convivência. Muitas vezes determinadas situações não nos alertam, não nos contemplam, não nos desafiam.

Portanto, essa convivência dos diversos, dos diferentes é extremamente salutar. Um evento como este que o Senado promove pela segunda vez, a 2ª Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência, tem por objetivo exatamente superar os obstáculos e promover alterações na legislação, no comportamento, no espaço físico, enfim, em tudo aquilo que muitas vezes impede que os diferentes participem e contribuam. Esta 2ª Semana vale para isso. Foi um sucesso a 1ª Semana, Presidente Renan Calheiros, e tenho certeza de que esta também o será. Nós todos estaremos vestindo a camisa e participando ativamente para que os diferentes, todos eles – todos nós somos diferentes sob vários aspectos –, estejam de mãos dadas para que a diferença seja o somatório, e não a exclusão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, pelo Partido de Frente Liberal.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros; Senador Efraim Morais; Dom Odilo Scherer, representando aqui São Paulo; meu caro Paulo Skaf, que representa a indústria neste País; grande atriz Isabel Fillardis, presidente da Força do Bem; Guilherme Berenguer, Marcos Frota, nosso amigo especial, a quem envio um abraço e o cumprimento especial pelo trabalho que tem feito em Brasília; artista Sharon Menezes; José Fernandes Sardinha, Diretor da TV Globo.

Quero dar um abraço especial na primeira-dama do Senado, Verônica, aqui presente, trazendo o primeiro neto do nosso Presidente – Efraim, Renzo está presente hoje. Esse é um momento histórico.

Quero deixar um abraço a todos os amigos de Brasília que estão aqui, a todas as pessoas que vieram a esta sessão solene. Vejo aqui a nossa querida Neuza França, que foi minha professora em Brasília, em 1962. Tudo bem, Professora Neuza França? Meu abraço para a senhora. Ao cumprimentar a professora, cumprimento todos os professores aqui presentes, todas as pessoas preocupadas com esse tema tão importante para o nosso País.



É com grande satisfação que saúdo o Senado por mais esta iniciativa de realizar a II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. É um fato extraordinário que merece todo o nosso apoio e incentivo.

Tenho visto as inúmeras iniciativas de inclusão das pessoas portadoras de deficiência patrocinadas por diversos segmentos da sociedade brasileira.

Inegavelmente, nosso País acordou para uma questão que sempre se fez presente, mas para a qual nunca se deu a devida importância: o provimento das condições necessárias para que o portador de deficiência possa exercer seu direito fundamental à cidadania plena.

São dignas de aplauso as novelas da Rede Globo, meu caro Sardinha, que aqui a representa, que sempre têm abordado o cotidiano das pessoas com deficiência. Agora mesmo, a novela das oito está discutindo os problemas enfrentados pelos portadores da Síndrome de Down, pessoas que, infelizmente, ainda são vítimas de preconceito e de discriminação.

Na esfera pública, é fundamental mencionar a atuação do Senado Federal na promoção da cidadania e do bem-estar das pessoas com deficiência. Em outubro do ano passado, foi realizada a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, evento que teve enorme repercussão e que alcançou estrondoso sucesso. Para se ter uma idéia, mais de dez mil pessoas participaram das atividades da Semana, número que superou em muito as expectativas.

É com grande contentamento, portanto, que participo da realização da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A propósito, eu gostaria de parabenizar o Presidente Renan Calheiros e o Senador Efraim Morais por esta brilhante iniciativa, que certamente será um marco anual da promoção da cidadania da pessoa com deficiência.

Bem sabemos que a sociedade brasileira tem feito muito para a inclusão dessas pessoas, mas é preciso fazer ainda mais! Não é rara nos noticiários da TV a cena de cadeirantes tentando vencer degraus na calçada ou mesmo entrar em prédios que ainda não possuem rampa de acesso. Também não são raros os locais que possuem rampa; mas a rampa é tão íngreme que é preciso um esforço sobre-humano para vencê-la.

É consenso entre os especialistas que a acessibilidade não deve ser somente física, mas também auditiva e visual. Muito me preocupa a situação dos nossos deficientes visuais, incapazes que são de distinguir entre as diversas cédulas do nosso papel-moeda, pois todas possuem o mesmo tamanho e formato. A meu ver, é um problema que mutila a cidadania dessas pessoas, condenadas a depender dos outros para atividade tão prosaica que é a de comparar os bens de que necessitam para o seu dia-a-dia.

Foi com essa preocupação que apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003, que prevê a diferenciação dos tamanhos das cédulas de papel-moeda, de forma a permitir sua correta identificação pelas pessoas com deficiência visual. Devemos adotar o exemplo de sucesso do euro, que, desde o seu lançamento, possui cédulas de tamanho diferente, por sugestão da União Européia de Cegos.

Infelizmente, não existe, no Brasil, nenhuma lei que obrigue o Banco Central a emitir cédulas em tamanhos diferenciados. Já é hora de mudarmos essa realidade! Essa medida simples beneficiará quase 17 milhões de brasileiros, pessoas que, no Censo do ano 2000, se declararam incapazes ou com alguma dificuldade de enxergar.

Ainda que existisse apenas uma pessoa com deficiência visual neste País, seria igualmente dever do Estado assegurar o gozo da cidadania plena a esse indivíduo! Não é um favor, é uma obrigação!

Ademais, a aprovação do Projeto beneficiará, acessoramente, a todos os cidadãos brasileiros, que encontrarão maior facilidade no manuseio das cédulas.

Lamento, Sr. Presidente, ser obrigado a dizer que o meu Projeto se encontra parado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desde março de 2005, aguardando parecer da relatora. Sinceramente, não acredito que esteja sendo dada ao Projeto a importância e a prioridade que ele merece.

Espero, sinceramente, que a demora para a apreciação da matéria não se deva a qualquer casuismo do Governo Federal, avesso aos gastos com a troca do meio circulante. Segundo Ofício que recebi do Banco Central do Brasil, o custo estimado para a confecção das novas cédulas é de 206 milhões de reais, valor ínfimo se comparado aos gastos do Governo Lula com publicidade.

Desde 2003, o Governo já gastou mais de 2,5 bilhões de reais só em propaganda. Só no ano passado foram quase 800 milhões. Por que não destinar parte desse valor para beneficiar os cidadãos brasileiros que possuem deficiência visual?

Não acredito que possa haver nesta Casa algum Senador ou Senadora com posicionamento contrário a um projeto que beneficiará, diretamente, quase 17 milhões de brasileiros. Recuso-me a aceitar que isso possa ocorrer.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a todos os membros deste Parlamento para que concedam ao meu projeto a prioridade necessária, de forma que ele possa ser aprovado o mais rapidamente possível e avançar em sua tramitação nesta Casa.

Todos sabemos que muito já foi feito pelas pessoas com deficiência. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que ainda há muito que fazer. Orgulhamo-nos do que

foi conquistado até agora, mas não nos acomodemos com o que já passou. É preciso avançar.

Quem sabe no próximo ano, Presidente Renan, nós possamos aqui estar, nesta mesma Semana, comemorando o lançamento do novo papel moeda, da moeda circulante, privilegiando as pessoas com deficiência visual.

As pessoas com deficiência já amargaram, por gerações, uma carga enorme de preconceitos e uma persistente falta de respeito a seus direitos de cidadão. Elas não podem mais esperar. Está em nossas mãos melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, resgatando sua auto-estima e garantindo-lhes o direito fundamental à cidadania plena. É o nosso dever como Parlamentares e, acima de tudo, como cidadãos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, senhoras e senhores, Srs. Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome de V. Ex<sup>a</sup>, quero saudar a todos que compõem a Mesa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, a minha palavra será rápida, para informar ao Brasil que, neste momento, construímos a 2<sup>a</sup> Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida por esta Casa do Congresso Nacional. Na condição de 1<sup>o</sup> Secretário, participo, ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dos membros da Mesa da Casa, das Diretorias e dos funcionários do Senado Federal, obedecendo à sua determinação. V. Ex<sup>a</sup>, no decorrer destes dois anos em que ocupa a Presidência desta Casa, tem desenvolvido um trabalho voltado para essa valorização, que se estende no Senado Federal por meio dos Senadores e Senadoras – cujos nomes não vamos citar – que fazem um trabalho extraordinário nesta Casa, levando, desta tribuna para todo o País, o que tem sido feito e o que queremos, porque vivemos este momento de maior importância para a sociedade brasileira.

O Senado Federal vem prestigiando uma nova consciência de inclusão e acessibilidade. Abrimos espaços e estamos cumprindo o que determina o Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência, trazendo estagiários, valorizando pessoas com deficiência física e, acima de tudo, estamos tendo consciência do trabalho que vem sendo desenvolvido por este Brasil fora pelas Apaes, pelas Associações, pelas Fundações, por esta Casa, pelos artistas brasileiros. Espaços estão sendo abertos por meio das redes de televisão e rádios deste País, enfim, por um conjunto da sociedade que bus-

ca dizer ao Brasil, à sua sociedade e ao mundo que entendemos, sabemos e queremos continuar lutando para que haja essa igualdade.

Somos todos filhos de Deus. Somos todos criaturas que estão no mundo e devemos ser tratados e tratar com igualdade e com os mesmos direitos.

Sr. Presidente, neste momento, devo fazer um agradecimento que, com certeza, é de todos. Há aqui redes de televisão, emissoras de rádio, revistas, veículos da imprensa mostrando a todo o País este trabalho. E há pessoas ilustres e importantes da sociedade brasileira participando.

Devemos lembrar também que existe, por trás disso tudo, nos mais distantes recantos deste País – no meu Nordeste, no Sul, no Sudeste, em todas as regiões brasileiras –, pessoas que, no anonimato, trabalham pelos deficientes. Muitos não conhecem suas ações, seu amor e seu carinho por essas pessoas. É preciso viver isto; é preciso conhecer o que fazem essas pessoas simples e humildes que têm um coração enorme e que se dedicam aos nossos irmãos deficientes.

Agradeço a todos – nossa Igreja Católica, outras religiões, as Apaes, Associações, artistas, classe política – que têm buscado somar forças nesse sentido.

A minha mensagem vai para essas pessoas e também para a classe empresarial, que participa agora com mais presença desse projeto. E a minha palavra final é exatamente para aqueles que se encontram no anonimato, que trabalham sem condições físicas, sem recursos, mas com o coração. A eles, como representante do povo, principalmente do meu querido Estado da Paraíba, peço: vamos continuar trabalhando, porque o trabalho com o coração é maior do que qualquer outro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que falará pelo PDT.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, senhores e senhoras que compõem a Mesa – caro amigo Skaf, Marcos Frota, todos os demais – minhas senhoras e meus senhores, não há qualquer indicador melhor de uma civilização do que o tratamento correto, justo e eficiente aos portadores de deficiência. Muito mais do que o tamanho dos prédios, o número de automóveis, o Produto Interno Bruto, muito mais do que indústria, o que realmente define um País, uma sociedade com civilização, é o fato de conseguir que as pessoas sejam tratadas igualmente, sem discriminação e com suas deficiências intrínsecas compensadas pelas diversas

formas de que o mundo hoje já dispõe e que a ciência e a tecnologia hoje já oferece.

Alegro-me por estar aqui e sentir uma marcha pela civilização no Brasil, mas é preciso reconhecer que ainda estamos muito longe. Estamos muito longe, porque ainda não conseguimos fazer com que as deficiências sejam compensadas com apoios nem conseguimos fazer com que a discriminação seja eliminada.

O Brasil vai ser um País civilizado no dia em que ninguém deixar de andar por falta do apoio de um equipamento que permita o seu deslocamento, quando ninguém deixar de ver por falta de cirurgia ou de óculos, quando ninguém deixar de ouvir por falta de um aparelho ou de uma cirurgia, e quando nenhum adulto portador de deficiência auditiva deixar de entender o que é dito por falta de uma linguagem como esta utilizada na sessão especial de hoje.

Sabemos que está muito distante esse tempo. Para se ter uma idéia, temos tradução hoje porque se trata de uma sessão especial, mas todas as sessões do Senado já deveriam ter traduções para os portadores de deficiências auditivas. A Câmara dos Deputados já deveria ter isso. A TV Senado deveria fazer essa tradução simultânea. Já temos projeto de lei andando nesse sentido. É preciso aprová-lo.

Mas não quero falar apenas da deficiência de uma maneira geral. Quero lembrar que, no caso do Brasil, não dá para trabalhar nenhum ente social de maneira global sem analisar que ele se divide em duas partes: pobres e ricos. Quando falamos das mulheres, com todas as discriminações que sofrem, com toda desigualdade, temos ainda que fazer a diferença: as pobres e as não pobres. Quando falamos dos negros, com todas as características específicas de todos os negros, pela discriminação e pelos séculos de escravidão que os mantêm até hoje diferenciados, temos que lembrar que há ainda mais uma diferença: pobres e ricos. E, entre os portadores de deficiência, também existe essa diferença. É preciso quebrar isso. É preciso reconhecer não apenas que os portadores de deficiência precisam de ajuda, mas também que aqueles que são pobres além de portadores de deficiência exigem mais atenção ainda do que aqueles que, com seus recursos, conseguem às vezes compensar suas deficiências.

Esse é um ponto para o qual queria chamar a atenção. Não há no Brasil nada geral; tudo é dividido em duas partes. Crianças: ricas e pobres; negros: pobres e ricos. Cada um está dividido entre ricos e pobres. Temos que trabalhar a quebra da diferença dentro da diferença. A diferença dos que têm deficiência e a diferença entre os que têm deficiência.

Quero lembrar também uma diferença invisível, uma deficiência invisível que às vezes esquecemos,

como se não fosse deficiência. Falo da falta de escolaridade.

Uma pessoa sadia que enxerga, que anda, que ouve, mas que é analfabeta carrega uma deficiência que temos que compensar. A deficiência de não saber ler torna a pessoa de certa forma cega para muitas coisas, impossibilita-a de ouvir, pela leitura, muitas coisas, impede a pessoa de locomover-se, porque não é capaz de fazer viagens lendo um romance.

A educação não apenas é um instrumento para corrigirmos a deficiência intrínseca da falta de educação, mas ela é também o melhor instrumento para incluir os portadores das deficiências físicas e mentais.

Por isso, falando hoje aqui na semana das pessoas com deficiência, não podemos esquecer que, dentro desse mesmo universo, estão as pessoas sem acesso à educação. Elas são portadoras de deficiência e merecem ser lembradas, merecem que procuremos compensar essa deficiência da falta da educação, para que elas usem a escola como a melhor de todas as cadeiras de rodas, porque é uma forma de libertar as pessoas; para que elas usem a escola como os melhores óculos, porque permite ver o mundo através do estudo. Vejamos a escola como o instrumento principal da quebra das duas deficiências, a deficiência tal qual é chamada e a deficiência daqueles que são, além disso, pobres.

A escola é o berço da deficiência e o berço da desigualdade quando comparamos os que têm e os que não têm. Portanto, a escola é também o berço da igualdade e da quebra da deficiência para aqueles que têm acesso a ela, principalmente se ela for feita olhando com os olhos, com os ouvidos, com as pernas dos que precisam ter pernas, ouvidos e olhos.

Parabéns, Sr. Presidente, por esta sessão.

Espero que daqui saia uma lição: sociedade civilizada é aquela em que não há ninguém que não tenha a compensação das suas deficiências. Esse é o nosso desafio como Senadores. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Marcos Frota, que falará por todos os artistas.

**O SR. MARCOS FROTA** – Boa tarde a todos.

É um prazer muito grande estar aqui.

Quero parabenizar minha colega Isabel Fillardis que, como mãe, como atriz e como cidadã, tem feito um trabalho maravilhoso e que, de uma maneira ou de outra, associou-se, deu as mãos à equipe do Senado para que esta Semana ganhasse mais brilhantismo.

Quero ser bem rápido, bem sucinto.

Descobri, com o Jatobá, da novela América, a olhar a vida e as pessoas além das aparências e descobri que o preconceito fede. Caminhei, neste ano de 2006, por dezesseis Estados brasileiros e quarenta

idades, encontrando-me com a juventude, porque tenho esperança de que, por meio dela, possamos realmente dar um passo adiante.

O preconceito não depende de nenhuma política pública, de nenhuma lei; o preconceito é uma atitude interna, silenciosa, espiritualizada. De todos os grandes obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência, a mais violenta, a mais fedida e a mais criminosa é o preconceito. O preconceito exala um odor da alma de cada um de nós, dificulta a aproximação, o diálogo e o acolhimento.

Quem sabe o Brasil não possa vir a ser o campeão da inclusão? Quem sabe o Brasil não dê esse exemplo, por meio dessa geração que hoje tem de 14 até 20 anos de idade, que é mais leve, mais lúcida e mais espiritualizada, de acabar com o preconceito, preparar o caminho para uma nova geração que se aproxima, que já vem dotada dessa espiritualidade, dessa compreensão de que, aos olhos de Deus, todos nós somos iguais?

Estava pegando fogo na floresta, e o leão, com toda a sua autoridade, comandava a fuga dos animais. De repente, ele percebe a movimentação do beija-flor:

- Beija-flor, aonde você vai?
- Estou indo ali na cachoeira, colocando um pouquinho de água no meu bico e levando para a floresta.
- Ah, beija-flor, será que você não percebe o tamanho da sua insignificância?
- Puxa, é mesmo, mas, mesmo assim, acho vou continuar porque com um pouquinho de água que eu pegar ali, se eu conseguir preservar um pedacinho da floresta, é ali que eu vou tentar plantar uma flor.

Pois o leão modificou a sua atitude e, por meio do diálogo, convocou todos os animais a seguirem o exemplo do beija-flor. E se cada um da sua forma, cada um da sua maneira, pudesse pegar um pouquinho da água da cachoeira e levar para a floresta, se um pedacinho da floresta ficasse preservado, por ali eles poderiam reconstruir não só a floresta, mas uma atitude nova. Cada um tem de fazer a sua parte.

Eu, como artista, acredito na arte como instrumento de libertação espiritual das pessoas com deficiência. Por isso, desde 2003, eu e a minha equipe do Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis, responsável pela Universidade Livre do Circo, realizamos o “Somos Todos Brasileiros”. Em 2003, foi no ginásio do Ibirapuera, em São Paulo; em 2004, aqui na Esplanada dos Ministérios; em 2005, na sede da Universidade Livre do Circo; hoje, interior do Estado de São Paulo, na cidade de Vinhedo, no Parque Hopi Hari; em 2006, duas

versões: no Rio de Janeiro, no Rio Centro, na 1ª Feira Nacional de Reabilitação e Acessibilidade; e agora, dia 15 de novembro, em Belo Horizonte.

Convoco todas as pessoas sensíveis com essa causa a seguirem o exemplo do beija-flor. Cada um tem que fazer a sua parte.

Obrigado ao Senado, obrigado ao Presidente Renan, à sua equipe, por, mais uma vez, perseverar, persistir e transformar essa semana como de referência para todos os Estados.

Estou conversando com o Presidente Paulo, da Fiesp, e com o Senador Renan, para que essa Semana seja multiplicada em todos os outros Estados, para que seja levada essa iniciativa a todas as outras regiões do País. Que sejam utilizados exemplos como o da Isabel, para que essa bola de neve cresça e o Brasil seja então o campeão da inclusão.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp.

**O SR. PAULO SKAF** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Renan Calheiros, Srs. Senadores Efraim Moraes, Demóstenes Torres, Dom Odilo Scherer, Sardinha, Marcos, Isabel, Guilherme, Senador Romero Jucá, minhas senhoras e meus senhores, Sr<sup>a</sup> Verônica Calheiros, agradeço a oportunidade de termos participado desse grande movimento de cidadania, desse grande exemplo de cidadania, que foi, está sendo e será esta 2ª Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência, um grande exemplo, como disse o Marcos Frota, um exemplo que juntos levemos a todo o Brasil, porque o Brasil precisa realmente de todos unidos: sociedade, Poderes Públicos, autoridades, artistas, todos de mãos dadas, a fim de que busquemos um Brasil melhor, que atenda a todos, aos 180 milhões de brasileiros.

Cumprimento a Sr<sup>a</sup> Verônica por esta idéia, por esta iniciativa porque, realmente, sem a vontade dela e do Presidente Renan Calheiros, não teríamos esta oportunidade, não teríamos este movimento tão bonito que, sem dúvida, estará se espalhando pelo País em breve.

A indústria tem a preocupação com o tema, tanto é que trabalhamos na preservação, na prevenção, na formação e na recuperação de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Em São Paulo, a Fiesp, o sistema Fiesp, por intermédio do Sesi e do Senai, tem como prevenção cursos como, por exemplo, o que previne para o uso de prensas, coisas similares, dos quais já tivemos 45 mil pessoas participando. O nosso objetivo é atingir 1 milhão de pessoas. Trabalhamos também manuais de segurança e saúde. Já fizemos com 9 setores e nosso objetivo é atingir em breve 20 setores. Pelas nossas 150 escolas fixas e móveis vão



passar este ano 800 mil alunos – teremos 800 mil matrículas. Nós, em todos os cursos, damos noções de segurança e saúde. Também, na parte da formação, temos cursos regulares, temos cursos especiais, principalmente na nossa escola de Itu.

O Senai de Itu faz parte da Rede Senai de São Paulo e é um centro de excelência, onde são oferecidos cursos e fabricados **kits** didáticos que são espalhados por todas as nossas escolas e por outros Estados do Brasil. Lá, desenvolvemos e fabricamos a primeira impressora Braille e, em parceria com outras 19 escolas do Senai de São Paulo, produzimos a máquina de digitação em Braille.

Também temos dois centros de reabilitação, e um terceiro está sendo construído agora em Santo André. Há vários lançamentos de livros em Braille e vários trabalhos focando a formação dessas pessoas, conseguindo a inclusão social por meio da inclusão econômica.

Essa é uma missão altamente gratificante. Realmente nos emociona muito o fato de estarmos aqui juntos, envolvidos em missão tão importante para o Brasil. Vinte e quatro milhões de pessoas neste País têm algum tipo de deficiência, não contando, como disse o Senador Cristovam Buarque, a questão da educação, que S. Ex<sup>a</sup> também considera uma deficiência. Sem considerá-la, são 24 milhões de brasileiros.

Esta é uma causa que realmente enobrece e que é altamente gratificante. Estamos muito satisfeitos.

A indústria muitas vezes é vista com a preocupação dos juros, da economia, da competitividade, da tecnologia, do comércio exterior, mas temos uma grande preocupação com as questões de responsabilidade social. Temos uma atuação muito forte na responsabilidade social, temos uma atuação forte na educação, na formação profissional, na saúde, no lazer, nas atividades culturais. Enfim, a indústria se preocupa, acima de tudo, com o Brasil.

Estarmos hoje nesta abertura da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência é uma preocupação com o Brasil.

Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros, pela honra de me permitir ocupar a tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado e parabéns a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra a Dom Odilo Pedro Scherer, Secretário-Geral da CNBB e Bispo Auxiliar de São Paulo.

**O SR. ODILO PEDRO SCHERER** – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Renan Calheiros, demais membros e presentes à Mesa, agradeço, antes de tudo, a honra de poder ocupar, por um momento, a tribuna do Senado

para dirigir-me aos Srs. Senadores e a todos os demais presentes, a quem saúdo.

Manifesto, em nome da CNBB, a satisfação por esta iniciativa tão importante desta semana, que já é a segunda, voltada para as pessoas com deficiência. Por meio desta palavra, trago o apoio, a valorização, o incentivo a esta iniciativa e os votos para que muitas iniciativas semelhantes possam repetir-se e multiplicar-se pelo Brasil afora.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil promoveu, nos meses de março e abril deste ano, durante o período da Quaresma, a Campanha da Fraternidade, que teve justamente como tema Fraternidade e as Pessoas com Deficiência.

O lema foi retirado de uma palavra de Jesus Cristo escrita nos Evangelhos. Ao se dirigir a uma pessoa que tinha uma deficiência, que estava marginalizada em um canto, Jesus disse: “Levanta-te, vem para o meio”. Esse é o lema da Campanha da Fraternidade, que traduz o propósito dela, ou seja, a inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos: inclusão social, educacional, cultural, econômica, na saúde e – é claro – religiosa.

Houve aqui a manifestação de representantes de vários setores, de vários segmentos da sociedade: do mundo político, do mundo da empresa, do mundo da arte. Não poderia faltar o mundo das organizações religiosas, das igrejas, que têm muito a dar, a contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência e para sua dignificação.

Nossa afirmação na Campanha da Fraternidade era justamente esta: as pessoas com deficiência têm plena dignidade, como as demais pessoas, por isso são também sujeitos de plenos direitos, tanto mais que toda a sociedade tem de se voltar para elas, porque são portadoras de fragilidades e precisam de um apoio, de uma atenção maior para com elas, a fim de que possam ser plenamente inseridas em todo o âmbito da vida, nas atividades da sociedade.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade a mim concedida e manifesto o meu apoio e a minha satisfação por esta iniciativa. Agradeço a todos os promotores desta iniciativa. Peço a Deus que os abençoe e faça frutificar abundantemente este trabalho para o bem de tantos irmãos e irmãs nossos que muito estão precisando justamente do apoio, do reconhecimento de toda a sociedade, de sua plena dignidade e, por isso mesmo, da sua inserção na sociedade como cidadãos de plenos direitos e com tantas possibilidades também de contribuir para o bem da sociedade. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Dom Odilo Scherer, Secretário-Geral da CNBB; Dr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp; Senador Efraim Morais,



1º Secretário do Senado Federal; Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional; Dr. Sardinha; Marcos Frota; Isabel Fillardis, Guilherme Berenger; senhoras e senhores, esta sessão especial de abertura da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, abrilhantada aqui pelo coral do Senado Federal, é mais uma evidência, Senador Cristovam Buarque, de como a Casa vem prestigiando uma nova consciência de inclusão e acessibilidade.

A nova postura em face do outro, essa valorização justa dos brasileiros com deficiência, que aqui por todos foi defendida, harmoniza-se com os valores da nossa democracia e com as funções do Senado de representar o interesse público e de buscar o bem comum.

Iniciativas como a 1ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência ocorreram no ano passado e contaram com o estímulo da Verônica Calheiros, minha mulher, e com a participação de uma fantástica equipe capitaneada, comandada, por Mônica de Araújo Freitas; pelo Diretor da Casa, Dr. Agaciel; pelo 1º Secretário, Senador Efraim Moraes; e por Senadores que, em todos os instantes de suas atuações parlamentares, lutaram para que isso efetivamente acontecesse.

Vejo aqui o Senador Paulo Paim, que nos inspira em todos os momentos, também o Senador Cristovam Buarque, que igualmente nos inspira. O Senador Eduardo Azeredo não pôde estar presente, mas sempre participou desse esforço. Isso tudo exemplifica o acerto do tema da nossa campanha de valorização: Com as nossas diferenças, somos todos iguais.

Desde o ano passado, estamos realizando um grande trabalho para garantir cidadania e acessibilidade no Senado, que afinal é uma Casa aberta, Senador Wellington, a todos os brasileiros.

Exemplo disso, Paulo Skaf, são todas as adaptações feitas no Senado Federal, baseadas em um rigoroso estudo das normas da ABNT para esse setor, como as rampas de acesso, o elevador de acesso ao salão negro, os banheiros adaptados e a ampliação de espaços para tornar possível a passagem de cadeiras de roda.

Também nos preocupamos com sinalizações especiais e com o lançamento, mais do que oportuno, da página do Senado na Internet adaptada aos deficientes visuais.

Criamos o Serviço de Apoio à Pessoa com Deficiência, que é formado por profissionais treinados na Rede Sarah de Hospitais e na Associação de Deficientes Visuais, e que auxilia o transporte e a locomoção, dentro da Casa, dos visitantes e dos funcionários. Exatamente para facilitar essa locomoção o Senado colocou, em cada portaria, modernos triciclos motorizados.

O Senado contratou tradutores de Libras (Língua Brasileira de Sinais), para auxiliar os visitantes nos *tours*, aqueles que comparecem nas Comissões, os expectadores da TV Senado e em todas as Cerimoniais Oficiais da Casa. Assim, sem dúvida nenhuma, nos tornamos a primeira instituição pública brasileira a oferecer esse serviço de apoio.

Contratamos – o Senador Efraim é responsável direto por isso – doze pessoas com deficiência para estagiar em diversos órgãos da Casa.

Realizamos, ainda, um censo interno que está norteando todas as ações que o Senado vem tomando, como as demarcações de vagas em estacionamentos privativos perto do local de trabalho de cada funcionário e a adaptação deste, de forma a minimizar quaisquer problemas causados pela deficiência.

A Casa também proporciona aos seus servidores um curso da língua brasileira de sinais, que, no próximo dia 13 de dezembro, formará sua primeira turma.

A acessibilidade é hoje, portanto, um paradigma das ações do Senado Federal.

Senhoras e senhores, a 2ª Semana de Valorização apresenta um conteúdo rico e variado, como aqui foi visto e como se pôde perceber na caminhada e também na abertura.

Tenho a convicção de que as audiências públicas para discutir a Lei de Cotas, Salário e Emprego, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e os demais debates resultarão, sem dúvida, em aperfeiçoamentos importantes na legislação pertinente.

Abrimos nossas atividades com a caminhada “Ser Diferente é Normal”, uma atividade lúdica e alegre, que contou com a presença de artistas, como Isabel Fillardis, aqui já citada, e Marcos Frota, além de Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, o Guilherme e a Sharon. O nosso querido Marcos Frota – nunca é demais repetir –, já colaborador antigo de nossa Casa, apresentará o espetáculo circense “Somos Todos Brasileiros”, que emociona, sem dúvida nenhuma, a todos que têm a oportunidade de assisti-lo.

Mais tarde, o músico Hebert Viana, filho de Brasília – há pouco, o Efraim cobrava que ele é filho da Paraíba também –, filho do Brasil, afinal, e exemplo de superação, que serve de modelo para cada um de nós, fará a sua apresentação especial com os Paralamas do Sucesso no auditório Petrônio Portela.

Ao longo de toda esta Semana, estará aberta, no Salão Negro, a Mostra das entidades que trabalham e contribuem para a melhoria da vida das pessoas com deficiência.

Além disso, serão apresentados espetáculos teatrais, com a participação de artistas de Brasília, e

exposição de artes plásticas, como fizemos também na Semana do ano que passou. Serão ainda inauguradas a Salas de Braille, na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e a Sala de Acessibilidade, com computadores – como vimos há pouco – adaptados para o acesso aos conteúdos em áudio e texto, na Biblioteca da Casa.

O Senado tem, asseguro a todos, amplas condições de liderar os novos tempos de inclusão social, para o benefício de toda a cidadania.

Com efeito, a expansão contínua da acessibilidade figura, há tempos, entre as metas centrais das ações voltadas para a responsabilidade social da Casa e traduz-se em medidas concretas, como essas, que vêm melhorando a conformação do nosso espaço físico e virtual para os nossos servidores e também para nossos queridos visitantes.

Afirmo, ainda – alguns já disseram isso –, que não basta a alteração da infra-estrutura física, mas são necessárias também efetivas mudanças de comportamento.

Minhas senhoras e meus senhores, acessibilidade é um conceito amplo, que representa, para o nosso usuário, o direito de acesso, mediante equipamentos e programas adequados e respeito às diferenças.

Se muito fizemos até agora, daqui para frente poderemos fazer ainda mais.

Seremos, tenho certeza, a referência nacional para uma bem-sucedida experiência de inclusão das pessoas com deficiências. Desse modo, o Senado servirá de inspiração para as Casas Legislativas congêneres, nos Estados federados, e para todas as demais instâncias do Poder Público do nosso País.

Há pouco, Marcos Frota disse aqui – e eu conversava também com Paulo Skaf – que poderíamos fazer isso em todos os Estados da Federação, sem exceção, numa parceria dessas entidades aqui presentes e de outras que aqui não puderam estar, mas contando, principalmente, com a participação da Fiesp, do Senado Federal e da Federação das Indústrias de cada Estado da Federação brasileira.

Senador Cristovam, mais do que o mero cumprimento da Lei nº 10.098, de 2000, essas e outras ações da Casa comprovam o nosso compromisso para com a responsabilidade e a inclusão sociais.

Cada pequeno acréscimo na acessibilidade desses brasileiros tão especiais resulta, como eu dizia, na melhoria de inclusão e de cidadania em benefício de todos.

Reafirmo, por fim, a minha convicção no total sucesso desta Semana e o meu pleno apoio às ações de inclusão social efetivadas na Casa.

Desenvolver a acessibilidade é, sobretudo, promover, como estamos fazendo, aqui, no Senado Federal, um maior equilíbrio de oportunidades para todas as pessoas.

Muito obrigado a todos pela presença e que tenhamos uma Semana de Valorização muito profícua.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma das personalidades mais marcantes do século XX foi Helen Keller, americana cega, surda e muda desde os 18 meses de idade, que aprendeu a se comunicar com o mundo a partir do trabalho magistral de educação desenvolvido pela Prof<sup>a</sup> Anne Sullivan, a partir dos seus 7 anos de vida.

Helen descobriu maneiras engenhosas de sentir as imagens e os sons. Disse ela, em sua obra: “Por vezes, se tiver sorte, coloco suavemente a mão numa pequena árvore e sinto o feliz estremecer de um passarinho que canta”. Por meio do tato, ela conseguia “detectar o riso, a tristeza e muitas outras emoções óbvias. Conheço as minhas amigas só por tocar-lhes as faces”.

Helen Keller sentia que o silêncio e a escuridão em que vivia lhe tinham aberto as portas para um mundo de sensações de que as pessoas mais “afortunadas” nunca se apercebem: “com os meus três guias fiéis, o tato, o olfato e o paladar, faço muitas excursões às zonas limites da cidade da luz”.

Sras. e Srs. Senadores, o potiguar Clodoaldo Silva já bateu tantos recordes, em tão pouco tempo, que passou a ser chamado de “Clodoaldo Recorde da Silva”. Foi superando as barreiras do tempo que este brasileiro se firmou como o mais badalado atleta paraolímpico das águas. Na Paraolimpíada de Atenas, chegou a ser comparado com o americano Michael Phelps, por causa das seis medalhas de ouro e uma de prata conquistadas em oito provas. Após o *show* nas piscinas gregas, Clodoaldo se consagrou como o melhor atleta paraolímpico brasileiro de todos os tempos.

Com apenas 26 anos, tem, ainda, um amplo caminho profissional pela frente. Um de seus maiores trunfos foi a eleição de melhor atleta paraolímpico do mundo, título concedido pelo Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), em novembro de 2005.

O atleta teve paralisia cerebral por falta de oxigênio durante o parto, o que afetou os movimentos das pernas e trouxe uma pequena falta de coordenação motora. Conheceu a natação como processo

de reabilitação em 1996, mas foi convidado a levar o esporte em nível profissional, tal era o talento que ali começava a se revelar. Com um currículo invejável de medalhas, Clodoaldo encara com humildade cada título conquistado. Sempre de bom humor, o atleta é um notável especialista nas provas dos 50m e 100m, mas surpreendeu em Atenas em todas as outras provas, tal foi o nível que o competidor conseguiu atingir. “Batalhei bastante para transformar o ouro numa realidade em Atenas”, conta-nos Clodoaldo.

Sr. Presidente, essas duas pequenas histórias que reproduzi, a título de introdução de meu pronunciamento, falam-nos da capacidade de superação das pessoas portadoras de deficiência num mundo que não foi construído para elas. E de como pessoas de mente aberta podem ajudar a integrá-las à sociedade de modo produtivo e com excelência.

Todos nós conhecemos a longa história de segregação que os deficientes tiveram em todas as sociedades ao redor do mundo, até bem pouco tempo atrás. Foi preciso uma nova consciência para que se passasse a enxergar as possibilidades de atuação dos portadores de necessidades especiais e de sua capacidade de contribuição para as nações.

A superação de preconceitos é um passo decisivo nessa nova forma de lidar com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Eis a grande questão que somos chamados a responder, nesse limiar do século XXI.

Normalidade e, portanto, deficiência, são conceitos relativos na sociedade. Os cegos, deficientes da visão, desenvolvem os demais sentidos, como a audição, o tato e o olfato, muito além dos que podem enxergar. A natureza é sábia! Sabe criar compensações que permitem aos seres humanos superarem limitações e se adaptarem à vida sem que haja rupturas ou traumas incontornáveis.

A capacidade de inserção dos portadores de deficiência ou das pessoas com necessidades especiais já está mais do que demonstrada. Nada justifica, portanto, promover a chamada cultura de guetos. O que ainda falta é a sociedade ajustar sua forma de tratar as pessoas de modo a dar-lhes o tratamento adequado às características de cada um.

Indago: isso é complicado para sociedades acostumadas a lidar de modo globalizado com as pessoas? É complicado, sim! E muito! Mas é também um ato de coragem e coerência acolher os deficientes e dar-lhes meios de inserção. Nossas próprias deficiências inter-

nas de lidar com as diferenças é que criam os entraves à inserção de todos na sociedade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que visa a despertar as consciências ao redor do País, é uma ação mais do que oportuna num Brasil que paulatinamente constrói sua cidadania.

Instituições como o Instituto Nacional de Educação de Surdos ou a Escola Benjamin Constant para cegos, ambos no Rio de Janeiro, são provas da dedicação de gerações de educadores no persistente trabalho de inserção de deficientes na sociedade. Superando obstáculos diariamente, vencem os atrasos causados pelo preconceito.

Meus nobres Pares, exemplo contundente é o atraso causado pelo preconceito contra a linguagem dos sinais, no Brasil chamada de LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais, que provocou enormes prejuízos às pessoas portadoras de deficiências fonoauditivas; assim como à sociedade, que se privou de sua melhor contribuição.

Criada no Século XVII, pelo Abade francês L'Épée, a linguagem dos sinais foi execrada pela Medicina e pela Filosofia durante mais de dois séculos, apesar do sucesso alcançado por esse dedicado educador com os cegos dos arredores de Paris. Só a partir de 1960 é que conseguiu se firmar como uma forma válida e eficaz de comunicação dos deficientes com o mundo. Quanto tempo perdido, por puro preconceito! Quantos seres humanos prejudicados!

Sr. Presidente, ao superar conceitos retrógrados e preconceitos é que conseguiremos construir uma sociedade justa e humana para todas as pessoas, sem exclusão de uma sequer. Para todas há um lugar útil e produtivo.

Esta semana de conscientização, associada à campanha do Senado Federal, cujo *slogan* apregoa que “com nossas diferenças somos todos iguais”, constituem um grande passo na formação de um Brasil mais justo e harmônico para todos nós.

É, pois, com grande satisfação e orgulho que participo deste evento, e com renovada disposição que continuarei a trabalhar pela justiça social em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 27 minutos.*)

# Ata da 190ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, João Alberto Souza,  
Papaléo Paes e Alvaro Dias

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS.SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/11/2006 07:44:54 até 21/11/2006 20:30:34

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PSDB	MT	ANTÉRO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	X	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

68  
Compareceram: 67 Senadores

*[Handwritten signature]*



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2006

#### **Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. ....

.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar:

**a)** o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo;

**b)** o mínimo de cinco por cento para candidaturas de pessoas portadoras de deficiência.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Diversas são as normas presentes na legislação brasileira com a finalidade de assegurar aos portadores de deficiência a inserção plena na sociedade.

Na Constituição, destaca-se, entre outros dispositivos, o art. 37, VIII, que reserva percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ao regulamentar o mandamento constitucional, estipulou em até 20% o percentual de vagas reservado aos portadores de deficiência.

Após alguns anos de operação, é possível concluir que a reserva de cargos e empregos públicos tem-se revelado instrumento eficaz de inclusão social desse segmento da população brasileira. Res-

pondeu pela incorporação ao mercado de trabalho de inúmeros cidadãos cujas oportunidades de emprego seriam, sem dúvida, reduzidas na ausência dessa regra.

Uma lacuna há, no entanto, no conjunto de normas voltadas para a proteção dos portadores de deficiência e sua inclusão social: a garantia do acesso aos mecanismos de representação política. Essa dimensão é crucial, uma vez que a continuidade do avanço na legislação, assim como na fiscalização de sua observância, depende da eleição de mandatários comprometidos com a questão.

Da mesma forma que a lei estabelece uma regra de proporcionalidade nas listas de candidatos de partidos e coligações que impede a exclusividade de cada sexo, a regra objeto do presente projeto propõe também uma reserva de vagas, de modo a garantir ao menos 5% de candidatos portadores de deficiência nas listas de cada partido ou coligação.

Dessa maneira, fica assegurada a diversidade da população brasileira não na representação eleita, que depende exclusivamente do voto, mas na oferta de candidatos que os partidos apresentam aos eleitores.

Por essas razões, peço o apoio de meus pares para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senadora **Fátima Cleide**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

#### **Estabelece normas para as eleições.**

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

#### **Disposições Gerais**

.....

.....

#### **Do Registro de Candidatos**

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

.....

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2006****Institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação (PCE-PG).

Parágrafo único. O programa criado por esta lei é instrumento da política nacional de pós-graduação e complementa os programas de concessão de bolsas de estudo para alunos de mestrado e doutorado administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação.

Art. 2º São objetivos do PCE-PG:

I – contribuir para a formação de recursos humanos altamente qualificados nas quantidades e áreas de especialização necessárias ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do País;

II – contribuir, em particular, para a formação de mestres e doutores necessários à expansão e qualificação do ensino e da pesquisa nas instituições de ensino superior, assim como da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação tecnológica em empresas brasileiras;

III – proporcionar a brasileiros o acesso aos mais elevados níveis de formação universitária independentemente de seu padrão de renda ou riqueza pessoal presente.

Art. 3º Será constituído, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, que lhe prestará apoio técnico e administrativo, Comitê Gestor para coordenar as atividades do PCE-PG, definir suas diretrizes gerais, credenciar programas e cursos de pós-graduação, estabelecer sua programação anual, acompanhar sua implementação e proceder à avaliação anual dos resultados alcançados.

§ 1º O Comitê Gestor será composto por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, dos professores e dos estudantes de pós-graduação, nos termos fixados em regulamento.

§ 2º Os representantes dos empresários, dos professores e dos estudantes de pós-graduação no Comitê Gestor terão mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 3º A participação no Comitê Gestor não será remunerada e será considerada relevante serviço público.

§ 4º As despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, relativas ao PCE-PG, não poderão ultrapassar o montante correspondente a meio por cento do valor total do crédito concedido anualmente.

Art. 4º O crédito educativo será concedido a estudantes aprovados em processos seletivos de programas de pós-graduação previamente credenciado pelo Comitê Gestor do PCE-PG, segundo critérios estabelecidos por esse comitê em consonância com as diretrizes estabelecidas pela regulamentação desta lei.

§ 1º O credenciamento de programas e cursos de pós-graduação no PCE-PG tomará por base os resultados da avaliação da pós-graduação conduzida periodicamente pela Capes e as prioridades das políticas industrial, científica, tecnológica e educacional do País.

§ 2º O número máximo de estudantes que poderão receber crédito educativo por áreas do conhecimento, programas ou cursos de pós-graduação será definido anualmente pelo Comitê Gestor do PCE-PG, em função das prioridades das políticas industrial, científica, tecnológica e educacional e das disponibilidades de recursos do programa como um todo e das eventuais consignações específicas de recursos para determinadas áreas do conhecimento, cursos ou programas de pós-graduação.

Art. 5º O PCE-PG será financiado com recursos do Fundo de Financiamento do Programa de Crédito Educativo de Estudantes de Programas de Pós-Graduação (Fundo PCE-PG), instituído nos termos desta lei.

Art. 6º Constituem receitas do Fundo PCE-PG:

I – dotações orçamentárias;

II – cinco por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como quinze por cento dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;

III – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta lei;

IV – rendimentos e aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

V – receitas patrimoniais;

VI – doações de empresas, fundações ou pessoas físicas;

VII – consignações específicas de Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia;

VIII – transferências de recursos de outros fundos ou programas públicos da União, de Estados e Municípios; e

IX – convênios, acordos multilaterais ou bilaterais de cooperação internacional.

§ 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir como despesas operacionais as importâncias doadas ao Fundo PCE-PG.

§ 2º Sem prejuízo do estabelecido no § 1º, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o valor correspondente a até sessenta por cento da importância doada ao Fundo PCE-PG.

§ 3º As pessoas físicas poderão deduzir do Imposto de Renda devido os valores efetivamente doados ao Fundo PCE-PG, nos limites e condições estabelecidos na legislação do Imposto de Renda.

§ 4º As doações de empresas, fundações, pessoas físicas, assim como as transferências de recursos de outros fundos ou programas públicos poderão ser consignadas a cursos ou programas específicos de escolha ou interesse dos doadores.

Art. 7º Os recursos do Fundo PCE-PG serão aplicados na concessão de financiamentos a estudantes nos termos estabelecidos nesta lei, observadas as seguintes diretrizes:

I – o crédito será concedido ao estudante de pós-graduação e será destinado, prioritariamente, ao custeio das despesas de manutenção, aquisição de livros e demais materiais ou serviços necessários à conclusão bem-sucedida de seu curso de pós-graduação;

II – uma proporção não superior a quinze por cento dos recursos do fundo poderá ser destinada, especificamente, ao pagamento das taxas escolares de seus cursos de pós-graduação;

III – a duração dos financiamentos não poderá ser superior à duração regular do curso, sendo possível, em caráter excepcional, a dilatação deste prazo em até doze meses, por iniciativa do respectivo programa de pós-graduação;

IV – o saldo devedor poderá ser parcelado em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – serão cobrados juros estipulados no momento da contratação do crédito em taxa estimada como adequada para recompor os valores reais efetivamente emprestados, pagar a taxa de administração do agente financeiro e bancar os riscos de inadimplência das operações;

VI – serão requeridas garantias adequadas do estudante financiado;

VII – o Comitê Gestor do PCE-PG poderá estabelecer regras de amortização mais favoráveis a estudantes de determinados cursos de pós-graduação considerados de elevado interesse para o desenvolvimento nacional, ou que, após a conclusão do curso, venham a ser contratados em atividades profissionais

de interesse nacional caracterizadas por baixos níveis de remuneração salarial;

VIII – o Comitê Gestor do PCE-PG estabelecerá uma previsão anual dos custos decorrentes dos benefícios previstos no inciso VII deste artigo e a programação de benefícios a serem concedidos no exercício seguinte será limitada ao montante correspondente a no máximo trinta por cento do valor do crédito concedido;

IX – a cada final de exercício, será feito o balanço dos custos decorrentes da concessão efetiva dos benefícios previstos no inciso VII deste artigo e apurada a eventual ocorrência de custos superiores aos programados, o que, nesse caso, fará com que a diferença seja necessariamente debitada da programação do exercício imediatamente posterior.

Art. 8º A Caixa Econômica Federal será o agente financeiro do PCE-PG.

§ 1º O agente financeiro do PCE-PG poderá receber, a título de remuneração pelos seus custos operacionais, valor correspondente a até três por cento das operações de crédito.

§ 2º No máximo vinte por cento dos custos operacionais a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser transferidos para o agente financeiro no ato da contratação do crédito e o restante será transferido na medida em que ocorrerem os pagamentos dos débitos.

§ 3º O agente financeiro poderá receber até o máximo de dois por cento dos resultados das aplicações financeiras das disponibilidades do fundo.

Art. 9º O inciso II do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
II – vinte e cinco por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como oitenta e cinco por cento dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;”

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O art. 218 da Constituição Federal estabelece que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. O § 3º do mesmo artigo estabelece, em particular, que o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

A política nacional de desenvolvimento da pós-graduação vem cumprindo com sucesso parte da determinação do § 3º do art. 218 da Constituição Federal e pode ser considerada um exemplo de política de Estado. Sua atuação tem sido consistente no tempo e persistiu independentemente das administrações que se sucederam no Governo Federal nas últimas décadas.

Segundo dados do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2006-2010, entre 1976 e 2004, por exemplo, o número de cursos de pós-graduação recomendados e apoiados pela Capes saltou de 673 para 2.993, o que representa um aumento de 5,6% ao ano. O número de alunos matriculados também vem crescendo a taxas aceleradas. Em 1987, por exemplo, eles chegavam a 37.195 e atingiram a 112.314 no ano de 2003, apresentando um crescimento de 300% no período. No mesmo intervalo, o número de titulados no mestrado aumentou em 757% e no doutorado, em aproximadamente 932%. Nos últimos anos o número de titulados em cursos de mestrado e doutorado tem crescido a taxas geométricas anuais de cerca de 15%.

Um pilar central da política nacional de pós-graduação tem sido os programas de concessão de bolsas administrados pelo CNPq e pela CAPES. Apesar de o número de bolsas de mestrado e doutorado ter crescido significativamente nos últimos anos, este crescimento não tem sido suficiente para acompanhar a acelerada expansão do número de estudantes de mestrado e doutorado, como pode ser verificado pelas seguintes passagens do PNPG 2006-2010:

Em 1991, a relação entre o número de bolsas efetivamente implementadas (CAPES + CNPq) e o total de alunos matriculados no mestrado era de 53% (19.072/35.865). Desde meados dos anos 90, vem ocorrendo uma queda nessa relação: em 2003, atingiu o valor de 25% (17.693/72.001);

Em 1991, a relação entre o número de bolsas efetivamente implementadas (CAPES + CNPq) e o total de alunos matriculados no doutorado era de 49% (6.000/12.219). Da mesma forma, desde meados dos anos 90, vem ocorrendo uma queda nessa relação: em 2003, atingiu a marca de 36% (14.507/40.213);

Além de os programas de concessão de bolsas administrados pelo CNPq e pela CAPES não estarem conseguindo acompanhar a expansão da pós-graduação brasileira, o valor das bolsas tem sofrido deterioração progressiva.

Após a implantação do Plano Real, em 1994, os valores das bolsas de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico concedidas pelo CNPq e pela CAPES foram congelados. O poder de compra das bolsas em fevereiro de 2004 representava 45%, isto

é, menos da metade daquele que essas tinham em janeiro de 1995. Somente no segundo ano do atual governo é que houve o primeiro reajuste dos valores das bolsas. A partir de março de 2004, as bolsas tiveram uma recomposição parcial de seu poder de compra, correspondente a uma elevação de 18% de seu valor nominal. A partir de fevereiro de 2004 não ocorreu nenhuma nova reposição das perdas acumuladas no período. Com isso, o valor da bolsa de doutorado, por exemplo, que hoje é de R\$1.267,00, deveria ser de R\$ 2.692,00 para ter o mesmo poder de compra de janeiro de 1995. A recomposição de tal poder de compra exigiria um aumento de 112%.

A queda progressiva do valor das bolsas de mestrado e doutorado tem comprometido os objetivos do Programa Nacional de Pós-Graduação. O baixo valor dessas bolsas tem reduzido o número potencial de pessoas interessadas em realizar cursos de mestrado e doutorado. É sabido que um significativo número de bolsistas de mestrado e doutorado tem sido obrigado a dedicar-se a outras atividades como forma de complementar seus rendimentos, prejudicando, com isso, a qualidade e o tempo de conclusão de seus cursos. Há que se considerar, também, o fato de que o reduzido valor das bolsas acaba desestimulando especialmente os possíveis candidatos pertencentes a famílias mais pobres, comprometendo-se parcialmente o objetivo nacional de aproveitar os mais capacitados intelectualmente e de maior potencial acadêmico, independentemente das posses de suas famílias.

A esse respeito, vale a pena reproduzir trecho de carta aberta enviada pela Associação dos Pós-Graduandos da UNIFESP ao então presidente da CAPES em maio de 2002:

Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento científico do Brasil teve como uma de suas forças propulsoras a organização da pós-graduação... Este modelo de desenvolvimento científico, baseado em um sistema de pós-graduação, tem como peça central o aluno de pós-graduação. Os pós-graduandos (...) produzem atualmente cerca de 30% da produção científica nacional. A implementação de "bolsas de estudos" pelos órgãos de fomento visou historicamente a possibilidade da formação de cientistas em massa, ao invés de uma pequena elite que podia dispor integralmente seu tempo à atividade científica. ...hoje (...) a análise atenta [desse sistema de pós-graduação] revela... desvios... que infelizmente comprometem a qualidade e põe em risco esse patrimônio nacional que é a formação de grupos nacionais de pesquisa, geradores de conhecimento e tecnologia. A CAPES e o CNPq, os dois órgãos federais de fomento de bolsas, continuam a exigir dedicação exclusiva de seus bolsistas. No en-

tanto, o baixo valor pago por estes órgãos dificilmente pode ser considerado adequado para um padrão de vida mínimo nos grandes centros urbanos, justamente onde se encontram os principais centros de pesquisa. O efeito imediato deste quadro são pós-graduandos abandonando a pós-graduação ou dedicando-se a subempregos ilegais, o que traz, naturalmente, uma queda na qualidade da pesquisa científica.

Cabe lembrar, também, que a deterioração dos valores das bolsas representa um fator adicional na dificuldade de retenção de pesquisadores no Brasil, contribuindo para a chamada “evasão de cérebros” para instituições de ensino e pesquisa de outros países.

A preservação da eficácia do instrumento bolsa de estudo na Política Nacional de Pós-Graduação requer a recomposição de seus valores e a expansão do número de bolsas concedidas. Contudo, a elevadíssima dimensão já atingida pela pós-graduação brasileira, sua contínua expansão e as necessidades crescentes de formação de pessoal de alto nível representarão obstáculos quase intransponíveis para que a recomposição de valores e a expansão do número de bolsas venham a ocorrer em montantes adequados às necessidades. Por essa razão, este Projeto de Lei propõe a criação de instrumento complementar àquela política que é o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Pós-Graduação (PCE-PG) e o seu respectivo fundo. Em certo sentido, é possível afirmar que essa proposta responde à necessidade, identificada pelo PNPG 2006-2010, de estabelecer “uma nova matriz orçamentária para o fomento do Sistema Nacional de Pós-Graduação”.

O Projeto de Lei ora apresentado cria o Fundo de Financiamento do Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Pós-Graduação (Fundo PCE-PG), que contará com recursos provenientes de inúmeras fontes, além das dotações orçamentárias regulares. Vale a pena destacar, a esse respeito, a possibilidade, estimulado por incentivos fiscais, do Fundo vir a contar com doações de pessoas físicas e jurídicas, à semelhança do que ocorre em diversos países avançados. Nesses países, é comum ex-alunos de instituições de ensino superior, especialmente de cursos de pós-graduação, contribuírem com doações para o financiamento das atividades de ensino e pesquisa de universidades ou programas de pós-graduação onde realizaram sua formação acadêmica. Os incentivos fiscais previstos no Projeto de Lei pretendem estimular a criação de tradição similar no Brasil.

O Projeto de Lei também prevê a possibilidade de Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia ou outros fundos e programas públicos da União, de Estados e Municípios, virem a fazer consignações para o Fundo

PCE-PG, destinadas a apoiar a formação de recursos humanos em cursos ou programas de pós-graduação de acordo com seus interesses ou necessidades.

É importante destacar que a estruturação e a forma de funcionamento desse programa buscam inspiração na bem sucedida experiência dos chamados Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, que passaram a assumir papel central no financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Existem, atualmente, fundos setoriais constituídos e em operação que contam com recursos próprios e exclusivos. Há fundos específicos para aeronáutica, agronegócio, Amazônia, transporte aquaviário e construção naval, biotecnologia, energia, setor espacial, recursos hídricos, tecnologia da informação, infra-estrutura, mineral, petróleo e gás natural, saúde, transportes terrestres e o chamado fundo verde amarelo, voltado para a integração universidade-empresa. Durante o ano de 2005, tais fundos arrecadaram, aproximadamente, R\$1,6 bilhões, dos quais cerca de R\$860 milhões foram contingenciados e R\$740 milhões foram efetivamente empenhados.

A criação do PCE-PG e de seu respectivo fundo, propostos neste Projeto de Lei, representa uma possibilidade efetiva de criar novos instrumentos para que a Política Nacional de Pós-Graduação continue a ser no novo século um exemplo bem sucedido de política de Estado. Para isso, tenho a certeza de poder contar com o apoio de todos e de cada um dos membros desta Casa.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senadora **Fátima Cleide**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

#### **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### **Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamenta-



ção própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo único. A participação da União no financiamento ao estudante de ensino superior não gratuito dar-se-á, exclusivamente, mediante contribuições ao Fundo instituído por esta Lei, ressalvado o disposto no art. 16.

### SEÇÃO I Das receitas do FIES

Art. 2º Constituem receitas do FIES:

I – dotações orçamentárias consignadas ao MEC, ressalvado o disposto no art. 16;

II – trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição, ressalvado o disposto no art. 16;

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2006

**Altera o inciso c e revoga o inciso d do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso **c** do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.....  
.....

**c.** O terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos quatro horas”, compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, e os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia e Acre.

Art. 2º Fica revogado o inciso **d** do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Há anos se discutem, no Congresso Nacional, proposições legislativas que visam à mudança na Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que divide a hora legal do Brasil em quatro fusos horários. As propostas variam desde a alteração de fuso horário em um único

estado até a unificação do fuso horário no Brasil continental. Nenhuma dessas matérias prosperou.

Trago de volta a questão para ser discutida nesta Casa, porque o Estado do Acre e a parte ocidental do Amazonas são as únicas regiões do Brasil que se submetem ao fuso horário caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas. Ao longo do tempo, tal fuso horário tem-se mostrado extremamente prejudicial aos interesses da população daqueles estados, em razão dos efeitos da contínua evolução tecnológica desde a edição da Lei nº 2.784, de 1913.

De fato, a redução permanente de uma hora no fuso horário permitirá nessa parte mais ocidental do Brasil uma maior integração com o sistema financeiro do resto do País, facilitará as comunicações e o transporte aéreo, e resultará numa participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos. Atualmente, durante o horário de verão, a diferença de fuso horário entre o Acre e Brasília chega a três horas, dificultando essa integração do estado com o restante do País. O mesmo vale para os citados Municípios do Amazonas.

Ademais, estudos mostram que o adiantar permanente de uma hora nessa região mais ocidental do Brasil permitirá uma melhor adaptação da ordem temporal interna da população, favorecendo o ciclo laboral e propiciando mais conforto às pessoas.

Do ponto de vista energético, há indícios de que essa alteração acarretará, também, economia de energia no sistema isolado do Acre, diminuindo despesas com a Conta de Consumo de Combustíveis, financiada por todos os consumidores do País.

A presente proposição foi apresentada juntamente com uma proposta de Decreto Legislativo que visa a convocar plebiscito para, democraticamente, ouvir as populações interessadas sobre a alteração permanente do fuso horário. Caso aprovada proposta de convocação do plebiscito, esse projeto de lei terá sua tramitação sustada, até que a população decida sobre a questão. A concordância da população interessada ensejará a retomada da tramitação. A discordância ensejará o arquivamento. Com isso, obtém-se, concomitantemente, economia e celeridade no processo legislativo.

Solicito aos excelentíssimos Parlamentares que, tendo a aprovação em plebiscito, seja sancionada a vontade popular mediante a aprovação dessa matéria de grande importância para os habitantes da parte mais ocidental do Brasil.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Tiã Viana**, PT/AC.



## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 2.784, DE 18 DE JUNHO DE 1913

**Determina a hora legal.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Para as relações contractuaes internaciaes e commericaes, o meridiano de Greenwich será considerado fundamental em todo o território da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º O território da Republica fica dividido, no que diz respeito à hora legal, em quatro fusos distintos:

a) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos duas horas”, compreende o arquipelago Fernando de Noronha e a ilha da Trindade;

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos três horas”, compreende todo o litoral do Brasil e os Estados interiores (menos Mato-Grosso e Amazonas), bem como parte do Estado do Pará delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javary, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leite do Xingu até entrar no Estado de Mano-Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich “menos quatro horas”, compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, o Estado de Matto-Grosso e a parte do Amazonas que fica a E de uma linha (círculo Máximo) que, partindo de Tabatinga, vá a Porto Acre;

d) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos cinco horas”, compreenderá o território do Acre e os cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a W da linha precedentemente descrita.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1913, 92º da Independência e 25º da República. – **HERMES R. DA FONSECA – Pedro de Toledo.**

(*Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2006

**Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar a obri-**

**gatoriedade de os partidos políticos informarem à Justiça Eleitoral, no ato de registro dos candidatos a postos do Poder Executivo, o respectivo programa de governo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

Art. 11. ....

§ 6º Além dos documentos referidos no § 1º, o pedido de registro dos candidatos a Presidente e Vice Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito e Vice-Prefeito deverá ser instruído com a respectiva proposta de programa de governo. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição

**Justificação**

A sociedade brasileira pôde observar, no processo eleitoral que viveu neste ano de 2006, que o debate a respeito dos problemas nacionais foi muitas vezes substituído por promessas vazias e acusações. O **marketing** eleitoral substituiu a discussão dos problemas nacionais, e esse fato decorreu de muitos fatores, dentre os quais esteve, certamente, a inexistência de parâmetros programáticos que fornecessem os elementos necessários para qualificar essa discussão. Com isso, saímos do processo eleitoral sem conhecer melhor o Brasil e os seus problemas e, menos ainda, as possíveis soluções.

Assim, com vistas a corrigir essa falha, estamos propondo a obrigatoriedade de os candidatos a cargos do Poder Executivo registrarem, na Justiça Eleitoral, a sua proposta de programa de governo.

Com essa providência, a democracia brasileira, com certeza, sairá amadurecida do processo eleitoral e a sociedade crescerá na compreensão do País, de seu Estado ou de seu Município, de seus problemas e das possíveis soluções, assim como dos entraves existentes e das dificuldades com que nos defrontamos.

O presente Projeto de Lei visa, então, a fazer com que os processos eleitorais não sejam, daqui por diante, limitados ao jogo dos marqueteiros, mas possam contemplar o aprofundamento dos debates a respeito dos nossos reais problemas.

Sala de Sessões, 21 de novembro de 2006 – Senador **Sérgio Zambiasi.**

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece normas para as eleições.**

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – cópia da ata a que se refere o art. 8º;

II – autorização do candidato, por escrito;

III – prova de filiação partidária;

IV – declaração de bens, assinada pelo candidato;

V – cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI – certidão de quitação eleitoral;

VII – certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII – fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

§ 3º Caso entenda necessário, o Juiz abrirá prazo de setenta e duas horas para diligências.

§ 4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto no **caput** deste artigo.

§ 5º Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais e Conselhos de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado.

(À Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2006

**Concede isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as aquisições, por pessoa portadora de deficiência física, de cadeiras de rodas, classificadas no código 87.13, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

Art. 2º A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-B:

“Art. 5º-B. Fica reduzida a zero a alíquota da contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita bruta decorrente da venda a deficientes físicos dos produtos classificados no código 87.13, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002.”

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 2º .....

§ 6º Fica reduzida a zero a alíquota da Cofins incidente sobre a receita bruta decorrente da venda a deficientes físicos dos produtos classificados no código 81.13, da TIPI. (NR)”

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais de que trata esta Lei só terão efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 4º.

### Justificação

O projeto de lei que ora apresentamos à elevada consideração das duas Casas do Congresso Nacional visa a garantir o cumprimento adequado do disposto no art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que manda a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios propiciarem a devida proteção aos podadores de deficiência.

Desde 1995, as pessoas portadoras de deficiência dispõem da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional. Parece-nos incoerente que tais pessoas não sejam beneficiadas também pela dispensa de tributos incidentes sobre a cadeira de rodas, equipamento mais amplamente utilizado que o automóvel pelos podadores de deficiência de todas as classes sociais.

O presente projeto representa uma grande oportunidade para a correção dessa injustiça, que prejudica principalmente as pessoas menos favorecidas. Muito freqüentemente, o elevado preço da cadeira de rodas representa verdadeira barreira econômica à integração social dos portadores de deficiência de menor renda.

Em relação ao IPI, apesar de a alíquota ser atualmente zero, achamos conveniente propor a isenção do imposto, para impedir qualquer tentativa futura de majoração pelo Poder Executivo.

Mas isso nos parece pouco, portanto propomos, também, a redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, na aquisição de cadeiras de rodas por deficientes físicos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposição legislativa que, ao ser convertida em lei, contribuirá sobremaneira para corrigir distorção que tanto tem prejudicado a pessoa portadora de deficiência mais pobre.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Osmar Dias**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre**

**o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

Art. 5º A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I – exportação de mercadorias para o exterior;

II – prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

III – vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º para fins de:

I – dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno;

II – compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º, poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

Art. 5º A. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus pata emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. (Redação dada pela Lei nº 10.865 de 2004) (Vide Lei nº 10.925 de 2004)

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme

o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento).

§ 1º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida pelos produtores ou importadores, que devem aplicar as alíquotas previstas: (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

I – nos incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações posteriores, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes e gás liquefeito de petróleo – GLP derivado de petróleo e de gás natural; (Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Lei nº 11.196, de 2005)

II – no inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e alterações posteriores, no caso de venda de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, nele relacionados; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004) (Vide Lei nº 11.196, de 2005)

III – no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da TIPI; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004) (Vide Lei nº 11.196, de 2005)

IV – no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no caso de vendas, para comerciante atacadista ou varejista ou para consumidores, das autopeças relacionadas nos Anexos I e II da mesma Lei; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004) (Vide Lei nº 11.196, de 2005)

V – no **caput** do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da TIPI; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004) (Vide Lei nº 11.196, de 2005)

VI – no art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de querosene de aviação; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

VII – no art. 51 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda das embalagens nele previstas, destinadas ao envasamento de água, refrigerante e cerveja, classificados nos códigos 22.01, 22.02 e 22.03, todos da TIPI; e (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

VIII – no art. 49 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante e cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

IX – no art. 52 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI; (Incluído pela Lei nº 10.925 de 2004)

X – no art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo – GLP derivado de petróleo e de gás natural. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

§ 2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta decorrente da venda de papel imune a impostos de que trata o art. 150, inciso VI, alínea **d**, da Constituição Federal, quando destinado à impressão de periódicos, que fica sujeita à alíquota de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento). (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05,11, todos da TIPI. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 4º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota da Cofins incidente sobre a receita de venda de livros técnicos e científicos, na forma estabelecida em ato conjunto do Ministério da Educação e da Secretaria da Receita Federal. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Lei nº 10.925, de 2004)

§ 5º Excetua-se do disposto no **caput** deste artigo a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que fica sujeita, ressalvado o disposto nos § 4º deste artigo, às alíquotas de: (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

I – 3% (três por cento), no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

**a)** na Zona Franca de Manaus; e (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

**b)** fora da Zona Franca de Manaus, que apure a Cofins no regime de não-cumulatividade; (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)



II – 6% (seis por cento), no caso de venda efetuada a: (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa da Cofins; (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES; e (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004)

.....  
 DECRETO Nº 4.542,  
 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

**Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.

Decreta:

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI..

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) constante do Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH) para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º O enquadramento de veículos no Ex 01 e no Ex 02 relativos aos códigos 8702.10.00 e 8702.90.90 da TIPI, bem assim nas condições estabelecidas na Nota Complementar NC (87-3) ao Capítulo 87 da TIPI está condicionado à manifestação da Secretaria da Receita Federal certificando que o veículo cumpre as exigências ali estabelecidas.

Art. 5º A Tabela anexa ao Decreto nº 4.070, de 10 de dezembro de 1996, é aplicável exclusivamente para fins do disposto nos art. 7º Lei nº 10.461, de 10 de maio de 2002.

Art. 6º No Anexo I nº 10.485, de 3 de julho de 2002, onde consta “8536.50.90 Ex 03” passa a referir-se a 8536.50.90 Ex 01.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 8º Ficam expressamente revogados, a partir de 1º de janeiro de 2003, os Decretos nºs 4.070, de 28 de dezembro de 2001; 4.186, de 5 de abril de 2002; 4.317, de 31 de julho de 2002; 4.318, de 31 de julho de 2002; 4.396, de 27 de setembro de 2002; 4.441, de 25 de outubro de 2002; 4.455, de 31 de outubro de 2002; e 4.488, de 26 de novembro de 2002.

Brasília, 26 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 142º da República.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
 DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das



despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2,238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

#### Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe á lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

.....  
 (Á Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2006**

**Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 124.....  
 .....

Parágrafo único. Na hipótese do inciso XIX, a proibição do registro se estende aos casos em que a marca se destinar a distinguir produto ou serviço não idêntico, semelhante ou afim, se o titular da marca demonstrar que a imitação configura concorrência desleal, prejuízo a sua imagem ou utilização indevida de sua imagem corporativa ou de seu prestígio. (NR)”

Art. 2º O art. 195 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 195.....  
 .....

XV – usa ou imita, marca, expressão ou sinal de propaganda alheios, para denigrir a imagem da empresa, produto ou serviço, ainda que não concorrente no mesmo mercado, ou aproveita-se injustificadamente da fama, prestígio ou imagem corporativa de titular de marca, a fim de obter vantagem econômica em ramo de atividade no qual a marca não está protegida. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), quando disciplina os direitos e obrigações decorrentes do registro de marcas no Brasil, protege as marcas de alto renome em todos os ramos de atividade. As marcas que não gozam desse status somente encontram proteção nos ramos de atividade para o qual o titular tenha solicitado o registro.

Entretanto, há marcas medianamente famosas, com inegável prestígio e reputação, mas que não podem ser classificadas como de alto renome. Essas marcas podem ser utilizadas maliciosamente em outros ramos de atividade para os quais não estão protegidas, já que o violador não é concorrente direto do detentor da marca. Trata-se da concorrência parasitária, que representa enriquecimento sem causa do utilizador e pode gerar danos à imagem do produto ou serviço protegido pelo registro da marca.

A fim de corrigir tal distorção, propomos a alteração de dois artigos da Lei da Propriedade Industrial: o art. 124, que ganhará um parágrafo único, a fim de proibir o registro de reprodução ou imitação capaz de causar confusão ou associação com a marca alheia, ainda que não idêntica ou semelhante, desde que o titular demonstre a concorrência desleal, o prejuízo a sua imagem ou a utilização indevida de sua imagem corporativa ou prestígio; e o art. 195, que tipifica a

concorrência parasitária como hipótese de concorrência desleal.

Embora existam abalizados entendimentos no sentido de que o art. 195 da Lei da Propriedade Industrial já abarca os casos de concorrência parasitária, acreditamos que a explicitação da conduta no tipo penal tomará mais claro o repúdio a esse comportamento malicioso e indesejável, com benefício não só aos titulares das marcas violáveis, mas também aos concorrentes honestos dos potenciais violadores.

Esperamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa a proteger as empresas honestas e aperfeiçoar o sistema de proteção das marcas no Brasil.

Sala das Sessões,

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

#### **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.**

Art. 1º Esta Lei regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante:

- I – concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;
- II – concessão de registro de desenho industrial;
- III – concessão de registro de marca;
- IV – repressão às falsas indicações geográficas; e
- V – repressão à concorrência desleal.

### SEÇÃO II

#### **Dos Sinais Não Registráveis como Marca**

Art. 124. Não são registráveis como marca:

- I – brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumento oficiais, públicos, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como a respectiva designação, figura ou imitação;
- II – letra, algarismo e data, isoladamente, salvo quando revestidos de suficiente forma distintiva;
- III – expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal contrário à moral e aos bons costumes ou que ofenda a honra ou imagem de pessoas ou atente contra liberdade de consciência, crença, culto religioso ou idéia e sentimento dignos de respeito e veneração;

IV – designação ou sigla de entidade ou órgão público, quando não requerido o registro pela própria entidade ou órgão público;

V – reprodução ou imitação de elemento característico ou diferenciador de título de estabelecimento ou nome de empresa de terceiros, suscetível de causar confusão ou associação com estes sinais distintivos;

VI – sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, ou aquele empregado comumente para designar uma característica do produto ou serviço, quanto à natureza, nacionalidade, peso, valor, qualidade e época de produção ou de prestação do serviço, salvo quando revestidos de suficiente forma distintiva;

VII – sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda;

VIII – cores e suas denominações, salvo se dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo;

IX – indicação geográfica, sua imitação suscetível de causar confusão ou sinal que possa falsamente induzir indicação geográfica;

X – sinal que induza a falsa indicação quanto à origem, procedência, natureza, qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina;

XI – reprodução ou imitação de cunho oficial, regularmente adotada para garantia de padrão de qualquer gênero ou natureza;

XII – reprodução ou imitação de sinal que tenha sido registrado como marca coletiva ou de certificação por terceiro, observado o disposto no art. 154;

XIII – nome, prêmio ou símbolo de evento esportivo, artístico, cultural, social, político, econômico ou técnico, oficial ou oficialmente reconhecido, bem como a imitação suscetível de criar confusão, salvo quando autorizados pela autoridade competente ou entidade promotora do evento;

XIV – reprodução ou imitação de título, apólice, moeda e cédula da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, ou de país;

XV – nome civil ou sua assinatura, nome de família ou patronímico e imagem de terceiros, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores;

XVI – pseudônimo ou apelido notoriamente conhecidos, nome artístico singular ou coletivo, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores;

XVII – obra literária, artística ou científica, assim como os títulos que estejam protegidos pelo direito autoral e sejam suscetíveis de causar confusão ou associação, salvo com consentimento do autor ou titular;

XVIII – termo técnico usado na indústria, na ciência e na arte, que tenha relação com o produto ou serviço a distinguir;

XIX – reprodução ou imitação, no todo ou em parte, ainda que com acréscimo, de marca alheia registrada, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com marca alheia;

XX – dualidade de marcas de um só titular para o mesmo produto ou serviço, salvo quando, no caso de marcas de mesma natureza, se revestirem de suficiente forma distintiva;

XXI – a forma necessária, comum ou vulgar do produto ou de acondicionamento, ou, ainda, aquela que não possa ser dissociada de efeito técnico;

XXII – objeto que estiver protegido por registro de desenho industrial de terceiro; e

XXIII – sinal que imite ou reproduza, no todo ou em parte, marca que o requerente evidentemente não poderia desconhecer em razão de sua atividade, cujo titular seja sediado ou domiciliado em território nacional ou em país com o qual o Brasil mantenha acordo ou que assegure reciprocidade de tratamento, se a marca se destinar a distinguir produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com aquela marca alheia. (“.)

## CAPÍTULO VI

### Dos Crimes de Concorrência Desleal

Art. 195. Comete crime de concorrência desleal quem:

I – publica, por qualquer meio, falsa afirmação, em detrimento de concorrente, com o fim de obter vantagem;

II – presta ou divulga, acerca de concorrente, falsa informação, com o fim de obter vantagem;

III – emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV – usa expressão ou sinal de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos;

V – usa, indevidamente, nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios ou vende, expõe ou oferece à venda ou tem em estoque produto com essas referências;

VI – substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em produto de outrem, o nome ou razão social deste, sem o seu consentimento;

VII – atribui-se, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve;

VIII – vende ou expõe ou oferece à venda, em recipiente ou invólucro de outrem, produto adulterado ou falsificado, ou dele se utiliza para negociar com produto da mesma espécie, embora não adulterado ou falsificado, se o fato não constitui crime mais grave;

IX – dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que o empregado, faltando ao dever do emprego, lhe proporcione vantagem;

X – recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem a concorrente do empregador;

XI – divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato;

XII – divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos ou informações a que se refere o inciso anterior, obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude; ou

XIII – vende, expõe ou oferece à venda produto, declarando ser objeto de patente depositada, ou concedida, ou de desenho industrial registrado, que não o seja, ou menciona-o, em anúncio ou papel comercial, como depositado ou patenteado, ou registrado, sem o ser;

XIV – divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de resultados de testes ou outros dados não divulgados, cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham sido apresentados a entidades governamentais como condição para aprovar a comercialização de produtos.

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Inclui-se nas hipóteses a que se referem os incisos XI e XII o empregador, sócio ou administrador da empresa, que incorrer nas tipificações estabelecidas nos mencionados dispositivos.

§ 2º O disposto no inciso XIV não se aplica quanto à divulgação por órgão governamental competente para autorizar a comercialização de produto, quando necessário para proteger o público.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, em decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2006

**Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos**



**por redes públicas e entidades da sociedade civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurada aos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como às entidades da sociedade civil que realizam cursos de alfabetização de jovens e adultos a utilização de salas de aula e demais instalações dos estabelecimentos federais, estaduais e municipais de educação básica, superior e profissional, sem quaisquer ônus para as instituições e para os usuários.

§ 1º O Poder Público da União, por meio de seus estabelecimentos de ensino, publicará, no primeiro mês de cada semestre, o número e localização das salas disponíveis por turno.

§ 2º As instituições beneficiadas, públicas ou privadas, assinarão termo pelo qual se responsabilizam por subtração e danos ao patrimônio da União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Ninguém ignora que, não obstante a história de inúmeras tentativas públicas e comunitárias, o Brasil ainda ostenta um número vergonhoso de analfabetos absolutos: mais de quinze milhões de jovens e adultos.

Assim, qualquer iniciativa que facilite a oferta de cursos de alfabetização é necessariamente bem vinda.

Como responsáveis pela legislação e fiscalização das ações no âmbito da União, de certa forma co-gestores da grande rede de estabelecimentos, nós, Senadores, temos o dever inalienável de contribuir, de todas as formas plausíveis, para a oferta de cursos de alfabetização em todo o território nacional.

Ora, é de nosso conhecimento que milhares de salas de aula das universidades federais, bem como da extensa rede de centros de educação tecnológica e de outros estabelecimentos de ensino da rede federal, estadual e municipal se encontram ociosas, principalmente em períodos noturnos, quando é mais viável a frequência de estudantes trabalhadores.

O presente projeto de lei tem como objetivo, salvaguardada a autonomia de muitos destes estabelecimentos para regular a matéria, assegurar que os analfabetos do Brasil contem com os espaços pedagógicos disponíveis para estudar nas universidades, nos centros de educação tecnológica, nas unidades de ensino médio e fundamental da rede federal, estadual e municipal.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), são explícitas na garantia do

direito subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental. Ora, a alfabetização é a integrante inicial desta etapa de escolarização obrigatória. Portanto, como os Estados e Municípios não se podem furtar à obrigação e dever de atendimento a todos os alunos que demandam o ensino fundamental, inclusive os que a ele não tiveram acesso na idade própria, também não é lícito que a União se furte a este dever, consignado como prioritário no inciso III do art. 11 da LDB.

Inspiramo-nos neste projeto em iniciativa da Deputada Arlete Sampaio, do Distrito Federal, que se converteu na Lei nº 3.875, de 22 de junho de 2006, que disciplinou esta prática na capital federal, onde a taxa de analfabetos é a menor do País.

Tenho certeza que meus pares acolherão o que persegue este projeto, para o qual solicito a atenção e urgência que o problema merece.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Cristovão Buarque**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996  
– LEI DARCY RIBEIRO

**Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional.**

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – .....

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

LEI Nº 3.875, DE 23 DE JUNHO DE 2006.  
(Autoria do Projeto: Deputada Distrital Arlete Sampaio)

**Assegura a utilização de salas de aula e demais instalações das escolas da Rede Pública de Ensino para a realização de cursos de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por entidades da sociedade civil, e dá outras providências.**

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica assegurada às entidades da sociedade civil que realizam cursos de alfabetização de jovens e adultos a utilização de salas de aula e demais instalações das escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.



Art. 2º O Poder Público informará, semestralmente, as escolas, com o número de salas de aula disponíveis por turno.

1º A utilização das salas de aula e das instalações dar-se-á sem ônus para as entidades, para os estudantes ou para os alfabetizadores.

2º As entidades usuárias assinarão termo por meio do qual se responsabilizarão por subtração danos ao patrimônio público.

Art. 3º Os pedidos de utilização das salas serão encaminhados às direções das escolas; apreciados pelo Conselho Escolar; e, posteriormente, encaminhados às Direções Regionais de Ensino.

Art. 4º As direções das escolas assegurarão as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho de alfabetização.

Art. 5º O Poder Público garantirá a todos os alfabetizados nos programas de que trata esta Lei a continuidade dos estudos nas escolas onde estiverem estudando.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo de quinze dias.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

.....  
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação cabendo à última a decisão terminativa.*)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006

**Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, o art. 13, da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62. ....

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para desenvolver, atividades voltadas a:

I – assistência social;

II – amparo a menores abandonados ou em situação de risco e idosos;

III – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

IV – educação;

V – saúde;

VI – segurança alimentar e nutricional;

VII – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VIII – voluntariado;

IX – desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

X – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção, publicação e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;

XI – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;

XII – atividades religiosas.

Art. 2º O Art. 63 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se outro modo não dispôr o instituidor, incorporados em outra fundação ou associação sem fins lucrativos, que se proponham a fim igual ou semelhante, a requerimento das interessadas, decidida pelo juiz, ouvido o ministério público.

Art. 3º O § 1º do art. 66 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. ....

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

..... ” (NR)

Art. 4º O inciso III do Art. 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67. ....

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de quarenta e cinco dias, findo o qual ou no caso do Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 5º O art. 69 da da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação ou associação sem fins lucrativos, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.”

Art. 6º A alínea a, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

§ 2º .....

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de fundações ou associações assistenciais sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua arca de atuação. ....”

Art. 7º Os incisos II e III, do § 2º, do art. 13, da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art .13 .....

§ 2º .....

II – as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por Lei Federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição federal, até o limite de três por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III – as doações, até o limite de cinco por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras: ....”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificação

As fundações de direito privado, disciplinadas no novo Código Civil nos arts. 62 a 69, constituem acervos patrimoniais, com personalidade jurídica própria, para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. De fato, a fundação é o instrumento utilizado pelas pessoas físicas e jurídicas para, em benefício da coletividade, legar às gerações futuras os ideais de solidariedade e de amor ao próximo, além da breve existência de uma vida humana.

O Código Civil de 2002 limita, indevidamente, a nosso ver, a constituição das fundações a quatro finalidades: religiosas, morais, culturais ou de assistência, o que não era previsto no Código Civil de 1916. Afirma José Eduardo Sabo Paes (Fundações e entidades de interesse social. Brasília: Brasília Jurídica, 2003, p. 259):

O art. 62 do CC de 2002, apresenta a mesma redação do art. 24 do CC de 1916, no entanto, acrescenta o novel legislador parágrafo único ao referido artigo, estabelecendo que fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

E continua o autor da obra citada:

À limitação da finalidade da fundação é totalmente contrária ao interesse público e inconveniente ao interesse da sociedade. Já há, inclusive, por parte do próprio relator (do Código Civil na Câmara dos Deputados), Dep. Ricardo Fiúza, projeto de lei propondo a supressão deste parágrafo ante a flagrante inconveniência da limitação de seus fins (PL nº 7.610, de 27-8-02).

Caso prevaleça a imposição do parágrafo único do art. 62 do Código Civil, as fundações que atualmente não atendem às taxativas finalidades previstas na lei correm o risco de extinção, conforme opina Décio Luiz José Rodrigues:

Entendemos que, dada a norma do art. 62, parágrafo único, do novo Código Civil, caso a fundação não tenha fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, é possível que se busque a sua extinção em Juízo, pois, hoje, somente é possível a existência de fundação com essas destinações.

Por outro lado a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que criou a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e o Termo de Parceria através das quais tais entidades e o Poder Público firmam instrumento de cooperação para o atendimento de seus objetivos, estabelece um

rol de finalidades que devem constar dos seus objetivos sociais.

Assim, o Termo de Parceria, que constitui modalidade bem menos burocratizada de se obter financiamento público para obras sociais, apresenta espectro bem mais diversificado de atividades desenvolvidas por entidades que pretendam ser alcançadas por tal benefício. Significa dizer que as fundações tem seu objeto limitado por lei, enquanto que qualquer outra entidade qualificada como OSCIP, necessariamente sujeita a um rígido controle e fiscalização, na medida em que podem vir a ser receptoras de recursos e/ou favores públicos, tem espectro de atuação bem mais vasto.

Defendemos, assim, a ampliação do escopo das fundações, previsto no parágrafo único do art. 62 do Código Civil, nos moldes do que já prevê a Lei nº 9.790/99, com pequenas alterações no que diz respeito à gratuidade dos serviços de promoção da saúde e da educação, haja vista a grande quantidade de fundações voltadas para estes setores, que não prestam, necessariamente, tais serviços gratuitamente.

Além disso, propomos a alteração do § 1º do art. 66 do Código Civil para dispor que velará pelas fundações que funcionarem no Distrito Federal ou em Território o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que conta com as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Fundações e Entidades de Interesses Sociais. Na Câmara dos Deputados, com a mesma finalidade, foi apresentado o Projeto de Lei nº 7.312, de 2002, de autoria do relator do Código Civil naquela Casa, Deputado Ricardo Fiúza. Na justificativa da proposição legislativa, seu autor afirma:

Art. 66. As modificações que se pretendem realizar nos parágrafos primeiro e segundo do art. 66 da Lei nº 10.406/2002, visam, de forma correta, inserir previsão legal para que as fundações sediadas no Distrito Federal sejam fiscalizadas pelo Ministério Público do Distrito Federal, órgão do Ministério Público que tem atribuição para atuar perante a justiça comum, e não pelo Ministério Público Federal, cuja atribuição e funcionamento dão-se perante os juízes e tribunais federais, os quais, segundo o texto constitucional, não têm atribuição de julgar causas que envolvam fundações constituídas por particulares.

No art. 3º do projeto, propomos que no caso dos bens destinados a constituir uma fundação serem insuficientes para os fins previstos, estes serão destinados, se de outro modo não dispor o instituidor, incorporados em outra fundação ou associação sem fins lucrativos que se proponham a fim igual ou semelhante. Apenas

propomos que tais bens possam ser destinados também a associações sem fins lucrativos, posto que não se justifica que apenas fundações possam receber tais recursos, quando se sabe que inúmeras associações também poderiam ser beneficiadas com tais bens. Note-se que está mantida a ressalva “se outro modo não dispor o instituidor” o que dá garantia do cumprimento da vontade do instituidor.

Igual objetivo traz a alteração proposta no art. 5º do projeto, que prevê no caso da extinção da fundação pelos motivos previstos no art. 69 do Cód. Civil, seu patrimônio incorporar-se-ia, a critério do juiz a outra fundação ou associação sem fins lucrativos.

No art. 4º do projeto, propõe-se o estabelecimento de um prazo de 45 dias para que o Ministério Público se manifeste sobre qualquer alteração nos estatutos da Fundação, período findo o qual o juiz, a requerimento do interessado poderá provê-la. Uma das críticas que se faz ao Ministério Público para com as administrações das fundações pode ser mitigada com a simples fixação de prazo para a apreciação das mudanças estatutárias. Sabe-se que como qualquer outra pessoa jurídica, as fundações estão sujeitas às intempéries e oscilações da economia, exigindo respostas quase que imediatas de sua administração e que às vezes passam por uma alteração estatutária. É necessário conferir-lhes relativa agilidade, não podendo ficar expostos à morosidade de processos burocratizados. A atuação do Ministério Público é essencial à lisura e regularidade do funcionamento das fundações, mas sua omissão também pode ser fatal, obstaculizando, indefinidamente, medidas necessárias ao seu bom desempenho.

A Lei nº 9.790/99, a já mencionada Lei das OSCIP, trouxe elogiável inovação que julgamos conveniente e própria de ser estendida outras entidades sem fins lucrativos. Ocorre que a Lei nº 9.532, de 1997, que regulamenta o art. 150, VI, c, da Constituição Federal, que confere imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços de instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos, incluía como condição para o gozo de tal benefício, que os dirigentes de tais entidades não fossem remunerados. Entretanto, consideramos importante trazer às fundações e associações sem fins lucrativos que prestem tais serviços, o necessário grau de profissionalismo de seus dirigentes, sem as quais estarão fadadas à extinção. A grandeza dos serviços prestados por estas entidades demandam um nível de profissionalismo incompatível com a ausência de remuneração. A atividade gerencial, mesmo em entidades filantrópicas, envolve questões comerciais, fiscais e administrativas que exigem dedicação exclusiva de um profissional capacitado, com

profundo conhecimento do setor. A impossibilidade de remunerar os dirigentes prejudica, portanto a possibilidade destas entidades.

Pela importância do tema, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.

– Senador **Tasso Jereissati**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### Institui o Código Civil.

### TÍTULO II Das Pessoas Jurídicas

#### CAPÍTULO III Das Fundações

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 64. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

§ 2º Se estenderem a atividade por mais de um estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I – seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II – não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se. O seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

#### **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da Sociedade Civil de interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.**

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I **Da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**

Art. 1º Podem qualificar-se como organizações da sociedade civil de interesse público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas



atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX – as organizações sociais;

X – as cooperativas;

XI – as fundações públicas;

XII – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII – as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I – promoção da assistência social;

II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII – promoção do voluntariado;

VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I – a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II – a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III – a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV – a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos



desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V – a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI – a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII – as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada à percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I – estatuto registrado em cartório;

II – ata de eleição de sua atual diretoria;

III – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV – declaração de isenção do imposto de renda;

V – inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no **Diário Oficial**.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I – a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II – a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III – a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

## CAPÍTULO II

### Do Termo de Parceria

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I – a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II – a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III – a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV – a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V – a que estabelece as obrigações da Sociedade civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI – a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei

estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse polí-

tico-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

**Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.**

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

**Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.**

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I – de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável;

II – das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III – de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV – das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V – das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI – das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII – das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I – as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II – as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III – as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

**a)** as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

**b)** a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

**c)** a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### SEÇÃO II

#### Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

**a)** em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

**b)** no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

**c)** antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea **b**;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir impostos sobre:

**a)** patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

**b)** templos de qualquer culto;

**c)** patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

**d)** livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, **c**, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

§ 2º A vedação do inciso VI, **a**, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.



§ 3º As vedações do inciso VI, **a**, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas **b** e **c**, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, **g**.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2006

**Altera a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, para conferir à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, nos termos da Lei nº 9.131, de 1995, a alínea **e**, com a seguinte redação, renomeando-se as subseqüentes:

“Art. 9º .....

§ 1º .....

**e)** deliberar sobre a política do livro didático para as escolas, públicas e privadas, e colaborar com o Ministério da Educação na sua execução, incluindo a seleção de seu

conteúdo, o processo de escolha de seus títulos e a definição de prazos mínimos para sua adoção, tanto na constituição dos acervos das bibliotecas escolares, quanto no uso pelos estudantes, em todas as etapas e modalidades da educação básica;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

As primeiras escolas surgiram na história da humanidade quando as sociedades passaram a grafar sua linguagem e registrar em tábuas, cerâmicas, pedras, peles e papel o que julgavam relevante em seu acúmulo de conhecimento. As artes, as ciências e a literatura, materializadas em documentos escritos, possibilitaram que o processo educativo das novas gerações se concentrasse em instituições específicas, que os gregos chamaram de escolas e os romanos de colégios.

Desde os primórdios da educação no Brasil, os jesuítas constituíram em seus colégios ricas bibliotecas e fizeram uso em suas aulas de compêndios ou manuais de gramática, de latim, de matemática e de ciências naturais e sociais.

Atualmente, os quase quarenta milhões de crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas, estaduais e municipais, do ensino fundamental e médio, contam com um programa de livro didático, com vários volumes postos à sua disposição, com custo aproximado de R\$1 bilhão. Esses e outros livros também constituem um monumental acervo de bibliotecas em quase cem mil estabelecimentos de ensino. A indústria gráfica e editorial tem nesses programas do Ministério da Educação o esteio de seu desenvolvimento.

As próprias escolas privadas, onde estudam mais de cinco milhões de cidadãos já alfabetizados, acabam também sendo satélites deste enorme sistema, consumindo um elevado número de títulos didáticos, de livros de referência, como dicionários e atlas, e de volumes de literatura em língua portuguesa.

Nessa ingente empresa, difusora da cultura e estratégica no apoio aos professores, também se acumularam problemas.

Um deles, cada vez mais grave, é pedagógico. Há uma crescente inadequação entre o caráter necessariamente geral dos conteúdos de livros distribuídos em massa e a preocupação com a autonomia de cada escola, para adaptar o ensino à sua proposta pedagógica, necessariamente local e cada vez mais individualizada.

Outro é de caráter político: a imensa maioria dos títulos se origina de autores do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, privando os alunos do Norte, do Nordeste,



do Centro Oeste e do Sul dos benefícios de uma co-autoria regional.

Ainda outra preocupação deriva de uma sadia evolução na escolha dos livros, tanto nas escolas públicas como privadas. Em virtude da liberdade de escolha dos livros pelos professores, cai-se na prática de rápidas mudanças dos títulos adotados – o que reverte tanto em aumento de despesas, no caso das famílias que os adquirem, quanto na descontinuidade dos processos de aprendizagem na mesma escola.

Ora, todas essas questões atualmente escapam a uma formulação centralizada de política pública, uma vez que parte das deliberações se toma no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que gerencia os programas, e parte na Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, que os monitora. A distribuição e a presença de milhões de livros nas mãos dos estudantes e nas prateleiras das bibliotecas acabam condicionando a cultura e a ideologia da sociedade, o que não é algo secundário.

Por outro lado, constitui motivo de preocupação dos estudantes de estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio o elevado custo dos livros escolares adotados em caráter oficial e obrigatório pelas escolas. A exigência de troca freqüente desses livros, às vezes decorrido períodos extremamente curtos de tempo, representa pesado ônus para quem freqüenta escola desses níveis no País.

Compreende-se a necessidade de renovação dos textos, tendo em vista a evolução científica, a rapidez das mudanças da tecnologia, as alterações geopolíticas e demais inovações que marcam a sociedade moderna.

Não se deseja, em hipótese alguma, prejudicar a qualidade do ensino.

Observe-se que a questão do tempo de adoção de livros didáticos já está contemplada nos programas em execução nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Eles são distribuídos a cada três anos e devem durar esse período para uso dos estudantes. Nem sempre, porém, os alunos os recebem e, mesmo quando isso ocorre, nem sempre os recebem em tempo hábil. Resta ainda a questão da escola privada, respeitando-se sempre a liberdade de que cada uma goza em sua proposta curricular.

Daí a necessidade de se atribuir ao Conselho Nacional de Educação, em particular à sua Câmara de Educação Básica, um papel central de normatizar e de controlar as políticas do livro didático, inclusive nos seus aspectos operacionais. Caso contrário, não somente o País e as escolas correm o risco de ficarem subalternizados a interesses dos produtores da cultura e dos bens materiais, como os professores e estudan-

tes não contarão com o decisivo influxo de um meio poderoso para sua informação e formação.

Na certeza de que este novo papel do CNE contribuirá para lhe conferir a importância que merece ter no sistema educacional da República, apelamos à sensibilidade dos Senadores para a aprovação do presente projeto.

Saladas Sessões, 21 de novembro de 2006. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995

#### **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.**

O Presidente da República: faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

§ 1º No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação e do Desporto contará com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e das Câmaras que o compõem.

§ 2º Os conselheiros exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 3º O ensino militar será regulado por lei especial.

§ 4º (VETADO)

Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;

**b)** manifestar-se sobre questões que abrangem mais de um nível ou modalidade de ensino;

**c)** assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;

**d)** emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;

**e)** manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;

**f)** analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;

**g)** elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 2º O Conselho Nacional de Educação reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e suas Câmaras, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 3º O Conselho Nacional de Educação será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares para mandato de dois anos, vedada à reeleição imediata.

§ 4º O Ministro de Estado da Educação e do Desporto presidirá as sessões a que comparecer.

Art. 8º A Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior serão constituídas, cada uma, por doze conselheiros, sendo membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e do Desporto e nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º A escolha e nomeação dos conselheiros será feita pelo Presidente da República, sendo que, pelo menos a metade, obrigatoriamente, dentre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

§ 2º Para a Câmara de Educação Básica a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os docentes, dirigentes de instituições de ensino e os Secretários de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 3º Para a Câmara de Educação Superior a consulta envolverá, necessariamente, indicações formula-

das por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica.

§ 4º A indicação, a ser feita por entidades e segmentos da sociedade civil, deverá incidir sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura.

§ 5º Na escolha dos nomes que comporão as Câmaras, o Presidente da República levará em conta a necessidade de estarem representadas todas as regiões do país e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado.

§ 6º Os conselheiros terão mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, havendo renovação de metade das Câmaras a cada dois anos, sendo que, quando da constituição do Conselho, metade de seus membros serão nomeados com mandato de dois anos.

§ 7º Cada Câmara será presidida por um conselheiro escolhido por seus pares, vedada a escolha do membro nato, para mandato de um ano, permitida uma única reeleição imediata.”

Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno.

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

**a)** examinar os problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do ensino médio e tecnológico e oferecer sugestões para sua solução;

**b)** analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades mencionados na alínea anterior;

**c)** deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto;

**d)** colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

**e)** assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto em todos os assuntos relativos à educação básica;

**f)** manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

**g)** analisar as questões relativas à aplicação da legislação referente à educação básica;

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

**a)** analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior;

b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;

d) deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias;

e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto;

f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino;

g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos;

h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior;

i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior.

§ 3º As atribuições constantes das alíneas **d**, **e** e **f** do parágrafo anterior poderão ser delegadas, em parte ou no todo, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 4º O credenciamento a que se refere à alínea e do § 2º deste artigo poderá incluir determinação para a desativação de cursos e habilitações.”

Art. 2º As deliberações e pronunciamentos do Conselho Pleno e das Câmaras deverão ser homologados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Art. 3º Com vistas ao disposto na letra e do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam à qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o **caput** incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabe-

lecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

§ 2º O Ministério da Educação e do Desporto divulgará, anualmente, o resultado das avaliações referidas no **caput** deste artigo, inclusive dos exames previstos no parágrafo anterior, informando o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados.

§ 3º A realização de exame referido no § 1º deste artigo é condição prévia para obtenção do diploma, mas constará do histórico escolar de cada aluno apenas o registro da data em que a ele se submeteu.

§ 4º Os resultados individuais obtidos pelos alunos examinados não serão computados para sua aprovação, mas constarão de documento específico emitido pelo Ministério da Educação e do Desporto, a ser fornecido exclusivamente a cada aluno.

§ 5º A divulgação dos resultados dos exames, para fins diversos do instituído neste artigo, implicará responsabilidade para o agente, na forma da legislação pertinente.

§ 6º O aluno poderá, sempre que julgar conveniente, submeter-se a novo exame, nos anos subsequentes, fazendo jus a novo documento específico.

§ 7º A introdução dos exames nacionais, como um dos procedimentos para avaliação dos cursos de graduação, será efetuada gradativamente, a partir do ano seguinte à publicação da presente Lei, cabendo ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto determinar os cursos a serem avaliados.

Art. 4º Os resultados das avaliações referidas no § 1º do art. 2º serão, também, utilizados pelo Ministério da Educação e do Desporto para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visem a elevação da qualificação dos docentes.

Art. 5º São revogadas todas as atribuições e competências do Conselho Federal de Educação previstas em lei.

Art. 6º São extintos os mandatos dos membros do Conselho Federal de Educação, devendo o Ministério da Educação e do Desporto exercer as atribuições e competências do Conselho Nacional de Educação, até a instalação deste.

Parágrafo único. No prazo de noventa dias, a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo adotarás providências necessárias para a instalação do Conselho.

Art. 7º São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.126, de 26 de setembro

de 1995, e os processos em andamento no Conselho Federal de Educação quando de sua extinção serão decididos a partir da instalação do Conselho Nacional de Educação, desde que requerido pela parte interessada, no prazo de trinta dias, a contar da vigência desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de 1995: 174º da Independência e 107º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
– **Paulo Renato Souza.**

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.137, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senador **Leonel Pavan.**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, defere o requerimento lido.

**O Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2003,** Complementar, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.138, DE 2006**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senador **Leonel Pavan.**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, defere o requerimento lido.

**O Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2003,** vai ao Arquivo.

Com referência aos **Projetos de Lei do Senado nºs 52, 120 e 121, de 2004**, que tramitavam em conjunto com o projeto retirado, tendo em vista as modificações promovidas pela Resolução nº 35, de 2006, a Presidência retifica o despacho apostado às matérias e as encaminha ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional, cabendo a esta última a decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 161/06-GLPSDB

Brasília, 20 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho indicar o Senador Teotônio Vilela Filho para integrar, Como membro titular, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Senador Teotônio Vilela Filho para integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.139, DE 2006**

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2005, que dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde, com o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2003, que, igualmente, dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde, por versarem sobre a mesma matéria.



### Justificação

Os projetos supramencionados, em tramitação nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dispõem sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde e pretendem disciplinar as relações entre os pacientes e os profissionais e os serviços de saúde.

Os autores dos projetos em tela declararam explicitamente que ambos têm por base o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, arquivado à vista do disposto no inciso II do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e conforme instruções constantes do Ato nº 97/2002, do Presidente do Senado Federal.

Sendo assim, por medida de economia procedimental e para evitar prejudicialidade futura, consideramos recomendável a apreciação das duas matérias em conjunto, conforme faculdade prevista no artigo supracitado do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu requerimento, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando a tramitação conjunta do **Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2005**, com o **Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2003**.

Sobre o referido requerimento, há decisão da Comissão Diretora que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

### DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, resolve deferir o Requerimento nº 1.139, de 2006, de tramitação conjunta.

Senado Federal, 21 de novembro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os **Projetos de Lei do Senado nºs 101, de 2005, e 79, de 2003**, passam a tramitar em conjunto, nos termos da decisão da Mesa, e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 1.140, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e observado o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, requero sejam prestadas pelo Ministério de Minas e Energia, as seguintes informações:

1. Qual seria o impacto da conversão definitiva, para GMT–4, apenas da hora oficial nos estados onde vige GMT–5, vale dizer, Acre e oeste do Amazonas?

2. Hoje, a hora oficial do Brasil é o fuso horário GMT–3. O fuso horário GMT–4 vige no leste do Amazonas, oeste do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. E o fuso horário GMT–5 vige no Acre e no oeste do Amazonas. Qual seria o impacto, para o consumo de combustível dos sistemas isolados e para a conta de consumo de combustíveis (CCC), se o fuso horário de todos os Estados do Brasil continental fosse unificado à hora oficial do Brasil?

3. Quando os estados do Norte forem interligados ao Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN), qual seria o impacto da unificação dos fusos sobre o consumo de energia no âmbito do SIN e sobre o desempenho operacional do sistema elétrico, em comparação com os fusos horários atualmente vigentes?

### Justificação

Com vistas a subsidiar discussão a respeito da alteração de fusos horários dos Estados da parte ocidental do Brasil, é importante obter respostas às questões supra colocadas. Desejamos saber que impacto as alterações de fuso teriam sobre o sistema elétrico do País e, particularmente, sobre possível economia de energia.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Tiã Viana**, PT/AC.

(À Mesa para decisão.)



**REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2006**

Requeiro, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações detalhadas sobre o Convênio nº 4.505/2005 firmado entre o ministério e o Governo do Estado do Piauí para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde.

Devem ser prestadas, especificamente, as seguintes informações:

- a) o valor repassado;
- b) a data do(s) repasse(s);
- c) o objeto do convênio;
- d) especificação dos equipamentos adquiridos, detalhando seus preços (dados obtidos através da prestação de contas);
- e) destinação dos equipamentos adquiridos, especificando a entidade ou município que o tenha recebido (dados obtidos através da prestação de contas).

**Justificação**

O convênio objeto deste requerimento chegou a ter seus repasses suspensos pelo Tribunal de Contas da União, pelo fato de terem ocorrido dentro do prazo proibido pela Lei nº 9.504/97 (lei eleitoral). Posteriormente, os repasses acabaram liberados diante das alegações do ministério. Porém, são fortes os indícios de uso eleitoral desses repasses.

Dessa forma, de acordo com as obrigações constitucionais de fiscalização desta Casa legislativa, é necessário que o Senado Federal esteja ciente de como esses recursos foram aplicados.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Heráclito Fortes**.

*(À Mesa para decisão.)*

**REQUERIMENTO Nº 1.142, DE 2006**

Requeiro, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações detalhadas sobre os convênios nº 565589, 565590, 565591, 565592, 565593, 565594, 565595, 565596, 565597, 565598 e 565608 firmados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e o Governo do Estado do Piauí.

Devem ser prestadas, especificamente, as seguintes informações:

- a) os valores repassados;
- b) as datas do (s) repasse (s);

- c) os objetos dos convênios;
- d) o atual estado de execução dos objetos dos convênios;

**Justificação**

Os convênios objetos deste requerimento chegaram a ter seus repasses suspensos pelo Tribunal de Contas da União, por terem ocorrido dentro do prazo proibido pela Lei nº 9.504/97 (lei eleitoral). Posteriormente, os repasses acabaram liberados diante das alegações da Codevasf. Porém, são fortes os indícios de uso eleitoral desses repasses bem como do desvio de finalidade dos da Codevasf.

Dessa forma, de acordo com as obrigações constitucionais de fiscalização desta Casa legislativa, é necessário que o Senado Federal esteja ciente de como esses recursos foram aplicados.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Heráclito Fortes**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.143, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, da 4ª Sessão da Conferência Interparlamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, a realizar-se em Roma, Itália, Requeiro, nos termos do inciso II, a, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 28 a 30 de novembro de 2006.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 24 de novembro de 2006 a 1º de dezembro de 2006.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Maguito Vilela**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.144, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 50, **caput**, da Constituição da República, combinado ao art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que exponha ao Plenário desta Casa – e com ele debata – as grandes linhas da política econômica do segundo Governo do Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Em obediência, ainda, ao art. 398, inciso I, do RISF, segue-se a lista de questões a serem abordadas na ocasião:

- 1 – perspectivas gerais de redução dos gastos de custeio da máquina administrativa;
- 2 – perspectivas gerais de ampliação das taxas de poupança e investimento do Estado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB);
- 3 – perspectivas da reforma tributária e previsão da evolução da carga em relação ao PIB;
- 4 – previsão da trajetória de evolução da dívida pública/PIB;
- 5 – previsões da trajetória da taxa básica de juros (Selic);
- 6 – perspectivas da reforma previdenciária;
- 7 – perspectivas da reforma trabalhista;
- 8 – perspectivas sobre a trajetória e o ritmo de crescimento anual do PIB;
- 9 – perspectivas da reforma dos marcos regulatórios em áreas infra-estruturais, como energia elétrica, petróleo, telecomunicações, transportes e logística;
- 10 – propostas do Governo Federal para a reestruturação das agências reguladoras;
- 11 – perspectivas de atração de investimentos em áreas infra-estruturais no marco das Parcerias Público-Privadas (PPP);
- 12 – impacto econômico das reformas no Código de Processo Civil (CPP) já promulgadas ou em tramitação no Poder Legislativo;
- 13 – perspectivas de ascensão da economia brasileira nas classificações mundiais de produtividade; e
- 14 – independência do Banco Central.

**Justificação**

Apesar de a condução madura e previsível da política macroeconômica do primeiro Governo Lula haver evitado o descontrole das contas públicas e o recrudesimento inflacionário, o Brasil segue crescendo a raquíticas taxas de evolução do PIB (2,3% em 2005, maior apenas que a do Haiti no contexto continental),

que não bastam sequer para absorver o contingente de 1,5 milhões de jovens que chegam, a cada ano, ao mercado de trabalho.

É consenso entre os economistas mais abalizados que a política de fortes superávits primários, aliada a um sensível aumento das despesas de custeio da máquina governamental (sobretudo desde a saída do Senhor Antônio Palocci do Ministério da Fazenda), diminui drasticamente o estoque de recursos destinados ao investimento público, agrava os gargalos da infraestrutura e compromete a retomada do crescimento em bases sustentáveis, levando o Estado a operar, não a favor, mas contra o mercado.

Como pano de fundo a esse impasse, observa-se uma “queda de braço” dentro do Governo Lula entre ministros e conselheiros econômicos, uns partidários da estabilidade monetária, cambial e fiscal como pressuposto desse crescimento e outros, alcunhados de desenvolvimentistas, favoráveis a uma intervenção mais ampla do Estado no gerenciamento de mecanismos de incentivo, ainda que ao custo de certo afrouxamento daqueles controles.

De vez que, ao que tudo indica, essa disputa de pontos de vista econômicos prosseguirá no segundo Governo Lula, o presente requerimento de convocação de um dos maiores representantes das referidas tendências visa a esclarecer os Senhores Senadores da República acerca dos rumos, desafios e perspectivas da economia brasileira no próximo quadriênio.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Jefferson Péres**, PDT/AM.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.145, DE 2006**

**Requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca de denúncias veiculadas pelo jornal Correio Braziliense, segundo as quais o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, estaria em situação financeira equivalente a estado falimentar.**

Requeiro, nos termos do Art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam so-

licitadas, à Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente, informações acerca de denúncias veiculadas na edição de 16 de novembro de 2006, do jornal **Correio Braziliense**, segundo as quais o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, estaria atravessando grave crise financeira e administrativa.

### Justificação

O jornal **Correio Braziliense** publica em sua edição do dia 16 de novembro de 2006, amplo levantamento sobre a situação administrativa do Ibama, que estaria atolado em dívidas, colocando em risco suas ações, inclusive as de fiscalização das unidades de preservação florestal, além das de manutenção até mesmo na limpeza da sede do Ministério em Brasília. A denúncia preocupa, sobretudo por ser o Ibama o órgão responsável pela Amazônia. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante ouvir a ilustre Ministra Maria Silva, para esclarecer a extensão da denúncia e a fim de conhecer as providências acautelatórias eventualmente adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo que formulo o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*À mesa para decisão.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 204/06 – GSGMJ

Brasília, 21 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe para o devido conhecimento relatório acerca de missão, por mim desempenhada, como membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2006, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Atenciosamente, Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB – AC.

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA DIRETORA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL MONTEVIDÉU – URUGUAI 9 E 10 DE OUTUBRO DE 2006**

Na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 9 e 10 de outubro de 2006, foi realizada a Reunião da Mesa Executiva da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, contando com a presença dos parlamentares membros da CPC da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A abertura oficial do evento constou de um seminário, realizado no dia 9 de outubro, que abordou o tema: “O Parlamento do Mercosul como caixa de ressonância da integração”. Abrindo o seminário, o Senador Sérgio Zambiasi Presidente da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e atual Presidente **Pro Tempore** da mesma Comissão em nível quadripartite, afirmou que a instalação do Parlamento do Mercosul, austero e transparente, significa a verdadeira e definitiva integração da América Latina. Organizado pela Fundação Friedrich Ebert do Uruguai, o seminário contou com a participação de parlamentares dos países membros do Mercosul, representantes da sociedade civil e técnicos.

Organizado sob o patrocínio da Fundação Friedrich Ebert, o seminário debateu diversos aspectos do processo de integração, quando foram ouvidos representantes do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul e lideranças ligadas ao sindicalismo, ao cooperativismo e ao movimento de mulheres e de direitos humanos, entre outras organizações da sociedade civil, que apresentaram suas propostas para o Parlamento do Mercosul,

Ainda no dia 9 de outubro, foi realizada apresentação do Deputado Rodrigo Cabezas, Presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Nacional da Venezuela, sobre: “A Nova Economia Venezuelana: política econômico-social e mudanças estruturais”.

No dia 10 de outubro, na sede da Secretaria do Mercosul, reuniu-se a Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta.

A Mesa Diretora da CPC iniciou os debates sobre os temas constantes da Ordem do Dia, que passo a relatar a seguir:

**1) Instalação do Parlamento do Mercosul:** os presidentes das Seções Nacionais da CPC acordaram instalar o Parlamento tão logo estivesse aprovado o seu Protocolo Constitutivo, pelos Congressos Nacionais dos países membros, e depositados, junto à República do Paraguai, os respectivos instrumentos de ratificação. A aprovação e o depósito terão estrito acompanhamento por parte das Seções Nacionais da CPC. Nesse contexto, o Deputado Roberto Conde, Presidente da Seção Uruguaia da CPC, informou que a Câmara dos Deputados do Uruguai deve aprovar o Protocolo do Parlamento do Mercosul até fins de outubro

corrente, repetindo a decisão do Senado Federal, que aprovara a medida no final de setembro. Assim, o Uruguai soma-se à decisão já adotada pelos Congressos Nacionais do Paraguai, do Brasil e da Argentina, que deram o aval para a instalação do Parlamento do Mercosul, de acordo com a orientação do Protocolo firmado pelos Chefes de Estado, em dezembro de 2005.

## 2) “Sessão Inaugural” do Parlamento do Mercosul:

a Mesa Diretora acordou realizar uma “sessão inaugural” do Parlamento do Mercosul em Brasília, nas dependências do Congresso Nacional, em 14 de dezembro de 2006. Dessa maneira o evento coincidirá com a vindoura reunião do Conselho do Mercado Comum e com a Cúpula do Mercosul, que se realizarão em 14 e 15 de dezembro na Capital brasileira, e poderá, assim, contar com a presença dos chefes de estado dos países membros e dos Estados associados. O Deputado Roberto Conde propôs a instalação definitiva do Parlamento em Montevidéu, em 26 de março de 2007 e reafirmou a expectativa de uma instituição sintonizada com a “nova e boa política”, voltada para os cidadãos.

## 3) Encontro com representantes da “Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul”:

Na mesma reunião, a Mesa Diretora da CPCM recebeu representantes da “Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul”, órgão constante da estrutura institucional do Mercosul, que apresentaram proposta de elaboração de um estatuto comum para as cooperativas dos países do bloco. Ficou acordado que a proposta será incorporada à agenda dos temas que serão tratados no Parlamento do Mercosul, logo após a sua instalação.

## 4) Cooperação Técnica entre a União Européia e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul UE – CPC:

o secretário parlamentar permanente comunicou a conclusão do Acordo de Cooperação Técnica entre a UE e o Mercosul voltado para o suporte logístico necessário ao funcionamento do Parlamento do Mercosul, mediante a utilização da mútua experiência em matéria de integração parlamentar.

Também participaram dessa reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul o Senador Sérgio Zambiasi (Presidente), Deputada Dr<sup>a</sup> Rosinha (Secretária-Geral), e o Deputado Mauro Passos.

Era o que tinha a relatar. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 148, de 2006 (nº 991/2006, na Casa da origem), do Presidnete da República, pela qual encaminha ao Senado Federal a atualização da memória de cálculo das estimativas das despesas com benefícios do Regime Geral de Previdência Social, benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2007.

A mensagem juntada ao processado do Projeto de Lei nº 15, de 2006-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas, do PL de Minas Gerais.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição para uso da palavra como Líder do PL – do PR agora.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra intercaladamente com os oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho, concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL, ex-governador da Bahia. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Aelton Freitas.

Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto, do Estado do Maranhão, também ex-governador daquele grande Estado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amanhã haverá um ato no Senado Federal a respeito do qual gostaria de me manifestar neste momento, antecipadamente, pois o considero importante para esta Casa, para o Estado da Bahia e, enfim, para a democracia brasileira. Trata-se, Sr. Presidente, da instalação, na cidade de Salvador, do sinal aberto da TV Senado.

Quando o Senado criou sua TV Legislativa, em 1996 – a primeira do País –, estava iniciando ali uma verdadeira revolução na relação entre os Parlamentares e seus eleitores, entre o Parlamento e a sociedade.

Justamente neste ano, quando comemora o aniversário de dez anos de implantação, a TV Senado está realizando agora, podemos dizer, uma segunda revolução na área das tevês legislativas, que é justamente sua entrada no sinal aberto das principais capitais e



idades brasileiras. E Salvador, capital do meu Estado, foi contemplada entre as primeiras, senão a primeira cidade. Por isso, neste momento, quero apresentar meus agradecimentos ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, a todos aqueles que fazem a parte administrativa, ao Diretor-Geral da Casa, Agaciel Maia, àqueles que dirigem também a TV Senado, ao Sr. Rollemberg, enfim, a todos os que fazem com que essa tevê possa ser vista por milhões de brasileiros.

Tenho certeza de que as imagens da TV Senado, agora por meio de sinal UHF na Bahia, vai fazer com que uma parte maior ainda da população do nosso Estado tenha acesso ao trabalho prestado pelos Senadores que a representam nesta Casa. Poderá verificar, pelas transmissões ao vivo da TV Senado, os principais temas em debate, comprovando quem realmente defende os interesses, quem está sempre à frente dos interesses do nosso Estado, seja nesta tribuna, seja nos trabalhos das comissões, seja nas articulações para aprovação dos empréstimos, de projetos tão importantes para a Bahia, ou até, muitas vezes, *vis-à-vis*, criticando projetos que trazem prejuízo ao Estado.

Vejam, por exemplo, o caso da transposição do São Francisco, que temos combatido tanto aqui. Lamentavelmente, o Governo Federal insiste em incorrer nesse erro, nesse equívoco de contemplar, com prioridade, a transposição, não fazendo de imediato o que deveria fazer: a total revitalização do rio São Francisco e a melhora das condições de vida da população ribeirinha daquele grande vale, que não tem recebido o apoio do Governo Federal. Estamos com projetos de irrigação no Estado da Bahia, como o Projeto Salitre, o Projeto Baixio de Irecê, mas existem também, nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, projetos paralisados. Apesar disso, o Governo pensa em fazer a transposição e não em atender a população, que já vive com dificuldades no Vale do Rio São Francisco.

Esses debates poderão ser, mais uma vez, acompanhados ao vivo pela população baiana e pela população brasileira.

Desde a inauguração, em fevereiro de 1996, a TV Senado vem exercendo papel de destaque para a formação da nossa cidadania, servindo de modelo para as demais tevês legislativas do País e que foram surgindo, paulatinamente, após essa emissora. Hoje nós sabemos que a Câmara tem a sua TV, a maioria das assembleias legislativas passam agora a ter a sua TV, e as Câmaras de Vereadores também.

É o caso da capital do Estado da Bahia. A Câmara de Vereadores de Salvador tem a sua TV, e lá os vereadores, comandados pelo competente Vereador Valdenor Cardoso, Presidente daquela Casa, têm levado à população os trabalhos legislativos, prestigiando e mostran-

do à população que o Parlamento veio para reforçar a democracia – e não há democracia sem Parlamento – e que tem que ser respeitado pela seriedade do trabalho conduzido pela maioria dos Srs. Parlamentares.

É preciso que se diga, Sr. Presidente, que o Senador José Sarney, de quem sabidamente V. Ex<sup>a</sup> tem amizade, ex-Presidente desta Casa e do nosso País, foi quem criou a TV Senado. E devemos sempre lembrar disso e parabenizá-lo por esse ato.

O seu sucessor, Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Governador do nosso Estado e Senador aqui nesta Casa pela segunda vez, consolidou e ampliou a TV Senado, uma emissora que continua desenvolvendo sempre novos serviços para a comunidade, por meio do trabalho daqueles que comandam hoje a TV Senado e que comandam esta Casa, como é o caso do Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a partir desta nova fase, com a implantação do sinal nas capitais brasileiras, os números atuais de audiência da TV Senado – que, diga-se, já são grandes – ficarão ainda maiores. De fato, hoje três milhões de famílias podem assistir à TV Senado por meio da TV a cabo e mais oito milhões através de antenas parabólicas. Brasileiros, em qualquer lugar do mundo, também assistem à TV Senado pela Internet, cada vez mais utilizada pela população em todo o mundo.

Agora, ocorre a liberação do sinal aberto em UHF para doze capitais brasileiras, entre elas Salvador, para nossa satisfação, nosso orgulho e também para a satisfação de sua população, que começa a receber esse sinal e ter acesso às informações tão úteis transmitidas pela TV Senado. Sabemos que, pouco a pouco, depois de Salvador, virão outras capitais e grandes cidades brasileiras, que, tenho certeza, serão atendidas também por meio dessa rede do sinal aberto em UHF.

Com isso, Sr. Presidente, mais e mais brasileiros terão acesso aos debates que ocorrem nesta Casa, aos debates legislativos, permitindo que o trabalho do Parlamentar seja acompanhado **pari passu**, dia a dia, hora a hora pela população, inclusive para criticar aqueles que incorrerem em equívocos ou que não estiverem conduzindo bem os seus trabalhos. A população poderá também elogiar e saber que, dentro do Parlamento, faz-se um trabalho essencial para a vida nacional, para a democracia brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não há sociedade democrática sem acesso à informação, não há sociedade na qual a cidadania se forme sem que o conhecimento esteja difundido entre todas as classes.

Assistir à TV Senado é ter acesso livre à vida legislativa desta Casa, é ter acesso direto à vida par-



lamentar, inclusive sem edição, porque quase sempre estamos transmitindo em tempo real.

O Senado mostra que é uma Casa aberta ao povo. Todas as informações estão disponíveis eletronicamente e se complementam por meio da Rádio Senado, da Agência Senado e do serviço Alô Senado, formando esse sistema de comunicação que permite ao cidadão acompanhar e influenciar a vida legislativa do seu País.

Decisões importantes, a partir da criação TV Senado, passaram a ter acompanhamento em tempo real e sem cortes ou edições. Foi o que aconteceu na transmissão de mais de 20 horas ininterruptas da reunião que votou a Reforma da Previdência, entre os dias 24 e 25 de setembro de 2003.

Mais importante ainda, a meu ver, Sr. Presidente, é que nosso cotidiano legislativo é acompanhado **pari passu**, com naturalidade, no seu dia-a-dia, aproximando o poder do cidadão.

Uma parte maior dos meus concidadãos baianos passará agora a acompanhar os trabalhos do Senado, embora, Sr. Presidente, já seja bastante significativa a audiência da TV Senado na Bahia, mesmo mediante parabólica e TV a cabo.

Digo isso, Srs. Senadores, porque todos sabemos da repercussão dos nossos discursos, dos nossos trabalhos nos mais longínquos rincões dos nossos Estados, muitos com dimensões de países, como é o caso da Bahia, com 570 mil quilômetros quadrados – maior que a França. Nos mais distantes e menores Municípios, sempre encontramos cidadãos que realçam o nosso trabalho, realçam o nosso discurso, o que é muito importante, porque gratifica o Parlamentar e o e incentiva a continuar trabalhando.

Nosso gabinete recebe periodicamente *e-mails*, telefonemas, sugestões de trabalho. Esse é o incentivo maior que recebemos. Além de comentários, recebemos sugestões para os nossos discursos. Percebemos o maior reflexo da TV Senado quando estamos exatamente em nossas bases e vemos o cidadão falando, manifestando-se, mostrando que está acompanhando o trabalho da Casa.

Comprovando tudo isso que acabei de dizer, Sr. Presidente, vemos que todos os Parlamentares estão, cada vez mais, desejosos dessa aproximação entre o cidadão e o Congresso Nacional – Senado Federal e Câmara de Deputados.

Portanto, nesta tarde, desejo fazer justiça ao trabalho dos Parlamentares; fazer justiça ao trabalho da Mesa Diretora desta Casa, na figura do seu Presidente, Senador Renan Calheiros; fazer justiça ao Senador José Sarney, que criou a TV Senado; fazer justiça ao ex-Presidente desta Casa Senador Antonio Carlos Magalhães, que, como destaquei, prestigiou esse trabalho;

para fazer justiça aos diretores do Senado, àqueles que dirigem também a TV Senado e a todos os serviços de comunicação desta Casa. Somos gratos a todos eles. Acho que a sociedade brasileira também lhes é grata, assim como a democracia brasileira, acima de tudo.

É com muita satisfação que vejo Salvador ser agora contemplada. Pessoalmente, agradeço a todos esses que permitem que, a partir de amanhã, a Bahia, a capital do nosso Estado, Salvador, seja atendida pelo sinal UHF da TV Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais, pela liderança do PL. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Aelton Freitas, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. AELTON FREITAS** (PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, esta é a primeira vez que ocupo esta tribuna após o falecimento do grande Senador Ramez Tebet, figura ímpar nesta Casa, que deixa um legado de honradez, sabedoria e elevado espírito público para todos nós. Portanto, antes de tratar propriamente do tema do meu discurso de hoje, deixo aqui uma breve homenagem à sua memória, à sua família e a todos os mato-grossenses e brasileiros que tiveram oportunidade de ter nesta Casa esse grande representante, que também foi nosso grande presidente.

Eu considerava o grande Senador Ramez Tebet um verdadeiro professor para nós dentro do Senado da República. A Casa ficou menor, com certeza, sem a sua brilhante presença, mas certamente o seu novo destino experimenta uma chegada ilustre e iluminada.

Bem, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a vida e os desafios do nosso País continuam. Dessa forma, faço uso da tribuna para manifestar as minhas expectativas quanto ao segundo mandato do Presidente Lula.

A vitória do Presidente foi recebida com entusiasmo por grande parte do eleitorado de Minas Gerais, Estado que tenho orgulho de representar aqui nesta Casa legislativa. Também me incluo entre os que receberam com bons olhos o resultado eleitoral, sobretudo porque, ao lado do Presidente, continuará exercendo importantes funções, com lealdade e espírito crítico, o Ilustre e jovial Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, que é, sem dúvida, um mineiro de altíssima expressão e uma das maiores reservas morais do nosso País e do atual Governo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que José Alencar irá recuperar plenamente suas energias e estará firme e forte em seu posto de Vice-Presidente da República durante os próximos quatro anos, ajudando a construir um País melhor e mais justo. A permanência de José Alencar na Vice-Presidência da República é a garantia de que sempre haverá espaço para atendimento das demandas de Minas Gerais perante o Governo Federal, independentemente das diferenças partidárias entre o Executivo federal e o Estadual.

A eleição de José Alencar representa ainda, na economia, a certeza de que continuará havendo no Governo uma voz firme, de peso, em defesa da redução das taxas de juros, tão necessária para que o País volte a crescer e a abrigar investimentos arrojados na iniciativa privada, que venham gerar mais emprego e renda para a nossa população. Foi isso, Sr. Presidente, que ele demonstrou, mais uma vez, em feliz entrevista concedida aos jornais **Correio Braziliense** e o **Estado de Minas**, publicada no dia 5 deste mês, antes de seu embarque para os Estados Unidos:

Fui solidário com o Vice-Presidente na luta pela redução dos juros nos últimos quatro anos. Tenho a convicção de que não podemos nos calar até que essa importante correção de rumos seja feita pela equipe econômica do nosso Governo.

É evidente que, ao reeleger Lula e José Alencar, o povo brasileiro não disse que concorda com os graves erros que determinados integrantes do nosso Governo cometeram. Esses erros precisam ser devidamente apurados e punidos, doa a quem doer. Ao que nos parece, a reeleição se deveu, sobretudo, ao prestígio da dupla Lula e José Alencar e ao inegável aumento do poder aquisitivo das camadas mais baixas da população nos últimos quatro anos.

O primeiro mandato do Presidente Lula teve méritos na ampliação do Bolsa-Família, no controle da inflação, na recuperação de alguns corredores de transporte fundamentais para o escoamento da produção, inclusive no meu Estado, Minas Gerais, na abertura de novas universidades federais e em muitos outros programas segmentados.

Agora, Sr. Presidente, o desafio é justamente fazer com que o País volte a crescer em um ritmo que lhe permita a aproximação mais rápida com os países desenvolvidos. Nesse sentido, uma providência importante deve ser a melhoria do diálogo com representantes do agronegócio, uma atividade que sustenta há muitos anos a economia nacional e que, de fato, ainda não se estendeu bem com este Governo, sobretudo pelas restrições impostas pela equipe econômica a muitos projetos e demandas que chegavam ao Ministério da Agricultura. Como representante desse setor e apoia-

dor da reeleição do Presidente Lula, continuarei buscando, naquilo que estiver ao meu alcance, construir pontes entre as partes, pois tenho a certeza de que um bom entendimento entre elas é fundamental para que o País se desenvolva com maior agilidade.

Como bem disse o próprio Presidente Lula, as eleições terminaram e, agora, será preciso que os eleitos e os vencidos voltem seus olhos para a maneira de cada um contribuir para o desenvolvimento do País. Uma oposição crítica, inteligente e ética é algo salutar para o governante, desde que haja sempre lugar preservado para a negociação.

Certamente, Sr. Presidente, não se sai de uma eleição aguerrida, como foi a nossa, sem feridas aparentes e difíceis de serem estancadas, mas o nosso desejo é de que essas feridas possam ser curadas, para que o País não inicie 2007 em clima de terceiro turno, o que em nada irá lhe favorecer.

Em 2007, assumirei uma cadeira na Câmara dos Deputados e, tanto lá como aqui no Senado, o exercício da respeitosa convivência tem de prevalecer entre os governos e a oposição. Caberá a cada Parlamentar contribuir para esse processo, colocando sempre à frente o nosso compromisso de continuar criando alternativas para que graves desigualdades sociais sejam reduzidas em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima, por dez minutos.

Em seguida, por cessão do Senador Mão Santa, concederei a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Item 1 da Ordem do Dia de hoje é a votação de requerimento, encabeçado pelo Senador Heráclito Fortes, que solicita a instalação de uma CPI para investigar atividades de organizações não-governamentais no Brasil.

Nos últimos dias, temos lido permanentemente na mídia, em vários meios de comunicação, essa questão das chamadas organizações não-governamentais. Aí há um leque muito amplo, que vai desde as assim intituladas até aquelas que têm títulos de associação, Oscips, etc. A cada dia, vemos coisas mais escandalosas.

O jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, dia 20, publicou matéria sob o título “O universo das ONG”, em que tece as seguintes considerações:

Por iniciativa de um senador da oposição, Heráclito Fortes (PFL-PI), o Senado poderá criar ainda este ano uma CPI para investigar

o repasse de recursos públicos a Organizações não-Governamentais (ONG), por parte do Governo Federal.

Mais à frente, diz:

O que o levou a fazer essa proposta, diz Fortes, foram as irregularidades recentemente detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas transferências voluntárias de recursos do Orçamento para entidades sem fins lucrativos e ONG.

Numa amostra de 28 convênios firmados entre 1999 e 2005, no valor total de R\$150 milhões, o órgão detectou graves problemas em quinze.

Sobre essas quinze instituições, falei em pronunciamento anterior. Eu disse que absurdamente – para mim não surpreendente, porque presidi, entre 2001 e 2002, a primeira CPI das ONG neste Senado e detectamos dez entidades em que havia claros indícios de irregularidades – essas entidades recebiam recursos do Governo Federal. Duas delas eram sediadas em Rondônia, uma no Amazonas e pelo menos outras duas em Roraima.

O TCU, agora, chegou à constatação de que era verdade a informação sobre as irregularidades, mas não tenho notícias de providências adotadas pelo Ministério Público, que deveria estar muito atento para essa questão.

Esse assunto vem à baila de maneira muito nítida, inclusive, com a citação de várias ONG, às quais já me referi no passado. São tantas que, no meu Estado, uma ONG foi criada somente para fazer um convênio com o objetivo de prestar assistência à saúde dos ianomâmis, recebeu R\$38 milhões em poucos meses de atuação e, logo depois, fechou as portas.

É um escândalo o que se está fazendo com o dinheiro público por meio desse mecanismo “moderno” que visa fugir das licitações e abandonar o serviço dos agentes do Estado, que são seus especialistas, sejam eles atendentes de saúde ou médicos, para prestar assistência aos brasileiros, e o fazem por meio de terceiros, que quase sempre não são capacitados. Essas matérias vêm sendo dissecadas pelo **O Estado de S. Paulo**, pela **Folha de S. Paulo**, e agora **O Globo** publicou no dia 19, domingo, uma matéria de primeira página, dizendo:

Petrobras favorece ONG ligadas ao PT com patrocínio”. Na lista, Estado de ex-Presidente da estatal e até leilão de cabras com dinheiro público.

Vejam bem: é uma estatal, portanto uma instituição que tem dinheiro público e, majoritariamente, pertencente ao povo brasileiro. E aí se diz, com tanta preocupação, que nós não devemos privatizar a Pe-

trobras. No entanto a Petrobras, pelo que se está se vendo aqui, está privatizando as suas ações. Isso não sou eu que digo, Sr. Presidente, é o jornal **O Globo**, em primeira página, e ele dá aqui como exemplos, na primeira página também:

Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP (RJ)

A ONG recebeu R\$793 mil em 2005 e R\$1,6 milhão em 2006; o responsável pela entidade, Ivanir dos Santos, foi candidato a Deputado Federal no Rio pelo PT.

Associação Vira Lata (São Paulo)

Recebeu R\$870 mil em 2006 e R\$6 milhões em 2003 para projetos com catadores de material reciclável; o responsável pela ONG é Wilson Santos Pereira, filiado ao PT e que trabalha no gabinete do Deputado Federal João Paulo Cunha (PT).

Missão Criança Aracaju (Sergipe)

Recebeu 593 mil, em 2006, para o projeto Recriando Caminhos, que oferece aulas de dança e música para jovens carentes; a presidente de honra é Eliane Aquino, mulher do Governador eleito de Sergipe, Marcelo Deda (PT).

O jornal vem trazendo inúmeras outras denúncias. Por exemplo, publica na página três:

Um duto da Petrobras ao PT. Estatal irrigou com verbas ONG ligadas a petistas e a movimentos que apoiaram a reeleição de Lula.

No Rio, petistas e assessores de petistas na lista.

Concentração em Sergipe, terra de Dutra.

E vai em frente.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Concederei em seguida, com muito prazer.

Continuo:

Entidade apoiada pela estatal fez mutirão pró-Lula nas eleições.

Ajuda até para o FurróCaju, no Estado de Dutra.

Futura primeira dama de Sergipe é Presidente de honra da ONG beneficiada.

Aliado de mensaleiro tem ONG beneficiada.

Petrobras nega critérios políticos para escolha.

Estatal defende investimentos em Sergipe.

ForróCaju é uma das maiores manifestações culturais do Nordeste.

Projeto recebeu verbas mas não saiu do papel.

Ministério Público investiga ONG atendida em Goiás.

Movimentos Sociais vão cobrar fatura à Lula.

Então, Sr. Presidente, veja que não é uma denunciinha isolada, em um local "x". E quando começou a primeira CPI das ONG, que foi concluída em 2002, eu diria que, além de indicar dez organizações que manifestamente tinham indícios de roubalheira, a CPI fez um projeto de lei propondo que houvesse um marco regulatório, uma lei que pudesse submeter essas entidades às mesmas condições a que são submetidas fundações, prefeiturzinhas do interior ou qualquer cidadão que faz algum tipo de convênio ou trato com o Governo Federal, Estadual ou Municipal. E aqui várias vezes eu citei, quando discutíamos a questão da terra indígena Raposa/Serra do Sol, que muito me admirava que, embora lá existissem várias ONG constituídas por índios, ou pelo menos comandadas por índios no papel, apenas uma – o Conselho Indígena de Roraima – recebia da Funai e do Governo a atenção necessária e os recursos todos que dirigidos a atendimento aos índios.

Pois bem, o Presidente da República terminou demarcando aquela terra de maneira diferente do que os próprios índios majoritariamente queriam. E nós sempre dissemos que obedecia a pressões de ONG. Alias, ele nunca escondeu isso; em conversa conosco ele disse várias vezes que não agüentava mais essas pressões.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de tolerância, para ler um documento ao qual consegui acesso. O Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas da Funai aqui em Brasília remeteu ao encarregado em Boa Vista o seguinte ofício:

Cumprimentando-o, vimos informar sobre a solicitação da autorização para ingresso nas terras indígenas Raposa/Serra do Sol e Anaro (região Amajari), por parte de Cecília Iorio, Gerente no Brasil da organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra, denominada "Cafod", em nome de Anne Marie Hanlon, Antony Joseph Sheen, Christine Lapine, Simon Giarchi e Louise Victoria Etheridge (cinco pessoas da Inglaterra – desculpem-me o mal inglês) com o objetivo de conhecer alguns povos indígenas e o trabalho do CIR (Conselho

Indígena de Roraima) com quem estão estabelecendo parceria, conforme correspondência encaminhada ao Presidente da Funai e à Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, datada de 7 de setembro de 2006.

Em seguida, a correspondência da entidade Cafod endereçada ao Presidente da Funai, traduzida em português, diz o seguinte:

Prezados Senhores,

Cafod, criada em 1962, é a organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales. Cafod apóia projetos de desenvolvimento em vários países dos três continentes: Ásia, África e América Latina. O apoio de Cafod contempla grupos de base, comunidades indígenas, rurais e urbanas que, através de suas organizações, buscam ter acesso a direitos e melhorar seus níveis de vida.

Desde 2004, Cafod vem apoiando os povos indígenas de Roraima, através do Conselho Indígena de Roraima CIR), mediante o contrato BRA472/1/1, firmado no âmbito do Programa Indígena. Nos últimos três anos, Cafod vem realizando encontros anuais com os parceiros brasileiros para tratar de questões relacionadas aos diferentes projetos. A partir de um convite do CIR, o encontro de 2006 será realizado em Roraima, na sede desta organização.

Na oportunidade, como parte das atividades do encontro de Cafod com os parceiros brasileiros, gostaríamos de solicitar autorização para que funcionários de Cafod possam visitar, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2006, as Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro com a finalidade de conhecer alguns povos e terras indígenas de Roraima e o trabalho do CIR nestas áreas. Salientamos que em todos os momentos estaremos sendo acompanhados pela Coordenação Geral do CIR.

Desta forma, vimos solicitar a devida autorização para o ingresso nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro aos membros de Cafod abaixo qualificados.

Aí cita o nome das cinco pessoas e termina:

Solicitamos ainda que o CIR seja consultado a respeito da presente solicitação para encaminhamentos devidos.

Para quaisquer dúvidas, indicamos o assessor Luciano Padrão para prestar informações.



Sr. Presidente, peço que este documento e também a matéria dos jornais constem do meu pronunciamento. Esse material mostra claramente que essa entidade que está sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União tem parceria com instituições internacionais e recebe dinheiro, como está dito aqui, desses parceiros internacionais e que o Governo brasileiro não tem nenhum controle sobre isso. Essas ONG têm as mais diversas faces, agem em todos os lugares, mas não poderiam mais merecer o título de não governamentais, porque

recebem recursos governamentais e, pior, não prestam contas adequadamente desses recursos.

Se o Presidente permitir, quero conceder um aparte ao Senador Valadares.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Mem. nº 514 /CGEP/06

Em 7 de setembro de 2006


A AER de Boa Vista

Assunto: ingresso em terra indígena

1. Cumprimentando-o, vimos informar sobre a solicitação da autorização para ingresso nas terras indígenas Raposa/Serra do Sol e Anaró (região Amajari), por parte de Cecília Iorio, Gerente no Brasil da organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra denominada "CAFOD", em nome de Anne Marie Hanlon, Antony Joseph Sheen, Christine Lappine, Simon Giarchi e Louise Victoria Etheridge, com o objetivo de conhecer alguns povos indígenas e o trabalho do CIR com quem estão estabelecendo parceria, conforme correspondência encaminhada ao Presidente da Funai e a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, datada de 07.09.06 (cópia em anexo).

2. Assim, solicitamos consultar os índios, através dos seus representantes, e nos informar o posicionamento deles sobre o assunto para que possamos responder aos interessados.

Atenciosamente,

  
Cláudio dos Santos Romero  
Coordenador Geral de Estudos e Pesquisas

C/c para o Conselho Indígena de Roraima



Exmo. Sr.  
Mércio Pereira Gomes  
Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Brasília DF

Ilmo Sr.  
Cláudio Romero  
Diretor da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Brasília DF

7/09/2006

Prezados Senhores:

CAFOD, criada em 1962, é a organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales. CAFOD apóia projetos de desenvolvimento em vários países dos três continentes: Ásia, África e América Latina. O apoio de CAFOD contempla grupos de base, comunidades indígenas, rurais e urbanas que, através de suas organizações, buscam ter acesso a direitos e melhorar seus níveis de vida.

Desde 2004, CAFOD vem apoiando os povos indígenas de Roraima, através do Conselho Indígena de Roraima (CIR), mediante o contrato BRA472/1/1, firmado no âmbito do Programa Indígena. Nos últimos três anos, CAFOD vem realizando encontros anuais com os parceiros brasileiros para tratar de questões relacionadas aos diferentes projetos. A partir de um convite do CIR, o encontro de 2006 será realizado em Roraima, na sede desta organização.

Na oportunidade, como parte das atividades do encontro de CAFOD com os parceiros brasileiros, gostaríamos de solicitar autorização para que funcionários de CAFOD possam visitar, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2006, as Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro (região Amajari) com a finalidade de conhecer alguns povos e terras indígenas de Roraima e o trabalho do CIR nestas áreas. Salientamos que em todos os momentos estaremos sendo acompanhados pela Coordenação Geral do CIR.

Desta forma, vimos solicitar a devida autorização para o ingresso nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro aos membros da CAFOD abaixo qualificados:

1. Anne Marie Hanlon, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 28/04/1960, portadora do passaporte No 459343717 e residente no seguinte endereço: 1 North View - Jarrow - Tyne & Wear - NE32 5JQ

CGEP

Data 11/09/06

Rubrica 

Romero Close, Stockwell Road, London SW9 9TY

Tel: 020 7733 7900 Fax: 020 7274 9630 E-mail: [hqcafod@cafod.org.uk](mailto:hqcafod@cafod.org.uk) Website: [www.cafod.org.uk](http://www.cafod.org.uk)

CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales and part of the Caritas International Federation  
Registered under the Charities Act 1960 No. 285776

Trustees: Rt Rev John Rawsthorne Rt Rev Kieran Conry Nicholas Warren Dr Mary Hallaway OBE  
Director: Chris Bain Hon Treasurer: Charles S Reeve-Tucker FCA

2. *Antony Joseph Sheen*, sexo masculino, nacionalidade britânica, nascido em 22/08/1963, portador do passaporte No 070044475 e residente no seguinte endereço: 35 Whitethorn Gardens - Enfield - Middx - EN2 6HF
3. *Christine Lappine*, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 26/10/1953, portadora do passaporte No 102860899 e residente no seguinte endereço: 80 Clincton View Widnes WA8 8RW
4. *Simon Giarchi*, sexo masculino, nacionalidade britânica, nascido em 06/09/1974, portador do passaporte No 303466475 e residente no seguinte endereço: 18 Lockington Ave, Plymouth, PL3 5QS
5. *Louise Victoria Etheridge*, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 13/03/1975, portadora do passaporte No 540023168 e residente no seguinte endereço: 167 Elmers End Road, Beckenham, Kent, BR3 4EL

Solicitamos ainda que o CIR seja consultado a respeito da presente solicitação para os encaminhamentos devidos.

Para quaisquer dúvidas e esclarecimentos, indicamos o assessor Luciano Padrão para que preste informações necessárias através dos telefones (21) 2553-0428, (21) 8833-0428 ou dos e-mails [luciano@ciclo.org.br](mailto:luciano@ciclo.org.br) ou [lnpadr@uninet.com.br](mailto:lnpadr@uninet.com.br). Em anexo segue a programação da visita.

Atenciosamente,



Cecília Iorio

Gerente de programas de CAFOD para o Brasil, Guiana e Cone sul.  
[ciorio@cafod.org.uk](mailto:ciorio@cafod.org.uk)

Cafod  
Romero Close  
Stockwell Road  
SW9 9TY London  
United Kingdom

Tel: + 44 20 7095 5643

Fax: + 44 20 7095 9630

# O ESTADO DE S.PAULO

ÍNDICE GERAL | ÍNDICE DA EDITORIA | ANTERIOR | PRÓXIMA

## O universo das ONGs

Por iniciativa de um senador da oposição, Heráclito Fortes (PFL-PI), o Senado poderá criar ainda este ano uma CPI para investigar o repasse de recursos públicos a Organizações Não-Governamentais (ONGs), por parte do governo federal. O senador afirma que já dispõe das assinaturas necessárias e que irá protocolar o pedido na próxima semana. O que o levou a fazer essa proposta, diz Fortes, foram as irregularidades recentemente detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas transferências voluntárias de recursos do Orçamento para entidades sem fins lucrativos e ONGs. Numa amostra de 28 convênios firmados entre 1999 e 2005, no valor total de R\$ 150 milhões, o órgão detectou graves problemas em 15.

Segundo os auditores do TCU, as 15 ONGs não tinham qualificação técnica, condições administrativas e operacionais, pessoal qualificado e experiência para receber os recursos. Além disso, os projetos analisados foram mal elaborados, com propósitos vagos, metas insuficientemente descritas, dados incompletos e prestações de contas confusas. Mais grave ainda, algumas das ONGs foram criadas apenas três meses antes da celebração dos contratos com o governo.

“As propostas não trazem informações que permitam avaliar os objetivos que se pretende atingir, como são realizadas as ações e o que se obterá concretamente em termos de produtos ou serviços prestados à comunidade”, afirma o relator do processo, ministro Marcos Costa. Os 15 convênios com irregularidades receberam o total de R\$ 82 milhões.

É muito dinheiro público gasto pela União com entidades duvidosas, iniciativas discutíveis e pouca transparência na prestação de contas. Segundo a Associação Contas Abertas, uma entidade sem fins lucrativos que se mantém com contribuições da iniciativa privada, o total de recursos repassados a

ONGs pelo governo federal, entre 2001 e setembro de 2006, chegou a R\$ 11 bilhões, em valores correntes. Para o próximo ano, o projeto de Orçamento que o Executivo encaminhou ao Congresso prevê um repasse de R\$ 2 bilhões. E a esse valor poderão se acrescentar as emendas de deputados e senadores.

Evidentemente, ao propor uma CPI para investigar os convênios firmados pela União com ONGs a partir de 2003 e acusar o governo de ter favorecido entidades vinculadas ao PT, o senador oposicionista Heráclito Fortes quer apenas fustigar o presidente Lula. Isso faz parte do jogo democrático. No entanto, independentemente do embate entre situação e oposição, a CPI pode representar uma oportunidade ímpar para se avaliar a atuação das ONGs no País, especialmente aquelas que, em flagrante contradição com o próprio nome, vivem exclusivamente de repasse de recursos governamentais.

A expansão do número de convênios firmados pela União com essas entidades começou na década de 90, com a reforma do Estado e as subseqüentes pressões para a redução das despesas de custeio.

Acompanhando uma tendência mundial, o governo federal diminuiu a oferta de serviços essenciais por ele diretamente prestados, delegando-os a entidades da sociedade civil e apoiando-as financeiramente. A idéia era fortalecer o voluntariado e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), entregando-lhes a responsabilidade por determinadas atividades que fortalecessem iniciativas comunitárias.

O problema é que, por falta de uma legislação eficaz, a estratégia foi desvirtuada e o governo perdeu o controle das transferências voluntárias de recursos públicos ou passou a privilegiar entidades criadas por sua clientela política. Em 2002, a estimativa era de que existiam 22 mil ONGs no País, atuando nas mais diversas áreas, da saúde indígena e construção de cisternas no Nordeste a reforma agrária, atendimento a crianças de rua e biodiversidade. Embora não existam dados precisos, estima-se que existam hoje 260 mil ONGs, a maioria vivendo de repasses governamentais.

A situação chegou a tal descalabro que, a pedidos das ONGs mais antigas e respeitadas, em 2004 o presidente Lula criou um grupo de estudo para analisar uma nova regulamentação para o setor. Mas, como se tornou habitual no seu governo, nada de concreto foi feito até hoje. É por isso que, como afirmam muitos especialistas em contas públicas, as transferências voluntárias de recursos públicos se tornaram um buraco negro nas finanças da União.

# Um duto da Petrobras ao PT

Estatal irrigou com verbas ONGs ligadas a petistas e a movimentos que apoiaram reeleição de Lula

Chico Otavio, Maiá Menezes e Bernardo Mello Franco

**A** título de apoio a projetos sociais, a Petrobras injetou recursos, de agosto do ano passado a outubro deste ano, período eleitoral, em organizações não-governamentais (ONGs) que apoiaram a campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e são ligadas ao PT ou a movimentos sociais aliados do petista, como o MST. Levantamento feito pelo GLOBO, com base em dados do site da estatal, mostra que pelo menos R\$ 31 milhões do dinheiro destinado pela Petrobras ao setor no período foram parar em contas dessas entidades. Na lista, há casos em que os dirigentes das ONGs disputaram a eleição pelo PT e outros em que a entidade mobilizou sua estrutura no apoio eleitoral a Lula.

A pesquisa analisou um universo de 735 contratos e convênios, no valor total de R\$ 263 milhões (todos com dispensa de licitação), do qual foi selecionada uma amostra. De acordo com o site da estatal, os projetos favoreceram sem-teto, catadores de papel, sem-terra, movimentos de minorias, crianças carentes, obras de asfaltamento, coleta de lixo, shows populares — a maioria deles em ano eleitoral — e até leilões de cabras e ove-

lhas. A Petrobras também desembolsou dinheiro para patrocinar eventos da CUT, da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), entidades que manifestaram apoio a Lula na campanha eleitoral.

## Concentração em SE, terra de Dutra

- Há uma concentração de convênios em Sergipe, estado do petista José Eduardo Dutra, ex-presidente da Petrobras e candidato derrotado do PT ao Senado este ano. No mesmo estado, entre outros contratos, a estatal repassou verbas para uma ONG presidida pela mulher do petista Marcelo Déda, eleito governador em outubro.

Dirigentes de algumas das entidades favorecidas por dinheiro da Petrobras, além de terem pedido abertamente voto para Lula na campanha que o reelegeu, defendem teses como ocupação de prédios e invasão de propriedades no campo. A empresa alega, porém, que os projetos passaram por um processo criterioso de seleção, são fiscalizados regularmente e respondem às expectativas. A lista de ações sociais também inclui ONGs que não

têm vínculo com o PT, algumas com larga tradição no setor.

Mas o partido de Lula aparece, em muitos casos, na outra ponta da política social da empresa. A relação mostra que o PT é o partido com mais municípios na lista de 210 prefeituras e governos estaduais que receberam repasses do Fundo de Infância e Adolescência da empresa. O partido de Lula aparece com 49 prefeituras (23% do total). Há outras 46 controladas por políticos de partidos que integram a base do governo no Congresso.

Dos dez maiores contratos, a maioria firmada em dezembro do ano passado e com vigência ao longo do ano eleitoral, seis foram assinados com prefeituras petistas e com o governo do Piauí, controlado pelo PT. Outros prefeitos, como o peemedebista Washington Reis (Duque de Caxias) e o pedetista João Henrique (Salvador), também fizeram campanha para Lula. O maior repasse, de R\$ 2 milhões, beneficiou Magé, na Baixada Fluminense. Durante a campanha, a prefeita Núbia Cozzolino (PMDB) foi investigada por uso da máquina (postos de saúde) pelo Ministério Público.

Este ano, a Petrobras continuou favorecendo prefeituras petistas. Doou R\$ 463 mil para a recuperação



de estradas em Maragogipe (Bahia) e R\$ 600 mil para um projeto de coleta seletiva de lixo em Mesquita, na Baixada Fluminense.

O exame dos convênios com ONGs mostra o mais forte elo entre o programa social da Petrobras e o PT. Em Minas Gerais, por exemplo, a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável recebeu R\$ 1,5 milhão este ano. Seu presidente, Luiz Henrique da Silva, é filiado ao PT deste 1981. Em solenidade de lançamento de linhas de crédito para catadores de papéis, no dia 25 de outubro em Brasília, Luiz Henrique chamou Lula de "companheiro". E repetiu várias vezes uma frase usada na campanha — "Agora, vou deixar o homem trabalhar".

Apesar de a associação ter sido fundada em 1990, só se consolidou

três anos depois, na gestão petista do prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias (1993-97), que firmou convênio com a entidade. Desde então, Luiz Henrique se tornou cabo eleitoral do hoje ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Patrus compareceu às três últimas edições do festival de Lixo e Cidadania, evento da entidade.

Silva negou envolvimento com política e afirmou que a entidade é apartidária. Ele disse que os convênios firmados com a Petrobras e outras empresas públicas não têm qualquer conotação política.

A ligação com o PT se repete em pelo menos outros cinco estados, além do Distrito Federal. Em Feira de Santana (BA), a Petrobras patrocina uma feira de mulheres empregadas na agricultura familiar da re-

gião, organizada pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Agrícolas da área. Embora negue a vinculação partidária à liberação dos recursos, a coordenadora do Pólo, Conceição Borges, é filiada ao PT e não esconde a sua atuação como militante partidária, tendo inclusive disputado pelo partido uma vaga para a Câmara Municipal, em 2004.

Conceição teve três mil votos que lhe garantiram a segunda suplência da legenda. Ela já presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. A dirigente, que se diz vereadora sem mandato, alega que o apoio da Petrobras se deve à relevância do evento. ■

---

COLABORARAM: *Rodrigo Lopes e Heliana Frazão*

---

## No Rio, petistas e assessores de petistas na lista

Candidato do PT a deputado e assessor de prefeitos do partido receberam recursos da estatal

• Controlado pelo petista Ivanir dos Santos, que foi candidato a deputado federal este ano, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap) está na lista de patrocínios milionários da Petrobras no Rio. Em agosto do ano passado, a ONG recebeu R\$ 793 mil da estatal para projetos de ação afirmativa. No dia 16 de outubro deste ano, a menos de duas semanas do segundo turno das eleições, a empresa assinou novo convênio de R\$ 1,6 milhão — mais de duas vezes o valor do contrato anterior.

Ivanir é ligado à ex-governadora Benedita da Silva, que coordenou a campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Rio. Apesar de nunca ter exercido mandato, é uma figura conhecida do eleitor fluminense. Sempre de boina e batas brancas, disputou este ano a quarta eleição pelo PT, depois de concorrer duas vezes a uma vaga na Assembléia Legislativa e uma como vice-prefeito na

chapa de Chico Alencar. De acordo com o site do TSE, Ivanir não apresentou sua relação de doadores de campanha no prazo determinado por lei.

O petista diz que não usou o trânsito livre com cardeais do PT para fechar os contratos com a Petrobras.

— Não conheço ninguém de lá (da estatal). O patrocínio não passou por tráfico de influência. Nós batamos e conseguimos — afirmou.

No primeiro governo do presidente Lula, a estatal foi presidida pelo ex-se-

nador José Eduardo Dutra (2003 a 2005) e por Sérgio Gabrielli (que está no cargo e deve permanecer no segundo mandato), ambos petistas.

Segundo Ivanir, o Ceap já recebeu recursos de empresas privadas e fundações estrangeiras, mas hoje só conta com verbas da Petrobras. A estatal informou que o dinheiro foi destinado ao "Projeto Camélia", que inclui a publicação de cartilhas com tiragem de quatro mil exemplares, um concurso de redação e um prêmio para empresas que promovem ações afirmativas.

Na quinta-feira, Ivanir entregou um computador de R\$ 1.200 a uma estudante de Itaboraí que ficou em terceiro lugar no concurso de redação. Ele promete distribuir mais 29 máquinas aos participantes. A Petrobras informa que o projeto incluiu 500 escolas. Nas contas do petista, foram

apenas 200. De acordo com o diretor do Ceap, a estatal dobrou o valor do contrato de patrocínio para que o projeto seja levado a São Paulo. No entanto, Ivanir diz que ainda não sabe como será a expansão do concurso:

— Estamos delimitando a área. Tudo depende do novo secretário de Educação — justificou o petista, que foi subsecretário estadual de Direitos Humanos no governo Benedita.

A entidade ambientalista Onda Verde, que recebeu este ano R\$ 1,6 milhão da Petrobras, é controlada por Hélio Vanderlei, assessor do prefeito petista de Paracambi, André Ceciliano. Embora não presida mais a ONG que fundou há oito anos, Hélio dirige dois projetos patrocinados pela estatal: “Agricultura familiar em faixa de dutos” e “Desenvolvimento sustentável da comunidade de pescadores Marcílio Dias”. A estatal financia ainda o Centro Integrado de Educação Ambiental e Práticas Sus-

tentáveis, que funciona na sede da ONG, em Nova Iguaçu.

Vanderlei diz que fundou a Onda Verde depois de uma longa trajetória de defesa da natureza como sindicalista. Ele se divide entre a direção dos projetos, a assessoria a Ceciliano e

ção, você terá de perguntar à diretoria daqui, porque já me desliguei — disse.

O programa de agricultura, iniciado em setembro do ano passado em faixas por onde passam dutos da Petrobras, vai atender inicialmente 60 famílias. Hoje, só duas comunidades são beneficiadas. As obras do programa dos pescadores estão paradas. Segundo Vanderlei, a área foi ocupada pela PM. O programa de educação ambiental recebe 50 alunos de escolas públicas por dia. *(Bernardo Mello Franco e Chico Otavio)*

consultorias à prefeitura de Nova Iguaçu, administrada pelo também petista Lindberg Farias. No site da Petrobras, consta apenas um convênio, no valor de R\$ 1,6 milhão, mas informações do próprio ambientalista mostram que os repasses são maiores.

— Para a agricultura familiar, foram R\$ 2,5 milhões. Para os pescadores da Baía de Guanabara, não posso dizer, porque o projeto fica num lugar perigoso. Quanto ao programa de educa-

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** Ajuda até para o ForróCaju, no estado de Dutra

## Entidade apoiada pela estatal fez mutirão pró-Lula nas eleições

Futura primeira-dama de Sergipe é presidente de honra de ONG beneficiada

Bernardo de la Peña e José Araújo

• BRASÍLIA e ARACAJU. No rasto do dinheiro investido pela Petrobras em ações sociais, aparecem prefeituras e ONGs que participaram ativamente da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou têm ligações com outros candidatos do PT. Em Brasília, a ONG favorecida fez parte do grupo de movimentos sociais que organizou um mutirão pró-Lula. Em Sergipe, a presidente de honra de uma das entidades é mulher do governador eleito, Marcelo Déda (PT).

Eliane Aquino, mulher de Déda, participa da ONG Missão Criança, uma das 15 instituições

beneficiadas em Sergipe com recursos da Petrobras — de 2003 a 2005, a estatal foi presidida pelo sergipano José Eduardo Dutra. A Missão Criança recebeu, em fevereiro, R\$ 598 mil para o projeto “Recriando Caminhos 2006” — aulas de dança e música para crianças carentes.

A relação exibe ainda a Fundação Cidade de Aracaju (Fundacaju), órgão da Prefeitura de Aracaju — gerida até abril deste ano por Déda —, que recebeu R\$ 450 mil para organizar o ForróCaju. No total, até junho deste ano a Petrobras liberou quase R\$ 2 milhões para projetos culturais e sociais em Sergipe, a maioria destinada a prefeituras e ONGs cujos dirigentes são liga-

dos ao PT ou a aliados.

### Favorecida divulgou apoio eleitoral em seu site

Beneficiado por R\$ 76 mil repassados pela Petrobras, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de Brasília, faz parte do grupo de movimentos sociais, como o MST, que apoiou a reeleição de Lula. Na última semana da eleição no segundo turno, o movimento chegou a organizar o que os seus coordenadores classificaram de “mutirão contra a direita”.

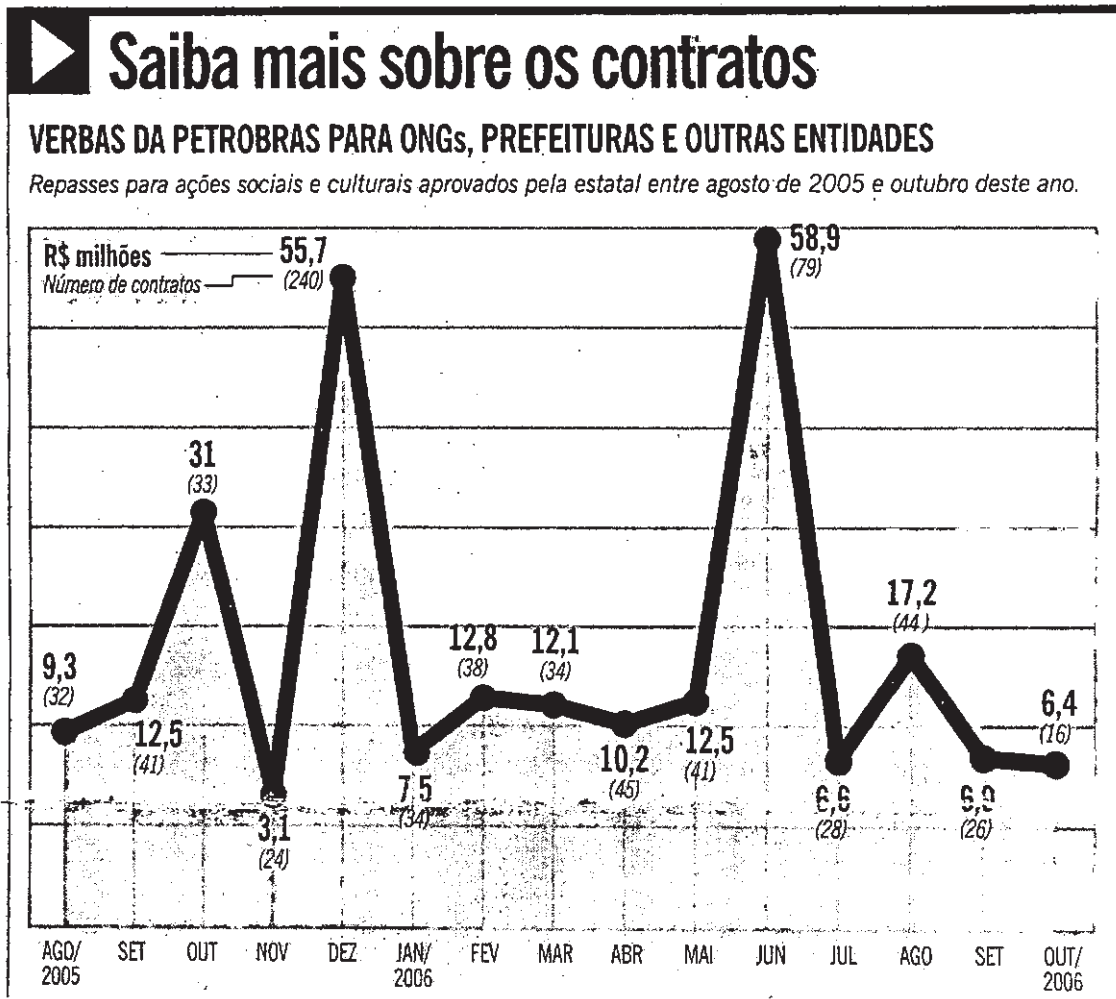
“Reconhecendo o retrocesso de um projeto neoliberal (...) representado pelos candidatos de direita, o Movimento dos Atingidos por Barragens promove ati-

vidades de campanha pela reeleição do Lula, além de apoiar eventuais candidatos de esquer-

da (...). Trata-se de derrotar a direita e, ao mesmo tempo, exigir do presidente Lula maior envolvimento com as causas dos tra-

balhadores", dizia comunicado no site da entidade às vésperas do segundo turno. ■

Editoria de Arte



# ALGUMAS ENTIDADES BENEFICIADAS

## BAHIA

Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, II Semana das Mulheres da Região de Feira de Santana

**R\$ 17 mil em 2006**

Responsável: Conceição Borges, filiada ao PT, disputou pelo partido vaga na Câmara dos Vereadores da cidade em 2004

## SERGIPE

Missão Criança Aracaju, projeto Recriando Caminhos

**R\$ 593 mil, em 2006**

Presidente de honra: Eliane Aquino, mulher do governador eleito de Sergipe, Marcelo Déda (PT)

Obs.: Foi uma das 15 instituições beneficiadas em Sergipe com recursos da Petrobras

## MINAS GERAIS

Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare)

**R\$ 1,499 milhão em 2006**

Responsável: Luiz Henrique da Silva, ex-catador de papel, militante do PT, ex-cabo-eleitoral do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias

## RIO DE JANEIRO

Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - Ceap

**R\$ 793 mil em 2005 e**

**R\$ 1,6 milhão em 2006**

Responsável: Ivanir dos Santos (disputou a eleição para deputado federal no Rio pelo PT)

Obs: Segundo Ivanir, a verba foi duplicada porque o Projeto Camélia será levado a São Paulo em 2007

## SÃO PAULO

Associação Vira Lata, projeto com catadores de material reciclável

**R\$ 870 mil em 2006 e R\$ 600 mil em 2003**

Responsável: Wilson Santos Pereira (filiado ao PT e trabalha no gabinete do deputado federal João Paulo Cunha)



## BRASÍLIA

Movimento dos Atingidos por Barragens

**R\$ 76 mil repassados em 2006**

Está aliado a outros movimentos sociais, como o MST, e promoveu no segundo turno atividades de campanha pela reeleição do presidente Lula

**MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS**

**FUSZS**

**O preço da luz é muito caro**

**COMITE POPULAR PRÓ LULA**

**Nos próximos 4 anos tem de ser esta vez tio povo!**

**Já decidimos: Somos contra e roubamos nos preços somos contra a privatização.**

**Por isso: NÃO VOTAMOS NO ALCEGAR SIM: VOTAMOS NO LULA!**

popular, luz para todos, compra de alimentos/CONAB, linhas de crédito para produção e aumento do salário mínimo.

# COMITE POPULAR PRÓ LULA

**Confederação das Mulheres do Brasil**

**Obrigada Presidente LULA**

**Alfabetizar e Profissionalizar é Ligar a Mulher**

**Confederação das Mulheres do Brasil - CMB**

Trecho do site da CMB, uma das beneficiárias em São Paulo



# Petrobras favorece ONGs ligadas ao PT com patrocínio

Na lista, estado de ex-presidente da estatal e até leilão de cabras com dinheiro público

• Como incentivo a projetos sociais, a Petrobras liberou verbas para ONGs dirigidas por petistas ou ligadas a movimentos como o MST, que apoiaram a reeleição do presidente Lula. De agosto de 2005 a outubro deste ano, pelo menos R\$ 31 milhões foram repassados a essas entidades, segundo levantamento feito por CHICO OTAVIO, MAIÁ MENEZES e BERNARDO MELLO FRANCO. Em Sergipe, estado do petista José Eduardo Dutra, ex-presidente da

Petrobras, até um leilão de cabras e o ForróCaju receberam patrocínio. Em São Paulo, a estatal deu recursos à Associação Vira Lata, uma cooperativa de catadores de papel presidida pelo petista Wilson dos Santos Pereira, funcionário do gabinete do deputado mensaleiro João Paulo Cunha (PT). A Petrobras afirma que os projetos passaram por seleção criteriosa, são fiscalizados e respondem às expectativas. **Páginas 3 a 9**

## EXEMPLOS DE PRIVILÉGIO

**Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - Ceap (RJ)**

A ONG recebeu R\$ 793 mil em 2005 e R\$ 1,6 milhão em 2006; o responsável pela entidade, Ivanir dos Santos, foi candidato a deputado federal no Rio pelo PT

**Associação Vira Lata (São Paulo)**  
Recebeu R\$ 870 mil em 2006 e R\$ 600 mil em 2003 para projetos com catadores de material reciclável; o responsável pela ONG é Wilson Santos Pereira, filiado ao PT e que trabalha no gabinete do deputado federal João Paulo Cunha (PT)

**Missão Criança Aracaju (Sergipe)**  
Recebeu R\$ 593 mil em 2006 para o projeto Recreando Caminhos, que oferece aulas de dança e música para jovens carentes; a presidente de honra é Eliane Aquino, mulher do governador eleito de Sergipe, Marcelo Dêda (PT)

## Segundo escalão é alvo de disputa

• Além de disputarem o comando dos 34 ministérios, os partidos da base aliada lutam por espaço no segundo escalão: são 86 cargos de direção em estatais e bancos públicos, com salário médio de R\$ 10 mil. **Página 15**

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** *Estatal patrocinou cinco entidades em SP e Goiás cujos dirigentes apoiaram Lula*

# Aliado de mensaleiro tem ONG beneficiada

Petrobras deu R\$ 1,47 milhão a cooperativa paulista presidida por funcionário do gabinete de João Paulo Cunha

**Ricardo Galhardo**

• SÃO PAULO. Desde 2003, a Associação Vira Lata, uma cooperativa de catadores de papel reciclável em São Paulo, foi contemplada com R\$ 1,47 milhão de convênios da Petrobras. A Vira Lata é presidida por Wilson dos Santos Pereira, filiado ao PT e funcionário do gabinete do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, um dos envolvidos no escândalo do mensalão.

Pelo menos cinco entidades

ligadas a partidos e movimentos que apoiaram a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Paulo e Goiás receberam R\$ 2,678 milhões da Petrobras. A lista inclui entidades vinculadas ao MR-8 e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apoiaram a reeleição de Lula.

— Quando sobra um tempo a gente dá uma força para o pessoal dos catadores — disse Wilson Pereira para justificar o acúmulo de funções na Associação

Vira Lata e no escritório político de João Paulo em Osasco.

Desde a posse de Lula, a entidade recebeu R\$ 1,47 milhão para comprar equipamentos e qualificar 120 catadores de papel (R\$ 122 mil por catador), que transformam o material reciclado em telhas. Pereira nega que a vinculação com o PT tenha ajudado na liberação do dinheiro.

— Não houve interferência política. Inscrevemos o projeto e uma comissão da Petrobras aprovou — disse Pereira.



A Confederação das Mulheres do Brasil recebeu em outubro R\$ 477 mil para o projeto Escola das Mulheres. A presidente da CMB, Márcia Campos, é do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que durante a ditadura foi um grupo armado de esquerda e hoje está ligado a setores do PMDB. Na página da Confederação das Mulheres do Brasil na internet, Márcia Campos aparece ao lado da primeira-dama Marisa Letícia fazendo campanha para Lula. ■

## Projeto recebeu verbas mas não saiu do papel

Ministério Público investiga ONG atendida em Goiás

• SÃO PAULO. Em maio do ano passado, a presidente da Confederação das Mulheres Brasileiras, Márcia Campos, recebeu da Alerj o título de Cidadã Benemérita do Rio de Janeiro. A proposta foi do deputado Léo Vivas, do PRB, partido do vice-presidente José Alencar. Márcia também preside a Federação Democrática Internacional das Mulheres.

Procurada pelo GLOBO, Márcia não respondeu às liga-

ções mas, segundo uma das pessoas que atendeu aos telefonemas, a Escola de Mulheres ainda não saiu do papel.

A União dos Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis (Unas) foi contemplada com R\$ 475 mil da Petrobras para o projeto Geração Vida, que dá cursos de moda para 20 mulheres e 30 jovens da maior favela de São Paulo. O secretário-geral da Unas, José Geraldo de Paula Pinto, é filiado ao PT e em 2000 hospedou o então pré-candidato a presidente Eduardo Suplicy em sua casa, na favela.

— Alguns diretores da Unas podem ter filiação partidária, mas a entidade não tem vínculo com ninguém — disse o coordenador pedagógico Cláudio Bonifácio Borges, o Cacá.

Segundo fontes do PT, dirigentes da Unas apoiaram a candidatura do deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP).

### Dinheiro para pagar passagens e marmitas

A União Nacional Por Moradia Popular (UNMP) recebeu R\$ 20 mil da Petrobras em maio para pagamento de transporte, hospedagem e alimentação de integrantes do movimento durante o 10º Encontro Nacional por Moradia Popular, em Salvador. Um dos dirigentes da UNMP, Dinizete Fernandes, foi

candidato a deputado estadual pelo PT de São Paulo este ano. Ele teve 17 mil votos e não foi eleito. Em 2002, o UNMP assinou um manifesto em defesa da candidatura de Lula à Presidência.

— O UNMP é formado por sem-teto que não têm dinheiro nem para pegar um circular, muito menos para ir a Salvador. Esse dinheiro foi para comprar colchonetes, passagens de ônibus e marmitas — disse um integrante do movimento.

Em Goiás, a Associação de Cooperação Agrícola (ACA-GO) recebeu R\$ 236 mil da Petrobras para o projeto Sou Sem Terrinha Sim Senhor. O projeto pretende dar formação política e conscientizar cerca de 350 crianças e adolescentes que moram em acampamentos e assentamentos sobre os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ACA-GO é investigada pelo Ministério Público Federal em Goiás em uma ação que contesta repasses ilegais de verbas do governo para o MST através de entidades ligadas ao movimento. A ACA-GO é uma figura jurídica criada pelos sem-terra para terem acesso a verbas públicas. O MST apoiou formalmente a reeleição de Lula no segundo turno. Nenhum dirigente do movimento em Goiás foi encontrado para comentar a ação do Ministério Público Federal. ■

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** Segundo empresa, análise técnica determina quais iniciativas receberão ajuda financeira

# Petrobras nega critérios políticos para escolha

Em nota, estatal diz que não favorece instituições ligadas a petistas e que fiscaliza os projetos selecionados

• A Petrobras nega favorecimento a ONGs e entidades controladas por petistas e diz basear a escolha de programas sociais que patrocina em "critérios técnicos, não políticos". A estatal afirmou, em nota ao GLOBO, que acompanha e fiscaliza a realização de todos os projetos beneficiados.

"A alocação de recursos é feita em parcelas, dependendo do tempo de execução de cada projeto. A cada nova liberação de recursos é exigida a prestação de contas e relatórios das atividades", informou.

A empresa diz contar com "diversas etapas de análise", com a participação de funcionários e consultores externos. A seguir, trechos das explicações da estatal sobre contratos com ONGs e entidades ligadas ao PT ou à campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

• **PREFEITURA DE MESQUITA (RJ):** "O projeto Coleta Seletiva Solidária foi um dos escolhidos na seleção pública do Petrobras Fome Zero em 2005 e faz parte da rede nacional de reciclagem de resíduos, que envolve cerca de 10 mil catadores em 97 municípios

de oito estados. O custo total é de R\$ 813.600, cabendo à Petrobras o aporte de R\$ 600 mil. O projeto está de acordo com a linha de atuação 'Geração de Emprego e Renda' do programa Petrobras Fome Zero e está enquadrado na diretriz de fomento ao cooperativismo."

• **CEAP (RJ):** "Em 2006/2007, o Projeto Camélia vai receber R\$ 1,6 milhão, tendo em vista que ampliou suas ações educativas para mais 500 escolas das redes pública e privada de São Paulo. O Ceap tem uma longa atuação na busca pela garantia e efetivação dos direitos das populações marginalizadas através de campanhas. E um dos pilares do programa Petrobras Fome Zero é a garantia dos direitos de grupos historicamente excluídos (índigenas e afro-descendentes)."

• **ONDA VERDE (RJ):** "O projeto reúne atividades que giram em torno da temática ambiental, geração de renda e a preservação do meio ambiente por meio da conscientização de jovens e adultos. Uma das diretrizes mais importantes de patrocínio é a proximidade com instalações da companhia. No Tinguá, existem

três dutos que atravessam o bairro. A Onda Verde é uma instituição com reconhecimento internacional e sua parceria com a Petrobras começou em 1995."

• **MOVIMENTO JOVEM CONSCIENTE (SP):** "O projeto Treme Terra atende 130 jovens visando a promover a integridade do indivíduo, sua inclusão social, a evolução de sua comunidade e a preservação do meio ambiente através de vivências recreativas e atividades artísticas e técnicas. Pelas características geográficas e históricas do Morro do Querosene, instalou um pólo de referência de convívio democrático e qualidade de vida". ■

## Estatal defende investimentos em Sergipe

'ForróCaju é uma das maiores manifestações culturais do Nordeste'

• A Petrobras negou motivação política na liberação de quase R\$ 2 milhões para proje-

tos culturais e sociais em Sergipe — terra do petista José Eduardo Dutra, ex-presidente da estatal. Na lista de beneficiados, com R\$ 593 mil liberados em fevereiro, está o projeto “Recriando caminhos”, dirigido por uma ONG que tem como presidente de honra a mulher do governador eleito Marcelo Déda, também do PT.

Em nota, a empresa justificou ainda o repasse de R\$ 450 mil para o ForróCaju, promovido pela prefeitura de Aracaju, controlada por Déda até abril deste ano. Segundo a Petrobras, o festival “reúne importantes artistas e é considerado, ao lado (dos) de Caruaru e Campina Grande, uma das três maiores manifestações culturais do Nordeste”. Abaixo, outras explicações da Petrobras:

• **UM SÃO JOÃO MULTICULTURAL (SE):** “Considerada a maior festa regional do Nordeste, contempla vários municípios em todo o estado, onde a

Petrobras tem atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O projeto contribuiu para o resgate da cultura regional e ganhou visibilidade nacional, incrementando o turismo e gerando renda para população dos diversos municípios envolvidos.”

• **LEILÃO DE CAPRINOS E OVINOS SANTA INÊS (SE):** “Ação mercadológica da Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados (Fafen) da Petrobras, no valor total de R\$ 15 mil. Visa a exposição e a ampliação da comercialização de produtos.”

• **CARANGUEJO ELÉTRICO:** “Parceria com o Ibama na preservação do caranguejo uçá, que proporciona a geração de emprego e renda para diversos sergipanos. O crustáceo está em extinção nos manguezais locais por causa da pesca predatória, da utilização de artefatos inadequados e da pesca em períodos impróprios,

como em época de desova e reprodução. Com o projeto, a população vem se tornando mais consciente em relação à preservação do caranguejo. Neste projeto, a Petrobras confirma seu compromisso de preservação de espécies em risco de extinção, principalmente nas áreas onde atua”.

• **ASSOCIAÇÃO VIRA LATA (SP):** “O custo de um posto de trabalho em cooperativas, segundo o Movimento Nacional dos Catadores, varia de R\$ 3 mil a 5 mil. No projeto, esse custo foi reduzido para R\$ 1.083, graças ao sistema em rede. O Vira Lata foi patrocinado pela primeira vez pela Petrobras em 2004/2005, com investimento de R\$ 614 mil. O projeto trabalha com catadores na região oeste de São Paulo, que realizam coleta seletiva em 10.540 domicílios. Com a renovação da parceria, no valor de R\$ 870 mil, em 2006/2007 serão atendidos outros quatro bairros.” ■

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª já recebeu acréscimo de três minutos no seu tempo. É impossível que haja apartes.

V. Exª será atendido, nos termos regimentais, na sua solicitação de deixar registrados nos Anais da Casa os documentos a que se referiu.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Já que o orador encerrou seu pronunciamento, eu gostaria de falar como Líder do PSB sobre o mesmo assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª já está inscrito como Líder. Após o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª fará uso da palavra como Líder do PSB.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir minha inscrição como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Querido Mozarildo Cavalcanti, eu somente gostaria de acrescentar à sua fala, que foi precisa e que está dentro daquilo de que o Brasil necessita, que é preciso ter cuidado.

O Parlamento brasileiro tem de ter muito cuidado, já que o Governo Federal está de olhos fechados para o problema.

V. Ex<sup>a</sup> citou a roubalheira das ONG, que é algo que está aos olhos de todos. Porém, o pior de tudo é quando usam dinheiro internacional para fazer estudos no Brasil e subsidiar Ministérios para evitar o crescimento do Brasil. Não se pode navegar no rio Araguaia, não se pode mais produzir energia. O Governo Federal não pode gerar mais energia de hidrelétricas. As ONG, com dinheiro internacional, fazem estudos, submetem-nos aos ambientalistas, evitando que se desenvolva o País. Esse é o maior crime que se comete neste País hoje. É uma vergonha, além da roubalheira que tem sido patente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)

– Senador João Batista Motta...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> tem 30 segundos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador João Batista Motta, eu gostaria de pedir atenção ao primeiro item da pauta da Ordem do Dia de hoje, que é justamente a discussão do requerimento para criar a CPI das ONG, CPI das ONG nº 2. E é muito importante que a aprovemos, para que possamos investigar com isenção cada uma das denúncias.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não consegui chegar a tempo aqui e não acompanhei as inscrições para falar em comunicações inadiáveis. Se, porventura, houver uma vaga, gostaria de reivindicá-la para poder usar esse espaço tão precioso.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> será o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Eu poderia ser o segundo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador João Batista Motta é o segundo inscrito.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sempre lutei – e luto – pela veracidade das informações, pela transparência da notícia e sou um dos Senadores que mais luta nesta Casa pela liberdade de imprensa, mas ninguém, nenhum jornal, nenhum canal de televisão ou nenhuma rádio é capaz de ter o dom de ser infalível.

No que diz respeito a essa notícia das ONG, eu, pelo menos, não vi nenhuma acusação frontal contra uma ONG que funciona no Estado de Sergipe; apenas afirmou que uma ONG que tem o apoio da Petrobrás. E não poderia ser diferente, porque se trata de uma ONG que tem o respeito e a confiança da sociedade sergipana e também dos órgãos da imprensa nacional, a exemplo da própria Rede Globo. É a Missão Criança, que funciona em Aracaju, por meio da atuação marcante, benfazeja, patriótica e cívica de...

De Eliane Aquino, a futura Primeira-Dama do Estado, que teve o cuidado de, durante a eleição, apesar de não ser obrigatório o seu afastamento, afastou-se da entidade durante todo aquele processo eleitoral, muito embora essa entidade tenha funcionado em Sergipe, e ninguém jamais a tenha acusado de ter agido de forma partidária, facciosa ou cometendo qualquer irregularidade. Tanto isso é verdade que o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que conhece as ONG no Brasil, porque já foi Presidente de uma CPI, fiscalizando-as, e jamais qualquer acusação foi feita contra essa entidade, envolvendo essa instituição que tem o respeito da sociedade de Sergipe.

Sr. Presidente, a Missão Criança, de Sergipe, tem um Projeto Recriando Caminhos, que, para a alegria de todos nós, sergipanos, nos anos de 2004 e 2005, recebeu o apoio de Programas como Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, da Rede Globo, e Serginho Groissman, que também a apoiou.

Posso conceder um aparte, Sr. Presidente, como Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AM)

– Como Líder, pode.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Concedo, então, um aparte a nossa Líder, Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AM)

– Dentro do seu tempo.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador, vou ser bastante rápida. A respeito da questão das ONG, já houve uma CPI. Eu perguntei: quando houve a CPI? Foi em 2001 e 2002. Pelas informações que tenho, as Organizações não-governamentais existem



há décadas funcionando no Brasil e não é só no Brasil, mas no mundo inteiro, tanto que são consideradas o terceiro setor da sociedade. Às vezes, fico um pouco preocupada e não é pelo fato de achar que não possam existir irregularidades; elas devem existir; é óbvio que deve haver irregularidades. Mas existe um trabalho da Controladoria-Geral da União a respeito dos sorteios das Prefeituras, e a ampla maioria delas possui, então existem problemas. A impressão que por vezes me passa é: será que essa questão das ONG não começa a ter caráter de trazer o assunto novamente à baila, para voltar um determinado clima político que vivenciamos por dois anos? Agora, parece que ainda existe uma tendência de que isso continue. O Senado da República está organizando, para os dias 29 e 30, o 2º Fórum de Debates sobre o Terceiro Setor: Cenário e Perspectiva.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Justamente ONG.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Sobre as ONG. Os assuntos aqui estão pautados, no meu ponto de vista, no sentido de se fazer uma ampla discussão, de trabalharmos a proposição, como V. Exª agora está trazendo.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Quer dizer, uma entidade como a de Sergipe, que atende a mais de mil crianças dos bairros mais pobres de Aracaju.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Pois é. A Unitrabalho, que aqui foi achincalhada, é uma Fundação que trabalha com a quase totalidade das Universidades do País, tanto as federais quanto as PUCs.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Essa entidade de Aracaju, na verdade, não foi achincalhada pela Rede Globo nem pelo jornal **O Globo**. Pelo contrário, ela foi elogiada publicamente em três programas diferentes na Rede Globo e tida como exemplo marcante de atuação em defesa do social, em defesa dos mais pobres, da educação de qualidade, do atendimento às populações mais humildes de Aracaju.

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, gostaria que V. Exª fizesse constar dos Anais da Casa esta nota, assinada pela diretoria executiva da Missão Criança na cidade de Aracaju, nota que foi distribuída ao jornal **O Globo**, que incluiu a Missão Criança de Aracaju como uma das entidades que recebeu da Petrobrás, mas não consta em nenhum momento que o Tribunal de Contas da União, que a Controladoria-Geral da União, que a CPI que aqui foi realizada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti tenha apontado qualquer irregularidade na atuação dessa instituição.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Posso esclarecer a V. Exª?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Apesar de V. Exª não ter me dado um aparte, concedo com muito carinho. Sei que V. Exª não teve tempo. Senador será um prazer, se o Presidente permitir.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Não dei o aparte a V. Exª porque o Presidente não me permitiu. Gostaria de dar quantos fossem possíveis, até porque quero esclarecer a V. Exª que a CPI que presidi tinha o foco nas ONG que atuavam na Amazônia. Excepcionalmente, nós focamos mais duas, porque recebemos denúncias. Essa CPI que está sendo proposta é mais ampla. Entendo que V. Exª é um defensor claro do que é honesto, e vamos discutir. Nós não vamos fazer denunciamento por fazer denunciamento, mas temos de investigar o que está sendo colocado na grande imprensa nacional e pelo Tribunal de Contas da União. Só isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Mas o que eu estou falando é o seguinte: essa instituição aqui não foi incluída entre as que praticam irregularidade. Eu quero que fique bem claro nesta sessão, porque, isso tudo o que foi dito aqui consta dos anais da Casa, ou seja, que nem o Jornal **O Globo** nem V. Exªs se referiram a essa entidade de Aracaju, presidida por Eliana Aquino, como tenha praticado qualquer irregularidade. O fato de ter recebido dinheiro da Petrobrás não tira o seu mérito, tanto que a própria Rede Globo, como já afirmei em várias oportunidades, reconheceu o trabalho meritório da Missão Criança Esperança, em Aracaju, e que aproveitou o ensejo para parabenizar e incentivar, para que ONG's como essa continuem a funcionar no nosso Brasil, pois será bom para as crianças brasileiras, no combate à discriminação e à exclusão social.

Obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Nobre Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª fará uso da palavra, após o Senador Osmar Dias, que vai falar como Líder.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu alterei a ordem e errei. Quero que V. Exª...

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Está ótimo. Eu aguardarei a minha oportunidade pacientemente.



**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, é a vez dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – É a vez dele.

Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Nobre Senador Juvêncio da Fonseca, por cessão do Senador Mão Santa.

Em seguida, fará uso da palavra, a quem agradeço, o Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, precisava agradecer ao Senador Mão Santa por conceder-me o seu tempo para que eu falasse na sua vez, mas, ao mesmo tempo, quero agradecer também ao Senador Osmar Dias, sempre tão gentil e generoso, que me permitiu também que antecipsasse o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, o Brasil todo, ontem, lamentou profundamente que uma voz se calasse no Congresso Nacional: a voz de Ramez Tebet. Como seu conterrâneo e amigo particular de muitos e muitos anos, juntamente com a sua família, recebemos emocionalmente todas essas homenagens.

Hoje recebi um telefonema de D. Fairte Nassar Tebet, esposa de Ramez Tebet, de seus filhos, Simone Tebet, Eduarda, Rodrigo e Ramez, para que aqui, desta tribuna, agradecesse a todos aqueles que homenagearam o grande brasileiro Ramez Tebet, em nome da família unida de Ramez Tebet, que, por tantos e tantos anos, sofreu junto o revés de uma doença difícil de ser suportada, com a qual é difícil de se conviver, mas que o Senador soube enfrentar com resignação, resistência emocional, vontade de viver e determinação pela vida.

Esses mais de vinte anos em que sofreu da doença certamente fizeram com que Ramez Tebet chegasse mais perto de Deus e com que sua alma se burilasse ainda mais por meio da dor e do sofrimento. Em todo esse período em que cultivava a purificação do seu espírito, ele trouxe para todos nós grandes lições de conduta, grandes lições morais, grandes lições políticas, grandes lições de convivência e de comportamento humano.

Sr. Presidente, lembro-me de que, em 1985, no último comício da minha primeira campanha para Prefeito de Campo Grande, ou seja, há vinte anos, no mês de setembro, eis que chegava Ramez Tebet ao palanque, transfigurado com aplicações químicas para debelar a sua doença. Mesmo assim, subiu ao palanque e fez um discurso inflamado de apoio à minha candidatura. Ali já se vislumbrava que Ramez não desanimaria e não daria trégua, de forma nenhuma, ao desânimo

pela doença. Foi um momento marcante. Ninguém esperava tanta veemência e tanta eloquência num dia em que ele se mostrava publicamente doente.

De lá para cá, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui nesta Casa principalmente, ele mostrou sempre que lutava pela vida, determinadamente, com muita vontade de viver e com muita vontade de trabalhar.

Eu gostaria, imensamente, que as gerações políticas que estão nos observando e que vão nos suceder fizessem um estudo histórico da vida de Ramez Tebet. Tenho certeza absoluta de que verão que essa vontade de viver, essa determinação pela vida são qualidades que todos devemos ter, de viver para a nossa Pátria, de viver para a nossa família, de viver para o nosso trabalho, mas viver.

Quando Ramez se sentia fragilizado pela doença, ao chegar a esta tribuna, ao Senado Federal ou a qualquer Comissão, Sr. Presidente, ele se transformava, se transfigurava. Era como se a vida novamente tomasse seu corpo com toda a força e ele pudesse viver esses momentos bons que viveu no Senado Federal e em que conviveu conosco, para alegria nossa, da nossa geração e da nossa gente.

Ramez Tebet foi advogado, foi Promotor de Justiça, foi Prefeito de sua cidade, sua querida Três Lagoas, terra onde ele queria ser sepultado. Foi Deputado Estadual Constituinte, Superintendente da Sudeco e, em seguida, Senador da República. Foi Presidente do Congresso Nacional, para orgulho e honra de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Também exerceu o cargo de Ministro da Integração Nacional. Sua folha de serviços bem mostra que estamos diante de uma figura ilustre deste País.

Quando esses microfones se calam e sua voz não se faz mais ouvir, naturalmente, todos perdemos as grandes lições democráticas que Ramez ministrava a todos nós.

Uma das características fundamentais e principais da sua personalidade era a capacidade de conciliação, de fazer com que os divergentes se encontrassem, que soluções fossem buscadas por meio do consenso. Em razão disso, ele chegou à Presidência desta Casa, do Congresso Nacional, conciliando as vontades. Sabemos que para fazer democracia é necessário ter a virtude da conciliação dos contrários, e isso Ramez Tebet tinha.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Juvêncio da Fonseca, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelas belas palavras e pela emoção que reflete em seu pronunciamento ao falar de um homem que deixa muita saudade no Parlamento, saudade nos brasileiros, saudade no seu Mato Grosso do Sul. Fico

imaginando a dor do povo do Mato Grosso do Sul em perder uma pessoa do nível social, cultural e político de Ramez Tebet; fico imaginando a dor do povo do Mato Grosso do Sul, cas mais de 7 mil pessoas que participaram do seu sepultamento. Eu conheci o Ramez quando fui deputado federal e depois quando prefeito do Balneário de Camboriú. De vez em quando, mantínhamos contato, porque ele tinha muitos amigos em Santa Catarina, que, por sinal, são também meus amigos. Quando eu vim para o Senado Federal, sempre que tinha alguma dúvida, se tivesse que buscar algum conselho, eu procurava o Senador Ramez. E ele falava com convicção, não fazia curvas, dizia o que sentia, o que pensava e como devíamos nos comportar. Era um homem que tinha laços de amizade com todos os Senadores, com todos os Partidos políticos, com a Oposição e o Governo, sem mudar o seu estilo de ser, sem mudar o seu pensamento, sem mudar a sua opinião. Era um homem de formação correta. Como V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar, quando ele começou a ser tratado por sua doença, achávamos que ele ia cair, e, ao contrário, ele nos dava exemplo de vida, ia para a tribuna e lutava pela sua vida e pela vida dos brasileiros. Há poucos dias, desta tribuna, ele reivindicava recursos para seu Estado, falava das rodovias do nosso Brasil e dos investimentos que deviam ser colocados à disposição para a educação e para a saúde. Ele falava como se fosse viver mais vinte ou trinta anos e dizia que gostaria de ver os resultados positivos. Ramez Tebet deixa uma saudade imensa, um espaço que talvez ninguém possa preencher. Ramez leva com ele, sem dúvida alguma, um título que cabe a poucos, de homem sério, íntegro, ético, de que o Brasil inteiro vai se orgulhar. Parabéns ao Mato Grosso do Sul por ter tido um homem como aquele e parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Concedo um aparte ao meu amigo Mozarildo, a quem peço brevidade, porque já estourou meu tempo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, quero dar um testemunho; à época em que o Senador Ramez Tebet foi Presidente desta Casa, eu fui 4<sup>o</sup> Secretário, portanto convivi de perto com o Senador Ramez Tebet e vi as qualidades que V. Ex<sup>a</sup> frisou bem: a tolerância, a capacidade de harmonizar e aglutinar. Deixo aqui também a minha solidariedade à família e esse testemunho para a Nação.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Sr. Presidente, a família de Ramez Tebet, por meu intermédio, agradece todas as homenagens recebidas nesses dois últimos dias, desde o Presidente da República e o Presidente desta Casa até as pessoas mais humildes da sua cidade e deste País.

A família está vivendo um momento de saudade, mas confortada pela palavra de solidariedade das autoridades, das instituições e do povo brasileiro.

Em nome dessa família é que aqui estamos agradecendo a todas essas homenagens; homenagens profundas, significativas, que haverão de fazer com que a história de Ramez Tebet não se perca nunca do cenário deste País.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca – peço a tolerância do Sr. Presidente –, ontem, infelizmente, por uma questão relativa aos aeroportos, não pude estar presente na sessão de homenagem, mas como V. Ex<sup>a</sup>, Senador do Mato Grosso do Sul, colega e amigo do Senador Ramez Tebet, quero também fazer aqui a minha homenagem, prestar minha solidariedade e manifestar meu sentimento de pesar à sua família. Desejo registrar o quanto o Senador Ramez Tebet tão bem dignificou o povo do Mato Grosso do Sul, o povo brasileiro, em todo o seu mandato aqui, na minha convivência com ele, sobretudo quando foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e como Presidente do Senado. Lembro a forma como sempre procurava defender o interesse público e também a maneira como procurava agir para que as pessoas se entendessem melhor. Quero, inclusive, registrar, Senador Juvêncio da Fonseca, que o episódio havido durante o seu funeral, o encontro que aconteceu entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns dos Senadores da Oposição – um dos quais o Senador Arthur Virgílio, que vem causando certa polêmica –, na verdade, representa muito daquilo que o Senador Ramez Tebet quis fazer ao longo da sua vida, que era aproximar pessoas no interesse maior do País; que algumas diferenças pudessem ser sobrepostas, superadas para que o interesse maior do Brasil viesse a ser sempre considerado. O diálogo entre o Presidente Lula e um dos principais líderes da Oposição, o Senador Arthur Virgílio, durante a viagem, acredito que tenha sido também um acontecimento à luz de tudo aquilo pelo que o Senador Ramez Tebet sempre propugnou, e disso somos testemunhas. Portanto, quero também me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e transmitir a cada um dos familiares de S. Ex<sup>a</sup>, a sua

senhora, a suas filhas e a seus filhos, meu abraço e minha homenagem.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS)

– Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB

– SE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS)

– Sr. Presidente, permita-me ouvir, como último aparteante, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB

– SE) – Senador Juvêncio da Fonseca, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> enaltece a memória dessa figura extraordinária do Parlamento brasileiro, o Senador Ramez Tebet, eu quero me somar com V. Ex<sup>a</sup> e apresentar as minhas condolências à família enlutada, na certeza de que ele deixou um grande exemplo para as novas gerações e muita saudade nesta Casa. O seu espírito conciliador constitui um exemplo para todos nós, a firmeza na defesa dos interesses do Brasil e do seu Estado, a honestidade com que se conduziu à frente do Senado Federal, como seu Presidente, a transparência com que conduziu os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, tudo isso edifica e qualifica o mandato de um homem que é padrão, que é exemplo para todo o Brasil: o meu amigo Ramez Tebet. Ontem não pude fazer-lhe esta homenagem porque estava em uma viagem. Não pude comparecer à sessão de ontem. Mas hoje V. Ex<sup>a</sup> me ilumina com o seu pronunciamento e estimula-me a dizer, em breves palavras, que podemos lembrar-nos sempre da personalidade edificante do meu amigo Ramez Tebet e também que ele teve o respeito do Senado e da Nação brasileira.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, finalizando, ainda nesta tarde certamente tomará posse o suplente do Senador Ramez Tebet, já Senador, vamos dizer assim, Valter Pereira de Oliveira. Valter é um peemedebista histórico de Mato Grosso do Sul, amigo pessoal de Ramez Tebet, de longa data, companheiro das lutas e das jornadas políticas em nosso Estado. Ele desempenhará um papel importantíssimo no Senado Federal, porque é um bom aluno de Ramez Tebet, um homem da confiança do povo de Mato Grosso do Sul e uma liderança forte entre nós lá no nosso Estado.

Que Ramez Tebet esteja em descanso, como está em descanso a sua família e a família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papelão Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Regimentalmente, faria uso da palavra o Senador Osmar Dias, mas S. Ex<sup>a</sup> fez permuta com a Senadora Ideli Salvati, que fará uso da palavra agora, como

oradora inscrita, por cessão do Senador Paulo Paim, por dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e agradeço, sobremaneira, ao Senador Osmar Dias, pela gentileza de fazer a troca.

Antes de tratar do assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de deixar aqui registrada a comunicação que recebi do Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, pondo-se inteiramente à disposição do Senado da República para, em qualquer momento, em qualquer espaço, prestar toda e qualquer informação ou esclarecimento a respeito de matérias que vêm sendo veiculadas pela imprensa. Entre elas, há críticas à questão do acordo Brasil-Bolívia e à questão das ONG. Aliás, a disposição é vir prestar os esclarecimentos sobre a totalidade, sobre a amplitude, principalmente quanto à relação da Petrobras com as ONG, porque a informação que está sendo veiculada, Senador Mozarildo, é relativa a uma parcela muito pequena dos convênios; passa pouco dos 10%.

Seria muito bom, antes de ficarmos levantando suspeitas e fazendo ilações, que pudéssemos, no mínimo, ter ciência da amplitude dos convênios que a própria Petrobras realiza.

Como tive a oportunidade de comentar inclusive com o Senador Motta, é provável que determinados assuntos não estejam vindo na lógica ou na ótica de resolver ou superar problemas reais e concretos, mas vêm ainda muito na linha de fazer a guerra política acirrada que vivenciamos durante praticamente dois anos. Parece que alguns ainda não se aperceberam de que houve o resultado de uma eleição e de que a população quer efetivamente que se investigue, sim, que se apure, sim, que se puna, sim, mas também que o Brasil ande e que possamos caminhar.

Com a palavra o Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Quero só esclarecer que eu apenas li a matéria que saiu no jornal **O Globo**. Não fiz juízo de valor, mas venho acompanhando as sucessivas denúncias que estão sendo feitas pelos meios de imprensa como um todo. Presidi uma CPI das ONG e, portanto, não estou aqui agora, por exemplo...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Mozarildo, a CPI das ONG que V. Ex<sup>a</sup> presidiu foi em 2001 e 2002; portanto, problemas com ONG parecem ser algo...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Não estou dizendo que é recente nem que acabou ou que vai acabar já. Estou dizendo é que vários órgãos de imprensa, como a **Folha de S. Paulo**, o **Estado de**

**S. Paulo** e **O Globo**, estão divulgando matérias que merecem atenção até do Tribunal de Contas, como já foi publicado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Com certeza, mas, na totalidade, não na parcialidade; é isso apenas que eu gostaria de deixar registrado.

Vou entrar agora no assunto que é o motivo do meu pronunciamento, Senador Papaléo.

Estamos acompanhando com muita atenção todas as reuniões e atividades do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que Sua Excelência vem fazendo, nas duas ou três últimas semanas, é buscar concretizar a maneira como vamos atingir aquilo que foi debatido durante a campanha e que acabou sendo firmado como o principal compromisso para o segundo mandato, que é buscar o crescimento da ordem de 5%, continuando a distribuir renda – ou seja, crescimento com distribuição de renda – e tendo a educação como um dos pilares centrais. Várias sugestões vêm sendo apresentadas por economistas. A própria equipe econômica apresentou algumas, que o Presidente já mandou refazer porque não eram ousadas, e precisamos ousar e aprofundar um pouco mais. É importante que algumas questões sejam debatidas e aprofundadas, pois algumas atitudes já adotadas demonstram, de forma inequívoca, que foram corretas, porque o resultado aponta nessa direção.

Determinados setores da economia têm capilaridade, repercussão e alavancagem diferenciada. E quando há desoneração tributária e ampliação de investimentos, criando oportunidades para que o setor tenha acesso a um volume maior de crédito, o resultado é diferenciado de setor para setor. Portanto, no segundo mandato, acredito sinceramente que o Presidente dispensará atenção para essas questões e esses setores.

E gostaria de citar como exemplo, porque está nos jornais, o que determinadas medidas adotadas pelo Presidente Lula, no primeiro mandato, com relação ao setor da construção civil, produziram, em um curto espaço de tempo. Ou seja, as providências adotadas no que diz respeito à cesta básica dos materiais de construção e à desoneração dos produtos utilizados em larga escala pela população de menor renda, a construção mais popularizada, como se diz. Além disso, a ampliação dos recursos, dos investimentos, do acesso e facilidade ao crédito.

O jornal **O Estado de S. Paulo** apresenta, em matéria de ontem, uma manchete e alguns trechos, que quero aqui reproduzir, que dão conta de medir exatamente o resultado das políticas adotadas no setor da construção civil. A manchete é a seguinte:

Mercado imobiliário vive momento melhor até que o do Plano Real.

Construtoras, lojas de materiais de construção e até agências de publicidade batem recordes de vendas.

Nunca a construção civil imobiliária viveu um momento tão favorável como agora. Construtoras, incorporadoras, lojas de materiais de construção e até agências de publicidades especializadas são unânimes em afirmar que estão batendo recordes de vendas. O consumidor, por sua vez, beneficiado pelo crédito farto e fácil, está indo às compras e trocando o aluguel pelo financiamento de longo prazo com parcelas fixas.

Números do Secovi de São Paulo, o sindicato da habitação, atestam o bom momento. De janeiro a setembro, 11,2% dos imóveis lançados na cidade foram vendidos, contra 8,2% no mesmo período de 2005.

O valor total dos negócios em São Paulo foi de R\$6 bilhões até setembro.

Na matéria seguinte do jornal **O Estado de S. Paulo**, a manchete é:

Paulistano troca aluguel por prestações da casa nova

Possibilidade de pagar imóvel em parcelas fixas e de longo prazo atrai novos compradores

Os planos de financiamento para compra de imóveis com prestações fixas iguais começam a concorrer com o aluguel.

Portanto, as mudanças no sentido de ampliar o crédito, de destravar, de desburocratizar e ampliar as possibilidades de financiamento, além da desoneração tributária, têm essa consequência extremamente salutar.

E segue a matéria:

Investimentos podem chegar a R\$40 bilhões neste ano.

O total de recursos investidos no mercado imobiliário neste ano deve somar R\$40 bilhões, nas contas do presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBI), Paulo Safady Simão. São R\$9 bilhões provenientes da caderneta de poupança, R\$5 bilhões de financiamentos das próprias construtoras e R\$26 bilhões de recursos de autoconstrução (consumidor que constrói por conta própria).



Aquele famoso puxadinho, as reformas que as famílias normalmente fazem, sozinhas ou em mutirões, agregando parentes ou amigos.

De acordo com a matéria, “a exuberância da construção civil imobiliária já tem impacto direto no emprego. Em setembro, o nível de emprego na construção civil brasileira atingiu o maior nível desde maio de 1995”. Portanto, o maior nível de emprego nos últimos onze anos, na construção civil.

O número de empregados formais atingiu 1,54 milhão de trabalhadores, com alta de 0,95%, até agosto. No ano, a alta acumulada é de 10,3%.

De janeiro a outubro, o faturamento das vendas de materiais de construção cresceu 4,5% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamac). A expectativa do setor é fechar o ano com uma expansão de 5,5% nas vendas.

Sr. Presidente, fiz questão de trazer estes números porque aqui está uma comprovação inequívoca de que, quando são adotadas medidas claras, concretas e objetivas, focadas em determinados setores, que vão desde a desoneração tributária, no sentido de desobstruir o investimento e ampliar o crédito, a repercussão é uma conseqüência esperada e desejada, como no caso da construção civil.

Voltarei mais vezes ao assunto. A construção civil, em todo o País, está se organizando. Pessoas ligadas ao setor constituíram a União Nacional da Construção, que envolve dezenas de entidades como o comércio, a indústria e a representação de diversos segmentos que compõem o setor, e solicitaram à Fundação Getúlio Vargas a elaboração de um estudo do impacto de medidas tributárias, de investimento, de crédito, e o quanto o setor responde, de forma efetiva, seja na questão do emprego, da elevação do PIB, da melhoria das condições de vida da população, o famoso IDH.

Deixo aqui o registro, pois pretendo voltar ao assunto mais vezes. Proponho ao Senador Luiz Octávio que a Comissão de Assuntos Econômicos realize uma reunião destinada a ouvir os representantes do setor da construção civil, com os dados e elementos que eles têm a apresentar, já que o resultado da aplicação das medidas adotadas pelo Presidente Lula foi tão positivo, com resultados tão concretos em termos de emprego, de vendas e de atendimento da área da habitação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 1.118, de 2006**, lido na sessão do dia 10 do corrente.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder do PDT, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a ONU, em relatório recente, estabelece oito metas para o milênio. Quatro dessas oito metas dizem respeito à biotecnologia.

Repito: de oito metas estabelecidas pela ONU, quatro dizem respeito à biotecnologia, como principal ferramenta para aplacar a fome nos Países em desenvolvimento, sem ampliar o desmatamento; aumentar as reservas de água no Planeta; diminuir o desmatamento e ampliar a produção de energia limpa.

Sr. Presidente, a ONU, pensando no futuro da humanidade, está propondo que, das oito metas do milênio, quatro sejam relacionadas à biotecnologia.

Vamos ver qual a sintonia do Governo do nosso País, do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e do Governo do Paraná em relação às metas propostas para o milênio pela ONU.

Hoje o Presidente Lula está reunido com o Governador Blairo Maggi, na fazenda Tucunaré, em Sapezal, Mato Grosso, de propriedade do Governador, demonstrando com esse gesto que não está nem aí para o Congresso Nacional. Sua Excelência está desrespeitando o Congresso Nacional, e direi por quê.

A Lei de Biossegurança, que aprovamos e da qual fui relator nesta Casa, estabeleceu que a CTNBio seria composta por 27 membros-doutores especializados nas mais diversas áreas de conhecimento, para impedir que qualquer variedade transgênica pudesse ser pesquisada, plantada e comercializada sem os devidos cuidados com a natureza, com o meio ambiente, e com a saúde humana.

Os princípios de cautela foram todos descritos na Lei de Biossegurança, de que, repito, fui relator nesta Casa e que, posteriormente, foi aprovada pelo Congresso Nacional. Mas, quando aprovamos essa lei, estabelecemos que metade dos membros da CTNBio mais um seria suficiente para aprovar a pesquisa, o plantio, a comercialização de determinada variedade.

Um cientista ou entidade científica que ingresasse com pedido para estudo de qualquer variedade teria a análise da CTNBio e a aprovação da metade mais um de seus membros.

Mas o Presidente Lula desrespeitou o Congresso Nacional e atendeu a alguns pseudo-ambientalistas que, a serviço de não sei quem, estabeleceram que, para a CTNBio aprovar qualquer variedade nova, teria de ter 18 votos dos 27 membros. Nós sabemos que sete dos 28 membros da CTNBio são radicalmente contrários aos produtos transgênicos, aos organismos geneticamente modificados.

Vale dizer, então, Sr. Presidente, que, daquele período em que aprovamos a lei até hoje, nenhuma variedade nova foi aprovada. Enquanto o mundo caminha para frente, o Brasil está andando para trás, de marcha ré e não permite sequer a pesquisa. Para essas variedades serem pesquisadas, levam-se dez anos; para essas variedades serem colocadas no mercado, demandam dez anos de pesquisa científica.

Não estamos falando de algo simplesmente do interesse de A ou de B, ou do interesse de uma multinacional ou de uma facção de produtores. Estamos falando do interesse da humanidade, como diz a ONU, porque estamos falando da biotecnologia e da biociência.

No meu Estado, o Governador foi mais longe. O primeiro gesto do Governador Requião, reeleito, no último pleito, com uma diferença de 0,18% dos votos – o que deixa muito triste aquele que votou no Governador porque viu que ele não tem a legitimidade hoje reconhecida pela população para governar o Estado –, foi desapropriar uma área de pesquisa da Syngenta.

Não importa se é uma empresa multinacional ou nacional; o que importa é que ela fazia pesquisas e investimentos vultosos em tecnologia para colocar à disposição dos agricultores. A Syngenta e todas as multinacionais que lidam com tecnologia no mundo investem US\$ 4,5 bilhões todos os anos. Parte desse investimento era feita em Santa Tereza do Oeste, no Paraná.

O Governador fechou a unidade de pesquisa dizendo que lá instalará uma instituição que faz pesquisa de orgânicos, esquecendo-se de que ele mesmo sucateou o Iapar, único instituto de pesquisa do Paraná. Está abandonado, sem investimentos. Áreas do Iapar que pesquisavam transgênicos, orgânicos convencionais e outras coisas não têm investimentos para funcionar. Aliás, os pesquisadores do Iapar são obrigados a fazer bico, trabalhar em outras atividades

para complementar o salário. Não é assim que se trata a pesquisa e os pesquisadores neste País.

Sr. Presidente, quero ler o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de sábado. Lerei apenas uma parte, porque não tenho mais tempo. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que prorogue meu tempo por um ou dois minutos para que eu faça essa leitura, a fim de mostrar que eu estava certo, quando da campanha eleitoral, ao dizer que vivemos no Paraná o ciclo do atraso. Uma pessoa atrasada, retrógrada faz um discurso nacionalista, mas, na verdade, pensa no poder para si e para a sua família. Vejo isso se repetir no Paraná todos os dias.

Leio no jornal **O Estado de S. Paulo**, um dos maiores jornais do Brasil, o qual não devemos colocar em dúvida nunca, principalmente quando se trata de editorial. O título é “Quem degusta mamona...”, e diz o seguinte:

A população do Paraná, certamente um dos Estados da Federação mais modernos e vocacionados para o desenvolvimento, quase se livrou, nas últimas eleições, de um dos políticos mais retrógrados destes tristes trópicos. Infelizmente, não conseguiu, pois Roberto Requião se reeleger governador, por mínima diferença de votos [na verdade, foram 10,4 mil votos, o que significa 0,18% no Estado do Paraná]. De mentalidade reacionária, no pior sentido do termo, Requião sempre exibiu sua ojeriza a tudo o que signifique pesquisa científica, evolução tecnológica e avanço no desenvolvimento de sistemas de produção.

Como demonstração bem simbólica de seu profundo desconhecimento no campo da biologia, o governador paranaense foi protagonista de uma cena vexatória, há pouco tempo exibida pelos telejornais: encontrava-se ele em reunião com o presidente Lula, que lhe falava das qualidades da mamona para a produção do biodiesel e lhe mostrava um exemplar do fruto, capsular ovóide, da família das euforbiáceas. Talvez por pensar, pelo nome, que se tratava do feminino de mamão, o governador pôs a mamona na boca e começou a degustá-la quando foi advertido pelo presidente, com incontida risada, de que aquilo era tóxico – ao que Requião expeliu a mamona no ato.

Eis por que não foi surpresa alguma o decreto, por ele assinado, desapropriando os 127 hectares de propriedade da empresa mul-

tinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (...)

Sr. Presidente, tenho um minuto para encerrar e vou fazer uma consideração sobre essa atitude.

Ela é o decreto do atraso, porque, se meu Estado estivesse em condições de assumir essa área para fazer pesquisa, ele poderia ter assumido a de Pato Branco, que está abandonada pelo Iapar, que não recebe dinheiro do Governo para investir em pesquisa. O Iapar, que no meu tempo de Secretário tinha 252 pesquisadores, hoje não tem 100 pesquisadores. O Iapar se sente desprezado, abandonado pelo Governo.

A Coodetec, uma empresa de pesquisa das cooperativas, da mesma forma, não tem parceria, não tem apoio do Governo, sobrevive com o esforço das cooperativas, que a sustentam porque sabem da importância da pesquisa para o desenvolvimento da agricultura no meu Estado, que depende dessa atividade para se desenvolver. Mas, sob a visão de um Governador que quer imitar o Hugo Chávez, fica difícil, porque, imitando Hugo Chávez, desapropriando uma propriedade que estava promovendo o desenvolvimento científico e oferecendo tecnologia para os produtores, vamos continuar com o ciclo do atraso no Paraná.

Por conta disso, o Porto de Paranaguá está praticamente para sofrer uma intervenção. O TCU acaba de expedir um documento solicitando ao Ministro dos Transportes que responda por que não fez a intervenção no Porto até agora e se vai fazer, uma vez que o Porto de Paranaguá se negou até agora a exportar transgênicos.

Não sei se, com a reeleição e com o susto que levou na eleição, o Governador vai aprender e vai começar a obedecer às leis do País. Até agora ele fez o contrário: desobedeceu às leis do País e acaba de desapropriar uma área onde uma empresa estava promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico em benefício da agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem eu não estava nesta Casa quando os nossos colegas prestaram uma homenagem à memória do Senador Ramez Tebet. Portanto, quero fazê-

lo hoje, para que de nenhum modo eu fique omisso no sentimento que tenho de que nós perdemos um excelente Senador e um homem público da melhor qualidade.

O Senador Ramez Tebet passou por esta Casa, deixando aqui exemplos de trabalho, exemplos de participação na direção da nossa Casa, onde ele sempre demonstrou grande espírito público, onde sempre ele demonstrou uma personalidade conciliadora. Era um homem que tinha uma visão exata dos limites da política, um homem que tinha uma grande preocupação com os problemas do País e, principalmente, com os problemas do seu Estado.

Foi um grande cidadão, cidadão que cumpriu seus deveres para com sua pátria. Dentro do cidadão estava o chefe de família, o pai exemplar, o esposo que sempre cumpriu com todos os seus deveres de chefe de família. Foi, no seu Estado, um exemplo; era uma pessoa correta, um cumpridor dos seus deveres. Na política, ele sempre se houve com grande espírito público, sempre participou de todas as causas, de todos os debates de interesse nacional que fizemos aqui. Ele marcou presença na nossa Casa. Sempre esteve presente em todos os momentos em que tínhamos de debater problemas nacionais, mas, sobretudo, ele cresceu quando todos nós presenciamos, quase dia a dia, a sua luta contra a morte, o seu desejo de viver. Quando ele melhorava, vinha à tribuna e aqui expressava seus pontos de vista. Nunca deixou que passasse um assunto sem que ele estivesse presente, um projeto sem que o discutisse, sem que procurasse emendá-lo, sem que procurasse melhorá-lo.

Acompanhamos, sensibilizados, a sua comovedora caminhada para o fim dos seus tempos. E é este o espírito: homenageá-lo.

Estive em Três Lagoas, junto com muitos colegas nossos, com o Senhor Presidente da República, com Governadores e outras autoridades do país, para dar uma palavra de adeus, mas, sobretudo, uma palavra de referência pelo que ele representou para o Senado Federal, pelo que representou para o Brasil e para o seu Estado, Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes mesmo das eleições municipais de 2004, eu vinha, e continuo,

denunciando desta tribuna a ação eleitoreira, imoral e ilegal da Petrobras. Agora esse ilícito vem a público e sabe-se lá quantos outros virão.

O **Globo** de ontem afirma em editorial que “nunca como no Governo Lula a Petrobras foi tão usada como aparelho partidário e instrumento de propaganda e sustentação de uma administração”.

Faltou dizer que nunca em sua história a estatal teve uma direção que não tão pouca importância à moralidade pública. São ações do uso do dinheiro público e de acionistas em proveito do PT, somadas à postura tacanha, covarde, de seus dirigentes e do Governo Federal na crise boliviana, que fazem com que a Petrobras e a sua excelente equipe de técnicos fiquem desmoralizadas.

Contra todas essas tendências e evidências, hoje a Petrobras nega favoritismo e não se explica, preferindo por trás da falta de legislação e de respeito usá-la a serviço do mal.

Essa é uma falha apontada pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Rocha Furtado, que diz que “recursos milionários têm sido objeto de repasse a ONG e que não existe lei que regule o setor”.

Pois é exatamente essa ausência de regras de fiscalização que tem favorecido esses repasses suspeitos a organizações comprometidas com o Governo, ligadas ao PT, porque não é só a Petrobras ou na Petrobras que isso vem acontecendo. Por essa razão há em curso um pedido de CPI das ONG, liderado pelo Senador Heráclito Fortes, com dezenas de assinaturas.

Eu mesmo apresentei há meses um requerimento ao Tribunal de Contas da União indagando sobre os recursos do Sebrae que estariam sendo destinados a ONG. Ainda aguardo resposta, porque o Sebrae ainda continua com Okamoto.

Vejam os senhores – esta é de ontem –: “Petrobras faz, sem licitação, convênio de R\$228 milhões”, beneficiando a eleição do PT e do PCdoB. A reportagem demonstra que entrega a uma associação de empreiteiros que, por sua vez, passam esses recursos aos partidos políticos para ser usado nas eleições, e tudo passa como se não houvesse nada porque há uma anestesia. Esta é a verdade: o povo brasileiro está anestesiado com a publicidade do Governo, contrariando todas as normas de moralidade que o País já conheceu. Mas, Sr. Presidente, aqui é uma associação de empreiteiros que recebe dinheiro. As empreiteiras repassam esse dinheiro às ONG, e as ONG passam para amigos ou mesmo para partidos políticos.

Mas, Sr. Presidente, não fica só aí. A edição de domingo vem com mais detalhes. Isto é primeira página de **O Globo**:

“Petrobras favorece ONG ligadas ao PT com patrocínio com milhares e milhares de reais”[E cita várias delas].

“Um duto da Petrobras ao PT”.

“No Rio, petistas e assessores de petistas na lista.”

“Concentração em Sergipe”, na terra de Antonio Carlos Valadares. Mas não para ele, para José Eduardo Dutra. Inclusive, a Petrobras faz um desmentido, achando que, das coisas que mais devem ter auxílio no Brasil, é o ForróCaju. Forró Caju! Pensa-se que se está tirando dinheiro para o petróleo...

**O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB)** – É o novo combustível.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – ... é o novo combustível dos políticos ligados ao José Eduardo Dutra, ex-Presidente da Petrobras, mesmo com o ForróCaju, derrotado na sua terra.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE)** – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – Permito. ForróCaju é com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE)** – Senador, eu tenho a honra de pertencer a um Estado que realiza uma festa que é das maiores do Nordeste do nosso País. O Estado da Bahia, de V. Ex<sup>a</sup>, Estado maior e mais forte economicamente, mais poderoso, diga-se de passagem, no ambiente turístico, é um primor em projetos, reconheço. O ForróCaju é um exemplo de projeto turístico do nosso Estado, porque traz riqueza, traz emprego. Se eu fosse Presidente da Petrobras, eu faria o que o José Eduardo fez: ajudaria o Estado de Sergipe, porque o ForróCaju não só projeta o nosso Estado, como também traz emprego, riqueza e distribuição de renda. Dou os parabéns ao José Eduardo Dutra por essa atitude. Se V. Ex<sup>a</sup> estivesse à frente da Petrobras – e V. Ex<sup>a</sup> tem capacidade para isso e para ser presidente de qualquer estatal; acompanhei o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> como Ministro das Comunicações, tínhamos um relacionamento cordial e produtivo –, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> estaria apoiando o ForróCaju todos os anos, como fez José Eduardo Dutra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)** – Não. Com dinheiro público, não. Eu acho até



que V. Ex<sup>a</sup> defende o ForróCaju como grande folião que é, entendeu? É um grande folião. O folião defende o Carnaval, e o ForróCaju é um Carnaval mirim em relação ao carnaval da Bahia.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – O tradicional é o forró.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas o carnaval da Bahia é feito com recurso do Governo e do Município de Salvador. O recurso que se pediu à Petrobras foi para restaurar a Faculdade de Medicina mais antiga do Brasil, de 1808, e, até hoje, os recursos não foram. Foram apenas quando Rodolpho Tourinho e o Raimundo Brito eram Ministros. Mas o prédio está lá, todo estragado. Para isso não há recurso, mas para a dança do ForróCaju não falta esse dinheiro.

Mas eu dou razão a V. Ex<sup>a</sup>. Vou dizer aos sergipanos que V. Ex<sup>a</sup> é a favor do ForróCaju, que defendeu esse dinheiro, que defendeu José Sérgio Gabrielli, que defendeu José Eduardo Dutra, mas que prejudicou a Nação brasileira com os recursos da Petrobras destinados àquilo que não deveria ter a sua destinação específica.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – Senador, com todo respeito ao carnaval da Bahia, ao samba do Rio de Janeiro e ao ForróCaju, de Sergipe, devo falar um pouco sobre o forró de Pernambuco, de Caruaru, mas sem esquecer que o maior forró do mundo é em Campina Grande, na Paraíba. E há uma discriminação: tem dinheiro para o ForróCaju, mas não tem dinheiro para o maior forró do mundo, na Paraíba, em Campina Grande. Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que há uma discriminação. Houve realmente uma decisão da Petrobras, na época, do Presidente sergipano, de uma decisão eleitoral. Então, eu respeito a cultura, o folclore, a tradição da Bahia de V. Ex<sup>a</sup>, como sendo, sem dúvida, no Nordeste, o maior carnaval do Nordeste, o ForróCaju, que, segundo o nosso querido Senador Antonio Carlos Valadares, é o maior do Nordeste. Agora, o maior do mundo é na Paraíba, em Campina Grande. E não foi um tostão sequer para lá do dinheiro da Petrobras. Discriminação, sim, com a Paraíba, mais uma vez, deste Governo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O que eu sinto é que alguns Senadores – não vou dizer que seja o Senador Valadares – querem mudar o nome da Petrobras para “forrobrás”. É “forrobrás”!

Como está aí é forrobrás”. E nós não queremos isso. Eu mesmo, que sou um modesto acionista da Petrobras, não quero participar deste “forrobrás”, não. Eu quero a Petrobras cada vez mais auto-suficiente em petróleo, não importando o óleo, mas até exportando.

Portanto, vamos acabar com o “forrobrás” e fazer voltar a Petrobras, criada por Getúlio Vargas, e que V. Ex<sup>a</sup> não pode esquecer.

V. Ex<sup>a</sup> quer fazer o forró em Minas também?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, não, Excelência. Eu queria simplesmente, um pouco fora do “forrobrás”, felicitá-lo pela entrevista que V. Ex<sup>a</sup> deu em um órgão de imprensa, no domingo, quando demonstrou todo o caminho político que V. Ex<sup>a</sup> tem, toda a sua história.

Realmente, chegamos aqui ao Senado à procura de sabedoria política, e é muito difícil, às vezes, encontrar uma sabedoria tão plena quanto a de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que aquela entrevista foi madura, de quem conhece política ao longo de toda a sua história. Reli a matéria três vezes porque, para quem vive o Senado, lendo aquela entrevista de V. Ex<sup>a</sup>, aprende coisas maravilhosas com relação à política. Queria felicitá-lo pela grande aula política que V. Ex<sup>a</sup> deu naquela entrevista.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup> – confesso –, e a amizade que hoje nós temos permite que V. Ex<sup>a</sup> seja tão generoso com o seu Colega. Quero agradecer as suas palavras com relação à minha modesta entrevista, mas dizer que, quando tratarmos, numa entrevista, da Petrobras, vamos tratar disso em profundidade, mostrando as coisas que precisam ser modificadas naquela estatal e em tantas outras, para que o Governo Lula volte a ter prestígio que o povo lhe deu nas urnas e que ele não tem sabido honrar no Palácio do Planalto.

É este o meu interesse neste instante: que a Petrobras volte a ser a Petrobras criada por Getúlio Vargas, hoje auto-suficiente em petróleo graças aos vários Governos, inclusive do nosso Presidente José Sarney aqui presente. Graças ao trabalho feito ali, chegamos à auto-suficiência de petróleo.

Mas chegar à auto-suficiência em petróleo não significa que se deva jogar pela janela os recursos adquiridos pelos valorosos técnicos da Petrobras, que não concordam com a política do seu presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O GLOBO

# Petrobras faz, sem licitação, convênio de R\$ 228 milhões

Beneficiadas doaram R\$ 16,7 milhões na eleição, sendo R\$ 6,4 milhões a PT e PCdoB

• Sem licitação, a Petrobras fechou este ano um convênio inédito, no valor de R\$ 228,7 milhões, com a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) para a formação de 70 mil profissionais. A entidade reúne algumas das principais empreiteiras do país, e pelo

menos 13 dessas empresas associadas doaram R\$ 16,7 milhões a candidatos e partidos. Do total, R\$ 6,4 milhões foram para os caixas do PT e do PCdoB. A UTC Engenharia, empresa na qual trabalha o presidente da entidade, Ricardo Ribeiro Pessoa, distribuiu na eleição

R\$ 1,5 milhão, sendo R\$ 1,3 milhão só para petistas. Líderes no Congresso querem incluir nas investigações da CPI das ONGs, a ser aberta no Senado, os dados revelados ontem pelo GLOBO mostrando que a Petrobras liberou entidades ligadas ao PT. **Página 3**

## EDITORIAL

• "Nunca como no governo Lula a Petrobras foi tão usada como aparelho partidário e instrumento de propaganda e sustentação de uma administração."

**Página 6**

# Empreitada sem licitação

Petrobras tem convênio de R\$ 228 milhões com associação de empresas doadoras de campanha

Ricardo Galhardo

SÃO PAULO

**A** Petrobras firmou convênio inédito de R\$ 228,7 milhões, este ano, sem licitação, com a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) para formação de 70 mil profissionais nos próximos dois anos. A Abemi reúne algumas das principais empreiteiras — e doadoras de campanhas eleitorais — do país. Neste ano, pelo menos 13 empresas associadas à entidade doaram R\$ 16,9 milhões a candidatos e partidos. Destes, R\$ 6,5 milhões fo-

ram destinados ao PT e PCdoB, integrantes da coligação que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. O resto do dinheiro foi distribuído para outros sete partidos.

A conta não inclui doações a diretórios partidários, candidatos cujos dados não estão disponíveis na página do Tribunal Superior Eleitoral e candidatos à Presidência — que ainda não apresentaram as contas da campanha. Segundo profissionais da área, o montante doado pelos setores representados pela Abemi deve ultrapassar os R\$ 40 milhões.

Petistas conhecidos — alguns pelo envolvi-

mento em escândalos — também estão entre os beneficiados com doações eleitorais das empresas associadas. A lista inclui os ex-ministros Antonio Palocci e Ricardo Berzoini, o mensaleiro José Mentor, o ex-presidente do PT José Genoino, o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, e novas estrelas do partido como os governadores eleitos da Bahia,

Jaques Wagner, e Sergipe, Marcelo Déda.

Levantamento publicado ontem em O GLOBO mostrou que a Petrobras repassou, entre agosto do ano passado e outubro deste ano, pelo menos R\$ 31 milhões a ONGs ligadas ao PT, à campanha de reeleição de Lula ou ao MST. Algumas dessas entidades usaram a sua estrutura para favorecer candidatos.

## PATROCÍNIO COMPANHEIRO

# Um duto da Petrobras ao PT

Estatal irrigou com verbas ONGs ligadas a petistas e a movimentos que apoiaram reeleição de Lula

Chico Otavio, Maíá Menezes e  
Bernardo Mello Franco

**A** título de apoio a projetos sociais, a Petrobras injetou recursos, de agosto do ano passado a outubro deste ano, período eleitoral, em organizações não-governamentais (ONGs) que apoiaram a campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e são ligadas ao PT ou a movimentos sociais aliados do petista, como o MST. Levantamento feito pelo GLOBO, com

base em dados do site da estatal, mostra que pelo menos R\$ 31 milhões do dinheiro destinado pela Petrobras ao setor no período foram parar em contas dessas entidades. Na lista, há casos em que os dirigentes das ONGs disputaram a eleição pelo PT e outros em que a entidade mobilizou sua estrutura no apoio eleitoral a Lula.

A pesquisa analisou um universo de 735 contratos e convênios, no valor total de R\$ 263 milhões (todos com dispensa de licitação), do qual foi se-

leccionada uma amostra. De acordo com o site da estatal, os projetos favoreceram sem-teto, catadores de papel, sem-terra, movimentos de minorias, crianças carentes, obras de asfaltamento, coleta de lixo, shows populares — a maioria deles em ano eleitoral — e até leilões de cabras e ovelhas. A Petrobras também desembolsou dinheiro para patrocinar eventos da CUT, da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), entidades que manifestaram apoio a Lula na campanha eleitoral.

# Petrobras favorece ONGs ligadas ao PT com patrocínio

Na lista, estado de ex-presidente da estatal e até leilão de cabras com dinheiro público

• Como incentivo a projetos sociais, a Petrobras liberou verbas para ONGs dirigidas por petistas ou ligadas a movimentos como o MST, que apoiaram a reeleição do presidente Lula. De agosto de 2005 a outubro deste ano, pelo menos R\$ 31 milhões foram repassados a essas entidades, segundo levantamento feito por **CHICO OTAVIO, MAIÁ MENEZES e BERNARDO MELLO FRANCO**. Em Sergipe, estado do petista José Eduardo Dutra, ex-presidente da

Petrobras, até um leilão de cabras e o ForróCaju receberam patrocínio. Em São Paulo, a estatal deu recursos à Associação Vira Lata, uma cooperativa de catadores de papel presidida pelo petista Wilson dos Santos Pereira, funcionário do gabinete do deputado mensaleiro João Paulo Cunha (PT). A Petrobras afirma que os projetos passaram por seleção criteriosa, são fiscalizados e respondem às expectativas. **Páginas 3 a 9**

## EXEMPLOS DE PRIVILÉGIO

**Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - Ceap (RJ)**

A ONG recebeu R\$ 793 mil em 2005 e R\$ 1,6 milhão em 2006; o responsável pela entidade, Ivanir dos Santos, foi candidato a deputado federal no Rio pelo PT



**Associação Vira Lata (São Paulo)**

Recebeu R\$ 870 mil em 2006 e R\$ 608 mil em 2003 para projetos com catadores de material reciclável; o responsável pela ONG é Wilson Santos Pereira, filiado ao PT e que trabalha no gabinete do deputado federal João Paulo Cunha (PT)



**Missão Criança Aracaju (Sergipe)**

Recebeu R\$ 593 mil em 2006 para o projeto Recriando Caminhos, que oferece aulas de dança e música para jovens carentes; a presidente de honra é Eliane Aquino, mulher do governador eleito de Sergipe, Marcelo Déta (PT)



## Segundo escalão é alvo de disputa

• Além de disputarem o comando dos 34 ministérios, os partidos da base aliada lutam por espaço no segundo escalão: são 86 cargos de direção em estatais e bancos públicos, com salário médio de R\$ 10 mil. **Página 15**

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** *Estatal patrocinou cinco entidades em SP e Goiás cujos dirigentes apoiaram Lula*

# Aliado de mensaleiro tem ONG beneficiada

Petrobras deu R\$ 1,47 milhão a cooperativa paulista presidida por funcionário do gabinete de João Paulo Cunha

**Ricardo Gathardo**

• SÃO PAULO. Desde 2003, a Associação Vira Lata, uma cooperativa de catadores de papel reciclável em São Paulo, foi contemplada com R\$ 1,47 milhão de convênios da Petrobras. A Vira Lata é presidida por Wilson dos Santos Pereira, filiado ao PT e funcionário do gabinete do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, um dos envolvidos no escândalo do mensalão.

Pelo menos cinco entidades ligadas a partidos e movimentos que apoiaram a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Paulo e Goiás receberam R\$ 2,678 milhões da Petrobras. A lista inclui entidades vinculadas ao MR-8 e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apoiaram a reeleição de Lula.

— Quando sobra um tempo a gente dá uma força para o pessoal dos catadores — disse Wil-

son Pereira para justificar o acúmulo de funções na Associação Vira Lata e no escritório político de João Paulo em Osasco.

Desde a posse de Lula, a entidade recebeu R\$ 1,47 milhão para comprar equipamentos e qualificar 120 catadores de papel (R\$ 122 mil por catador), que transformam o material reciclado em telhas. Pereira nega que a vinculação com o PT tenha ajudado na liberação do dinheiro.

— Não houve interferência



política. Inscrevemos o projeto e uma comissão da Petrobras aprovou — disse Pereira.

A Confederação das Mulheres do Brasil recebeu em outubro R\$ 477 mil para o projeto Escola

das Mulheres. A presidente da CMB, Márcia Campos, é do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que durante a ditadura foi um grupo armado de esquerda e hoje está ligado a se-

tores do PMDB. Na página da Confederação das Mulheres do Brasil na internet, Márcia Campos aparece ao lado da primeira-dama Marisa Leticia fazendo campanha para Lula. ■

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – cumprimento o Deputado Federal Gervásio Silva, de Santa Catarina, presente aqui –, o meu pronunciamento tem muito a ver com as reivindicações que o Deputado tem feito na Câmara dos Deputados em relação às estradas de Santa Catarina.

Sr. Presidente, o Estado de Santa Catarina vem sofrendo, há muito, com a falta de investimento nas suas estradas. Contudo, o problema está se agravando a despeito da famosa operação “tapa-buraco”, levada avante pelo Governo Federal no início deste ano.

Uma reportagem recentemente divulgada em um noticiário de grande audiência da Rede Brasil Sul de Comunicação, em Santa Catarina, fez um curioso levantamento estatístico acerca dos acidentes nas estradas catarinenses, revelando um alarmante dado.

Diante da repercussão da notícia, solicitei um estudo mais profundo do assunto e cheguei a conclusões que ratificam a matéria apresentada no noticiário da RBS e que evidenciam um gravíssimo problema que requer medidas drásticas e imediatas.

Para que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores tenham uma idéia mais precisa da dimensão do problema, gostaria de apresentar alguns dados estatísticos bastante simples e que falam por si sós.

No último feriadão de Finados (2 a 5 de novembro) ocorreram, Deputado Gervásio Silva, em Santa Catarina, 212 acidentes na malha rodoviária federal do nosso Estado. No fatídico **ranking** que registra esse tipo de evento, meu Estado ficou atrás apenas de Minas Gerais, que teve 254 acidentes. Contudo, a malha rodoviária federal mineira é duas vezes e meia maior que a catarinense. Repetindo: enquanto Santa Catarina registrou 212 acidentes, Minas, com uma malha duas vezes e meia maior, registrou 254 acidentes. Falando de outra forma, Minas Gerais tem uma malha rodovi-

ária duas vezes e meia maior do que a do Estado de Santa Catarina, mas teve um número menor de acidentes. Tem um número muito maior de estradas do que Santa Catarina; no entanto, proporcionalmente, o número de acidentes é bem menor.

Sr. Presidente Papaléo Paes, esse fato não revela que o número de acidentes ocorridos em Minas Gerais está baixo. Claro que não! Queremos que esse número seja ainda menor. Mas revela que Santa Catarina, embora tenha um número menor de estradas federais, tem um número maior de acidentes.

Se atentarmos para os dados, veremos que, durante o mesmo feriadão, no Rio Grande do Sul, ocorreram 102 acidentes; no Rio de Janeiro, 103 acidentes; em São Paulo, 123 acidentes; em Santa Catarina, 212 acidentes. Esses dados nos preocupam muito.

Sr. Presidente, eu pretendia fazer um discurso mais amplo, mas meu tempo está esgotado. Entretanto, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça constar, na íntegra, meu pronunciamento nos Anais desta Casa.

Aproveito o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu para dizer que Santa Catarina precisa obter, da parte do Governo Federal, algumas medidas rápidas e urgentes em relação às nossas rodovias.

Deputado Gervásio Silva, a nossa Rodovia 280, que atravessa Santa Catarina, é extremamente perigosa e precisa de investimentos urgentes do Governo Federal. A Rodovia 470, uma das mais movimentadas do nosso País, por onde passa toda a produção do meio-oeste, do oeste de Santa Catarina, que vai ao litoral, que vai ao Porto de Itajaí, que leva milhares e milhares de turistas, por onde milhares e milhares de caminhões trafegam com contêineres, essa rodovia é uma roleta-russa. A cada veículo que passa, deparamos de repente com o perigo – algum acidente acontecendo. Nós temos nossa própria rodovia, que está sendo duplicada pelo Governo Federal.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quero que V. Ex<sup>a</sup> me permita mais dois minutos. Obrigado, Sr. Presidente.

A BR-101 está recebendo os investimentos da Região Sul, mas o processo está a passos de tartaruga, está demorado. Essa rodovia foi duplicada por

Fernando Henrique Cardoso em 94, mas precisa de reparos, de sinalização. Não basta colocar algum produto para tapar o buraco, não! É preciso sinalização. É preciso reforço da Polícia Federal. É preciso mais rigor com a fiscalização daqueles que usam e abusam da velocidade.

Não quero usar este momento e meu espaço na tribuna para uma crítica ao Governo. Quero chamar a atenção para esses números, para esses dados. Esses números mostram que é mentira o que dizem. Dizem que Santa Catarina é uma Europa no sul do Brasil, que é um Estado progressista e que não precisa de muitas melhorias. Os números mostram que isso é mentira. O meu Estado de Santa Catarina precisa urgentemente de atenção do Governo Federal, do Presidente Lula.

O Governo Luiz Henrique da Silveira, reeleito, propõe uma parceria com o Governo Federal: estadualizar algumas rodovias federais e fazer, em conjunto, a duplicação das rodovias do nosso Estado, Presidente Papaléo. É preciso que haja essa integração, esse respeito, essa harmonia entre o Governo do Estado e o Governo Federal.

Por isso deixo registrada aqui, Senador Papaléo, a nossa preocupação com as rodovias federais em Santa Catarina, que não estão recebendo os investimentos que deveriam receber.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.**

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado de Santa Catarina vem sofrendo, desde muito tempo, com a alta periculosidade de suas estradas. Contudo, o problema está-se agravando, a despeito da famosa operação “tapa-buraco”, levada adiante pelo Governo Federal no início deste ano.

De fato, uma reportagem recentemente divulgada num noticiário de grande audiência da Rede RBS de TV, em Santa Catarina, fez um curioso levantamento estatístico acerca dos acidentes nas estradas catarinenses, revelando um alarmante dado. Diante da repercussão da notícia, solicitei um estudo mais aprofundado do assunto e cheguei a conclusões que ratificam a matéria apresentada no noticiário da RBS e que evidenciam um gravíssimo problema que requer medidas drásticas e imediatas.

Para que as senhoras e os senhores tenham uma idéia mais precisa da dimensão do problema, eu gostaria de apresentar-lhes alguns dados estatísticos bastante simples, que falam por si só.

No último feriadão de finados (2 a 5 de novembro), ocorreram 212 acidentes na malha rodoviária federal de Santa Catarina. No fatídico *ranking* que registra esse tipo de evento, meu Estado ficou atrás apenas de Minas Gerais, que teve 254 acidentes. **Contudo” a malha rodoviária federal mineira é duas vezes e meia maior do que a catarinense!**

Repetindo: enquanto Santa Catarina registrou 212 acidentes, Minas, com uma malha duas vezes e meia maior, registrou 254. Colocando de outra forma, Minas tem 2,5 vezes a malha viária federal de Santa Catarina, mas teve apenas 1,2 vezes o número de acidentes.

Esse fato não nos revela que o número de acidentes em Minas está baixo. Claro que não! Não queremos que esse número aumente! Queremos é mostrar que os acidentes em Santa Catarina estão altos demais.

Outros números também indicam a desproporção do problema que está ocorrendo em Santa Catarina. Durante o mesmo feriadão, São Paulo teve 123 acidentes automobilísticos, o Rio de Janeiro teve 103 e o Rio Grande do Sul, 102. **São números muito menores, para Estados bem mais populosos e com malhas viárias muito maiores!**

Para que se tenha uma outra idéia da situação, basta dizer que Santa Catarina tem apenas 3,1 % da população brasileira e 3 % da malha rodoviária nacional, contudo, **registrou 12 % dos acidentes automobilísticos ocorridos no País!**

Esse dado é alarmante e revela um foco muito concentrado de desastres no meu Estado.

Ora, os problemas viários, como sabemos, envolvem inúmeros fatores e estão longe de serem simples, contudo, as razões para essa distorção no Estado de Santa Catarina não são totalmente desconhecidas.

Na verdade, algumas delas são bastante evidentes. Meu Estado tem um forte apelo turístico, o que traz muitos motoristas que não conhecem a região durante os períodos de férias ou durante os feriados prolongados. Outro problema é o consumo de álcool associado à direção. Para esse tipo de situação só existe um remédio: o aumento da fiscalização.

Acontece que temos um déficit de cerca de 30% no quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina! Faço, portanto, o apelo para que o Governo Federal tome medidas urgentes a fim de reforçar o contingente policial no meu Estado, sob pena de muitas e muitas vidas continuarem a ser impiedosamente ceifadas.

Outro fator que está relacionado ao alto número de acidentes – se bem que não é um problema exclusivo de Santa Catarina – é a péssima qualidade das

estradas, a despeito da operação tapa-buracos feita recentemente pelo Governo.

O que ocorre é que não se trata simplesmente de tapar buracos. Tapam-se os buracos, mas os motoristas aproveitam as melhores condições das estradas para correr mais, colocando em risco a vida dos viajantes. Além da questão da fiscalização, da qual já falei, **é necessário investir na sinalização das estradas.** Esse, sim, é um investimento diretamente relacionado à segurança das pessoas.

Muitos acidentes acontecem em decorrência da falta de sinalização. Por exemplo: quando alguém perde o controle numa curva acentuada, é comum atribuir-se a culpa à imprudência do motorista, mas é necessário considerar se havia sinalização adequada. Por trás de uma ultrapassagem desastrosa antes de uma lombada, às vezes está a falta da sinalização correspondente na estrada.

É bem verdade que muitos motoristas são imprudentes, mas uma boa sinalização é, sem a menor dúvida, uma medida importante para alertar as pessoas acerca do perigo que estão correndo. Há muitos motoristas precavidos que se vêem envolvidos em situações de alto risco por falta de sinalização adequada nas vias.

Meu apelo, portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é para que o Governo Federal dê a devida atenção ao problema que vem ocorrendo nas estradas catarinenses. Algumas medidas urgentes envolvem o aumento do quadro da Polícia Rodoviária Federal e a melhoria da sinalização das estradas de meu Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder da Minoria, depois do próximo orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> fará uso do seu direito regimental após a palavra do Senador João Batista Motta, que usará por cinco minutos da tribuna para uma comunicação inadiável.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pretendo trazer ao conhecimento da Casa alguns fatos que nos deixam aterrorizados. Há muito, vínhamos pregando e falando

desta tribuna da quebradeira que ia cair sobre os agricultores e pecuaristas brasileiros. Não deu outra coisa: todos estão quebrados, todos estão falidos, a situação do País é terrível em relação a isso.

Há muito estamos alertando o Governo Federal que não podemos conviver com o dólar a R\$2,00, R\$2,10, porque estamos exportando nossos empregos, estamos gerando emprego na China e em outros países, estamos facilitando as importações e dificultando as nossas exportações.

Hoje eu queria que o Brasil, através da TV Senado, fizesse a avaliação, dentre as pessoas conhecidas de todos os brasileiros, comerciantes, empresas, de um fato que está ocorrendo no Brasil. No Espírito Santo, na semana passada, chegou uma missão que veio da China; dentre eles, vários empresários. Presidente Papaléo, vou citar aqui o caso de uma empresa que produz granito para exportação e que, ao mesmo tempo, é dona de um *shopping* em construção; seu proprietário está importando piso de porcelanato da China a R\$10,00 o metro quadrado. Ele não vai colocar no *shopping* de sua propriedade o piso fabricado na indústria também de sua propriedade; ele vai colocar piso oriundo da China.

Estou sabendo mais: a Eliane, que é uma empresa de Santa Catarina, e que tem outra empresa no meu Estado, no Espírito Santo, está trazendo cinquenta contêineres de pisos de porcelanato da China. Empresa produtora de piso frio no Brasil está virando importadora de piso chinês para revender no Brasil. E o pior: empresa de um amigo particular meu, que constrói hoje aproximadamente dez edifícios em parceria com uma empresa construtora do Rio de Janeiro, também vai trazer da China todo o material para os seus edifícios em construção. Pasmee, ex-Presidente José Sarney, material de construção importado da China! Será que esse governo não acorda, Senador Antonio Carlos Magalhães, para esse fato?

O brasileiro sabe que do lado de sua casa ou dentro de casa, ele tem um filho comprando camisa, calça e tênis chineses? Sabemos do problema da indústria calçadista do Brasil, que perde espaço para vários países, inclusive a China! Como este País vai enfrentar a situação de ter que crescer? Crescimento não está mais em discussão, crescimento já é um assunto superado! Todo brasileiro sabe que este País necessita crescer, mas como crescer com o dólar a R\$2,00? Como crescer com importações? Como crescer, dificultando as exportações?

Acorde o Parlamento nacional! Acorde o Governo Federal! Acorde todos os brasileiros para aquilo que estou falando aqui, nesta tarde: ou o Brasil tem responsabilidade com aquilo que faz com o mercado

exterior, ou levaremos, cada vez mais, nossos filhos à miséria e à desgraça!

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, pela Liderança da Minoria.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o caos dos aeroportos no Brasil é o retrato da desorganização que se instalou no Governo da República.

A advogada Maria Inês, Coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e que atua há quase vinte anos na área de direitos do consumidor e que é também colunista da Folha de S. Paulo, escreve na edição de hoje da Folha um artigo que merece ser comentado e transcrito nos Anais da Casa. E peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a transcrição deste artigo na íntegra.

O caos do tráfego aéreo brasileiro é focalizado com muito senso de realidade pela colunista da **Folha de S. Paulo**, Maria Inês Dolci. A afirmação de “que não há comando no tráfego aéreo brasileiro” é correta.

Maria Inês revela que um “controlador de voo não identificado disse que não permitiria que sua família viajasse de avião”.

Na condição de dirigente de uma entidade de Defesa do Consumidor, ela analisa: “Se estivéssemos em um País medianamente sério, haveria demissão em massa das tais autoridades que controlam nossas vidas enquanto voamos”. As informações que foram divulgadas ontem – aviões que passam a 50, 150 metros uns dos outros, traduzem o imenso descalabro em que está mergulhado o controle aéreo – a falta de segurança aérea no Brasil.

A babel está instalada no ar e no solo. O Ministro da Defesa declara que não foi informado pelo Comando da Aeronáutica dos fatos gravíssimos revelados ontem. A tragédia com o jato da GOL e o Legacy poderia ter se repetido em pelo menos três outras ocasiões.

Desde que eclodiu a crise no ar, as autoridades do Governo não demonstram coesão, o grau de interlocução institucional é baixíssimo e a articulação entre os atores é caótica.

Como destaca Maria Inês Dolci em seu artigo, “estamos à mercê do caos”.

Nessa “balbúrdia perigosa”, como qualificou a colunista, a festa da posse do Presidente Lula pode sofrer sério comprometimento.

Que chefe de Estado ou autoridade estrangeira vai-se dispor a sobrevoar o espaço aéreo do nosso País nessas condições de segurança?

Hoje, o brasileiro se desloca sem qualquer garantia de partida ou de chegada. O risco de colisão no ar passou a ser algo concreto e possível.

Está havendo uma audiência pública no Senado Federal, discutindo esse assunto. E qual é a previsão? A previsão anunciada é sessenta dias para o anúncio de medidas saneadoras. É claro que isso é inaceitável. O Brasil não pode esperar sessenta dias vivenciando esse caos.

Nos aeroportos, há uma manifestação revoltante de desrespeito ao cidadão do País: pessoas jogadas ao solo nos aeroportos, já complacentes, sem reação diante do descaso das autoridades; é o retrato da desorganização lamentável existente no nosso País. O Ministro da Defesa declara que esse prazo de sessenta dias é razoável. É questionável a lentidão do Governo em oferecer solução para o problema.

O atentado de 11 de setembro das Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, foi citado pelo Ministro da Defesa como um exemplo de crise no sistema de tráfego aéreo vivenciado por outro país. Em que pese o respeito que devoto ao Ministro Waldir Pires, a comparação é lamentável. A comparação do que ocorreu nos Estados Unidos com a crise interna que estamos vivendo é lamentável.

O Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, admitiu pela primeira vez, desde o acidente com o avião da Gol, que pode ter havido falha no controle de voo de Brasília, provocando a colisão entre as aeronaves.

Em que pese ter feito a ressalva de que se tratava de uma avaliação pessoal baseada em sua experiência como piloto e não com base nas investigações que estão sendo feitas pela Aeronáutica, é uma afirmação muito grave, que não pode ser ignorada, inclusive, pelo Presidente da República.

Há divergência entre as autoridades do setor, como se constatou na audiência pública que se realiza hoje, aqui, no Senado.

O Comandante da Aeronáutica afirma que até o mês de dezembro a situação estará normalizada. O dirigente da agência reguladora ANAC não demonstra o mesmo otimismo.

Para concluir, Sr. Presidente, reiterando a solicitação de que esse artigo – é fantástico o título do artigo da Maria Inês – seja reproduzido, na íntegra, nos Anais da Casa, lamentamos profundamente a ausência de competência do Governo no tratamento dessa questão, a lentidão, os procedimentos protelatórios, a incapacidade de adotar iniciativas com agilidade, a falta de criatividade, a incapacidade de negociar solução.

É evidente que há uma espécie de operação padrão.



Aguardaram provavelmente a realização das eleições? Não creio. Imagino que a iniciativa dessa operação padrão tenha sido resultado exatamente da inabilidade do Governo em articular o entendimento com os responsáveis pelo setor aéreo no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Esperamos que o Governo acorde em relação à gravidade do momento

**D**EU NESTA **Folha**, no “Fantástico” e na revista “Época”: mais acidentes iguais ao que vitimou 154 pessoas no vôo da Gol poderiam ter ocorrido por falha no controle aéreo. Os passageiros e tripulantes escaparam por pouco.

Isso demonstra que não há comando no tráfego aéreo brasileiro. Isso demonstra que quem comanda, em última instância, o transporte aéreo, o governo federal, não comanda nada. Não há controle aéreo, não há segurança aérea, logo, não há governo.

É isso, falando sem eufemismos indevidos. O grupo que há quatro anos deveria zelar pelas nossas vidas, em todas as áreas, não comanda nem os céus.

Triste, mas verdadeiro. Um controlador de vôo não-identificado disse que não permitiria que sua família viajasse de avião. Eu viajo praticamente todas as semanas. Pensei que houvesse autoridades cuidando da nossa segurança. Pelo jeito, não há.

Se estivéssemos em um país medianamente sério, haveria demissões em massa das tais autoridades que controlam (???) nossas vidas enquanto voamos. Mas os companheiros continuam lá, belos e fagueiros, dizendo estultices, ao explicar porque vôos atrasam tanto. E os passageiros que atrasam suas viagens ficam com a impressão de que ganharam uma sobrevida.

Por que isso vai mudar nos próximos quatro anos? Os (ir)responsáveis são os mesmos. Ganharam, eles

**MARIA INÊS DOLCI**

**É fantástico!**

**Se o país fosse sério, haveria demissões em massa das autoridades que controlam (?) nossas vidas quando voamos**

que estamos vivendo nos aeroportos no País e adote soluções com maior agilidade e eficiência.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

acima de tudo, sobrevida. Para jogar truco ou fazer um churrasco, regado a futebol, enquanto arriscamos nossas vidas nos céus brasileiros.

Não, não estou falando de defesa do consumidor. Estou falando de vidas. De seres humanos que têm, ou tiveram, pai, mãe, irmãos. De alguns que casaram, que têm filhos, às vezes netos. Que lutaram para fazer sucesso na vida profissional. Que torcem por algum time ou alguns, raros, que não gostam de futebol.

E que, todos eles, quando entram no avião, torcem para não morrer. Porque autoridades não exercem seus cargos. Porque não há segurança nos vôos brasileiros. Porque aviões passam a 200 metros, a 50 metros uns dos outros! Isso é um absurdo. Isso é uma violência. Isso é um planejamento de serial killers.

Quem responde por isso? Ninguém, pois há cargos para dividir, partidos com quem distribuir o poder, para montar a tal “governabilidade”. Para quê, se nem um aeroporto é um lugar seguro no Brasil, embora não tenhamos terrorismo, exceto aquele causado pela falta de competência?

Onde estão os senhores que governam o Brasil? O que eles fazem, que não fazem o mais urgente, o fundamental?

Bolam maneiras de manter a imprensa quieta, sem críticas nem alertas? Talvez porque suas funções não são cumpridas. Estamos à mercê do caos. Da sorte, ou da falta dela. Alguém já foi punido? Alguém prestou contas por essa balbúrdia tão perigosa?

As respostas são acusar quem cobra, quem critica, de tucano, de não aceitar o resultado das urnas. Não sei a que urnas se referem. Lamentavelmente, talvez se tratem de urnas funerárias. Façam algo...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos, se necessário for, de acréscimo.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB

– PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago hoje um tema que já foi exaustivamente mencionado neste plenário, tendo sido abordado inclusive no pronunciamento do nobre colega que me antecedeu e que se refere aos problemas de insegurança e atraso de vôos com os quais o nosso País está convivendo.

Venho hoje, como já disse, abordar um tema que tem tomado conta do noticiário nacional há quase dois meses e que foi objeto de audiência pública na Casa hoje, com a presença do Ministro da Defesa, Waldir Pires, e de autoridades aeronáuticas civis e militares.

Trata-se dos desdobramentos pós-acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro último entre duas aeronaves de última geração, os jatos Boeing, da Gol, e Legacy, de uma empresa americana, adquirido da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

Faço esta ressalva “de última geração” por se tratar de aviões que dispõem, em suas cabines de comando, da mais alta e precisa tecnologia de aviação no que se refere à navegação e comunicação, minimizando, sob os aspectos técnicos, as reais razões de tão grave acidente.

Nós, Parlamentares, como o resto da população brasileira, ficamos chocados! Nós, como tantos outros usuários da aviação comercial brasileira, temos sido vítimas dos graves transtornos que ocorrem rotineiramente nos aeroportos do nosso País nos últimos tempos.

Não bastassem os transtornos que têm inviabilizado a normalidade do tráfego aéreo, com graves e irreversíveis danos à economia, ao turismo, enfim, a todo o setor aeronáutico, surge agora, para conhecimento de todos, um fato da mais alta gravidade: o risco que todos os usuários do transporte aéreo no Brasil estavam e estão correndo com a insegurança da nossa aviação. Nos últimos dias, veio à tona algo que esteve escondido nas entranhas da tecnoburocracia do serviço público nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são inúmeros os relatos de casos concretos que demonstram o grave risco que todos nós estamos correndo. É espantoso ouvir a situação dramática narrada por um dos controladores de vôo do Cindacta I, em Brasília, que mostra a insegurança com que realizam seu trabalho. Ele cita: “Eu, hoje, não voaria. Não deixaria minha mulher e meus filhos viajarem de avião! Tem avião que

some da tela do radar, como ocorreu com o Legacy que se chocou com o Boeing da Gol. O motivo é que os equipamentos funcionam ao sabor do vento.” E, segundo consta, está tudo registrado nos relatórios diários do Cindacta I.

Imagine, Sr. Presidente, ele não voaria, não deixaria sua família voar. E nós, pobres mortais brasileiros, a que estamos expostos?

Os relatos que toda a imprensa tem divulgado sobre a reação por parte das autoridades competentes mostram que sempre são adotados os mesmos caminhos: ou há omissão da verdade e dos fatos, ou há – o que é pior – o desconhecimento da gravidade desses fatos.

Com todo o respeito à trajetória pública e pessoal do Ministro da Defesa, Waldir Pires, é inaceitável assistir sempre a declarações do tipo: “Eu não sabia de nada disso”, “Por que não me falaram antes?”, “Não li o relatório, não tinha conhecimento do mesmo”. Se o Ministro da Defesa não é informado, então devemos admitir que o setor está um caos. Onde está a segurança de vôo no Brasil?

O jornal **Correio Braziliense**, na sua edição de 20 de novembro, relata um quase acidente aéreo, denominado “incidente” (no jargão do controle de tráfego aéreo), na última segunda-feira, entre dois aviões, um da Força Aérea Brasileira (FAB) e outro, comercial, da TAM. Ficaram próximos a uma colisão. Os controladores de vôo ouvidos pelo **Correio Braziliense** explicaram que o problema, no caso daquele incidente, foi que o avião da FAB estava sendo monitorado pelo Controle da Defesa Aérea, responsável apenas pelos aviões militares em missões, e o avião da TAM era monitorado pelo Controle do Espaço Aéreo, que cuida do restante do tráfego. “Dois aviões no mesmo espaço aéreo, cada um falando com um grupo de controladores. É partir para bater!”, diz um dos controladores de vôo, que atua em Brasília.

A Aeronáutica, por sua vez, divulgou uma nota, afirmando que não há registro de qualquer tipo de incidente envolvendo aeronaves civil e militar e o sistema de tráfego aéreo. O problema, segundo relato de operadores, é que muitos aviões militares, para se livrarem do controle de fluxo, feito desde o início da operação-padrão, intitulam-se “vôo de circulação-operação militar”, o chamado VO COM. Com isso, são monitorados por controladores da defesa aérea e ganham prioridade para “furar filas” de pouso e decolagem.

Onde está a verdade?

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realizaram hoje uma reunião

conjunta no Senado Federal, sob a forma de audiência pública, para ouvir o Ministro da Defesa, Waldir Pires, o comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação – Anac, Milton Zuana-zzi, o Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira, o Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho, e o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aero-viárias, Marco Antonio Bologna, enfim, todas as autoridades que, direta ou indiretamente, estão envolvidas no tráfego aéreo brasileiro.

A audiência pública, na minha opinião, foi extremamente decepcionante. Fiquei horrorizado com os relatos e com a falta de profissionalismo encontrada nessa comissão. Esperamos que algo de concreto surja no tocante à solução de pontualidade e segurança dos vôos no nosso País em um futuro próximo.

A revista **Veja** relata, na sua última edição, que o “apagão aéreo no País continua, e o Governo, atônito, não produz soluções”. Relata que, embora o movimento dos controladores de vôo não vise apenas à segurança dos vôos, ele é o sinal mais evidente do colapso do controle aéreo no Brasil. Havia tempo essa crise já se anunciava, sem que o Governo desse a devida atenção ao assunto. Desde 2004, o tráfego aéreo no Brasil cresce em ritmo mais acelerado que a média mundial! No ano passado, a demanda de passageiros cresceu 19%. Neste ano, a previsão é de crescimento de 15%, contra 5% no resto do mundo.

Os investimentos em infra-estrutura aeroportuária, equipamentos e mão-de-obra deveriam ter aumentado na mesma proporção do tráfego aéreo, porém nada aconteceu.

Agora, temos de enfrentar e resolver os problemas, com o agravante de que, para a formação de um controlador, leva-se, em média, três anos. Faltou planejamento ao setor!

No caso do acidente entre o Boeing da Gol e o Legacy, segundo a revista **Veja**, a Aeronáutica, em seu relatório, admite pela primeira vez que houve falha no sistema de radares entre Brasília e Manaus. Após passar por Brasília, o Legacy sumiu das telas por dois minutos. Voltou a aparecer durante seis minutos, mas desapareceu de vez ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – ...até a colisão. Só depois do choque com o Boeing da Gol, o Legacy reapareceu nos radares, desta vez, no Cindacta 4. Tudo isto nos leva a refletir sobre a alta periculosidade a que estamos expostos ao voar nos céus do Brasil.

A revista **Época** traz no seu último número uma matéria cuja manchete é a seguinte: “Voar está mais arriscado?”.

Daquela matéria, pinçamos alguns trechos que vale a pena mencionar:

“Há fortes indícios de que a atual crise levaria a um aumento de risco de desastres, como colisão entre aviões”. “Existe um grande gargalo aéreo no Brasil”. “Nova regra adotada em razão do aumento do número de vôos, cuja denominação é R.S.V.M (sigla, em inglês, para Redução da Separação Mínima Vertical), exigiria uma compensação nos investimentos em maior tecnologia e infra-estrutura, o que no Brasil não ocorreu.” “Pilotos e controladores de vôo relatam que as frequências de transmissão são de péssima qualidade.” “O Brasil está longe de ter uma operação de classe mundial em infra-estrutura aeronáutica.” “Um documento do Conselho de Aviação Civil (Conar), assinado em 31 de outubro de 2003 pelo Ministro da Defesa, José Viegas, já anunciava o colapso do setor aéreo pela falta de aplicação de recursos.”

Nada aconteceu. A Aeronáutica nega. Mas os documentos internos do Comando da Aeronáutica, obtidos pelos repórteres da revista **Época**, revelam pelo menos dois incidentes críticos neste ano. Em todos os casos, houve falha no controle aéreo, e o desastre só foi evitado por outros mecanismos de segurança.

19 de maio de 2006:

Um Boeing da Gol pede ao controle de vôo para descer de nível. A torre autoriza a manobra, e o avião começa a descida. De repente, um avião que fazia exercícios de pára-quedismo cruza à frente do Boeing. O incidente foi considerado de “alto risco” de colisão.

30 de junho de 2006:

O piloto da Varig Augusto Nunes sobrevoava o espaço aéreo de Manaus. Após fazer uma curva à direita, a torre determina que ele mantenha o nível de vôo. Segundos depois, o susto. Diz ele: “Fui surpreendido por um vulto no pára-brisa”. O vulto era um avião passando a apenas 50 metros à sua frente!

Temos, ainda, nesta semana, a edição da revista **IstoÉ** e um relato mais comprometedor e que expõe o nível de risco em que se encontra a aviação brasileira.

É um relato detalhado do incidente já citado no **Correio Braziliense** e dois novos ocorridos em São Paulo. É o seguinte o precioso texto:

Revista **IstoÉ**, de 19 de novembro de 2006:

“Naquela mesma tarde, porém, durante o trajeto com partida no Rio de Janeiro e destino a Brasília, o jatinho Lear Jet da FAB que transportava o ministro envolveu-se no que, em linguagem aeronáutica, pode se interpretar como ‘um quase acidente’. No instante em que o aparelho estava a 180 quilômetros da capital federal, os controladores no Cidacta-1 perceberam que a aeronave entrara na mesma rota de um Airbus da TAM que acabara de decolar rumo a São Paulo. O jatinho com o Ministro a bordo estava sendo monitorado pelos militares que cuidam da defesa aérea, responsáveis por vôos militares. Já o avião da TAM voava sob os olhares dos controladores que operam a aviação civil, os vôos de carreira. Essas duas equipes usam monitores e ocupam salas diferentes na torre de controle do aeroporto de Brasília. Ao perceberem a situação de choque, os controladores dos vôos de carreira orientaram o piloto do avião da TAM a fazer o que no jargão técnico se conhece como manobra evasiva. Significa mudar inesperadamente de rota, o que foi feito. O episódio gerou um relatório reservado encaminhado de imediato aos superiores dos controladores de plantão naquela tarde. Waldir Pires, que ao desembarcar em Brasília afirmou que ‘não houve nada’, só soube do incidente horas depois.

Esse episódio não foi o único a demonstrar que as coisas não andam bem nas torres de controle do País. Dias antes da colisão entre o jatinho Legacy e o Boeing da Gol, no dia 29 de setembro, um grande susto tomou conta da sala de controle aéreo de São Paulo. O sistema estava congestionado. Dois aviões da mesma Gol se preparavam para pousar no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Eles tinham números de identificação semelhantes: 7454 e 7464. O controlador responsável por orientar os pilotos das duas aeronaves disparou uma instrução para um deles. Só que foi o outro que cumpriu a ordem. O resultado foi que um avião virou justamente na direção do outro. A tensão se abateu sobre a equipe em terra. O controlador que deu a instrução errada, em meio a um surto nervoso, pediu para sair da sala. Houve gritaria. ‘Você me jogou para cima da outra aeronave’, reclamou um dos pilotos pelo rádio. Uma manobra rápida e um pouco de sorte evitaram o pior. No começo de outubro, porém, aconteceu um novo ‘quase acidente’. Um avião da Gol e outro da American Airlines

se cruzaram no ar, no Estado de São Paulo, a uma distância de 100 pés, ou 33 metros – um décimo da separação vertical considerada minimamente ideal, de 330 metros. (...)

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Concedo o aparte, com a permissão da Presidência, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso extremamente importante para o Brasil, do qual o Presidente da República deveria tomar conhecimento dele. V. Ex<sup>a</sup> interveio, hoje, na Comissão, com muita propriedade. Eu o assisti. E, agora, desta tribuna, V. Ex<sup>a</sup> expõe detalhes da situação caótica em que se encontra a aviação brasileira. Hoje, toda aquela gente pareceu-nos bastante unida, mas, estavam, sim, todos desunidos em relação à solução dos problemas, que não serão solucionados da maneira como está. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça chegar, por meio da Liderança ou da Mesa, ao Senhor Presidente da República o equilibrado e importante discurso proferido por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB

– PB) – Obrigado pelo aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos fez companhia na audiência pública. Repito o que disse anteriormente: fiquei extremamente decepcionado com a ineficiência da burocracia aeronáutica brasileira.

Sr. Presidente, mais 30 segundos...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um breve aparte? Senador Roberto Cavalcanti, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Senador Roberto Cavalcanti, pedimos que fosse solicitado à Aeronáutica o **status** de cada aeroporto, ou seja, que equipamento utilizam, se está obsoleto ou não. No nosso Estado, na cidade de Campina Grande, há anos, solicitamos a compra de dois equipamentos simples – um custa pouco mais de R\$400 mil, e o outro perto de R\$1 milhão –, e até hoje não fomos atendidos. No entanto, a falta desses equipamentos põe em risco a vida de centenas e centenas de pessoas que, todos os dias, ou são obrigadas a aterrissarem em outra cidade ou há atraso nos vôos quando da decolagem. Quando tomamos conhecimento dessas coisas, infelizmente, é com a notícia de desastres. Parabêniso V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa, que tem a minha solidariedade. Precisamos ver o que pode ser feito para melhorar a segurança dos nossos aeroportos e a das nossas aeronaves em vôo.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Somos compa-



nehios do sofrimento paraibano no tocante à infraestrutura aeroportuária.

O apelo que faço hoje desta tribuna não visa a nossa pele especificamente, e sim a de milhões de brasileiros que utilizam a aviação comercial, e que hoje, lamentavelmente, não só estão expostos aos atrasos dos vôos, mas fundamentalmente, e mais gravemente, a risco de vida.

Sr. Presidente, finalizo com a matéria da **IstoÉ**:

(...) **IstoÉ** teve acesso a esses registros, o que não significa que outros episódios anormais não possam ter ocorrido nos últimos tempos.”

Até quando vamos continuar com a irresponsabilidade e a improvisação? Até quando o usuário da aviação comercial brasileira estará exposto aos atrasos e à insegurança dos vôos?

Temos de dar um basta! Temos de exigir competência no trato da coisa pública.

Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão do prazo, que foi extremamente dilatado.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 10 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conforme compromisso assumido com a Nação ainda no período eleitoral, trago, hoje, a esta Casa, com as assinaturas necessárias, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, um pedido para abertura de uma CPI para investigar a aplicação dos recursos destinados por governos às ONG (Organização Não-Governamental) e Oscips (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) no País. O objetivo determinado é o sistema de ONG. Não a ONG do “Seu Chico” ou a do “Seu Francisco”. Não é do meu feitio apegar os fatos. Digo isso com a preocupação de quem começa a ver informações desencontradas de que vamos investigar a Unitrabalho, uma ONG da ex-Primeira-Dama de Aracaju. Não se trata disso. Quero dizer, aqui, de maneira clara. Surpreendi-me com a informação que li. Não é esse o objetivo.

Seria leviandade ou precipitação qualquer um de nós se antecipar sobre as atividades das milhares e milhares de Organizações Não-Governamentais que estão registradas no País. No entanto, não podemos

nos omitir com fatos graves que o País tem conhecimento, qual seja, o uso e a instrumentalização dessas Organizações por sindicatos, Partidos políticos e organizações estrangeiras, que, sob o manto de proteger as nossas riquezas, o que deveria ser uma exclusividade da nossa soberania, tornam-se verdadeiros entraves do desenvolvimento nacional, para proteger setores nos quais têm interesse.

As coincidências, envolvendo movimentos sociais pouco claros, com a liberação de recursos para estas Organizações é que obrigam o Senado da República a tomar decisões dessa natureza.

Soube que a Liderança do PT questiona o momento. E aí, meu caro Cristovam Buarque, como as pessoas mudam de música e dos seus inspiradores de outrora! As mesmas pessoas que cantavam, pelo Brasil, “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, que dizia: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, mudou de música e de tom. Vêm, agora, com uma nova marchinha, que, daqui a pouco, será moda, Senador Jefferson Péres, que diz: “Bota tudo embaixo do tapete e deixa o homem trabalhar”. O objetivo não é contra o atual Presidente, que está Presidente, mas contra a dilapidação do patrimônio público brasileiro.

As ONG (Organização Não-Governamental), em sua concepção, foram criadas – juntamente com as Oscips (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) –, exatamente para aliviar as despesas públicas em setores essenciais, principalmente na área social. Ora, os recursos deveriam ser procurados principalmente nas empresas privadas, nas grandes fortunas e em doadores, que queiram deixar o exemplo para as gerações futuras do trabalho que desenvolvem por meio de doações no seu país. O poderoso americano Bill Gates, recentemente, surpreendeu o mundo fazendo astronômica doação para entidades com objetivo de pesquisas, em modelo semelhante ao das ONG. No Brasil, vemos exatamente o modelo diferente. Os “ongueiros”, como são chamados, não querem se dar ao trabalho de bater à porta da empresa privada e viciam-se em buscar o dinheiro nas tetas gordas do Governo Federal. As ONG fiscalizadoras, que querem saber de transparência para tudo, que criticam a falta de transparência nas ações dos administradores e dos cidadãos não querem prestar conta do dinheiro que recebem da Nação. Seria, acho, desnecessário esse gesto de hoje de pedir a compreensão do Presidente Renan Calheiros para instalação dessa Comissão.

Tenho certeza, Senador Renan, que, republicano, como V. Ex<sup>a</sup> é, mas republicano na essência da palavra, não daqueles que, durante o dia, controlam o poder de fiscalização e de repressão e, à noite, par-

ticipam dos palanques. V. Ex<sup>a</sup>, como Parlamentar, é livre, reto nas suas atividades a qualquer hora do dia. Será um estimulador desse gesto, que é urgente, tem de ser eficiente, rápido, para o bem de todos, Senador Mozarildo, porque não ficará bem para um Governo que vai começar a ter sobre o seu manto a desconfiança de que os recursos públicos foram usados em benefício de causas inconfessáveis ou pelo menos não republicanas.

Causou-me, aliás, muita estranheza, encontrava-me fora do País, Senador Antonio Carlos, quando li, no *blog* do Sr. José Dirceu – agora, virou moda ser blogueiro –, em que ele me pedia responsabilidade e seriedade. Devolvo ao Sr. José Dirceu as suas afirmativas no *blog*, porque não vejo nele nenhuma autoridade para dar conselho nem exemplo para ninguém neste País! Aliás, eu me curvaria para o José Dirceu da clandestinidade, para o José Dirceu que lutou por liberdades e por abertura, que se foi, que teve de esconder a sua identidade, para não ser molestado, mas eu não respeito o José Dirceu lobista e não vejo nele autoridade. Mande-lhe uma carta esperando que fosse publicada – qualquer blogueiro honesto tomaria essa decisão –, mas, não. Não recebi do ex-Ministro e atual lobista, que, nas horas vagas, tem um *blog*, nenhuma resposta. Apenas, ontem, ele volta a insistir no assunto. Lição de responsabilidade não recebo dele nem de nenhum de seus companheiros – os que, como ele, tiveram de deixar a vida pública ou os que ainda sobrevivem às duras penas.

Tenho, ao longo da minha vida pública, a tranquilidade de que nunca precisei da clandestinidade para praticar atos. Aliás, com relação às ONG, Senador Ney Suassuna, queremos que os recursos sejam liberados, mas não aceitamos os gastos clandestinos do produto dessas liberações. O que queremos é transparência.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ...apenas para investigação das ONG, que é a consequência, e não para a causa, que é o desvio dos recursos públicos. Não vimos, aliás, de Sua Excelência nenhuma palavra aos companheiros: “Deixe o Lula trabalhar e parem de roubar”. Não ouvi, em nenhum momento, nenhuma afirmação dessa natureza. Além do mais, o Sr. Dirceu tinha outros instrumentos para me procurar e tirar suas dúvidas. Se ele se interessa por alguma ONG ou coisa que o valha para proteger algum amigo, assumo e mande fiscalizar prévia e individualmente as ações, mas não queira, de maneira alguma, monitorar a atividade de um Senador da República. Esse direito não dou a ele. Esse direito não dou a ninguém, a não ser ao povo do Piauí, que me colocou aqui. Esse

direito de cercear a minha atividade não cabe nem a ele, repito, nem a ninguém. Daí por que, por considerar que esse fato é grave e se tinha alguma dúvida, passei a ter a tranquilidade quando vi a auditoria feita pelo Tribunal de Contas, e a matéria feita pelo jornal **O Globo**, neste final de semana, tratando do assunto. Vi, meu caro Senador Efraim, que estamos certos e em um caminho seguro.

Aliás, o ex-poderoso Dirceu jamais poderia pedir, neste País, a qualquer um que coloque fatos embaixo do tapete, porque foi, Senador Mestrinho, exatamente em uma atitude como essa, ao pedir que esta Casa não aprovasse a criação da CPI do Waldomiro Diniz, que ele colocou a podridão que se iniciava no Governo do Lula para baixo de um tapete, e, quando ela surgiu novamente, já estava infectada, sem controle nenhum por parte dos governantes. E foi contaminando um por um, até o ponto de que, dos trinta homens fortes do Governo passado, só sobreviveu o Sr. Luiz Dulce, que é um intelectual e um amigo do Presidente, de poucas ambições.

Senador Efraim Morais, com o maior prazer e confiando na generosidade do bravo Presidente Renan Calheiros.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, eu serei rápido, até porque a minha pergunta não é para V. Ex<sup>a</sup>; a minha pergunta é para o próprio ex-poderoso Ministro, ex-Deputado Federal, cassado, e cassado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, onde o próprio Governo que ele serviu tinha maioria e o cassou. A minha pergunta é: qual é a autoridade desse cidadão, que foi, sem dúvida, o técnico, o representante, o herói do “mensalão”, para vir cobrar responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup> ou de qualquer homem público deste País? Então, eu acho que o próprio Sr. José Dirceu devia entender que ele é uma figura fora da classe política brasileira, fora dos homens de bem...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador, eu só queria pedir... Veja o que é o Brasil hoje: os nossos ouvintes reclamam que a TV Senado está sem som. Espero que seja apenas uma coincidência, e não uma proteção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A propósito, sobre isso – é a quarta ou quinta vez que esse assunto, recorrentemente, vem à discussão –, quero dizer que eu pedi ao jornalista Armando Rollemberg um levantamento das edições da TV Senado, no qual vai ficar absolutamente clara a desproporção

existente na utilização da grade da TV Senado entre a Bancada do Governo e a Bancada da Oposição.

É uma injustiça que essa discussão se faça, sobretudo quando estou aqui e tratei este assunto com a maior isenção possível.

Então, o que há, no levantamento que ele vai me trazer, é duas, três vezes a utilização pela Bancada da Oposição contra a Bancada do Governo. É exatamente o oposto. É exatamente o oposto.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, Senador Renan Calheiros. V. Ex<sup>a</sup> estava tratando da formação do novo Ministério com o nosso companheiro e não ouviu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu estava cumprindo o meu dever de garantir a isenção e o equilíbrio na Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O dever de V. Ex<sup>a</sup>.

A minha reclamação, ouvida aqui, é a de que o som está desligado, Sr. Presidente, e não é a primeira vez que isso acontece.

Eu queria apenas fazer esse registro e agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão e as medidas que tomará.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, peço um aparte.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois não, Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, acredito que o som está refeito e que não há nenhuma maldade por parte dos que fazem a TV Senado, até porque, presente o Presidente e o 1º Secretário, que está falando, que é o responsável por essa área, talvez estejam cortando até a fala do 1º Secretário.

Mas vou repetir, para deixar bem claro, que não acredito e quero...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Sr. Presidente, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Não acredito no que tenta fazer o ex-Ministro, o ex-Deputado, que foi cassado por corrupção, o Sr. José Dirceu, que ele venha tentar cobrar responsabilidade de algum cidadão deste País. Acho que o ex-Deputado está fora do jogo político, da vida política deste País; está tentando forçar a sua barra. Devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> não tem de se preocupar: tem de continuar o trabalho sério que vem fazendo. Vamos adiante nas propostas apresentadas por V. Ex<sup>a</sup>. Peço e espero que o ex-Ministro e ex-Deputado cassado por corrupção pelo Plenário da Câmara dos Deputados, onde a maioria é do Governo a que ele serviu, na realidade, encontre o seu lugar. O Brasil está louco para se esquecer dele.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Efraim Morais, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Digo que pouco me incomoda se a Rádio Senado neste momento toca uma música que anima os ouvintes. Cumpro aqui a minha obrigação, o meu dever. E sairei desta tribuna com a consciência absolutamente tranqüila.

O ex-Ministro José Dirceu, que ainda tem muita força aqui, poderia estar cobrando de seus líderes de partido que estivessem aqui contra-aparteando e mostrando as justificativas da inoportunidade do momento. Não há ninguém. Será que é porque têm ONG ou porque não têm ONG?

Esse assunto é mais grave do que se imagina, meu caro Senador Jefferson Péres. Essas denúncias não são poucas, nem pequenas. Ao Tribunal de Contas, faço de público um apelo para que nos auxilie nessas investigações e encontre uma maneira de proteger as ONG que prestam a este País, de maneira soberana e correta, inestimáveis serviços.

Agradeço as 45 assinaturas, inclusive, de maneira comovida, aos integrantes do Partido dos Trabalhadores, porque entenderam que não se pode hoje agir como ontem, jogando problemas para debaixo do tapete, sem cortar o mal pela raiz. Agradeço aos seis ou sete – não sei dizer com precisão – membros do Partido dos Trabalhadores que se solidarizaram não com a CPI de minha autoria, mas com a CPI de interesse do Brasil. Vamos esperar, Sr. Presidente, que encontremos mecanismos ágeis para a apuração desses fatos.

Dito isso, farei a entrega a V. Ex<sup>a</sup> para que me ajude nas providências legais. Acho apenas que o Governo cometerá o maior dos pecados ao tentar levar com a barriga, para deixar a apuração só para o ano que vem. Ela vai nascer, agora ou lá, é uma questão de escolher se quer terminar na lama ou começar nela.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de dizer à Casa e ao nosso querido Senador Heráclito Fortes que, com relação a esse requerimento de comissão parlamentar de inquérito, agirei da mesma forma como agi no caso dos outros requerimentos. Vou mandar conferir as assinaturas e mandar que os órgãos de consultoria da Casa digam se há fato determinado. Se houver fato determinado, vamos instalar, como manda o Regimento da Casa e a Constituição, a comissão parlamentar de inquérito, para

manter a isenção e o equilíbrio e fazer efetivamente o que sempre fizemos quanto a essa matéria.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> pode ficar tranqüilo, que o fato é determinado; o que existe de indeterminado aqui é a aplicação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – E é exatamente por isso que o Senado Federal tem que tomar providências urgentes, para drenar mais esse ralo com o qual o Brasil perde todo dia milhões e milhões de recursos do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu queria destacar, aqui, no plenário do Senado Federal, a visita honrosa do Vice-Governador do Espírito Santo, eleito Deputado Federal por aquele Estado, Lelo Coimbra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Valter Pereira de Oliveira, Primeiro Suplente da representação do Estado de Mato Grosso do Sul, convocado em virtude de falecimento do titular.

S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o Diploma:

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

### *Diploma*

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o diploma de <sup>1</sup>º Suplente de Senador a

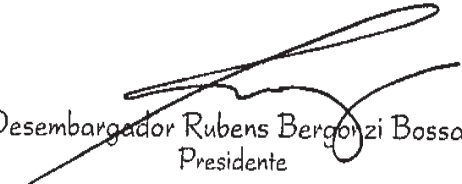
*Valter Pereira de Oliveira*

eleito pela Coligação "PRA FRENTE MS" (PMDB/PRTB/PSDB)

juntamente com o candidato eleito a Senador RAMEZ TEBET

que obteve 734.253 votos preferenciais, do total de 1.922.356 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Campo Grande, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dois.

  
Desembargador Rubens Bergonzi Bossay  
Presidente



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de designar comissão formada pelos Srs. Senadores Maguito Vilela, Sérgio Zambiasi, Mozarildo Cavalcanti e Leomar Quintanilha para conduzir S. Ex<sup>a</sup> ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, o Senador Juvêncio da Fonseca tem a palavra.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de participar da comissão de recepção do ilustre Senador Valter Pereira, porque hoje sou o único Senador de Mato Grosso do Sul aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sinta-se integrado a ela e venha até a Mesa, por favor, para satisfação nossa. (Pausa.)

*(O Sr. Valter Pereira de Oliveira é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. Valter Pereira de Oliveira, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos desta Casa.

Este é um momento muito importante e muito significativo para todos nós pelo que o Senador Valter Pereira significa para o seu Estado, significou para a Câmara dos Deputados, como um autêntico do PMDB, como Secretário do Partido no Estado, e será, sem dúvida, para todos nós, um grande representante no Senado Federal do Estado de Mato Grosso do Sul. (Palmas.)

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo menos para cumprimentar o novo colega, Senador Valter Pereira – com quem tivemos a oportunidade de conviver –, e mais para questioná-lo, pois esta Casa

se une para assistir à sua posse nas circunstâncias tristes em que ocorre.

Quero fazer um questionamento a V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Ramez Tebet foi signatário da primeira versão dessa CPI e me telefonou, uma semana antes, pedindo-me que não o deixasse sem assinar a segunda versão. Foi uma conversa telefônica. A assinatura dele na primeira versão está aqui. A minha indagação a V. Ex<sup>a</sup> é se seu primeiro ato nesta Casa será a assinatura, como representante de Mato Grosso do Sul e sucessor do Senador Ramez Tebet, neste pedido de CPI.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador, estava fora do Senado e, portanto, não estou a par do assunto que está em pauta.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou explicar a V. Ex<sup>a</sup>. É uma CPI que investiga ...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... a aplicação dos recursos de ONG no Brasil inteiro. Temos 44 assinaturas; já tem número.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador, Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade, depois, de conversar com o Senador Valter Pereira durante o tempo que desejar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Achei esta oportunidade, meu Presidente, histórica e oportuna, sabendo da sua biografia e do seu perfil. Por isso, tive a ousadia de fazer essa consulta, porque conheço a história e o passado do Senador Valter Pereira. É evidente que a decisão cabe a S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, saiba V. Ex<sup>a</sup> que a nossa vida política foi sempre pontilhada pela transparência e, dessa forma, vou examinar com o maior carinho o apelo de V. Ex<sup>a</sup>, depois que fizer a minha apresentação aqui, na tribuna do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por até cinco minutos, para que se apresente à Casa.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por seis vezes anteriores, tive a oportunidade de prestar um juramento semelhante a este que hoje prestei perante a Mesa do Senado Federal.

Em 1973, foi na Câmara Municipal da minha querida Campo Grande como Vereador. Em 1975, antes da divisão de Mato Grosso, tomava posse como Deputado Estadual na Assembléia Legislativa daquele Estado hospitaleiro, que hoje é o Estado do Mato Grosso. Em 1979, aportava na Câmara dos Deputados para tomar posse como Deputado Federal. Em 1983, tomava pos-

se como Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul, o novo Estado, cheio de esperanças. Em 1987, voltava para o Congresso, para a Assembléia Nacional Constituinte, cheio de sonhos, cheio de alegria. Em 1991, mais um mandato eu inaugurava diante de uma sessão solene com o juramento, o compromisso que acabei de prestar no Senado Federal.

Comemorações e sonhos assinalaram todas as ocasiões em que prestei o juramento. Com sonhos, estou novamente aqui, no Congresso, mas, pela primeira vez, no Senado Federal.

Venho com sonhos, porque o sonho é próprio da vida humana e, no dia em que desaparece o sonho, desaparece a própria razão de viver. No entanto, não me move, aqui hoje, à tribuna a comemoração. Não estou hoje alimentado pela alegria que em outras ocasiões marcou a minha investidura. Afinal de contas, venho aqui, desta feita, como o sucessor de um dos brasileiros mais ilustres dessa geração, do meu conterrâneo e amigo mais ilustre, que levou para o Brasil o orgulho de todos os mato-grossenses-do-sul não só pela sua projeção, pela projeção de quem exerceu a augusta Presidência do Senado, de quem exerceu um ministério e de quem cumpriu missões importantes em situações tão delicadas como nós testemunhamos e como o Congresso viveu intensamente.

Portanto, o sonho, sim; a comemoração, não.

O sonho que trago aqui hoje é de seguir a luta e o exemplo do Senador Ramez Tebet, de conseguir conciliar aquele seu espírito de independência, aquele seu espírito de altivez, com o diálogo, com o entendimento, com a pacificação. Esse é o meu sonho e essa é a minha aspiração.

Além de grande político que foi o Senador Ramez Tebet, foi meu companheiro de Partido, foi meu amigo pessoal. Ele fez uma escolha, que misturou a política com a amizade, mas sei que o componente político, no momento em que fez a escolha, pesou tão forte quanto o componente da minha relação pessoal.

Hoje, vou limitar a minha fala a esta apresentação, para que, aqui no Senado, todos saibam...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Valter Pereira?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Quero, com muita efusão, saudar a chegada de V. Ex<sup>a</sup> a esta Casa, já armado de toda a experiência de vida pública e parlamentar que tão brilhantemente tem percorrido em seu Estado e, com muita emoção, registrar esta sua dupla responsabilidade: a de desempenhar bem – sei que isso acontecerá – o seu mandato e a de substituir esse grande brasileiro e imortal Senador que se cha-

ma, até porque é imortal, Ramez Tebet, figura à qual me afeiçoei pessoalmente de maneira significativa, de maneira profunda. O tempo inteiro ele passará pela minha lembrança como alguém que semeou o bem, plantou justiça e colheu respeito neste País. Portanto, seja bem-vindo V. Ex<sup>a</sup> e que a Casa o acolha como merece: como o grande representante que sei que será do Estado do Mato Grosso do Sul e como grande substituto do imenso Senador que era Ramez Tebet.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Valter Pereira?

**o Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Está na frente o Senador Magno Malta.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador, na caserna dizem que antiguidade é posto, e, como eu havia pedido primeiro de fato, o Senador Ney Suassuna compreenderá. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, abraçá-lo e dar-lhe as boas-vindas. Também tenho Pereira no meu nome, talvez sejamos até parentes! É verdade que este não é um bom momento. Ninguém deseja substituir alguém num momento como este, principalmente uma figura como o Senador Ramez Tebet. Interessante para nós seria que S. Ex<sup>a</sup> aqui estivesse, vivendo como viveu, significando o que significou e prestando os serviços que prestou. No entanto, quis Deus levá-lo. E quis Deus que, tendo levado Ramez, V. Ex<sup>a</sup> pudesse substituí-lo hoje. É um momento sofrido, um momento doído, mas não deixa de ser um grande privilégio substituir um homem com a estatura de Ramez Tebet, com a sua história, com a vida que viveu e com a saudade que deixou. É um privilégio, e entendo que será um dos pontos mais significativos de sua história o fato de ter substituído no Parlamento, no Senado brasileiro, uma figura da qualidade e do quilate de Ramez Tebet, figura que V. Ex<sup>a</sup> deve conhecer muito mais do que eu por conta da convivência e dos dias gastos juntos fazendo política em favor de seu Estado e do Brasil. Portanto, neste momento, que é sofrido para nós, mas que se torna importante com a sua chegada, receba o nosso abraço e o nosso aconchego. Parabéns por sua posse!

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, como Líder do PMDB, quero dar-lhe boas-vindas e dizer que temos certeza de que não é fácil substituir Ramez Tebet, mas temos certeza também de que V. Ex<sup>a</sup> será uma grande aquisição para o partido, pois já

tem uma trajetória no partido por demais conhecida. No Senado, todos estamos de braços abertos desejando-lhe muitas felicidades neste mandato. Seja bem-vindo a nossa Casa Parlamentar.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado, meu Líder.

Ouçó o Senador Juvêncio da Fonseca.

**O Sr. Juvêncio da Fonseca** (PSDB – MS) – Senador Valter Pereira, V. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que o momento não é de grande alegria, mas é um momento de emoção. Digo de emoção, porque V. Ex<sup>a</sup> é uma das lideranças mais representativas do Estado de Mato Grosso do Sul, tem todo um histórico de vida política, e sempre afirmativamente. Todas as gerações que passaram pelo Estado de Mato Grosso do Sul conhecem V. Ex<sup>a</sup> muito bem, e eu posso dizer, como seu par aqui no Senado Federal, da satisfação que nós sentimos pelo fato de que, com a perda do grande homem Ramez Tebet, nós tenhamos a substituí-lo V. Ex<sup>a</sup>. E digo isso por suas qualidades intelectuais e de eloqüência no trato com a tribuna e por seu preparo político, forjado há muito tempo nas duras e muitas lutas no Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, e parabéns a todos nós por sua chegada ao Senado Federal.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Juvêncio.

Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul tem uma privilegiada representação do Senado Federal: o Senador Juvêncio, grande político de Mato Grosso do Sul, grande Prefeito de Campo Grande; o Senador Delcídio Amaral, extraordinário técnico que, com sucesso, ingressou na vida pública recentemente e tem cumprido com esmerado zelo as suas tarefas legislativas; e, brevemente, na próxima legislatura, contará com uma mulher, Marisa Serrano, para representar o nosso Estado aqui no Senado.

Quero estar à altura desses nomes, mas quero, sobretudo, procurar desempenhar o meu mandato com um pouquinho apenas das habilidades políticas do Senador Ramez Tebet, exercê-lo com um pouquinho do amor que ele sempre devotou ao povo. Não foi nem uma nem duas vezes que, em momentos de hesitação diante de uma proposta ou de um projeto, ele fez a indagação: “Valter Pereira, até que ponto a matéria de que trata esse projeto estará beneficiando o povo? Até que ponto estaremos cumprindo o dever para com o nosso País?” Era a partir das respostas a tais indagações que tomava sua posição.

Irei me inspirar na sensibilidade política que indiscutivelmente sempre pontificou a sua vida e que sempre orientou o seu mandato para representar bem

meu amigo, meu companheiro e meu correligionário Ramez Tebet.

Ao encerrar essa minha breve apresentação, quero dizer às Sr<sup>as</sup> e aos Srs Senadores que vou expor minhas idéias nos próximos pronunciamentos com mais nitidez, porque sei que estamos passando por um momento de transição. Há uma grande expectativa de todo o povo brasileiro no sentido de que este País retome o crescimento econômico e retome a bandeira da ética, que está saindo da moda neste País, para que este País possa encontrar o grande destino com que brasileiros do tamanho e da têmpera de Ramez Tebet sonharam e lutaram para conseguir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lida a seguinte:

## SENADO FEDERAL

### SECRETARIA-GERAL DA MESA COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDARIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7<sup>o</sup> do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Mato Grosso do Sul, em substituição ao Senador Ramez Tebet, adotarei o nome abaixo consignado e integrei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Nome Parlamentar: **Valter Pereira**

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2006

**Altera os arts. 15, 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir a contratação de operações de crédito já autorizadas no âmbito desta Resolução, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo; e para estabelecer que a partir de 30 de abril de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas**

**por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001:

“Art. 15. ....

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o **caput** deste artigo:

I – o refinanciamento da dívida mobiliária;

II – as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda, em nome do Senado Federal, no âmbito desta Resolução, até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo;

..... (NR)”

Art. 2º O art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. ....

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda não encaminhará ao Senado Federal pedido de autorização para contratação de operação de crédito de tomador que se encontre na situação prevista no **caput**, obedecidos aos seguintes critérios:

I – até 30 de abril de 2007, a verificação de adimplência abrangerá o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomadora da operação de crédito;

II – a partir de 1º de maio de 2007, a verificação de adimplência abrangerá os números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades integrantes do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão ou entidade tomadora da operação de crédito. (NR)”

Art. 3º O art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 21. ....

§ 5º As certidões exigidas no inciso VIII devem:

I – até 30 de abril de 2007, referir-se ao número de registro no Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomadora da operação de crédito;

II – a partir de 1º de maio de 2007, referir-se aos números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades integrantes do Estado, Distrito Federal ou Município ao qual pertença o órgão ou entidade tomadora da operação de crédito. (NR)”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º É revogada a Resolução do Senado Federal nº 21, de 2006.

### Justificação

O objetivo do artigo 15, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, é impedir que um governante em final de mandato tome empréstimos que venham a desequilibrar as finanças do ente público, deixando a conta para ser paga pelo seu sucessor. Trata-se, pois, de regra saudável de responsabilidade fiscal.

Na prática, no entanto, um processo de contratação de operação de crédito é bastante lento. Assim, além de apresentar diversos projetos e garantias aos financiadores, os entes que buscam um financiamento precisam aprovar seu pleito, submetendo farta documentação ao Ministério da Fazenda.

Desta forma, ocorrem, diversas vezes, casos em que as operações de crédito, amplamente documentadas e analisadas, são aprovadas pelo Senado Federal antes do prazo de 120 dias do final do mandato do Chefe do Poder Executivo. Todavia, a tramitação de exigências contratuais junto aos emprestadores ou junto a União, quando esta é a garantidora da operação, faz com que uma operação, já autorizada pelo Senado (ou pelo Ministério da Fazenda, em nome do Senado), demore a ser contratada e acabe tendo que ser efetivada nos 120 dias finais de mandato.

Por isso, a proposta que ora apresento visa permitir que as operações de crédito já autorizadas no âmbito da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, antes dos 120 dias finais do mandato, possam ser contratadas nesses últimos quatro meses de governo.

Outra alteração que se faz necessária na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, diz respeito aos critérios e exigências para a contratação de operações de crédito. A Resolução em análise define os entes públicos como sendo compostos pelas “respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes”.

Isso significa que a operação de crédito pleiteada por um órgão ou entidade é computada, para efeitos



de verificação de condições e limites impostos pela Resolução, como sendo de responsabilidade do respectivo ente controlador.

Assim, se, por exemplo, uma autarquia de um determinado Estado deseja contratar uma operação de crédito, será necessário verificar os limites de endividamento do Estado ao qual ela pertença, e não apenas os limites de endividamento da autarquia. O mesmo ocorre com o cumprimento das condições necessárias à contratação da operação.

O art. 16 da citada Resolução estabelece que “é vedada a contratação de operação de crédito por tomador que esteja inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional”. Isso significa que um órgão ou entidade de um Estado não poderá contratar operação de crédito se qualquer outro órgão ou entidade do mesmo Estado estiver inadimplente com instituição financeira.

De forma similar, o art. 21, inciso VIII, da Resolução nº 43, de 2001, exige dos que pleiteiam autorização para contratar operações de crédito a apresentação de “certidões que atestem a regularidade junto ao Programa de Integração Social – PIS, ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, ao Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e, quando couber, na forma regulamentada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, o cumprimento da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998”. Também nesse caso as certidões de regularidade devem referir-se a todos os órgãos e entidades de cada Estado, Distrito Federal ou Município.

Apesar da inequívoca intenção do legislador em exigir certidões de adimplência e regularidade que abranjam todos os órgãos e entidades de cada ente, dificuldades operacionais impediam, até recentemente, que, no momento de verificação do cumprimento das condições e limites impostos aos pleiteantes de novas operações de crédito, se procedesse a uma varredura completa da situação de cada unidade administrativa dos entes públicos.

A inexistência de uma base de dados contendo todos os números de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos órgãos e entidades pertencentes a um mesmo ente forçou a adoção de um controle limitado, no qual se verificava apenas a situação do CNPJ do órgão ou entidade pleiteante.

Em um esforço de aperfeiçoamento do controle gerencial, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluiu, ao final de 2005, mais uma etapa da implan-

tação do seu Cadastro Único de Convênio (CAUC), que permite identificar todos os números de CNPJ de um mesmo ente, o que viabiliza a implantação integral do controle proposto pela Resolução nº 43, de 2001. De forma similar, em acordo operacional com o Banco Central do Brasil, a STN procura tornar possível a checagem de todos os números de CNPJ vinculados a um mesmo ente que estejam inscritos no Cadastro da Dívida Pública (CADIP).

Foi, contudo, necessário dar tempo aos Estados, Distrito Federal e Municípios para se adaptar ao novo e mais amplo sistema de controle. É comum que um ente seja posto em situação de inadimplência em função de apenas um órgão apresentar débito não pago de valor irrisório. Tal situação decorre de falta de coordenação e de problemas no fluxo de informação entre órgãos de um mesmo governo. Pelo novo controle, isso significaria a impossibilidade de contratação de novas operações.

Por isso, a Resolução nº 67, de 2005, estabeleceu um prazo até 31 de maio de 2006 para que os Estados, Distrito Federal e Municípios providenciassem a regularização de eventuais débitos e irregularidades existentes em seus órgãos e entidades. Em seguida, a Resolução nº 21, de 2006, prorrogou tal prazo para até 31 de dezembro de 2006.

Estando próximo o vencimento desse prazo, o que se constata é que as administrações estaduais e municipais ainda não concluíram seus ajustes administrativos, de modo que não são, ainda, capazes de controlar a situação de adimplência de todas as suas instâncias. Ademais, a mudança de governo que se processará em 1º de janeiro fará com que os novos governadores já assumam seus postos sujeitos a tal restrição sem, contudo, disporem de tempo para tomar ciência da situação de adimplência dos diversos órgãos da administração direta e indireta.

A STN já detectou a necessidade de estender o prazo de adaptação, no que se refere ao controle de adimplência para fins de transferências voluntárias. Para tanto, já alterou a Instrução Normativa nº 2, de 2005, daquele órgão, prorrogando o período de adaptação para até 30 de abril de 2007. Assim, por uma questão de coerência e harmonização com a legislação relativa às transferências voluntárias, proponho igual dilação no prazo de adaptação à nova sistemática de controle de inadimplência para fins de autorização de operações de crédito.

Frente ao exposto, peço o apoio dos meus ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Luiz Otávio**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº \_\_\_\_\_, DE 2006  
 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ANTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
CARLITO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, se a Ordem do Dia avançar, hoje poderemos votar, extrapauta, quatro acordos internacionais. A nossa pauta, no entanto, está trancada pela urgência de dois projetos de lei.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a inclusão na pauta dos Requerimentos de minha autoria de nºs 1.293, de 2004; 203, de 2006; 661, de 2006 e 1.016, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme solicitação do Senador Alvaro Dias, vou colocar em votação os requerimentos especificados.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.293, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.293, de 2004, do Senador Alvaro Dias, requerendo, nos termos regimentais, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de relatório de investigação levada a efeito pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgão daquele Ministério, sobre casos suspeitos de lavagem de dinheiro envolvendo as loterias da Caixa Econômica Federal.

Parecer favorável, sob o nº 1.752, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **Tiã Viana**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação do requerimento em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, a Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de votar o requerimento seguinte, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa, hoje, um requerimento de convocação de Ministro. Não sei se pode ser votado ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento encaminhado por V. Ex<sup>a</sup> já foi lido e será votado ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 21 de fevereiro, foi o lido o **Requerimento nº 203**, do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 171 da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à Operação Tapa-buraco, promovida pelo Governo Federal, por intermédio do Dnit, com relação à execução de obras sem contrato nos Estados do Paraná e Minas Gerais e também que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria da Fundação Banco do Brasil no período de 2003 até a presente data.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 661, de 2006**, do Senador Alvaro Dias, solicitando que seja realizado pelo Tribunal de Contas da União auditoria nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), cujos valores totais sejam superiores a R\$1 milhão.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esta Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Último **Requerimento**, solicitado pelo Senador Alvaro Dias, de **nº 1.016, de 2006**, solicitando que sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2006**, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Votação do requerimento em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Uma vez que a matéria já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência declara prejudicados os **Reque-**

**rimentos nºs 36, 43 e 107, de 2006**, todos do Senador Alvaro Dias.

Os processados vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O **Requerimento** do Senador Jefferson Péres, de nº **1.144, de 2006**, lido na presente sessão, é de convocação de Ministro. Com a vênua de V. Ex<sup>a</sup>, eu gostaria de sugerir à Casa que, se for o caso de acordo, ao invés de convocação, façamos um convite para promovermos aqui, no Senado Federal, um debate sobre os rumos da economia, sobre a conjuntura econômica, como quer V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a parcela da população brasileira que acompanha a vida pública do País está preocupada com os rumos que o Governo adotará para a economia no seu segundo mandato.

O objetivo do meu requerimento é trazer aqui a palavra do atual Ministro, que provavelmente ou possivelmente continuará no cargo, para que S. Ex<sup>a</sup> nos explique, a nós e a Nação que nos assistirá pela televisão, o que o Governo está pretendendo fazer em termos de mudança. Além disso, possibilitar à Oposição, Sr. Presidente, a oportunidade de ser crítica e também propositiva.

Caso o requerimento seja aprovado, faço um requerimento aos Líderes de todos os partidos no sentido de que, neste dia, estejam presentes, porque o Senado poderá viver um belo momento.

Esclareço, Sr. Presidente, que o impedimento regimental não me permitiu fazer um convite como eu gostaria, porque o Regimento do Senado contempla convite a Ministro apenas para as Comissões; para o plenário, tem que ser convocação. Entretanto, Sr. Presidente, como o Sr. Ministro já concordou em comparecer, creio que, por um acordo de Liderança, nada impede que se transforme isto, como V. Ex<sup>a</sup> sugere, em um convite; e eu nada tenho a opor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a concordância da Casa, vamos aprovar o **Requerimento nº 1.144, de 2006**, e transformá-lo em convite, como sugerido pela Presidência e aceito pelo nobre Senador Jefferson Péres.

Vamos fazer a votação na forma de convite.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será notificado o Ministro a respeito da aprovação do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto, em turno único.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de maior importância para o funcionamento regular e eficaz do Tribunal Regional do Trabalho, do Estado do Rio. O projeto tramitou durante dois anos e mereceu apreciação de várias Comissões da Casa com pareceres favoráveis.

Havia uma dúvida quanto ao impacto financeiro que poderia causar, mas, como estamos praticamente no final do ano, só teremos o mês de dezembro e, portanto, o impacto financeiro vai se resumir a menos de 0,5%, o que é absolutamente desprezível. E, para o ano que vem, há previsão orçamentária regular.

Tendo em vista a precariedade do funcionamento do Tribunal e o acúmulo de matérias a serem apreciadas pelos Desembargadores, sem o respaldo suficiente da Assessoria Técnica, faço um apelo aos nobres Colegas para que aprovemos o projeto, que está em regime de urgência – e tem razão para isso – e tem todos os pareceres favoráveis.



É esse o apelo que eu queria fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria cria gastos, mesmo que pequenos, para o Governo. A orientação inicial, como não poderia deixar de ser, seria a de votar contrariamente. Mas, em homenagem ao Senador Roberto Saturnino, vou abster-me de encaminhar contrariamente à matéria. Entendo que faz parte de uma luta antiga de S. Ex<sup>a</sup>. É a homenagem que podemos prestar ao trabalho que S. Ex<sup>a</sup> realiza. Portanto, vou abster-me de encaminhar contrariamente.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer de público o gesto do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, que me preenche a alma com muita satisfação e alegria. Estou certo de que estou prestando um benefício ao Estado do Rio de Janeiro, ao serviço público e à Justiça do Trabalho do meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o projeto de lei da Câmara...

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero registrar, com muita satisfação, a presença neste plenário do Senador Sérgio Cabral, eleito Governador do Rio de Janeiro.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto, de maneira prática, a usar este microfone para associar-me ao Senador Roberto Saturnino e aos Senadores de todos os Estados pela aprovação desse projeto de enorme importância para o Estado do Rio de Janeiro.

O Tribunal Regional do Trabalho do nosso Estado tem dado provas contínuas de enorme competência na prestação de serviços, na defesa do trabalhador. Recentemente, creio que há dois anos, passamos por um incêndio dramático no prédio do TRT. Os funcionários e juizes do TRT enfrentaram aquela situação, bem como os advogados militantes, com extraordinária competência, mantendo o serviço prestado à população.

Por isso, é uma homenagem que fazemos aqui a essa instituição tão importante para o Estado de Direito Democrático.

Parabéns ao TRT do Rio e obrigado aos Senadores desta Casa!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Luiz Otávio, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> – falei agora mesmo com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães – para pautarmos o nome indicado pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, o Dr. Sérgio Frazão do Couto, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para compor o Conselho Nacional de Justiça como membro do Ministério Público. Fui inclusive o Relator dessa matéria. O nome do Dr. Sérgio foi indicado pela OAB Nacional, foi aprovado e o parecer já se encontra aqui no plenário.

Peço que V. Ex<sup>a</sup>, com o acordo de todos os Líderes da Casa, coloque em votação o nome do Dr. Sérgio Frazão do Couto, indicado pela OAB Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, daremos seqüência à sugestão feita por V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção, com os cumprimentos a todos os Senadores do Rio de Janeiro, especialmente ao Senador Roberto Saturnino e ao Senador Sérgio Cabral, a quem cumprimento em nome de todos os Senadores da Casa.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

(Nº 2.306/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

#### **Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I dos te Lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Re-

gião os cargos em comissão constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentá-

rias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de )

CARGO EFETIVO	NÍVEL	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Intermediário	54
TOTAL		54

### ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº , de de de )

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	54
TOTAL	54

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei a palavra pela ordem para pedir que votemos também os quatro acordos internacionais, que são matérias tranquilas e estão sobre a mesa. Os Relatores já apresentaram relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está fazendo uma sugestão extrapauta. Se houver concordância da Casa, faremos isso.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não concordo. Existe um projeto...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Efraim Morais não concorda.

Passemos ao item 2 da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2006

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)*

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.054/2006 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006, de autoria do Senador Efraim Morais, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

Vou conceder a palavra, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, que não se encontra na sessão, ao Senador Romero Jucá, para emitir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos instruí-la e votá-la, desobstruindo a nossa Ordem do Dia.

**PARECER Nº 1.206, DE 2006 – PLEN**

**O Sr. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentarei o parecer. Apesar de concordar com o mérito da matéria, o parecer é contrário, porque a matéria tem um vício de origem, que é gerar despesas permanentes para o Executivo. Então, antes de discutir o mérito, na formalização, o parecer é contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é contrário.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar ao Líder Romero Jucá prudência nessa decisão. É evidente que V. Ex<sup>a</sup> é Líder do Governo, mas não é do núcleo efetivo do Governo. Ponderaria que V. Ex<sup>a</sup> consultasse pessoalmente o Presidente Lula se Sua Excelência é contra essa iniciativa do Senador Efraim Morais.

Quem ontem defendia em praça pública, como sua grande arma, os beneficiados do Bolsa Família evidentemente não concordará com o parecer de V. Ex<sup>a</sup>. Então, para evitar discordância entre o Presidente da República e V. Ex<sup>a</sup>... A não ser que V. Ex<sup>a</sup> já o tenha consultado, e o que o Presidente disse em praça pública não vale na prática de sua administração. Assim, V. Ex<sup>a</sup> esclarece tudo.

Como sou cauteloso e tenho por V. Ex<sup>a</sup> apreço antigo e crescente, pondero que não profira esse parecer com essa rapidez. Não seria mal fazer a consulta. Se V. Ex<sup>a</sup> não tem acesso direto ao Presidente, com rapidez, consulte a Ministra Dilma, que manda e decide, se o Presidente realmente pensa assim.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para dizer que essa é a minha visão. Se o Plenário entender necessário – e essa matéria está em regime de urgência –, poderemos pedir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que emita um parecer de plenário, e, assim, algum Senador ou Senadora poderá atestar que esse projeto é constitucional.

Na minha visão, estamos criando uma despesa permanente por meio de um projeto de origem legislativa. Não é possível fazer isso. Portanto, o meu parecer é contrário pela Comissão de Assuntos Sociais.

Mas, se o Senador Heráclito entender necessário e requerer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta poderá oferecer um parecer de plenário também, já que a matéria está sob regime de urgência.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não há parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. O parecer é de plenário; não é de Comissão. O Regimento determina isso. Então, aqui não pode haver parecer de Comissões. O projeto já passou pelas Comissões, onde não foram apresentadas emendas. Foi requerida urgência ao Projeto, que foi aprovada. Estamos aqui para decidir e não para apresentar nenhum parecer de Comissão.

No meu entender e pelo que determina o Regimento, é isso. Quero apenas que possamos cumprir o Regimento, que, sei, conhece-o muito bem o Senador Romero Jucá, assim como o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Antonio Carlos Magalhães. O Senador Efraim Morais também conhece um pouco do Regimento e, por isso, entende que não cabe aqui um parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e acabei de dar um parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, estou dizendo que, se houver algum tipo de dúvida, pode-se ouvir emergencialmente o parecer da CCJ.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O parecer da Comissão de Assuntos Sociais foi pela aprovação do projeto. Já está dado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, deixe-me esclarecer para não haver dúvida e talvez seja desnecessária a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

O projeto só foi despachado para a Comissão de Assuntos Sociais. Para ir à CCJ ou a qualquer outra Comissão, terá de haver um pedido de audiência, que deverá ser votado em plenário. O parecer, para que isso aconteça, para que seja votado em Plenário, terá de ser dado imediatamente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Foi isso que acabei de dizer, Sr. Presidente.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, estamos em votação e não foi apresentada nenhuma emenda.

Então, temos de votar o projeto. Não cabe mais emenda, porque está em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É o que acabei de dizer. Nós estamos em discussão. Se for requerida emenda ou pedido de audiência até o encerramento da discussão, vamos ter de votar, submeter à votação do Plenário.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas esclarecer ao Senador Romero Jucá que em nenhum momento pedirei a ida desse projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Ex<sup>a</sup> fique tranqüilo porque sou um opositor convicto. A minha preocupação é com V. Ex<sup>a</sup>; é com o dia seguinte. Se os trabalhadores, que têm esperança no Presidente da República quanto à conquista do benefício, forem derrotados pelo voto de V. Ex<sup>a</sup>, amanhã o Presidente dirá que não sabia, e V. Ex<sup>a</sup> levará a culpa. Quero poupá-lo pela estima que lhe tenho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação do projeto.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha contra, por vício de origem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do Governo encaminha contra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – No mérito, concordaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT encaminha contra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O PFL é a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL é a favor.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu, pessoalmente, tenho dúvida quanto ao vício de origem e também quanto ao mérito, tendo em vista o impacto nas contas do Governo.

Eu votarei contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Jefferson Peres é contra.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, a Bancada do PMDB está liberada. Eu, pessoalmente, voto a favor, em solidariedade ao conterrâneo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB libera a Bancada.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pelo PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pelo PDT, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Eu gostaria de louvar o projeto do Senador Efraim Moraes, que acredito vai contribuir muito para aprimorar o projeto que fez do Presidente o candidato reeleito. Então, precisamos aperfeiçoá-lo. Por essa razão, pessoalmente, vou votar a favor do projeto e deixo livre a Bancada do PDT.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL vota “sim”.

Senador Alvaro Dias, como vota o PSDB?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB vota “sim”.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – No PTB, a questão é aberta, mas eu, pessoalmente, voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – No PTB, a questão é aberta, pessoalmente, o Senador Mozarildo vota “sim”.

Então, está aprovado o projeto.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> a palavra para parabenizar o Senador Efraim Moraes, que teve a atitude de dar continuidade àquilo que foi prometido em praça pública. E quero dizer que, em homenagem ao futuro Governador do Rio de Janeiro, que, dando seqüência a essa era de bondades,



irei apresentar, conseqüentemente, um projeto garantindo aposentadoria aos beneficiários do Bolsa-Família. É tudo o que o Presidente da República prometeu ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo redação final da matéria que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

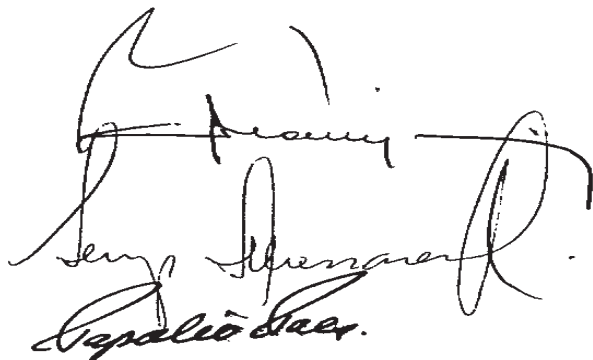
**PARECER Nº 1.207, DE 2006**

(Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de novembro de 2006.



ANEXO AO PARECER Nº 1.207, DE 2006.

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006.**

**Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 2º .....

III – o benefício natalino, destinado a todas as unidades familiares participantes do Programa Bolsa Família.” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte § 15:

“Art. 2º .....

§ 15. O benefício natalino a que se refere o inciso III do **caput** corresponde a uma parcela adicional dos benefícios, a ser paga anualmente às unidades familiares participantes do Programa, junto com os benefícios do mês de dezembro.” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no inciso II do art. 5º e no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o aumento de despesa decorrente do disposto no art. 2º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de Lei Orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O aumento de despesas previsto nesta Lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias que servir de base à elaboração do projeto de Lei Orçamentária de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 2º produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os **Itens 3, 4 e 5** da Ordem do Dia são Propostas de Emenda à Constituição e exigem **quorum** qualificado. Nós poderemos, com a aquiescência da Casa, transferi-los para amanhã.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem.) – É melhor transferir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, novamente apelo a V. Ex<sup>a</sup> pela votação dos quatro acordos internacionais que estão sobre a mesa e são extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós os votaremos.

São os seguintes os itens adiados:

3

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 64, DE 1999**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência*

*para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Efraim, ouço V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço às Lideranças dos diversos Partidos desta Casa a aprovação do benefício natalino ao Bolsa-Família, equivalente ao décimo-terceiro, ressaltando o bom senso dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras em relação a esse benefício. Tenho certeza de que, também em caráter de urgência, ele será aprovado na Câmara dos Deputados.

Deixo ainda registrado um fato concreto. Eu apresentei esse Projeto no início de setembro e, portanto, não escolhi qual seria o Presidente da República que iria fazer o pagamento desse benefício. Ainda não havia decisão do povo brasileiro em relação à eleição em segundo turno, ocorrida apenas no final de outubro.

Devo dizer que apresentei esse projeto com a consciência tranquila de quem realmente quer ajudar os que mais precisam. Ainda devo deixar claro que essa idéia surgiu – e já tive oportunidade de registrá-lo desta tribuna – de um cidadão do povo, beneficiário do Bolsa-Família, morador da Serra dos Brandões, da cidade de Picuí, na Paraíba. Eu a trouxe para esta Casa; ela passou pelas Comissões; e veio ao plenário.

Parabenizo o Senado Federal pela decisão que tomou e espero que os companheiros da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados Federais, ainda nesta Legislatura, possam, em caráter de urgência, aprovar essa matéria, que irá beneficiar milhões de brasileiros. Repito: serão milhões de brasileiros beneficiados por essa decisão.

Afinal, foi o próprio Presidente da República, foi a própria Base do Governo que, durante toda a campanha, disseram que iriam aperfeiçoar, melhorar e aumentar os benefícios do Programa Bolsa-Família.

Agora, numa decisão soberana do Plenário desta Casa, nós nos antecipamos à vontade que, tenho certeza, é a desses milhões de brasileiros que serão beneficiados por esse projeto. que garante o benefício natalino, equivalente ao décimo-terceiro.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte? Apenas para fazer um registro por uma questão de justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não posso conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup> porque não há apartes. S. Ex<sup>a</sup> está pedindo a palavra pela ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a oportunidade.

Reitero a minha disposição, a minha decisão de continuar lutando por esse benefício que atingirá milhões de brasileiros por todo o País. Vou acompanhar a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, em todas as Comissões, e espero que ele seja aprovado este ano.

O meu projeto é claro, é responsável, porque estabelece que “o benefício será aplicado no ano seguinte à sua aprovação”. Portanto, se a Câmara dos Deputados entender de votar essa matéria ainda este ano, ela estará dando uma prova de responsabilidade para com os milhões de brasileiros que são beneficiários do programa Bolsa Família.

Firmei um compromisso com meu próprio filho, que foi eleito Deputado Federal, Efraim Filho, pela Paraíba, de acompanhar passo a passo a tramitação desse projeto. Espero que a Câmara dos Deputados o aprove, porque, caso contrário, desafio agora os Deputados Federais. Quero saber qual é o Deputado Federal deste País, desta legislatura ou da próxima, que tem, sim, coragem; que tem, sim, o constrangimento de votar contra milhões de brasileiros, milhões de famílias neste Brasil que serão beneficiadas com este projeto.

Quero dizer ao Senado Federal, às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, que cumprimos a nossa parte. Estamos, realmente, do lado do social.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para que não se cometa injustiça. Se há uma coisa com a qual não gosto de conviver, Senador Antonio Carlos Magalhães, é com a injustiça.

Compreendo a omissão grave do Senador Efraim Morais. Mas é a emoção! Trata-se de um projeto importante para a sua vida.

Efraim, esquecemos de agradecer penhoradamente o Partido dos Trabalhadores, o PT, o Partido do Governo, com a presença das suas Lideranças, porque foi graças a eles que aprovamos o projeto. Se eles ti-

vessem solicitado verificação de número para votação, evidentemente esse projeto seria derrotado.

Assim, chego à seguinte conclusão: o Lula falou a verdade. Ele quer atender aos trabalhadores brasileiros, aos homens do Bolsa Família. De forma que quero me congratular com o PT pela coerência de não obstruir a pauta por meio do mecanismo de verificação de **quorum**.

Esse projeto não é do PFL nem de ninguém, nem do PT tampouco. É um projeto do Congresso e, acima de tudo, dos milhares e milhares de beneficiados neste País afora pelo Bolsa Família, que já não precisam mais sequer trabalhar, porque o dinheiro chega em casa.

Viva a nova era que este País vive!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, quero registrar, com muita satisfação, a presença honrosa, neste plenário, do nosso querido Governador do Estado de Tocantins, Marcelo Miranda, e da Senadora eleita Kátia Abreu.

É uma honra muito grande recebê-los no exato momento em que recebemos também, com muita satisfação, o Governador eleito pelo Rio de Janeiro, Senador Sérgio Cabral.

Senador Antonio Carlos, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vai soar estranho até a V. Ex<sup>a</sup>, mas quero me congratular com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sua grande vitória hoje no Senado.

O Senado, hoje, votou com o Presidente da República praticamente à unanimidade um projeto em que tem tanto interesse, que é o Bolsa-Família. Hoje, votamos o abono natalino para os que têm Bolsa Família.

Lutei por isso juntamente com o Senador Efraim Morais e eu queria me congratular não só com a Casa, mas principalmente com o Presidente da República pela sua grande vitória, quase unânime, nesta Casa.

Lula está de parabéns e também todos os que recebem o Bolsa Família!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6:**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lú-

cia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão, em primeiro turno.

A votação será feita na sessão de amanhã.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão na pauta, para votação, do requerimento de urgência que foi assinado por todos os Líderes da Casa para o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2006, que trata do registro temporário de embarcações de pesca estrangeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes partidários sobre o requerimento proposto pela Senadora Ideli Salvatti, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006**, que institui registro temporário para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou fretadas a casco nu por empresas armadoras de pesca ou cooperativas de pesca brasileira e dá outras providências.

Já há parecer favorável da CCJ, tendo como Relator o nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB nada tem a opor, apóia a nobre Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB nada tem a opor ao requerimento da Senadora.

Não havendo objeção da Casa, procedo à leitura e, depois, à votação da matéria.

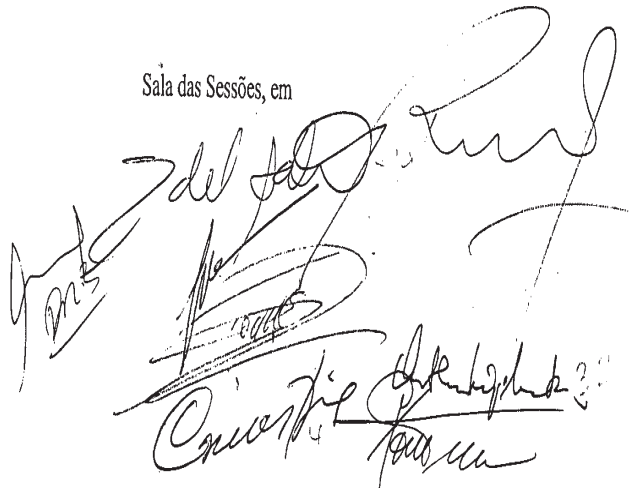
Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2006

Senhor Presidente,  
Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC Nº 21/06.  
Sala das Sessões,

Sala das Sessões, em



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2006

(Em regime de urgência Requerimento nº 1.146, de 2006, lido e aprovado nesta oportunidade – art. 336, II)

Discussão, em turno único, da Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006 (nº 4.746/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, ar-



*madores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

### **PARECER Nº 1.208, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006, que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências.**

Relator: Senador **Jefferson Péres**

Relator *ad hoc*: Senadora **Ideli Salvatti**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, tem por finalidade instituir o Registro Temporário Brasileiro para as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, com suspensão provisória de bandeira no país de origem.

O art. 1º dispõe sobre o âmbito de aplicação do projeto.

O art. 2º traz as definições de embarcação de pesca, armador de pesca, empresa brasileira de pesca, cooperativa de pesca brasileira, arrendamento ou afretamento a casco nu, e suspensão provisória de bandeira.

O art. 3º dispõe que as embarcações de pesca de que trata o projeto deverão arvorar a bandeira brasileira.

O art. 4º diz que o Registro Temporário Brasileiro será efetuado pelo Tribunal Marítimo, que expedirá Certificado de Registro Temporário (CRT).

O art. 5º dispõe que compete ao Poder Executivo Federal regulamentar o Registro Temporário Brasileiro.

O art. 6º trata do cancelamento do Registro Temporário Brasileiro nas hipóteses que prevê.

O art. 7º dispõe que caberá à Autoridade Marítima a fiscalização do Registro Temporário Brasileiro.

O art. 8º dispõe que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

#### **II – Análise**

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça (CCJ), à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Controle (CMA).

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade e da proposição, cabendo à CRE e à CMA opinar sobre o mérito.

A proposição trata de direito marítimo, estando competência legislativa da União, em conformidade com o que inciso I do art. 22 da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre essa matéria e é iniciativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 e do art. 22, da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor do projeto em exame. Ao contrário, a edição de normas legais visando à promoção da exploração de recursos do mar territorial vem ao encontro da norma constitucional contida no inciso V do art. 20, segundo o qual os recursos naturais da zona econômica exclusiva são bens da União.

Tanto a Exposição de Motivos do Presidente da República quanto os pareceres das comissões da Câmara dos Deputados que analisaram a matéria alertam para a necessidade de o País promover a exploração dos recursos naturais da zona econômica exclusiva, sob pena de ter seus estoques marinhos reivindicados por outros países. No âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), países tradicionais de pesca defendem que as capturas realizadas pelas embarcações arrendadas devem ser contabilizadas na quota de captura do país de origem da embarcação, em detrimento do país arrendatário, condição que em muitas vezes se enquadra o Brasil.

#### **III – Voto**

Em vista do exposto, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2006.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2006.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PCC Nº 21 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 8/11/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATORA : "AD HOC"	Senadora Ideli Salvatti
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL, PPS e PRB <sup>(5)</sup>)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI (RELATORA "AD HOC")	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI <sup>(4)</sup>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 11/10/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**PARECER Nº 1.209, DE 2006 – PLEN**

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o parecer segue nos mesmos termos do já apresentado pelo Senador Jefferson Péres na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprova o mérito.

A importância deste Projeto decorre do fato de que ele vai solucionar alguns problemas, inclusive em termos econômicos, em função de o Brasil ter perdido boa parte da sua frota, paga com consideráveis recursos destinados ao pagamento das embarcações de bandeira estrangeira que operam no mar territorial brasileiro.

Portanto, o Projeto vai sanar uma injustiça para com a nossa atuação econômica e vai, inclusive, economizar recursos.

Assim, o nosso parecer, no mérito, é idêntico ao do Senador Jefferson Péres.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres são favoráveis.

Ao Projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o Projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 21, DE 2006  
(nº 4.746/2005 , na Casa de origem)  
(De Iniciativa do Presidente da República)**

**Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**CAPÍTULO I  
DA APLICAÇÃO**

**Art. 1º Esta Lei institui o Registro Temporário Brasileiro para as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, com suspensão provisória de bandeira no país de origem.**

**Parágrafo único. As empresas, os armadores de pesca ou as cooperativas de pesca brasileiras de que trata o caput deste artigo deverão ser registrados no Tribunal Marítimo como Armador de Pesca, bem como inscritos no Registro Geral da Pesca nas categorias de Indústria Pesqueira ou Armador de Pesca pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, na forma da legislação específica.**

## CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:

I - embarcação de pesca: é aquela que, devidamente autorizada, se dedica, exclusivamente, à captura, ao processamento ou ao beneficiamento do pescado, com finalidade comercial;

II - armador de pesca: pessoa física residente e domiciliada no País, devidamente registrada no Tribunal Marítimo, que, em seu nome ou sob sua responsabilidade, presta a embarcação de pesca para sua exploração comercial;

III - empresa brasileira de pesca: pessoa jurídica constituída segundo as Leis brasileiras, com sede no Brasil, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, que tenha por objeto a pesca comercial;

IV - cooperativa de pesca brasileira: associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, segundo as Leis brasileiras, para satisfazer aspirações econômicas e sociais que, devidamente inscrita no Registro Geral da Pesca, tem por finalidade o exercício da pesca comercial;

V - arrendamento ou afretamento a casco nu: contrato pelo qual o arrendatário ou afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o Comandante e a tripulação;

VI - suspensão provisória de bandeira: ato pelo qual o proprietário da embarcação estrangeira, arrendada ou



afretada, suspende, temporariamente, o uso da bandeira do país de origem a fim de que a embarcação seja inscrita em registro de outro país.

### CAPÍTULO III DA BANDEIRA DAS EMBARCAÇÕES

Art. 3º As embarcações de pesca arrendadas ou afretadas a casco nu com suspensão provisória de bandeira no país de origem, inscritas no Registro Temporário Brasileiro, deverão arvorar a bandeira brasileira.

Parágrafo único. Nas embarcações de pesca de bandeira brasileira, de que trata o caput deste artigo, 2/3 (dois terços) da tripulação devem ser, obrigatoriamente, brasileiros, incluindo o Comandante e o Chefe de Máquinas.

### CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA ARRENDADAS OU AFRETADAS

Art. 4º O Registro Temporário Brasileiro será efetuado pelo Tribunal Marítimo para todas as embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, não suprimindo e sendo complementar ao Registro de Propriedade Marítima, nos termos da Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988, e ao Registro Geral da Pesca, instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º O Tribunal Marítimo expedirá Certificado de Registro Temporário - CRT, com validade igual à do contrato de arrendamento ou afretamento, não podendo exceder o período de 5 (cinco) anos.

§ 2º O CRT deverá ser renovado quando a prorrogação do contrato de arrendamento ou afretamento for autorizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, conforme competência instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo Federal regulamentar o Registro Temporário Brasileiro, estabelecendo as normas complementares necessárias ao seu funcionamento e as condições para a inscrição de embarcações.

#### CAPÍTULO V DO CANCELAMENTO

Art. 6º O cancelamento do Registro Temporário Brasileiro ocorrerá nas seguintes situações:

I - *ex officio*, quando do término do prazo concedido ou se for revogada a suspensão provisória de bandeira no país de origem;

II - quando a autorização para o arrendamento ou afretamento da embarcação de pesca for cancelada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

III - por solicitação da empresa brasileira de pesca, do armador de pesca ou da cooperativa de pesca brasileira, arrendatária ou afretadora, que tenha requerido o registro;

IV - quando efetuado o Registro de Propriedade Marítima no Tribunal Marítimo da mesma embarcação de pesca, em decorrência de aquisição por empresa ou armador brasileiro;

V - quando o registro do armador for cancelado pelo Tribunal Marítimo;

VI - por afretamento da embarcação a empresa estrangeira, devidamente informado ao Tribunal Marítimo;

VII - por venda da embarcação, informada ao Tribunal Marítimo;

VIII - quando o registro da empresa ou cooperativa de pesca for cancelado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

IX - por rescisão do contrato de arrendamento ou afretamento, informado ao Tribunal Marítimo e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;

e

X - quando deixarem de ser satisfeitas as condições previstas nesta Lei para o Registro Temporário Brasileiro e na legislação complementar específica.

#### CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Caberá à Autoridade Marítima a fiscalização do Registro Temporário Brasileiro.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros – PMDB – AL) – **Item 7:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em primeiro turno, a votação da matéria será feita na sessão de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 8:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o Projeto e a emenda, em turno único.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.147, DE 2006**

**Adiamento da discussão para determinado dia.**

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento interno, requeiro o adiamento por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que “altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências. (Altera para Perito Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Romero Jucá.**

**REQUERIMENTO Nº 1.148, DE 2006**

**Adiamento da discussão para determinado dia.**

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de lei da Câmara nº 9/2003, a fim de ser feita na sessão de 20 de novembro próximo.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 1.147, de 2006.

Fica prejudicado o Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, de nº 1.148, de 2006 cujo prazo está vencido.

A matéria constará da Ordem do Dia na data aprazada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 9:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504,*



*de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1 – CRA, de redação, que apresenta.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

Discussão do Projeto e da emenda, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2006**

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos regimentais que o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004, que “altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

#### **Justificação**

Na prática, o Projeto de Lei visa resolver uma questão de legalização fundiária localizada somente no Estado do Paraná, onde o Programa de “Vilas Rurais” promove assentamentos em pequenas áreas, de famílias de trabalhadores rurais “bóias-frias”, que já têm outra ocupação principal sazonal e temporária, em fazendas das regiões.

Porém da forma como está posta a matéria no Projeto e no Substitutivo, o Estatuto da Terra ficaria ferido de morte, pois autorizaria genericamente o Poder Público a promover assentamentos de “agricultores que não possuam outro imóvel rural”, em lotes com área inferior ao Módulo Rural de forma indiscriminada, proliferando minifúndios e “microfúndios” social e economicamente inviáveis. Portanto torna-se imprescindível a apresentação de emenda com o objetivo de aperfeiçoar a matéria e estando a mesma no estágio de tramitação atual não seria possível emendá-la.

Salada das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, concedo a palavra pela ordem a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse parecer foi de minha autoria na Comissão. E eu não vi, quando da leitura do requerimento, a justificativa para que esse projeto seja reexaminado, já que ele ficou muito tempo na Comissão. Portanto, houve tempo suficiente para aqueles que quisessem reexaminá-lo. Voltar significa postergar a votação. Talvez o Governo não queira que esse projeto seja votado. Penso que seria mais decente esclarecer a questão. Se não é para votar o projeto, não vamos votá-lo, ou votemos contra, mas vamos acabar com a questão, porque esse projeto está há muito tempo na Comissão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem, depois que o Senador Demóstenes Torres fizer a leitura da justificativa.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres, para a leitura da justificativa.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para leitura de justificativa. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eis a justificativa do Requerimento nº 1.149, de 2006:

Na prática, o Projeto de Lei visa resolver uma questão de legalização fundiária localizada somente no Estado do Paraná, onde o Programa de “Vilas Rurais” promove assentamentos em pequenas áreas, de famílias de trabalhadores rurais “bóias-frias”, que já têm outra ocupação principal sazonal e temporária, em fazendas das regiões.

Porém da forma como está posta a matéria no Projeto e no Substitutivo, o Estatuto da Terra ficaria ferido de morte, pois autorizaria genericamente o Poder Público a promover assentamentos de “agricultores que não possuam outro imóvel rural”, em lotes com área inferior ao Módulo Rural de forma indiscriminada, proliferando minifúndios e “microfúndios” social e economicamente inviáveis. Portanto torna-se imprescindível a apresentação de emenda com o objetivo de aperfeiçoar a matéria e estando

a mesma no estágio de tramitação atual não seria possível emendá-la.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A justificativa que foi lida é completamente absurda. Primeiro, não é só no Paraná que é feito o Programa das Vilas Rurais; segundo, o Senador Romero Jucá está sendo convidado por mim a visitar as vilas rurais do Paraná para ver que se trata de um programa que trouxe qualidade de vida para as pessoas e não tem nada a ver com, por exemplo, o Bolsa Família ou um programa assistencialista. É um programa que dá a oportunidade a quem trabalha de ter um lote de terra para complementar a renda, inclusive esse projeto poderia servir para outros Estados brasileiros, porque aquele que era o bóia-fria no passado passou a ser um trabalhador com casa, com terra para plantar e, evidentemente, que está, hoje, pagando IPTU, porque o lote é considerado urbano, e queremos, ao regularizar essa situação, que o lote seja considerado rural, para que seja pago o ITR, e que o trabalhador tenha acesso inclusive ao crédito da agricultura familiar.

Portanto essa justificativa, perdoe-me o Senador Romero Jucá, não condiz com a realidade. É preciso conhecer a realidade daqueles que vivem nessas vilas rurais, que hoje vivem em melhor condição do que os bóias-frias. Se é para manter os bóias-frias na situação em que estão, ou os trabalhadores sazonais na situação em que estão e eles serem mantidos pelo Bolsa-Família, aí é outra história. Se é para criar a cultura de que não é preciso trabalhar no País, aí o Senador Romero Jucá está certo. Mas se temos de criar a cultura do trabalho no País, precisamos apoiar um projeto como esse.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Osmar Dias que a nossa intenção não é postergar a votação da matéria. Pelo contrário. Estamos defendendo, no mérito, uma solução que possa resolver não apenas esse caso específico, mas outras questões também. E temos um texto de emenda. Gostaria de dizer não apenas para o Senador Osmar

Dias, mas para toda a Casa, que estamos buscando uma solução para resolver a questão.

A idéia é a de que pudéssemos levar o projeto à Comissão de Agricultura, discutir a emenda na próxima semana e, depois, trazer ao plenário para votarmos novamente. A idéia não é atrapalhar o projeto. Concordamos com a regularização. Queremos é melhorar o texto e ampliá-lo para outras situações. É exatamente isso que pretende o Governo ao apresentar uma emenda discutida com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portanto, solicito a compreensão do Senador Osmar Dias, e peço a discussão da emenda na Comissão para que possamos, na próxima semana, votar a matéria em plenário.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta para que não fosse interrompida a seqüência das votações. Enquanto o Senador Romero Jucá e o Senador Osmar Dias discutem a matéria, poderíamos votar outras matérias, retomando essa discussão ainda nesta sessão. Enquanto isso, avançaríamos nas votações de outras matérias que não têm problema.

Aproveito a oportunidade para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a inclusão de um requerimento de minha autoria, que é o primeiro item na publicação da Ordem do Dia, para a votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.108, de 2006**, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para examinar a regularidade dos repasses de recursos, pelo Governo Federal, inclusive autarquias e fundações, para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips), realizados nos exercícios financeiros de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> a inclusão dessa matéria na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Heráclito Fortes está solicitando que votemos o **Requerimento** lido em sessão anterior, **de nº 1.108, de 2006**, que solicita, nos termos do art. 71 da Constituição Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria para examinar a regularidade dos repasses de recursos pelo Governo Federal, inclusive autarquias e fundações, para organizações não-governamentais e organizações de sociedade civil de interesse público, realizados nos exercícios financeiros de 2003 a 2006.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha favoravelmente. É necessário que o Tribunal de Contas possa acompanhar qualquer averiguação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do Governo encaminha favoravelmente.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Líder do Governo nessa sua cruzada em busca da transparência no exercício da coisa pública no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se esse for o desejo do Senador Osmar...

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta ao Líder do Governo. Já que ele disse que não é para adiar, postergar, e sim para analisar, façamos um acordo: que essa matéria seja votada na próxima semana na Comissão de Agricultura. Nesse caso, não pedirei verificação de **quorum**. Do contrário, vou pedi-la.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Acordo fechado, Sr. Presidente. Essa é exatamente a nossa idéia, com a mesma intenção de regularizar a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acordo fechado. Todos nós o testemunhamos. Portanto, poderemos ser cobrados depois também.

Em consequência disso, vamos votar o Requerimento nº 1.149, de 2006, de adiamento da discussão.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Concordo, então, com a votação do requerimento, sem pedir verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Em votação o requerimento.

A Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei modo muito objetivo. Existe uma paralisação no Brasil inteiro dos médicos residentes. São médicos que estão em fase de receber os seus títulos de especialistas por uma formação qualificada nos hospitais, devidamente

reconhecida e credenciada pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

Há um Projeto de Lei do Poder Executivo, após um acordo com o Ministério da Educação, que já chegou à Câmara dos Deputados e precisa de aprovação. Existem matérias obstruindo a pauta da Câmara dos Deputados, trazendo um grave prejuízo aos médicos residentes do Brasil, que são milhares e milhares.

Então, em meu nome, em nome dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Mão Santa – que tem sido, desde o primeiro momento, solidário a este movimento –, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, faço um apelo no sentido de sensibilizar o Presidente Aldo Rebelo, para que ele consiga, dentro do processo legislativo, antecipar, em termos de prioridade, no trâmite de votação da Câmara, tal matéria, para que os médicos residentes tenham um aumento de 30% e possam ser mais valorizados.

Vale lembrar que eles são responsáveis por mais de 80% do atendimento das pessoas deste País que procuram hospitais em que há residência médica.

Então, em nome da causa de jovens especialistas que se estão formando, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Senado, sensível que é a questões dessa natureza. Já fui ao Ministério da Educação, que aguarda também apenas a aprovação de tal matéria.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço meu o apelo do grande Senador, médico e professor Tião Viana e informo a V. Ex<sup>a</sup> que os médicos residentes estiveram aqui ontem em Comissão, demonstrando a grande ressonância que há nesta Casa. O Senador Tião Viana e nós fizemos alguns apelos aos Ministros da Saúde e da Educação.

Senador Renan Calheiros, eles começaram a greve no dia 1º, e estamos em 21 de novembro. Eu conheço a importância dessa associação de médicos residentes, porque realmente ela nasceu quando eu era médico residente, em 1967. Era uma associação de médicos residentes e inspirou os primeiros pós-graduados e médicos em residência. Quando veio a lei, o Governo criou a Comissão Nacional de Residência Médica. Hoje eles são cerca de 17 mil médicos.

Sr. Presidente Renan Calheiros, 17 mil médicos estão paralisados e, sem dúvida alguma, eles são essenciais para que funcionem os grandes hospitais universitários, filantrópicos, santas casas de misericórdia, hospitais-escola.

Essa greve prejudica, sobretudo, os pobres, porque os ricos têm assistência. Contam com o dinheiro para pagar as clínicas particulares e os planos de saúde. Então, a greve prejudica principalmente a classe mais pobre.

Esses são os médicos que têm o sonho de avançar numa especialização, no aprimoramento. A ciência médica tem engrandecido este País.

Pedimos a interferência de V. Ex<sup>a</sup>, e digo que ontem eles vieram em comissão. Realmente, eu iria importuná-lo, porque sei da sua sensibilidade, mas vieram os representantes, para V. Ex<sup>a</sup> constatar a importância do assunto.

Ontem, V. Ex<sup>a</sup>, com a sabedoria que lhe é peculiar, pois estávamos todos nós transtornados pela perda irreparável do Senador Ramez Tebet, dedicou todos os trabalhos à memória daquele grande e extraordinário Senador.

Então, vieram aqui – e eu ia levar ao gabinete de V. Ex<sup>a</sup> esse apelo – o Presidente da Comissão Estadual do Rio Grande do Sul, o do Distrito Federal, o do Piauí, Dr. Samuel Moreira Rego, o do Ceará, a Comissão do Rio Grande do Norte, o do Hospital Universitário de Brasília, o do Amazonas – tem dois representantes, tem a Comissão Estadual do Amazonas – o da Bahia e o do Mato Grosso. Evidentemente, não veio o de Alagoas que V. Ex<sup>a</sup> representa, mas V. Ex<sup>a</sup> é maior do que Alagoas, é todo o Brasil.

Era esse apelo que queríamos fazer, para que V. Ex<sup>a</sup> influencie e agilize a Câmara, para que aprove um projeto de lei que minimiza as dificuldades salariais do médico residente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei, com muita satisfação, conseqüência aos apelos de V. Ex<sup>as</sup>. Ontem, também, rapidamente, tive oportunidade de conversar com a comissão de médicos residentes, e gostaria de dizer aos Senadores Tião Viana, Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, Papaléo Paes, que são médicos, que conhecem sobejamente o assunto, que vou levar a necessidade da urgência urgentíssima para apreciação dessa matéria à Câmara dos Deputados. Vou conversar cordialmente, claro, sem

poder interferir no andamento da outra Casa, mas vou pedir, em função da relevância da matéria, que V. Ex<sup>as</sup> expressam muito bem neste momento.

Asseguro que, tão logo essa matéria chegue aqui – e o Senador Tião Viana sabe do meu compromisso no Senado Federal –, nós a agilizaremos ao máximo, para que tenhamos uma rápida solução para esse assunto que penaliza muitas pessoas no Brasil.

Retornando ao Item 7 da pauta, há uma emenda.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres.

É lida a seguinte:

**EMENDA Nº 1 – PLEN**  
(à PEC nº 57 de 2005)

Acrescente-se à PEC nº 57 de 2005, artigo 2º, com a redação seguinte, renumerando-se os demais.

“Art. 1º .....

.....

Art. 2º Os vetos encaminhados ao Congresso Nacional em data anterior à da promulgação desta emenda serão apreciados em sessão conjunta, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.” (NR)

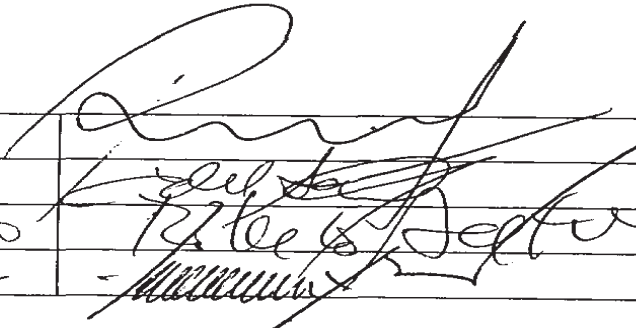
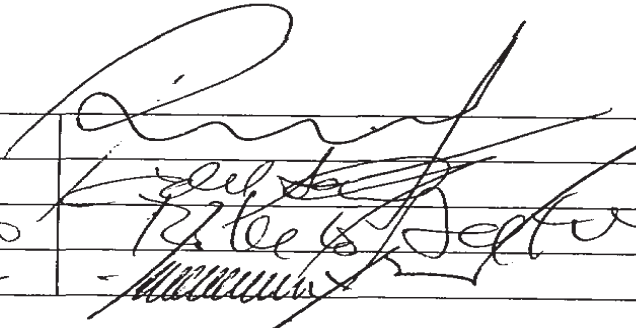
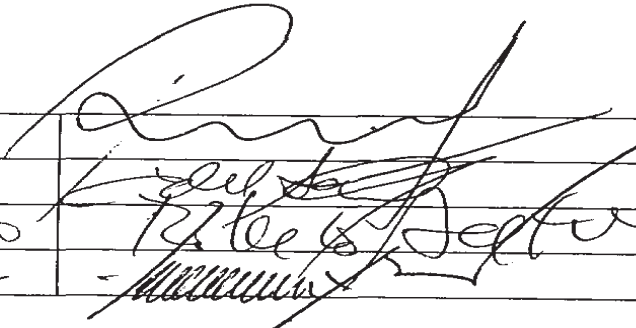
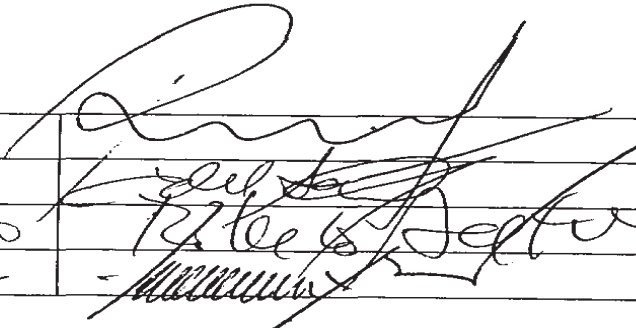
**Justificação**

A emenda à PEC de autoria do eminente Senador Marco Maciel busca trazer segurança e previsibilidade à transição de regras do processo parlamentar por ele sugerida.

Segundo a proposição supra, os vetos ainda não apreciados pelo Congresso Nacional, até a data da promulgação da PEC 57 de 2005, seguirão a regra constitucional anterior.

A exemplo de norma semelhante introduzida na Emenda Constitucional nº 32 de 2001, a proposta ora apresentada é necessária para que se evitem possíveis interpretações inconstitucionais do vácuo legislativo.

Sala das Sessões,

1	Senador Romero Jucá	
2	Senadora Ideli Salvatti	
3	ROBERTO SATURNINO	
4	FERNANDO SELLERA	



EMENDA Nº - PLEN  
(à PEC nº 57 de 2005)

Acrescente-se à PEC nº 57 de 2005, artigo 2º, com a redação seguinte, renumerando-se os demais.

5	PAULO PAIM	<del>Paulo Paim</del>
6	<del>Luiz Inácio Lula da Silva</del>	<del>Luiz Inácio Lula da Silva</del>
7	AC VALADARES	Ac Valadares
8	SEBASTIÃO MACHADO	Sebastião Machado
9	Fátima Cleide	Fátima Cleide
10	Guaraciara	Guaraciara
11	WOLNOROS SALGADO	Wolnoros Salgado
12	Luiz Otávio	Luiz Otávio
13	SIBA MACHADO	Siba Machado
14	WALDIR DAUPP	Waldir Daupp
15	M. CARMONA	M. Carmona
16	ANA JÚLIA CARREPA	Ana Júlia Carrepa
17	FLÁVIO VANS	Flávio Vans
18	GERALDO MESQUITA JR	Geraldo Mesquita Jr (P/TRANSMITE)
19	Declarado o litoral	Declarado o litoral
20	AUGUSTA BOLLAS	<del>Augusta Bollas</del>
21	Vinícius Viana	Vinícius Viana
22	LEOMAR QUINTANILHA	Leomar Quintanilha
23	EDUARDO AZEREDO	Eduardo Azeredo
24	MARCOS MALTA	<del>Marcos Malta</del>
25	NEY SUASSUNA	Ney Suassuna
26	GILBERTO MESPALHOSA	Gilberto Mespalhosa
27	ALYNE MENEZES	Alyne Menezes
28	<del>Patricia Saboya</del>	Patricia Saboya
29	Patricia Saboya	Patricia Saboya
30		
31		

*O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Já foi encerrada a discussão da matéria, que volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se manifestar sobre a emenda que acaba de ser lida.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 1.197, DE 2006**

*(Escolha de Autoridade)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos*

*do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.197, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, sobre o Ofício nº S/15, de 2006 (nº 191/2006, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação desta Casa a indicação do Senhor Advogado *Sérgio Alberto Frazão do Couto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 130 – A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB encaminha o voto “sim” e pede a todos os Srs. Senadores que estejam em seus gabinetes ou no salão do cafezinho que venham votar, por gentileza, porque a matéria exige votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Solicito às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário, para votar o Parecer nº 1.197. A votação é nominal e tem efeitos administrativos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) –

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia feito

um apelo ao Presidente para que votássemos os quatro acordos internacionais que estão sobre a mesa. Eu pediria que, logo após este item, votássemos essas quatro matérias, de acordo com a solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Se tivermos **quorum**, Senador Romero Jucá, votaremos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria também que um requerimento de minha autoria, referente ao Item 11, também fosse colocado em votação logo após os quatro acordos a que se referiu o Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex<sup>a</sup> pede inversão de pauta e será atendido, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pedimos ainda a todos os Senadores do PMDB que venham ao plenário para a votação nominal, com efeitos administrativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes esta Presidência solicita a presença, para votar a indicação do Sr. Advogado *Sérgio Alberto Frazão do Couto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A matéria requer **quorum** qualificado.

A votação é nominal e tem efeitos administrativos.

Convido as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para virem ao plenário, onde há apenas 36 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

A Presidência novamente esclarece que, nos termos do disposto do art. 130 – A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Chamamos a atenção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores para que venham ao plenário a fim de votar a matéria, que precisa do **quorum** qualificado de 41 votos “sim”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Não seria maioria simples?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Não. Em se tratando da indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público, tem de haver maioria absoluta da Casa, ou seja, 41 votos.

Governadora Ana Júlia, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que o Dr. *Sérgio Frazão do Couto* é paraense e foi aprovado para fazer parte do

Conselho Nacional do Ministério Público. Nós referendamos o nome de S. S<sup>a</sup>, que foi inclusive Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, além de professor e jurista renomado, não só no Pará mas em âmbito nacional. S. S<sup>a</sup> é membro do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Então, faço este registro para referendar o nome de S. S<sup>a</sup>, solicitando também aos Senadores que venham a plenário votar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Senadora.

Senador Valter Pereira, V. Ex<sup>a</sup> pode votar pela primeira vez.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por via das dúvidas, é sempre bom fazer o registro, até porque todos aqui sabem que sempre existe um número de votos “não” – isso é tradição em todas as votações de indicação de autoridade. Portanto, aqueles que de fato estão preocupados com a indicação do Dr. Sérgio Frazão chamem mais Senadores ao plenário para garantir os 41 votos favoráveis. É um alerta, embora brevíssimo, simplório, mas de quem sabe como realmente acontecem as votações na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Muito bem, Senadora.

Quero informar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, se alguém quiser mudar o voto, ainda é possível.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um apelo aos Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências para que venham até o plenário votar o nome do Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto é advogado; foi Presidente da OAB-PA Trata-se de uma pessoa competente, que – tenho absoluta certeza – irá prestar excelentes serviços à Nação brasileira como integrante do Conselho Nacional do Ministério Público.

É importante, Presidente Efraim Morais, que façamos a votação e possamos referendar o nome do Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto, pelo seu currículo,

por tudo aquilo que já fez pela advocacia brasileira, e muito fará naquele Conselho Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro.

Comunico às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que tanto a Liderança do Governo como a da Oposição encaminharam voto “sim”, bem como as de todos os partidos representados nesta Casa.

Senador Tasso Jereissati, a Liderança do Partido de V. Ex<sup>a</sup> encaminhou voto “sim”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Pois não, Senador.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não é uma votação secreta?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – É verdade, mas os Líderes do Governo e da Oposição externaram os seus votos, Senador Ney Suassuna.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência vai encerrar a votação. (Pausa.)

Tem a palavra para encaminhar a votação o nobre Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, parabenizando V. Ex<sup>a</sup> pela vitória de hoje neste plenário do Senado Federal, que aprovou, à unanimidade, projeto de sua autoria, o qual agora segue à Câmara Federal, onde, com certeza, V. Ex<sup>a</sup> tem base parlamentar para acompanhar a votação que aqui obteve, queria registrar que fui o Relator designado pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães para relatar esta matéria que indica o Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público do Brasil.

O Dr. Sérgio Frazão do Couto, além de ter dirigido... – como disseram o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora e Governadora eleita do Pará, Ana Júlia Carepa – e presidido a OAB do meu Estado, o Pará, foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aqui em Brasília. Teve e tem um papel relevante. Foi aprovado por unanimidade para a Ordem dos Advogados do Brasil com os votos de todas as seções estaduais da OAB do Brasil. Na Comissão de Assuntos Econômicos, também teve condição de ser aprovado por unanimidade, com apenas um voto de abstenção.

O Dr. Sérgio Frazão do Couto, com certeza, dignificará e honrará não só o Estado do Pará, mas o Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de seu Presidente, Dr. Roberto Busato que, inclusive, esteve presente na votação e na arguição de seu nome por

ocasião da reunião no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, além de o meu Partido ter encaminhado a votação, que é secreta, por meio de seu Líder, Senador Ney Suassuna, bem como o fizeram todos os Partidos desta Casa, pedimos que V. Ex<sup>a</sup> dê condições para que tenhamos o maior número possível de votan-

tes, haja vista o **quorum** qualificado de 41 votos para a aprovação do nome desse advogado, desse jurista, para este importante cargo da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

## VOTAÇÃO SECRETA

### Senado Federal

#### PARECER N° 1.197, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 21/11/2006 18:31:06  
Data Sessão: 21/11/2006 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 21/11/2006 18:48:02

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos NÃO :	07	Total :	52
Votos ABST. :	00		



Primeiro-Secretário

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 45

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 21/11/2006 18:48:04



**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 07.

Não houve abstenções.

Total: 52 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Sérgio Alberto Fração do Couto.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Vamos retornar à Ordem do Dia, ao Item 10.

Antes, porém, prorrogo a sessão para que a Ordem do Dia seja concluída.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item 10:**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

Em discussão o Projeto e a emenda, em turno único.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2006**

Nos termos regimentais, requeiro o reexame da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005, que “dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos”.

#### **Justificação**

Trata-se de assunto completo, com divergência de opiniões e que merece ser melhor discutido naquela Comissão.

Sala das Sessões, – Senador **Juvêncio da Fonseca**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.151, DE 2006**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 279, II, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da

Câmara nº 65, de 2005, para reexame da Comissão de Assuntos Sociais.

#### **Justificação**

Quando do exame da matéria pela Comissão, não foram ouvidas diversas entidades interessadas no assunto. O reexame faz-se, portanto, necessário para ensejar a realização de audiências públicas com o objetivo de permitir a participação dessas entidades no debate do projeto.

Sala das sessões, – Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Em votação os requerimentos de reexame da matéria pela Comissão de Assuntos Sociais.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para reexame.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item 11:**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua apreciação adiada.

A Presidência comunica ao Plenário que, por solicitação do Conselho de Comunicação Social, a presente matéria foi encaminhada àquele Órgão, que emitiu os Pareceres nºs 1 e 2, de 2003, que concluem pela rejeição do Projeto.

Passa-se à discussão do Projeto e das emendas, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Cavalcanti.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.152, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de minha autoria, incluído na Ordem do Dia de hoje, 10 de outubro de 2006.

Sala das Sessões, Senador **Ney Suassuna**.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Em votação o requerimento de retirada em definitivo da matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Arquivo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir do Item 11, são matérias oriundas das CPMIs que ainda não foram discutidas em comissões.

Eu havia pleiteado ao Senador Presidente Renan Calheiros que votássemos as quatro matérias relativas a acordos internacionais e parássemos a pauta por aqui para que pudéssemos discutir efetivamente e ter um posicionamento sobre essas matérias que vieram direto para o plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Se há entendimento entre os Líderes e é o desejo do Senado, esta Presidência vai atender a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– São os seguintes os itens sobrestados.

12

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Fi-*

*nanceiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

13

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

14

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

15

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

16

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a*

*Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

17

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

18

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

19

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

20

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2005

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e

21

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Passamos à votação dos projetos de decreto legislativo que são objeto de acordo.

**Item extrapauta:**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (nº 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.*

Parecer favorável, sob nº 1.202, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Heráclito Fortes.

Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 413, DE 2006**

(Nº 1.062/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Parágrafo único. Ficas sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O Texto da Convenção encontra-se publicado no **DSF** de 20-9-2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item extrapauta:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 414, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (nº 1.393/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à De-*

*fesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.203, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**(\*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 414, DE 2006**

(Nº 1.393/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.

§ 1º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

§ 2º Também ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos da alínea a do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, quaisquer atos, ações, programas ou projetos que envolva atividade nuclear, para fins pacíficos, empreendidos com fundamento no Acordo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 20-9-2006.



**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item extrapauta:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 415, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2006 (nº 1.423/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.204, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>a</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 415, DE 2006**

(Nº 1.423/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 20-9-2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– **Item extrapauta:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 416, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006 (nº 1.426/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.205, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 416, DE 2006**

(Nº 1.426/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto de Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 20-9-2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 1.143, de 2006**, do Senador Maguito Vilela, lido no expediente, solicitando licença para desempenhar missão no exterior, no período de 28 a 30 de novembro de 2006.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.210, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 217, de 2006 (nº 763/2006) do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).**

Relator: Senador **Valdir Raupp**

#### **I – Relatório**

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos da operação de crédito destinam-se a apoiar o Programa de Redução dos Custos Logísticos – PREMEF (**Road Transport Project**).

De acordo com a Exposição de Motivos nº 97, de 31 de agosto de 2006, do Ministro de Estado da Fazenda, que acompanha a Mensagem, esse Programa deverá ser apoiado pelo BIRD sob duas modalidades operacionais.

A primeira, com recursos no montante de US\$471.250.000,00, consiste no apoio financeiro do

Banco a programas já em execução com recursos do próprio mutuário. Nessa categoria de financiamento, os recursos desembolsados pelo BIRD são de livre aplicação, podendo, assim, ser utilizados da forma julgada mais apropriada pelo Governo Federal. Portanto, podem ser destinados ao financiamento de novas ações, ou para a cobertura de despesas financeiras, a critério do tomador dos recursos.

Nessa componente específica, são previstas liberações de recursos para o reembolso de despesas incorridas pelo Ministério dos Transportes com a execução do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Federais. Seu objetivo maior é melhorar as condições dos principais corredores rodoviários e fortalecer o gerenciamento da malha rodoviária.

Com efeito, de acordo com dados disponibilizados em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, esse Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Federais prevê dispêndios no montante de US\$2 bilhões entre 2005 e 2012, sendo que para a sua primeira fase, que se estende até 2009, estão previstos gastos com a reabilitação de 15.0000 km de rodovias, estimados em US\$1,2 bilhão. São ações implementadas nesse programa que serão reembolsadas pelo presente empréstimo do BIRD.

Cabe ressaltar que essa modalidade de financiamento do BIRD, por envolver reembolsos de recursos já despendidos pelo Mutuário, em conformidade com suas prioridades e com suas disponibilidades fiscais, não exige contrapartidas nacionais.

A segunda componente do empréstimo em referência visa a apoiar ações destinadas à maior capacitação da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério dos Transportes (MT), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (MT) e da Agência Nacional de Transportes de Transporte Terrestres (ANTT). Essa assistência técnica contará com recursos da ordem de US\$30.000.000,00, que devem ser destinados, inclusive, à contratação de consultores, compra de equipamentos, **softwares** e treinamento. A essa parcela de recursos, aplicam-se os mecanismos tradicionais de financiamento do BIRD.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN): TA388935. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2006/156, de 11 de agosto de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o BIRD, que se processará na modalidade **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa), incorpora juros vinculados à LIBOR de seis meses, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração de seu capital ordinário. Caracteriza ainda esse empréstimo a possibilidade de serem aplicadas todas as conversões possíveis, relativamente à taxa de juros, à moeda e ao estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 6,54% ao ano.

## II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União, dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, são de se destacar os seguintes aspectos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução, são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer STN/Co-ref/Gerfi nº 507, de 16 de agosto de 2006.

**b)** o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN/COF/nº 1.729, de 30 de agosto de 2006, encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional

e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, em montante considerado suficiente para atender as ações previstas durante sua vigência.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa na Lei Orçamentária Anual para 2006, prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), serem elas suficientes para dar suporte ao Programa no exercício corrente.

Por seu turno, caberá aos órgãos envolvidos, como de praxe, providenciar, nas épocas oportunas, a suplementação orçamentária, quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços, e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 6,54% a.a., levando aquela Secretaria a concluir que a referida estimativa constitui indicativo favorável se comparado com o custo de captação do Tesouro, em dólar, no mercado internacional.

Ademais, a natureza do empréstimo, que não se vincula ao financiamento de novos projetos, mas ao reembolso daqueles já em execução, evitará a existência de saldos sem perspectiva concreta de utilização, passíveis de ocorrência nas modalidades tradicionais de financiamento do Bird e que, como é sabido, eleva o custo financeiro da carteira de projetos dos governos.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar que, de acordo com informações acerca de seus custos e benefícios, a implementação dos projetos de restauração e manutenção de rodovias, objeto de reembolso por parte do Bird, permitirá para cada dólar gasto, uma economia de US\$9,60 para o usuário. Mais ainda, como ressaltado no referido parecer da STN, a execução do projeto beneficiará o Governo Federal tanto pela redução dos custos recorrentes das obras de manutenção das rodovias, no período de sua implementação, quanto por evitar futuras obras de reconstrução, a custos maiores. O impacto fiscal do projeto não é significativo no período 2005-2010, e torna-se muito positivo nos anos posteriores, quando obras pesadas de reconstrução, caso o projeto não fosse implementado, tornar-se-iam imprescindíveis. Sem o projeto, seriam necessários US\$6,5 bilhões no período de 2011 a 2024 para obras de reconstrução pesada, enquanto com sua implementação serão necessários somente US\$1,5 bilhão, para utilização em manutenção periódica.

### III – Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 217, de 2006, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55, DE 2006

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao Programa de Redução dos Custos Logísticos – PREMEF (**Road Transport Project**).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *Devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *Credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *Valor total*: até US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *Modalidade de Empréstimo*: **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa), com todas as possibilidades de conversões possíveis;

V – *Prazo de Desembolso*: até 30 de junho de 2010;

VI – *Amortização*: vinte e quatro parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis 15 de junho 15 de dezembro entre 15 de junho de 2.011 e 15 de dezembro de 2.022, sendo as vinte e três primeiras parcelas no valor de US\$20.902.125,00 (4,17%) e a vigésima quarta no valor de US\$20.501.125,00 (4,09%);

VII – *Juros*: exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de junho e 15 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante (LIBOR de seis meses, acrescido de **spread**);

VIII – *Comissão de Compromisso*: 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. em diante;

IX – *Comissão à Vista*: até 1,0% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, sujeita a diminuição, de tempos em tempos, a ser determinada pelo BIRD.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2006.



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 217, DE 2006  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

\* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 11/10/2006

## PARECER Nº 1.211, DE 2006

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 228, de 2006, da Presidência da República (nº 855/2006, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2006.**

Relator: Senadora **Ideli Salvatti**

### I – Relatório

Com a Mensagem nº 228, de 2006 (nº 855, de 2006, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Os incisos I e II do **caput** do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, estabelecem que a Programação Monetária deverá conter: estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, de forma que sua evolução seja compatível com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre; e justificativa da programação monetária.

O documento intitulado “Programação Monetária”, de setembro de 2006, do Banco Central do Brasil, inicia discorrendo sobre a evolução recente da economia brasileira, com destaque para os seguintes pontos: (i) o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,2% no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, de acordo com o IBGE; (ii) a inflação registrou queda expressiva no trimestre encenado em agosto, em relação ao período de março a maio, principalmente se considerados os índices de preços ao consumidor; (iii) a taxa de desemprego aberto, estimada pelo IBGE, atingiu 10,7% em julho, ante 10,4% no mês anterior e 9,4% em julho de 2005, representando uma reversão da tendência de queda observada desde 2003; (iv) o superávit primário acumulado nos primeiros sete meses do ano atingiu R\$62,8 bilhões ou o equivalente a 5,39% do PIB; (v) os juros nominais somaram, até julho, R\$95,1 bilhões ou o equivalente a 8,16% do PIB; e (vi) a Dívida Líquida do Setor Público atingiu, em julho, R\$1,0 trilhão ou o equivalente a 50,3% do PIB.

As seções seguintes descrevem e justificam o desempenho da política monetária no segundo trimestre de 2006, apresentam a política monetária no bimestre julho–agosto de 2006, e indicam as perspectivas para o quarto trimestre de 2006.

A última seção da “Programação Monetária” apresenta as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006. O Banco Central estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, e dos agregados mo-

netários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

A variação em doze meses projetada para 2006 situa-se entre 14,5%, para o M1, e 15,1%, para o M4. Esses números foram projetados com base no cenário mais provável para o comportamento do PIB, da inflação e das taxas de juros e de câmbio, entre outros indicadores, e são consistentes com a meta estabelecida para a inflação.

### II – Análise

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da Programação Monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou e esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da Programação Monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

Em seu primeiro momento, o Plano Real tinha como pilares a âncora cambial e o controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tomava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a livre flutuação da moeda nacional. Dessa forma, houve uma reformulação da política monetária. Agora, tem-se câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Com as metas de inflação, a ferramenta básica da política monetária deixou de ser o controle da expansão da moeda e passou a ser a taxa de juros. Estudos mostram que a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação é tênue no curto e no médio prazos. Por essa razão, os bancos centrais, em sua maioria, vêm abandonando o controle de agregados monetários como instrumento de política monetária em favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a Programação Monetária, é, basicamente, cumprir um rito legal descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso é a constante presença do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta Sala, onde fazem longas exposições e são exaus-

tivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006 é consistente com o regime de metas para a inflação e, portanto, com o objetivo de se assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

### III – Voto

Frente ao exposto, concluiu pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006

### Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, nos termos da Mensagem nº 855, de 2006, da Presidência da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2006.

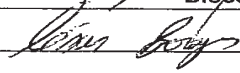
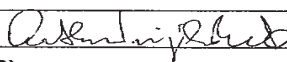
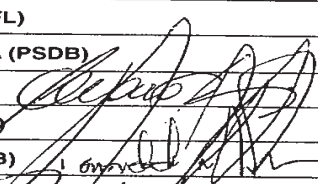
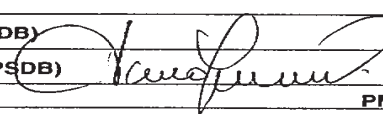
#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 228, DE 2006 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

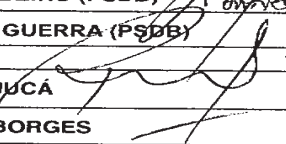
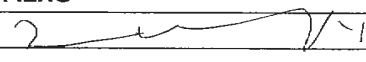
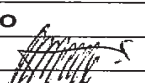
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

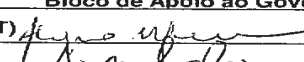
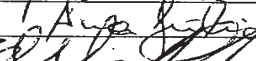

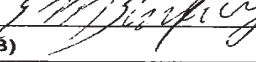
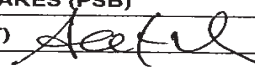
#### Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB) 
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

#### PMDB

RAMEZ TEBET	1-ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT) 
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

#### PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.210 e 1.211, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 55, de 2006** (MSF 217/2006), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006** (MSF 228/2006), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006.

As matérias ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 436, DE 2006**

**Convoca plebiscito sobre a mudança  
de fuso horário nos estados do Acre e do  
Amazonas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito, a ser realizado nos Estados do Acre e do Amazonas, entre as populações diretamente interessadas, sobre a alteração do fuso horário, caracterizado pela hora de **Greenwich** “menos cinco horas”, para a hora de **Greenwich** “menos quatro horas”.

Parágrafo único. As populações diretamente interessadas são as de todos os Municípios do Estado do Acre e dos seguintes Municípios do Amazonas: Atalaia do Norte, Boca do Maoco, Benjamin Constant, Eirunepé, Envira e Ipixuna.

Art. 2º O resultado do plebiscito considerará a soma de todos os votos dos municípios envolvidos na votação, dentro do Estado, e será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Há anos se discutem, no Congresso Nacional, proposições legislativas que visam à mudança na Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que divide a hora legal no Brasil em quatro fusos horários. As propostas variam desde a alteração de fuso horário em um único Estado até a unificação do fuso horário no Brasil continental. Nenhuma dessas matérias prosperou.

Trago de volta a questão para ser discutida nesta Casa, porque o Estado do Acre e a parte ocidental do Amazonas são as únicas regiões do Brasil que se submetem ao fuso horário caracterizado pela hora de **Greenwich** menos cinco horas. Ao longo do tempo, tal fuso horário tem-se mostrado extremamente prejudicial aos interesses da população daqueles Estados, em razão dos efeitos da contínua evolução tecnológica desde a edição da Lei nº 2.784, de 1913.

De fato, a redução permanente de uma hora no fuso horário permitirá, nessa parte mais ocidental do Brasil, uma maior integração com o sistema financeiro do resto do País, facilitará as comunicações e o transporte aéreo, e resultará numa participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos. Atualmente, durante o horário de verão, a diferença de fuso horário entre o Acre e Brasília chega a três horas, dificultando essa integração do Estado com o restante do País. O mesmo vale para os citados Municípios do Amazonas.

Ademais, estudos mostram que o adiantar permanente de uma hora nessa Região mais ocidental do Brasil permitirá uma melhor adaptação da ordem temporal interna da população, favorecendo o ciclo laboral das pessoas, e propiciando mais conforto às pessoas.

Do ponto de vista energético, há indícios de que essa alteração acarretará, também, economia de energia no sistema isolado do Acre, diminuindo despesas com a Conta de Consumo de Combustíveis, financiada por todos os consumidores do País.

A proposta de Decreto Legislativo diferencia-se das proposições anteriormente apresentadas por prever a oitiva das populações interessadas, antes de aprovar alteração legislativa nesse sentido. O plebiscito que se propõe convocar pretende revestir a decisão da chancela da população sobre um assunto reconhecidamente controverso, mas que, nesse caso, tenho confiança de que terá o apoio da população acreana e amazonense.

Por todas essas razões é que solicito aos meus pares a aprovação da proposta de Decreto Legislativo que ora apresento.



Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2006.

*[Handwritten signatures and notes]*

Senador TIÃO VIANA  
PT/AC

1. *[Handwritten signature]*  
2. *[Handwritten signature]*  
3. *[Handwritten signature]*  
4. *[Handwritten signature]*  
5. *[Handwritten signature]*  
6. *[Handwritten signature]*  
7. *[Handwritten signature]*

*[Large handwritten signature]*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

**Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.**

Art. 8º Aprovado o ato convocatória, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I – fixar a data da consulta popular;
- II – tomar pública a cédula respectiva;
- III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

DECRETO Nº 2.784, DE 18 DE JUNHO DE 1913

**Determina a hora legal.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Para as relações contratuais internacionais e comerciais, o meridiano de Greenwich será considerado fundamental em todo o território da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º O território da República fica dividido, no que diz respeito à hora legal, em quatro fusos distintos:

- a) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de **Greenwich** “menos duas horas”, compreende o arquipélago Fernando de Noronha e a ilha da Trindade;
- b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de **Greenwich** “menos três horas”, compreende todo o litoral do Brasil e os Estados interiores (menos Mato Grosso e Amazonas), bem como parte do Estado do Pará delimitada por uma linha que, partindo do mon-

te Grevaux, na fronteira com a Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javary, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leite do Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora média de **Greenwich** “menos quatro horas”, compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, o Estado de Mato Grosso e a parte do Amazonas que fica a E de uma linha (círculo Máximo) que, partindo de Tabatinga, vá a Porto Acre;

d) o quarto fuso, caracterizado pela hora de **Greenwich** “menos cinco horas”, compreenderá o território do Acre e os cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a W da linha precedentemente descrita.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1913, 92º da Independência e 25º da Republica. – **Hermes R. da Fonseca – Pedro de Toledo.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.153, DE 2006 – SF**

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 108/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senadora **Ana Júlia Carepa.**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.154, DE 2006**

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 487/2003, de minha autoria, do Projeto de Lei do Senado nº 108 de 2005, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Paulo Paim.**

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, a Presidência defere o requerimento de retirada e o **Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2005**, vai ao Arquivo.

**O Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003**, que tramitava em conjunto com o Projeto retirado, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Fica prejudicado o requerimento lido que solicitava o desapensamento das matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2006**

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da Emenda de Plenário nº 2 de minha autoria, ao Projeto de Lei do Senado nº 278/2006.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Leomar Quintanilha.**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.156, DE 2006**

##### **Retirada de emenda.**

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 1, de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 278/2006.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senador **Gilberto Mestrinho.**

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, a Presidência defere os requerimentos lidos.

Uma vez retiradas as emendas, o **Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2006**

##### **Retirada de Projeto.**

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 362/03, de minha autoria.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2006.  
– Senadora **Ideli Salvatti.**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, defere o requerimento lido.

O **Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2003**, Complementar, vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Almeida Lima, Juvêncio da Fonseca, Antonio Carlos Valadares e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art.203, combinado com o inciso I e o §2º do art.210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, o Ibama, estaria em estado falencial, sem dinheiro até para despesas triviais, como as de limpeza e conservação e de iluminação em sua sede na Esplanada dos Ministérios.

Mais do que isso – e baseio-me em denúncia do jornal **Correio Braziliense**, que anexo a este pronunciamento – mais do que isso, repito, estariam na mesma e caótica situação falimentar as onze Superintendências da Região Norte, que cuidam sobretudo da Floresta Amazônica. Ali, as dívidas chegam R\$ 3,5 milhões.

As deficiências vão além e comprometem praticamente todas as ações do Ibama, incluindo unidades de estudo e pesquisas, como o Centro de Pesquisa e Extensão do Norte do Brasil. As dívidas acumulam-se.

Diz o jornal que faltam recursos para tudo no Ibama, que, por isso, é comparado, em reportagem assinada pelo repórter Leonel Rocha, a “um motor sem combustível”. No Governo Lula, o número de funcionários mais do que dobrou, com um acréscimo de 110%, sem que haja dinheiro para arcar com as despesas.

Em linguagem bem ao estilo que vai se tornando rotina no atual, esse seria o apagão do Ibama, tão ou mais preocupante do que o dos aeroportos. Põe em risco a preservação das florestas e outros recursos naturais e compromete o futuro do Brasil.

Por isso, estou encaminhando à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, requerimento de informações para que o assunto seja esclarecido como deve.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deveria ser ocioso reafirmar verdades reconhecidas. No Brasil da administração petista, no entanto, essa insistência é necessária. No caso da denúncia do entrevero continuado entre o Governo e as agências reguladoras, trata-se mesmo de um dever cívico.

É preciso, lamentavelmente, insistir na constatação de que a mais importante das mudanças institucionais pelas quais o País passou, desde a redemocratização, foi, com toda a certeza, a retirada do Estado da atuação direta em setores como telecomunicações e energia, cedidos à iniciativa privada. A privatização era mesmo uma urgência, diante da incompatibilidade entre o grande endividamento do Estado, a partir dos anos 70, e a necessidade de investimentos vultosos nesses setores, vitais para a sustentação do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população. Isso para não mencionarmos a possibilidade – na verdade uma triste e reiterada constatação – do uso político das grandes empresas estatais.

A operação desses setores foi cedida, como eu disse, ao investidor privado, mas não entregue, como dizem, malevolamente, alguns. De fato, o novo modelo adotado não constitui a entrega absoluta de setores industriais estratégicos à sanha dos mercados. Em um país como o Brasil, com seus desequilíbrios e contrastes, seria até irresponsabilidade. Não foi isso o que foi feito: a privatização, talvez um tanto afobada, ocorreu em concomitância com a criação de organismos de Estado destinados a disciplinar o mercado desses bens e serviços estratégicos, e a compatibilizar os interesses conflitantes de investidores e consumidores. Esses organismos são as agências reguladoras.

Na verdade, o arranjo institucional da regulação por agências já é utilizado há muitas décadas nos países de democracia mais consolidada e de economia capitalista mais avançada. Não se trata de uma invenção da administração passada, de artimanha para favorecer o capital estrangeiro *predador*, que investe aqui. Constitui, isso sim, no melhor arranjo conhecido na experiência internacional para assegurar a continuidade de investimentos privados em setores intensivos em capital e de retorno lento, ao mesmo tempo em que se protegem os interesses dos consumidores finais, que pagam por esses serviços.

Para que esses investimentos pesados sejam atrativos, a certeza de retorno deve ser muito razoável; para que o seja, a segurança institucional é imprescindível. Regras claras e estáveis, por exemplo, para o reajuste periódico das tarifas desses serviços, precisam estar estabelecidas quando da assinatura dos contratos de concessão.

Do mesmo modo, as regras para o funcionamento das agências e para a nomeação de seus dirigentes devem ser transparentes e obedecidas rigorosamente pela administração. Qualquer turbulência nesses pontos

desestimula os investidores e condena a infra-estrutura à estagnação. Se as necessidades de consumo são crescentes, isso é o mesmo que encomendar o colapso dos sistemas.

Infelizmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é precisamente o que o Governo, sob a responsabilidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vem fazendo desde sua posse. Este plenário e esta tribuna são testemunhas da brava dedicação do Senador José Jorge à denúncia dos desmandos dos ocupantes atuais do Poder Executivo quanto à preservação da confiabilidade do arranjo regulatório. Ora é o contingenciamento de verbas próprias das agências, ora é a tentativa de nomeações políticas para suas direções, afrontando a sua característica de órgãos estritamente técnicos, ora é o atraso da regulamentação de sua política de recursos humanos, ora o simples descaso de deixar uma agência sem Presidente, por falta de indicação.

Falta de indicação, ressalte-se, pela prevalência de jogo político, de negociação espúria com os partidos da base de apoio do Governo por essa fatia do butim do Estado. É a contradição perfeita com o próprio sentido das agências, de órgãos de Estado, e não de Governo. Instituições, insisto, necessariamente independentes dos humores dos governantes de ocasião.

É, aliás, para preservar essa independência que esses cargos devem, legalmente, ser preenchidos por profissionais de perfil técnico reconhecido, indicados pelo Governo e aprovados na Comissão de Infra-Estrutura desta Casa legislativa. Cabe lembrar que uma das maiores demonstrações de descaso do Poder Executivo se deu quando nossa Comissão rejeitou a indicação de José Fantini para a direção da Agência Nacional de Petróleo. Em vez de rapidamente indicar outro nome, o Governo resolveu partir para derrubar, no plenário desta Casa, a rejeição pela Comissão, desta feita cometendo o deslize político, inclusive, de interferir em assuntos internos do Senado Federal.

Nada era mais previsível, em um Governo do Partido dos Trabalhadores, que esse pendor autoritário. Com efeito, uma das primeiras declarações do Presidente da República, em 2003, pouco tempo depois de assumir o cargo, foi no sentido de se queixar do reajuste concedido às empresas fornecedoras de energia elétrica. Embora se tratasse de item acertado nos contratos de concessão, acertados entre as empresas e a Aneel, o Presidente acusou o modelo de regulação por agência de constituir “terceirização” do País.

Daí por diante, não constitui surpresa o fato de que, o tempo todo, o Governo tenha estado em conflito com as agências, sempre na tentativa de “enquadrá-

las”, isto é, de subordiná-las aos interesses da administração atual, ignorando a importância radical de sua autonomia, de seu caráter fundamental de instrumentos de Estado, e não de Governo.

Sr. Presidente, a Nação se encontra agora diante da alternativa entre, de um lado, manter no Governo uma administração que primou com o descaso em relação aos setores de infra-estrutura, que buscou, durante quase quatro anos, retomar o controle político de tudo o que, por felicidade, se encontra hoje submetido ao controle social do público, por intermédio de órgãos autônomos e transparentes, e, do outro lado, decidir mudar para uma administração expressamente comprometida com o fortalecimento das agências reguladoras, até porque foram criadas na administração anterior, conduzida pelas mesmas forças políticas que agora o apóiam, principalmente por seu partido, o PSDB.

Tão claro é o contraste entre as duas candidaturas quanto a esse ponto que o assunto foi tratado, neste mês, por dois veículos de comunicação especializados: a revista **Exame**, de 11 de outubro, e a coluna do analista econômico Carlos Alberto Sardenberg, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** da segunda-feira, dia 9.

O futuro dos setores de infra-estrutura e, por conseqüência, do desenvolvimento do País depende desta decisão. Ela está nas mãos de todos os brasileiros. Reafirmemos esta verdade irrefutável: o Brasil precisa crescer, e rápido; isso somente será possível com uma administração honesta e responsável. Basta de ser o último lugar em crescimento do PIB entre os países emergentes!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “O fenômeno Alckmin”, publicada pela revista **Veja** de 11 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disparou na reta final, conquista 40 milhões de votos e chega ao segundo turno com chances de vitória.

Sr. Presidente para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# Eleições 2006

# O FENÔMENO ALCKMIN

**O TUCANO DISPARA NA RETA FINAL, CONQUISTA 40 MILHÕES DE VOTOS E CHEGA AO SEGUNDO TURNO COM CHANCES DE VITÓRIA**

Marcelo Carneiro e Camilla Pereira

**A**o acordar no domingo da votação de primeiro turno, o candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, tinha diante de si uma desvantagem nas pesquisas de 12 pontos em relação ao seu adversário, imensa probabilidade de sofrer uma derrota acachapante e — em caso de confirmação dessa hipótese — a ameaça de ter o futuro político reduzido a pouco mais do que pó dentro do seu partido, o PSDB. Ao deitar-se naquela noite, porém, o tucano viu no espelho uma imagem que era bem diferente. Alckmin terminou o dia refeitado sobre uma montanha de 40 milhões de votos, com vaga garantida no segundo turno e status de fenômeno eleitoral: passou a ocupar o segundo lugar no ranking dos candidatos mais bem votados, em números absolutos, no primeiro turno de uma eleição presidencial (veja quadro na pág. 51). O tucano não só superou em 20 milhões o número de votos obtidos em 2002 por seu colega de partido José Serra, como derrotou Lula em nada menos do

que dez estados brasileiros, além do Distrito Federal. Em 2002, Serra venceu o petista apenas em Alagoas.

Na largada da segunda fase, uma pesquisa Datafolha, divulgada na sexta-feira, mostra que a distância entre Alckmin e Lula no segundo turno pouco mudou em relação ao último levantamento (veja quadro abaixo). Uma confluência de fatores explica o voo alto do tucano. Sua candidatura vinha experimentando um crescimento lento, mas robusto, havia alguns meses, graças a uma campanha que, se não primou pela empatia, enfatizou a necessidade de uma agenda positiva para o Brasil. Com a eclosão do dossiêgate e, em grau menor, as demonstrações de arrogância de Lula, cuja condição de favorito o fez fugir dos debates televisivos, esse crescimento ganhou, pouco antes da votação, uma velocidade vertiginosa, não captada pelas pesquisas. No entanto, é consenso entre os especialistas que, no caso do escândalo do dossiê, ele só adquiriu alta combustão porque o PT e Lula já haviam levado a proporções épicas a corrupção governamental. Se não fossem o mensalão, os dólares na cueca, o caixa dois, o valerioduto e o escândalo do caseiro, para ficar apenas nas histórias mais marcantes, a tentativa de compra de documentos anti-PSDB por parte de petistas certamente teria tido menos impacto. "O dossiê serviu, principalmente, para ressuscitar no eleitorado a lembrança de todas as lambanças protagonizadas pelo PT", diz o cientista político Rubens Figueiredo.

Além de fruto das iniciativas "não republicanas" do governo Lula — e da

## Pouca oscilação na segunda fase

Na primeira pesquisa feita pelo Datafolha após o primeiro turno, divulgada na sexta-feira, o presidente Lula aparece com 7 pontos de vantagem sobre Alckmin. No levantamento anterior, a diferença era de 5 pontos

Alckmin		Lula	
<b>44%</b> em 30/9	<b>43%</b> em 6/10	<b>49%</b> em 30/9	<b>50%</b> em 6/10

repercussão delas junto ao eleitorado mais bem informado. —, o mau resultado obtido pelo PT nas urnas deve-se às promessas que Lula deixou de cumprir nos seus quatro anos de mandato. A principal delas, evidentemente, foi o alardeado “espetáculo do crescimento”. O aumento do produto interno bruto brasileiro no ano passado — *pífios* 2,3% — só não foi o pior da América Latina porque existe um inferno chamado Haiti. Já Alckmin pode gabar-se do contrário. Durante sua gestão à frente do governo paulista, o crescimento de São Paulo chegou a superar em quase 3 pontos a média nacional. Os 12 milhões de votos que o tucano obteve agora no estado mostram uma bela aprovação. Voltando aos aspectos “não-republicanos”, também ajudou a inflar seus votos paulistas o fato de o escândalo do dossiê ter envolvido, por diferentes motivos, os dois candidatos ao governo local — José Serra, alvo do dossiê, e o petista Aloizio Mercadante, um dos potenciais beneficiários da maracutaia. “Isso certamente aumentou o impacto do escândalo em São Paulo”, afirma a cientista política Lucia Hippolito. Uma das provas da magnitude da onda anti-PT gerada pelo episódio no estado foi a inesperada votação de candidatos como o pefelista Guilherme Afif Domingos, da coligação tucana. Afif Domingos ficou a apenas 4 pontos percentuais do petista ex-arrasa-quarteirão Eduardo Suplicy, que todas as pesquisas diziam estar 20 pontos à frente do pefelista.

O peso de São Paulo numa eleição presidencial é avassalador. Para que se tenha uma idéia dele, basta tomar um exemplo: em Roraima, Alckmin bateu Lula por uma diferença de 33 pontos percentuais — o que, em números absolutos, significa uma diferença de 63 000 votos. Em São Paulo, a vantagem do tucano sobre o petista foi de 17 pontos, praticamente a metade da registrada em Roraima. Ocorre que, em números absolutos, isso representa em São Paulo uma diferença de 3,8 mi-

lhões de votos. Desde a vitória de Juscelino Kubitschek, em 1955, nenhum candidato a presidente conseguiu ser eleito sem ter maioria em São Paulo. Até o próximo dia 29, portanto, o estado será a principal arena da disputa entre tucanos e petistas. Os últimos reconhecem que não conseguirão *aumentar o já impressionante índice* de Lula no Nordeste — e, no Rio e em Minas, trata-se de cuidar para que as lideranças políticas hoje engajadas na campanha de Alckmin não revertam os bons resultados obtidos pelo presidente. Resta aos petistas, portanto, atacar Alckmin em seu próprio território. Da parte dos tucanos, defender sua cidadela é a prioridade número 1. A estratégia do PSDB em São Paulo é manter os 12 milhões de votos em Alckmin e conquistar no mínimo mais 500 000 — número que representa a diferença entre a votação de Alckmin para presidente e a de José Serra para governador. Além disso, o comando da campanha tucana mirará firme em mais dois alvos: Minas e Rio, segundo e terceiro maiores colégios eleitorais brasileiros. Por fim, no que se refere ao Nordeste, onde Alckmin teve desempenho medíocre, não há muito que fazer. A esperança do PSDB é que os candidatos a governador que disputam o segundo turno das eleições demonstrem por Alckmin todo o empenho que não exibiram na primeira fase da campanha. No primeiro turno, a maior parte dos aliados dos tucanos no Nordeste não vinculou a campanha nacional à estadual, por receio de contrariar um eleitorado majoritariamente favorável ao presidente Lula. Agora, a situação se inverteu. “Os candidatos coligados ao PSDB que enfrentarão o segundo turno dependem de Alckmin para contrabalançar o apoio que Lula dará a seus adversários”, explica o marqueteiro Marcelo Teixeira.

O ótimo desempenho de Alckmin no primeiro turno mudou os ânimos de seus pares no PSDB. O governador de Minas, Aécio Neves, que passou os últimos meses se defendendo das críticas

de que não fazia mais do que o mínimo obrigatório para ajudar Alckmin (e, mesmo assim, conseguiu uma surpreendente votação para ele no estado), dá demonstrações de que entrou para valer na campanha. Na quarta-feira, Aécio desmarcou todos os seus compromissos para voar de Minas a São Paulo, a fim de encontrar-se com Alckmin e posar com ele para uma foto — que tinha como único objetivo ajudar a diminuir o impacto negativo causado pelo encontro do ex-governador do Rio Anthony Garotinho (PMDB), e sua mulher, Rosinha. Um dia antes, Alckmin havia selado uma aliança com o peemedebista — num episódio que se revelou um desastre pela forma como foi encaminhado. Ao absorver o peemedebista mal-afamado na campanha, na esperança de avançar eleitoralmente no interior do Rio, Alckmin deixou-se fotografar a seu lado. O deslize, amplificado pelo prefeito do Rio, Cesar Maia, criou uma crise entre os aliados no Rio de Janeiro e mostrou que o tucano, se já revelou habilidade em administrar apoios dentro do PSDB, ao derrotar Serra na indicação para o candidato do partido à Presidência, ainda tem muito que aprender no que diz respeito à administração de alianças fora do ninho tucano. Serra, por seu turno, que compartilha com Aécio o desejo de disputar a Presidência da República em 2010, também prometeu publicamente empenho na campanha de Alckmin. Mas pelo menos uma ação sua denota ambigüidade. Eleito governador, um de seus primeiros gestos poderá vir a macular a ficha de administrador público do candidato tucano (veja reportagem à pág. 62).

Alckmin, dizem pessoas próximas a ele, é homem de poucos amigos e decisões solitárias. Deu pistas disso ao tomar sozinho a decisão de dar ao ex-governador Garotinho o privilégio de ser o primeiro político a aparecer a seu lado depois da vitória no segundo turno, sem que nenhum dos caciques da campanha

## Campeão de votos

No domingo passado, Alckmin recebeu a segunda maior votação (em números absolutos) de um candidato a presidente em primeiro turno. O tucano é também o único a integrar o ranking mesmo sem ter concorrido ainda ao segundo turno

Candidato	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar
	Lula (2006)	Alckmin (2006)	Lula (2002)	Fernando Henrique (1998)	Fernando Henrique (1994)
Número de votos em primeiro turno	46 662 365	41 953 301	39 455 233	35 936 382	34 364 961
Porcentual do total de votos válidos	48,6%	41,6%	46,4%	53%	54,2%

tenha sido consultado sobre a conveniência da decisão. Em relação a assuntos que julga sensíveis, recorre a um restrito grupo de colaboradores, em conversas que acontecem sempre individualmente, já que ele detesta reuniões. Nos últimos meses, em toda a estrutura de comando da campanha só duas pessoas gozaram de sua absoluta confiança. Por ordem de importância, são elas: seu marqueteiro, Luiz Gonzalez, e João Carlos Meirelles, coordenador da campanha. Ambos foram herdados da equipe de governo de Mário Covas, a principal referência política do candidato. "Foi Gonzalez quem convenceu Geraldo a não atacar Lula durante o horário político da televisão", diz um dos assessores do tucano. A proximidade de Alckmin com seu marqueteiro é motivo de ciúme entre caciques do PSDB. O presidente do partido, senador Tasso Jereissati — que desde o começo da campanha foi a favor de um embate frontal com Lula —, diz para quem quiser ouvir que não suporta Gonzalez. A implicância é tanta que Tasso já se recusou a ficar na mesma sala

com o marqueteiro. O fazendeiro João Carlos Meirelles, secretário de Agricultura na administração Covas, tem hábitos conservadores: não se separa de suas bengalas (alterna o uso de mais de dez) e cultiva fartos bigodes brancos, cuidadosamente penteados para cima.

## DOIS PAÍSES

Comparados, os conjuntos de estados brasileiros em que Lula foi vencedor e em que Alckmin se saiu vitorioso parecem formar dois países distintos. Entre as diferenças, estão a quantidade de recursos que cada

um recebe do governo federal, o nível de renda dos habitantes e o grau de acesso que eles têm à informação

PAÍS DE ALCKMIN	BRASIL	PAÍS DE LULA
<b>83 milhões</b>	População <b>184 milhões</b>	<b>101 milhões</b>
<b>861 reais</b>	Renda média mensal por trabalhador <b>765 reais</b>	<b>570 reais</b>
<b>164 reais</b>	Repasses federais (per capita) <b>236 reais</b>	<b>294 reais</b>
<b>7,1%</b>	População com quinze anos ou mais de estudo <b>5,6%</b>	<b>4,2%</b>
<b>95%</b>	Casas com televisão <b>91%</b>	<b>88%</b>
<b>27%</b>	População com acesso à internet <b>21%</b>	<b>16%</b>
<b>44%</b>	População com celular <b>37%</b>	<b>31%</b>
<b>8,7 milhões</b>	Leitores de jornais* <b>16,7 milhões</b>	<b>8 milhões</b>
<b>248 milhões</b>	Circulação de revistas (por ano) <b>393 milhões</b>	<b>145 milhões</b>
<b>0,781</b>	Índice de desenvolvimento humano** <b>0,766</b>	<b>0,707</b>

\* Nas oito capitais com os maiores índices de leitura de jornal do país

\*\* Índice que varia de 0 a 1 e serve para indicar a qualidade de vida de uma região ou país

Fontes: IBGE, Procl, Prozi, IVC e Ipsos Marplan

## As viradas em eleições de dois turnos

Caso ultrapasse a votação de Lula no próximo dia 29, Alckmin será o primeiro candidato à Presidência da República a vencer as eleições tendo perdido no primeiro turno. Em eleições estaduais, desde 1990, 17 candidatos já conseguiram o feito. Aqui, as cinco maiores viradas

	1990 em São Paulo		1994 em Minas Gerais		1994 em Santa Catarina	
	Paulo Maluf	Luiz Antonio Fleury	Hélio Costa	Edoardo Azeredo	Ângela Amin	Paulo Afonso
1º turno	<b>34%</b>	<b>22%</b>	<b>48%</b>	<b>27%</b>	<b>46%</b>	<b>34%</b>
2º turno	<b>41%</b>	<b>44%</b>	<b>41%</b>	<b>59%</b>	<b>49%</b>	<b>51%</b>

\* Votos totais (o TSE não dispõe do número de votos válidos para o ano de 1990)

Meirelles gosta de dizer que, dias antes de morrer, Covas lhe pediu para "tomar conta de Geraldinho".

Alckmin faz questão de separar o ambiente de trabalho do ambiente familiar. A maioria dos seus colegas de partido e funcionários do comitê político jamais estiveram em sua casa. "Nunca fui convidado para tomar um café que fosse no apartamento dele", conta um assessor que trabalhou com o tucano durante os quatro anos de seu governo em São Paulo. No domingo passado, dia do primeiro turno das eleições, Alckmin acompanhou a apuração das urnas em seu apartamento, na companhia apenas dos três filhos, seus respectivos namorados, e da mulher, Lu Alckmin — mantida invisível durante a campanha como decorrência do "escândalo dos 40 vestidos", os tais que ela ganhou do estilista Rogério Figueiredo, no que Alckmin considerou "um erro, fruto da inexperiência" da mulher. Enquanto a família, reunida na sala do apartamento do bairro do Morumbi, em São Paulo, seguia a apuração pelo computador, dois dos principais assessores da campanha do tucano acompanhavam o processo do lado de fora do edifício do candidato, juntamente com jornalistas e curiosos. Quando, no meio da noite, começou a chover, os assessores foram convida-

dos a entrar na garagem do prédio, onde, diante de uma pequena TV, puderam acompanhar a vitória do chefe. Além de recatado, Alckmin é descrito como centralizador. "Ele sofre para delegar comandos", diz Meirelles. Na semana passada, ao saber que faltavam adesivos com sua foto em um dos comitês de São Paulo, pegou o telefone e reclamou pessoalmente da falha com o responsável pelo escritório. "Um trabalho que seria da secretária", diz Meirelles.

Alckmin aceita sem constrangimento os comentários de que é centralizador e "sistemático", como dizem seus assessores. Detesta apenas que o chamem de pão-duro, reputação conquistada em virtude de hábitos como o de comer em restaurantes por quilo e o de hospedar-se na casa de parentes quando está fora de São Paulo. Ao longo de toda a campanha eleitoral, que já dura cerca de quatro meses, usou apenas dois sapatos: um preto, que ele calça quando veste terno, e um marrom, quando visita favelas ou participa de caminhadas. "Ninguém nunca verá Geraldo jantando em restaurantes caros", diz um amigo do candidato. Durante o dia, Alckmin funciona à base de Coca-Cola — são quatro latinhas por dia —, bombons Sonho de Valsa e amendoim japoneses. No domingo, quando o TSE anunciou sua entrada no segundo turno, a família Alckmin comemorou com alegria, mas sem brinde. Nos copos dos presentes, só havia água. Ele é mesmo bem diferente de Lula.

É nas regiões mais pobres do país que se encontram os maiores índices de abstenção. Neste ano, o Norte e o Nordeste foram os recordistas, com média de 18% de abstenção — o índice nacional foi de 16,7%. No Nordeste, o candidato Lula venceu por ampla margem de votos: uma diferença de 40 pontos percentuais em relação a Alckmin. Por essa razão, a diminuição do comparecimento às urnas na região deverá prejudicar mais o petista. Caso a abstenção no Nordeste pule de 18% para 26% — média da região no segundo turno da eleição de 2002 —, o presidente poderá perder algo em torno de 1,5 milhão de votos. É muito, especialmente quando se sabe que a diferença entre os votos de Lula e os de Alckmin no primeiro turno foi de apenas 6 milhões.

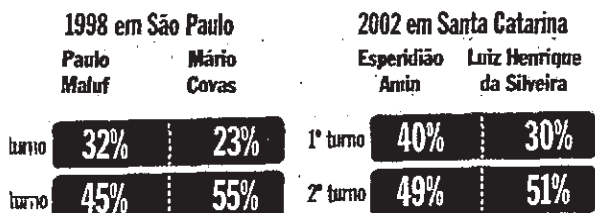
Com reportagem de  
Juliana Linhares e  
Renato Piccinin

## QUEM NÃO VOTA TAMBÉM DECIDE

O grau de abstenção na votação pode ser um elemento decisivo para o resultado destas eleições. Historicamente, esse índice é maior no segundo turno do que no primeiro. Tanto em 1989 quanto em 2002 (anos em que as eleições foram decididas em duas etapas), o número de pessoas que não votaram na segunda fase do pleito aumentou cerca de 3 pontos percentuais em relação ao primeiro turno, na média nacional. Um dos motivos, segundo o cientista político Gaudêncio Torquato, é o fato de que, nas votações para deputados no primeiro turno, muitos eleitores decidem ir às urnas para apoiar algum candidato com quem têm proximidade ou estão, por algum motivo, comprometidos. Já no segundo turno, sem esse compromisso, a probabilidade de abstenção cresce. Segundo o especialista, entre os que deixam de votar no segundo turno "mais da metade o faz por desinteresse político". Os demais pertencem à categoria dos que se abstêm por causa de imprevistos, como falta de transporte, problemas de saúde ou viagem.

É nas regiões mais pobres do país que se encontram os maiores índices de abstenção. Neste ano, o Norte e o Nordeste foram os recordistas, com média de 18% de abstenção — o índice nacional foi de 16,7%. No Nordeste, o candidato Lula venceu por ampla margem de votos: uma diferença de 40 pontos percentuais em relação a Alckmin. Por essa razão, a diminuição do comparecimento às urnas na região deverá prejudicar mais o petista. Caso a abstenção no Nordeste pule de 18% para 26% — média da região no segundo turno da eleição de 2002 —, o presidente poderá perder algo em torno de 1,5 milhão de votos. É muito, especialmente quando se sabe que a diferença entre os votos de Lula e os de Alckmin no primeiro turno foi de apenas 6 milhões.

**1,5**  
milhão de votos  
é o que Lula  
pode perder no  
Nordeste se o  
índice de  
abstenção na  
região for igual  
ao registrado  
no segundo  
turno de  
2002



EDUARDO ALBARELLO, ANTONIO RIBEIRO, EUGENIO SAVIO, SUZETE WYSSOMA, TARCISO MATTOS, ANTONIO RIBEIRO, LINDAURO GOMES DE



**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Empresa privatizada não cortou empregos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 27 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, “Grandes empresas brasileiras que foram privatizadas nos anos 90 melhoraram a rentabilidade e a eficiência operacional, sem que isso tenha provocado redução do número de empregados”. A matéria mostra, ainda, que pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas envolvendo 13 compa-

# Empresa privatizada não cortou empregos

Além de mais eficientes, algumas têm mais empregados, diz estudo

**Cleide Silva**

Grandes empresas brasileiras que foram privatizadas nos anos 90 melhoraram a rentabilidade e a eficiência operacional, sem que isso tenha provocado redução no número de empregados. Pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) envolvendo 13 companhias constata resultados financeiros e operacionais melhores do que quando eram estatais.

A privatização é um dos temas principais na reta final da campanha dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin à Presidência da República. Lula insiste no discurso contrário à venda das estatais e Alckmin, embora defenda o processo, também afirma que não promoveria privatizações. Ontem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma autocrítica ao seu partido, o PSDB, que, em sua opinião, deveria ter sido mais veemente na defesa das privatizações realizadas pelo seu governo.

O estudo coordenado pela Escola de Administração de Empresas da FGV levou em

conta três balanços das empresas anteriores e posteriores à privatização e comparou os resultados em relação aos setores em que atuam. Para William Eid Junior, um dos economistas responsáveis pelo trabalho, as discussões atuais estão muito voltadas a “achismos”, mas os dados mostram que o País e a sociedade foram beneficiados.

Foram analisados dados como margem líquida, retorno sobre ativos e sobre o patrimônio líquido, receita operacional líquida por empregado, lucro líquido por empregado, investimento sobre vendas e sobre ativos, receita operacional líquida, porcentagem do número de empregados no setor correspondente, endividamento total e de longo prazo e pagamento de dividendos.

No caso da margem líquida – o quanto o lucro representa das vendas –, houve melhora para a maioria das empresas. A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), por exemplo, apresentava margem negativa de 11,3% entre as empresas siderúrgicas. Depois da venda, pas-

nhias constata resultados financeiros e operacionais melhores do que quando eram estatais.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sou a ser 15,5% positiva (ver quadro). “As empresas passaram a ser melhor geridas”, diz Eid.

O retorno sobre ativos mostra que os acionistas também passaram a receber mais. No caso da Acesita, passou de 2,75% negativos para 4,1% positivos. Na Fosfertil, saltou de 1,18% negativos para 6% positivos. Outro dado de destaque apontado por Eid é o percentual de empregados por setor, que não apresentou queda na maioria dos casos.

Maria Silvia Bastos Marques, ex-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ex-diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que fez um levantamento próprio sobre os resultados da privatização –, vê como retrocesso a paralisação do processo de desestatização. Ela acredita que falta esclarecimentos à po-

pulação em geral sobre os benefícios do processo. Pesquisa divulgada ontem pelo *Ipespe/Vale* mostra que 70% em um total de mil pesquisados desaprovam a privatização de grandes empresas.

Ela também desmitifica o discurso de desemprego pós privatização e cita o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que tinha 11 mil funcionários em 1997, ano de sua venda, e hoje tem 44 mil empregados diretos e 93 mil indiretos.

Além disso, os investimentos do grupo para o período de 2005 a 2010 devem criar mais 33 mil empregos diretos, além do mesmo número de empregos indiretos, num total de 66 mil postos. A executiva ressalta ainda que o setor de telecomunicações empregava 200 mil pessoas antes de 2000 e hoje os números ultrapassam os 300 mil funcionários. ●

### MUDANÇAS APÓS A DESESTATIZAÇÃO

O que ocorreu com a margem líquida das empresas em relação ao setor em que atuam

EMPRESA	SETOR	PRÉ-PRIVATIZAÇÃO	PÓS-PRIVATIZAÇÃO
Acesita	Siderúrgico	-7,04	↑ 5,12
Copesul	Químico	3,36	↑ 5,13
Cosipa	Siderúrgico	-10,65	↓ -18,35
CSN	Siderúrgico	-18,53	↑ -6,31
CST	Siderúrgico	-11,37	↑ 15,51
Vale do Rio Doce	Mineração	6,42	↑ 21,92
Embraer	Transportes	-59,86	↑ 28,89
Escelsa	Elétrico	5,90	↑ 12,53
Fosfertil	Químico	-1,17	↑ 28,50
Light	Elétrico	0,91	↓ -4,27
Petroflex	Químico	3,36	↓ 2,58
PQU	Químico	-88,86	↑ -76,21
Usiminas	Siderúrgico	7,20	↑ 13,00

FONTE: FGV

INFOGRÁFICO/AL

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Serra bateu Mercadante em todas as regiões”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 03 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra, perdeu para o candidato petista Aloizio Mercadante apenas em algumas cidades do ABC paulista.

# Serra bateu Mercadante em todas as regiões

Petista só superou tucano em algumas cidades do ABC paulista

**Bruno Winckler**  
**Alexandra Penhalver**

O eleitor paulista mostrou de forma expressiva a opção pelo governador eleito, José Serra (PSDB). Com 12,3 milhões de votos, o tucano massacrou o principal adversário, Aloizio Mercadante (PT), que obteve 6,7 milhões de votos dos 28 milhões de eleitores e venceu em apenas 6 das 645 cidades do Estado.

A observação da porcentagem de votos dada aos dois candidatos mostra que Serra venceu o petista em todas as 15 regiões administrativas que reúnem as 645 cidades.

Na região de Sorocaba, que abrange 79 cidades, o governador eleito obteve seu melhor desempenho, com 70,31% dos votos válidos, enquanto Mercadante recebeu discretos 19,43%.

Já em Lindóia, que tem 6,1 mil habitantes (segundo estimativa do IBGE de 2005), na região de Campinas, o petista amargou 9,08% enquanto o governador eleito somou 84,74%.

Na capital, cidade natal do governador eleito, Serra venceu Mercadante por 53,08% a

34,24% dos votos válidos.

Mesmo em Santos, onde nasceu, Mercadante não conseguiu a maioria dos votos: teve 33,15% do eleitorado, enquanto o tucano obteve o voto de 57,76% dos conterrâneos do governador e líder tucano Mário Covas, morto em março de 2001.

## REDUTO

Mercadante venceu o opositor em algumas nas cidades do ABC paulista, berço do PT e reduto tradicional do partido. O eleitor de Diadema foi o mais fiel ao petista - ele somou 53,76% dos votos contra 35,81% do tucano. Em São Bernardo do Campo, o cenário se repetiu, mas com margem mais estreita - 46,75% de Mercadante contra 43,20% de Serra.

Dos 49 municípios da Região Metropolitana, o tucano venceu em 43 cidades, enquanto o petista conquistou maioria em apenas seis municípios.

Em Mauá, Mercadante obteve 46,31% dos votos, enquanto o governador eleito alcançou 42,71%; em Itaquaquecetuba, o placar foi de 44,43% a 39,73%; na pequena Francisco Morato,

Sr. Presidente requero que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

o petista ganhou a preferência de 46,13% dos eleitores, e Serra teve 44,52%. Em Ferraz de Vasconcelos, o resultado também foi favorável ao petista com 45,11% a 40,16% do tucano. A diferença entre os dois nessas ci-

dades, porém, não supera 5 pontos percentuais.

## PRÊMIO DE CONSOLAÇÃO

Mesmo com 4,57% do total de votos válidos, Orestes Quércia (PMDB) venceu Serra em duas cidades, na região de Franca, norte do Estado. Em Pedregulho, onde o peemedebista nasceu, teve 46,57% contra 37,84% do governador eleito. Na cidade de Igarapava conquistou 41,46% do eleitorado, enquanto

Serra teve 41,3%.

Quércia venceu também Mercadante, na mesma região, nas cidades de Cristais Paulista, Ituverava, Jariquara e Rifaina. ●

COLABORARAM MARINA PAULIQUEVIS e LIVIA DEODATO

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ao comentar eleição, EUA citam escândalo”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 1º de novembro do corrente.

A matéria mostra que “comunicado do Departamento de Estado norte-americano cita ‘escândalos recentes de corrupção’ ligados ao PT ao comentar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de domingo”.

Segundo o comunicado, a vitória de Lula se deu “apesar de escândalos recentes de corrupção ligados ao seu Partido dos Trabalhadores”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Ao comentar eleição, EUA citam escândalo

Petista ganhou “apesar de escândalos de corrupção ligados a seu partido”, afirma texto do Departamento de Estado

**O presidente George Bush telefonou para Lula ontem e pediu ao brasileiro que lhe transmitisse ‘know-how’ de como ganhar eleições**

DE WASHINGTON  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Comunicado do Departamento de Estado norte-americano cita “escândalos recentes de corrupção” ligados ao PT ao comentar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de domingo. A contidência é comum em textos do tipo.

“A vitória de Lula”, disse o departamento, “é grandemente devida a sua associação a programas sociais populares e a uma ‘economia viva’ no Brasil, apesar de escândalos recentes de corrupção ligados ao seu Partido dos Trabalhadores”, afirma o texto, escrito por um dos serviços do próprio departamento e citando declarações anônimas do órgão.

O comunicado é produzido pelo Usinfo, agência de notícias relacionadas à política externa dos EUA. O autor das declarações do Departamento de Estado não é identificado.

“O departamento disse que o partido de esquerda de Lula não conseguiu ganhar a maioria nas eleições legislativas e ‘vai precisar trabalhar com os partidos de oposição para aprovar reformas estruturais legislativas importantes para melhorar o crescimento da economia’”, continua o texto, intitulado “EUA parabenizam Brasil por eleição ‘justa e livre”.

A Embaixada do Brasil em Washington não comentou o comunicado. A **Folha** apurou que o episódio foi considerado “curioso” e encarado pelos diplomatas brasileiros mais como uma “gafe” do que como um recado entre países

## Telefônema

Ontem pela manhã, Lula recebeu um telefonema do presidente norte-americano, George W. Bush. O porta-voz da Casa Branca, Tony Snow, relato o diálogo. “Uma conversa rápida, de cinco minutos, muito amigável, em que o presidente [Bush] parabenizou o presidente Lula por sua recente vitória eleitoral”, afirmou Snow.

“Os dois também falaram de questões de interesse mútuo, que incluem energia, biocombustíveis e comércio.”

Em desvantagem nas eleições legislativas neste mês em seu país, Bush pediu a Lula um pouco do seu “know-how” para vencer as eleições, segundo relato do ministro Celso Amorim (Relações Exteriores). “Você teve uma vitória espetacular,

o que tem de me dar um pouquinho do seu ‘know-how’, porque estou precisando, para ganhar agora”, brincou Bush.

Lula também conversou ontem com o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair.

Segundo Amorim, Bush convidou Lula para uma visita aos Estados Unidos, que deve ocorrer no início do ano que vem. Blair, por sua vez, foi chamado para uma visita ao Brasil.

Segundo Amorim, Lula não conseguiu falar com Hugo Chávez, presidente da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia, por questões de agenda. Ele ainda agendaria conversas com Néstor Kirchner, da Argentina, e Álvaro Uribe, da Colômbia.

Lula já tinha conversado com o paraguaio Nicanor Duarte e a chilena Michelle Bachelet. Ontem falou também com o primeiro-ministro espanhol, José Luis Zapatero, e com o ditador da Líbia, Muammar Gaddafi. (SÉRGIO DÁVILA, PEDRO DIAS LEITE E EDUARDO SCOLESSE)

## ANÁLISE

### Acusações não devem permitir a Lula uma segunda lua-de-mel

LARRY ROHTER  
DO “NEW YORK TIMES”

Ao conquistar reeleição no domingo com 60,8% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva quase repetiu o desempenho acachapante que o tornou presidente do Brasil quatro anos atrás. Mas uma segunda lua-de-mel ou uma pausa nas acusações de corrupção e outras dificuldades que vêm prejudicando seu governo, não parecem prováveis.

Lula enfrentará um segundo mandato difícil. Seu PT está debilitado por escândalos de corrupção, e ele está sob pressão para adotar políticas econômicas mais populistas. Mas para conseguir aprovar seu programa legislativo, ele corre o risco de se ver forçado a aceitar acordos eticamente questionáveis, exatamente como aqueles que causaram as dificuldades que seu governo vem enfrentando.

Mesmo antes do início de seu segundo mandato, Lula enfrenta a perspectiva daquilo que alguns brasileiros vêm definindo como “o terceiro turno” da eleição. Embora a dimensão de sua vitória deva desencorajar os opositoristas a pedir seu impeachment, há processos em curso nos tribunais, e detê-los pode ser provar mais difícil.

Há também a questão prática

de como Lula planeja administrar a máquina do governo. O PT tinha escassa experiência administrativa, para começar, e como resultado dos escândalos muitas das figuras em que ele confiava caíram em desgraça.

Lula ocasionalmente expressa frustração por não conseguir o que quer do Legislativo. Em jantar recente, diz-se que ele teria dito que tinha “vontade de fechar o Congresso”.

Lula se recusou a assinar uma petição que solicitava que os candidatos assumissem o compromisso de não convocar Assembleia Constituinte. Opositoristas tomaram esses lapsos como motivo para sugerir que um segundo mandato veria Lula ceder a seus impulsos autoritários. Mas a maioria dos analistas desconsidera as declarações ambíguas e os alertas sombrios da oposição como simples retórica de campanha.

Não está claro se Lula interpretará sua vitória esmagadora como absolvição pelos casos de corrupção. “O PT disse que estava se reestruturando, e logo a seguir se envolve em um escândalo bizarro como esse”, disse Jairo Nicolau, professor de ciência política. “Se não aprenderem nada de 2005 para cá, não há garantia de que não repetirão os mesmos erros”.



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Brasil investe mais. Lá fora”, de autoria do colunista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 25 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, mostra que os investimentos brasileiros em negócios no exterior devem superar a entrada de capital estrangeiro no Brasil neste ano. Para o colunista, isso pode significar, em parte, “que as empresas estejam deixando de investir mais no país por falta de ambiente econômico decente”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B4 dinheiro

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2006

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS TORRES FREIRE

## Brasil investe mais. Lá fora

JÁ EM SETEMBRO, empresas brasileiras haviam investido mais em outros países do que o governo federal deve investir no Brasil durante este ano inteiro. Foram até agora US\$ 7,8 bilhões aplicados em empreendimentos no exterior. Mesmo antes de a Vale comprar a canadense Inco, negócio que deve chegar a US\$ 17 bilhões, 2006 já tendia a ser o ano da internacionalização da empresa brasileira.

O investimento brasileiro produtivo no exterior deve atingir entre US\$ 12 bilhões e US\$ 14 bilhões. O pico anterior havia ocorrido em 2004, com US\$ 9,8 bilhões, número inflado pela fusão da AmBev com a Interbrew (vide o gráfico ao lado). Outra transação excepcional, a da Vale, vai fazer com que, pela primeira vez desde 1947, quando passou a haver dados regulares sobre o tema, o investimento produtivo brasileiro

no exterior seja maior que o investimento estrangeiro no Brasil (estimado em US\$ 17 bilhões para 2006).

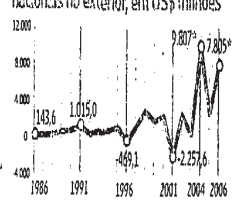
Por que as empresas brasileiras investem lá fora? Para ganhar tamanho e, por vezes, mais eficiência devido à escala de produção; para dominar mercados e não serem compradas; para incorporar tecnologia.

Por vezes, o objetivo é fazer da nova filial uma cliente cativa para seus produtos. Ou aproveitar as possibilidades de negócios oferecidas por países de economia mais aberta. Ou ganhar dinheiro em mercados que limitam a entrada de produtos brasileiros via exportação. Ou apenas se beneficiar de um ambiente econô-

**Investimentos brasileiros em negócios no exterior devem superar entrada de capital estrangeiro no Brasil neste ano**

### MÚLTIS BRASILEIRAS

Investimento direto de empresas nacionais no exterior, em US\$ milhões



(\*) Ano de fusão da AmBev com a Interbrew, que inflou o resultado em US\$ 5,4 bilhões. (\*\*) Resultado até setembro. Não inclui os US\$ 17 bilhões da compra da Inco pela Vale. Fonte: Banco Central

mico menos hostil: com impostos e juros menores, menos burocracia, câmbio mais favorável, infra-estrutura melhor, Justiça mais decente. Em parte, a internacionalização da empresa brasileira é inevitável e positiva. Em parte, pode significar que as empresas estejam deixando de investir mais no país por falta de ambiente econômico decente, o que é uma tragédia. O investimento produtivo brasileiro no exterior deve fechar o ano em torno de 1,3% do PIB, sem contar o caso Vale. É muito. Faz anos que o investimento total na economia brasileira estagnou em torno de 20% do PIB.

Por ora, as empresas brasileiras

que mais “viajam para o exterior” são as de metalurgia (como a Gerdau) e petróleo (Petrobras). No caso de aquisições, as empresas desses setores foram responsáveis por mais de metade das compras de empresas estrangeiras sediadas no exterior desde 2004, segundo dados coletados pela KPMG. Mas é cada vez mais diversificada a migração: autopeças, aviação, cimento, alimentos, por exemplo. E aqui se tratou apenas de investimento. Muita empresa brasileira já projeta ou desenha seus produtos aqui e os fabrica na Ásia ou onde for mais barato.

Seja por meio de investimento no exterior ou de outra estratégia empresarial, a internacionalização, em si, não é problema. Problema é saber que empresas podem estar apenas fugindo do Brasil.

vinit@uol.com.br



**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Oposição quer que a OAB e o Congresso fiscalizem ação da PF”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que os presidentes de três partidos de oposição, estudam medidas contra o que consideram o uso eleitoral da Polícia Federal nas investigações sobre a tentativa de compra de um dossiê antitucano.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Oposição quer que a OAB e o Congresso fiscalizem ação da PF

Presidentes de PSDB, PFL, PPS e PMDB se reúnem hoje para definir medidas contra o que julgam uso eleitoral da polícia

**Partidos devem decidir sobre representação no TSE contra Lula por liberação de verba para agronegócio após ter apoio de Maggi**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Presidentes de três partidos de oposição, além de Michel Temer, que comanda o dividido PMDB, se reúnem hoje em Brasília com o objetivo de decidir quais medidas tomar contra o que consideram uso eleitoral da Polícia Federal nas investigações sobre a tentativa de compra de dossiê antitucano.

Embalados por uma reportagem da revista “Veja” que afirma haver direcionamento pró-candidatura Luiz Inácio Lula da Silva nas investigações, os dirigentes oposicionistas devem pedir fiscalização do trabalho da PF pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e pelo Congresso, além de discutir possíveis medidas judiciais.

“A nossa idéia é fazer uma intervenção nessa investigação, porque evidentemente o Ministério da Justiça ficou contumaz nesse tipo de ação [suposta atuação pró-governo]. O Márcio Thomaz Bastos [ministro

da Justiça, pasta à qual a PF é vinculada] tem feito isso sempre, virou o criminalista do Lula”, disse o presidente do PSDB, o senador Tasso Jereissati (CE), que convocou a reunião.

Além de Temer, da ala oposicionista do PMDB, devem estar no encontro o senador Jorge Bornhausen (PFL) e o deputado Roberto Freire (PPS).

A reportagem da revista “Veja” sustenta que o governo está, por meio do Ministério da Justiça, atuando para evitar a incriminação de Freud Godoy, ex-assessor particular de Lula. Godoy foi apontado em um primeiro momento como uma das fontes do R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar o dossiê da família Vedoin, que chefia o esquema dos sanguessugas. Depois, Godoy foi inocentado.

No encontro, que ocorrerá à noite no gabinete de Tasso, os oposicionistas também deverão acertar o ingresso de uma representação no TSE contra Lula sob a acusação de crime eleitoral. Dizem que ele “comprou” o apoio do governador Blairo Maggi (PPS-MT), que declarou voto em Lula após receber a promessa de R\$ 1 bilhão para comercialização de soja.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais que nos esforcemos, jamais seremos capazes de fazer justiça à memória do saudoso Senador Ramez Tebet.

Porém, gostaria de ressaltar que sua impressionante vontade de viver, aliada a uma dedicação inarredável aos trabalhos desta Casa, continuarão a servir de exemplo não apenas a nós, Senadores que perdemos, de maneira irremediável, o convívio ameno com nosso colega e amigo, mas também aos futuros integrantes do Senado Federal.

Os homens passam, nós passaremos, é da natureza da vida a perda e a renovação constantes. Mas o exemplo de correção ética e de compromisso com o interesse público de Ramez Tebet sobreviverá a ele, e vai continuar a nos servir de inspiração.

Um dos traços de Ramez Tebet que mais me marcaram foi o orgulho de suas origens. Sempre que podia, o Senador mencionava a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, onde nasceu e foi prefeito, e, também, sua ascendência libanesa. Seus olhos chegavam a rutilar quando lembrava do pai, Taufic Tebet, que há quase 80 anos saiu do Líbano para abraçar nova vida e nova pátria.

Lembro-me que, ano após ano, o Senador Ramez Tebet fazia questão de celebrar, na Tribuna do Senado Federal, a data de independência da República do Líbano.

Se destaco essa particularidade da biografia do Senador Ramez Tebet, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é porque gostaria de enfatizar perante Vossas Excelências um dos traços mais marcantes de sua personalidade: o dom da gratidão.

Gratidão, Sr. Presidente, aos líbano-brasileiros que aqui chegaram e aqui construíram hospitais, instituições de caridade, centros religiosos e culturais.

Gratidão ao povo que acolheu com tanto carinho seu pai e sua família, e que tantas realizações lhe proporcionou durante quatro décadas dedicadas ao Mato Grosso do Sul e ao Brasil.

O Senador Ramez Tebet assumiu a Presidência desta Casa em um momento difícil, há cinco anos, em setembro de 2001. Entretanto, os momentos difíceis da vida política eram, para o Senador Ramez Tebet, oportunidade ímpar de reafirmação do povo e das instituições brasileiras, capazes, sempre, de se superar e de se aperfeiçoar.

Por outras palavras, o Senador Ramez Tebet enfrentou as turbulências políticas com a segurança de quem possuía confiança inabalável na solidez das instituições democráticas brasileiras. Seu nome foi lembrado para a Presidência do Senado Federal porque, entre as virtudes do Senador, estava a luta perene pela correção ética e pela busca do consenso.

Essas características, unidas ao idealismo e à perseverança do Senador Ramez Tebet, faziam dele um dos maiores democratas de nosso tempo.

Chamo de idealismo e de perseverança, por exemplo, a coragem de relatar, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, uma das mais importantes e complexas reformas da legislação brasileira, a que deu origem à Lei de Recuperação de Empresas, a Lei nº 11.101, de 2005.

Vale recordar que o projeto de reforma da Lei de Falências vinha desde 1993, desde a Presidência de Itamar Franco. Somente 10 anos depois a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei e o remeteu ao Senado Federal.

A responsabilidade do Senador Ramez Tebet como Presidente da CAE não o impediu de realizar impressionante número de audiências públicas, inclusive fora do Senado Federal. Isso porque o Senador costumava confidenciar que fazia questão de escutar todos os setores da sociedade, estivessem onde estivessem.

O resultado de seu esforço foi a aprovação de uma Lei que une a segurança jurídica à dinamização da economia e ao desenvolvimento social.

Sr. Presidente, neste momento, não me parece necessário repetir a enumeração, já feita pelos Nobres Pares, dos diversos cargos públicos ocupados pelo Senador Ramez Tebet ao longo de uma vida de consagrações.

Ramez Tebet faleceu como Senador da República, cargo que exerceu com paixão ímpar, infatigável, na defesa das prerrogativas e da importância de uma Casa cuja história se confunde com a história deste País.

Modesto, Ramez costumava dizer que Deus lhe havia concedido muito mais do que poderia haver acautelado em vida.

Premido pela lembrança e pela saudade do querido colega e amigo, agradeço a Deus a oportunidade de haver convivido com um homem da envergadura política e moral de Ramez Tebet.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no período compreendido entre o mês de janeiro e a primeira semana de novembro de 2006, as exportações brasileiras totalizaram 114,78 bilhões de dólares, enquanto as importações somaram 76,40 bilhões de dólares, resultando num superávit de US\$38,38 bilhões.

O valor de nossas exportações cresceu 16,3%, em termos monetários, em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um forte ritmo de crescimento, muito superior ao crescimento médio das exportações mundiais.

O desempenho favorável de nossas exportações contribuiu para assegurar o equilíbrio macroeconômico de nossa economia e a melhoria dos padrões de renda, produtividade, competitividade e eficiência.

Certamente, isso ainda é insuficiente para que o Brasil possa ultrapassar algumas barreiras existentes no comércio exterior e melhorar sua posição no *ranking* mundial das exportações, pois o crescimento de nossas exportações continua inferior ao ritmo de crescimento das exportações dos países emergentes e da média dos países da América do Sul, conforme os exemplos de: América do Sul, 26,6%; China, 26,5%; Índia, 25,5%; Rússia, 29,6% e México, 19,9%.

O Brasil tem ainda, portanto, um amplo espaço para o crescimento de suas exportações, para aumentar sua participação no PIB e nas exportações mundiais e para melhorar a injusta distribuição de renda hoje existente no País, pois a participação brasileira é inferior a 1 % do total das exportações mundiais.

É preciso dizer que o Brasil de hoje já dispõe das pré-condições essenciais para ingressar num círculo virtuoso de crescimento, necessitando apenas de mais investimentos em infraestrutura, a fim de possibilitar a redução do chamado custo Brasil.

Estão configuradas as condições necessárias para nos tomarmos uma economia mais estável, mais produtiva, mais competitiva, com maior liquidez e em melhores condições para a retomada de investimentos produtivos e melhoria da infra-estrutura econômica e social.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o fortalecimento das relações comerciais com o exterior, uma maior abertura de nossa economia e o aumento de nossas exportações reclamam a solução de diversos pontos de estrangulamento existentes em nossa economia.

Precisamos eliminar perdas de competitividade decorrentes de deficiências em nossas rodovias, ferrovias, portos e outros itens precários de nossa infraestrutura econômica: em outras palavras, faz-se mister trabalhar pela redução do chamado custo Brasil.

Sem isso, o Brasil não terá meios de enfrentar uma concorrência internacional forte, organizada, que aplica pesados subsídios às suas exportações e impõe barreiras tarifárias e não-tarifárias às nossas exportações. Na dinâmica do comércio exterior no mundo globalizado, muitos países não têm o menor constrangimento de impor barreiras comerciais, administrativas, sanitárias e quaisquer outros obstáculos que defendam seus interesses, muitas vezes em franco desacordo com as regras internacionais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, vem realizando um importante trabalho na área de Defesa Comercial, que se traduz em apoio ao exportador brasileiro para enfrentar a concorrência predatória de outros países e, por outro lado, em defesa de nossas empresas em investigações realizadas no exterior.

Esse trabalho relevante e meritório tem sido decisivo para resguardar os interesses da economia brasileira, das nossas empresas e dos nossos exportadores. O Brasil tem obtido sucesso em muitos processos de combate às práticas comerciais desleais de exportadores estrangeiros graças, mais especificamente, ao trabalho do Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Nos dez anos de existência do Decom, foram realizadas nada mais nada menos do que 180 investigações de *dumping*, quatro de salvaguardas e sete – de subsídios. A defesa comercial brasileira é hoje reconhecida internacionalmente por sua competência e respeitabilidade técnica.

O Decom tem atuado diretamente em investigações contra práticas de *dumping*, subsídios e salvaguardas e, à medida em que cresce a inserção internacional dos produtos brasileiros, toma-se mais importante a divulgação, o conhecimento e a utilização dos instrumentos de defesa comercial pelos agentes econômicos de nosso País.

Afinal, não há dúvida de que o Brasil já dispõe de instrumentos para agir com rapidez e eficiência contra práticas comerciais desleais e restrições protecionistas que prejudiquem nossos exportadores e produtores lo-

cais. Nosso País é visto hoje, pela Organização Mundial do Comércio, como um dos cinco principais atores no campo da concorrência comercial. Cabe, então, destacar que o aparato técnico e o *know how* estão disponíveis para nossas empresas e empresários.

Encerro este meu pronunciamento congratulando-me com o Ministro Luiz Fernando Furlan por sua dedicação, dinamismo, competência e experiência com que tem conduzido o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Brasil muito deve a este grande brasileiro, que soube colocar a serviço da Nação tudo de bom que existe na administração empresarial, para que possamos concretizar os ideais de um Brasil mais justo social e economicamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

### 2

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 *(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 *(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005 *(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003 *(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Consti-



tuição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

6

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006  
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º*

*da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

**MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS  
PREJUDICADAS**

14

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

15

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário*

*de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)*

# Ata da 191ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de novembro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Osmar Dias, Mão Santa,  
Luiz Otávio, Juvêncio da Fonseca, Maguito Vilela e João Batista Motta*

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/11/2006 07:34:46 até 22/11/2006 20:30:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
PMDB	AP	GÉOVANI BORGES		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PDT	AM	JÉFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	SC	JÓRGE BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PSDB	CE	LUIZ PONTES		X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X

PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PMDB	RR	RÔMERO JUCÁ		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X

**Compareceram: 70 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2006**

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, Requeiro voto de louvor à Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a este símbolo da luta contra escravidão. Ademais, 20 de Novembro de 1695, Zumbi foi traído e denunciado por um antigo companheiro, ele é localizado, preso e degolado aos 40 anos de idade. Zumbi ou “Eis o Espírito”, virou uma lenda e foi amplamente citado pelos abolicionistas como herói e mártir.

Atualmente, o dia 20 de novembro é celebrado, como dia Nacional da consciência negra, dia de orgulho nacional. O dia tem um significado especial para os negros brasileiros, reverenciaram Zumbi como o herói que lutou pela liberdade e como um símbolo de liberdade.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para encaminhar o requerimento e prestar as homenagens devidas a Zumbi dos Palmares.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, esse voto de louvor, de solidariedade à luta do povo negro, a Zumbi dos Palmares, eu pretendia fazer na segunda-feira, mas, com tristeza, tivemos aqui uma sessão de homenagem, à qual me somei com muito carinho, ao nosso, como chamei, abolicionista, republicano, lutador pelas causas populares, grande Ramez Tebet.

Antes de iniciar, de novo, faço a homenagem merecida àquele Senador que conversou tanto conosco sobre essa questão, comigo e com o Senador Pedro Simon, quando falávamos sobre a Reforma da Previdência, a agonia de todos nós. E, ali, felizmente, surgiu a PEC Paralela.

Mas, nesta semana, comemora-se na Casa a Semana da Pessoa com Deficiência, que tomou a atenção de todos, o que é muito bom. Ainda hoje, participo e

participarei amanhã de diversas atividades sobre esse tema, já que sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo Relator é o Senador Flávio Arns.

Sr. Presidente, quero fazer esta pequena homenagem a Zumbi dos Palmares e a esta data histórica, que é o Dia Nacional da Consciência Negra.

Ontem à noite, no Jornal da Globo, foi divulgado com o devido tempo, a seguinte notícia: Crescem no Rio de Janeiro e em São Paulo os chamados grupos racistas e preconceituosos que perseguem negros e aqueles chamados homossexuais, enfim, a livre opção sexual. São os chamados *skinheads*.

Sr. Presidente, esses grupos crescem, e isso acaba me trazendo novamente a idéia daquela música que diz: “E agora, João?”. Para aqueles que dizem que o racismo e o preconceito não existem no Brasil, eu me socorro neste momento de todos os jornais do fim de semana. Por exemplo, a **Folha de S. Paulo**, manchete de capa: “Desigualdade racial na educação”. “Escolaridade maior eleva maior fosso entre negros e brancos. Negros são os grandes desempregados. Fosso branco. Negros, menos oportunidades. Ministra Matilde: ‘Para mim, o racismo é sutil’. OEA condena Brasil por não punir crime de racismo.”

Cito outros exemplos. **Correio Braziliense**: “Duplo preconceito contra a mulher, cor e gênero”. **O Globo**: “IBGE. Branco tem dobro da renda do negro”. Ainda **O Globo**: “Salário é ditado pela cor”. “Negros são maioria entre as vítimas do trabalho infantil no País”.

Da mesma maneira, eu poderia analisar as manchetes de todos os jornais, do **O Estado de S. Paulo**, dos jornais do meu Estado – todos denunciam esse fato, que é da maior gravidade.

A pesquisa do IBGE é clara, incontestável: os negros estão na base da pirâmide. Eles são em menor quantidade nos bancos escolares, desde o ensino fundamental aos ensinos médio e superior. No caso do ensino superior, o percentual não chega a 5%. Se avaliarmos as Forças Armadas, o Executivo, o Legislativo e as grandes empresas do País, veremos que, em todas as faixas, o percentual de negros é de, no máximo, de 5% a 10% – estou sendo complacente com essa análise – ao passo que nós, negros, somos mais ou menos 50% da população.

Por isso tudo, Sr. Presidente, não lerei o pronunciamento que preparei de forma detalhada no fim de semana e que discuti com a assessoria, no qual mostro dados e números, com o maior carinho e respeito.

Sr. Presidente, quero cobrar uma posição da Câmara dos Deputados. Não sei – e não diria nem



adversário – que inimigo invisível é esse que não permite que a Câmara dos Deputados aprove o Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado aqui por unanimidade. Foi relatado pelo PFL e apoiado pelo PSDB, pelo PT, pelo PP, pelo Governo. Todos aqui aprovaram o Estatuto, que não engessa nada, é quase uma carta de intenção à política de inclusão e ao combate ao racismo e ao preconceito.

Eu já disse aqui dez vezes que até a polêmica das cotas na universidade não é tratada no estatuto, mas mediante grande entendimento, Senador Romero Jucá, de que o Governo, o Ministro da Educação e a Oposição participaram.

No PL nº 73, cuja autora é a Deputada Nice Lobão, fundimos o que há de melhor na Casa. O projeto dá o corte social também. Diziam que não tratávamos o corte social. O PL nº 73 dá os cortes social e racial.

Pois bem, não aprovam nem o estatuto nem o PL nº 73. Essa é uma demonstração, queiramos ou não... Tem-se de tirar esse véu, aquela frase o rei está nu... O País, infelizmente, é racista e preconceituoso e não admite aprovar nem o PL nº 73. Se não querem aprovar logo o estatuto porque é de minha autoria, não há problema. Aprovem, pelo menos, o PL nº 73 e, depois, aprovamos o estatuto. Mas não aprovam nem o PL nº 73 nem o Estatuto da Igualdade Racial.

Sr. Presidente, vimos a esta tribuna inúmeras vezes, denunciámos, falamos. Os dados que o IBGE coloca em todos os jornais, para mim, não são novidade. Eu venho denunciando isso há anos. Mas, pelo menos, agora, que está comprovado que é preciso haver políticas afirmativas de inclusão e não de exclusão de ninguém, por que não aprovar o estatuto?

Que inimigo invisível é esse que não mostra sua cara, que não assume a sua identidade, mas não deixa o estatuto ser aprovado? Quem é o parceiro invisível ou quem é o inimigo invisível? Esse é o perigoso!

Gosto de repetir uma frase que meu velho pai dizia: tenha sempre muito cuidado com aquilo que dizem os amigos, nunca desrespeite o adversário e nunca humilhe os inimigos. Mas esse inimigo eu não conheço, eu não vejo. Ele não assume sua identidade.

Só que o projeto está engavetado e não o aprovam. Passam anos e anos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, depois de um grande movimento feito pela sociedade e pelo Congresso, será aprovado com tranquilidade. Mas, no que diz respeito ao negro, embora seja apenas autorizativo, uma proposta que o Executivo poderá aplicar ou não, aqui é aprovado, mas na Câmara não passa.

Então, alguma coisa está errada. Às vezes, tenho vontade de voltar à Câmara para discutir por que não aprovam projetos como esse. Fiquei quase vinte anos na Câmara dos Deputados e não consigo entender por que projetos como esse, de uma grandeza sem limite, não são aprovados. O próprio nome revela o propósito do projeto: Estatuto da Igualdade Racial. O objetivo é fazer com que brancos e negros caminhem juntos. Há algum problema nisso?

Um comercial veiculado nas televisões de Brasília pergunta: onde está escondido o teu preconceito? Onde está escondido o teu racismo? Pois eu acho que é aí que está escondido: no subconsciente daqueles que não admitem a aprovação de uma política de inclusão. Falou em política de inclusão, não aprovam. Espero que agora, depois da matéria veiculada no jornal da noite da Rede Globo, que disse que aumentou o número de grupos que agem numa ofensiva violenta contra negros e homossexuais – o caso ocorreu em São Paulo –, comecemos a abrir os olhos. Já que estamos na Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, vamos abrir os olhos, vamos enfrentar o problema, vamos construir juntos caminhos, saídas, para que ninguém mais neste País seja discriminado por idade, pela cor da pele, pela orientação sexual, por procedência, por origem, por etnia. Todos os jornais falam disso, mas só que ação não há. Quando há violência, por exemplo, nos presídios, há um grande movimento, e rapidamente apresentamos algumas propostas para resolver a questão. E essa questão da guerra contra a comunidade negra instalada neste País, em todas as áreas, por que é que não enfrentamos? Fica aqui, Sr. Presidente, o desafio.

Quero dar aqui meus parabéns, para não ficar só na crítica de que a Câmara não aprova o que tem que aprovar, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, que diz: “O que a lei chama de sistema de cotas, nós chamamos simplesmente de justiça”. E, como alguém já disse, eu repito: pois bem, se não são as cotas, qual é a proposta? Apresente-me uma proposta que ajude a não vermos estampada em todos os jornais essa realidade triste, essa violência contra o povo negro de nosso País.

Sr. Presidente, encerro minha fala fazendo um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados: bota em votação o Estatuto da Igualdade Racial! Vamos ver quem vota contra e quem vota a favor. Cada um assumo o seu preconceito, se existe, e se não existe, que demonstre isso, provando que estou errado e que, efetivamente, o Estatuto pode ser aprovado. Enquanto ficar engavetado, para mim é um crime. Bota em votação!

Ontem, Senador Romero Jucá, a Câmara votou aquela questão que estava lá, há tempos, dos aposentados, mas assumiu uma posição – V. Ex<sup>a</sup> conhece a minha –, e eu respeito. Agora, bota em votação. Por que não botar em votação e decidir qual é a posição da Câmara dos Deputados a respeito do Estatuto da Igualdade Racial?

Termino, Sr. Presidente, deixando aqui o meu voto de solidariedade, mais uma vez, a homens e mulheres, brancos e negros, que lutam – e sei que são muitos neste País – pela liberdade e pela igualdade. Essa data em que fiz aqui a homenagem se refere ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, dia em que homenageamos o grande Zumbi dos Palmares.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO  
PROFERIDO PELO SR. SENADOR PAULO  
PAIM:**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os meios de comunicação social têm trazido ao debate nos últimos dias, a questão das diferenças vivenciadas entre os brancos e os negros.

Dia 17 de novembro último foram divulgados dois levantamentos, um do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outro da OIT – Organização Internacional do trabalho, sobre a situação dos negros no mercado de trabalho brasileiro.

Estes levantamentos mostraram ligeiras melhoras na redução das desigualdades, mas os indicativos estão muito longe do ideal.

O estudo do IBGE, que teve como base a Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto, revelou que quanto maior a escolaridade do trabalhador brasileiro, maior é a diferença no salário dos brancos em relação aos pretos e pardos.

Em média, um trabalhador branco recebia em setembro deste ano R\$1.292,00, 95,7% a mais que os R\$660,00 ganhos por pretos e pardos.

Entre os trabalhadores com menos de 1 ano de estudo, os brancos recebiam 15% a mais do que os pretos e pardos. A diferença ia aumentando gradativamente conforme o grau de escolaridade, até chegar a 92% entre os que tem pelo menos 11 anos de estudo, equivalentes ao ensino médio completo.

O IBGE separou também só os trabalhadores com nível superior. Neste caso, a diferença é de 48%.

O abismo na escolaridade entre os dois grupos é evidenciado no fato de que só 8,2% dos pretos e pardos

com mais de 18 anos freqüentaram Universidade. Entre os brancos esse percentual é de 25,5%. Comparando 2006 com 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego mostra que ambos os grupos melhoraram mas a diferença permaneceu praticamente inalterada.

A pesquisa mostra também como as diferenças aparecem entre homens e mulheres. Homens, de qualquer cor, ganham mais que as mulheres da mesma cor. As mulheres brancas, no entanto, apresentam renda maior até do que os homens negros. As mulheres pretas e pardas são as com menor renda.

Segundo o IBGE, pretos e pardos ganhavam menos da metade que brancos, em 2002. Hoje este índice aumentou para pouco mais de 50%.

A pesquisa mostra que, no topo dos 10% de pessoas com maior rendimento 83,3% eram brancas contra somente 14,4% de pretos ou pardos. Nas faixas de menores rendimentos, os pretos e pardos eram a maioria, 52,3% nos 10% mais pobres.

De 1992 a 2005, segundo o levantamento feito pela OIT, fica demonstrado que o crescimento da ocupação das brancas foi de 13,1% enquanto que a das negras ficou em 5,9%.

O rendimento da mulher negra hoje é de R\$302,00 enquanto profissionais brancas ganham R\$403,00. O branco recebe R\$605,00 e o negro, R\$383,00.

Diante deste quadro, eu vou voltar a insistir na importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Este Projeto é uma forma de responder a esta realidade.

Eu pergunto: Porque a Câmara está com este Projeto engavetado?

O Estatuto da Igualdade Racial estabelece que serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho.

A Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, em entrevista concedida neste final de semana, defendeu a política de cotas como uma das melhores formas de mudar as perspectivas de trabalho para a população negra.

Ela disse: “A criação de mecanismos como as cotas ajuda a mudar as perspectivas dos negros e a visão que os próprios empregadores têm do mercado de trabalho”

Quero também trazer até as Senhoras e os Senhores este cartaz, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, filiada à CUT, do CEA e a Internacional da Educação, que chama atenção para o dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra e para o significado das cotas na vida dos negros.

Com a frase: “O que a Lei chama de sistema de cotas, nós chamamos de JUSTIÇA”, fica expresso o ideal pelo qual lutamos.

Novamente eu saliento que a saída hoje é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Ele diz que, o sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira e que têm origem nos menores níveis de educação de negros e pardos, em sua baixa qualificação profissional e em mecanismos arraigados de discriminação racial.

E aqui é importante registrar que, muitas Universidades tem se posicionado de forma favorável à adoção do sistema de cotas.

O Negro na Mídia é outro debate dos mais importantes dentro do contexto do preconceito racial. A nossa história mostra, desde o início, que apesar do negro ser presença maciça na população, ele nunca recebeu espaços e muito menos cidadania.

Vale citar as palavras da pesquisadora Emanuelle Oliveira nos Estados Unidos, quando ela diz: “A invisibilidade do negro no cinema, na literatura e no jornalismo só é quebrada nos casos em que o afrodescendente é mostrado como protagonista da criminalidade, como instrumento da violência urbana no País. A estética da mídia é a estética das elites, branca e higienizada. É preciso forjar uma abertura para que se incluam outras estéticas, como a dos negros e a dos índios.”

O Estatuto da Igualdade Racial propõe assegurar que a produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorize a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País.

Os filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão deverão apresentar imagens de pessoas afro-brasileiras em proporção não inferior a vinte por cento do número total de atores e figurantes, o que deverá ser respeitado também no teatro, cinema e propagandas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não entendo também porque a Câmara está demorando tanto para aprovar o Projeto de Lei de minha autoria nº 302/2004 que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.

Este feriado que estamos propondo visa evidenciar a presença de um grande herói brasileiro que apenas agora está sendo reconhecido. Queremos uma referência para o povo negro e Zumbi dos Palmares é uma grande referência. Acreditamos que a história já negou muito aos afrobrasileiros e está passando da hora desse resgate.

Estão comemorando neste feriado 247 Municípios e também três Estados. É uma pena que ele ainda não seja festejado no Brasil inteiro. Creio que deveríamos aproveitar para fazer deste feriado um dia de reflexão sobre o preconceito. Isso seria muito bom para todo povo brasileiro!

Sr. Presidente, dentro desta proposta de reflexão, trago notícia veiculada de que a OEA – Organização dos Estados Americanos, em uma decisão inédita condenou o Brasil em um caso de discriminação racial.

Segundo o organismo internacional, o Estado Brasileiro violou artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Racial ao permitir que um caso de racismo fosse arquivado sem a abertura sequer de uma ação penal.

No dia 2 de março de 1997, uma moça negra viu um anúncio de classificados para uma vaga de empregada doméstica. Na quarta linha do anúncio o principal requisito da candidata: “preferência branca”.

A moça ligou para confirmar, dizendo que era negra e foi informada então que ela não preenchia os requisitos.

Ela ligou para a subcomissão do negro da OAB, denunciou o caso à polícia e foi aberto inquérito. Em 14 dias a polícia concluiu o inquérito e o encaminhou à Justiça, sem responsabilizar ninguém. Para sintetizar, o caso foi arquivado antes mesmo de virar ação penal.

Bem, desejo somar a este contexto a visita do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, Sr. Doudou Diène, ao Brasil entre 17 e 26 de outubro de 2005.

Desta visita resultou um documento, apresentado na abertura do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que aconteceu em 18 de setembro próximo passado, onde ele denuncia que partes do Estado, do Judiciário e da sociedade civil resistem à medidas de combate ao racismo. “A questão do racismo precisa entrar na agenda das eleições”, afirmou Diène.

Segundo ele, as comunidades mais pobres do País são as mesmas que historicamente foram discriminadas – negros e índios.

Suas críticas foram firmes “Democracia racial é a máscara ideológica da elite brasileira para não dizer que há racismo”.

Ele identifica o racismo como uma consequência do período da escravidão e aponta que o governo tenta enfrentar essa herança. O problema é que nem as medidas nem os recursos são suficientes, no seu

ponto de vista. “Viajar pelo Brasil é como mover-se entre dois planetas: um das ruas, com cores vivas e raças misturadas, e outro dos corredores brancos dos poderes político, social, econômico e da mídia”, diz o relatório, distribuído a todos os países.

Em seu relatório ele faz um retrospecto geral sobre a situação étnica e demográfica do País, sobre o contexto histórico, sobre o sistema legal e institucional.

Ele baseou sua investigação em três questões principais que foram dirigidas a todos os interlocutores com os quais ele se reuniu: (a) Existe racismo e discriminação racial no Brasil? (b) Caso afirmativo, quais são as suas manifestações e expressões? (c) Quais são as políticas adotadas pelo governo no seu combate e quais seriam as melhores soluções do ponto de vista das comunidades discriminadas?

Nas duas seções seguintes, o Relator Especial avalia as políticas e programas principais que lhe foram descritos pelas autoridades governamentais e locais, bem como os receios e avaliações da sociedade civil e das comunidades envolvidas. A partir daí, ele apresenta suas conclusões, seguidas de suas recomendações.

Após ter reunido e analisado as visões e informações de todas as partes envolvidas, o Relator Especial chegou à conclusão de que o racismo e a discriminação racial são realidades profundas no Brasil.

O Relator Especial observa, com satisfação, o reconhecimento por parte do Governo Federal de quão profundamente enraizado é o racismo no Brasil e de seus efeitos na estrutura de toda a sociedade desde o seu início.

Ele também registra que uma promissora estrutura legislativa, incluindo programas, mecanismos e instituições, tem sido implementada para combater o racismo e a discriminação racial.

Entretanto, ele nota, com preocupação, a resistência às políticas do Governo Federal dentro da sociedade, dentro dos governos e do judiciário no âmbito estadual, onde a ideologia de democracia racial ainda determina as percepções e políticas.

Da mesma forma, reconhecendo a determinação do Governo de erradicar todas as formas, manifestações e expressões de racismo e discriminação racial, e com o intento de fortalecer sua vontade política e de ajudar a expandir suas promissoras políticas, o Relator Especial submete ao Governo, na seção seguinte, um conjunto de recomendações relativas à sua estratégia legal e política, acrescentando, também, a necessidade de uma estratégia intelectual, cultural e ética no

sentido de erradicar as mais profundas raízes e manifestações de racismo e discriminação racial, as quais tem comprometido o futuro político, humano, social e econômico do Brasil.

Meus nobres Parlamentares,

Eu tenho vindo aqui e repetido de forma insistente a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Com certeza ele é a saída para esta realidade que temos a nossa frente.

A aprovação deste estatuto está para os negros brasileiros assim como foi a aprovação dos direitos civis dos negros norte americanos depois da “Marcha Sobre Washington”, liderada por Martin Luther King, reconhecida pela Suprema Corte.

O Estatuto da Igualdade Racial é um forte instrumento de combate ao preconceito racial. A criação deste Projeto quer garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira.

O Grupo OLODUM está se mobilizando e colhendo assinaturas em apoio a este Projeto.

Este Grupo faz um belíssimo trabalho que tem como missão o desenvolvimento da cidadania e preservação da cultura negra, oferecendo um saber afro brasileiro e novas formas de conhecimentos adicionais àqueles adquiridos no sistema formal de ensino.

É muito bom poder contar com o apoio destas pessoas em prol da igualdade racial e eu agradeço ao Grupo por este movimento capitaneado pelo seu Presidente, João Jorge Rodrigues.

Nós, brasileiros, negros, brancos, índios, crianças, idosos, homens e mulheres habitantes deste país queremos um Brasil para todos os brasileiros e brasileiras!

Sr. Presidente, o homem que ainda não descobriu uma causa pela qual ele poderia morrer, é porque ele ainda não entendeu o sentido da vida.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, acho que estou pronto pois descobri esta causa, a causa da inclusão, da igualdade, da liberdade, da justiça e do meio ambiente são as causas da minha vida e por elas eu poderia morrer!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## FOLHA DE S. PAULO

# “Será que só o branco pode trabalhar?”

Em entrevista à Folha, Simone Diniz afirma que pensou em desistir de processo porque no Brasil ‘era só mais um caso’

**Para empregada doméstica, denúncia não teria chegado à comissão de direitos humanos da OEA se houvesse interesse no país em apurar**

DA REPORTAGEM LOCAL

A empregada doméstica Simone André Diniz tinha 19 anos quando, sozinha, decidiu denunciar o ato de discriminação racial do qual foi vítima. Telefonou para entidades do movimento negro, foi à polícia.

Mais de nove anos depois, Simone disse que chegou a pensar em desistir da denúncia, que foi parar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. “Hoje, as pessoas me agradecem pelo que eu fiz”, disse. A seguir, trechos da entrevista. (GILMAR PENTEADO)

**FOLHA** - Por que você resolveu denunciar esse caso?

**SIMONE ANDRÉ DINIZ** - Ocorrem muitos casos de racismo, e as pessoas deixam para lá. Será que só o branco pode trabalhar? O negro tem de catar papelão na rua? Tem de catar latinha na rua? Mas ter um trabalho digno o negro não pode?

**FOLHA** - Quando você ligou, achava que poderia mudar a opinião da autora do anúncio?

**SIMONE** - Achei que poderia ter

sido um engano. Mas não foi isso. Eles não queriam mesmo. Não queriam uma pessoa da pele negra, de jeito nenhum.

**FOLHA** - Como você se sentiu quando lhe disseram que não queriam uma empregada negra?

**SIMONE** - Eu fiquei triste. Se você for numa cadeia, você vai ver negros, sim. Mas você também vai ver brancos. As pessoas têm de ver a capacidade da pessoa. A cor não quer dizer nada.

**FOLHA** - Você tinha sido vítima de racismo semelhante outras vezes?

**SIMONE** - Eu tinha ido a uma loja com meninas loiras, cabelos enormes. Estava escrito que estavam precisando de moças. Eu entrei e, logo que elas me viram, elas falaram que o quadro já estava preenchido. Aí eu falei: “Então vai tirar aquela plaquinha lá da porta”.

**FOLHA** - E elas tiraram?

**SIMONE** - Na minha frente, elas tiraram. Pode ser que depois tenham colocado de novo. Mas, na minha frente, eu fiz tirar.

**FOLHA** - Você ficou decepcionada em relação à apuração do caso no Brasil?

**SIMONE** - Fiquei. Porque, para eles, foi tanto fez como tanto faz. Para eles, foi só mais um caso. Se eles tivessem mais interesse, não precisaria chegar ao ponto em que chegou, de ter de ir para o Exterior. Porque aqui no Brasil dizem que tudo acaba em pizza. Infelizmente, o meu

caso acabou em pizza mesmo. É aquilo: “Vamos arquivar, e está tudo certo”.

**FOLHA** - Essa decepção fez você pensar em desistir do caso?

**SIMONE** - Quatro anos atrás, eu pensei isso. Os jornalistas me procuravam, e eu dizia: “Você me perdoa, mas eu não quero mais”. Fico me expondo, e não dá em nada. Mas, conversando com os meus advogados, eu mudei de idéia.

**FOLHA** - Depois dessa exposição, você chegou a ser vítima de outro ato de discriminação racial?

**SIMONE** - Não. Mesmo porque onde eu vou as pessoas brincam comigo e dizem: “Não chama ela de pretinha, não”. As pessoas lembram do que aconteceu, principalmente no bairro onde eu moro.

**FOLHA** - Mas, quando falam assim, é com ironia ou respeito?

**SIMONE** - Respeito. As pessoas me agradecem pelo que eu fiz. Porque muitos não teriam coragem de ter feito o que eu fiz.

**FOLHA** - O que você diria para uma pessoa que recentemente foi vítima de racismo?

**SIMONE** - A pessoa tem de correr atrás dos direitos dela. A nossa moral em primeiro lugar. Se aconteceu e não fizer nada, vai sempre acontecer. As pessoas vão sempre pisar. E eu acho que ninguém deve ser pisado por ninguém. Ninguém é melhor do que ninguém.

## outro lado

### Governo afirma que não houve discriminação

DA REPORTAGEM LOCAL

O Estado brasileiro afirmou, em relatórios encaminhados à Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), que citou a decisão da Justiça paulista para afirmar que não houve a prática discriminação

racial contra a doméstica Simone André Diniz.

Segundo relatos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, houve um inquérito policial sobre o caso. O governo brasileiro também salientou que o caso foi arquivado a pedido do Ministério Público.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos informou ontem que outra pasta relacionada ao tema, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), se pronunciaria sobre o caso, o que não ocorreu até a conclusão desta edição.

### COMÉRCIO GCM impede feira noturna de camelôs no Brás

DO "AGORA"

A Guarda Civil Metropolitana fez plantão e impediu ontem o funcionamento da "feirinha da madrugada", que acontece das 2h às 7h, na r. Oriente, no Brás, (centro de SP). Um efetivo de 150 homens da GCM esteve no local. A Polícia Militar deu apoio. De manhã, camelôs fizeram uma barricada e queimaram pneus, mas não houve enfrentamentos.

A prefeitura alega que não há autorização para o funcionamento da feira. "Muitos trabalham com mercadorias piratas", diz a subprefeitura da Mooca.

O vice-presidente do Sindicato dos Camelôs, Neilson Paulos dos Santos, disse que foi feito um pedido para que a prefeitura legalize a feirinha. "Somos representantes da classe e não nos dão atenção", declarou. Ontem de manhã, camelôs da r. Oriente montaram suas barracas normalmente.

Há uma semana houve confronto entre guardas e camelôs no local. Quatro agentes ficaram feridos.

# OEA condena Brasil por não punir caso de racismo

É a primeira vez que um país do continente é responsabilizado pelo crime

**Organização acusa governo de não ter investigado denúncia de empregada doméstica que foi barrada em emprego por ser negra**

GILMAR PENTEADO  
DA REPORTAGEM LOCAL

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), em uma decisão inédita, condenou o Brasil em um caso de discriminação racial. Segundo o organismo internacional, o Estado brasileiro violou artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Racial ao permitir que um caso de racismo fosse arquivado sem a abertura sequer de uma ação penal.

É a primeira vez que um país do continente é responsabilizado pelo sistema interamericano de direitos humanos pelo crime de discriminação racial. Segundo o relatório da comissão da OEA, publicado no começo do mês, o Estado brasileiro "falhou ao não cumprir a sua obrigação", definida em convenções internacionais as quais assinou, de garantir a investigação de um caso de racismo.

A sanção da comissão da OEA, que também fez determinações de reparação ao governo brasileiro, foi divulgada mais de oito anos depois de o caso ter sido arquivado pela Justiça de São Paulo, a pedido do Ministério Público.

Para os órgãos da Justiça, a empregada doméstica Simone André Diniz, hoje com 28 anos,

não foi vítima de discriminação, mesmo sem haver qualquer dúvida de que ela foi preterida de uma vaga de emprego por ser negra.

No dia 2 de março de 1997, uma amiga de Simone viu um anúncio de classificados publicado na **Folha**. A vaga era para empregada doméstica. Na quarta linha do anúncio, o principal requisito da candidata: "preferência branca".

Simone ligou para o número de telefone contido no anúncio e a exigência foi confirmada. Quando perguntaram a sua cor, ela disse que era negra e tentou argumentar. Foi informada, então, que não tinha jeito: não preenchia os requisitos.

Ela desligou o telefone. Na sequência, ligou para a subcomissão do negro da OAB (Or-

dem dos Advogados do Brasil) de São Paulo. Iniciava ali uma campanha que chegou a reunir mais de cem entidades de classe, de direitos humanos e do movimento negro.

Simone denunciou o caso à polícia e foi aberto um inquérito. Na delegacia, a autora do anúncio confirmou a preferência por uma candidata branca. Disse que fez a exigência porque uma ex-empregada, negra, tinha maltratado os seus filhos, que estariam traumatizados.

A empregadora, porém, não registrou na polícia a suposta agressão de seus filhos. A doméstica que teria maltratado as crianças nunca foi ouvida.

Em 14 dias, a polícia concluiu o inquérito e o encaminhou à Justiça, sem responsabilizar

ninguém. Na época, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso. Argumentou que não havia "qualquer ato de racismo" ou "base para oferecimento de denúncia".

A recomendação do promotor foi acatada pelo juiz, que arquivou o caso antes mesmo de ele virar ação penal. O arquivamento provocou manifestações das entidades e o caso foi denunciado à comissão da OEA. Era a primeira vez que o Estado brasileiro era denunciado na OEA por racismo.

Por oito anos, o caso tramitou na comissão. O Instituto do

Negro Padre Batista e o Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) são os atuais responsáveis pela denúncia. Segundo Sinvaldo José Firmo, advogado do instituto, o anúncio "já é uma prova de racismo".

A legislação vigente em março de 1997 previa como crime "praticar, induzir ou incitar" o preconceito de raça ou cor — lei publicada meses depois definiu melhor os crimes raciais.

Para Maria da Penha Santos Lopes Guimarães, coordenadora do departamento jurídico do instituto, o depoimento da autora do anúncio serve como confissão de discriminação.

"Não acredito que a versão dela seja verdadeira. Mas, se for, ela queria fazer um apartheid com seus filhos? Se a doméstica que teria batido em seus filhos fosse branca, ela colocaria um anúncio pedindo empregada negra ou asiática?", questionou Maria da Penha.

No relatório, a comissão da OEA estipula que o Brasil reconheça publicamente a violação de direitos da Simone, pague uma indenização (não há valor estipulado), dê apoio financeiro para que ela faça um curso superior e promova a reabertura das investigações.

# Para ministra, 'racismo sutil' explica desigualdade

Matilde Ribeiro defende políticas específicas, como uso de cotas no serviço público

**Ministra diz que há avanços no combate ao racismo no Brasil, mas que ainda existe distância entre dados, legislação e vida real**

CLÁUDIA DIANNT  
DAS CURSAL DE BRASÍLIA

O "racismo sutil" do brasileiro explica a dificuldade em fazer a realidade da população negra refletir, na prática, as políticas públicas para reduzir as desigualdades no mercado de trabalho, na avaliação da ministra Matilde Ribeiro (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

Segundo ela, para avançar no combate às desigualdades, é preciso combinar políticas sociais, como o Bolsa Família, com políticas específicas, como o sistema de cotas para o ingresso nas universidades.

"Ninguém vai dizer que não contratou alguém porque era

negro, até porque racismo é crime. A sutileza do racismo no Brasil dificulta identificar quem é o agente do racismo", disse. Segundo ela, é por isso que, mesmo quando se qualificam tanto quanto os brancos, os negros continuam em posições e com renda piores.

De acordo com ela, a adoção de cotas para a contratação no serviço público e incentivos para que ocorra o mesmo no setor privado podem ajudar a reduzir as desigualdades, e essa discussão está na agenda do governo.

"Estamos discutindo. Incentivos para o setor privado podem sair dos estudos, e a adoção de cotas para o serviço público é uma perspectiva, mas nessa área ainda não temos tanta maturidade como estamos tendo na área educacional", disse. Segundo ela, há avanços no combate ao racismo no Brasil, mas ainda há uma distância entre dados, legislação e vida real.

## Pesquisa da OIT

Dados divulgados ontem pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), coletados pela Pnad, do IBGE, e a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), do Dieese, entre 1992 e 2005, demonstram que ainda há maior déficit de trabalho decente para os negros, e as mulheres são as mais excluídas.

Para a OIT, trabalho decente é uma ocupação adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança. Por outro lado, os dados revelam melhorias para a população negra na maioria dos indicadores, como taxa de participação e ocupação no mercado de trabalho, formalidade e contribuição social, embora a diferença na comparação com os brancos persista.

Por exemplo, a incidência de trabalho infantil é maior entre crianças negras do que brancas — atinge 2,4% das meninas brancas e 3,4% das negras. En-

tre os meninos, atinge 6% dos brancos e 8,8% dos negros.

A taxa de informalidade para homens e mulheres negras é de cerca de 58%, mas, para os homens brancos, é de 46,4%, e, para as negras, de 42,7%. No período, a maior queda, de 8,1%, foi na taxa de informalidade entre as mulheres negras.

A taxa de ocupação entre mulheres tem aumentado mais para as mulheres brancas, que passou de 38,9% da população feminina para 43,9%. Entre as negras, o número de empregadas subiu de 37,9% para 40,1%.



Ninguém vai dizer que não contratou alguém porque era negro, até porque



## FOLHA DE S. PAULO

# 'Se fosse branco, teria mais oportunidades'

Negros encontram dificuldades para obter vaga e promoção, conta executivo que hoje comanda 200 funcionários de banco

## 'Você sente o preconceito quando ascende'

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Até os 14 anos, Edison Carlos Souza Dias passava as férias escolares ajudando o pai, que era pedreiro e trabalhava em Itaquera (zona leste da capital paulista), bairro onde a família vivia. Depois, foi aprendiz numa marcenaria até entrar no colegial, quando trabalhou em uma construtora como office-boy.

Embora semi-analfabeto, o pai insistiu em que os seis filhos estudassem. Foi o que fez a diferença. Aos 57 anos, Souza Dias é diretor para médias empresas em São Paulo do HSBC, mora no Jardim Anália Franco (bairro nobre da zona leste) e tem dois filhos na faculdade.

A ascensão começou quando ele entrou em administração na Esan (Escola Superior de Administração de Negócios), da Fundação de Ciências Aplicadas, e ingressou no Unibanco como auxiliar de RH. Com algumas transferências e promoções, chegou à gerência de banco. "Foi

uma grande base. Descobri aonde queria atuar, fui treinado e cheguei a um posto."

Segundo ele, é quando a vida começa a melhorar que se verifica a discriminação. "A periferia nivela. Você começa a sentir o preconceito quando começa a ascender. O negro tem de mostrar mais resultados, se empenhar mais", avalia. Para ele, nos processos de recrutamento e seleção se esconde o racismo velado. "Provavelmente, deixei de ascender a alguns cargos sem que soubesse que estava concorrendo a eles. Misturar é muito complicado: é

fácil ser amigo de negro, mas casar com um é outra coisa."

Certa vez, conta, foi agredido frontalmente por um diretor de uma das instituições financeiras onde era superintendente. "A reunião começou a ficar acalorada, discutidos e ele me chamou de 'negro de m...' Todos ficaram mudos, a situação foi de extremo constrangimento. Ele teve uma punição, mas conseguiu manter o emprego. Fizeram-no pedir desculpas. A presidência do banco me chamou e ressaltou que aquela atitude do diretor não condizia com os valores do banco", conta.

## DESIGUALDADE RACIAL NOS BANCOS DE SÃO PAULO

### Bancos têm poucos negros em suas equipes

#### Composição racial dos quatro maiores bancos

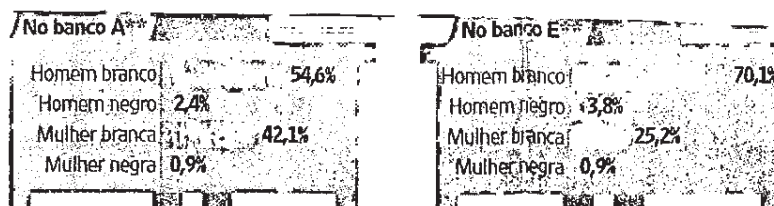


#### Composição racial da PEA\* em São Paulo



Em um banco onde a renda de um homem branco é de R\$ 8.878, a renda de um homem negro é de R\$ 6.020

#### Trabalhadores em cargos de chefia





**'Assim como acontece com as mulheres, às vezes o negro tem de mostrar mais competência, estar acima da média', afirma**

**JULIANA GARÇON**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Aos 53 anos, Freddy Lacerda, superintendente de produção em computadores do banco Itaú, diz não se incomodar mais com a surpresa que sua presença causa em alguns ambientes, como em restaurantes caros. "Depende do jeito como estou vestido e se estou de carrô."

Um dos quatro filhos de uma família humilde — o pai era pintor e a mãe, servente do município —, passou no vestibular para engenharia na USP e era o único negro entre os 600 aprovados. Entrou no banco na mesma época, há 32 anos, como digitador. Promovido, começou a traçar uma carreira de contínuo crescimento. Hoje, lidera uma equipe de 200 pessoas, das quais só 5 são negros.

★

**FOLHA** - Como foi o início de sua carreira?

**FREDDY LACERDA** - Entrei no banco para ajudar em casa, custear os estudos e começar a fazer a vida. O que me favoreceu foi a formação. Trabalhei como digitador de madrugada por quatro meses e não estava agüentando mais, quando fui chamado para entrevista num recrutamento interno. Fui para a assessoria da gerência, cujo chefe era formado pela Poli. Fui até o quarto ano de engenharia, mas parei e posteriormente me graduei em tecnologia da informação.

**FOLHA** - Como é ser negro num ambiente de maioria de brancos?

**LACERDA** - É difícil. Embora haja uma voz corrente segundo a qual não há discriminação, isso não é verdade. Na Poli, a maioria me via como intruso. A pessoa não te maltrata, mas tampouco te acolhe.

**FOLHA** - O setor bancário é mais fechado às minorias?

**LACERDA** - Não, há abertura para a inserção. Se você olhar o contingente dos bancários, verá que muitos são negros, em-

bora a fatia esteja abaixo do percentual de negros na PEA.

**FOLHA** - O sr. já foi vítima de racismo na vida profissional?

**LACERDA** - Não abertamente. Mas em alguns momentos eu achava que tinha de provar que tinha condições, capacidade e competência para estar ali.

**FOLHA** - O que mudou na questão do racismo no Brasil?

**LACERDA** - Hoje o tema está colocado, e a sociedade está passando a aceitar o convívio de forma normal, não no modelo "Casa Grande e Senzala" [obra do sociólogo Gilberto Freyre que analisa a formação cultural do brasileiro]. Negros e outras minorias começam a ser vistos de outra maneira.

**FOLHA** - O sr. acha que sua ascensão profissional seria mais rápida se o sr. fosse branco?

**LACERDA** - Sim, creio que haveria mais oportunidades. Para negros, há dificuldades no recrutamento e para ascender a cargos de chefia. Hoje isso está mudando, com as ações afirmativas. Mas o 'modelo ideal' é o homem alto, magro e de olhos azuis. Ainda há empresas que colocam, com todo o cuidado, o perfil como um pré-requisito. Assim como acontece com as

mulheres, às vezes o negro tem de mostrar mais competência, estar acima da média.

**FOLHA** - O sr. já teve problemas para liderar funcionários brancos?

**LACERDA** - Não. Modéstia à parte, o pessoal me vê como bom gestor. Já tive outros grupos e sempre fui bem-sucedido.

**FOLHA** - O que acha da política de cotas?

**LACERDA** - Sou contra, pois gera discriminação ao contrário. É preciso gerar oportunidades para que as pessoas mostrem que seu talento. Com a cota, o branco se sente discriminado. E surge distorção: brancos que se declaram negros. Isso gera conflito entre raças e povos.

**FOLHA** - Acionar empresas ou setores na Justiça é o caminho?

**LACERDA** - Acho que não, pois estamos falando de atitude, comportamento. A Justiça pode trabalhar na questão de igualdade entre os cidadãos, como coloca Constituição. Mas essa é uma forma de discutir o problema. É preciso buscar as empresas para o debate.

**FOLHA** - O que o sr. recomenda aos jovens negros que estão ingressando no mercado de trabalho?

**LACERDA** - Ter preparação, estudo e vontade de aprender.

## Apenas ações afirmativas não são suficientes, diz entidade

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Os bancos estão mostrando boa vontade e, havendo possibilidade de solução negociada, não serão ajuizadas ações por discriminação contra eles nos Estados. A análise é do vice-procurador geral do Trabalho Otavio Brito Lopes, que, em setembro do ano passado, apresentou na Justiça ação civil pública contra os cinco maiores bancos do Distrito Federal, acusados de discriminação racial. "Vamos acompanhar o andamento das ações afirmativas que os bancos estão adotando."

Os números em que Brito Lopes se baseou — estatísticas da população brasileira e informações dos bancos — não foram considerados provas de discriminação, e a ação foi julgada improcedente. Em Brasília, esses bancos tinham, no ano passado, 1.858 trabalhadores, dos quais 18,7% eram negros.

A expectativa das entidades que provocaram o tema na Procuradoria do Trabalho, contudo, era a de que as 24 procuradorias regionais entrariam individualmente com as ações contra os principais bancos privados de suas regiões.

"Isso daria mais força às ações, já que os julgamentos não ficariam concentrados em alguns juízes", diz o advogado Humberto Adami, presidente da Iara (Instituto de Advocacia Racial e Ambiental) e diretor da FNADV (Federação Nacional dos Advogados). Ele foi o autor da representação que levou o

MPT a abrir inquérito e, finalmente, a ação contra os bancos em Brasília. “Eles teriam de estar ajuizando as ações nos Estados. Não se justifica essa paralisação da Procuradoria do Trabalho”, afirma.

Ontem, Adami protocolou, na OIT (Organização Internacional do Trabalho), um pedido para que a entidade internacional “acompanhe a suspensão das ações ajuizadas.” Para ele, o fato de que os bancos estão criando ações afirmativas não é suficiente. “A mobilização poderia ter sido feita na fase de in-

quérito. A Procuradoria tinha metas, mas não conseguiu impô-las aos bancos. Sou o primeiro a aplaudir as ações afirmativas, mas o que os bancos estão fazendo é pouco. Apenas recrutam alguns estagiários. E apenas em São Paulo.”

Para Mário Sérgio Vasconcelos, diretor de relações institucionais da Febraban, “pendências judiciais” favorecem pouco os negros. “Discriminação nos tribunais não resolve questão de inclusão de negros no mercado”, diz, ressaltando que a entidade vem realizando reuniões com a Comissão de Direi-

tos Humanos da Câmara dos Deputados. Dos encontros saiu a proposta de realização de um censo da diversidade nos bancos, que incluirá os temas raça, gênero e deficiência física.

O estudo, afirma, deverá ser realizado na primeira metade do ano que vem. “Além disso, estamos firmando parcerias e estabelecendo um programa de ação conjunta. Vamos partir para uma coisa mais forte [que o recrutamento de estagiários negros], de maior profundidade”, disse, sem detalhar o tipo de iniciativa que cogita. (JG)

# Escolaridade maior eleva fosso entre negro e branco

## Quanto mais anos de estudo, maior a vantagem salarial dos brancos, diz IBGE

**Mulheres brancas têm renda superior a de homens negros; trabalhadoras negras estão na base da pirâmide salarial do país**

ANTÔNIO GOIS  
PEDRO SOARES  
DA SUCURSAL DORIO

Quanto maior a escolaridade do trabalhador, maior a diferença na renda de pretos e pardos em relação aos brancos, segundo estudo sobre as desigualdades de cor e raça divulgado ontem pelo IBGE.

Tendo como base a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) —restrita às seis maiores regiões metropolitanas—, o levantamento mostra que, em média, um branco ganhava em setembro deste ano R\$ 1.292. É mais do que o dobro do rendimento verificado entre pretos e pardos (R\$ 660). Em relação a setembro de 2005, houve pequena redução da distância en-

tre brancos e pretos e pardos. Os brancos recebiam 102,9% a mais e agora, 95,7%.

A pesquisa mostra que essa diferença não só persiste, como fica mais intensa à medida que aumenta a escolaridade. Entre trabalhadores com menos de um ano de estudo, brancos ganham em média 15% a mais. A vantagem vai a 92% entre os com ao menos o nível médio.

O IBGE separou também só os trabalhadores com nível superior. Neste caso, a diferença é de 48%. É menor que a verificada na população com ao menos ensino médio (onde estão incluídos também os com nível superior), mas bastante superior à encontrada entre os que têm entre 8 e 10 anos de estudo (ensino fundamental completo ou médio incompleto), que era de 24%. Pode-se concluir que o retorno salarial de cada ano a mais na escolaridade é maior para brancos, ainda que todos os grupos tenham aumento com mais educação.

O IBGE ressalva que a pesquisa não tem como avaliar a qualidade do ensino ou o tipo de curso no ensino superior. Um trabalhador branco, por exemplo, pode ter se formado numa carreira mais prestigiada e num curso de melhor qualidade do que um preto ou pardo com mesma escolaridade.

Para Cimar Pereira, gerente da PME, uma parte da diferença salarial entre esses grupos também é explicada pelo processo histórico de exclusão da população negra. Ele diz, no entanto, que o principal fator a diferenciar o rendimento do trabalho é a escolaridade. “Para entrar no mercado, tem que ter um passaporte, que é a escolaridade. Como a da população preta e parda é menor do que a da branca, isso dificulta mais a inserção. Além do mais, essa inserção, quando se dá, acaba sendo em ocupações de baixa qualidade, onde os rendimentos são piores”, disse Pereira.

Uma maneira de ver esse abismo na escolaridade entre os dois grupos é verificar que só 8,2% dos pretos e pardos com mais de 18 anos ao menos frequentaram universidade. Entre os brancos, esse percentual é de 25,5%. Comparando 2006 com 2002, a PME mostra que ambos os grupos melhoraram, mas a diferença permaneceu praticamente inalterada.

Como resultado dessa desigualdade, a pesquisa mostra que, no topo dos 10% de pessoas com maior rendimento (R\$ 1.785, em média), 83,3% eram brancas, contra só 14,4% de pretos ou pardos. Nas faixas de menores rendimentos, os pretos e pardos eram a maioria —52,3% nos 10% mais pobres.

Além de comparar diferenças de cunho racial, a PME permite também analisar como essas diferenças aparecem entre homens e mulheres. A pesquisa mostra que o fator racial pesa mais do que o sexo no momento de explicar a diferença de

renda. Homens, sejam eles brancos, pretos ou pardos, ganham mais, em média, do que

as mulheres da mesma cor ou raça. As mulheres brancas, no entanto, apresentam renda

maior até do que os homens negros. As mulheres pretas e pardas são as com menor renda.

# Negros são metade dos desempregados

Apesar de serem minoria da população em idade ativa, 50,8% dos desocupados em setembro eram pretos ou pardos, diz IBGE

**Os brancos, que são 56,5% das pessoas em idade ativa, eram 49% dos desocupados; pretos e pardos também têm menor escolaridade**

diferença ocorria em Salvador, onde há a maior população preta ou parda (82,1%) com mais de dez anos. Lá, a taxa de desemprego era de 14,7% entre os pretos e pardos e de 8,4% entre os brancos.

Historicamente, os negros sempre estão mais sujeitos ao desemprego nas metrópoles. Em setembro de 2005, os pretos e pardos também eram a maioria dos desocupados —54,9% do total. No mesmo

DA SUCURSAL DORIO

Passados 118 anos da abolição da escravidão no Brasil, os pretos e pardos das principais metrópoles do país ainda sofrem mais com o desemprego e têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

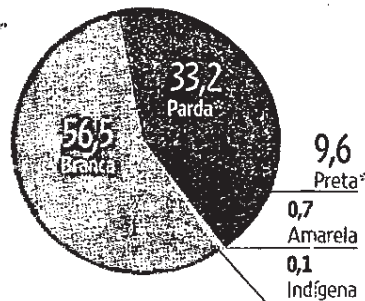
Mais da metade (50,8%) dos desempregados em setembro deste ano eram pretos ou pardos, apesar de eles serem a minoria (42,8%) da população total em idade ativa (acima de dez anos), revela estudo especial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) feito a partir da PME (Pesquisa Mensal de Emprego).

Já os brancos, que representam 56,5% das pessoas em idade ativa, eram 48,6% dos desocupados. Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife), os pretos e pardos têm sempre maior participação entre os desempregados do que na população. Dos 2,292 milhões de desempregados em setembro, 1,164 milhão era composto de trabalhadores pretos ou pardos.

Em setembro, a taxa de desemprego dos pretos e pardos era de 11,8%, acima da média (10%). A taxa dos brancos se situava em 8,6%. Em todas as regiões, a taxa de pretos e pardos estava mais alta, mas a maior

## DESEMPREGO

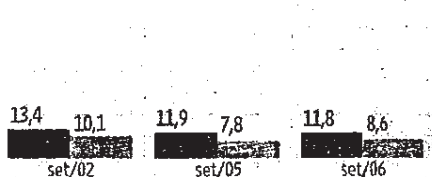
Distribuição da população por cor ou raça, em %



O critério usado pelo IBGE para a identificação da cor/raça é autodeclaração do entrevistado. Por questões estatísticas, o IBGE agrupo pretos e pardos (populações com características bastante semelhantes), pois se fossem separados os dados não teriam precisão

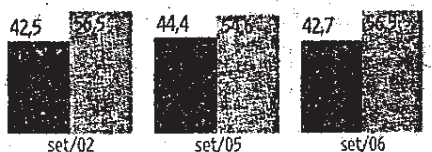
■ Pretos/pardos\* ■ Brancos

Taxa de desemprego Em %



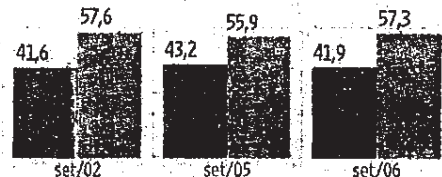
Idade para trabalhar

Pessoas em idade para trabalhar (acima de dez anos) nas seis principais regiões metropolitanas, em %



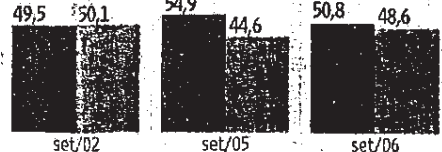
Empregados

Parcela de pessoas empregadas por cor/raça, em %



Desempregados

Parcela de pessoas desempregadas por cor/raça, em %



\*Nomenclatura usada pelo IBGE

Fonte: IBGE



mês de 2002, eles representavam 49,5%, percentual superior a sua participação na população ativa (42,6%). A taxa de desemprego também se mantém sistematicamente mais alta desde 2002.

Para Cimar Azeredo Pereira, gerente da PME, um dos motivos das diferenças é que na evolução histórica do país a população preta e parda não foi incluída. "Voltando para o passado, eles não vieram para cá como reis nem para investir. Vieram em navios negreiros. Essas pessoas nem eram remuneradas. Já passaram mais de cem anos. É um processo histórico que está de certa forma 'doendo' no que tange a essas dife-

renças e causando esse abismo que as estatísticas mostram."

Para Pereira, outra razão para explicar as diferenças é a menor escolaridade de pretos e pardos —7,1 anos de estudo. Os brancos frequentaram a escola por 8,7 anos —a média era de 8 anos.

### Abismo

"As estatísticas mostram um verdadeiro abismo quando se compara a situação do mercado de trabalho para pretos e pardos. Grande parte dessas diferenças se deve à escolarização", disse Pereira.

Entre todas as pessoas com mais de dez anos, 45,9% dos brancos tinham mais de 11 anos

de estudo, ou seja, ao menos o ensino médio. Para pretos e pardos, o percentual era de 28,5% —a média se situava em 38,6%.

Pelos dados da pesquisa, o perfil dos pretos e pardos também é mais jovem. A idade média era de 30,6 anos. Os brancos tinham 34,4 anos, em média. Da população em idade ativa na faixa dos 10 a 17 anos, 17,8% eram pretos e pardos —13,5% entre os brancos.

A jornada de trabalho média dos brancos ficou em 39,5 horas semanais em setembro. No caso dos pretos e pardos, estava um pouco menor: 38,7 horas.

Colaborou CLARICE SPITZ,  
da Folha Online, no Rio

## Pretos e pardos só são maioria do mercado na construção civil e como domésticos

DA SUCURSAL DORIO

Apenas em duas atividades os pretos e pardos são a maioria dos trabalhadores: a da construção civil, tipicamente masculina, e de domésticas, composta majoritariamente por mulheres. Em comum, as duas têm rendimentos baixos.

Os pretos e pardos são 55,4% dos ocupados na construção e 57,8% dos trabalhadores domésticos. Na indústria, onde estão os maiores rendimentos, são 39,3% e 60% de brancos.

Apesar de serem a maioria na construção civil, os pretos e pardos recebem 41,9% menos que os brancos empregados naquela atividade. A renda média era de R\$ 714,45 —a dos brancos estava em R\$ 1.369,25. No caso das domésticas, a diferença de renda era menor: as pretas e pardas ganhavam R\$ 354,94, 12,4% menos que as brancas (R\$ 405,39). Na indústria, os pretos e pardos recebiam 47,8% menos —R\$ 714,45, enquanto o rendimento dos

brancos era de R\$ 1.369,25.

Por ramos de atividade, o IBGE não separa as informações por funções, o que poderia explicar a diferença de rendimento. Mas um outro dado sugere que os brancos se ocupam nos cargos de menor qualificação. No grande grupo dos profissionais (inclui todos com ensino superior), os brancos eram 79,9%. Os pretos e pardos, 17,9%. No de técnicos de nível médio, os brancos eram 64,7%, e os pretos e pardos, 34,4%.

Conforme cai a exigência de formação profissional, sobe a participação dos pretos e pardos: na categoria de comerciantes e prestadores de serviços, eles eram a maioria —51,7%, ante 47,8% dos brancos.

Para Maria Lúcia Vieira, economista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, uma das hipóteses para a diferença de rendimento são as profissões escolhidas. Mesmo com nível superior, diz, os pretos e pardos podem fazer, por exemplo, enfermagem ou assis-

tência social, cuja renda é mais baixa, e os brancos, medicina.

A maior diferença de renda apareceu na categoria de serviços prestados a empresas, que inclui de terceirizados de segurança e limpeza a corretores e bancários e na qual os pretos e pardos correspondiam a 34,6% dos empregados. Eles ganhavam 51% menos que os brancos. A remuneração no comércio era 46,4% menor —na categoria, representavam 41,1%.

Entre todas as pessoas empregadas, os brancos correspondiam a 57,3%, contra 41,9% dos pretos e pardos. Tal situação se reflete nas categorias de ocupação: os brancos eram a maioria entre os carteira assinada, sem-carteira e por conta própria. Mas, entre os registrados, havia uma diferença mais expressiva: 59,7% de brancos, ante 39,8% de pretos. Nos sem-carteira, eram 54,5% e 44,6%, respectivamente. Os pretos e pardos com registro em carteira ganhavam 43,4% menos do que os brancos.

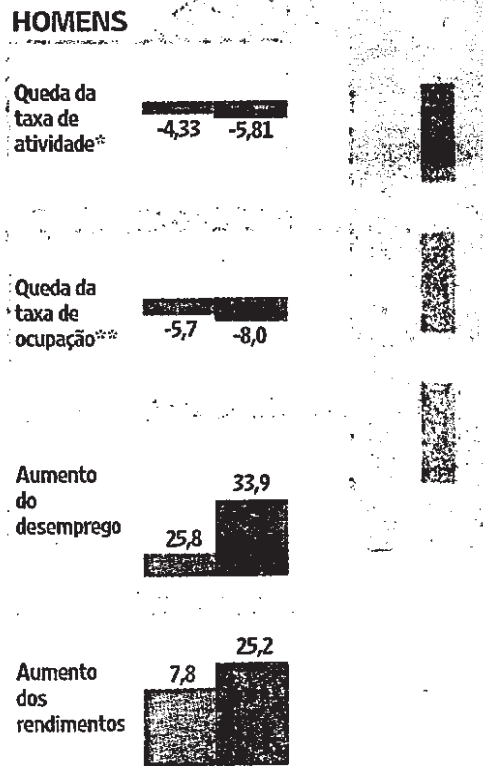
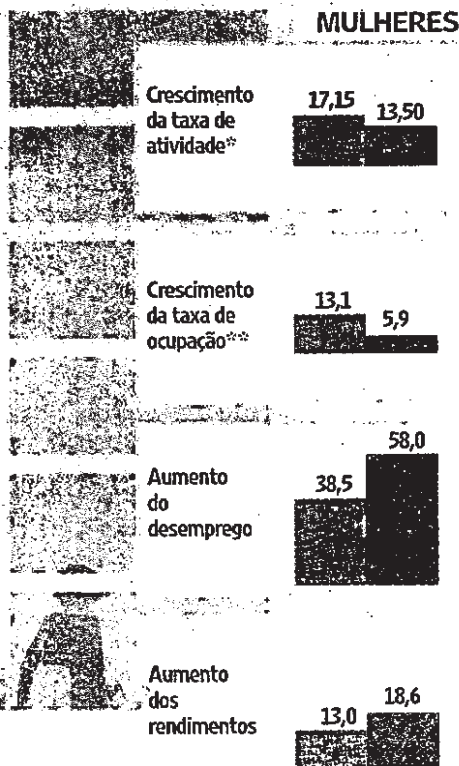


**MERCADO DE TRABALHO**

Segundo a OIT, entre 1992 e 2005, diminuíram as diferenças, mas mulheres negras ainda são as mais excluídas do mercado de trabalho

O que aconteceu no período (1992-2005), em %

■ Brancos ■ Negros



\*Quanto da população em idade ativa está no mercado de trabalho empregado ou procurando emprego.  
 \*\*Proporção de pessoas que estão trabalhando sobre o total que estão no mercado de trabalho.  
 Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho), com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), do IBGE, e Dieese.

**Em SP, 44% dos sem-emprego são negros**

CLAUDIA ROLLI  
DAREPORTAGEM LOCAL

Quatro em cada dez desempregados na região metropolitana de São Paulo são negros. É o que revela estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgado ontem a partir de informações do mercado de trabalho analisadas no período

de agosto do ano passado a julho deste ano.

Do total de desempregados na Grande São Paulo, 43,8% são negros e 56,2%, não-negros. O percentual é menor do que o verificado na média das seis regiões pesquisadas pelo Dieese (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) —em que 55,3% do contingente de desempregados são negros.

Os negros correspondem a 36,2% da PEA (População Economicamente Ativa) na Grande São Paulo, enquanto os não-negros, 63,8%.

As taxas de desemprego verificadas entre a população negra têm diminuído na comparação com períodos anteriores, segundo mostra o estudo. Em 1998, o desemprego entre os negros foi de 22%. Neste ano, o índice é de 20%. Já entre os não-negros, o índice passou de 15,6% para 14,6% no mesmo período.

O rendimento médio real por hora pago aos negros em São Paulo é 45,7% menor que o dos não-negros. Enquanto um trabalhador negro recebe, em média, R\$ 3,98 por hora, um não-negro recebe R\$ 7,33, segundo

valores de junho deste ano.

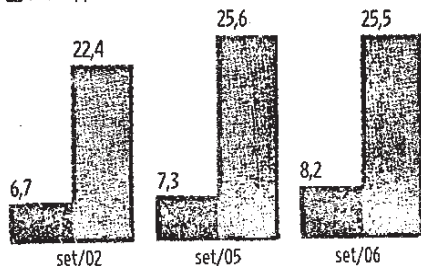
O estudo destaca que “a posição desfavorável dos negros no mercado de trabalho somente será modificada com a implementação de políticas de redução da pobreza, de campanhas contra a discriminação e pela garantia de acesso e pelo aumento da oferta de serviços públicos de qualidade, como a educação”.

Um dos programas que contribuem para a redução da desigualdade, segundo apontam os técnicos, é o de cotas que garantem vagas para negros nas universidades.

## NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Proporção de pessoas com 18 anos ou mais que frequentaram ensino superior em relação ao total da população com idade ativa (acima de dez anos), em %

■ Pretos/pardos\* ■ Brancos

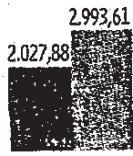


Pessoas com nível superior completo em setembro deste ano  
Em %



Escolaridade média  
Em setembro,  
em anos

Rendimento médio das pessoas com nível superior completo  
Em R\$



\*Nomenclatura usada pelo IBGE

Fonte: IBGE

## Escolaridade ainda é maior fator de menor renda paga aos negros

DA SUCURSAL DORIO

A comparação simples da renda entre negros e brancos

não permite, isoladamente, dizer o quanto dessa diferença é explicada pela desigualdade no acesso à educação e o quanto

ela é motivada pela discriminação racial no mercado de trabalho. Outros estudos que tentaram chegar mais próximo dessa resposta sugerem que os dois fatores têm impacto, mas é a escolaridade o que mais explica.

Essa é a opinião, por exemplo, do pesquisador Sergei Soares, autor de estudos sobre o tema. Para ele, não há dúvidas de que a maior parte do diferencial é explicada pelo acesso diferenciado à educação. Ele sustenta, no entanto, que há também um efeito de discriminação no caso de negros que ascendem socialmente.

“A sociedade atribui uma série de tarefas que, se espera, seriam de negros, como carregar saco de cimento, pegar na enxada ou fazer serviços domésticos. Ninguém acha estranho ver negros nessas funções, mas se um deles vira gerente de banco, isso chama a atenção”, afirma.

Marcelo Paixão, economista da UFRJ e coordenador do Observatório Afro-Brasileiro, concorda com Soares: “Não existe um único vetor a explicar a desigualdade. Mas é fato que existe um modelo brasileiro de relações raciais que tende a naturalizar para os negros um perfil de trabalho de baixa escolaridade e rendimento. Isso cria uma situação de tal maneira envolvente que a desigualdade vai fazendo parte da paisa-

gem e encarada como algo natural. Se eu entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro e vir uma sala só com negros, vou achar, isso estranho. Se for só com brancos, no entanto, todos acham natural.”

### Desigualdade menor

Soares cita outra pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), feita pelos pesquisadores Maurício Cortez Reis e Anna Risi Crespo, que também investigou o assunto. Esse estudo mostrava, no entanto, que a desigualdade no rendimento entre negros e brancos estava diminuindo quando se comparavam duas gerações diferentes.

O estudo também mostrava que, de 1990 a 2002, o melhor acesso à educação das populações pretas e pardas estava diminuindo a diferença dos rendimentos explicada pela discriminação racial ou por razões que não são captadas por levantamentos estatísticos.

Em 2002, essa pesquisa concluía que 71% da diferença salarial entre trabalhadores de 24 a 26 anos estava relacionada a fatores como educação; região, setor de atividade e posição na ocupação. Ou seja, 29% da desigualdade era explicada pela discriminação ou por outros fatores. Em 1990, o peso da discriminação era maior: chegava a 35%.

# Educação não reduz desigualdade racial

Pesquisa revela que quanto maior o grau de instrução, maior a distância salarial dos brancos para pretos e pardos

Estudo do IBGE revela que quanto maior a escolaridade do trabalhador brasileiro, maior é a diferença no salário dos brancos em relação ao dos pretos e pardos.

O levantamento teve por base a Pesquisa Mensal de

Emprego do instituto, restrita às seis maiores regiões metropolitanas do país.

Em média, um trabalhador branco recebia em setembro deste ano R\$ 1.292,95,7% a mais que os R\$ 660 ganhos por pretos e pardos.

Entre os trabalhadores com menos de um ano de estudo, os brancos recebiam 15% a mais do que os pretos e pardos. A diferença ia aumentando gradativamente conforme o grau de escolaridade, até chegar a 92% entre

os que têm pelo menos 11 anos de estudo, equivalentes ao ensino médio completo.

No universo específico dos trabalhadores com nível superior completo, os brancos recebiam em média 48% a mais que os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O voto de louvor constará dos Anais. O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.159, DE 2006

**Solicita informações a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os gastos com o programa Pró-Jovem.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações à Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República sobre todas as despesas da referida Secretaria de acordo com as rubricas de pessoal (por item), outras despesas correntes (por item) e investimentos, bem como os resultados do programa pró-jovem, quantos beneficiários e em quais funções nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006.

#### Justificação

Tendo em vista que foi detectado no Siafi uma série de pagamentos atípicos e sem justificativas, realizados pela Secretaria Nacional de Juventude, bem como denúncias realizadas por servidora pública, cabe ao Senado Federal, em função de suas atribuições fiscalizadoras, buscar as informações, necessárias para apurar a legalidade dos gastos efetuados.

Sala das Sessões, 22 novembro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 1.160, DE 2006

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei Senado nº 116, de 2006, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005, por tratarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

#### REQUERIMENTO Nº 1.161, DE 2006

Nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, requeiro o sobrestamento do PLS nº 65, de 2005, em virtude da tramitação na Câmara dos Deputados do PL nº 7.200, de 2006, que dispõe sobre a Reforma Universitária e trata do acesso aos cursos de graduação e de outros temas correlatos àquele PLS.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006. – Senador **Sibá Machado**.

(À Comissão de Educação.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência ao Requerimento nº 1.160, de 2006, de tramitação conjunta, lido anteriormente, há sobre a Mesa decisão da Comissão Diretora, que será lida pelo Senhor Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte:

#### DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, resolve deferir o Requerimento nº 1.160, de 2006, de tramitação conjunta.

Senado Federal,

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent one is a large, stylized signature that appears to be 'João Alberto Souza'. Below it, there are several other signatures, some of which are more compact and less legible. The signatures are written on a white background.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Projetos de Lei do Senado nº 65, de 2005, e 116, de 2006, passam a tramitar em conjunto, nos termos da decisão da Mesa.

Com referência ao Requerimento nº 1.161, de 2006, de sobrestamento, lido anteriormente, a Presidência o encaminha ao exame da Comissão de Educação, a quem cabe a apreciação terminativa dos Projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.162, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de aplauso à Confederação Brasileira de Voleibol pela brilhante participação da Seleção Feminina no Campeonato Mundial realizado no Japão entre 30 de outubro e 11 de novembro, quando conquistou a medalha de prata. O esforço, a aplicação técnica e a garra das atletas contagiaram e servem de exemplo para toda a população brasileira.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 38, de 2006** (nº 460/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre as emissões de títulos da União no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2006.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GSLQUI Nº 357/2006

Brasília-DF, 21 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Com o apreço de sempre, solicito a Vossa Excelência a minha designação para integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga cedida pelo PMDB, conforme entendimentos mantidos com a Liderança daquele Partido.

Certo da sua costumeira atenção, colho do ensejo para renovar-lhe protestos de elevada estima e distinguido apreço. – Senador **Leomar Quintanilha**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Leomar

Quintanilha, por cessão, como titular, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDDB Nº 393/2006

Brasília, 21 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges – PMDB – AP, como suplente, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Leomar Quintanilha – Pcdob – TO, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

LIDERANÇA DO PTB

Ofício nº 749/2006

Brasília, 21 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
DD. Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Arnon Bezerra (PTB–CE), na qualidade de Titular, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga que cabe ao PTB.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e levada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Deputado Arnon Bezerra como titular para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



OF. Nº 802-06-LPL

Brasília, 21 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Partido Liberal indica como titular o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG), e como suplente o Deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG), em substituição ao Deputado Luciano Castro (PL/RR) para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº GSGC – 153/2006

Brasília, 22 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que estou reassumindo a partir de 11 do corrente o meu mandato de Senador da República, representando o Estado do Espírito Santo.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 164/06-GLPSDB

Brasília, 22 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Sérgio Guerra, para integrar como suplente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na vaga do Senador Leonel Pavan.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 165/06-GLPSDB

Brasília, 22 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Tasso Jereissati, para integrar como suplente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na vaga do Senador Marcos Guerra.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2006

**Dispõe sobre o estímulo do Poder Público à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social, altera a redação das Leis nº 1.075, de 27-3-50 que “Dispõe sobre a doação voluntária de sangue”, 7.210, de 11-7-84 que “Institui a Lei de Execução Penal”, nº 8.666, de 21-6-93 que “Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, nº 9.394 de 20-12-96 que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva criar estímulos à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social, altera a redação das Leis nºs 1.075, de 27-3-50, 7.210, de 11-7-84, 8.666, de 21-6-93, 9.394 de 20-12-96.

Art. 2º A Lei nº 1.075, de 27-3-1950 passa a vigor acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 3º-A A doação voluntária de sangue poderá ser utilizada na remição da pena dos condenados a cumprir pena no regime fechado ou semi-aberto, nos termos da Lei nº 7.210, de 11-7-84.

Art. 3º-B O estímulo das empresas à doação voluntária de sangue de seus empregados poderá ser considerado no desempate de pro-

postas que participem de processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666, de 21-6-93.

Art. 3º-C As instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil, públicas e privadas, promoverão a disseminação de informações referentes à doação voluntária de sangue.

Art.3º-D As instituições de educação superior credenciadas como universidades poderão adotar critérios de seleção e admissão que valorizem iniciativas e atos considerados de relevante solidariedade humana e compromisso social, como a doação voluntária de sangue.

Art. 3º-E As entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical de que trata o Art. 240 da Constituição Federal estimularão a doação voluntária de sangue nos eventos que promovam.”

Art. 3º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 126-A. A remição de que trata o art. 126 desta Lei poderá ser obtida, também, pela doação voluntária de sangue, obedecidas as prescrições da Lei nº 10.205, de 21-3-2001.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por:

I – 4 (quatro) doações em um ano para homens, com intervalo mínimo de sessenta dias entre as doações;

II – 3 (três) doações para mulheres, com intervalo mínimo de sessenta dias entre as doações.

§ 2º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.”

Art. 4º o art. 44 da Lei nº 8.666, de 21-6-93, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se os demais:

“Art. 44. ....  
.....

§ 2º No caso de empate entre as propostas, poderá ser utilizado como critério de desempate a demonstração por parte da empresa de que, nos últimos cinco anos, pelo menos 10% de seus empregados foram doadores voluntários de sangue.

.....”(NR)

Art. 5º A Lei nº 9.394 de 20-12-96, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 27-A As instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil, públi-

cas e privadas, promoverão a disseminação de informações referentes à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social, visando à conscientização dos seus empregados, do seu corpo docente, dos seus alunos, dos pais e membros da comunidade.”

Art. 6º O Art. 51 da Lei nº 9.394 de 20-12-96, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 51. ....

Parágrafo único. As instituições de educação superior de que trata o **caput** deste artigo poderão adotar critérios de seleção e admissão que valorizem iniciativas e atos considerados de relevante solidariedade humana e compromisso social.”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 199, § 4º que lei disporá, dentre outros aspectos, sobre a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, vedado qualquer tipo de comercialização.

O comando inserto na norma constitucional foi atendido pelo legislador ordinário que aprovou projeto de lei que, sancionado, transformou-se na Lei nº 10.205 de 21-3-2001.

Referida Lei regulamentou a matéria, bem como estabeleceu o ordenamento institucional necessário à execução das atividades referentes ao sangue.

Um dos principais princípios e diretrizes do marco regulatório das atividades de coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados é o contido no inciso II do art. 14 da Lei nº 10.205, de 21-3-2001, que estabelece, **verbis**:

“Art. 14. A Política Nacional de Sangue, Componentes, Hemoderivados rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

.....  
II – utilização exclusiva da doação voluntária, não remunerada, do sangue, cabendo ao Poder Público estimulá-la como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social;”

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil necessita de 5.500 bolsas de sangue por dia e os principais hemocentros do País trabalham com um déficit de 60%.

Estudos feitos pela Organização Mundial de Saúde – OMS apontam, atualmente, um déficit de 600 mil

doadores de sangue no Brasil. Segundo dados desta estatística, 2% da população brasileira doa sangue voluntária e habitualmente, quando a quantidade mínima seria de 3% da população.

Nesse sentido, objetivando densificar a norma que preconiza a ação efetiva do Poder Público no incentivo à doação voluntária e gratuita de sangue, apresento este projeto de lei que trata de algumas hipóteses em que o estímulo se converte em ações concretas com significativo potencial para aumentar a doação de sangue e reverter o caótico e histórico déficit nos bancos de sangue do País.

As ações propostas abarcam uma gama razoável de atividades e de interlocutores com poderes razoáveis de amplificação e disseminação de informações referentes à extrema necessidade em aumentar o número de doadores voluntários.

São propostas que estimulam:

a) as escolas, públicas e privadas, a promoverem a disseminação de informações referentes à doação voluntária de sangue;

b) as universidades a ponderar, dentre os critérios de seleção e admissão de alunos, as ações que denotem solidariedade humana e compromisso social, como a doação de sangue;

c) as empresas a ter doadores voluntários de sangue no seu quadro de empregados, na medida em que esse fato pode reverter-se em importante fator de desempate em processos licitatórios;

d) os presos a remir a pena cumprida em estabelecimentos prisionais pela doação voluntária de sangue;

e) as empresas integrantes do Sistema "S" a disseminar informações sobre doação de sangue, já que, instaladas em todos os Estados, essas entidades mantêm importantes escolas de treinamento e qualificação profissional e oferecem grande variedade de serviços para trabalhadores, crianças, adolescentes e terceira idade, em matéria de cultura, esportes, alimentação, saúde e lazer.

Adotou-se como técnica legislativa, em respeito à harmonia e higidez do ordenamento infraconstitucional, a promoção de alterações na cinquentenária, porém vigente, Lei nº 1.075, de 1950 que "dispõe sobre a doação voluntária de sangue", bem assim a repercussão dessas alterações legislativas nas leis específicas referentes: Lei de Execução Penal, Lei de Licitações e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Enfim, é um conjunto de medidas que, articuladas, terão o condão de auxiliar na reversão do quadro caótico de insuficiência de sangue e hemoderivados, indispensáveis nas cirurgias e procedimentos médicos de alta complexidade, que podem resultar na preservação da vida de milhares de brasileiros.

Além do auxílio direto àqueles que necessitam do sangue e dos hemoderivados, há o benefício indireto que consiste em assegurar diagnósticos gratuitos e a atuação preventiva do Estado na detecção de doenças que poderão ser enfrentadas ainda em estágio inicial, poupando significativos recursos alocados à medicina curativa, além de funcionar como estímulo à promoção da solidariedade social e da saúde geral da população.

Pelo exposto, em face da relevância do projeto que propugna pelo estímulo à solidariedade entre os brasileiros em relevante matéria de saúde pública, pleiteio a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Efraim Morais**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.075, DE 27 DE MARÇO DE 1950

#### **Dispõe sobre doação voluntária de sangue.**

O Presidente da Republica, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será consignada com louvor na folha de serviço de militar, de funcionário público civil ou de servidor de autarquia, a doação voluntária de sangue, feita a Banco mantido por organismo de serviço estatal ou paraestatal, devidamente comprovada por atestado oficial da instituição.

Art. 2º Será dispensado do ponto, no dia da doação de sangue, o funcionário público civil de autarquia ou militar, que comprovar sua contribuição para tais Bancos.

Art. 3º O doador voluntário, que não for servidor público civil ou militar, nem de autarquia, será incluído, em igualdade de condições exigidas em lei, entre os que prestam serviços relevantes à sociedade e à Pátria.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1950; 129º da Independência e 62º da República. – **Eurico G. Dutra** – **Adroaldo Mesquita da Costa** – **Sylvio de Noronha** – **Canrobert P. da Costa** – **Raul Fernandes** – **Guilherme da Silveira** – **Clóvis Pestana** – **Carlos de Sousa Duarte** – **Clemente Mariani** – **Honório Monteiro** – **Armando Trompowsky**.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12-4-1950.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

**Institui a Lei de Execução Penal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
Do Objeto e da Aplicação  
da Lei de Execução Penal**

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º A jurisdição penal dos Juizes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

**SEÇÃO IV  
Da Remição**

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

**Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
Das Disposições Gerais**

**SEÇÃO I  
Dos Princípios**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada à utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

§ 2º Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**



O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**  
**Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

*(Às Comissões de Educação; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2006**

**Altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea **t** do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação conferida pela Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 28. ....

§ 9º .....  
.....

**t**) o valor relativo a plano educacional que vise à educação escolar, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo;

..... (NR)”

**Justificação**

Atualmente, há dispositivo legal que permite que o custeio da educação dos empregados possa ser abatido da contribuição patronal para a Previdência Social. Trata-se do art. 28, § 9º, **t** da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei de Custeio da Previdência Social), que assim dispõe:

“Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

**t**) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo;

.....”  
*(Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20-11-1998)*

Verifica-se, pois, que, desde que o plano educacional da empresa não seja utilizado em substituição de parcela salarial e desde que seja oferecido a todos os empregados e dirigentes, o valor a ele correspondente não constitui base de incidência de contribuição previdenciária.

Esses condicionantes visam evitar que a empresa utilize o custeio da educação como forma de pagar menores salários e, conseqüentemente, recolher menos

contribuições. Tal prática seria prejudicial à Previdência Social e a todos os seus segurados e dependentes, por implicar elisão de tributo e por redundar em menores benefícios previdenciários para os empregados.

Há, no entanto, um condicionante que não encontra razoável justificativa: a limitação de que, para ser excluído da base de incidência da contribuição previdenciária (o que significa não ser considerado salário-de-contribuição), o plano educacional vise unicamente a educação básica. De acordo com o art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Ou seja, não abarca a educação superior. Isso significa que a legislação previdenciária considera como salário, para efeito de incidência de contribuição patronal, os gastos do empregador que visem a educação superior de seus empregados, mesmo que tais gastos não estejam substituindo salários e sejam oferecidos a todos. Isso não é justo.

A legislação trabalhista torna outra posição com relação à matéria. De acordo com o art. 458, § 2º, II, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (com a redação conferida pela Lei nº 10.243, de 19 de junho de 2001):

“Art. 458. ....

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático: .....

Ou seja, a CLT define que gastos com educação em geral (básica e superior) não podem ser considerados salário. O que é razoável e justo. Afinal, num mundo cada vez mais avançado e exigente, onde a tecnologia avança a passos largos, a educação superior é elemento cada vez mais fundamental para elevar a produtividade do trabalho. Não permitir que os gastos com seu custeio sejam isentos de contribuição previdenciária representa desestímulo ao aprimoramento profissional dos trabalhadores brasileiros.

Vai, pois, em direção contrária ao disposto no art. 205 da Constituição Federal, que dispõe que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família,

será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O objetivo do presente projeto de lei é sanar essa incoerência entre as legislações previdenciária e trabalhista e atender ao comando do art. 205 de nossa Carta Magna, em prol do trabalhador e do Brasil. Para tanto, substitui, no texto previdenciário, a expressão “educação básica” por “educação escolar”.

Em vista do exposto, fica evidente o alcance social da proposição, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

#### TÍTULO VIII

#### Da Ordem Social

#### CAPÍTULO III

#### Da Educação, da Cultura e do Desporto

#### SEÇÃO I

#### Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

“Art. 458. ....

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores

relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático:

.....“  
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e da outras providências.**

.....  
Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

.....  
§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

.....  
t) o valor relativo a plano educacional que vise à educação básica, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo;

.....  
(Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

(Às Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.212, DE 2006**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 24, de 2001 (na origem, nº 9.214-SGS-TCU e 9.345-SGS-TCU, ambos de 14 de dezembro de 2000, 2.411-505-TCU, de 4 de agosto de 2002 e 961-SGS-TCU Plenário, de 26 de outubro de 2005), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF- 180 e a divisa DF/GO, no período de**

**17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº 010.47172000-8).**

Relator: Senador **Augusto Botelho**

Retorna, para exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Aviso (AVS) nº 24, de 2001 (na origem, nº 9.214-SGS-TCU, 9.345-SGS-TCU, ambos de 14 de dezembro de 2000, 2.411-SGS-TCU, de 14 de agosto de 2002, e 1.961-SGS-TCU-Plenário, de 26 de outubro de 2005), que se refere ao encaminhamento, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento do Senado Federal, de cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº 010.471/2000-8) e de cópia do Acórdão nº 293, de 2002, bem como dos respectivos votos e relatórios que o fundamentam, referente à tomada de contas especial (TC nº 010.471/2000-8).

Em relatório que apresentamos no dia 16 de agosto de 2005, manifestamo-nos para que a CMA tomasse conhecimento do teor da matéria analisada e que enviasse ofício ao Presidente do TCU, para que esta Comissão fosse informada quanto aos desdobramentos do Acórdão nº 293, de 2002, e que, caso as providências determinadas pelo TCU, tivessem sido adotadas e as impropriedades sanadas, que se comunicasse à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional que não persistiam os óbices levantados por aquele Tribunal ao repasse de recursos federais às obras analisadas no Aviso nº 24, de 2001.

Atendendo a tal solicitação, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, enviou, no dia 26 de outubro de 2005, o Aviso nº 1.961-SGS-TCU-Plenário, que, ao chegar ao Senado, foi juntado ao Processado ora analisado.

Resumidamente, o Ministro informa, por meio deste Aviso, que tão logo se proferir decisão no processo TC nº 13.845/2002-0, será encaminhada cópia deste à CMA.

Assim sendo, manifestamo-nos no sentido de que tendo esta Comissão tomado conhecimento da resposta contida no Aviso nº 24, de 2001, proceda-se ao seu arquivamento.

Sala da Comissão, de 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 24 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/10/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>R. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>AUGUSTO BOTELHO</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL <i>César Borges</i>	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
GEWANE BORGES <i>Gewane Borges</i>	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS - PL <i>Aelton Freitas</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT <i>Flávio Arns</i>
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1-OSMAR DIAS



**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

**RELATÓRIO**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 24, de 2001 (nºs 9.214-SGS-TCU e 9.345-SGS-TCU, na origem, ambos de 14 de dezembro de 2000 e 2.411-505-TCU, de 4 de agosto de 2002), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/60, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº 10.471/2000-8).**

Relator: Senador **Augusto Botelho**

O Aviso (AVS) nº 24, de 2001 (na origem, nºs 9.214-SGS-TCU, 9.345-SGS-TCU, ambos de 14 de dezembro de 2000 e 2.411-SGS-TCU, de 14 de agosto de 2002), ora submetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), refere-se ao encaminhamento, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento do Senado Federal, de cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº 10.471/2000-8) e de cópia do Acórdão 293, de 2002, bem como dos respectivos votos e relatórios que o fundamentam, referente à tomada de contas especial (TC nº 010.471/2000-8).

A Decisão nº 1.093, de 2000, juntamente com os respectivos Relatórios e Voto, chegou ao Senado Federal no dia 20 de dezembro de 2000 e foi encaminhado, em 16 de fevereiro de 2001, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Em 21 de agosto de 2002, o Acórdão nº 293, de 2002, foi encaminhado ao Senado Federal e, em 17 de março de 2003, foi anexoado ao AVS nº 24, de 2001.

A Decisão nº 1.093, de 2000, faz algumas determinações ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das quais destacamos:

1.1. Fixou o prazo de trinta dias para que: **a)** refizesse a medição de todos os serviços executados nas obras fiscalizadas, até o momento da Decisão, e descontasse os valores

pagos a maior, que fossem encontrados, nas medições já faturadas e **b)** que encaminhasse ao TCU o relatório de tais providências.

1.2. Determinou, cautelarmente, que o DNER suspendesse, naquele momento, qualquer transferência de recursos ao DER-DF para execução das obras fiscalizadas, até que o TCU aprovasse as novas medições a serem realizadas pelo DNER.

Como desdobramento das determinações acima expressas, o TCU abriu uma Tomada de Contas Especial que resultou no Acórdão nº 293, de 2002, do qual destacamos as seguintes decisões:

2.1. Rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelos srs. Brasil Américo Louly Campos, Diretor-Geral do DER/DF; Celso Roberto Machado Pinto, Chefe de Gabinete do DER-DF e executor do contrato; Militão da Silva Bastos Júnior, Diretor de Obras do DERDF; Lauro de Oliveira, Gerente de Conservação do 1º Distrito Rodoviário do DER-DF; Fauzi Nacfur Júnior, Chefe do 5º Distrito Rodoviário do DER-DF; e pelos representantes legais da Construtora Premenge empresas Engenharia Ltda., sr. Francisco José de Moura Filho; e da Construtora Torc – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., sr. José Américo Miari, e condenou-os, solidariamente, em débito pela importância de R\$885.980,53, com os acréscimos legais a contar de 16 de novembro de 2000, até a data do efetivo recolhimento.

2.2. Aplicou aos srs. Brasil Américo Louly Campos, Diretor-Geral do DER/DF e Celso Roberto Machado Pinto, Chefe de Gabinete do DER/DF e executor do contrato, a multa individual no valor de R\$50.000,00 e de R\$25.000,00, aos srs. Militão da Silva Bastos Júnior, Diretor de Obras do DER/DF; Lauro de Oliveira, Gerente de Conservação do 1º Distrito Rodoviário do DER/DF; e Fauzi Nacfur Júnior, Chefe do 5º Distrito Rodoviário do DER/DF.

2.3. Rejeitou, parcialmente, as alegações de defesa apresentadas pelos srs. Leonardo Marinho do Monte Silva, Chefe da Residência Regional de Brasília do DNER; Ubirajara Alves Abbud, Chefe do 12º Distrito Rodoviário Federal do DNER; Romerito Gonçalves Valadão, Chefe do Serviço de Engenharia do 12º DRF do DNER; e Dauro José de Sá, Chefe substituto do 12º DRF do DNER, e aplicou-lhes a multa no valor de R\$15.000,00.

2.4. Determinou a suspensão dos efeitos da medida referida no item 1.2 acima, tão logo fossem recolhidos os valores expressos no item 2.1.

2.5. Informou à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização do

Congresso Nacional que, uma vez comprovado o recolhimento ou a compensação do item 2.1, não haveria obstáculos à transferência de recursos previstos no orçamento da União, às obras fiscalizadas.

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria do âmbito das competências do TCU, manifestamo-nos para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere da seguinte forma:

a) envie Ofício ao Presidente do TCU para que esta Comissão seja informada quanto aos desdobramentos das decisões decorrentes do Acórdão nº 293, de 2002;

b) caso as providências determinadas tenham sido adotadas, e as impropriedades sanadas, comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional que não persistem os óbices levantados pelo TCU ao repasse de recursos federais às obras analisadas no Aviso nº 24, de 2001.

Sala da Comissão,

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 24 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR :	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
IERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3-ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
OMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR - PSB	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Ofício nº 63/2005-CMA

Brasília, 16 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor  
Ministro Adylson Motta  
D.D Presidente do Tribunal de Contas da União  
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Parecer ao Aviso nº 24/2001, proveniente dessa Corte de Contas, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO, no período de 17-7 a 10-11-2000 (TC nº 010.471/2000-8)”.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência cópia da matéria para as providências cabíveis.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CMA.

Aviso nº 1.961-SGS-TCU-Plenário

Brasília – DF, 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador Leomar Quintanilha  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Nilo Coelho. Sala 4B Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Parecer s/nº de 2005, sobre Aviso nº 24/2001, proferido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Senado Federal, encaminhado ao Tribunal pelo Ofício nº 63, de 16-8-2005, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.139/2005-8, examinado pelo Plenário desta Como na Sessão Ordinária de 26-10-2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**,  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

## ACÓRDÃO Nº 1.706/2005-TCU-PLENÁRIO

1. Processo: TC nº 015.139/2005-8.

2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

4. Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – MT, antigo DNER.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 1º Secex

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, no que se refere às informações acerca dos desdobramentos da Decisão nº 1.093-TCU-Plenário, de 11-1-2001 e do Acórdão nº 293-TCU-Plenário, de 28-8-2002.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 27 e 29 da Resolução/TCU nº 136/2000, determinar o apensamento dos presentes autos ao TC nº 013.845/2002-0;

9.2. comunicar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal que, tão logo seja proferida decisão no processo TC nº 013.845/2002-0, ser-lhe-á encaminhada cópia;

9.3. determinar o encaminhamento de cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

10. Ata nº 42/2005 – Plenário

11. Data da Sessão: 26-10-2005 – Ordinária

12. Especificação do **quórum**:

12.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Vice-Presidente, no exercício da Presidência), Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar e Augusto Nardes.

12.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator), Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa. – **Walton Alencar Rodrigues**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – **Lincoln Magalhães da Rocha**, Relator.

Fui presente:

**Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral.

## GRUPO I – CLASSE II – PLENÁRIO

TC nº 015.139/2005-8

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – MT, antigo DNER.

Interessado: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Desdobramentos da Decisão nº 1.093-TCU-Plenário e do Acórdão nº 293-TCU-Plenário. Apensamento dos autos ao TC nº 013.845/2002-0. Comunicação.

**Relatório**

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Corte de Contas, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a finalidade de obter informações acerca dos desdobramentos da Decisão nº 1.093-TCU-Plenário, de 11-1-2001 e do Acórdão nº 293-TCU-Plenário, de 28-8-2002.

2. Adoto como relatório a instrução da lavra da ACE Rosana Velasque da Costa, que foi acolhida pelos dirigentes da 1ª Secex:

“2. Primeiramente, cabe lembrar que as obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a BR-180 e a divisa de DF/GO, foram objeto de fiscalização na TC nº 010.471/2000-8 e, devido à constatação de indícios de superfaturamento e de irregularidades na licitação, sua apreciação culminou na Decisão nº 1.093/2002-TCU-Plenário, que determinou a suspensão das transferências de recursos federais para o empreendimento. Após conversão dos autos em tomada de contas especial, foi proferido o Acórdão nº 293/2002-TCU-Plenário, o qual concluiu pela comprovação de superfaturamento nos serviços, pela responsabilidade solidária do débito de R\$885.980,53 e pela imputação de multa aos responsáveis, além de determinar a 1ª Sedex a autuação de processo apartado para acompanhar a continuidade da execução das citadas obras.

3. Desta forma, é oportuno informar que o acompanhamento do Acórdão nº 293/2002-TCU-Plenário está sendo tratado no âmbito do processo TC nº

013.845/2002-0, o qual se encontra na 1ª Secex deste Tribunal para instrução e análise, conforme foi determinado no item 8.7 do referido Acórdão.

4. Diante dessa situação, propõe-se que os presentes autos sejam apensados ao TC nº 013.845/2002-0, dando-se ciência à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como informando-a de que, tão logo seja proferida decisão no referido processo, ser-lhe-á encaminhada cópia.”

É o relatório.

**Voto**

Registro que atuo nestes autos com fundamento no art. 27 da Resolução nº 175/2005-TCU e nos termos da Portaria nº 191, de 25 de agosto de 2003, tendo em vista tratar-se de processo afeto ao Ministro responsável pela Lista de Unidades Jurisdicionadas nº 3, biênio 2005/2006.

2. Preliminarmente, destaco que a presente Solicitação deve ser conhecida, com fundamento no art. 232, inciso III, do Regimento Interno, c/c o artigo 47, inciso III, da Resolução TCU nº 136/2000.

3. Conforme relatado, o objeto da presente solicitação está sendo tratado nos autos do TC nº 013.845/2002-0, o qual se encontra em fase instrutória na 1ª Secex desta Corte de Contas.

4. Assim, enquanto não houver o deslinde daquele processo, as informações ora requeridas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal ficam no aguardo do referido término.

5. Impõe-se, portanto, em consonância com a manifestações da unidade técnica, o apensamento dos presentes autos ao TC nº 013.845/2002-0.

Nesse sentido, acolho a proposição da 1ª Secex e voto por que se adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, 26 de outubro de 2005. – **Lincoln Magalhães da Rocha**, Ministro-Relator.

Aviso nº 430 – GP/TCU

Brasília, 18 de abril de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Leomar Quintanilha



Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 681/2006-TCU – 2ª Câmara, proferido por este Tribunal na Sessão de 4-4-2006, ao apreciar o processo de Acompanhamento das obras de duplicação e restauração da BR-060, entrocamento com a DF-1 80 e a divisa DF/GO (TC nº 013.845/2002-0).

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

A Segunda Câmara proferiu deliberação, nesta data, sobre a matéria em apreço conforme proposto pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues, na Relação nº 18/2006, inserida na Ata nº 10/2006, Sessão de 4-4-2006 – Extraordinária, com o seguinte acórdão:

### ACOMPANHAMENTO

#### ACÓRDÃO Nº 681/2006-TCU-2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, de 4-4-2006, Acordam, por unanimidade, com fundamento nos art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143 e 250, inciso II, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1 – TC nº 013.845/2002-0 (com 2 anexos e apenso TC nº 015.139/2005-8)

Classe de Assunto: III – Acompanhamento.

Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Assunto: Acompanhamento das obras de duplicação e restauração da BR-060, entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO.

1.1. determinar ao DNIT que:

1.1.1. Com relação à segunda etapa do contrato nº 053/2000 – referente às obras de restauração, continue adotando junto ao DER/DF, órgão conveniente, as providências necessárias à conclusão das obras em questão, visando a prosseguir no cumprimento dos itens 9.1.1 – conclusão do Projeto Executivo, em consonância com os padrões técnicos do DNIT; 9.1.2

– dotar a 12ª Unit dos recursos necessários à adequada fiscalização da obra; e 9.1.3 – manter informado o Tribunal a respeito do Convênio PG 184 entre o DNIT e DER/DF, do Acórdão nº 2.370/2003-1ª Câmara;

1.1.2. seja efetuado rigoroso controle nas próximas medições realizadas pelo DER/DF e a empresa contratada, para que sejam descontados os valores glosados pelo Tribunal no Acórdão nº 293/2002-Plenário, tendo em vista que estes valores foram incluídos no Quadro demonstrativo de reflexo financeiro, e que seja encaminhado ao Tribunal, cópias dos documentos relativos à medições, repasses de recursos e prestações de contas relativas ao Convênio PG 184 que se fizerem daqui adiante para que seja procedido o devido acompanhamento. – **Sergio Freitas de Almeida**, Chefe de Gabinete.

### PARECER Nº 1.213, DE 2006

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o Aviso nº 52, de 2001 (nº 848/2001 origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 99/2001, e sobre o Aviso nº 960-SGS-TCU, de 2003, que encaminha cópia do Acórdão nº 622/2003, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).**

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

Relator: **ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

#### I – Relatório

O Aviso nº 52, de 2001, chegou ao Senado Federal em 21 de março de 2001 e, no dia 27 seguinte, foi encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle.

O mencionado Aviso nº 52/2001, encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão nº 99/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Em síntese, mediante a Decisão nº 99/2001, baseada em Relatório, Voto e Voto Complementar do Ministro-Relator Adylson Motta e Voto do Ministro-Relator Guilherme Palmeira, o Tribunal decidiu:

a) determinar ao BNB: o direcionamento dos recursos do FNE para as pequenas empresas; a cobrança judicial dos créditos inadimplidos; não promover renegociação de dívidas em desconformidade com os permissivos legais de modo a evitar as distorções nas informações contábeis, principalmente às referentes ao Ativo; cumprimento com rigor das normas do Banco Central do Brasil; evitar a autonormatização quanto ao provisionamento de créditos em liquidação duvidosa; e a concessão de crédito a empresas consideradas de risco fora dos limites de comprometimento máximo estabelecidos pelo Banco Central e pelas normas internas do BNB;

b) determinar ao Banco Central a apresentação ao Tribunal dos resultados da Inspeção Global Consolidada e das providências para sanear as operações eventualmente tidas por irregulares na gestão do FNE;

c) determinar à Secretaria de Controle Externo – CE (SECEX-CE), entre outras providências, que reexamine a questão do suposto tratamento preferencial dado a grandes grupos empresariais; e

d) remeter cópia dessa Decisão ao Senado Federal.

Em 30 de abril de 2001, o Aviso nº 52/2001, foi distribuído ao Senador Tasso Rosado, para relatar. No dia 10 de maio de 2001, o processado foi devolvido à Comissão.

Em 1º de novembro de 2001, o processado foi distribuído para o Senador Luiz Otávio. No entanto, em 15 de março de 2002, foi designado como Relator o Senador Fernando Ribeiro, de cuja autoria, da folha 13 à folha 35, do processado, constam duas detalhadas minutas de parecer e de correspondência ao TCU, com idêntico teor.

Em 20 de dezembro de 2002, no final da Legislatura, nos termos do art. 89, § 2º, do RISF, o Relator devolveu o processado à Comissão.

Em 25 de fevereiro de 2003, o Senador João Ribeiro foi designado Relator.

Em 4 de junho de 2003, foi recebido no Senado Federal o Aviso nº 960-SGS-TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 622/2003, bem como os

respectivos Relatório e Voto que o fundamentam. Esta documentação se refere à análise do Pedido de Reexame interposto pela Direção do BNB contra a Decisão nº 99/2001, daquele Tribunal. Cabe adiantar que foi negado provimento ao pedido de reexame interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Em 7 de agosto de 2003, o mencionado Aviso nº 960/2003, oriundo do TCU, foi anexado ao presente processado, o qual, a partir dessa data, ficou na Comissão aguardando a designação de relator.

Em 24 de maio de 2005, o processado foi distribuído a este Relator.

## II – Análise

A tramitação do relatório de Auditoria Operacional teve dois momentos de discussão: no primeiro, um Ministro apresentou Voto Revisor, contestado pelo Relator, e, no segundo momento, o BNB interpôs um recurso contra duas determinações.

O Ministro-Revisor se insurgiu contra as críticas do Relatório em relação aos seguintes pontos:

a) a grande inadimplência verificada nos empréstimos do FNE, que era de 27,05%, no geral, e de 51,11% para os devedores com saldos superiores a R\$100 mil;

b) a renegociação das dívidas, transformando saldos em atraso em saldos em situação normal, o que faz o balanço do FNE apresentar ativo saudável, quando, na verdade, parte do Ativo se encontra em situação de liquidez duvidosa;

c) a prática de autonormatização adotada pelo BNB, descumprindo normas do Banco Central para o provisionamento de créditos de liquidação duvidosa;

d) concessão de crédito a empresas consideradas de risco em desacordo com pareceres técnicos do próprio BNB e suas próprias normas internas.

Cabe ressaltar que a fundamentação do Relatório sobre cada um dos pontos acima mencionados é sólida. Por exemplo, a concentração da concessão de crédito aos grandes tomadores, que apresentam elevada taxa de inadimplência, atinge a proporção de 1% das operações (3.727), com o saldo devedor de R\$2,5 bilhões, que respondem por 41% do saldo devedor bruto total

de R\$6,2 bilhões e por 77% da inadimplência total do FNE. Para agravar essa situação, a concessão dessas operações se deu acima do limite de comprometimento máximo de recursos por cliente e teve como tomadores empresas consideradas de risco.

Outro exemplo ilustrativo poderia ser a sobrevalorização do Ativo, que permitiu ao BNB a obtenção de elevado montante de recursos como remuneração para administrar o FNE. Como o limite para a remuneração corresponde a 20% do Ativo, o Banco obteve receitas indevidas, pois sua remuneração tinha como parâmetro um Ativo de fato inexistente, fruto de renegociação de operações de difícil ou impossível recuperação.

Como último exemplo, em 1998, apesar de receber a enorme soma de R\$464 milhões como administrador do Fundo, o BNB aprovou apenas R\$134 milhões para um volume de operações inadimplentes no valor de R\$1,7 bilhão.

Às críticas do Ministro-Revisor, o Relator rebateu com vigor e afirmou:

Estamos diante, portanto, da prática de atos ilegais, que camuflaram os demonstrativos contábeis do BNB e do FNE, levando à sociedade, que é a real detentora do capital do BNB, informações inverídicas.

No entanto, a reunião iniciada e suspensa em 22-11-2000 teve prosseguimento em 14-3-2001, quando as propostas do Ministro-Revisor quanto ao Voto e à Decisão foram aprovadas pela maioria da Corte de Contas.

No tocante ao segundo ponto de discussão, o Tribunal negou provimento ao recurso interposto pela Direção do BNB com base em refutação sólida por parte da equipe técnica do TCU.

Em síntese, tanto em relação ao Voto do Ministro-Revisor como quanto ao recurso dos dirigentes do Banco, a Corte de Contas ratificou em mais de uma oportunidade a desfavorável conclusão da avaliação das rotinas, dos critérios e dos métodos empregados pelo BNB para administrar o FNE.

Transcorrido largo período desde as Decisões tomadas pelo TCU, cabe um esforço de atualização da análise da evolução do FNE, com base nos dados relativos aos exercícios mais recentes.

Quatro temas são decisivos para a compreensão da problemática gestão do FNE pelo BNB: **a)** a inadequada renegociação das dívidas em atraso; **b)**

a contratação de operações de crédito concentradas em poucas empresas; **e)** a elevada inadimplência das operações concedidas; e **d)** a perda de patrimônio do FNE.

À folha 39 do processado, consta:

Com isso o BNB deixa de provisionar em seu balanço os montantes corretos relativos aos devedores duvidosos, fazendo com que não haja redução de seu patrimônio líquido (mascaragem da real saúde financeira do Banco), outrossim, o BNB tem adiado por várias vezes a data de vencimento de dívidas já em atraso, mediante cartas reversais, sem qualquer análise técnica sobre as condições e garantias do cliente, novando a dívida em atraso e, conseqüentemente, não constituindo qualquer provisionamento para a provável perda.

A manutenção de valor fictício para o ativo do FNE também permitiu ao Banco auferir receitas além do devido por longo prazo. No segundo semestre de 2000, a inspeção realizada pelo Banco Central apurou que a necessidade de complementação da provisão para fazer face aos riscos de crédito da carteira do FNE seria da ordem de R\$4,2 bilhões. Caso houvesse procedido corretamente, o BNB seria penalizado duplamente: de um lado, teria havido diminuição do ativo do FNE, o que acarretaria perdas em sua receita como administrador do Fundo, e, de outro lado, o desempenho de suas contas não seria tão favorável caso tivesse feito provisionamento de recursos para fazer face ao risco das operações em atraso, cuja responsabilidade, até 1998, era integralmente do Banco, que para tanto recebia um **dei credere** de 6%.

A gestão dos recursos do FNE foi temerária em geral e, em particular, na concessão de crédito a grandes empresas em situação de risco, com comprometimento máximo de recursos acima dos limites estabelecidos em função da análise do nível de risco de cada empresa. Como já indicado, essas operações de maior porte são responsáveis por 77% da taxa de inadimplência.

A perda de patrimônio do FNE, que já era indicada pelos diversos relatórios do Banco Central e do TCU, foi concretizada no balanço contábil relativo ao primeiro semestre de 2005, quando foi constituída provisão para risco de crédito do FNE da ordem de R\$5,1

bilhões, em obediência à Portaria Interministerial MF/MI nº 1-C, de 15-1-2005.

Essas provisões referem-se, na sua maior parte, a créditos antigos de risco integral do FNE, em operações anteriores a 1998. Apesar de terem sido constatados nas inspeções do Banco Central e nas auditorias do TCU, nunca tinham sido provisionados para fazer face às perdas estimadas. A Portaria 1-C, ao regulamentar o assunto, permitiu que os bancos administradores dos fundos constitucionais, utilizando critérios objetivos, passassem a avaliar com maior precisão o patrimônio dos respectivos fundos constitucionais.

De acordo com a Portaria Interministerial MF/MI nº 1 -C, de 15 de janeiro de 2005, a gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) foi aperfeiçoada nos seguintes pontos:

**a)** uniformização de normas para estruturação e padronização dos balanços e balançetes, que deverão ser elaborados de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e disponibilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, observadas as características peculiares dos respectivos Fundos;

**b)** obrigatoriedade de registro no SIAFI da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

**c)** provisão para créditos de liquidação, duvidosa referente às parcelas do principal e encargos vencidos há mais de 180 dias;

**d)** baixa, como prejuízo do Fundo, das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias;

**e)** registro, em contas de compensação do Fundo, dos valores apurados como prejuízo, na forma estabelecida no item *d* até que sejam esgotados todos os procedimentos para sua cobrança;

**f)** relativamente às operações em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) assumam risco integral ou parcial, deverão ser observadas pela instituição financeira, em seus registros contábeis, as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacio-

nal e/ou pelo Banco Central do Brasil, para a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e para o reconhecimento de prejuízos;

**g)** os valores de risco dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, baixados como prejuízo na forma estabelecida no item f deverão ser devolvidos ao respectivo Fundo no prazo de até dois dias úteis contados da baixa da operação como prejuízo; e

**h)** todos os recebimentos e pagamentos a serem realizados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento deverão estar consignados na Lei Orçamentária Anual.

Como resultado esperado da melhoria da gestão dos Fundos, em função das medidas adotadas pelo Poder Executivo, dificilmente virão a se repetir a maioria dos problemas indicados na documentação do TCU. Além do estabelecimento de normas uniformes para os três Fundos, haverá mais transparência na administração dos recursos públicos envolvidos e seus resultados serão de conhecimento mais tempestivo das autoridades responsáveis por sua supervisão e controle, assim como da opinião pública e das entidades representativas dos setores produtivos das regiões beneficiadas com a atuação dos Fundos.

Os elevados montantes de recursos públicos envolvidos indicam os Fundos Constitucionais de Financiamento como uma prioridade para a agenda de prioridades desta Comissão, mas cabe levar em conta o longo prazo transcorrido desde os acontecimentos e os fatos tratados na documentação encaminhada pelo 1543. Como houve diversas mudanças na administração dos Fundos, parece prudente reservar o tempo desta Comissão à análise de fatos mais recentes e ao acompanhamento do impacto das novas medidas administrativas adotadas pelo Poder Executivo.

### III – Voto

Com base na análise, opinamos pelo arquivamento do processo derivado do Aviso nº 213, de 2001, do TCU, sobre auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.



## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 52 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/10/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>A. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>M. G. M. (PFL)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL <i>César Borges</i>	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB <i>Leonel Pavan</i>
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
GILVANE BORGES <i>Gilvane Borges</i>	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOÍO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS - PL <i>Aelton Freitas</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1-OSMAR DIAS

## **PARECER Nº 1.214, DE 2006**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 21, de 2006 (nº 642/2006, na origem) do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, o relatório de atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2006.**

Relator: Senador **Augusto Botelho**

### **I – Relatório**

Submete-se a esta Comissão o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro trimestre do exercício de 2006, encaminhado por seu Presidente, em cumprimento à disposição prevista no § 4º do art. 71 da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

### **II – Análise**

As atribuições do Tribunal de Contas da União – TCU, a quem compete auxiliar o Congresso Nacional no controle externo dos gastos públicos, estão definidas, detalhadamente, no art. 71 da Carta Magna. Em síntese, cabe ao Tribunal emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governo, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela aplicação de dinheiro público, aplicar a legalidade de atos relativos ao pessoal na administração direta e indireta, realizar inspeções e auditorias nos órgãos e entidades dos três Poderes da União, por iniciativa própria ou a pedido dos órgãos do Poder Legislativo, além de fiscalizar a aplicação de recursos repassados às demais unidades da Federação, mediante convênio.

O documento encaminhado contém de forma organizada e suficientemente detalhada as atividades do TCU no primeiro trimestre de 2006. Na apresentação do relatório, o Presidente do Tribunal destaca o início da fiscalização do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, destinado à recuperação de rodovias, com recursos da ordem de R\$400 milhões, e as auditorias efetuadas na Empresa de Correios e Telégrafos – ECT para a Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, em que foram analisadas mais de 50 licitações, envolvendo R\$5,7 bilhões.

Comenta, a respeito desta última, que “...o trabalho de fiscalização realizado pelo TCU poderia ser mais efetivo caso fosse dada ao Tribunal a possibilidade de quebra dos sigilos bancário e fiscal em determinadas situações.” E acrescenta “... irregularidades como as verificadas na ECT poderiam ser examinadas sob todos os seus aspectos, contribuindo de forma efetiva para o esclarecimento de responsabilidades, da extensão dos danos e a conseqüente restituição de valores desviados.”

Em seguida, o relatório apresenta um resumo, essencialmente quantitativo, das atividades de controle externo do Tribunal no trimestre, que incluíam: a apreciação conclusiva de 1.345 processos; o julgamento de 31.113 atos referentes a pessoal; o julgamento das contas do governo, que concluíram pela irregularidade de 265 processos, o equivalente a 42% do total apreciado. Em conseqüência, o Tribunal decidiu pela condenação de 372 responsáveis ao recolhimento de débito ou pagamento de multa, pela remessa de cópia de 242 processos ao Ministério Público, para fins de ajuizamento em ações cíveis e penais cabíveis, e pela adoção de 26 medidas cautelares.

No detalhamento das atividades, constam as ações específicas e a situação atual das fiscalizações efetuadas, tais como as dos programas de governo avaliados. Do total, 49% das auditorias foram de iniciativa do próprio TCU e 51% do Congresso Nacional. Entre as primeiras, destaca-se a do programa de recuperação das estradas em que, das 99 fiscalizações iniciadas, 48 apresentavam irregularidades graves, com proposta de paralisação, 30 com irregularidades graves sem proposta de paralisação, 13 com outras irregularidades e apenas 8 sem irregularidades.

Entre os demais programas avaliados, mencionam-se os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, Segundo Tempo, Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem, além de outros, nas áreas de transporte, esportes, saneamento e desestatização. Foram detectadas deficiências nas avaliações iniciais do Programa de Manutenção de Hidrovias e no Programa Segundo Tempo, para os quais o TCU fez diversas recomendações. Naqueles

já em fase de monitoramento, para os quais havia recomendações anteriormente expedidas, como o Bolsa Família, o de Erradicação de Trabalho Infantil, o de Saneamento Básico e o Agente Jovem verificou-se a implementação de boa parte das medidas recomendadas.

O Tribunal apurou, também, diversas denúncias veiculadas na imprensa relativas a irregularidades em contratos de empresas e órgãos públicos.

Uma importante informação constante do relatório refere-se aos estudos efetuados pelo Tribunal com vistas a conferir maior eficácia a sua atuação, especificamente perante as iniciativas para suspender a execução das decisões do TCU, por meio de ações judiciais. Os estudos indicaram que a via adotada pelos processos é propositalmente inadequada e o TCU vem tendo seus julgados desconstituídos indiretamente. Recomendou assim à AGU e à Procuradoria Geral da República que colaborem no sentido de evitar o trânsito em julgado dessas decisões e que a AGU informe o TCU acerca do andamento dessas ações e, quando cabível, solicite ao Tribunal os elementos necessários à sua defesa.

Nas fiscalizações que efetua, ao ser constatado dano ao erário, desfalque ou desvios de recursos, o Tribunal remete cópia do processo ao Ministério Público da União (MPU). Neste trimestre, foram enviadas ao MPU cópias de 242 processos envolvendo 309 responsáveis, os quais encontram-se identificados no final do relatório.

O Tribunal atendeu, ainda, 171 pedidos de informação do Poder Judiciário, dos quais 42 provenientes do Supremo Tribunal Federal, 43 das Procuradorias da República dos estados e outros do Poder Executivo e dos Ministérios Públicos da União e estaduais.

O item do relatório que aborda com maior detalhe o relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional apresenta, entre as principais atividades, o atendimento a solicitações de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a cessão de servidores para assessorar comissões parlamentares de inquérito e a emissão de parecer sobre as contas do Governo. No trimestre, ressaltam-se a fiscalização realizada para a Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito sobre a “Exploração Sexual” e 51 auditorias em processos de licitação, efetuadas para a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios. Em consequência, o TCU fez diversas determinações à ECT relativas a procedimentos a serem observados em licitações e contratos e encaminhou cópia da deliberação à CPMI, à Procuradoria Geral da República, à Casa Civil e ao Ministério das Comunicações.

Ainda sobre as solicitações do Congresso, informa-se que 71 processos estavam em tramitação ao final do trimestre, 13 dos quais já foram apreciados. Com relação a estes, é apresentado um resumo dos resultados, indicando as providências tomadas quando se constatam irregularidades.

Na área das atividades administrativas, o relatório noticia a aprovação do Plano Estratégico do TCU, para o período 2006 a 2010, e do Plano de Diretrizes para 2006, que estabelece metas e rotinas para a melhoria operacional e de qualidade e a ampliação da capacidade de resposta do órgão. Relata, no item o TCU e a Sociedade, a preocupação com a transparência e a importância de divulgar informações acerca da gestão pública. Um de seus instrumentos é a Ouvidoria do TCU que recebe sugestões e reclamações a respeito do serviço prestado pelo Tribunal. Mencionam-se também as parcerias com órgãos do governo e com organismos internacionais de fiscalização.

Por fim, são reportadas as atividades do Ministério Público especializado, que atua junto ao TCU, na defesa da ordem jurídica no âmbito do Tribunal. O MP/TCU emite parecer sobre os processos e representa ao TCU sobre determinados assuntos.

### III – Voto

Em face do exposto, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas no relatório e, não havendo outras providências a tomar, voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno.

Sala da Comissão, de 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 21 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/10/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL <i>César Borges</i>	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
GRIVANE BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	1-NEY SUASSUNA <i>[Handwritten Signature]</i>
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS - PL <i>[Handwritten Signature]</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT <i>[Handwritten Signature]</i>
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS



## **PARECER Nº 1.215, DE 2006**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº 592, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o governo dos EUA e o Congresso norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão, típicas de guerra, para deter o fluxo imigratório.**

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

### **I – Relatório**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 592, de 2006, de autoria do Ilustre Senador Eduardo Suplicy, que requer nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o governo dos EUA e o Congresso norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão, típicas de guerra, para deter o fluxo imigratório.

O requerimento do ilustre Senador é fruto da preocupação não só com a integridade daqueles que se arriscam a entrar ilegalmente nos Estados Unidos da América, mas também com os rumos daquela democracia, a qual se encontra entre as mais tradicionais e sólidas de nosso continente.

### **II – Análise**

Muito preocupa a esta Casa a situação daqueles que se arriscam a atravessar ilegalmente a fronteira dos EUA com o México em busca de melhores condições de vida e do chamado “sonho americano”. Essa preocupação tem-se expressado por meio de constantes manifestações do Congresso Brasileiro, no Plenário de suas Casas e em suas Comissões, inclusive com a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para tratar da emigração ilegal, e, junto a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Subcomissão Permanente de Proteção dos Brasileiros no Exterior.

Também nos preocupam alguns dos rumos que vem tomando a democracia estadunidense, com o acirramento das medidas de segurança em reação

aos ataques do fatídico 11 de setembro de 2001 e da “guerra contra o terror” promovida pelo Governo daquele país. Tememos que excessos conduzam a um processo de deterioração de um modelo de democracia e republicanismo que tem servido de paradigma para muitas nações do globo nos últimos duzentos anos. Nesse sentido, as sanções contra imigrantes vão de encontro à tradição acolhedora dos EUA, país que se ergueu sobre os ombros dos que vieram das mais distintas procedências, fugindo dos flagelos da guerra, da fome, da morte, da peste e da intolerância política e religiosa.

Muito bem lembra o Senador Suplicy das inscrições no pedestal da Estátua da Liberdade: “Dêem-me os seus exaustos, os seus pobres, as suas massas ansiosas por liberdade.” Assim é que os EUA, desde suas origens, vêm se desenvolvendo graças às contribuições de imigrantes das mais diferentes origens, tornando-se uma nação plural e próspera.

Atualmente, uma parcela importante da mão-de-obra que constrói a América é de imigrantes latinos e seus descendentes, dentre os quais milhares de brasileiros. De grande risco para a riqueza humana daquele país é a impropriedade associação da imigração ilegal pela fronteira sul com o terrorismo, o que repercute no acirramento das restrições aos imigrantes e da perseguição contra aqueles que vivem nos EUA em busca do sonho americano. Compartilhamos, portanto, das preocupações do Senador Suplicy.

Entretanto, convém ressaltar que a decisão de reforçar suas fronteiras e reorganizar sua política de imigração é um direito natural e inalienável dos EUA como Estado soberano, direito associado à autodeterminação dos povos. Ademais, no caso estadunidense, trata-se de medidas do Governo referendadas pelo Congresso, onde têm assento os representantes legítimos do povo daquele país.

Registre-se, outrossim, que uma ação desta Casa instando as autoridades estadunidenses a reverem suas posições políticas, inclusive em questões internas, pode ser interpretada como uma violação ao princípio da não-intervenção, estabelecido no art. 4º da Constituição Brasileira. Ademais, uma vez que compete ao Presidente da República, também na forma de nossa Constituição, a celebração das Relações Internacionais do Brasil, uma iniciativa como a proposta por parte do Senado poderia ser percebida como violação ao princípio da separação dos poderes.

Claro que a pertinente preocupação do Senador Suplicy, por todos aqui compartilhada, não pode ser desconsiderada por esta Comissão. Somos, portanto, pela aprovação do requerimento do Senador, convertendo-o em voto de solidariedade para com todos os

que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante. Também sugerimos a conversão da proposta em voto de solidariedade para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos países fundadores da nação estadunidense, os quais podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

### III – Voto

Pelo exposto, concluímos aprovação do Requerimento nº 592, de 2006, nos seguintes termos:

#### REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2006

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Voto de Solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante. Requeremos, também, Voto de Solidariedade para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos países fundadores da nação estadunidense, valores esses que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

Requeremos, ainda, que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Estados Unidos da América, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Roberto Saturnino**, Relator – **Ney Suassuna** – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Serys Silhessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Mão Santa** – **Marcelo Crivella** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com relação aos **Pareceres nºs 1.212, 1.213 e 1.214, de 2006**, lidos no Expediente, referentes aos **Avisos nºs 24 e 52, de 2001; e 21, de 2006**, a Presidência, em observância à conclusão dos referidos pareceres, encaminha as matérias ao Arquivo.

Com referência ao Requerimento nº 1.163, de 2006, apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presidência informa que o requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2006

**Altera e acrescenta parágrafos ao art. 195 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 195 da Constituição o inciso V **caput** e os §§ 14, 15, 16, 17 e 18, e dê-se nova redação a seu § 7º:

.....  
“V – sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, cuja alíquota será de, no máximo, oito centésimos por cento a partir de 2015, e o produto da arrecadação, desse exercício em diante, aplicado integralmente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida, nos termos de lei complementar.”

“§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social, não se incluindo a contribuição de que trata o inciso V do **caput**, as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

.....  
§ 14. Não se aplica à contribuição de que trata o inciso V do **caput** o disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.

§ 15. A lei complementar poderá dispor sobre a compensação, total ou parcial, da contribuição de que trata o inciso V do **caput** com o imposto previsto no art. 153, III, da Constituição.

§ 16. A contribuição a que se refere o art. 195, V, não incidirá nos lançamentos:

I – em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

**a)** câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;

**b)** companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

**c)** sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

II – em contas correntes de depósito, relativos a:

**a)** operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

**b)** contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

III – em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.

§ 17. O disposto no inciso I do parágrafo anterior aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 18. O disposto no inciso II do § 15 aplica-se somente a operações e contratos efetu-

ados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias.

Art. 2º São acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os seguintes artigos 95, 96 e 97:

“Art. 95. A contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista no art. 195, I, da Constituição, será regulada pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 1º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de, no máximo:

I – três mil quatrocentos e vinte e cinco décimos de milésimo por cento (0,3425%), de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008;

II – trezentos e cinco milésimos por cento (0,305%), de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009;

III – dois mil seiscentos e setenta e cinco décimos de milésimo por cento (0,2675%), de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010;

IV – vinte e três centésimos por cento (0,23%), de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011;

V – mil novecentos e vinte e cinco décimos de milésimo por cento (0,1925%), de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012;

VI – cento e cinquenta e cinco milésimos por cento (0,155%), de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013; e

VII – mil cento e setenta e cinco décimos de milésimo por cento (0,1175%), de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

§ 3º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o restante será repartido na proporção de 2/3 (dois terços) para o Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, e 1/3 (um terço) para o custeio da previdência social.

“Art. 96. São acrescidos cinco anos ao prazo fixado no art. 79 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

“Art. 97. Enquanto não for editada a lei complementar prevista no art. 195, V, da Constituição, permanecerá vigente, no que couber, para fins da aplicação do produto da arrecadação nele referida, a Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.”

### Justificação

O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, que, mediante a inclusão do art. 90 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogou pela última vez, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF).

De acordo com o texto constitucional, a alíquota da CPMF é hoje de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). É consenso entre os especialistas que essa contribuição deve se tomar tributo permanente, com alíquota bem menor que a que se aplicou até hoje. Nossa convicção ainda é de que os recursos para o combate à pobreza não podem ser eliminados no médio prazo, e que devem ser mantidos no patamar atual.

O texto da PEC é muito objetivo e propõe basicamente:

- i) Dar caráter permanente à contribuição;
- ii) Reduzir gradualmente a alíquota da contribuição de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) para 0,08% (oito centésimos por cento) em oito anos, a contar de 2008, facultando-se, por lei complementar, sua compensação com o imposto de renda; e
- iii) Preservar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ou as ações que o caracterizam, e sua fonte de financiamento.

O tributo foi pago de 1994 até 1996 sob forma de imposto. Sua transformação em contribuição em 1997 decorreu da expectativa de que as ações e os serviços de Saúde fossem melhorados. Nada ocorreu à época, pois outras fontes que os financiavam a Saúde foram redirecionados no Orçamento. A Saúde só foi finalmente preservada de novos cortes com a Emenda Constitucional 29, em 2000, que lhe garantiu recursos mínimos calculados proporcionalmente ao Produto Interno Bruto.

O grande salto da alíquota da CPMF se deu em 1999. A EC 21, de março daquele ano, a majorou de

0,20% para 0,38%, prorrogou a cobrança da contribuição por 3 anos e acrescentou a Previdência entre os beneficiários da receita; a EC 31, de dezembro do mesmo ano, manteve adicional de oito centésimos de ponto percentual, em favor do então criado Fundo de Combate à Pobreza. Antes, o produto da arrecadação era destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde.

Segundo a presente Proposta, a CPMF é trazida para o corpo permanente da Constituição, ampliando-se o rol de tributos que financiam a seguridade social (art. 195). Sua alíquota é fixada, a partir de 2015, permanentemente em 0,08% (oito centésimos por cento) e o produto de sua arrecadação é destinado inteiramente a ações e programas que hoje caracterizam as aplicações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Por esta razão, está previsto que lei complementar estabelecerá os termos do uso dos recursos arrecadados pela contribuição.

Não se estendem à CPMF as isenções que alcançam as entidades beneficentes de assistência social, que, em nova redação, continuam limitadas à contribuições preexistentes. Continuam não se aplicando à CPMF os preceitos estabelecidos nos artigos 153, § 5º, e 154, I, da Constituição, como já fora antes estabelecido no ADCT. Isso significa que a contribuição incide com o IOF, sobre as operações relativas ao ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial. A CPMF continua podendo, ainda, ser cobrada cumulativamente e ter fato gerador ou base de cálculo coincidente com o de imposto.

A mesma lei complementar que fixar os termos para a aplicação do produto da arrecadação da CPMF em ações e programas que caracterizam combate à pobreza, poderá dispor sobre a forma de compensação da CPMF com o imposto de renda, atenuando um pouco mais a carga tributária e estimulando o cumprimento das obrigações principais pelos contribuintes.

Ainda para o corpo permanente da Constituição, são trazidos dispositivos que a EC 37, de 2002, incorporou ao ADCT, como forma de vedar a incidência da contribuição sobre gama seleta de operações financeiras, incluindo o trânsito de valores em contas correntes para a aplicação de estrangeiros no mercado financeiro brasileiro.

Nas disposições constitucionais transitórias, são acrescentados artigos, o primeiro com a finalidade de graduar a queda da alíquota da contribuição, agora não mais referida como provisória, e prorrogar a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que originalmente regulamentou a CPMF, com suas alterações.



Outro artigo acrescentado ao ADCT prevê a prorrogação por mais cinco anos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para que continue em vigor até 2015. Contará, nesse período, com recursos inalterados, equivalentes à alíquota de oito centésimos por cento da CPMF. As duas outras áreas que contam com recursos da contribuição, Saúde e Previdência, perdem recursos na mesma proporção das receitas da CPMF que lhes estão vinculadas, segundo o ritmo da queda da alíquota.

Não obstante os méritos inquestionáveis desse tributo, no que tange ao financiamento de áreas sociais consideradas prioritárias da agenda nacional, como a saúde, previdência e pobreza, não se justifica a alíquota de 0,38% que se aplica hoje. Ela engendra efeitos perversos sobre a economia, no que tange à juros e à distribuição de renda. Atualmente, devido às melhorias de eficiência no nosso sistema de arrecadação e às mudanças na estrutura tributária, como a introdução da não-cumulatividade na cobrança do PIS e da Cofins, passaram a ser permitidas reduções graduais nessa contribuição, sem que isso prejudique o equilíbrio das contas públicas.

Assim, pretendo, com esta Proposta de Emenda à Constituição, corrigir a distorção que a CPMF representa, definindo o horizonte temporal, a partir de

2008, para sua gradual e substantiva redução. A perda decorrente da aprovação da PEC, de R\$25,25 bilhões acumulada em 8 anos, será compensada pelos ganhos de receita decorrentes do diferencial de taxa de crescimento da economia brasileira, por medidas de racionalização e controle das despesas, e pela eventual redução do superávit primário, o que será possível como consequência natural da queda da taxa de juros e da melhora da relação dívida pública líquida/Produto Interno Bruto.

De acordo com a tabela abaixo, a perda de arrecadação da CPMF já poderia ser compensada somente com o aumento da arrecadação dos tributos administrados pela SRF (incluindo a própria CPMF, com alíquotas declinantes) em função do aumento do PIB. Se, além disso, reduzirmos as despesas correntes em 0,1% do PIB a cada ano, o eventual excesso poderia ser destinado a investimentos do setor público. A hipótese de trabalho é de que a decisão de promover o ajuste fiscal assegurará um diferencial para o crescimento em 2008 de 0,25pp do PIB, 0,5pp, em 2009 e 0,5pp em 2010, totalizando 1,25pp do PIB nos três anos e mantendo-se nesse patamar, a partir de então (veja os resultados na tabela abaixo).

Hipoteses: Redução uniforme da alíquota, aumento de 0,25 pp do PIB, em 2008, 0,50 em 2009, 0,50pp do PIB em 2010 em diante (totalizando 1,25pp de aumento em relação a 2007) e redução anual da despesa em 0,1% do PIB de 2007.

(Preços, arrecadação e PIB de 2007 na proposta orçamentária para 2007)

Anos	Redução da Alíquota ao Ano	Nova Alíquota	R\$ milhões					Sobra para Investimentos
			Nova Arrecadação da CPMF	Perda Final = Redução de Alíquota - Aumento do PIB	Compensação		Total	
					Ganho Anual com Outros Tributos pelo Aumento do PIB	Redução Anual da Despesa		
2008	0,0375	0,3425	32.405	3.108	905	2.299	3.204	96
2009	0,0375	0,3050	27.570	4.835	2.715	2.299	5.014	179
2010	0,0375	0,2675	25.631	1.939	4.525	2.299	6.824	4.885
2011	0,0375	0,2300	23.360	2.271	4.525	2.299	6.824	4.553
2012	0,0375	0,1925	20.724	2.636	4.525	2.299	6.824	4.188
2013	0,0375	0,1550	17.688	3.036	4.525	2.299	6.824	3.788
2014	0,0375	0,1175	14.213	3.475	4.525	2.299	6.824	3.349
2015	0,0375	0,0800	10.258	3.956	4.525	2.299	6.824	2.868
<b>Total</b>				<b>25.255</b>	<b>30.770</b>	<b>18.392</b>	<b>49.162</b>	<b>23.907</b>

Os principais motivos favoráveis à redução da CPMF são os seguintes:

- 1 – A CPMF, mais que outros custos decorrentes da atividade de intermediação financeira, mantém a taxa de juros elevada, tanto a taxa básica como o spread bancário, e impede a queda da dívida pública. O IOF, por exemplo, pode ser alterado para mais ou para menos mediante decreto, facilitando seu uso como instrumento de política fiscal.
- 2 – A percepção dos analistas é a de que a CPMF é um mau tributo, por ser ao mesmo tempo cumulativo e regressivo, e não ser seletivo. A Contribuição ainda sobrecarrega os preços finais dos produtos nacionais, reduzindo sua competitividade e dificultando sua inserção em novos mercados externos.
- 3 – A CPMF incide em cascata sobre todas as fases da cadeia da produção, gravando o preço final de bens e serviços em proporção superior à alíquota oficial. Assim é que, em lugar de 0,38%, a arrecadação da CPMF está em torno de 1,5% do PIB. Do ponto de vista do mercado interno, nossos produtos e serviços são penalizados, o que lhes retira competitividade diante dos importados.
- 4 – Seu caráter regressivo decorre principalmente do fato de o ônus do tributo ser transferido no preço de bens e serviços e incidir mais pesadamente sobre contribuintes mais pobres, que consomem maior parte de sua renda.
- 5 – Apesar de reconhecermos que o peso da tributação da CPMF tende a se concentrar sobre aqueles que possuem maior valor de recursos circulando no sistema bancário, isso não invalida o caráter perverso do tributo. Por ser cumulativo, atingindo uma gama enorme de operações que englobam o subconjunto renda, produção e circulação, sem diferenciar gastos essenciais de gastos supérfluos, a CPMF compromete os requisitos de progressividade e seletividade tão caros ao sistema tributário que sempre defendemos.
- 6 – A taxa de juros deve refletir a avaliação do mercado da credibilidade dos títulos de emissão brasileira. Esta credibilidade vem sendo reforçada, agora que o risco Brasil já está abaixo de 230 pontos básicos, e assim continuará caso o governo consiga alcançar suas metas fiscais primárias e reduzir a dívida pública.
- 7 – A preocupação paralela com a questão fiscal e com a questão monetária, por outro lado, sugere a cautela na redução da alíquota da CPMF. Isso não pode ser feito de uma só vez. O investidor não deve temer que o governo não consiga manter suas metas fiscais e de inflação. A importância da receita da CPMF é ressaltada ao compararmos sua receita com a meta fiscal primária da União (excluídas suas estatais). O superávit exigido nos orçamentos fiscal e da seguridade social para 2007 é de 2,45% do PIB, o equivalente a R\$51,7 bilhões, e a CPMF deve aportar R\$35,5 bilhões.
- 8 – O uso da CPMF tem sido justificado com base nos conceitos de abrangência, simplicidade e eficiência arrecadatória incidência sobre a economia informal e fator de combate à evasão fiscal. A relativamente ampla aceitação do tributo se deve à incompreensão da importância da intermediação financeira para o desenvolvimento econômico. Ele implica taxa mais altas de juros reais, sem que isso redunde em maior poupança, desincentivando a formação de capital, a geração de renda e o nível de emprego. A CPMF terá efeitos mais negativos à medida que o crédito se generalize e se expanda, quando consumidores e empresas dependerem mais do crédito. O aumento do crédito ao setor privado, conjugado com menores taxas de inflação, é incompatível com uma alíquota tão elevada da CPMF.
- 9 – O aumento da despesa financeira com juros da dívida pública, causado pela CPMF, deveria ser descontado da arrecadação bruta, para que se pudesse saber exatamente qual o benefício fiscal gerado pela contribuição, fato raramente levado em conta quando se argumenta a favor do poder arrecadador deste tributo.
- 10 – A carga tributária brasileira é muito elevada para países com renda comparável, e a CPMF é a melhor candidata à redução neste momento. A diminuição gradual desse componente da taxa nominal de juros permitirá o corte da taxa de juros e o aumento do consumo e do investimento.

Devemos ponderar a idéia de manter em parte a cobrança da CPMF, com a contribuição permanente, como forma de alcançar os sonegadores, permitindo que o contribuinte responsável proceda ao abatimento dos valores pagos a esse título do imposto de renda devido. Há também que se cogitar de mecanismos que

desonerem efetivamente as pequenas rendas que circulam no sistema bancário.



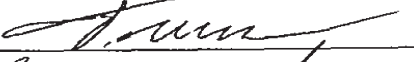

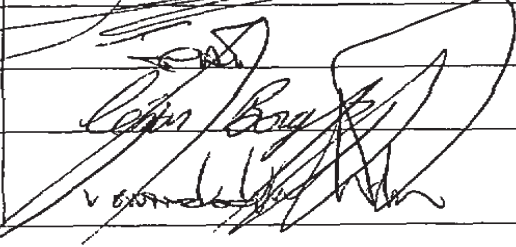
Por fim, a redução pretendida não poderá significar a eliminação do financiamento do combate à pobreza. Quanto à Saúde, seus recursos estão assegurados pelo piso constitucional, que terá que ser atendido, haja

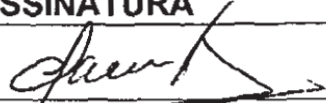
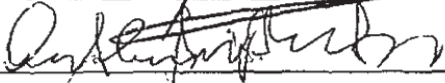
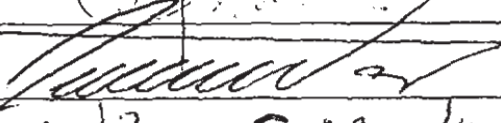

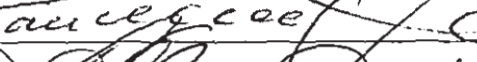


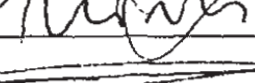
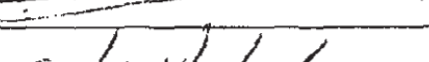
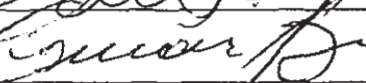
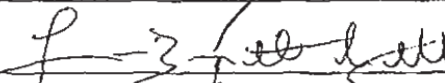


ou não contribuição vinculada. O mesmo vale para a Previdência Social, cujos beneficiários estão assegurados em seus direitos, independentemente da fonte de recursos que os financiem.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
 – Senador **Valdir Raupp**.

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 2006

Altera e acrescenta parágrafos ao art. 195 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

NOME	ASSINATURA
1- Flávio Arns	
2- Augusto Botelho	
3- <del>...</del>	Amor F. Ramos
4- Amedeu Tuma	
5- LEONAR QUINTANILHA	L. Quintanilha
6- <del>...</del>	JANILMA
7- <del>...</del>	MARCELO VILHA
8- GERALDO MESQUITA JR	
9- <del>...</del>	<del>...</del>
10- <del>...</del>	Neto Duarte
11- JONAS PINHEIRO	Jonas Pinheiro
12- <del>...</del>	W. Gusmano
13- Papaleo PAES	Papaleo Paes
14- DEMÓSTENES TORES	Demostenes Torres
15- <del>...</del>	<del>...</del>
16- <del>...</del>	Cam Brys
17- FLEXA RIBEIRO	

NOME	ASSINATURA
18- Luiz Otávio	
19- Arthur Nóbrega	
20- <del>Luiz Otávio</del>	<del>Luiz Otávio</del>
21- Ailton Freitas	
22- <del>Luiz Otávio</del>	Antônio C. Magalhães
23- <del>Luiz Otávio</del>	Tias Viana
25- <del>Luiz Otávio</del>	Geovani B. Jr
26- Leonel Pavan	
27- <del>Luiz Otávio</del>	Sérgio Queiroz
28- <del>Luiz Otávio</del>	..
29- BARRALTI DE VES LILHO	
30- ALVARO DIAS	
31- Paul Otávio	
32- CRISTOVAM BUAQUE	
33- MOZARILDO	
34- Sibi Machado	Sibi Machado
35- Ideli Salvati	
36- OSMAS DIAS	
37- João Baptista Motta	
38- Jefferson Seres	
39- <del>Luiz Otávio</del>	Eduardo Sueding
40- <del>Luiz Otávio</del>	Antônio C. V. Soares



*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

**a)** a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

**b)** a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda constitucional nº 20, de 1998)

**c)** o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, **b**.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do **caput** deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, **a**, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, **b**; e IV do **caput**, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 1º inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, **a**, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

SEÇÃO III

**Dos Impostos da União**

.....  
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

- III – renda e proventos de qualquer natureza;
- IV – produtos industrializados;
- V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI – propriedade territorial rural;
- VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III;

I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

§ 3º o imposto previsto no inciso IV:

I – será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III – não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV – terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003) (Regulamento)

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I – trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II – setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II – na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

## TÍTULO X

### Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 79. E instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

LEI Nº 10.214, DE 27 DE MARÇO DE 2001

**Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências.**

Art. 2º O sistema de pagamentos brasileiro de que trata esta Lei compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, ou com o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas.

Parágrafo único. Integram o sistema de pagamentos brasileiro, além do serviço de compensação de cheques e outros papéis, os seguintes sistemas, na forma de autorização concedida às respectivas câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência:

I – de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito;

II – de transferência de fundos e de outros ativos financeiros;

III – de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários;

IV – de compensação e de liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros; e

V – outros, inclusive envolvendo operações com derivativos financeiros, cujas câmaras ou prestadores de serviços tenham sido autorizados na forma deste artigo.

LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997

**Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 111,  
DE 6 DE JULHO DE 2001

**Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29,  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

**Altera os arts. 34, 35, 158, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 21,  
DE 18 DE MARÇO DE 1999

**Prorroga, alterando a alíquota, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira, a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31,  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000

**Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37,  
DE 12 DE JUNHO DE 2002

Altera os arts. 100 e 156 da  
**Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

LEI Nº 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

**Vide arts. 75, 84 e 90 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias**

**Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores**

**e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.**

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do Governo, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB, de Roraima, como Líder do Governo, por cinco minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e saúdo as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer um registro em decorrência da votação que diz respeito ao décimo terceiro salário para o Bolsa Família.

Ontem, nós tivemos aqui uma discussão e um debate no plenário, e quero reafirmar as posições do Governo. O Governo do Presidente Lula incluiu mais de onze milhões de famílias no Bolsa Família. É um Governo que saiu da cobrança da frequência nas escolas das crianças, como condicionalidade para o recebimento dos recursos, de 19% da frequência para mais de 90% da frequência.

O Programa Bolsa Família existe em todo o Brasil; é muito importante e tem o nosso apoio. Portanto, quero registrar aqui a importância que o Governo e o próprio Presidente Lula dão a esse programa. O que discutimos ontem aqui, para que fique bem claro, não é a ampliação ou não do Programa Bolsa Família. Pelo contrário, o Presidente Lula já ampliou e vai continuar ampliando o nível de enquadramento das famílias, de R\$100,00 para R\$120,00 de renda **per capita**, para poder ter o enquadramento no programa. Portanto, cada vez mais o Governo quer abranger mais pessoas, e nós concordamos com a idéia de melhorar a remuneração do Bolsa Família. Somos favoráveis.

O que discutimos aqui – e nós deixamos bastante claro – é que há um vício de origem, há um equívoco

no projeto, quer dizer, há uma imputação de despesa ao Executivo, uma despesa continuada, que não pode ter origem em proposta legislativa e, sim, em proposta Executiva, com uma série de mecanismos que realmente venham a dar garantias de que as famílias vão poder receber esse dinheiro.

Então, quero deixar muito clara a minha posição: discutimos a legalidade do projeto, mas o mérito do projeto, o mérito do Bolsa Família é inquestionável no Governo do Presidente Lula.

No nosso Estado de Roraima, Sr. Presidente, posso dizer com muita satisfação que os quinze municípios de Roraima hoje recebem recursos do Bolsa Família. Mais de 31 mil famílias, em Roraima, recebem recursos da Bolsa Família. E o Município de Boa Vista, Capital de Roraima, foi o primeiro Município do Brasil a receber os cartões do Bolsa Família, pela gestão da Prefeita Tereza Jucá, e do compromisso do Presidente Lula e do Ministério do Desenvolvimento Social. Hoje, mais de 31 mil famílias recebem, em Roraima, esse benefício e, portanto, se multiplicarmos por cinco, vamos ver que quase metade da população do Estado tem algum tipo de assistência por meio do Bolsa Família. Portanto, é um número bastante significativo e queremos ampliá-lo ainda mais. Estamos em contato com as prefeituras para procurar ampliar ainda mais.

Quero deixar registrado nos Anais a posição do Governo. O documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que fala das condicionalidades para o Bolsa Família, questiona tecnicamente a concessão do 13º salário, que cria uma obrigação trabalhista.

Quero deixar também um detalhamento do Programa Bolsa Família – operação e abrangência do atendimento nos Estados brasileiros. Hoje, mais de onze milhões, cento e dezoito mil famílias recebem o Bolsa Família pelo Brasil, e isso garante, sem dúvida nenhuma, uma condição melhor de alimentação e sobrevivência a essa população.

Portanto, fica aqui marcada a posição do Governo, fica marcada a minha posição pessoal de apoio ao Programa Bolsa Família, à sua ampliação, de buscar caminhos legais, factíveis, para que efetivamente o programa Bolsa Família possa ser ampliado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA**

MEMO N°                /SENARC/MDS

Brasília, 17 de outubro de 2006.

Ao Senhor Assessor-Chefe da Assessoria Parlamentar  
JALES MARINHO

Assunto:            Emite posição da SENARC acerca do Projeto de Lei do Senado n° 262/2006, que “altera a Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino”.

Referência:        Memo n° 376/ASPAR/MDS, de 13 de setembro de 2006.

Senhor Assessor Chefe,

1.        Em resposta ao memorando acima referido, passo a apresentar as razões que levam a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC a manifestar-se contrariamente à aprovação do PLS n° 262/06.

2.        Em primeiro lugar, a proposta normativa do i. Senador Efraim Morais traz para a seara de um benefício de assistência social, o Programa Bolsa Família – PBF, uma bonificação pecuniária de natureza trabalhista. Comprova o argumento o inciso VIII do art. 7° da Constituição da República:

*Art. 7° São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

(...)

*VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.*

3.        Percebe-se que o abono natalino a que alude o PLS n° 262/06 é chamado na CR de décimo terceiro salário. Sua base de cálculo é o salário, que assume diversas denominações, dependendo da espécie de vínculo empregatício, mas que é sempre rendimento decorrente da prestação de trabalho; ou o valor da aposentadoria, rendimento que resulta da contribuição, por anos a fio, aos sistemas de previdência social.

4.        O PBF, por outro lado, tem natureza de assistência social, e como tal persegue os objetivos listados no art. 203, e está organizado de acordo com as diretrizes constantes do art. 204, ambos dispositivos da CR:

*Art. 203 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*

*I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*

*II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;*

*III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;*

*IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;*

*V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.*

*Art. 204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:*

*I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;*

*II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.*

*Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)*

*I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)*

*II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)*

*III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)*

5. Deve-se notar que as ações públicas estatais na área de assistência social não incluem a idéia de benefício natalino. Apenas para citar um exemplo, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, criado no art. 203, V, acima transcrito, ainda que tenha seu valor indexado ao salário mínimo, não inclui o pagamento de décimo terceiro. As regras constitucionais de assistência social, portanto, possuem sua lógica própria, distinta das

lógicas de organização do mundo do trabalho e do sistema previdenciário. Assim, não cabe aplicar a idéia de benefício natalino ao PBF.

6. Segundo, apesar de o PLS ter previsto mecanismos para adaptar a proposta aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sua justificção não traz estudos ou projeções sobre o impacto da medida. Na medida em que o próprio desenvolvimento e expansão do PBF dependem da disponibilidade de recursos orçamentários<sup>1</sup>, implementar um aumento de benefícios para as famílias já alcançadas por essa política social pode comprometer o aumento de sua cobertura. Ou seja, sem estudos detalhados e sem a aprovação do orçamento para 2007, não se pode afirmar categoricamente que a concessão do benefício natalino não acarretaria diminuição do ritmo de expansão do programa, mormente nos municípios que apresentam baixa cobertura.

7. Por fim, a aprovação da proposta contida no PLS nº 262/06 contraria a própria lógica do PBF, tendo em vista que introduzir uma parcela de benefício – o abono natalino – nos recursos financeiros recebidos pelas famílias, sem que haja uma contrapartida a cobrar delas significa a negação da essência do programa, e de sua razão de existir. Como se sabe, a no PBF a implementação do programa depende da articulação entre a transferência condicionada de renda e a promoção do acesso aos direitos sociais básicos. Os recursos financeiros que a família beneficiária recebe servem para atenuar sua situação de provação material. O importante, contudo, é que tais recursos são o estímulo para que a família ingresse no programa. Uma vez inseridas, elas devem obedecer a uma agenda de compromissos, associados à frequência escolar, ao pré-natal e puerpério, à vacinação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil de crianças até 7 anos, às atividades de educação em saúde e nutrição, e à vigilância alimentar e nutricional. É o cumprimento de tal agenda o fator que contribuirá para a família beneficiária romper a cadeia de transmissão da pobreza e da extrema pobreza de uma geração a outra e que, em última instância, justifica o imenso investimento de recursos públicos no PBF. O grande problema do abono natalino proposto é que o PBF faz os pagamentos condicionados ao cumprimento, pelas famílias, de atividades como as descritas acima (comparecimento à escola, vacinação, etc). Estas atividades ocorrem ao longo do tempo. Se for criado o referido abono, como será possível cobrar o cumprimento das condicionalidades, tendo em vista que o décimo terceiro não se refere a um período de tempo específico? Isso vai de encontro à essência programa.

8. Pelos motivos acima apresentados, a SENARC posiciona-se pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 262/06, de autoria do Senador Efraim Morais.

Atenciosamente,

**ROSANI CUNHA**  
Secretária Nacional de Renda de Cidadania

---

<sup>1</sup> O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 2004, que criou o PBF, determina que “o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes”.

## Programa Bolsa Família (PBF)

- É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).
  - Para entrar no Programa Bolsa Família, as famílias com renda mensal por pessoa de até R\$120,00 devem procurar a Prefeitura de seu município e fazer o cadastro no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico).
  - A partir das informações do Cadastro Único, o Governo Federal seleciona as famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa. A seleção considera o orçamento disponível e as metas de expansão do Programa.
  - As famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa podem ser incluídas no Programa independentemente de sua composição.
  - Por sua vez, as famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa podem ingressar no Programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos.
  
- Tipos de benefícios pagos pelo Programa - Os benefícios financeiros estão classificados em dois tipos, de acordo com a composição familiar:
  - básico: no valor de R\$ 50,00, concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa, independentemente da composição familiar;



- variável: no valor de R\$ 15,00, para cada criança ou adolescente de até 15 anos, no limite financeiro de até R\$ 45,00, equivalente a três filhos por família.
- Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE): é concedido às famílias dos Programas Remanescentes (Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-gás), cuja migração para o PBF implique perdas financeiras à família. O valor concedido é calculado caso a caso e possui prazo de prescrição, além do qual deixa de ser pago.

O quadro abaixo mostra os valores de benefícios que as famílias integrantes do Programa podem receber

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>	0-15 anos, gestantes e nutrizes		
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	15,00
		2 Membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	45,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	95,00

- Cada município tem um número estimado de famílias pobres considerado como a meta de atendimento do Programa naquele território específico.
  - Essa estimativa foi elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes do então Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (Mesa), da Casa Civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
  - Os cálculos basearam-se nos dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, ambos do IBGE.
  
- Para o MDS, o público alvo preferencial para o recebimento do benefício em nome da família é a mulher. Essa decisão tem como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade em usar os recursos financeiros em proveito de toda a família.
  
- O Bolsa Família integra o FOME ZERO.
  
- A verificação de trabalho infantil é motivo de perda do benefício pela família.
  
- O Bolsa Família unificou os seguintes programas:
  - Renda Mínima Vinculada à Educação (Bolsa Escola)
  - Programa Nacional de Acesso à Alimentação- PNAA
  - Renda Mínima Vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação)
  - Auxílio-Gás
  - Programa de erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

- Ao entrar no Bolsa Família, a família se compromete a:
  - manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola;
  - cumprir os cuidados básicos em saúde:
    - calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos
    - agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.
  
- Os gestores municipais podem realizar bloqueios, desbloqueios ou cancelamentos dos benefícios financeiros das famílias por meio do Sistema de Gestão de Benefícios – SGB.
  
- A gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, em conjunto com os entes federados, estabelecida no Art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004, é um princípio basilar do Programa Bolsa Família.
  
- Apesar dos benefícios do Programa serem repassados diretamente às famílias, o Bolsa Família se fundamenta na participação de todos os entes federados. Cada esfera de governo tem atribuições e competências diferenciadas em relação ao PBF. Especificamente em relação à gestão de benefícios, a portaria de gestão de benefícios ( Portaria GM/MDS nº 555, de 2006 ) define as atribuições de cada um destes entes nos arts. 20 a 23.
  
- **Responsabilidades da União** - O Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é o gestor do PBF em âmbito federal. A inclusão das famílias no Programa é operacionalizada pela Senarc, que realiza a concessão do benefício, segundo regras predeterminadas.

- **Compete à Senarc:** elaborar as normas e regulamentos que formam o desenho normativo do PBF; gerir o Cadastro Único dos Programas Sociais; fiscalizar a gestão local do PBF; promover melhorias e fomentar a utilização do Sistema de Gestão de Benefícios por parte dos gestores municipais, coordenadores estaduais, membros das instâncias de controle social e integrantes da Rede Pública de Fiscalização do PBF, com vistas à eficiência, eficácia e transparência das ações de gestão de benefícios; promover o intercâmbio das boas práticas entre os gestores municipais do PBF e a divulgação delas em nível nacional; realizar atividades de gestão de benefícios; promover ações de capacitação dos agentes responsáveis pelas atividades de gestão de benefícios e dos membros das instâncias de controle social, em parceria com os demais entes federativos ; dentre outras.
  - **Por fim, cabe ressaltar que os Ministérios da Saúde e da Educação também desempenham um importante papel no que tange à gestão de benefícios, uma vez que o acompanhamento do cumprimento da condicionalidades tem efeitos diretos sobre os benefícios das famílias, conforme Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005 .**
- **Responsabilidades dos Estados** - A participação dos estados na gestão de benefícios está mais focada em seu papel coordenador dos municípios que formam seu território. Os estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo o suporte e o apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do Programa.
- **Compete aos coordenadores estaduais:** promover o credenciamento ao SIBEC dos funcionários do Governo Estadual e dos membros da instância de controle social; divulgar aos demais órgãos públicos



estaduais e à sociedade civil organizada informações relativas aos benefícios do PBF e dos Programas Remanescentes, propiciando, assim, maior transparência às atividades de gestão de benefícios realizadas pelos municípios dentro do seu estado; realizar ações de capacitação dos agentes municipais e estaduais responsáveis pela gestão de benefícios em parceria com o MDS; acompanhar a gestão de benefícios desenvolvida pelos municípios em seu estado, prioritariamente via SIBEC, e ainda informar a Senarc eventuais irregularidades e/ou denúncias identificadas na prestação dos serviços de competência do Agente Operador ou de sua rede credenciada na localidade (correspondente bancário, agentes lotéricos etc .) ; dentre outras.

- **Responsabilidades dos Municípios** - No modelo de gestão descentralizada do PBF, os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias. Neste sentido, os gestores municipais, como executores locais do PBF, podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve se manter atento também à mobilidade geográfica, característica presente nesse estrato da população, promovendo os ajustes nos cadastros das famílias beneficiárias que se fizerem necessários.
  
- **Compete aos gestores municipais:** verificar periodicamente a conformidade da situação das famílias beneficiárias do PBF e dos Programas Remanescentes aos critérios de elegibilidade desses programas, se necessário, utilizando técnicas de amostragem estatística, de modo a adequar os benefícios financeiros à realidade das famílias; realizar o credenciamento dos funcionários da prefeitura e dos integrantes da instância de controle social municipal ao SIBEC, bem como capacitar os usuários; atender aos pleitos de informações e de esclarecimentos da Rede

Pública de Fiscalização; divulgar as informações relativas aos benefícios do PBF e dos Programas Remanescentes aos demais órgãos públicos locais e à sociedade civil organizada; manter a Senarc informada sobre os casos de deficiências ou irregularidades identificadas na prestação dos serviços de competência do Agente Operador ou de sua rede credenciada na localidade (correspondente bancário, agentes lotéricos etc.); dentre outras.

- **Em âmbito nacional, a Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão da CAIXA é a unidade administrativa responsável pela interlocução com o MDS quanto à logística de pagamentos e à operacionalização do PBF e dos Programas Remanescentes, sem prejuízo da necessária descentralização de atividades para a realização dos serviços pactuados em contrato.**
  - Para cada município, há uma agência de vinculação do Agente Operador incumbida da logística de operação dos Programas na localidade, onde o respectivo gerente-geral, ou pessoa designada, deve realizar a interlocução institucional com a Prefeitura, estando permanentemente informado e capacitado pelo Agente Operador a respeito dos assuntos pertinentes à execução do contrato da CAIXA com o Governo Federal.
  - Enquanto Agente Operador, a CAIXA é encarregada de efetuar o pagamento das parcelas do PBF e dos Programas Remanescentes, na sede de todos os municípios.
  - O pagamento de famílias beneficiárias pode ser efetuado nos seguintes canais de pagamento da CAIXA, observadas as regras fixadas pelo Banco Central do Brasil para criação e funcionamento: agências ou postos de atendimento bancários - estabelecimentos oficiais da CAIXA; unidades lotéricas - estabelecimentos comerciais de realização de prognósticos, credenciados e habilitados pela CAIXA; correspondentes

bancários - estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços bancários específicos - credenciados e habilitados pela CAIXA; e terminais de auto-atendimento - equipamentos de automação bancária da CAIXA, sob a responsabilidade de uma agência bancária.

### SITUAÇÃO DO PBF EM OUTUBRO DE 2006

UF: TODAS Programa social: PROGRAMA BOLSA FAMILIA  
 Folha de pagamento: 10/2006

UF	Qtde. municípios atendidos	Qtde. famílias atendidas
AC	22	54.721
AL	102	342.578
AM	62	203.066
AP	16	20.936
BA	417	1.408.832
CE	184	917.411
DF	1	42.606
ES	78	193.439
GO	246	266.892
MA	217	716.604
MG	853	1.185.132
MS	77	118.171
MT	139	142.731
PA	143	499.797
PB	223	419.803
PE	185	861.627
PI	222	361.682
PR	399	481.762
RJ	92	423.113
RN	167	306.140
RO	52	94.506
RR	15	31.525
RS	497	456.975
SC	293	146.367
SE	75	195.447
SP	645	1.117.907
TO	139	109.159
Qtde. total municípios atendidos		5.561
		Qtde. total famílias atendidas
		11.118.929

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos regimentais.

Sem prejuízo da lista de oradores, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes à abertura desta sessão de quarta-feira, estamos aguardando um acontecimento que está na agenda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia de hoje: a reunião com a Executiva do PMDB. Gostaria de me ater a esse assunto, porque não tive oportunidade de me reportar ao importante evento realizado na semana passada, quando, por quase três horas, o Presidente esteve reunido com a Executiva do PT. Hoje ele se reúne com a Executiva do PMDB. E está prevista, na seqüência, uma reunião com outros Partidos.

Quando eu digo que há uma expectativa com relação a essa reunião, isso se deve a vários motivos. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque o procedimento que o Presidente Lula está adotando, neste momento de preparação para o início do seu segundo mandato, se reveste da forte determinação de estabelecer uma relação institucional com os partidos. Isso é algo que devemos considerar positivo. É um avanço e uma busca de superação de situações que, infelizmente, na história política do Brasil, que tem um sistema presidencialista de governo... Nosso sistema é presidencialista, não é parlamentarista. Todos nós sabemos que a governabilidade de presidente, governador ou prefeito, depende, e muito, da correlação de forças no Legislativo.

É o Presidente que governa. É o Presidente que, em tese, detém o comando, mas, se não houver um compartilhamento, uma relação e uma busca de governabilidade junto ao Parlamento, é muito difícil que as coisas avancem.

Por isso, quando o Presidente estabelece que a montagem do segundo Governo, do segundo mandato, vai-se dar a partir da relação institucional com os partidos, fortalecendo os partidos, estabelecendo essa relação de co-responsabilidade. Isso, do meu ponto de vista, é tão importante quanto o nosso anseio para que a reforma política avance. Não basta a reforma política e a produção das mudanças necessárias em termos de financiamento público de campanha, fidelidade partidária, cláusula de barreira, todo esse arcabouço de mudanças extremamente importantes que se arrastam e não avançam de forma significativa. Não basta fazer as mudanças nas leis, nas regras, na estrutura da nossa organização partidária e de representação a

partir do voto, mas é necessária também a reforma no comportamento, a reforma na prática política.

A agenda do Presidente está centrada nisso, mas, há duas ou três semanas, a única coisa que a maior parte dos jornalistas quer perguntar é o “nome”, é o “ministério”, é o “espaço”. Estamos brigando por quadradinhos: vai aumentar ou diminuir o espaço? O partido tal vai ter mais ou menos ministérios? Essa é a pauta da imprensa. E o Presidente está em um caminho absolutamente inverso. Sua última preocupação são os nomes e o compartilhamento até que esgote uma parte considerável daquilo que ele intitula de Governo de Coalizão Partidária, ou seja, essas conversas institucionais com os Partidos. Paralelamente – inclusive, sendo determinantes para as conversas – está o acordo, o fechamento da composição, o que vai ser feito. Assim, todas essas discussões que o Presidente faz a respeito de medidas concretas que serão tomadas no segundo Governo com relação ao crescimento, à distribuição de renda, à educação, como um dos pilares centrais para o segundo mandato... Enquanto isso, ele está conversando com a equipe econômica, com a equipe de infra-estrutura, recebendo economistas, personalidades, empresários, movimentos sociais. Aliás, vai ter uma agenda na semana que vem bastante vigorosa com relação aos movimentos sociais para poder colocá-los nessas conversas e compartilhamento de compromissos e responsabilidades para o segundo mandato.

Então, o Presidente faz exatamente isto: discute o que vai ser feito e estabelece com quem isso vai ser feito no institucional, com os Partidos. Depois de fechar essas duas questões – o que fazer, com quem fazer –, em decorrência disso, teremos o compartilhamento dos espaços do Governo e da base de sustentação no Congresso. E essa base é importante para que matérias relevantes, estratégicas, sejam aprovadas, para que as ações de Governo possam ser implementadas.

Por isso as reuniões realizadas, na semana passada, com a Executiva do PT, e, no dia de hoje, com a Executiva do PMDB. As demais, que ocorrerão nos próximos dias, revestem-se desse caráter de busca determinada pelo Presidente Lula de mudança no comportamento e na prática política.

Acredito que todos devemos estar imbuídos desse espírito de colaboração para que, harmoniosamente, todos possamos compartilhar desse desejo do Presidente de dar um salto de qualidade nas relações entre o Executivo e o Legislativo, fortalecendo quem sustenta e quem é o principal responsável, sempre, pela ocupação desse postos tanto no Executivo quanto no Legislativo, que são os partidos políticos.



Apesar de, vira e mexe, ocorrerem ruídos de quem tem todo interesse de criar situações constrangedoras ou de contraposição entre os que estão buscando colaborar com a construção dessa coalizão partidária, nós precisamos estar muito atentos e empenharmos todo o nosso esforço, porque a política brasileira só tem a ganhar; a política, a sociedade brasileira só tem a ganhar se nós estabelecermos relações institucionais respeitadas, transparentes, entre o Executivo, os Partidos e o Parlamento.

Por isso eu não poderia deixar de, como tantos, estar bastante otimista. Apesar de todas as dificuldades – e estou com o Senador Romero Jucá participando neste momento da sessão –, mesmo com todas as intrigas que queiram fazer, Senador Romero Jucá, tentando contrapor os legítimos desejos que temos de contribuir, de ajudar no segundo mandato do Presidente. Indiscutivelmente, eu acho que só temos a ganhar se conseguirmos que essa decisão do Presidente se concretize; ou seja, que a relação do Presidente com o próprio Partido, o PT, e com os Partidos que vão compor a coalizão partidária se dê institucionalmente, de forma pública e transparente, diante dos compromissos assumidos e da co-responsabilidade de todos os Partidos na hora de compartilhar com o Governo as ações que, tanto no Parlamento quanto no Executivo, possam ter concretude e viabilidade. Isso é o melhor para a Nação. Sabemos no que derivam e no que acabam desembocando relações que não sejam derivadas desse tipo de postura, desse tipo de prática política.

Para que não repitamos velhos erros, para que não criemos oportunidade de ocorrerem determinações situações, a coalizão partidária, feita no respeito e no fortalecimento dos Partidos, é algo que todos temos que saudar como salutar e a obrigação de contribuir para que isso aconteça.

Vi com muita satisfação a nota de fortalecimento da relação institucional de compartilhamento do segundo mandato do Presidente Lula, mesmo do Governador do meu Estado, Luiz Henrique, do PMDB, que fez campanha, no primeiro e no segundo turno, para o nosso adversário o Governador Geraldo Alckmin. Isso ocorreu agora, como resultado do último final de semana, em reunião com alguns Governadores e o Presidente do PMDB.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de deixar registrada essa minha satisfação com a disposição pela coalizão partidária, institucional, transparente. Fico satisfeita porque isso está em andamento. Desejo, com muita convicção, que isso seja bem sucedido, pois não será bom apenas e tão-somente para o segundo mandato do Presidente Lula e para o Brasil, mas principalmente para a democracia brasileira; será

bom para todos os que têm vida política e querem fazer isso de forma cada vez mais enfática e comprometida com o anseio da maioria da população e não em benefício de interesses particulares e não em benefício de interesses particulares ou de pequenos grupos e não de toda a Nação, dos recursos, com os quais poderia contar em momentos difíceis.

Não é de se estranhar que o emprego informal no Brasil tenha crescido tanto. Indago: que incentivos o emprego formal tem oferecido ao trabalhador? O FGTS não lhe garante financiamento habitacional e, além disso, lhe dá em troca uma rentabilidade negativa para um depósito que não pode usufruir. Consideremos, ainda, que quanto mais tempo o dinheiro ficar preso, maior será a perda. Assim, é grande a tentação de fazer um conluio com o empregador e cair na informalidade. É preciso encarar essa realidade sem subterfúgios!

O quadro até aqui não dá razões para otimismo. Mas, Sr. Presidente, a situação é ainda pior. Se as leis, os regulamentos e as instituições têm tratado o trabalhador, em relação ao FGTS. Vejam bem que o Presidente nos honrou com a primeira reunião institucional e honra o PMDB também, como um dos partidos que tem uma expressão, a maior bancada na Câmara e no Senado, um número significativo de Governadores e uma expressão ao longo de toda a história.

Por isso, só poderia saudar como extremamente positivo e desejar que realmente sejamos todos bem-sucedidos.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá, com muito prazer.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senadora Ideli Salvatti, apenas quero registrar com muita satisfação o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do PT, e dizer que realmente o Presidente Lula está no caminho certo, no sentido de buscar a coalizão e o entendimento. É isso que o PMDB, pelo menos em sua maioria, tem buscado. O PMDB sabe da sua responsabilidade como um grande Partido do Brasil, da legitimação do Presidente Lula nessa eleição e dos desafios que o País precisa enfrentar. Aí não só o PMDB, mas os Partidos da Base de Governo e os de Oposição têm um papel muito importante na construção desse novo País que queremos. Vejo com satisfação hoje o PMDB conversando, articulando-se.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – In-teiro, não é Senador Romero Jucá? Esse é outro fato que precisamos comemorar.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Não só pela questão da governabilidade agora, mas o PMDB como Partido para as próximas ou futuras eleições, porque a força do PMDB é muito grande e precisa ser colocada

em sua plenitude a favor do Brasil. Então, fico muito feliz. Assim como V. Ex<sup>a</sup>, também trabalho, torço e atuo para que tenhamos a maturidade política nas relações institucionais e políticas de todos os Partidos, o fortalecimento dos partidos, o fortalecimento da democracia, e, conseqüentemente, quem vai ganhar com tudo isso é o povo brasileiro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Jucá.

V. Ex<sup>a</sup> realçou um aspecto. Eu até não gostaria de dizer especificamente com relação ao PMDB, mas partido tem esse nome porque é parte da sociedade, representa uma parte do pensamento da sociedade, do anseio da sociedade. E, quanto menos o partido estiver dividido melhor para a democracia.

Portanto, fortalecer, estabelecer a relação institucional de tal forma que se criem as condições e até a exigência para que todas as divergências internas sejam resolvidas internamente e não de forma pública, tirando-se do partido qual é a posição majoritária para que a ação partidária possa se concretizar, isso favorece todos nós e mais ainda a democracia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti do Partido Republicano Brasileiro da Paraíba, PRB. Por dez minutos, Senador, por gentileza.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar esse nosso pronunciamento tentando explicar, fazer um histórico das origens do mesmo.

Antes de ter o privilégio de estar nesta Casa, procurei a Consultoria Legislativa do Senado. Tive uma excelente receptividade e uma grata surpresa em constatar a excelência do nível da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Isso aconteceu no dia 5 de julho de 2006, e no dia 1º de agosto tomava posse nesta Casa, exatamente cinco dias após o primeiro contato.

Aprofundando-me no tema habitação, de interesse específico nosso, pudemos, em conjunto com a Consultoria Legislativa, conhecer o que acontece verdadeiramente com o FGTS no Brasil.

No dia 10 de outubro passado, apresentei à Mesa do Senado o Pedido de Informações nº 1.035, de 2006, dirigido ao Ministro da Fazenda, no qual solicitei esclarecimentos complementares para que esta Casa possuísse informações atualizadas a respeito da gestão e da aplicação dos recursos originários do FGTS.

Este trabalho que apresento foi feito, na verdade, a quatro mãos. Por mim e pela Consultoria Legislativa, especificamente um trabalho pessoal do consultor Marcos Kohler.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar de um assunto que, no meu entendimento, não vem obtendo a ressonância que a sua importância econômica e social deveriam provocar: o modo de gerenciamento dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, poderá parecer estranho a V. Ex<sup>as</sup> que, neste pronunciamento, eu venha a me utilizar de dados gerenciais produzidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Conselho Curador do FGTS referentes ao longínquo ano de 2004. Mas trata-se dos últimos dados disponíveis no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego. Percebam, por essa circunstância, como é baixo o nível de transparência com que são tratados os trabalhadores cotistas do FGTS.

Em que pese o fato de já estarmos no fim do mês de novembro de 2006, nem mesmo o relatório de gestão do FGTS do exercício de 2005 foi divulgado nas páginas eletrônicas do Ministério do Trabalho e Emprego, o que denota o baixo nível de transparência desse órgão e da Caixa, o agente operador do FGTS.

Até agora, o que se fez foi publicar um relatório resumido em jornais de grande circulação – tivemos acesso a ele pelo Correio Braziliense de 4 de outubro de 2006.

Não foi por outra razão que submeti à Mesa do Senado um pedido de informações ao Ministério da Fazenda para que a Caixa Econômica Federal forneça informações sobre os programas administrados com recursos do FGTS. Afinal, como o relatório de gestão disponível pouco informa, é preciso obter dados com os quais se possam estimar dois aspectos que julgo essenciais: primeiro, se os recursos do FGTS estão sendo canalizados para os setores de baixa renda da população brasileira; segundo, se esses recursos estão sendo prioritariamente utilizados no financiamento de imóveis novos, uma vez que não basta prover recursos ao mutuário potencial, mas também gerar emprego e renda no setor da construção civil, reconhecidamente aquele mais capaz de absorver mão-de-obra urbana pouco qualificada, exatamente a que mais padece o flagelo do desemprego.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como frisei, é essencial que grande parte dos recursos do FGTS seja aplicada em novas construções, de modo a alavancar o emprego e gerar renda para a população mais sofrida, ao dinamizar um setor vital da economia, que é o

da construção civil. Mas esse não será o centro deste pronunciamento.

O que mais nos preocupa atualmente é o fato de o FGTS atender a um sem-número de interesses e de interessados, exceto o trabalhador que lá tem seu dinheiro guardado compulsoriamente.

Essa afirmação pode ser contundente. Talvez pareça injusta. Mas, após a apresentação dos dados que trago, V. Ex<sup>as</sup> não de concluir que é uma afirmação contundente, sim, mas longe está de ser injusta.

O atual modelo de remuneração dos trabalhadores que têm contas no FGTS tem trazido graves prejuízos a eles. Vamos considerar, por exemplo, um saldo de R\$1.000, utopicamente – a quantia de mil reais como exemplo –, existente em 1º de janeiro de 2000. Esse deveria ser corrigido para R\$1.605 em 1º de janeiro de 2006, apenas para repor a inflação medida pelo IPCA no período. No entanto, considerando-se a correção paga pelo FGTS, aquela que foi creditada de fato, esse saldo de R\$1.000 do nosso exemplo foi corrigido para apenas R\$1.414.

Portanto, o FGTS não cobriu nem a inflação!

Ora, no país que pode ser considerado o campeão mundial dos juros, é verdadeiramente impiedoso obrigar o trabalhador a aceitar juros negativos, ou seja, aceitar uma perda no valor real de sua poupança compulsória. Tivemos, nesses seis anos que tomei como exemplo, uma perda real de 12%. Isso significa que o trabalhador vinculado ao FGTS está pagando juros para guardar o seu dinheiro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Vejam que absurdo! E pagando juros de 2,13% ao ano para guardar dinheiro!

Se o trabalhador tivesse colocado esse dinheiro em CDBs de noventa dias, o valor obtido, já descontado o Imposto de Renda, seria de aproximadamente R\$2.215. Ora, esse valor, comparado aos R\$1.414 que a Caixa lhe creditaria, significa uma diferença, uma perda, em termos absolutos, de R\$801, cerca de 80% no valor inicialmente aplicado. Acrescente-se que a aplicação em CDBs lhe garantiria disponibilidade imediata, como um padrao sovina, o mesmo não se pode dizer com relação ao agente operador, a Caixa Econômica Federal.

A Caixa auferiu, no ano de 2005, o montante de R\$1,7 bilhão, aproximadamente, a título de taxas de administração. Isso significa que a Caixa Econômica aumentou em 20% a sua receita com taxas de administração entre 2004 e 2005, enquanto a inflação ao longo do ano de 2005 foi de 5,69% – medida pelo IPCA.

No entanto, o que mais chama atenção é que os trabalhadores detentores das contas vinculadas tiveram uma remuneração real praticamente nula. A remuneração dos depósitos do FGTS foi de 5,96%. Menos

de meio ponto percentual acima da inflação, em forte contraste com a evolução das taxas de administração da Caixa, que foi de 20%, como mencionado.

Outro aspecto digno de nota é a remuneração obtida pela Caixa a título de taxa de desempenho. Essa taxa decorre do estabelecido na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 295, de 1998. Segundo essa norma, a Caixa recebe uma comissão sobre o que obtiver acima da rentabilidade da poupança na aplicação das disponibilidades do FGTS. Esse piso de remuneração, a poupança, é muito baixo, considerando-se as taxas de juros que os grandes aplicadores podem facilmente obter no Brasil.

Em 2004, a Caixa ganhou com essa taxa de desempenho R\$152 milhões e, em 2005, R\$223 milhões, configurando uma evolução de 45%.

De fato, considerando-se que o trabalhador mal conseguiu, no ano de 2005, obter remuneração suficiente para compensar a inflação, não é justo que a Caixa consiga amealhar uma rentabilidade tão expressiva a título de taxa de desempenho.

Mas as receitas da Caixa com as operações do FGTS não se resumem a essas. Fora a rentabilidade derivada das operações com mutuários do FGTS, na condição de agente financeiro, a empresa ainda auferir receita proveniente da rubrica “tarifa bancária”, que, no ano de 2005, foi de R\$516,3 milhões.

Desse modo, a receita total da Caixa, excluindo-se aquela obtida na condição de agente financeiro, é a soma das taxas de administração e das tarifas bancárias. No ano de 2005, esse valor atingiu R\$2,23 bilhões.

Por fim, segundo as demonstrações financeiras da Caixa para o ano de 2005, constata-se que a empresa teve um resultado operacional de R\$3,08 bilhões e uma despesa com pessoal de R\$4,16 bilhões. Para se avaliar como as receitas obtidas pela Caixa com a gestão do FGTS são relevantes para o resultado da empresa, as comparações seguintes são bastante ilustrativas. Essas receitas equivaleram a 53,7% da despesa de pessoal da Caixa. Caso essas receitas desaparecessem, o resultado operacional – que é o lucro antes dos impostos e da participação dos empregados – seria reduzido em 72,4%; ou seja, o resultado operacional cairia de R\$3 bilhões e 80 milhões para um valor real de R\$850 milhões.

Esse é o panorama do FGTS.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Com a concessão da Presidência e a permissão para concluir o meu pronunciamento, será um prazer



receber o aparte do meu conterrâneo da Paraíba, Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Roberto Cavalcanti, inicialmente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso que faz nesta tarde, também pelo trabalho que desenvolveu junto à assessoria da Casa para levantar todos esses dados, partindo de requerimento apresentado à Mesa para que eles pudessem chegar a V. Ex<sup>a</sup> e a sua assessoria.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Do qual V. Ex<sup>a</sup> foi Relator, com muita honra.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Com muita honra. Quero dizer, Senador, que esse é um trabalho importante, porque, a partir daí, o Congresso Nacional, principalmente esta Casa, saberá conduzir novos caminhos para o FGTS. E V. Ex<sup>a</sup> faz um comparativo que realmente deixa a todos nós em uma situação de observância em relação ao fato. Eu conversava há pouco com alguns Senadores, e tivemos oportunidade, durante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, de lembrar que, normalmente, no que se refere aos projetos de iniciativa dos Parlamentares, do Congresso Nacional, em relação ao FGTS, sempre se encontra um caminho para eles irem para a gaveta, porque ninguém quer descobrir essa caixa-preta. E V. Ex<sup>a</sup> dá um passo muito importante para que possamos pedir mais informações e complementar esse discurso que, tenho certeza, é o primeiro passo para essa caminhada. Acrescento que apresentei, nesta Casa, projeto de minha autoria que amplia o uso do FGTS na habitação, permitindo o pagamento de prestações vencidas. Isso seria um caminho, porque, segundo informação que nos é dada por V. Ex<sup>a</sup> no seu discurso, o dinheiro que ali fica é um prejuízo para os trabalhadores brasileiros, principalmente os regidos pelo regime celetista. Então, quero parabenizá-lo, na certeza de que V. Ex<sup>a</sup> abre um caminho para que nós, os Parlamentares do Congresso Nacional, possamos dar continuidade a essa pesquisa, buscando, evidentemente, o melhor uso desse recurso, principalmente dando retorno aos próprios trabalhadores brasileiros. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Espero que, na continuidade do seu mandato, V. Ex<sup>a</sup> dê continuidade aos dados que tive oportunidade de levantar nesta Casa.

Esse é o panorama do FGTS. O panorama do que é essencial na relação entre o FGTS e o trabalhador brasileiro, especialmente o trabalhador de baixa renda. É preciso resgatar a verdadeira função social e a verdadeira função econômica desse grandioso instrumento.

Infelizmente, o Conselho Curador do FGTS não tem sido um canal efetivo de defesa e atenção dos in-

teresses da sociedade em relação a essa ferramenta essencial que é o FGTS. Para V. Ex<sup>as</sup> terem uma idéia, há certa leniência, eu diria, no trato da gestão do FGTS naquela instância. Outro dia, em reportagem na **Folha de S. Paulo** (5-11-2006, Caderno B-6), um dos Conselheiros admitia candidamente que não sabia que os valores imputados pela Caixa como despesas, como honorários advocatícios, eram tão vultosos. Ora, um conselheiro que supervisiona um fundo tão importante e tão grande não pode ser surpreendido! Quem ficou surpreendido com essa declaração, com certeza, fomos nós, foi a sociedade brasileira!

Gostaria, portanto, de convidá-los a refletir sobre a importância de modificar essa situação, na qual o FGTS está privilegiando alguns, mas não está beneficiando, de fato, os milhões a que efetivamente se destina.

Todos os dias, temos visto novas opções e soluções mágicas para a aplicação com recursos oriundos do FGTS.

Quero alertar V. Ex<sup>as</sup> para que, antes de pensarem na distribuição das aplicações desse fundo, pensem antes na remuneração que ele dá a seus reais proprietários, que são os trabalhadores do Brasil.

Temos o maior carinho para com a Caixa Econômica e o papel que ela desempenha em nosso País. Não é possível, no entanto, que, de forma criminosa, o trabalhador brasileiro seja o responsável por bancar, com o seu dinheiro, um resultado operacional do Banco de 72,4%. Só agora, passada a eleição, estou fazendo este pronunciamento.

Não gostaria que o mesmo fosse politizado! Não é culpa do atual Governo, muito menos dos que o antecederam. O mal vem da origem!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando ouvirem falar do FGTS, façam primeiro uma pergunta básica: corrigimos a forma de remuneração do trabalhador brasileiro, para que não sejam enganados? Corrigimos a forma com que a Caixa Econômica Federal se beneficia unilateralmente dos recursos desse Fundo?

Só então V. Ex<sup>as</sup> terão cumprido o papel que o trabalhador brasileiro espera de nós Parlamentares. Façamos desta Casa uma trincheira em defesa do FGTS, tanto na remuneração dos recursos do trabalhador brasileiro quanto na aplicação correta desses recursos.

O que não podemos é admitir, Sr. Presidente, de forma passiva, sob nenhum pretexto, que os trabalhadores brasileiros, donos do dinheiro do Fundo, sejam enganados ao longo de tantos anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela consideração e pelo tempo extra.



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir minha inscrição para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> não falará agora, mas o Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> será o próximo orador.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Pois não, pode falar o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ou, então, o Senador Heráclito Fortes falaria depois, por permuta.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não há problema, pode falar S. Ex<sup>a</sup> agora e, em seguida, eu falarei.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há uma permuta aqui. Quem falaria na frente, o Senador Heráclito ou V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> está falando como orador inscrito normalmente?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA.) – Inscrito normalmente.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Como o Senador Heráclito Fortes chegou, eu ficaria em nono lugar. Por isso, estou pedindo a palavra como Líder.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA.) – Então, inscrevo V. Ex<sup>a</sup> como Líder.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar em nome do PDT, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA.) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Gostaria de registrar a presença de duas Líderes do Maranhão: Adriane Graziela Silva Araújo, que está ao meu lado, de Bacabal; e Brenna Michellyne Oliveira Sousa, do Município de Estreito.

A Casa se sente satisfeita com a visita das senhoritas. Fiquem muito à vontade.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como seu vizinho e sabendo que o Parnaíba nos une, associe-me a V. Ex<sup>a</sup> na homenagem não apenas ao Maranhão, mas também pelo bom gosto de estar tão bem cercado nesta Casa do Congresso neste início de tarde.

V. Ex<sup>a</sup>, ao trazê-las aqui, tenta, e conseguirá com certeza, despertar na juventude a vocação ou, pelo menos, o zelo e a preocupação com o País, com a vida pública e, acima de tudo, com o bem-estar da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, e esclareço a V. Ex<sup>a</sup> que sou maranhense de Bacabal.

Gostaria de saber de V. Ex<sup>as</sup> quem será o primeiro a se pronunciar, o Senador Heráclito Fortes ou o Líder?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PMDB – PI) – O Senador Mozarildo Cavalcanti fala primeiro. Eu falo em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> fala em seguida e, depois, o Senador Osmar Dias.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima, como Líder. V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos.

A seguir, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Osmar Dias.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de, no dia 18, ocupar esta tribuna para registrar a realização do XIX Congresso Brasileiro de Magistrados, em Curitiba, Paraná, onde a Justiça de Roraima, por meio do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Mauro Campello, recebeu a premiação por ser uma das mais fortes do Brasil, embora sendo o tribunal mais jovem, igualmente com o Amapá, pois foram criados na mesma época, mas é ainda menor do que o do Amapá. O Tribunal do Amapá conta com nove Desembargadores, enquanto o de Roraima com apenas sete.

Faço o registro da Carta de Curitiba, aprovada na reunião dos Magistrados. Mais de dois mil juízes e juízas se reuniram naquela cidade, e, ao final, divulgaram à Nação a seguinte Carta:

### Carta de Curitiba

Os magistrados e magistradas, reunidos em Curitiba, entre os dias 15 a 18 de novembro de 2006, no XIX Congresso Brasileiro de Magistrados, em face da responsabilidade institucional e social, outorgada pelo povo brasileiro, por meio da Constituição Federal, vêm a público manifestar os seguintes compromissos:

1. O desenvolvimento econômico é urgente e essencial para a superação dos graves problemas nacionais, a ser alcançado com o respeito aos objetivos fundamentais da República, na instituição de uma sociedade livre, justa e solidária, na erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Promovendo, desse modo, o bem geral de todos, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação, e preservando o meio ambiente;

2. Reafirmar a indispensabilidade da formulação de políticas públicas que incentivem o emprego formal, bem como a manutenção e o respeito à legislação protetiva do trabalho como fator de desenvolvimento humano e social;

3. Um Judiciário forte e independente constitui-se em garantia de respeito por todos os cidadãos à lei. O fim da corrupção, punindo-se corruptores e corruptos, representa o resgate da ética como princípio basilar na vida nacional, pondo fim ao sentimento generalizado de impunidade;

4. Os recentes episódios, que escandalizaram a nação e comprometeram o sistema político brasileiro, clamam pela inadiável reforma das regras eleitorais e de representação, assumindo os magistrados, como agentes públicos, o papel de protagonistas na difusão e formulação de propostas à sociedade;

5. A elaboração dos orçamentos públicos deve contemplar recursos para a concretização dos direitos fundamentais da cidadania, preservando o pacto federativo e a conseqüente autonomia política das unidades federadas, bem como de suas peculiaridades.

Assim, a realização do XIX Congresso, precedida de ampla pesquisa junto aos associados, constitutiva do seu temário, revela que os compromissos apontados simbolizam a unidade do pensamento da magistratura, integrando o aprimoramento profissional, e que permitem a construção de um Judiciário mais eficiente, transparente e democrático, apto a atender aos anseios da sociedade.

Curitiba, 18 de novembro de 2006.

Sr. Presidente, estou feliz por fazer este registro porque, como disse, o Judiciário do meu Estado é um dos mais novos, junto com o Amapá, e o de menor tamanho, mas, com certeza, um dos mais eficientes do País.

Portanto, é com muita satisfação que faço este registro, pois os Juízes estão saindo da formalidade e reduzindo a distância entre eles e a sociedade, ao expressar seus pensamentos a respeito dos males que afligem a sociedade.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.*

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer a esta Casa e à Nação que faço questão de não ter compromissos com o erro e, da mesma forma que critico e combato erros, principalmente na qualidade de Senador de oposição, reconheço acertos. E ninguém estranhe o que vou dizer agora.

Acabei de ouvir de meu gabinete, Senador Wellington Salgado, o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT nesta Casa, sobre essa nova temporada de diálogo a que o Governo se propõe.

Hoje a Senadora conseguiu ser impecável, porque teve a coragem de cobrar a ação indevida de setores do seu Partido que tentam e insistem em derivar um diálogo institucional necessário ao País – e do qual uma oposição responsável não pode fugir – em diálogos não tão republicanos e que se transformam em guetos de interesses inconfessáveis, Senador Osmar Dias, em que nem sempre o que mais importa é o futuro do País.

Quando me neguei a dar prosseguimento a um início de diálogo com o Ministro Tarso Genro, eu o fiz de maneira constrangida, mas sincera, porque vejo no Ministro Tarso Genro um dos melhores quadros desse Governo. Mas não me sentia em condições, tampouco com autoridade, de assumir compromissos em nome do meu Partido porque não tenho, na sua hierarquia, funções que me habilitem para isso. O diálogo institucional, com o País como tema predominante, tem de ser feito, respeitando-se quadros e hierarquia.

Para que se entenda melhor, seria o mesmo que tratar dos assuntos do Brasil não com o Presidente da República, mas com um terceirizado que faria com que

essa conversa chegasse a ele geralmente não ao gosto do interlocutor procurado, mas ao prazer de quem conduz a negociação.

A Senadora, ao firmar aqui o compromisso de que as conversas sejam transparentes e, acima de tudo, de discussão institucional, assume corajosamente essa tarefa e terá a responsabilidade de levá-la à frente, até porque derivar-se para outros caminhos será um retrocesso, uma desautorização à figura maior da Líder do Partido que comanda a Base do Governo. A Senadora foi surpreendente: desintoxicou-se de ódios passados e enalteceu a disposição do Governador do seu Estado em dialogar.

Estamos saindo de uma eleição. Cada Estado tem suas peculiaridades e suas questões, prioridades de um Governante que, investido do seu cargo, tem compromissos com o Estado como um todo, e não apenas com facções. Querer remeter esse diálogo para o campo da barganha, para recursos orçamentários usados, para benesses ou distribuição de cargo público, além de ineficaz, é uma ação criminosa. A tentação à fisiologia é como coceira: é começar que ninguém pára mais.

Daí por que quero aqui, de público, dar um voto de confiança à Senadora. Que S. Ex<sup>a</sup>, ao usar esta tribuna hoje, o tenha feito em nome do Partido dos Trabalhadores e devidamente autorizada pelo Presidente da República, e não apenas por facções que, como todos nós sabemos, se digladiam dentro da constelação governamental por espaços ou fatias maiores de poder.

Daí por que, Sr. Presidente, com a mesma tranquilidade e segurança com que critico, eu quero fazer este registro. Espero que não seja uma ilha isolada num momento de ternura ou num rasgo de bondade, mas sim uma trilha que se iniciou nesta Casa hoje, mas que tenha meio e fim.

As convicções partidárias e ideológicas ficarão em cada um de nós, Sr. Presidente. Concordo que devemos priorizar a Administração Pública não só aos que me deram voto recentemente, dando preferência a seus Estados e as suas obras, mas também dando prioridade às necessidades nacionais.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é sobre o que falava há pouco a Senadora Heloísa Helena, que, comigo, acompanhou o debate ontem sobre a aviação civil. O Senador Antonio Carlos também ficou lá a maior parte do tempo, e não sei o sentimento dele. O meu ontem, Senador Antonio Carlos, coisa rara de acontecer na minha vida, me fez perder o sono. Perdi o sono quando vi, meu caro Presidente, que um dos setores mais frágeis, mais sensíveis do País é a avia-

ção comercial. Sensível pela dimensão do País, por ser transporte vital para o desenvolvimento da Nação.

E vimos, meu caro Senador Wellington, que, sentadas à mesa, pessoas do Governo com o mesmo objetivo, que é o de dar segurança e rapidez ao transporte aéreo, divergiam entre si nas mínimas coisas, transmitindo insegurança em alguns casos e pavor em outros, aos que são obrigados a usar avião no País.

O Ministro da Defesa não é obrigado a conhecer a aviação, mas também não tem o direito de falar o que não conhece. Confundir tráfego aéreo com espaço aéreo?! O Senador Salgado, que é proprietário de avião e helicóptero, sabe que são duas coisas distintas. Portanto, confundir o espaço aéreo com o tráfego aéreo é a mesma coisa, Senador Salgado, que confundir focinho de porco com tomada – não têm nada a ver. Dizer que o acidente se deu porque, a 38 mil pés, radar não é preciso é querer nos fazer, a nós brasileiros, de burros e idiotas.

O projeto Sivam e o Cindacta foram investimentos caríssimos feitos por Governos passados; foram denunciados, de maneira irresponsável, pela Oposição passada e que está aí mostrando a necessidade do gasto e, acima de tudo, o erro cometido.

Ora, Senador Mão Santa, vamos fazer aqui um raciocínio lógico. A argumentação do Ministro é que houve imprecisão do radar porque o **transponder** estava desligado. **Transponder** e segurança de aviação têm a ver, mas não é um fator essencial. Senador Antonio Carlos, se um avião mal-intencionado, por transportar drogas, por transportar terroristas – perguntei ao Ministro –, resolver invadir o Brasil -, vamos admitir que vindo da Venezuela, só para ficar mais fácil o raciocínio – e entrar silenciosamente no espaço aéreo brasileiro, o que o Ministro da Defesa vai fazer? Vai dizer, como o costume recente, que não sabia de nada?

O Sivam foi montado exatamente para esse tipo de operação. E a precisão é milimétrica, até porque, se houver necessidade de ação, de interceptação da terra por meio de jatos ou mísseis, a operação é feita com a precisão baseada na calibragem, Senador Antonio Carlos Magalhães, desses equipamentos.

Dizer isto é desacreditar a lógica: discutir a altura é pensar que se está lidando com bobos, porque a aviação corrige, a terra corrige.

E o pior, Senador Antonio Carlos Magalhães: sempre o caminho mais fácil é de uma solução para tirar a responsabilidade de quem tem, que é o Governo. E vou dizer o porquê, com sua permissão. Estão tão estarecidos e acho tão grave o problema que lhe peço alguns minutos.

Uma das versões de ontem – V. Ex<sup>a</sup> estava presente – atribui a culpa ao Legacy. É muito simples,

Senador Mozarildo Cavalcanti, colocar a culpa no Legacy, porque ele é um avião de prefixo americano, e o desgaste vai para lá. Mas se esquecem de dizer que o Legacy é um avião de fabricação brasileira e que, ao se fazer uma afirmação dessa natureza, está-se comprometendo uma tecnologia que é admirada no mundo inteiro e que faz com que a empresa nacional seja hoje a terceira no mundo. O mais fácil seria se dizer: "Foi o azar dos azares, uma loteria ao contrário: dois aviões que saíram em sentidos opostos tiveram o azar de, em um ponto infinito, colidir". Fiquei esperando o seu confidencial dizer: "Bateram porque o mundo é pequeno". Faltou isso.

Mas os disparates, Senador Antonio Carlos, não pararam aí. Em determinado momento, disseram: "Nós tomamos as providências". Imaginem que 30 controladores de vôo foram afastados por problemas psiquiátricos e psicológicos, mas estão voltando. Pasmem, Sr. Presidente! Problemas dessa natureza não têm solução tão fácil. E nós, que vivemos rasgando esse céu para cima e para baixo, sabemos que podemos estar, em determinado momento, num avião controlado por alguém sem condições de saúde, exercendo uma função de tanta importância.

Perguntei ao Ministro: quando foi que o Conac se reuniu pela última vez? Aí ele quase põe a culpa no Governo passado. Não colocou por pouco. Aliás, o Senador Antonio Carlos o salvou, quando disse: "2003, exatamente".

O primeiro Ministro, diplomata, Ministro da Defesa, reuniu esse conselho, que é um conselho interministerial, com a participação das autoridades do setor, mandou tomar várias providências, baixou várias resoluções. Sabe qual foi, Sr. Presidente, a primeira delas? Contratar controladores de vôo. Quantos contrataram? Que providência foi tomada? Sabíamos – e sejamos justos – que a transição do comando aeronáutico militar para o civil teria problemas, mas essa transição foi feita de maneira programada. O que o Governo não sabia é que, por uma infelicidade, o Legacy se chocaria com o avião da Gol, e traz à tona uma série de problemas que estão vindo sequencialmente. De maneira irresponsável, revelam-se relatórios de aproximações perigosas entre aeronaves no céu, e o Ministro diz que não sabia.

A Senadora Heloísa Helena assistiu ao Senador Antonio Carlos mostrar uma matéria onde um controlador de vôo relata o desespero dele – isso falando em nome da categoria. O fato mais grave: mascarado, para não ser identificado, papel de favelado com medo de ser visto pelos integrantes do crime – nunca vi um negócio desse, Senadora Heloísa Helena –, e, trinta

horas depois, o Ministro não sabia, o comandante não sabia, ninguém sabia.

É solidariedade ao Comandante Maior não se saber de nada neste País. Pergunta-se quanto tempo dura a crise, e aí, mais uma vez, as opiniões são divergentes.

Crise só acaba quando há comando, autoridade e providências. Ontem, no sufoco, respondendo à pergunta da não-reunião do Conac, a toque de caixa, fez-se uma reunião de um grupo de trabalho que vai, a partir de agora, tomar providências de um fato que matou 154 pessoas e que está causando transtorno e descrédito ao Brasil lá fora.

Senadora Heloísa Helena, não há sequer, nesse caso, preparação a médio prazo. Chamei a atenção do Sr. Ministro...

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Heráclito Fortes, o próximo orador é o Senador Antonio Carlos Magalhães. Estou prestando muita atenção ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito importante, mas fico em uma situação difícil, porque o próximo orador é o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup>, brasileiro e sensível que é, que se sinta, neste momento, como milhares e milhares de brasileiros que estão na fila dos aeroportos esperando a hora de embarcar; que tenha a tolerância com este orador que o passageiro tem, sabendo que a qualquer momento embarca. É só questão de paciência. Ajude-me!

Sr. Presidente, não podemos conviver com isso. Levantei uma questão seriíssima. No próximo ano, teremos no Brasil os Jogos Pan-Americanos, e existem exigências do Comitê que prepara isso. A briga política entre o Governo Federal e o Prefeito do Rio de Janeiro por liberação de verbas é pública, mas, quanto ao item de segurança de aviação, segurança dos aeroportos, controle de revista antimetal, para a revista exigida pelo período em que vivemos de ataques terroristas e que são exigências do Comitê, questioneei se estavam em dia e se essas providências estavam sendo tomadas. Ninguém soube responder.

Sr. Presidente, neste País, um dos itens de exportação e de referência é o esporte brasileiro, nas suas diversas modalidades: futebol, basquetebol, vôlei. Varamos a madrugada hoje para ver o Brasil enfrentar a Alemanha. Se tivermos uma frustração, Senador Antonio Carlos Magalhães, por atraso de obras, fiquem certos de que, entre a dúvida de uma segurança e o cancelamento de jogos, esse Comitê não correrá risco algum, porque a responsabilidade é toda do Comitê.



Sabemos o que ocorreu na Alemanha há alguns anos, e ninguém quer que esse risco se repita.

Não estou falando mais do que aconteceu. Estou falando ao País e ao Governo para que abram os olhos para o que pode acontecer, para a desmoralização internacional e o descrédito que poderemos ter. E que tomem decisões que torne efetiva a intenção desse diálogo. Antes de conversar com este Parlamento, o primeiro sinal tem de ser de respeito ao povo brasileiro.

Se alguém está atrapalhando, não é a Oposição, mas o Governo. E faço um apelo sincero: deixem o homem trabalhar! Um dia, ele vai fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Dias. PDT – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tem razão S. Ex<sup>a</sup> o Senador Heráclito Fortes. Ontem, ficou absolutamente o convencimento da incapacidade total deste Governo de conter a grave crise do espaço aéreo nacional, com o comparecimento de todas as figuras de importância, a começar pelo Ministro da Defesa, à Comissão. Infelizmente, não nos convenceram.

Fiz uma pergunta simples ao Comandante da Aeronáutica, que talvez devesse ser Ministro: se não existisse o caso da queda do avião da Gol, matando 154 brasileiros, os problemas nos aeroportos do País estariam acontecendo? Fez-se primeiro um silêncio, e posteriormente o Comandante da Aeronáutica disse: “Não. Não haveria a crise que estamos atravessando”. Falei “greve”, ele apenas disse que não era greve. Então falei “apagão aéreo”, e ele aceitou.

Foi assim ontem. Logo, esse é um movimento de caráter político. É preciso ter coragem de dizer isso, já que o Senhor Presidente da República passa alheio a todos os fatos que ocorrem neste País, desde o furto até a queda dos aviões.

Ah, Sr. Presidente! Que tempo ruim estamos vivendo, quando o usuário da aviação no País não tem a tranquilidade de saber que viaja em paz! Quantas pessoas não têm morrido por não terem recebido socorro a tempo!

A aeronave atrasa até 12, 14, 24 horas, isso, quando o vôo não é cancelado depois de uma longa espera nos aeroportos do País. Essa é a situação em que nos encontramos, muito bem relatada pelo Senador Heráclito, mas que exige providências mais rápidas do Presidente da República.

No momento em que o Ministro da Defesa falta e as autoridades aeronáuticas não respondem, o responsável é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

que não pode dizer que não sabe de nada, porque sabemos que deu um murro na mesa quando tomou conhecimento do desastre pela falta de providências. É pena que o murro não tenha sido tão forte, porque não abateu ninguém do seu Governo, apenas ele ficou com a mão dolorida, o que evidentemente só faz mal a ele e não faz bem ao País.

Sr. Presidente, ontem estive nesta tribuna para falar da gravidade da situação da Petrobras. Dada a situação em que se encontra, tive que denominá-la “forrobrás”, porque só patrocina forró e não pesquisa petróleo.

E pego **O Globo** de hoje e esta manchete é a primeira: “Gabrielli, irritado, não explica ligações políticas”. “Nosso investimento tem impacto enorme na economia. E as matérias falam em contratos de R\$31 milhões”

Trinta e um milhões para ele não é nada. Pode gastar em forró, em maracatu, em axé, no que ele quiser, porque é pouco, realmente, para o orçamento da Petrobras, sobretudo quando nós entrarmos na Petrobras para conhecer as coisas que lá se passam. Trinta e um milhões não é nada, diz ele. E, mais do que isso, não contente, trata mal, praticamente expulsa do seu gabinete o repórter de **O Globo**, que vai tratar deste assunto.

Não é demais dizer que, em relação à **Veja**, a própria Petrobras telefonou para esta grande revista nacional, dizendo: não terão um anúncio mais do Governo Federal; vão ficar à míngua, porque nós não vamos mais patrocinar as edições de **Veja**, como fazemos com a **Carta Capital** e outras revistas. Mas a **Veja** não precisa dessa esmola e, sobretudo, não pode se comprometer pelo passado que tem, pelo trabalho que faz, pela dignidade dos seus redatores e diretores, com os males da Petrobras e do Brasil.

Vejam a fisionomia do Sr. Gabrielli, a irritação dele. Mas, Sr. Presidente, não é nada.

Outra manchete de hoje: “Doações de empreiteiras ao PT cresceram 476%”.

Cresceram 476% as doações das empreiteiras ao PT! O Partido do Presidente Lula passou a receber ajuda maior do grupo de empresários. Ontem isso ficou claro, e hoje foi dada uma nota da Agência dos Empresários, que é uma vergonha para os empresários brasileiros. É uma vergonha porque não desmentem nada! Ao contrário, não têm a coragem de afirmar e tampouco a coragem de negar. Essa nota está em todos os jornais. É uma demonstração de como é gasto o dinheiro do povo brasileiro via Petrobras, outras estatais e ONGs.

Treze empresas vinculadas à Abemi deram R\$5,8 milhões ao Partido dos Trabalhadores em 2006, contra R\$1 milhão, em 2002. Esses mesmos empresários, em 2002, deram R\$1 milhão, agora deram R\$5 milhões. E tudo isso, Sr. Presidente, acontece no Brasil,

mas nada acontece no setor político e muito menos no setor judicial.

Ah! Sr. Presidente, a única esperança é o Tribunal de Contas. Esperamos que o Tribunal de Contas venha rápido em socorro deste País, para evitar que uma grande empresa também se desmoralize e perca sua credibilidade internacional. Já basta o caso da Bolívia, que nos desmoralizou politicamente na América do Sul. O que aconteceu conosco na Bolívia foi uma demonstração da falta da política externa deste País e da insensibilidade do Presidente da República em relação ao Sr. Evo Morales.

Não vou citar aqui tudo que foi repassado. Há partido por partido, mas vou pedir a transcrição.

“Petrobras dá nova versão sobre telefonemas.

Estatual agora diz que Lacerda e um dos seus gerentes também conversaram sobre campanha eleitoral.”

*(Interrupção no som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, proroguei o tempo de V. Ex<sup>a</sup> por mais cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Terminarei, Sr. Presidente.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> tem razão quanto ao uso de recursos da Petrobras para financiamento dessas ONGs e desses programas culturais e assistenciais de uma maneira geral. Foram usados ao extremo pelo Governo do Presidente Lula, principalmente na administração do Sr. Gabrielli. Ele ontem, de acordo com declarações que li hoje no jornal **O Globo**, estava muito mal-humorado com a mídia, que divulgou o convênio com essa associação para formação de mão-de-obra. V. Ex<sup>a</sup> sabe que essa questão de formação de mão-de-obra por meio de ONGs é muito perigosa. Lembro a questão do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, utilizado para preparação de mão-de-obra por meio de ONGs e pelos sindicatos. Viu-se depois que por aí escapou muito dinheiro público, inclusive naquela Ágora, ONG petista do Distrito Federal. É necessário que o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União investiguem isso. Mesmo agora, com essa CPI, eles devem investigar essas ONGs que estão recebendo milhões de reais sem licitação, sem prestação de contas. Soube-se agora daquele caso da ONG da Petrobras, que recebeu R\$226 milhões. O Presidente da Petrobras disse que era pouco, porque a

empresa investe R\$12 bilhões. Mas são R\$12 bilhões para procurar petróleo; realmente R\$226 milhões seria pouco dinheiro. Entretanto, R\$226 milhões para fazer política e treinar mão-de-obra é muito dinheiro. E, no setor público, R\$1,00 tem que ser tratado da mesma maneira que R\$1 bilhão. V. Ex<sup>a</sup> está certo. Isso merece uma investigação muito profunda, pela dimensão que a Petrobras tem, pelo tamanho e, principalmente, pelo que representa para o povo brasileiro a maior empresa do Brasil e da América Latina, com 400 mil acionistas. A Petrobras deve ser administrada com muito rigor e com muita transparência.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. E sofreu na pele em seu Estado – além de ter visto em todo o Brasil – jorrar, não petróleo, mas dinheiro da Petrobras para as campanhas políticas, como de outras estatais e de ONG. Houve um desrespeito total à opinião pública do País, que está anestesiada. Precisa reagir não apenas este Parlamento, mas também a opinião pública, para que isso acabe. Não é possível que outra manchete hoje venha dizer: “O Planalto tentará evitar ou controlar a CPI das ONG”. Não querem CPI das ONG porque sabem que nós vamos pegar coisas gravíssimas, infelizmente, envolvendo, inclusive, Parlamentares brasileiros.

Muitos dos que aqui defendem o Governo vão ficar em situação difícil diante de uma CPI verdadeira sobre as ONG. Querem controlar como? Fazendo o Presidente? Designando o Relator? Ah, Sr. Presidente, isso não acontecerá com o Presidente Renan Calheiros, creio eu. Conheço S. Ex<sup>a</sup> o bastante para saber que pode transigir com o Governo, mas não pode transigir com os direitos e os deveres do Congresso Nacional.

Daí por que, Sr. Presidente, quero neste instante trazer, mais uma vez, a minha palavra de protesto em relação a este Governo. Tenho vários temas, não só em relação à Previdência, mas também em relação à Codevasf, para tratar desta tribuna. Já preparei os discursos; no entanto, a cada dia surge um novo escândalo financeiro neste País, com os órgãos que são comandados pelo Presidente da República.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente que leve ou eleve a sua voz também em favor da moralidade pública e administrativa deste País, que está subjugado à vontade do Senhor Presidente da República, que deseja fazer um Governo de coalizão, mas é a coalizão para que não se apurem as coisas erradas do passado, do presente, e certamente do futuro do Brasil.

Sr. Presidente, chega! O povo brasileiro não agüenta mais sofrimento. O povo brasileiro quer saber a verdade, pelo Congresso ou por qualquer meio, antes que ele próprio faça a Justiça exigir do Presidente da República. O que o povo quer ouvir é que

seu Governo vai acabar, de uma vez por todas, com os males que infelicitam a República que ele preside. Mas não é com as pessoas que estão freqüentando o Palácio que o Presidente vai obter esse êxito. Vai ficar tudo no mesmo, e o País não vai agüentar. A economia do Brasil não vai agüentar. O ano de 2007 não será um ano econômico próspero para este País e para o Presidente da República. O desastre da sua

administração pode causar a infelicidade geral da população brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU DISCURSO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** *Em vez de discutir mérito de convênios, dirigente ataca jornais e autores de reportagens*

# Gabrielli, irritado, não explica ligações políticas

**‘Nosso investimento tem impacto enorme na economia. E as matérias falam em contratos de R\$ 31 milhões’**

**Chico Otavio**

• O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse ontem que, considerado o volume de contratos da empresa, “todo o tipo de interesses” pode ser encontrado entre prestadores de serviço e fornecedores da estatal. Em entrevista coletiva em que passou a maior parte do tempo atacando jornais e autores de reportagens que vincularam os convênios da Petrobras com ONGs ligadas ao PT e ao MST, ele procurou desqualificar o trabalho da imprensa e pouco falou sobre as denúncias.

Ao abrir a coletiva com um pronunciamento, Gabrielli minimizou a importância dos valores de contratos com ONGs:

— Nosso investimento (R\$ 22,6 bilhões) tem impacto enorme na economia. E as matérias falam em contratos de R\$ 31 milhões. É completa irrealdade e falsidade. Temos 70 mil fornecedores. Uma quantidade gigantesca. Escolher, entre eles, alguém que tenha alguma vinculação é a coisa mais fácil que tem.

Gabrielli foi agressivo e dirigiu ataques ao repórter do GLOBO ao ser perguntado sobre dois temas: o uso da estrutura das ONGs financiadas pela Petrobras na campanha pela reeleição do presidente Lula — como

mostrou reportagem do jornal domingo — e assinatura de convênio no valor de R\$ 228 milhões, sem licitação, com a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) para treinamento profissional.

— Irresponsável! — reagiu Gabrielli, assim que o repórter (um dos autores da série de reportagens) se identificou.

Ao ser perguntado se a Petrobras mostraria pelo menos um dos contratos com ONGs, voltou a exibir a sua irritação:

— Evidentemente, você não é uma pessoa bem-vinda aqui — respondeu o presidente da maior estatal do país.

Para justificar o tom exaltado, o presidente da Petrobras alegou estar “indignado” e “revoltado” com as reportagens publicadas pelo GLOBO e pela “Folha de S.Paulo” sobre as ligações políticas da estatal. Dizendo que as reportagens fazem ilações, disse que também faria e acusou:

— Eu poderia, por exemplo, fazer uma ilação de que há coincidência muito grande entre a posição do PFL neste momento e o que você está fazendo. Com o que o senhor Heráclito Fortes (senador do PFL-PI que apresentou requerimento de criação de CPI para investigar ONGs, proposta desde a revelação de que o “aloprado” do dossiê Jorge Lo-

*“Temos 70 mil fornecedores. Escolher, entre eles, alguém que tenha alguma vinculação é a coisa mais fácil que tem”*

*“Nosso critério é o trabalho que as ONGs fazem. Colaboramos com elas. Não interessam as ligações político-partidárias dos membros dela. Nos interessa o que é feito”*

renzetti tinha recebido R\$ 18 milhões do governo para uma ONG) está fazendo com a sua matéria, poderia dizer que você está trabalhando para o PFL.

Em nenhum momento da coletiva, convocada para responder às denúncias, Gabrielli entrou no mérito das reportagens, que mostraram dirigentes da ONGs favorecidas com dinheiro da empresa disputando a eleição deste ano pelo PT:

— Nosso critério é o trabalho que as ONGs fazem. Colaboramos com elas. Não interessam as ligações político-partidárias dos membros dela. Nos interessa o que é feito.

O presidente da estatal insistiu nos ataques:

— O que saiu no GLOBO e na "Folha" é irresponsabilidade profissional dos jornalistas. O que tem sido publicado é, ao nosso ver, um ajuntamento de informações que interessa ser divulgado. É uma completa ila-

ção, irresponsável, tentando associar situações que não estão relacionadas com a ação da Petrobras.

Ao justificar o convênio com a Abemi, Gabrielli disse que a Petrobras identificou a necessidade de treinar 70 mil pessoas dentro do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo.

— Montamos 750 cursos em 5.400 turmas espalhadas em todos os estados, que vão treinar 70 mil pessoas. Os recursos são repassados diretamente às instituições que darão o curso. Nada passa pelas empreiteiras. O que saiu é fantasioso e mentiroso.

Gabrielli disse que considera "muito fácil" usar as declarações das empresas de contribuições eleitorais, identificar quanto cada um deu "para o partido A, B ou C e, a partir daí, buscar as relações com a Petrobras":

— Isso é mau jornalismo, é jornalismo marrom. É irresponsabilidade profissional.

Em nenhum momento, contudo, o presidente explicou as vinculações da ONGs e de empreiteiros favorecidos com os recursos da empresa.

Ele também classificou de absurda a notícia de que um integrante confesso do grupo que negociou a compra do dossiê contra tucanos, o petista Hamilton Lacerda, trocou pelo menos 15 ligações com o gerente de Comunicação Institucional da Petrobras, Wilson Santarosa:

— As explicações já foram dadas. Compete à Polícia Federal investigar.

A versão da Petrobras mudou ontem: primeiro disse que os telefonemas eram para tratar de ingressos para a Fórmula 1 e, ontem, que eram para falar da campanha do petista Aloizio Mercadante em São Paulo, para quem Lacerda trabalhava. ■

• AS LIGAÇÕES DE LACERDA PARA SANTAROSA na página 8

**PATROCÍNIO COMPANHEIRO:** *No poder, partido do presidente Lula passou a receber ajuda maior de grupo de empresários*

# Doações de empreiteiras ao PT cresceram 476%

Treze empresas vinculadas à Abemi deram R\$ 5,8 milhões ao partido em 2006 contra R\$ 1 milhão em 2002

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. As doações feitas a campanhas do PT por 13 empreiteiras vinculadas à Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) aumentaram 476% este ano em relação a 2002. Ao todo, as empreiteiras

doaram a candidatos petistas, em 2006, R\$ 5.879.500, contra R\$ 1.020.000 doados há quatro anos ao partido do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A diferença é de R\$ 4.859.500.

Os valores das doações de 2006 são referentes apenas ao primeiro turno das eleições des-

te ano e tratam de repasses feitos para candidatos a deputado estadual e federal e a senador. Também estão incluídas doações para governadores eleitos no primeiro turno. As prestações de conta de Lula e de seu adversário no segundo turno, o tucano Geraldo Alckmin, ainda



não foram apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Os governadores que disputaram o segundo turno também não prestaram contas. Já os dados de 2002 são completos e levam em conta doações feitas para os candidatos à Presidência.

Se o valor das doações feitas por essas empresas ao PT aumentou significativamente no período de quatro anos, o mesmo não pode se dizer do repassado ao PSDB. Os tucanos receberam das 13 empreiteiras R\$ 4.980.000 para suas campanhas em 2006. Em 2002, o partido de Geraldo Alckmin foi contemplado com R\$ 1.996.427. Na comparação entre 2002 e 2006, as doações ao PSDB cresceram 149%.

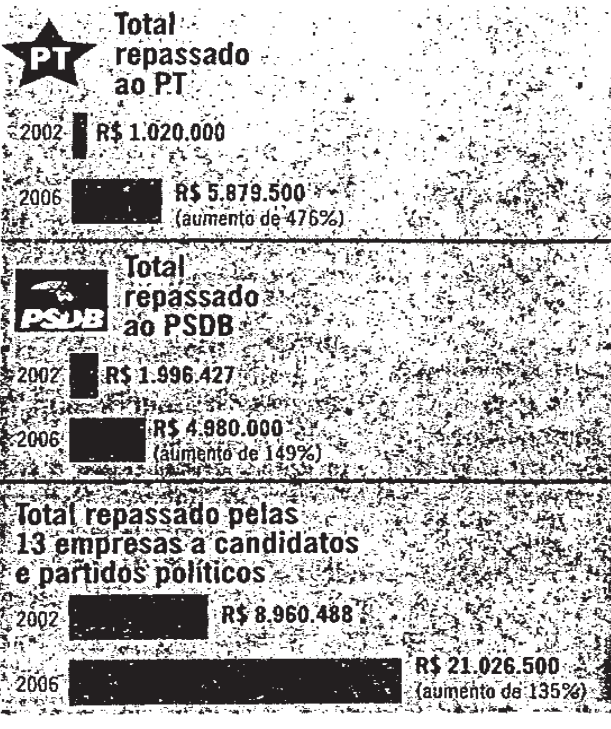
Algumas empresas que não deram quase nada ao PT há quatro anos, em 2006 foram bem generosas com a legenda do presidente. A UTC Engenharia, por exemplo, tinha doado só R\$ 20 mil em 2002 e este ano pulou para R\$ 1.380.000. A Camargo Corrêa, que destinou ao PT apenas R\$ 217.000 em 2002, ampliou o valor para R\$ 1.791.000. O total de doações feitas pelas 13 empresas para todos os partidos, e registradas até o momento na Justiça Eleitoral, já é maior que há quatro anos. Em 2006, elas doaram cerca de R\$ 21 milhões, contra R\$ 8,9 milhões em 2002. O aumento foi de 135%.

A Camargo Corrêa foi a mais generosa. Mas as doações feitas pela empreiteira revelam que ela também deu atenção especial ao PCdoB. A empresa, que ignorara o partido em 2002, repassou à legenda do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (SP), este ano, R\$ 465 mil. E escolheu a dedo os quatro candidatos comunistas: o próprio Aldo, reeleito para a Câmara; seu irmão Antônio Apolinário, candidato derrotado a deputado distrital em Brasília; Inácio Arruda, senador eleito no Ceará; e o líder do partido na Câmara, Renildo Calheiros, que se reelegeu.

Entre os governadores reeleitos em primeiro turno, Aécio Neves (PSDB), de Minas, recebeu da Camargo Corrêa R\$ 300 mil. O candidato petista Aloizio Mercadante, derrotado em São Paulo, recebeu R\$ 200 mil. Blairo Maggi (PPS), reeleito no Mato Grosso, foi beneficiado com R\$ 40 mil.

## Conheça os valores

### DOAÇÕES FEITAS POR EMPRESAS LIGADAS À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL (ABEMI)



Ao derrotado Germano Rigotto (PMDB), do Rio Grande do Sul, a empresa doou R\$ 100 mil.

Algumas dessas empreiteiras, como a Genpro Engenharia, a Dedini Indústrias de Base e a Iesa Projetos, fizeram doações apenas em 2006. A Genpro só destinou dinheiro ao PT: R\$ 580 mil. A Dedini doou R\$ 290 mil e o PSDB foi o maior beneficiado: R\$ 185 mil. O PT ficou com apenas R\$ 20 mil. A Iesa deu R\$ 80 mil ao PPS e R\$ 10 mil ao PT.

As 13 empreiteiras da Abemi que fizeram doações são: Genpro, UTC Engenharia, Engevix, Herjack Engenharia, Figueiredo Ferraz, Dedini, Iesa Projetos, Potenciar Engenharia, Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht, OAS, Andrade Galvão e BSM Empreendimentos. A Abemi divulgou outra nota oficial ontem negando critérios políticos na distribuição de verbas repassadas pela Petrobras. ■

## Como foi a apuração

• A reportagem do GLOBO publicada domingo foi baseada em minucioso levantamento, feito pelos repórteres, sobre os contratos da Petrobras de agosto do ano passado a outubro deste ano. Tudo baseado em dados disponíveis na página

da empresa na internet. Antes, os repórteres pediram diretamente à estatal a informação sobre os gastos na área social, mas não obtiveram resposta. A apuração passou então à fase de esmiuçar os dados públicos, cujo acesso pode ser

feito por qualquer cidadão. Os repórteres optaram por montar uma planilha com os dados oficiais. A distribuição de recursos foi tabulada mês a mês. Foram separados, então, os repasses relacionados a patrocínios culturais, convênios com prefeituras e aporte de recursos para projetos sociais. Depois de pesquisar esses casos, com consultas a sites de busca na internet, pesquisa nos arquivos do

jornal, telefonemas e idas a algumas entidades, a equipe decidiu centrar as reportagens nos repasses feitos a instituições da área social. Logo nos primeiros casos, aparecia a ligação de integrantes de ONGs que receberam somas significativas da estatal com o PT. Como informou O GLOBO desde a primeira reportagem, a checagem foi aleatória e por amostragem. Não havia co-

mo visitar ou investigar os mais de mil contratos. Mesmo assim, foram identificados, em duas semanas, mais de duas dezenas de convênios com entidades ligadas ao PT.

Em nenhum momento foi feita consulta a gabinetes de parlamentares, já que o levantamento poderia ser feito por qualquer pessoa e não está disponível no Siafi, sistema de consulta restrito a servidores e deputados.

# Petrobras dá nova versão sobre telefonemas

Estatal agora diz que Lacerda e um de seus gerentes também conversaram sobre campanha eleitoral

Alan Gripp

• BRASÍLIA. Integrante do grupo que negociou a compra do dossiê contra candidatos tucanos, o petista Hamilton Lacerda terá que explicar amanhã aos deputados da CPI dos Sanguessugas por que trocou pelo menos 15 ligações com o gerente de Comunicação Institucional da Petrobras, Wilson Santarosa, no período em que o material era negociado. Lacerda foi convocado ontem pela CPI, assim como o empresário Abel Pereira, ligado ao ex-ministro tucano Barjas Negri e suspeito de negociar o silêncio do chefe da máfia dos sanguessugas, Luiz Antônio Vedoim.

Inicialmente, a Petrobras disse que Lacerda procurou Santarosa para tentar conseguir ingressos para o GP Brasil de Fórmula-1, disputado em outubro, em São Paulo. A explicação não convenceu deputados de oposição. Ontem à noite, porém, a Petrobras informou que, na maioria das ligações, Lacerda e Santarosa trataram da organização de um jantar de apoio à candidatura do senador petista Aloizio Mercadante ao governo de São Paulo. Segundo a estatal, Santarosa foi convidado a obter

adesões para a campanha.

— Essas relações terão que ser explicadas. O problema é que, como as ligações não foram gravadas, as pessoas podem escolher qualquer conteúdo — disse o sub-relator da comissão, Fernando Gabeira (PV-RJ).

## Telefonemas ocorreram às vésperas da prisão de petistas

A CPI considera suspeitos os contatos telefônicos entre Lacerda e Santarosa. As 15 ligações aconteceram entre 2 de agosto e 14 de setembro, véspera da prisão do ex-policial federal Gedimar Passos e do petista Valdebran Padilha com o R\$ 1,7 milhão que seria usado na compra do dossiê. Lacerda foi apontado pela PF como a pessoa que entregou o dinheiro a Gedimar, no hotel em que ele foi preso, em São Paulo. Por isso, a CPI decidiu investigar se Santarosa teria relação com o caso.

Ex-coordenador da campanha derrotada do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Lacerda pediu afastamento do cargo após confessar que participou da negociação para a compra do dossiê. No dia anterior à prisão de Gedimar e Valdebran, ele foi fla-

grado por câmeras de circuito interno de TV entrando com uma mala no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, onde os dois estavam hospedados.

A Justiça Federal do Mato Grosso autorizou a quebra do sigilo telefônico de Lacerda no início de outubro. O dinheiro transportado por ele seria entregue ao empresário Luiz Antônio Vedoim em troca do dossiê contra os tucanos. Desde o começo das investigações, a Polícia Federal já fez 70 pedidos de quebras de sigilos telefônicos, que foram atendidos pela Justiça.

Lacerda nega que transportasse dinheiro e alega que tratava-se de material de campanha. Ontem, no entanto, em depoimento à CPI, Valdebran disse que a mala em que recebeu parte do dinheiro de Gedimar (R\$ 1 milhão) era parecida com a que Lacerda entrou no hotel.

Mesmo sem quórum para votar convocações, a CPI aprovou os requerimentos por consenso. Hoje, será a vez de os deputados ouvirem Oswaldo Bargas, ex-funcionário do comitê de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também acusado de negociar a compra do dossiê. ■

# Petistas do Rio cobram participação no governo

Presidente regional do partido diz que o estado está mal representado no Ministério de Lula

Bernardo Mello Franco

• O discurso é o mesmo do primeiro mandato: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não retribui o carinho do povo fluminense na hora de compor o governo. Com essas palavras, dirigentes do PT fluminense embarcam neste fim de semana para São Paulo, onde o partido realiza a reunião do Diretório Nacional. O objetivo: ampliar os espaços de políticos do estado na administração federal a partir de janeiro.

O presidente regional do PT, Alberto Cantalice, lembrou que, no segundo turno, Lula recebeu mais de 69% dos votos válidos

no estado. Segundo ele, o apoio maciço precisa ser levado em conta na reforma ministerial, que o presidente anunciou que só fará no início de 2007.

— O Rio está subrepresentado no governo, tanto no Ministério como em outros órgãos da administração federal. Queremos rever isso. O Rio é um estado muito importante, e o presidente teve uma votação excelente aqui — disse.

Na próxima segunda-feira, depois de cobrar as nomeações em São Paulo, Cantalice vai se reunir com os deputados eleitos pelo partido no estado: Edson Santos, Jorge Bittar, Luiz Sérgio, Cida Diogo, Chico D'Angelo e Carlos Santana. Segundo

o dirigente, os seis têm "perfeitas condições" de integrar o primeiro escalão do governo. Ele também citou o senador Saturnino Braga, que não tentou a reeleição este ano.

No primeiro mandato de Lula, Bittar foi cotado para assumir a pasta do Planejamento, mas não conseguiu a nomeação. A ex-governadora Benedita da Silva ocupou o extinto Ministério da Ação Social, mas foi demitida após viajar com recursos públicos para um encontro religioso em Buenos Aires. Hoje, a única representante do PT fluminense na Esplanada é a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. ■

## *Berzoini continuará fora do comando*

Encontro do PT no sábado contará com a presença de Lula

• BRASÍLIA. O presidente licenciado do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), não deverá voltar ao posto, como desejava, neste fim de semana, quando acontece a reunião do Diretório Nacional do partido, em São Paulo, com a presença do presidente Lula. Na avaliação de membros da executiva do partido, não há clima para que ele volte à função agora. Especialmente numa reunião com a presença de Lula.

Ao passar o posto para Marco Aurélio Garcia, em outubro, logo após o primeiro turno, a intenção de Berzoini era reaver seu espaço tão logo serenasse a tormenta do escândalo do dossiê que, para os petistas, foi o responsável por Lula ter ido ao segundo turno. O PT, porém, considera que neste momento, em que os partidos começam a discutir espaço no governo, o retorno de Berzoini causaria embaraço.

No encontro do fim de semana, o PT fará uma avaliação das eleições e discutirá o segundo mandato do partido. A legenda deverá aprovar a realização do encontro nacional em maio

de 2007, antecipando, assim, o evento previsto para o segundo semestre do próximo ano. O encontro nacional tem poder de modificar o estatuto e, desta forma, reduzir o mandato do presidente da legenda de três para dois anos, como defendem alguns petistas.

Segundo um integrante da executiva do PT, a reunião vai discutir as condições para uma coalizão com outros partidos, como o PMDB. O PT defenderá que essa união tem de se dar em cima de projetos e não ações pontuais para garantir a maioria no Congresso. O encontro não vai nominar os ministérios que o partido quer manter, mas aproveitará para sinalizar que o PT tem fortes ligações com movimentos sociais e que, por isso, deve conservar pastas que envolvam o tema, além de outras consideradas estratégicas, como Fazenda, Casa Civil e Planejamento. O PT quer deixar claro a intenção de disputar a presidência da Câmara, apesar de Lula dar sinais de que prefere manter o atual presidente, Aldo Rebelo (PCdoB-SP).



*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes, do Estado do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peça a palavra para repercutir o que foi dito agora há pouco pelo Senador Antonio Carlos em seu pronunciamento, a respeito de matéria publicada no jornal **O Globo**:

“Gabielli, irritado, não explica ligações políticas”.

Para mim, Senador Antonio Carlos Magalhães, seria mais uma matéria de um Governo que tenta justificar erros, pecados, seja lá o que for. Em determinado momento da matéria, o Sr. Gabielli diz: “Eu poderia, por exemplo, fazer uma ilação de que há coincidência muito grande entre a posição do PFL neste momento e o que você está fazendo (no caso o jornalista). Com o que o senhor Heráclito Fortes (Senador do PFL – PI) – eu sou um senhor para ele, com muito prazer, com muita honra – que apresentou requerimento de criação de CPI para investigar ONG (...)” O jornalista não diz respeito à imprensa? Ao **Globo**? E, dentro daquela linha de autoritarismo do poder sobre a liberdade de escrever dos repórteres brasileiros, tenta fazer uma ligação entre mim e o jornal **O Globo**, dando a entender que isso é uma matéria preparada. Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Gabielli que, entre ter uma ligação com **O Globo** e com o submundo da Petrobras, ficarei com **O Globo**, porque é transparente e não me submeterei a alguns vexames. Acho que o Sr. Gabielli está mal informado, porque dei entrada... anunciei, melhor dizendo, a intenção dessa CPI, Senador Antonio Carlos Magalhães, em agosto ou setembro. Esses fatos eram desconhecidos. E não venha ele querer me conferir o dom da premonição. Quero que a imprensa compreenda, principalmente o repórter de **O Globo**; se aqui estiver ou não, não vou me preocupar com isso porque daqui a pouco ele saberá. Não se irrite com Gabielli. A sua assessoria de imprensa, representada pelo Sr. Santarosa, ocupou-se em trocar telefonemas com a gangue dos sanguessugas e não teve tempo de informá-lo dos fatos. Se o Sr. Santarosa tivesse apenas a tarefa de informar o Presidente dos fatos acontecidos, não cairia Sua Excelência nessa triste esparrela de querer atribuir-me um fato recente que é antigo. Eu tive tanto cuidado com essa CPI que disse que só daria entrada após o período eleitoral, até para que não houvesse nenhuma má interpretação dos fatos. Mas nesses episódios, Senador Antonio Carlos

Magalhães, é que a gente descobre as verdades, os atos falhos. Veja com quem conversava Santarosa! Com Lorenzetti! Quando eu era menino, Lorenzetti era nome de um tradicional chuveiro e agora virou referência de trambiqueiro. Os donos dessa indústria cinquentenária estão possesores de ódio com essa infeliz coincidência. Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o Sr. Lorenzetti tem culpa no cartório. Ontem, ele, apertado, disse na CPI – e o jornal e a televisão mostraram isso muitas vezes –: “Se encontrarem alguma ligação minha com esse dinheiro, eu posso afirmar que pisou na lua”. Ato falho, ele quis falar Plutão. Plutão, nós vamos ver que o caminho está certo; é só esperar e vamos ver que o primeiro navegante a chegar a Plutão – aquele Plutão que todos quiseram ridicularizar, aquele Plutão que todos quiseram usar para desconstruir o objetivo da CPI, Senador Mão Santa –, realmente está mostrando quem são esses habitantes do mundo da Lua em que o Governo vive; Lorenzetti desceu em Plutão. É apenas o primeiro, Senador Osmar Dias; vamos aguardar o resto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra pela Liderança...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero comunicar à Casa que um diretor de investimentos da Petrobras anuncia o aumento do preço do gás. Isso é resultado, Sr. Presidente, da negociação com a Bolívia. Evo Morales, mais uma vez, dá uma surra no Presidente Lula, e não podemos aceitar que nosso Presidente apanhe tanto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, como Líder do PDT, ao Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peça a V. Ex<sup>a</sup> que me inclua para uso da palavra como Líder do PRB, para uma comunicação de interesse partidário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será chamado e, de acordo com a orientação do nosso eficiente Secretário-Executivo, alternando os oradores inscritos.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as manchetes de hoje dos jornais, página política do Correio Braziliense, por exemplo, traz uma coisa que está tão comum no Governo Federal, no Governo Lula, que nos deixa perplexos, que é insistência de que o Presidente usa para dizer que não sabia do que ocorre no País. Agora, ele não sabia da crise da agricultura. Está aqui: “Crise nos pegou de calça curta”. Mas o Presidente



da República ignora muitos fatos que ocorreram e que lhe permitiram conhecer a crise da agricultura antes que ela chegasse ao campo e às cidades do interior do País e chegasse a abater, praticamente, toda a economia brasileira. O que o Presidente tem de saber é que, quando os agricultores vieram a Brasília e fizeram o tratoração, eles não vieram passear de trator em Brasília. Eles vieram para alertar o Presidente da República e seus ministros para o fato de que a agricultura estava se encaminhando para uma crise violenta e que poderia contaminar toda a economia brasileira. Nós alertamos aqui, muitas vezes, que essa crise chegaria, como chegou e arrasou muitos pequenos agricultores, agricultores familiares, em todo o País, e deixou Estados, que têm a sua base econômica na agricultura, com problemas que dificilmente serão resolvidos a curto prazo. O que a agricultura proporcionou de desenvolvimento nos últimos anos, o Governo Lula acabou por perder.

O Governo Lula acabou por jogá-lo fora por absoluta falta de cuidado, descuido mesmo com o setor que é a alavanca da economia brasileira. Quando o Presidente da República disse que foi pego de calça curta e que não sabia da crise, quero lembrar que ele erra duas vezes: primeiro, quando diz que não sabia, porque foi avisado. Desta tribuna, muitas vezes, antecipamo-nos à crise, avisando-o. Fomos ao Presidente, a convite dele mesmo, falar sobre agricultura, porque ele, um dia, me perguntou o que eu achava do Governo dele em relação à agricultura. E eu disse com toda sinceridade que, apesar de ter um Ministro competente, como era o Ministro Roberto Rodrigues, a política do Governo Lula estava deixando os agricultores brasileiros numa situação pré-falimentar. Quando fala que não tem responsabilidade, é outro erro que comete. Tem sim, porque não cai do céu a taxa de câmbio que está aí. Isso é da política econômica e da taxa de juros, principalmente, e quem estabelece é o Governo dele. Então, tem responsabilidade direta sobre a taxa de câmbio que deprecia o preço dos produtos agrícolas. Quando diz que não tem culpa, esquece-se que a febre aftosa que entrou pelo Mato Grosso do Sul, que não chegou ao Paraná, mas, por irresponsabilidade do Governador do Paraná e do seu Vice-Governador, foi anunciada como se existisse, acabou por prejudicar o País no mercado internacional. E, se é difícil conquistar um mercado, muito mais difícil é reconquistá-lo depois de perdido. Só o Paraná amargou, até agora, um prejuízo de US\$1,5 bilhão, em função desse anúncio precipitado da febre aftosa no nosso Estado. Mas a febre aftosa no Mato Grosso do Sul só entrou em nosso País porque o Presidente Lula e sua equipe se esqueceram da sanidade animal. Não cuidaram das fronteiras. Como não cuida no que se refere à segurança pública, porque, no Paraná, pelas fronteiras,

estão entrando drogas, armas clandestinas, sem nenhum cuidado do Governo Federal, como a febre aftosa que entrou porque não há um veterinário nas fronteiras do Paraná com a Argentina, como não há um veterinário nas fronteiras do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, para cuidar disso que é essencial para manter o Brasil livre da febre aftosa.

Não há como deixar de responsabilizar o Governo do Presidente Lula pelo ingresso da febre aftosa no nosso País e pelos prejuízos que a pecuária, os criadores brasileiros, a economia brasileira, principalmente, como o próprio Presidente disse, muitos trabalhadores foram mandados embora. Ele quis dizer que muitos trabalhadores perderam o emprego. Isso porque o seu Governo não soube dar importância a essa questão da sanidade que continua sendo, aliás, tratada com irresponsabilidade, pois vemos que, no orçamento para o próximo ano, não existem recursos para dar conta de 30% das necessidades que teríamos para colocar ordem nessa questão da sanidade animal em nosso País. Como entrou a febre aftosa, pode entrar uma doença avassaladora que pode contaminar o plantel de aves em nosso País. E isso será, sem dúvida nenhuma, milhares de empregos desperdiçados, e poderemos ter uma nova crise econômica. Se o Presidente disser lá na frente que não sabia, vou levar a cópia desse discurso. Estou aqui alertando que, se não colocarem dinheiro no orçamento para a sanidade animal, poderemos amargar uma outra derrota, quando verificarmos que doenças de extrema gravidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais três minutos o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Doenças de extrema gravidade poderão contaminar o plantel de aves e de suínos em nosso País. Isso significa colocar em risco dois milhões de empregos. O Presidente diz que se preocupa com os trabalhadores. Ele deveria começar por aqueles que dependem da indústria de carnes em nosso País. Eles podem perder o seu fôlego exatamente pela perda de mercado internacional, que não estamos reconquistando por falta absoluta de empenho do Governo Federal nesse setor.

Parece que não é importante para o Brasil exportar carne, ou recuperar os mercados que perdemos. A sanidade animal é crucial para que o nosso País possa gozar de conceito, de boa imagem junto aos importadores. Ou o Governo revê a sua política sanitária, ou teremos em breve problemas sérios.

Há outro problema que é de responsabilidade do Presidente Lula. Eu sei que a chuva cai do céu, mas o seguro é uma lei aprovada em 2003. Se não choveu, se houve estiagem no Sul e no Sudeste do País, e os produtores perderam, se há problemas no Nordeste

do País, e os produtores perdem, onde está o seguro que este Senado aprovou em 2003?

Falta o quê? Falta a Constituição do Fundo para dar suporte às catástrofes, às intempéries que abrangem regiões ou Estados. Nós estamos avisando o Presidente da República há três anos, desde quando foi aprovada a lei. Dizíamos que, se não houver a criação de um fundo para dar suporte a catástrofes, não há como seguradoras de países estrangeiros ou do próprio Brasil investirem num segmento de tão alto risco como a agricultura. E não há nenhuma seguradora investindo em nosso País exatamente, Sr. Presidente, porque não houve a constituição desse Fundo.

Para o ano que vem, o Presidente coloca no Orçamento R\$45 milhões. Parece brincadeira. Quarenta e cinco milhões para o fundo de seguro! O Presidente ou é mal informado ou está muito mal assessorado. Meu Deus do céu! É muito pouco dinheiro para um país que exporta e que tem na balança comercial US\$30 bilhões adquiridos exatamente de um setor em que o Presidente coloca R\$45 milhões para dar suporte ao seguro de renda dos produtores.

Sr. Presidente, estão brincando com a agricultura do Brasil. O Presidente da República precisa ser mais bem informado por seu Ministro ou pelo setor produtivo, ou ele deve ouvir mais a TV Senado, porque aqui, todos os dias, estamos avisando.

Sr. Presidente, está por surgir uma nova crise no setor da agricultura brasileira. Ou o Presidente coloca dinheiro no Fundo de Seguro Rural, ou o Presidente coloca dinheiro para dar conta da sanidade animal neste País, ou teremos uma grave crise no mercado internacional pelo surgimento de doenças que estão bem perto e que podem ingressar por absoluto desleixo, por absoluta falta de cuidado do Governo Federal com esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Estado do Pará. (Pausa.)

Na sua ausência, chamamos o Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco. (Pausa.)

Alternando com a lista de oradores inscritos, consultamos a lista das Lideranças. Está inscrito o Senador Marcelo Crivella, do PRB do Estado do Rio de Janeiro. Regimentalmente, como Líder, V. Ex<sup>a</sup> tem 5 minutos para usar da tribuna, mas jamais vou cortar a palavra desse Senador e representante de Deus aqui.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Ah, Sr. Presidente, quem me dera ter a honra que V. Ex<sup>a</sup> me dá!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Heráclito Fortes e tantos companheiros brilhantes que estão aqui no

plenário, quero dizer que passei os últimos três dias na Colômbia, no Fórum Interparlamentar das Américas, onde discutimos integração, comércio, combate ao tráfico de drogas e redução da pobreza no nosso hemisfério. Por isso, não tive aqui a oportunidade de expressar minha dor e saudade pelo nosso companheiro que tão precocemente nos deixou, que foi o Senador Ramez Tebet. Um exemplo para nós, cada vez que entrava aqui convalescendo do seu tratamento, que não é fácil – a luta contra o câncer é terrível –, magro, com os cabelos faltando, ele se levantava e aos brados defendia o seu Mato Grosso. E também o fazia pelos corredores. Isso tudo mostra como há homens nesta Casa que carregam a alma desta Nação, que se esquecem de si mesmos e acabam sendo levados pela paixão do plenário, da tribuna, do discurso, da vida nacional, esquecendo-se da própria dor.

A perda é muito grande, recorro aqui, com a dor de todas as saudades. Peço a Deus que dê forças à sua família, aos seus familiares e aos seus correligionários de Mato Grosso, para que possam não só suportar a dor, mas carregar esse exemplo de homem público que nos transmitiu sempre muita honra e dignidade. Nunca se viu o nome de Ramez Tebet envolvido em algum escândalo. Ele sempre pairou acima dessas turbulências que perpassam pela República.

Sr. Presidente, também quero me referir aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado que sempre nos honram com a sua audiência.

Nesses últimos quatro dias – saí de lá ontem à noite e cheguei de madrugada ao Brasil –, estive como representante do Senado, indicado pelo Presidente Renan Calheiros, participando da “V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas”, em Bogotá, que reúne Deputados e Senadores do Canadá até a Argentina. Também estiveram comigo a Deputada Maninha e o Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi eleito para o próximo biênio Presidente desse Fórum.

A Senadora do Canadá, cumprindo seu mandato, colocou o cargo em votação no plenário, e o nosso companheiro do Paraná acabou sendo eleito para o próximo biênio.

Sr. Presidente, discutimos três temas fundamentais: o combate às drogas no hemisfério americano, a integração do comércio e a redução da pobreza.

Nas recomendações finais aprovadas pelo Plenário do Fórum Interparlamentar das Américas, nesses campos, Sr. Presidente, ressalta-se a necessidade de caminharmos com os acordos bilaterais para um grande acordo multilateral. É só dessa maneira, Sr. Presidente, que nós, sul-americanos, poderemos ter uma inserção melhor em nosso próprio continente, obtendo dos Estados Unidos condições mais propícias para os nossos

produtos, sobretudo na tão debatida questão que é a diminuição do subsídio agrícola, tão importante para o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Rio Grande do Sul, e também para o Centro-Oeste de Ramez Tebet.

Sr. Presidente, esse Fórum, que congrege, como disse, Deputados e Senadores de todos os países da América, muito preocupado com o narcotráfico, com a pobreza e com regras mais justas, no nosso continente, para integração e comércio, terminou ontem aprovando suas recomendações, fundamentadas principalmente no comércio mais justo, na distribuição da riqueza – porque nosso continente americano é o mais desigual continente do mundo – e também, com respeito à redução ou combate ao tráfico de drogas, que tanto aflige sobretudo as grandes capitais brasileiras, na criação de um fundo, Sr. Presidente, que possa apoiar Bolívia, Peru e Colômbia, para trocarem seus hectares onde hoje se planta cocaína por cultivos economicamente mais rentáveis, já que poderiam contar com subsídios do Governo, principalmente para que essas pessoas tenham inserção no campo da saúde, da educação, no campo social, de um modo geral, e político.

Sr. Presidente, não quero apenas relatar aqui minha participação, mas dizer que encaminharei à Mesa do Senado Federal um relatório detalhado acerca dos três dias em que participamos nessas Comissões e no Plenário e também externar o quanto é gratificante participar das atividades que envolvem a “II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência”.

Esta Casa tem sido exemplo no despertar das instituições públicas e da sociedade brasileira para a necessidade de inclusão com dignidade das pessoas com deficiência. Ao dedicarmos, pela segunda vez, uma semana de nossos trabalhos à reflexão sobre o envolvimento do País com as pessoas com deficiência, lançamos luzes, com maior intensidade, sobre uma questão que merece nosso zelo todos os dias do ano. Em outras palavras, nosso empenho e nossa dedicação para o fim do estigma que ainda costuma acompanhar a deficiência são condições necessárias para a integração do significativo contingente de pessoas com algum tipo de deficiência. O IBGE, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, estima que 14,5% da população brasileira possuem alguma deficiência.

Sr. Presidente, a preocupação institucional com a questão da deficiência é fenômeno relativamente recente no mundo. Foi a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 70, que governos e instituições multilaterais passaram a dedicar esforços e a abrir espaço em suas agendas para a necessidade de superação dos preconceitos vinculados à deficiência.

Fica cada vez mais claro que as limitações à inserção do deficiente são impostas por um tipo de so-

cidade excludente que valoriza um ideal de beleza e perfeição em detrimento daqueles que necessitam de atenção diferenciada.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Crivella, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – De forma muito rápida, quero primeiro quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e cumprimentar o Senado da República pela Semana da Pessoa com Deficiência, uma belíssima semana. Agora às 16 horas e 20 minutos, teremos lá no Auditório Petrônio Portella o que nós chamamos “dar palco a quem não tem palco”, evento coordenado pelo artista Marcos Frota, onde as pessoas com deficiência vão cantar, vão falar conosco, dançar, mostrar toda a sua sabedoria na arte. Vai ser um momento muito bonito. Em seguida, às 17 horas, nós vamos inaugurar a biblioteca para as pessoas com deficiência, um espaço privilegiado aqui no Senado da República. Aproveito o momento para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Sei do compromisso que V. Ex<sup>a</sup> tem com o tema e, por isso, tomei a liberdade de fazer esse aparte. Como V. Ex<sup>a</sup> diz, são 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, e esta Casa, que eu chamaria “o coração da Pátria”, está fazendo sua parte. Esperamos que cada um neste País faça também sua parte, em uma política de inclusão, e dê palco a quem não tem palco, neste caso às pessoas com deficiência.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Paulo Paim, seu aparte é mais do que oportuno, é enriquecedor, e V. Ex<sup>a</sup> tem sido uma voz neste Plenário. As pessoas podem achar – quem está ouvindo agora a Rádio Senado ou assistindo à TV Senado – que é um consenso. Mas não é. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar – e lamentar, como eu e tantos outros Senadores –, daquele parecer que foi dado por uma Deputada oriunda do Magistério. Na época, tentava-se fazer crime a discriminação ao deficiente, como é crime a discriminação racial. E o parecer dela dizia que não, porque é natural que pessoas sintam asco por um deficiente, por um aleijão, um deformado, e que essas pessoas, quando vão às ruas, têm dois objetivos: granjear comiseração ou ofender o senso estético das pessoas.

Imagine, Senador Paulo Paim, a dor do pai ou da mãe de um deficiente ao ouvir um relatório de um Deputado, contrário à alma do Parlamento, às tradições de ponderação, de moderação, de democracia e de inserção do nosso Parlamento.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, vou concluir informando, inclusive, que amanhã se apresentará aqui no nosso plenário um deficiente de Bangu que todos os dias faz meio expediente cantando, na cadeira de rodas, hinos evangélicos. Ele vende por dez reais os seus CDs para sobreviver. Amanhã, ele será um dos nossos artistas, e será apresentado por outro deficiente, filho do Roberto Carlos, o Dudu, que vai dar palco a quem não tem palco. Então, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns quando fala sobre isso. Tenho certeza de que o povo brasileiro há de aplaudir o Senado Federal e solidarizar-se conosco para que possamos caminhar juntos.

Aliás, Senador Paulo Paim, me vem à mente agora um episódio ocorrido durante as Paraolimpíadas do Canadá, em Montreal. Houve uma prova de cem metros, e lá estavam os deficientes participantes alinhados para a largada...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, vale lembrar essa página da história da humanidade. Eles estavam lá alinhados e, quando se deu o tiro, saíram correndo. Eram doze concorrentes, cada um com sua deficiência, com sua dificuldade, tentando fazer o melhor. Não tinham passado trinta metros, antes da metade do percurso, uma das crianças tropeçou e caiu, Senador Paulo Paim. No momento em que ela cai, os demais concorrentes começam a diminuir o passo e olhar para trás. Param de correr e, um a um, voltam para levantar a criança que caiu. Naquele instante o estádio ficou em total perplexidade. Era uma disputa, uma prova na qual os deficientes, lutando contra a natureza, a dificuldade, tentavam uma medalha.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Talvez, Senador Paulo Paim, a medalha fosse a melhor coisa que pudesse acontecer em suas vidas. Mas a queda daquele pequeno atleta fez com que todos voltassem. Não foi um nem dois, todos os competidores voltaram para ver o machucado, o arranhão. Levantaram-se e, a partir daí, marcharam juntos, de mãos dadas, e foram até a linha de chegada um ao lado do outro.

Senador Paulo Paim, pergunto a V. Ex<sup>a</sup> – perguntei isso a mim mesmo: será que, em uma olimpíada de normais, altamente disputada – muitas vezes as pessoas chegam a tomar anabolizante para vencer, por centésimos de segundo, o seu concorrente –, veríamos um ato de tamanha grandeza?

Por isso, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, e eu também, os deficientes têm muito a nos ensinar, em termos de bravura, em termos de espírito de solidariedade, de enfrentar a vida, de vencer os obstáculos. Estão eles aí, na nossa

sociedade, para ensinar aos homens de boa vontade. E não clamo só aos homens de boa vontade, clamo aos céus também, para que todos, no Parlamento, possamos sentir a sua dor e legislar. Não para dizer que eles estão em busca de comisseração, de esmolas ou para ofender o senso estético de alguém, mas para nos ensinar, Senador Paulo Paim, a solidariedade e o amor ao próximo, virtudes que, se não existirem em uma civilização, levam-nos à barbárie.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça constar nos Anais desta Casa o meu pequeno pronunciamento, mas apenas para celebrar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– O tempo se esgota, Sr. Presidente, e não quero abusar da boa vontade de V. Ex<sup>a</sup>.

Concluo dizendo que, daqui a pouquinho, iremos ao Auditório Petrônio Portella para aplaudir, para nos emocionarmos, para nos solidarizarmos, para sermos audiência daqueles que não têm palco, mas que, nesta Casa, certamente, vão contar com o apoio de todos nós, tenho certeza, e de todos os partidos, em políticas públicas que possam garantir a eles uma vida de paz, de alegria, independentemente de serem ricos ou pobres, normais ou deficientes, uma existência feliz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.****O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, nestes últimos quatro dias, entre sábado e ontem, terça-feira, estive, como representante do Senado, participando da V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas, em Bogotá. A atividade lá desenvolvida, juntamente com a Deputada Maninha e os Deputados Luiz Carlos Haully, foi muito profícua. Na Colômbia, com a participação de representantes dos parlamentos de todos os países da América, foram discutidas as políticas de comércio, integração e desenvolvimento nas Américas; as estratégias de redução da pobreza e da desigualdade; e a luta contra o tráfico de drogas. Oportunamente, voltarei ao Plenário para tratar desses temas.

Como estava fora do país, em missão do Senado, somente agora me associo às palavras de respeito e profundo pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. O Senador Ramez Tebet representa, para mim, o exemplo de retidão de caráter e de honestidade de propósitos que se espera de um homem público. Aprendi muito e cresci com ele nesse Senado.



(Algumas palavras sobre a Justiça Divina)

(Condolências à família e ao povo do Mato Grosso do Sul)

Eu gostaria, também, de externar o quanto é gratificante participar das atividades que envolvem a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Esta Casa tem sido exemplo no despertar das instituições públicas e da sociedade brasileira para a necessidade de inclusão com dignidade das pessoas com deficiência.

Ao dedicarmos, pela segunda vez, uma semana de nossos trabalhos para refletir sobre o envolvimento do País em relação às pessoas com deficiência, lançamos os holofotes – com maior intensidade – sobre uma questão que merece nosso zelo todos os dias do ano.

Por outras palavras, nosso empenho e nossa dedicação para o fim do estigma que ainda costuma acompanhar a deficiência são condição necessária para a integração do significativo contingente de pessoas com algum tipo de deficiência. O IBGE, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, estima que 14,5% da população brasileira possui alguma deficiência.

Sr. Presidente, a preocupação institucional com a questão da deficiência é fenômeno relativamente recente no mundo. É a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 70, que governos e instituições multilaterais passam a dedicar esforços e a abrir espaço em suas agendas para a necessidade de superação dos preconceitos vinculados à deficiência.

Fica cada vez mais claro que as limitações à inserção do deficiente são impostas por um tipo de sociedade excludente, que valoriza um ideal de beleza e de perfeição, em detrimento daqueles que necessitam de atenção diferenciada.

É no sentido de superar essa visão que a Organização das Nações Unidas estabelece, em 1981, o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 1982, a própria ONU apresenta o Programa de Ação Mundial para a Inclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência, o que passa a gerar frutos no interior de diversos países membros da Organização.

Ainda no plano internacional, a década de 1990 é exemplo do aumento do número de normas e de documentos que têm como escopo proteger e regulamentar os direitos das pessoas com deficiência. A título exemplificativo, vale citar a contribuição da Unesco, que, em 1994, promulgou a Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Educação para Necessidades Especiais.

No âmbito hemisférico, merece destaque o papel da Organização dos Estados Americanos – a OEA –, que, em 1999, editou a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discrimina-

ção contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – a conhecida Convenção da Guatemala. Esse documento faz parte do ordenamento jurídico brasileiro desde 2001, por meio do Decreto nº 3.956.

No Brasil, é lícito afirmar que a redemocratização da década de 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 constituem paradigmas na conscientização dos brasileiros acerca da importância fundamental dos direitos de cidadania.

A Constituição de 1988, já em seu Preâmbulo, compromete-se a construir uma sociedade fraterna, pluralista e livre de preconceitos. Diz o artigo 10 da Carta Magna que são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Devemos frisar, Sr. Presidente, que a preocupação institucionalizada acerca dos direitos de cidadania é fruto de uma notável evolução histórica. No livro intitulado **História da Cidadania**, o organizador, Jaime Pinsky, afirma, com propriedade, que “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”.

Entendo a aplicação do conceito de cidadania da seguinte forma: seremos cidadãos na medida de nosso esforço para construir a cidadania, tanto na esfera individual quanto no âmbito coletivo.

Sabemos que, à pessoa com deficiência, é exigido elevado grau de superação individual. Ocorre que o esforço no âmbito individual, muitas vezes, é insuficiente em face, por exemplo, de uma infraestrutura deficitária, em face de uma sociedade que, ao invés de acolher, dá as costas aos que precisam de atenção diferenciada.

É nesse contexto que um Estado atuante pode – e deve fazer toda a diferença.

Felizmente, Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, o Presidente Lula tem-se proposto a resgatar a dignidade e promover a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Podemos exemplificar o compromisso do Governo Lula com o tema por meio de alguns exemplos: a edição do Decreto de Acessibilidade nº 5.296, em 2004, que estabelece a acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, à comunicação e à informação para pessoas deficientes e com mobilidade reduzida. O Governo Lula editou, também, o Decreto nº 5.626, em 2005, que regulamenta a Lei de Libras – Língua Brasileira de Sinais –, criando normas e prazos para a inserção obrigatória da Libras no meio educacional.

Destacamos, ainda, a promulgação da Lei de Biossegurança, que disciplina as pesquisas com células-tronco, além da promulgação da Emenda à Constituição nº 47, em 2005, que assegura a aposentaria especial aos trabalhadores com deficiência.

São muitos os exemplos, Senhor Presidente. Desde 2003, o Ministério da Educação vem implementando o Programa Educação Inclusiva, que terá continuidade no próximo mandato do Presidente Lula.

Podemos contar com o trabalho prestimoso da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – aCorde -, vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Órgão da Presidência da República.

A preocupação do Governo Lula com as políticas de acessibilidade e com o resgate dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência revela-se por meio de um Programa Setorial de Pessoas com Deficiência.

Nesse contexto, as perspectivas para os anos de 2007 a 2010 são as melhores. Incluem a implementação do Decreto de Acessibilidade, com ações setoriais coordenadas, de caráter interministerial, capazes de consolidar uma transformação radical na forma que o Estado e a sociedade brasileira vêem as pessoas com deficiência.

Afinal, assegurarmos a dignidade das pessoas com deficiência, compromisso desta Casa e do Governo Lula, constituiu, antes de mais nada, um dever ético e cristão.

Registro, aqui, meu desejo de que a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência contribua para uma sociedade mais fraterna e digna.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, sem prejuízo da lista geral.

Registro a presença nas galerias da banda Renato e seus Blue Caps, uma banda tradicional que tem uma aceitação muito grande até hoje no Brasil e que é também uma referência brasileira em qualquer país.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, peça minha inscrição como Líder, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Exª está inscrito e falará em seguida, Senador Ney Suassuna.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito apenas minha inscrição para falar pela Liderança do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª quer cercear o direito de o Senador Mão Santa falar?

**O SR. MÃO SANTA** (PFL – PI) – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa não vai permitir. A palavra de V. Exª está garantida, Senador Mão Santa.

Consideramos inscrita a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ouço o Senador Mão Santa com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Assim seria uma discriminação contra o Piauí. S. Exª já veta o Heráclito Fortes, e agora o Mão Santa!

Sr. Senador que preside esta sessão, Senador Luiz Otávio; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Senador Augusto Botelho, que ganhou os cabelos brancos com o sonho e o ideal da saúde neste País, eu entendo que a saúde deveria ser como o sol: igual para todos.

Lamento ter informado ao Presidente da República dados errôneos sobre a nossa saúde, de tal maneira que, na campanha eleitoral, Sua Excelência afirmara que a saúde no Brasil estava chegando à beira da perfeição. Entendo, como médico, que ela está à beira de um grande abismo, um grandioso abismo.

Quis Deus estar na galeria de honra um prefeito do nosso Piauí, o Dr. Manin Rego, de Barras. Senadora Heloísa Helena, hoje ele contava que, naquela cidade – uma grandiosa cidade do Piauí, que já forneceu o maior número de governadores, berço de David Caldas, o profeta da República –, recentemente, morreu uma mulher com hemorragia uterina, porque, lá no Piauí, que é Brasil, e Estado também governado pelo PT, a ambulância só vai em busca daqueles hospitais de alta resolutividade da Capital quando lota com quatro doentes. E ela ficou esperando o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, até lotar a ambulância. Nunca dantes isso foi visto na História do Brasil, mas, sim, no Piauí, governado pelo PT, e, por infelicidade, saindo de um hospital cujo nome é de um médico que foi interventor no período de Vargas, Leônidas Melo. A mulher, no início da viagem, morre.

Mas Sua Excelência disse que a Saúde estava à beira da excelência. Lamento informar que, hoje, traduzindo a responsabilidade deste Congresso, foi realizada uma reunião da Frente Parlamentar da Saúde, composta por Deputados e Senadores que se dedicam mais aos problemas de saúde, Líder Ney Suassuna, e cujo Presidente é o Deputado Federal Rafael Guerra, que foi Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais quando o Governador era Eduardo Azeredo. E ele, com a sua sensibilidade, convocou, hoje pela

manhã, a Frente Parlamentar da Saúde. Eu amanheci lá, Senador Ney Suassuna.

Atentai bem! Foram convidadas várias organizações hospitalares do País. O choro era o mesmo do InCor. Outro dia, aqui foi debatido o InCor de São Paulo. Senador Luiz Otávio, a dívida do InCor é de R\$250 milhões. O próprio Presidente da República mandou o Ministro da Fazenda tentar resolver. São R\$250 milhões. Mas o InCor é de São Paulo.

Senador Luiz Otávio, eu, que faço neste ano 40 anos de médico, quero dizer que conheço a excelência do InCor. Todos somos orgulhosos. Alguns aqui, como o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, já foram salvos pela eficiência do InCor. Mas o InCor é o InCor.

O documento foi apresentado hoje, ó Excelentíssimo Senhor Presidente da República! Eu aprendi, lá no Piauí, Senador Luiz Otávio, que é mais fácil esconder e tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Todos nós vimos a campanha. A saúde está à beira da perfeição, da excelência. O que diz o documento da Frente Parlamentar? Evidentemente, na Câmara, o Governo é amplamente majoritário; até no meu Partido, ele é amplamente majoritário, mas nós somos necessários.

Ó Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> foi um Líder generoso. Nunca proibiu que eu levasse a verdade, o clamor das ruas e do povo das ruas, no PMDB. E aqui rendemos esta homenagem.

E aqui traço mais uma verdade. É da Frente Parlamentar de Inquérito. O caso da Barra, no Piauí. Isso é usuário.

Atentai bem, Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> que apoiou tanto, que se sacrificou, que lhe crucificaram, termine sua missão levando esta verdade ao Presidente da República:

Recente pesquisa divulgada pelo IBGE [o IBGE é do Governo] apontou que 255 hospitais que trabalhavam para o SUS fecharam as portas só no ano passado. É reflexo da crise financeira que se abateu sobre o segmento. Será que o desfinanciamento contido na proposta orçamentária de 2007 vai acelerar o fechamento de outros? Como ficará o acesso da população aos serviços médicos assistenciais se isso ocorrer?

Senador Luiz Otávio, atentai bem, se com aquele orçamento foram fechados 255 hospitais no Brasil... Olha a mentira! O que adianta Duda "Goebbels" Mendonça ter mentido tanto? Está aí: 255 hospitais fechados.

Ó Senador Marcelo Crivella, no seu Rio de Janeiro, onde fui fazer minha pós-graduação, no Hospital do Servidor do Estado, chegou-se ao ridículo de o Exército montar acampamento em logradouros públicos para se

dar assistência ao povo. No Rio de Janeiro, padrão de excelência da Medicina no passado. Essa é a verdade.

A nossa preocupação, Suassuna, é com o Orçamento. Segundo proposta apresentada hoje pelo Governo para o Orçamento na área da Saúde para o ano de 2007, haverá redução de R\$300 milhões. Atentai bem, Senador Maguito! O Programa Saúde da Família é um plágio de Cuba. Senador Marco Maciel, ninguém, neste País, pode falar mais do que eu em saúde familiar. Eu conheci, Senador Luiz Otávio, o criador desse projeto. Quando governava o Piauí, participei de uma missão em um hospital padrão, em Havana, onde conheci, como médico, o primeiro compêndio. Como Cuba é pobre, o livro foi mimeografado. Ali, conversei e dialoguei bastante. Foi um avanço para as regiões que não tinham uma Medicina de resolutividade. Aumentou? Aumentou. Melhorou? Melhorou. Mas a Medicina de resolutividade piorou muito neste País.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, conheço muitas mulheres que estão marcando mamografia para o mês de julho do próximo ano, 2007! Senadora Heloísa Helena, é muito tempo!

Na campanha eleitoral para Presidente da República – um quadro vale por dez mil palavras –, trabalhei – e só trabalho naquilo em que acredito – para o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Entre os amigos, pedi o apoio à campanha e o voto a um cidadão que traduz o quadro: o Dr. Paulo Eudes, que foi Prefeito, foi Deputado. Senador Luiz Otávio, ele é pouco mais novo que eu, também médico, honrado, honesto, e tem uma clínica traumatológica – a melhor da minha região. Senadora Heloísa Helena, isso vale por tudo. O Dr. Paulo Eudes, um pouco mais novo que eu na Medicina – vou fazer 40 anos de formado –, disse-me: “Dr. Mão Santa, eu não fecho a minha clínica porque não tenho dinheiro para pagar as causas trabalhistas dos funcionários. É só prejuízo com as consultas a R\$2,50”.

Senador Luiz Otávio, sei que incomodo – a verdade fere –, mas eu conheço; por isso, falo. Encontrei o melhor urologista da minha cidade, que tem aproximadamente 150 mil habitantes, e lhe cumprimentei, dizendo-lhe: “Dr. Luís, como vai? Tem operado muitas próstatas?” Eu já operei, essa cirurgia é trabalhosa, é complicada. Ele me disse: “Nunca mais, deixei”.

Uma cirurgia de próstata, por exemplo, custa R\$100,00 – e trata-se de uma operação de muita complicação; um parto, R\$100,00. Vejam V. Ex<sup>as</sup>: uma gravidez leva nove meses de trabalho; não se nasce simplesmente; tem-se de fazer o pré-natal e o puerpério. Então, atentai bem, Senadora Heloísa Helena: está acabando, no Brasil, a capacidade resolutiva. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, que está comprometida a dar palestras – acabei de falar com o Dr. Valdir Aragão, Di-



retor de uma escola técnica de enfermagem, e a primeira palestra naquele local será dada por V. Ex<sup>a</sup>. Essa será a primeira de uma sucessão de muitas palestras que V. Ex<sup>a</sup> dará mundo afora. A primeira será no Piauí, para falar sobre os problemas de saúde.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, na Inglaterra, houve médico de família. Mas eles acabaram com essa assistência. Sabem por quê? De repente, a Inglaterra, da Rainha Elizabeth, viu que a pediatria em seu País estava ficando atrasada em relação a outros Países do mundo. O Programa Saúde em Família beneficia o médico generalista, acabando com os especialistas. Muitos saem da faculdade com uma remuneração satisfatória dentre as demais. Então, os médicos especialistas estão fugindo.

Advirto V. Ex<sup>as</sup> que os médicos residentes estão em greve. Senadora Heloísa Helena, eles entraram em greve no dia 1º de novembro. Hoje, nesta Casa, tive a oportunidade de ouvir calorosos discursos sobre os controladores de vôos deste País. Por quê? Porque os aeroportos estão cheios, são os ricos que usam os aviões. No entanto, os médicos residentes têm a mesma responsabilidade que os controladores de vôos, porque são eles que fazem funcionar os grandes hospitais deste País – hospitais públicos, hospitais das clínicas, santas casas, hospitais universitários! Setenta por cento do trabalho nos hospitais são executados pelos médicos residentes, que estão lá, não em troca do salário, mas, sim, em busca da responsabilidade no aperfeiçoamento profissional, estão em busca de uma especialização. Por isso, por essa consciência e para que possam avançar na Medicina, eles estão em greve. Mas não há qualquer solução por parte do Governo. Sei que o Presidente da República é bom em fazer greve – foi professor! Portanto, está na hora de acabar com a greve dos médicos residentes.

Senador Demóstenes Torres, há filas em todos os grandes hospitais. Fui médico residente, sei que os residentes são o sustentáculo dos hospitais: trabalham no preparo dos doentes e auxiliam nas cirurgias. Por isso, todos os hospitais reduziram o atendimento em 30%; são 17 mil. O que eles querem é uma atualização salarial, porque eles ganham pouco mais de R\$1 mil. Eles têm de comer, de se locomover, de se vestir, de comprar livros, por isso cobram essa responsabilidade do Governo, dos Ministros da Educação e da Saúde, para que se coloquem nesses hospitais aqueles preceptores, aqueles responsáveis pela formação. Eles não querem ser taxados, Senadora Heloísa Helena, como se fossem uma mão-de-obra barata, escrava e servil.

Essa é a nossa preocupação.

Senador Ney Suassuna esta é a colaboração do PMDB de vergonha. Nós não estamos aqui atrás de

cargos. Assim sendo, vamos votar tantas vezes quantas forem necessárias e assim desejar o Presidente da República. Mas que este voto signifique algo bom para o povo e para o País. Está na Câmara um projeto de lei atendendo aos médicos residentes, que tem o meu voto. Repensem o Orçamento no que diz respeito à saúde.

Ó Suassuna, a ignorância é audaciosa! Deus me mandou para cá, mas não me mandou ignorante. Vim do Piauí com passos no estudo e no trabalho e aprendi, Senadora Heloísa Helena, por intermédio da pesquisa, que duas coisas incomodam o povo deste País: uma é a segurança. Norberto Bobbio, o sábio da teoria da democracia, disse que o mínimo que se tem de exigir de um Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Este País vai mal!

Olha, fui a Buenos Aires e, às quatro horas da manhã, eu, de mãos de dadas com a Adalgisa, passeava pelas ruas de lá. Convido os brasileiros, os que cantaram “deixam o homem trabalhar” a desfilar com sua esposa pelas ruas de nossas cidades de madrugada. Andei também em Madri, Suassuna, e, a certo momento, parei. Sabe por quê? Às quatro horas da manhã, vi um casal de velhinhos numa praça namorando e usavam jóias, casacos... Jóias! Convido os velhinhos e as velhinhas que disseram “deixa o homem trabalhar”, a namorarem às quatro horas da manhã nas ruas do Brasil. Este Governo, que não oferece nem uma parte do mínimo recomendado por Norberto Bobbio – a segurança –, também não oferece a saúde que o povo do Brasil merece.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E entendo que a saúde deve ser como o sol, igual para todos. Agradeço a concessão e a dilatação do tempo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem sido muito comum os Senadores do Nordeste...

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Ney Suassuna, vou pedir licença a V. Ex<sup>a</sup> para registrar a presença em nosso plenário da nova Senadora pelo Estado do Rio Grande do Norte, Senadora Rosalba, que está aqui para nos visitar.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Para se aclimatar.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – E está com a Senadora Heloísa Helena e com o Senador Mão Santa.

Obrigado.



Continue Senador.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Boas-vindas à nobre Senadora, de uma família ilustre; somos contraparentes. Eu me orgulho muito da carreira que ela tem feito na política no Estado do Rio Grande do Norte. Seja bem-vinda!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é muito comum os Senadores do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte virem a esta tribuna reclamar de injustiças, as quais pesam muito fortemente em nossa qualidade de vida. Hoje venho para falar de mais uma delas: as cooperativas elétricas. V. Ex<sup>a</sup> sabe que as cooperativas elétricas têm uma missão muito importante seja para os irrigantes, seja para a área rural. Na Paraíba, há cerca de dez cooperativas. Na maioria dos Estados do Nordeste também há. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, também há muitas cooperativas, mas o tratamento que o Governo dispensa a elas é muito diferente daquele dispensado às cooperativas do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte.

Acredite V. Ex<sup>a</sup>: uma cooperativa do Rio Grande do Sul chega a ter 80% de desconto na tarifa. As do Nordeste, lamentavelmente, não têm esses descontos e creio que nem as do Norte, do seu Pará. Isso cria uma desproporção. Hoje, na Paraíba, compra-se a energia da concessionária a 0,12 para vendê-la a 0,11 ou a 0,5, ou seja, somos obrigados, pela Aneel, a comprar mais caro e a vender mais barato. Não conheço, no sistema capitalista, nenhuma área que seja obrigada a comprar mais caro e a vender mais barato. Então, a cooperativa compra a energia da concessionária a 0,12 e deve vendê-la a 0,5 se for para irrigante e a 0,11% se for para a área rural. Enquanto isso, no Sul, em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul, as cooperativas têm 80% de desconto. O que aconteceu no caso das cooperativas, por exemplo, de Pernambuco? Fecharam todas. Acabaram. No mesmo caminho estão indo as da Paraíba. As cooperativas da Paraíba tinham, nobre Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esperança de que o tratamento dado a elas fosse igual, fosse idêntico, ao dispensado às cooperativas do Sul. E o que aconteceu? O que a Aneel disse a elas? “Continuem, que nós vamos estudar.” E elas já deviam 9 milhões; agora, devem 13 milhões. Há dois anos esperam uma solução, que não vem. Foi criada uma comissão para estudar de novo a situação, mas não há nenhum participante do Nordeste.

E qual foi a notícia que receberam ultimamente? “Entreguem as suas linhas de transmissão à concessionária, e vamos estudar o que fazer”. Vai estudar o que vai fazer, ou seja, elas devem entregar a área na qual têm a prerrogativa de distribuir: área de baixa renda, área rural e área de irrigantes.

Isso até que seria plausível. Segundo levantamento feito pelas cooperativas, dava cerca de 20 milhões. Assim as cooperativas pagariam a dívida e ainda sobriaria alguma coisa para implementar a área remanescente. Porém a concessionária estimou em três milhões todas aquelas linhas de transmissão, transformadores e tudo mais. Então, as cooperativas não apenas ficariam no vermelho, mas também ficariam também sem área de fornecimento. Quem seria prejudicado com isso? Não havendo a cooperativa, o Programa Luz no Campo deveria ser executado pelas distribuidoras, que não têm conseguido executar essa tarefa.

No Piauí, por exemplo, Senador Mão Santa, deveria haver 90% de cobertura do Luz para Todos. O que há hoje? Nem 40%, porque a empresa distribuidora não tem condições de fazê-lo. É uma situação tão anômala, tão díspar, que hoje eu estou aqui, em nome das cooperativas, pedindo nada mais nada menos do que igualdade. Não é possível que a parte mais rica do País, mais bem posta, tenha mais prerrogativas – 80% de desconto – do que uma parte mais pobre, o Nordeste – estou falando de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e de todo o Norte também. Não é possível que isso continue dessa forma.

Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Senador Ney Suassuna, parablenizo V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem de tão oportuno e precioso tema. Eu queria dar um testemunho. Sou pernambucano, estou na Paraíba há vários anos e lá cheguei em 1970. A essa época, fui testemunha da pujança das cooperativas no Estado da Paraíba. Foi uma época na qual ser presidente de uma organização que congregava as cooperativas era um cargo tão importante quanto qualquer um desses cargos hoje tão disputados pelo processo eleitoral padrão. As cooperativas tinham, naquela época, no Estado, uma força econômica fantástica e lideravam setores produtivos dos mais pujantes, entre eles o algodoeiro, setor que, naquela época, no Estado da Paraíba, tinha grande força. É uma pena que tenhamos assistido ao longo desses 36 anos, pouco a pouco, o arrefecimento, a desagregação, o empobrecimento, das atividades econômicas em nosso Estado e, principalmente, o enfraquecimento das cooperativas. Por essa razão, faço este aparte a V. Ex<sup>a</sup> para parabenizá-lo pela oportunidade do pronunciamento. Meus parabéns.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup>, que tanto militou na área de Pernambuco, sabe o prejuízo que isso causou em empregos, em atividades rurais e tudo o mais.

Eu, aqui, cometi somente um equívoco. Eu disse que a cooperativa comprava a energia a 0,12 e era

obrigada a vender para a área rural a 0,12 e para a área de irrigação a 0,5. Não. É 0,05. Então, obriga-se a comprar muito mais caro para vender muito mais barato, acumulando prejuízo dia a dia.

Agora, vejam a situação kafkaniana: como devem, não podem pedir a regularização e a equiparação; e devem porque estão aguardando há anos uma regulamentação que não veio. Foi enviada uma carta à cooperativas, dizendo: “Aguardem, que nós estamos resolvendo”. Isso aconteceu há mais de dois anos. Acumula-se a dívida, e as cooperativas estão definindo. Sete mil consumidores da área rural estão sem acesso à eletricidade, sem acesso ao Luz para Todos; somente na área em que não há cooperativa a distribuidora pode fazer. E a distribuidora também não pode fazer da forma determinada pela Aneel. O que foi determinado? A universalidade. Tem de ser universal. Então, há um único consumidor a 20 quilômetros, e tem-se de levar essa linha para lá, para ele gastar 0,01 de consumo. Ou seja, chega-se a R\$15 mil, e vai-se levar 300 anos para pagar essa conta. São coisas que precisamos olhar no sistema elétrico, para decidir o que fazer, porque fomos nós, aqui no Parlamento, que criamos essas regras irracionais.

Então, eu queria alertar sobre essa morte anunciada das cooperativas do Nordeste – em alguns Estados, ela já aconteceu – e falar que isso deve estar atingindo também o Centro-Oeste e o Norte. É hora de fazermos uma revisão das tarifas que determinamos e, principalmente, de fazer a justiça funcionar, porque não é possível que a parte mais rica do País tenha desconto de 80% na tarifa, e a mais pobre tenha de pagar mais caro e ver suas cooperativas irem à falência.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra ao Senador Efraim Morais. Logo depois, falará a Senadora Ideli Salvatti.

Assim será, porque o Regimento obriga que se intercale a Liderança e os Senadores inscritos.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> tem de entender que estamos aqui para cumprir o Regimento. Não crie problema para os trabalhos desta tarde.

Com a palavra, o Senador Efraim Morais, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, longe de mim criar qualquer constrangimento para V. Ex<sup>a</sup> na condução dos trabalhos. V. Ex<sup>a</sup> determinou que o Senador Efraim Morais falará na minha frente, e S. Ex<sup>a</sup> falará na minha frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> sabe que minha preferência é por V. Ex<sup>a</sup>, mas tenho de cumprir o Regimento.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, bem como da Senadora Ideli Salvatti, para que eu possa, rapidamente, fazer um esclarecimento a esta Casa, à Câmara dos Deputados e principalmente ao meu Estado, a Paraíba, e à minha querida Santa Luzia, cidade onde nasci e pela qual tenho muita estima e carinho – o que digo com muita honra e prazer.

Sr. Presidente, no dia de ontem, recebi o apoio desta Casa ao projeto de minha autoria que cria o benefício natalino para os beneficiários do Programa Bolsa-Família. O Senado aprovou o projeto, que teve uma repercussão enorme em na mídia nacional. Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que meu *site* recebeu milhares de visitantes, parabenizando-nos pela decisão e pela aprovação. Por isso, mais uma vez, agradeço a esta Casa a compreensão da nossa iniciativa. Espero que a Câmara dos Deputados o aprove ainda nesta Legislatura, para que vá à sanção de Sua Excelência o Presidente da República.

É evidente que, ao apresentarmos o projeto antes das eleições, antes do primeiro turno, não escolhemos qual seria o Presidente da República que pagaria os benefícios aos filhos da pobreza, aos que mais precisam, que são os beneficiários do Bolsa-Família.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que o nosso projeto não escolheu sexo, cor ou partido e visou a uma ação social que beneficiará mais de 11 milhões de brasileiros. Tenho certeza de que, além do benefício social, haverá o econômico, porque esses recursos vão circular nas pequenas e médias cidades do País, beneficiando o pequeno comerciante e as pessoas que dele têm seu emprego, ou seja, gerando emprego e distribuindo renda. Por isso, senti-me feliz e agradecido.

Mais uma vez, agradeço aos Senadores e às Senadoras de todos os partidos que aprovaram nosso projeto no dia de ontem.

Mas, para surpresa minha, Sr. Presidente, existem sempre os inconformados, aqueles que, sem argumento e despreparados para debater no Parlamento, tentam denegrir a imagem de parlamentares que procuram buscar o melhor, na sua atuação parlamentar, para o Brasil, para os brasileiros; que têm posições definidas, sérias, e que, como Governo ou Oposição, fazem sua parte.

O que entendo, Senador Roberto Cavalcanti e Senador Wellington, é que é tão nobre ser Oposição quanto Governo, desde que, como Oposição, se busque, acima de tudo, com responsabilidade, melhorar aquilo que vem do Governo para a população e para a sociedade brasileira.

Por isso, surpreendo-me: há pouco, recebi de minha assessoria o pronunciamento de um Deputado do PT da Paraíba, o padre Luiz Couto, pois, segundo o Jornal Eletrônico do Nordeste, o referido Deputado teria denunciado o Senador Efraim Morais por influência na cassação de um vereador de Santa Luzia.

Vejam bem V. Ex<sup>as</sup> a falta de assunto desse cidadão, ao tratar, na Câmara dos Deputados, da cassação de um Parlamentar que aconteceu antes do mês de setembro. E o pior é que o Parlamentar, despreparado, sem conhecimento, por incompetência, por irresponsabilidade, por ouvir dizer, vem à tribuna da Câmara dos Deputados, uma das Casas deste Congresso, para fazer uma denúncia totalmente infundada, não só contra o Senador Efraim Morais, não só contra Vereadores da minha terra. Não! Ele acusa principalmente – aqui está o seu pronunciamento – o juiz daquela comarca, o Dr. Fernando Brasilino Leite, um homem sério, de bem, que tem serviços prestados não só a Santa Luzia, mas à comarca que representa a minha cidade; um homem que é respeitado no meio jurídico da Paraíba; um juiz sério, que tem sido um grande amigo da sociedade de Santa Luzia, para quem, acima de tudo, está a lei. Colocando a lei acima de tudo, ele cumpre sua missão de magistrado.

Aqui, o desesperado, o incompetente, o desinformado Deputado, que não tem mais nenhum argumento para levar algo de bom à Paraíba, mesmo sendo Governo, deveria pelo menos, a esta altura, estar se articulando para aprovar o meu projeto; assim ele faria alguma coisa de bom como Parlamentar.

Ele vem aqui e reclama. Em relação ao **habeas corpus** concedido pelo Ministro Paulo Gallotti, que foi o Relator do processo, ele diz:

O desfecho do caso no STJ muito alegra os que confiam nas instituições republicanas deste País, pois a liminar foi concedida para suspender a ilegal execução da pena daquele processo e, como consequência imediata, também anular a cassação do Parlamentar, restituindo as garantias constitucionais à atividade parlamentar e devolvendo o mandato do Vereador. Contudo [diz o Deputado desinformado], os desdobramentos em Santa Luzia são assombrosos...

Santa Luzia é a minha querida terra, onde nasci. Fica no meio da Paraíba. É uma cidade de vinte mil habitantes, de um povo pacato, de um povo ordeiro, de um povo trabalhador. É uma cidade belíssima, Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> que conhece tão bem a minha querida cidade. E meu querido Deputado

Ricardo Rique, que já foi votado na minha cidade de Santa Luzia.

E ele diz:

...e, mais uma vez, demonstram que o poder da oligarquia Morais [a minha oligarquia] naquela cidade está irradiado até no Judiciário local, pois o Juiz da Comarca de Santa Luzia, Dr. Fernando Brasilino Leite, negou-se a oficiar à Câmara dos Vereadores, informando que a pena estava suspensa em face do **habeas corpus**; portanto, a Mesa Diretora da Câmara deveria rever seu ato.

Pois bem, ele diz que eu mando até no juiz. Poderia ter colocado o padre também. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, o absurdo a que chega esse senhor, a desinformação desse Deputado, a incompetência desse Deputado. E é um padre, não poderia ser odioso. Não podia odiar como padre; até como parlamentar, sim, mas é um padre e está pecando perante a lei de Deus. Está odiando o povo de Santa Luzia. Ele me odeia.

Padre, peça perdão a Deus primeiro, para que V. Ex<sup>a</sup> possa vir ao Parlamento dizer a verdade, porque aqui estão todos os documentos. Fiz questão de buscá-los há pouco em Santa Luzia. Estão aqui Sr. Presidente.

O discurso foi feito no dia de hoje, às 10 horas e 14 minutos, e aqui está, datado do dia 14 de novembro, ofício do Dr. Fernando Brasilino Leite, Juiz de Direito, encaminhando ao Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Luzia:

Tendo chegado ao conhecimento deste Juízo, de ter o Superior Tribunal de Justiça susinado a execução da sanção imposta, na Ação Penal em que é paciente José de Anchieta Lima, inclusive da pena assessória (**sic**) (...)

Outrossim, encaminho a V. Ex<sup>a</sup> cópia xerográfica do telegrama do Relator da Matéria Ministro Paulo Gallotti.

Comunicou ao Juiz Eleitoral e aqui está também o ofício. Aqui se encontra o telegrama da assessoria do Ministro Gallotti, chegando às mãos do Juiz, que faz a comunicação àquelas autoridades, que são o Juiz Eleitoral e o Presidente da Câmara.

Então, Sr. Presidente, com isso, quero dizer que acabou esse tempo da mentira. Acabou esse tempo de a pessoa, não tendo o que dizer, tentar inventar. As provas existem!

Agora, o que vai acontecer? Eu e, tenho certeza, o próprio juiz, vamos processar esse Deputado, porque ele mentiu. E ele mentiu na tribuna! Poderemos até abrir um processo parlamentar de quebra de decoro para o próprio Padre Luiz Couto, que – espero –, pelo menos como padre, deixe de odiar os seus semelhantes. Pelo

menos, respeite a lei de Deus, para que possa vir à tribuna falar com o coração aberto, mas dizer a verdade e dizer por que o Vereador foi cassado, por que foi processado, por que a Câmara se reuniu e, acima de tudo, por que houve a quebra de decoro parlamentar desse Vereador.

Então, lamento que o padre Luiz Couto, um des-preparado, um incompetente e, acima de tudo, um mentiroso, porque mentiu dizendo exatamente o que um juiz não tinha feito... E aqui está a prova, que eu vou deixar nos Anais desta Casa.

Por outro lado, Sr. Presidente, achando pouco... Veja a revolta do Sr. Deputado...

Sr. Presidente, eu vou pedir mais um pouco de tempo a V. Ex<sup>a</sup>, pois sei da sua bondade, para que eu possa concluir.

Por fim, Sr. Presidente, aí não é só contra mim. Parece-me que atinge vários Parlamentares deste País... Ódio! Ódio mais uma vez!

Por fim, uma informação adicional: em Santa Luzia [minha querida Santa Luzia], o Senador Efraim Morais é dono de uma rádio FM...

Ora, coitado de mim! Essa rádio funciona há mais de dez anos em Santa Luzia, para divulgar a minha terra e levar ao sertão, ao Cariri, ao Brejo, ao Curumataú paraibano, a história do meu povo, a cultura da minha gente, o folclore da minha terra. E o padre, agora, quer acabar com a minha rádio. Veja bem o que diz: "É dono de uma rádio FM comercial e controla indiretamente uma rádio comunitária".

Existe uma rádio comunitária, mas não a controlo. Rádio comunitária não é dada a pessoa física. É dada a uma pessoa jurídica, a uma associação. Ao falar das rádios comerciais, entra contra todos, creio que até contra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Otávio. Creio que V. Ex<sup>a</sup> é proprietário de rádio ou de televisão. Contra o Senador Roberto Cavalcanti tenho certeza de que aqui está falando, porque o Senador tem seu sistema de comunicação, assim como vários Deputados e Senadores deste País.

Escutem só:

Acerca das rádios comerciais, o *site* do Observatório da Imprensa publicou a lista dos Parlamentares que possuem concessão de rádio. É um bom momento para se fazer este debate.

Por que será que Deputado, Senador e grupos de comunicação privados podem explorar concessões de rádio e TV mas sindicatos e setores comunitários não?

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Cavalcanti, foi atingido aqui em todos os setores. Veja bem: Senador, grupos

de comunicação privados, exploração de rádio e TV. O sistema de V. Ex<sup>a</sup> tem rádio, TV e jornal. O padre não gosta de V. Ex<sup>a</sup>.

São raras as concessões para esses setores. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem um pedido de concessão de TV mofando nas gavetas do Ministério das Comunicações.

Vejam bem: estou notando que o Deputado também não tem muito prestígio com o Governo, mesmo sendo do PT. Vou fazer um apelo ao Senador Wellington Salgado para que converse com o Ministro das Comunicações, já que são amigos, companheiros. V. Ex<sup>a</sup> substitui aqui, com muita competência, o nosso Ministro. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça um apelo em nome do padre e solicite que libere essa concessão para os sindicatos. O padre, mesmo sendo do PT, não tem prestígio. Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça, em meu nome, esse apelo.

Que tal horizontalizarmos as concessões, outorgando concessões de rádio e TV ao trabalhadores e às organizações comunitárias?

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que aqui estão sendo mostrados a qualidade e o nível de determinados Parlamentares. Parlamentares que não têm argumento para vir à tribuna para conversar, para convencer, para levar algo de bom e sério ao País, ao Estado que representam, e preferem o caminho mais perto: o da mentira. Mentir, mentir e mentir. Mas a mentira sempre tem pernas curtas. Sempre encontramos um caminho para desmascará-la. Lamento que o Padre Luiz Couto, Deputado Federal pelo PT da Paraíba, tenha no coração, Senador Jefferson Péres, ódio. Em se tratando de um padre, está indo contra as leis de Deus.

Por isso, aqui deixo à opinião pública paraibana e brasileira o reparo ao que tentou fazer o Sr. Deputado contra o Senador Efraim Morais, mas, principalmente, contra a Justiça de minha cidade e do meu Estado. Cabe agora a nós – eu e, espero, o juiz da comarca da minha região, da minha cidade – entrar com um processo. Eu pessoalmente vou consultar a Assessoria Jurídica do Senado Federal para saber se está caracterizada a quebra de decoro por mentira por parte desse Deputado, que não tem argumento para levar nada de bom para a Paraíba, para os paraibanos e muito menos para os brasileiros.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Sem supervisão

Sessão: 185.4.52.O Hora: 10:14 Fase: BC

Orador: LUIZ COUTO Data: 22/11/2006

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vim a esta tribuna, no começo deste mês, clamar ao Poder Judiciário que fizesse justiça e restabelecesse o Estado democrático de direito no caso da condenação criminal e cassação do Vereador Anchieta Lima, ex-integrante do PPS, atual Mobilização Democrática, de Santa Luzia, na Paraíba.

Esse caso é prova de que ainda existe rincões de coronelismo no cenário político brasileiro. Infelizmente, na minha querida Paraíba, na cidade de Santa Luzia. Efraim Morais e sua família dominam os poderes locais há tantos anos e se portam como novos coronéis do sertão, na medida que fazem política acima das garantias do Estado democrático de direito e cassam um Vereador que, no exercício de sua atividade parlamentar, questionou autoridades locais a respeito de fatos ocorridos na região.

A ilegalidade a que foi submetido o Vereador Anchieta Lima, lembra os mecanismos de cassação política da ditadura militar.

Ora, o Vereador participou de um programa da rádio da cidade, Rádio Vale FM, como Parlamentar, no dia 26 de maio de 2006, e fez perguntas a Sra. Dilma Morais, irmã do Senador Efraim Morais. Tal atitude, o mais legítimo exercício da atividade parlamentar, resultou nas céleres e seguintes conseqüências:

a) Queixa crime intentada por Dilma Morais por calúnia e difamação, em 21 de junho de 2005, e a condenação do Vereador a 8 meses de detenção, trocada por multa. Tudo em pouco mais de 1 ano de tramitação do processo em todas as instâncias paraibanas;

b) Em 11 de outubro de 2006, o Vereador foi cassado pela Câmara de Vereadores de Santa Luzia, Paraíba, em face do julgamento do processo.

Tais fatos rasgaram a Constituição e afrontaram o artigo 29, inciso VIII da Lei Maior, que garante aos Vereadores imunidade parlamentar material, excluindo a incidência da norma penal em caso de crimes em que o tipo se realize em opiniões, palavras e votos no exercício parlamentar.

Dentro da circunscrição do município, o Vereador não comete crime de opinião. E, é claro, se não o comete, não poderá ser processado por aquelas ações nem tampouco cassado. Essa é a garantia democrática, ao livre exercício do munus fiscalizatório que devem ter os parlamentos.

<<TLG. MCD&T-6264/2006 - SEXTA TURMA - SOJ (ACA) 13/11/06  
 COMUNICO VOSSÊNCIA QUE NOS AUTOS DO HABEAS CORPUS Nº 67975/PB  
 REGISTRO Nº 2006/0221787-2, (Nº DE ORIGEM 3220050007767), EM QUE  
 FIGURAM COMO IMPETRANTE RAIMUNDO MEDEIROS DA NÓBREGA FILHO,  
 IMPETRADO CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA  
 PARAÍBA E PACIENTE JOSÉ DE ANCHIETA LIMA, EXAREI DECISÃO DEFERINDO  
 A LIMINAR PARA, ATÉ A APRECIÇÃO DO MÉRITO DESTA HABEAS CORPUS,  
 SUSTAR A EXECUÇÃO DA SANÇÃO IMPOSTA NA AÇÃO PENAL DE QUE AQUI SE  
 CUIDA, INCLUSIVE DA PENA ACESSÓRIA. COMUNIQUE-SE INCONTINENTI A  
 VARA DE ORIGEM/EXECUÇÃO, PARA CUMPRIMENTO IMEDIATO DA DECISÃO, A  
 QUAL ESTARÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA DA INTERNET, NO "SITE" DO  
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - WWW.STJ.GOV.BR - MENU "REVISTA  
 "LETRÔNICA DA JURISPRUDÊNCIA", APÓS SUA PUBLICAÇÃO. ATS. SDS.  
 MINISTRO PAULO GALLOTTI, RELATOR. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.>>

*R. Uge.  
 Kop J.  
 Justica em auto.  
 Curitiba - U  
 14/11/06*

Postado via INTERNET, em 13/11/2006 às 20:17.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRCCHO III 1 ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA 70095-900 - Brasília/DF		USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Descartado	
DESTINATÁRIO	SENHOR(A). SR(A). JUÍZ(A) DE DIREITO COMARCA DE SANTA LUZIA FÓRUM DR. FRANCISCO B. DA NÓBREGA - RUA JOAQUIM BENTO 11		MED980928488 28881 Número Indicado
	56600-000 - Santa Luzia/PA		TL 466 NÚMERO DO TELEGRAMA
PE 14/11 12:00			

Processo Crime nº 032.2005.000.776-7

**EMENTA:** **Condenação - Habeas Corpus -**  
**Liminar concedida suspendendo a**  
**execução da pena imposta inclusive**  
**da acessória - Pedidos de**  
**restabelecimento dos direitos**  
**políticos e para determinar ao**  
**Presidente da Câmara de**  
**Vereadores que faça o requerente**  
**retornar ao cargo de vereador -**  
**Decisão já comunicada à Justiça**  
**Eleitoral para fins de**  
**restabelecimento dos direitos**  
**políticos do requerente - Primeiro**  
**pedido prejudicado - Pedido para**  
**que seja determinado à Presidência**  
**da Câmara que torne sem efeito o**  
**ato que declarou extinto o cargo do**  
**requerente - Impossibilidade**  
**através da via eleita - Necessidade**  
**de demonstração de que o ato foi**  
**ilegal ou praticado mediante abuso**  
**de autoridade, somente, podendo**  
**aferir, através de ação judicial**  
**adequada - Indeferimento.**

*“O ato administrativo revestido de  
ilegalidade ou praticado mediante*

Ofício nº. 763/06

Em, 14 de Novembro de 2006

Do: Exmo. Sr. Juiz de Direito  
Comarca de Santa Luzia - PB

Ao Exmo: Sr. Juiz Eleitoral  
26ª Zona Eleitoral - Santa Luzia - PB

Senhor Juiz:

Tendo chegado ao conhecimento deste Juízo, de ter o Superior Tribunal de Justiça sustado a execução da sanção imposta, na Ação Penal em que é paciente José de Anchieta Lima, inclusive da pena assessória, comunico a Vossa Excelência que suspenda imediatamente os efeitos da decisão que suspendeu os direitos políticos, do paciente supra citado.

Outrossim, encaminho a V. Excia. cópia xerográfica do telegrama do Relator da Matéria Ministro Paulo Galloti.

Sem mais para o momento.



Bel. Fernando Brasília Leite  
- JUIZ DE DIREITO -



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SANTA LUZIA**

Ofício nº. 764/06

Em, 14 de Novembro de 2006

Do: Exmo. Sr. Juiz de Direito  
Comarca de Santa Luzia - PB

Ao Exmº: Sr. Presidente da Câmara de Vereadores  
Santa Luzia - PB

Senhor Juiz:

Tendo chegado ao conhecimento deste Juízo, de ter o Superior Tribunal de Justiça sustado a execução da sanção imposta, na Ação Penal em que é paciente José de Anchieta Lima, inclusive da pena assessória.

Outrossim, encaminho a V. Excia. cópia xerográfica do telegrama do Relator da Matéria Ministro Paulo Gallotti.

Sem mais para o momento.

  
Bel. Fernando Brasilino Leite  
- JUIZ DE DIREITO -

Vistos etc.,

Cumpra-se o que determina o despacho prolatado às fls. 196 dos autos.

Oficiando-se ao Juízo Eleitoral e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Luzia. No que pertine ao requerimento de fl.s 194, deixarei para decidir quando do julgamento do mérito do Habeas Corpus.

Santa Luzia, 14/11/06.

  
Bel. Fernando Brasilino Leite  
- JUIZ DE DIREITO -

*abuso de poder, pode ser revogado pela própria administração pública. Somente, através de ação judicial adequada é que pode o ato ser anulado, quando revestido de ilegalidade.”*

Vistos, etc.,

**JOSÉ DE ANCHIETA LIMA**, já devidamente qualificado nos autos, através de advogado, apresentou o petitório de fls. 200/201, alegando que foi beneficiado com a medida liminar concedida pelo Ministro Paulo Gallotti, nos autos do Habeas Corpus nº 67.975-PB (2006/0221787-2), que sustou a execução da execução da pena imposta na presente ação penal, inclusive, o cumprimento da pena acessória.

Alega, ainda, que em razão da decisão liminar, teve restabelecido os direitos políticos.

Assim, requereu:

- 1 – Que fosse restabelecido todos os direitos do peticionário, inclusive os direitos políticos;
- 2 – Determinar ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Luzia-PB, Sr. José Alexandre de Araújo, para tornar sem efeito o ato que decretou a perda do mandato do requerente.

**DECIDO.**

De início, esclareço que em razão da medida liminar que suspendeu a execução da pena imposta ao requerente, foi determinado que fosse oficiado ao Juízo Eleitoral para fins de restabelecer os direitos políticos do requerente, conforme consta do despacho de fls. 197, que foi devidamente cumprido às fls. 198 dos autos, razão pela qual resta prejudicado o primeiro pedido.

A medida liminar, relativo a suspensão da execução da pena imposta ao requerente, foi comunicada, também, ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Santa Luzia-PB, para ciência e, ainda, tomar as

providências que entender pertinentes. Contudo, o caminho eleito pelo requerente, para fins de retorno ao Cargo de Vereador, mostra-se impróprio.

É que, há um ato da mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores, declarando extinto o cargo do requerente, que encontra-se em vigor. No entanto, para que esse ato perca sua eficácia, é necessário que seja revogado ou declarado nulo, pelo próprio ente administrativo, acaso constate que seja ilegal ou praticado mediante abuso de poder ou, ainda, declarado nulo, pelo judiciário, se revestido de alguma ilegalidade, sendo neste caso, necessário o ajuizamento de ação judicial adequada.

Ora, determinar que a mesa da Câmara revogue ou anule o ato que declarou extinto o cargo do peticionário, sem a instauração da medida judicial cabível, fere o princípio do devido processo legal e do contraditório, sem falar que, seria uma intromissão do judiciário em atos administrativos da própria Câmara, ferindo, também, o princípio da autonomia e independência entre os poderes.

Assim, sendo, indefiro o pedido formulado pelo requerente, consistente em determinar ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Luzia-PB, para que faça-o retornar ao cargo de vereador, vez que este deverá ser feito através de ação judicial adequada, acaso, esteja revestido de ilegalidade.

Intimem-se.

Santa Luzia, 17/11/2006.

  
**Bel. Fernando Brasilino Leite**  
**Juiz de Direito**

## Luiz Couto denuncia Efraim Morais por influência na cassação do vereador Anchieta Lima, de Santa Luzia

O deputado federal Luiz Couto (PT) denunciou em discurso no Congresso Federal a participação suspeita do senador Efraim Morais (PFL) na cassação do vereador Anchieta Lima, da cidade de Santa Luzia.

Segundo o deputado, o senador Morais, “dono de uma rádio comercial e tendo o controle indireto de uma outra rádio comunitária”, teria o poder de influenciar até a decisão do juiz da comarca de Santa Luzia, Fernando Brasilino Leite, que não teria repassado liminar concedida à Anchieta Lima pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), à Mesa de Diretora da Câmara daquela cidade, impedindo o retorno do vereador à Casa.

Luiz Couto: desconfiando da 'celeridade da Justiça para os poderosos'

Todo o caso teve início quando o vereador, participando de um programa na Rádio Vale FM, em 26 de maio do ano passado fez perguntas a Dilma Morais (irmã do senador). Dilma Morais sentindo-se atacada deu queixa crime por calúnia e difamação em junho do mesmo ano.

O vereador foi condenado a 8 meses de detenção, trocada por multa. Tudo em pouco mais de um ano de tramitação do processo. Anchieta veio a ter o mandato cassado em outubro deste ano.

Contudo, o deputado resolveu tomar a tribuna para denunciar o que considerou a dificuldade no acatamento da liminar e do hábeas corpus expedido pelo STJ.

Couto pediu que a Mesa da Câmara Federal enviasse o discurso ao gabinete do ministro do STJ, Paulo Galloti, relator do caso, comunicando o teor do que foi exposto e que também oficiasse à Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba para que inicie correição contra o juiz da comarca de Santa Luzia.

Na ocasião passada, clamava ao Superior Tribunal de Justiça que, exercendo suas virtudes constitucionais, fizesse deste País um local onde os coronéis se encerram no respeito à lei e, assim, desse provimento ao Habeas Corpus nº67.975, em favor de José Anchieta de Lima. Clamava especialmente ao digno Ministro Paulo Gallotti, Relator para o caso.

O desfecho do caso no STJ muito alegre aos que confiam nas instituições republicanas deste País, pois a liminar foi concedida para suspender a ilegal execução da pena daquele processo e, como consequência imediata, também anular a cassação do Parlamentar mirim, restituindo as garantias constitucionais à atividade parlamentar e devolvendo o mandato do Vereador.

É um absurdo um juiz de uma Comarca negar-se a cumprir determinação da maior Corte de Lei Federal deste País. Esse fato causou-me indignação e faço questão de provocar esta Casa, para que ela também se demonstre indignada. Sr. Presidente, diante do narrado, solicito que a Mesa envie ofício ao gabinete do Ministro Paulo Gallotti, comunicando este discurso e que a Mesa officie a Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba, a fim de que este inicie correição contra o Juiz da Comarca de Santa Luzia para a devida apuração.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Como estamos alternando a fala dos Líderes e dos oradores inscritos, o próximo orador inscrito é o Senador Marco Maciel. Depois falará o Senador Jefferson Péres por permuta com o Senador Papaléo Paes.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal.

V. Ex<sup>a</sup> tem direito a cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Trago à tribuna hoje, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, Senador Luiz Otávio, duas matérias que saíram no noticiário – uma saiu na página 11 do jornal **O Estado de S. Paulo** e outra, na Folha Online, no portal da UOL. O título da matéria publicada no Estadão é “Crime não foi político, conclui inquérito” e o da publicada na Folha Online é “Polícia conclui que assassinato de Celso Daniel não teve motivação política”.

É interessante, Senador Luiz Otávio, porque esse assunto, durante meses, ficou nas capas dos jornais e no noticiário e, por conta de uma série de situações criadas, abriu-se um segundo inquérito para investigá-lo – este que aparece nestas notícias não é o primeiro inquérito, mas o segundo, e conclui que não foi crime político, que não foi crime de mando. O assassinato do Prefeito Celso Daniel, por trágico que tenha sido, pelo sofrimento que causou a todos nós, do PT, e aos que prezam a democracia no País, foi colocado nas manchetes e tomou a cena política, foi um dos principais assuntos da CPI dos Bingos.

O segundo inquérito repete a conclusão do primeiro, isto é, que o crime não foi de mando, não foi político, sai na página 11 de um jornal e em um portal. Vou ler alguns trechos da matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, porque, como não tem destaque, sou obrigada a destacar:

“A polícia concluiu que não há provas de crime político no assassinato de Celso Daniel (PT), prefeito de Santo André seqüestrado e executado a bala em janeiro de 2002. Elizabete Sato, delegada titular do 78º Distrito Policial (Jardins), mandou à Justiça e ao Ministério Público relatório (...) A delegada investigou o caso durante um ano. (...)”

Elizabete, quase 30 anos de experiência, concluiu em outubro o inquérito 781/2005: ‘Decorrido um ano desde a reabertura das investigações, passado o período da ‘efervescência investigativa’ [ela mesma coloca a expressão entre aspas!] que suspeitava de crime político, tese defendida pelo Ministério Público

de Santo André e os irmãos da vítima, certo é que estes dois últimos não apresentaram, quer seja na CPMI dos Bingos, quer seja no inquérito policial, qualquer indício que redundasse em prova que pudesse dar sustentação à suspeita’.

A Delegada ressaltou: ‘A voracidade do Gaeco de Santo André sucumbiu diante da não-demonstração de outras provas.’ Gaeco é a sigla da unidade de elite do Ministério Público que tem a missão de combater o crime organizado”.

Diante dessas notícias, eu não poderia deixar de vir à tribuna, Senador Jefferson Péres. V. Ex<sup>a</sup> sabe o sofrimento que foi ter esse caso todo revolido novamente. Houve cenas, apresentação novamente das fotos do cadáver do ex-prefeito Celso Daniel, muita gente buscando a qualquer preço fazer ligações indevidas. Portanto, eu não poderia deixar de trazer essa questão à tribuna, até como alerta, porque esse tipo de coisa não pode se repetir, essas manchetes policiais, esses depoimentos todos, todo o sofrimento causado na CPMI dos Bingos, a suspeição generalizada – e muitas delas sem fundamento.

Agora, de novo, no segundo inquérito, a conclusão é que não há como provar o crime de mando, o crime político. Buscou-se permanentemente incriminar o PT, envolver o PT com o crime, envolver pessoas do PT com o crime, foram feitas ilações.

É interessante porque, mesmo depois do resultado eleitoral, mesmo depois de as urnas mostrarem os 61% de votos do Presidente Lula ou os vinte milhões a mais de votos, depois de o PT se consagrar como o partido mais votado para a Câmara dos Deputados, depois de o PT passar de três para cinco Governadores, depois de o PT, aqui no Senado, ter dois campeões de voto, tanto em número quanto em percentual de voto – o Senador Suplicy e o Senador Tião Viana –, ainda vemos determinadas propostas, atuações, ilações, manchetes. Parece que não aconteceu nada, e continuamos na mesma toada.

Então, eu não poderia deixar de fazer o registro dessas matérias e desse assunto e, de uma certa forma, exigir que se a ele se dê o devido destaque – não quero nem o equivalente, mas, pelo menos, o mínimo destaque para algo que, pela segunda vez se confirma. Aliás, pode escrever, Senador Jefferson Péres, não duvido que esse assunto volte à tona nas próximas eleições, não duvido mesmo.

Por tudo isso, deixo aqui registrado todo esse sofrimento. Há pessoas aqui que ainda não aprenderam que pode até demorar, mas a verdade, no final, aparece. Infelizmente, porém, a ela não se dá o destaque que a ilação e a suposição acabam tendo, inclusive

nos ao longo desses inquéritos, mas principalmente durante a exacerbação do processo eleitoral.

Ouçõ com muito prazer o Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senadora Ideli Salvatti, procuro ser justo na vida, sempre, mas nem sempre consigo. Não tenho nenhuma ligação com o PT, sou Senador de oposição, mas preciso fazer uma declaração. Participei da CPI dos Bingos e ouvi o depoimento dos dois irmãos do falecido Prefeito Celso Daniel, a versão dos fatos trazida por eles, assisti à acareação de ambos com o Sr. Gilberto Carvalho e, francamente, nem durante o depoimento nem na acareação, os dois irmãos conseguiram me convencer, e isso persiste até hoje. Por isso, se o inquérito concluiu nesse sentido, parece-me estar muito próximo da verdade.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Jefferson Péres e quero aqui publicamente dizer que, na oportunidade, V. Ex<sup>a</sup> fez essa manifestação e me lembro disso. Então, agradeço, porque não há nada pior do que perder o senso de justiça e colocá-lo a serviço do interesse e do embate partidário ou eleitoral.

Concluindo, Sr. Presidente, dirijo-me aos que têm dificuldade para entender e analisar de forma mais adequada o processo que nós vivenciamos nesse último período, período que tem como face esse expediente, esse procedimento que eu relatei aqui. Como um fato tão doloroso acabou servindo de palco para o debate eleitoral, quando, pela segunda vez, o inquérito policial confirma que não havia qualquer possibilidade, nenhuma prova de crime político ou de crime de mando; e o que é que significou a resposta das urnas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o desejo da população de continuar com mais quatro anos, deixando o homem trabalhar, como era o *slogan*.

Mas eu não posso deixar de registrar a pesquisa divulgada pela LatinPanel – acho que é assim que se fala; não sei se pronunciei corretamente – que diz que o consumo dos mais pobres cresceu 11% no Governo Lula. As classes “D” e “E”, que englobam famílias com rendimento médio de até quatro salários mínimos, e representam 39% da população, consumiram 11% mais de alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza, durante os quatro anos do Governo Lula. Os brasileiros mais pobres ampliaram a sua cesta básica de compras de 21 para 27 itens. Em reais, os gastos dos brasileiros dessas classes subiram 35% no Governo Lula, mas esse crescimento maior deve-se ao aumento dos preços dos produtos. Os reajustes reais do salário mínimo e do Bolsa-Família contribuíram para que dois milhões de famílias deixassem as clas-

ses “D” e “E”, durante o Governo Lula, e chegassem à classe “C”.

Então, esses números das pesquisas são a confirmação do outro lado da moeda, que no resultado eleitoral ficou tão claro. Acho que todos temos o dever de prestar atenção não só nos dados, no resultado, mas, principalmente, no que determinado tipo de comportamento, por mais tempo de que leve, por mais tempo que tarde, a verdade aparece sempre e é, muitas vezes, contundente. Ela mereceria que, pelo menos, não repetíssemos os mesmos erros. Estou acompanhando determinados pronunciamentos e determinadas ações que se estão desencadeando e acho que, infelizmente, talvez tenhamos a repetição de episódios lamentáveis.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, do PDT do Estado do Amazonas, por permuta com o Senador Marco Maciel. Logo após, falará o Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu poderia ficar espertamente calado e “oportunisticamente” silencioso, mas não vou ficar, não, diante da iniciativa – censurável, a meu ver – do Conselho Nacional de Justiça de remeter para o Congresso Nacional uma mensagem em que se atribui um jetom de R\$5 mil por mês. Somando-se isso aos R\$24 mil brutos que ganha um Ministro do Supremo Tribunal Federal, teríamos algo entre R\$29 mil e R\$30 mil.

O Conselho Nacional de Justiça foi criado, neste Congresso Nacional, por emenda à Constituição Federal, como órgão fiscalizador do Poder Judiciário, Sr. Presidente. Devia ser uma função benemérita; seus membros deviam receber um jetom simbólico, talvez de R\$1,00 por mês. Esse mesmo Conselho baixou um provimento, logo que foi criado, negando aos Magistrados de todo o País o direito de ultrapassar o teto constitucional somando todas as vantagens. Então, qualquer que fosse o somatório dessas vantagens não poderia ultrapassar R\$24 mil – uma medida moralizadora.

Vem, agora, esse mesmo Conselho propor medida pela qual se ultrapassaria o teto constitucional – em muito, Sr. Presidente; em R\$5 mil – para aqueles seus membros oriundos de Tribunais Superiores. Dá, assim, um péssimo exemplo à Nação.

Neste momento, também vejo com preocupação, além desse gesto infeliz, censurável dos membros do CNJ, o movimento dos Parlamentares no sentido de equiparar os nossos subsídios aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Senador Cristovam Buarque, nem discuto se isso seria justo ou não. Existe coisa mais inoportuna? Senador Cristovam Buarque, ontem, a Câmara dos Deputados derrubou o projeto que aumentava em 16% os proventos de aposentados e pensionistas do INSS. Na proposta orçamentária do Governo, o reajuste de maio do próximo ano do salário mínimo será de R\$17,00, Senador Cristovam Buarque; e, segundo a proposta do Relator, de R\$25,00. Ou seja: o salário mínimo passará de R\$350,00 a R\$367,00 ou, no máximo, a R\$375,00.

E os Magistrados do nosso País se atribuem um jetom de R\$5 mil; e alguns Deputados e Senadores querem dobrar os nossos subsídios. Que País é este? Que homens públicos são estes, Senador Cristovam Buarque?

Concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Jefferson Péres, ainda bem que há pessoas que, no meio de todas essas nossas discussões sobre coisas circunstanciais, vêm trazer, como V. Ex<sup>a</sup>, essa preocupação. Primeiro, pela profundidade e importância dela; segundo, pela coragem de trazer. Muitos que são contra isso preferem até se acomodar, ficar calados, porque não é fácil brigar contra essas pessoas. Eu quero dizer do meu orgulho de estar aqui do seu lado e manifestar também o meu descontentamento, a minha estranheza. Nós estamos elaborando o Orçamento. Aqui chegam todos os dias *lobbies* de grupos engravatados. Não vem ninguém de pé descalço pedir nada; e, aí, não entra nada no Orçamento para eles. O MST não pede nada. Mas o MSP – o Movimento dos Sem Palácio – faz fila aqui para colocarmos emendas para construirmos palácios em Brasília. Não em benefício próprio – façamos justiça –, mas em benefício da sua instituição, dos seus órgãos, quando estamos precisando colocar dinheiro em água, em esgoto, em escola e não nessas grandes obras. E nesse caso que V. Ex<sup>a</sup> está citando é ainda mais grave, porque aquilo que veio para fiscalizar termina propondo coisas em benefício próprio. É extremamente triste que vejamos isso. E eu completo, para não me alongar no aparte, dizendo que fiz uma análise do nosso Orçamento para 2007. Se analisarmos o quanto é destinado para construir o futuro, como infra-estrutura, como educação, ciência e tecnologia, e analisarmos quanto se destina para cobrir salários imediatos de altos valores e corrigir problemas cometidos no passado, como o Bolsa-Família tenta corrigir, vamos ver que este País está investindo tudo no presente e quase nada para construir o futuro. É um Orçamento tapa-buraco. Em vez de fazer estrada, estamos fazendo um Orçamento para tapar buracos. E ainda há alguns tirando proveito

próprio. Parabéns pelo seu pronunciamento. Gostaria que nós não ficássemos só na nossa indignação. Vamos descobrir algum instrumento para que possamos impedir esse tipo de acinte, de deboche que estão fazendo com o dinheiro público.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ainda ontem ouvi o Governador de São Paulo dizer, em uma entrevista ao Programa do Jô, que, às vezes, parece que a classe dirigente deste País é suicida, não percebe o vulcão em que está plantada. Sem nenhuma demagogia, com essa tremenda desigualdade social, esse tremendo processo de favelização das cidades brasileiras, esse índice de violência, se ainda gerarmos no povo mais esse sentimento de injustiça quando vêem Magistrados e Parlamentares reclamando do que ganham, quando são os mais bem remunerados do serviço público, é de se perguntar: querem o quê, Senador Cristovam Buarque? Querem levar este País aonde?

O equilíbrio das contas públicas é precário; há um déficit nominal enorme. Todos os economistas, dez entre dez economistas, Senador Cristovam Buarque, dizem que é preciso cortar os gastos correntes para investir mais, para sobrar dinheiro para investimentos, sob pena de o País não retomar o crescimento sustentável.

E eles nos vêem, nós que, queiramos ou não, somos da camada privilegiada do serviço público, falar em aumento de remuneração!

Senador Cristovam Buarque, sei que isso é antipático; sei que isso não aumenta a minha popularidade na Casa. Não estou pensando em voto, porque não vou ser mais candidato a nada. Mas está por vir o dia em que não terei coragem de dizer o que penso. Não o faria com medo de quê? De desgostar Magistrado? Amanhã, posso ser processado no Supremo, Senador Luiz Otávio. Isso pode me custar caro. Estou desgostando a classe poderosíssima dos Magistrados. Mas não vou nunca deixar de manifestar a minha indignação com injustiça, Senador Cristovam Buarque, ou não serei mais gente nem terei mais auto-respeito na vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de anunciar o próximo orador inscrito, gostaria de...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Um momento, Senador Almeida Lima.

O Senador Marcelo Crivella pediu que fosse inserido nos Anais o seu discurso, na íntegra, feito hoje à tarde.



A Mesa acata a proposição do Senador Marcelo Crivella.

Apenas para registrar, o Senador Efraim Morais, em seu pronunciamento, citou a minha pessoa como se eu fosse proprietário de rádio. Não sou proprietário de rádio nem de televisão, mas o Senador Cavalcanti representou a classe no momento do discurso do Senador Efraim e é um empresário de sucesso. Com muita justiça entendemos tanto a posição do Senador Cavalcanti quanto do Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem jeito de proprietário.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Mesa a permuta da minha inscrição com a do Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Almeida Lima, V. Ex<sup>a</sup> sobe de 21<sup>o</sup> para 10<sup>o</sup> orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, do PFL, de Pernambuco.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, illustre Senador Luiz Octávio que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “expulsai o natural e ele voltará a galope”. É o que vaticina o escritor francês Destouches: “**Chassez le naturel, il revient au galop**”. Essa frase aplica-se como uma luva à necessidade de preservação dos recursos da natureza.

A preservação do meio ambiente, não sem razão, transformou-se numa questão internacional de extrema gravidade. A mídia noticia com frequência a mobilização de entidades da sociedade civil e de governos em defesa da ecologia.

A escala mundial de poluição chega a ser alarmante. As previsões indicam, apenas como exemplo, que a marca de um terço da humanidade estaria com a vida comprometida pela falta d’água que ocorreria em 2025. Antecipou-se com tal velocidade que, segundo levantamento feito por cientistas e pesquisadores, já em 2005 os fenômenos começaram a ocorrer.

Tais problemas ficaram mais evidentes num grande debate promovido pela ONU semana passada. Refiro-me à Conferência da ONU, realizada em Nairóbi, capital do Quênia, sobre as crescentes alterações climáticas mundiais, para discutir o chamado Protocolo de Kyoto, firmado há anos no Japão. Aliás, foi emblemático o fato de o evento ocorrer na África, um dos

continentes mais atingidos pela devastação da natureza e o mais pobre.

O economista Joseph Stiglitz cita relatório do Banco Mundial (BIRD), em que “deixa claro que o problema não é mais se podemos nos dar ao luxo de fazer algo sobre o aquecimento global, mas se podemos nos dar ao luxo de não fazer nada”.

O Protocolo de Kyoto, que trata da questão da poluição atmosférica, ainda não está assinado pelos maiores emissores de poluição atmosférica: os Estados Unidos, a China e a Índia. Esses países, contudo, também estão muito ameaçados com a potencial redução das trocas comerciais internacionais em cerca de 20%, o maior abalo econômico desde a Segunda Grande Guerra Mundial, conforme considerou o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em artigo publicado no mundo todo, inclusive no jornal **Folha de S. Paulo**.

O governo britânico já está tomando medidas radicais: aumentar em 30% a eficiência energética e, ao mesmo tempo, reduzir em 30% a emissão de gases, reciclar 75% do lixo, cuja produção deve cair em 25%. Tudo isso até o ano de 2020. Se, até 2012, o Protocolo de Kyoto não estiver plenamente acolhido pela comunidade internacional, o próximo acordo deverá aumentar consideravelmente a quantidade de bônus compensatórios aos países menos poluentes, inclusive ao Brasil, para terem mais recursos destinados às suas políticas de defesa e recuperação do meio ambiente.

Como disse há pouco, o Brasil é um dos países mais vocacionados pela disponibilidade de recursos naturais para produzir energia a partir da biomassa. Atualmente, há 23 projetos referentes a usinas de açúcar e álcool para aplicação dessa finalidade no bagaço da cana, com direito a receber bônus de comercialização de carbono. Trata-se do MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme critérios da ONU, que já aprovou vários projetos nossos. O Brasil consegue hoje neutralizar cerca de 40% do petróleo na gasolina com o uso do álcool.

A China e a Índia, nossos crescentes concorrentes no mercado mundial, aumentaram em cerca de 33% e 57%, respectivamente, em uma década, suas poluições do meio ambiente.

O consumo de energia no mundo cresceu 75% nos últimos trinta anos, 230% na Ásia, especialmente constituída de países que se encontram no chamado primeiro mundo, de grande desenvolvimento e, portanto, grandes consumidores de energia não limpa, de recursos fósseis etc. A União Européia, com 10%, e os Estados Unidos ainda são responsáveis por 24% das emissões totais. Esses destinam apenas US\$3 bilhões anuais ao seu plano estratégico antipolvente.



O século XX, é bom lembrar, foi o mais quente nos últimos mil e duzentos anos. O ano 2005 foi o mais quente em um século. Estudos da União Européia, que em breve congregará vinte e cinco nações, demonstram que um investimento de 7 bilhões de euros geram 42 bilhões de eurosem poupança de internações hospitalares, mortes prematuras e perdas de horas de trabalho. Mesmo assim, houve prejuízos mundiais de 159 bilhões de dólares, dos quais 70 bilhões pagos pelas seguradoras.

A desertificação, uma das conseqüências do desleixo da proteção ambiental, convém ressaltar, chegou ao Brasil – e já atinge um milhão e trezentos mil quilômetros quadrados –, 15,7% do território nacional, com 32 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 18% da nossa população.

Nosso País é considerado o oitavo menos poluidor do mundo. Emite pouco carbono, mas não tem, infelizmente, políticas ambientais suficientes, como se vê no exemplo do desflorestamento da Amazônia, muito pouco vigiada e caracterizada pela escassez de verbas orçamentárias. Isso limita a nossa capacidade de evitar um desmatamento mais acelerado em todo o País, de modo especial, na Amazônia. A poluição, é óbvio, efetua-se por diversos meios, não só pela emissão de gás carbono. Os rios e lagos brasileiros vêm sendo poluídos em escala crescente por múltiplos fatores, inclusive as áreas marítimas contíguas ao litoral.

Relatórios da ONU demonstram que a posição do Brasil muda de um dos menos para um dos mais poluídos pela ampliação dos critérios internacionalmente adotados.

Sr. Presidente, Gilberto Freyre, em 1937, logo nas primeiras páginas do seu livro **Nordeste**, trata extensamente da necessidade dos estudos e das ações ecológicas no Brasil.

O cientista Buckminster Fuller dizia que o globo terrestre é uma espaçonave habitada pela humanidade. A todos interessa um desenvolvimento ambientalmente correto. O Brasil precisa, cada vez mais, incorporar-se a esse combate mundial – é o dever de todos nós.

A ONU, no recente encontro em Nairóbi, a que já me referi, transmitiu, mais uma vez, essa advertência, muito bem sintetizada pelo Secretário-Geral, Kofi Annan – que, aliás, está deixando o cargo em breve –, ao mostrar que as questões ecológicas são igualmente questões econômicas. Nas suas palavras, “os países mais pobres do planeta são os menos capazes de suportar esse fardo, para o qual pouco contribuíram, e precisarão da ajuda internacional para não verem frustrados seus esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, ou seja, os objetivos que a ONU extraiu da chamada Conferência do Milê-

nio, que ocorreu no ano 2000, à que aliás tive ocasião de comparecer.

No corrente ano, Sr. Presidente, os mercados de carbono atingiram cerca de 30 bilhões de dólares, mas podem brevemente vir a ser cerca de 100 bilhões de dólares. A parcela de participação brasileira vem crescendo também neste mercado, apesar de ser necessário e urgente aumentá-la em muito maior escala pelo tamanho do nosso território e das suas possibilidades.

As pesquisas e estudos são claros a respeito. Kofi Annan foi enfático ao afirmar: “Não se trata mais de saber se as alterações climáticas se produzem, mas sim se seremos capazes de mudar para enfrentar essa emergência.”

É a própria sobrevivência do mundo que corre graves riscos. Mais do que nunca precisamos responder a esse desafio. E o Brasil não pode ficar indiferente a tema tão importante para nós e para toda a humanidade.

Em artigo publicado em janeiro de 2005, Washington Novaes lembra o livro **A Marcha da Insensatez**, de Barbara Tuchman. Diz o articulista haver a historiadora mostrado que “muitas culturas tiveram diante dos olhos indicações claras de que caminhavam para situações insustentáveis – mas nem por isso alteram seu curso, presas à lógica das quais não conseguiram libertar-se.”

O Governo brasileiro, reconheça-se, precisa ser mais atuante – e propositivo – na questão ambiental, tanto no plano interno, através de políticas mais firmes com relação ao patrimônio da nossa biodiversidade, quanto nos fóruns internacionais, para que se gere em todo mundo uma forte consciência ecológica.

Ao encerrar, recorde-se, a propósito, que o Brasil tem a responsabilidade de haver sediado a ECO-92, o mais importante e amplo conclave que a sociedade internacional realizou sobre a questão ambiental.

Muito obrigado a V. Ex<sup>ª</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Luiz Otávio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.*

**O SR. PRESIDENTE** (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pedi a palavra como Líder da Minoria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida ao Senador Alvaro Dias, receio a palavra como Líder também.

**O SR. PRESIDENTE** (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Está inscrito o Senador Alvaro Dias, Líder da Minoria, que já pode usar da palavra, intercaladamente com os Senadores inscritos.

Inscrito o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Juvêncio da Fonseca deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Antes de conceder a palavra ao Senador Almeida Lima, eu gostaria de tratar com os Líderes das Bancadas a Ordem do Dia.

Há um acordo, Senador Arthur Virgílio, para que votemos. Não há exatamente a especificação de quais itens deverão ser votados. Há pouco, eu conversava com o Senador José Agripino e discutia um cenário alternativo, em função da evidente falta de quórum. Poderíamos aprofundar esse acordo e marcar, desde já, votação para terça-feira.

Isso pode incluir inclusive sessão do Congresso Nacional, para que possamos votar as alterações no Orçamento, que possibilitarão a sanção dos projetos aprovados que reajustam salários no Ministério Público, no Poder Judiciário e no Tribunal de Contas da União. Se caminharmos por aí, penso que caminharíamos em boa direção.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Conversei, há umas três horas, com o Senador Romero Jucá, Líder do Governo – como o Senador Arthur Virgílio encontrava-se em reunião de Bancada, não tive oportunidade de conversar com S. Ex<sup>a</sup>. Analisando a pauta o Senador Romero Jucá e eu – e conversei com membro da minha Bancada do PFL –, entendemos que seria conveniente

votar hoje pelo menos cinco dos itens constantes da pauta, que são matérias consensuais.

O primeiro deles, que já é objeto de um requerimento de urgência assinado por mim mesmo e pelo Senador Osmar Dias, trata de critérios de definição do módulo agrário para efeito de reforma agrária; e algumas PECs, Propostas de Emenda à Constituição, entre as quais uma de autoria do Senador José Jorge, que propõe critérios para preenchimento de diretorias, do cargo de diretores de agências reguladoras no caso de o Governo não efetuar o preenchimento em um prazo de seis meses.

São matérias cuja aprovação se impõe.

Nas minhas conversas com o Senador Romero Jucá, ficou acordado que, se houvesse quórum hoje, poderíamos votar. Ao final da votação, seriam lidas as medidas provisórias que se encontram, suponho, sobre a mesa. Elas não foram lidas e, portanto, ainda não obstruem a pauta.

Sr. Presidente, é evidente a falta de quórum, muito embora, no painel, estejam registradas presenças em plenário, considerando-se a presença de Senadores em outras atividades dentro da Casa. E há PECs que exigem quórum qualificado para votação entre as matérias acordadas.

Qual é a sugestão que faço – e gostaria de ouvir o Líder do Governo, o Senador Arthur Virgílio, que aqui se encontra, bem como a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT –? Seriam lidas as medidas provisórias de imediato. Com isso, a pauta ficaria trancada, e seria feito um acordo para que votássemos, na próxima terça-feira, as matérias acordadas para serem votadas hoje e algumas outras cujo mérito se imponha como matéria urgente. É o caso dos projetos que propõem aumento do Judiciário, do Ministério Público etc.

É a proposta que faço: que sejam lidas as medidas provisórias. A pauta fica trancada, e fazemos um acordo, desde já, para que, na próxima semana, sejam votadas as medidas provisórias sobre as quais há um prévio acordo. E que se votem as matérias acordadas nas conversas prévias que tivemos – entre Líderes – e alguma matéria a mais sobre a qual se possa vir a construir algum tipo de acordo. Tudo na terça-feira da próxima semana.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, também em referência ao que falou o Senador José Agripino, a posição do Governo

de procurar a concordância para esse entendimento. Mas eu queria fazer uma contraproposta e uma solicitação: das duas medidas provisórias, a 314 vence na terça-feira. É uma medida provisória que dispõe sobre crédito para a reforma agrária e para estradas que estão em execução. Portanto, na próxima terça-feira, ela perderia a validade. Eu sugeriria às Lideranças que lêssemos as duas medidas provisórias, que votássemos a primeira, que perde validade na terça-feira, e deixássemos a segunda, a 315, a mais importante, que trata da questão do câmbio, que vence só dia primeiro. Portanto, haveria prazo para votarmos na terça e na quarta-feira. Encerraríamos a pauta e voltariamos à pauta consensual também na próxima terça-feira, juntamente com a segunda medida provisória.

Temo que a medida provisória do crédito caia e que, efetivamente, alguns programas de reforma agrária e de recuperação de estradas, principalmente nos Estados do Pará, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Mato Grosso, sejam prejudicados, assim como o programa de instalação de balanças e também recursos para 25 mil famílias para aquisição de terras, dentro da reforma agrária. Esses recursos vencerão na terça-feira.

Faço este apelo ao Senador José Agripino, ao Senador Ney Suassuna, à Senadora Ideli e ao Senador Arthur Virgílio, para que, extrapauta, pudéssemos votar a primeira medida provisória, que cairia; e o restante, votaríamos na terça-feira.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB também se solidariza ao apelo do Senador Jucá para que votemos pelo menos essa primeira medida. Eu pediria ao PFL que, se pudesse colaborar... Esta oposição é muito responsável e tem sido...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Irresponsável, não!

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Responsável.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ah, sim!

**O Sr. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Responsável e, além de responsável, compreensiva.

Creio que é um pedido razoável. Se fosse possível, votaríamos a primeira, e as outras três ficariam para terça-feira.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma emenda constitucional que está na pauta – e que, inclusive, fizemos um requerimento para ser o item 2

– que gostaria de... Essa emenda surgiu de um projeto de minha autoria. Depois, os Senadores Romero Jucá e Aloizio Mercadante, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, transformaram-na em emenda constitucional. Ela diz que, quando o Governo não nomear os diretores de agência no prazo de 90 dias, a partir do final do mandato do diretor, o Senado fará a indicação.

Essa medida é apenas por segurança. Na realidade, no Governo atual, agências importantíssimas como a ANP, a Aneel, a Anatel, Senadora Ideli Salvatti, passaram mais de um ano sem terem diretores nomeados, portanto, sem poderem funcionar.

Hoje, coincidentemente, deparei-me com uma notícia no jornal **O Valor**, dizendo que “as agências ficam sem quórum em 28% do tempo”. Ora, ficar sem quórum significa que uma agência que tem cinco diretores ficou com menos de três, porque mesmo com três diretores há quórum. Se pesquisarmos por quanto tempo as agências tiveram os cargos de diretores vagos, verificaremos que, na realidade, 80% do tempo esses cargos ficaram em aberto.

Mesmo que esse artigo da Constituição não precise ser utilizado, seria ideal que o Governo indicasse novos diretores antes até do término do mandato, já que todos temos conhecimento da data. Portanto, não precisaria findar o mandato para se designar um novo diretor. Ocorre que o Governo, às vezes, demora de nove meses a um ano para fazer a nomeação.

Embora esse projeto esteja na Ordem do Dia de hoje, infelizmente, com o quórum reduzido, não poderemos votar essa emenda constitucional. No entanto, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que na próxima semana – já conversei com os Líderes – possamos aprová-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na terça-feira, Senador.

Resta saber se leremos as medidas provisórias que estão sobre a mesa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, fiz a proposição de que pudéssemos ler as duas e pudéssemos votar a primeira, abrindo uma exceção dos Líderes na questão do prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há uma outra coisa que se impõe: a necessidade de reunirmos, por consenso, o Congresso Nacional para votarmos as alterações no Orçamento que permitirão a sanção dos projetos que reajustam Ministério Público, Tribunal de Contas e o Poder Judiciário.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Mas isso seria quando, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na terça-feira da próxima semana.

Senador Arthur Virgílio, poderíamos fazer esse acordo para terça-feira, oportunidade em que reuniríamos também o Congresso Nacional? Porque teremos de votar aquelas alterações no Orçamento que permitirão a sanção dos reajustes do Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Perfeitamente, Presidente. E a sessão do Congresso seria a que horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convocaríamos a sessão do Congresso para às 19 horas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A sessão continuaria até lá.

Eu gostaria de manter a minha inscrição como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Depois do Senador Almeida Lima, darei a palavra, com muita satisfação, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – A sessão do Congresso será na próxima terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Terça-feira, às 19 horas.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar sobre o acordo proposto pelo Senador Romero Jucá e também gostaria de ouvir o Senador Arthur Virgílio a respeito. Tenho uma preocupação, Sr. Presidente, acerca da tradição de fazermos os acordos e os cumprirmos. Sempre foi tradição, após lida a medida provisória, a ocorrência de três sessões para que se buscasse o entendimento.

Consulto V. Ex<sup>a</sup> se, como essa medida provisória proposta pelo Senador Romero Jucá vence na terça-feira, no caso de a votarmos na terça-feira haverá algum prejuízo para a sua vigência. O que eu proporia seria fazermos a leitura das medidas provisórias e, na terça-feira, iniciarmos a sessão mais cedo, com uma Ordem do Dia encurtada, para, se possível, às 15 horas, começarmos pela votação. E eu, em nome da minha Bancada, tomaria o compromisso de votar as duas medidas provisórias a que se refere o Senador Romero Jucá, a que concede créditos ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Medida Provisória nº 315. Votaríamos

as duas e, em seguida, cumpriríamos a pauta previamente acordada, sem que, com isso, houvesse prejuízo para os Estados aqui citados, ou para os acordos feitos na Casa, e muito menos para o acordo que fiz, por antecipação, com o Senador Romero Jucá. Assim, teríamos o cumprimento de uma agenda previamente acordada e que, de minha parte, eu cuidaria de cumprir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino, há um problema: com relação à Medida Provisória nº 314, trata-se de prazo curtíssimo, pois a eficácia da medida provisória vai até o dia 28 de novembro, terça-feira portanto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, assumiria o compromisso de, no dia 28 de novembro, às 15 horas, votarmos essa matéria para que ela não perca a eficácia. Assim, garantiríamos o interstício de três sessões. Não há prejuízo. Se votarmos hoje, dar-lhe-emos eficácia, mas quebraríamos um entendimento que nunca quebramos, e que eu preferiria não quebrar. Preferiria tomar o compromisso com V. Ex<sup>as</sup> de, na terça-feira, votarmos e aprovarmos as medidas provisórias.

Repito: votarei a favor – até porque é meritório o objetivo da matéria –, mas devemos cumprir com a tradição, ou seja, as três sessões na busca do entendimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo está de acordo com a proposta do Senador José Agripino. Votaremos na terça-feira.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – RR) – O PMDB, nobre Presidente, também está de acordo. Assim faremos, se Deus quiser!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeito.

Em função do acordo, transfiro a Ordem do Dia para terça-feira.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.



2

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 64, DE 1999  
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa

da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

9

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

10

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

11

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiro, e dá outras providências.*

12

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos*

*e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

13

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

#### MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS PREJUDICADAS

14

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e

15

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão do Congresso Nacional para terça-feira, às 19 horas, para que, definitivamente,

por acordo, votemos as alterações orçamentárias que permitirão os reajustes dos servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Também ficou combinado que se deverá ler a medida provisória, a fim de que conste da sessão, trancando a pauta, para podermos votá-la na terça-feira, até para que não se quebre o acordo e o entendimento das Lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Assim será feito.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a tarefa inicial de todo governante, antes mesmo de assumir o mandato, é coordenar a elaboração de um plano de governo, a fim de que a administração seja concatenada e possa ter início, meio e fim. Caso contrário, será um governo atabalhoado. Assim, um plano de tão grande magnitude deve ser precedido da discussão e definição dos princípios maiores que irão nortear esse Governo. Como o Brasil é um Estado republicano, por definição do art. 1º da Constituição Federal, aquele que desejar governar, respeitando a Carta Magna, não poderá deixar de definir o primeiro e grande princípio do interesse público e coletivo, circunscrevendo as suas ações de Governo dentro desses limites.

Nesse contexto, volto a minha atenção para o Poder Judiciário. Nas sociedades civilizadas, o **ius puniendi** passou a ser do Estado, não mais se admitindo a “justiça pelas próprias mãos”, como nos primórdios da humanidade. Com a tripartição dos Poderes, esse encargo passou ao Judiciário, a quem cabe o dever da prestação jurisdicional em nome daquele.

No momento presente, o Brasil passa por uma crítica fase de degradação moral vergonhosa que chega a níveis alarmantes e sem precedentes em toda a nossa história. Embora venha de longas datas, a crise moral recrudescceu no atual Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciando-se com o caso Waldomiro Diniz/José Dirceu, em fevereiro de 2004, e se prolongando até hoje. Não cessam os fatos delituosos praticados pelo binômio Governo Lula da Silva/ Partido dos Trabalhadores, que se fez acompanhar de um seleto grupo de criminosos arregimentados entre bicheiros, doleiros, marqueteiros, lobistas, maleiros, grileiros, guerrilheiros, churrasqueiros e tantos outros

tipos, formando uma máquina fenomenal de cometer crimes.

Para que não me prejudquem e não digam que os fatos não permanecem até hoje, basta que recordem do que foi publicado no jornal **O Globo** esta semana envolvendo a Petrobras. Inúmeros são os criminosos réus confessos; inúmeros são os criminosos contra quem já se apurou provas robustas, contundentes, insofismáveis; inúmeros são os criminosos que, embora flagrados cometendo delitos, continuam a cometê-los, a exemplo dos Vedoins e da gangue do PT, que não cessa de cometê-los pela ousadia que os caracteriza diante da certeza da impunidade.

Confissões em CPI, ao vivo, em rede nacional de televisão, a escandalizar toda a sociedade; confissões na Polícia Federal; confissões ao Ministério Público; denúncias apresentadas ao Poder Judiciário, e este completamente inerte, relapso e omissivo, o que vem enervando toda a sociedade, que clama por justiça, que não deseja criar seus filhos tendo como referência a iniquidade, que não está sendo condenada a tempo pelas instituições que integram o Poder Judiciário.

São três anos de escárnio público, e não se viu nenhum desses criminosos sentenciados ou já cumprindo pena privativa de liberdade. Não se pretende julgamento sumário nem de exceção. Não se pretende descumprir os direitos e garantias fundamentais próprios do Estado de direito. Não se pretende ferir procedimentos processuais. Pretende-se, sim, um Poder Judiciário cômico de suas responsabilidades. Exige-se um Poder Judiciário republicano e que, para tanto, precisa atender aos interesses públicos coletivos.

O momento não é para julgamento de litígios de interesses privados e individuais, em prejuízo daqueles. O momento é para ser criada uma força-tarefa pela própria Suprema Corte, pelo Supremo Tribunal Federal, em Resolução, para todos os tribunais, a fim de que sejam priorizadas e efetivadas as decisões que representam a expectativa do povo brasileiro. Do contrário, a decisão atrasada ou a impunidade encorajarão a prática do delito, e este passará a ser visto pela sociedade como o proceder normal, o **modus vivendi** desta e das futuras gerações. Será, sem dúvida alguma, a vitória da iniquidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, povo brasileiro, o Poder Judiciário não tem o direito de se omitir, de virar as costas ao povo, de ficar enclausurado em uma redoma distante do que ocorre na sociedade como se os fatos não lhes dissessem respeito. Além de ter sido impulsionado pelo Ministério Público, que não tem se omitido, o Judiciário tem o dever de agir por iniciativa própria, sobretudo diante do clamor social que só não enxerga quem vive preso ao mundo

dos autos, princípio processual caduco e que não mais atende às aspirações da coletividade.

Como o Judiciário tarda no julgamento desses fatos criminosos, já temos prejudicada a formação moral de parcela expressiva dessa geração de jovens e adolescentes brasileiros, que não enxergam mais na dignidade nenhum valor de referência social. A criminalidade se amplia, e os delinqüentes estão nas passarelas exibindo-se sem nenhum pejo, pela certeza da impunidade, muitos, inclusive, na passarela do Congresso Nacional, reeleitos.

Não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, a justificativa do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores de que o acúmulo de processos atrasa os julgamentos, uma vez que é preciso ter a consciência republicana que impõe a prioridade de julgamento dos litígios que conjugam os interesses públicos e coletivos, e não o julgamento de questões e de litígios de interesse exclusivamente particular e privado. Rui Barbosa jamais se tornará **démodé** por ter afirmado, com muita sabedoria, que “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”. Lamentavelmente, esse tem sido o proceder do Poder Judiciário brasileiro.

A sociedade precisa ir às ruas exigir justiça de quem tem a obrigação da prestação jurisdicional. E quem tem a obrigação da prestação jurisdicional, no Estado, é o Poder Judiciário, pela tripartição dos Poderes, lá na teoria de John Locke e de Montesquieu, que vem lá do Iluminismo e que é perfeitamente do conhecimento de todos os senhores magistrados que ocupam suas cátedras nos tribunais superiores do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, povo brasileiro, o tempo permite e vou além, para ler duas matérias publicadas pela **Folha de S.Paulo** no dia 18 último – hoje são 22.

A primeira é intitulada: “Empresas patrocinam congresso de juízes”.

Não se admite que isso aconteça. A sociedade brasileira precisa estar vigilante, e o Congresso Nacional, pelo menos a parte deste que não aceita os desvios de conduta dos seu membros, Senadores e Deputados, não pode aceitar o desvio de conduta daqueles que integram o Poder Executivo, como não podemos aceitar esse tipo de comportamento.

A matéria diz o seguinte:

Evento teve metade de seus gastos do evento foram pagos por Banco do Brasil, Bradesco, Vale do Rio Doce, Nestlé, Volkswagen e Itaipu Binacional.

Os quatro dias do 19º Congresso Brasileiro de Magistrados, organizado pela **AMB** (Associação dos Magistrados Brasileiros) em Curitiba, foram patrocinados por grandes empresas privadas e de capital misto, que pagaram aproximadamente a metade dos custos, orçados no total de R\$1,5 milhão. Patrocinaram o evento o Banco do Brasil, o Bradesco, a Companhia Vale do Rio Doce, a Nestlé, a Volkswagen, a Itaipu Binacional e uma editora de livros jurídicos. De acordo com o assessor especial da presidência da AMB e juiz trabalhista, Roberto Siegmann, o patrocínio não representa um conflito de interesses com os juízes ou com a associação.

De acordo com a **AMB**, que não repassou à reportagem os valores exatos, uma parte dos custos do evento foi paga com o valor da inscrição (R\$400,00 por pessoa). Por esse cálculo, com os 2.000 inscritos declarados pela instituição, a associação arrecadou R\$800 mil. O restante, informou, foi custeado pelas empresas.

O transporte aéreo foi pago pela **TAM**, e os hotéis, pelos participantes, com exceção dos 45 palestrantes convidados pela AMB e dos dez jornalistas.

Os inscritos tiveram direito a dois jantares, coquetéis, esportes, **city tour**, transporte, e, no dia do encerramento, hoje, haverá um **show** de Jorge Ben Jor...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Concederei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, tão logo conclua a leitura desta matéria.

(...) um **show** de Jorge Bem Jor – que custou duas parcelas de R\$45 mil. Um dos jantares, realizado anteontem, foi no tradicional Madalosso, considerado o maior restaurante privado do mundo, com capacidade para 4.600 pessoas.

Segundo a gerência do restaurante, a AMB pagou R\$25,00 por pessoa, com direito a bebida (vinho da casa, água, refrigerante e cerveja) e a um rodízio de massas e frango. No total, a entidade pagou R\$50 mil, além do custo com decoração, que não foi informado.

Antes do jantar, os Magistrados e acompanhantes assistiram a uma apresentação da orquestra sinfônica do Estado, na Ópera de Arame. As atividades esportivas (jogos de futebol e tênis) e o **city tour**, informou a associação,



eram destinados apenas aos acompanhantes. A Itaipu montou um estande no qual distribuiu uma publicação em que criticava matérias divulgadas pela imprensa desfavoráveis à empresa e elogiava a atuação dos juízes.

Peço um pouco de paciência e de compreensão ao nobre Senador Mão Santa, para que faça a leitura de outra matéria, que diz exatamente o seguinte:

Febraban pagou viagem de 47 Magistrados a Comandatuba.

No último feriado de Sete de Setembro, 47 Magistrados viajaram e se hospedaram de graça no luxuoso *resort* Transamérica da Ilha de Comandatuba a convite da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

O evento, que custou ao menos R\$182 mil só com hospedagem e transporte, teve como motivo palestras aos juízes sobre detalhes do crédito do sistema bancário brasileiro. Ao todo, estiveram no *resort* 16 Ministros (dois aposentados do Superior Tribunal de Justiça) e 31 desembargadores de sete Estados. O convite da Febraban foi estendido aos familiares, mas a lista de participantes não foi divulgada.

Apesar do tema, a agenda em Comandatuba foi leve. As palestras começavam às 16 horas e terminavam por volta das 20 horas e 30 minutos, com jantar e algum *show*. O restante do tempo era livre. Os magistrados chegaram a Comandatuba em um Air Bus fretado da TAM que saiu de São Paulo e fez escala em Brasília.

Além dos juízes, o evento contou com outras 60 autoridades. Compareceram Pedro Moreira Salles, presidente do Unibanco, o presidente do Bradesco e da Febraban, Marcio Cypriano, e o Presidente do Itaú, Roberto Setúbal.

O encontro deste ano foi o terceiro realizado nesse formato nos últimos três anos. Juiz com cargo mais elevado no evento, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Raphael de Barros Monteiro, foi acompanhado da mulher e de uma filha. À época, parabenizou os organizadores e disse que o patrocínio não influía “na imparcialidade dos juízes.

Trata-se de matéria da **Folha de S.Paulo**. Repito: matéria da redação do jornal **Folha de S.Paulo**.

Antes de conceder um aparte ao nobre Senador Mão Santa, quero dizer apenas que recebi um **e-mail** – não vou revelar a fonte – em que o cidadão diz:

Um grupo de empresas patrocinou um congresso de magistrados em Curitiba, numa repetição do que já antes acontecera com o encontro de magistrados em Comandatuba (BA), setembro. Supostamente nestes eventos são apresentados os pontos de vistas das empresas nas questões mais suscetíveis de gerar demandas judiciais de clientes, fornecedores, contratados, etc. E quem patrocina os eventos para os juízes ouvirem os fundamentos nestas questões da outra parte, ou seja, dos demandantes em lides judiciais com essas empresas patrocinadoras dos rega-bofes dos juízes? O lógico é acreditar que nestes eventos não sejam suscitados argumentos de confrontação com os patrocinadores [**sic.**].

O que entendo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, povo brasileiro, é que o Poder Judiciário tem orçamento suficiente para realizar seus congressos, que são necessários e importantes para o aperfeiçoamento do debate das questões jurídicas, da doutrina, da jurisprudência e, assim, poder prestar a assistência jurisdicional que o Estado tem o dever de dar, sem precisar de contribuição financeira da Federação Brasileira dos Bancos nem de qualquer outra empresa privada deste País.

Trata-se de um Poder que julga os litígios que envolvem os mais pobres cidadãos brasileiros, que, muitas vezes, vão à Justiça enfrentar exatamente a incoerência, a intolerância de instituições financeiras, como as que foram aqui citadas, que são as maiores do País.

Com todo respeito à magistratura deste País, não podemos admitir que haja omissão no julgamento das questões que dizem respeito aos interesses públicos e coletivos – sobretudo porque o Judiciário é um Poder da República e porque República pressupõe a coisa pública, a coisa de todos – nem que o Poder Judiciário estabeleça esse tipo de relação com essas empresas, a qual, particularmente, como Senador, considero promíscua.

Não são relações próprias para um Poder Judiciário, que precisa estar equidistante das partes e que não pode estar envolvido em congressos e seminários – que são necessários, sim, frise-se –, com o patrocínio delas. A mesma coisa: duas partes no litígio judicial, e um magistrado beneficiado por uma delas.

Aí, sim, de forma coletiva, como aconteceu, algo que não podemos admitir.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, estamos atentamente ouvindo seu pronunciamento. Asas da saudade me levam ao começo do mandato de V. Ex<sup>a</sup>. Salvo engano, V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro a denunciar corrupção neste Governo – Waldomiro, Dirceu. E existiu, na época, um batalhão da mídia, paga pelo Governo, para desmoralizá-lo, ridicularizá-lo. Foi um linchamento. Nem o Beira-Mar recebeu um tratamento tão cruel quanto V. Ex<sup>a</sup>. Foi um linchamento por um verdadeiro batalhão, um exército, porque V. Ex<sup>a</sup>, com a altivez e a coragem que engrandecem o Nordeste e o seu Sergipe, denunciou Waldomiro e suas ligações promíscuas com José Dirceu, e V. Ex<sup>a</sup> sofreu muito. V. Ex<sup>a</sup> é um sobrevivente. Mas, agora, a história se repete. V. Ex<sup>a</sup> salvaguardou a democracia, e tudo foi depois. V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro e, agora, com a gravidade do Poder Judiciário, porque aprendemos que essa Justiça foi de inspiração divina. Foi Deus quem entregou as leis a Moisés; foi o filho de Deus, que, não tendo a sua tribuna, foi às montanhas e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Foi Montaigne, um jurista como V. Ex<sup>a</sup> e como Montesquieu, quem disse que a justiça é o pão de que mais a humanidade precisa. Essas pessoas do Judiciário que estão trambicando devem aprender com Aristóteles que a coroa da Justiça deve estar mais alta do que a dos santos e brilhar mais do que a do rei. Então, V. Ex<sup>a</sup> salvaguarda a democracia, advertindo que a democracia é o conjunto. Eu disse dias atrás que não temos nada a comemorar na democracia. Quem ganhou pode comemorar uma vitória eleitoral, e vitória eleitoral não é democracia. Democracia se fez quando o povo foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”. Então, a sabedoria do homem dividiu o poder e acabou com o absolutismo.

Os poderes devem ser iguais, harmônicos, independentes e puros. E V. Ex<sup>a</sup> engrandeceu este Poder quando advertiu o Poder Executivo, e, de qualquer jeito, houve uma melhora com a sua denúncia e com o sacrifício que sofreu. Agora, adverte o Poder Judiciário. Então, atentai bem os que fazem justiça nesse Brasil: reflitam sobre as denúncias desse valoroso Senador da República e homem da Justiça, que gastou os melhores anos de sua vida para buscar sabedoria e servir com ciência, com consciência e com justiça ao povo do Brasil.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Edison Lobão, que parece manifestar-se nesse sentido, agra-

deço ao Senador Mão Santa pelas suas palavras e pela referência ao episódio de 2 de março de 2004, aquela denúncia que fizemos ao José Dirceu no caso Waldomiro Diniz.

Quero dizer que nunca tive bola de cristal. Não tenho esse poder da premonição, mas aproveito a oportunidade para dizer duas coisas: hoje, eu vi, da tribuna do Senado, o nobre Senador Heráclito Fortes fazer um pronunciamento sobre o debate que envolve a crise aérea brasileira, como decorrência, inclusive, do acidente que aconteceu entre o Legacy e a aeronave da Gol.

Pois bem: nenhuma premonição eu tenho, mas, como homens públicos, precisamos ter a responsabilidade e pressentir os fatos sociais, até mesmo pelo processo histórico.

Eu vinha, Senador Mão Santa, desde o início deste ano, impaciente nos aeroportos do Brasil – Aracaju, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo – com o que estava acontecendo. Estava evidente toda aquela crise! Vôos e mais vôos atrasando uma hora, uma hora e meia, sem justificativa. Recordo, Senador Edison Lobão, que vim a esta tribuna, com a responsabilidade de homem público, no dia 20 de julho deste ano: 72 dias antes do acidente da aeronave da Gol. Setenta e dois dias antes! Previ aquele acidente? Não, mas disse aqui que oito a doze milhões de passageiros/mês estavam correndo risco em nosso País diante da irresponsabilidade do Executivo pelos seus órgãos Anac, Infraero e pelas empresas, porque não estavam promovendo a fiscalização necessária.

E disse mais, em um discurso longo no dia 20 de julho: que milhares de passagens estavam sendo doadas pelas empresas a funcionários desses organismos que são pagos para fiscalizar. Claro que não fiscalizam coisa nenhuma, porque essa é uma relação promíscua! Quem recebe passagem aérea para si e para sua família, para turismo, não tem condição moral, legitimidade e autoridade para fiscalizar o atraso de uma aeronave e buscar as causas daquele atraso.

Por isso, venho hoje à tribuna para advertir o Poder Judiciário sobre dois pontos. Primeiramente, são três anos sem o julgamento de réus confessos, réus que confessaram um crime. São questões de interesse público e coletivo, são questões do interesse republicano. Preferem julgar questões particulares, de interesse privado e individual.

Há uma relação da magistratura brasileira com empresas privadas em relação a seus congressos. O Poder Judiciário não precisa disso, porque possui orçamento suficiente para bancar as despesas de seus

congressos, que são necessários. Por isso, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a permissão da Presidência, concedo um aparte ao nobre Senador do Maranhão, Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Almeida Lima, a combatividade é da natureza política de V. Ex<sup>a</sup>. É bom que tenhamos, em nosso meio, representantes que se disponham a advertir, seja a Nação inteira, sejam estamentos sociais e políticos com relação à possibilidade de algum desvio. Senador Almeida Lima, uso a persuasão. Não é o caso do Poder Judiciário. Setenta dias antes do acidente da aeronave da Gol com o Legacy, V. Ex<sup>a</sup>, de fato, tratou do assunto como uma espécie de premonição daquilo que poderia ocorrer e, de fato, aconteceu. Mas, Senador Almeida Lima, o fato de Ministros do Superior Tribunal da Justiça, juízes, aceitarem um convite para um congresso público, às vistas de todos, em Comandatuba ou onde quer que seja, isso não pode comprometer a imagem da nossa Magistratura. Os nossos magistrados são homens honrados, austeros, éticos, que não deixariam nunca que a sua imagem fosse comprometida por conta de um convite dessa natureza. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que há causas que não foram julgadas há cinco anos, existem piores: há dez anos, há 15 anos, há 20 anos, há mais tempo, e a culpa não é dos nossos juízes, que são trabalhadores; são homens voltados para a sua responsabilidade. A culpa é muito mais da lei, que admite dezenas e dezenas – V. Ex<sup>a</sup> é um jurista, sabe disso – de recursos, que tanto atrapalham o funcionamento do Poder Judiciário. No que diz respeito a bancos, e V. Ex<sup>a</sup> menciona o setor, algumas esferas da Justiça preferem julgar causas de determinados bancos. Como V. Ex<sup>a</sup> não citou nenhum banco, vou citar o Banco Ipiranga, que tem uma causa que rola na Justiça há 30 anos e não foi resolvida ainda. Portanto, permita a este seu colega discordar quanto a essa advertência ao Poder Judiciário no convencimento que estou de que o Poder Judiciário, sendo honrado e decente como é em nosso País, não se deixaria convencer por nenhum convite, nenhum prato de lentilhas, como se procura demonstrar aqui. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup> pela interferência no seu discurso.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e devo dizer que, embora não concorde com as palavras que V. Ex<sup>a</sup> proferiu, defenderei o direito de V. Ex<sup>a</sup> dizê-las até a morte – parodio aqui Voltaire, que disse exatamente isso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Almeida Lima...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas antes quero dizer o seguinte.

Não devemos tomar essas atitudes apenas com o Legislativo. O Legislativo brasileiro deve receber todas as críticas que recebe. É um Poder da República exposto à sociedade e deve sofrer todas as suas críticas. Nem por isso vou diminuir ou desmerecer o Poder Legislativo como instituição. Ao contrário, procuro fortalecê-lo.

Quando me reporto ao Poder Judiciário, vejo-o na maior distinção possível e elevada como um Poder da República, mas não podemos deixar de enxergar os desvios que acontecem no Poder Judiciário, assim como os que acontecem no Poder Executivo, sobretudo porque, para mim, não há diferença alguma entre os poderes. Se um tem a caneta para sentenciar, o outro tem o **Diário Oficial** para nomear, exonerar, pisar, e o Legislativo pode fazer as leis, as piores e as mais esdrúxulas possíveis.

Confesso que esse realmente é o meu perfil, mas eu não estava errado, ainda que este País quase todo tenha me condenado quando vim à tribuna no dia 2 de março de 2004 para dizer que José Dirceu era corrupto.

Diante do massacre que me foi imposto, se fosse outro o meu comportamento, teria saído daqui de joelhos.

Quando aqui estive falando sobre a Anac, no dia 20 de julho, falei precisamente em anarquia, foi esse o termo que usei. Eu estava preocupado com 42 milhões de brasileiros e estrangeiros que já haviam usado o sistema aéreo do nosso País nos meses de janeiro a maio segundo dados que obtive desses órgãos. Quarenta e dois milhões de passageiros circularam pelos aeroportos e foram transportados por aeronaves dentro do nosso País, aeronaves que, chegando aos aeroportos, não recebiam manutenção, e ocorriam atrasos de toda ordem. Diante dessa situação, nós só poderíamos suspeitar que algo ruim estivesse a acontecer. E não foi só o caso do acidente envolvendo o Legacy e o avião da Gol: a imprensa divulgou recentemente que houve a possibilidade de mais três ou quatro acidentes dessa magnitude acontecerem.

No dia 20 de julho, eu disse que assim que retornasse, no mês de agosto, eu traria o assunto novamente e que entendia que nós, do Senado, deveríamos constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assunto. Eu disse isso no dia 20 de julho, quando chamei a atenção para o problema. Ninguém ouviu! Nem o Parlamento, nem a imprensa do nosso País, nem a Anac, nem a Infraero ouviram. Ninguém mandou um assessor parlamentar

para conversar comigo e saber dos problemas que eu havia identificado.

Foram 154 brasileiros que morreram! Ninguém ouviu. Eu não tenho premonição, mas algo que todos temos: somos políticos, somos sensíveis, conhecemos esses fatos.

Ao longo de três anos, passaram por aqui réus confessos, pessoas que, nas CPI, confessaram que são criminosas, que transferiram dinheiro do País para o exterior, mas a Justiça brasileira não condenou nenhum desses cidadãos. O que eu estou a dizer? Estou a dizer que, em sendo um Poder da República que trata com a coisa pública, o Poder Judiciário tem a obrigação de deixar de lado as questões de interesse privado individual – das quais a Justiça está cheia – e, por meio de uma resolução da Suprema Corte, criar uma força-tarefa dos tribunais superiores para julgar esses criminosos que deram um enorme prejuízo ao País: não foi somente o prejuízo moral externo – levou uma imagem ruim do País para as outras nações –, mas internamente, para com a nossa adolescência e juventude, que não mais vê valores referenciais na ética e na moral pública. Eu tenho encontrado professores que dizem: “Senador, não posso mais dar aula porque sou questionado; quando vou levantar um preceito ético e moral, recebo como resposta o que acontece neste País”.

Então, o que se pede ao Supremo Tribunal Federal é que saia da redoma, que saia do mundo dos autos, que é um princípio **démodé**, fora de moda, e sinta o clamor da necessidade de agir e, enquanto Poder da República, interfira para dar uma satisfação à sociedade. A sociedade precisa receber uma satisfação do Poder Judiciário, assim como precisa receber uma satisfação nossa.

Eu fui eleito e tenho a obrigação de fazer isso.

Ora, eu já vi Ministros de Estado, Ministros do Poder Executivo serem condenados e perderem os cargos, aqui mesmo, neste Planalto, porque fizeram viagem para os Estados Unidos financiada por empresário – é claro que não foi neste Governo, mas em governos passados. Eu já vi, e não considero correto, não é justo! Não é justo que um Ministro receba algo como R\$24 mil por mês – e eu não estou aqui a condenar o seu salário – e mais outros direitos, como nós, Senadores, temos, e não aja. Eu tenho um plano de saúde que nenhum cidadão brasileiro tem. Então, eu tenho de, pelo menos, estar à altura do mandato que o povo me concedeu. Eu tenho de retribuir com um mínimo pelo que o povo me deu. Então, não posso silenciar diante de fatos que considero iníquos. Ora, não é outra coisa o que eu desejo. Estou vindo com antecedência exatamente para fazer essa exposição.

Com a permissão da Presidência, eu concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, agradecendo ao Nobre Senador Edison Lobão com todo o respeito e carinho pessoal que tenho por S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Almeida Lima, eu hoje vou ser o mineiro que diz que os dois lados têm razão, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Edison Lobão. Farei isso até por dever de justiça e para mostrar que nem tudo neste Governo está perdido. O Senador Edison Lobão, ao falar que providências foram tomadas e que caminhos foram mostrados com relação ao setor aéreo, que é um setor sensível, está expressando uma verdade.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Foram providências erradas!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu quero fazer justiça a uma pessoa que eu não conheço – não me lembro nem se eu já estive com essa pessoa pessoalmente –, que é o ex-Ministro da Defesa José Viegas, do Governo Lula. O Ministro reuniu o Conac, o Conselho Nacional de Aviação Civil, e mandou que fossem tomadas algumas providências.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Isso foi quando?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Em 2003.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Ah, 2003!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Acompanhe o raciocínio para V. Ex<sup>a</sup> ver. Foram tomadas algumas providências. A primeira de todas: contratar controladores, porque a crise era iminente. Coincidentemente, alguns Ministros, que tinham uma conduta séria, foram afastados: Miro Teixeira, das Comunicações, José Viegas e o Senador Cristovam Buarque para ficar somente nesses nomes, e as substituições foram feitas. O Conselho Nacional de Aviação Civil, que é um colegiado interministerial, tinha necessidade importante de funcionar – eu e o Senador Antonio Carlos Magalhães discutimos isso ontem na Comissão –, até porque vivia-se um período de transição, já que o sistema administrado por militares iria passar, com a criação da Anac, para civis. Eu perguntei ao Ministro: “Quantas vezes o Conac se reuniu? Quando foi a última vez?”. Ele respondeu: “Não, o Conac não se reuniu, porque a Anac...” Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. O Conac tinha o dever e a obrigação de orientar e monitorar a nova agência para diminuir os traumas de origem hierárquica que poderiam acontecer nessa transição. Não se cumpriu isto, Senador Almeida Lima. E infelizmente V. Ex<sup>a</sup> não estava lá, pois ia ficar estarecido com as declarações totalmente despropositadas e desencontradas. Em uma mesa, com pessoas dirigindo um mesmo setor



e que se contradiziam a cada pergunta que era feita, no tempo e no espaço. Confundi-se tráfego aéreo, Senador Edison Lobão, com espaço aéreo. Eu cheguei a perguntar: “Ministro, sua área controla o espaço aéreo ou o tráfego?” Controla os dois, ele respondeu. Só que são questões distintas. E fez uma coisa criminosa: desqualificou a tecnologia, que é o Projeto Sivam e o Cindacta. “Com o **transponder** desligado, não tínhamos como saber a altitude do avião”. A altitude pode até não saber, mas a tela detecta exatamente a posição e se há a possibilidade de colisão entre um aparelho e outro. Portanto, não tem o menor sentido investir em um projeto dessa natureza se não tiver um objetivo. E usei um argumento que derruba. Imagine se um avião pirata vem dos lados da Venezuela carregado de bombas ou de cocaína sem o **transponder** ligado. O que aconteceria? Ele passaria? Não seria detectado? A defesa antiaérea não seria acionada? E fiz outra pergunta... O primeiro choque aéreo que existiu no Brasil, choque no ar – e é um desrespeito – aconteceu em plena Guanabara da época, entre um avião DC-3 da Real e o avião dos fuzileiros navais que trazia a famosa Banda dos Fuzileiros Navais, banda esta que estava fazendo *shows* na América Latina; todos morreram. Posteriormente, tivemos, na cidade de Imperatriz – lamentavelmente o Senador Lobão não está aqui – um choque de dois Bandeirantes da Votec. Um explodiu e o outro caiu no rio. E eu não quis, para não constranger militares... Um acidente clássico de choque aéreo, por defeito e por falha da torre, que foi o que matou o então ex-Presidente Castello Branco, cujo avião foi atingido por avião militar. Nem isso se sabe. Mas fiz uma pergunta que se refere a uma coisa muito séria. As mortes, temos que prantear. Mas acho eu que se as famílias pegarem a certidão, a ata dessa reunião do Conac, na qual mandaram tomar providências e nada foi feito, os advogados podem entrar contra o Governo por negligência, por irresponsabilidade, porque afinal de contas são 154 vidas. Aí está o xis da questão. Depois disso, no entanto, o Conac não se reuniu uma única vez. Não se discutiu nada. A Infraero, que cobra as taxas aéreas portuárias mais caras do mundo, não se reúne com o setor de transporte aéreo para discutir anualmente o seu plano de ação. É aquilo vindo de cima para baixo. Queremos segurança aérea. Mas o Governo diz: “Não! Vamos fazer é reforma de aeroporto”. É uma coisa excelente, mas tem que haver segurança.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – E a reforma de aeroporto – em um contra-aparte – V. Ex<sup>a</sup> sabe, pode dar lucro. Não é verdade?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Não houve o caso do aeroporto de São Paulo, denunciado durante a campanha?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu questionei um fato gravíssimo. O Brasil, no ano que vem, será patrocinador dos jogos pan-americanos. Mas eles só acontecerão no Brasil se as providências forem tomadas em relação à segurança aeroportuária: providência de equipamento anti-bomba, anti-terror, detector de metais. O cronograma está atrasado e eles não sabem nem quanto tempo. Se isso não for feito, é muito mais seguro para o Comitê cancelar, adiar, tomar qualquer medida drástica com relação a esses jogos do que permitir que eles aconteçam no Brasil sem segurança.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – É aí fica “bonito” para o Brasil!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Vamos ser desmoralizados? O melhor produto de exportação que temos hoje são nossos atletas mundo afora. Vamos desmoralizar todo um trabalho feito de geração para geração? De forma que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Vou terminar, Sr. Presidente. Mas quero mostrar mais uma coisa, Senador Almeida Lima, baseado no que o Senador Mão Santa disse em relação a um corajoso pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> fez aqui nesta Casa. O Eclesiástico diz que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre. Não se preocupe. A prática de quem não tem argumento ou do desesperado é desqualificar o fato ou quem o traz à tona ou produz. V. Ex<sup>a</sup> não se preocupe. Ontem, eu fazia um pronunciamento aqui sobre uma CPI de ONGs, e o som do Senado foi cortado. Se proposital ou não, não sei, não quero prejudicar, até porque sou recebido e tratado com muito respeito e carinho por quem faz a TV Senado. Mas aconteceu o fato, Sr. Presidente. Quarenta e nove *e-mails* chegaram ao meu gabinete até à meia-noite de ontem protestando contra o fato.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Tenho conhecimento disso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É o ouvinte atento. Lembraram até a música que eu não sabia: “...dinheiro não”. É muita coincidência. É muito azar do Governo se for verdade. É uma música do Caetano Veloso. Vejam como são as coisas. É o Brasil que está atento. E esta tentativa de se jogar fatos graves debaixo do tapete não deu bons resultados. O próprio Governo, capitaneado pelo então Ministro José Dirceu, tentou fazer isso com Waldomiro, e a história está aí para contar. Muito obrigado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço, nobre Senador Heráclito Fortes, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Almeida Lima, faça-lhe um apelo porque já faz uma hora que V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Com toda a certeza. Concluo, agradecendo antecipadamente a benevolência da Presidência, dos meus Pares, dizendo o seguinte: vim à tribuna com a legitimidade da representação popular que trago neste mandato, com a responsabilidade de quem tem condições de se dirigir à mais alta Corte de Justiça do País, o Supremo Tribunal Federal, e fazer um apelo a S. Ex<sup>as</sup> para que, em resolução, estabeleçam aquilo que chamamos de força-tarefa para o julgamento desses processos em que há um clamor social em torno deles.

Em se tratando de um Poder da República e que precisa atender ao princípio do interesse público e coletivo precisa antecipar esses julgamentos, mesmo em detrimento de outros processos que lá se encontram, mas que digam respeito a interesses privados e individuais, porque este é o direito da sociedade; e aprendi que ele é maior, é superior. E mais, que a Justiça do meu País não cometa a relação que não consideramos correta, como essas duas matérias que o jornal **Folha de S. Paulo** relata muito bem, pois não fica bem para o Poder Judiciário como não fica bem para os Poderes Executivo ou Legislativo. Temos orçamentos suficientes para não sermos custeados pelas empresas privadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Maguito Vilela e João Batista Motta.*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Pela ordem, com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista, quero apenas comunicar um fato muito importante na história política democrática deste País.

O PMDB, Partido ao qual pertencço, ainda é atraído pela história de Ulysses, que está encantado no fundo do mar, pela história de Teotônio, Tancredo, Juscelino. No passado, um grupo escreveu a mais bela história da democracia: o PMDB Autêntico. Eles imaginaram que deveriam começar a lutar mesmo no Congresso,

e um grupo minoritário surgiu com a idéia do anticandidato – não foi o Ulysses, eles convidaram Sobral Pinto. Mas Ulysses, inteligente, viu que era oportuno ser o anticandidato.

Esse grupo foi tão autêntico, que a campanha brilhante levou ao País o desejo de redemocratizar-se. Mas os Autênticos combinaram que Ulysses não viria no dia da eleição – eleição que Geisel evidentemente ganharia. O Senador Suplicy é testemunha desse fato histórico. Realmente, Ulysses se empolgou e fez um belo discurso pela democracia. Petrônio Portella, do Piauí, também falou para o Geisel, um grande momento político. Mas os autênticos não votaram em Ulysses, porque acharam que o governo da ditadura aproveitaria aquela festa como propaganda de que o País vivia momentos de democracia.

Ontem, a história se repetiu: reunimo-nos um grupo de Senadores já eleitos com dois outros que vão tomar posse, porque temos uma visão da democracia como Rui Barbosa. Está ali Rui Barbosa! Temos de ter uma noção do valor da política. O povo quem decide. Quem ganha tem o compromisso de governar, governar bem. Quem perde, o povo mandou para a Oposição. E a Oposição é grandiosa. Aqui estamos neste Senado. Cento e oitenta anos de Senado. Passou muita gente aqui, Senador Almeida Lima, mas só está ali em cima Rui Barbosa. Ele não foi governo nem no Império, porque ele levantou a abolição. Na República, ele só foi com Deodoro e Floriano. Quiseram colocar o terceiro militar, e ele disse: “Tô fora!”. Ofereceram o Ministério da Fazenda, de novo, e ele disse: “Não troco as trouxas de minhas convicções por um ministério”. Essa lição, os de hoje não aprenderam.

Queremos dar continuidade a esta mensagem de Rui Barbosa: estamos na Oposição porque o povo nos mandou. Votaremos sempre com o povo e com a Pátria, mas teremos a condição e a coragem de não nos comprometer e não trocar nossos mandatos, nossa independência e nossa dignidade por cargo.

Então, éramos seis, mas seremos nove para tranquilizar o País, salvaguardando a democracia como os Autênticos do passado.

Este Senado não deixou o PT de José Dirceu enveredar pelo regime de Cuba, pelo regime do neolíder da América, Hugo Chávez. Foi aqui que combatemos o bom combate, foi aqui que garantimos essas eleições. Foi aqui que nós, juntos, revivemos a grandeza do PMDB Autêntico. Vamos dar essa contribuição para levarmos o País a uma democracia melhor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a generosidade capixaba que predomina sobre o seu espírito.

Quero apenas deixar registrado nos Anais desta Casa um artigo do jornalista da **Veja** Reinaldo Azevedo, em seu *blog*. O título é o seguinte, Senador Eduardo Suplicy, homem que tem um caminho trilhado pela vida que respeita a democracia, a liberdade de imprensa e, sobretudo, as leis: “Grabrielli e a inaceitável agressão ao repórter de **O Globo**”. O subtítulo é: “E estou em campanha: “Vamos estatizar a Petrobras, que foi privatizada pelo PT.”

Jornalista respeitado faz um comentário profundo sobre o comportamento do Sr. Grabrielli nas dependências da Petrobras, quando disse que um repórter, por ter feito uma matéria, não era bem-vindo nas dependências de uma estatal, que, pelas suas características, tem o Sr. Gabrielli como Presidente por indicação do sócio majoritário – no caso o Governo –, mas que, no entanto, tem de prestar conta aos sócios, principalmente aos minoritários. Não é propriedade privada nem dele nem de ninguém, é do País. E toma essa atitude truculenta que me surpreendeu – eu tinha outra impressão do Sr. Gabrielli –, mas já me disseram que é um homem chegado inclusive à violência. Não quero acreditar.

Sr. Presidente, os meus conceitos do PT vão caindo pedra por pedra, o dominó está faltando. O Sr. Gabrielli era um dos poucos que restavam. Mas quem tem essa prática tem de ter o repúdio da Nação.

A matéria do jornalista é exatamente neste sentido, de protesto. Tenho certeza de que o Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez corajoso na sua cruzada em respeito à liberdade, não vai concordar com o cerceamento das atividades de um repórter que estava nas dependências da Petrobras no cumprimento do seu dever.

O título, Senador Tasso Jereissati, é “Vamos estatizar a Petrobras, que foi privatizada pelo PT”. A propósito, e pegando o gancho, já agora apoiado aqui, à minha direita, pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero dizer que o PT que, durante a campanha, criticou duramente as privatizações feitas pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tasso Jereissati, não as combateu e não as desfez. Pelo contrário, anuncia hoje, Senador Mão Santa, na palavra abalizada e séria do Ministro do Planejamento, que está tomando as providências finais para privatizar o Banco do Estado do Piauí. Aliás, em praça pública, o Presidente Lula, ovacionado por funcionários

do Banco, declarou que a instituição era intocável. Não é preciso, Senador Almeida Lima, ter-se o dom da premonição para se adivinhar a má intenção de governo sem compromissos.

Daquela tribuna, Senador Mão Santa, no período eleitoral, alertei que estava em marcha uma movimentação de privatização envolvendo não apenas o Banco do Estado, mas também as centrais elétricas do Piauí. Os fatos começam a acontecer. As conexões, no momento devido, serão esclarecidas. É exatamente o estelionato eleitoral promovido pelo Governo com funcionários indefesos do Banco do Estado, que devem ter usado *slogan*, adesivos, camisetas do Presidente, mandando não trocar o certo pelo duvidoso. E está aí o certo! Teremos de amargar.

Senador Tasso Jereissati, Senador Mão Santa, Senador Eduardo Azeredo, estou pensando seriamente em mandar fazer um adesivo, preventivamente, dizendo: “Eu não optei” ou “Eu não votei no Lula”. Não quero ser confundido, daqui a quatro, cinco ou seis meses, com os que induziram a sociedade brasileira, por meio de uma fantasiosa campanha publicitária, de fatos irreais, de factóides e que, após conseguir êxito, estão traindo o povo brasileiro.

Vamos ver que destino o Governo vai dar à menina dos olhos de Lula, o Bolsa-Família; vamos ver que tratamento dará ao projeto do Senador Efraim Morais. Se o Governo for sincero, vai me estimular, Senador Tasso, a entrar com um projeto concedendo aposentadoria aos beneficiários do Bolsa-Família.

Aliás, o PT, lá atrás, na Constituinte, fez isso com o trabalhador rural. E como é contra a discriminação, não podemos separar o benefício dado ao homem do campo do concedido ao homem da cidade ou onde quer que ele esteja.

Aliás, o nosso Presidente venezuelano já declarou que a instalação da refinaria de Pernambuco não é prioridade. Os fatos, então, começam a acontecer: o preço do gás subiu; do gasoduto da Venezuela, que seria maior do que a muralha da China, também não se fala mais.

E os metrô? Enfim, quero me prevenir. Isso é como quem toma vacina: nunca pegou sarampo, mas não quer pegar.

Vou mandar fazer esses adesivos: “Não votei no Lula”. Ficarei mais tranquilo e mais protegido perante a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **Gabrielli e a inaceitável agressão ao repórter de "O Globo". E estou em campanha: "Vamos estatizar a Petrobras, que foi privatizada pelo PT"**

A Petrobras já foi privatizada. Pelo PT. É a única coisa que se pode concluir do inaceitável faniquito público que o presidente da estatal Sérgio Gabrielli, teve ontem. Noticiei a coisa aqui. Mas o relato feito pelo repórter Chico Otavio, no Globo de hoje, impressiona. Destaco um trecho logo abaixo. Gabrielli foi muito além do razoável. Qualquer pessoa, na sua função, em qualquer democracia do mundo, levaria um pé no traseiro. Mas ele, certamente, ganhará os parabéns de seu chefe. Presidente de uma empresa cujo capital é majoritariamente público — portanto, as suas atribuições praticamente se igualam às de um servidor do Estado —, vamos verificar como ele entra na economia interna dos partidos, como faz proselitismo desavergonhado. Leia o trecho de reportagem do Globo. Depois volto:

Gabrielli foi agressivo e dirigiu ataques ao repórter do Globo ao ser indagado sobre dois temas: o uso da estrutura das ONGs financiadas pela Petrobras na campanha pela reeleição do presidente Lula — como mostrou reportagem do jornal domingo — e assinatura de convênio no valor de R\$ 228 milhões, sem licitação, com a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) para treinamento profissional.

— Irresponsável! — reagiu Gabrielli assim que o repórter (um dos autores da série de reportagens) se identificou.

Ao ser perguntado se a Petrobras mostraria pelo menos um dos contratos com ONGs, voltou a exhibir sua irritação.

— Evidentemente, você não é uma pessoa bem-vinda aqui — respondeu o presidente da maior estatal do país.

Não satisfeito, foi adiante: "Eu poderia, por exemplo, fazer ilação de que há coincidência muito grande entre a posição do PFL, neste momento, e o que você está fazendo. Com o que o senhor Heráclito Fortes (PFL-PI) está fazendo com a sua matéria, poderia dizer que você está trabalhando para o PFL."

A truculência de Gabrielli é inaceitável. Ademais, "Senhor Heráclito Fortes" vírgula, senhor Gabrielli. O PT é o partido em que ser chamado de "senhor" pode ser uma ofensa. Ele é senador da República, eleito pelo povo. E está cumprindo a sua tarefa. Está lá por vontade do eleitor. Gabrielli preside a Petrobras por vontade de Lula e do PT. O senhor deve ao parlamentar um tratamento respeitoso. Quando ao repórter... Vejam vocês: o "dono" da Petrobras diz quem é e quem não é bem-vindo à "sua" casa. Irresponsável é sua reação.

Ademais, Gabrielli parece integrar aquele seletivo grupo do petismo e do parapetismo que tem uma relação singular com o dinheiro. Lembrem-se de Marcos Valério na CPI do Mensalão? Houve lá um dia em que ele se referiu a algo em torno de R\$ 4 milhões como "pouco dinheiro", "mixaria". É... Segundo padrões petistas, nunca haverá dinheiro o bastante para o fome do gigante.

Gabrielli seguiu ontem a mesma escala "Nosso investimento (R\$ 22,6 bilhões) tem impacto enorme na economia. E as matérias falam em contratos de R\$ 31 milhões". Entenderam? A constatação corresponde a uma pergunta: "O que são R\$ 31 milhões diante de R\$ 22,6 bilhões?" É um escárnio.

Se o Senado tivesse vergonha na cara, chamaria este "senhor" para prestar esclarecimentos. A partir de agora, estou em campanha: quero estatizar a Petrobras. Privatizada ela já está.



**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, por cessão do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Agradeço se puder ser lido, ainda na sessão de hoje, o requerimento de pesar que apresentei em memória do professor Antônio Maria da Silveira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, por cessão do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Agradeço se puder ser lido, ainda na sessão de hoje, o requerimento de pesar que apresentei em memória do professor Antônio Maria da Silveira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup>, conforme ficou combinado, falará após o Líder do PSDB, que seria o Senador Arthur Virgílio, mas, nesse caso, falará o Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigado pela compreensão, Senador.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador João Batista Motta, Srs. Senadores, a propósito da denúncia feita pelo Senador Heráclito Fortes, pedi a palavra pela Liderança para fazer aqui também um protesto sobre a Petrobras, cujo Presidente, Sr. Gabrielli, tem se tornado e demonstrado, nos últimos meses, um verdadeiro tirano, arbitrário, dentro daquela instituição, usando os recursos públicos – afinal, a Petrobras é uma empresa majoritariamente pública – e usando recursos privados, porque tem acionistas privados, para promover organizações ligadas ao PT, e tomar decisões pessoais sem nenhum critério técnico, favorecendo ou desfavorecendo a quem quer que seja.

Quero lembrar que, durante a campanha, o Presidente Lula criticou de maneira severa a Oposição. Eu gostaria que o Senador Suplicy estivesse aqui, pois quero fazer uma denúncia, e gostaria de uma resposta de S. Ex<sup>a</sup> o mais cedo possível.

São dois pontos. O Presidente Lula acusou os governos nossos, do PSDB, em relação às privatizações, que eu defendo; ao contrário do PT, que faz a privatização e diz que é contra. Mas o que está sendo feito hoje é uma verdadeira privatização da Petrobras. Esse senhor, que tem se revelado autoritário e violento com a imprensa, não lhe aceita as críticas e reage

usando todo o poder que a Petrobras lhe dá. E está chegando o momento, Senador Heráclito, em que não podemos mais aceitar esse tipo de ação e atuação do Presidente da Petrobras. Ele não está acima do País, e ele reage como se estivesse.

Todos aqui se lembram, Senador Suplicy, que eu disse uma vez que a palavra do Presidente Lula em relação a algumas das obras que ele anunciava na campanha não era verdadeira. Todos viram, em todos os debates na televisão e nos discursos, o Presidente falar do Complexo Siderúrgico do Ceará. Acho que V. Ex<sup>a</sup> também o ouviu falar disso. Na verdade, o que tinha do Presidente Lula no Complexo Siderúrgico do Ceará era permanecer um contrato de fornecimento de gás pela Petrobras, para que essa subsiderúrgica pudesse funcionar no Complexo do Pecém.

Acabo de receber a notícia de que o Presidente da Petrobras, de maneira unilateral, comunicou ao consórcio italiano-coreano, que está começando o investimento na Petrobras, que estava cancelando e quebrando unilateralmente o contrato da construção dessa siderúrgica, anunciada e cantada pelo Presidente da República como obra fundamental e grande obra do seu Governo. Essa obra é estrategicamente fundamental para o desenvolvimento do meu Estado, o Ceará. Passei pelo menos oito anos da minha vida lutando para que esse empreendimento fosse viável.

Soube que a Senadora Patrícia Saboya Gomes se encontrou com a Ministra Dilma Rousseff para pedir informações. A Ministra confirmou as informações, dizendo que era uma questão da Petrobras. Não é uma questão da Petrobras. É uma questão estratégica nacional, e é por causa disto que a Petrobras é estatal.

Se a Petrobras se comporta como uma empresa privada, ela não deveria ser estatal e muito menos ser dirigida... aliás, ele não teria nem capacidade para dirigir essa empresa, porque ela teria outro tipo de direção. Dessa maneira, está-se fazendo a maior farsa eleitoral em que já aconteceu na história do Ceará, Senador Eduardo Suplicy,

Primeiramente, o Presidente Lula e o PT tiraram a refinaria do Ceará dizendo que era um desejo do Presidente Chávez. Simplesmente porque era um desejo do Presidente Chávez tiraram do Ceará. Agora, já anunciam que o Presidente Chávez não vai fazer em Pernambuco, e eles vão fazer sozinhos. Logo em seguida, temos essa notícia de que o Presidente, dono da Petrobras, Sr. Gabrielli, está quebrando esse contrato, inviabilizando, portanto, a siderúrgica para o Ceará – repito, projeto cantado e decantado em prosa e verso pelo Presidente Lula.

V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir, Senador Eduardo Suplicy, com todo respeito, mas se essa notícia não for melhor

esclarecida até a semana que vem, serei obrigado a vir aqui e dizer olhando no seu olho que o Presidente Lula é um mentiroso, é um farsante, é uma das maiores farsas que este País já teve, e está fazendo, na história do Ceará, com o povo pobre do Ceará, uma montagem e uma mentira que um homem público não poderia fazer nunca neste País.

Eu gostaria de estar frente a frente com V. Ex<sup>a</sup> como Líder que é hoje, com todo respeito que tenho a V. Ex<sup>a</sup>, para saber, na semana que vem, se posso dizer isso e mais algumas coisas que estou pensando neste momento.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte, Senador Tasso Jereissati?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É importante que haja o esclarecimento solicitado por V. Ex<sup>a</sup>. A Senadora inclusive...

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Tasso, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que ocupe a tribuna, por gentileza.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pois não. Desculpe-me.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É natural. V. Ex<sup>a</sup> inclusive menciona que a Senadora Patrícia Saboya Gomes dialogou ainda hoje com a Ministra Dilma Rousseff. É claro, ela vai expor o teor do diálogo. Mas, tendo em vista o que diz V. Ex<sup>a</sup>, eu me sinto na responsabilidade de, contribuindo para o interesse público, solicitar do Presidente José Sérgio Gabrielli que nos informe o histórico desse planejamento de investimento. Primeiramente, creio que é mais do que justo que V. Ex<sup>a</sup>, como Senador pelo Ceará, conheça de fato as razões para a modificação da decisão tomada – se ela de fato se confirmou. Eu me disponho, de pronto – eu havia pensado em fazê-lo agora, mas, como se trata de uma decisão de razoável complexidade e contribuindo com V. Ex<sup>a</sup> –, a solicitar do Presidente da Petrobras que nos encaminhe as razões dessa decisão. Se de fato ela se confirmar, é importante ressaltar que o Presidente José Sérgio Gabrielli vem desenvolvendo uma ação à frente da Petrobras, em continuidade ao trabalho do nosso ex-Colega José Eduardo Dutra, que mostra resultados econômicos e financeiros daquela empresa bastante alvissareiros. Foi na gestão do Presidente Lula que a Petrobras – claro que isso envolve o mérito daquilo que ocorreu no período anterior – conseguiu um marco da auto-suficiência no fornecimento de petróleo no Brasil. Há um resultado econômico e financeiro, como V. Ex<sup>a</sup> conhece, muito alvissareiro por parte da Petrobras. Ela vem, por outro lado também, dando apoio a inúmeros investimentos muito significativos. Isso vem permitindo

à Petrobras apoiar, em sentido múltiplo, diverso, investimentos culturais no País de grande relevância. O Presidente da Eletrobrás esteve algumas vezes na Comissão de Infra-Estrutura, hoje presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que sempre se dispôs a prestar todas as informações solicitadas. Aproveite a oportunidade para dizer que avalio como próprio que o Presidente José Sérgio Gabrielli reflita um pouco mais sobre a maneira como se dirigiu ao jornalista de **O Globo**. Ele teve a percepção de que houve uma distorção na maneira como os jornais **O Globo** e **Folha de S. Paulo** divulgaram a matéria, induzindo a algo que ele não considerava justo. Mas, obviamente, é direito da imprensa fazer análises, assim como é importante que o Presidente da Petrobras esclareça inteiramente esses fatos. Comprometo-me, Senador Tasso Jereissati, de pronto – agora é tarde –, na primeira hora de amanhã, a telefonar para o Presidente José Sérgio Gabrielli. Vou transmitir-lhe a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, mais do que justa, em conhecer as razões pelas quais o investimento que havia sido anunciado, inclusive pelo próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em manifestações públicas, sobretudo no Ceará, teria sido cancelado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não, não, nacional em propaganda eleitoral. Fez parte de todas as suas propagandas eleitorais.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito bem! Vou perguntar por que razão houve esse cancelamento – se confirmado. Quero dizer que é mais do que justo que V. Ex<sup>a</sup> queira ter essa informação, assim como a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, concedo-lhe um aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya Gomes** (Bloco/PSB – CE) – Senador Tasso Jereissati, realmente vim agora há pouco de um encontro com a Ministra Dilma. Tratei especificamente da questão da siderúrgica do nosso Estado, do Estado do Ceará. Um trabalho que começou em 1994 e, depois, continuou com V. Ex<sup>a</sup>, já em 1996, num segundo governo. A Petrobras inclusive já recebeu do governo do Estado um adiantamento de investimento para que pudessem instalar a siderúrgica e fornecer o gás para o nosso Estado. Estou aqui completamente chocada, abismada com a atitude do Sr. Gabrielli, Presidente da Petrobras! Houve desrespeito com o povo do Ceará, desrespeito com o nosso Estado, desrespeito com o nosso governante, desrespeito com a nossa Bancada do Senado e da Câmara dos Deputados. Mas o pior de tudo, Senador Tasso – e fico me perguntando sobre a razão disso –, é o desrespeito do Presidente da Petrobras com o Presidente Lula, a quem ele deveria ser subordinado! O Presidente Lula fez da siderúrgica do Ceará uma das suas bandeiras mais importantes, como

V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar. A siderúrgica foi divulgada em verso e prosa por todo o Brasil, e sei que o Presidente Lula tinha e tem a intenção de que essa siderúrgica seja viabilizada e que essa dívida do povo nordestino seja recompensada no seu Governo. Compreendo-o e faço até a defesa de um Presidente no qual acredito. Votei nele, sou da sua base aliada e acredito que ele realmente tem essa intenção, até porque é um nordestino e sabe das nossas dificuldades, sabe do atraso da Região Nordeste em relação ao resto do País. Por isso, acredito que ele jamais viraria as costas para o nosso Estado, que lhe deu a maior votação – talvez o segundo, ou o terceiro Estado em que o Presidente Lula teve a maior votação. Fico constrangida neste momento até por ser da base aliada do Presidente Lula e por ter de passar por essa situação tão constrangedora, juntamente com o meu Estado. Uma carta foi enviada a uma empresa, empresas parceiras da nossa siderúrgica. Houve negociação durante quase três anos de um contrato, e nem foi o Presidente Sérgio Gabrielli quem assinou a carta, mas alguém da Petrobras a teria assinado, comunicando que o contrato estaria desfeito. A Ministra Dilma me disse hoje que isso já foi superado, que inclusive esta carta foi um erro, mas, para a solução desse problema, com o aumento do preço do gás, terá de haver um novo contrato. Conversei com a Ministra Dilma, no momento em que o projeto da siderúrgica chegou – e quero aqui ressaltar que considero a Ministra Dilma uma das Ministras mais competentes, trabalhadoras e sérias –, sobre a insensibilidade da Petrobras. A forma de se pagar esse atraso do Nordeste não pode ser só assistencialista; não será só com o Bolsa-Família que vamos tirar o atraso da Região. É preciso investir, é preciso que a Petrobras não seja tão alucinada por esses lucros exorbitantes e chegue a passar por cima de um povo pobre, sofrido, que vê na siderúrgica a redenção do nosso Estado. Um investimento de quase US\$800 milhões; 1,5 milhão de toneladas/ano de placas de aço por ano; 3.500 empregos diretos; 10 mil empregos indiretos. O Ceará trabalhou por mais de 10 anos para que a infra-estrutura estivesse pronta para essa siderúrgica. Os nossos parceiros – empresários coreanos e italianos – querem negociar, sim, com a Petrobras. Mas a Petrobras precisa dar um passo à frente. Não pode pensar, em um País como o nosso, em um Nordeste como o nosso, em um Ceará pobre como é o nosso, apenas em seus lucros imediatos. Vai ter de investir! Tem de cumprir com a palavra de um contrato que foi feito, sim, apesar de os parceiros estarem dispostos a negociar, porque, se aumentar o preço do gás, eles estão dispostos a renegociar. No entanto, a Petrobras precisa se manifestar. Ela não pode nos tratar como se fosse a todo-poderosa, como se fosse a dona de tudo, desprezando as interlocuções, os de-

bates, as negociações já feitas, inclusive por todos os Parlamentares do Ceará. Como temos dito V. Ex<sup>a</sup>, eu e todos os cearenses, essa luta é suprapartidária. Quem fala aqui não é o PSB, nem o PSDB; quem está falando aqui é o Senador Tasso Jereissati, que representa o nosso Estado e eu, Senadora Patrícia, que também o represento, e nós não podemos nos calar diante disso. Nós queremos a siderúrgica. Ela é um direito do povo cearense. Ela é uma forma de nos recompensar por todas as perdas que já tivemos. Por isso, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> e com o seu pronunciamento. Não vou me calar um só dia nesta Casa enquanto a Petrobras não puder rever o que está fazendo e a forma autoritária como tem tratado o nosso povo.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Gomes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Peço-lhe um aparte, Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Antes de conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, quero concordar com a Senadora Patrícia, por que entendo a indignação de S. Ex<sup>a</sup>, principalmente diante dessa enorme, gigantesca injustiça para com o Estado do Ceará, bem como a maneira não diria nem autoritária, mas soberba como isso está sendo tratado. Uma luta travada e negociada durante 10 anos por todo nós, por todos os Partidos políticos do Estado do Ceará, de repente, é desfeita sem nenhum tipo de conversação, sem nenhum tipo de aviso, apenas por intermédio de uma carta enviada pelo segundo escalão aos dirigentes das empresas investidoras. Veja bem, Senadora Patrícia, isso aconteceu logo depois das eleições, após o Presidente da República ter anunciado como sendo uma de suas principais bandeiras o complexo siderúrgico do Estado do Ceará.

Senador Eduardo Suplicy, é uma falta de respeito o modo como nos tratam esses homens – falo “esses homens” até que seja provado o contrário; o Presidente Gabrielli, com certeza – a nós cearenses e ao Senado, de uma forma geral. Senadores de outras Legislativas, e não apenas desta, já lutavam e negociavam com a Petrobras a respeito dessa questão. É algo chocante!

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Tasso, quero parabenizar o Ceará, aqui representado pela Senadora Patrícia Gomes. S. Ex<sup>a</sup> mostra-nos a bravura de uma mulher, que pode chegar de um pólo a outro em questão de segundos. Sequer precisou de o Gabrielli liberar a siderúrgica para o Ceará para que víssemos, aqui, labaredas de fogo em brasa, com o protesto de indignação contra essa arbitrariedade do Governo. No entanto, foi a mesma Senadora Patrícia Gomes que se confessou uma mulher de fé: acredita em Padre Cícero, acredita em São Francisco de Canindé e acreditou no

Lula – S. Ex<sup>a</sup> passeou no trem do Lula, no metrô do Lula, lá em Missão Velha –, acreditou na Transnordestina, e é com essa mesma fé que S. Ex<sup>a</sup> aqui verbaliza sua indignação. Senadora Patrícia, V. Ex<sup>a</sup> não deve perder a fé. Tenho a impressão de que o Lula não sabia. Não é possível! Não é possível que o Lula saiba que o Gabrielli está sendo esse truculento, aliás, em marcha batida para ser Ministro da Fazenda. É o que ele quer. Imaginem a tirania monetária, Senador Suplicy, economista e democrata, que este País vai viver com esse homem dirigindo a nossa moeda! Senador Tasso, questiono-me sobre o caráter de algumas pessoas que só mostram a sua bravata quando o tempo as favorecem. Por que esse mesmo cidadão botou o rabinho entre as pernas no episódio do Sr. Evo Morales, que invadiu a propriedade da Petrobras, humilhando os brasileiros?

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite? Essa repassagem de preço que ele quer fazer é para pagar o acordo com Morales. A covardia diante do Morales se transformou numa valentia diante dos nordestinos.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Que foi adiado para pós-eleição. Concordou com tudo o que o Sr. Morales quis, e agora vem fazer bravata contra o povo cearense. Minha gente, será por que somos nordestinos ou por que temos boa-fé? Vamos saber dosar isso. Meu caro Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> foi salvo pelo gongo. Eu iria lhe saudar como líder sobrevivente do PT nesta Casa, mas, aqui chegou a Senadora Ana Júlia Carepa, armada de muletas, e não quero que a sua ira vitoriosa se volte contra mim. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, já que não posso chamá-lo de líder sobrevivente, vou chamá-lo apenas de líder itinerante; soldado em quartel fora de hora quer trabalho. Já que o Senador Tasso Jereissati, por meio do apelo fraterno que a amizade permite, deu a V. Ex<sup>a</sup> essa missão gloriosa de solucionar um problema que envolve a palavra empenhada do Presidente da República, sob pena de ser condenado por estelionato eleitoral, queria que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse, com a mesma competência e o diálogo franco que possui. No café da manhã, hoje, Senador Tasso Jereissati, atentai bem! – como diria o Senador Mão Santa –, “o Governador Wellington Dias defende desvios de recursos do Bolsa-Família para outras áreas”. Senadora Heloísa Helena, em um café da manhã, o Governador Wellington Dias, juntamente com o Governador eleito Jaques Wagner, Marcelo Deda, Jackson Lago, Cid Gomes, na sede da Confederação das Nacional das Indústrias, defende que o Piauí recebe R\$300 milhões do Bolsa-Família e que pelo menos R\$50 milhões sejam deslocados para outras atividades e outros recursos. Vão trair os beneficiários do Bolsa-Família? O Governo propõe reajuste

de 20% para o Bolsa-Família, a beneficiados. Ora, se o Governo é contra o 13º mês e a favor dos 20% não está sendo justo, tampouco leal com os brasileiros pobres, humildes que, com tanta boa-fé – a fé da Patrícia –, acreditaram nas palavras deste Governo. Daí por que, Senador Tasso, registro minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Lembro-lhe que esse não é o primeiro episódio de estelionato desta mesma Petrobras. Aprovamos aqui, com a ajuda de V. Ex<sup>a</sup> e a do Senador Sarney, o gasoduto, ligando o Piauí, o Ceará e o Maranhão. O dinheiro foi colocado no Orçamento, mas a Petrobras não deu continuidade ao projeto. Por fim, quero pedir a V. Ex<sup>a</sup>, Líder incontestado do Ceará, e à Senadora Patrícia Gomes, de fé tão grande que se aproxima à de uma beata, que façamos uma promessa: se o Lula cumprir a dele, vamos subir as escadarias de Padre Cícero de joelhos. Eu acho que o sacrifício é merecido. Veremos quem vence essa queda-de-braço. O povo do Ceará não pode pagar esse mico. Muito obrigado.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador Tasso Jereissati, quero também...

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador, quero somente fazer justiça. Senadora Ana Júlia, me perdoe! Quero elogiar V. Ex<sup>a</sup>, que não estava nesse café da manhã de desvio de recursos do Bolsa-Família. Pelo menos V. Ex<sup>a</sup> não concorda em desviar recursos dos beneficiados do Pará, que certamente votaram em V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador Tasso Jereissati, quero também manifestar solidariedade a essa reação e revolta de V. Ex<sup>a</sup> como Senador do Ceará, bem como da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Não há dúvida de que, neste momento, uma siderúrgica para o Ceará tem uma importância enorme em virtude dos empregos que gerará. Lembro-me bem de campanhas feitas em Minas Gerais, na década de 60, com a instalação da Usiminas, que realmente modificou toda aquela região que nós chamamos de Vale do Aço, em Minas Gerais. Depois, também a Açominas foi uma siderúrgica inicialmente estatal. Ambas hoje dão um resultado muito grande para o Estado, bem como a Siderúrgica Mendes Júnior, hoje Siderúrgica da Belgo-Mineira, em Juiz de Fora. Evidentemente essa descentralização do segmento siderúrgico no Brasil é importante. O País é grande demais para ficar dependendo de tudo o que é feito apenas no sudeste brasileiro. A negativa da Petrobras neste momento representa uma contradição, porque quando é para falar do sucesso da empresa, o Presidente Lula e o Governo dizem que a Petrobras é o Governo; quando é para falar dos problemas da Petrobras, ela não é do Governo, aí é uma empresa comum,



privada. Essa é uma contradição que o Governo tem de explicar. Ou a Petrobras é uma empresa estatal e, sendo empresa estatal, ela deve ter uma visão de desenvolvimento, sim, de investimentos a longo prazo; ou então ela pode ser uma empresa privada comum. Eu defendo que ela continue sendo uma empresa estatal e que, sendo empresa estatal, ela tenha esta visão: a de que ajudar a instalação de uma siderúrgica no Ceará, por exemplo, é uma política de desenvolvimento, uma política de descentralização importante para o País. De maneira que, como mineiro, estou solidário com os cearenses, neste momento, e realmente convicto de que se trata realmente de mais uma questão de contradição do Governo Lula.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Muito obrigado, Senador Azeredo, pela solidariedade. Quero apenas fazer uma observação: não se trata de negar uma ajuda; trata-se de quebrar um fornecimento de gás que foi assumido, contratado. Trata-se de quebrar um contrato, de maneira unilateral, que envolve investidores estrangeiros, o Estado do Ceará, toda a representação política e o povo do Estado do Ceará.

Senador Sérgio Guerra, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – O Senador Tasso conhece, melhor do que ninguém, alguns fatos que caracterizaram os últimos dois anos do Nordeste. O Presidente Lula fez ao Nordeste promessas muito grandes, entre elas a de apoiar o projeto de siderurgia no Ceará, a de sustentar a definição de uma refinaria por Pernambuco, a de construir a Ferrovia Transnordestina, a de duplicar a BR-101 e a de efetivar a transposição das águas do Rio São Francisco. Todas essas promessas estão, sem exceção, prejudicadas; umas mais, outras menos. No caso da siderurgia, há efetivo interesse estratégico do Brasil na construção de novas plantas. É indispensável que essa construção se dê, como já disse o Senador Eduardo Azeredo, como instrumento para uma progressiva descentralização da indústria nacional. Para um Estado como o Ceará, que montou um projeto da dimensão do de Pecém, um projeto estruturante, da qualidade, do tamanho e da dimensão dessa refinaria, é vital. Aproveito este momento para saudar a Senadora Patrícia Saboya Gomes, pessoa muito lúcida e que honra o mandato que recebeu. Seu comentário foi sintético e objetivo, no essencial: primeiro, não é possível, não é aceitável que se quebre um contrato e que se vá pôr em risco um projeto da dimensão, da complexidade e da prioridade da siderúrgica do Ceará; segundo, não bastam, nem para o Ceará nem para o Nordeste, programas de proteção social do tipo Bolsa-Família, que não conduzem à solução. Eles podem, em determinados momentos, superar conjunturas de pobreza, reduzindo-as, mas não produzem solução, porque a solução depende do desenvolvimento, do crescimento do emprego, da

distribuição da renda, enfim, de projetos estruturantes como o da siderúrgica do Ceará.

Sobre a sua palavra de indignação, ninguém mais que o ex-Governador Tasso Jereissati para promovê-la. Lutou por esse projeto como por outros projetos com uma determinação e uma competência inigualáveis. Não fez isso pelo seu Partido, que preside hoje, nem pelos amigos cearense, seus eventuais aliados; fez isso pelo seu Estado, pelo povo do Ceará e pelo Nordeste. Então, o Presidente Lula, que teve, como todos vimos, uma vitória radical no Nordeste, para honrar os votos que recebeu não deve ter dois minutos de reflexão. Deve tomar uma decisão hoje, ou amanhã, honrando a promessa feita porque, se não o fizer, estaremos já no começo, no pré-começo de um novo Governo, instalando um quadro de inconsistência, que nos levará a uma radicalização crescente, que atravessamos nessa eleição. Nós, do PSDB, tivemos tranqüilidade, não nos deixamos afetar nem na eleição nem antes dela quando recusamos assumir proposta de *impeachment*, quando não provocamos demissões de Ministros, quando, muitas vezes, acusados de conciliadores, fomos, na verdade, sensatos, progressistas, brasileiros que querem um Brasil melhor. Se o Presidente não tomar rapidamente uma decisão sobre o fato, na linha de afirmar que a Petrobras é uma empresa do País, para fazer lucro, sim, mas para garantir o desenvolvimento do Brasil mais ainda, seguramente, ele começará muito mal seu Governo, ainda mais tendo em vista a especulação no sentido de que alguém que preside a Petrobras com o padrão de falta de reconhecimento da realidade brasileira possa vir a ser Ministro da Fazenda ou coisa parecida. Acho que a indignação do Ceará – não estou fazendo aqui apropriação eleitoral – é a indignação de cada homem, de cada mulher, do mais pobre ao mais rico do Nordeste, que, quando pensa com tranqüilidade sabe que se não for levada para a região a capacidade de produzir de fato o Nordeste não terá o que distribuir senão pobreza o tempo todo. Quero saudar mais uma vez a sua liderança e o seu comando.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. A sua palavra de estímulo e de apoio é sempre muito importante para todos nós, especialmente para mim.

Eu queria deixar aqui colocada esta palavra de protesto veemente contra essa traição ao povo do Estado do Ceará, contra a falta de respeito a toda a delegação política do Estado do Ceará – mas principalmente ao povo cearense –, com essa visão absolutamente autoritária e personalista da direção de uma empresa pública que, a partir de uma decisão pessoal, prejudica todo o investimento no Estado.

Eu espero, sinceramente, que haja uma revisão dessa postura. Da postura não sei se pode haver revisão, de um auxiliar de segundo escalão mandar um

aviso dessa gravidade para as empresas, sem nenhuma palavra com os responsáveis pelo Estado.

Mas, Senadora Heloísa Helena, se isso se confirma da maneira como estou pensando, queria aproveitar para dizer que tenho muito medo da próxima legislatura. Vamos sentir falta da sua indignação sincera, sempre presente, apesar de não concordarmos com a maioria dos conteúdos do pensamento de V. Ex<sup>a</sup> sobre o País. Sua indignação sincera, sua franqueza, sua coerência entre o que pensa e o que diz vão fazer uma falta gigantesca nesta Casa, tenho certeza disso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador, já lhe passo a palavra.

Senadora Heloísa Helena, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup>, porque há pelo menos uma pessoa a quem quero dirigir a palavra, usando dois adjetivos que V. Ex<sup>a</sup> reservava muito, quando sua indignação estava na plenitude: “canalha e cretino”. Já há uma pessoa reservada para isso.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, quanto ao esforço que V. Ex<sup>a</sup> solicitou que eu fizesse junto à direção da Petrobras, o Presidente José Sérgio Gabrielli se encontra em viagem de avião, por isso não pude contatá-lo de pronto, mas o Diretor da área de produção, Ildo Sauer, informou-me neste instante que, ainda ontem, houve, na Petrobras, uma reunião de planejamento sobre essa decisão. Tendo em vista que o aumento significativo de custos na produção de gás e de aço faria com que a Petrobras, se realizasse a operação nos termos em que em princípio estava prevista, tivesse um resultado muito negativo, sua direção resolveu comunicar às empresas que participam desse possível empreendimento que se faz necessário novo entendimento, para que a operação se torne viável econômica e financeiramente do ponto de vista da Petrobras. Essa decisão está, portanto, em fase de andamento. Perguntei especificamente ao Diretor Ildo Sauer se já houve uma negativa de forma definitiva. Ele disse que posso transmitir a V. Ex<sup>a</sup>, oficialmente, que não; que há tratativas de entendimento para o empreendimento, para a construção da siderúrgica, cujos dados V. Ex<sup>a</sup> sabe bem melhor do que eu. O Diretor Ildo Sauer ficou de me encaminhar – e certamente a V. Ex<sup>a</sup> – informação mais precisa sobre tudo que aconteceu. Ele informou que, de fato, aconteceu em 1996 um protocolo de cooperação entre a Petrobras e o Estado do Ceará, cujos detalhes V. Ex<sup>a</sup> conhece bem melhor do que eu; que houve, ao longo desses anos, quatro aditivos, o último, realizado em 2004; que, a pedido do Governador Tasso Jereissati, houve uma mudança no que diz respeito ao fornecimento de gás, conforme solicitação da termoelétrica

que tinha como responsável o Sr. Eike Batista – V. Ex<sup>a</sup> deve saber melhor do que eu –; que houve uma modificação em relação ao que havia sido explicitado no aditivo de 2004; e muitos outros detalhes. Esse breve histórico estará sintetizado numa nota que ele encaminhará. Quero, inclusive, transmitir à Senadora Patrícia Saboya Gomes que, pela direção da Petrobras, não há ainda uma decisão definitiva; que se está em processo de entendimento, e que, portanto, poderá acontecer aquilo que, conforme V. Ex<sup>a</sup> e a Senadora expressam, é muito importante para o Estado do Ceará. Então, pelo menos parte do compromisso que assumi com V. Ex<sup>a</sup> está sendo transmitido agora. Salvo engano, o Presidente da Petrobras está em viagem, a trabalho, para o exterior; S. S<sup>a</sup> está voando para a Arábia Saudita, mas amanhã teremos informação mais completa.

Pedi ao Diretor Ildo Sauer que faça chegar a V. Ex<sup>a</sup>, à Senadora Patrícia Saboya Gomes, a mim, enfim, ao Senado Federal a informação que está preparando.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pela sua intervenção. Apenas queria comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que, representando os investidores coreanos, um diretor coreano veio da Coreia, apavorado com essa situação. Ele está sentado ali fora, no salão do cafezinho do Senado Federal, e pede orientação sobre o que fazer. Tendo solicitado essa reunião com a Petrobras, para obter esclarecimentos sobre a carta recebida do alto escalão da empresa, foi informado de que realmente ela não poderia mais fornecer aqueles preços. Ele solicitou imediatamente aos diretores que participaram da reunião a proposta da Petrobras. Se a empresa não poderia fornecer aqueles preços, qual seria, então, sua proposta? Os diretores da Petrobras disseram que não tinham proposta.

Dessa maneira, ele ficou terrivelmente apreensivo, com toda a razão, porque já tinha recebido uma carta do segundo escalão, desfazendo, quebrando – estou falando de quebrar um contrato, Senador Suplicy; não estou falando de negar nada – o contrato assumido com todos nós. Ele veio saber o que aconteceu e já prepara as malas para ir embora do Brasil. E o Senador diz: “Não, não podemos! Ele pergunta se há uma contraproposta, e respondem: “Não, nós não temos uma contraproposta”.

Evidentemente, tratando-se de um investimento de US\$800 milhões numa obra cuja construção já começou, a notícia de quebra de contrato significa um prejuízo gigantesco. E, se ele não tiver uma negociação efetiva e imediata sobre os preços ou uma contraproposta, não poderá mantê-los; terá de suspender, porque ninguém vai fazer um investimento de US\$800 milhões, sem saber qual é o preço do seu insumo fundamental – V. Ex<sup>a</sup>, que foi meu professor de economia, sabe que ninguém faz isso. Então, ele simplesmente recebeu, com o mesmo desprezo, com a mesma falta de consideração, a seguinte resposta de uma empresa que não se

vê como uma empresa pública, que não enxerga seu papel: “Não há contraproposta; aguarde”.

Ora, Senador Suplicy, esses dois fatos ocorreram simultaneamente, sem que houvesse nenhum tipo de interlocução, em seguida à visita da Senadora Patrícia Saboya Gomes à Ministra, para pedir explicação. E a explicação foi no mesmo tom. Evidentemente, essa não é uma atitude correta, profissional, por parte da Petrobras. E ele está aqui, para dizer – se V. Ex<sup>a</sup> quiser, poderá ouvi-lo – que vai embora do Ceará, do Brasil, se não houver uma contraproposta imediata.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É possível que haja, então, Senador Tasso Jereissati, pelo menos essa é a palavra do Diretor Ildo Sauer.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Então, espero que essa contraproposta já venha amanhã ou que ele chame amanhã os diretores que já estão aqui para negociar. “Nós temos essa contraproposta, nossa situação é essa.”

Apenas quero avisar a V. Ex<sup>a</sup>...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas é um assunto fundamental para o meu Estado e gostaria de abordá-lo com a importância que merece.

Esse fornecimento de gás, como disse o próprio diretor, depois de delongas e outros problemas no meio do caminho, já foi comprado pelo Estado. Não é um fornecimento de gás que partiu, simplesmente, da boa-vontade da Petrobras.

Em 1996, o Estado do Ceará, já preparando a infra-estrutura, juntamente com o Porto de Pecém, para receber uma indústria desse porte, deu incentivos fiscais da Petrobras em adiantamento.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya Gomes** (Bloco/PSB – CE) *(Intervenção fora do microfone.)* – R\$136 milhões.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Foram R\$136 milhões a preço histórico, e não a preço presente, Senador Eduardo Suplicy, para que esse incentivo fiscal se tornasse fornecimento de gás para uma indústria de base a ser instalada no complexo que estamos fazendo. Portanto, não existe favor algum, e a negociação do subsídio é com o Estado, porque o subsídio pertence ao Ceará; pertence a um planejamento, assim como a Petrobras pertence ao Governo brasileiro. Não pode o Governo brasileiro dizer que não tem nada com isso. A Petrobras é uma empresa.

Preocupa-me até a incoerência desta visão, tida como do PT, de que uma empresa tem uma função social principalmente se é estatal; que deve ser olhada e dirigida como uma empresa de mercado, devendo otimizar os lucros, que acabam de ser mencionados aqui.

Senador Eduardo Suplicy, é essa a questão. Gostaria de deixar isso registrado com muita clareza. Se

não houver – novamente continuo – uma negociação dentro desses limites, dentro desses parâmetros, considero-me no direito de apropriar-me dos célebres adjetivos indignados da Senadora Heloísa Helena.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Tasso, há um fato grave nisso tudo. É que o estudo dessa natureza, Senador Suplicy, é de longo curso. Por que a Petrobras guardou isso para só liberar a informação depois da eleição e permitiu que o Presidente da República usasse essa obra como realização de Governo, uma obra virtual?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Propaganda oficial.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Propaganda oficial. Temos o direito de pedir de volta os recursos da Nação que foram aplicados de maneira criminosa e indevida numa propaganda de algo que não existe. É irresponsável isso. Por que o Governo levou o apagão aéreo com barriga, enganando os controladores e só permitiu que a crise estourasse depois da eleição? Por que o aumento do gás só aconteceu depois da eleição? Por que o anúncio da privatização do Banco do Estado do Piauí só está acontecendo agora? Paciência, Senador Suplicy. Ainda bem que V. Ex<sup>a</sup> é diferente. Aí, eu diria como o velho poeta: “Ah, se todos fossem iguais a você”. Muito obrigado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Suplicy, reforço o que foi dito em relação ao que V. Ex<sup>a</sup> falou: o Sr. Ildo Sauer deveria ter ligado durante a propaganda eleitoral para o Presidente Lula e dizer-lhe para não usar isso de maneira tão desabrida, porque não era verdade; que tinha dúvidas ainda sobre o assunto. Seria mais honesto eleitoralmente da parte dele e da parte do Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Concluindo, Senador Tasso Jereissati, solicitei ao Diretor Ildo Sauer que preste alguns esclarecimentos à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que agora já está mais bem informada. Ele encaminhará a nós três as informações mais detalhadas até amanhã. Com respeito ao que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, ele disse que não houve propriamente um contrato assinado entre as partes...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Aí, permita-me: V. Ex<sup>a</sup> quer ver esse contrato agora? Por favor, Senadora Patrícia...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não precisa.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não. De mentiroso basta o mais famoso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Acredito na palavra de V. Ex<sup>a</sup>; não a estou colocando em dúvida.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não; é grave informar uma coisa falsa a um Senador da Re-



pública da sua reputação, da sua credibilidade, perante nós. Ele não pode fazer isso.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Teremos o esclarecimento completo sobre o contrato assinado. Ele ficou de nos encaminhar até amanhã a informação completa, inclusive sobre a continuidade das tratativas, porque o que ele me informou, com muita clareza, é que ainda não há a negativa definitiva da Petrobras sobre esse contrato.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Graças a Deus; senão, o que seria o nosso Presidente?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Se os empresários ainda se encontram em Brasília, obviamente me disponho a colaborar e a ouvi-los, para que possa haver, na medida do possível, um entendimento, atendendo também ao interesse da Petrobras. Obviamente, não tenho os elementos para tomar uma posição definitiva, porque seria totalmente inadequado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Entendo perfeitamente. Apenas peço a V. Ex<sup>a</sup> que ligue para o Sr. Ildo Sauer e diga: “não minta para mim, diretor”. Seria uma gentileza que faria, até com respeito ao trabalho e à credibilidade gigantesca que V. Ex<sup>a</sup> sabe que tem diante de todos nós nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de convidar o Senador Tasso Jereissati e o Senador Eduardo Suplicy para que subscrevam a convocação do Sr. Ildo Sauer ou do seu Ministro hierarquicamente superior para prestar esclarecimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre esses episódios, em que, de maneira mentirosa, deu informações erradas a um Senador da República, no exercício da sua função.

Quero contar com as assinaturas de V. Ex<sup>as</sup> para a convocação que encaminharei amanhã. Quero também propor que impetremos uma ação popular para que o Governo devolva os recursos utilizados de maneira criminosa, anunciando obras que não existiam. É apenas um factóide para propaganda eleitoral.

Faço isso com muito prazer, registrando com alegria a presença nesta Casa do jornalista carioca Rodrigo Maia, que nos brilha com a sua presença.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Faremos o requerimento em termos adequados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, por gentileza.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 490/06/PS-GSE

Brasília, 10 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta  
Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 314, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 7-11-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

Of. Nº 1.779/06/SGM/P

Brasília, 10 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta  
Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 315, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-11-06, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.”, conforme o disposto no art. 62 da



Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminhado, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com referência às Medidas Provisórias nºs 314 e 315, de 2006, que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-

se esgotado, e o de vigência foi prorrogado por Atos da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, esgotando-se nos próximos dias 28 de novembro e 1º de dezembro, respectivamente.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as matérias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultimem suas votações.

São as seguintes às medidas provisórias.

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:**

**I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);**

**II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 98.797.766,00 (noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e**

**III - ingresso de operação de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA no valor de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	R	R	M	L	F	VALOR
			R	N	P	O		T	
			F	D	F	D		E	
<b>0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL</b>									<b>120.064.861</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
26 782	0220 2325	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS							30.000.000
36 782	0220 2325 0101	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
		POSTO MANTIDO (UNIDADE) 33	F	3	2	90	0	311	18.000.000
			F	4	2	90	0	311	12.000.000
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS							9.741.600
26 782	0220 2834 0221	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							9.741.600
		TRECHO RESTAURADO (KM) 23	F	4	2	90	0	111	9.741.600
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS							30.000.000
26 782	0220 2841 0127	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 1500	F	4	2	90	0	311	30.000.000
<b>PROJETOS</b>									
26 782	0220 3E44	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							29.123.261
26 782	0220 3E44 0103	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							29.123.261
		TRECHO RECUPERADO (KM) 87	F	4	3	90	0	111	15.123.261
			F	4	3	90	0	311	13.000.000
<b>ATIVIDADES</b>									
26 782	0220 4399	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS							31.000.000
26 782	0220 4399 0109	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 72	F	4	2	90	0	311	13.000.000
26 782	0220 4399 0113	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 111	F	4	2	90	0	311	20.000.000
<b>0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>									<b>68.876.303</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 782	0236 1359	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - GUARANTA DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO							19.726.303
26 782	0236 1359 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - GUARANTA DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							19.726.303
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 15	F	4	2	90	0	111	19.635.515
			F	4	2	90	0	311	90.788
26 782	0236 1387	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTR. BR-230 (RUIPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARA							20.000.000
26 782	0236 1387 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTR. BR-230 (RUIPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 35	F	4	2	90	0	111	20.000.000
26 782	0236 1388	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA							18.350.000
26 782	0236 1388 0101	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							18.350.000
		PONTE CONSTRUIDA (UNIDADE) 12	F	4	2	90	0	111	8.332.741
			F	4	2	90	0	311	10.017.259
26 782	0236 1389	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - NORTEPARA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA							2.100.000
26 782	0236 1389 0101	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - NORTEPARA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.100.000
		PONTE CONSTRUIDA (UNIDADE) 2	F	4	2	90	0	311	2.100.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>191.041.164</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>191.041.164</b>

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
 UNIDADE : 49301 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS</b>									<b>500.000.000</b>
ATIVIDADES									
21 631	0135 4460	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							500.000.000
21 631	0135 4460 0101	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	164	450.000.000
			F	3	2	90	0	300	50.000.000
<b>1120 FAZ NO CAMPO</b>									<b>7.000.000</b>
ATIVIDADES									
21 631	1120 2109	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS							7.000.000
21 631	1120 2109 0101	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.000.000
		FAMILIA ACAMPADA ASSISTIDA (UNIDADE) 60605							7.000.000
TOTAL - FISCAL									507.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									507.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
 UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>1038 TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO</b>									<b>756.602</b>
PROJETOS									
20 607	1038 5934	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAGUARIBE-APODI COM 3.393 HA NO ESTADO DO CEARA							756.602
20 607	1038 5934 0101	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAGUARIBE-APODI COM 3.393 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	100	756.602
TOTAL - FISCAL									756.602
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									756.602

ORGÃO : 39900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39232 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNT

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0210 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL</b>									<b>37.064.061</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 782	0220 3E32	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-116 - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR-251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							15.123.261
26 782	0220 3E32 0031	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-116 - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR-251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	119	15.123.261
26 782	0220 3E32	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SP/MS - CORUMBA - NA BR-362 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							13.000.000
26 782	0220 3E32 0054	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SP/MS - CORUMBA - NA BR-362 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	4	3	90	0	312	13.000.000
<b>ATIVIDADES</b>									
26 782	0220 4399	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS							9.741.600
26 782	0220 4399 0053	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	90	0	111	9.741.600
<b>0216 CORREDOR OESTE-NORTE</b>									<b>60.176.303</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 782	0236 1490	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO PARA							40.430.000
26 782	0236 1490 0004	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO PARA - CONSTRUCAO DO TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM / ANEL VIARIO DE SANTAREM	F	4	2	90	0	111	28.332.741
			F	4	2	90	0	312	12.117.259
26 782	0236 7420	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO							19.726.303
26 782	0236 7420 0058	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - TRECHO DIVISA MS/MT - DIVISA MT/PA	P	4	2	90	0	112	19.635.515
			F	4	2	90	0	312	90.788
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>98.041.164</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>98.041.164</b>



ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTÍTULO/PRODUTO	D	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	O	O	U	T	
			P					B	
1038 TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO									756.602
PROJETOS									
10 607	1038 5984	TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MOXOTO COM 7.201 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO							756.602
20 607	1038 5984 0026	TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MOXOTO COM 7.202 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							756.002
									756.602
TOTAL - FISCAL									756.602
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									756.602

## MEDIDA PROVISÓRIA *ORIGINAL* Nº 314, DE 2006

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 98.797.766,00 (noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória; e

III - ingresso de operação de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA no valor de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

*Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*  
MP-EM 139 MP CRÉDITO MT MDA MI(LA)

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39251 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			F	D	D	L	E	
<b>0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL</b>								<b>130.864.861</b>
<b>ATIVIDADES</b>								
26 782	0220 2325	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS						30.000.000
26 782	0220 2325 0101	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.000.000
		POSTO MANTIDO (UNIDADE) 33	F	3	2	90	0	18.000.000
			F	4	2	90	0	12.000.000
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS						9.741.600
26 782	0220 2834 0221	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						9.741.600
		TRECHO RESTAURADO (KM) 23	F	4	2	90	0	9.741.600
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS						30.000.000
26 782	0220 2841 0127	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 1500	F	4	2	90	0	30.000.000
<b>PROJETOS</b>								
26 782	0220 3E44	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MGGO - NA BR-345 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						28.123.261
26 782	0220 3E44 0103	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MGGO - NA BR-345 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						28.123.261
		TRECHO RECUPERADO (KM) 87	F	4	3	90	0	15.123.261
			F	4	3	90	0	13.000.000
<b>ATIVIDADES</b>								
26 782	0220 4399	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS						33.000.000
26 782	0220 4399 0109	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						13.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 72	F	4	2	90	0	13.000.000
26 782	0220 4399 0113	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 111	F	4	2	90	0	20.000.000
<b>0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>								<b>60.176.303</b>
<b>PROJETOS</b>								
26 782	0236 1J59	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - GUARANTA DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO						19.726.303
26 782	0236 1J59 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - GUARANTA DO NORTE - DIVISA MT/PA - NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.726.303
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 35	F	4	2	90	0	19.635.515
			F	4	2	90	0	90.788
26 782	0236 1J87	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTR. BR-230 (RUROPOLIS) - TAJARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARA						20.000.000
26 782	0236 1J87 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTR. BR-230 (RUROPOLIS) - TAJARI - NA BR-163 NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.000.000
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 35	F	4	2	90	0	20.000.000

26 782	0236 1188	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA								18.358.000
26 782	0236 1.988 0101	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								18.358.000
		PONTE CONSTRUIDA (UNIDADE) 12	F	4	2	90	0	111		3.332.741
			F	4	2	90	0	311		10.017.259
26 782	0236 1.779	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - MERJITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA								2.108.800
25 782	0236 1.789 0101	CONSTRUCAO DE PONTES - TRECHO ENTR. BR-163/PA - MERJITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								2.100.000
		PONTE CONSTRUIDA (UNIDADE) 2	F	4	2	90	0	311		2.100.000
TOTAL - FISCAL										191.041.164
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										191.041.164

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	P	P	O	U	T		
			F	D	D	D	E	E		
0115 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS										588.000.000
ATIVIDADES										
11 631	0115 4468	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							588.000.000	
21 631	0115 4460 0101	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							588.000.000	
			F	5	2	90	0	158	450.000.000	
			F	5	2	90	0	300	50.000.000	
1120 PAZ NO CAMPO										7.000.800
ATIVIDADES										
21 631	1120 2109	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS							7.000.800	
21 631	1120 2109 0101	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.000.800	
		FAMILIA ACAMPADA ASSISTIDA (UNIDADE) 60605	F	1	2	90	0	300	7.000.000	
TOTAL - FISCAL										507.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										507.000.000



ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	R N F	M O D	I U T	F T E	VALOR
1038		TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO						756.602
PROJETOS								
20 607	1038 5934	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAGUARIBE-APODI COM 3.993 HA NO ESTADO DO CEARA						756.602
20 607	1038 5934 0101	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAGUARIBE-APODI COM 3.993 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	100
TOTAL - FISCAL								756.602
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								756.602

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39251 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	R N F	M O D	I U T	F T E	VALOR
0220		MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL						37.864.861
PROJETOS								
24 782	0220 3E33	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-116 - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR-251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						18.123.261
26 782	0220 3E32 0031	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-116 - ENTRONCAMENTO BR-365 - NA BR 251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	110
24 782	0220 3E35	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SPMS - CORUMBA - NA BR-262 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL						13.000.000
26 782	0220 3E35 0034	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SPMS - CORUMBA - NA BR-262 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	4	3	90	0	110
ATIVIDADES								
24 782	0220 4399	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS						9.741.600
26 782	0220 4399 0053	SERVICO DE MANUTENCAO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	3	90	0	110

0236 CORREDOR OESTE-NORTE								68.176.303
		PROJETOS						
26 782	0236 1490	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO PARA					40.458.000	
26 782	0236 1490 0004	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO PARA - CONSTRUCAO DO TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM / ANEL VIARIO DE SANTAREM	F	4	2	90	0 111	28.352.741
			F	4	2	90	0 311	12.117.259
26 782	0236 7428	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO					19.726.303	
26 782	0236 7420 0056	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-163 NO ESTADO DO MATO GROSSO - TRECHO DIVISA MS/MT - DIVISA MT/PA	F	4	2	90	0 111	19.726.303
			F	4	2	90	0 311	19.635.515
TOTAL - FISCAL							98.041.164	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							98.041.164	

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
 UNIDADE : 53284 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D	D	D	E	E	
1038 TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO									756.602
		PROJETOS							
20 607	1038 3904	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MOXOTO COM 7.202 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO							756.602
20 607	1038 3904 0026	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MOXOTO COM 7.202 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	4	3	90	0 100		756.602
TOTAL - FISCAL									756.602
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									756.602

Mensagem nº 651, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006, que “Abre Crédito Extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 31 de julho de 2006.

EM nº 00139/2006-MP

Brasília, 28 de julho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, conforme detalhamento a seguir:

Órgão/Unidade Orçamentária	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério dos Transportes	191.041.164	98.041.164
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	191.041.164	98.041.164
Ministério do Desenvolvimento Agrário	507.000.000	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	507.000.000	
Ministério da Integração Nacional	756.602	756.602
Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS	756.602	756.602
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		150.000.000
Ingresso de Operação de Crédito decorrente do Lançamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA		450.000.000
Total	698.797.766	698.797.766

2. O crédito em favor do Ministério dos Transportes permitirá ao DNIT a realização de obras e serviços em corredores estratégicos de transportes do Brasil, que contemplam a operação do sistema de pesagem de veículos em âmbito nacional; a restauração de trechos rodoviários no Distrito Federal; a conservação de trechos rodoviários nas BR's 163 e 230, no Estado do Pará; a recuperação de trechos rodoviários na BR-365, no Estado de Minas Gerais; o serviço de manutenção terceirizada de rodovias, nos Estados do Maranhão e de Pernambuco; a construção de trechos rodoviários na BR-163 no Estado de Mato Grosso; e a construção de trechos rodoviários e de pontes nas BR's 163 e 230, no Estado do Pará.

3. A suplementação de recursos para a operação do sistema de pesagem de veículos possibilitará ao DNIT, em conjunto com o Centro de Excelência em Engenharia de Transportes - CENTRAN, o atendimento a despesas de custeio com a implementação do Plano Diretor Nacional Estratégico de



Pesagem - 2º Plano de Trabalho, além de outras necessárias à operação dos Postos de Pesagem. Além disso, possibilitará a realização de investimentos relativos à atualização tecnológica de 20 Balanças e a reforma de postos de pesagem do DNIT, que será executada pelo Exército Brasileiro por meio dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército até o término deste exercício. Ressalte-se que a adoção dessas medidas é vital para a manutenção das condições de trafegabilidade das rodovias federais e a conseqüente redução dos índices de acidentes.

4. A realização de serviços e obras de restauração no Distrito Federal, de recuperação, na BR-365/MG, e de manutenção terceirizada, nos Estados do Maranhão e de Pernambuco, são revestidos de caráter de extrema relevância e urgência e visam propiciar melhores condições de trafegabilidade e maior segurança aos usuários; evitar a ocorrência de danos às economias locais em decorrência da elevação do custo dos transportes de carga e de passageiros; e minimizar possíveis prejuízos ao erário decorrentes dos altos custos de desmobilização de canteiros.

5. No que tange à BR-163, nos Estados de Mato Grosso e do Pará, verifica-se que essa rodovia é um importante projeto que envolve o eixo de desenvolvimento e de integração entre as regiões Centro-Sul e Norte do País e sua conclusão produzirá grande impacto sócio-econômico na área de influência, alavancando o desenvolvimento sustentável em todas as dimensões. A rodovia requer a realização urgente de obras e serviços de conservação em toda a extensão, de forma a promover melhoramentos em trechos críticos e atoleiros, recomposição do leito natural da via, construção de 14 pontes em concreto armado e manutenção de outras 55 pontes de madeira localizadas no trecho, muitas em estado precário, fatores esses que colocam em risco a segurança dos usuários, além da retomada das obras de pavimentação no trecho compreendido entre Tauari (PA) e Rurópolis (PA) e no trecho entre Garantã do Norte (MT) e a divisa MT/PA.

6. A necessidade de propiciar condições de uso à rede rodoviária em decorrência do acelerado desenvolvimento sócio-econômico da Região Norte, no sentido de viabilizar pólos produtivos e provocar a integração de populações, demanda a destinação urgente de recursos à BR-230/PA, eixo de ligação rodoviária que cumpre papel imprescindível de integração nacional. A implementação do programa de intervenções nessa rodovia não pavimentada possibilitará o tráfego em trechos de pontes que atualmente se encontram intransitáveis, que representam riscos de morte a usuários e aumento dos custos de transporte.

7. Em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito visa a promover a obtenção de imóveis rurais para reforma agrária, a fim de garantir a paz no campo e cumprir a meta de assentar 400 mil famílias no período de 2003 a 2006, meta estabelecida no II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, bem como assegurar a continuidade dos trabalhos de assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas.

8. A suplementação em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário garantirá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a continuidade na implantação de assentamentos rurais.

9. A dotação orçamentária constante da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, Lei Orçamentária de 2006, cujo valor é de R\$ 931,9 milhões, é insuficiente para atender a meta proposta no II PNRA. Os recursos adicionais possibilitarão adquirir terra para atender cerca de mais 25,9 mil famílias, permitindo atingir o patamar das metas de obtenção de terras previstas no referido Plano.

10. Além disso, a suplementação viabilizará, também, a distribuição de cestas básicas, lonas plásticas, água potável e outros bens de consumo para cerca de 41,6 mil famílias acampadas, até que se

promova o seu assentamento definitivo, bem como atenderá despesas relativas ao fornecimento de documentação civil e pessoal a cerca de 19,0 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais.

11. É importante destacar que a relevância e urgência da matéria se justificam pela necessidade de atuação imediata e incisiva do Governo Federal nas questões voltadas à necessidade de agilizar os processos de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária e de assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas, com a pronta atuação do Estado no provimento dos meios essenciais à manutenção da paz no campo.

12. No que concerne ao Ministério da Integração Nacional, possibilitará a continuidade do funcionamento da principal estação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi no Estado do Ceará, mediante a substituição de motobombas, tendo em vista que se encontra em risco de eminente colapso, fato que acarretará perda das culturas permanentes atendidas pelo referido Perímetro, com sérios prejuízos econômicos e sociais aos pequenos produtores e ao desenvolvimento local, o que justifica a relevância e urgência do crédito.

13. É oportuno informar que parte das programações constantes do crédito refere-se a iniciativas que possuem efeito multiplicador na economia, permitindo taxas de retorno amplamente positivas para o País, sendo assim consideradas como adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI. Essas ações visam racionalizar a alocação desses investimentos, bem como evitar que fiquem ociosos recursos constantes de programações que não têm condições técnicas de implementação neste exercício.

14. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, de anulação parcial de dotações orçamentárias e de ingresso de operações de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA.

15. Cabe ressaltar, no que tange aos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, que as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

16. Nessas condições, e tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, a proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF.n. 490/06/PS-GSE

Brasília, 10 de novembro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
NESTA

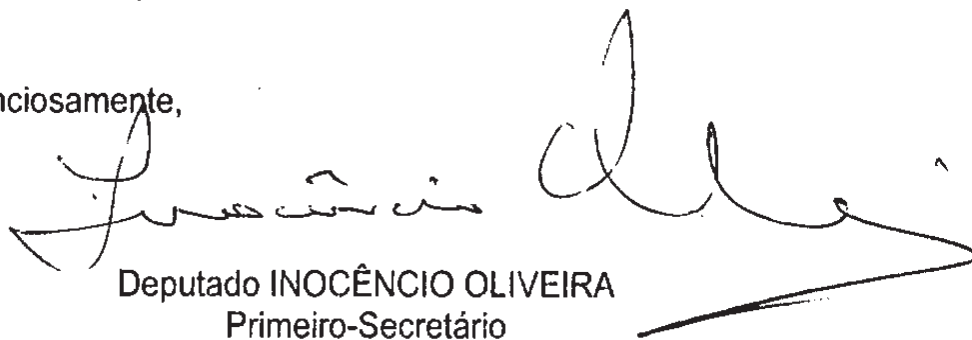
Assunto: **envio de MPv para apreciação**

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 314, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 07.11.06, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado INOCÊNCIA OLIVEIRA  
Primeiro-Secretário

# MPV Nº 314

Publicação no DO	1º-8-2006
Emendas	até 7-8-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	1º-8-2006 a 14-8-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	14-8-2006
Prazo na CD	de 15-8-2006 a 28-8-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	28-8-2006
Prazo no SF	29-8-2006 a 11-9-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	11-9-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	12-9-2006 a 14-9-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	15-9-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	29-9-2006 (60 dias)
Prazo final prorrogado	28-11-2006



## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

#### Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira

Brasília, 14 de agosto de 2006.

**Assunto:** Subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 314, de 01 de agosto de 2006, que *“Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.”*

**Interessado:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a quem compete examinar e emitir parecer sobre Medidas Provisórias que abram crédito extraordinário, conforme dispõe o § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 01, de 2002-CN, que estabelece, *verbis*:

*“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.*

No art. 62, § 9º, a Constituição estabelece que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. No caso de medida provisória que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, o exame e o parecer serão realizados pela Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, conforme previsto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que regula o processo legislativo de apreciação de medidas provisórias.

Determina, ainda, o art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator da matéria deverá elaborar nota técnica com subsídios acerca da adequação orçamentária e

financeira da medida provisória, a ser encaminhada aos relatores e demais membros da comissão mista.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem observados quando do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Para a apreciação da medida provisória em questão compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica.

## 2 SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA

A medida provisória, publicada no DOU em 01 de agosto de 2006, abre crédito extraordinário, em favor em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), com a seguinte destinação:

ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Ministério dos Transportes	191.041.164,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	507.000.000,00
Ministério da Integração Nacional	756.602
TOTAL	698.797.766,00

A Medida Provisória indica ainda os recursos destinados à abertura do crédito, a saber:

ORIGEM	VALOR
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005	150.000.000,00
Anulação parcial de dotações orçamentárias – Anexo II da Medida Provisória – Ministério dos Transportes	98.041,164,00
Anulação parcial de dotações	756.602,00

ORIGEM	VALOR
orçamentárias – Anexo II da Medida Provisória – Ministério da Integração Nacional	
Ingresso de operação de crédito decorrente de lançamento de Títulos da Dívida Agrária	450.000.000,00
TOTAL	698.797.766,00

A Exposição de Motivos – EM nº 139/2006/MP, de 28 de julho de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que o crédito extraordinário abrange ações “consideradas como adequadas aos parâmetros exigidos para a inclusão no âmbito do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI” e que tais ações “visam racionalizar a alocação desses investimentos, bem como evitar que fiquem ociosos recursos constantes de programações que não têm condições técnicas de implementação neste exercício”.

De acordo com a referida Exposição de Motivos, as dotações, para cada Ministério, têm as seguintes destinações e justificativas:

### **Ministério dos Transportes**

Os recursos do programa relativo a pesagem de veículos destinam-se ao atendimento a despesas de custeio com a implementação do Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, além de outras necessárias à operação dos Postos de Pesagem, bem como a investimentos relativos à atualização tecnológica de 20 Balanças e a reforma de postos de pesagem do DNIT (necessários à trafegabilidade e redução de acidentes nas rodovias federais).

Para os mesmos objetivos de trafegabilidade e redução de acidentes, somados à redução de custos com desmobilização de canteiros, propõem-se créditos para realização de serviços e obras de restauração no Distrito Federal, de recuperação, na BR-365/MG, e de manutenção terceirizada, nos Estados do Maranhão e de Pernambuco.

Para a BR-163, nos Estados de Mato Grosso e do Pará, são propostos créditos para a realização urgente de obras e serviços de conservação em toda a extensão (melhoramentos em trechos críticos e atoleiros, recomposição do leito natural da via, construção de 14 pontes em concreto e manutenção de outras 55 pontes de madeira) e retomada das obras de pavimentação em dois trechos. A BR-230/PA, rodovia não pavimentada, é contemplada com créditos destinados a intervenções em trechos de pontes atualmente intransitáveis, com riscos a usuários.

## **Ministério do Desenvolvimento Agrário**

Para este Órgão, o crédito tem por finalidade:

- a) a aquisição de terras destinadas a cerca de 25.000 famílias para o alcance das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (para o que a dotação da Lei Orçamentária de 2006 mostra-se insuficiente);
- b) a distribuição de cestas básicas, lonas plásticas, água potável e outros bens de consumo para cerca de 41,6 mil famílias acampadas, até que se promova o seu assentamento definitivo; e
- c) o fornecimento de documentação civil e pessoal a cerca de 19,0 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para este Órgão, o crédito tem por finalidade:

A relevância e urgência são justificadas expressamente “pela necessidade de atuação imediata e incisiva do Governo Federal nas questões voltadas à necessidade de agilizar os processos de obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária e de assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas, com a pronta atuação do Estado no provimento dos meios essenciais à manutenção da paz no campo”.

## **Ministério da Integração Nacional**

No tocante ao Ministério da Integração Nacional, os recursos têm por finalidade “a continuidade do funcionamento da principal estação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi no Estado do Ceará, mediante a substituição de motobombas, tendo em vista que se encontra em risco de eminente (*sic*) colapso, fato que acarretará perda das culturas permanentes atendidas pelo referido Perímetro”.

A EM afirma ainda que as programações canceladas o foram com base em projeções de suas expectativas de dispêndios no exercício.

A EM não informa as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006).

### **3 SUBSÍDIOS ACERCA DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

#### **3.1 – Verificações iniciais**

I) CRÉDITO CANCELADO INDISPONÍVEL E NÃO PROVENIENTE DE EMENDAS



## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

As dotações canceladas estão indisponibilizadas para uso no SIAFI, existindo saldo suficiente para cobri-las. Tais dotações não são provenientes de emendas do Congresso Nacional.

#### II) COMPATIBILIDADE COM METAS E PRIORIDADES DA LDO

Constam do Anexo de Metas e Prioridades da LDO/2006 as seguintes ações cujas dotações se propõe cancelar:

0220.4399	Serviço de manutenção terceirizada de rodovias
0236.1490	Construção de trechos rodoviários na BR-163 no Estado do Pará
0236.7420	Construção de trechos rodoviários na BR-163 no Estado de Mato Grosso

Por outro lado, não constam do referido Anexo as ações abaixo, para as quais se abre o crédito extraordinário

0220.3E44	Recuperação de trechos rodoviários – Montes Claros – Divisa MG/GO – na BR-365 no Estado de Minas Gerais
0236.1J87	Construção de trecho rodoviário – Entr. BR-230 (Rurópolis) – Tauari – na BR-163 no Estado do Pará
0236.1J88	Construção de pontes – Trecho Divisa MT/PA – Santarém – na BR-163 no Estado do Pará
0236.1J59	Construção de trecho rodoviário – Garantã do Norte – Divisa MT/PA – na BR-163 no Estado do Mato Grosso
0236.1J89	Construção de Pontes – Trecho entre BR-163/PA – Mirituba – na BR-230 no Estado do Pará

#### III) COMPATIBILIDADE DAS FONTES

As fontes dos recursos utilizados são compatíveis com o destino preconizado pelo respectivo crédito.

#### IV) ANEXO DE OBRAS IRREGULARES

As ações beneficiadas não constam do Anexo VI da Lei 11.306/2006 - LOA/2006 (Obras e serviços com indícios de irregularidades graves, art. 9º § 2º da LDO/2005)

#### V) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CRÉDITOS PROPOSTOS E CANCELADOS

## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

#### CRÉDITOS DO ORÇAMENTO DE 2006 – DOTAÇÕES ABERTAS

Ação	Créditos Extraordinários	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
21.631.0135.4460.0101	500,000,000.00	500,000,000.00	0.00	0.00	0.00
21.631.1120.2109.0101	7,000,000.00	7,000,000.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0220.2325.0101	30,000,000.00	30,000,000.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0220.2834.0221	9,741,600.00	9,741,600.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0220.2841.0127	38,291,200.00	38,291,200.00	7,791,200.00	3,665,436.38	2,590,941.21
26.782.0220.3E44.0103	28,123,261.00	28,123,261.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0220.4399.0109	13,000,000.00	13,000,000.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0220.4399.0113	20,000,000.00	20,000,000.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0236.1J59.0101	19,726,303.00	19,726,303.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0236.1J87.0101	20,000,000.00	20,000,000.00	0.00	0.00	0.00
26.782.0236.1J88.0101	18,350,000.00	18,350,000.00	0.00	0.00	0.00

Fonte: SIGA Brasil

#### CRÉDITOS DO ORÇAMENTO DE 2006 – DOTAÇÕES CANCELADAS

Ação	Autorizado	Empenhado	Dotação Cancelada/ Remanejada	Crédito Indisponível	Liquidado	Pago
20.607.1038.5984.0026	7,432,794.00	24,657.50	-756,602.00	7,248,794.00	13,585.10	10,618.60
26.782.0220.3E32.0031	5,007,389.00	130,620.00	-15,123,261.00	4,876,769.00	0.00	0.00
26.782.0220.3E35.0054	44,478,775.00	3,439,654.89	-13,000,000.00	35,320,225.00	0.00	0.00
26.782.0220.4399.0053	0.00	0.00	-9,741,600.00	-9,741,600.00	0.00	0.00
26.782.0236.1490.0004	2,050,000.00	2,050,000.00	-40,450,000.00	-42,500,000.00	0.00	0.00
26.782.0236.7420.0056	2,400,000.00	2,400,000.00	-19,726,303.00	-19,726,303.00	0.00	0.00

Fonte: SIGA Brasil

#### RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2006 – DOTAÇÕES CANCELADAS

Ação	RP Pago
20.607.1038.5984.0026	6,173.37
26.782.0236.1490.0004	587,106.22

Fonte: SIGA Brasil

Não há registro de pagamentos de restos a pagar para as ações com dotações abertas pela presente MP.

VI) APLICAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR COMO FONTE

Em relação à utilização do superávit financeiro do exercício anterior como fonte de recursos, a Exposição de Motivos não contém os demonstrativos mencionados pelo art. 63 § 11 da Lei 11.178/2005 (LDO/2006) para os projetos de lei de créditos adicionais, ou seja, a discriminação do superávit do exercício de 2005 por fonte de recursos, os créditos reabertos no exercício de 2006 e valores do superávit financeiro já utilizado para abertura de créditos adicionais (discriminadamente por fonte). A este respeito, os dados públicos disponíveis permitem estimar tão somente o saldo global que restaria para a abertura de créditos à conta do superávit financeiro, sem que se possa afirmar da compatibilidade das fontes específicas utilizada (porque os demonstrativos contábeis não são abertos por fonte) e sem que se possa levar em consideração os créditos constantes de projetos de lei e medidas provisórias em apreciação no Congresso Nacional (porque tais valores não constam dos registros contábeis). A estimativa do saldo disponível para abertura de crédito consta da tabela abaixo:

**ESTIMATIVA DO SALDO DISPONÍVEL PARA ABERTURA  
DE CRÉDITOS À CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial/2005 - BGU	305.442.072.418,88	
- (Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial/2005 - BGU)	62.869.526.681,87	
= Superávit Financeiro do Balanço Patrimonial/2005 - BGU	242.572.545.737,01	100,0%
- (Créditos Especiais Reabertos em 2006)	123.285.255,00	0,05%
- (Créditos Extraordinários Reabertos em 2006)	262.216.328,00	0,11%
- (Créditos abertos em 2006 à conta do superávit financeiro)	51.304.332.669,00	21,15%
<b>= Saldo para abertura de créditos à conta do superávit financeiro</b>	<b>190.882.711.485,01</b>	<b>78,69%</b>

Fonte: SIAFI

Pela magnitude do saldo global restante, é razoável estimar-se que o superávit financeiro comporta a abertura de créditos extraordinários (vez que os projetos de créditos adicionais em tramitação não devem alcançar montante tão elevado quanto o saldo não-utilizado). No entanto, nada se pode afirmar em relação a qualquer fonte específica. Discriminando os créditos envolvidos por fonte, temos o seguinte resultado:

ABERTA	FONTE	VALOR	CANCELADA	FONTE	VALOR
20.607.1038.5934.0101	100	756.602	20.607.1038.5984.0026	100	756.602
26.782.0220.2834.0221	111	9.741.600	26.782.0220.3E32.0031	111	15.123.261
26.782.0220.3E44.0103	111	15.123.261	26.782.0220.4399.0053	111	9.741.600
26.782.0236.1J59.0101	111	19.635.515	26.782.0236.1490.0004	111	28.332.741
26.782.0236.1J87.0101	111	20.000.000	26.782.0236.7420.0056	111	19.635.515
26.782.0236.1J88.0101	111	8.332.741	26.782.0220.3E35.0054	311	13.000.000
21.631.0135.4460.0101	164	450.000.000	26.782.0236.1490.0004	311	12.117.259
21.631.0135.4460.0101	300	50.000.000	26.782.0236.7420.0056	311	90.788
21.631.1120.2109.0101	300	7.000.000			
26.782.0220.2325.0101	311	30.000.000			

## Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

26.782.0220.2841.0127	311	30.000.000
26.782.0220.3E44.0103	311	13.000.000
26.782.0220.4399.0109	311	13.000.000
26.782.0220.4399.0113	311	20.000.000
26.782.0236.1J59.0101	311	90.788
26.782.0236.1J88.0101	311	10.017.259
26.782.0236.1J89.0101	311	2.100.000

FONTE	ABERTO	CANCELADO	EFEITO LÍQUIDO
100	756.602	756.602	0
300	57.000.000	0	57.000.000
164	450.000.000	0	450.000.000
111	72.833.117	72.833.117	0
311	118.208.047	25.208.047	93.000.000
		Total	600.000.000

A fonte 164 é, por definição expressa da MP, custeada pela própria emissão dos títulos. No entanto, dos R\$ 150.000.000,00, não há dados desagregados para se afirmar que o saldo do exercício anterior disponível para abertura de créditos adicionais comporte saldo especificamente na fonte 311 no montante igual ou superior a R\$ 93.000.000,00, como proposto na MP em exame.

### VII) EFEITO SOBRE O RESULTADO PRIMÁRIO

Quanto ao resultado primário, a Medida Provisória não contém o demonstrativo exigido pelo art. 63 § 13 da LDO/2006 para os projetos de lei de créditos adicionais. O efeito no resultado primário, já considerando a exclusão do resultado daqueles programas mencionados no art. 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é demonstrado abaixo. A Medida Provisória acresce ao resultado primário um total de R\$ 599.243.398 de despesas primárias discricionárias. Neste sentido, não se observa a iniciativa de evidenciar o cuidado elencado no mencionado artigo art. 63 § 13 da LDO/2006, que exige que o Poder Executivo demonstre nos projetos de lei que os créditos adicionais “não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais” da referida lei. Naturalmente, a exigência de tal demonstração implica necessariamente na vedação a que o crédito adicional solicitado mediante projeto de lei impacte o resultado primário (caso contrário, não haveria motivo para se exigir o demonstrativo).

Por tal descumprimento, a medida proposta não se conforma à meta fiscal prevista no art. 2º da LDO/2006.



ABERTA	RP	VALOR
21.631.0135.4460.0101	2	450.000.000
21.631.0135.4460.0101	2	50.000.000
21.631.1120.2109.0101	2	7.000.000
26.782.0220.2325.0101	2	30.000.000
26.782.0220.2834.0221	2	9.741.600
26.782.0220.2841.0127	2	30.000.000
26.782.0220.4399.0109	2	13.000.000
26.782.0220.4399.0113	2	20.000.000
26.782.0236.1J59.0101	2	19.635.515
26.782.0236.1J59.0101	2	90.788
26.782.0236.1J87.0101	2	20.000.000
26.782.0236.1J88.0101	2	8.332.741
26.782.0236.1J88.0101	2	10.017.259
26.782.0236.1J89.0101	2	2.100.000
20.607.1038.5934.0101	3	756.602
26.782.0220.3E44.0103	3	15.123.261
26.782.0220.3E44.0103	3	13.000.000

CANCELADA	RP	VALOR
20.607.1038.5984.0026	2	756.602
26.782.0220.4399.0053	2	9.741.600
26.782.0236.1490.0004	2	28.332.741
26.782.0236.1490.0004	2	12.117.259
26.782.0236.7420.0056	2	19.635.515
26.782.0236.7420.0056	2	90.788
26.782.0220.3E32.0031	3	15.123.261
26.782.0220.3E35.0054	3	13.000.000

RP	ABERTO	CANCELADO	EFEITO LÍQUIDO
2	669.917.903	70.674.505	599.243.398
3	28.879.863	28.123.261	756.602
			600.000.000

#### VIII) CRIAÇÃO DE NOVOS TÍTULOS PARA AÇÕES JÁ CONSTANTES NA LOA

Parte das dotações ampliadas com o crédito extraordinário consta da LOA/2006 sob o mesmo título, ocorrendo apenas a criação de um novo subtítulo dentro da mesma ação.

26.782.0220.2325.0001	<i>Operação do sistema de pesagem de veículos – nacional</i>
26.782.0220.2325.0101	Operação do sistema de pesagem de veículos - nacional (crédito extraordinário)
26.782.0220.2841.0015	<i>Conservação preventiva e rotineira de rodovias – no Estado do Pará</i>
26.782.0220.2841.0127	Conservação preventiva e rotineira de rodovias – no Estado do Pará (crédito extraordinário)
26.782.0220.3E44.0031	<i>Recuperação de trechos rodoviários – Montes Claros – Divisa MG/GO – na BR-365 no Estado de Minas Gerais</i>
26.782.0220.3E44.0103	Recuperação de trechos rodoviários – Montes Claros – Divisa MG/GO – na BR-365 no Estado de Minas Gerais (crédito extraordinário)
26.782.0220.4399.0021	<i>Serviço de manutenção terceirizada de rodovias – no estado do Maranhão</i>
26.782.0220.4399.0109	Serviço de manutenção terceirizada de rodovias – no estado do Maranhão (crédito extraordinário)
26.782.0220.4399.0026	<i>Serviço de manutenção terceirizada de rodovias – no estado de</i>

	<i>Pernambuco</i>
26.782.0220.4399.0113	Serviço de manutenção terceirizada de rodovias – no estado de Pernambuco (crédito extraordinário)
<i>21.631.0135.4460.0001</i>	<i>Obtenção de imóveis rurais para reforma agrária - nacional</i>
21.631.0135.4460.0101	Obtenção de imóveis rurais para reforma agrária - nacional (crédito extraordinário)
<i>21.631.1120.2109.0001</i>	<i>Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas - nacional</i>
21.631.1120.2109.0101	Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas - nacional (crédito extraordinário)
<i>20.607.1038.5934.0023</i>	<i>Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí com 5.393 ha no Estado do Ceará</i>
20.607.1038.5934.0101	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí com 5.393 ha - no Estado do Ceará (crédito extraordinário)

OBS: Subtítulos já constantes da LOA/2006 em itálico.

Para outras dotações, no entanto, são criados títulos não constantes da LOA/2006 e que representam obras que já se encontravam cobertas por outras ações (de título mais genérico) constantes da LOA, correlacionadas na forma da tabela abaixo:

AÇÕES CONSTANTES NA LOA		NOVAS AÇÕES DA MP	
26.782.0236.1490.0004	Construção de trechos rodoviários na BR-163 no Estado do Pará -	26.782.0236.1J87.0101	Construção de trecho rodoviário – Entr. BR-230 (Rurópolis) – Tauari – na BR-163 no Estado do Pará
	Construção do Trecho Divisa MT/PA - Santarém / Anel Viário de Santarém	26.782.0236.1J88.0101	Construção de pontes – Trecho Divisa MT/PA – Santarém – na BR-163 no Estado do Pará
26.782.0236.11UW.0015	Construção de trecho rodoviário - Itaituba – Altamira – Marabá – Divisa TO/PA – na BR-230 - no Estado do Pará - No Estado do Pará	26.782.0236.1J89.0101	Construção de Pontes – Trecho entre BR-163/PA – Mirituba – na BR-230 no Estado do Pará
26.782.0236.1516.0056	Construção de Trechos Rodoviários na BR-203 no Estado do Pará – Trecho Divisa TO/PA – Marabá – Altamira/Anel Viário de Altamira - Itaituba		
26.782.0236.7420.0056	Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso - Trecho Divisa MS/MT - Divisa MT/PA	26.782.0236.1J59.0101	Construção de trecho rodoviário – Guarantã do Norte – Divisa MT/PA – na BR-163 no Estado do Mato Grosso

Este segundo caso contraria frontalmente o art. 65 da LDO/2006, que veda a “criação de novos códigos e títulos para ações já existentes” especificamente quando da abertura de créditos extraordinários.

## IX) COMPATIBILIDADE COM O PPA (Lei 10.933/2004, redação alterada pela Lei 100.044/2004)

Não constam do Plano Plurianual as seguintes ações para as quais a presente MP abre crédito extraordinário:

26.782.0220.3E44.0103	Recuperação de trechos rodoviários – Montes Claros – Divisa MG/GO – na BR-365 no Estado de Minas Gerais (crédito extraordinário)
26.782.0236.1J59.0101	Construção de trecho rodoviário – Guarantã do Norte – Divisa MT/PA – na BR-163 no Estado do Mato Grosso
26.782.0236.1J87.0101	Construção de trecho rodoviário – Entr. BR-230 (Rurópolis) – Tauari – na BR-163 no Estado do Pará
26.782.0236.1J88.0101	Construção de pontes – Trecho Divisa MT/PA – Santarém – na BR-163 no Estado do Pará
26.782.0236.1J89.0101	Construção de Pontes – Trecho entre BR-163/PA – Mirituba – na BR-230 no Estado do Pará

Quanto a este ponto, porém, a Constituição condiciona o início de investimentos à sua inclusão no Plano Plurianual ou a lei específica que autorize a respectiva inclusão (art. 167 § 1º/CF88). O próprio Plano, porém, ao tempo em que veda, a partir do exercício de 2006, a inclusão de ações ao PPA diretamente por lei orçamentária ou de créditos adicionais (art. 5º, 'caput' e §§ 6º inc. II e 14), excepciona diretamente os créditos extraordinários (art. 3º § 6º).

Esta exceção é de duvidosa constitucionalidade, na medida em que a autorização constitucionalmente exigida para inclusão de obras no Plano Plurianual é por ele concedida (em sede de lei ordinária portanto) em caráter geral e inespecífico a qualquer crédito extraordinário que se pretenda abrir, negando eficácia prática à restrição constitucional). Não se pode no entanto presumir da inconstitucionalidade do texto legal - ao contrário, vige a presunção de legitimidade da lei como ato político-administrativo - não havendo então fundamento para apontar incompatibilidade com o PPA.

### 3.2 – Considerações sobre imprevisibilidade e urgência

Conforme mencionado na introdução desta nota técnica, o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e a implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Constituição, a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Preliminarmente, importa destacar que a Constituição Federal estabelece, no art. 167, § 3º, que **“a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”**. Tal é a hipótese para a abertura de crédito extraordinário que eclode das disposições constitucionais.

Não sendo a despesa caracterizada como “**imprevisível e urgente**”, nem correspondendo a situação àquelas hipóteses em que a lei orçamentária admite a abertura de crédito suplementar por decreto, deve o Poder Executivo promover a alteração orçamentária por meio de projeto de lei.

É imperioso reiterar, por óbvio que pareça, que despesa “imprevisível” não é sinônimo de despesa “não-prevista”. A despesa “imprevisível” é aquela em relação à qual não haveria meio de o administrador antecipar a sua ocorrência, tendo em vista derivar de acontecimento fortuito que escapa à sua alçada. Nesse sentido, a Constituição Federal, em seu art. 167, § 3º, exemplifica os fatos, considerados imprevisíveis, que justificam a abertura de crédito extraordinário como sendo os “decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”, todos representando álea extraordinária de características excepcionais para o Estado Nacional. A despesa “não-prevista”, por outro lado, é aquela que o administrador teria condições de antecipar e, portanto, de aportar recursos, mas não o fez em face das escolhas contidas no planejamento que adotou e submeteu à aprovação legislativa. Caso a Administração resolva incluir, ao longo do exercício financeiro, uma despesa inicialmente “não-prevista” (ou prevista em montantes insuficientes) em seu rol de gastos, será necessária a abertura de um crédito suplementar ou especial, jamais poderá a modalidade de crédito extraordinário, em face de não se tratar de despesa “imprevisível”.

De fato, as justificativas apresentadas concentram-se todas no mérito administrativo dos projetos, enfatizando-lhes a relevância (que não se discute). No entanto, nenhum fato objetivo expõem acerca da impossibilidade de previsão das referidas despesas, nem qualquer caso fortuito ou força maior que tenha alterado as condições de execução de qualquer das ações listadas ao longo do presente exercício. Ao contrário, todas as razões de justificativa contemplam a solução de contingências sem dúvida relevantes, mas inteiramente compatíveis com a realidade da gestão pública (inoperância de equipamentos de irrigação, restauração de trechos rodoviários, construção de pontes, necessidade de ações de reforma agrária), razões estas que confirmam exatamente a previsibilidade das despesas.

Os dados coligidos na seção 3.1 inc, VIII demonstram que todas as ações que recebem os créditos extraordinários desta MP já constavam na Lei Orçamentária Anual (quer literalmente, quer através de outros códigos de ação com o mesmo objeto), sendo, por definição, gastos já previstos. Não se configura, portanto, a imprevisibilidade que constitui requisito do crédito extraordinário previsto no art. 167, § 3º, da Constituição.

É clara, portanto, a impossibilidade de utilização de crédito extraordinário neste caso. O emprego deste tipo de medida legislativa não pode ser vulgarizado a fim de servir como sortilégio à suplantação de uma restrição prevista na própria Constituição. **A observância aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência, esculpidos no § 3º do art. 167 de nossa Magna Carta, constitui aspecto basilar no exame da adequação financeira orçamentária do crédito em exame.**



### 3.3 – Síntese das verificações

Em síntese às verificações efetuadas, temos que:

- a) a Medida Provisória não contempla em sua Exposição de Motivos o demonstrativo previsto no art. 63 § 11 da LDO/2006 para a aplicação do superávit financeiro como fonte; ainda que se possa estimar que o montante global da despesa prevista seja suportável pelo saldo acumulado do superávit, não se tem elementos para assegurar que essa compatibilidade ocorrerá em cada uma das fontes indicadas na MP;
- b) a Medida Provisória não se conforma à meta fiscal prevista no art. 2º da LDO/2006 e não oferece o demonstrativo de que não afeta o resultado primário previsto pelo art. 65 § 13 da lei de diretrizes orçamentárias.

Ainda que as duas ocorrências acima citadas sejam exigidas, na literalidade da LDO/2006, apenas para "projetos de lei de créditos adicionais", os princípios de responsabilidade na gestão fiscal, ação planejada e prevenção de riscos, insculpidos no art. 1º parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, recomendam a vigilância, por parte do Poder Legislativo, das demonstrações acima indicadas, caso não sejam voluntariamente proporcionadas pelo Executivo.

A Medida Provisória cria títulos não constantes da LOA/2006 (Lei 11.306/2006) com objetos já cobertos por outras ações de título mais genérico constantes na lei orçamentária, contrariando assim o art. 65 da LDO/2006 (Lei 11.178/2005). Por tal razão, a Medida Provisória é incompatível com a lei de diretrizes orçamentárias, na definição do art. 16 § 1º inc. II da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Por fim, as despesas para as quais a Medida Provisória abre crédito extraordinário **não se revestem da condição essencial da imprevisibilidade**, único fundamento para a abertura de crédito extraordinário, a teor do art. 167, § 3º da Constituição Federal.

## 4 CONCLUSÃO

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação da Medida Provisória nº 314, de 01 de agosto de 2006, quanto à adequação orçamentária e financeira.



Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt  
Consultor de Orçamentos do Senado Federal

*preferido no Plenário da Câmara dos Deputados em substituição*

**PARECER DO RELATOR ~~PELA~~ COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, DE 2006, E  
EMENDAS.**

**O SR. ADÃO PRETTO** (PT-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 314, de 2006, abre crédito extraordinário emergencial no valor de R\$ 698.797.766,00 para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e dos Transportes.

Para o Ministério dos Transportes, a verba é destinada à construção, reconstrução, restauração e manutenção de estradas e pontes em várias unidades da Federação — Distrito Federal, Pará, Minas Gerais, Pernambuco e Mato Grosso.

Para o Ministério da Integração Nacional, o recurso é destinado a um projeto de irrigação no Ceará.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o recurso é destinado a 5.983 famílias de assentados em todos os Estados.

Todas as 21 emendas que recebemos dos prezados colegas são procedentes.

O Ministro dos Transportes nos solicitou que aceitássemos a Medida Provisória tal como enviada pelo Governo, propondo-se a atender às emendas dos Srs. Parlamentares em outra oportunidade, pelo seu caráter emergencial.

Portanto, rejeitamos as emendas oferecidas pelos prezados colegas.

É o parecer.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

**PARECER nº**

Dispõe sobre a Medida Provisória n.º 314, de 2006, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado ADÃO PRETTO

**I - RELATÓRIO**

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 77/2006-CN (n.º 651/2006, na origem), a Medida Provisória (MP) n.º 314, de 31 de julho de 2006, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais).

A suplementação extraordinária é destinada aos seguintes Órgãos:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>FINALIDADE</b>
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	191.041.164	operação do sistema de pesagem de veículos em âmbito nacional, à restauração de trechos rodoviários no Distrito Federal; à conservação de trechos rodoviários nas BR's 163 e 230, no Pará; à recuperação de trechos rodoviários na BR-365, em Minas Gerais; ao serviço de manutenção terceirizada de rodovias, no Maranhão e Pernambuco; à construção de trechos rodoviários na BR-163, no Mato Grosso; e à construção de trechos rodoviários e de pontes nas BR's 163 e 230, no Pará.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	507.000.000	obtenção de imóveis rurais para reforma agrária
c) Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS	756.602	continuidade do funcionamento da estação principal do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi, no Ceará
<b>Total</b>	<b>698.797.766</b>	-

Foram apresentadas vinte e uma emendas à Medida Provisória em exame no prazo regimental:

Parlamentar	Emendas oferecidas
Deputado Anivaldo Vale	1
Deputado Wilson Santiago	2 a 6
Deputado Wellington Fagundes	7
Deputado Luciano Castro	8 e 9
Deputado Geraldo Resende	10 a 17
Deputado Betinho Rosado	18 e 19
Senador Flexa Ribeiro	20 e 21

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência –; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

### II.1. Dos Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

Do exame da Medida Provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

### II.2. Da Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à adequação financeira e orçamentária, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 – LDO/2006 (Lei n.º 11.178, de 20.9.2005).



### II.3. Do Mérito

O crédito extraordinário visa à liberação de recursos de modo emergencial para o DNIT, o DNOCS e para o Incra. Destinam-se a instalações e reparos emergenciais em rodovias federais, assim como a ações voltadas à irrigação no Estado do Ceará e à reforma agrária em todo o País.

Diante disso, quanto ao mérito da proposição em exame, não há objeções por parte deste Relator.

### II.4. Do Cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º)

A Exposição de Motivos n.º 139/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução n.º 1, de 2002-CN, que trata da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

### II.5. Das Emendas

A matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza, e sua edição remete a um fato consumado, de despesas de realização imediata ou que podem realizar-se até a ultimação de sua tramitação no Congresso Nacional.

Desse modo, para se evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória, apesar de dignas de mérito, somos pela rejeição das Emendas de n.ºs 00001 a 00021.

Diante do foi aqui relatado, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 314, de 2006, na forma editada pelo Poder Executivo..

Sala das Sessões, em



Deputado ADÃO PRETTO  
Relator

**Proposição:** [MPV-314/2006](#)

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 01/08/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.

**Explicação da Ementa:** Destina recursos ao Ministério dos Transportes para a reforma de postos de pesagem do DNIT e atualização tecnológica de 20 balanças; obra de restauração em rodovias no Distrito Federal, na BR-365 / MG, BR-163, nos Estados de Mato Grosso e Pará, BR-230 / PA, com construção e reconstrução de pontes, e manutenção de rodovia terciarizada nos Estados do Maranhão e de Pernambuco; ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para aquisição de terras para o Plano Nacional de Reforma Agrária e assistência aos trabalhadores rurais acampados; e ao Ministério da Integração Nacional para continuidade do funcionamento da estação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe - Apodi, no Estado do Ceará.

**Indexação:** Abertura de Crédito, Crédito extraordinário, Ministério dos Transportes, (DNIT), recuperação, conservação, construção, rodovia federal, (DF), Estado, (MA), (PE), (MT), (PA), compra, Balança, peso, transporte de carga, caminhão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, aquisição, terras, imóvel rural, reforma agrária, assistência social, trabalhador sem-terra, assentamento rural, Ministério da Integração Nacional, projeto, irrigação, Estado, (CE).

**Despacho:**

15/8/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 651/2006 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

**Legislação Citada**

**Emendas**

- MPV31406 (MPV31406)

[EMC 1/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 2/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 3/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 4/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 5/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 6/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)

[EMC 7/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#)

[EMC 8/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luciano Castro](#)

[EMC 9/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luciano Castro](#)

[EMC 10/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 11/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 12/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 13/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 14/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 15/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 16/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 17/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 18/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Betinho Rosado](#)

[EMC 19/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Betinho Rosado](#)

[EMC 20/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Ribeiro](#)

[EMC 21/2006 MPV31406 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Ribeiro](#)

**Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV31406 (MPV31406)

[PPP 1 MPV31406 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Adão Pretto](#)

**Última Ação:**

7/11/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 314-A/06).

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos

Andamento:	
1/8/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
1/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 02/08/2006 a 07/08/2006. Comissão Mista: 01/08/2006 a 14/08/2006. Câmara dos Deputados: 15/08/2006 a 28/08/2006. Senado Federal: 29/08/2006 a 11/09/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 12/09/2006 a 14/09/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 15/09/2006. Congresso Nacional: 01/08/2006 a 29/09/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 30/09/2006 a 28/11/2006.
15/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da MSC 651/2006, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 314, de 2006, que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica".
15/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
15/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 322, de 2006, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 314, de 2006. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 21 (vinte e uma) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
21/8/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/8/2006.
15/9/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Adão Pretto (PT-RS), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 21 emendas apresentadas.
3/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
9/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 18:00)
10/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
10/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirada de pauta de Ofício.
23/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 18:00)
24/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 11:30)
24/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão Ordinária - 14:00)

31/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 10:00)
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Adão Pretto (PT-RS), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 21.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de nºs 1 a 21, com parecer contrário.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 314, de 2006.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Adão Pretto (PT-RS).
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 314-A/06).



## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de setembro de 2006.



Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

## Medida Provisória nº 315, de 2006

Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os recursos em moeda estrangeira relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços para o exterior, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, poderão ser mantidos em instituição financeira no exterior, observados os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional disporá sobre a forma e as condições para a aplicação do disposto no caput deste artigo, vedado o tratamento diferenciado por setor ou atividade econômica.

§ 2º Os recursos mantidos no exterior na forma deste artigo somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de

obrigação próprios do exportador, vedada a realização de empréstimo ou mútuo de qualquer natureza.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e de venda de moeda estrangeira, relacionadas a recursos provenientes de exportações, sem prejuízo do disposto no art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, os recursos da compra e da venda da moeda estrangeira deverão transitar, por seus valores integrais, a crédito e a débito de conta corrente bancária no País, de titularidade do contratante da operação.

Art. 3º Relativamente aos recursos em moeda estrangeira ingressados no País referentes aos recebimentos de exportações de mercadorias e de serviços, compete ao Banco Central do Brasil somente manter registro dos contratos de câmbio.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil fornecerá à Secretaria da Receita Federal os dados do registro de que trata o caput deste artigo, na forma por eles estabelecida em ato conjunto.

Art. 4º O art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 23. ....

.....

§ 7º A utilização do formulário a que se refere o § 2º deste artigo não é obrigatória nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira

de até US\$ 3,000.00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América) ou do seu equivalente em outras moedas." (NR)

Art. 5º Fica sujeito a registro em moeda nacional, no Banco Central do Brasil, o capital estrangeiro investido em pessoas jurídicas no País, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro no Banco Central do Brasil.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor do capital estrangeiro em moeda nacional a ser registrado deve constar dos registros contábeis da pessoa jurídica brasileira receptora do capital estrangeiro, na forma da legislação em vigor.

§ 2º O capital estrangeiro em moeda nacional existente em 31 de dezembro de 2005, a que se refere o caput deste artigo, deverá ser regularizado até 30 de junho de 2007, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º A hipótese de que trata o caput deste artigo, contabilizada a partir do ano de 2006, inclusive, deve ter o registro efetuado até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital.

§ 4º O Banco Central do Brasil divulgará dados constantes do registro de que trata este artigo.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 6º A multa de que trata a Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, não se aplica às importações:

I - cujo vencimento ocorra a partir de 4 de agosto de 2006; ou



II - cujo termo final para a liquidação do contrato de câmbio de importação, na forma do inciso II do caput do art. 1º da Lei nº 10.755, de 3 de setembro de 2003, não tenha transcorrido até 4 de agosto de 2006.

Art. 7º As infrações às normas que regulam os registros, no Banco Central do Brasil, de capital estrangeiro em moeda nacional sujeitam os responsáveis à multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá a gradação da multa a que se refere o caput deste artigo e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Art. 8º A pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País que mantiver no exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 1º desta Lei, deverá declarar à Secretaria da Receita Federal a utilização dos recursos.

§ 1º O exercício da faculdade prevista no caput do art. 1º desta Lei implica a autorização do fornecimento à Secretaria da Receita Federal pela instituição financeira ou qualquer outro interveniente, residentes, domiciliados ou com sede no exterior das informações sobre a utilização dos recursos.

§ 2º A pessoa jurídica que mantiver recursos no exterior na forma do art. 1º desta Lei fica obrigada a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 9º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 8º desta Lei acarretará a aplicação das seguintes multas de natureza fiscal:

I - 10% (dez por cento) incidentes sobre o valor dos recursos mantidos ou utilizados no exterior em desacordo com o disposto no art. 1º desta Lei, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês-calendário ou fração incidente sobre o valor correspondente aos recursos mantidos ou utilizados no exterior e não informados à Secretaria da Receita Federal, no prazo por ela estabelecido, limitada a 15% (quinze por cento).

§ 1º As multas de que trata o caput deste artigo serão:

I - aplicadas autonomamente a cada uma das infrações, ainda que caracterizada a ocorrência de eventual concurso;

II - na hipótese de que trata o inciso II do caput deste artigo:

a) reduzidas à metade, quando a informação for prestada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

b) duplicadas, inclusive quanto ao seu limite, em caso de fraude.

§ 2º Compete à Secretaria da Receita Federal promover a exigência das multas de que trata este artigo, observado o rito previsto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 10. Na hipótese de a pessoa jurídica manter os recursos no exterior na forma prevista no art. 1º desta Lei, independe do efetivo ingresso de divisas a aplicação das normas de que tratam o § 1º e o inciso III do caput do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o inciso II do caput do art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do caput do art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 11. O art. 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º É passível de penalidade o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas."(NR)

Art. 12. As infrações aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, ocorridas a partir de 4 de agosto de 2006 serão punidas com multas entre 5% (cinco por cento) e 100% (cem por cento) do valor da operação.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto nos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, podendo estabelecer gradação das multas a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Sujeitam-se às penalidades do art. 6º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, as sonegações de cobertura nos valores de exportação ocorridas até 3 de agosto de 2006.

Art. 13. O caput do art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a

passageiros de viagens internacionais, na chegada ou saída do País, ou em trânsito, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.

..... " (NR)

Art. 14. Fica o Banco Central do Brasil dispensado de inscrever em dívida ativa e de promover a execução fiscal dos débitos provenientes de multas administrativas de sua competência, considerados de pequeno valor ou de comprovada inexecuibilidade, nos termos de norma por ele estabelecida.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, o Banco Central do Brasil poderá, mediante ato fundamentado, efetuar o cancelamento de débitos inscritos e requerer a desistência de execuções já propostas.

Art. 15. Fica a União autorizada a pactuar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a novação dos contratos celebrados ao amparo do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, visando a dar-lhes forma de instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, mantida, no mínimo, a equivalência econômica das condições alteradas.

Art. 16. Fica reduzida a 0 (zero), em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do caput do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa por fonte situada no País a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2008.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 18. Fica revogado o inciso IV do caput do art. 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.



## MEDIDE PROVISÉRIA ORIGINAL

### N.º315, DE 2006

Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os recursos em moeda estrangeira relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços para o exterior, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, poderão ser mantidos em instituição financeira no exterior, observados os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional disporá sobre a forma e as condições para a aplicação do disposto no caput, vedado o tratamento diferenciado por setor ou atividade econômica.

§ 2º Os recursos mantidos no exterior na forma deste artigo somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigação próprios do exportador, vedada a realização de empréstimo ou mútuo de qualquer natureza.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e de venda de moeda estrangeira, relacionadas a recursos provenientes de exportações, sem prejuízo do disposto no art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Na hipótese do **caput**, os recursos da compra e da venda da moeda estrangeira deverão transitar, por seus valores integrais, a crédito e a débito de conta corrente-bancária no País, de titularidade do contratante da operação.

Art. 3º Relativamente aos recursos em moeda estrangeira ingressados no País referentes aos recebimentos de exportações de mercadorias e de serviços, compete ao Banco Central do Brasil somente manter registro dos contratos de câmbio.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil fornecerá à Secretaria da Receita Federal os dados do registro de que trata o **caput**, na forma por eles estabelecida em ato conjunto.

Art. 4º O art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“§ 7º A utilização do formulário a que se refere o § 2º deste artigo não é obrigatória nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira de até US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América), ou do seu equivalente em outras moedas.” (NR)

Art. 5º Fica sujeito a registro em moeda nacional, no Banco Central do Brasil, o capital estrangeiro investido em pessoas jurídicas no País, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro no Banco Central do Brasil.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o valor do capital estrangeiro em moeda nacional a ser registrado deve constar dos registros contábeis da pessoa jurídica brasileira receptora do capital estrangeiro, na forma da legislação em vigor.

§ 2º O capital estrangeiro em moeda nacional existente em 31 de dezembro de 2005, a que se refere o **caput**, deverá ser regularizado até 30 de junho de 2007, observado o disposto no § 1º.

§ 3º A hipótese de que trata o **caput**, contabilizada a partir do ano de 2006, inclusive, deve ter o registro efetuado até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital.

§ 4º O Banco Central do Brasil divulgará dados constantes do registro de que trata este artigo.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 6º A multa de que trata a Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, não se aplica às importações:

I - cujo vencimento ocorra a partir de 4 de agosto de 2006; ou

II - cujo termo final para a liquidação do contrato de câmbio de importação, na forma do inciso II do art. 1º da Lei nº 10.755, de 2003, não tenha transcorrido até 4 de agosto de 2006.

Art. 7º As infrações às normas que regulam os registros, no Banco Central do Brasil, de capital estrangeiro em moeda nacional sujeitam os responsáveis à multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá a graduação da multa à que se refere o caput e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Art. 8º A pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País que mantiver no exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 1º, deverá declarar à Secretaria da Receita Federal a utilização dos recursos.

§ 1º O exercício da faculdade prevista no caput do art. 1º implica a autorização do fornecimento à Secretaria da Receita Federal, pela instituição financeira ou qualquer outro interveniente, residentes, domiciliados ou com sede no exterior, das informações sobre a utilização dos recursos.

§ 2º A pessoa jurídica que mantiver recursos no exterior na forma do art. 1º fica obrigada a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 9º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 8º acarretará a aplicação das seguintes multas de natureza fiscal:

I - dez por cento incidentes sobre o valor dos recursos mantidos ou utilizados no exterior em desacordo com o disposto no art. 1º, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos;

II - cinco décimos por cento ao mês-calendário ou fração incidente sobre o valor correspondente aos recursos mantidos ou utilizados no exterior e não informados à Secretaria da Receita Federal, no prazo por ela estabelecido, limitada a quinze por cento.

§ 1º As multas de que trata o caput serão:

I - aplicadas autonomamente a cada uma das infrações, ainda que caracterizada a ocorrência de eventual concurso;

II - na hipótese de que trata o inciso II do caput:

a) reduzidas à metade, quando a informação for prestada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

b) duplicada, inclusive quanto ao seu limite, em caso de fraude.

§ 2º Compete à Secretaria da Receita Federal promover a exigência das multas de que trata este artigo, observado o rito previsto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 10. Na hipótese de a pessoa jurídica manter os recursos no exterior na forma prevista no art. 1º, independe do efetivo ingresso de divisas a aplicação das normas de que tratam o § 1º e o inciso III do caput do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o inciso II do caput do art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do caput do art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 11. O art. 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º É passível de penalidade o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas.” (NR)

Art. 12. As infrações aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 23.258, de 1933, ocorridas a partir de 4 de agosto de 2006, serão punidas com multas entre cinco por cento e cem por cento do valor da operação.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto nos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 23.258, de 1933, podendo estabelecer gradação das multas a que se refere o caput.

§ 2º Sujeitam-se às penalidades do art. 6º do Decreto nº 23.258, de 1933, as sonegações de cobertura nos valores de exportação ocorridas até 3 de agosto de 2006.



**Art. 13.** O caput do art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, na chegada ou saída do País, ou em trânsito, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.” (NR)

**Art. 14.** Fica o Banco Central do Brasil dispensado de inscrever em dívida ativa e de promover a execução fiscal dos débitos provenientes de multas administrativas de sua competência, considerados de pequeno valor ou de comprovada inexecutabilidade, nos termos de norma por ele estabelecida.

**Parágrafo único.** Para os efeitos do disposto no caput, o Banco Central do Brasil poderá, mediante ato fundamentado, efetuar o cancelamento de débitos inscritos e requerer a desistência de execuções já propostas.

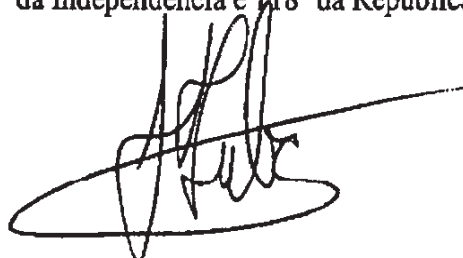
**Art. 15.** Fica a União autorizada a pactuar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a novação dos contratos celebrados ao amparo do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, visando dar-lhes forma de instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, mantida, no mínimo, a equivalência econômica das condições alteradas.

**Art. 16.** Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2008.

**Art. 17.** Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 18.** Fica revogado o inciso IV do art. 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Brasília, de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



**MENSAGEM Nº 672, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

E.M.I. nº 88-MF/BACEN

Em 2 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência minuta de Medida Provisória propondo alterações na legislação cambial, motivadas pelo interesse em adequar a legislação em vigor às características da economia contemporânea. O principal objetivo da proposta consiste na alteração da exigência de cobertura cambial das exportações brasileiras, matéria hoje especialmente regulada pelo Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, sem prejuízo das normas constantes na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

2. A exigência de cobertura cambial das exportações tem se mantido, desde 1933, independentemente das diferentes conjunturas do mercado de câmbio, no que diz respeito à maior ou menor necessidade de recursos para o financiamento do balanço de pagamentos, a adequação quanto à oportunidade dos ingressos e os impactos gerados do ponto de vista do País e do exportador. No entanto, passou a ser possível a qualquer residente, a partir de 1989, constituir disponibilidades no exterior. Com a unificação dos mercados de câmbio de taxas livres e de taxas flutuantes, em março de 2005, a faculdade de colocação de disponibilidades no exterior foi aperfeiçoada, de modo a ser viabilizada sem a intermediação de uma instituição financeira estrangeira, assegurando-se aos residentes o acesso direto às instituições bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio para a realização de operações destinadas à constituição de disponibilidades no exterior.

3. É de fácil constatação a assimetria existente entre a faculdade de remessas por qualquer residente para a constituição de disponibilidade no exterior e a obrigatoriedade de ingresso no País da moeda estrangeira correspondente à exportação realizada.

4. Uma das medidas infralegais adotadas por ocasião da unificação dos mercados de câmbio, em março de 2005, consistiu no aumento do prazo para liquidação dos contatos de câmbio de exportação, de 180 para 210 dias a partir do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço. Do ponto de vista da política cambial, semelhante medida propiciou uma avaliação preliminar e parcial, mas efetiva, com relação aos possíveis impactos de uma liberalização da exigência de cobrança da cobertura cambial da exportação. O comportamento dos ingressos decorrentes de receitas de exportação no período pós-flexibilização foi de perfeita normalidade, justificado, muito provavelmente, pela existência de uma conjuntura de todo favorável, com bons indicadores econômicos internos, liquidez no mercado internacional e crescimento das exportações.

5. Na conjuntura atual, presentes os elementos já mencionados, a flexibilização da exigência de ingresso da cobertura dos valores de exportação indica que dela não decorreriam dificuldades ao carregamento desses recursos para o País. Ademais, parte relevante dessas receitas, excetuados períodos de graves desequilíbrios internos, tem ingresso espontâneo assegurado pela necessidade das empresas contarem com recursos em moeda nacional destinados ao gerenciamento dos seus negócios.

6. Esse é o contexto para a presente proposta de Medida Provisória. O art. 1º, excepcionalizando condicionalmente a regra geral – que segue mantida – da exigência de cobertura cambial nas exportações brasileiras, permite que, na forma disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, os recursos em moeda estrangeira ou nacional relativos às exportações brasileiras de mercadorias e serviços sejam mantidos em instituição financeira no exterior.

7. De ser registrado que parte importante dos nossos exportadores são, na maioria das vezes, detentores de outras obrigações no exterior, além de importadores de bens e serviços, muitos deles fazendo parte do mesmo grupo econômico, e se vêem na contingência inarredável pelas regras atuais de ingressar com as receitas de exportação, por exemplo, pagas por importador que, ao mesmo tempo e oportunidade, é seu credor em maior ou menor valor, resultando em pagamentos e recebimentos simultâneos, com todos os custos que isso representa em termos de nego-

ciação da moeda estrangeira, nos pólos comprador e vendedor.

8. O art. 2º autoriza o CMN, sem prejuízo da hipótese já admitida no art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962 – de competência do Banco Central do Brasil —, a estabelecer, para os recursos provenientes de exportações brasileiras, formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e de venda de moeda estrangeira. A medida permitirá larga desburocratização e simplificação de procedimentos neste tema, impactando, de forma muito significativa, na redução dos custos operacionais (não tributários) dos nossos exportadores.

9. Outrossim, o art. 32 sintetiza o que já seria apreensível do conjunto restante das normas agora alteradas ou introduzidas na legislação cambial nacional. Este dispositivo proclama, expressamente – de forma a evitar qualquer controvérsia, especialmente a partir da invocação de situações tradicionais ou interpretações a partir de outras fontes normativas —, que, doravante, não mais incumbe ao Banco Central do Brasil qualquer espécie de controle de natureza cambial sobre os exportadores brasileiros relativamente aos recursos que, em decorrência desta atividade empresarial, venham a ingressar, ou não (por exemplo, na forma deste artigo), no País. Todo o controle estatal nesta matéria desloca-se para a seara tributária, ao encargo da Secretaria da Receita Federal e dentro da lógica própria aos procedimentos de fiscalização especificamente tributários (como resta reforçado, por exemplo, pelos arts. 8º e 9º da Medida Provisória). Ao Banco Central do Brasil, sem prejuízo da integral manutenção de sua competência no que diz respeito às instituições financeiras que intervenham nas operações cambiais de qualquer natureza, remanescem, somente, duas atribuições: manter registro dos contratos de câmbio de exportação e informar à Secretaria da Receita Federal, na forma que vier a ser definida em ato conjunto entre ambas as instituições, sobre os elementos contidos neste mesmo registro.

10. O art. 49, também com vistas a reduzir custos e burocracia nas transações de pequeno valor, faculta (ou seja, não mais obriga), nas operações de câmbio realizadas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a utilização do formulário a que se refere o § 2º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962, nas operações de compra ou venda de moeda estrangeira de até US\$3,000.00 (três mil dólares dos Estados Unidos), ou do seu equivalente em outras moedas, devendo, todavia, essas instituições informar ao Banco Central do Brasil, na forma e condições por ele fixadas, o remetente, o be-

neficiário, o objetivo e o montante das operações realizadas com a utilização dessa prerrogativa.

11. O art. 5º refere-se ao registro em moeda nacional, no Banco Central do Brasil, dos investimentos diretos, dos créditos e dos demais ativos e direitos de qualquer natureza existentes no território nacional pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, ainda não registrados naquela Autarquia. A matéria ficou conhecida, no jargão do mercado financeiro, como “capital contaminado”, estando representada por ativos de não-residentes que, em tese, sujeitos a registro no Banco Central do Brasil, não foram registrados por diversas razões, especialmente por não haver sido satisfeitas as disposições da Lei nº 4.131, de 1962, no prazo e condições por ela estabelecidos, segundo as interpretações e critérios utilizados para admissão dos registros requeridos, citando-se como exemplos:

**a)** reinvestimentos realizados sem observância do critério da proporcionalidade, ou seja, sem observância do percentual da participação registrada do investidor estrangeiro no capital da empresa, aplicado sobre as parcelas a serem capitalizadas ou distribuídas pela empresa receptora do investimento, conforme estabelecido em pareceres técnicos;

**b)** capitalização de deságio havido em conversões de dívida externa, na forma da Resolução nº 1.460, de 1º de fevereiro de 1988, do CMN;

**c)** ausência, anterior à Resolução CMN nº 2.337, de 28 de novembro de 1996, de regulamentação para o registro dos investimentos externos diretos realizados em moeda nacional;

**d)** capital “não-registrável?” por força de a atividade econômica desenvolvida pela receptora ser considerada “não-produtiva” para os efeitos da Lei nº 4.131, de 1962;

**e)** reinvestimento de parcelas de juros sobre capital próprio, pagos ao investidor estrangeiro, em situação de prejuízo, impedidas de remessas ao exterior, por determinação do Banco Central do Brasil ou por decisão judicial;

**f)** aquisição de participação em empresas no País, pelo não-residente, com ingresso de recursos fora das regras tradicionais, como, por exemplo, por meio de câmbio manual; etc.

12. Tentativas anteriores no sentido de registrar esses capitais por norma infralegal não foram concluídas, uma vez que as formas sugeridas para sua

regularização esbarraram na necessidade legal de comprovação do efetivo ingresso dos recursos no País, condicionante fundamental dos critérios definidos pelo Banco Central do Brasil para a concessão dos registros em moeda estrangeira, por força da Lei nº 4.131, de 1962. Por outro lado, mesmo a admissão, por lei posterior, do registro em moeda nacional dos recursos ingressados, como não seria possível sanar o problema com relação ao capital anteriormente ingressado, a questão deixou de ser tratada.

13. Assim sendo, tendo em vista que a medida, a par de atender demandas de investidores externos que se encontram nessa situação, contribuiria de forma efetiva para o aperfeiçoamento dos dados estatísticos relativos aos capitais estrangeiros no País, que passaram a incorporar valores pertencentes a não-residentes até então desconhecidos, a proposta contempla a previsão de que esses valores venham a ser registrados, em moeda nacional, obedecidos os seguintes critérios básicos:

- a) os valores correspondentes constem regularmente dos registros contábeis da empresa brasileira receptora do investimento; e
- b) o Banco Central do Brasil publicará dados constantes do registro.

14. Os arts. 6º e 7º ajustam as disposições sancionadoras atualmente vigentes na matéria à nova realidade legal aqui construída. De um lado, no art. 6º, regula-se a multa prevista na Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, explicitando a sua não aplicação futura ou às situações ali definidas. Por outro lado, o art. 7º contempla regra matriz sobre as infrações às normas que regulam os registros de capital estrangeiro em moeda nacional junto ao Banco Central do Brasil (incluindo, mas não exclusivamente, a situação descrita no art. 49 da Medida Provisória).

15. As disposições contidas no art. 8º permitem o acompanhamento por parte da Secretaria da Receita Federal da destinação dos recursos mantidos pelo exportador no exterior, na forma do art. 1º da Medida Provisória, com vistas ao controle do cumprimento das obrigações tributárias. O exportador deve declarar a manutenção e a utilização dos recursos no exterior de acordo com disciplina a ser editada pela Secretaria da Receita Federal. Desta obrigação resultam três condições associadas: o franqueamento, à Secretaria da Receita Federal, das informações sobre movimentação destes mesmos recursos pelo exportador no exterior, a necessidade de que o exportador interessado no gozo desta situação diferenciada mantenha escrituração fiscal ordinária e a instituição das penalidades que venham a ser associadas ao descum-

primento destas mesmas obrigações \_ este último tema encontra-se veiculado no art. 9º.

16. Com a possibilidade de que parcela dos recursos em moeda estrangeira relativos às exportações brasileiras de mercadorias e serviços sejam mantidos no exterior, faz-se necessário promover ajustes na legislação relativa à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, que disciplina a não-incidência destas contribuições nas operações de prestação de serviços para o exterior. É sabido que se deve evitar a oneração das exportações com tributos, com o objetivo, entre outros, de aumentar a competitividade dos produtos e serviços nacionais no exterior. Por motivos de controle, as disposições da legislação atual vinculam os benefícios da não-incidência das contribuições nas operações de exportação de serviços ao efetivo ingresso de divisas. Na hipótese de a pessoa jurídica manter no exterior recursos obtidos na prestação de serviços, esta exigência passa a impedir indevidamente a desoneração tributária pretendida nas exportações. Portanto, nestes casos, deve-se afastar a obrigatoriedade do ingresso de divisas, nos termos previstos no art. 10.

17. A proposta de Medida Provisória abriga ainda, nos arts. 11 e 12, respectivamente, modificação levada a efeito diretamente sobre o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, para ajustá-lo à nova realidade cambial derivada da Medida Provisória, e, no art. 12, ajustes à mesma atualidade relativamente às sanções cominadas ao descumprimento das normas daquele mesmo Decreto. Neste contexto, cabe destacar que a medida reduz o limite máximo das multas aplicáveis, estabelecidas no aludido Decreto, de duzentos para cem por cento.

18. Consta, ainda, da proposta de Medida Provisória, a possibilidade de pagamento em reais de produtos adquiridos em lojas francas autorizadas a funcionar em zona primária de portos e aeroportos no País, nos termos do art. 13. O entendimento é o de que, se a utilização dos reais for feita por um estrangeiro, este terá despendido previamente moeda estrangeira na aquisição desses reais. Do mesmo modo, se um residente pagar produtos em reais, deixa ou de acionar o mercado de câmbio preteritamente, ou de contrair uma obrigação por meio de cartão de crédito em moeda estrangeira, cuja consequência é, igualmente, o dispêndio em reais, apenas aumentando a quantidade de transações.

19. O art. 14 da proposta de Medida Provisória, imbuído do espírito de reduzir os custos administrativos associados à cobrança de multas pelo Banco Central do Brasil e de desonerar a máquina judiciária, dispensa a Autarquia, à maneira do que ocorre no âmbito do Ministério da Fazenda, da inscrição em dívida ativa,



bem como da promoção de execução fiscal, dos débitos provenientes de multas administrativas de sua competência, considerados de pequeno valor ou de comprovada inexecução, na forma da regulamentação que venha a ser por ele estabelecida.

20. No art. 15, propõe-se autorização legal para a novação de dívidas, de natureza contratual, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES junto à União, de modo a que possam caracterizar-se como instrumento híbrido de capital e dívida, nos termos da Resolução nº 2.837, de 30 de maio de 2001, do Conselho Monetário Nacional. A medida tem por objetivo viabilizar a elevação do patrimônio de referência daquela empresa pública, evitando-se o seu desenquadramento em relação aos limites prudenciais estabelecidos pelo CMN para as instituições financeiras, com vistas a possibilitar a concessão, pelo Banco, de novos financiamentos ao setor produtivo e empreendedor brasileiro. Dessa forma, a União poderá ser dispensada de fazer uso de apodes de capital, que trariam significativo impacto no resultado primário das contas do Governo Central.

21. Já o art. 16 estabelece a redução a zero, por prazo determinado, da alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores destinados ao transporte aéreo público regular de passageiros e cargas. Recentemente, diante da grave crise pela qual o setor aéreo passava mundialmente, a Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, suspendeu, de 5 de setembro de 2002 a 31 de dezembro de 2003, a aplicação da alíquota de 15% incidente sobre os pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil por empresas de transporte aéreo de passageiros ou de cargas. Outra proposta, posteriormente apresentada pelo Parlamento, não continha limite temporal ao benefício, o que obrigou a rejeição da norma pelo Poder Executivo. Agora, com restrições, concede-se o benefício tributário pretendido. Outrossim, a medida visa, também, oferecer tratamento isonômico à forma de contratação ao estender o benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte nas remessas para pagamento de afretamento, aluguel, arrendamento de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, previsto na Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, à modalidade de arrendamento mercantil financeiro, devendo porém ser destacado que a modalidade de arrendamento financeiro mostra-se mais adequado ao fortalecimento almejado do setor aéreo, pois possibilitará, ao final do contrato, a opção pela aquisição das aeronaves arrendadas, passando referido bem a integrar o ativo permanente das empresas aéreas.

22. Impõe-se, outrossim, a revogação do inciso IV do art. 7º da recém editada Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. As contribuições vertidas para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço seguem regramento próprio e administração sob regime de co-gestão e, embora enverguem natureza tributária, submetem-se a regime específico quanto à destinação. Por esta razão, a vinculação referida no dispositivo cuja revogação aqui se propõe implicaria a necessidade de envolvimento da Caixa Econômica Federal, bem assim de seu Conselho Curador, os quais não foram mencionados naquela Medida Provisória nº 303/06 e observam, em seus procedimentos, mecanismos distintos àqueles ali disciplinados. Eis a disposição que se propõe veicular como art. 18 desta nova Medida Provisória.

23. Esses são os motivos, Senhor Presidente, pelos quais temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a minuta de Medida Provisória em anexo.

Respeitosamente, – **Guido Mantega e Henrique de Campos Meirelles**

Of. Nº 1.779/06/SGM/P

Brasília, 10 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 315, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-11-06, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

<b>MPV Nº 315</b>	
<b>Publicação no DO</b>	4-8-2006
<b>Designação da Comissão</b>	7-8-2006
<b>Instalação da Comissão</b>	8-8-2006
<b>Emendas</b>	até 10-8-2006 (7º dia da publicação)
<b>Prazo final na Comissão</b>	4-8-2006 a 17-8-2006 (14º dia)
<b>Remessa do Processo à CD</b>	17-8-2006
<b>Prazo na CD</b>	de 18-8-2006 a 31-8-2006 (15º ao 28º dia)
<b>Recebimento previsto no SF</b>	31-8-2006
<b>Prazo no SF</b>	1º-9-2006 a 14-9-2006 (42º dia)
<b>Se modificado, devolução à CD</b>	14-9-2006
<b>Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD</b>	15-9-2006 a 17-9-2006 (43º ao 45º dia)
<b>Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de</b>	18-9-2006 (46º dia)
<b>Prazo final no Congresso</b>	2-10-2006 (60 dias)
<b>Prazo final prorrogado</b>	1º-12-2006

#### NOTA TÉCNICA Nº 21/2006

**Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006.**

#### I – Introdução

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que “dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localiza-

das em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos

relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

## II – Síntese e Aspectos Relevantes

A Medida Provisória nº 315/2006 tem por objetivo principal alterar a exigência de cobertura cambial das exportações brasileiras. A exigência de cobertura cambial das exportações se mantém desde 1933, independentemente das diferentes conjunturas do mercado de câmbio. No entanto, a partir de 1989, tornou-se possível a qualquer residente constituir disponibilidades no exterior. A partir de 2005, a faculdade de colocação de disponibilidades no exterior foi aperfeiçoada, podendo ser viabilizada sem a intermediação de uma instituição financeira estrangeira. Assim, pode-se perceber a assimetria entre a possibilidade de os residentes remeterem recursos para a constituição de disponibilidades no exterior e a obrigatoriedade de ingresso no País da moeda estrangeira correspondente à exportação realizada.

Em seu artigo 1º, a Medida Provisória permite que, na forma disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, os recursos em moeda estrangeira ou nacional relativos às exportações brasileiras sejam mantidos em instituição financeira no exterior. O Art. 2º autoriza o CMN a estabelecer, para os recursos provenientes de exportações brasileiras, formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira. O art. 3º estabelece que compete ao Banco Central do Brasil somente manter os registros dos contratos de câmbio, relativamente aos recursos em moeda estrangeira ingressados no Brasil referentes aos recebimentos de exportações, devendo fornecer a Secretaria da Receita Federal esses dados. O art. 49, com objetivo de diminuir custos e burocracia, faculta a utilização do formulário a que se refere o § 2º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962, nas operações de câmbio realizadas por pessoas físicas ou jurídicas com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional até US\$3,000.00 (três mil dólares). O art. 5º dispõe sobre a obrigatoriedade de registro em moeda nacional, no Banco Central do Brasil, do capital estrangeiro investido em pessoas jurídicas no País, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro na autarquia.

O art. 6º estabelece que a multa de que trata a Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, não se aplica às importações cujo vencimento ocorra a partir de 4 de agosto de 2006 ou cujo termo final para a liquidação do contrato de câmbio de importação, na forma do inciso II do art. 1º da Lei nº 10.755, de 2003,

não tenha transcorrido até 4 de agosto de 2006. O art. 7º fixa o valor da multa a ser aplicada pelo Banco Central do Brasil nos casos de infrações às normas que regulam os registros de capital estrangeiro em moeda nacional entre R\$1.000,00 (um mil reais) e R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), graduado por norma do CMN. As disposições do art. 8º permitem o acompanhamento por parte da Secretaria da Receita Federal da destinação dos recursos mantidos no exterior pelo exportador. O art. 9º estabelece as multas de natureza fiscal a que estão sujeitos aqueles que não observarem as disposições dos artigos 1º a 8º.

O art. 10 trata da manutenção, para a parcela dos recursos mantidos no exterior, da desoneração relativa à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS que os recursos em moeda estrangeira relativos às exportações brasileiras de serviços possuem quando são ingressados no País. Os artigos 11 e 12 modificam o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, com o objetivo de ajustá-lo às regras propostas pela Medida Provisória.

O art. 13 possibilita ao pagamento em reais de produtos adquiridos em lojas francas autorizadas a funcionar em portos e aeroportos dos País. O art. 14 dispensa o Banco Central do Brasil, da mesma forma que já ocorre no âmbito do Ministério da Fazenda, da inscrição em dívida ativa, bem como a promoção de execução fiscal, dos débitos provenientes de multas administrativas de sua competência, considerados de pequeno valor ou de comprovada inexecutabilidade, na forma da regulamentação que venha a ser por ele estabelecida. O art. 15 autoriza a União a pactuar com o BNDES a novação dos contratos celebrados ao amparo do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, com o objetivo de dar-lhes forma de instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo CMN, mantida, no mínimo, a equivalência econômica das condições alteradas.

O art. 16 reduz a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2008. O art. 18 revoga o inciso IV do art. 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho

de 2006, cuja vinculação nele estabelecida implicaria a necessidade de envolvimento da Caixa Econômica Federal e de seu Conselho Curador, os quais não foram citados na Medida Provisória e observam, em seus procedimentos, mecanismos distintos daqueles ali disciplinados.

### III – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), em seu art. 99, condiciona a aprovação de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, acarretando renúncia de receita, ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o atendimento de pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

Sob o aspecto da adequação financeira e orçamentária, com a possibilidade de que parcelas dos recursos em moeda estrangeira relativos às exportações brasileiras de mercadorias e serviços sejam

mantidos no exterior, torna-se necessário ajustar as legislações relativas à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, que regulam a não-incidência destas contribuições nas operações de prestação de serviços para o exterior, conforme determina o art. 10 da Medida Provisória. As regras atuais, por motivo de controle, vinculam os benefícios da não-incidência das contribuições nas operações de exportação de serviços ao efetivo ingresso de divisas. A questão do controle dessas divisas no exterior foi sanado pelo disposto no art. 8º. Quando os recursos obtidos na prestação de serviços são mantidos no exterior, impede-se indevidamente a desoneração tributária pretendida. Esses ajustes, quando realizados, não terão implicação financeira ou orçamentária, pois o montante do benefício e os beneficiados não se alterariam, permaneceriam os mesmos, caso fizessem o ingresso de divisas.

Quanto ao artigo 16, que reduz a zero, em relação aos fatos geradores ocorridos até o ano de 2013, a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves ou de seus motores, celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros e cargas, para a análise de compatibilidade financeira e orçamentária, é necessário a apresentação da previsão desse benefício e das maneiras de compensação dessa renúncia fiscal, mesmo que tal redução já tenha ocorrido anteriormente, no período de 5 de setembro de 2002 a 31 de dezembro de 2003, por meio da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e que, posteriormente, o Poder Legislativo tenha enviado proposta com teor semelhante para sanção presidencial, mas sem prazo determinado para o benefício – e por isso, rejeitada pelo Poder Executivo. No entanto, não foram apresentados o montante da renúncia nem maneiras de sua compensação.

Esses são os subsídios.

Brasília, 9 de agosto de 2006. – **Sidney José de Souza Júnior**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

### PARECER DO RELATOR PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006, E EMENDAS.

**O SR. VIGNATTI** (PT – SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 315, de 2006, editada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República no dia 3 de agosto de 2006, dispõe sobre operações de câmbio, registro de capitais estrangeiros, pagamento em lojas francas localizadas



em zona primária de porto ou aeroporto, tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Ademais, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933 a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Essa medida provisória é com certeza esperada pelo setor produtivo nacional porque colabora no processo exportador, alivia a pressão que vínhamos sofrendo há algum tempo pelo saldo positivo da nossa balança comercial, vivência que há muito o Brasil não tinha, excesso de dólar na economia, valorizando o real e desvalorizando, de certa forma, a moeda norte-americana na economia nacional.

Seu objetivo essencial é dar cobertura cambial e garantir às empresas a oportunidade de manter 30% dos seus recursos no exterior por muito mais tempo, permitindo-lhes tanto investir na filial brasileira ou de lastro internacional quanto pagar seus credores e fazer aplicações financeiras.

A referida medida provisória ainda autoriza o Conselho Monetário Nacional a alterar esse percentual, se julgar necessário.

Sr. Presidente, quanto à desoneração tributária, ela é significativa. Ao mesmo tempo em que as empresas são autorizadas a deixar até 30% dos seus recursos lá fora, têm oportunidade de receber até 20 bilhões de reais de recursos, tendo em vista o saldo da balança comercial. Isso faz com que essas empresas acabem por não pagar a CPMF.

Também há uma desoneração tributária que pode chegar a 200 milhões de reais suportada pela Receita Federal e pelo Governo Federal como incentivo fiscal.

Outra questão que consideramos importante é a desburocratização do sistema de exportação brasileiro, a simplificação dos custos e dos procedimentos a fim de tornar mais ágil o processo exportador, principalmente para os que exportam até 3 mil dólares.

#### Relatório

Cumpre-nos, preliminarmente, a manifestação sobre a constitucionalidade, a juridicidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas para, então, superados esses aspectos, apreciar-lhe o mérito.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto aos pressupostos constitucionais, quais sejam: relevância e urgência, entendemos que ambos estão presentes.

De fato, há que se destacar a importância das matérias sobre as quais dispôs a medida provisória, que busca, entre outros temas, aprimorar a legislação cambial brasileira. Uma de suas principais medidas refere-se à alteração da exigência de cobertura cambial das exportações brasileiras, que até a edição da medida provisória deveria ocorrer em até 210 dias a partir do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço.

Entendemos que os demais aspectos do ordenamento jurídico foram respeitados, sendo que os aspectos formais do texto analisados estão de conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O mesmo se verifica em relação às emendas apresentadas. Não se constatam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa.

Assim sendo, propomos ao Plenário o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas.

Da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira.

Entendemos que as disposições da medida provisória em análise, bem como das emendas a ela apresentadas, estão de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas e, dessa forma, votamos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas.

Do mérito.

A Medida Provisória nº 315, de 2006, representa, sem dúvida, um progresso para a legislação cambial brasileira.

A flexibilização da cobertura cambial das exportações brasileiras é, de fato, medida relevante e oportuna, visto que a manutenção de disponibilidades no exterior oriundas de recebimentos de exportações de bens e serviços possibilita efetuar, de forma direta, pagamentos, investimentos ou aplicações financeiras no exterior.

Assim, a proposição propicia alcançar uma maior competitividade brasileira no acirrado comércio internacional, ao abrir a possibilidade de que recursos das importações não mais sejam internalizados e subsequentemente reenviados ao exterior para as finalidades aqui mencionadas, possibilitando a redução de custos ao exportador.

Além de promover outras alterações à legislação relacionada às operações de câmbio, a medida também busca, por exemplo, reduzir custos administrativos associados à cobrança de multas pelo Banco Central do Brasil; autorizar a novação e conversão em instrumento híbrido de capital e dívida de contratos celebrados entre o BNDES e a União; estabelecer,

por prazo determinado, a redução a zero da alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre contraprestações de arrendamentos mercantis de aeronaves e seus motores; e também revogar o art. 7º, inciso IV, da Medida Provisória nº 303, de 2006.

Deve-se destacar que a mencionada autorização legal para a novação de dívidas celebradas entre o BNDES e a União resultará na elevação do patrimônio de referência daquele órgão, possibilitando a expansão de suas atividades, que tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento do País.

Adicionalmente, o fortalecimento do setor aéreo brasileiro também está contemplado na presente medida provisória, que reduz a zero, por prazo determinado, as alíquotas do Imposto de Renda sobre fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestações de modalidades de arrendamentos mercantis de aeronaves e seus motores.

Por outro lado, a análise de cada uma das emendas apresentadas nos revela que ora não são atendidos os pressupostos de relevância e urgência, ora não são observados os aprimoramentos à medida provisória em comento.

Conclusão.

Pelos motivos acima expostos, concluímos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, votamos pela aprovação da medida provisória e pela rejeição das emendas apresentadas.

Este, Sr. Presidente, é o nosso parecer, elaborado, inclusive, com o entendimento a respeito da dúvida existente no plenário ontem.

#### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

#### **PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, EM 8 DE AGOSTO DE 2006**

##### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 8 DE AGOSTO DE 2006**

(Mensagem nº 672, de 2006, da  
Presidência da República)

(Mensagem nº 83, de 2006, do Congresso Nacional)

**Dispõe sobre operações de câmbio,  
sobre registro de capitais estrangeiros,  
sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação**

**dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado Vignatti**

#### **I – Relatório**

A Medida Provisória nº 315, editada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República em 3 de agosto de 2006, dispõe sobre operações de câmbio, registro de capitais estrangeiros, pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Ademais, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Seus dispositivos mais importantes referem-se à alteração das regras de liquidação dos contratos de câmbio de exportação – ou seja, de sua cobertura cambial –, que, até a edição da medida, deveria ocorrer em até 210 dias a partir do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço.

Embora seja mantida a regra geral pela exigência da cobertura cambial, permite-se, por meio do art. 1º da proposição, que, na forma disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), os recursos oriundos das exportações brasileiras sejam mantidos em instituições financeiras no exterior. Todavia, estipula-se ainda que esses recursos somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigações do exportador.

Já o art. 2º da proposição busca desburocratizar procedimentos das operações de câmbio, ao dispor que o CMN também poderá estabelecer, com relação a recursos provenientes de exportações, formas simplificadas de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira. A meta de desburocratização também é observada no art. 4º, que determina que, nas operações de compra e de venda equivalentes a até US\$3.000,00, seja dispensada a utilização do formulário exigido nas operações cambiais, nos termos do art. 23 da Lei nº 4.131, de 1962.

O art. 3º retira da esfera de competência do Banco Central do Brasil os controles sobre os recursos dos

exportadores brasileiros que venham a ingressar no País, estabelecendo que aquela Autarquia somente manterá os registros dos contratos de câmbio, que serão repassados à Secretaria da Receita Federal (SRF), o qual será o órgão que, de acordo com a exposição de motivos que acompanha esta Medida Provisória (MP), efetuará o controle estatal da matéria dentro da lógica da fiscalização tributária, conforme se depreende, inclusive, por meio dos arts. 8º e 9º da proposição.

O art. 5º dispõe que fica sujeito a registro, no Banco Central do Brasil, o capital estrangeiro investido em pessoas jurídicas no País, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro naquela autarquia. Trata-se, portanto, de ativos de não-residentes que, apesar da previsão regulamentar, deixaram de ser registrados por motivos diversos, alguns dos quais relacionados na exposição de motivos da MP. Por outro lado, o § 2º do art. 5º estabelece que a regularização dos registros deverá ser efetuada até 30 de junho de 2007, e o art. 7º estipula multa entre R\$1.000,00 a R\$250.000,00 às infrações às normas que regulam os registros relativos ao capital estrangeiro.

O art. 6º dispõe que não mais será aplicada, às importações cujo vencimento ou termo final para liquidação do contrato de câmbio ocorrer a partir de 4 de agosto de 2006, a multa prevista na Lei nº 10.755, de 2003, imposta ao importador nos casos de inobservância de prazos e demais regras relativas às contratações de operações de câmbio e respectivos pagamentos das importações com Declaração de Importação registradas no Siscomex.

O art. 8º determina que as pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País deverão declarar à SRF a utilização dos recursos mantidos no exterior que tenham sido amparados pela desobrigação de cobertura cambial, prevista no art. 1º desta MP. Adicionalmente, estipula que a utilização dessa prerrogativa implica tacitamente a autorização de que instituições financeiras ou outros intervenientes forneçam à SRF os dados relativos à utilização desses valores.

Por outro lado, o art. 9º determina que a inobservância às declarações à SRF estipuladas no art. 8º acarretará a aplicação de multa no valor de 0,5% ao mês, até o limite de 15%, sobre os recursos amparados pelo art. 1º da Medida Provisória e não informados àquele órgão. Estipula ainda que a inobservância às regras relativas ao referido artigo implicará multa de 10% sobre os recursos indevidamente mantidos ou utilizados no exterior. As multas serão duplicadas em caso de fraude, e reduzidas à metade quando se tratar de informações prestadas fora do prazo mas antes de qualquer procedimento de ofício.

O art. 10 compatibiliza a desoneração tributária relativa às contribuições para o PIS/Pasep e Cofins com a possibilidade de manutenção, no exterior, dos recursos oriundos das exportações, visto que, até a edição desta Medida Provisória, era necessário que ocorresse o efetivo ingresso de divisas para que fosse efetivada a não-incidência dos tributos citados.

O art. 11, por seu turno, altera o art. 3º do Decreto nº 23.258, de 1933, estabelecendo que é passível de penalidade o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas, e o art. 12 estabelece entre 5% a 100% do valor da operação as multas que serão aplicadas nesse caso, bem como na ocorrência das operações ilegítimas de câmbio descritas nos arts. 1º e 2º daquele diploma legal.

Deve-se observar que a nova redação conferida ao art. 3º do citado Decreto não mais menciona que são passíveis de penalidades as sonegações de coberturas nos valores de exportação. Contudo, o § 2º do art. 12 da MP estipula as penalidades a essas sonegações ocorridas até a data de 3 de agosto de 2006.

O art. 13 simplifica procedimentos na zona primária de porto ou aeroporto, ao possibilitar a concessão de autorização para o funcionamento de lojas francas para venda, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira, de mercadorias – importadas ou não – a passageiros de viagens internacionais.

O art. 14 dispensa o Banco Central do Brasil de inscrever em dívida ativa e de promover a execução fiscal de débitos de multas administrativas de sua competência que sejam consideradas de pequeno valor ou inexequíveis.

O art. 15 autoriza a União a pactuar com o BNDES a novação dos contratos celebrados ao amparo do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 1997 (que trata da contrapartida do BNDES à transferência de ações da Companhia Vale do Rio Doce, de propriedade da União, àquele instituição financeira), visando a que sejam caracterizados como instrumento híbrido de capital e dívida, permitindo assim que o BNDES mantenha níveis de atividade que, de outra forma, apenas seriam possíveis mediante aportes de capital destinados a evitar seu desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos pelo CMN para as instituições financeiras.

O art. 16 reduz a zero, até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do Imposto de Renda incidente na fonte sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e motores contratado até 31 de dezembro de 2008 por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas.

O art. 17 estabelece que a proposição entra em vigor na data de sua publicação, e o art. 18 propõe a revogação do dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que estabeleceu a rescisão do parcelamento de débitos junto à SRF, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao INSS quando for verificada a existência de débitos do sujeito passivo para com o FGTS inscritos em Dívida Ativa da União.

Depreende-se da exposição de motivos que acompanha a presente Medida Provisória que a manutenção do dispositivo que ora se pretende revogar implicaria, na rescisão dos citados parcelamentos, a necessidade de envolvimento, além da SRF, PGFN e INSS, de órgãos como a Caixa Econômica Federal e seu Conselho Curador, entidades não mencionadas na MP nº 303.

No prazo regimental foram apresentadas, perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 315, 23 emendas.

Quanto à autoria, deve-se citar que as emendas nºs 1, 5, 9, 10 a 13 e 16 foram apresentadas pelo ilustre Senador Jorge Bornhausen; as de nºs 2, 4, 6, 7, 8, 15, 22 e 23, pelo ilustre Deputado Sérgio Miranda; a de nº 3, pelo ilustre Deputado Ivan Ranzolin; as de nºs 14 e 18, pelo ilustre Deputado José Carlos Aleluia; a de nº 17, pelo ilustre Senador Arthur Virgílio; a de nº 19, pelo ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; e as de nº 20 e 21, pelo ilustre Deputado Bettinho Rosado.

A emenda nº 1 propõe alterar a redação do art. 3º da Medida Provisória (MP), de forma a estabelecer que compete exclusivamente ao Banco Central a manutenção do registro e controle dos contratos de câmbio que se refiram aos recursos em moeda estrangeira ingressados no País e às operações simultâneas de compra e venda de que trata o artigo 2º daquela proposição.

A emenda nº 2 pretende suprimir o art. 6º da MP, que dispõe que não mais será aplicada, às importações cujo vencimento ou termo final para liquidação do contrato de câmbio ocorra a partir de 4 de agosto de 2006, a multa imposta ao importador conforme previsto na Lei nº 10.755, de 2003. Conforme a justificativa da emenda, a retirada da multa poderia incentivar a inadimplência dos pagamentos das importações brasileiras, levando os exportadores externos a exigirem pagamento antecipado ou mediante carta de crédito para grande parte das compras efetuadas pelo País no mercado internacional.

A emenda nº 3 pretende suprimir o art. 16 da MP, que reduz a zero, até 31 de dezembro de 2013, a alíquota do Imposto de Renda na Fonte incidente

sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e motores contratado até 31 de dezembro de 2008 por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas. De acordo com a justificativa da emenda, a medida é necessária devido à falta de observância das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estipula que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes (trecho do **caput** do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

A emenda nº 4 pretende suprimir o art. 18 da MP, que por sua vez propõe a revogação do art. 7º, IV, da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. Conforme a justificativa da emenda, a manutenção do ditado dispositivo da MP nº 303 é necessária, uma vez que cria um mecanismo inibidor da inadimplência dos empregadores junto ao FGTS, ao considerar que a existência de débitos junto a esse órgão é um fator impeditivo ao parcelamento de dívidas junto à SRF, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao INSS.

A emenda nº 5 pretende alterar o art. 1º da MP de forma a determinar que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamente as obrigações próprias do exportador e que a vedação à realização de empréstimo ou mútuo de qualquer natureza com os recursos mantidos no exterior não se aplique à realização de empréstimos de mútuo para empresas do mesmo grupo sediadas no exterior. De acordo com a justificativa, a MP pode ser aprimorada, permitindo que empresas exportadoras brasileiras com subsidiárias no exterior financiem investimentos externos por meio de empréstimos de mútuos intercompanhia, sem precisar incorrer em custos de internalização das receitas de exportação.

A emenda nº 6 busca inserir no art. 1º da MP um parágrafo estipulando que a cobertura cambial deve ocorrer pela integralidade do valor adiantado no caso de Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACC) ou Adiantamentos sobre Capitais Entregues (ACE). De acordo com a justificativa, seria importante esclarecer que não deve haver, nesses casos, retenção do valor adiantado, visto que ACC e ACE são mecanismos utilizados para o financiamento da produção e da comercialização de produtos, com juros praticados nos mercados internacionais.

A emenda nº 7 propõe acrescentar ao art. 1º da MP parágrafo que veda a manutenção dos recur-



tos de que trata o **caput** em instituições financeiras localizadas em paraísos fiscais, assim considerados aqueles países ou dependências que não tributam a renda, ou que a tributam a alíquota inferior a 20%, ou ainda aqueles cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade. De acordo com a justificção, seria importante evitar que recursos no exterior sejam canalizados a paraísos fiscais, sendo ainda ressaltado que, de acordo com a Instrução Normativa nº 188/2002 da Secretaria da Receita Federal (SRF), 53 países já seriam caracterizados com tal.

A emenda nº 8 pretende alterar o art. 1º da MP, acrescentando parágrafo que determina que é obrigatória a informação, no contrato de câmbio, do número da conta e do nome da instituição depositária dos recursos oriundos das exportações que não estejam sujeitos à cobertura cambial. De acordo com a justificção, deve-se primar pelo efetivo controle da destinação das divisas que o País adquire em face de suas exportações de mercadorias e serviços.

A emenda nº 9 busca alterar a redação do **caput** do art. 2º da MP, de forma a não apenas autorizar, mas de tornar obrigatório que o CMN estabeleça formas simplificadas de compra e venda de moeda estrangeiras. Adicionalmente, a nova redação busca estipular que a medida seja aplicável não apenas a exportadores, mas a qualquer empresa que tenha receitas e obrigações em moeda estrangeira.

A emenda nº 10 propõe alterar o art. 4º da MP, estipulando que a nova redação conferida ao art. 4º da MP nº 315 passe a vigorar acrescida de um parágrafo que permita alterar o valor máximo até o qual não seja obrigatória a utilização do formulário mencionado no art. 23, § 2º, da Lei nº 4.131, de 1962, de forma a criar uma maior flexibilidade na redução de custos e de burocracia em operações de baixo valor.

A emenda nº 11 pretende acrescentar parágrafo ao art. 5º da MP, de forma a possibilitar que o investidor estrangeiro titular de investimento registrado no Banco Central do Brasil adquira moeda estrangeira no mercado de câmbio para repatriar o investimento ou remeter ao exterior os dividendos recebidos. De acordo com a justificção, apesar de a regulamentação do Banco Central do Brasil já permitir que recursos de contas de não-residentes sejam usados para adquirir moeda estrangeira, seria importante que essa garantia estivesse estipulada em lei, de forma a aumentar a atratividade de nossa economia ao capital produtivo internacional.

A emenda nº 12 busca alterar a redação do art. 6º, I, da MP, estabelecendo que a multa de que trata

a Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, não se aplica à importações cujo vencimento ocorra a partir de 1º de março de 2006, ao invés de 4 de agosto do mesmo ano. De acordo com a justificção, a medida é necessária tendo em vista, entre outros aspectos, o valor excessivo da penalidade – que pode chegar a 100% do valor em reais da operação – e a sua inadequação em virtude da existência de um ambiente de maior flexibilidade cambial.

A emenda nº 13 propõe alterar o art. 8º da MP, acrescentando que a declaração acerca da utilização dos recursos mantidos no exterior deverá ser feita sem prejuízo da prestação da Declaração Anual de Capitais Brasileiros no Exterior ao Banco Central do Brasil. De acordo com a justificção, a medida seria importante para evitar a interpretação equivocada da MP.

A emenda nº 14 pretende limitar o poder de quebra de sigilo conferido à SRF, ao propor alterar a redação do art. 8º, § 1º, da MP, inserindo a menção de que o fornecimento de dados à Autoridade Fiscal deverá ser feito somente mediante pedido fundamentado daquele órgão. De acordo com a justificção, apenas nas hipóteses em que houver indícios de falsa declaração pelo contribuinte deveria ser autorizado o fornecimento dos dados da utilização dos recursos mantidos no exterior que se encontrarem sob o amparo do art. 1º da MP.

A emenda nº 15 busca inserir parágrafo ao art. 8º da MP determinando que o Banco Central do Brasil manterá contas gráficas para o registro da movimentação dos recursos mantidos no exterior que se encontrarem sob o amparo do art. 1º da mesma medida provisória. Essas contas seria criadas por meio da instituição financeira autorizada a operar em câmbio em que as pessoas afetadas pelo dispositivo tenham conta corrente. De acordo com a justificção, a medida é necessária para que possa ser exercido efetivo controle da destinação dos referidos haveres depositados no exterior.

A emenda nº 16 pretende alterar a redação do art. 9º da MP, incluindo a menção de que as multas de que trata o dispositivo serão aplicadas de acordo com a regulamentação estabelecida pelo CMN, e retirando o vocábulo “fiscais” que adjetiva “multas”, uma vez que estas apresentariam natureza administrativa, e não fiscal. De acordo com a justificção, é preferível que o CMN estabeleça as condutas que caracterizariam a violação das disposições dos arts. 1º e 8º da MP, e não o Parlamento.

A emenda nº 17 busca incluir um art. 16 na MP, renumerando-se os demais. Esse novo artigo estabelece que o regime de **drawback** poderá ser concedido

do para produtos utilizados na atividade agropecuária de exportação, conforme definição do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. De acordo com a justificação, a reconhecida competitividade do agronegócio brasileiro poderia ser ampliada caso a medida fosse adotada, visto que, embora algumas atividades produtivas já sejam favorecidas por esse mecanismo (tais como as relacionadas à produção de frutas, algodão e carnes suína e de frango), outras ainda não se encontram amparadas por esse regime, como as relacionadas à produção de grãos, açúcar, café, fumo e tabaco. Dessa forma, seria criada uma isonomia com os setores que produzem manufaturados, que atualmente já se beneficiariam, de maneira quase automática, da isenção de impostos na importação de insumos.

A emenda nº 18 pretende acrescentar parágrafo ao atual art. 16 da MP, estabelecendo que a redução de alíquota e os prazos previstos em seu **caput** serão também aplicados às operações de arrendamento mercantil de aeronaves ou motores a ela destinados que sejam celebrados entre empresas sediadas no Brasil. De acordo com a justificação, é importante dar igualdade ao tratamento tributário no arrendamento mercantil de aeronaves, independentemente de sua realização no mercado doméstico ou internacional; tendo em vista a presença da Embraer, empresa nacional de sucesso no competitivo mercado mundial da aviação.

A emenda nº 19 pretende inserir na MP artigo que é idêntico, inclusive em sua justificação, ao da emenda nº 17.

A emenda nº 20 busca acrescentar na MP artigo que estabeleça a prorrogação, por dez anos, da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), bem como outro artigo que determine nova redação ao art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, de forma a dispor que, por um prazo de vinte anos contados a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado nas regiões Norte ou Nordeste. De acordo com a justificação, a medida é necessária para combater desequilíbrios nos desenvolvimentos econômicos regionais, bem como para evitar, mais especificamente, que a indústria salineira do Rio Grande do Norte passe a sofrer uma desvantagem competitiva, visto que não se observariam encargos semelhantes incidindo sobre a concorrente indústria de sal do Chile, o que poderia acarretar impactos negativos à economia potiguar.

A emenda nº 21 pretende inserir na MP artigo que reduza a zero as alíquotas da contribuição para

o PIS /Pasep e Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda, no mercado interno, de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo destinados à alimentação humana, bem como artigo que altere a redação dos arts. 8º, § 12, XIII e 28, VII da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, de forma a também implementar a mencionada desoneração tributária. De acordo com a justificação, a criação de mecanismos que estimulem a redução dos preços dos alimentos, especialmente daqueles consumidos em larga escala pela população carente, é de fundamental importância. Adicionalmente, haveria um estímulo à produção e circulação desses produtos, gerando empregos e arrecadação tributária.

Todavia, deve-se ressaltar que a atual redação dos arts. 8º, § 12, XIII e 28, VII da Lei nº 10.865 já contempla a desoneração tributária de preparações compostas não alcoólicas destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 2003. Com a alteração proposta, a desoneração tributária dessas preparações deixará de existir, o que não parece ser, a **priori**, a intenção do autor da emenda, pelo que se depreende da justificação apresentada.

A emenda nº 22 busca inserir na Medida Provisória artigo que vede a divulgação, por qualquer meio, de cotações de câmbio não oficiais como referência para operações no mercado paralelo de dólar, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 7º da aludida MP. De acordo com a justificação, deveriam ser coibidas não apenas as operações de câmbio realizadas à margem da lei, mas também qualquer ato que as facilite, como a divulgação diária, nos meios de comunicação, das cotações praticadas nessas operações ilegais.

A emenda nº 23 pretende alterar o art. 11 da MP, que por sua vez eliminou a penalidade prevista no art. 3º do Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, imposta em virtude de sonegações de coberturas dos valores oriundos de exportações. Essa emenda pretende manter a penalidade para os recursos provenientes de exportações que não sejam amparadas pelo art. 1º da MP. De acordo com a justificação, deveria ocorrer o afastamento da penalidade para a parte do valor exportado que não esteja sujeita à cobertura cambial, mas não para a parcela em que a cobertura cambial seja obrigatória.

São essas as linhas básicas do texto enviado pelo Poder Executivo, e das 23 emendas apresentadas pelas Sras. e Srs. Parlamentares, suficientemente descritas em suas respectivas justificativas.

É o relatório do essencial.

## II – Voto do Relator

Cumpre-nos, preliminarmente, a manifestação sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas, para então, superados esses aspectos, apreciar-lhe o mérito.

### Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Quanto aos pressupostos constitucionais, quais sejam: relevância e urgência, entendemos que ambos estão presentes.

De fato, há que se destacar a importância das matérias sobre as quais dispôs a medida provisória, que busca, entre outros temas, aprimorar a legislação cambial brasileira. Uma de suas principais medidas refere-se à alteração da exigência de cobertura cambial das exportações brasileiras -que, até a edição da medida, deveria ocorrer em até 210 dias a partir do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço.

Entendemos que os demais aspectos do ordenamento jurídico foram respeitados, sendo que os aspectos formais do texto analisado estão conformes aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O mesmo se verifica em relação às emendas apresentadas. Não se constatam, vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

Assim sendo, propomos ao Plenário o voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas.

### Da Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

Entendemos que as disposições da medida provisória em análise, bem como das emendas a ela apresentadas, estão de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas e, dessa forma, votamos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da MP nº 315, de 2006, e das emendas a ela apresentadas.

### Do Mérito

A Medida Provisória nº 315, de 2006, representa sem dúvida um progresso para a legislação cambial brasileira.

A flexibilização da cobertura cambial das exportações brasileiras é, de fato, medida sobremaneira relevante e oportuna, visto que a manutenção de disponibilidades no exterior oriundas de recebimentos de

exportações de bens e serviços possibilita efetuar, de forma direta, pagamentos, investimentos ou aplicações financeiras no exterior.

Assim, a proposição propicia alcançar uma maior competitividade brasileira no acirrado comércio internacional, ao abrir a possibilidade de que recursos das importações não mais sejam internalizados e subsequentemente reenviados ao exterior para as finalidades aqui mencionadas, possibilitando a redução de custos ao exportador.

Além de promover outras alterações à legislação relacionada às operações de câmbio, a medida também busca, por exemplo, reduzir custos administrativos associados à cobrança de multas pelo Banco Central do Brasil; autorizar a novação e conversão em instrumento híbrido de capital e dívida de contratos celebrados entre o BNDES e a União; estabelecer, por prazo determinado, a redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre contraprestações arrendamentos mercantis de aeronaves e seus motores; e também revogar o art. 7º, IV, da MP nº 303, de 2006.

Deve-se destacar que a mencionada autorização legal para a novação de dívidas celebradas entre o BNDES e a União resultará na elevação do patrimônio de referência daquele órgão, possibilitando a expansão de suas atividades, que tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento do País.

Adicionalmente, o fortalecimento do setor aéreo brasileiro também está contemplado na presente MP, que reduz a zero, por prazo determinado, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior a título de contraprestações de modalidades de arrendamentos mercantis de aeronaves e seus motores.

Por outro lado, a análise de cada uma das emendas apresentadas nos revela que ora não são atendidos os pressupostos de relevância e urgência, ora não são observados aprimoramento à medida em comento.

### Conclusão

Pelos motivos acima expostos, concluímos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária: e, no mérito, votamos pela aprovação desta medida provisória, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2006. –  
**Deputado Vignatti, Relator.**

**Proposição:** [MPV-315/2006](#)

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 04/08/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento; NATEC(SGM): Aguardando Parecer.

**EMENTA:** Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

**INDEXAÇÃO:** \_ Critérios, operação de câmbio, manutenção, recursos financeiros, receita, moeda estrangeira, recebimento, transação, exportação, venda, mercadoria, produto, serviço, depósito, instituição financeira, banco estrangeiro, exterior. \_ Autorização, Conselho Monetário Nacional, normas, simplificação, contratação, compra e venda, moeda estrangeira, recursos financeiros, origem, exportação, operação financeira, conta bancária, contratante, competência. (BACEN), registro, contrato de câmbio, ingresso, País, Brasil, informações, controle cambial, declaração, Secretaria da Receita Federal, pessoa física, pessoa jurídica, pessoa residente, domicílio, exportador, utilização, manutenção, recursos, escrituração, natureza contábil, descumprimento, obrigação tributária, multa fiscal, importação, desoneração tributária. (PIS), (PASEP), (COFINS), . \_ Alteração, lei federal, aplicação, capital estrangeiro, remessa de valores, exterior, simplificação, desburocratização, dispensa, formulário, limite máximo, compra e venda, moeda estrangeira, dólar. \_ Competência. (BACEN), obrigatoriedade, registro, moeda nacional, investimento, créditos, ativo, direitos, pessoa física, pessoa jurídica, empresa, capital estrangeiro, prazo, regularização, investidor, pessoa não-residente. \_ Dispensa, aplicação, multa, importação, importador, prazo determinado, fixação, valor, multa cambial, infração, registro, (BACEN), capital estrangeiro, redução, valor, multa fiscal, infração, sonegação, cobertura cambial, aumento, preço, mercadoria estrangeira, produto importado, valor, exportação. \_ Alteração, decreto-lei federal, autorização, loja franca, porto, aeroporto, venda, mercadoria nacional, mercadoria estrangeira, produto importado, passageiro, viagem, âmbito internacional, utilização, moeda nacional, dinheiro, Real. \_ Dispensa, (BACEN), cancelamento, inscrição, dívida ativa, execução fiscal, débitos, multa, natureza administrativa. \_ Autorização, União Federal, (BNDES), novação, contrato, dívida, natureza contratual. \_ Desoneração tributária, redução, alíquota zero, imposto de renda retido na fonte, remessa de valores, exterior, arrendamento mercantil, aeronave, motor, empresa de transporte aéreo. \_ Revogação, dispositivos, Medida Provisória, rescisão, parcelamento, sujeito passivo. (FGTS), inscrição, Dívida Ativa da União, existência, débitos, pessoa jurídica, Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, (INSS).

**Despacho:**

22/8/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN )

[MSC 672/2006 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

**Legislação Citada**

**Emendas**

- MPV31506 (MPV31506)

[EMC 1/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 2/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 3/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ivan Ranzolin](#)

[EMC 4/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 5/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 6/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 7/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 8/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 9/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 10/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 11/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 12/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 13/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 14/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Aleluia](#)

[EMC 15/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 16/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jorge Bornhausen](#)

[EMC 17/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arthur Virgílio](#)

[EMC 18/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Aleluia](#)

[EMC 19/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Mendes Thame](#)

[EMC 20/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Betinho Rosado](#)

[EMC 21/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Betinho Rosado](#)

[EMC 22/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

[EMC 23/2006 MPV31506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sérgio Miranda](#)

**Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV31506 (MPV31506)



**PPP 1 MPV31506 (Parecer Proferido em Plenário) - Vignatti****Última Ação:**

8/11/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 315-A/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

<b>Andamento:</b>	
4/8/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
4/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 05/08/2006 a 10/08/2006. Comissão Mista: 04/08/2006 a 17/08/2006. Câmara dos Deputados: 18/08/2006 a 31/08/2006. Senado Federal: 01/09/2006 a 14/09/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 15/09/2006 a 17/09/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 18/09/2006. Congresso Nacional: 04/08/2006 a 02/10/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 03/10/2006 a 01/12/2006.
21/8/2006	<b>Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. (MPV31506)</b> Apresentação da MSC 672/2006, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 315, de 2006, que "Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006"
21/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 335, de 2006, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 315, de 2006. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 23 ( vinte e três ) emendas e que a Comissão Mista não emitiu parecer.
22/8/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 23/8/2006.
22/8/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-sc. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
12/9/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Carlito Meres (PT-SC), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 23 emendas apresentadas.
3/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
9/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 18:00)
10/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
10/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirada de pauta de Ofício.
23/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 18:00)
24/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 11:30)
24/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão Ordinária - 14:00)

31/10/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo. (Sessão extraordinária - 10:00)
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Designado Relator. Dep. Vignatti (PT-SC), para proferir o parecer pela Comissão Mista.
7/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Deferida pela Presidência a solicitação de prazo até a sessão ordinária seguinte feita pelo Relator, Dep. Vignatti (PT-SC), para proferir seu parecer, nos termos do artigo 6º, § 2º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Vignatti (PT-SC), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 23.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 23, com parecer contrário, ressalvados os destaques.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 315, de 2006.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 5, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PFL.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) e Dep. Vignatti (PT-SC).
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 5.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 9, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PFL.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) e Dep. Vignatti (PT-SC).
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 9.

8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 14, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PFL.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM). Dep. José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Dep. Vignatti (PT-SC).
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 14.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Vignatti (PT-SC).
8/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 315-A/06)
9/11/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> À Seção de Autógrafos.

Cadastrar para Acompanhamento

Of. nº 1.779/06/SGM/P

Brasília, 10 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

Nesta

Assunto: envio de MPv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 315, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-11-2006, que "Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.131, DE 3 DE SETEMBRO DE 1962

#### **Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências.**

Art. 23. As operações cambiais no mercado de taxa livre serão efetuadas por meio de estabelecimentos autorizados a operar em câmbio, com a intervenção de corretor oficial quando previsto em lei ou regulamento, respondendo ambos pela identidade do cliente, assim como pela correta classificação das informações por este prestadas, segundo normas fixadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

LEI Nº 9.481, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

#### **Dispõe sobre a incidência de Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.**

Art. 1º Relativamente aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 1997, a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida para zero, nas

seguintes hipóteses: (Alterado pela Lei nº 9.532, de 10-12-97)

.....  
 V – valores correspondentes aos pagamentos de contraprestação de arrendamento mercantil de bens de capital, celebrados com entidades mercantil de bens de capital, celebrados com entidades domiciliadas no exterior;

.....  
 LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

**Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 26. A União transferirá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 94.953.982 (noventa e quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias nominativas e 4.372.154 (quatro milhões, trezentos e setenta e duas mil, cento e cinquenta e quatro) ações preferenciais nominativas, de sua propriedade no capital da companhia Vale do Rio Doce.

§ 1º O BNDES em contrapartida à transferência das ações pela União, pelo valor nominal equivalente ao valor de venda das ações, deverá, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

a) assumir dívidas, caracterizadas e novadas da União, nos termos dos atos legais em vigor, relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS;

b) transferir à União debêntures de emissão da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, de sua propriedade, com as mesmas condições de rentabilidade e prazo das dívidas a que se refere a alínea anterior.

.....  
 LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurí-**

**dicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

.....  
 LEI Nº 10.755, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2003

**Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 1º Fica o importador sujeito ao pagamento de multa a ser recolhida ao Banco Central do Brasil nas importações com Declaração de Importação – DI, registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, quando:

.....  
 II – não efetuar o pagamento de importação até cento e oitenta dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para pagamento da importação, conforme consignado na DI ou no Registro de Operações Financeiras – ROF, quando financiadas.

.....  
 LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

**Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 6º A Cofins não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

.....  
 II – prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

.....  
 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.158-35,  
 DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 14. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da Cofins as receitas:

.....  
 § 1º São isentas da contribuição para o PIS/Pasep as receitas referidas nos incisos I a IX do caput.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 303,  
DE 29 DE JUNHO DE 2006

Sem eficácia.

DECRETO Nº 23.258,  
DE 19 DE OUTUBRO DE 1933

**Dispõe sobre as operações de câmbio,  
e dá outras Providências.**

Art. 1º São consideradas operações de câmbio ilegítimas as realizadas entre bancos, pessoas naturais ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas no País, com quaisquer entidades do exterior, quando tais operações não transitem pelos bancos habilitados a operar em câmbio, mediante prévia autorização da fiscalização bancária a cargo do Banco do Brasil.

Art. 2º São também consideradas operações de câmbio ilegítimas as realizadas em moeda brasileira por entidades domiciliadas no País, por conta e ordem de entidade brasileiras ou estrangeiras domiciliadas ou residentes no exterior;

Art. 3º São passíveis de penalidades as sonegações de coberturas nos valores de exportação, bem como o aumento de preço de mercadorias importadas para obtenção de coberturas indevidas. (Vide Medida Provisória nº 315, de 2006.)

DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972

**Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.**

*Cristovam Buarque*

Senador Cristovam Buarque

*Trão Vianna*  
Trão Vianna

*Enriquez*  
Enriquez

*João Dantas*  
João Dantas

*Carvalho*

*João Batista Motta*  
João Batista Motta

*João Batista Motta*  
João Batista Motta

*João Batista Motta*  
João Batista Motta

*João Batista Motta*  
João Batista Motta

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976

**Dispõe sobre bagagem de passageiro  
procedente do exterior, disciplina o regime  
de entreposto aduaneiro, estabelece normas  
sobre mercadorias estrangeiras apreendi-  
das, e dá outras providências.**

Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, saindo do País ou em trânsito, contra pagamento em cheque de viagem ou moeda estrangeira conversível. (Vide Medida Provisória nº 315, de 2006.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.164, DE 2006**

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 5 de dezembro de 2006, destinada a comemorar os vinte e cinco anos de atividade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO–Brasil.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Ainda se encontram sobre a mesa os requerimentos de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.165, DE 2006**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista Milton Friedman, que morreu nesta quinta-feira aos 94 anos, na cidade de San Francisco, no Estado da Califórnia - EUA.

#### **Justificação**

Milton Friedman morreu devido a um ataque cardíaco, após ser levado para um hospital próximo a sua casa, em San Francisco. Ele nasceu no dia 31 de julho de 1912, no bairro do Brooklyn, na cidade de Nova York. Economista, Friedman obteve seu Ph.D. na Universidade Columbia em 1946, e foi professor de economia na Universidade de Chicago entre 1946 e 1976.

Quero aqui lembrar o que escrevi em meu livro, **Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta**, sobre Friedman. Há pessoas que têm resistência à renda mínima, dizendo se tratar de uma proposta neoliberal, pelo fato do professor Friedman ter contribuído para conceituar e popularizar o Imposto de Renda Negativo (IRN). Ser contra a renda mínima só porque Friedman a defendeu é como ser contra o Imposto de Renda só porque países capitalistas o aplicam.

Com o propósito de obter mais informações sobre o desenvolvimento da idéia de uma renda mínima garantida, para serem incluídas nesse livro enviei uma carta em março de 2000 ao professor Milton Friedman, que tinha 87 anos à época e se encontrava na Universidade de Stanford.

Friedman recebeu o prêmio Nobel de Economia de 1976 “por sua contribuição para a análise do consumo, da história e da teoria monetária, e por sua demonstração sobre a complexidade da política de estabilização de preços”. Em seu livro **Capitalismo e Liberdade**, publicado pela Universidade de Chicago, em 1962, Friedman argumenta que o capitalismo seria

o sistema econômico mais dinâmico e mais compatível com a liberdade do ser humano. Reconhece, entretanto, que acaba gerando significativas diferenças de renda e riqueza. Argumenta que, para se resolver o problema da pobreza, o melhor e mais eficiente instrumento é o Imposto de Renda Negativo, pois justamente atuaria de maneira a não prejudicar o funcionamento do mercado, ao mesmo tempo que garantiria uma renda a todas as pessoas.

Em resposta às minhas perguntas, enviadas em 11 de abril de 2000, Friedman observou que a idéia de um Imposto de Renda Negativo “já estava no ar e não era completamente nova”, quando ele escreveu a respeito.

A evidência de que ele conhecia pelo menos parte da literatura anterior está, por exemplo, na resenha que publicou em 1947, no **Journal of Political Economy**, sobre o livro de Abba Lerner, **Lerner on the Economics of Control**, ao mencionar: “A distribuição primária aos indivíduos para o uso de seus recursos pode ser modificada por um ‘dividendo social’ e por um Imposto de Renda”.

James Tobin, laureado com o Nobel em 1981, relatou-me, em Yale, nos EUA, que Friedman se recusara a assinar um manifesto, em 1968, no qual 1.200 economistas propugnaram pela instituição de uma garantia de renda para todos os americanos. Friedman explicou-me que não gosta de assinar manifestos. Embora o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, ou **EITC, (Earned Income Tax Credit)**, instituído desde 1975, tenha contribuído para combater a pobreza e, de alguma forma, aumentar o nível de emprego, Friedman considera que o Imposto de Renda Negativo mais completo, como ele apresentou, teria tido melhores resultados. Considera que a Renda Básica ou Incondicional é uma outra maneira de se instituir o Imposto de Renda Negativo. Em anexo está a integral da entrevista.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.166, DE 2006**

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 21 de novembro do corrente, do economista Antonio Maria da Silveira; bem como apresentação de condolências

à sua esposa Sônia e aos filhos Antônio Henrique Pinheiro da Silveira, Rodrigo Pinheiro da Silveira e Fabrício Pinheiro da Silveira

### Justificação

Antônio Maria nasceu em Minas Gerais, graduou-se em Engenharia pela UFMG em 1963, e obteve seu mestrado em Administração pela Carnegie Mellon University em 1968. Concluiu o seu doutorado em 1971 na mesma universidade com a tese **Studies of Money and interest Rate in Brazil**. O seu pós-doutorado foi na University of Cambridge, entre 1988 e 1990.

Foi um homem ligado a formação de pessoas e de idéias. Dedicou toda a sua vida profissional à docência. Ao longo de 18 anos foi professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e após se aposentar decidiu percorrer o Brasil fazendo o que adorava: lecionar. Como professor visitante ministrou cursos na Universidade Federal de Uberlândia, na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade Estadual de Campinas, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal da Bahia,

O seu reconhecimento na comunidade acadêmica dos economistas se deu entre 1996 e 1998, período que foi Secretario Executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC. Instituição que congrega todos os pesquisadores em economia do Brasil.

Antônio Maria ao longo de décadas se dedicou a pesquisa e ao ensino dos assuntos relacionados à Teoria Monetária e aos fundamentos filosóficos da Ciência Econômica. Em abril de 1975, formulou a primeira proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, em **Redistribuição da Renda**, texto publicado na **Revista Brasileira de Economia**. Era sua proposição que a injeção de nova moeda na economia pelo Governo fosse feita pelas mãos dos que menos têm. Criticando a ineficácia dos métodos até então adotados para combater a pobreza, Silveira propôs que ela fosse atacada diretamente por meio do Imposto de Renda negativo.

Eu havia conhecido Antonio Maria da Silveira em cursos preparatórios que ambos fizemos antes de seguir, ele para Carnegie Mellon University, eu para Michigan State University, para fazermos nossos cursos de pós-graduação em Economia. Em 1973-4, ele me convidou para fazer palestras no Instituto Tecnológico da

Aeronáutica, ITA, em São José dos Campos, enquanto eu o convidei para expor suas idéias na EAESP-FGV. Intensificamos um intercâmbio que durou até hoje. Em artigo na **Folha de S. Paulo**, “O debate sobre o Salário Mínimo”, em 7 de março de 1976, escrevi sobre a importância de se coordenar as políticas de definição do salário mínimo e de garantia de renda mínima:

“E com respeito ao desemprego que seria causado pelo salário mínimo? Para Galbraith, a solução não consiste em obrigar permanentemente todos os que estão no sistema de mercado a aceitarem uma recompensa inferior. Para os que não encontram emprego, deve-se, como imperativo de direito, prover uma renda mínima garantida, ou alternativa. Friedman também é favorável à introdução da renda mínima garantida, também chamada de Imposto de Renda Negativo. A introdução desse mecanismo de política vem sendo defendida pelo Professor Antonio Maria da Silveira, da Escola de Pós-Graduação de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.”

Em entrevista a revista **Cultura Vozes**, março-abril de 2002, dedicada ao tema Programas de Renda Mínima e Bolsa-Escola, Antonio Maria comentou a importância do seu artigo de 1975 que preconizava as políticas de transferência de renda no combate e erradicação da miséria e da fome. Como sabemos, hoje, a eficiência dessas políticas é inquestionável. Esse instrumento de política social é adotado por inúmeros países da América Latina e cujos resultados positivos são atestados pelo Banco Mundial e pelo FMI.

**Cultura Vozes** – Sabemos que nos anos 70, numa entrevista à revista **Visão** (12-5-75), o senhor defendia a erradicação da miséria por meio de uma transferência governamental em dinheiro. Naquela época, já havia a idéia de uma redistribuição mais justa dos recursos arrecadados pelo Governo de forma a atingir a população de baixa renda?

**Antonio Maria** – Não em dinheiro. Voltei do doutoramento nos Estados Unidos em 1971, já defendendo com firmeza esta causa. Felizmente, era professor do ITA e monetarista, pois estávamos no Governo do general-Presidente Médici. Digo isto porque ficava

difícil acusar-me de comunista, ou submeter-me a alguma represália aberta. Felizmente, também, já estava na FGV do Rio quando terminei meu primeiro trabalho, publicando-o em 1975, depois de apresentá-lo em seminários de pesquisa de algumas escolas e institutos. O desconhecimento era tal que foram apresentações que se degeneraram em discussões, a não ser na FGV de São Paulo, onde Suplicy, Bresser, Nakano e os demais colegas proporcionaram-me um belo debate acadêmico. Suplicy foi o único colega que me apoiou efetivamente então, apresentando-me na **Visão** e na **Folha de S.Paulo**. Alguns fecharam-me portas, muitos passaram a gozações. Num seminário na ESG, Simonsen chamou-me de lírico, ao responder a um ex-colega do ITA que lhe sugeriu a adoção do Renda Mínima, apoiado em meu trabalho – gostei, afinal, Simonsen era barítono... O sério na época era o **slogan** da espera pelo crescimento do bolo, ou pior, o erro de que o crescimento erradicaria automaticamente a miséria. Não tinham estas saídas comigo, pois voltava dos Estados Unidos, onde seus assemelhados diziam o mesmo, apesar do bolo lá por ser demais crescido.

**Cultura Vozes** – O senhor defendia o “Imposto de Renda Negativo”? O que era este imposto? Estava baseado em autores como Milton Friedman? Idéias como a deste autor ainda valem para os dias de hoje?

**Antonio Maria** – Valem mais do que na época, e o Renda Mínima está caminhando para aceitação universal. Mas a idéia não é de Friedman e já está presente na literatura econômica há alguns séculos. O grande mérito dele foi reconhecer claramente, sendo um líder inquestionável do liberalismo, a necessidade da intervenção do Governo para a erradicação da miséria e, reconhecesse do outro lado, o brilhantismo com que defendeu o Imposto de Renda Negativo. Trata-se de uma forma de renda mínima que embute um estímulo ao trabalho. O benefício diminui na medida em que a renda do pobre aumenta, mas de tal maneira que a soma de ambos é sempre crescente. Exemplificando, no Projeto Suplicy,

aprovado em 1991 pelo Senado, o benefício é igual a 30% de cerca de dois salários mínimos menos a renda do pobre. A alíquota pode variar até 50%, a critério do Executivo, o que introduz também um instrumento de política econômica. Não se trata de um imposto, creio que o nome advém do processo de pagamento então pensado: na fonte, junto com o salário, quando o beneficiado tem emprego formal, e, nos demais casos, no sistema de devolução do imposto de renda. Não havia o uso generalizado de cartões, como hoje.

Podemos afirmar com certeza que Antonio Maria da Silveira foi um dos pioneiros defensores do que hoje é aplicado no Brasil pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família. Comigo ele participou, em 1991, do debate ocorrido entre economistas do PT, dentre os quais o professor José Márcio Camargo, coordenado por Walter Barelli, à época, coordenador do Governo Paralelo de Lula, sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima. Foi então que o professor Camargo ponderou que seria bom iniciar o programa de renda mínima para as famílias carentes, para que seus filhos pudessem ir à escola, e assim cortar o círculo vicioso da pobreza. Foi a partir desse debate, que teve a participação de Cristovam Buarque, que se desencadearam as propostas de renda mínima associados à educação, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e, a partir de 2003, o Bolsa Família, que hoje atende 11,120 milhões de famílias. Antonio Maria da Silveira sabia e defendia que esse seria o passo na direção de uma garantia de Renda Mínima, uma Renda Básica como um direito à cidadania que em breve poderá se tornar uma realidade para todos os brasileiros.

Para Sonia, Antonio Henrique, Rodrigo, Fabrício e todos os seus alunos e pesquisadores que com ele trabalharam ao longo de sua vida, o nosso mais profundo pleito de homenagem e agradecimento por sua extraordinária colaboração.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.  
– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para encaminhar os requerimentos.



**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar sobre os requerimentos, mas, neste instante, dada a relevância do tema tratado pelo Senador Tasso Jereissati, apresentarei algo que S. Ex<sup>a</sup> aqui me traz: o contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Petrobras e a USC Offshore Trading LLC. S. Ex<sup>a</sup> pede que eu assinale aqui que, na cláusula 4.1, está escrito que a Petrobras se compromete a celebrar com a USC Offshore um contrato estabelecendo os termos e condições para a compra, por parte da USC Offshore, e a venda, pela Petrobras, de gás, em conformidade com o modelo anexo, a ser entregue pela USC Offshore à USI Offshore, para o uso exclusivo da usina: “O contrato de compra e venda de gás natural, em forma final acordada e rubricada pelas partes, é parte integrante e indissociável deste contrato”. E assinam, em 17 de outubro de 2005, pelo Estado do Ceará, o Governador Lúcio Gonçalo de Alcântara; o Presidente José Sérgio Gabrielli; Francisco de Queiroz Maia Júnior, Secretário; Ildo Luis Sauer, Diretor de Gás e Energia; Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Ceará, Luiz Eduardo Barbosa de Moraes; e Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Francisco Régis Cavalcante Dias.

Obviamente, fica esclarecida e documentada essa parte. Há uma foto em que se registra a assinatura do contrato; nela aparecem o Presidente José Sérgio Gabrielli e o Governador Lúcio Alcântara, inclusive na presença do ex-Senador Sérgio Machado, que é do Ceará e é presidente da Transpetro, e de outras autoridades.

Diante do documento apresentado e com a Senadora Patrícia Saboya Gomes tendo a oportunidade de dialogar com o Diretor Ildo Sauer, renovo o compromisso, que ele próprio manifestou, de encaminhar todos os esclarecimentos sobre o assunto amanhã.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de aqui fazer uma homenagem a dois economistas.

Um deles é o ganhador do Prêmio Nobel de Economia Milton Friedman, que, aos 94 anos, faleceu na quinta-feira da semana passada. Ele teve uma extraordinária influência sobre o pensamento econômico contemporâneo e, mais do que isso, sobre decisões importantes de política econômica nos Estados Unidos e nos mais diversos países do mundo.

Ele, que muitas vezes foi reconhecido pela defesa do sistema de mercado, tinha, entretanto, uma característica interessante. Em 1962, quando escreveu **Capitalismo e Liberdade**, em que procurou argumentar que o capitalismo seria o sistema econômico mais compatível com a liberdade do ser humano, ele reconheceu, porém, no capítulo sobre o problema da pobreza, que o sistema capitalista não o resolvia completamente e, caso se quisesse atacar esse problema, o melhor instrumento seria justamente o imposto de renda negativo, que proveria a garantia de uma renda mínima a todos os cidadãos.

Essa proposta foi defendida e desenvolvida por economistas do mais largo espectro, desde Karl Marx, John Maynards Keynes, Friederick Von Hayek a James Tobin, que tanto debateu com Milton Friedman sobre temas de política econômica, Philippe van Parijs e tantos outros que passaram a estudar a garantia de uma renda e defender que melhor do que o imposto de renda negativo seria uma renda básica incondicional.

Antonio Maria da Silveira, que infelizmente nos deixou por volta das três horas da manhã de hoje, no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, e cujo corpo está presentemente sendo velado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, foi o economista que, no meio acadêmico brasileiro, pela primeira vez, em junho de 1975, em um artigo sobre a distribuição da renda na **Revista Brasileira de Economia**, propugnou pela instituição no Brasil de uma renda básica ou de uma renda mínima para todos, a ser instituída através de um imposto de renda negativo.

Eu quero ressaltar, Sr. Presidente, que no ano de 1991, quando apresentei a proposta para garantir uma renda mínima por meio de um imposto de renda negativo, Antonio Maria da Silveira foi uma das pessoas que mais colaboraram comigo na elaboração do projeto. Depois, ele permaneceu, no segundo semestre de 91, conversando com inúmeros Senadores, inclusive com o Senador Relator da proposição, ajudando a persuadi-los. Em 16 de dezembro de 1991, foi aprovado, por unanimidade, aquele projeto de lei, que, depois, foi à Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável de Germano Rigotto, mas lá permanece até hoje.

Acontece que aquele debate teve um enorme impacto, inclusive no âmbito do Partido dos Trabalhadores, quando Walter Barelli era coordenador do go-

verno paralelo do candidato Lula, que tinha disputado as eleições em 89 e perdido para Fernando Collor de Mello.

Pois bem, foi em Belo Horizonte, em 91, que houve um debate, do qual Antonio Maria da Silveira participou, e onde José Márcio Camargo, professor de Economia da PUC do Rio de Janeiro propôs que seria interessante que pudesse haver a garantia de uma renda mínima para famílias carentes para que suas crianças estudassem. Disso resultou, ainda mais com a cooperação de Cristovam Buarque e também do Prefeito Magalhães Teixeira, do PSDB de Campinas, o desenvolvimento de propostas de garantia de renda mínima espalhadas por todo o Brasil e vinculadas à educação.

Homenageamos hoje Antonio Maria da Silveira, porque o que existe atualmente no Brasil, o Programa Bolsa Família, constitui uma forma de imposto de renda negativo associado às oportunidades de educação que nele teve um de seus principais propugnadores. Ele, que era um entusiasta do pensamento de João XXIII, de Arnold Toynbee e tantos outros conforme expôs em seu artigo de 1975, analisou um artigo de John Maynard Keynes de 1930, no qual discorria sobre o que iria acontecer com os nossos netos e previa o que iria acontecer cem anos depois, portanto em 2030, quando as pessoas em geral, se a humanidade tivesse um desenvolvimento onde procurasse evitar as guerras, a violência e, sobretudo, utilizar-se de todo o progresso promovido pelas ciências, certamente não mais precisariam se incomodar tanto em prover suas necessidades básicas, porque haveria uma garantia mínima para todas elas.

Certamente a humanidade poderia, então, não mais se incomodando tanto, prover aquilo que fosse sua necessidade básica, porque isso seria uma garantia para todas as pessoas. E, a partir daí, cada um conseguiria aquilo que fosse o excesso de suas necessidades básicas. Ressaltou, então, Antonio Maria da Silveira o que John Maynard Keynes havia previsto, ou seja, que um dia em breve teríamos a renda básica de cidadania como bem universal.

Para Sônia, sua esposa, Antonio Henrique, Rodrigo, Fabrício e todos os seus alunos e pesquisadores que trabalharam com ele ao longo de sua vida, nosso mais profundo pleito de homenagem e agradecimento por sua extraordinária contribuição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, pela sua compreensão, permitindo-me homenagear Antonio Maria da Silveira.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, esta Presidência também se associa às homenagens que presta V. Ex<sup>a</sup> e encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Para Milton Friedman e Antonio Maria da Silveira, até porque a contribuição de ambos tanto se relaciona.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia; os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes e a Sr<sup>a</sup> Senadora Patrícia Saboya Gomes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula colhe o que o governo FHC plantou, diz Giannetti da Fonseca”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de outubro do corrente.

A matéria reproduz declaração do diretor de Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Giannetti da Fonseca, que afirma que “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se vangloria do que não fez e reivindica méritos que não tem, ao proclamar como façanha de seu governo o crescimento da exportação”. Para Giannetti da Fonseca, o aumento da exportação brasileira a partir de 2003 resulta de ações do governo anterior.

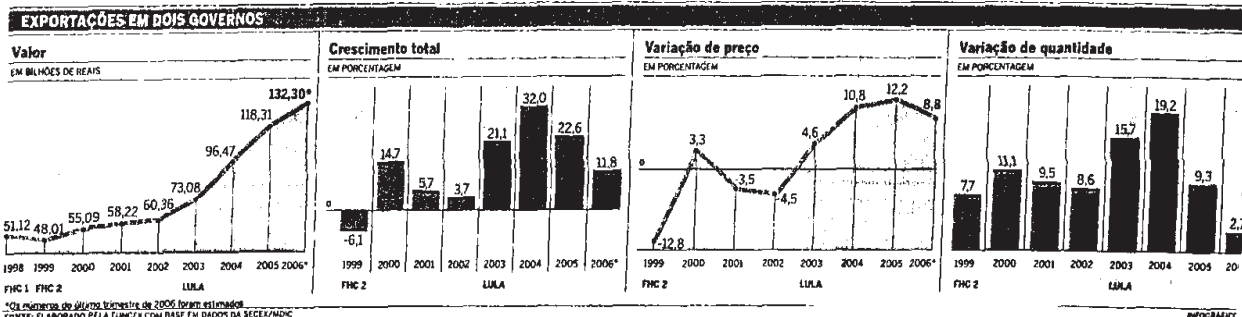
Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Lula colhe o que o governo FHC plantou, diz Giannetti da Fonseca

Impulso às exportações foi dado na administração anterior, segundo diretor de Comércio Exterior da Fiesp



Rolf Kuntz

**CRÍTICAS**

**Roberto Giannetti da Fonseca**  
Diretor de Comércio Exterior da Fiesp

"É claro que temos de exportar para todos os mercados relevantes. (...) Mas não podemos negligenciar os pólos mais importantes, como os EUA, a União Européia e o Japão."  
"Quanto ao Mercosul, tem sido um desastre."  
"O presidente Lula acha que descobriu o mundo."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se vangloria do que não fez e reivindica méritos que não tem, ao proclamar como façanha de seu governo o crescimento da exportação, segundo o diretor de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca.

O aumento da exportação brasileira a partir de 2003 resulta de ações do governo anterior, do acelerado crescimento mundial e da elevação dos preços, afirma Giannetti, que é também presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) e ex-secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Dois terços do crescimento recente das vendas brasileiras são explicáveis por fatores conjunturais externos: os preços de exportação foram cerca de 40% maiores que os do período 1999-2002 e houve uma expansão geral da procura de commodities, incluindo o petróleo pesado exportado pelo Brasil.

De janeiro a agosto deste ano o valor das exportações brasileiras foi 15,6% maior que o de igual período do ano passado, com aumento de 11,7% nos preços e apenas 3,6% na quantidade. No mesmo período, o quantum do comércio mundial foi 8,5% superior ao de um ano antes. Pela primeira vez em seis anos, o volume exportado pelo Brasil aumentou menos que o total mundial. Sem a elevação dos preços, o Brasil estaria perdendo participação no comércio global, observa Giannetti.

Entre 1997 e 2002, crises na Ásia, na Rússia e na América Latina e os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos afetaram o comércio e derrubaram preços de commodities. Em 1999, 2001 e 2002 houve queda nos preços de exportação do Brasil e em todo o

suas poucas realizações incluíse a continuação do programa Reporto, de reequipamento e modernização portuária, lançada na administração anterior. O que melhorou sensivelmente nesse período, na avaliação de Giannetti, foi o transporte ferroviário, graças a investimentos privados. Os serviços aduaneiros continuam com poucos funcionários, nem sempre qualificados. Parte desse pessoal está sendo treinada em curso oferecido pela Fiesp. O Siscomex Exporta, serviço do governo, está fora do ar por falta de investimento.

O governo também exagera, segundo Giannetti, sua contribuição para a abertura e diversificação de mercados. "É claro que temos de exportar para todos os mercados relevantes. Isso inclui China, Índia, África do Sul e países da América Latina, mas não podemos negligenciar os pólos mais importantes, como os Estados Unidos, a União Européia e o Japão."

**Participação do Brasil no comércio global seria menor sem os preços altos**

O País, afirma o diretor da Fiesp, tem perdido oportunidades por falta de acordos com os maiores mercados. "Quanto ao Mercosul, tem sido um desastre. Temos litígios com a Argentina e tempo todo, o Uruguai e o Paraguai estão insatisfeitos, e agora se incluí no bloco a Venezuela, que nas atuais condições não facilitará a superação dos problemas."

Quanto à diversificação de mercados, não há novidade política. "O presidente Lula acha que descobriu o mundo. Há 30 anos, como empresário exportador, eu trabalhava para abrir mercados na África. Em 1985 o

**Proposta de Alckmin prevê desoneração da exportação**

Eliminar os impostos sobre a exportação é um dos pontos principais da política de comércio exterior desenhada para o candidato Geraldo Alckmin, com a colaboração do economista Roberto Giannetti da Fonseca, diretor de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A maior parte dos problemas continua intacta e o governo federal, segundo a proposta, terá de liderar uma efetiva reforma tributária, negociando com os Estados as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O plano inclui uma nova estrutura de decisão na área comercial, com a transformação da Câmara de Comércio Exterior (Camex) em órgão ligado à Presidência da República. A Camex é um colegiado interministerial, mas está em segundo plano na estrutura do governo e é incapaz de produzir decisões rápidas, segundo Giannetti.

Será preciso eliminar a cobertura cambial nas operações de comércio exterior, de acordo com o plano. A recente reforma elimina apenas parcialmente essa exigência. Maior financiamento pré-embarque em reais contribuirá, de acordo com a proposta, para diminuir as operações de adiantamento de câmbio, que têm ajudado a sobrevalorizar o real. Fora isso, o câmbio deverá continuar fluente e o ajuste cambial será facilitado se o governo controlar com mais firmeza suas despesas, conseguindo baixar os juros com maior rapidez. ■ R.K.

Brasil chegou a ser o maior fornecedor da Nigéria, superando a Europa. O problema foi que País, a partir daí, ficou sem política de comércio exterior por muito tempo, até o segundo mandato de FHC, quando foi criada a maior parte dos instrumentos de apoio à exportação.

"Os méritos do governo Lula, nesse campo, são muito pequenos", segundo Giannetti. Ele reconhece os esforços, principalmente na área de promoção, do ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan. Mas não houve, diz, muito mais que isso.

A polêmica sobre as privatizações, que vem marcando a

campanha do segundo turno, dá a dimensão dos equívocos do governo, segundo o diretor da Fiesp. "Em 1987 eu vendia aço à estatal chinesa Minmetals, que tinha exclusividade das compras", conta Giannetti. "O ministro do Comércio me disse que era preciso mudar e eu deveria vender a outra empresa porque ele queria concorrência. A reforma chinesa, que estava começando, tinha como um de seus lemas uma frase de Deng Xiao Ping: não importa a cor do gato, se matar o rato. O que Lula prega é a volta ao maoísmo." ■



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O eleitor acabou lembrando”, publicada pela revista **Exame** em sua edição de 11 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o segundo turno mostra que o eleitor pode até ter esquecido os escândalos do governo quando respondia pesquisas, mas lembrou-se deles quando foi às urnas, ao levar o candidato do

# VidaReal

J.R. GUZZO

## O eleitor acabou lembrando

O segundo turno mostra que o eleitor pode até ter esquecido os escândalos do governo quando respondia pesquisas, mas lembrou-se deles quando foi às urnas

**E** IS AÍ, QUANDO O GOVERNO TINHA CERTEZA DE QUE estava reeleito, mais um mês de espera até a decisão final. Desta vez, ao contrário do que ensina o Barão de Itararé, de onde menos se esperava acabou saindo alguma coisa — no caso, a votação que colocou o candidato Geraldo Alckmin, o nome mais forte da oposição, no segundo turno da eleição presidencial. O que será que aconteceu com todos aqueles votos que, até outro dia, garantiam ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma vitória arrasadora no primeiro turno? Há todo tipo de explicação, e cada um poderá escolher a que achar melhor. Foi a compra dos dossiês falsos. Foi a fuga do debate. Foram as fotos do dinheiro que o PT ia utilizar para difamar os adversários. Foi a votação neste ou naquele estado. Foram todas essas coisas juntas, ou nenhuma delas, ou, então, algo que ainda está para ser determinado. Tanto faz. O mais provável é que aqueles votos todos que as pesquisas davam a Lula nunca tenham estado onde se supunha que estivessem. Eram apenas intenções, na melhor das hipóteses — e o resultado é o segundo turno que está aí.

PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, para o segundo turno.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Num país em que não se consegue prever nem o passado, como diz o ex-ministro Pedro Malan, e onde o presente acaba de mostrar a inutilidade das previsões mais bem elaboradas, é melhor aguardar o futuro do que tentar adivinhá-lo. O que dá para fazer é ter em mente que as realidades existentes no primeiro turno continuarão existindo no segundo. Há mais de uma realidade presente na atual disputa, claro, mas a principal delas talvez seja a constatação de que uma parte decisiva do eleitorado ainda leva em conta, sim, o desempenho moral de um governo no

momento de julgá-lo nas urnas. Durante toda a campanha foi dito que a população não se importava com os escândalos que o governo gerava sem parar, dia após dia, desde o vídeo fatal provando que um dos funcionários mais graduados do Palácio do Planalto tentava extorquir uns tantos reais de um operador de jogos de azar. O povo, segundo a visão oficial, se importava é com o Bolsa-Família ou com o salário mínimo e tinha esquecido esse e todos os outros horrores que aconteceram de lá para cá. Talvez tenha mesmo se esquecido durante a campanha, mas foi se lembrar justamente na pior hora — no dia da eleição.

## Dormindo tranqüilo

O presidente Lula, o PT e seu entorno descobriram rapidamente, com a ajuda de advogados criminalistas de sucesso, as maravilhas que o sistema judiciário brasileiro oferece aos ricos e aos que mandam. Uma de suas vantagens mais interessantes é o fato de tornar praticamente impossível que uma pessoa com dinheiro ou posição acabe condenada por qualquer coisa, seja lá qual for o delito cometido. Em cima disso, como apontou o jornalista José Nêumanne Pinto em *O Estado de S. Paulo*, desenvolveram uma nova teoria jurídica, pela qual o indivíduo não é culpado enquanto não admitir a própria culpa. Como dizia a Lula, depois de negar seu próprio envolvimento, um dos assessores do Planalto enrolados na história da compra dos dossiês: “Pode dormir tranqüilo, presidente.” Essa teoria logo teve um desdobramento: o sujeito não é culpado, mesmo depois de con-



fessar a própria culpa, ou de admitir o fato pelo qual é acusado. Na maioria dos casos desse tipo, gente envolvida até o talo com o Código Penal candidatou-se com apoio pleno do presidente, recebeu dele os maiores elogios públicos e pode, perfeitamente, esperar uma boa colocação em Brasília num eventual segundo mandato de Lula. Sim, porque o pensamento jurídico do governo evoluiu para mais um estágio: são as eleições, e não os tribunais; que absolvem ou condenam um acusado de infringir a lei. O cidadão foi eleito para o cargo ao qual se candidatou? Então está absolvido pelo povo. (Também não há problema se perdeu a eleição; nesse caso, o povo foi injusto com ele, e o injustiçado merece ser compensado com um cargo no governo.)

Toda essa nova visão do direito desemboca, enfim, numa fórmula inédita de tratar uma pergunta fundamental: a quem interessa o crime? Desde sempre, o crime interessa, basicamente, a seu autor; do con-

trário, ele não cometeria o delito que cometeu. A visão Lula-PT é outra: o crime só interessa aos adversários do criminoso.

É daí que vem a posição sistemática do Planalto todas as vezes que acontece alguma coisa ruim: se alguém se beneficia com a divulgação de um crime praticado no governo — e nesses casos é inevitável que a oposição se beneficie —, condena-se o beneficiário. A culpa, então, deixa de ser do autor e é transferida para quem critica o que ele fez. O foco passa a ser outro. Por que isso está sendo divulgado agora? A quem a divulgação do crime quer ajudar? O que há por trás disso? Nunca se admite que um delito cometido no governo esteja sendo divulgado porque aconteceu; seja qual for o caso, o atual governo diz que só se divulga o fato porque ele interessa à oposição, à mídia ou às elites em geral.

Essa visão das coisas é fruto, em grande parte, dos métodos de operação que o presidente Lula e o PT levaram para dentro do governo. No fundo, são os mesmos que muitos militantes do sindicalismo, sobretudo em São Paulo, utilizam para dirigir e controlar as entidades que mantêm sob seu comando — uma combinação de vale-tudo na disputa pelos cargos da diretoria (e vale-tudo, no caso, significa tudo mesmo), com a idéia de que não existem opositores ou adversários entre os que discordam da direção, mas inimigos. Sabe-se, há anos, do lado escuro que envolve a gestão do imposto sindical e outros recursos públicos, o uso de violências verbais ou físicas para influenciar assembleias, a ocupação dos cargos só por amigos e o permanente souco-caso com a transparência das decisões. São fatos divul-

gados com escassez, pois em geral permanecem nos limites do mundo sindical. Quando esses métodos passam a fazer parte do dia-a-dia de um governo nacional, porém, as conseqüências são outras — e explicam não só a maneira como a atual administração vê as leis, mas os próprios atos que a levaram a ter 40 de seus principais colaboradores denunciados por formação de quadrilha. O governo Lula, obviamente, não conta em seus quadros apenas com egressos de máfias sindicais — mas tem o suficiente para dar no que deu.

## Na distância certa

Durante a primeira parte da campanha eleitoral, a imprensa foi cobrada com frequência, sobretudo por membros do governo e por seus simpatizantes, a fazer uma reflexão sobre sua conduta. A questão central dessa cobrança era o suposto distanciamento que existiria entre a cobertura feita pela mídia e a vontade do eleitorado. Quanto mais a imprensa batia no governo, tanto no noticiário dos fatos quanto em suas opiniões sobre eles, mais a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mostrava próspera nas pesquisas eleitorais. Não haveria algo de errado aí — e errado com a imprensa? Se ela estivesse procedendo de maneira correta e profissional, o público não poderia estar tão a favor do governo quanto as sondagens indica-

vam. Daí por diante, o chamado à reflexão se desdobrava numa variada lista de pontos em que a mídia estaria falhando. Sua credibilidade, por exemplo, teria sido comprometida pelo tom francamente negativo da cobertura. O noticiário tinha um claro excesso de denúncias. Os jornalistas não apenas torciam contra o governo; torciam os fatos. Os escândalos eram divulgados com doses exageradas de espaço, barulho e alegria. O resultado disso tudo, enfim, seria o cansaço. De tanto ver, ouvir e ler a mesma coisa, ninguém estava mais prestando atenção na imprensa.

A mídia errou durante a campanha, sem dúvida, assim como tinha errado antes que ela começasse e continuará errando depois que acabar. Mas o erro maior foi imaginar que a qualidade de sua atuação deveria ser julgada pelos resultados da eleição. Por esse critério, a imprensa não estava assim tão mal, pois sua distância em relação à vontade do eleitorado acabou sendo bem menor do que o governo imaginava. A verdade é que a mídia não decide a soma de votos de um candidato; quem faz isso é o eleitor. Da mesma forma, sua credibilidade não depende das urnas, e sim do julgamento que recebe a cada dia do seu público. O presidente Lula, com cerca de 48,5% da votação no primeiro turno, tem pela frente, agora, a tarefa de confirmar a maioria que obtve. Não é o noticiário nem os jornalistas que vão resolver isso. É sua capacidade de convencer o eleitorado de que o Brasil, nos próximos quatro anos, estará melhor com ele.

**O governo acredita que ninguém é culpado antes de admitir a própria culpa — nem depois**

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “CPI: Berzoini mandou comprar o dossiê”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 10 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o deputado Júlio Delgado, integrante da CPI das sanguessugas, afirmou que as investigações da Polícia Federal indicam que o ex-presidente do PT, Ricardo Berzoini, mandou levantar o dinheiro para a compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Embalado pela vitória, PT ensaia terceiro turno contra a imprensa”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 05 de novembro do corrente.

A matéria destaca que Lula prometeu melhorar a relação com a mídia, mas o pós eleição mostrou a hostilidade de petistas contra jornalistas.

Sr. Presidente, requiero que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# CPI: BERZOINI MANDOU COMPRAR O DOSSIÊ

Integrante da CPI dos Sanguessugas, o deputado Júlio Delgado diz que as investigações da Polícia Federal sobre o caso desmontam a hipótese de operação desastrada para virar a eleição em São Paulo. Artração teria começado antes de agosto e contaria com aval do então presidente do PT. Ao ser informado do dossiê antitucano, Berzoini teria autorizado Lorenzetti a levantar o dinheiro para comprá-lo. A origem dos R\$ 1,7 milhão é a informação que falta para a PF fechar o cerco aos petistas.

# Embalado pela vitória, PT ensaia 'terceiro turno' contra a imprensa

Lula prometeu melhorar relação com a mídia, mas o pós-eleição mostrou hostilidade de petistas contra jornalistas

Paulo Moreira Leite

A festa da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se um terceiro turno contra a mídia. Dizia uma faixa na Avenida Paulista, domingo à noite, durante o comício da vitória: "O povo venceu a mídia."

No dia seguinte, na volta de Lula a Brasília, duas centenas de petistas empurraram e xingaram jornalistas. Um repórter da *Folha de S. Paulo* levou uma bandeirada. Um automóvel da TV Globo acabou coberto por adesivos da campanha de Lula. Temendo novas agressões, funcionários da área técnica da emissora trancaram-se no carro de link - para tentar abrir a porta, uma repórter teve de esmurrá-la.

"Acho que a imprensa deveria fazer uma auto-reflexão sobre o que ocorreu nestas eleições", declarou Marco Aurélio Garcia, presidente interino do PT, coordenador da campanha de Lula e assessor influente do presidente, assumindo a visão de que jornais e jornalistas têm a menos parte da culpa pela baderna de que foram vítimas.

Garcia condena manifestações desse tipo. "Sou contra toda manifestação que conduza à violência", ressalta. Os militantes que proferiram ameaças contra jornalistas usavam crachás de ministérios e muitos são figuras carimbadas de atos públicos de Brasília. Se houvesse interesse, não seria difícil localizá-los para explicar por que não se deve promover "manifestações que conduzem à violência".

## RELAÇÃO CONFLITUOSA

### O presidente e a mídia

**O caso Larry Rohter**  
O correspondente no Brasil do jornal *New York Times*, em 2004, fez reportagem falando do suposto hábito de beber do presidente Lula. Por conta disso, quase foi expulso do País, que queria passar o visto do americano.

**O conselho de jornalismo**  
O órgão fiscalizaria o exercício da profissão. O jornalista que tivesse atitude considerada inadequada poderia sofrer punição, desde advertência até cassação definitiva do registro profissional. Foi muito criticado pelo setor, por considerá-lo uma tentativa de controle da imprensa.

**Contra a Veja**  
A revista acusa a Polícia Federal de ter intimidado três jornalistas durante depoimento sobre reportagens publicadas a respeito da "operação abafa" que estava sendo feita no escândalo do mensal Vejoim. A PF alega ter agido dentro da "normalidade".

**Só discursos**  
Ao longo de seu primeiro mandato, o presidente Lula concedeu poucas entrevistas nas quais era concedido a jornalistas o direito de fazer perguntas diretamente ao presidente. O petista foi mais adepto dos discursos, nos quais questionamentos ao presidente não eram permitidos.

Projetos e episódios em que Lula acabou se indispondo com a imprensa

## FRASES

### Marco Aurélio Garcia Presidente interino do PT

"Acho que a imprensa deveria fazer uma auto-reflexão sobre o que ocorreu nestas eleições"

### Manuel Alceu Afonso Advogado

"Os jornalistas não têm nenhum tipo de imunidade que os livre de serem ouvidos nos inquéritos policiais. Nessas convocações só vislumbro dois objetivos práticos: tentar averiguar como os jornalistas depoentes obtiveram as informações publicadas ou intimidá-los"

### Alessandra Aldé Professora da Uerj

"As notícias negativas de Alckmin foram raras. Era como se estivesse indo muito bem, sempre"

Um dos mistérios do segundo mandato será descobrir como o governo Lula pretende conviver com a mídia. Não adianta procurar pistas no pro-

### Militantes que fizeram ameaças usavam crachás de ministérios

grama de governo, que não recebeu leitura atenciosa nem dos signatários. O presidente já disse que pretende dar mais entrevistas - o que é sempre

uma boa notícia, desde que concorde em ser cobrado por fatos desagradáveis. Nas entrevistas que deu no segundo turno, quando a necessidade de conquistar o eleitorado recomendava muita simpatia, Lula chegou a se dirigir em tom impróprio diante de perguntas sobre a "carga tributária" e sobre a "reforma da Previdência".

### IMPRESA BURGUESA

A realidade é que no Planalto "ainda tem muita gente que acredita em imprensa burguesa", admite, em conversas reservadas, Tarso Genro, mini-

istro das Relações Institucionais. Não se trata de uma herança retórica, mas de uma visão da mídia como adversária a ser pressionada e confrontada.

Uma repórter dedicada à cobertura do Palácio do Planalto desde a Nova República de José Sarney resume: "Cobri cinco presidentes diferentes, mas nunca vi relações tão tensas entre o governo e os jornalistas." Mesmo funcionários de carreira do palácio têm receio de conversar com os jornalistas, pelo temor de serem acusados de fornecer informações sem autorização. No Planalto tam-

bém existem os funcionários-militantes, que formam um mundo exclusivo - no aniversário de Lula, tiveram um encontro fechado com o presidente.

A liberdade de circulação de repórteres enfrenta restrições crescentes desde o governo Collor. Mas eles contam que nunca foram tão vigiados como agora.

### PROMESSA

As cenas dos últimos dias só foram surpreendentes porque se falou em melhorias antes da eleição. Muito antes do mensalaço, o presidente teve um en-

contro com líderes sem-terra, em Brasília, quando centenas de militantes se aproximaram dos repórteres em tom de ameaça. Para evitar agressões, os jornalistas foram resgatados por José Genoíno, então presidente do PT, e por José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, e conduzidos a um local reservado às autoridades.

Garcia diz que "gostaria de viver num país com imprensa mais plural, onde, como na Espanha, eu pudesse ler *El País* e o *ABC*." Ele também diz que os "donos dos meios de comunicação nunca concordaram com as idéias do partido". E frisa: "Mas agora os próprios jornalistas também manifestam uma posição de conflito conosco. Mudaram de campo cultural." Os adversários sempre acusaram a imprensa de dar um tratamento VIP ao PT, dispensando à legenda de Lula um olhar menos agressivo e inquiridor.

A crítica faz algum sentido, quando se conta a história do PT de trás para frente. Num fenômeno que tem a ver com política e até com antropologia -- pois eram pessoas de uma mesma geração, muitas vezes colegas de escola e de ambientes culturais - o PT contava com uma credibilidade nas redações como nenhuma outra legenda da Nova República. Isso poupou o partido por um longo período. Como Lula descobriu no primeiro mandato, esse momento acabou - e o convívio com a imprensa será, em primeiro lugar, um convívio com sua liberdade. ●

INFORMAÇÕES



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Vem aí mais do mesmo”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 06 de novembro do corrente.

A matéria destaca que Governo discute como ajustar receitas e despesas para abrir espaço ao crescimento, mas as medidas em estudo não trazem novidades.

Economia

➔ **Vem aí mais do mesmo - 06/11/2006**

Luís Osvaldo Grossmann  
Correio Braziliense

*Governo discute como ajustar receitas e despesas para abrir espaço ao crescimento mas as medidas em estudo não trazem novidades*

Aparentemente decidido a investir no crescimento mais robusto da economia brasileira, o governo vem promovendo uma discussão interna sobre os caminhos para alcançar avanços do PIB da ordem de 5% ao ano — 2006 deve ficar próximo dos 3% e a média dos últimos anos não chega nem a isso, fica em 2,7%.

Mas as medidas em estudo não trazem novidades no trato da macroeconomia. Como sempre, fala-se na fundamental, mas nunca realizada, reforma tributária, em ajustes na Previdência Social, na continuidade da redução gradual dos juros e, naturalmente, na prorrogação de mecanismos como a Desvinculação de Receitas do Orçamento (DRU) e da CPMF.

A reforma depende de um entendimento com os estados, pois envolve mudanças na legislação do ICMS. Fala-se em aumento da idade mínima da aposentadoria, mas não existe consenso e até agora o governo sequer regulamentou as mudanças aprovadas há dois anos no regime de previdência dos servidores públicos. A queda dos juros parece natural com a inflação controlada, e as receitas da DRU e da CPMF são tradicionalmente prorrogadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Até aí, portanto, o que se vê é mais da mesma fórmula. “Não tem nenhuma novidade até porque a receita não é nova. Mas talvez a grande questão é que o governo parece reconhecer o problema fiscal e que o crescimento das despesas deve ser contido”, diz o gerente da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Flávio Castelo Branco.

“O governo não fez mágicas no primeiro mandato e não deve fazer agora. Até porque, no geral, as coisas estão indo bem. Afinal, nenhum governo recebe 61% dos votos se a economia estiver indo mal. Agora, um instrumento para reduzir os gastos, como a adoção de um redutor, pode ser um bom sinal e um caminho adequado para um ajuste gradual. E pode, aos poucos, abrir espaço para a redução da carga tributária”, acredita o economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas.

A dúvida, porém, como insiste o economista da CNI, é se isso será eficaz. Castelo Branco lembra que o plano de adotar um redutor de 0,1% do PIB sobre as despesas correntes também já foi utilizado. “A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) já colocou esse redutor mas isso não é respeitado no orçamento. E uma redução com esse percentual é muito pouco. Além disso, o que adianta a economia crescer 5% e permitir que os gastos cresçam nesse ritmo? O principal é reduzir os gastos”, defende o economista.

Mas ainda durante a campanha pela reeleição, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não haverá corte de gastos. “O aumento do investimento público em infra-estrutura será viabilizado pelo crescimento mais lento dos gastos com custeio da máquina e com pessoal”, explicou. “Isto não significa cortes, pois com o maior crescimento da economia, os gastos correntes podem continuar crescendo em termos reais e, ainda assim abrir maior espaço para o investimento público”, completou Lula.

#### CALENDÁRIO DO IR

Esta semana será liberada a consulta ao 6º lote de restituições do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2006, ano-base 2005. Pelo calendário da Receita Federal, as restituições serão pagas a partir do próximo dia 16. Para saber se teve a declaração liberada o contribuinte pode acessar a página da Receita na internet ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) ou

ligar para 0300-789-0300. Também neste mês termina o prazo para a entrega da Declaração Anual de Isento (DAI 2006) das Pessoas Físicas. Quem não declarar até o dia 30 de novembro, poderá sofrer a suspensão do CPF. (da Redação)

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A ceia de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 26 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma comparação irônica e bem-humorada do presidente Lula com Jesus

Cristo, “com o qual o presidente gosta de se comparar”. Senhor presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## A ceia de Lula\*

**SÃO PAULO** - Coitado do presidente Lula. Acabou em situação bem pior que a de Jesus Cristo, com o qual gosta de se comparar.

Para começar, Cristo, mesmo sendo filho de Deus e, portanto, com poderes talvez maiores que Lula, teve só um traidor, o tal de Judas.

Já Lula é traído dia sim, o outro também, por um monte de seus apóstolos.

A lista de traidores ainda não foi oficialmente divulgada pelo próprio Cris, ops, Lula, mas o procurador-geral da República o fez por ele, incluindo 40 nomes.

E ainda não havia começado a, digamos, ceia mais recente, comumente chamada de “dossiegate”, que só fez aumentar o número de companheiros de Judas (companheiros aí tem, sim, duplo sentido).

O que torna a saga de Lula ainda mais terrível que a de Cristo é o fato de que Judas pelo menos aumentou a renda per capita dos apóstolos, ao vender-se por 30 dinheiros para entregar o Mestre.

Já os Judas do lulo-petismo não se venderam. Compraram ou tentaram comprar não o Mestre, mas um dossiezinho merreca —e por 1,7 milhão de dinheiros.

Se tivessem feito um cursinho na escola dos vendilhões do templo, talvez fossem mais bem sucedidos do que ao frequentar apenas a escola de inteligência da campanha Lula.

O presidente leva vantagem, no entanto, em um quesito: Pedro, um dos apóstolos, apertado, entregou o ouro, ao negar Cristo três vezes.

Já os neo-Judas do lulo-petismo não entregam nem sob tortura a origem do dinheiro que usaram na operação. Vai ver que, se contarem tudo, não sobra nenhum apóstolo para cear com Cristo-Lula.

Ele já perdeu, aliás, o churrasqueiro oficial da turma, sinal de modernidade, já que, antes, era só pão e vinho. E nem era Romanée-Conti.

\*Co-autores: Vinicius Mota e Hélio Schwartzman.

crossi@uol.com.br

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Petista diz que mala de Lacerda continha dinheiro”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 04 de outubro do corrente.

A matéria destaca que confrontado com as imagens colhidas pelo circuito interno do hotel, Valdebran Padilha, um dos presos, reconheceu a mala que Hamilton Lacerda, ex-coordenador de campanha de Aloízio Mercadante, levava como a mesma que lhe foi entregue

cheia de dinheiro que seria usado para pagar o falso dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente requero que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Petista diz que mala de Lacerda continha dinheiro

## Valdebran, preso como comprador do dossiê Vedoin, derruba versão de assessor de Mercadante

Sônia Figueiras

ENVIADA ESPECIAL  
CUIABÁ

A Polícia Federal obteve depoimento que derruba a versão de Hamilton Lacerda, ex-coordenador de campanha de Aloízio Mercadante, para a sacola que levou ao hotel Ibis onde foram presos dois petistas com R\$ 1,75 milhão destinados ao pagamento do dossiê Vedoin.

Confrontado com as imagens colhidas pelo circuito interno do hotel, Valdebran Padilha, um dos presos, reconheceu a mala que Lacerda levava como a mesma que lhe foi mostrada depois, cheia de dinheiro, por Gedimar Passos, o outro preso. A declaração foi dada ao delegado Diógenes Curado Filho e ao procurador Mário Lúcio Avelar, ontem à noite em Cuiabá.

Segundo o advogado de Valdebran, Luiz Antônio Lourenço, seu cliente afirmou ainda que Gedimar preferia levar a mala com ele sempre que saía do quarto “para não deixar aquela quantidade toda de dinheiro sem fiscalização”. Com as declarações de Valdebran, fica confirmado que Hamilton Lacerda é “o homem da mala” no caso do dossiê, embora haja suspeita de que outro homem tam-

bém possa ter servido de intermediário de parte do dinheiro.

As imagens colhidas pela PF no hotel mostram que no mesmo dia 13 em que Lacerda foi flagrado pelas câmeras entregando uma mala a Gedimar, os dois petistas depois presos foram filmados no hall com a mesma mala nas mãos. Na imagem, é Gedimar quem segura a mala. No depoimento à PF na última sexta-feira, Lacerda declarou

que dentro da mala havia apenas material de campanha e roupas, afirmou desconhecer qualquer negociação envolvendo dinheiro em torno do dossiê e responsabilizou o comitê de campanha de Lula pela divulgação de informações contra tucanos - que, segundo ele, poderiam ser usadas inclusive na campanha do presidente. Ainda conforme o advogado, Valdebran disse que ao ser preso, Ge-

dimar usou a mala levada por Lacerda para colocar suas roupas e objetos pessoais.

Embora seja considerada um avanço, a confirmação de Valdebran ainda não é suficiente para embasar um novo pedido de prisão contra os principais envolvidos no caso, como deseja a PF.

De acordo com uma autoridade que acompanha as investi-

gações, a avaliação é de que presos e sob pressão, os envolvidos - entre eles, Lacerda - passariam a colaborar. Mas, para que o pedido de prisão tenha chances de vingar na Justiça, é preciso antes descobrir a origem de R\$ 1,75 milhão, o principal nó da investigação até o momento. ■

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “MST quer greve geral para mudar economia”, publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 2 de novembro do corrente.

A matéria destaca que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra quer promover ações mais intensas que as do abril vermelho e já conversa com vários sindicatos para definir mobilizações conjuntas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# MST quer greve geral para mudar economia

Movimento quer promover ações mais intensas que as do abril vermelho e já conversa com vários sindicatos para definir mobilizações conjuntas

## Roldão Arruda

Descontente com os resultados do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento dos Sem-Terra (MST) prepara-se para intensificar suas lutas no ano que vem. Também começa a analisar com outras organizações a possibilidade de uma greve geral contra a política econômica, que poderia acontecer em maio. “Temos perspectivas de lutas bastante intensas em abril e maio em nosso País”, diz Gilmar Mauro, da coordenação nacional da organização.

O ciclo de invasões de terras que o movimento costuma promover no mês de abril em todo o Brasil já está sendo articulado. O objetivo é chamar a atenção para a questão da reforma agrária com uma série mais intensa de ações que a do chamado abril vermelho, que resultou em 103 invasões em 2004. Em maio, o MST pretende desembarcar 15 mil militantes em Brasília, para a realização do congresso nacional da organização.

A greve geral, da qual se fala

principalmente no Sul do País, teria dois objetivos: conter as reformas previstas na área trabalhista e forçar o governo a dar mais atenção às questões sociais, com mudanças na política econômica. O assunto deve aparecer na pauta da próxima reunião da Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais, marcada para o dia 11, na escola de formação de quadros que o MST mantém em Guararema, interior de São Paulo.

Quem começou a falar na greve foi a Intersindical, que reúne organizações descontentes com a atual política da Central

## Avaliação é de que reforma trabalhista vai cortar direitos

Única dos Trabalhadores (CUT). Ela conta com o apoio do PSOL e de setores à esquerda do PT. Um de seus coordenadores, Manoel Melato, do Sindicato dos Metalúrgicos de Cam-

## FRASES

### Gilmar Mauro Coordenador do MST

“Temos perspectivas de lutas bastante intensas em abril e maio”

“Há uma tendência maior de unificação de movimentos sociais”

“É preciso unificar para dar um salto de qualidade”

pinas, avalia que as reformas trabalhistas que Lula pretende aprovar no próximo mandato, com a promessa de reduzir o custo Brasil, servirão na verdade para cortar mais direitos dos trabalhadores.

Melato teme que a CUT, a maior central sindical do País, com 22 milhões de trabalhadores, não faça oposição a essas reformas. “Até agora os líderes da CUT se adaptaram a tudo o que governo Lula quis e deve continuar assim”, diz. “Por isso estamos articulando novas formas de luta para conter o ataque aos direitos trabalhistas.”

Gilmar mostra simpatia pe-

la idéia. Seria mais uma forma de unificar as ações dos sindicatos e movimentos - estratégia que o MST defende para empurrar o governo Lula para a esquerda.

“Há uma tendência maior de unificação dos movimentos sociais”, diz ele. “Passamos o fim de semana discutindo com setores do movimento sindical e com o movimento popular urbano. Há uma perspectiva de construção de unidade maior do que no passado e mais consciente. É preciso unificar para dar um salto de qualidade, no sentido de massificar as lutas.”

No campo específico da questão agrária, o MST pretende apresentar ao governo Lula um conjunto de reivindicações, que, segundo Gilmar, podem ser atendidas. Uma delas é a melhoria dos níveis de escolarização nos assentamentos e comunidades rurais.

Além de visar ao fim do analfabetismo e evitar a evasão de jovens da zona rural, o movimento quer a difusão do ensino agroecológico por meio de escolas técnicas. ●



**A SRA. PATRÍCIA SABÓIA GOMES** (Bloco/PSB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo aqui prestar uma homenagem ao grande senador Ramez Tebet, a quem tive o privilégio de conhecer nesta casa e que considere sempre um modelo, pela ética, pela urbanidade, pela cultura e pela modéstia. Teve uma carreira política brilhante, chegando aos mais altos cargos da República. Manteve, porém, a cordialidade e o desprendimento que caracterizam os grandes homens. Manteve acima de tudo a integridade.

Assumi a prefeitura de sua cidade natal, Três Lagoas, em 1975. A essa altura já se formara em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para se manter, enquanto estudava, precisou trabalhar como garçom. Costumava apresentar-se como simples advogado, quando na verdade era jurista imensamente respeitado, chegando a professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Em sua administração de Três Lagoas, considerada séria e incorruptível, desenvolveram-se duas grandes obras: a rodoviária municipal e o Ginásio de Esportes Cacilda Acre. Deixou o cargo ao ser empossado como secretário de Justiça do estado de Mato Grosso do Sul, que então se estruturava.

No ano seguinte, tornou-se deputado estadual na legislatura inicial da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Nesses anos como deputado estadual, foi o relator da primeira Constituição do estado. Por aí se tem uma idéia de quanto o novo Estado deve a Ramez Tebet e em que medida deixou nele sua influência e sua marca.

Deixou a Assembléia Legislativa para ocupar a vaga de vice-governador de Wilson Barbosa Martins (PMDB) na chapa que seria eleita na primeira eleição direta para os governos estaduais desde a implantação da ditadura militar. Sua chapa era oposicionista, de resistência ao estado autoritário, antecipando as campanhas pelas Diretas Já e pela eleição do primeiro presidente civil em mais de duas décadas. Em 14 de março de 1986, quando Wilson Barbosa Martins se afastou para concorrer ao Senado, Ramez assumiu o governo. Seu mandato se estendeu até 15 de março de 1987, quando deu a posse ao sucessor Marcelo Miranda, eleito também por seu PMDB, partido a que Ramez Tebet permaneceria filiado durante todo o restante de sua carreira política.

Já fora do governo, entre 1987 e 1989 assumiu a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco. Retomou então à Universidade Federal de

Mato Grosso do Sul, como professor, desempenhando com brilho suas funções.

Elegeu-se senador em 1994, para uma das mais notáveis carreiras de que se tem em períodos recentes nesta Casa. Destacouse no Senado brasileiro na presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Poder Judiciário e, em seguida, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. À frente desses cargos, investigou episódios polêmicos como o que levou à inédita cassação de um senador em 2000

Em junho de 2001, Ramez Tebet foi nomeado ministro da Integração Nacional, mas permaneceu no cargo somente três meses. O Senado Federal vivia um período tumultuado e foi para Ramez Tebet que se voltaram os seus integrantes. Um amplo acordo político de emergência resultou na saída de Ramez do ministério, em setembro desse ano para ser eleito presidente da Casa, posição que ocupou até 1º fevereiro de 2003, tendo dado no dia 1º de janeiro daquele ano posse ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Deixou como herança, nos seus tempos de presidente do Senado, realizações de grande importância, como a instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro, a Unilegis.

Em 2002, foi reeleito com a maior votação já obtida por um político de Mato Grosso do Sul – mais de setecentos e trinta mil votos. Nessa legislatura, presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos e esteve envolvido com temas importantes da agenda política nacional, como a Reforma Tributária. Foi, também, o relator da nova Lei de Falências. Por aí se tem uma idéia da importância de Ramez Tebet, não apenas como administrador, mas também como legislador.

Sua tenacidade pode ser constatada também na luta contra a doença. Na década de 1980, curou um câncer na bexiga. Em 2004, o câncer reapareceu e Ramez lutou contra ele até seu falecimento, no último final de semana.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o exemplo deixado por Ramez Tebet se estende a seu pensamento sobre o desenvolvimento regional. Embora, como é evidente, tivesse o Centro-Oeste como prioridade, acreditava que sua região, o Norte e o Nordeste constituem antes de mais nada importantes fronteiras para garantir o desenvolvimento sustentável do Brasil, pelas imensas potencialidades ainda não totalmente aproveitadas de sua terra e de sua gente. Esse objetivo de desenvolver essas regiões e, assim, o Brasil, foi o centro de toda a sua atividade pública. Nós nos identificamos com esse pensamento. Por isso mesmo, e pela integridade que sempre pautou sua



ação, consideramos Ramez Tebet um modelo para a política brasileira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, o segundo assunto é para falar sobre o conhecido em especial pelo romance **Luzia Homem**, o escritor Domingos Olímpio foi um dos mais criativos intelectuais cearenses da segunda metade do século 19 e início do século 20. Nascido em Sobral a 18 de setembro de 1850, faleceu no Rio de Janeiro há 100 anos, a 6 de outubro de 1906.

Sua obra tem um sentido político que não se deve esquecer. Luzia Homem foi publicada em 1903 e é considerado não apenas um romance pioneiro, mas se transformou em clássico, enquadrando-se no gênero Ciclo das Secas da literatura nordestina. Embora já esteja em domínio público na Internet, mereceu, recentemente seis novas edições, de diferentes e reconhecidos editores. De igual sucesso, inspirada no romance, existe uma versão cinematográfica, assinada pela família Barreto e estrelada por Cláudia Ohanna, também disponível em gravações na forma de DVD e VHS.

Além da força honrosa da mulher sertaneja, sua obra celebra as migrações, a resistência ao assédio em face das perseguições climáticas, da fragilidade econômica e da opressão inerente ao sistema.

A ação de Luzia-Homem transcorre no Ceará, em 1878. A protagonista, que confere título à obra, reúne a beleza plástica de mulher a qualidades à época mais associadas aos homens, como a força, a determinação e a independência. Integrada num grupo de retirantes, logo sua figura soberba chama a atenção de homens diametralmente opostos. Resiste a um deles, figura autoritária e violenta, escolhe seu parceiro, ativo e trabalhador, e acaba, após feroz resistência, apunhalada pelo pretendente rejeitado.

Essa não é, porém, a única obra de Domingos Olímpio. Ele compôs várias peças teatrais, tendo se realçado também na carreira jornalística. Transferiu-se para Belém e depois para o Rio de Janeiro e foi nomeado Secretário da Missão Diplomática que, em Washington, daria solução ao litígio, sobre fronteiras, aberto entre o Brasil e a Argentina. Escreveu, então, a **História da Missão Especial de Washington**, ainda inédita. Nunca, porém, abandonou suas raízes nordestinas, tanto assim é para ela que se volta a temática de sua época.

Fundou e dirigiu a revista **Os Anais**, onde publicou o romance **O Almirante**, deixando incompleto **Uirapururu**, também romance. Seus romances são realistas, de cunho regionalista como se observa nos tipos e cenas que descreve. Sua prosa é exuberante, dúctil e pito-

resca. É por isso mesmo, e com justiça, considerado o precursor do moderno romance brasileiro. Domingos Olímpio é Patrono da Cadeira número 8 da Academia Cearense de Letras.

Pela sua importância e pelo que representa Domingos Olímpio para a cultura e a literatura nordestinas desejo aqui fazer este registro do centenário de sua morte, ocorrida quando, sem dúvida, ainda teria grandes contribuições a dar para nossa história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, de 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão em turno único, da Medida Provisória nº 314, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 28-11-2006

### 2

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, de 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 315, de 2006, que *dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-*

*Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

Relator revisor:

Prazo final: 1-12-2006

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 435, DE 2006**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

4

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal)*

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 41, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 10, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e – 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 58, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do

*Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 70, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 97, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tuição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

13

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

14

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de

março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

15

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

16

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

17

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que institui o



*Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006  
– COMPLEMENTAR**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

19

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiro, e dá outras providências.*

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97,

na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

**MATÉRIAS A SEREM  
DECLARADAS PREJUDICADAS**

22

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

23

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 21 minutos.)*

**(OS Nº 16036/2006)**

## Ata da 192ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Gerson Camata, Jonas Pinheiro, Mão Santa e João Batista Motta*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/11/2006 07:41:50 até 23/11/2006 20:30:10

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	MS	JUVENCIO DA FONSECA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X		Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						

**Compareceram: 62 Senadores**

OF. GSRS. nº 538/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que hoje estive no Senado Federal, mas não registrei presença.

Contando com a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, renovo, na oportunidade, expressões de apreço e consideração. – Senadora **Roseana Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. GL/PMDB nº 397/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valter Pereira – PMDB/MS, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 398/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Gerson Camata – PMDB/ES, para ocupar a titularidade, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 399/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valter Pereira – PMDB/MS, como membro suplente, em vaga existente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 400/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Geovani Borges, para a ocupar a suplência, na Comissão de Educação – CE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GL/PMDB nº 401/2006

Brasília, 23 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gerson Camata – PMDB/ES, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Educação – CE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa os Srs. Senadores Gerson Camata, Valter Pereira e Geovani Borges como membros nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, nos termos dos Ofícios nºs 397, 398, 399, 400 e 401, da Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006

**Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 42-A:

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverá constar o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Tem sido muito comum o envio de documentos de cobrança de débitos – especialmente boletos ban-

cários – para consumidores, sem que estes tenham adquirido produtos ou contratado a prestação de serviços das empresas favorecidas.

Muitas vezes, inclusive, em virtude do não-pagamento dos referidos boletos, o nome do consumidor acaba sendo inserido nos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito.

Na regulamentação do Banco Central do Brasil referente à emissão de bloquetes de cobrança (boletos bancários), não se exige que conste no documento o endereço do favorecido (comerciante ou prestador de serviço).

É importante, para facilitar a defesa do consumidor – não só perante a própria empresa, mas também na esfera judicial – que dos documentos de cobrança de débitos conste não só o nome, mas também o endereço da empresa fornecedora dos produtos ou serviços correspondentes ao débito em cobrança.

Trata-se apenas de um dado adicional nesses documentos, que em muito contribuirá para facilitar a defesa do consumidor.

Pelos motivos expostos, acreditando que a medida concorre para o aprimoramento das relações de consumo, contamos com os ilustres Pares para a aprovação desse projeto.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2003.  
– Senador **Gerson Camata**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

**Vide texto compilado**

**Mensagem de veto**

**Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

**Regulamentação**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I Dos Direitos do Consumidor

##### CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

§ 1º Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

§ 2º Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

§ 3º O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de, não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir, à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

#### SEÇÃO V

##### Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2006

**Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a exigir que os ciclistas e demais usuários de veículos não-motorizados só possam circular nas vias utilizando capacete e demais itens de segurança.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes artigos 54-A e 255-A:

“Art. 54-A Os condutores de bicicletas e demais veículos não-motorizados só poderão circular nas vias utilizando capacete de segurança e outros equipamentos de proteção individual, conforme regulamentação do Contran.”

“Art. 255-A. Conduzir bicicleta ou outro veículo não-motorizado, em desacordo com o disposto no art. 54-A:

Infração – média;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 365 dias após a data de sua publicação.



### Justificação

A Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), trouxe inúmeros avanços. Entre eles, destacamos a maior importância atribuída aos veículos não-motorizados. De fato, o Código inovou ao introduzir um conjunto de novas regras que beneficiaram os usuários desses veículos.

Entretanto, segundo nosso entendimento, o Código foi omissivo com relação à exigência de equipamentos de proteção individual.

A prática de exercícios aeróbicos deve ser estimulada, particularmente, entre crianças e adolescentes. O ciclismo, por exemplo, traz inúmeros benefícios à saúde, especialmente no controle e na prevenção da obesidade infantil. No entanto, as quedas a que estão sujeitas as crianças, na condição de ciclistas, podem ter graves consequências, tais como fraturas de membros, traumatismos crânio-encefálicos, contusões cerebrais e lesões deformantes da face. Os meninos com idade inferior a 14 anos têm cinco vezes maior de se envolver em acidentes ciclísticos e concentram 70% dos acidentes com bicicletas e das mortes por eles provocadas.

As quedas, sem a utilização de equipamentos de segurança, representam a principal causa da internação pediátrica por trauma, 73% das internações por causas externas.

À medida que se obtém melhor controle sobre as doenças infecciosas, a tendência é que a população brasileira apresente aumento relativo de agravos à saúde provocados por trauma, especialmente entre crianças e adolescentes, visto que essa faixa etária está menos sujeita a doenças crônico-degenerativas.

O presente projeto busca justamente minimizar os efeitos desses acidentes. A propósito, em setembro último, no Distrito Federal, duas crianças, em ocasiões distintas, perderam o controle de seus veículos de lazer e acidentaram-se fatalmente. Elas não usavam qualquer equipamento de segurança.

Equipamentos como capacete para os ciclistas ou joelheiras e cotoveleiras para usuários de patins (além do capacete) poderiam reduzir a gravidade de lesões, especialmente aquelas decorrentes de quedas ou de choques traumáticos.

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, determina os equipamentos de segurança para uso nas bicicletas, independentemente da idade do ciclista: campanha e sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo (art. 105, inciso VI). Ressalte-se, todavia, que não há obrigatoriedade pelo uso de capacete como equipamento de segurança para o ciclista, comum em vários países.

Este projeto, portanto, visa a exigir daqueles usuários a utilização de capacete, assim como de outros equipamentos de segurança, em conformidade com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito, o Contrans. Dessa maneira, acreditamos estar contribuindo

para que o trânsito brasileiro, em todos os níveis, torne-se ainda mais seguro aos cidadãos.

A presente iniciativa tem presumível caráter inovador. Todavia, a normatização do uso de capacete para motocicletas e do uso do cinto de segurança em veículos motorizados também o tiveram. Outra que igualmente gerou controvérsia foi o cumprimento legal da utilização da faixa de pedestres. Hoje, um sucesso, notadamente no Distrito Federal.

Afora esses aspectos, tem-se o propósito de chamar a sociedade a pensar sobre a cultura da prevenção. Note-se que o Senado Federal está realizando, com ampla ressonância no País, a II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, algumas delas vitimadas por acidentes em que não faziam o uso de equipamentos de segurança.

As lesões provocadas por acidentes foram responsáveis, em 2004, por 216.337 internações hospitalares de crianças e adolescentes no Brasil. Elas se constituíram a segunda maior causa de morte nessa população (22.373 óbitos em 2002), atrás apenas das afecções perinatais.

Além do custo social, o impacto econômico é significativo e envolve desde os gastos do sistema de saúde de emergência e o tratamento das seqüelas até a perda de produtividade do indivíduo acometido.

Por exemplo, em 2000, no Brasil, mais de 12% dos gastos com assistência médica foram aplicados em internações e reabilitações de pacientes vítimas de acidentes e violências. A isso se somam os custos com a perda de produtividade.

Diante do elevado alcance social do projeto que hora apresentamos, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das sessões, 23 de novembro de 2006.  
– Senador **Roberto Cavalcanti**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

(\*) LEI Nº 9.503 – DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

#### Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contrans.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

.....  
 Art. 255. Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do artigo 59:

Infração – média;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.

#### CAPÍTULO XVI Das Penalidades

Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades:

I – advertência por escrito;

II – multa;

III – suspensão do direito de dirigir;

IV – apreensão do veículo;

V – cassação da Carteira Nacional de Habilitação;

VI – cassação da Permissão para Dirigir;

VII – frequência obrigatória em curso de reciclagem.

§ 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A imposição da penalidade será comunicada aos órgãos ou entidades executivo de trânsito responsáveis pelo licenciamento do veículo e habilitação do condutor.

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.167, DE 2006

**Requer Voto de Pesar pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro, ontem, dia 22 de novembro de 2006.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Ana Cristina, especialmente os filhos e o empresário Germano Gerdau,

de quem era ex-mulher, bem como ao seu ex-cunhado Jorge Gerdau Johannpeter.

#### Justificação

Ana Cristina Vasconcellos Giannini Johannpeter morreu ontem no Rio de Janeiro, ao parar seu veículo num semáforo no bairro do Leblon. Foi covardemente atacada pelo chamado Grupo da Bicicleta, cujos integrantes, apesar de sucessivas ações, permanecem impunes. Ana Cristina foi abordada por dois desses criminosos. Eles levaram pertences dela e ainda a assassinaram brutalmente com um tiro na cabeça. Mesmo ferida, ela conseguiu movimentar o carro por mais cinco metros. Morreu no Hospital Miguel Couto, logo após. Os bandidos, como sempre, fugiram. E, sem dúvida, continuarão a aterrorizar moradores e turistas em diferentes bairros do Rio. Agem à luz do dia e prosseguem agindo livremente.

Ana Cristina era uma pessoa cheia de vida, praticava esportes e, ontem, ao ser morta, estava em companhia de duas filhas. Ela foi casada com o empresário Germano Gerdau, Vice-Presidente do Grupo Gerdau, e ex-cunhada de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo.

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. A morte de Ana Cristina serve de novo alerta às autoridades do Rio, onde a violência faz vítimas a todo o instante, sem que quase nada ocorra para a punição dos bandidos.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.  
 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PARECER Nº 1.216, DE 2006

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006 (nº 1.410/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

#### I – Relatório

De iniciativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 103, de 2006, introduz alterações e acrescenta dispositivo à Lei nº 6.880, de 1980 (Estatuto dos Militares), com o propósito de criar licença para acompanhar cônjuge ou companheiro.

A proposição define a licença que se pretende criar como “a autorização para o afastamento total do serviço, concedida a militar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro (a) que, sendo servidor público da União ou militar das Forças Armadas, for, **ex officio**, exercer atividade em órgão público federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da organização militar do requerente”.

O prazo-limite para a licença será de trinta e seis meses, de forma contínua ou fracionada, e não será concedida quando o militar acompanhante puder ser passado à disposição ou à situação de adido ou ser classificado/lotado em organização militar das Forças Armadas, sem ônus para a União, para o desempenho de funções compatíveis com o seu nível hierárquico.

Na justificação, o Poder Executivo invoca a necessidade de promover a edição de normas uniformes para a regência da matéria nas três Forças Armadas, e fundamenta a proposição com base no mandamento constitucional que erige a família como base da sociedade. Argumenta, ainda, que norma similar já é contemplada no Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.

Na Casa de origem, o projeto recebeu aprimoramentos, tendo passado pelo escrutínio das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de setembro, o projeto deu entrada no Senado Federal no dia 29 de setembro de 2006.

## II – Análise

O PLC nº 103, de 2006, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para apreciação da matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista envolver aspectos do regime jurídico dos militares das Forças Armadas. Como o projeto não foi distribuído a outras comissões, cabe a este colegiado apreciá-lo também no que tange à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a proposição não merece reparo algum. A iniciativa foi exercida com legitimidade pelo Chefe do Executivo, com fundamento no art. 61, § 1º, II, f, da Lei Maior, e as disposições normativas projetadas guardam harmonia e compatibilidade com os princípios do ordenamento jurídico.

Vazada em boa técnica legislativa, a proposição se insere adequadamente no contexto normativo do diploma federal a que se dirige, o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 1980). Carece, no entanto, de pequenos reparos formais.

No tocante ao mérito, a proposição se impõe, inequivocamente, ao acolhimento desta Casa, já que traduz a necessária racionalização de procedimentos e critérios

de gestão do pessoal no âmbito das Forças Armadas, observadas as peculiaridades da carreira militar.

Por derradeiro, cabe considerar que, segundo esclarece a exposição de motivos do Ministro da Defesa, a aprovação da matéria não implicará aumento de despesa.

## III – Voto

Em face de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006, com as seguintes emendas, de redação:

### EMENDA Nº 1 – CRE

Suprima-se, no art. 69-A, **caput** e § 2º, acrescido à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pelo art. 2º do PLC nº 103, de 2006, as referências numéricas expressas por algarismos.

### EMENDA Nº 2 – CRE

Substitua-se, no art. 70, § 2º, e no art. 69-A, **caput**, alterado e adicionado, respectivamente, à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, pelos arts. 1º e 2º do PLC nº 103, de 2006, o vocábulo **ex officio** pela expressão “de ofício”.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Nej Suassuna – Heráclito Fortes – Serys Silhessarenko – Marcelo Crivella – Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Suplicy – Eduardo Azeredo – Mão Santa – Flexa Ribeiro – Sérgio Zambiasi**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....  
§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....  
II – disponham sobre:

.....  
f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

**PARECER Nº 1.217, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar.**

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, visa a alterar o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir, na base de cálculo do montante de recursos financeiros a ser repassado no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o quantitativo de alunos matriculados na modalidade Educação Presencial de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental.

O art. 2º prevê a vigência imediata da lei em que a proposição se transformar em efeitos a partir do ano subsequente ao de sua publicação.

Ao justificar a ampliação do PNAE, o autor argui, essencialmente, que a falta de apoio nutricional desejável para o bom desempenho escolar de estudantes trabalhadores tem ocasionado, além da evasão, o fracasso de diversos programas de educação voltados para esse segmento. Para ele, isso evidencia omissão do Estado brasileiro diante do dever constitucional de oferecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensivo aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, inclusive na condição de beneficiários de programas suplementares de alimentação, saúde e material didático.

O projeto deverá ser apreciado, por esta comissão, com decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

**II – Análise**

O intento final do PLS nº 128, de 2006, do ponto de vista particular da busca de eficiência, é assegurar a permanência e o sucesso escolar de estudantes trabalhadores matriculados na educação de jovens e adultos. Em plano mais amplo, o projeto visa a inibir a reprodução social do déficit social com a educação de camadas populares, o que, ao cabo, é importante para o desenvolvimento do próprio País.

A universalização do ensino fundamental provocou reação dos sistemas de ensino, consistente na remoção, para turmas ou classes de EJA, de enorme contingente de jovens fora da idade escolar considerada adequada para freqüência ao ensino fundamental regular. Esses estudantes, quase em sua totalidade, são trabalhadores que se submetem a jornadas extenuantes, não raro em subempregos, e, ainda assim, tem ânimo para buscar a escolarização, onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida.

Às vezes, esses jovens até dispõem de algum alimento em casa, mas o tempo escasso não lhes permite conciliar o deslocamento à escola e a refeição caseira. Trata-se de opção crucial que sempre traz alguma forma de prejuízo: ora o prolongamento da fome, o que é ruim também para o aprendizado; ora a renúncia à aula do dia, que, por impossibilidade de reposição, fica perdida para sempre. Outras situações há, infelizmente, em que a passagem por casa, no trajeto do trabalho à escola, pode ser simplesmente frustrante, pois lá não existe nada para comer.

O recurso às cantinas escolares, de acesso restrito, porque oneroso, tem o inconveniente adicional de fugir, via de regra, às recomendações de alimentação nutritiva e saudável. Aliás, a preocupação com a formação de hábitos alimentares saudáveis pode representar o grande diferencial do projeto do Senador Paim. Trata-se de oportunidade ímpar de ensinar a esses jovens, a partir do fornecimento da refeição escolar, os fundamentos de uma vida saudável, calcada na seleção e no consumo de alimentos nem sempre fora de seu alcance.

No campo orçamentário, não se verifica qualquer óbice associado ao comprometimento dos recursos constitucional e legalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Ademais, para mitigar eventuais desvirtuamentos de cunho assistencialista, os efeitos da medida estão circunscritos à educação de jovens e adultos na modalidade presencial.

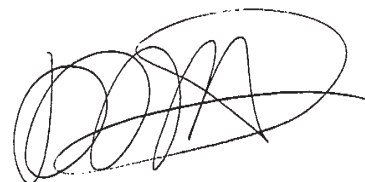
No que respeita aos aspectos de constitucionalidade e de juridicidade, a proposição não reclama reparos, encontrando-se igualmente adequada às normas de boa técnica legislativa, de modo que nada resta a obstar o seu prosseguimento.

No mais, trata-se de medida socialmente relevante para o conjunto da sociedade, a merecer, portanto, a pronta acolhida desta Casa Legislativa.

**III – Voto**

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006.

Sala da Comissão,  
em 14/11/06.



1  
 Augusto Botelho,  
 Presidente, no exercício  
 da presidência, Senado  
 Augusto Botelho.  
 , Relator



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 128/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06  
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	RELATOR:
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO GATIFERA MOUTA

### PMDS

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM (autor)	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 128/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PF, P, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PF, P, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					FRANCISCA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JOSEAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOÃO CARLOS BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					JOÃO STAVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROSEU TUMA	X			
MARCELO GUERRA	X				LEONARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					HELENA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					JOÃO LINDO				
GEOVANI BORGES	X				GABRIEL ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JOÃO PAULO				
ALMEIDA LIMA					JOÃO PAULO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					JOÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LEONARDO OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					JOÃO PEDRO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					JOÃO VARGAS				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, P, P, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					JOÃO MACHADO				
PAULO PAIM					JOÃO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE			X		JOÃO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				JOÃO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				JOÃO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					JOÃO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					FRANCISCA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO VASCONCELOS				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOFELHO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência  
da Comissão de Educação

Of. nº CE/131/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

#### **PARECER Nº 1.218, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.**

**Relator:** Senador Cristovam Buarque

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 234, de 2006, de iniciativa do Senador Marcos Guerra, altera dois artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A primeira alteração, referente ao inciso I do art. 24, diz respeito à carga horária anual do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente ela é de oitocentas horas, em cada um dos dois níveis de ensino, distribuídas por pelo menos duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. O PLS propõe o aumento da carga horária do ensino fundamental para mil e quatrocentas horas, também distribuídas em, no mínimo, duzentos dias letivos, não computados, igualmente, o tempo eventualmente reservado a exames finais. A carga horária do ensino médio não é alterada pela proposição.

A segunda mudança é feita no art. 34, que trata da jornada escolar no ensino fundamental. Atualmente, é prevista jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, com previsão de

ampliação progressiva do período de permanência na escola. O § 1º deste artigo faz a ressalva, quanto a essa jornada, do ensino noturno e das formas alternativas, legalmente autorizadas, de organização escolar. Por sua vez, o § 2º estabelece que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O PLS em tela dispõe que a jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula. O regime de tempo integral, prevê, ainda, o projeto, deverá incluir atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares. A ressalva quanto ao ensino noturno e às formas alternativas de organização escolar é mantida.

A iniciativa estipula o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União, implantem a nova carga horária anual e a jornada de tempo integral.

Por fim, o projeto prevê que a lei a ser criada entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foi objeto de emendas.

#### **II – Análise**

Diversos indicadores de qualidade revelam as deficiências da maioria das escolas de educação básica em nosso País. Os índices de repetência, malgrado os esforços das políticas públicas dos anos recentes, continuam elevados em todas as séries do ensino fundamental e mesmo do ensino médio. Daí a grave distorção série/idade de nossos alunos. Nas comparações internacionais, o desempenho dos estudantes brasileiros tem ficado entre os piores.

As causas dessa situação são complexas e as sugestões para combatê-la são numerosas. Nós mesmos temos trabalhado, incansavelmente, nessa matéria e, entre as medidas que propusemos a respeito encontra-se a de buscar a federalização da educação básica, ou seja, um compromisso nacional em favor dos estudantes, independentemente da localidade em que morem e freqüentem a escola.

Neste parecer, temos a oportunidade de analisar, na forma do PLS em tela, uma das sugestões mais recorrentes e, sem dúvida, necessárias, para combater os problemas estruturais do ensino fundamental no Brasil: a implantação da jornada escolar em tempo integral.

Com efeito, as vantagens da jornada escolar integral são conhecidas e foram muito bem sintetizadas pela justificação do projeto. Ela permite a realização

de atividades de reforço e acompanhamento escolar, com impacto direto sobre o rendimento dos alunos. Possibilita, ainda, às crianças mais carentes o acesso a atividades artísticas, culturais e esportivas, que via de regra lhes são negadas. Além disso, assegura aos pais, cada vez mais envolvidos com as labutas do trabalho, a tranqüilidade de saber que seus filhos estão exercendo atividades enriquecedoras para a sua formação, e não à disposição da violência das ruas, do ócio improdutivo ou de programas de televisão de qualidade duvidosa. Desse modo, além de ampliar as possibilidades de melhoria do rendimento escolar dos estudantes, a escola em tempo integral promove a inclusão social e contribui para a redução do envolvimento dos jovens com a criminalidade.

Até o início do século XX, a jornada escolar no ensino primário atingia seis a oito horas diárias. As professoras dedicavam-se integralmente a uma única turma de alunos. Todavia, o acesso à escola era privilégio de uma elite, atingindo apenas pequena parcela das camadas populares, em geral nas áreas urbanas. Com o objetivo de democratizar o acesso à escola primária, foram criados, para funcionar em caráter provisório, os turnos escolares. Maior número de crianças freqüentaria a escola, mas durante menor tempo. Os professores receberiam pequenas bonificações para assumir encargos maiores. Entretanto, o que era para durar pouco tempo tornou-se perene e, apesar dos avanços na democratização da escola primária, a qualidade do ensino, com menos tempo de estudo e professores progressivamente envolvidos em mais de uma jornada e ambiente de trabalho, começou a decair.

A nova estrutura da jornada escolar para as crianças, com aulas em apenas um turno, matutino ou vespertino – e, em algumas situações, até em um inacreditável turno intermediário –, tornou-se o padrão, também, para o ensino primário estendido (o colegial e, mais tarde, o 1º grau e o ensino fundamental), bem como para o ensino secundário.

Entre as tentativas de reverter essa estrutura reducionista da educação elementar, merecem ser destacados o modelo das escolas-classe e escolas-parque, concebidas por Anísio Teixeira para a recém-fundada Brasília, e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), criados no Estado do Rio de Janeiro pelo eminente Darcy Ribeiro, no Governo Leonel Brizola. Injunções políticas, pressões da demanda e diferentes concepções sobre prioridades nas políticas educacionais, levaram, em graus diferentes, ao fim ou

ao congelamento dessas e de outras experiências de jornada escolar em tempo integral.

Apesar da descontinuidade de iniciativas tão promissoras, outros tantos projetos, governamentais ou não, têm procurado, ainda que de forma isolada, dar apoio suplementar aos estudantes, principalmente de famílias de baixa renda, mediante a oferta de atividades culturais e esportivas.

O ex-Senador Darcy Ribeiro, em seu projeto de LDB apresentado em 1992 e, depois, como relator da proposição que viria a ser sancionada como a nova LDB, sonhou com a volta imediata da jornada integral para o ensino fundamental. As resistências que se apresentaram a essa proposta, geralmente de natureza fiscal, levaram-no a aceitar, a contragosto, o compromisso de tão-somente prever a implantação gradual dessa jornada, como aparece inscrito no citado art. 34, § 2º, da Lei nº 9.394, de 1996.

Esse princípio foi reafirmado no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabeleceu como uma das metas do ensino fundamental a ampliação progressiva da jornada escolar, com vistas a expandir a escola de tempo integral, em período de pelo menos sete horas diárias.

Contudo, como bem apontou a justificação do PLS, pouco se tem avançado no cumprimento dessa meta. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, a média no ensino fundamental é de apenas 4,3 horas-aula, e tão-somente 8% dos 33,5 milhões de alunos matriculados em 2005 freqüentavam jornadas escolares com duração superior a cinco horas.

O projeto em exame tenta estimular esse processo, mediante a fixação do razoável prazo de cinco anos para que a carga horária do ensino fundamental seja ampliada, de forma a que se universalize a jornada escolar em tempo integral nesse nível de ensino.

O seu mérito é indiscutível e merece nosso apoio, pois estamos convictos de que apenas por meio de ações arrojadas no campo da educação básica será possível combater as seculares injustiças sociais de nosso País e levá-lo a um novo patamar em seu desenvolvimento.

Contudo, a aprovação do projeto em exame tem implicações que precisam, desde já, ser identificadas e apoiadas. Sem um aporte orçamentário adicional de todos os níveis governamentais, a escola em tempo



integral não será implantada, ou o será na forma do faz-de-conta. Com efeito, é preciso ter plena consciência do risco de se implantar a extensão da jornada escolar sem que sejam fornecidas as condições adequadas para que esse período adicional signifique a complementação do processo educativo e tenha efeitos positivos sobre o rendimento escolar. Manter nossas crianças e adolescentes na escola por mais tempo sem oferecer-lhes atividades pedagógicas adicionais apropriadas constituiria um crime, com efeitos deletérios para a formação de nossos jovens e para a legitimidade da própria instituição escolar.

Portanto, vale insistir: o apoio a este projeto não se encerra no voto pela sua aprovação, mas tem continuidade na luta por novos recursos financeiros para, efetivamente, alcançar os seus propósitos de fazer da escola de ensino fundamental um lócus de transformação social, do qual saiam jovens com adequado domínio da leitura, da escrita e do cálculo, com boa compreensão do ambiente social, bem informados sobre o meio natural e os princípios da tecnologia, sensibilizados para as artes, capazes de dar continuidade aos seus estudos e imbuídos dos mais nobres valores como os de justiça, solidariedade e tolerância.

Em relação aos termos da iniciativa, julgamos pertinente formular duas contribuições para aperfeiçoá-los.

Em primeiro lugar, não fica claro qual seria a carga horária anual do ensino fundamental até a adoção das mil e quatrocentas horas, bem como o tempo de trabalho efetivo diário em sala de aula, uma vez que o projeto confere nova redação a dispositivos da LDB, fixa, a seguir, o prazo de cinco anos para a implementação da nova jornada escolar e, por fim, prevê a vigência da nova lei na data de sua publicação. Desse modo, sugerimos que seja explicitada a situação no período de transição.

Além disso, parece-nos conveniente fixar o tempo de permanência diária na escola, não-obstante o projeto ter fixado a carga horária mínima anual de mil e quatrocentas horas, distribuídas em pelo menos duzentos dias letivos. O resultado dessas determinações do PLS seria o de estabelecer uma jornada de, em média, sete horas diárias de atividades curriculares. Entretanto, uma vez que os estudantes teriam, necessariamente, de fazer pelo menos duas refeições na escola, essa carga horária mínima, a ser reservada para atividades educativas, acabaria sendo prejudicada. Por isso, sugerimos a fixação de permanência diária mínima de

oito horas na escola, incluído o tempo reservado para as refeições. Assim, a permanência anual na escola passa a ser de 1.600 horas, das quais 1.400 no desenvolvimento de atividades curriculares – e, destas, mil horas em trabalho efetivo em sala de aula.

Em suma, o projeto merece acolhimento por trazer alterações promissoras para o ensino fundamental. A iniciativa, por fim, não contém vícios de constitucionalidade e juridicidade e, cabe acrescentar, encontra-se formulada de acordo com a boa técnica legislativa.

### III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

#### EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se, no art. 1º do PLS nº 234, de 2006, a seguinte redação ao **caput** do art. 34 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

“Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos oito horas de permanência na escola, incluídos o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

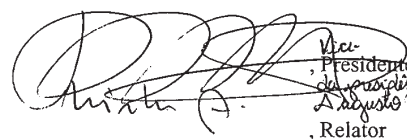
#### EMENDA Nº 2 – CE

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 2º do PLS nº 234, de 2006:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. Enquanto não forem implantadas as normas dispostas no art. 1º, permanecem, no ensino fundamental, as exigências de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, e de jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

Sala da Comissão, em 14/11/06

  
Vice-  
Presidente do Conselho  
da Presidência do Senado  
Augusto Botelho  
, Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 234/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06  
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	RELATOR:
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUÇÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 234/06

TITULARES BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA			X		EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA	X			
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVAITI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTEELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOTEELHO  
Vice - Presidente, no exercício da Presidência.  
da Comissão de Educação

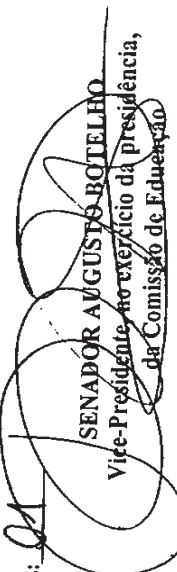
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDAS AO PLS 234/06  
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMÉU TUMA	X			
MARCO GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0

PRESIDENTE: 

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/2006

  
SENADOR AUGUSTO BOTELHO  
Vice-Presidente no exercício da Presidência,  
da Comissão de Educação



**TEXTO FINAL****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2006**

**Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. ....

I – a carga horária mínima anual será de mil e quatrocentas horas, no ensino fundamental, e oitocentas horas, no ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

..... (NR)”

“Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos oito horas de permanência na escola, incluídos o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula.”

§ 1º.....

§ 2º O regime de tempo integral incluirá atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas e esportivas, a critério dos sistemas de ensino e das respectivas comunidades escolares. (NR)”

Art. 2º Os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União, terão prazo de cinco anos, a partir da publicação desta lei, para implantar a carga horária anual e a jornada de tempo integral de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Enquanto não forem implantadas as normas dispostas no art. 1º, permanecem, no ensino fundamental, as exigências de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, e de jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – Senador **Cristovam Buarque**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

**Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**

.....  
Of. nº CE/130/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcos Guerra, que “Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

**PARECER Nº 1.219, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que institui o dia 18 de agosto como o “Dia Nacional do Campo Limpo”.**

**Relator: Senador Marcos Guerra**

**I – Relatório**

Submete-se à Comissão de Educação, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro,

que institui o dia 18 de agosto como o Dia Nacional do Campo Limpo.

Composto de dois artigos, o projeto determina, em seu artigo 1º, que seja instituído o “Dia Nacional do Campo Limpo” em 18 de agosto.

O artigo 2º é a cláusula de vigência. Ela prevê que a lei em que o projeto se transformar entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição não recebeu emendas.

## II – Análise

Em sua justificação, o autor cita o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV). O InpEV é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada a gerir os processos de destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários. O Instituto tem tido um papel de suma importância divulgando causas ecológicas e de proteção à saúde humana, bem como o suporte ao desenvolvimento tecnológico de embalagens fitossanitárias.

O projeto propõe que a data comemorativa seja fixada em 18 de agosto, em razão de ser esse um dia tradicional de atividades socioeducativas da InpEV. A data foi comemorada pela primeira vez em 2005, em quarenta centrais de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, que reuniram mais de 11.300 pessoas. A segunda comemoração, no dia 18 de agosto deste ano, reuniu 78 centrais.

Além do InpEV, a iniciativa conta com o apoio da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das Associações e Entidades Gerenciadoras das Centrais de Recebimento de Embalagens Vazias.

A instituição do Dia Nacional do Campo Limpo, segundo a Justificação do projeto, criaria “um dia de consciência, debate e educação ambiental para desenvolver atividades afirmativas e ampliar a conservação do meio ambiente”.

Desse modo, ao adotar medida que contribui para a conscientização e a educação ambiental, o projeto vem ao encontro de mandamento expresso pelo inciso VI, § 1º, art. 225, da Constituição Federal, **verbis**:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....  
VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;  
.....

Ainda quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, o projeto em exame obedece aos preceitos constitucionais com respeito à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar.

Da mesma forma, não contradiz disposições da legislação infraconstitucional e não tem vícios de técnica legislativa.

Assim, acreditamos ser plenamente justificável e particularmente meritória a iniciativa do Senador Jonas Pinheiro de criar o Dia Nacional do Campo Limpo.

## III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Relator.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 236/06 NA REUNIÃO DE 14/11/06  
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
RELATOR:	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ALMEIDA LIMA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 236/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL, PFSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL, PFSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÁO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA	X			
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PEB, PFL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PE)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/11/ 2006

SENADOR AUGUSTO BOTELHO  
Vice - Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO VI  
**Do Meio Ambiente**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/130/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcos Guerra que, “Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no Exercício da Presidência da Comissão de Educação.

Of. nº CE/131/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

Of. nº CE/132/2006

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Jonas Pinheiro que, “Institui o dia 18 de agosto como o ‘Dia Nacional do Campo Limpo’”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 128, 234 e 236, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.216, de 2006**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006** (nº 1.410/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69 – A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que auto-

riza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

Sobre a Mesa requerimento que será lido pelo Senhor Primeiro-Secretário.

(Leitura)

A requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2006

Nos termos do artigo 256 do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.

– Senador **Valdir Raupp**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler:

É lido o seguinte:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006

**Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 20 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. ....

§ 2º A faixa de até cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território

nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Há tradição, no Direito Internacional Público comparado, segundo a qual os Estados limitam direitos de posse e de propriedade fundiária em suas regiões de fronteira, de forma discricionária, como decorrência da necessidade de prover segurança territorial.

A salvaguarda em apreço, pacificamente incorporada pela prática internacional, revela o estado atuando no pleno exercício de sua soberania e de seu poder jurisdicional. No Brasil, há tratamento constitucional da matéria, o que bem denota a importância que se lhe dá. Com efeito, o art. 20, § 2º, da Constituição de 1988, estabelece que a faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

A legislação infraconstitucional que cuida do tema, não obstante anterior a Constituição em vigor, é a Lei nº 6.643/1979, que se encontra nitidamente em descompasso com a realidade internacional. De resto, a própria Constituição de 1988 foi concebida ainda sob os influxos da “Guerra Fria”, em contexto totalmente alheio à realidade presente.

Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar.

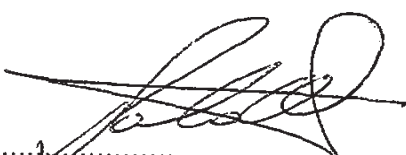
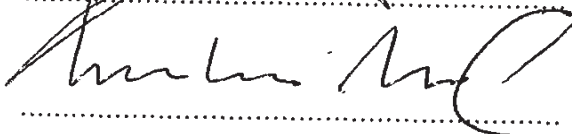
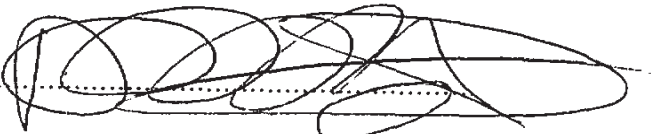
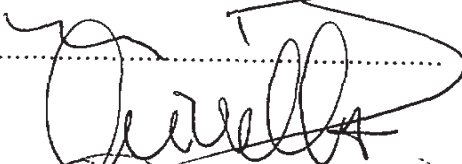
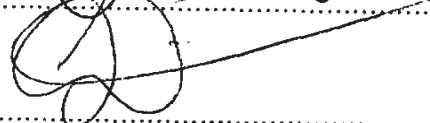
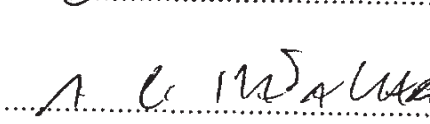
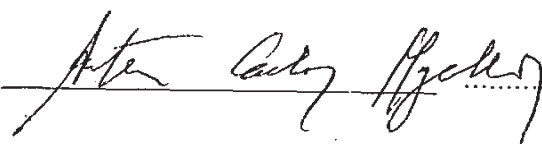
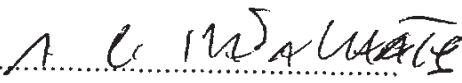
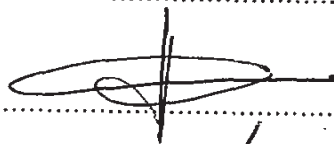
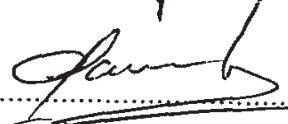
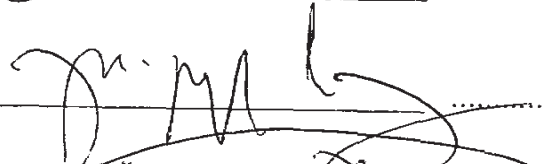
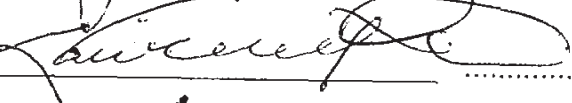

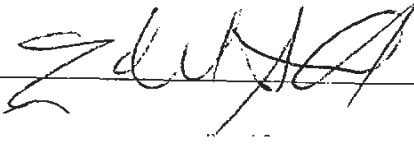
Hoje, os mecanismos de segurança, controle e informação instantânea dos quais dispõe o estado transformam a legislação brasileira de faixa de fronteira em obsoleta e comprometidora do desenvolvimento regional. As regiões fronteiriças são sacrificadas pela Geografia e pela História. Não há mais razão para que o sejam também pelo Direito e pela Política.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2006.

01. Senador SÉRGIO ZAMBIASI

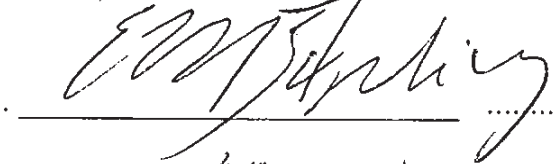
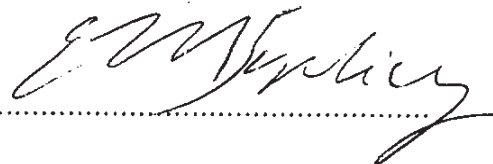
02. Mozarildo

03. Osman Dirceu


- 04. Paulo Otávio 
- 05. MARCU MACIEL 
- 06. Augusto Botelho 
- 07. Henriciê Fontes 
- 08. MARCO ANTÔNIO CURY 
- 09. ROBERTO CAMARGO 
- 10. Ataíde Augusto de Faria 
- 11. HELOISA HELENA 
- 12. ALMEIDA LIMA 
- 13. Luiz Otávio 
- 14. Dr. M. L. 
- 15. Luiz Carlos 
- 16. Roberto R. R. 
- 17. Zélia 

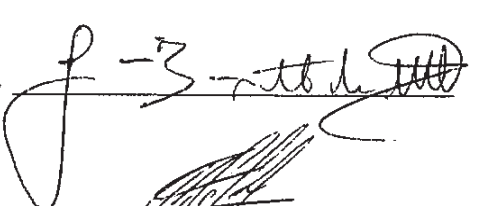
18.  Mica Amato


19.  DOMENICO JUAZI

20.  


21.  WERU WERU GALAMO


22.  CHERRY LOS

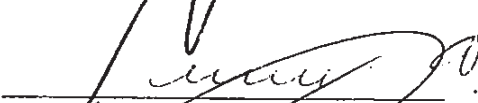
23.  JOAO BAPTISTA HORTA

24.  MAGUITO KLEHA

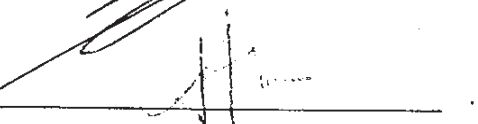
25.  Jap Paulinho - NOV HAV DE W

26.  JOAO BICO

27.  - SUNDIA WA

28.  MINIA DO CARO

29.  DEMOSTENES TORRES

30.  CECILIA MARIANA



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....  
**TÍTULO III**  
**Da Organização do Estado**

**CAPÍTULO II**  
**Da União**

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos,

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publica e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Jonas Pinheiro, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, § 7º, combinado com o art. 158, § 2º do Regimento Interno, intercalado com o uso da palavra pelos oradores inscritos, por Lideranças ou por delegação dessas.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu retorno a esta Casa. Já estava fazendo falta.

Sr. Presidente, gostaria de comentar a respeito da viagem do Presidente Lula a Mato Grosso, onde ele fez declarações bombásticas. Uma das mais relevantes é a de que ele não sabia do problema da agricultura brasileira; disse que o problema da agricultura pegou o Governo Federal de calças curtas.

Eu me lembro de que, em julho de 2005, Brasília parou com a presença de três mil tratores e caminhões, em função do protesto dos produtores, avisando ao Governo Federal que a agricultura estava entrando num beco sem saída. Posteriormente, houve aqui uma enorme negociação, inclusive com o Senhor Presidente da República, comandada pelo Ministro Roberto Rodrigues, e nada foi feito a respeito do problema enfrentado pela agricultura.

Em abril do ano passado, num pequeno Município do Estado do Mato Grosso chamado Ipiranga do Norte, os produtores fizeram um apelo, que tomou conta do Brasil, chamado Grito do Ipiranga. Foram trancadas as estradas do Brasil exatamente para chamar a atenção do Governo Federal.

O Governo também não entendeu que a saída do Ministro da Agricultura, o grande Ministro Roberto Rodrigues, foi também em protesto às ações do Governo, que nada fazia pela agricultura brasileira.

Agora, parece-me que o Presidente, ao ver Mato Grosso, ao conhecer o Estado, ver a área, o potencial daquele enorme território mato-grossense, principalmente por ocasião da inauguração da usina de biodiesel, da Usina Barralcool, ficou alerta em relação a esse assunto e disse que vai lançar um pacote em apoio à agricultura brasileira.

Esperamos que esse encontro em Mato Grosso tenha resultados no aspecto dos juros caríssimos da agricultura brasileira; na renegociação das dívidas dos

produtores, que, como estão, são impagáveis; no uso de tecnologia adequada, principalmente na aprovação dos transgênicos, que o mundo todo usa, menos nós porque o Governo não deixa; no melhoramento da infra-estrutura do Brasil – portos, ferrovias, rodovias.

Enfim, esperamos que, desta vez, no seu segundo mandato, o Presidente Lula tenha uma boa administração – é o voto que fazemos –, que ele realmente cuide da agricultura, que é a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, desta tribuna faço esse apelo, hipotecando solidariedade àquele que vai ser o pacote favorável à agricultura brasileira, a ser lançado no segundo governo do Presidente Lula. Espero, com isso, que o Governo Lula também cumpra as promessas feitas ao Governador Blairo Maggi, que, ao apoiá-lo no segundo turno, teve a promessa formal do Sr. Lula de ajudar a agricultura brasileira, especialmente o Governo do Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa se congratula com V. Ex<sup>a</sup> por seu pronunciamento.

Desejo passar a Presidência a V. Ex<sup>a</sup>, já que estou também inscrito para uma comunicação inadiável.

*O Sr. Gerson Camata, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gerson Camata, por dez minutos, por estar inscrito como orador nesta sessão.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que estive, nos últimos cinco meses, no Estado do Espírito Santo, exercendo a função de Secretário de Transportes e Obras Públicas do Governador Paulo Hartung.

Naquela Secretaria, estivemos à frente do maior programa rodoviário da história do Espírito Santo. Estamos construindo naquele Estado, que tem apenas 45 mil Km<sup>2</sup>, cerca de 1,6 mil Km de rodovias asfaltadas.

No tempo em que fui Governador, todos os Municípios do Estado eram ligados à capital por estradas asfaltadas, mas, nos últimos 22 anos, foram criados vários Municípios. Esses novos Municípios ainda não estavam ligados a Vitória por rodovias asfaltadas.

O Governador Paulo Hartung lançou um programa exatamente para estender o meio de transporte mais seguro, mais eficiente e mais confiável a todos os

Municípios do Estado do Espírito Santo. Esse programa está sendo completado agora com a inauguração de uma estrada que liga Afonso Cláudio à localidade de Serra Pelada, no Noroeste do Estado do Espírito Santo, junto ao limite com Minas Gerais.

O Estado do Espírito Santo, Sr. Presidente, passou por um período muito difícil nos últimos 20 anos. Durante esse período, houve a paralisação total das obras no Estado, o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, além do acúmulo de um enorme déficit pelo Estado, fazendo com que a Administração Pública praticamente sofresse uma paralisia total.

O Governador Paulo Hartung, com um ano e meio de gestão, com a aplicação de recursos e a diligente ampliação da capacidade de arrecadação do Estado – às vezes sendo duro com a moderação dos gastos –, conseguiu fazer com que o Estado readquirisse sua condição de investimento.

Depois de Tocantins, Espírito Santo hoje é o Estado com a melhor situação fiscal do Brasil. O Estado de Tocantins não pode ser cotado como primeiro – na verdade, o primeiro é o Espírito Santo – porque, fundado recentemente, não tem funcionários aposentados ou instituto de aposentadoria. O Espírito Santo paga hoje 30% da sua arrecadação a servidores aposentados e, por isso, não está em primeiro. Está em primeiro Tocantins, que não tem aposentadoria.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por estar no meu Estado na segunda-feira, quando foi realizada aqui sessão em homenagem ao Senador Ramez Tebet, não pude estar presente.

Entretanto, participei hoje da Missa de Sétimo Dia, realizada na Catedral Militar do Brasil, em sufrágio de sua alma, Missa da Esperança, como bem caracterizou Dom Osvino. Acompanhado de outros Senadores, funcionários da Casa, amigos do Senador Ramez Tebet, membros da colônia sírio-libanesa de Brasília, tivemos oportunidade de assistir àquela cerimônia, na qual o Arcebispo Militar do Brasil, Dom Osvino, fez uma homilia em que resumiu magistralmente a ação e o trabalho desenvolvidos pelo Senador Ramez Tebet neste Senado Federal e no seu querido Estado do Mato Grosso.

Com permissão dos demais companheiros, reproduzirei esta breve homilia feita por Dom Osvino, Arcebispo Militar do Brasil, referindo-se à pessoa de Ramez Tebet.

Começa S. Revm<sup>a</sup>, o Sr. Arcebispo Dom Osvino, dizendo o seguinte – leio a homilia do ilustre prelado:

Jesus tem o poder da vida. Assim Ele ensina no Evangelho que relata a ressurreição do filho da viúva de Naim. Todos lembramos aquele fato. Jesus estava entrando na cidade

de Naim. Com Ele caminhava uma grande multidão. A presença de Jesus foi e é sempre uma presença de vida, de alegria, de festa, de entusiasmo. Jesus vem com aquela multidão cheia de entusiasmo para entrar na cidade de Naim. A cidade estava cercada por muros, mas havia uma porta e o cemitério da cidade era do lado de fora. Na hora em que Jesus entrava, saía da cidade um enterro. Era o enterro do filho único de uma viúva, e a multidão também estava impressionada com a morte de um jovem. Toda a cidade vinha acompanhando aquele enterro. E as duas multidões se encontram na porta da cidade. Naquela hora, Jesus se adianta, chega perto do caixão, daquele esquife e levanta o jovem. O jovem ressuscita. Jesus toma a mão do jovem e o entrega à sua mãe. Imaginemos a multidão dos que vinham naquela procissão da vida com Jesus e a multidão daqueles que vinham na procissão da morte, na procissão do enterro. De repente, para todos, tudo se torna vida. Vida representa o bem, representa a verdade, representa a justiça, representa o amor. Vida são todos os valores que Jesus veio trazer. Nós que seguimos a Jesus temos que ver esses valores da vida. Morte, ao contrário, representa tudo quanto é violência. Essas duas 'coisas' convivem entre nós, mas também dentro de nós. Nós temos o poder da vida, que é a força do espírito. É um mistério que existe dentro de nós. Nós queremos o bem, queremos a verdade, queremos tudo de bom, mas ao mesmo tempo experimentamos a tendência para o mal. A última vitória será a vitória da vida. O mal não vai vencer eternamente porque ele é a ausência do bem e Deus é o bem absoluto, a vida. É o bem que vai vencer. Mas, enquanto nesta luta, neste debate, nós precisamos estar atentos para estarmos sempre do lado do bem, colaborando com a graça de Deus que está dentro de nós. A ressurreição final é dom de Deus, mas não será alcançada sem o nosso mérito. Precisamos esforçar-nos e há jeito para tudo, há jeito para vencer. Por isso estamos aqui com a nossa presença e a nossa fé, para rezarmos pelo Senador Ramez Tebet, que recebeu de Deus o dom da Vida, cuja primeira etapa foi a experiência aqui na terra, realizada durante seus setenta anos.

E prossegue Dom Osvino:

Desses, dedicou trinta anos à lide política. Começou sua vida pública em 1975, quando foi

nomeado Prefeito de Três Lagoas, em Campo Grande. Em 1994 foi eleito para seu primeiro mandato como Senador da República. Em 2001 foi convidado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para chefiar o Ministério da Integração Regional. Ainda em 2001, foi eleito Presidente do Senado. Ele também acumulou passagens pelo Executivo do Governo Sarney, como titular da antiga Sudeco. Formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, deixa esposa e quatro filhos. Era considerado por todos como uma pessoa correta, digna, afetuosa, pura e amiga. Estava sempre disposto a ajudar a quem dele precisasse. Como disse nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: 'Ele foi um homem que contribuiu com o País, um homem que pensava o futuro da nossa Nação, um democrata e um homem que deixa um legado de contribuição a este País'.

E prossegue Dom Osvino:

Assim foi o Senador Ramez Tebet, usou de suas qualidades no campo da vida pública para transmitir o bem como o Mestre Jesus nos ensinou. Na realidade, ele compreendeu bem que a vida humana aqui na terra é um serviço em nome de Deus a favor do próximo. Esse é o exemplo que o Senador nos proporcionou como um verdadeiro filho de Deus, pois deixou transparecer em si os traços de Deus, o Grande Pai, que nos exige a vida de amor mútuo: 'Este é o caminho do céu. Eu sou a ressurreição e a vida', disse Jesus. 'Quem crê em mim, ainda que tenha morrido, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim, ainda que tenha morrido, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim não morrerá jamais!' (Jo 11,25-27)

Assim disse o cardeal:

Sim, ó Senhor, nós cremos firmemente que estás vivo na Casa do Pai e que estaremos eternamente contigo porque em Ti fomos batizados e vivemos na fé que de Ti recebemos e honramos o Teu nome.

A essa homenagem prestada pelo arcebispo Dom Osvino ao Senador Ramez Tebet somam-se a tantas outras homenagens que ele vem recebendo aqui em Brasília, no seu querido Estado e por todo o Brasil.

E eu me recordo aqui, Sr. Presidente – e digo isto com emoção –, do dia em que disse a ele que eu iria me ausentar do Senado até o dia 31 de dezembro – acabei retornando um pouco antes. Ele me disse: "Talvez quando você voltar, eu já não me encontre aqui, mas cuidem do Brasil".

Eu disse: “O que é isso, Ramez? Você está tão bem, está se recuperando!”

Ele falou: “Eu sei que o bichinho está me comendo”.

Ele foi para São Paulo. Depois eu tive ocasião de falar com a sua esposa lá e receber a infausta notícia.

Mas quero me associar, Sr. Presidente, às homenagens que prestamos a esse homem que foi nosso companheiro, nosso colega, mas, acima de tudo, um exemplo de vida para todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a repercussão na imprensa sobre as declarações do Presidente Lula de que não sabe ainda como “destravar” a economia é enorme – e não poderia ser diferente. Os formadores de opinião se mostram perplexos com a falta de rumo e de alternativas para retomar o crescimento econômico.

No primeiro mandato o Presidente da República imaginou poder, através do discurso, promover o crescimento econômico do País; e cunhou alguns slogans, como aquele que se tornou mais conhecido: o espetáculo do crescimento. E o País não cresce, ao contrário, está no fim da linha entre os países emergentes em matéria de crescimento econômico.

Durante toda a campanha o Presidente afirmou que o País estava “pronto para crescer”. Agora ele comunica a 58 milhões de eleitores que o reconduziram ao segundo mandato: “Não tenho solução para crescer”.

O Presidente Lula assegura que vai se dedicar até o dia 31 de dezembro, véspera da posse, na busca de uma solução para o impasse.

Imaginem, depois de quatro anos de mandato, estamos prestes a concluir o mandato do Presidente da República, ele confessa não ter solução para o crescimento do País, mas pede à população que aguarde até o final do ano, que ele poderá encontrar uma solução para esse impasse.

E o Presidente ainda diz, indagado sobre o que o governo fará para alcançar o crescimento anunciado. Ele diz: “...Tem algo – e não me pergunte o que é ainda, que eu não sei, e não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar – porque o País precisa crescer.”

O Presidente vai encontrar a solução. Quatro anos não foram suficientes. Encontrará nos próximos quatro anos? E o País? Deve aguardar o Presidente encontrar a solução?

Reeleito para o seu segundo mandato, é inaceitável que o Presidente Lula esteja tão “perdido”. “Lula não sabe o que vai fazer”, é o título da coluna de Villas Bôas Corrêa, o decano dos analistas políticos, na edição do Jornal do Brasil de hoje.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que autorize a inserção nos Anais da Casa do artigo na sua íntegra. “Lula não sabe o que vai fazer”, artigo desse notável jornalista, Villas Bôas Corrêa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Senador, está deferida a sua solicitação.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O poeta e prosador português Miguel Torga, numa de suas poesias, descreve uma viagem que poderia ser a do Presidente da República neste momento de indefinição.

Diz o poeta:

Aparelhei o barco da ilusão  
E reforcei a fé de marinheiro.  
Era longe o meu sonho, e traçoeiro  
O mar...

Para o poeta “o que importa é partir, não é chegar...”

O Presidente não se reelegeu para uma aventura. Ele precisa começar a governar imediatamente e precisa chegar ao fim do seu mandato com algo concreto.

O Presidente se limita a fazer discursos e se declarar “de calça curta” diante de crises que, sabemos, poderiam ter sido evitadas, como a da agricultura, por exemplo, e que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jonas Pinheiro, bem conhece. Há pouco aqui discorria sobre o fato – a crise da agricultura.

O editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** analisa essa tendência do Presidente Lula: o Presidente não gosta de governar.

Solicito também a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que considere como lido todo o editorial de **O Estadão**: “De Calça Curta”.

O Presidente Lula diz o seguinte: “A gente não deveria falar governar, deveria falar cuidar. Eu tenho de cuidar das pessoas pobres desse País.”

O atual cenário: um Governo acéfalo, uma nau sem rumo e o timoneiro atônito. E o Presidente diz que tem de cuidar das pessoas pobres do País.

Os obstáculos para atrair investimentos são enormes e cuidar das pessoas pobres do país é exatamente desobstruir para que os investimentos sejam uma realidade no nosso País; é eliminar esses obstáculos; é superar as barreiras que impedem que os investimentos ocorram no Brasil, sejam eles nacionais ou estrangeiros.



Pela primeira vez na História, a saída de recursos destinados a atividades produtivas vai superar a entrada: está saindo mais dinheiro do Brasil do que ingressando.

Lembro-me de que, há pouco tempo, antes das eleições, aprovamos uma medida provisória – nós, o Senado, o Congresso. Votei contra aquela medida provisória porque imaginava ser ela mais um obstáculo aos interesses da agricultura brasileira – aquela medida provisória isentava de impostos o ingresso do capital estrangeiro no nosso País; à aplicação financeira de recursos externos no nosso País isenção, enquanto uma carga tributária pesada e excessiva sobrecarregando o setor produtivo nacional. E, exatamente em função da crise da agricultura, consideramos que aquela medida provisória poderia ser um desestímulo. Ocorre que nem mesmo aquela medida provisória teve o poder de influenciar o ingresso de capital externo em nosso País, o ingresso de recursos externos no Brasil. Portanto, estamos num momento em que os recursos saem mais do que ingressam no Brasil.

O investimento do Brasil no exterior bateu novo recorde, demonstrando a pouca atratividade do País para os estrangeiros que preferem investir cada vez mais em outros países emergentes.

De janeiro a outubro, as empresas brasileiras investiram US\$22,8 bilhões no exterior, mais que o dobro do recorde anterior: US\$9,47 bilhões, em 2004. Vou repetir, são cifras significativas: as empresas brasileiras investiram de janeiro a outubro US\$22,8 bilhões no exterior.

Segundo especialistas, câmbio valorizado e baixo crescimento ajudam a explicar o quadro.

“Não é fácil investir no Brasil”, afirmam os empresários estrangeiros.

Essa realidade se dissemina pelo mundo. Ontem mesmo, o Presidente do Comitê de Comércio e Indústria da Câmara dos Comuns, em visita à Fiesp, destacava a fragilidade regulatória e a alta carga tributária do Brasil como fatores inibidores dos investimentos estrangeiros.

São preocupantes os reiterados sinais sobre o baixo crescimento da economia brasileira.

Pela segunda semana seguida, o mercado revisou para baixo o crescimento do produto interno bruto em 2006.

O Relatório Focus, do Banco Central, prevê uma expansão de apenas 2,95%, abaixo dos 2,97% da semana anterior.

A cada semana uma revisão para baixo, lamentavelmente.

Enquanto isso, em uma lista de 14 países emergentes, segundo levantamento do Banco Dresdner, o Brasil está em último lugar. O País emergente que me-

nos crescerá, a Hungria, deve alcançar uma expansão de 3,6% enquanto o Brasil chega a 2,9%.

Enquanto isso, o Governo aparelha o Estado.

Eis outro artigo, desta vez da Folha de S. Paulo: “Dane-se o público”. “Convênios da Petrobras são mais um exemplo de aparelhamento do Estado sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.”

No dia de ontem, desta tribuna, referimo-nos à aplicação dos recursos da Petrobras, inclusive favorecendo a ONGs, que ensejou ao Senador Heráclito Fortes propor a instalação de uma nova CPI para investigar as ONGs no nosso Brasil.

Leio apenas um trecho e peço ao Presidente que publique, na íntegra, esse editorial da **Folha de S. Paulo**:

R\$31 milhões (foram transferidos da Petrobras), a títulos vários, a organizações não-governamentais que apoiaram a campanha pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Detectou-se curiosa concentração dessas ações em Sergipe, onde o ex-presidente da estatal José Eduardo Dutra concorreu ao Senado, tendo sido derrotado (campanha 68% financiada por empresas que têm negócios com a petroleira estatal).

Todas essas parcerias com organizações “companheiras” – mais um episódio de aparelhamento do Estado que persiste, na gestão petista, como fruto da impunidade – dispensaram licitação pública. O critério adotado foi, nas palavras de Gabrielli, “o trabalho que as ONGs fazem”.

O dirigente da estatal acha que R\$31 milhões são quantia irrelevante se comparada ao “impacto” total dos mais de R\$20 bilhões em investimentos da Petrobras. Também considera ser um exercício de “mau jornalismo” recorrer à prestação de contas de campanha, identificar as empresas que fizeram doações ao partido governista e buscar suas relações com a Petrobras.

O episódio ilustra o grau de desrespeito na cúpula do Executivo federal para com o direito do cidadão de saber o que é feito do seu patrimônio.

Enfim, “Dane-se o público” é o título do editorial da **Folha de S. Paulo**, que peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, considere lido e publique na íntegra nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# De calça curta

**L**ogo no começo do governo Lula, o governador mato-grossense Blairo Maggi – e não “Magri”, nem “Bagre”, como o presidente chegou a chamá-lo em discurso, anteontem – saiu acabrunhado de uma reunião no Planalto. Disse que se dera conta da imensa distância entre as palavras (as intenções do presidente) e os atos (a sua capacidade de transformá-las em realidade). Seria interessante saber o que pensa o maior plantador de soja do País depois de ouvir as palavras com as quais Lula reconheceu o que já ficou patente para observadores de diversas tendências: ele continua convencido de que governar é fazer discursos.

O presidente foi a Mato Grosso a pretexto de inaugurar uma usina de biodiesel e um trecho pavimentado de 14 km, pronto há três meses, de uma estrada federal cujos 280 km restantes ainda são de terra. Na verdade, ele não escondeu que o motivo que o levou às paragens de Sapezal, para a festa da estrada, e às de Barra dos Bugres, para a da usina, foi demonstrar gratidão a Maggi, o único líder rural que o apoiou na reeleição (e, ainda assim, só no segundo turno). Em clima de palanque, o seu hábitat natural, fez três discursos, um dos quais não programado. Afinal, como explicaria depois aos jornalistas, “já que tinha um microfone e tinha gente, vamos falar”.

Mas o pior foram as coisas que disse em seus discursos – a começar pela confissão que deve ter deixado aturdido o seu anfitrião empreendedor. Pois, quase chegando ao fim dos seus primeiros quatro anos na chefia do Estado, Lula admitiu não ter a mínima idéia sobre o que fazer para cumprir o que de mais importante prometeu em sua campanha reeleitoral: a promoção do desenvolvimento em ritmo muito mais acelerado do que o conseguido até agora. Ou, conforme a sua própria expressão, “destravar o Brasil”. Como? “Não me pergunte o que é ainda, que eu não sei, e não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar.” Ele até marcou data para esse momentoso encontro: 31 de dezembro.

Pelo visto e ouvido, é disso que se trata: de tanto ser candidato, antes, durante e, pelo jeito, depois do seu primeiro período no Planalto, o presidente da República, no íntimo dos ínti-

mos, não se percebe como tal e marca para a véspera de sua nova posse o prazo final para a descoberta da fórmula do verdadeiro espetáculo do crescimento, já que o outro, por ele antecipado em 2004, não foi exatamente... espetacular. Depois dessa, fica-se sem saber sobre o que ele “vai conversar com todo mundo”, como repetiu que vai fazer. Com os que, como o PMDB, querem cargos no governo, com certeza sobre quantos serão e quem os ocupará. Mas, e com a oposição? Para que políticas pedirá apoio?

E que razões haverá para confiar em que, no máximo até o derradeiro dia de 2006, o Altíssimo, na sua infinita bondade, abençoará a sua criatura com a iluminação que lhe sonhou até agora? Se, novamente nas suas palavras, a crise do setor agrícola o apanhou “de calça curta”, e nessa constrangedora situação está diante da crise do crescimento minimalista do País, o que precisará acontecer para cobrir a seminudez da sua escassez de idéias sobre os meios para os fins desejados pela sociedade inteira? E não é apenas em relação à gestão da economia que Lula está pedindo um tempo, como se diz. O mesmo vale para a negociação política, cuja pilotagem ele avocou a si, temerariamente.

Perguntado sobre o seu palpito infeliz de criar um conselho de ex-presidentes, repetiu a receita: “Eu não sei. Me deixe trabalhar que eu vou pensar direitinho no que eu vou fazer.” Aliás, o estudioso da psique humana que se der ao trabalho de fazer a anatomia da sintaxe lulista com toda a probabilidade logo identificará o seu apreço excessivo pelo pronome que ressalta o emprego dos verbos na primeira pessoa do singular. Depois da eleição Lula passou a ser o mais egocêntrico dos presidentes brasileiros. E em Mato Grosso, lembrando críticas recebidas de agricultores, dispensou o pronome para falar de si próprio na terceira pessoa: “Houve um tempo em que disseram que o presidente Lula não gostava da agricultura...”

Ainda intoxicado com o triunfo nas urnas, ele se crê capaz de dissolver pela palavra os problemas do Brasil. Ele confessou que não gosta de governar: “A gente não deveria falar governar, deveria falar cuidar. Eu tenho de cuidar das pessoas pobres desse país.”

Pobres ou não, felizes seriam os brasileiros se isso bastasse.

# Lula não sabe o que vai fazer

O PRESIDENTE REELEITO Luiz Inácio Lula da Silva acaba de comunicar, aos 58 milhões de eleitores que garantiram o bis do mandato e aos brasileiros em geral, que não sabe o que vai fazer para “destravar o país”. Para tranquilizar o distinto público, prometeu que vai se dedicar a decifrar a charada até o dia 31 de dezembro, véspera da posse, com a transferência da faixa de uma das mãos para a outra. Acrescentou, como quem guarda um segredo, que “tem algo, e não me pergunte o que é ainda, que eu não sei”. Adiantou intenções na mensagem cifrada: “E não me pergunte a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar”.

Em meio a tal barafunda e mais o que disse no comício em que se transformou a inauguração da usina de biodiesel da companhia Barralcool, em Barra do Bugres (MT), todo mundo ficou na mesma perplexa confusão que embaralha as promessas do candidato com as hesitações que pontuam as suas espantosas declarações. E que não param aí. No mesmo embalo da baralhada mental disparou desafios como quem solta foguetes para animar a festa: “Vamos desafiar os Poderes Executivo municipal e estadual a trabalharem juntos. Vamos desafiar o Congresso Nacional a trabalhar com as propostas do interesse do Brasil”.

O tom conciliatório da fase de euforia depois da vitória alternou ameaças com acenos de um entendimento nacional em torno de temas consensuais. Dedicará a próxima semana à rodada de reuniões com vários líderes políticos, para as quais não exclui nem confirma o convite ao seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em meio à nuvem espessa de contradições dá para distinguir a confissão do presidente de que está perdido e zozno. E a confirmação de que desperdiçou na agitação de conversas, viagens, nas curtas férias em praia baiana, o tempo irrecuperável para a definição dos rumos políticos da travessia na pinguela entre os dois mandatos. A confirmação também de que está mais perdido do que nunca com o passivo dos erros que se sucedem nos atropelos de cada dia.

## O próprio Lula dá a perceber que está perdido e zozno

Na conta dos prejuízos, a rebelião do PT, inconformado com o tratamento desdenhoso com que vem sendo castigado pelo seu fundador.

No Congresso à matroca com o enfraquecimento dos líderes em fim de mandato, o governo coleciona derrota e pepinos, como a aprovação, pelo Senado, do projeto do senador Efraim Morais (PFL-PB) que concede o pagamento da “gratificação natalina” aos beneficiários do Bolsa Família. Se a extravagância passar na Câmara custará o aumento de despesas de R\$ 683 milhões. E imporá ao presidente o constrangimento de vetar a generosidade ou sancioná-la e arquivar a esperança, cada vez mais distante, de equilibrar o Orçamento no primeiro ano do novo mandato.

Mas ainda não é o pior. Crises políticas são contornadas com uma boa conversa. O que não tem concerto conhecido é a incompetência em nível assustador em que se afunda o governo. A crise no setor aéreo, que se prolonga além de todos os prazos de tolerância, expõe as entranhas do monstro ministerial que não diz coisa com coisa nas desculpas improvisadas. Ou a inacreditável confissão presidencial de que a crise no agronegócio “pegou o governo de calças curtas”.

Com o presidente ausente, viajando em ritmo de campanha pós-eleição, os ministros do primeiro time entretiveram-se em longa reunião para discutir a crise do sistema de controle de voo e chegaram à luminosa conclusão de que as medidas emergenciais adotadas pelo Ministério da Defesa, Aeronáutica, Anac e Infraero não desataram o nó que desgasta o governo.

# Dane-se o público

**Convênios da Petrobras são mais um exemplo de aparelhamento do Estado sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva**

**F**ICOU EXALTADO o presidente da Petrobras na terça-feira. Não se sabe se as notícias a respeito de patrocínios “companheiros” oferecidos pela estatal complicaram a chance de Sergio Gabrielli ocupar um ministério no segundo mandato —mas o fato é que ele ficou bastante destemperado. O que deveria ser uma entrevista coletiva para explicar alguns contratos e convênios da petroleira tornou-se algo mais próximo de uma sessão de vitupérios.

Gabrielli acusou órgãos de imprensa de praticarem “uma campanha orquestrada contra a Petrobras”. Nomeou-os: esta **Folha** e “O Globo” —que publicaram reportagens revelando intrigantes conexões entre prestadoras de serviço à estatal, transferências de recursos da Petrobras a ONGs sem licitação e a campanha petista. Os dois jornais teriam sido “irresponsáveis” e praticado “jornalismo marrom”.

O escárnio para com a opinião pública ficou patente na frase “Evidentemente, você não é uma pessoa bem-vinda aqui”, dita por Gabrielli, um servidor do Estado, ao repórter do jornal carioca ali presente.

Seria compreensível a ira de Gabrielli caso o petista houvesse demonstrado ter sido vítima de injustiça nas reportagens contra as quais vociferou. Nas poucas vezes em que apresentou argumentos em vez de impropérios, no entanto, nada do que disse passou perto de desautorizar o

trabalho jornalístico nesse caso.

O fato é que, como mostrou esta **Folha** na edição de terça, políticos do PT receberam neste ano R\$ 2,5 milhões em doações eleitorais de cinco empresas associadas à ONG Abemi que mantêm contratos com a estatal. A Abemi, por sua vez, assinou um convênio de R\$ 228,7 milhões com a Petrobras, sem licitação, para treinar 70 mil pessoas.

Outro fato, revelado por “O Globo” no domingo, é que a estatal transferiu ao menos R\$ 31 milhões, a títulos vários, a organizações não-governamentais que apoiaram a campanha pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Detectou-se curiosa concentração dessas ações em Sergipe, onde o ex-presidente da estatal José Eduardo Dutra concorreu ao Senado, tendo sido derrotado (campanha 68% financiada por empresas que têm negócios com a petroleira estatal).

Todas essas parcerias com organizações “companheiras” —mais um episódio de aparelhamento do Estado que persiste, na gestão petista, como fruto da impunidade— dispensaram licitação pública. O critério adotado foi, nas palavras de Gabrielli, “o trabalho que as ONGs fazem”.

O dirigente da estatal acha que R\$ 31 milhões são quantia irrelevante se comparada ao “impacto” total dos mais de R\$ 20 bilhões em investimentos da Petrobras. Também considera ser um exercício de “mau jornalismo” recorrer à prestação de contas de campanha, identificar as empresas que fizeram doações ao partido governista e buscar suas relações com a Petrobras.

O episódio ilustra o grau de desrespeito na cúpula do Executivo federal para com o direito do cidadão de saber o que é feito do seu patrimônio.



**O SR. PRESIDENTE** (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– O pedido será atendido na íntegra, Senador Alvaro Dias, na forma do Regimento.

Com a palavra a próxima inscrita, Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado de Mato Grosso.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigada, Senador Jonas Pinheiro, que neste momento preside a nossa sessão do Senado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 21, terça-feira passada, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em nosso Estado, Mato Grosso, cumprindo uma agenda extremamente positiva. Começamos por Sapezal, com a inauguração do trecho da estrada 364. O trecho concluído é de Comodoro, Sapezal. Sabemos que ainda deve ser terminada a travessia de Sapezal e depois mais um trecho da BR-364.

Costumo dizer que as rodovias nunca estão prontas. Algumas ainda não estão prontas mesmo, porque falta asfaltar alguns de seus trechos, como a BR-364, especialmente a BR-158, e a BR-163, que é importantíssima e que está asfaltada em Mato Grosso, mas precisa ser restaurada e, fundamentalmente, asfaltada no trecho do Pará, para que o escoamento da gigantesca produção do Mato Grosso se dê em Santarém.

Mas, após estarmos em Sapezal, na inauguração desse trecho da BR-364, o Presidente Lula e sua comitiva dirigimo-nos para o Município de Barra do Bugres, que fica 169 quilômetros ao norte da nossa capital, Cuiabá. Lá foi inaugurada a Usina de Biodiesel Barralcool, que é a primeira do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada, Sr. Presidente. Produz açúcar, álcool e biodiesel. É a primeira empresa do mundo que está conseguindo fazer, de forma integrada, a produção desses três produtos.

A Barralcool é também a primeira usina a gerar três tipos de fonte de bioenergia: o bioetanol, a partir do álcool; a bioeletricidade, geração de energia por meio da biomassa, com aproveitamento do bagaço de cana; e agora o biodiesel, utilizando-se diversos tipos de óleos vegetais.

Atentem, senhores, para o fato de que se trata da primeira empresa do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada. É também a primeira usina a gerar três tipos de fonte de energia: o bioetanol, a biomassa e o biodiesel.

A população de Mato Grosso recebeu o nosso Presidente com uma grande festa popular que há muito não se via. Aliás, faço aqui um parêntese para saudar os nossos companheiros de Partido e a população, de modo geral, que estava em Barra do Bugres, da região de Tangará e de Nova Olímpia. Na nossa Barra do Bugres foi, obviamente, uma recepção com uma multidão

incontida, numa alegria, numa euforia que eu não via há muito, a saudar o Presidente Lula.

O investimento na usina foi de R\$27 milhões, sendo R\$15.9 milhões financiados pelo Fundo Constitucional Centro-oeste (FCO), por meio do Banco do Brasil, e R\$11.1 milhões de recursos próprios.

De acordo com o diretor de biodiesel da Barralcool, Sílvio Rangel, a integração com a unidade sucroalcooleira trouxe uma economia de 20% a 25% no valor do investimento, se comparado a uma planta de biodiesel não integrada.

A nova unidade produzirá o biodiesel a partir de vários óleos e, quando se estiver utilizando da rota etílica (bioetanol como matéria-prima), o biodiesel produzido será 100% ecológico, Sr. Presidente, conforme explica o vice-presidente de operações da Dedini, José Luiz Olivério, empresa de Piracicaba, parceira do projeto e fornecedora dos equipamentos.

Isso será possível, segundo ele, porque a usina utilizará em sua composição exclusivamente produtos de origem vegetal e oriundos de fontes renováveis, até mesmo em suas fontes de energia elétrica e térmica, que aproveitarão o bagaço de cana gerado como combustível.

Atualmente, Sr. Presidente, com a co-geração do bagaço de cana – atentem senhores que me ouvem por essa televisão, Srs. Senadores –, a usina produz 23 megawatts de energia elétrica, dos quais, 7 megawatts para consumo próprio e o restante comercializado para a Rede Cemat (Rede de Energia de Mato Grosso) e para o atendimento dos consumidores, tudo do bagaço da cana.

Segundo o nosso querido e competente Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, a produção do biodiesel na usina segue as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que trata os biocombustíveis como solução para múltiplos problemas. “Eles devem ser não só uma solução energética, mas também uma fonte de renda para os pequenos agricultores”, observou o Sr. Ministro.

O Prefeito de Barra do Bugres, nosso companheiro Aniceto de Campos Miranda, disse que a chegada da usina vai fortalecer a economia do Município. Ele informou que 10% da matéria-prima a ser utilizada pela usina virão da agricultura familiar.

Isso é extremamente importante, porque a agricultura familiar é significativa na região e precisa ter espaço assegurado na produção do biodiesel. Ainda disse o nosso Prefeito Aniceto: “Se cada pequeno produtor plantar um hectare, teremos seis mil empregos diretos em toda a região, compreendida por 14 Municípios. Além disso, teremos um acréscimo entre 10% e 15% na oferta de energia”.

Seguindo as diretrizes do Programa do Biodiesel, a usina Barralcool, que vai utilizar diversas matérias-primas e dar prioridade, em um primeiro momento, à soja e ao girassol, oleaginosas produzidas na própria região, produzirá 57 milhões de litros de biodiesel ao ano.

A usina de biodiesel Barralcool vai empregar aproximadamente 40 pessoas na indústria e cerca de 1,8 mil no campo, com perspectivas, segundo o Prefeito de Barra do Bugres, Aniceto Miranda, de chegar a 6 mil empregos nos próximos anos.

Sr. Presidente, Sr. Senador, Sr<sup>a</sup> Senadora, encerro esse trecho da minha fala sobre a visita do Presidente Lula ao meu Estado, para a inauguração de um trecho da BR-364 e a inauguração da Barralcool, repito, a primeira usina do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada, e sobre como foi a recepção – também já falei aqui – do povo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente, em sua fala, lá disse que, desde o primeiro momento do seu Governo, vem se empenhando e, de forma determinada, exigindo que se definam, cada vez mais, com mais e mais clareza, a possibilidade e o potencial do aumento da produção do biodiesel em nosso País.

A cadeia produtiva do biodiesel vem da matéria-prima, industrialização do óleo até a comercialização. Está claro que a vocação do Mato Grosso não mais se restringe a soja para exportação, algodão ou carne de exportação, mas é também, fundamentalmente, para o álcool, o açúcar e o biodiesel.

Ouvimos lá as falas do Presidente da República e dos empresários presentes. A vontade, a determinação e a alegria do Presidente em estar participando daquele momento histórico de Mato Grosso...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Tenho cinco minutos a mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Lembrou também lá o Presidente que o seu empenho está na necessidade de ver a agricultura familiar incluída diretamente no processo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, por meio de vários setores, mas muito especialmente por meio do biodiesel.

O Governador Blairo Maggi, que acompanhava o Presidente de República, em determinado momento do seu discurso, disse com todas as letras que nunca acreditou no potencial do biodiesel, mas que, a partir do momento em que viu a determinação do Presiden-

te Lula e as ações tomadas nessa direção para que o biodiesel realmente seja um dos motes principais do desenvolvimento de Mato Grosso, passou a acreditar. Penso ser interessante registrar isso nesta tribuna.

Sr. Presidente, lerei uma carta que os reitores das nossas universidades públicas e particulares de Mato Grosso enviaram ao Governador do Estado. Esses reitores me enviaram cópia dessa carta, que faço questão de ler nesta tribuna. Inclusive, conversei com o Governador a esse respeito e soube que ele enviou um projeto de lei à Assembléia Legislativa para extinguir a Fapemat (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Mato Grosso), entidade que não pode ser extinta, pois é da maior importância.

Faço agora o registro, não apenas com a leitura dessa carta, mas com o meu depoimento, de que conversei com o Governador na terça-feira e disse a ele da inviabilidade e do prejuízo para Mato Grosso da extinção da Fundação de Amparo à Pesquisa. Ele demonstrou sensibilidade e nos disse que vai rever a questão. Faço este relato aqui para tranqüilizar a todas as pessoas, principalmente as de Mato Grosso. Vários Estados têm Fundação de Amparo à Pesquisa e sabem da importância para o desenvolvimento científico e tecnológico de um Estado a existência dessa entidade. Então, o diálogo com o Governador foi nesse sentido, e ele se dispôs realmente a rever a questão.

Passo a registrar aqui a carta encaminhada pelos Srs. Reitores ao Governador Blairo Maggi:

Sr. Governador, como é de conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, o papel das Universidades, sejam públicas ou privadas, é gerar conhecimento e tecnologia que dêem sustentação ao desenvolvimento social. Em Mato Grosso as universidades se empenham muito em cumprir este papel, procurando estar sempre atentas às demandas da sociedade, abrindo seus muros e apresentando-se ao importante serviço de contribuir, dentro de suas competências, com o desenvolvimento do Estado.

Considerando o apoio que temos recebido de seu Governo por intermédio das diferentes modalidades de parcerias em andamento, entendemos que V. Ex<sup>a</sup> realmente reconhece as Universidades como estratégicas para o desenvolvimento, o que é uma visão de Estado com a qual compartilhamos e muito nos orgulhamos. Em decorrência desta postura de Governo, nossas Instituições têm sido valorizadas ao serem convocadas não apenas para o debate, mas também para a construção e para a execução de políticas públicas, fundamentais na construção de um Estado mais justo e so-

berano. Entretanto, para poder atender estas convocações e se apresentar ao trabalho, as Universidades precisam desenvolver e manter sua competência.

São elevados e contínuos os investimentos necessários à qualificação, infra-estrutura e custeio para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para que as universidades possam desempenhar eficientemente seu papel, nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, ao lado dos nossos pesquisadores, temos nos empenhado cotidianamente na busca dos recursos, sempre objetivando a consolidação da competência de nossas Instituições, para que as mesmas estejam à altura do grande desafio de contribuir para a elevação do conhecimento, para a geração de alternativas sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população de Mato Grosso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Aguarde um instante Senador. Ouvirei V. Ex<sup>a</sup> com prazer, se o Presidente me der um tempinho.

Nosso esforço tem sido compensado por algumas ações governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipais, coerentes com a realidade regional. No Estado, um órgão de destaque é a Fapemat. Nos últimos quatro anos, foi possível acessar recursos para a melhoria da infra-estrutura de pesquisa, melhoria da qualidade do ensino, da consolidação de programas de qualificação docente e fortalecimento da pós-graduação. Nesse período houve enorme incremento no número de grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, melhoria nos cursos de graduação, oferta de inúmeros cursos de pós-graduação à comunidade, com destaque aos cursos **stricto sensu**, devidamente recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Antes de entrar diretamente na fala sobre a importância da Fapemat, concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Serys, antes de mais nada quero parabenizá-la pela vitória que teve na Comissão de Infra-Estrutura, encaminhando uma emenda para turismo que, evidentemente, irá beneficiar dentre outros Estados, o Pantanal que V. Ex<sup>a</sup> tão bem canta nesta Casa. Peguei uma carona com V. Ex<sup>a</sup> para ver se consigo melhorias também para o Piauí, que é meu, do Senador Mão

Santa e do Senador Sibá Machado. Quero, Senador Sibá Machado, levar melhorias para aquela liberdade que lhe viu nascer e para as regiões do Piauí que tem vocação para o turismo. Senadora, observava atentamente o seu discurso sobre o biodiesel e queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> que inserisse um depoimento, Senador Sibá Machado, do insuspeito brasileiro João Pedro Stédile. E insuspeito – veja bem – para a declaração que está dando aqui. No último dia 15, aconteceu, no auditório da Academia de Tênis de Brasília, um encontro que reuniu 1.300 servidores do Incra. Na ocasião, foi discutida a participação do Piauí – sempre o Piauí pagando o pato – no projeto do biodiesel. Senador Mão Santa, João Pedro Stédile, Presidente do MST, participou do evento e analisou – registro com o maior prazer a saída de plenário da Senadora Ideli Salvatti. O PT não pode ouvir críticas ao Governo. Retiro também o que disse ontem. Eu estava errado. Não adianta ter boa-fé – negativamente a realização do projeto no Estado. João Pedro Stédile afirmou que o biodiesel no Piauí está fracassado e que, no próximo ano, o MST vai lutar para que haja mudança nesse projeto. Ele disse que os trabalhadores precisam plantar outros produtos além da mamona, senão vão ficar reféns dos grupos econômicos. Mas aí, Senador Sibá Machado, vem o mais grave, e a **Folha** hoje publica – e quero pedir a V. Ex<sup>a</sup>, até para ajudar o Lula, que nunca sabe das coisas, ele que esteve lá, na inauguração... Registro o retorno ao plenário da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti. A **Folha** publicou uma reportagem mostrando o fracasso da mamona no Piauí. E diz: “No auge do mensalão, Lula visitou fazenda e prometeu uma nova Petrobras ao Piauí”. Hoje, colonos colhem 70% a menos do que na época. Senador Sibá Machado - estou tendo o cuidado para não cometer uma injustiça -, o Sr. Lorenzetti foi com o Presidente Lula ao Piauí, como foi ao Pará para aquela “Salve Fruta”, um empreendimento que ele, com a sua experiência eclética, tentou implantar no interior do Pará. Senador Mão Santa, isso precisa ser investigado. Temos que salvar o biodiesel, Senadora Serys, porque o biodiesel é do Brasil. Não podemos permitir que recursos públicos sejam colocados em empresas que estão sendo questionadas, porque um dos seus dirigentes, por práticas não republicanas em um passado recente, foi punido pela CVM e montou esse projeto no Piauí. Estou trazendo este assunto agora, pegando carona com V. Ex<sup>a</sup>, porque quero me associar à sobrevivência desse projeto do biodiesel. Quero realmente que o Presidente da República faça a Petrobras do biodiesel, mas uma Petrobras sem caixa dois, sem picaretagem. O biodiesel, evidentemente, gerará empregos, e, queiram ou não os da Base do Governo, nós vamos lutar a favor disso, porque é uma

proposta do Brasil. Daí por que eu pediria – sei da sua gentileza e educação permanente – para que insira isso em seu pronunciamento. Muito obrigado.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Eu gostaria de dizer que vou ter que parar mais ou menos por aqui, mas antes disso gostaria de responder algumas questões que foram colocadas pelo Senador Heráclito Fortes. Em primeiro lugar, Senador Heráclito Fortes, quero agradecer a sua participação na aprovação da emenda de comissão sobre turismo, hoje pela manhã, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sabemos que a forma de condução determinada, considerando realmente todos os fatores que estavam em torno da questão das emendas de comissão... Felizmente, foi aprovada a nossa emenda. Trata-se, pois, de uma emenda para o Brasil e não só para Mato Grosso, portanto, também para o Piauí de Heráclito e Mão Santa.

Eu também queria dizer que não sou advogada de defesa...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, com isso V. Ex<sup>a</sup> não será só a rainha do Pantanal. Será também a rainha da Capivara. A serra da Capivara vai ser-lhe muito grata.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de dizer que não sou advogada de defesa da minha Líder – e ela já voltou para o plenário –, mas, quando V. Ex<sup>a</sup> disse que ela tinha-se retirado, eu ia colocar – não pude fazê-lo naquele momento – que ela jamais se retiraria porque V. Ex<sup>a</sup> tomou a palavra, de jeito nenhum, até porque a nossa Senadora Ideli não precisa desse tipo de coisa. Ela tem posturas muito claras, sempre contundentes, mas muito claras a respeito de qualquer situação neste plenário.

Gostaria ainda de dizer que, quando João Pedro Stédile coloca os problemas do biodiesel, eu não os conheço no Piauí, mas, se são ditos, com certeza devem ter problemas; e, se os têm, também tenho certeza, Senador Heráclito Fortes, de que o Presidente Lula, como qualquer outra pessoa neste País, mas começando a citar o Presidente da República, quer que tudo seja apurado, investigado, esclarecido para ser mudado e para que se tenha realmente, como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, preservada e consolidada uma política de biodiesel para o Brasil como um todo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Só um momento, Senador Sibá Machado. Já lhe concedo o aparte.

Em Mato Grosso, está se iniciando esse processo e está se consolidando vitorioso. Em Mato Grosso, não é a pedra fundamental do biodiesel que vai ser fabricada; o que houve foi a inauguração de uma fábrica que já está produzindo 57 milhões de litros de biodiesel por ano, ou seja, já está consolidada, já está acontecendo. E o Presidente Lula – eu já disse aqui, tenho a impressão de que V. Ex<sup>a</sup> não tinha chegado, foi no começo da minha fala – disse lá... Claro, ele estava se sentindo muito vitorioso, vendo aquela comemoração toda, aquele portento todo acontecendo em Mato Grosso, em termos de biodiesel.

E foi muito bem dito por todos os que usaram da palavra que o biodiesel só teve chance no Brasil a partir do início do Governo Lula, que disse, no seu discurso, que também tem de ser envolvida – e será envolvida, está sendo, e já tem coisas encaminhadas por ele, inclusive legislação, etc – a agricultura familiar. É fundamental.

Claro que a agricultura familiar não pode ser exclusivamente produtora de matéria-prima para o biodiesel. Ela tem que produzir toda a alimentação para o mercado interno, de preferência até para exportação, mas, além disso, tem de ser portadora de toda cadeia produtiva do biodiesel, Senador Sibá Machado, da produção da matéria-prima à industrialização e à comercialização, porque só assim os pequenos produtores rurais, os assentamentos rurais deste País terão condições de sair, de forma definitiva, do estado de dificuldade em que vive a pequena agricultura.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com a permissão e a autorização do nosso Presidente, que já deve estar nervoso e com razão, Senador Mão Santa, porque me excedi no tempo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa. Senadora Serys, sobre o biodiesel, acompanho esta matéria desde 2003, ano em que cheguei ao Senado Federal e, como tal, procuro ver **in loco** as experiências que o Brasil está construindo neste momento, pois, sem discussão, este é um dos empreendimentos inovadores da economia mundial, visto que combustível é a mola-mestra que move o sistema econômico de qualquer país, de qualquer comunidade. É claro que essa é uma matéria ainda muito nova para o tamanho a que se propõe, não só para o País, como para o mundo. Vi ontem que os Es-



tados Unidos estão transformando em álcool todo milho produzido no País. Isso provocou um fato: toda a safra de milho a ser plantada no Brasil em 2007 está totalmente vendida. No caso da soja, que tanto pode ser usada na produção de biodiesel quanto na de Hbio – nova tecnologia criada pela Petrobras –, haveremos de absorver, no próprio País, para gerar energia, todo o excedente não comercializado desse grão. Mais importante que isso é o cuidado do Presidente Lula em colocar, numa cadeia produtiva tão importante como a dos biocombustíveis, os assentados da reforma agrária. Visitei, sim, a Brasil Ecodiesel, no Piauí, visitei a Agropalma, no Pará; estou visitando indústrias e centros universitários de pesquisas de biodiesel. Portanto, digo a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a tranqüilidade, a João Pedro Stédile ou a qualquer pessoa que tiver dúvida quanto ao procedimento que deve ocorrer ou ainda sobre algum erro que, digamos assim, justifique a preocupação de alguns produtores no Piauí, que ainda estão fechados em torno de um único produto, a mamona, que eu vi exatamente o contrário. Estive lá e vi que, dos nove hectares cedidos para os assentados daquela experiência, cinco hectares são voltados exclusivamente para a mamona, e quatro hectares voltados tanto para a agricultura de subsistência quanto para outras questões comerciais. Portanto, o biodiesel é uma “sacada” do Governo Federal, e nós haveremos de ser grandes líderes mundiais na produção desse grande produto de tanta importância para todos nós.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Eu diria que é uma grande sacada do Presidente Lula ter tido essa determinação no início do seu Governo. E inclusive ele discorria sobre a forma de equilibrar esta questão que apresentam, Senador Sibá Machado: “A soja dá muito aqui no Brasil, mas dá muito em outro país”. Ora, isso não importa, porque, quando não conseguimos exportar a quantidade necessária, transformamos a soja em biodiesel. De repente, há um aumento de preço desse produto no exterior, e então se consegue exportar a soja e diminuir sua produção. Quer dizer, há uma forma de atingir certo equilíbrio para não ter prejuízo em determinados momentos, como o que ocorreu há pouco no agronegócio, que entrou em crise pelo baixo preço da soja.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora... Eu queria ser justo, Senador Mão Santa, e não quero discordar do Senador Sibá Machado, meu conterrâneo velho da Liberdade. Eu acho que foi uma grande sacada do Presidente Lula. Aliás, em termos de sacada, só se perde para o empresário que foi lá para

o Piauí. Aí é diferente: sacada aos cofres públicos. A grande diferença é essa: o Presidente Lula teve uma grande sacada ao conceber um projeto que não é dele, mas, como ele já se apropriou de tantos outros, está dentro do padrão, não há nenhuma novidade. E eu louvo o Presidente Lula pela humildade de, não tendo equipe nem imaginação criadora para inovar, aproveitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, nunca tentando sacá-la da tribuna, mas eu quero lembrar que V. Ex<sup>a</sup> está com 32 minutos. Pacientemente, o Senador Mozarildo Cavalcanti espera.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Mas eu preciso que os aparteadores terminem o discurso para eu poder encerrar.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Então, concluindo, Senador Mão Santa, é preciso apenas saber quanto foi o saque aos cofres públicos desse fracassado projeto, como também aquele lá das frutas do Pará, do chuveiro...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Já dissemos aqui, Senador...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...do chuveiro. Como é o nome dele? Do Lorenzetti.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador Heráclito Fortes, já dissemos aqui que, se tiver problema, vai ser apurado. Não vamos discutir isso.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tenha certeza disso.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria apenas de agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que me cedeu o espaço dele.

Peço que seja transcrita a Carta dos Reitores na íntegra, assinada por Paulo Speller, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso; por Taisir Mahmudo Karim, Reitor da Unemat; por Altamiro Belo Galindo, Reitor da Unic; por Luzia Guimarães, Reitora da Unirondon; por Drauzio Antonio Medeiros, Reitor da Univag; por Henrique do Carmo Barros, Diretor do Cefet de Mato Grosso; por Ademir José Conte, Diretor do Cefet -Cuiabá.

Muito obrigada.

Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

## **Confira a carta dos reitores na íntegra**

Cuiabá, 21 de novembro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor

Blairo Borges Maggi

Governador do Estado de Mato Grosso

N e s t a

Senhor Governador,

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, o papel das Universidades, sejam públicas ou privadas, é gerar conhecimento e tecnologias que dêem sustentação ao desenvolvimento social. Em Mato Grosso as Universidades se empenham muito em cumprir este papel, procurando estar sempre atentas às demandas da sociedade, abrindo seus muros e apresentando-se ao importante serviço de contribuir, dentro de suas competências, com o desenvolvimento do Estado.

Considerando o apoio que temos recebido de seu Governo por intermédio das diferentes modalidades de parcerias em andamento, entendemos que Vossa Excelência realmente reconhece as Universidades como estratégicas para o desenvolvimento, o que é uma visão de Estado com a qual compartilhamos e muito nos orgulhamos. Em decorrência desta postura de Governo, nossas Instituições têm sido valorizadas ao serem convocadas não apenas para o debate, mas também para a construção e para a execução de políticas públicas, fundamentais na construção de um Estado mais justo e soberano.

Entretanto, para poder atender estas convocações e se apresentar ao trabalho, as Universidades precisam desenvolver e manter sua competência. São elevados e contínuos os investimentos necessários à qualificação, infraestrutura e custeio para o ensino, a pesquisa e a extensão. Para que as Universidades possam desempenhar eficientemente seu papel, nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, ao lado dos nossos

pesquisadores, temos nos empenhado cotidianamente na busca dos recursos, sempre objetivando a consolidação da competência de nossas Instituições, para que as mesmas estejam à altura do grande desafio de contribuir para a elevação do conhecimento, para a geração de alternativas sociais e para a melhoria da qualidade de vida da população de Mato Grosso.]

Nosso esforço tem sido compensado por algumas ações governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipais, coerentes com a realidade regional. No Estado, um órgão de destaque é a FAPEMAT. Nos últimos quatro anos, foi possível acessar recursos para a melhoria da infra-estrutura de pesquisa, melhoria da qualidade do ensino, da consolidação de programas de qualificação docente e fortalecimento da pós-graduação. Nesse período houve enorme incremento no número de grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, melhoria nos cursos de graduação, oferta de inúmeros cursos de Pós-graduação à comunidade, com destaque aos cursos *stricto sensu*, devidamente recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

O apoio da FAPEMAT tem se dado via editais públicos absolutamente rigorosos na análise de mérito e via convênios ou termos de cooperação técnica. O resultado tem sido inédito para o Estado, e em alguns aspectos, também inédito para o país. Um destes resultados inéditos, por exemplo, é a condição incomum de poder oferecer bolsas de estudos a todos os alunos de mestrado e doutorado dos cursos recomendados pela CAPES (autarquia federal ligada ao MEC), em uma parceria nunca antes feita no Brasil. Também merece destaque a construção de editais conjuntos com o Governo Federal, envolvendo pesquisadores de todas as Instituições, como é o caso, por exemplo, do PPSUS (Programa de Pesquisa para o SUS). Programas como este, possíveis graças à existência da FAP, envolvem ainda setores de Governo que são atendidos de

forma estratégica, como, no caso, a Secretaria de Estado de Saúde e o Ministério da Saúde, que por sua vez faz uso do CNPq (outra autarquia federal) para a gestão dos convênios com os Estados, que devem, obrigatoriamente, envolver suas FAPs. Outro exemplo é a recente vinda de pesquisadores de alto nível ao Estado, convidados para analisar as propostas apresentadas pelos nossos pesquisadores no contexto dos editais abertos no segundo semestre de 2006. Estes pesquisadores de alto nível só se fazem presentes em processos de avaliação, com o aval do CNPq, se a FAP já estiver consolidada, se tiver autonomia para abrir os editais e se os percentuais constitucionais de investimento em pesquisa forem cumpridos. Como estes quesitos estão sendo rigorosamente cumpridos em Mato Grosso, nosso Estado se inscreve no mapa da política científica nacional.

Inúmeros, Senhor Governador, seriam os exemplos a serem relatados. Grande parte dos Estados brasileiros deseja chegar onde Mato Grosso chegou: ter uma Fundação de Amparo à pesquisa pública, estadual, autônoma e comprometida com o desenvolvimento técnico e científico regional, capaz de captar recursos federais para fortalecer o sistema estadual. Os que já chegaram lá, investem na consolidação do sistema, pois esta é uma conquista da comunidade acadêmica.

Assim, ao tomarmos conhecimento da Mensagem Nº 63/2006 do Governo do Estado de Mato Grosso, protocolada na Assembléia Legislativa, solicitando apreciação do Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a organização e funcionamento da Administração Estadual e dá outras providências", em seu Capítulo II "Da Alteração e Extinção de Entidades da Administração Pública", em seu artigo 43 que reza "FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EXTINGUIR A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO – FAPEMAT...", nós, Dirigentes das Instituições de Ensino Superior Mato-grossenses públicas e privadas, temos a declarar que compreendemos a iniciativa do Governo do Estado em ajustar o modelo de



gestão administrativa, cuja finalidade é a racionalização da máquina para promover o desenvolvimento estadual sustentável. Porém, por outro lado, julgamos que não se justifica extinguir um órgão que, nos últimos quatro anos investiu fortemente em pesquisa e desenvolvimento e que só tem contribuído, de forma destacada no Brasil, com a viabilização de inúmeros projetos focados no desenvolvimento do Estado. É fundamental ressaltar que o repasse de recursos federais destinados à pesquisa é priorizado aos Estados que possuem Fundações nos moldes da FAPEMAT. Programas como o PAPPE (Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas) e mais recentemente o PAPPE - Subvenção, por exemplo, possibilitados pela Lei de Inovação Tecnológica, em hipótese alguma seriam viabilizados via administração direta, pois a própria FINEP (órgão federal responsável pelos Programas) é uma autarquia federal.

**Portanto, Senhor Governador, nós, dirigentes das Instituições de Ensino Superior mato-grossenses, solicitamos que Vossa Excelência avalie e retire o artigo 43 da Mensagem 63/2006, que extingue a FAPEMAT, enquanto entidade jurídica, pois isto significaria enorme retrocesso nas parcerias com o Governo Federal, redução do aporte de recursos federais destinados ao estabelecimento de parcerias com as fundações de apoio estaduais, além de significar um enorme retrocesso em um setor extremamente bem avaliado de seu Governo, tanto no Estado quanto fora do Estado.**

Paulo Speller (Reitor da UFMT); Taisir Mahmudo Karim (Reitor da UNEMAT);  
Altamiro Belo Galindo (Reitor da UNIC); Luzia Guimarães (Reitora da UNIRONDON);  
Drauzio Antonio Medeiros (Reitor da UNIVAG); Henrique do Carmo Barros (Diretor do CEFET-MT);  
Ademir José Conte (Diretor do CEFET-Cuiabá).  
Atenciosamente,

*Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente pelos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento.

Consultando a lista de oradores, convidamos para usar a tribuna o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB do Estado de Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho me ocupado desde o início do meu mandato, até por ser médico, em esclarecer, diagnosticar a questão da atuação das ONGs. Por isso mesmo, fiz questão de instalar aqui uma CPI das ONGs. Comecei a batalha em 1999; consegui instalá-la em 2001; funcionou entre 2001 e 2002. Apresentamos um relatório indicando dez ONGs, dez organizações não-governamentais, com seriíssimos indícios de desvio de recurso público e outras ilicitudes.

Portanto, nada tem a ver, numa relação direta, com as notícias recentes do que aconteceu durante o Governo Lula. Essa questão é anterior, é do Governo Fernando Henrique Cardoso. Tivemos o cuidado, desde que assumi a presidência dessa CPI, de dizer claramente que entendemos que existem ONGs sérias, que existem organizações não-governamentais sérias. Aliás, sob esse manto cabe um monte de coisas, inclusive as igrejas, que não são nada mais nada menos do que organizações não-governamentais, as maçônicas. Há uma série de instituições seriíssimas, como as Apaes, o Instituto Ayrton Senna... Então, muitas dessas estão acima de qualquer suspeita.

Aliás, toda instituição deve, como qualquer cidadão, estar submetida a lei. Sempre me causou estranheza o fato de não existir uma legislação que pudesse regulamentar adequadamente essas instituições. O Presidente Fernando Henrique fez uma legislação criando essa figura das Oscips, mas deixou de fora outras organizações que não queiram se enquadrar como Oscips.

Pois bem, as coisas evoluíram. Depois da nossa CPI, muitos escândalos piores vieram à tona. Hoje, a imprensa nacional que não se ocupava do fato está aí todo dia a denunciar um fato novo, ou fatos novos. Quero hoje, aqui, ressaltar uma notícia que foi publicada no jornal **O Globo** e no jornal **Folha de S.Paulo**, dando conta que o Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado.

Ora, a economia de São Paulo é a maior do País. Portanto, é um Estado que deve ter o maior número de convênios com essas instituições e que teve a iniciativa de criar esse cadastro. A notícia é vazada nesses termos:

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), assinou nesta quarta-feira um decreto que cria um Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor. Na prática, a nova regra obriga as entidades que têm projetos vinculados

ao governo a tornarem os dados estruturais e contratuais, além de detalhes sobre os serviços que prestam ao Estado.

O decreto abrange ONG (Organizações Não-Governamentais), Oss (Organizações Sociais), Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. As entidades serão cadastradas no *site* da Secretaria Estadual da Fazenda.

Dessa forma, explica Lembo, a população de São Paulo vai poder analisar ou fiscalizar as entidades que trabalham em parceria com o governo. “Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz pelo Estado de São Paulo”, disse.

O Governador informou ainda que as secretarias de Estado terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda. “Após isso, a Secretaria vai cruzar os dados com os pagamentos que ela tem feito nos últimos anos”, afirmou.

O decreto será publicado na edição desta quinta-feira do **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir não só a transcrição dessa matéria, como da matéria publicada no jornal **O Globo**, como também do Diário Oficial do Estado de São Paulo, de que consta o Decreto, para dizer que, finalmente um passo é dado no sentido de se pôr ordem, de regulamentar a atuação dessas organizações que usam dinheiro público, que usam dinheiro do povo de maneira sorrateira, porque não se submetem à licitação, não se submetem a certos procedimentos a que qualquer outra empresa, ou qualquer outro órgão, ou qualquer outra pessoa se submetem. Isso realmente cria uma figura muito esdrúxula. Depois que o Tribunal de Contas da União denunciou inúmeras delas, depois que o Procurador Lucas Furtado se debruçou sobre matéria, eis que um Estado – coincidentemente, o maior da Federação – baixou um decreto para ter um controle mínimo sobre as ONGs.

Eu quero dizer que a primeira CPI das ONGs, que terminou em 2003 e que eu presidi – digo a primeira porque haverá outra, encabeçada pelo Senador Heráclito Fortes – produziu alguns resultados. Além de indiciar essas ONGs e mandar o relatório para o Ministério Público, para a Receita Federal e para o Tribunal de Contas da União, o principal resultado daquela CPI foi a elaboração de um projeto de lei que visa justamente, mais ou menos, o que o Governador de São Paulo agora fez.

O projeto tem a seguinte redação:

“Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências”.

O projeto seguiu para a Câmara no dia 30 de junho de 2004 e lá permanece. Estamos no final de 2006;

portanto, há dois anos e meio está parado na Câmara. Por que será? Será que essas ONGs têm tanto poder para fazer com que sequer essa regulamentação seja feita pelo Congresso Nacional?

Senador João Batista Motta, tenho informações de que o **lobby** em torno dessa matéria na Câmara dos Deputados é terrível.

Sr. Presidente, lerei, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, o referido projeto de lei, que, na verdade, não é nenhum bicho-de-sete-cabeças:

Art. 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento de entidades de direito privado sem fins lucrativos, cujos objetivos e normas estatutárias visem a fins de interesse público, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A mera constituição de pessoa jurídica de direito privado não enseja a sua qualificação como:

I – instituição criada com a finalidade de dar apoio a projeto de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais de ensino superior e pesquisa científica e tecnológica, assim definida na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

II – Organização Social, assim definida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

III – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definida na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Como vêem, a criação, a organização interna e o funcionamento continuam como estão: livres. Dessa forma, qualquer grupo constituir uma ONG sem problemas, de acordo com o projeto de lei que está na Câmara, já aprovado pelo Senado.

Art. 2º As Organizações Não-Governamentais (ONGs) prestarão contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios e subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, ao Ministério Público, independentemente da prestação de contas aos respectivos doadores.

Ora, isso é exigido das fundações. Por que não exigir também dessas organizações que recebem recursos, seja de dinheiro público, seja de um grupo de pessoas que podem perfeitamente ser enganadas?

Art. 3º Fica criado o Cadastro Nacional das Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça, no qual serão inscritas todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuantes, a qualquer título, no País.

Segue uma série de normas que nada mais é, Sr. Presidente, que a criação de critérios para que essas instituições sejam controladas pelo Estado e pela sociedade. Não existe nenhuma discriminação, nenhuma proibição, nem de constituição...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Em seguida, Senador.

Não existe nenhuma proibição de constituição, de funcionamento nem de que eles recebam recursos públicos; apenas exige-se, como se exige de qualquer cidadão, de qualquer empresa, de qualquer órgão, a prestação de contas, a clareza, a tão falada transparência.

Esse projeto está na Câmara, repito, há dois anos e meio. Vejo agora o Governador Cláudio Lembo tomar a iniciativa de baixar decreto, instituindo esse critério de controle social sobre essas entidades.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte também?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Em seguida, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do tema. Talvez V. Ex<sup>a</sup> seja a pessoa mais indicada para falar dessa matéria nesta Casa, porque teve, no passado, a coragem de abordar o assunto. Foi boicotado, mas lutou, com todas as dificuldades, contra pressões visíveis e invisíveis que vieram de todo lado. V. Ex<sup>a</sup> plantou a primeira semente da moralização desse setor, por isto seu Estado o enviou novamente a esta Casa: porque não só o Estado, mas, também, a região padece anos a fio, de maneira direta e perversa, do uso indevido dessas entidades. E fez uma justiça que me tirou a oportunidade do registro. Quero, portanto, me associar a V. Ex<sup>a</sup>. Refiro-me à atitude do Governador Cláudio Lembo, que se antecipa a uma das propostas contidas em nossa intenção ao propor o funcionamento dessa CPI, quando instalada. Pretendemos sugerir a criação do cadastro municipal, do cadastro estadual e do cadastro federal das ONGs. É muito importante que isso seja feito. Espero que o exemplo dado pelo Governador Cláudio Lembo seja copiado e seguido pelos Governadores e homens públicos bem-intencionados deste País. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Não entendo porque, às vezes, existe uma irritação e um nervosismo por parte do Partido dos Trabalhadores com relação a uma CPI de ONGs. Alguns setores do Partido, pela imprensa ou usando outras modalidades – umas sutis, outras nem tanto –, criticam a oportunidade e o momento da instalação dessa CPI. Ela já vem tarde. Era preciso que na CPI que V. Ex<sup>a</sup> presidiu o Governo tivesse dado toda a cobertura e tivesse concordado com a ampliação, para evitar os constrangimentos que começam a aparecer. Mas o estranho disso tudo é que o movimento, de socapa, para sufocar essa CPI acontece. No entanto, os jornais começaram a noticiar hoje, a partir de meio-dia, que a Polícia já efetuou no Paraná, em São



Paulo e em Santa Catarina prisões de pessoas envolvidas com ONGs na área de saúde. É sinal de que tinha razão de ser a sua atitude pioneira, e a minha, copiando V. Ex<sup>a</sup> – não é só Lula que copia a idéia dos outros; eu também gosto de copiar boas idéias. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e lhe peço encarecidamente que ajude o País, orientando-nos, baseado em sua experiência anterior, a partir do momento em que essa CPI for instalada. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Na verdade, a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> propondo a instalação de uma nova CPI das ONGs tem a ver com o novo momento. Entendo que, dado o objetivo maior colimado pela CPI nº 1 das ONGs, se o projeto dela resultante, que está na Câmara há dois anos e meio, já tivesse sido aprovado, talvez isso não tivesse continuado a acontecer. É justamente porque existe essa porteira aberta é que essa situação continua reiteradamente acontecendo no País.

Senador José Jorge, com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Senador Mozarildo, eu gostaria de dizer que o meu pronunciamento é semelhante ao do Senador Heráclito Fortes. Realmente V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência da Amazônia, onde essas ONGs inicialmente começaram a atuar de uma forma bastante ampla, foi quem nos trouxe esse assunto aqui desde o início desta legislatura. Tivemos aquela CPI, que não teve a repercussão que teria hoje e que terá a CPI solicitada pelo Senador Heráclito Fortes, porque na verdade se tornou uma indústria para desviar dinheiro público. Leio na Internet: “Acusados de desviar trinta mil de doação a ONGs são presos.” Quer dizer, todo dia há um escândalo com uma ONG. A Petrobras é uma empresa que faturou no primeiro semestre deste ano, vendendo petróleo, gasolina etc., R\$94 bilhões. Como ela tem um lucro muito grande – no semestre, foram treze bilhões –, tem uma capacidade de aplicar muitos recursos a fundo perdido através de todos esses incentivos fiscais. Dessa forma, ela aplicou R\$226 milhões para fazer treinamento de pessoas, e V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que eu, pelas experiências anteriores, que essa questão de treinamento é uma das formas mais simples de se desviar recursos. Nós temos hoje ONGs em todos os Estados. Esse Lorenzetti, um desses pilantras na questão do dossiê, era dono de uma ONG lá em Santa Catarina, uma outra no Pará para vender frutas, que faliu. Enfim, em todo lugar tem ONG, de todo lugar está saindo dinheiro. Acho que chegou o momento de se tomar providências. Não adianta fazer-se licitação, às vezes de R\$10 mil, e dá R\$200 milhões a uma ONG sem licitação. Então, se a ONG é privada, trabalha com recursos privados; se for pública, tem que fazer licitação, tem que ser fiscalizada. Se ela for privada, não tem problema, pode fazer o que quiser com seu dinheiro. Agora, se receber recursos públicos, infelizmente, pelos abusos, vai ter de seguir a legislação das empresas públicas e a legislação das empresas que entram em licitação. V. Ex<sup>a</sup> foi um pioneiro, foi o primeiro que levantou esse tema aqui. De certa maneira foi até incompreendido, porque naquela época a maioria das ONGs

era honesta, mas, infelizmente, parece que a maioria não é mais honesta. Então, V. Ex<sup>a</sup> vai ter exatamente o prêmio do pioneirismo. V. Ex<sup>a</sup> chegou primeiro, o Senador Heráclito Fortes imitou a idéia de V. Ex<sup>a</sup>, copiou. No momento ele, realmente, mais do que V. Ex<sup>a</sup> e mais do que eu, tem essa sensibilidade para o momento político. Então, o momento político agora é de fiscalizarmos essa ONG, mas V. Ex<sup>a</sup>, certamente, será um importante membro dessa CPI.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Agradeço, Senador José Jorge.

Acho que realmente, tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto o Senador Heráclito Fortes, falaram no ponto fundamental. Importante – e é nossa missão – é fiscalizar o recurso público, e fiscalizar de maneira ampla. Não tem ninguém que esteja isento dessa fiscalização, não pode ter ninguém que fique fora dessa fiscalização.

Por isso, quero encerrar, Sr. Presidente, parabenizando o Governador Cláudio Lembo, de São Paulo, que, pioneiramente, baixou esse decreto, que é altamente liberal, um decreto simples, mas que dá transparência a um setor que é dito e havido como o setor da transparência. Então, é preciso realmente que aquela fama de sacrossanta que existia a respeito da figura da ONG seja convalidada pela da transparência. O Governador Cláudio Lembo está de parabéns.

Aceitando a sugestão do Senador Heráclito Fortes, requeiro à Mesa que envie um voto de aplauso ao Governador Cláudio Lembo pela iniciativa. Espero que os governadores dos outros Estados sigam o exemplo.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero apenas dizer que também subscrevi o texto, que é proposta do Senador Heráclito Fortes, sobre as ONGs. Esse tema já é tratado aqui há muito tempo. Se não me falha a memória, já houve um debate como esse no ano 2000 ou 2001. Logo que cheguei aqui ao Senado, esse assunto estava posto na Ordem do Dia. E eis que, agora, se faz necessário que o Senado aprofunde o debate, e vamos fazê-lo. Agora, até pediria, de antemão, que nos acercássemos de maiores e melhores informações de instituições como o Ministério Público, que, com certeza, pode nos dar, rapidamente, um panorama de convênios que foram tratados com instituição de qualquer natureza, que não da esfera pública, para que pudéssemos ter, digamos assim, alguns pontos mais objetivos para que pudéssemos realizar o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito como essa. Encerro este aparte dizendo que qualquer dúvida quanto à índole de uma pessoa, de uma organização, cabe a nós aqui... É para isso que estamos aqui, ou seja, para colaborar com a sociedade e com a vigilância do Erário Público. E aí não pode haver cara nem cor nem ideário partidário ou coisa parecida. Nós vamos ter que nos ater a esses problemas e procurar saná-los da melhor maneira. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Acho que iniciativas como essa do Governador têm que ser seguidas todos os dias por qualquer pessoa, não só da esfera pública, mas também da esfera privada.



**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR)**  
 - Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer o aparte do Senador Sibá Machado e dizer que, realmente, a moralização e a fiscalização do dinheiro público é nosso dever e devemos ir fundo nisso. Acho que o Ministério Público, o Tribunal de Contas agora têm dados que podem ajudar muito a atual CPI que vai se instalar, para que possamos, de maneira muito profunda, clarear essa questão e de vez separar o joio do trigo. Ou seja, o que for bom nós vamos dizer que é bom, o que for ruim nós vamos dizer que é ruim, e produzir um marco regulatório.

Por sinal, vai haver um fórum daqui a alguns dias, aqui no Senado, e eu vou ser um dos debatedores. Eu vou lá justamente para dizer que as maiores interessadas nessa questão deveriam ser as ONGs sérias. Essas ONGs deveriam encabeçar um grande movimento de moralização do setor.  
 Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Diário Oficial

Estado de São Paulo  
 Cláudio Lembo Governador

Palácio dos Bandeirantes Av. Marquês de São Paulo, 4.500 - Marumbi - São Paulo - CEP 05650-000 - Tel.: 2193.8000  
 Volume 116 - Número 221 - São Paulo, quinta-feira, 23 de novembro de 2006 - www.imprensaoficial.com.br

**Imprensa Oficial**

**Decretos**

**Depõe sobre o Cadastro de Parcelas do Terceiro Setor e as providências correlatas.**

**CLAUDIO LEMBO**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
 Considerando os princípios que norteiam a gestão pública, notadamente os da publicidade, eficiência, moralidade e impessoalidade;  
 Considerando o dever do administrador em imprimir transparência aos atos administrativos; e  
 Considerando a importância do controle social sobre as parcerias celebradas com entidades do terceiro setor;

**Decreto:**  
 Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Fazenda, o Cadastro de Parcelas do Terceiro Setor - CPATES, destinado ao registro das entidades parceiras da administração direta, funcional e autárquica do Estado de São Paulo, notadamente Organizações Não Governamentais - ONGs, Organizações Sociais - OSs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, associações e sociedades civis sem fins lucrativos.  
 Artigo 2º - As Secretarias de Estado, Fundações e Autarquias encaminharão no Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da celebração de todo e qualquer ajuste com as entidades especificadas no artigo anterior, as seguintes informações e o respectivo instrumento jurídico formalizado:  
 I - nome, endereço e CNPJ da entidade parceira;  
 II - nome do representante legal da entidade;  
 III - objeto, valor e prazo de vigência do ajuste;  
 IV - fonte e valor da participação da Secretaria de Estado, Fundação ou Autarquia.

Artigo 3º - O Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda, será responsável pelo recebimento e processamento das informações prestadas em conformidade com o disposto no artigo anterior, com vista à implantação do CPATES.  
 Parágrafo único - O Departamento de Controle e Avaliação poderá solicitar esclarecimentos complementares com relação às informações recebidas, para organizar eficientemente o CPATES e proceder à sua atualização trimestral.

Artigo 4º - A sociedade civil terá acesso ao CPATES, que será disponibilizado, por via eletrônica, em página própria para esta finalidade, no site da Secretaria da Fazenda, do qual constarão os dados indicados no artigo 2º deste decreto.

Artigo 5º - As entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão, demonstrando legítimo interesse, especialmente no de cooperar com a Administração Pública no controle finalístico da execução do objeto perseguido poderão obter dados, na forma de lista, com relação às parcerias de que trata o presente decreto.

Artigo 6º - Caberá ao Departamento de Controle e Avaliação, independentemente do controle exercido pela Pasta, Fundação e Autarquia interessadas, analisar, por amostragem, mediante sorteio, o efetivo cumprimento das obrigações assumidas e a obtenção do resultado perseguido pelo ajuste celebrado com as entidades de que trata este decreto.

Artigo 7º - A Secretaria da Fazenda poderá editar normas complementares à execução deste decreto.

**Artigo 8º** - Este decreto e sua disposição transitória entram em vigor na data de sua publicação.  
**DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA**  
 Artigo único - As Secretarias de Estado, as Fundações e as Autarquias terão, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de vigência do presente decreto, os dados previstos no artigo 2º, com relação aos ajustes em vigor.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006  
**CLAUDIO LEMBO**  
 Ministro de Estado e do Meio Ambiente  
 Secretário de Agricultura e Abastecimento  
 Maria Helena Guimarães de Castro  
 Secretária da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico  
 Wálter Barão Abadado de Andrade  
 Secretário da Cultura  
 Maria Lucia Marcionides Carvalho Vasconcelos  
 Secretária da Educação

**Mauro Guilherme Jardim Arce**  
 Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento  
**Luiz Taccu Junior**  
 Secretário da Fazenda  
**Marcelo Antonio Bueno**  
 Secretário da Habitação  
**Diano Reis Lopes**  
 Secretário dos Transportes  
**Eurico Aparecido de Jesus Prudente**  
 Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania  
**Jose Goklemberg**  
 Secretário do Meio Ambiente  
**Rogério Pinto Coelho Armatto**  
 Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social  
**Fernando Carvalho Braga**  
 Secretário de Economia e Planejamento  
**Luiz Roberto Barradas Barata**  
 Secretário da Saúde  
**Saulo de Castro Abreu Filho**  
 Secretário da Segurança Pública  
**Antonio Ferreira Pinto**  
 Secretário da Administração Penitenciária  
**Jurandir Fernandes**  
 Secretário das Transportes Metropolitanas  
**Walter Camanho**  
 Secretário de Emprego e Relações do Trabalho  
**Antonio de Alcântara Machado Rudge**  
 Secretário da Juventude, Esporte e Lazer  
**Antonio Longo**  
 Secretário de Turismo  
**Rubens Lara**  
 Secretário-Chefe da Casa Civil  
 Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

**Da denominação de Heloísa Heleno a unidade escolar da Secretaria da Educação localizada no Distrito São Miguel Paulista**

**CLAUDIO LEMBO**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
**Decreto:**

Artigo 1º - A Escola Estadual União de Vila Nova III, no Distrito São Miguel Paulista, Município de São Paulo, da Diretoria de Ensino - Região Leste 2, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 50.499, de 23 de janeiro de 2006, passa a denominar-se Escola Estadual Heloísa Heleno.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

**Maria Lucia Marcionides Carvalho Vasconcelos**  
 Secretária da Educação  
**Rubens Lara**  
 Secretário-Chefe da Casa Civil  
 Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

**Da denominação de Roque Inglehio a unidade escolar da Secretaria da Educação localizada no Distrito de Cidade Tiradentes**

**CLAUDIO LEMBO**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
**Decreto:**

Artigo 1º - A Escola Estadual COHAB Casbu Alves, no Distrito de Cidade Tiradentes, Município de São Paulo, da Diretoria de Ensino - Região Leste 3, da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 50.180, de 4 de novembro de 2005, passa a denominar-se Escola Estadual Roque Inglehio.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

**Maria Lucia Marcionides Carvalho Vasconcelos**  
 Secretária da Educação  
**Rubens Lara**  
 Secretário-Chefe da Casa Civil  
 Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

**Decreto de unidade jurídica, para fins de desapropriação, áreas de terra localizadas no Município de Comarca de Araraquara, necessárias à Concessionária Triângulo do Sol Alto - Estrada S/A, para implantação das Vias Marginais Pistas Norte/Sul, entre os Km. 276-500 a 280-000, do Rodovia Araraquara - Matão (SP-310).**

**CLAUDIO LEMBO**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 23 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o Decreto nº 27.869, de 4 de dezembro de 1957, e do pelo Decreto nº 39.250, de 16 de setembro de 1994 e Decreto nº 41.904, de 30 de junho de 1997,  
**Decreto:**

Artigo 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Triângulo do Sol Alto - Estrada S/A, concessão de serviços públicos, por via amigável ou judicial, duas áreas de terra medindo no total 4.003,58m² (quatro mil e três metros quadrados) e cinquenta e oito decímetros quadrados), e respectivas benfeitorias, localizadas no Município de Comarca de Araraquara, necessárias à implantação das Vias Marginais Pistas Norte e Sul, entre os Km 276-500 a 280-000, lado esquerdo da Rodovia "Washington Luiz" (SP-310), trecho Araraquara-Matão, que consistem pertencem à empresa Comercial Lupo S/A, com as medidas, os limites e as confrontações mencionadas nas plantas DE-09.310.276-1-002/001 A/B/D (Área 1A), DE-09.310.276-1-002/002 A/B/D (Área 2A), e respectivos memoriais descritivos, constantes do processo ARIESP-5.567/06-SI, com as seguintes descrições perimetrais:

Área 1A - "Começa no ponto "A", coordenadas E=49.818,3210; N=250.058,3020, ponto à cerca de cinco metros a leste da cerca do DER (Rodovia Washington Luiz), deste ponto, segue em linha reta no sentido Matão - Araraquara, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 15,983m, com azimute de 182°18'30", até encontrar o ponto "B"; no ponto "B", com azimute de 221° e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 38,312m, até encontrar o ponto "C"; no ponto "C", com azimute de 264°11'44" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 39,081m, até encontrar o ponto "D"; no ponto "D", com azimute de 304°39'6" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 136,277m, até encontrar com o ponto "E"; no ponto "E", com azimute de 236°52'40" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 145,644m, até encontrar com o ponto "G"; no ponto "G", com azimute de 85°00" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 21,413m, até encontrar o ponto "H"; no ponto "H", com azimute de 124°39'6" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 14,765m, até encontrar o ponto "I"; no ponto "I", com azimute de 24°31'29" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 22,775m, até encontrar o ponto "L"; no ponto "L", com azimute de 24°31'29" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 0,803m, até encontrar o ponto "M"; no ponto "M", com azimute de 53°29'50" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER (Rodovia Washington Luiz) numa distância de 17,550m, até encontrar o ponto "A", onde teve início esta descrição perimetral, totalizando 509,534m (quinhentos e nove metros e cinquenta e oito centésimos) de perímetro de 4.003,58m² de área e 192.900,86m² de área de benfeitorias e vinte metros quadrados e setenta e dois decímetros quadrados".

Área 2A - "Começa no ponto "A", coordenadas E=149.641,5579; N=250.096,9500, ponto à cerca de cinco metros a leste da cerca do DER (Rodovia Washington Luiz), deste ponto, segue em linha reta no sentido Araraquara - Matão, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 56,002m com

azimute de 304°39'6", até encontrar o ponto "B", no ponto "B", com azimute de zero grau segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 32,817m, até encontrar o ponto "C"; no ponto "C", com azimute de 264°05'18" e segue em linha reta, confrontando com a faixa de domínio do DER numa distância de 16,393m, até encontrar com o ponto "D"; no ponto "D", com azimute de 164°23'21" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 18,800m, até encontrar com o ponto "E"; no ponto "E", com azimute de 167°23'9" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 15,991m, até encontrar o ponto "F"; no ponto "F", com azimute de 154°11'54" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 14,980m, até encontrar o ponto "G"; no ponto "G", com azimute de 141°10'44" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 12,519m, até encontrar o ponto "H"; no ponto "H", com azimute de 124°19'6" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 14,770m, até encontrar o ponto "I"; no ponto "I", com azimute de 56°52'40" e segue em linha reta, confrontando com Comercial Lupo S.A. numa distância de 13,783m, até encontrar o ponto "A", onde teve início esta descrição perimetral, totalizando 219,555m (duzentos e dezesseis metros, cinquenta e cinco centésimos e dez milésimos) de perímetro e uma superfície de área de 1.082,722m² (um mil, oitenta e dois metros quadrados e setenta e dois decímetros quadrados)".

Artigo 2º - Fica a expropriante autorizada a renovar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 23 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de recursos próprios da Concessionária Triângulo do Sol Alto - Estrada S/A.  
 Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006

**Dario Reis Lopes**  
 Secretário dos Transportes  
**Rubens Lara**  
 Secretário-Chefe da Casa Civil  
 Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

**Depõe sobre abertura de crédito complementar ao Orçamento Fiscal na Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, visando ao atendimento de Despesas - em Pessoal e Encargos Sociais.**

**CLAUDIO LEMBO**, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Artigo 7º da Lei 12.298, de 08 de março de 2006,  
**Decreto:**

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), suplementar ao orçamento da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, observando-se as classificações institucionais, Econômicas, Funcionais e Programáticas, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto por recursos a que alude o inciso III do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.720, de 17 de dezembro de 1966, de conformidade com a legislação, denominada Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo de que trata o artigo 5º, do Decreto nº 40.519, de 16 de março de 2006, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Palácio dos Bandeirantes, 22 de novembro de 2006  
**CLAUDIO LEMBO**  
 Secretário da Fazenda  
 Secretário de Economia e Planejamento  
**Rubens Lara**  
 Secretário-Chefe da Casa Civil  
 Publicado na Casa Civil, aos 22 de novembro de 2006.

22/11/2006 - 17h22

## **Lembo cria cadastro para ONGs que trabalham para o Estado**

da Folha Online

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), assinou nesta quarta-feira um decreto que cria o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor. Na prática, a nova regra obriga as entidades que têm projetos vinculados ao governo a tornarem públicos os dados estruturais e contratuais, além de detalhes sobre os serviços que prestam ao Estado.

O decreto abrange ONGs (Organizações Não-Governamentais), OSs (Organizações Sociais), OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. As entidades serão cadastradas no site da Secretaria Estadual da Fazenda.

Dessa forma, explica Lembo, a população de São Paulo vai poder analisar ou fiscalizar as entidades que trabalham em parceria com o governo. "Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz pelo Estado de São Paulo", disse.

O governador informou ainda que as secretarias de Estado terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda. "Após isso, a Secretaria vai cruzar os dados com os pagamentos que ela tem feito nos últimos anos", afirmou.

O decreto será publicado na edição desta quinta-feira do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

formar as CPIs em objeto de obstrução do Legislativo.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, disse que as notícias veiculadas sobre irregularidades na destinação de verbas da estatal foram distorcidas. Segundo ele, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que recebeu dinheiro da Abemi, é um projeto extraordinário.

— Quando a gente faz um programa desses, dessa intensidade, somos mal-interpretados. Isso me deixa muito chateado e, obviamente, o Gabrielli (presidente da estatal) está chateado — disse. ■

## Heráclito refuta Gabrielli

### Senador pediu CPI antes de denúncias

• BRASÍLIA. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), autor do requerimento para instalação da CPI das ONGs, condenou a tentativa do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, de vincular a reportagem do GLOBO sobre irregularidades no repasse de recursos da empresa a ONGs à sua proposta:

— O senhor Gabrielli está mal-informado. Apresentei a intenção de protocolar esta CPI em agosto ou setembro.

Em entrevista coletiva anteontem, Gabrielli insinuou que o jornal e Heráclito estavam atuando conjuntamente com o objetivo de prejudicar a Petrobras.

— Esses fatos me eram desconhecidos — disse, em relação às reportagens do GLOBO. — E não me venha ele querer me conferir o dom da premonição.

Senadores da oposição se revezaram na tribuna para protestar contra a atitude de Gabrielli, que na coletiva convocada pela estatal para explicar os investimentos em ONGs controladas por petistas, irritou-se com a imprensa e disse que o repórter do GLOBO não era bem-vindo.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), todo gasto público tem de ser justificado, não importando o montante.

## São Paulo cria cadastro para dar transparência a convênios com ONGs

População poderá ter acesso a todos os contratos com o estado

Adauri Antunes Barbosa

• SÃO PAULO. As organizações não-governamentais (ONGs) que prestam serviços ao estado de São Paulo poderão ser fiscalizadas, como regulamenta o decreto que dispõe sobre o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor, anunciado ontem pelo governador Cláudio Lembo (PFL). O cadastro, que será feito pela Secretaria de Fazenda, visa, segundo o governador, a dar transparência aos convênios.

formar as CPIs em objeto de obstrução do Legislativo.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, disse que as notícias veiculadas sobre irregularidades na destinação de verbas da estatal foram distorcidas. Segundo ele, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que recebeu dinheiro da Abemi, é um projeto extraordinário.

— Quando a gente faz um programa desses, dessa intensidade, somos mal-interpretados. Isso me deixa muito chateado e, obviamente, o Gabrielli (presidente da estatal) está chateado — disse. ■

De acordo com Lembo, todas as ONGs que têm relação com o estado serão cadastradas no site da Secretaria Estadual de Fazenda.

— Se o cidadão tiver dúvidas a respeito de alguma ONG, poderá acessar, pedir os dados, para saber o que ela faz

pelo estado de São Paulo — explicou o governador.

Segundo ele, as secretarias de estado e as autarquias que também mantêm parcerias com as organizações terão um prazo de 20 dias para enviar todos os dados para a Fazenda.

— Depois disso a secretaria vai cruzar os dados com os pagamentos que ela tem feito nos últimos anos — disse.

Além das ONGs, o decreto que cria o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor também abrange as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), associações e sociedades civis sem fins lucrativos. O decreto será publicado hoje no Diário Oficial do estado.

De acordo com a secretaria de Fazenda, je 54 organizações sociais contratos ou convênios co estado. Grande parte des OSs atuam nas áreas de sa social e cultura. No entanto, vantamento completo de tc as entidades que têm parce com o estado só deve ser cluído depois de o cadastro implementado. ■

Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos e normas estatutárias visem a fins de interesse público, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A mera constituição de pessoa jurídica de direito privado, nos termos dispostos no *caput* deste artigo, não enseja sua qualificação como:

I - instituição criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais de ensino superior e pesquisa científica e tecnológica, assim definida na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

II – Organização Social, assim definida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

III - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definida na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

**Art. 2º** As Organizações Não-Governamentais (ONGs) prestarão contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, ao Ministério Público, independentemente da prestação de contas aos respectivos doadores.

**Art. 3º** Fica criado o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO), administrado pelo Ministério da Justiça, no qual serão inscritas todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) atuantes, a qualquer título, no País.

§ 1º Por ocasião da inscrição de que trata o *caput* deste artigo, a Organização Não-Governamental (ONG) prestará esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades, de qualquer natureza, que pretenda realizar no Brasil, o modo de utilização de seus recursos, a política de contratação de pessoal, os nomes e qualificação de seus dirigentes e representantes e quaisquer outras informações que sejam consideradas relevantes para a avaliação de seus objetivos.

§ 2º Todos os órgãos governamentais que detenham informações não confidenciais sobre Organizações Não-Governamentais (ONGs), inclusive de natureza fiscal, registrária e financeira, deverão torná-las disponíveis para o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais, conforme dispuser regulamento.



**Art. 4º** Somente poderão ser beneficiárias de fomento governamental, através de convênios, incentivos sob forma de auxílios financeiros ou subvenções, financiamentos, favores fiscais ou transferências orçamentárias, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) inscritas no Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO) que sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único. A qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é dispensada para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que detiverem pelo menos uma das seguintes qualificações:

I - Título de Utilidade Pública, conferido na forma da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de abril de 1961;

II - Atestado de Registro fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001;

III - Qualificação de Organização Social, instituída pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

IV - Condição de Entidade de Apoio, disciplinada pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

**Art. 5º** Fica condicionada a prévia autorização do Ministério da Justiça, conforme dispuser regulamento, o desenvolvimento de atividades no País por parte de Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras.

Parágrafo único. As ONGs constituídas antes da vigência desta Lei terão prazo, a ser definido em regulamento, para atender ao disposto neste artigo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revoga-se o art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Senado Federal, em 30 de junho de 2004

Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador João Batista Motta, do PSDB do Estado do Espírito Santo.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não respondi e não fiz aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti porque ia falar em seguida e, no início da minha fala, eu abordaria, como vou abordar agora, a questão das ONGs.

Há uma preocupação muito grande, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador José Jorge e Senador Heráclito Fortes, com os desvios de verbas do Governo Federal pelas mãos de ONGs brasileiras. Preocupo-me muito – preocupação de quem criou a CPI no passado e a está criando no momento – com a roubalheira, com a maneira como estão agindo para tirar dinheiro dos cofres públicos ou, às vezes, até de entidades privadas, para ganharem dinheiro sem trabalhar. Mas, Senadores Mozarildo Cavalcanti, José Jorge e Sibá Machado, não tenho preocupação com o dinheiro que estão roubando – isso de roubar dinheiro dos cofres públicos por meio das ONGs já não é tanta a minha preocupação. Existe um problema maior, Senador José Jorge: são as ONGs instituídas que funcionam aqui com capital estrangeiro para não deixar o Brasil crescer, para não deixar extrair gás e petróleo, para não deixar plantar eucalipto ou soja, para não deixar produzir camarão ou para não deixar haver navegabilidade nos rios brasileiros. Este é o problema maior que nosso País encontra hoje: esse pessoal, com dinheiro estrangeiro, fazendo estudos fajutos, mentirosos, para subsidiar o Ministério do Meio Ambiente, para proibir a Petrobras de explorar gás no meu Estado do Espírito Santo, sob o argumento de que a exploração vai prejudicar as tartarugas dos Abrolhos, na Bahia, a 400 km de distância. E existe idiota que acredita nisso! Existe idiota pensando que estão querendo preservar alguma coisa em nosso País! Existe idiota que não sabe enxergar o que essa mesma gente faz desde a época de Getúlio, quando se dizia que o Brasil não tinha petróleo. Mentirosos, bandidos, que nunca quiseram que o Brasil crescesse! E vêm agora para dentro do nosso País, acobertados por ONGs com capital estrangeiro, para evitar que se transporte soja no rio Araguaia.

Existem lá dezenas de balsas, construídas para transportar soja, que estão paradas, barcaças para transportar 800 mil toneladas, barcaças que estão equipadas com dois rebocadores, cada qual equipado com dois motores *scania*, tudo construído com o dinheiro do BNDES, dinheiro do povo! Estão enferrujando, estão estragando, está tudo encostado. A empresa está quebrando. Tudo isso para não permitir que a nossa

soja seja transportada com frete mais barato, para evitar a concorrência com a soja dos Estados Unidos. E o Governo fica cego, o Governo não enxerga esse crime que é cometido contra o nosso País, na barba de todos nós. E, quando tratamos do assunto, ficamos preocupados com aquela ONG do interior que está roubando R\$10 milhões, R\$20 milhões do Governo Federal... Esse é o mal menor, Senador Mão Santa! Esse é o mal menor. Como é um mal menor o jipe que o Silvinho ganhou para intermediar negociação com a Petrobras, como o dinheiro do valerioduto, Real contra Real. O pior é quando aprovamos, nesta Casa, e é sancionada pelo Presidente da República, uma lei que permite que os estrangeiros possam fazer no nosso País um contrato de concessão com as nossas florestas, dar essas florestas em garantia nos Bancos internacionais, para, daqui a 40 anos, o Banco vir aqui protestar o título, protestar a dívida e se tornar dono da floresta brasileira. E eu não estarei mais aqui; o Presidente Lula não estará mais vivo, porque esses contratos são de 40 ou 80 anos. Nossos filhos e nossos netos é que vão se envergonhar da bandalheira que é feita hoje para entregar tudo que é nosso na mão do capital estrangeiro, na mão dos estrangeiros.

Não basta, Presidente Mão Santa, ver hoje o Brasil importando todos os produtos de que necessita de Países estrangeiros: do arroz do Uruguai ao trigo da Argentina; da camisa e o tênis à bolsa da senhora ou ao relógio que vem da China. Agora o Governo faz um projeto para construção de casa própria, o qual temos que elogiar – temos que ficar satisfeito com a medida tomada pelo Governo –, mas o material de construção que vai ser consumido virá, por certo, da China. Meu Estado acabou de receber vários empresários que voltaram de lá. Empresas que produzem piso no Brasil estão comprando porcelanato, estão comprando piso, da China para vender aqui. Estão deixando de ser produtores brasileiros para serem revendedores de produtos chineses no Brasil. E o emprego do brasileiro vai para onde, Senador Mão Santa?

E o Governo não enxerga isso! Será possível que não existe ninguém para contar aos homens do Governo o que falamos aqui?

Ainda ontem, fui surpreendido quando assistia à televisão e vi o Presidente Lula dizendo que a crise da agricultura o pegou de calças curtas. Falou isso aos agricultores do Paraná, como se nós não estivéssemos aqui há três anos dizendo: “O pessoal está quebrando”, “O pessoal está falindo”, “O pessoal não tem mais como produzir”, “Com o dólar a dois reais, não dá para exportar, só facilita a importação”. Para que estamos aqui falando isso? Para que temos um mandato de Senador? Para que o Deputado Federal é

representante neste País, se não é ouvido? E depois, descaradamente, o Presidente vai à televisão dizer que foi surpreendido com a crise da agricultura.

E a crise da indústria calçadista do Sul? Ele também não está vendo? Ele também não está enxergando? Será que ele não está vendo que a Companhia Vale do Rio Doce exporta milhões e milhões de toneladas de minério de ferro sem agregar valor? Sem gerar emprego? E a China está guardando, está acumulando, está estocando lá fora, tirando das nossas jazidas por um preço vil para amanhã revender para o resto do mundo. Será que não tem brasileiro à frente deste Governo para enxergar essa calamidade que se pratica contra o País e tudo sai sem nenhum tostão de imposto pago? E depois esta Casa aprova – e o Governo sanciona – isenção agora para as máquinas que importam do exterior para tirarem esses minérios e mandarem para fora. Se já não pagavam quando exportavam, agora não pagam quando importam.

Enquanto isso, o cheque especial do cidadão é de 10% de juros ao mês. Enquanto isso, o cartão de crédito é de R\$14,00 ao mês. Enquanto isso, cobram-se tributos, seguridade social de velhinhos aposentados. Enquanto isso, elaboram-se mais reformas para se apertar mais o cerco. Fizemos aqui a Lei da Micro e Pequena empresa, um projeto do Deputado Jutahy que o Governo não deixou ser aprovado sob a chancela de um Deputado que era da Oposição. Mandou o seu projeto parecido, igual, e transitaram os dois, em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo mais cinco minutos a V. Ex<sup>a</sup> para que continue o seu entusiasmo e necessário pronunciamento.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Ainda não terminei, Excelência. V. Ex<sup>a</sup> gostaria de um aparte?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não, é uma questão de ordem, é uma providência que quero pedir ao Líder do Partido dos Trabalhadores, mas aguardo.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, aprovamos a Lei das Micro e Pequenas Empresas. Oito tributos foram substituídos por um apenas. Não tenho dúvidas de que iremos obter 2 milhões de novos empregos. Não tenho dúvidas de que vai facilitar a vida de 2 milhões de pessoas. Não tenho dúvida de que isso é útil ao País. Não tenho dúvida de que temos de aplaudir no momento em que o Presidente da República colocar a sua assinatura para sancionar o projeto,

mas podíamos avançar mais, Senador Sibá. Temos de despertar neste País o sentimento de nacionalismo, aquele que existia no passado, quando íamos às ruas para dizer que o petróleo era nosso. Não podemos estar nessa política de entreguismo, de facilitar que os produtos estrangeiros sejam vendidos no Brasil, e os nossos produtos, tão bem fabricados, tão bem construídos, tão bem confeccionados, sejam proibidos de ser vendidos no exterior, porque a taxa do nosso dólar não permite.

Temos que tomar juízo. Este País precisa ter responsabilidade. O Presidente tem que parar com essa história de dizer que não viu, que não sabe, que foi surpreendido com a decisão, com a roubalheira daquilo que foi feito de errado neste País. Ele tem de assumir, sentar naquela cadeira e assumir que ele é o Presidente, vai mandar e cuidar do futuro do nosso Brasil.

Chega de conversa fiada! Chega de fazer propaganda na Bolívia! Chega de fazer propaganda política em outros Países do mundo! Isso não nos interessa. O que nos interessa é o fato de a Petrobras ter perdido o que possuía no exterior; o que nos interessa é que, hoje, estamos com dificuldade em relação ao gás natural, quando o Brasil é rico, tem uma fortuna em baixo do chão de gás natural, que não conseguimos tirar porque ONGs estrangeiras estão aqui dentro atuando, usando um Governo que não tem a devida responsabilidade com o interesse nacional e vem nos tolher de usar o nosso gás, o nosso petróleo, a nossas terras para plantar soja, para plantar eucalipto, para produzir soja, para produzir feijão, arroz e tudo aquilo que o brasileiro necessita comer e usar.

O Brasil não tem necessidade de importar arroz, feijão, de importar óleo, de importar qualquer produto de qualquer parte do mundo.

O Brasil é rico, o Brasil tem tudo para ser o maior país deste planeta. Não é possível que você veja um país como a China, como o Japão, como outros países, US\$280, US\$290, US\$300 bilhões de reserva e o nosso País tão grande, tão rico, condicionando-se a vender matéria-prima para que os países ricos se desenvolvam mais ainda, transformando a nossa matéria-prima em material de ponta. A gente fica com o ônus eles com o bônus.

Não acredito que seja má-fé do Presidente, Senador Mão Santa, não acredito que seja isso que o Lula queira. Isso está acontecendo porque ele não enxerga e ele não vê; isso está acontecendo porque ele nunca administrou nada na vida dele; isso está acontecendo porque a equipe de governo é ruim; isso está acontecendo porque ele não ouve os congressistas nacionais nem aquilo que a sociedade está reclamando. Mas aí, V. Ex<sup>a</sup> diz: “Ele ganhou a eleição”, sim, “vinte

milhões de votos de frente”, sim. Ganhou sim. E aí, eu tenho que chegar à conclusão: eu sou cego, eu é que não estou enxergando, eu é que não estou vendo o sucesso da transposição do rio São Francisco, que tanto emprego deu à população do Nordeste. Eu não estou enxergando que a recriação da Sudene que o Lula fez criou tanto desenvolvimento para o Nordeste. Para mim, não tinha acontecido nada disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Batista Motta, se V. Ex<sup>a</sup> não está enxergando, eu não sei. Mas está falando tão bem que vou prorrogar seu tempo por mais cinco minutos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Mão Santa, não entendo por que eu também não enxergo que o setor do agronegócio está tão feliz, pois o pessoal votou no Lula.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador João Batista Motta, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Perfeitamente.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Motta, na realidade, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Realmente o Presidente Lula, a cada dia, deixa de ver uma coisa diferente. Um dia ele não viu o mensalão, no outro, ele não sabia nada da questão de São Paulo, não sabia de nada do que estava acontecendo. Agora, ele também foi tomado de surpresa pela questão da área rural, da área agrícola. Ele também não sabia sobre o apagão aéreo, nunca ouviu falar. O jatinho dele, na verdade, quando vai levantar vôo, pára todos os outros. Portanto, ele não está correndo nenhum risco. Quem está correndo risco com o apagão aéreo somos nós, que voamos na Gol, na TAM e em outros aviões, porque o Presidente Lula, em seu jatinho particular da Aeronáutica, não paga o combustível e, muito menos, corre risco. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando o avião do Presidente vai voar, param todos os outros para que ele não corra riscos. Agora, sabemos por quê: porque temos um sistema que eles deixaram que ficasse velho, quatro anos depois. V. Ex<sup>a</sup>, que é um Senador muito atento e que está sempre presente, tem absoluta razão em tudo o que está dizendo. O problema é que temos um Presidente que não governa. Ganhou a eleição e, só porque ganhou, acha que não precisa governar, quando, na realidade, o fato de ele ter ganhado, lhe dá uma responsabilidade maior. Solidarizo-me com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Ouço o aparte do Senador Marcelo Crivella, com muito prazer.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Ouço o discurso de V. Ex<sup>a</sup> sempre tão efusivo na defesa do seu Estado e, por isso, nós o admiramos e o cumprimentamos. Apenas gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não sou um especialista em meio ambiente. A mim, parece-me exagero quando ONGs acabam impedindo exploração de gás, um recurso tão importante para o nosso País, por questões de meio ambiente que nos parecem remotas, como apresentado por V. Ex<sup>a</sup>. Lembro que nossa colega, Ministra Marina Silva – digo colega porque é Senadora desta Casa – realmente tem feito uma gestão muito cuidadosa à frente do Ministério do Meio Ambiente. Às vezes, até nos angustia a maneira com que S. Ex<sup>a</sup> perscruta, investiga e procura dar um tratamento, às vezes, até sagrado ao meio ambiente nacional, mas, com certeza, com as melhores intenções. Marina é uma Ministra que merece todo nosso aplauso. Garanto a V. Ex<sup>a</sup> que ela estará atenta a este seu pronunciamento e, certamente, lhe mandará respostas para esclarecer todos esses assuntos. Muito obrigado pelo aparte, Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Senador Marcelo Crivella, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Também não tenho nada contra, até aprecio muito a Senadora e vou torcer para que ela fique lá não por ela, mas para o Senador Sibá Machado continuar aqui conosco.

Por ela, queria que ela voltasse a esta Casa, mas, pelo Senador Sibá Machado, quero que ela continue lá. O problema não é ela, Senador Crivella, mas que sua assessoria é composta apenas de representantes de ONGs, principalmente de ONGs internacionais, de gente que não quer o crescimento do Brasil, que está ali para ganhar dinheiro. É esse o problema que enfrentamos.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> não sabe que há mais de duzentas hidrelétricas cujas construções estão paralisadas por ações das ONGs que acionam o meio ambiente? V. Ex<sup>a</sup> não sabe disso? V. Ex<sup>a</sup> não sabe que o Presidente Lula até hoje não começou a construção de uma hidrelétrica neste País?

Será que algum brasileiro vai dizer que produzir energia atômica é melhor do que produzir a energia elétrica vinda dos nossos rios? De maneira nenhuma. Todo brasileiro sabe que nossa vocação é a hidrelétrica. Todo brasileiro sabe que é a energia mais barata e que o Presidente Lula quer começar a construir hidrelétricas.

Li o discurso que o Presidente fez na Amazônia reclamando das ONGs, daqueles que não querem



deixar o Governo trabalhar. Quem não quer isso é o próprio Governo, que não sabe se assessorar de gente que realmente goste deste País, que o ame e que tenha competência para separar quem quer o mal e quem quer o bem.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, agradeço a oportunidade. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já tratamos deste assunto em momentos anteriores. Digo, com toda sinceridade, que V. Ex<sup>a</sup> deveria estudar melhor a legislação brasileira, porque nós temos legislações ambientais a cumprir neste País, que este Congresso criou, tanto na Câmara quanto no Senado Federal. Portanto, não se podem criar leis para serem jogadas na lata de lixo, pela janela. Sabemos perfeitamente que a legislação ambiental faz com que o Ministério Público – e por força judicial – deixe uma seqüência de obras paralisadas. O Ibama acaba de dar licença ambiental para o gasoduto de Manaus, para a Hidrelétrica de Belo Monte, para a hidrelétrica do rio Madeira e tantas outras obras de importância. O que se está tratando aqui não é de órgão ambiental, mas de órgão judicial, de fiscalização do Ministério Público. Nós já tratamos desse assunto. V. Ex<sup>a</sup> trata isso de uma maneira desrespeitosa. Pediria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse mais respeito com as autoridades constituídas.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Eu teria, Senador Sibá Machado, se este Governo tivesse respeito com o povo brasileiro...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Não há má vontade de ninguém. Acho que V. Ex<sup>a</sup> está agindo de uma forma aqui desrespeitosa, e isso não é possível, não podemos continuar nesse tipo de debate, porque enquanto eu estiver aqui não aceitarei mais esse tipo de provocação.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – E V. Ex<sup>a</sup> pode até estourar pelas costas de raiva, porque eu não me importo. Diante do interesse do Brasil, eu quero que V. Ex<sup>a</sup> explique para o Brasil e explique aqui para os demais Senadores os motivos pelos quais um diretor do Ibama cria uma zona de amortecimento, cria uma reserva, passando por cima de todas as leis brasileiras. Há lei que autoriza o Ibama a criar reserva? Responda!

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Exatamente! É por isso que foi criado.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Não foi, não há lei.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – A contestação se faz de outra maneira, Senador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Não há lei, não há lei. Vocês passam por cima da lei.

Vocês só prendem ladrão de galinha. Bandido do PT, que rouba, vocês não prendem, não fazem nada, vocês protegem.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Este caminho não nos leva a lugar nenhum. Eu não tenho medo de ninguém, muito menos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Nem eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, V. Ex<sup>a</sup> vai ter um minuto para concluir o seu discurso.

Senador Sibá Machado, regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> só poderá fazer aparte se o orador conceder.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> falará daqui a pouco como Líder do Partido, é o próximo orador.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Senador Mão Santa, dou por encerrada as minhas palavras e quero deixar aqui o meu veemente protesto com aquilo que se faz com este País. Hoje o brasileiro não pode trabalhar, não pode produzir, não pode ter sua empresa porque tem dificuldade para tudo. Hoje não se pode ampliar a plantação da soja. O Zeca do PT teve que acabar com três empresas de produção de álcool, quando o Governo se orgulha da produção de álcool no Brasil, quando todo o mundo quer álcool, e sob que alegação? Sob a alegação de que, fazendo aquelas três usinas de álcool, podia cair um pouquinho de álcool no rio, o rio podia levar ao pantanal, e lá no pantanal podia um jacaré ficar bêbado.

É esse o tratamento que se dá a este País.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um registro aqui. São 15h54min, Senador Sibá Machado. Desde as 11 horas a imprensa brasileira noticia a prisão de um Deputado Federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Estranhamente, até a esta hora ninguém do PT se manifestou, nem para defendê-lo, nem para acusá-lo. Acho uma atitude estranha. Por quê? O Partido deve ter, numa questão como esta, ou o gesto da indignação ou o da solidariedade.

Senador Sibá Machado, já não se faz mais PT como antigamente. Portanto, quero fazer este registro

de que o PT está devendo uma explicação ao País, à sociedade brasileira. E de maneira muito especial o Presidente Lula, que, naquele programa bonitinho, dizia que nada ficaria por debaixo do tapete.

O que me espanta nisso tudo, Senador Sibá Machado, é que, ao que parece, há uma nova linha de produção de escândalos. O atingido de hoje se chama Juvenil. Imagine quando crescer! Um bilhão, o Juvenil. Quando adulto o Sr. Alves, cuidemos, senhores. É o começo. Cadê a triagem que o PT fazia?

Aliás, quero registrar mais um fato grave. O PT, por iniciativa de lideranças importantes desta legislatura, criou a CPI do Banestado,

cujos objetivos eram exatamente fiscalizar a evasão de divisas. Caluniou brasileiros, chantageou pessoas para conseguir recursos para campanhas passadas. E agora é pego com um dos seus próceres e um dos seus líderes envolvido exatamente naquilo que condenou.

Por cautela, Senador Sibá Machado, tive o cuidado de mandar pedir a prestação de contas desse futuro adulto, o Sr. Juvenil, prestada ao Tribunal Eleitoral de Minas Gerais. Vamos ver se ele pagou em dólar ou se pagou em real. Se pagou em dólar, é crime, se pagou em real, de onde veio? Afinal de contas, é grande a prestação de contas dele.

Sr. Presidente, vou voltar para analisar aqui, de maneira transparente, quanto Juvenil gastou na sua eleição.

Evidentemente, ele deve ter tido várias funções públicas em Minas. Ele é um homem que cresceu na hierarquia partidária. Daí por que, Senador Sibá Machado, estranho a ausência de um pronunciamento do Partido dos Trabalhadores com relação a esse pobre homem que está sendo perseguido pela polícia, que, às vezes, insiste em não ser republicana. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> solicita a palavra pelo art. 14?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu pedi antes, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Posso utilizar pelo art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, o art. 14 tem prioridade.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Mas é bem rápido, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É que ele vai explicar...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> usará a palavra logo após...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu abro mão para que ele explique o que aconteceu com o Deputado Juvenil.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu não citei o Sibá.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Citou involuntariamente, sem maldade. Ele tem direito de falar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu não misturo o Sibá com esse pessoal. O Sibá é do PT que está no cheque vermelho, pagando juros todos os meses. Faça-se justiça a ele.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pelo art. 14, ao Senador Sibá Machado.

Regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> poderá falar até por cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero dizer que episódios como este qualquer um de nós nesta Casa tem que abominar. Temos que parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho que fez.

Um cidadão como esse, a melhor palavra que posso escolher no dicionário é canalha. Um cidadão como esse tem que receber a expulsão sumária agora, para que esse assunto seja resolvido de uma vez por todas.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> vai pedir a expulsão dele?

**O Sr. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não vamos tratar desse assunto aqui porque a Polícia Federal está tratando muito bem dele. Não me compete aqui perder mais um minuto do meu tempo tratando desse tipo de coisa. Eu acho que assuntos como esse, como nós temos que respeitar as instâncias em que ele está sendo resolvido... Que isso sirva de exemplo para qualquer pessoa que tem esse tipo de comportamento.

Sobre outros assuntos que tratamos nesta Casa, Sr. Presidente, acho que a nossa Bancada tem priorizado tratar assuntos de interesse nacional, de interesse do nosso povo. O que me choca, às vezes, é a forma preconceituosa de tratar determinados temas. Nós não tratamos de nenhum tema de interesse ideológico, seja de que natureza for, da maneira preconceituosa e acintosa como foi tratada aqui.

Portanto, Sr. Presidente, estou nesta Casa por força da vontade da legislação brasileira e do povo do Acre e, enquanto eu aqui estiver, Sr. Presidente, vou primar pelo respeito às pessoas. Por mais que sejamos divergentes do ponto de vista político e ideológico, vamos, acima de tudo, nos respeitar como pessoas. Não vou aceitar nenhum tipo de provocação. Enquanto eu achar que as pessoas estão tratando comigo, mesmo que em tom de brincadeira, de maneira respeitosa, aceitarei da mesma forma, mas, se eu entender que o assunto é para tentar ferir minha pessoa, minhas origens e coisas em que acredito, vou brigar, Sr. Presidente. Já fiz isso na minha vida. Isso não é problema para mim com qualquer pessoa. Agradeço a Deus por ter tirado algo de mim: o medo; só tenho medo de ter medo.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador José Jorge.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Peça a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> não foi citado, Senador Heráclito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes...

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, pedi a palavra pela ordem para dizer que o Senador Motta tem razão quando diz que temos muitas dificuldades ambientais que não deveríamos ter, e o Senador Sibá também tem razão de dizer que há uma legislação a ser cumprida. Quero dizer que isso é uma questão de bom senso. Temos de fazer cumprir a legislação, mas temos também de fazer com que o País realize aqueles investimentos necessários.

Essa questão das ONGs está deixando muita gente nervosa aqui.

Acho até que o Senador Sibá, que normalmente é muito tranquilo e simpático, está mais nervoso do que o normal – não sei por que –, inclusive antes da questão do Deputado Juvenil. Mas acho que ele tem razão neste ponto: temos de cumprir a legislação. Porém, ela tem de ser cumprida com bom senso. E é necessário que sejam entidades governamentais a representarem o interesse brasileiro, e não ONGs que decidam aquilo que deve ser feito no Brasil.

Em relação à questão levantada pelo Senador Heráclito, creio que o Senador Sibá tem razão, mas no PT não existe essa história de punir aqueles que

erram. Até agora – vimos, agora, inclusive nessa questão do dossiê – que ninguém foi punido, ninguém é punido; pelo contrário, o PT tem dado suporte para que as pessoas sejam efetivamente absolvidas, para que tudo seja admitido. Então, se o Senador Sibá Machado, como membro do Diretório Nacional e como Líder em exercício agora, diz que o Deputado Juvenil vai ser punido, temos de parabenizá-lo, porque é uma atitude nova punir aqueles que efetivamente merecem ser punidos. Um Deputado Federal eleito pelo PT foi preso pela Polícia Federal por cometer irregularidades – isso é muito grave –, e acreditamos no Senador Sibá quando diz que esse Deputado deverá ser punido. Mas, infelizmente, não é isso que o PT tem feito até agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para lembrar o ensinamento de Blaise Pascal: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Somente para complementar uma informação, Sr. Presidente.

Senador José Jorge, tivemos vários episódios que culminaram com prisão de muitas pessoas ao longo desses anos, muitos episódios, e alguns deles se revelaram errados. Pessoas foram presas, apareceram na mídia nacional de maneira escoraçada. Depois foram inocentadas, mas não tiveram oportunidade de ter sua imagem recuperada.

Cito o caso do jornal **O Estado de S. Paulo**, que trata daquela questão de Santo André como se a polícia concluísse como o crime não sendo político. Temos que ter, nesta Casa, a clareza de separar uma coisa da outra. Temos um fato, a polícia prende uma pessoa ligada ao nosso Partido...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas foi V. Ex<sup>a</sup> que pediu a expulsão dele! Foi V. Ex<sup>a</sup> que disse que esse Sr. Juvenil...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Vou chegar lá, Senador. Quero dizer, com toda segurança, a V. Ex<sup>a</sup> que um fato dessa natureza...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, um instante. A Bandeira nos lembra a todos: “Ordem e Progresso”. E está escrito no Regimento Interno que não há apartes quando o orador está com a palavra pela ordem, por questão de ordem ou pelo art. 14. Então, conclua sua intervenção.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Só estou concluindo a informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em seguida, como já anunciado, falará pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, o Senador Ney Suassuna.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Quanto a esse fato que está na notícia de hoje, a minha posição pessoal é a de que o Partido tome uma providência imediata. Se culminar que essa pessoa é inocente, ela tem que voltar, mas é preciso dar uma resposta imediata para o fato, agora, e precisa.

O que estou defendendo aqui, Senador José Jorge, é que não podemos nos esquecer de que, muitas vezes, pessoas são injustamente declaradas culpadas e depois inocentadas. E essas pessoas não podem ir para a lata do lixo. Não estou defendendo o caso que ocorreu em Minas Gerais. Se for comprovada qualquer coisa, o nosso Partido tem a obrigação de imediatamente tomar uma postura. É isso que estou defendendo aqui, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar como Líder antes da Hora do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> falará logo após o Líder que foi anunciado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me como Líder também.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concedeu a palavra, pela ordem, e infelizmente vou falar antes do representante de Deus, que poderá, com suas luzes, mostrar a verdade e apaziguar este Plenário.

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> me perdoe, mas a sua irritação com relação à minha questão de ordem foi despropositada. Totalmente! Eu não entendi V. Ex<sup>a</sup>. Não entendi, porque, na realidade, o que cobrei do Partido foi a omissão com relação a um fato, que pode criar a indignação ou a solidariedade. V. Ex<sup>a</sup> indignou-se, no primeiro momento, e pediu a expulsão do Juvenil. V. Ex<sup>a</sup> arrependeu-se, retirou a expulsão e deu a solidariedade pela metade – muito comum na doutrina partidária que lhe abriga.

Também concordo, ninguém pode ser condenado. Mas cabia ao PT, pelo menos, exigir providências e registrar o fato. Reclamei da omissão de um Partido que, durante toda sua história, foi por demais rígido com brasileiros, muitos dos quais tiveram suas vidas moralmente esfaqueadas pela língua ferina e também caluniosa dos que faziam oposição àquela época. Quero mostrar, Senador Sibá, que “o pau que dá em Chico

dá em Francisco”. É o Billy Blanco cantando, Senador Sérgio Cabral: “o que dá para rir dá para chorar”.

Quero dizer, Senador, que, com relação à discussão de V. Ex<sup>a</sup> a respeito das ONGs, fiquei silencioso por dois motivos: primeiro, o meu objetivo é tirar das costas dos inocentes a injustiça da presunção de um crime ou de uma culpa, mas também tirar de um sistema das ONGs, do benefício das ONGs, os que fazem trampolinagem.

Que Deus lhe proteja, Senador Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro. V. Ex<sup>a</sup> vai chegar aqui, poucos meses depois, de cabelos brancos, se não pintar, envelhecido pelas ONGs, que tantos dissabores deram ao Brasil e que cortaram inclusive algumas carreiras brilhantes. O que queremos fazer é isso, Sibá.

O segundo motivo foi por amizade e apreço pessoal. Não queria que V. Ex<sup>a</sup> fosse tão veemente nessa matéria, porque age em causa própria. Senador, na ausência da titular, que é Ministra, se as acusações que pesam contra o Ministério dela, por funcionários, não forem apuradas, ela vai ficar sempre com o manto da dúvida, da culpa, ou caluniada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito, o Senador Ney Suassuna está na tribuna...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

É preciso que isso seja apurado. E penso que V. Ex<sup>a</sup> prestará um serviço ao seu Partido, ao seu País e, acima de tudo, à Ministra Marina Silva, por quem tenho a maior admiração, se colaborar para a apuração rápida desses fatos para que não permaneçam culpas no Ministério e que V. Ex<sup>a</sup>, aqui, continue a exercer brilhantemente o mandato; e ela, lá, trabalhando, mas sem deixar desvios de recursos dos cofres públicos a serviço de aparelhamento partidário ou, em alguns casos, de causas inconfessáveis.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Líder Ney Suassuna, que, pacientemente, esperou até agora. Não sei se o Senador Sérgio Cabral vai ficar com os cabelos brancos, mas V. Ex<sup>a</sup> perderá até os cabelos de tanta paciência.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já perdi quase todos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o segundo turno das eleições nacionais, que foi realizado no final do mês de outubro, consagrou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reeleito com quase 60% dos votos válidos. Esse resultado deve ser entendido, por quem quer que o examine com isenção, como uma resposta dos eleitores aos bons resultados da admi-



nistração, sobretudo nos campos das políticas sociais e do controle inflacionário.

De fato, para a população mais pobre, a continuidade de um quadro de preços baixos dos produtos de primeira necessidade, especialmente os alimentos, e a manutenção das transferências de renda, coisas que lhes afetam diretamente, são mais importantes que as denúncias de irregularidades e corrupção brandidas pela Oposição.

Isso somente pode surpreender quem nada entende da psicologia das massas populares, da percepção das pessoas que precisam lutar pela sobrevivência de cada dia. Foi por isso que, nas camadas de renda mais baixas, a maioria dos votos em favor do Presidente Lula se fez expressiva, em contraste com a divisão maior dos votos das outras classes sociais.

É preciso reconhecer, entretanto, Sr. Presidente, que não são somente os nossos pobres que sentem as melhoras das suas condições sociais. Os organismos internacionais e as estatísticas do IBGE demonstram o progresso nas condições de vida dessas populações, ainda que apontem para a necessidade de mudanças, sobretudo na qualidade da educação pública, no sentido de conferir sustentabilidade às melhorias dos indicadores sociais e de promover o desenvolvimento social e econômico do País.

Na semana passada, por exemplo, foi publicada a edição do Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referente ao ano de 2005. Dos três fatores integrantes do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dois melhoraram: o da esperança de vida ao nascer, que foi de 70,5 para 70,8%; e o do PIB **per capita**, que foi de US\$7.790 para US\$8.195 de paridade de poder de compra.

O outro fator referente à educação sofreu redução, porém devido à mudança da sistemática de cálculo, que deixou de levar em conta as matrículas na escolarização de jovens e adultos. Por isso, houve um recuo na posição do País no *ranking* internacional, mas, de qualquer modo, houve melhoria do IDH brasileiro de 0,788 para 0,792.

O País continua a integrar o grupo das Nações de desenvolvimento médio, na verdade não muito distante do limiar do desenvolvimento elevado, que é de 0,800.

Essa pequena diferença requer, para sua superação, a volta do desenvolvimento acelerado.

De fato, o Brasil apresenta avanços no que concerne a um de seus maiores problemas socioeconômicos, que é o da desigualdade.

No ano de 2004, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios do

IBGE, a renda **per capita** dos 40% dos brasileiros mais pobres atingiu o valor mais alto desde 1995. Com isso, o Índice de Gini, que mede o desequilíbrio na distribuição dos rendimentos entre os cidadãos, atingiu, em 2004, o menor valor desde 1976, marcando a inversão da tendência histórica de concentração de renda no País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, continuamos a ser uma Nação muito desigual; estamos em décimo lugar entre as mais injustas do mundo, porém se trata de um caminho considerável já percorrido para um País que esteve em um quarto lugar nessa lista, segundo dados da ONU.

Esses dados mostram, para além de qualquer dúvida, o acerto das políticas redistributivas do Governo brasileiro, com os programas como o Bolsa-Família, por exemplo. O fato de ainda restar muito a fazer, sobretudo em áreas como habitação e saneamento, com tantos brasileiros em condição precária e saúde em risco, não deve ser motivo de recriminação, mas de aumento da determinação nacional no sentido de eliminar a pobreza extrema.

Outro fator de sucesso do Governo na administração do Presidente Lula foi o controle da inflação e a conseqüente estabilidade da economia. A inflação média anual deste período, medida pelo IPCA, foi de 6,8% contra 9,1% anuais da administração anterior.

Cabe lembrar que, ao longo de 2002, os especuladores, temerosos de que a então iminente vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores implicasse em intervenção heterodoxa e desastrosa na economia, fizeram o risco país subir para 2.035 pontos.

Pois bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em maio de 2006, esse índice era apenas de 216, o que propicia maior confiança dos investidores externos e maior entrada de recursos, tão necessários para o nosso desenvolvimento.

A taxa básica de juros, a taxa Selic, passou da média de 26,6% para 18,6%. Em continuada baixa, ela atingiu, em maio deste ano, os 15,3%, o que também resulta no maior controle da dívida pública.

Outra relevante realização deste Governo no campo econômico foi a multiplicação por dois do valor das exportações – para mais de US\$120 bilhões –, o que fez com que a balança comercial apresentasse o superávit inédito de US\$44,7 bilhões.

Se o Presidente Lula chega ao fim do seu primeiro mandato com tantos índices positivos, e reconhecidos pela população em geral, tanto que conseguiu a reeleição, a verdade é que os problemas econômicos e sociais ainda são muito grandes e desafiam a capacidade de qualquer Governo de resolvê-los de modo a promover a retomada do desenvolvimento nacional.

As tensões sociais se fazem sentir, por exemplo, no crescimento da violência, sobretudo por parte das organizações criminosas que se valem do desamparo das comunidades pobres e desassistidas pelo Estado para ganhar poder e relevância diante da população carente.

Por mais ação social que um Governo promova, está claro que a inclusão dessas massas desempregadas ou subempregadas somente será possível com a retomada do crescimento econômico.

Para promoção da paz social, portanto, urge fazer o País retomar um ritmo acelerado de crescimento.

As condições de estabilidade monetária estão dadas; resta promover uma verdadeira educação de qualidade para todos os brasileiros, de modo a termos uma força de trabalho cada vez mais qualificada e produtiva, que possa competir no mercado globalizado...

(Interrupção do som.)

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Estou findando, Sr. Presidente. Falta só meia página.

E resolver os graves problemas de infra-estrutura, sobretudo de transportes e energia, que garroteiam o impulso produtivo do País.

Para que esses investimentos em infra-estrutura sejam estimulados, a melhor solução parece ser a das parcerias público-privadas, que permitem que o Estado concentre seus recursos em áreas especificamente de ação social, enquanto as empresas são chamadas a investir nos setores produtivos, sobretudo de infra-estrutura.

Os sucessos do primeiro mandato do Governo Lula são inegáveis. Os dados do IBGE e do Pnud o demonstram até mesmo para quem os aborda de má vontade. Porém, é também inegável que os desafios à frente são grandes e exigem criatividade para sua solução.

Mais que tudo, faz-se necessária determinação no sentido de destravar as barreiras ao desenvolvimento representadas pela hesitação em convocar a iniciativa privada e estabelecer as mais que urgentes PPPs.

O Brasil tem solução, e elas passam pelo trabalho diligente, tanto no socorro às populações mais carentes quanto no estímulo ao investimento produtivo.

O Governo Lula precisa aproveitar o bom momento de sua credibilidade em alta pelo elevado sufrágio para continuar as boas medidas sociais e dedicar parte significativa de sua energia, agora, para a retomada do desenvolvimento.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me apenas ouvir este pequeno aparte, uma vez que houve tanta gente atrapalhando o início do meu pronunciamento.

Ouçõ o aparte do Senador Roberto Cavalcanti, muito ligeirinho.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Ney Suassuna pelo tema escolhido, principalmente por falar sobre o crescimento econômico. Aproveito para pedir ao Senador que faça outro pronunciamento nesta Casa acerca do não-crescimento econômico da Paraíba. Dados do IBGE demonstram que a Paraíba ficou em penúltimo lugar no crescimento entre os Estados brasileiros. Este é um trabalho bastante interessante a ser feito em benefício do nosso Estado: a avaliação das reais causas do não-crescimento da Paraíba.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Senador, com certeza, faremos essa análise em relação não apenas à Paraíba, mas a todo o Nordeste.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável. Em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei de forma muito rápida porque, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, estou presidindo uma audiência pública tratando de tema relativo às pessoas com deficiência do nosso País.

Encaminho à Mesa um estudo que fiz sobre o preconceito contra o idoso, contra as crianças de rua, contra os povos indígenas, contra as pessoas com deficiência, contra as mulheres e contra outras pessoas que são discriminadas pela cor, pela etnia, pela raça, pela procedência, pela origem. É um belo trabalho feito em conjunto com alguns assessores do Senado.

Combinei com o Senador Garibaldi Alves Filho quealaria menos de um minuto, para poder voltar a essa audiência pública tão importante.

Encaminho esse documento a V. Ex<sup>a</sup> e agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu carrego dentro de mim uma enorme

vontade de ver os seres humanos interagindo de forma mais positiva. Gostaria tanto que certos comportamentos simplesmente deixassem de existir e que todos se unissem em torno de um objetivo maior, a construção de uma sociedade pluralista.

Muitos riem deste sonho, que tenho certeza não é só meu, como se fosse um sonho tolo, mas eu acredito que tolices assim é que permitirão a sobrevivência da espécie humana.

Por esta razão eu venho aqui e faço meus discursos e minhas palestras sempre batendo na mesma tecla: consciência e mudança de atitude.

Esta semana vivemos um dos momentos que me fortalecem e me fazem continuar acreditando que viver de forma fraterna é possível. É tão bom quando a vida nos reserva tais momentos!

Foram integradas a Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência, com o Dia 20, em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra.

Nesta estrada podemos passar nossos olhos pela questão da acessibilidade, das diferenças, do ideal pela construção de uma nova sociedade e por tantos seres humanos de uma beleza interior tal, que o mundo certamente se faz mais belo só ao mencionar seus nomes.

Se começarmos pela questão da acessibilidade, veremos que, entre outras definições, ela é a facilidade na aproximação. Será que esta proximidade existe de fato? Será que ela está sendo vivenciada por aqueles que não podem ver, ou ouvir, ou falar, ou ainda, se locomover?

Segundo dados divulgados pela mídia calcula-se que no mundo inteiro haja mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência.

Acredita-se, ainda, que na América Latina por volta de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. No Brasil já são quase 3 milhões de crianças com algum tipo de deficiência.

Lamentavelmente as pessoas com deficiência são relegadas a viver em um mundo à parte, o que não contribui em nada para a interação delas com as pessoas não deficientes e vice-versa.

Muitos acham que as limitações de algumas pessoas impedem que elas vivam de forma inclusiva.

Mas eu pergunto, quem não tem limitações de alguma natureza nesta vida? Ou será que a dificuldade de perdoar ou de ser solidário por exemplo não são limitações?

O Senado Federal está apresentando no Salão Negro a Mostra da II Semana de Valorização da Pessoa Com Deficiência onde acontecem diversos eventos muito importantes e nesta Mostra está incluso Projeto de minha autoria chamado Cantando as Diferenças .

Por várias vezes falei nesta Tribuna sobre este Projeto que, em articulação com as administrações municipais e sociedade civil atua para que na implementação das políticas públicas sejam contempladas ações que reconheçam a cidadania de todos, independentemente de gênero, orientação sexual, origem étnica, faixa etária ou deficiência.

A implementação desse projeto se dará pela capacitação de atores de políticas públicas para que na execução dessas políticas faça-se um corte transversal contemplando todas as diferenças próprias da condição humana.

Já temos grandes parceiros nesta luta que tem como objetivos a conscientização, e a vivência dos direitos humanos pela aplicação dos estatutos, o do idoso, da igualdade racial e da pessoa com deficiência e criança e adolescente, no que trazem em sua essência, a inclusão social através da inclusão educacional e cultural.

Juntos, sociedade, empresários universidades e poder público através do reconhecimento da diversidade de sua gente num resgate histórico devem dar vez e voz a grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões à cerca dos rumos de suas vidas.

Este projeto propõe garantir palco para quem não tem palco e podemos dizer que é um projeto sócio-ecológico, pois deve ser como a terra, a chuva, o sol, o ar, os ventos, como os perfumes das flores.

É como os insetos voando de flor em flor para levar os polens das plantas e assim iremos caminhando, cantando, escutando, enxergando, pensando e conversando com todas as diversidades para a inclusão social tão esperada.

Se fixarmos nosso olhar pelo eixo das diferenças, veremos que é sempre muito difícil imaginar uma realidade diferente da nossa. Talvez porque nos acostumamos tanto a olhar para as nossas próprias dificuldades, que acabamos por prejudicar nossa capacidade de empatia.

Os cidadãos e cidadãs portadores de deficiência são parte integrante da nossa sociedade e grande têm sido a luta deles para que sejam respeitados como tal, para que a sociedade pratique a integração, não como uma forma de complacência, mas como uma prática do direito legítimo que cabe aos mesmos.

Temos exemplos importantes de pessoas que vivenciaram ou vivenciam a realidade das diferenças mas souberam buscar seu espaço.

RAY CHARLES que era filho de Bailey Robinson, mecânico e faz-tudo, e de Aretha Robinson. Na altura da Grande Depressão, mesmo após a mudança para

Greenville quando Ray era criança, não havia facilidades econômicas ou ganhos financeiros para ninguém, em especial para as famílias negras que viviam todos os dias com a segregação sulista.

Ray recorda a extrema pobreza da sua família na autobiografia que escreveu, “Brother Ray”, onde diz: *“Éramos os mais pobres dentre os pobres. Estávamos no fundo da escada olhando para cima. Apenas o chão nos pertencia.”*

A infância de Ray Charles não foi fácil. Quando tinha cinco anos viu o seu irmão mais novo, George, afogar-se na grande tina onde a mãe lavava a roupa, trauma que o acompanhou para o resto da vida.

Ele começou a perder gradualmente a visão e, aos sete anos, estava cego para sempre. A mãe não o deixou afundar na pena de si próprio e, como a perda de visão foi gradual, pôde ensiná-lo o melhor que soube a lidar com a cegueira.

O ator que interpretou o papel de Ray Charles no cinema ao ser perguntado sobre o que descobrira a respeito dele e que o surpreendera respondeu:

“A coragem. Não imaginava que ele era um cara tão corajoso. Esse filme conta a história da infância e da adolescência dele. A maioria das pessoas não tem a mínima idéia de como tudo foi tão difícil. Negro, pobre, órfão aos 15 anos. E querendo fazer música? Meu Deus! Ray Charles pegou um ônibus sozinho e foi para a costa oeste tocar, com 17 anos”

Outro exemplo é o do escritor MARCELO RUBENS PAIVA que entrevistado sobre o fato de alguém ter dito que é impossível ser feliz numa cadeira de rodas, respondeu: *“Isso é bobagem. Sou paraplégico há 23 anos, já viajei o mundo e conheci muito deficiente realizado. Tenho amigo instrutor de mergulho, alpinista, advogado, arquiteto, empresário.”*

O dono do Unibanco é um paraplégico. Eu, por exemplo, sou feliz. Meu problema não é a cadeira de rodas, mas os problemas de um cara de 44 anos. Uma vez fui fazer terapia e disse logo: “Não vim aqui discutir minha deficiência, vim discutir minha relação com minha mãe, com minha mulher, minhas frustrações”

Podemos citar ainda, EVANDRO HAPONIUK DA ROCHA, 33 anos, que sofreu paralisia cerebral ao nascer. Tem grandes dificuldades motoras, inclusive de articulação da fala. Está no segundo ano de Direito da Faculdade Dom Bosco. Ele disse:

“Agradeço a Deus a oportunidade que me dá todos os dias. Tenho uma família ma-

ravilhosa. Minha vida não parou por causa da minha deficiência. Posso conversar com vocês, a única coisa que peço é que tenham um pouquinho de paciência.”

Senhoras e Senhores Parlamentares, trabalham em meu Gabinete dois assessores com deficiência visual tremendamente engajados na luta em prol da acessibilidade. Um deles é Santos Fagundes e o outro é Luciano Ambrósio, que recentemente foi aprovado no vestibular da UnB, no curso de Biblioteconomia.

As palavras dele diante desta vitória foram:

“Preciso agradecer acima de tudo a Deus, a oportunidade da vida, as experiências que me levaram à compreensão de que se me faltam os olhos físicos, não me faltou a visão interior, a visão que me permite ver a beleza da criação de Deus, a beleza do ser humano que traz em si a capacidade da superação dos limites”

Mas, o preconceito existe e atinge também outros segmentos da sociedade. Diferenças de cor, de sexo, de orientação sexual, de crença religiosa e assim por diante são motivo de segregação, de apartheid dentro de uma sociedade, o que no fundo é uma vergonha!

Alguns dados sobre a vida dos negros por exemplo causam grande tristeza:

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a pobreza afeta 92% da população negra da América Latina e do Caribe, que chega a cerca de 150 milhões de pessoas. Os negros vivem abaixo da linha de pobreza.

No Brasil estudos apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD apontam que 64,1% dos pobres brasileiros são negros.

O aumento da escolaridade entre as crianças negras é 2% menor em relação às brancas. Em 2003, 67,9% das crianças brancas freqüentavam a escola, enquanto que, entre as negras, o percentual é de apenas 32,1%.

De acordo com a divulgação das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a situação das mulheres negras é pior. São verdadeiramente discriminadas no mercado de trabalho.

Em 2003, 22,4% das negras eram empregadas domésticas, enquanto que entre mulheres brancas o percentual era de 13,3%. E, mais, o desemprego entre as mulheres negras correspondia a 16,6%, duas vezes mais que entre os homens brancos.



Em resumo, conforme pesquisa do IBGE divulgada esta semana, os negros ganham somente 50% dos salários que são pagos aos que não são negros.

Já vínhamos denunciando isto há anos mas não éramos ouvidos. Assim é a vida, continuaremos na nossa luta permanente.

É uma luta que vem de longa data, mas de pequenas vitórias em vitórias nós haveremos de conquistar nossos direitos!

Só em vermos esta semana toda a mídia reconhecer que tínhamos razão já é uma pequena mas importante vitória.

O Estatuto da Igualdade Racial por exemplo é um Projeto que vem se colocar em defesa dos que sofrem discriminação por etnia, raça e/ou por cor, trazendo ao debate o preconceito.

Esta proposta é um forte instrumento de combate ao preconceito racial. A criação deste Projeto quer garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira. É preciso que todos os homens de bem deste País estejam conosco na aprovação deste projeto!

O Grupo OLODUM está se mobilizando e colhendo assinaturas em apoio a este Projeto.

Este Grupo faz um belíssimo trabalho que vale a pena registrar. Com sua Banda, com a Escola Olodum, a Casa Olodum, a Rádio, o Centro de Formação, Documentação e Memória do Olodum – Biblioteca Abdias do Nascimento, eles desenvolvem um trabalho social da maior relevância.

A Escola Olodum tem como missão o desenvolvimento da cidadania e preservação da cultura negra, oferecendo um saber afro brasileiro e novas formas de conhecimentos adicionais àqueles adquiridos no sistema formal de ensino.

A Escola Criativa Olodum busca garantir às crianças e adolescentes, atenção e respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios de seu contexto social, garantindo também sua liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Além disso, a escola realiza um trabalho preventivo no combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (como Aids) e demais riscos a que estão sujeitos jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal, propiciando o fortalecimento dos vínculos familiares, escolares e comunitários.

É muito bom poder contar com o apoio destas pessoas em prol da igualdade racial.

Temos também a luta em favor das cotas tão importante para os negros uma vez que somos mais de 48% da população e freqüentamos a universidade em um percentual de apenas 2%.

O cartaz que tenho aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, filiada à CUT, do

CEA e a Internacional da Educação, chama atenção para o dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra e para o significado das cotas na vida dos negros.

Com a frase: “O que a Lei chama de sistema de cotas, nós chamamos de JUSTIÇA”, fica expresso o ideal pelo qual lutamos.

Já são 46 Instituições de nível superior a aplicar com sucesso a política de cotas!

Podemos falar também dos dois importantes Manifestos apresentados no Congresso Nacional, o DA LEI DE COTAS e DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL e um outro contra. O Manifesto a favor recebeu o apoio de milhares de personalidades do País.

O contra ficou em torno de 400 assinaturas que eu diria meio envergonhadas, o que eu pude perceber pelo contato que mantive com alguns.

De norte a sul, temos notícias das mudanças de comportamento sentidas em nossa sociedade. Mesmo aqueles que eram contrários a nossa visão estão mudando, graças a Deus.

Nós temos hoje uma revista direcionada para nossa raça. Em 1996, chegou ao mercado a revista Raça Brasil, que veio com a missão de afirmar o orgulho de milhões de negros brasileiros.

E a quantidade de produtos direcionados hoje para o mercado consumidor negro? Isso é um feito!

Tudo isso nós devemos a cada pessoa determinada a plantar dia a dia a semente da não discriminação, do respeito às diferenças, do amor ao próximo.

Não podemos esquecer de homens e mulheres cheios de coragem que gravaram seus nomes na história e deixaram suas marcas na batalha contra a discriminação.

Vamos falar um pouco sobre o nome de uma grande mulher que a tradição guarda: Aqualtune, mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi dos Palmares. Ela era filha do rei do Congo e foi vendida como escrava para o Brasil, em razão da rivalidade entre reinos africanos.

Quando os Javas invadiram o Congo, Aqualtune foi para a frente de batalha defender o reino, comandando um exército de 10 mil guerreiros.

Derrotada, foi levada como escrava para um navio negreiro e desembocada no Recife. Engravida, nos últimos meses de sua gravidez organizou sua fuga e a de alguns escravos para Palmares. Ela começa então, ao lado de Ganga Zumba, a organização de um estado negro.

Ganga Zumba foi o primeiro rei, que em 1597 concebeu em uma serra de muitas palmeiras uma das primeiras sociedades econômica e socialmente viável e auto-sustentável: o Quilombo dos Palmares.

Uma das filhas de Aqualtune deu-lhe um neto, que foi o grande Zumbi dos Palmares.

Ele foi um líder sem preconceitos, instruído, preocupado com o bem estar não apenas do povo negro mas de todos os oprimidos do Brasil daquela época, abrigou em seu reino negros, índios e brancos desvalidos.

Temos tantos homens e mulheres negras que orgulham a nossa história.

Temos Albert Luthuli, o primeiro negro a ser premiado com o Nobel da Paz, em 1960. Ele foi um pastor zulu que presidiu o Congresso Nacional Africano, entidade criada em 1912 que teve destaque na resistência contra o Apartheid nos anos 50.

Desmond Tutu foi o vencedor no ano de 1984. Tutu foi o primeiro arcebispo negro sul-africano e teve também incontestável importância na luta contra o racismo, especialmente nas décadas de 70 e 80 – quando se intensificou ainda mais o movimento contra o Apartheid na África.

Nelson Mandela, o maior líder vivo na luta pelos direitos humanos, contra a segregação racial, foi o vencedor do Nobel da Paz em 1993.

E em 1964, Martin Luther King seria reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz – mesmo ano em que presenciou a assinatura da Lei dos Direitos Civis.

Ele disse, em um de seus discursos:

“E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro:

“Livre afinal, livre afinal.

Agradeço ao Deus todo-poderoso, nós somos livres afinal.”

Martin Luther King morreu pela sua luta em defesa das ações afirmativas e o que eu mais lamento é que a sua história bonita de luta esteja sendo distorcida por aqueles que a estão usando de forma negativa, contra as cotas. Martin Luther King sempre lutou a favor das cotas.

Senhor Presidente,

Os índios são outro segmento da sociedade que sofre terrivelmente com o desrespeito ao seu modo de vida.

Com terras garantidas e população crescente, pode parecer que a situação dos índios se encontra

agora sob controle, mas ainda temos o grande desafio de manter viva sua riqueza cultural.

Sepé-Tiaraju foi um bravo índio guarani de São Miguel das Missões (RS), que resistiu com guerrilhas ao avanço dos exércitos português e espanhol, na chamada Guerra Guaranítica, 1754-56. Morreu em 1756, ao preparar uma emboscada aos espanhóis.

Ele é um ícone da resistência para preservar a cultura e o território onde os índios guaranis viviam.

O legado de Sepé Tiarajú continua mais vivo do que nunca. Sepé Tiaraju representa mudanças sociais.

Os povos indígenas querem a demarcação de suas terras, os negros querem igualdade de oportunidades, as pessoas com deficiência querem ser tratadas com dignidade e não com piedade. Os idosos querem se sentir integrados, os pobres clamam por melhores condições de vida, por uma melhor distribuição de renda.

As mulheres lutam contra a dupla jornada de trabalho, contras as diferenças salariais praticadas nos vencimentos que homens e mulheres recebem, contra a dificuldade para acesso aos cargos mais importantes.

As mulheres negras, que são as que mais sofrem desigualdade social, lutam contra o fato de receber menos que os homens mesmo tendo um grau de escolaridade superior ao deles.

Nós, brasileiros, negros, brancos, índios, crianças, idosos, homens e mulheres habitantes deste país queremos um Brasil para todos os brasileiros e brasileiras!

Para finalizar, desejo lembrar também que o dia 20 é também o Dia da Proclamação dos Direitos da Criança.

Desejo assinalar a importância de gestos de inclusão, de solidariedade, de amor para com as nossas crianças, elas precisam disto.

O autor, Maurício de Souza, um homem sensível e com imensa consciência social, fez de suas revistas um marco na história em quadrinhos.

Ele criou a personagem Dorinha, uma garota que possui deficiência visual e o Luca, um menino que tem deficiência física e se locomove em cadeira de rodas. Eles brincam e se divertem com desenvoltura e alegria em meio aos demais personagens, demonstrando que a inclusão é viável!

Gostaria de ler para vocês também *Carta de Natal de um menino iraquiano*, de autoria de Maria Petronilha, publicado em **site** da Internet:

“Meu querido Pai Natal, nem sei o que peça.

No ano passado deste-me uma metralhadora e uma manta, mas este ano já nem sei o que te peça!

Talvez uma escola nova.

Todos os dias, a minha mãe se despede de mim como se fosse para muito longe.

Enfia-me o barrete justo na cabeça e, ao abraçar-me, chora.

Depois fica muito tempo a olhar, de lá do arame farpado.

A professora só grita. Parece sempre zangada.

Desde a primavera passada tudo mudou na vida.

Há três meses que venho de novo às aulas.

Passo por poças de sangue, que já ninguém cobre de areia.

Se vejo gente deitada, pode estar viva ou estar morta. Tem de se ter muito cuidado, passar de longe, seja lá como for.

Desde que o Abi morreu não tenho com quem brincar.

Não me deixam ir à rua, nem sequer correr no pátio de casa.

Tenho de ficar sentado no chão a ver a minha mãe medir o arroz e a água, o chá e a farinha, o sal e tudo.

Quando oiço tiros estremeço ...

Sobretudo desde o dia em que a bomba rebentou dentro da escola.

A professora cantava e nós em coro com ela.

De repente um grande estrondo, um vento forte, abanou tudo, caímos no chão aos gritos.

Sonho sempre que oiço estouros e acordo aos saltos.

Pai Natal, faz com que a mãe consiga uma posta de carne, na carrinha branca.

Passando o Natal, em Janeiro, já farei nove anos.

Minha mãe já não me deixa adormecer perto dela nem me dá beijos.

Diz que tenho de ser forte, que vou ser um soldado para libertar a pátria iraquiana dos invasores do ocidente.

Pai Natal, não sei que pedir-te este ano.

Traz o silêncio de volta!

Meus caros Parlamentares,

Eu imagino quantas expectativas se desenham por trás do olhar do nosso povo, quanta vontade de

ver acontecer mudanças, de criar um novo jeito de viver e conviver.

Viver e conviver respeitando a natureza, defendendo o meio ambiente. Defender a terra. A água, os peixes, as florestas, os pássaros, os animais, defender o ar, o vento, defender a grande mãe Natureza, um ecossistema com desenvolvimento sustentável.

É preciso que cada um de nós assuma a defesa do Meio Ambiente, ou seja, da vida!

Reflijo muito sobre como se chega lá, mas tenho certeza de que aprender a conviver com as diferenças é a chave, é o nosso elo, é o nosso ponto de encontro.

É preciso respeitar as diferenças de condições físicas, de raça, cor, sexo, idade, religião, orientação sexual, enfim, todas as diferenças, que não passam disso: diferenças. Não são defeitos, não são menos, ou menor, ou feio, ou errado, são o que são, diferenças.

Nós todos queremos ser felizes e viver plenamente. É nosso dever fazer o melhor por nós mesmos e pelos outros. É nosso dever conviver de tal forma que todos se sintam integrados, atuantes, plenos com aquilo que são, com suas diferenças que os tornam ímpares. Afinal, NINGUÉM É IGUAL A NINGUÉM!

Mudanças internas precisam ser feitas a fim de que as externas encontrem terreno fértil para se solidificar.

Cada um de nós é único neste Universo!

Eu convido a todos que aqui estão e a todos que me escutam nos mais diferentes lugares deste País:

Vamos AGIR DE FORMA INCLUSIVA!

INCLUSÃO COMO META, COMO SENTIMENTO, COMO ATITUDE!

Sr. Presidente, o homem que ainda não descobriu uma causa pela qual ele poderia morrer, é porque ele ainda não entendeu o sentido da vida.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acho que estou pronto, pois descobri esta causa, a causa da inclusão, da igualdade, da liberdade, da justiça e do meio ambiente são as causas da minha vida e por elas eu poderia morrer!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental.

Passamos a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Garibaldi Alves Filho, do Estado do Rio Grande do Norte.

O Senador Delcídio Amaral, para quem estava prevista a substituição, acaba de comunicar que está vindo para usar a palavra, e V. Ex<sup>a</sup>, na sabedoria do nobre Secretário-Geral da Mesa, entrou na vaga que havia de comunicações inadiáveis.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 2004, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu um piso para o salário mínimo. É uma pena que o Senador Paulo Paim não possa ouvir meu discurso, uma vez que deve presidir uma audiência pública, para a qual a presença dele está sendo reclamada. Mas estabeleceu-se um reajuste de acordo com o PIB **per capita**, o que antes era feito com base na inflação do ano anterior.

Isso foi estabelecido, Senador Paulo Paim, quando eu era Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ocasião em que a minha proposta foi vencida. Eu não queria o reajuste do salário mínimo pelo PIB **per capita**, mas pelo Produto Interno Bruto. Porém, o Governo, ao fazer um acordo na Comissão de Orçamento, fez prevalecer o reajuste pelo PIB **per capita**.

V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito atencioso ao ouvir meu pronunciamento, mas eu compreendo que V. Ex<sup>a</sup> tem um compromisso e farei encaminhar a seu gabinete este breve pronunciamento, que é até uma advertência sobre a questão do salário mínimo.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Eu receberei com certeza o estudo de V. Ex<sup>a</sup>. Sou testemunha de sua obra e de que V. Ex<sup>a</sup> procurou estabelecer o piso do salário mínimo com base no PIB, e não no PIB **per capita**. A Comissão Mista composta de 11 Deputados e 11 Senadores usou muito o seu estudo para apresentar proposta que hoje já é consagrada por unanimidade naquela Comissão e que virá para o debate deste Plenário. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, que é a maior autoridade na discussão em torno do salário mínimo.

Desde então, Sr. Presidente, o piso passou a vigorar em todas as LDOs e sempre foi respeitado na lei orçamentária. Na verdade, ele se constitui em segurança para a classe trabalhadora, pois, ao constatar do orçamento, asseguram-se os recursos necessários para o aumento do salário. Tanto foi assim que sempre se conseguiu, no momento do aumento, uma ampliação do valor. Agora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministro Paulo Bernardo, que presidia a Comissão de Orçamento à época em se estabeleceu essa lei para o salário mínimo, propôs reduzir o salário, que seria aumentado para R\$375,00, para R\$367,00, sob o argumento de que existe obrigatoriedade imposta pela lei.

Por isso, venho a esta tribuna provar que o Ministro está equivocado. Estabeleceu-se, isto sim, um piso, uma segurança para o trabalhador que ganha o salário, uma tranqüilidade de que, independentemente da boa vontade do Executivo, ele terá assegurado um ganho baseado no crescimento da economia.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não cabe, desta forma, o Executivo querer reduzir o valor do piso do salário baseado no fato de que o crescimento do País não atendeu as expectativas iniciais. Se existem recursos, a lei orçamentária deve garantir ao menos o valor de R\$375,00. Nada impede, contudo, que, no próximo ano, procuremos alocar mais recursos para que o aumento seja maior. O salário mínimo é um grande instrumento de inserção no mercado consumidor e, o que é mais importante, na cidadania plena, que agrega a possibilidade de o indivíduo se sustentar com a remuneração do seu trabalho.

No entanto, temos que considerar que aí está o Bolsa-Família, programa que atende as famílias com renda abaixo do salário mínimo e que hoje tem grande importância para os trabalhadores carentes, para as pessoas desempregadas do nosso País. Estamos, inclusive, debatendo a amplitude do Programa Bolsa Família, uma vez que as famílias atendidas não estão sendo qualificadas para o trabalho. Estamos procurando fazer com que o Bolsa-Família não se constitua meramente naquele dinheiro dado à população, mas que esse programa possa proporcionar às famílias atendidas uma saída para a sua situação social.

Não sei bem se foi o Senador Flexa Ribeiro que fez aqui uma ponderação, dizendo que não deveríamos comemorar o aumento do número de famílias atendidas pelo Bolsa-Família, mas que deveríamos comemorar a diminuição do número de famílias atendidas por esse programa.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que poderia me confirmar se foi realmente o autor dessa ponderação.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão e faz com muita propriedade o pronunciamento tratando desta questão. Realmente, a Nação brasileira deveria comemorar não o aumento das pessoas atendidas pelo Bolsa-Família, mas a inexistência por falta de necessidade de um programa assistencialista como o Bolsa-Família. Há poucos dias, a CNBB fez uma declaração em que dizia: “O Governo Federal precisa entender que o Bolsa-Família não é ruim em sua essência”. Todos concordamos com isso. “Mas não deixa de ser maléfico por distribuir dinheiro para famílias de baixa renda sem exigir contrapartida”. Não digo que o Bolsa-Família não tenha boas intenções, como todo programa assistencialista tem. “Tem de ter prazo para terminar. E o seu já expirou há muito tempo”. Isso foi dito não por mim, Senador Garibaldi Alves Filho; foi dito pela CNBB. O que o Governo precisa fazer, na realidade, é ter uma porta de saída para o Bolsa-Família. Que porta de saída é essa? Geração de emprego. A CNBB diz que o Bolsa Família está tirando a dignidade do ser humano, porque



ele se acostuma, vicia-se no recebimento, não busca uma atividade e vive em função da “esmola” que lhe é concedida. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, o Governo precisa gerar emprego para diminuir a necessidade lamentável de brasileiros assistidos pelo Bolsa-Família.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão, e agora não é apenas a palavra de Flexa Ribeiro, de Garibaldi Alves, de Eduardo Azeredo, de Mão Santa, mas a palavra da Igreja, que vem nos advertir de que o programa precisa encontrar uma saída para qualificar essas famílias, para inseri-las no mercado de trabalho.

Tenho aqui a presença de prefeitos do interior do meu Estado, prefeitos do Rio Grande do Norte, o Prefeito Genival, de Parazinho, e o Vice-Prefeito Enoque e, se estivéssemos em uma comissão, poderiam dar testemunho do que vem acontecendo com relação a isso. Mas não estamos aqui para discutir hoje o problema do Bolsa-Família. Estamos aqui, Senador Flexa Ribeiro, discutindo o problema do salário mínimo, porque se quer diminuir o salário mínimo de R\$375,00, que foi o valor inicialmente estimado, para R\$367,00. O Ministro quer se basear na Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela qual se dá uma garantia de que o trabalhador vai ter o piso salarial baseado nessa regra de que o salário mínimo nunca será inferior ao crescimento do PIB **per capita**. Foi o próprio Governo! Não foi uma imposição do Parlamento, não foi uma lei que tenha sido votada aqui à revelia do Executivo, não. Foi o próprio Governo que concordou, em uma reunião muito ampla, em que estavam presentes, inclusive, o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, o Ministro Palocci. O Ministro Mantega, do Planejamento, não compareceu por estar fora de Brasília. E todos eles concordaram com o fato de que o PIB **per capita** seria a nova regra para calcular o salário mínimo. Mas como piso salarial e nunca, como se quer fazer agora, engessando o salário mínimo em R\$367,00. Portanto, eu faço aqui um apelo ao Ministro Paulo Bernardo, que acompanhou toda a discussão desse patamar que se estabeleceu para o salário mínimo, para que se mantenha o valor de R\$375,00.

O Senador Valdir Raupp, na qualidade de Relator do Orçamento, assegura que o Governo tem condições de pagar, o Governo tem recursos financeiros para garantir esse piso ao salário mínimo.

Portanto, era esse o pronunciamento que eu queria trazer, agradecendo ao Senador Mão Santa...

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador Garibaldi Alves, V. Ex<sup>a</sup> coloca também, com propriedade, a questão do salário mínimo. Lamentavelmente, o sa-

lário mínimo proposto pelo Governo no ano passado não era esse que foi aprovado por ação do Congresso, de R\$350,00, e o Governo acatou um aumento bem superior aos dos anos anteriores, simplesmente porque era um ano eleitoral. Lamentavelmente, para fazer uso eleitoreiro do aumento do salário mínimo. Agora, ano seguinte à eleição, o Governo vem diminuir a proposta que ele próprio encaminha para o Congresso Nacional. Ou seja, ele propõe R\$375,00 e recua para R\$367,00, em um caminho inverso ao que fez no ano passado, quando todos sabemos que os R\$375,00 já são insuficientes, face à regra – como V. Ex<sup>a</sup> colocou – que estaria vigente, de ter um aumento real acima da inflação correspondente ao aumento do PIB.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Do PIB **per capita**.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – PIB **per capita**.

Não podemos deixar, aqui no Congresso Nacional, que o Governo tenha êxito na sua proposta de prejudicar os trabalhadores brasileiros. Tenho absoluta certeza, e V. Ex<sup>a</sup> já disse, que o Senador Valdir Raupp, como Relator, disse que o orçamento dispõe dos recursos necessários para atender os R\$375,00. Que assim o seja para minimizar as dificuldades de milhões de brasileiros que dependem desse salário mínimo insuficiente.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> colaborou enormemente para que o meu discurso pudesse ter uma conclusão positiva. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

É estranho. De R\$367,00 para R\$375,00, temos aí – não sou muito bom de conta, mas essa é fácil de fazer – uma diferença de R\$8,00. É uma pena que se faça um cavalo de batalha enorme em uma hora dessa. O Presidente obteve uma grande vitória. Foi consagrado nas urnas. O Presidente, que é um trabalhador, vem reduzir o salário mínimo do trabalhador. Que vitória é essa? Será que a vitória foi do Presidente Lula ou dos trabalhadores? A vitória teria de ser dos trabalhadores. A vitória do Presidente Lula deveria significar a vitória dos trabalhadores. Não é a vitória de um projeto pessoal nem mesmo de um projeto de um partido: é a vitória dos trabalhadores deste País, representados na Presidência da República por Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, Sr. Presidente, é profundamente lamentável que venha um orador a esta tribuna para dizer que o Governo está reduzindo o salário mínimo de R\$375,00 para R\$ 367,00. Será que o Governo não tem recursos? Mas não se trata de o Governo não ter recursos, porque ele os tem. O Senador Valdir Raupp está dizendo que os recursos estão assegurados.

Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Garibaldi Alves Filho, participei de uma comissão mista do Senado e da Câmara, que analisa o salário mínimo. É evidente que não se trata de uma questão simples pelo impacto que tem nas contas da Previdência, mas é realmente lamentável que estejamos assistindo a mais um engodo, sim, porque o Governo concorda com um aumento real no ano de eleição e, no ano seguinte, já reduz a previsão de aumento. É lamentável que a memória do povo em geral seja muito curta. Passou o ano de 2003 e o de 2004; lembro que em 2005 conseguimos aprovar um aumento maior para o salário mínimo, e o Presidente Lula o vetou. Quer dizer, em 2003, em 2004, em 2005, não podia dar aumento; em 2006, porque havia eleição, podia dar aumento; em 2007, não há eleição, então não se aumenta o salário mínimo corretamente, diminui-se até a previsão inicial. Lamento muito que, mais uma vez, nos decepcionemos com o tipo de prática política. Seguramente, não é essa a prática que interessa para o Brasil, e sim a de que o reajuste possível seja dado, quando puder ser dado, e não apenas em véspera de eleição, para que depois seque a torneira de possíveis reajustes reais para os trabalhadores brasileiros.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

É o caso de dar graças a Deus, porque em 2008 vai haver eleição. Havendo eleição, certamente o salário mínimo vai subir. É uma prática, como V. Ex<sup>a</sup> diz, condenável, estranha. De repente, a lei dirá: quando houver eleição, que se aumente de forma substancial o salário mínimo; quando não houver, que se reduza. Sua Excelência o Presidente da República não poderia permitir isso e deveria impedir. Tenho certeza de que, independentemente de Governo ou Oposição, o Congresso Nacional vai se pronunciar pelo salário mínimo justo de R\$375,00.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Agradeço ao Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a compreensão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Estado do Acre, por permuta com o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, seja ligeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas do que ligeiro, serei expresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu gostaria, antes, de lembrar que V. Ex<sup>a</sup> não indicou sua presença, representando, com a grandeza que lhe é peculiar, o grandioso Estado do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Agradeço a lembrança do Presidente Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É que V. Ex<sup>a</sup> talvez esteja aguardando a presença da Governadora.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero apenas perguntar sobre a ordem em que me encontro para falar como orador inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos no quarto orador inscrito. V. Ex<sup>a</sup> é o décimo primeiro, e ansiosamente o Pará e o Brasil o aguardam. Em seguida, como Líder do PRB, está inscrito o Senador Marcelo Crivella, que também representa Deus aqui.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Que agradece ao nosso querido Carreiro, aquele que é, nesta Casa, o Regimento vivo. Regimento de carne, osso e sangue, o Regimento Interno.

Muito obrigado.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Eu diria, Senador Marcelo Crivella, carne, osso, sangue e inteligência.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, a realidade brasileira dos últimos anos tem-se caracterizado pela obra de engenharia política que o Professor Bolívar Lamounier, com muita propriedade, denominou de “presidencialismo de coalizão” – que o Senador Heráclito às vezes confunde com colisão. Estou brincando, Senador Heráclito Fortes.

A essa configuração não são estranhos nem os governos, nem os partidos brasileiros; quer os da República Liberal de 1946 a 1964; quer os de 1985 para cá, que consumaram o processo de transição política.

“Uma coalizão de partidos” – define a **Enciclopédia das Instituições Políticas**, do Professor Vernon Bogdanor – “é um conjunto de partidos que perseguem um objetivo comum”. E um governo de coalizão, completa o mesmo autor, não é mais que “uma forma específica de coalizão”. “As coalizões de governo são apenas uma forma de coalizão entre partidos políticos. Existem duas outras formas: coalizões *legislativas* e coalizões *eleitorais*”, registra a mesma fonte. O vocabulário político brasileiro estabelece uma distinção entre as duas modalidades. As alianças eleitorais chamam-se entre nós *coligações*, reservando-se o termo *coalizão*, para as alianças políticas que se consumam, quer no âmbito do Parlamento, quer na constituição de governos.

No regime de 1946, o partido majoritário que elegeu o Marechal Dutra, o Partido Social Democrático, conquistou 52,80% das cadeiras na Câmara e 61,9% das do Senado, maioria que lhe permitiria governar folgadamente, sem o concurso de qualquer outra legenda. É fato conhecido, porém, que, ainda assim, logo no primeiro ano de seu governo, em 17 de outubro, o Presidente consumou uma coalizão parlamentar e de governo com o Partido Republicano, do ex-Presidente Arthur Bernardes, quando a pasta da agricultura foi destinada ao Deputado mineiro Daniel de Carvalho, nela substituindo o udenista Neto Campelo, que em 1947 concorreu sem sucesso ao Governo de Pernambuco, por meio de uma coligação que incluía, além da UDN, o PDC e o Partido Libertador, de Raul Pila.

Na segunda legislatura, em 1950, as coligações eleitorais somaram 22,13% dos votos, proporção que subiu, progressivamente, para 27,01% no pleito de 1954, para 35,94% em 1950 e para 48,26% em 1962, a última eleição antes do regime militar. Não fosse o golpe de 1964, a eleição de 1966 seria calcada na escolha de mais de metade dos Deputados por coligações eleitorais. Tal como as coligações, as coalizões de governo tornaram-se, a partir de então, também inevitáveis.

No Governo do Presidente Getúlio Vargas, os dois partidos que lhe davam sustentação, o PSD e o PTB, lograram, juntos, 53,62% dos assentos na Câmara Baixa. Quando veio a crise de 1954, é do domínio público o destino que a história lhe reservou. Não é difícil supor que fim estaria reservado ao Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, num cenário em que o seu partido logrou não mais que 21,17% da Câmara; e o PTB, que em coligação lhe deu o Vice-Presidente, apenas 15,03%, somando 36,20% do total das cadeiras.

O Partido Republicano, que também participou da coalização do governo, representado pelo ministro da Educação Clóvis Salgado, dispunha apenas de 2,69% dos assentos, correspondendo a apenas sete deputados. Não fora a dissidência do PSP, o quarto partido em número de deputados, com 9,35% em número relativo dos assentos e 24 representantes, dificilmente o presidente teria concluído o seu mandato, depois de enfrentar duas sucessivas rebeliões militares de oficiais da Aeronáutica.

A ruptura que se consumou em 1964, começou a se desenhar nas eleições parlamentares de 1958 e no pleito presidencial de 1960, quando Jânio se elegeu. Embora o número de partidos com representação na Câmara tivesse baixado de doze para dez, nenhuma das legendas conseguiu atingir nem 22% das cadeiras. O maior partido, ainda o PSD, teve 21,17% do total e o segundo, o PTB, 14,11%. A UDN, que lhe deu sus-

tentação eleitoral e parlamentar, contava com apenas 13,19%. Senador Mão Santa, esse foi o panorama político com o qual Jânio teve que conviver, não sendo de se estranhar que não tenha logrado governar mais de sete meses, período em que jamais chegou a dispor de maioria no Congresso Nacional. A geografia parlamentar de João Goulart, que o sucedeu, era ainda mais pulverizada. O seu partido, o PTB, já o segundo da Câmara, conquistou 13,45% das cadeiras, representando 63 deputados, e o PSD, que não o apoiou integralmente, apenas 19,32%, ou seja, 79 representantes. O resultado é o que a Nação conhece: renúncia e 21 anos de regime militar.

O quadro político pós-regime militar não tem sido diferente. O presidente José Sarney governou com o suporte da Aliança Democrática, que não só o elegeu com a maioria absoluta do Colégio Eleitoral, entre 1985 e 1986, como também teve o apoio da mesma coalizão a partir de 1987, quando tomou posse a Legislatura eleita em 1986. Naquele pleito, o PMDB e o PFL do Senador José Agripino conquistaram 77,6% das vagas na Câmara dos Deputados, ou seja, 378 de 487 deputados, correspondendo a 79,4% dos assentos daquela Casa do Congresso Nacional. Não é preciso lembrar que, com um governo apartidário, com apenas três ministros filiados que não representavam os partidos a que pertenciam – o da Justiça, Bernardo Cabral, integrante do PMDB, e os da Educação e da Saúde, Carlos Chiarelli e Alcení Guerra, ambos do PFL –, o destino reservado ao governo Collor tenha sido o que todos nós conhecemos, culminando, como no caso de Jânio, com o afastamento do presidente, seguido da renúncia e de sua substituição pelo vice-presidente Itamar Franco. O governo Itamar Franco conheceu não só o maior número de titulares de ministérios relativamente a seus antecessores, como também abrangeu a maior coalizão já formada entre os partidos então representados no Congresso Nacional. Governos de coalizão foram também os relativos aos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. No primeiro, de 1994 a 1998, três dos partidos que o apoiaram, total ou parcialmente, como foi o caso do PMDB, dispunham de 50,1% das cadeiras e os que lhe deram suporte ocasional nas propostas mais relevantes de sua plataforma política contavam com mais 23,1% dos votos, o mesmo ocorrendo durante o segundo mandato, de 1998 a 2002, quando coalizão similar se reproduziu no Congresso.

Não é de estranhar que, em qualquer dos seus sucessivos mandatos, tenha sido o presidente da República que mais emendas constitucionais logrou aprovar, inclusive a da reeleição, instituto jurídico de que Sua Excelência foi o primeiro mandatário a se beneficiar.



Em 2003, quando presidente Lula ganhou as eleições em seu primeiro mandato, era natural e previsível que, logrando seu partido conquistar apenas 17,74% das cadeiras da Câmara, onde nada menos de 19 legendas estavam representadas, a busca da viabilidade política de seu governo se lograsse pela via de uma ampla coalizão parlamentar. Os métodos heterodoxos de buscar a maioria no Congresso, contudo, comprometeram gravemente seu governo. Mesmo que os métodos escolhidos não tenham afetado a popularidade do presidente nem tenham contaminado a maioria do eleitorado que lhe deu a reeleição, é justo esperar que o caminho para garantir suporte político e partidário de seu segundo governo siga outros caminhos.

Coalizões de governo são correntes e corriqueiras nos regimes parlamentares. São freqüentes e usuais nos países que adotam sistemas eleitorais proporcionais, que geram, necessariamente, o pluripartidarismo, de que são exemplos históricos, entre tantos outros, os casos das democracias exemplares da Holanda e da Bélgica. Executivos monopartidários tornam-se cada vez mais raros em todo o mundo e seguem o modelo vigente em um dos dois únicos sistemas bipartidários do mundo, de que o melhor exemplo são os Estados Unidos.

Coalizões, como ensinam os especialistas, se assentam em dois pilares básicos: idéias e interesses. Para tanto, é indispensável que as idéias se expressem em projetos, programas e propostas, e que os interesses sejam legítimos. Aqui vale lembrar a lição do mestre de tantas gerações, o professor Norberto Bobbio, de que a ilegitimidade dos meios contamina a legitimidade dos fins. Buscar apoio político, partidário e parlamentar por meios ilegítimos contamina necessariamente os fins que deveriam justificar o apoio desejado. O Presidente Lula tem o direito e, diria mesmo, o dever de viabilizar o seu governo através do apoio partidário e do suporte parlamentar das respectivas bancadas na Câmara e no Senado. Se a busca desse acordo não se fizer em torno de idéias claras, projetos objetivos e programas públicos, indicando os meios com que materializá-los, o risco é que esse caminho tenha a justificá-lo apenas interesses pessoais, vantagens particulares ou proveitos próprios. Isso pode ser tudo, Sr. Presidente. Pode até ser chamado de negociação, nunca de coalizão, de acordo político nem de sustentação parlamentar.

Se sua intenção é que a economia cresça 5% ao ano a partir de 2007, já que, segundo o ministro Mantega, estão dadas todas as condições para tanto, o Presidente deve tornar claros e públicos os meios, instrumentos e modos de que vai se utilizar para tanto, assumindo o compromisso público de cumprir a meta

prometida mas não lograda nos últimos doze anos. Nem eu, e suponho que ninguém, nesta ou na outra Casa do Congresso, negará o seu voto a qualquer das medidas para tanto necessárias. Mas se isso implicar confisco, aumento da carga tributária, supressão de direitos ou aparelhamento do Estado por amigos, cor-religionários e integrantes de partidos aliados, nenhum governo se legitimará, por mais amplos que sejam seus compromissos com esta ou aquela legenda, com esta ou aquela influência, por mais notória que seja, aqui ou na Câmara. Se o desenvolvimento do País for apenas o “espetáculo do crescimento”, um mero *slogan* já anunciado, já prometido e não cumprido até hoje, parece-me, Sr. Presidente, que nem este nem nenhum outro governo se legitimará quer ante a opinião pública do País, quer perante o eleitorado brasileiro.

O aumento dos investimentos públicos em infraestrutura de rodovias, portos e aeroportos do País, para tornar auto-sustentável nosso crescimento e aumentar nossa participação no comércio mundial, não se fará apenas com “vontade política” ou meras declarações de intenções. É preciso conter os gastos correntes, racionalizar a administração, simplificar o sistema tributário, evitando mantê-lo regressivo como hoje, e pôr fim à guerra fiscal através de um amplo acordo que abranja, sem prejudicá-los, os Estados e os Municípios.

O País requer uma guerra de várias frentes, contra dois males endêmicos. A primeira, contra a burocracia que inferniza a vida dos cidadãos e tolhe os empreendimentos produtivos, afetando a racionalidade do serviço público, a lógica e o bom senso comum. A segunda, contra todas as formas insidiosas de sonegação fiscal, de corrupção, de apropriação indébita e de violações éticas de qualquer natureza. Para isso é preciso dar efetividade à reforma do Judiciário, que, durante mais de uma década de tramitação no Congresso, ainda não mostrou a que veio. Fui o único membro desta Casa a votar contra essa reforma, ressaltando em minha declaração de voto que a julgava insuficiente, pois, mais do que uma reforma do Judiciário, necessitávamos, como continuamos necessitando, de uma reforma da Justiça. A segurança jurídica é um dos primados necessários do Estado de Direito democrático. E essa segurança deve se estender ao âmbito da disputa eleitoral, da vida política, da vida pública e, por fim, da própria vida comunitária, sem a qual não é possível cultivarmos as virtudes cívicas dos cidadãos.

Faço esta profissão de fé, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, porque a porção majoritária do meu, do nosso partido, o PMDB, conforme é público e notório, pretende integrar a frente parlamentar de apoio ao Governo, como de resto tem feito na atual legislatura e provavelmente continuará a fazer durante a que se



instala em 1º de fevereiro. Melhor seria que mantivesse posição de independência. Digo isso porque prezo a perspectiva de participarmos das próximas eleições com candidatos próprios à Presidência da República e aos Governos estaduais. E a experiência tem mostrado que a participação do PMDB em coalizões de governo tem comprometido tal perspectiva, como ocorreu no recente processo eleitoral, no qual o Partido deu as costas a uma candidatura nacional.

Por outro lado, parece que os graves erros cometidos até agora não serviram para correção de rumos e procedimentos. O envolvimento da Petrobras num suspeito esquema de financiamento indireto de campanhas envolvendo milhões recoloca, na ordem do dia, questões éticas que julgávamos superadas. Além disso, o anúncio, pelo Presidente da República, de que só tratará da composição do novo Ministério após a eleição das Mesas da Câmara e do Senado nos autoriza a supor que a pretendida coalizão se dará meramente em torno de interesses, sem levar em conta idéias que possam mudar a face deste querido País. De mais a mais, tratar o Poder Legislativo como se fosse um ministério a mais na partilha do poder é atitude que apequena o Parlamento e não contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Por isso, Sr. Presidente, optei por guiar-me por minha consciência e minhas convicções, como até agora tenho feito invariavelmente, em minha curta trajetória de detentor de mandato popular, sofrida e muito combatida, mas da qual não me arrependo. Estarei em sintonia com outros combativos Senadores do PMDB, atuais e futuros, para, juntos, apoiarmos as medidas que sejam importantes para o País e trabalharmos para o fortalecimento deste Partido que precisa se reencontrar com o povo brasileiro em torno de um grande projeto nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PFL – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre, consultando a lista de oradores inscritos, convido a usar da palavra a Senadora do PSDB do Estado de Goiás, Lúcia Vânia; e, em seguida, o Senador Delcídio Amaral, do PT do Estado do Mato Grosso do Sul.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem direito a usar a tribuna por dez minutos, mas como dez é a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece, V. Ex<sup>a</sup> jamais será cortada.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna, esta tarde, para trazer à consideração dos

Srs. Parlamentares um tema que considero da maior importância. Participei, esta manhã, da audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que debateu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Foi, com certeza, um dos eventos mais importantes da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência que o Senado Federal realiza. E é por esse motivo que venho ao plenário falar sobre o tema que tanto me preocupa e que diz igualmente respeito às pessoas portadoras de deficiência.

Trata-se do impasse criado por recurso apresentado pelo Governo, na Câmara dos Deputados, a projeto de lei de minha autoria, aprovado por unanimidade nesta Casa. O projeto que apresentei tem por objetivo tornar a equoterapia, recurso terapêutico na recuperação de pessoas portadoras de deficiência, disponível pelo SUS. Até hoje, somente os deficientes cujas famílias podiam pagar pelo tratamento tinham acesso a essa terapia alternativa.

O texto aprovado no Senado teve sua redação final acordada com o Ministério da Saúde, através da Coordenadora da Área Técnica daquele Ministério, a Dr<sup>a</sup> Sheila Miranda.

O projeto volta-se principalmente para o universo infante-juvenil, que no Brasil abrange cerca de 10 milhões de pessoas com idades abaixo dos 18 anos, em todas as áreas de deficiência. Com sua sanção pelo Presidente da República, o SUS poderá fazer convênios com vários órgãos como: Exército, polícias militares, sociedades rurais e hípicas, cujos integrantes já têm experiência com a utilização de equinos e poderão ser treinados para o atendimento de deficientes.

A equoterapia é reconhecida desde 1997 pelo Conselho Federal de Medicina como um recurso terapêutico importante na recuperação de pessoas portadoras de deficiências. Sua prática constante contribui para desenvolver o tônus muscular, a flexibilidade, o relaxamento, a coordenação motora ampla e fina, aumentar o equilíbrio e a correção postural.

O aluno de equoterapia ganha em socialização, em autoconfiança, auto-estima e afetividade. Ele aprende a ter limites e a observar regras, uma vez que na interação com o animal é preciso obedecer a certos procedimentos. Com o desenvolver da atividade, aumentam a atenção e a concentração, importantes para o desempenho escolar.

Em cada sessão de equoterapia, a pessoa executa de 1.800 a 2.200 deslocamentos tridimensionais do corpo, o que permite o estímulo e o aguçamento das sensações e percepções tanto do cérebro quanto do sistema muscular.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na Câmara dos Deputados o projeto tramita com o número 5.499/2005. A princípio, sua tramitação deveria ser conclusiva nas Comissões, ou seja, não passaria pelo plenário daquela Casa. Foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu pareceres favoráveis.

Nas duas Comissões, o PL foi aprovado por unanimidade. Ou seja, o Governo teve duas oportunidades para discutir em detalhes o projeto, mas sua própria base votou favoravelmente. No entanto, no final de maio de 2006, quando os pareceres dessas Comissões foram lidos em plenário, abrindo prazo para recursos, o Deputado Arlindo Chinaglia (PT – SP) apresentou um recurso para apreciação da matéria em plenário.

É bem verdade que a pauta da Câmara está obstruída pela enxurrada de medidas provisórias há vários meses, desde antes das eleições, mas tudo indica que não há vontade política do Governo em votar a matéria.

Meu apelo é no sentido de que os signatários do recurso retirem as assinaturas ou, quando menos, que o Projeto de Lei seja incluído na Ordem do Dia da Câmara para que seja votado em seguida.

Não posso acreditar que o Governo pretenda votar contra um projeto de lei que tem por objetivo, tão-somente, garantir um recurso terapêutico já comprovado como altamente benéfico para portadores de deficiência e pessoas que sofreram traumas por acidentes.

O próprio texto do projeto em tramitação explicita que: os serviços especializados em reabilitação e habilitação integrantes da rede SUS, da rede própria, contratada ou conveniada, observadas as especificidades, colocarão à disposição, entre outras terapias, o recurso terapêutico de equoterapia para habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência.

Não há impacto financeiro e sim adequação orçamentária, para fazer valer os direitos básicos dos portadores de deficiência previstos na Lei nº 7.853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social.

Ou seja: o projeto não cria a obrigatoriedade e sim a possibilidade para que esse serviço seja ofertado pela rede pública.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que a má vontade do Governo em aprovar esse projeto de tanta importância, principalmente para as famílias mais pobres, decorra do fato de a autora ser uma Parlamentar de Oposição. Em um Governo com tanta facilidade para aparelhar o Estado, principalmente nas áreas sociais, faz-me pensar que a dificuldade na aprovação de um projeto social importante, referente à saúde da pes-

soa portadora de deficiência, deve-se a um capricho político-partidário.

E é muito triste vermos isso acontecer quando comemoramos a II Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, com a realização de várias palestras, a adequação do Senado da República para locomoção dos portadores de deficiência, que agora têm acesso a todas as dependências, inclusive à biblioteca e ao plenário, num gesto de humanidade e de respeito aos direitos humanos demonstrados por esta Casa e por seu Presidente, o Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, ficam aqui minhas palavras e meus cumprimentos para os organizadores da II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Espero que o meu pronunciamento seja ouvido pela Casa Civil e que seja liberada a aprovação deste projeto importante para a sociedade.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

Regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> tem direito a usar a tribuna por dez minutos.

Antes, porém, Senador Heráclito Fortes, sentimentos honrados em anunciar a presença, na tribuna de honra, do Prefeito José Nordeste, acompanhado de importantes lideranças do nosso Piauí.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes do início da fala do Senador Delcídio Amaral, gostaria de registrar a presença de um grupo de jovens que formam o PSDB Jovem do Estado de Goiás, notadamente da cidade de Goiânia. Trata-se de uma que muito nos honra.

Muito obrigada.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, primeiro, um registro que não poderia deixar de fazer. Na semana passada, eu disse que todos nós estávamos orando muito pelo Senador Ramez Tebet e, no sábado, infelizmente, nós o perdemos. Todo o País, o Senado e o meu Estado, Mato Grosso do Sul, ficaram de luto, porque perdemos uma grande liderança, um homem digno, um homem descente, um homem de bem, com uma folha de serviços prestados não só ao nosso Estado, como ao Brasil.

Fui o signatário do requerimento propondo uma sessão específica para que todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs.

Senadores pudessem falar sobre o nosso querido Ramez Tebet. Infelizmente, em função dos atrasos nos aeroportos, não cheguei a tempo de, naquela sessão, também me associar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que aqui se pronunciaram sobre aquele homem extraordinário que foi o Senador Ramez Tebet.

Portanto, aqui da tribuna, deixo meu carinho, meu amor, meu sentimento à família do Senador Ramez Tebet, especialmente à D. Fairte e à Simone – e, em nome desta, aos demais filhos do querido Senador Ramez Tebet. Que eles continuem em frente, tendo-o sempre como referência, como nós também faremos, por tudo que ele representou para o nosso Estado.

Sr. Presidente, quero também registrar que ontem participei de uma audiência pública, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, que foi de extrema relevância. Tratou-se das dificuldades que, infelizmente, os cidadãos e as cidadãs que utilizam empresas aéreas para viajar, para tocar seus negócios, para promover o seu lazer têm enfrentado em nossos aeroportos.

O momento é delicado e exige uma grande atenção de todas as autoridades diretamente envolvidas com a aviação civil. Passamos por uma fase onde muitas modificações estavam sendo introduzidas no setor aéreo nacional; passamos pela crise das empresas de aviação comercial, pela criação da Agência Nacional de Aviação Civil, substituindo o antigo DAC. Diga-se de passagem, esse órgão executou um excelente trabalho, representando a Aeronáutica, no controle aéreo do nosso País. Enfrentamos as atribuições que os investimentos trazem aos aeroportos, evidentemente para melhorar nossas instalações e a qualidade dos nossos aeroportos. E também – por que não? – enfrentamos o problema dos controladores.

Entendo que o principal resumo da audiência de ontem é que tudo aquilo foi fruto de um setor que passava por um processo de transição. Quando houve o triste acidente, a tragédia que trouxe tanta tristeza a muitas famílias, a queda do avião da Gol, precipitou-se uma série de vulnerabilidades de um setor que estava se ajustando ao longo do tempo.

Acredito que uma das principais conclusões da audiência pública de ontem é que temos de enfrentar a questão. Isso é fruto do diagnóstico feito inclusive pelo relatório preliminar da Aeronáutica. Teremos de equacionar de alguma maneira o problema dos controladores, não somente com relação a efetivo mas também à remuneração, além de discutir, com absoluta sinceridade e clareza, qual será a configuração – se civil, militar ou o híbrido que existe hoje – quanto ao sistema que controlará o espaço aéreo brasileiro, principalmente o voltado para aviação civil, até porque

os militares têm, com justa razão, uma operação específica, com outros objetivos.

Inegavelmente, o relatório preliminar da Aeronáutica indica que houve falha de comunicação. Portanto, mais do que nunca precisamos avaliar essas falhas. Há inclusive falhas de comunicação reconhecidas por vários pilotos de diversas empresas aéreas. Não podemos esconder o sol com a peneira. Precisamos ter honestidade de propósitos e procurar realmente aprender com essa grave crise que enfrentamos. E, ao tempo em que equacionarmos essas dificuldades de pessoal, que são os controladores, e tecnológicas, que dizem respeito à questão da comunicação, teremos também, definitivamente, de implantar toda essa rede de instituições que cuidam da nossa aviação civil.

Muitas coisas, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, foram ditas equivocadamente, em especial ao longo das investigações sobre o acidente. Instituições as mais variadas, cujo objeto de sua existência eu entendia muito bem, começaram a opinar sobre coisas graves – e um inquérito como esse, em qualquer país do mundo, é feito de uma maneira sigilosa -, estrangendo, inclusive, a Aeronáutica.

Então, espero que também fruto de tudo isso – e como é um segmento em transição – nós tenhamos a lucidez necessária para promover os ajustes corretos, evitando que esses tristes acidentes ocorram, e não prejudicar aquelas pessoas que usam a aviação comercial para fazer seus negócios, para viajar com a família, para fazer turismo. E acredito, Sr. Presidente, que não vamos equacionar em um curtíssimo prazo essas questões.

Como disse o Diretor-Geral da Anac, Milton Zuanazzi, necessariamente se impõe uma mudança, principalmente dos horários para a aviação executiva, para os vôos *charters*. E vamos ter de fazer uma avaliação dos vôos que já existiam, dos seus horários, das suas rotinas, dos horários de pico, para tentar administrar e não prejudicar principalmente a população que vai se deslocar na ocasião do Natal, do Ano Novo e também nas férias.

Portanto, o Senado Federal cumpriu um papel fundamental e esclarecedor numa audiência de mais de oito horas de duração. Ela foi extremamente importante com relação às informações, mostrando o papel que o Senado Federal cumpriu e cumprirá diante de um momento tão importante para a aviação comercial brasileira, que está sujeita, sobretudo, a todo o desgaste de imagem que possa vir a acontecer, como também aos prejuízos que esses atrasos provocam.

Sr. Presidente, peço um pouco de paciência de V. Ex<sup>a</sup>, pois vim aqui realmente para falar de um outro tema.

Concedo, entretanto, um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, em primeiro lugar, saúdo o seu retorno, que aconteceu desde a semana passada, mas que se consagra agora com este discurso oportuno e, acima de tudo, cheio de informações. As suas intervenções na Comissão, ontem, foram brilhantes.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Ontem, eu fiquei com uma dúvida e não tive tempo de perguntar: V. Ex<sup>a</sup> tem tudo para ter sido um grande piloto numa outra encarnação ou, atualmente, um piloto frustrado, pelo excesso de conhecimento que tem sobre a matéria.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, vamos aprendendo com os nossos companheiros Senadores que têm experiência nesse setor. Como tive o privilégio de ser o relator da matéria que tratava da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovada em uma sessão histórica na Comissão de Infra-estrutura, comandada por V. Ex<sup>a</sup>, eu aprendi algumas coisas.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, como é o meu caso: conheço de literatura. Eu conheço muita versão por ler as revistas. Compro, sou curioso. Considero esse invento de um brasileiro uma coisa fantástica. Aliás, o ex-senador e futuro Governador José Serra tem um cacoeite: toda vez que entra em um avião e levanta vôo ele diz: “Essa invenção é irracional”. Realmente, por tudo que representa, S. Ex<sup>a</sup> tem razão. V. Ex<sup>a</sup> testemunhou, horas a fio, a fragilidade que um País com as dimensões do Brasil vive devido a uma crise que é mais de autoridade e iniciativa do que qualquer outra coisa. As contradições em uma mesma mesa, envolvendo pessoas que dirigem o mesmo setor, são gritantes. A falta de determinação, de liderança e de comando ficou clara. Nós, que, pelas funções, somos obrigados a viver pelo menos duas vezes por semana dentro de um avião, lembramos que estamos lá em cima e o caos aqui em baixo impera. Senador Delcídio Amaral, quando um dos depoentes disse que foram afastados por problemas psiquiátricos ou psicológicos trinta controladores, mas que já estavam todos voltando, eu me preocupei, porque esse é o tipo de crise que a ciência, por mais evoluída que esteja, não consegue cura imediata. Uns casos, com mais rapidez; outros, nem tanto. Em grande parte desses casos, existem recaídas, recidivas. Então, mostra a fragilidade em que o sistema se encontra neste momento. Foi muito importante a permanência nossa lá. E V. Ex<sup>a</sup> voltou aí, começou a falar, e eu fiquei aqui me questionando: será que o povo de Mato Grosso do Sul

errou ou acertou? E eu vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com toda sinceridade: para mim, acertou. Deixou V. Ex<sup>a</sup> aqui nesta Casa, onde V. Ex<sup>a</sup> faria muita falta. Acho que V. Ex<sup>a</sup>, sem nenhuma mágoa, sem nenhum rancor, vai continuar ajudando o Mato Grosso do Sul, que vai tê-lo aqui nesta tribuna, sempre com brilhantismo, tratando de questões nacionais e de questões do seu Estado. Daí por que quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo primeiro ato do pronunciamento, que foi o de solidariedade à família pelo desaparecimento da extraordinária figura de Ramez Tebet. V. Ex<sup>a</sup> imagina eu sentado aqui, sentindo um vazio. Éramos vizinhos, e a este vazio aqui ainda não me habituei. Aliás, as pessoas que nos são caras dificilmente desaparecem da mente, do reflexo mental de maneira rápida. Você sempre raciocina que, em qualquer esquina, a qualquer momento, vai reencontrar e depois se lembra que, infelizmente, não é mais possível. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem disso. Já vivemos traumas nesta Casa de perdas irreparáveis. Eu disse, no dia em que homenageei o Tebet – V. Ex<sup>a</sup> não estava presente, estava fora –, que falei com ele na véspera de viajar, oportunidade em que ele me cobrou o direito de assinar a CPI das ONGs. Infelizmente, não pôde fazê-lo. Vi, nesta Casa, Senador Arthur Virgílio, duas pessoas subestimarem a morte que se aproximava e continuarem a defender, com o mesmo vigor, a causa pública e o País: Teotônio e Tebet. Eu nunca vi uma indisposição. A coisa de que ele menos gostava de falar era da dor, da doença; do que mais gostava era de falar de futuro. Aliás, um espírito fantástico, um guerreiro que, tenho certeza, na hora em que foi chamado, tal qual Ulysses, Teotônio e tantos outros, subiu contrariado. Muito obrigado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Heráclito. Quero somar ao sentimento de V. Ex<sup>a</sup> os meus sentimentos, principalmente no que se refere ao nosso querido e estimado Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço a devida vênua, porque hoje venho a esta tribuna para falar de um assunto muito específico da região do cerrado, específico do meu Estado, Mato Grosso do Sul.

No início da década de 1980, Sr. Presidente, a população do semi-árido do Nordeste era de 20 milhões de pessoas, das quais 2,3 milhões estavam envolvidas diretamente no cultivo de 3,5 milhões de hectares de algodão. Nessa época, a região era um importante centro exportador do produto. Hoje, apenas vinte anos depois, o algodão é responsável por US\$1 bilhão gasto na importação brasileira! Nossa cotonicultura minguou ao invés de crescer.



Em meados dos anos 80, uma praga, o bicudo, alastrou-se pelo Brasil, destruindo completamente as plantações de algodão em boa parte do País. Além disso, no início da década de 1990, a liberalização das taxas de importação, com a abertura dos mercados, fez com que as indústrias passassem a importar a fibra do algodão de outros países, oferecida a preços mais baixos do que a produzida aqui. Como consequência, deu-se o abandono da cultura pelos agricultores, a migração e a favelização nas pequenas e grandes cidades. Seis milhões de pessoas no Nordeste foram afetadas, direta ou indiretamente, por essa crise, em toda a cadeia produtiva.

No final da década de 1990, a população do semi-árido se reduziu para 16 milhões de habitantes, com 250 mil pessoas empregadas no cultivo de 135 mil hectares de algodão. Uma redução drástica de produção, de renda e de empregos, ocasionando o êxodo evidente.

Houve, então, a necessidade de um enorme esforço de soerguimento da nossa produção algodoeira, para que o Brasil recuperasse mercado e reduzisse substancialmente sua posição de importador, quando havia sido, até há pouco tempo, grande exportador do produto.

Partimos rumo a um objetivo: produzir fibra por meio de sistemas de alto desempenho, transformando o País de importador em exportador de fibra. Transformar este ideal em realidade é uma façanha que, talvez, passe despercebida a muitos. Aí começou a expansão da Região Centro-Oeste como produtora de algodão.

O Brasil, no início dos anos 90, não dispunha de infra-estrutura operacional, como maquinário de campo e de beneficiamento de fibra nas regiões potencialmente produtoras. Tampouco dispunha de variedades adaptadas às condições ambientais do nosso cerrado e que atendessem à colheita mecanizada. Assim, as primeiras produções do Brasil Central dependeram de poucos materiais genéticos. Esses materiais eram deficientes em características que atendessem ao exigente mercado consumidor internacional, à colheita mecânica e fizessem frente ao complexo local de pragas e doenças. Apenas nos últimos anos é que número mais expressivo de novos cultivares passou a chegar ao mercado. Ou seja, começamos a visualizar o resultado de um longo ciclo de pesquisas em diversas instituições, que já se estende por mais de dez anos, focado nas necessidades da cotonicultura do cerrado brasileiro.

Ao longo desse ciclo inicial, consolidamos a posição de produtores de fibra de alta qualidade e logramos um espaço no cenário internacional inimaginável no começo dessa jornada. As perspectivas para o futu-

ro próximo são ainda mais otimistas, visto que há um grande potencial de expansão no consumo de fibras de algodão, frente ao crescente custo das fibras sintéticas derivadas do petróleo.

Entretanto, vivemos um momento em que a planilha de gestão do produtor é pressionada: de um lado, custos crescentes de produção em reais e, de outro, a comercialização da fibra em dólares – moeda que sofreu desvalorização. Essa situação ameaça seriamente a competitividade do algodão brasileiro.

Sr. Presidente, estou convencido de que a sustentabilidade do setor depende de mais tecnologia, ou seja, de um contínuo processo de aperfeiçoamento em todo o sistema produtivo. Nesse sentido, avançamos muito. No cerrado, saímos da estaca zero para a condição de expressivo exportador de algodão, deslocando concorrentes como a Austrália em volume comercializado. Contudo, cabe lembrar que o algodão australiano recebe ainda um prêmio de 20% acima do produto brasileiro, por força da caracterização da sua fibra como a melhor do mundo pela homogeneidade dos lotes.

Se houve um grande salto rumo à consolidação do Brasil como produtor de fibra de algodão, ousou dizer que este foi apenas um bom começo, pois a continuidade da expansão da cotonicultura brasileira está vinculada à expansão da sua base tecnológica.

As ferramentas de que dispomos somente permitem garantir os níveis atuais de produtividade e qualidade de fibra à custa de um grande aporte de recursos em nutrição vegetal e manejo de pragas.

O custo da produção de um hectare de algodão no cerrado brasileiro, que representa 80% da produção nacional, varia entre R\$3.500,00 e R\$4.500,00. Entre os componentes do custo, destacam-se o controle de ervas daninhas, que oscila entre R\$390,00 e R\$510,00, e o controle de insetos pós-plantio, que varia entre R\$946,00 e R\$1.300,00. A soma desses fatores corresponde a cerca de um terço do custo total da produção.

De fato, Sr. Presidente, as novas tecnologias que começam a chegar ao Brasil precisam reorientar-se, deslocando seu foco para o interior da semente: desde as sementes que permitem uso seletivo de herbicidas totais ou que minimizam a fitotoxicidade dos programas de manejo de plantas daninhas, atualmente em uso, até as sementes que produzem, autonomamente, defesas biológicas contra pragas. Essas alternativas nos conduzem a um cenário mais promissor do que a atual realidade do cultivo de algodão, desde que tomemos as decisões políticas corretas e tempestivas.

De fato, a busca de novas tecnologias **versus** a lentidão regulatória tem levado os produtores a ações

individuais que podem pôr em risco o processo produtivo e a evolução da qualidade da nossa fibra.

Já estamos com atraso em relação aos países competidores no que se refere às novas tecnologias para o campo. Entretanto, o uso inconseqüente dessas tecnologias não garante por si só a sustentabilidade dos nossos sistemas produtivos. Mais do que um gene, precisamos de variedades de elite com este gene em sementes puras. Na verdade, apenas iniciamos a geração de cultivares mais bem adaptados ao cerrado brasileiro.

O desenvolvimento tecnológico, Sr. Presidente, da cultura de algodão é condição essencial para sustentar e expandir a produção de fibra no cerrado, fundamentalmente em qualidade, para o seu melhor desempenho na indústria – cliente e usuária do nosso produto.

Somente com ações integradas de todo o setor algodoeiro do País poderemos maximizar o acesso a novas tecnologias e novos cultivares, garantindo, dessa forma, o crescimento da nossa cotonicultura e a inserção sustentável do Brasil no mercado internacional como produtor de fibra.

De acordo com um estudo conduzido por pesquisadores do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC), é possível antever que os países que passaram a adotar o plantio de algodão transgênico depois de 2001 deverão impactar de forma significativa o mercado mundial de algodão até 2009.

A avaliação usou como base os quatro países que lideravam a produção de algodão transgênico em 2001: Estados Unidos, China, Austrália e África do Sul, um bloco que atingiu a produção, Sr. Presidente, de 8,94 milhões de hectares na safra 2004-2005, quando os países que vinham a seguir nesse *ranking* – Índia, México e Brasil – ainda não dispunham de liberação para o plantio comercial do algodão transgênico. Apesar de o Brasil prever uma produção de 1,2 milhão de toneladas para a safra 2005-2006, a Índia parece caminhar mais rapidamente para a disputa das primeiras posições no *ranking*. A previsão é de que, já na safra 2006-2007, aquele País alcance a produção de 4,7 milhões de toneladas de algodão, e tenha à frente apenas a China, com uma produção de 6 milhões de toneladas por ano.

Atualmente, existem três variedades de algodão transgênico em uso nos países produtores de algodão: o resistente a herbicidas, o resistente a insetos (algodão Bt) e, ainda, o dotado das duas características (algodão resistente a insetos e a herbicidas). Estados Unidos e Austrália podem utilizar todas essas variedades. Brasil e Índia só utilizam um tipo de algodão transgênico resistente a certos insetos (o tipo Bt), e

aguardam ansiosamente a liberação comercial do algodão transgênico resistente a herbicidas e a outras famílias de insetos.

Se a burocracia brasileira continuar a emperrar o avanço da tecnologia para o algodão, perderemos nossas vantagens competitivas. Essa é a opinião dominante no setor produtivo de algodão.

Sr. Presidente, o estudo do Banco Mundial e da OMC é mais um alerta para as autoridades brasileiras. Os novos transgênicos, prontos para uso comercial no Brasil, continuam na fila de aprovação da CTNBio e, enquanto isso, vamos perdendo terreno. Lembremos de que, na agricultura, existem os períodos certos para o plantio. Uma variedade aprovada hoje só estará disponível para o plantio na próxima safra. E, ainda assim, precisaríamos de sementes suficientes. Ou seja, é preciso haver planejamento para que o agronegócio possa ser produtivo.

Sr. Presidente, 10 anos já se passaram desde que o primeiro algodão transgênico foi lançado nos Estados Unidos. Se o Brasil tivesse sido um dos primeiros a aprovar o seu emprego, e o produto tivesse sido plantado em área de meio milhão de hectares, admitindo que a receita adicional anual por hectare para os agricultores tivesse sido de apenas R\$340,00, a economia que o País teria conseguido, em números extremamente conservadores, seria de R\$1,7 bilhão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma fortuna para um País carente de recursos para investimentos como o nosso.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a produção do algodão no Brasil, como, aliás, de todos os produtos assemelhados, não pode ser limitada pela lentidão na aprovação de insumos tecnológicos mundialmente aceitos e utilizados por nossos principais concorrentes. Se não somos ainda os geradores dessas novas tecnologias, temos a obrigação de, enquanto não chegarmos lá, absorvê-las o mais rapidamente possível para assegurar a nossa inserção no mercado mundial em posição de competidores qualificados.

Isso, Sr. Presidente, é ter visão estratégica; é agir em prol do País e do seu progresso econômico e social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

*Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Delcídio Amaral, pena que o pensa-

mento e o conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> sejam suficientes para que não possa ser Ministro.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores; Senhoras e Senhores aqui presentes; Senhoras e Senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje, eu gostaria de festejar, com os meus companheiros, o Dia de Ação de Graças, que, segundo a lei brasileira, é comemorado na quarta quinta-feira do mês de novembro.

O Dia de Ação de Graças teve origem na América do Norte com os colonos ingleses que, depois de um inverno rigoroso, sofrendo com o frio e a fome, trouxeram as primeiras colheitas em agradecimento a Deus por haver permitido que eles sobrevivessem.

Em 13 de dezembro de 1621, o Governador William Bradford institui essa data comemorativa em Massachussetts. A 26 de novembro de 1789, o primeiro Presidente americano, Jorge Washington, proclamou essa data, ficando, portanto, escolhida a última quinta-feira de novembro para expressar a gratidão nacional.

Assim foi também na época de Castello Branco. O dia que o nosso País comemorava o Dia de Ação de Graças era na última quinta-feira de novembro. Para não coincidir com o feriado americano, uma outra lei o trouxe para uma semana antes, portanto, hoje, a data comemorativa do Dia de Ação de Graças.

Sr. Presidente, neste dia em que comemoramos o Dia de Ação de Graças, Senador Edison Lobão, relembro uma passagem muito bonita, que está nos quatro Evangelhos: o da multiplicação do pão e do peixe, que pode, perfeitamente, simbolizar esse dia.

Contam os Evangelistas que, depois de três dias de mensagens, no Monte das Bem-Aventuranças, o Senhor Jesus, disse aos discípulos que não queria despedir-Se da multidão sem lhes dar o pão. Um dos discípulos, disse-Lhe: “Senhor, são milhares; são cinco mil pessoas. É impossível alimentar a todos”. Então, Jesus, perguntou-lhes: “O que vocês têm?” Disseram-Lhe: “Temos cinco pães e dois peixes”, era tudo o que um menino presente àquele evento tinha. Diz a Bíblia que o Senhor, tendo pegado aquela oferta, deu graças, e houve o milagre da multiplicação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse é o espírito do dia que celebramos hoje: aprendermos a dar graças ao pouco. Cinco pães e dois peixinhos eram completamente insuficiente. No entanto, quando conseguimos entender que as grandes coisas começam

pequenas, quando as pessoas aprendem a aplicar o coração no pouco que têm, acabam fazendo com que isso se multiplique.

Sr. Presidente, não há, em nenhuma página da Sagrada Escritura, o registro de Deus agradecendo a um profeta, a um enviado seu; ou Cristo dizendo a um discípulo: “Muito obrigado”. Não há nenhuma passagem em que Cristo tenha dito “muito obrigado”. Porque talvez, Sr. Presidente, dar graças, agradecer seja muito mais do que palavras. Se não há o “muito obrigado”, há os gestos do sacrifício da cruz; da benção; do ensino com a própria vida, o exemplo. Talvez aí esteja a lição do Dia de Ação de Graças. Se um simples motorista, uma pequena auxiliar do lar, um operário, um pedreiro, um carpinteiro, um servente, um trabalhador, por mais humilde que seja, entender o princípio da multiplicação do pão e do peixe, que é dar graças ao pouco, aplicar e dar o melhor de si mesmo quando aquilo que temos nas mãos é insuficiente para as nossas necessidades, certamente vamos criar novamente o milagre da multiplicação. Esta é a grande lição do Dia de Ação de Graças, que, nos Estados Unidos, é um feriado nacional de grande relevo, a ser comemorado na semana que vem.

Portanto, hoje, Sr. Presidente, no Brasil, gostaria de relembrar a data. Creio que o nosso País, na fase que atravessa, precisa voltar a buscar as suas tradições cristãs ocidentais, os seus valores, a sua espiritualidade. Meu Deus, nós construímos tantos presídios, nós temos elevados índices de violência em nosso País... Penso que precisamos falar mais da Bíblia, construir mais igrejas, nos reunir para meditar sobre os ensinamentos de Cristo, e celebrar dias como este em nosso calendário.

Senador Edison Lobão...

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Permita-me, Excelência?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Crivella, cinco pães e dois peixinhos, em verdade, seriam insuficientes para alimentar cinco mil pessoas, não se tratasse do Divino Espírito Santo. Para Ele, tudo era possível. E a demonstração que se fez ali foi no sentido de que a Bem-Aventurança estará presente sempre, quando o coração é grande e a alma maior ainda. O Dia de Ação de Graças é um dia que todos nós deveremos reverenciar. Aqui, no Brasil, oficialmente, se faz isso por intermédio do Ministério da Justiça. Além de outras comemorações que são feitas pelos próprios religiosos, pelos cristãos de um modo geral. Eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por trazer este assunto, em uma tarde de quinta-feira, ao Senado da República. O Evan-

gelho deveria ser o livro a ser exibido toda semana por um de nós nas sessões do Senado Federal. Isso feito, nós teríamos sempre a boa orientação, que é a que nos oferece Jesus, Nosso Senhor.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Senador Edison Lobão, peço que sejam incorporadas essas palavras ao meu pequeno pronunciamento, Sr. Presidente.

Termino, dizendo que o milagre da multiplicação foi o agradecimento. Quando agradecemos o pouco que temos, aquilo se multiplica. E quero deixar essa mensagem de esperança aos brasileiros, sei que muitos deles têm muito pouco, lutam para sobreviver.

Mas, se formos bons pedreiros, bons carpinteiros, bons motoristas, certamente, veremos – os mais humildes brasileiros –, em nossas vidas, multiplicar o pão, sustentaremos nossas famílias e viveremos uma existência agradável, independentemente de sermos ricos ou pobres.

Quero usar este dia para agradecer ao povo brasileiro; ao povo do meu Estado, pelo mandato que me confiou; agradecer a Deus pela vida, pela saúde, pela família, aos companheiros pelo tanto que me ensinam; ao Presidente Lula, que tem lutado por um Brasil melhor, por suas políticas de inclusão social; enfim, agradeço a Deus, do fundo do meu coração, pela vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB

– ES) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Efraim Morais.

Em seguida, falará o Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se eu soubesse, falaria depois do Senador José Agripino, porque, certamente, eu teria ensinamentos a absorver, não só da brilhante oratória de S. Ex<sup>a</sup> mas, sobretudo, da densidade com que dá fundo à bela forma com que se expressa para o povo brasileiro desta tribuna, que é a sua casa mais natural.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador José Agripino, fico espantado quando percebo que o regime autoritário talvez tenha deixado um certo ranço tanto naqueles que o defenderam quanto naqueles que, como eu, o combateram durante os 21 anos de sua vigência. Eu sempre digo de mim para mim e digo de mim para os meus companheiros que o torturador é um monstro porque tortura, mas o torturado também adoce o torturado. O torturado fica com uma marca que o leva à enfermidade psicológica durante algum tempo. Ele precisa de tratamento depois, porque, violentado como foi, tende a, quem sabe, se en-

caminhar para uma certa visão maniqueísta do mundo. Do mesmo modo, os que combateram e os que não combateram o regime autoritário, os da minha geração, da geração de V. Ex<sup>a</sup> e da geração do Senador Eduardo Suplicy, todos podemos ter ficado com uma certa marca autoritária, uma certa tendência de, em algum momento das nossas vidas, dizermos: “Olha, eu sou bom, eu presto e aquele que está contra mim não presta”. Confundir as idéias do outro com a sua essência, com a sua personalidade.

Digo isso porque eu era seu colega, Senador Eduardo Suplicy, e... De quantos minutos disponho, Sr. Presidente? Sr. Presidente, creio que marcaram o tempo com equívoco. (Pausa.) Eu era seu colega e Vice-Líder da Bancada do PMDB. Quando o Líder era o inesquecível e imortal Freitas Nobre, eu fiquei, por algum tempo, como Líder interino do Partido, durante uma viagem de Freitas.

Apareceu à minha frente uma jovem líder médica, hoje uma política de renome nacional, a ex-Deputada, ou ainda Deputada Jandira Feghali. Ela queria que eu a acompanhasse ao Palácio do Planalto para forçar uma audiência entre os grevistas do setor saúde e o Presidente Figueiredo, que eu sabia que não iria receber quem quer que fosse àquela altura – se recebesse, não era autoritário; sendo autoritário, não receberia –, quando nada que fôssemos recebidos pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu.

Eu achava que tampouco Leitão de Abreu iria receber a mim, a Jandira Feghali e aos demais líderes daquele movimento. E havia toda uma massa de manifestantes, que nos acompanharam até lá. Chegando lá, Leitão de Abreu disse que atenderia ao Deputado, atenderia ao Líder do PMDB, mas não atenderia aos grevistas. E eu disse que teria pouco sentido eu subir para falar com ele, porque eu não dominava a fundo as reivindicações, então que ele permitisse que subíssemos eu, Jandira e mais um ou outro. Ele disse que não. Nós voltamos e foi feito aquele ato, aquela manifestação contra o autoritarismo, enfim.

Aquilo para o que chamo a atenção, Senador José Agripino, Senador Eduardo Suplicy, é o fato de que, naquele momento, tudo o que Jandira Feghali queria com os seus companheiros, era que o poder autoritário se abrisse para o diálogo, e o pressuposto fundamental da democracia é o fato de que, dentro dele, supostamente as pessoas podem dialogar. Eu estranhei porque estava em uma circunstância em que, imagine se digo ao Presidente da República, naquela tal viagem que fiz com ele de Três Lagoas para cá, se digo que não vou, que não viajo, que não entro.

Eu viajei, tivemos uma conversa política nada oficial e criou-se uma certa celeuma. Para começar e



para repor a verdade, constrangimento no meu Partido: zero ou menos do que zero. Reuni minha banca ontem por quatro horas e esse assunto sequer foi ventilado. Sequer foi ventilado. Falamos de tudo. Quando esgotou o tema político, começamos a esgotar o nosso repertório de piadas porque havia um clima de confraternização entre Senadores companheiros que têm a mesma visão.

Fui muito claro e disse: “Olha, se há uma agenda, não acredito não só que o PSDB dialogue como duvido que qualquer outro partido deixe de dialogar”. Se houver uma agenda. Sem agenda, para quê? Não tem nenhum sentido sem agenda.

Já concedo o aparte a V. Ex<sup>ª</sup>, porque quero, na verdade, fazer uma crítica que julgo necessária e séria a uma atitude que o Governo acaba de tomar ou anuncia que vai tomar. Não vou nem falar das reformas que são tão batidas que até as crianças as citariam. O que se quer saber é qual será a posição do Governo diante de uma reforma ou não da Previdência, de uma reforma ou não do sistema de contratação e demissão de trabalhadores, se desonera ou não desonera a folha de pagamento das empresas, como é que o Governo vai trabalhar mesmo a questão fiscal; como vai trabalhar mesmo a reforma tributária; como vai trabalhar mesmo a reforma política, ou seja, essas reformas que já fazem parte da escalação de time bom. Todos já sabem que se tem de discutir essas reformas, para se saber se há condição de implementá-las ou não e se se quer efetivamente implementá-las ou não.

Mas tenho alguns pontos. Se eu, por exemplo, tivesse de conversar com alguém, diria, com muita clareza, que colocaria a questão ética como prioritária. Não posso imaginar que passe pela cabeça do Presidente Lula repetir, neste Governo de quatro anos que tem pela frente, o que vimos de escândalos, a desmoralizar a imagem do Brasil e os Poderes públicos constituídos na nossa terra. Não posso imaginar isso.

Do mesmo modo, vou sair das macrorreformas, Senador José Agripino; vou falar dessas a que já me referi *en passant* e que fazem parte do cardápio de qualquer conversa que se queira fazer numa Agenda Brasil ou num projeto Conversar Brasil. Diria o seguinte: era hora de o Governo Federal repassar aos Estados a integralidade dos recursos da Cide e também as concessões de rodovias para fins de privatização ou mediante parcerias público-privadas.

Já falei da reforma política. Vou falar agora que, no âmbito do Congresso, vejo que temos de estabelecer nas Leis Orçamentárias, na LDO e no Orçamento Geral da União limites de gastos com cargos comissionados. Vejo ainda que nós, da Oposição, não aprovaremos a LDO, sem que se retire do seu texto aquela **capitis**

**diminutio** para o Congresso, aquele dispositivo que diz que o Orçamento entra em vigor de qualquer maneira, se até tal dia não houve aprovação.

Ora, a principal prerrogativa do Congresso brasileiro ou de qualquer Parlamento do ocidente – falo muito da tradição ocidental, sou até repetitivo nisso, pois somos ocidentais – é aprovar o Orçamento. Não podemos perder esse poder, esse peso que é do Congresso. Se aprova o Orçamento em tempo ou não, se aprova ou não, é o Congresso que tem de decidir isso e arcar com as responsabilidades e até com os ônus da decisão que possa pesar sobre ele.

No Orçamento-Geral da União, refiro-me a se contemplarem, com recursos da Lei Kandir, os Governadores de uma vez só, para que o Presidente abra mão do poder de pressioná-los topicamente, aqui e acolá.

Eu não queria Governadores esmoleres, de pires nas mãos, mas com acertos já feitos; eu queria uma repactuação federativa de uma vez. Queria aprovar o PLN nº 11/06, para atender aos servidores do Judiciário, que precisam desse projeto para ter seu plano de cargos e salários sancionado, o que é muito importante, se quisermos ver o funcionamento correto da Justiça.

No âmbito do Senado, remeto à PEC 59/06, que transfere a arrecadação do PIS/Pasep para os Estados. Essa é uma reivindicação dos nossos Governadores; isso interessa a eles. Remeto à PEC 12/06, que estabelece limites para pagamento de precatórios e favorece os entes públicos nos leilões de títulos.

No âmbito da Câmara dos Deputados, diria que há o PLP nº 380/06, que prorroga até 2011 dispositivo da Lei Kandir – esse é um projeto muito bem elaborado pelo competente Senador baiano, Rodolpho Tourinho. Há, ainda, no âmbito daquela Casa, o PLP nº 123, de 2004, que dispõe sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A Câmara precisa apreciar as emendas do Senado, e me parece até que isso já aconteceu ou está acontecendo hoje – estou desinformado quanto ao detalhe final.

Já falei da reforma tributária. Temos de discutí-la. Não quero que o Governo abra mão de recursos substanciais para custear o País. Sei que o Brasil se custeia de maneira viciadamente cara, mas eu queria que fôssemos capazes de simplificar o processo de arrecadação, para aumentar a nossa possibilidade de arrecadar, aumentando a base dos que pagam. E gostaria muito de ver, satisfeitas certas exigências macroeconômicas, uma sinalização para baixo – e seria a CPMF um instrumento essencial – da carga tributária. Isso já seria um bom anúncio pelo País da sua vocação para a solvência e não para a insolvência.

Mas, muito bem. Vou ouvir o Senador Eduardo Suplicy, para depois dizer, Senador José Agripino, que sinceramente sou uma pessoa – e dizia há pouco a um jornalista da minha terra, que estava ali ouvindo-me – cujo temperamento me faz muitas vezes incompreendido. Quem me vê falar – e, às vezes, de maneira enfática – diz: “Esse homem não gosta de dialogar”. O Senador Eduardo Suplicy sabe que não faço outra coisa nesta Casa, a não ser dialogar. S. Ex<sup>a</sup> sabe que nesta Casa os acordos se costumam e têm passado muito pela minha capacidade – e também do Senador José Agripino – de transigir e de pensar no País. E não é pela nossa omissão, ao contrário, é com a nossa ação que o Senado hoje pode ter o orgulho de dizer que não tem nada pendente na sua pauta. Tudo aqui é votado.

Agora, nesta tribuna, não me peçam que fale de corrupção com sorriso nos lábios; não me peçam que fale de inércia administrativa com sorriso nos lábios. Eu tenho o direito à indignação, à ênfase... E é por isso que queria dizer – e desejo que o Senador Eduardo Suplicy me dê o aparte no inteiro do meu pronunciamento – que estou estarecido com algumas coisas, Senador. E quero dizer isso diretamente ao Presidente Lula, que está falando e que hoje reitera a disposição para o diálogo. Há algumas coisas que me causam espécie: uma é uma coisa tópica.

Um cidadão que trabalhava no Sebrae foi demitido. Ele é pai de amigos dos meus filhos na escola. Como sei que é competente, recomendei ao Senador Antero Paes de Barros que o aproveitasse na Segunda Vice-Presidência, e S. Ex<sup>a</sup> o fez. O Senador Antero, atuante e brilhante como é, atuou muito nas comissões parlamentares de inquérito todas que andaram por esta Casa e pelo Congresso Nacional. S. Ex<sup>a</sup> dizia, Senador Agripino, a esse rapaz, Antônio Carlos, para ir à CPI levar e trazer documento, e assim ele foi visto, inclusive, naquela dos Bingos, em que se discutiu muito a figura do Sr. Paulo Okamoto e aquele tal pagamento das dívidas do Presidente. Pois, muito bem: esse rapaz ganha na Justiça o direito de ser reintegrado no Sebrae, Senador José Agripino; volta, assume, e o Sr. Paulo Okamoto o demite. Não é a forma correta de acenar para a Oposição com o diálogo; não é a forma justa, decente. Isso revela um coração pequeno, uma alma menor e perversa, desrespeito à Justiça e capacidade de vingança.

E queria dar um outro dado. Hoje está aqui uma matéria do João Domingos, do **Estadão**, da Agência Estado, que diz: “Planalto estuda criar secretaria para democratizar a informação”. Suponho que a imprensa neste País é livre. E diz a Suprema Corte Americana que ela não tem que ser justa, mas livre.

Hoje mesmo, meu assessor de imprensa chamou-me a atenção para uma nota grosseira, de uma pequena revista, a meu respeito. Disse-lhe: “Se fosse uma revista maior, eu a processaria, mas a essa não vou nem dar bola: é lixo puro”. Eu teria o recurso de processar a revista, se julgasse que era uma coisa válida. Ou seja, não estou desprotegido diante da imprensa; se ela foi injusta, tenho como defender-me. Não posso é cerceá-la.

Parece-me que o Governo não abre mão, Senador Motta, do desejo de cercear a imprensa. Vou enumerar. Houve a tentativa de criação do Conselho Nacional de Jornalismo (CNJ). Foi uma tentativa clara de cercear a liberdade de imprensa. Houve a tentativa de criar-se a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, o famigerado Ancinav, que me parece uma tentativa clara de interferência na criação intelectual. Isso não pode acontecer!

O Governo pretende algo, que ficaria na esfera da Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil: essa tal secretaria para democratizar a informação, que me cheira, Senador Heráclito Fortes, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), gerido por um homem de bem – como de bem foi Getúlio Vargas –, mas que serviu duramente à ditadura de Vargas: Lourival Fontes. O DIP visava a impedir que circulassem as idéias por este País. Só houve uma nesga de liberdade de imprensa com aquela célebre entrevista de José Américo de Almeida, já nos estertores do regime de Vargas, em 1945.

O que se diz aqui? Diz-se que, entre as medidas consideradas capazes de democratizar a comunicação em estudo, estariam mudanças na legislação e nos critérios de concessão de rádio e TV, além do fortalecimento de mídias alternativas e regionais, e que também haveria planos para a TV digital e para a tecnologia da comunicação.

Pergunto: o que é alterar os critérios de concessão de rádio e de TV? Seria entupir a CUT e seus sindicatos afiliados de rádio? Seria isso? Não posso concordar com isso! Seria termos ONGs ligadas ao Governo, cada uma com a sua radiozinha, cada uma com a sua “efeemezinha”, cada uma com a sua “ae-mezinha”? Não posso concordar com isso!

Ou seja, considero que o Brasil dispõe de uma imprensa com uma taxa de liberdade bastante elevada, haja vista a revista **Veja** em particular e o restante da imprensa, que fez denúncias que certamente desagradaram muito ao Presidente Lula e ao Governo brasileiro. A imprensa é livre e ela não precisa da ajuda do Governo para se tornar mais livre. No momento em que alguém tiver de garantir a liberdade da imprensa é porque ela está ameaçada; quando alguém diz que

quer democratizá-la é porque a julga não democrática; no momento em que alguém a julga não democrática é porque esse alguém pode estar pretextando tentar democratizá-la para, na verdade, amordaçá-la de vez. E todo aquele que tenta amordaçar a imprensa é um candidato a ditador, é um candidato a agente autoritário de um regime que não pode ser tolerado nem por mim, nem pelo Senador Mão Santa, nem pelo Senador José Agripino, nem pelo Senador Eduardo Suplicy, nem pelo Senador Motta, nem pelo Senador Heráclito Forte. Não podemos tolerar isso.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiro quero fazer um paralelo com a situação presente. V. Ex<sup>a</sup> aqui nos recorda momentos que vivemos quando éramos deputados federais, um episódio importante de seu cotidiano de deputado federal com a hoje Deputada Jandira Feghali quando enfrentaram decisões do autoritarismo do Governo de João Figueiredo. V. Ex<sup>a</sup> gostaria que os procedimentos hoje fossem os mais democráticos e respeitosos possíveis, sobretudo entre o Legislativo e o Executivo. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a sinceridade, que fiquei feliz quando li a notícia de que V. Ex<sup>a</sup> teve um encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que conversaram durante a viagem que fizeram juntos de Três Lagoas a Brasília, muito embora o seu colega, o Líder José Agripino, tenha feito a observação de que talvez fosse de outra forma. A propósito, pondero ao prezado Senador José Agripino que, em verdade, ali se deu algo cujo mérito pode ser atribuído ao nosso querido ex-Presidente Ramez Tebet, que muitas vezes apregoou aqui que procurássemos agir da forma mais harmoniosa possível. Ele era como que uma luz buscando o equilíbrio entre nós todos. No dia de seu funeral, ele conseguiu uma proeza, algo muito difícil, que foi esse diálogo civilizado e respeitoso entre um dos principais líderes da Oposição e o Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu aqui algumas vezes ponderei a V. Ex<sup>a</sup> que, quem sabe, a utilização de termos mais respeitosos e adequados fosse melhor, até porque certo dia, V. Ex<sup>a</sup>, que teve razões de profundidade para ficar bravo com o Governo, mas não tanto com o Presidente, chegou a dizer que poderia até utilizar-se do seu esforço físico para ...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite? Já se passou muito tempo, mas se alguém ameaça um filho meu, eu repito tudo o que disse naquele dia.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito bem. V. Ex<sup>a</sup> sabe que não foi exatamente aquilo e que não houve qualquer orientação ou intenção do Presidente Lula naquele momento. V. Ex<sup>a</sup> expressou

um sentimento de pai compreensível. Mas quero dizer que foi muito positiva a sua atitude de aceitar vir com o Presidente e, inclusive, ter um diálogo com ele, que, felizmente, foi nos mais altos termos. Inclusive, levou-se em conta a possibilidade de um diálogo do Presidente Lula com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no momento e na forma em que ambos considerarem adequados. O fato é que se estabeleceu um diálogo positivo, e eu tenho a convicção de que é a vontade do Presidente Lula estabelecer um diálogo sobre temas como o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de listar. Todos são do interesse maior do Brasil, e nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos dialogar com o PSDB, com o PFL e com os demais partidos para aperfeiçoar cada uma das áreas que necessitam ser aperfeiçoadas, seja a reforma tributária, a questão dos gastos ou da transparência. Queremos que haja maior democracia, maior liberdade de imprensa. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho sugerido ao Presidente Lula que dialogue mais com a imprensa. Sua Excelência, no dia em que se sagrou vitorioso, deu uma entrevista coletiva e afirmou que dali para frente dialogaria mais vezes com a imprensa, algo que V. Ex<sup>a</sup> aqui também recomendou ao Presidente. V. Ex<sup>a</sup> manifestou sua preocupação e disse que gostaria que a questão ética fosse fundamental para que pudéssemos ter os próximos quatro anos com preocupações de outra natureza e não simplesmente desperdar tanta energia com desvios de procedimentos éticos. V. Ex<sup>a</sup> sabe que nós todos, do PT, também queremos que isso venha a acontecer. Então, quero saudar e reconhecer o mérito do Senador Ramez Tebet por ter proporcionado esse encontro que, parece-me, pode ser o início de outros procedimentos muito positivos para a relação entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, em especial o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, portanto, pela maneira como iniciou esse procedimento, inclusive dialogando com o Presidente Fernando Henrique e esclarecendo em que termos poderá eventualmente ser, e assim por diante. Achei muito positivo, com todo respeito pela opinião expressa pelo Líder do PFL.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Suplicy, até para corrigir as coisas. Ou seja, chegaram a noticiar que o Presidente Fernando Henrique teria me repreendido. Não há clima na nossa relação para esse tipo de comportamento. Ao contrário, eu relatei a ele os detalhes da viagem e ele tratou o que era sério com muita seriedade, o que era mais do humor com bom humor. E eu deixo muito claro que eu já passei da idade de ser repreendido já faz algum tempo. Daqui para frente, eu terei de cometer os meus erros e ser criticado, quem sabe, por V. Ex<sup>a</sup>, por qualquer pessoa, e até pelo Presidente Fernando

Henrique se ele achar que deve, mas repreendido? Eu já passei da idade de ser repreendido há muito tempo. Ninguém me repreende. Não há ninguém que me repreenda. Eu posso me confrontar com alguém, eu posso... Então, não passa pela cabeça do Presidente Fernando Henrique me desrespeitar. Não passa. Não passa pela cabeça de ninguém me desrespeitar, porque são pessoas corretas e porque eu tenho a firme determinação de não permitir que nenhum ser humano me desrespeite, nem no Brasil, que tem apenas 190 milhões de habitantes, nem na China – se eu fosse chinês, não deixaria um bilhão e quatrocentos milhões de chineses me desrespeitarem –, porque é determinação minha me fazer respeitar pela postura, pela compostura, pelo cuidado que eu tomo com as minhas atitudes públicas.

Então, o que devo dizer é o seguinte, Senador José Agripino. Eu tinha uma cláusula pétreia: o diálogo tem de começar com o respeito à ética. E eu tenho outra cláusula pétreia: o diálogo não pode avançar se o Governo insiste, por exemplo, em projetos como esse que visam a controlar a imprensa. Por exemplo, um sistema público de comunicações a partir da Radiobrás. Isso me cheira ao Coronel Chávez. Isso me cheira ao Coronel Chávez falando o dia inteiro naquela rede de TV e de rádio estatal dele, a soltar improperios contra todo mundo. Cheira-me a isso, com clareza. E eu não posso tolerar isso. Tenho a impressão de que temos de trabalhar essa comunicação...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu já lhe concedo um aparte.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu não aceito injustiça.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu já lhe concedo um aparte. Só um segundo, Senador.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu sou contra injustiça. Coloque Morales também, pois os dois se parecem muito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Evo Morales, sem dúvida. Há outras ameaças. O nosso continente vive um certo momento obscuro.

Uma má notícia para o povo venezuelano e uma boa notícia para a democracia é que o preço do barril de petróleo caiu, voltando para normais US\$58.00. Isso vai limitar, necessariamente, as “destrambelhices” do Coronel Hugo Chávez, embora essa seja uma notícia ruim para a Venezuela. Essa riqueza natural que Deus ofertou à Venezuela seria suficiente, ao longo do tempo, para que ela tivesse outra feição sócio-econômica, mas ela não tem essa outra feição sócio-econômica. É um povo tão prodigalizado pela natureza sob o aspec-

to da fatura de petróleo, mas, ao mesmo tempo, tão vilipendiado por sucessivos ditadores – eu me lembro de um Pérez Jiménez – ou supostos democratas incompetentes e corruptos que passaram por lá. Agora, há essa figura que se imagina um messias e que resolve sustentar aquele regime esclerosado de Cuba, com dinheiro que deveria ser para as favelas dos arredores de Caracas, para a Venezuela. Enfim, é um destrambelhado mesmo.

Eu estou aqui a dizer que o Governo precisaria dar demonstrações de boa vontade. Se o Governo se dispõe a democratizar a informação, é porque o Governo pretende interferir na forma de agir da imprensa brasileira. E, se ele quer interferir na forma de agir da imprensa brasileira, ele terá que enfrentar a nossa resistência, já deixando bem claro que será inglória a sua tentativa de obter esse resultado. Será inglória, porque a democracia brasileira é consolidada, o Brasil – graças a Deus – está em um estágio bem acima do da Venezuela e muito acima do da Bolívia. O Brasil não tolerará, de forma alguma, que se mexa para pior, na direção do cerceamento da liberdade de imprensa deste País.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, e encerro, Sr. Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, a correção que eu gostaria de fazer era para que V. Ex<sup>a</sup> não cometesse uma injustiça, omitindo o nome dos inspiradores do Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> falou de Hugo Chávez e se esqueceu de Evo Morales. Digo isso porque, se V. Ex<sup>a</sup> se detiver em observar o modelo de amordaçamento de imprensa que se tenta implantar no Brasil, é exatamente o modelo implantado na Venezuela e na Bolívia. Exatamente. E quer se trazer para cá. É modismo, é o novo populismo que se tenta implantar. Um populismo às avessas, em que a popularidade por meio de gestos exóticos, muitas vezes, dos pretensos ditadores...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...é em detrimento das liberdades do povo. Nada mais antiquado, nada mais repulsivo do que se tentar, em um momento como este, reeditar um modelo da década de 40. Será possível que vamos voltar à época da receita de bolo ou dos versos publicados nas folhas de jornais, substituindo matérias de conteúdo em defesa da liberdade? É uma questão em que não podemos nem de longe pensar, Senador Arthur Virgílio. Daí por que me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>. Esse é um tema sobre o qual não podemos cochilar, temos que trazê-lo permanentemente a esta Casa e à imprensa brasileira, pois estamos vivendo um momento em que jornalistas são



considerados **personae non gratae** em dependências de órgãos públicos, são empurrados...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O último diálogo com a imprensa resultou em uma contusão de certa seriedade para a brilhante, jovem e bela repórter da agência Reuters aqui nesta Casa. Ela tirou ontem, ou anteontem, o gesso. Levou um tranco, no dia seguinte à posse.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Encerro o meu aparte, mas eu pediria encarecidamente que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse esse fato. Eu o desconheço.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A moça foi agredida, na porta do Palácio, no dia seguinte à vitória, quando o Presidente anunciou que... A Natuza. Perdão? Mas a da agência Reuters também. Eu tenho certeza, eu a vi.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – As universitárias que nos auxiliam dizem que não foi a jornalista Natuza, mas a jornalista Roseana, também da agência Reuters.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, quero comunicar às universitárias que foram duas as agredidas. Foram duas. Foram duas, porque a moça, eu a vi com colete e a vi sem colete.

O Governo demonstrará grandeza...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Evidentemente, Senador Virgílio, que, como a Natuza é mais forte, resistiu com mais bravura às pancadas. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, é uma moça franzina, frágil, que estava cumprindo com seu dever, em condições inóspitas, tarde da noite.

O Governo demonstrará grandeza se recuar, de uma vez por todas, dessas tentativas de cerceamento das liberdades.

Recomendo aos democratas brasileiros, Senador Almeida Lima, que entrem no *site* “www.pt.gov.br”. Lá estão todas as idéias...

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – (*Fora do microfone.*) Ponto “org”, não é Senador?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É. Ponto “org”: “www.pt.org.br”. Como eles aparelham tudo, podia ser que, de repente, confundissem “org” com “gov”. V. Ex<sup>a</sup> está me corrigindo. Lá está tudo que o PT imagina que seja bom no segundo mandato do Presidente Lula do ponto de vista de justiça social, reforma política, reforma econômica. E aí entra o famigerado projeto que eles chamam de “democratização da mídia” e que, na verdade, para mim, é um esgar “chavista”, é um esgar “varguista” do tempo não constitucional, do tempo da ditadura.

Eu, àquela altura, até por raízes familiares, se fosse alguém que pudesse militar, se eu existisse àquela altura da ditadura de Vargas e se fosse alguém que pudesse militar, eu apoiaria Vargas, até porque sou de uma família trabalhista. Meu pai foi líder do PTB na Câmara, líder do PTB no Senado e líder do Governo João Goulart. Agora, não haveria ninguém que me impedisse de enfrentar a ditadura Vargas naquele período...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...naquele período de 1937 a 1945, como enfrentei a ditadura brasileira de 1964 a 1984. E como enfrentaria qualquer ditadura por entender que não é possível se suprimir o regime de liberdade. Todas as vezes em que as liberdades falecem em qualquer país, pagam principalmente aqueles que as ditaduras dizem querer proteger, que são as grandes massas populares.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo este alerta; ou seja, se o Governo quiser demonstrar grandeza e boa vontade, que recue dessa tentativa que a mim me soa como o DIP de Lourival Fontes. Recue. Recue e demonstre o seu compromisso com a democracia, porque, a partir do compromisso com a ética e com a democracia, poderemos chegar a uma agenda que eu denominaria Agenda Conversar Brasil.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Apenas para dizer que, lamentavelmente, sergipano.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sergipano?

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – O Lourival Fontes, do DIP.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Homem de bem. Não se podia acusá-lo de nada que significasse apropriação de recursos públicos. Homem direito, homem correto, mas, infelizmente, com essa nódoa, com essa mancha. Foi alguém que teve como função no governo ditatorial de Vargas, o governo que apadrinhou torturas, o governo que teve o depois Senador Filinto Müller como o sicário, aquele que entregou Olga Benário aos nazistas.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Nobre Senador, basta a leitura de **Subterrâneos da Liberdade**, de Jorge Amado. A sua trilogia...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim. É imortal.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – ...**Agonia da Noite, Os Ásperos Tempos e A Luz no Túnel**. Ali dá para se conhecer muito bem esse período de Vargas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É imortal. É incrível que todos eles eram homens de

bem, Senador Mão Santa. Filinto Müller era um homem correto do ponto de vista de dinheiro, ou seja, o Brasil não era uma República em que florescessem os ladrões da coisa pública. Essa praga veio um pouco depois. Todos eles, a começar por Getúlio, homens de bem. Agora, perpetraram os piores crimes contra as liberdades neste País, entre 1937 a 1945. E, de 30 a 37, sobretudo a partir de 1934, com o malogro da Constituição classista desse ano, não fizeram outra coisa senão tentar implantar um regime que cassasse as liberdades.

Portanto, não posso, de forma alguma, absolver o Getúlio de 1937 a 1945 e posso...

**O Sr. Mão Santa** (PFL – PI) – Permite-me um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já lhe concedo um aparte, Senador.

Posso, sim, dizer que vi um outro Getúlio, o de 1950 a 1954, aquele que teve a coragem suprema de... Meu Deus, aquela coisa trágica do suicídio! Mas aquele Getúlio constitucional deixou marcas muito mais positivas do que aquele que não deixou qualquer marca positiva, que foi o Getúlio da ditadura, da negação das liberdades.

Então, ditadura, Senador Mão Santa, não quero nem que eu seja o ditador. Não quero ditadura, pura e simplesmente. E insurjo-me contra qualquer tentativa de cercear a imprensa neste País.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Mão Santa** (PFL – PI) – Bastaria lembrar Graciliano Ramos, com **Memórias do Cárcere**, que traduz o que é a ditadura – e de um bom ditador...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É outra obra imortal igualmente.

**O Sr. Mão Santa** (PFL – PI) – ...que foi Getúlio Vargas. E Elio Gaspari, com a coleção sobre a ditadura militar. Então, vamos salvaguardar a democracia, que tem de ter governo e oposição. E nós somos oposição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Perfeitamente, V. Ex<sup>a</sup> sintetiza muito bem. E com essa síntese tão brilhante e agradecendo ao Presidente por ter abusado do tempo, encerro esta fala, imaginando que o Governo tem mesmo a seguinte encruzilhada, que já está aí posta: recuar de qualquer pretexto que vise no fundo a cercear a liberdade de imprensa e a informação neste País.

Outro dia, eu falava aqui que o Presidente Lula começará seu segundo mandato legitimado por 60 milhões de brasileiros. Nós perdemos as eleições, legitimados por 40 milhões de brasileiros. Não é pouco! Não dá para uma força desconhecer a outra. Não dá para

ele desconhecer os nossos 40 milhões de votos e nós não desconhecemos os 60 milhões de votos dele.

Por isso, não é correto dizer que não dialogo. Se tiver uma pauta, eu dialogo. Como é que não dialogo? Como é que vou virar as costas para 60 milhões de brasileiros? Porém, algumas pré-condições têm de ser estabelecidas. Uma delas é o compromisso com a ética – inarredável! A outra é o compromisso com a liberdade.

**O Sr. Almeida Lima** (PSDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Almeida Lima** (PSDB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> fala em 60 milhões de votos. Evidentemente, porque deseja expressar um número redondo. Eu preferiria dizer exatamente os 58 milhões de votos que ele teve. Mas é preciso não perder de vista...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É que eu também arredondei os votos do Alckmin.

**O Sr. Almeida Lima** (PSDB – SE) – Mas é preciso não perder de vista que, do outro lado, no qual eu me encontro e V. Ex<sup>a</sup> também, foram 67 milhões de votos entre os de Alckmin, abstenção...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E os que não votaram.

**O Sr. Almeida Lima** (PSDB – SE) – ...nulos e brancos. Portanto, ele não governa com a maioria da vontade do povo brasileiro, não. A maioria ficou do outro lado: 67 milhões contra 58 milhões. Então, não é essa legitimidade toda que se apregoa por aí aos quatro cantos do País. Portanto, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> porque o alerta precisa ser permanente, pois já dissemos, por diversas vezes, nesta tribuna, que o perfil desse Governo e desse Partido é o do totalitarismo que, em qualquer circunstância e a qualquer preço, temos de evitar. E, se for o caso, bani-lo mesmo. Totalitarismo, jamais! Ninguém suportará isso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão quanto à definição democrática. E peço mais um minuto para concluir, Sr. Presidente. É ela a nossa definição: a definição pela democracia.

No entanto, sinceramente, nem faria conta, porque fui o primeiro orador, no dia seguinte à vitória do Presidente Lula no segundo turno, a vir a esta tribuna reconhecer a derrota das forças que integro e dizer que não questiono a legitimidade do resultado eleitoral. Se eu fosse dos tempos de João Goulart, não estaria entre as vivandeiras que tentaram derrubá-lo por meio dos quartéis. Não sou vivandeira! Não conspiro; eu enfrento! Apóio, com clareza, aquilo com que concordo. Não sou vivandeira. Reconheço a derrota eleitoral. Reconheço o resultado das urnas. Reconheço que, nas regras do

jogo que foram postas, eu perdi. Reconheço isso e não vejo que isso seja mortal.

Pretendo que cada um de nós faça valer sua prerrogativa e cumpra com o seu papel. Qual é o meu papel? É o de Líder de um Partido que, junto com o PFL, teve, nessas eleições – arredondando também –, 40 milhões de votos. Não é nada pouco. Temos responsabilidades para com essa parcela expressiva do eleitorado, que não pode ser ignorada por ninguém. E nós não queremos ignorar os 58 milhões de votos (e eu arredondei para 60 milhões) obtidos pelo Presidente Lula.

Alguns dizem: “Foi o Bolsa-Família”. Não estou aqui para desmerecer o eleitor do Bolsa-Família. Para mim, é um voto que vale tanto quanto o meu, quanto o de Bolívar Lamounier. É o voto do eleitor. Eu queria o voto direto, universal, secreto. Temos isso hoje, não vou estabelecer categorias de votos.

Digo, de maneira muito simples, Sr. Presidente: nós perdemos a eleição. No entanto, porque ganhou a eleição, o Presidente não tem o direito de, no mesmo passo em que diz que quer dialogar conosco, apresentar projetos que ameaçam as liberdades neste País. Porque, aí, sim, Senador Almeida Lima, nem 200% de votos dariam a ele o direito de esmagar a democracia brasileira que tivesse permitido a ele obter os tais 200% de votos.

Ou seja, quanto mais votos, Presidente Lula, mais V. Ex<sup>a</sup> deve respeitar as regras do jogo que o elegeu. É um desrespeito às regras do jogo, Sr. Presidente, procurar cercear ou limitar a liberdade de funcionamento da imprensa neste País. Sem liberdade ou com menos liberdade o que vai vicejar mesmo é a erva daninha da corrupção, é a erva daninha da negociata, é a erva daninha da violência contra os adversários. É tudo o que não carecemos.

Pretendo, com clareza e com absoluto respeito à regra do jogo, dizer que não viro minhas costas para o diálogo e apenas exijo agenda. Antes de exigir agenda, exijo ética e respeito às regras do jogo democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa –se à

### ORDEM DO DIA

Conforme acordo das Lideranças na sessão de ontem, a Ordem do Dia de hoje sra apreciada na sessão da próxima terça-feira.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 314, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 28-11-2006

2

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 315, de 2006, que *dispõe sobre operações de crédito, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do §1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1922, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

Relator revisor:

Prazo final: 1.12.2006

3

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

4

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo*

ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 41, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 10, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que *dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos*.

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e – 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.



10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 58, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 70, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 97, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 20, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

14

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e*

*acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

15

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

16

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

17

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

18

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

19

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

20

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

21

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

## 22

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2005

(*Matéria a ser declarada prejudicada*)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e

## 23

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006

(*Matéria a ser declarada prejudicada*)

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino dentro da determinação da alternância, Senador Mão Santa. Em seguida, V. Exª fará uso da palavra e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, Srªs e Srs. Senadores, quero confessar a V. Exªs uma preocupação e, em função dela, quero apresentar algumas sugestões. São sugestões de um opositorista que existe para denunciar, criticar, fiscalizar, mas também para sugerir caminhos para que este País se encontre.

Vamos à preocupação: duas declarações do Presidente da República – uma dada há poucos dias e outra dada hoje. Acho que foi na semana passada, em Barra do Bugres, Mato Grosso, que o Presidente disse, ainda na euforia da vitória: “Vou me dedicar até o dia

31 de dezembro para destravar o País. Ou seja, tem algo – e não me pergunte o que é ainda – que eu não sei e não me pergunte a solução, que não tenho, mas vou encontrar, porque o País precisa crescer”.

Há uma dupla interpretação. A interpretação da humildade do Presidente ao dizer que existe um problema, que o País está travado, que ele não sabe qual é a solução, mas que vai encontrar, a interpretação da humildade no reconhecimento de um fato, mas há também a interpretação de que o Presidente não sabe o que fazer. Ou seja, um misto de humildade com desinformação ou despreparo.

Hoje, o Presidente deu uma outra declaração, depois da reunião com os Governadores. Disse que só quer a oposição a partir de 2010, que não cobrem dele até 2010; depois de 2010, não será mais candidato e a oposição poderá existir.

Não dá para entender. Uma declaração de desinformação com um misto de humildade, e outra, de arrogância, de uma reunião com Governadores, declarando que Oposição só tem direito depois de 2010.

Digo isso porque, no meu pequeno universo, já passei por experiências como as que o Presidente Lula deve estar enfrentando neste momento. No primeiro Governo, ele era uma novidade. Ele era um líder operário que chegava à Presidência da República, inventou uma série de coisas, como o Fome Zero e o Primeiro Emprego; ganhou tempo; transformou o Fome Zero em Bolsa-Família; foi levando; continuou a política econômica que já vinha; conseguiu segurar a inflação com o prosseguimento da política econômica; aproveitou a bonança internacional e pôde gerar poucos, mas alguns empregos. Perdemos o bonde da história, é verdade. Agora, ele foi reeleito, não é mais novidade. Está carregado de compromissos tomados durante a campanha eleitoral e vai ter de ser um Presidente de quem vai se cobrar eficiência, competência e cumprimento de compromissos de campanha.

Ele não é mais novidade. Agora, ele é um Presidente normal, como qualquer outro, de quem se vai cobrar eficiência, retomada de crescimento, 5% de crescimento do PIB, pelo menos, conforme vem prometendo. Ele deu a declaração em Bugres de que não sabe o que fazer, mas que vai lutar para fazer.

Na reunião dos Governadores, aonde foram dezesseis ou dezessete Governadores, não se chegou a entendimento algum, porque ele não foi capaz de liderar uma fórmula, um entendimento com os Governadores.

O País de quando o Presidente venceu as eleições para cá não viu nenhuma novidade acontecer. E, então, quero fazer uma reflexão com V. Exªs, em função da minha modesta experiência pessoal na minha província, o Rio Grande do Norte. Fui eleito duas vezes Governador,

em 1982 e em 1990. Em 1990, fui eleito Governador pela segunda vez, enfrentando todos os adversários juntos. Venci a eleição diante de uma carga de expectativa monumental. Venci a eleição contra um candidato que havia saído do meu sistema político, apoiado por todos os meus tradicionais ou não-tradicionais adversários. Venci a eleição sozinho contra um pedaço do meu sistema e todo o sistema contrário a mim.

Quando cheguei à vitória, fui tido no Estado como uma espécie de meio herói, e a realidade que encontrei quando assumi o governo foi duríssima. Presidente João Batista Motta, naquela época, 1990, toda a arrecadação do Estado, somando tudo – ICMS, Fundo de Participação, *royalties* de petróleo, IPVA, tudo – não pagava a folha de pessoal. O Estado devia duas folhas e meia. Toda a arrecadação não pagava uma folha de pessoal, o que dirá o custeio da máquina; o que dirá as dívidas acumuladas.

E eu, como super-herói eleito, diante de uma carga de expectativa monumental, com a popularidade na estratosfera, precisava consertar o Estado e me coser com minhas próprias linhas.

Era uma realidade dura, como a que o Presidente Lula está colocando nessa declaração que fez: “O País está travado. Não sei o que fazer, mas vou fazer”. Não sei o que fazer, mas vou fazer! Foi eleito há aproximadamente um mês e até agora não fez nada.

O que eu fiz? Havia ganho a eleição e estava no pico do meu prestígio. O que eu fiz no primeiro mês da nova administração? O que me preparei para fazer na transição? Eu fiz o que foi preciso com muita coragem para fazer. Demiti 4 mil pessoas, naquela época. Fechei as portas de sete secretarias e quatro empresas. Demiti 4 mil pais ou mães de família contratados irregularmente, para economizar na folha de pagamento. Fechei dez órgãos, para diminuir a despesa. Enfrentei a impopularidade de frente.

Lembro-me, como se fosse hoje, de que, por volta de oito e meia ou nove da noite, no carro do Governador, com aquela bandeirinha na frente, abrindo as portas do Palácio Potengi, uma mãe com uma moça mandou parar o carro. Eu mandei que o motorista parasse. Ela pediu para abrir a janela e eu a abri. Ela disse: “Governador, votei no senhor; arranjei tantos votos para o senhor e a primeira coisa que o senhor fez foi demitir a minha filha?!”. Eu não consegui dormir de noite, evidentemente. Em quantas daquelas mães eu não tinha provocado amargura e quase desespero?

Mas eu não tinha o direito de pensar em mim. A minha obrigação era pensar no futuro do meu Estado, como a obrigação de Lula é ser duro, fazer o que tiver de ser feito, aplicar os remédios amargos, pensando naquilo que ele disse, no futuro do País.

No fim do primeiro ano, Presidente João Batista Motta, foi feita uma avaliação de popularidade entre os Governadores do Brasil, e eu fui o último, eu fui o mais impopular, porque eu cancelei, por Decreto, toda e qualquer despesa, e cancelei o pagamento de qualquer tipo de compromisso, porque eu precisava adequar a receita à despesa.

Ora, toda a arrecadação não pagava a folha de um mês. O Estado devia dois meses e meio, e o que arrecadava não pagava a folha de um mês. Eu tinha de vencer um pretérito e colocar em marcha o Estado! Imaginem a minha amargura! Eu tive de fazer aquilo que foi duríssimo fazer, mas fiz. No fim do ano, o meu índice era menos 27, e eu tinha 27 pontos a mais de “ruim” e “péssimo”, do que de “bom” e de “ótimo”. Mas fiz o que tinha de fazer e, nos dois anos seguintes, coloquei o Estado em marcha e terminei ganhando a eleição para Senador, às custas de coragem, de determinação e de honestidade de propósito.

Um administrador só é bom quando administra na escassez. Eu acho que Lula precisa compreender isso. O Lula nunca foi administrador. Ele tem de compreender uma coisa: administrador tem de saber administrar a escassez ou tem de produzir poupança e disponibilidades. Ele não sabe o que fazer. Pois eu vou dar a ele algumas sugestões. Vai aqui a palavra do Senador Mão Santa, do opositor que quer dar uma palavra de aconselhamento ao Presidente, em função de experiências pretéritas.

Senador Arthur Virgílio, o Presidente Lula não se apercebeu ainda, ao dizer que vai fazer o País crescer 5% ao ano, que, se conseguisse este milagre antes de 2010, por culpa do Governo dele, iria ocorrer o inevitável apagão. Com a energia elétrica de que o País dispõe hoje, se o País crescer 5% ao ano – como eu gostaria que ele crescesse –, antes de 2010, ele será travado pela falta de energia elétrica. Por quê? Por culpa do Governo dele, pelo marco regulatório que ele, Governo Lula, produziu, sob o meu protesto.

Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, depois que o setor elétrico foi privatizado, passamos a cobiçar o investimento privado, seja interno, seja externo. V. Ex<sup>a</sup> sabe o que o Governo Lula fez? Privilegiou o capital estatal. No marco regulatório, da tarifa de energia elétrica concede-se um privilégio em preço ao que se chama em energia velha.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador?**

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já ouço V. Ex<sup>a</sup>. Um minuto apenas.**

Privilegia-se a energia velha. O que é energia velha? É a energia das estatais, aquelas que não foram capazes de produzir superávits para gerar investimento



e para gerar produção de energia a mais – daí o processo de privatização. Privilegiou-se, no marco regulatório, um processo tarifário que beneficia a energia velha e penaliza a energia nova. São duas tarifas: uma melhor para quem já tinha feito o investimento e uma pior para quem quisesse investir. Quem é que vem investir se houver tarifa inconveniente? Não veio ninguém! Preveni um milhão de vezes! Não veio ninguém. Planta-se hoje a energia elétrica para colhê-la daqui a cinco anos.

Há quatro anos, mudou-se o marco regulatório e travou-se o processo de investimentos. A trava a que ele se refere, em que o País se encontra, foi parte gerada por ele, pelo marco regulatório dele.

Quer uma saída? Comece agora, Presidente! Chame a Oposição, reúna sua base parlamentar! Não precisa ser no Palácio do Planalto, aqui no Congresso, como fizemos quando foi negociado o marco regulatório mal feito. Vamos reunir Governo e Oposição e vamos destravar o marco regulatório para possibilitar que o capital privado seja de novo investido na geração de energia elétrica, para que, daqui a cinco anos, haja energia elétrica nova, gerada por quem tem capital, que é o capital privado nacional ou internacional.

Os investimentos existentes nesse meio tempo foram apenas aqueles que produziram para consumo próprio ou aqueles já iniciados e que não tiveram como parar.

Quer um conselho? Mude o marco regulatório! Do contrário, a trava a que Vossa Excelência se refere, Senhor Presidente, não será retirada por culpa sua! E, se quiser retirá-la, tome a iniciativa de fazer um marco regulatório moderno. Livre-e do atavismo, livre-se do cacoete ideológico, atrasado; sintonize-se com o mundo e entenda que o capital só vem para o Brasil se ele for remunerado!

E o marco regulatório produzido por V. Ex<sup>a</sup>, ao invés de atrair, está espantando capital.

É o primeiro conselho que dou. Darei outros a seguir.

Quero ouvir, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que nos leva a refletir. Para mim, há vários flancos a serem analisados. O Governo falhou no flanco ético, e isso travou o desenvolvimento. O Governo falhou no flanco administrativo – não podemos dizer que o conjunto de Ministros do Presidente Lula tenha colaborado para acrescentar qualquer deltazinho ao crescimento econômico que o Brasil obteve nesses quatro anos. Então, falhou no flanco administrativo. O Governo Lula falhou, a meu ver – e digo isso com pesar, porque tenho profunda estima pessoal pelo Ministro Celso Amorim –, no flanco da política externa, porque já se sente efeito negativo sobre a economia do País a partir do que me parece

uma política externa equivocada – terceiro-mundista, não maximizou os acordos bilaterais possíveis, virou de costas para os Estados Unidos. Falhou no flanco regulatório, e V. Ex<sup>a</sup> abordou com enorme percuciência esse tema. Não tenho nada a acrescentar ao que V. Ex<sup>a</sup> disse, tomando como exemplo o setor elétrico. Não tenho. Não foi capaz, por aí, de aumentar a chamada formação bruta de capital fixo, a taxa de investimentos, que está estacionada em 20% como proporção do Produto Interno Brasileiro. Falhou no flanco fiscal e, ao invés de se falar em 5% para 2007, o realismo mandaria se imaginar mesmo que o crescimento será necessariamente medíocre, até porque 2007, em função da gastança fiscal desenfreada de 2006 e parte de 2005, é ano de contenção. Não é ano de expansão. Falhou no flanco fiscal, e o Brasil falhou no flanco das reformas estruturais, que, pura e simplesmente, não foram para frente eu diria nos quatro anos iniciais do Presidente Lula da Silva. Onde o Presidente Lula não falhou, isto lhe garantiu a reeleição: no flanco da política monetária. O Presidente deve – e eu disse isso a ele – ao Meirelles a reeleição mais do que ao Bolsa Família. Ele deve ao Meirelles porque alguns dizem: “Houve exagero”. Como é que não ia exagerar o Banco Central, se estava cercado de fracasso por todos os lados? Como é que ia deixar de cumprir com rigidez o seu dever, que é o de proteger a moeda? Então, a sensação de políticas sociais compensatórias amparadas por inflação baixa, isso tudo gerou a possibilidade de o Presidente Lula obter ampla votação nos setores de renda mais baixa. Vejo que, se há um setor que merece ser analisado positivamente, esse setor é precisamente o flanco monetário. Mas os demais falharam, e não estou vendo nada que indique que, em 2007, a situação será diferente ou mais positiva, se as coisas caminharem no rumo em que caminham. Não estou vendo possibilidade de aumento significativo da taxa de investimentos. Vejo que, com realismo, deveríamos discutir uma proposta de agenda de reformas nesse País para visarmos ao crescimento sustentável nos anos seguintes a partir do possível. Nos anos seguintes. Pode esporadicamente o Governo Lula experimentar um crescimento de 5%, como cresceu 4,9% em algum momento deste seu mandato, como depois voltou a cair; como o Fernando Henrique viu crescer 5% em uma das vezes do seu segundo mandato. Mas o Brasil não tem as pré-condições necessárias para crescer de maneira sustentável, com inflação baixa; portanto, por longo período, a partir das condições objetivas que são enfrentadas pelo Presidente Lula. Digo isso como brasileiro. Logo, V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão quando acena com a idéia de que o Brasil, infelizmente, terá crescimento pífito neste ano – e digo, com toda certeza, menos de 3%. E, no ano que vem, lamento imaginar que abaixo de 3,5%. Nada parecido com 5%, nada parecido com 5% mesmo! Poderá acontecer o aborto do crescimento de 5% em um

dos anos dos quatro a depender exclusivamente de condições internacionais, não de condições endógenas, de condições montadas e trabalhadas aqui mesmo. Daí a necessidade que vejo de profundas mudanças na forma de gerir o País por quem o detém e por quem foi reeleito inclusive para propiciar ao povo brasileiro melhoras, sob o ponto de vista de mudanças positivas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Quando abordou a questão da ausência de marcos regulatórios confiáveis, V. Ex<sup>a</sup> o fez com o brilhantismo que me prendeu ao plenário para ouvi-lo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Arthur Virgílio, muito grato pela consistência do seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> fez algumas considerações da maior importância e profundidade: macroeconômicas, de política internacional, de País no contexto internacional e deu algumas sugestões.

O nosso tempo, Senador Arthur Virgílio, é muito pequeno para discorreremos aqui sobre propostas.

Estou querendo centrar-me em um conselho que não é conselho, é um convite: uma reunião entre Governo e Oposição para destravar o País.

Não há nenhuma hipótese, Senador João Batista Motta, nenhuma, de este País crescer a 5%, em dois, três, quatro ou cinco anos se não mudarmos o marco regulatório e se não atrairmos de novo os investimentos privados para geração de energia elétrica. Se crescêssemos – o que não vamos conseguir, e sobre o que, a seguir, lamentavelmente vou discorrer – dois anos, em 2008/2009 estaríamos no apagão, porque a energia elétrica disponível no País zeraria. Quero que o Governo me conteste, quero que o Governo me conteste isso!

Hoje, na sede do Partido, houve uma grande exposição do Dr. Cláudio Adilson, e ficou claríssimo este fato.

Lamentavelmente, perdemos quatro preciosos anos por conta de um perverso – um perverso! – marco regulatório que atrasou o País, que impediu os investimentos, que travou os investimentos – travou os investimentos. E o Presidente fala em travas!

Vamos sentar à mesa de negociação e vamos repactuar o novo marco regulatório, vamos tomar providências antes que seja tarde demais.

Quer fazer entendimento em torno do interesse nacional? Vamos fazer! Deixe-me dar a minha sugestão. Quero que me contestem!

Vamos ao marco regulatório, mas vamos também, para retomarmos o crescimento econômico do País, aos pontos fulcrais.

O Senador Arthur Virgílio foi brilhante na sua conceituação.

Eu quero – em função do que eu vivi como Governador – fazer colocações de ordem prática. No marco regulatório, Senador Arthur Virgílio, nada como a prática. Cadê o lucro das Chesfs, de Furnas, de Três Marias para

gerar investimentos novos? O marco regulatório objetivava aumentar os lucros das estatais com tarifas convenientes, favorecidas. Não houve isso, e impediu-se o capital privado. Vamos rever o marco regulatório. Não tem outro caminho, a não ser que a história da trava seja para inglês ver. Vamos retomar o crescimento; vamos fazer crescer; vamos começar pelo marco regulatório e, em seguida, vamos criar as condições mínimas para o crescimento. Como faremos isso? Está nas mãos do Governo. Está nas mãos do Governo promover a simplificação tributária, levando a sua Base de Apoio a votar a reforma tributária que, aliás, já votamos. O Governo quer avançar o País, que se mova no sentido de aprovar a reforma tributária, que está na Câmara, já votada por nós – repito –; reúna os Governadores, exerça a sua liderança; encontre o ponto de afinamento entre os Poderes Executivo e Legislativo e leve as Bancadas do Governo a votarem a reforma tributária! Com isso, promover-se-á uma simplificação tributária; vai gerar um fato positivo para o investidor. Vamos sentar à mesa de negociação. Não precisa ir ao Palácio do Planalto, é aqui no Congresso mesmo. É aqui mesmo no Congresso! Vamos baixar os juros. Vamos fazer uma festa de conagração entre o Governo e a Oposição. A inflação está estabilizada. É perfeitamente possível baixar os juros numa proporção muito maior do que 0,5% a cada mês, mês e meio. Vamos atender a um reclamo do País, e que a Oposição se bate há tanto tempo: vamos fazer o pacto da baixa da taxa de juros! Está nas mãos do Governo. É só o Governo que pode, todo mês, no Copom, propor e fazer o abaixamento da taxa de juros. Aprove a reforma tributária, como já a aprovamos. Use a sua base política! Abaixar os juros! Com isso, já se dará um alento importante para que cresçamos 3,2%, 3,5% e chegue à casa dos 3,8%. Vamos fazer algo que fiz quando Governador: vamos baixar um decreto, como eu baixei. Vamos limitar. Baixa por decreto, e quem não cumprir será demitido. Vamos limitar despesas. Vamos congelar contratações. Vamos limitar despesas de custeio. Vamos acabar com negócio de Funasa, gastando mais dinheiro em diária de viagem e passagem aérea do que em investimento. Vamos baixar um decreto limitando despesa no setor público, para dar o exemplo de austeridade a Estados e Municípios. Eu não vejo isso! O que eu vejo é somente liberalismo, libertinagem no serviço público. Eu não vejo nenhuma atitude austera por parte do Governo. O que custa ao Governo dar uma demonstração de austeridade – a não ser que ele não queira se desgastar, baixando um decreto de limitação de despesas por Ministério, por rubrica orçamentária, e quem ultrapassar os limites é demitido! Quem quer consertar um País, como eu consertei o meu Estado, tem de ser duro e se submeter ao desgaste, inclusive. Que o faça Lula! Que o faça, Presidente Lula! Se quer destravar o País, tem de ter coragem para adotar posturas que não adotou até agora.

Se fizer isso, Presidente, Vossa Excelência vai ter a alegria – a qual vamos compartilhar – de, diminuindo a despesa pública, baixando a taxa de juros, Vossa Excelência fazer aquilo que eu mais quero: diminuir a carga tributária para, aí, sim, atrair investimentos de verdade, de pessoas que venham ao País para ganhar dinheiro com atividade produtiva e não dinheiro com dinheiro. A taxa de juros de hoje faz com que as pessoas invistam para ganhar dinheiro com dinheiro. Ninguém investe em empresa privada porque não há mercado consumidor e porque a carga tributária significa o Governo ser sócio do investidor. Trinta e oito por cento, sem fazer força. Baixar impostos significa diminuir o gasto público e qualificá-lo. Se assim o fizer, de acordo com a minha experiência, Senador Heráclito Fortes, Senador Renan Calheiros, é perfeitamente possível baixar a carga tributária como ele comprometeu. Disse mais: se ficasse evidente que a carga tributária havia crescido, ele tomaria a iniciativa de baixar impostos. O Ministro Mantega declarou que a carga tributária aumentou, e não houve nenhuma diminuição de carga tributária. Se quiserem destravar o País, a receita é fácil, é dolorosa, mas é fácil: vamos começar pelo marco regulatório; vamos aprovar a reforma tributária; vamos baixar os juros; vamos limitar as despesas; vamos baixar os impostos e vamos agir com honestidade. Aí, Presidente Lula, seja implacável!

Presidente João Batista Motta, em governo – fui duas vezes Governador –, se se quiser ter custo de obra, custo de serviço público compatível com a escassez do dinheiro, tem-se de fazer tudo pelo menor possível. E só se consegue fazer isso se se for implacável com aqueles que metam o dedinho no dinheiro público: os ladrões. Ao flagrar o primeiro deles com o dedinho no Erário público corte a mão dele. Foi assim que fiz. Toda às vezes em que eu, sem denúncia, identifiquei corrupto em governo meu, eu cortei a mão; demitia no ar; tomava providência exemplar para que o exemplo do governo repercutisse sobre toda a administração; para que eu pudesse fazer a obra pelo menor preço possível; para que não existisse intermediário no serviço público cobrando bola ou propina por aquilo que tem de ser prestado: o serviço de graça para o contribuinte que paga o salário do servidor público.

O Presidente tinha de agir exemplarmente, não precisaria nem esperar que a denúncia acontecesse. Sua Excelência sabendo que os seus estariam praticando a corrupção, ele teria de ter tomado atitudes exemplares para gerar aquilo que ele prometeu: um custo Brasil menor, pela eliminação do elemento corrupção. Se o Presidente assim fizer, ele seguramente estará, como disse no discurso, destravando o País. Fora isso, é bravata, é conversa fiada e serão mais quatro anos perdidos para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que falará como orador inscrito.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Batista Motta, que preside esta sessão; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem por intermédio do sistema de comunicação, entendo que representar o povo é muito importante.

Senador João Batista Motta, outro dia, lendo o livro dos oitenta anos de Brossard, registrei onde ele diz que chegou a esta Casa e fez uma reflexão sobre o que faria, já que ele representava três milhões de gaúchos à época. Como são três representantes por Estado, ele representava um milhão de gaúchos, portanto, um terço. Então, ele disse que a única coisa que podia fazer era falar o que o povo tinha vontade, mas não podia, porque estávamos na ditadura. Brossard eternizou-se. Aliás, Senador José Agripino, ele é um dos poucos vivos que me prendem a este Partido, o PMDB. O que me prende ao PMDB, Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> que já foi do MDB, são as mesmas ligações. Eu fiz uma reflexão e concluí que o que me prende ao PMDB são os mortos, Senador João Batista Motta: Ulysses Guimarães; Teotônio Vilela, com câncer, moribundo. Quando vi Ramez Tebet... E esse Teotônio saiu pregando a redemocratização. Ainda mais: Tancredo Neves, que se imolou; Juscelino Kubitschek. Eu sou como ele, sorridente. Juscelino disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errando”.

Agora, o nosso morto, santo Ramez Tebet. Isso é o que dá a grandeza do PMDB. Os vivos... Eu fico a olhar os vivos do PMDB: Pedro Simon. Nós contamos no País todo como um dos vivos.

O que me faz acreditar nessa política foi quando ouvi o Senador José Agripino trazer a mais recente declaração de Lula, nosso Presidente eleito, já que teve a maioria de votos. “Oposição? Que me façam no ano de 2010”. Não é assim, José Agripino? Oposição em 2010.

Não é, Presidente Lula. Vossa Excelência venceu as eleições, teve mais votos do que o adversário. Mas eleição é algo confuso.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> se lembra daquela eleição.

Senador Eduardo Suplicy! S. Ex<sup>a</sup> largou o telefone e vai ouvir.

Jesus ou Barrabás? Barrabás! Foi uma eleição. O sistema foi por aclamação. Mas foi uma eleição.

Eleição há muitas, Presidente Lula. A história nos ensina, Senador João Batista Motta. Eu acho. O Senador Heráclito Fortes teve muita amizade e ele se



encantou. Aliás, os mesmos encantamentos pelos Líderes do PMDB que eu citei aqui.

Winston Churchill muito me encanta. Os aviões nazistas sobrevoavam Londres e, num Senado como este – Londres apavorada, pois Hitler já havia tomado a França e rumava para Londres –, entregaram-lhe o Parlamentarismo e ele disse: “Eu só tenho a vos oferecer sangue, suor e lágrimas”. Mas teve muita inteligência. Foi buscar os Estados Unidos e a Rússia. Como era difícil: Rússia com Estados Unidos! Josef Stalin e Franklin Delano Roosevelt!

O Presidente Getúlio Vargas era o nosso. O meu bom Getúlio era simpatizante da Itália. Aliás, eu vou, ouvindo o Carreiro, para lá, muito obrigado, tomar a bênção do Papa e representar este Congresso.

O Presidente Getúlio era simpatizante da Itália, de Benito Mussolini. Mas Winston Churchill o conquistou. Nós entramos e ganhamos a guerra. O Dia D.

Pois, é, Presidente Lula.

Suplicy, vem a recessão depois de uma guerra. O herói, o maior político, o maior militar, sabe o que ele disse, Suplicy? “A política é como a guerra...” – e ninguém podia definir melhor do que ele, porque ele foi a duas guerras: à primeira, como repórter; à segunda, como comandante – “com a diferença de que, na guerra, nós só morremos uma vez; na política, várias”. E ele perdeu as eleições; o vencedor, o pai do renascer da paz e da democracia perdeu. Depois, o povo meditou, e ele ganhou.

Eleição é assim, Presidente Lula. Vossa Excelência ganhou a eleição, mas eu quero ensiná-lo. Eu fui prefeitinho. Vossa Excelência, Presidente Lula, não foi prefeitinho. O Suplicy não o foi, mas foi vereador – o que é muito importante –, Presidente da Câmara, o melhor da história de São Paulo e, talvez, do Brasil. Talvez tenha sido isto que o trouxe para cá: a sua austeridade, essa marca. Suplicy, eu era contra os Silvas, a família do Alberto Silva. O Heráclito conhece. O Heráclito era Prefeito de Teresina. E eu não sei? O Heráclito era mais forte; e eu, da Parnaíba, uma das maiores cidades. Eu era minoria na Câmara. A Oposição era mais forte; era dos Silvas. E foi bom. Oposição é bom. Por isso, estou aqui. Sobre oposição, Santo Agostinho já dizia: “Eu prefiro quem me critica, porque assim me corrijo”. É melhor isso aos puxa-sacos, esses companheiros que tanto estragaram, que estão ali e prejudicaram.

Então, dizer que somente vai haver Oposição em 2010 é não conhecer o jogo democrático. Estamos aqui, Suplicy, é para isto. Senador é para ser o pai da Pátria, é para ensinar mesmo. O que me trouxe aqui foi muito estudo, muito trabalho e muita luta. Já ganhei eleições, já perdi eleições, mas nunca perdi a vergonha e a dignidade. Estamos aqui para ensinar.

Oh, Deus, na hora em que não tivermos a moral de ensinar, não tem sentido!

Suplicy, Moisés quis desistir, mas ouviu a voz de Deus. Ele quebrou a tábua das leis e ouviu: “Não desista, busque os mais velhos e os mais experientes. Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Foi aí que nasceu a idéia de Senado, melhorada na Grécia, na Itália e na França. Aqui mesmo ela foi melhorada, com Rui Barbosa e com muitos que aqui passaram.

Então, isso é Oposição, meu Presidente, porque é o Presidente do País. O Presidente está errado. Bem-vinda a Oposição! Esse negócio de dizer que só vai ter oposição em 2010, não!

Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> foi o melhor vereador da história de São Paulo. V. Ex<sup>a</sup> foi exemplo. Lá, não tem um busto de V. Ex<sup>a</sup>, não? Devia ter! Ó, paulistas, vereadores ingratos! Busto do Senador Eduardo Suplicy! Eu quero ir. A posição merece.

Era uma roubalheira lá, e ele colocou moral. Pelo menos chegou essa repercussão ao País todo.

Eduardo Suplicy na Câmara e aqui só tem Rui.

Presidente Lula, medite. Nós estamos aqui para ensinar, senão não tem sentido. Senador que não for capaz, não tem sentido... É o Poder aconselhador, o Poder moderador.

A Oposição e o exemplo estão aqui. São 180 anos. É muito tempo. Quanta gente passou por aqui. Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> já vai para 24 anos de Senado. V. Ex<sup>a</sup> merece. O povo paulista votou bem.

Para Rui Barbosa, Suplicy, foram 32 anos. Ó, Presidente Lula, no Império, Rui não era governo, não, porque era abolicionista. Foi Deodoro da Fonseca que clamou o nascer da República. Então, era Governo, quando foi Ministro da Fazenda. Marechal Floriano foi Governo. Quiseram colocar o terceiro militar e ele disse: “estou fora”. Então, disseram: “você será novamente Ministro da Fazenda”.

Olha o ensinamento, Senador João Batista Motta, para o meu PMDB. No meu partido, quem está me prendendo são os mortos.

Quanto aos vivos, olho assim e pergunto: quem nos liderará? Pedro Simon, porque o meu líder tem que ser melhor do que eu. O povo já sabe: há uns que não são bons; estão aí, na vida suja, enlameada.

E Rui Barbosa disse, e eles não aprenderam: não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério. E aqui a turma só está falando em cargo, em vantagem. E o povo? Tem haver oposição, Presidente Lula, porque eu desejo, eu quero – e sou igual aos 190 milhões – a felicidade do meu povo, da minha gente. Mas o Governo vai mal.

Suplicy, com todo o respeito, vamos saber o que é bom e o que é ruim. Norberto Bobbio, senador vitalício da Itália – a Itália do Renascimento, que esco-



lhe uns luminares para serem perpétuos senadores, para serem luzes –: o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança. Eu pergunto, brasileira ou brasileiro, àqueles que diziam para deixar o homem trabalhar: este País tem segurança? Respondam: tem segurança?. A Cláudia, onde está a Cláudia? Está ali. Secretária executiva, jovem, bonita, sorridente. Há pouco, ela dizia: você foi para Ipanema?

Não, para Buenos Aires. Por quê? Porque lá se tem segurança. Cláudia, há dez dias, eu estava com a minha Adalgisa, às 4 horas, andando nas avenidas, nos restaurantes; entrando nas livrarias com a minha Adalgisa.

Quem tem coragem de andar, com sua esposa, com sua namorada, na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, ou na Cinelândia, nas madrugadas? Ô, João Batista! E nas ruas de São Paulo, no subúrbio? Em Teresina, eu não tenho – e Teresina é provinciana. Não há segurança neste País.

O Heráclito é um homem do mundo. Senador Heráclito, nunca me esqueço de uma cena – gosto mesmo de ser feliz. Eu vinha, com minha mulher, de uma casa de **show**, de madrugada, às 4 horas, em Madri, e vi um casal namorando na praça. Um casal de velhinhos! Casaco, muitas jóias, e imaginava os nossos avós, com jóias, com ouro, namorando nas praças do Brasil, do Rio de Janeiro, na Cinelândia, na minha cidade.

Neste País não há segurança. Norberto Bobbio: o mínimo que se tem de se exigir de um governo é a segurança. A vida, a liberdade – estão cerceando até jornalistas – e a propriedade. Quem está com suas propriedades, quem é criador e homem de fazenda: os sem-terra só invadem onde há terra, gado, luz, água, energia.

Segurança. Qual a nota que vocês dão? Gente boa está presa nos condomínios, enjaulada. E aí?

Outra coisa importante é a saúde. A saúde vai bem? Senadora Ana Júlia Carepa, acredito em V. Ex<sup>a</sup>: mulher de coragem. A mulher é melhor do que o homem. Na história do Brasil, uma mulher governou poucos dias, escreveu a página mais bela, libertou os escravos. V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, trará grandes obras e realizações à civilização do Pará. Mas pergunto: e a saúde?

Tenho 40 anos. Só a Jatene eu me curvo, esse extraordinário Ministro. Dizer que a saúde está à beira da perfeição? Ô, Suplicy, olhe a quantidade de mulheres que estão marcando exame de mamografia para julho de 2007; a quantidade de pessoas com insuficiência renal, precisando de hemodiálise, que não funciona, ou nas filas de transplantes, que não existem.

Ontem li nesta Casa dados do IBGE. Atentai bem, Ana Carepa: 255 hospitais fecharam neste País. É o IBGE que diz, Senador João Batista Motta. Só se fala em InCor, porque ele é de São Paulo e é grande, mas 255 hospitais fecharam!

As taxas ridículas do SUS não existem, Ana Carepa. Senadora Ana Júlia Carepa, um parto é R\$100,00 e representa um ano de trabalho, nove meses de pré-natal, o parto em si, nas caladas da madrugada, e o puerpério. É uma tabela de consulta de um pouco mais de R\$2,00. Não existe. Estão enganando.

Melhorou? Melhorou. Vamos dar a verdade. Surgiu o PSF, um programa de Cuba. Eu conheço Cuba! Cuba é a metade do Piauí. Então, existe o PSF; adotou-se aqui o médico de família. Mas este País grande tinha uma medicina avançada, de resolubilidade. Quem não se orgulhava de Zerbini e do Professor Hilton Rocha, oftalmologista de Belo Horizonte? Passei, vi e senti a decadência da medicina de resolubilidade. Com as tabelas de cirurgia, uma próstata... Deus me livre! Eu operei muito, João Batista, mas é muito complicado, é muito trabalho! Ninguém está fazendo mais.

Basta dizer que os médicos residentes, que são os sonhadores, os idealistas que querem buscar a ciência para a consciência e, com ciência, fazer avançar a medicina, estão em greve! Hoje é dia 23: no dia 1º de novembro, os médicos residentes entraram em greve. Eles é que fazem funcionar os hospitais grandes. São 17 mil médicos residentes, que ganham um pouco mais de R\$1.000,00. Não dá para eles subsistirem. Eles têm que pegar condução, comer, vestir, comprar livro. Livro é caro, Senador João Batista! E ninguém resolve. Eles querem um preceptor, um professor para orientá-los e que não sejam vistos como trabalhadores de mão-de-obra barata. Está tudo parado. Os hospitais não estão funcionando. Funcionam 30%, porque são os residentes que os fazem funcionar.

Então, não vai bem a saúde. Para os ricos, vai. Os ricos têm dinheiro e planos de saúde. Mas, nesses hospitais em que estão em greve os médicos residentes, não estão operando nada! Está na fila o povo pobre. E o povo pobre é que foi enganado. Foi uma caridade, foi bom. Caridade é bom, Ana Carepa; faça caridade em seu governo. O apóstolo Paulo disse: “Fé, esperança e caridade”. O Bolsa-Família é uma caridade.

Eu fico com Luiz Gonzaga lá do nosso Piauí. O cântico, Motta, comunica mais que os discursos. Daí, os salmos da Bíblia. É cântico! É Davi dedilhando sua harpa e cantando, não é verdade? Pois Luiz Gonzaga disse: “Uma esmola pra um homem que é são/ ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. É isso, Presidente Lula! Vossa Excelência, que é do Nordeste, não viu essa mensagem de Luiz Gonzaga, o nosso salmista?

Vou lhe dar um dado sobre educação, Ana Carepa, já que sei do seu entusiasmo, do seu ideal – seu povo escolheu bem. Trinta e sete por cento dos jovens do não têm o ensino fundamental no Brasil. Eu acho que o que lhe deu coragem foi a nossa viagem ao Chile. Bachelet...

Eu sempre fui você, mais do que Bachelet. Você é mais bonita do que ela, mais inteligente, mais ousada. Quando estivemos lá, Bachelet fazia campanha. Medite: Ricardo Lagos, ex-presidente do Chile obedecia a Constituição, que dizia que o chileno tinha de ter oito anos de ensino, todos – se não tiver, vai preso o responsável. Antes de sair, ele aumentou para doze anos.

Além disso, Motta, agora são obrigados a falar duas línguas: o espanhol, a língua nativa, o idioma pátrio deles, e o inglês. Não vou comparar o Brasil com o Primeiro Mundo, mas vejam aí o Chile, que é bem ali. Aliás, eles se dizem a Inglaterra da América do Sul; para eles, Santiago é Londres. Comparados ao Chile, não estamos bem na educação.

Quanto à agricultura, vou fazer minhas as palavras daquele líder do PT que passou aqui, Delcídio Amaral.

Lá no meu Piauí diziam que a nossa bandeira era um couro de bode. Lá tem muito bode, somos fortes na caprinocultura, na ovinocultura – tem pouco colesterol. E há o gado. Nos primórdios da civilização saiam da minha cidade navios para vender carne para o Sul e para a Europa. Pois é, Senador Heráclito Fortes, agora não pode, porque não há vacinas para a febre aftosa. O gado, que era valorizado, que era vendido por R\$600,00, agora está sendo vendido pela metade, porque só pode ter o valor interno.

É, tem risco desconhecido, alto risco, médio risco, pequeno e controle. O Piauí voltou para o risco desconhecido. Rindo, Heráclito? Risco desconhecido! Vacina, isso é que pedimos ao Presidente da República. Temos de acordar para resolver isso. E me compete estar aqui e lembrar ao Presidente da República que o Piauí votou nele, Sua Excelência foi eleito, o Governo é do Piauí.

Heráclito, porto de Luiz Correia: são US\$10 milhões... Vejo tanta roubalheira aí, Heráclito... A estrada de ferro Luiz Correia/Parnaíba/Teresina: V. Ex<sup>a</sup> hoje, presidindo com muita dedicação a Comissão de Infra-Estrutura, se preocupava em todos nós encaminharmos recursos. E prometeram isso ao Alberto Silva. Disseram que em sessenta dias estaria. E ele foi e apoiou. E nada, nenhum trem, apito, nada.

Aeroportos internacionais, prometeram dois. Pois não tem mais nem vôos nacionais em Parnaíba, em São Raimundo Nonato, onde fizeram a propaganda enganosa de aeroportos internacionais. E a revitalização dos Tabuleiros Litorâneos e dos Platôs de Guadalupe? E o Hospital Universitário, Heráclito, que há quase quinze anos é um simples ambulatório? E a Universidade do Delta?

Aliás, tenho um projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação, cujo Relator foi o Senador Alvaro Dias, e está lá. Cadê a maioria deste Presidente que não respeita o Piauí? Eles não aprovam. É tanta coisa imoral!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Já, já.

E o pronto-socorro municipal com que Heráclito sonhou? Heráclito deu início a ele em 1989, Paim; eu era de Parnaíba, por isso é que sei. Está lá. Eu vi o Presidente Lula com o Governador do PT há quatro anos. Eu fiz um pronto-socorro anexo em um ano. Atentai bem, Paim: esse pronto-socorro foi começado com Heráclito. Heráclito, foi em 1989, 1990, 1991 ou 1992 que V. Ex<sup>a</sup> começou o pronto-socorro?

E a estrada para a nossa produção de grãos, a Transcerrado? Uma refinaria de petróleo em Paulistana: tem sentido, Lula; os técnicos aprovaram, João Batista. Não é o Chávez que sabe não, somos nós. Não tem sentido, Suplicy, era Brasília não ter sentido. Por que Juscelino fez Brasília? Para integrar este País, que só era Rio, São Paulo e litoral. Investiu, investiu, e hoje Brasília é cidade padrão, aproximou as regiões do País e tem a melhor qualidade de vida.

Os técnicos exigem a refinaria de Paulistana. Paulistana é no sul do Piauí, equidistante para todas as capitais: Boa Vista, Macapá, Fortaleza, Teresina, Natal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Mão Santa, eu gostaria de contar com a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Seriam investimentos de grandeza para tirar o Piauí do subdesenvolvimento.

E a vacinação do gado?

Na carcinicultura, a cultura do camarão, tivemos vinte milhões de dólares e baixou...

Com a palavra o Senador pelo Piauí Heráclito Fortes, que hoje lutava bravamente na comissão que preside para aprovar no Orçamento verbas úteis ao Piauí.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz não um pronunciamento, mas um desabafo contra os maus tratos que vêm sendo impostos ao Piauí e contra as promessas não cumpridas. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz esse desabafo com toda justiça e razão. O Presidente Lula esteve no Piauí durante a campanha para o segundo turno e disse que o Banco do Estado era intocável. Agora, vemos o anúncio de que a venda, a privatização, é irreversível. E o Presidente a combatia! Vemos hoje os próprios companheiros de Lula, o Sr. Stédile no caso, criticando e condenando o projeto do biodiesel, que foi montado naquele Estado por um empresário paulista, que chegava lá de jatinho e agora foi denunciado por estar proibido, inclusive pela legislação nacional, de ter empresa de mercado aberto. Aliás, é bom que a Senadora e Governadora Ana Júlia Carepa esteja aqui, pois me falta uma única informação – depois quero conversar com S. Ex<sup>a</sup> a esse respeito. Comenta-se, no Piauí, que o Sr. Loren-

zetti – que eu me acostumei, quando menino, a conviver como chuveiro, mas agora chuveiro no Brasil é sinônimo de sujeira –, o mesmo Sr. Lorenzetti que se associou a um projeto de fruticultura no Pará e quebrou o investimento, estaria no lançamento do projeto do biodiesel, no Piauí. O povo piauiense padece dessa questão, porque investiu de maneira otimista no que o Presidente anunciou, dizendo, inclusive, que era uma nova Petrobras do biodiesel. E deu no que deu. V. Ex<sup>a</sup> se lembra das promessas de 20 mil empregos em 2005, que a Companhia Vale do Rio Doce faria naquela região, e nada disso aconteceu. E o mais grave, Senador Mão Santa, é que hoje eu e V. Ex<sup>a</sup>, em nome do Piauí, colocamos emendas para a construção da interligação da Ferrovia Transnordestina, para as eclusas, o gasoduto e o turismo. Vamos rezar para que não haja uma perseguição ao Piauí e o Governo Federal não corte esses gastos, se forem aprovados. Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes, e aplaudo o esforço de V. Ex<sup>a</sup> em carrear as emendas na Comissão de Infra-Estrutura, que V. Ex<sup>a</sup> preside com muita eficiência. E eu faço parte dela, representando o Piauí.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem. Atentai, Senador Eduardo Suplicy: eu vi o Presidente – e o Governador é do PT – dizer que construiria cinco hidroelétricas no Piauí. Foi construída uma, na Presidência de Castello Branco, que nem está concluída. Faltam as eclusas. Eu gostaria que concluíssem pelo menos o que já existe.

Eu agradeço, Senador Heráclito. E as nossas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – ...últimas palavras são para lembrar ao Presidente Lula que está equivocado. Rui Barbosa, em seu longo mandato de 32 anos, creio que quase 70% ou 80% dele foi opositorista. Foi benfazeja a oposição de Ulysses, como anticandidato, a de Mário Covas, de Tancredo, de Teotônio e de Ramez. O nosso PMDB, Senador Heráclito Fortes, aquele ao qual V. Ex<sup>a</sup> já pertenceu.

Nesta Casa, entendemos que o povo é quem decide. O povo elegeu, os vitoriosos vão governar. Nós somos oposição. E para o Senado da República virão Roriz, Jarbas, Almeida Lima, Garibaldi, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Pedro Simon, e vamos em busca do suplente de Ramez Tebet e de uma oposição que ajude a construir a nossa democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a presente sessão por mais dez minutos, a fim de que possamos ouvir o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos. Depois, o Senador Heráclito Fortes, por mais cinco minutos.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, Srs. Senadores, ontem, o Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya Gomes expressaram a sua preocupação com respeito à informação segundo a qual a Petrobras teria interrompido um entendimento com empresas para a construção de uma siderúrgica no Estado do Ceará. Eu então telefonei para o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, que estava em viagem, mas o Diretor Ildo Sauer me prestou algumas informações. De pronto, passei o telefone para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que ouviu as explicações do Diretor, que inclusive encaminhou, ontem à noite mesmo, uma comunicação, uma nota oficial da Petrobras a respeito do Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC, em que esclarece os fatos que até agora ocorreram.

Explicou-me o Diretor Ildo Sauer que ainda não foi considerada definitiva a decisão da Petrobras de negar a possibilidade de um entendimento. Portanto, esse entendimento ainda se tornará possível, dependendo, obviamente, do que for objeto de diálogo entre a Petrobras e os empresários relacionados à Usina Siderúrgica do Ceará.

A nota que o Diretor Ildo Sauer me enviou diz o seguinte:

“Assunto: Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC – Reuniões após a Petrobras ter notificado ao Governo do Ceará, sobre a extinção do Contrato de Contrapartidas (resumo em anexo).

Em 16.10.06, o Presidente, Gabrielli reuniu-se com a CearaSteel e expressou que as condições negociadas em 2003 para o suprimento do gás natural produziam, no cenário atual de preço de energia, um desequilíbrio econômico para a Petrobras, e que a superação deste fato deveria ser negociada empresarialmente entre as Cias.

A seguir foram realizadas reuniões com a CearaSteel nos dias 20.10.06, 23.10.06, 25.10.06, 27.10.06 e 06.11.06, objetivando buscar uma solução que desse equilíbrio a um contrato de fornecimento de gás natural da Petrobras para a USC e que conduzisse a uma simetria de benefícios às partes. A Petrobras apresentou à USC as seguintes informações:

1. Planilha explicativa do desequilíbrio do contrato, que seria da ordem de US\$500 milhões.

2. A situação de suprimento (restrição de suprimento de gás natural, aumento de custos de exploração e produção e equipamentos, dificuldades de suprimento da Bolívia, e os níveis de preços atuais e futuros de gás natural).



3. Gráficos de variação de possíveis indexadores do preço do gás natural (GNL, óleo combustível, aço, petróleo) para avaliar a correlação ou não com o preço do gás natural.

O Bradesco (assessor financeiro da USC) apresentou o estágio avançado do projeto e sua situação, como segue:

1. Capex Total: US\$815 milhões, Equity: 35% (US\$285 mm); Debt: 65% (US\$529 mm) – *Project Finance*.

2. A participação dos sócios seria de: Dongkuk 65%, Danieli 25% e CVRD 10%.

3. Financiadores do projeto: Korea Eximbank, SACE, MCC, CAFFMO, e BNDES (com garantia do Bradesco).

4. Energia assegurada em contrato com a Chesf ao preço de cerca de R\$80/Mwh;

5. Minério: pré-contrato com preço de mercado;

6. **Off taking** de placas de aço, pré-contrato com preço de mercado;

7. O EPC US\$480mm (contudo nacional: 50%);

8. Garantidas contrapartidas do Governo do Estado do Ceará (cerca de US\$1,38/MMBTU), além de investimentos em infra-estrutura (esteiras) e venda de terreno a preço favorecido.

Na reunião realizada ontem [esta nota é de 22 de novembro, portanto, no dia 21/11], a Petrobras se dispôs a apresentar três cenários diferentes de preço de gás natural para suprimento da USC e solicitou que as equipes técnicas das duas companhias se reunissem para verificar os impactos nos resultados do projeto e analisar os mecanismos para mitigá-los. Reunião está pré-agendada para 23.11.06.

Portanto, hoje.

A Petrobras vem sistematicamente buscando demonstrar à USC que há dificuldades no suprimento de gás natural e que o preço desse insumo deve acompanhar o comportamento do mercado de energia, mesmo com defasagem de tempo.

Sr. Presidente, essa nota explica que existe a possibilidade de um entendimento entre a Petrobras e a USC. E o estágio em que se encontra é dessa natureza.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> foi tão generoso com os Senadores que me antecederam, e eu gostaria de ler a mensagem do Bispo Desmond Tutu, expressa em videoconferência no encerramento do XI Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado na África do Sul, em Cape Town, no dia 4 de novembro passado. Trata-se de uma nota de uma lauda e meia. Conseguirei lê-la, se V. Ex<sup>a</sup> me conceder seis minutos, no máximo.

Eis a palavra do Emérito Arcebispo Desmond Tutu para o Congresso Internacional da BIEN – Basic Income Earth Network.

Obrigado por me convidar para participar do 11º Congresso da BIEN – Basic Income Earth Network. Lamento não poder estar com vocês pessoalmente, uma vez que sei que vocês têm discutido um tópico que me emociona profundamente.

Como podem ver, vocês e eu estamos numa encruzilhada histórica. Uma estrada se dirige para cima, para um patamar mais alto de igualdade social e inclusão, dignidade humana, participação plena na economia, prosperidade e crescimento. A outra estrada conduz para baixo em direção à pobreza e desigualdade econômica crescente, conflito social, aumento de desemprego e insegurança perversa. A estrada descendente é caracterizada pelo egoísmo e ganância. Ela ameaça a estabilidade de nossas famílias e até mesmo todo tecido social.

Temos a única oportunidade de erradicar a fome e a pobreza indesejáveis, para ter a certeza de que ninguém caia na miséria absoluta. Talvez pela primeira vez na história, temos os recursos, o conhecimento e a tecnologia para tornar a fome e a dependência em relíquias do passado. Mas teríamos a vontade? Só poderemos atingir esse objetivo se aprendermos a utilizar as riquezas e os recursos confiados a nós para construirmos uma segurança humana real. A segurança humana não vem de bombas mais potentes, mísseis mais inteligentes, armas mais poderosas e técnicas de interrogação mais brutais – ela vem de pessoas saudáveis e educadas, habilitadas a cuidar delas mesmas e de suas famílias, com a convicção de que, se caírem, haverá uma rede – uma sociedade com compaixão e cuidados – para apanhá-las e um trampolim para erguê-las para vidas mais sustentáveis.

Ao redor do mundo, muitos governantes estão reconhecendo a importância dos programas de transferência de renda no combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento, melhorando a produtividade e estimulando o crescimento econômico. Não é surpresa que muitas economias emergentes – incluindo México, Brasil e meu próprio país, África do Sul – expandiram recentemente os seus programas de transferência de renda. Já existem sinais encorajadores mostrando que essas iniciativas estão resultando em melhorias sustentáveis nos padrões de vida das famílias pobres.



Porém, muito ainda pode e deve ser feito. Em primeiro lugar, as exigibilidades muitas vezes requisitadas pelos programas de transferência de renda tendem a impedir as famílias mais pobres – as pessoas que mais desesperadamente necessitam de um complemento de renda – de obter os benefícios. Benefícios universais, que podem ser alcançados de outras formas, oferecem uma das mais simples e mais efetivas estratégias para superar esse problema. Se não conseguirmos estender e fortalecer as redes de proteção social, correremos o risco de condenar a próxima geração para um futuro onde o abismo entre ricos e pobres ficará cada vez mais profundo. Outro perigo dessa falha é que maior número de pessoas cairão cada vez mais fundo para a armadilha de pobreza de onde serão incapazes de escaparem sozinhas.

Um relatório recente do governo britânico alertou que as famílias mais pobres e mais marginalizadas no mundo conseguiram pouco ou nenhum benefício para atingir as Metas do Milênio das Nações Unidas, relacionadas à saúde e à educação. Os investimentos públicos sozinhos não foram suficientes para permitir a esses setores alcançarem os mais pobres dos pobres, porque as famílias carentes enfrentaram obstáculos que as impediram de fazer uso desses serviços. Problemas de transporte, a necessidade de assegurar o pão diário e a presença de outros fatores relacionados à pobreza inibiram o acesso a esses serviços. Nesse ambiente, os programas de transferência de renda oferecem benefícios múltiplos. Não apenas elas fornecem alívio direto à fome, permitindo às famílias adquirirem alimentos e outras necessidades básicas, mas também possibilitaram às famílias terem investimentos a longo prazo na saúde e na educação, aumentando, portanto, o impacto do gasto público nessas áreas. Na África do Sudeste, onde o epidêmico HIV/Aids tem causado enorme custo humano, as transferências de renda podem melhorar a nutrição das famílias, aumentar o acesso às medicações vitais, melhorar a eficácia dos programas de prevenção e de tratamento, permitindo às pessoas desfrutarem de uma vida mais longa e mais saudável.

Transferências de renda não são simplesmente uma matéria inerente às nações em desenvolvimento. Vivemos em um mundo onde os avanços tecnológicos reduzem a necessidade da força de trabalho humano, particularmente da mão de obra não especializada. Mesmo nas nações

industrializadas, mais e mais pessoas precisarão descobrir novos caminhos para conseguirem sustentos para si mesmas e para suas famílias. À medida que as economias mudam, as famílias enfrentam, cada vez mais, períodos de incerteza e de transição. Os programas de transferência de renda podem fornecer estabilização de renda vital durante esses períodos. Eles também podem ajudar a alcançar uma distribuição de renda mais eqüitativa, reduzindo com isso as desigualdades de renda que muitas vezes emergem nos períodos de crise econômica.

Meus amigos, não preciso lembrá-los da importância e dos benefícios das campanhas, tais como os movimentos da Renda Básica que foram projetados para melhorar a dignidade, o bem-estar e a inclusão de todas as pessoas e de aproximar-nos à nossa visão de igualdade social. Deixe-me agradecer-los pelo comprometimento compartilhado para esse nobre objetivo e encorajá-los a continuar batalhando pela boa causa. Vamos trabalhar juntos para redobrar os nossos esforços, para construir pontes entre governos, empresas, trabalho, comunidades religiosas e outras organizações da sociedade civil para apressar o dia em que todos livrar-se-ão da fome, carência extrema, e possam ter acesso a um salário social de – pelo menos – dois dólares por dia. Que Deus abençoe todos vocês nos seus trabalhos.

Senador Mão Santa, essa é a palavra do Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, para o 11<sup>o</sup> Congresso Mundial da Renda Básica de Cidadania.

Aceito o seu convite para ir ao Piauí e lá realizar um debate, inclusive sobre os dizeres de Luiz Gonzaga, aqui também lembrados quando votamos o Programa de Garantia de Renda Mínima em 1991. Em 2002, quando V. Ex<sup>a</sup> ainda não brilhantava este Senado com a sua presença, também lembramos Luiz Gonzaga, que disse: “Uma esmola pra um homem que é são/ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

Mas, em verdade, o direito de todas as pessoas de participarem da riqueza da Nação não deve ser visto como uma esmola, Senador Mão Santa. O direito de todas as pessoas no Piauí de terem o suficiente para se alimentarem e viverem com um mínimo de dignidade é um direito que deve ser estendido a todos e não ser visto como uma esmola, mas como um direito inalienável da pessoa humana de participar da imensa riqueza dos recursos naturais desta Nação.

Devemos caminhar, Senador Mão Santa, para que se torne um direito universal de toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, seguindo a previsão de John Maynard Keynes, quando, em 1930,

escreveu sobre as possibilidades de vida para nossos netos e previu que, em 2030, se a humanidade deixar de utilizar meios bélicos, de promover a guerra, de realizar a guerra, e passar a utilizar todo o progresso científico, que tem sido extraordinário, poderá garantir a todos o direito de viver com dignidade, provendo suas necessidades vitais e, obviamente, garantindo o direito de ter um trabalho.

Em verdade, os estudos realizados por todos aqueles que têm profundamente analisado as transferências de renda, o conceito da renda básica de cidadania, chegaram à conclusão de que será o sistema que mais irá promover aquilo que V. Ex<sup>a</sup> aqui tem tanto expressado, que é o direito de todas as pessoas efetivamente trabalharem. Portanto, o direito a uma renda básica de cidadania é mais do que consistente com o objetivo de garantirmos a todos e estarmos muito mais próximos da realização do objetivo de pleno emprego para toda a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não, não. Artigo 14.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Não, eu concedo o aparte, se for possível

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não, o Presidente julga, peço a palavra pelo art. 14.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Eu pensei que o Senador iria me honrar com um aparte

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Eu estava querendo contar com a colaboração dos Senadores, devido ao adiantado da hora e pela situação dos funcionários.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não estou compreendendo o Senador Suplicy, que é realmente, sem dúvida nenhuma, o homem mais virtuoso do Partido dos Trabalhadores. É difícil encontrarmos gente com virtudes naquele Partido, que eu já afirmei certa vez que lembra uma organização criminosa.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. V. Ex<sup>a</sup> poderia estar falando...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Não, espere ainda, eu estou...

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – É um Partido que tem cerca de um milhão de brasileiros, há muitas pessoas, inclusive no seu Estado, que são extremamente corretas

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – E V. Ex<sup>a</sup> é o melhor deles. Pronto! V. Ex<sup>a</sup> está equivocado com o meu raciocínio. Eu citei realmente o nosso poeta Luiz Gonzaga e achei que ele era igual a um salmista e que a música – como V. Ex<sup>a</sup> tem filhos músicos, artistas –, a

música comunica-se melhor que discurso e palavra. Luiz Gonzaga ensinou no meu Nordeste isto: “Uma esmola para um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Mas o que penso é o seguinte, com todo o respeito, não sou contra a esmola: fé, esperança e caridade. Assim se expressou Paulo, o Apóstolo, que disse mais ainda: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”. E mais ainda: “Ecoa no mundo a voz de Deus, que disse: comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem de Deus a todos os governantes: propiciar o trabalho. O trabalho é que vem antes. O trabalho é que faz a riqueza. O trabalho é que faz essa renda mínima e renda máxima.

Defendemos que é obrigação e dever de todos os governantes propiciar o trabalho. O trabalho é que dá dignidade, que dá grandeza, que ufana. Apenas isso. Nós, momentaneamente... Pelo contrário, a sociedade moderna que eu represento, a medicina... Acaba de chegar um Deputado psiquiatra, Dr. Marcelo. Até a psiquiatria orienta o trabalho como terapêutica ocupacional, para tornar são o que tem deficiência mental.

Então, eu cultivo e encaminho a minha mensagem como a de Deus: ao trabalho. O trabalho traz a riqueza, a felicidade e a dignidade. Essas são as nossas palavras.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Então, gostaria de propiciar a V. Ex<sup>a</sup> a mensagem da 2<sup>a</sup> Epístola de São Paulo aos Apóstolos, para que todos nós venhamos a seguir o exemplo de Jesus, que, em sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar e viver entre os mais pobres, de tal maneira que: “Para que haja igualdade e justiça, todo aquele que colheu muito não tenha demais e todo aquele colheu pouco não tenha de menos”.

Muito obrigado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sr. Presidente, diante do que acabamos de ver e por dever de justiça, eu gostaria de propor a V. Ex<sup>a</sup> que crie, nas vésperas de Natal, um culto ecumênico para que possamos orar pelo ano que termina e pedir proteção para o ano que se inicia, comandado por Mão Santa e Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2<sup>o</sup>, do Regimento Interno.)



## NOTA

Assunto: Projeto Usina Siderúrgica do Ceará – USC - Reuniões após a Petrobras ter notificado ao Governo do Ceará, sobre a extinção do Contrato de Contrapartidas (resumo em anexo).

Em 16.10.06, o Presidente Gabrielli reuniu-se com a CearaSteel e expressou que as condições negociadas em 2003 para o suprimento do gás natural produziam, no cenário atual de preço de energia, um desequilíbrio econômico para a Petrobras, e que a superação deste fato deveria ser negociada empresarialmente entre as Cias.

A seguir foram realizadas reuniões com a CearaSteel nos dias 20.10.06, 23.10.06, 25.10.06, 27.10.06 e 06.11.06, objetivando buscar uma solução que desse equilíbrio a um contrato de fornecimento de gás natural da Petrobras para a USC e que conduzisse a uma simetria de benefícios às partes. A Petrobras apresentou à USC as seguintes informações:

1. Planilha explicativa do desequilíbrio do contrato, que seria da ordem de US\$ 500 milhões.
2. A situação de suprimento (restrição de suprimento de gás natural, aumento de custos de exploração e produção e equipamentos, dificuldades de suprimento da Bolívia, e os níveis de preços atuais e futuros de gás natural).
3. Gráficos de variação de possíveis indexadores do preço do gás natural (GNL, óleo combustível, aço, petróleo) para avaliar a correlação ou não com o preço do gás natural.

O Bradesco (assessor financeiro da USC) apresentou o estágio avançado do projeto e sua situação como segue:

1. Capex Total: US\$ 815 milhões, Equity: 35% (US\$285 mm); Debt: 65% (US\$529mm) - *Project Finance*.
2. A participação dos sócios seria de: Dongkuk 65%, Danieli 25% e CVRD 10%
3. Financiadores do projeto: Korea Eximbank, SACE, MCC, CAFFMO, e BNDES (com garantia do Bradesco).
4. Energia assegurada em contrato com a CHESF ao preço de cerca de R\$ 80/Mwh.
5. Minério: pré-contrato com preço de mercado;
6. *Off taking* de placas de aço, pré-contrato com preço de mercado;
7. O EPC US\$ 480mm (contudo nacional: 50%);
8. Garantidas contrapartidas do Governo do Estado do Ceará (cerca de US\$ 1,38/MMBTU), além de investimentos em infraestrutura (esteiras) e venda de terreno a preço favorecido.

Na reunião realizada ontem, 21.11.06, a Petrobras se dispôs a apresentar três cenários diferentes de preço de gás natural para suprimento da USC e solicitou que as equipes técnicas das duas companhias se reunissem para verificar os impactos nos resultados do Projeto e analisar os mecanismos para mitigá-los. Reunião está pré-agendada para 23.11.06.

A Petrobras vem sistematicamente buscando demonstrar a USC que há dificuldades no suprimento de gás natural e que o preço deste insumo deve acompanhar o comportamento do mercado de energia, mesmo com defasagem de tempo.

## ANEXO

O Contrato de Contrapartidas entre a Petrobras e o Governo do Estado do Ceará foi assinado em 17/10/05, com interveniência da USC *Offshore Trading* LLC e da Usina Siderúrgica do Ceará Ltda. (USC *Onshore*), tendo como seu anexo o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, e contendo as seguintes condições precedentes, para sua vigência:

- a) publicação do ato de enquadramento da USC *Offshore Trading* LLC e da USC *Onshore* no PROINEX no Diário Oficial do Estado do Ceará;
- b) publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará da Lei de aprovação e ratificação do Contrato de Contrapartidas, incluindo autorização da constituição da garantia prevista no mesmo;
- c) publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará de todos os atos normativos necessários e suficientes para estabelecer os procedimentos a serem adotados pelo Governo do Estado do Ceará e pela Petrobras:
  - i. no processo de pagamento das contrapartidas, com base no modelo de Relatório de Contrapartidas anexo ao Contrato de Contrapartidas e;
  - ii. na efetivação da compensação tributária de que trata o Contrato de Contrapartidas, de forma a assegurar de forma plena e irrestrita, observadas as disposições legais aplicáveis, a operação de compensação tributária pela Petrobras e/ou suas afiliadas no caso de não pagamento do valor constante do Relatório de Contrapartidas;
- d) uma vez verificado o adimplemento de todas as condições supracitadas, entrega pela USC *Offshore* de todas as vias do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, devidamente assinadas pelos seus representantes legais.

Essas condições, que seriam de fundamental importância para garantir à Petrobras o conforto jurídico de que os compromissos assumidos seriam cumpridos, bem como para garantir a comutatividade das obrigações, não foram cumpridas, sendo o entendimento de que não restam quaisquer obrigações da Petrobras em função dos instrumentos contratuais relacionados ao Projeto USC, conforme pareceres do Jurídico da Petrobras:

*"... a..publicação no DOE da Lei de aprovação e ratificação do Contrato de Contrapartidas, incluindo a autorização da constituição de garantia prevista no mesmo", não foi integralmente cumprida, pois...há a necessidade de autorização legal expressa e específica para a constituição da garantia pelo Estado...a ...publicação da legislação*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a compreensão do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por 5 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, eu já não iria mais falar, mas os companheiros aqui, funcionários do Senado, pediram-me que eu falasse um pouco sobre assunto relevante.

Senador Mão Santa, Deputado Marcelo Castro, que abrilhanta esta Casa com a sua presença, às vezes não consigo entender a atitude de certas pessoas. Não sei, Senador Eurípedes, por que esse pânico de setores do PT com essa CPI que tento instalar e que tem como objetivo apurar desvios de recursos públicos.

Sr. Presidente, fiz isso de boa-fé e movido por aquilo que o Presidente Lula disse por tantas vezes, na sua peregrinação eleitoral pelo Brasil afora e de maneira mais enfática nos debates de que participou no segundo turno, nas televisões brasileiras.



Quero dizer, pela última vez, Senador Eduardo Suplicy, a todos aqueles que têm sob sua responsabilidade direção de ONGs ou Oscips e que são de interesse público e prestam serviços à sociedade que durmam absolutamente tranqüilos. O objetivo, pelo contrário, é fortalecer essa prática. Mas não é justo, aceitável ou admissível que pessoas de má-fé e inescrupulosas usem o benefício da lei para se beneficiar.

Eu tenho sido alertado, por alguns companheiros, para o fato de que setores do Governo preparam campanhas, notícias em *blogs*, regiamente pagos pelo Governo ou por quem lhe presta o serviço, para tentar me desestabilizar. Pelo meu peso e pela minha experiência, não será tão fácil – previno os mal-intencionados. Não sei por que essa tentativa de não se apurar a verdade.

Mas, Deputado Marcelo Castro – V. Ex<sup>a</sup> deve conhecê-lo, eu não o conheço –, hoje fui criticado por um Deputado chamado Paulo Rubem. Deve ser um homem correto. Não o conheço. Não devo ter convivido com ele na Câmara dos Deputados. Daí por que o meu constrangimento em responder a uma pessoa que não conheço. Ele chama de demagógica a minha intenção de tentar apurar fatos graves que o Brasil todo já conhece, Senador Suplicy.

Desde quando querer a verdade é demagogia? Desde quando querer apurar desvio de recursos públicos é demagogia?

Como o PT é um Partido organizado, tenho medo de cometer injustiça com esse senhor, até porque pode ser que ele esteja apenas cumprindo uma tarefa que lhe foi imposta pela Liderança. O correto seria ele me procurar, saber dos fatos e das minhas intenções.

Ele diz:

O pedido do Senador Heráclito Fortes (PFL – PI) para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar a liberação pelo Governo de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs), segundo Paulo Rubem, foi uma atitude “demagógica” do Senador. O deputado afirmou que o pouco tempo que resta – menos de um mês – para o recesso da Câmara, inviabiliza as investigações.

Em primeiro lugar, Deputado, a minha CPI – que, aliás, é do povo brasileiro, já não é minha – tem sido, pelo menos até agora, exclusivamente do Senado Federal.

Oscar Niemeyer, na sua concepção arquitetônica, inverteu as duas conchas do Congresso, limitando espaços e diferenciando cores, para que cada um de nós tivesse a consciência do dever que temos a cumprir

nas duas Casas. Fica-nos reservado o direito, apenas durante o funcionamento do Congresso Nacional, de nos juntarmos, mas a atividade isolada de cada uma das Casas tem de ser respeitada.

Os melhores anos da minha vida foram passados na Câmara, mas...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** –... evito, por cautela, visitar com constância aquela Casa que me acolheu tão bem e na qual fui Líder do Governo no Congresso, Vice-Presidente por quatro anos, membro da Mesa por mais algumas vezes e Líder.

Deputado Paulo Rubem, não o conheço, do mesmo jeito que acho que V. Ex<sup>a</sup> não me conhece. Daí por que esse constrangimento. A educação política e a ética mandavam que pelo menos um telefonema fosse feito.

Vejam bem, Deputado Marcelo Castro e Senador Mão Santa, a ignorância. O Deputado termina assim: “Nunca se ouviu da sua boca investigação de nada”.

Deputado Marcelo Castro, evidentemente o Regimento não permite a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, mas esse Deputado Paulo Rubem foi eleito por que Estado e está aqui desde quando? Ele é suplente e assumiu no decorrer do mandato ou foi eleito? (Pausa.)

Segundo mandato? Foi meu Colega na Câmara, e eu não o conheço? E ele não me conhece? Dizer que nunca investiguei nada?! Ele não sabe que fui membro da CPI do Banestado? Da CPI dos Correios? E que a investigação que fiz me levou inclusive a programas de televisão de repercussão nacional? Ou ele é ausente, omissio, desinteressado, ou tem má-fé!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Senador Eduardo Suplicy, proponho a V. Ex<sup>a</sup> que convide a mim e ao Sr. Paulo Rubem para um café em seu gabinete, para que eu não fique respondendo ou sendo respondido por um desconhecido.

Tenho ligações familiares com Pernambuco. Vivi anos da minha vida naquele Estado, que quero muito bem, e não tive também a felicidade, nas minhas idas e vindas, de saber da sua atuação.

Portanto, quero pedir ao Deputado desculpas pela minha eventual ignorância e dizer que estou aberto para mostrar a S. Ex<sup>a</sup> o meu ponto de vista sobre a necessidade e a urgência da constituição dessa ONG.

Senador Suplicy, como algumas pessoas mudam – não é o caso de V. Ex<sup>a</sup> –, e aqueles mesmos que citavam Vandré, “quem sabe faz a hora não espera acontecer”, estão querendo adiar problemas, com medo da verdade ou não sei de quê! É triste, é lamentável!

Pois não, Senador Suplicy, concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, com respeito à possibilidade de V. Ex<sup>a</sup> ter um diálogo com o Deputado Paulo Rubem, no meu gabinete, é claro que ela está aberta. Conversarei com ele sobre isso. Acredito que ele tenha feito essa observação tendo em conta que temos praticamente três semanas, se for considerado o dia 15 de dezembro, para concluir os nossos trabalhos. Eventualmente, quando a lei do Orçamento não é votada até dezembro, amplia-se o prazo para o término dos trabalhos. Mas todo esforço parece estar sendo feito para que os nossos trabalhos deste período legislativo se concluam até no máximo uma semana depois do dia 15 de dezembro. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> também estará fazendo esforço para que a lei orçamentária possa efetivamente, este ano, ser votada, com entendimento entre todos, até para que possamos iniciar um novo período legislativo sem os atrasos que, por vezes, aconteceram neste período e, em especial, neste ano. Esclareço, no caso, ao Deputado Paulo Rubem, que V. Ex<sup>a</sup> havia apresentado uma proposta de CPI sobre as ONGs há cerca de mês e meio e ponderei a V. Ex<sup>a</sup> que não considerei tão adequada a forma como a havia apresentado. Embora V. Ex<sup>a</sup> se referisse às ONGs, parecia algo restrito a um episódio; portanto, sugeri que o texto fosse melhor redigido. E V. Ex<sup>a</sup>, tendo feito uma redação que considerei mais adequada, quando convidou-me a assiná-la, eu o fiz. É fato, portanto, que um número considerável de Senadores apresentaram... Estamos conscientes de que o prazo para a realização desta Comissão Parlamentar de Inquérito será exíguo e demandará esforço para que ela seja realizada em tempo mais enxuto. Mas quem sabe possa haver progresso no objetivo de V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu nunca havia citado esse episódio porque não havia sido autorizado por V. Ex<sup>a</sup> para tanto, mas já que V. Ex<sup>a</sup> o torna público, quero dizer que é absolutamente verdade. V. Ex<sup>a</sup> me fez uma ponderação, e como sei que os propósitos de V. Ex<sup>a</sup> são sempre sérios – podem ser até equivocados, mas são sérios e bem-intencionados –, sabendo que V. Ex<sup>a</sup> é um homem muitas vezes mais experiente e vivido do que eu, acatei a sua sugestão. Na vida, as pessoas têm de ter humildade. Quando V. Ex<sup>a</sup> me fez a sugestão, tinha a certeza de que era para o meu bem e para o bem do País.

O que frisei aqui, Senador Eduardo Suplicy, foi o fato de ele dizer que nunca me viu abrir a boca para investigar nada. Quero dizer a ele que, nos inquéritos da Câmara, eu não podia interferir – as cassações, não sei como ele votou, se a favor ou contra – por que não sou mais Deputado.

No entanto, mais uma vez, quero demonstrar a minha boa vontade. Assumo, aqui, um compromisso com V. Ex<sup>a</sup>: se é para o bem do Governo, se o Governo quer terminar o Orçamento, atendo a V. Ex<sup>a</sup>, desde que o Governo assumo o compromisso de, ao concordarmos com a suspensão da instalação da CPI este ano, que ela seja a primeira CPI instalada no ano que vem. Aí mostraremos à Nação, Senador Eduardo Suplicy, que o PT não quer colocar nada debaixo do tapete, que não abre mão, apenas dá oportunidade, tendo em vista o tempo exíguo e a necessidade premente do Orçamento. Amanhã, não quero ser acusado de que o Orçamento foi mal votado, que os recursos foram desviados, que os Parlamentares foram corrompidos com recursos parlamentares por falta de discussão mais aprofundada.

Está feito o desafio.

Ao encerrar, Senador Eduardo Suplicy, quero dizer que vou sair daqui hoje incomodado com V. Ex<sup>a</sup>, curioso mesmo. Nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> tem sido um defensor, às vezes, das causas impossíveis para estar coerente com o seu Partido. V. Ex<sup>a</sup> não se manifestou sobre a prisão do colega Juvenil, preso e algemado em Minas Gerais. Quando digo que V. Ex<sup>a</sup> não se manifestou, vale manifestar-se protestando ou defendendo. O Juvenil está entregue às moscas; não recebeu repúdio, nem apoio. Coitado do Juvenil! Quando ele crescer vai aprender em que companhia deve andar.

Senador Mão Santa, se o Juvenil, que é Silva, hoje foi capaz de tanta artimanha para fraudar a legislação brasileira, imagine quando crescer!

Despeço-me, agradecendo ao Senador João Batista Motta, e profundamente agradecido ao Senador Eduardo Suplicy pelo aparte e pela boa vontade.

Muito obrigado e boa-noite.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a compreensão do Senador Heráclito Fortes.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, Romero Jucá e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Governo Lula põe austeridade fiscal em risco”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25-9-2006.

A reportagem destaca que em quatro anos de mandato o governo Lula teve uma contratação líquida de 118,4 mil funcionários civis e militares, mais que o dobro dos 40,9 mil contratados em oito anos do governo FHC.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**SETOR PÚBLICO**

# Governo Lula põe austeridade fiscal em risco

Política enfrenta dez ameaças, como contratação de funcionários públicos seis vezes maior que na era FHC

**Fernando Dantas**  
RIO

Em quatro anos de mandato, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma contratação líquida (admissões menos desligamentos) de 118,4 mil funcionários civis e militares, mais do que o dobro dos 40,9 mil contratados em oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. O ritmo anual de contratações de Lula, de 33 mil funcionários, é seis vezes maior do que o da era FHC, que foi de 5,1 mil.

Segundo o economista Alexandre Marinis, da consultoria Mosaico Economia Política, a explosão de contratações no setor público é um dos "dez precedentes perigosos" que o governo Lula abriu em relação à política de austeridade fiscal que vem prevalecendo no Brasil desde 1999. Apesar de ter elevado o superávit primário em 2003, o governo do presidente Lula, principalmente este ano, tomou uma série de medidas que, na visão do analista, "solapam gradualmente os alicerces da política fiscal, como filetes de água que erodem lentamente o solo até o surgimento da cratera".

Para Marinis, os dez precedentes não derivam apenas de cálculos eleitorais, mas sim de um anseio do governo de flexibilizar prematuramente a política econômica. Ele observa que os efeitos desta política ainda são insuficientes e transitórios não porque ela esteja errada, mas por causa do atraso na aprovação de reforma estruturais "capazes de mitigar os efeitos das inúmeras mazetas fiscais que a Constituição de 1988 lançou sobre o Brasil".

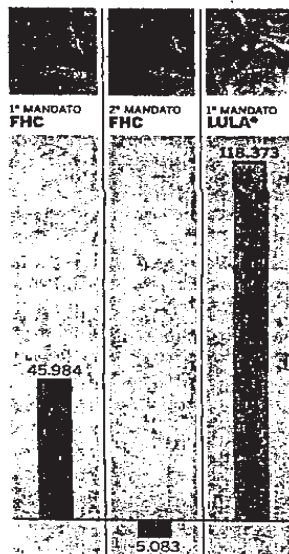
A seguir, os dez precedentes perigosos apontados por Marinis:

**OS RISCOS FISCAIS**

**Precedentes perigosos**

**Novos servidores**

**CONTRATAÇÃO LÍQUIDA**



\*Até julho. \*\*Previsão na programação financeira. \*\*\*Previsão na proposta orçamentária. FONTE: MOSAICO ECONOMIA POLÍTICA. INFOGRÁFICA/VE

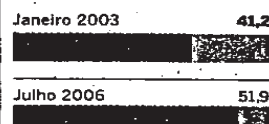
**1. DÍVIDA INTERNA EM ALTA**

Apesar da relação entre a dívida pública líquida e o Produto Interno Bruto (PIB) ter caído de 55,5% do PIB para 50,3% durante o governo Lula, a queda deveu-se exclusivamente à redução da dívida externa, que saiu de 14,3% do PIB para um crédito positivo de 0,7%. A dívida líquida interna, porém, subiu de 41,2% para 51% do PIB.

Contratação de funcionários, aumento da dívida interna e PIB superestimado são os riscos

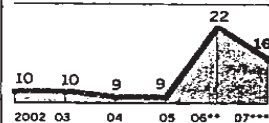
**Dívida Interna em alta**

**VALOR LÍQUIDO EM PORCENTAGEM DO PIB**



**Dividendos**

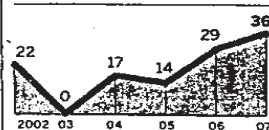
**EM PORCENTAGEM DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO**



**PIB superestimado**

Diferença entre o PIB do Orçamento e a projeção do mercado

**EM PORCENTAGEM**



No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o pior momento fiscal do País nos últimos doze anos, a dívida interna líquida subiu ao ritmo de 3,8 pontos percentuais ao ano. Com a introdução da política de altos superávits primários no segundo mandato do ex-presidente, a tendência foi revertida e o ritmo caiu para 1,6 ponto. Mas com Lula o crescimento

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

voltou a acelerar, indo para 2,3 pontos. O mais preocupante, porém, é que de novembro de 2004 até hoje o ritmo anual de crescimento da dívida interna acelerou-se para 4,7 pontos percentuais por ano.

**2. USO DO PPI**

O Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI) prevê que alguns recursos para investimentos podem não ser considerados despesas para efeito da contabilização do superávit primário. Na prática, porém, em termos do efeito de reduzir a relação dívida/PIB, o uso do PPI corresponde a uma diminuição do superávit primário. Até 2005, o governo nunca de fato lançou mão do mecanismo. Marinis nota que o governo orçou 0,14% do PIB de PPI em 2006 e 0,20% em 2007, e que há preocupação de que o superávit primário previsto de 4,25% do PIB venha efetivamente a ser reduzido naqueles montantes. Para o economista, com este instrumento discricionário, nada impede que o PPI seja aumentado para 0,4 ou 0,6 ponto porcentual de PIB em 2007 e 2008, tornando-se, na prática, um fator de incerteza sobre o superávit primário.

**3. DEPENDÊNCIA DE DIVIDENDOS**

O governo está usando cada vez mais os dividendos das estatais para cumprir a meta de superávit primário. Em 2006, uma parcela de 22% do superávit primário de 4,25% do PIB será composta por dividendos de estatais, comparado com uma média de 11% de 1999 a 2005. Para 2007, está previsto que 16% do superávit venha dos dividendos. Marinis explica que, no caso das estatais não-financeiras, os dividendos são neutros para a política fiscal, já que a redução do dinheiro em caixa das



## Superávit primário depende cada vez mais de dividendos das estatais

empresas conta negativamente para o superávit primário e anula o ganho do Tesouro. Os dividendos dos bancos oficiais, porém, têm efeito positivo, porque seus ativos financeiros não fazem parte do resultado primário e, portanto, só o ganho do Tesouro é contabilizado. No médio e longo prazos, observa o economista, extrair muitos dividendos dos bancos estatais pode ter impacto negativo nas contas públicas. Ele lembra que, entre 1996 e 2001, o governo alocou R\$ 20,6 bilhões para capitalizar bancos federais. Os dividendos arrecadados pela União subiram de R\$ 3,8 bilhões em 2003 para R\$ 10,8 bilhões em 2006, quando mais da metade virá dos bancos oficiais.

### 4. JOGANDO COM O PIB

Desde a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, nunca a projeção de crescimento econômico utilizada pelo governo para fins orçamentários foi tão maior que a previsão do mercado. Para 2007, o governo prevê 4,75% de crescimento, comparado com 3,5% do mercado – a diferença é de 36%. Em 2006, a diferença alcançou 29%. De 2000 a 2005, ela foi, em média, de 12,8%. A projeção de PIB maior eleva a previsão de arrecadação e, portanto, possibilita maiores gastos. Se a projeção não for cumprida, o governo tem de contingenciar o Orçamento para al-

cançar a meta de superávit primário. Quanto maior for a diferença, porém, maior a dificuldade para reajustar os gastos ao tamanho da arrecadação.

### 5. RECEITA EXTRAORDINÁRIA

Em 2006, pela primeira vez na história, foi incluída na programação orçamentária a previsão de uma arrecadação extra de R\$ 4,6 bilhões. Sintomaticamente, a arrecadação extraordinária prevista em função de um "esforço de arrecadação" foi quase idêntica aos R\$ 4,8 bilhões de gastos extras que foram liberados simultaneamente. Marinis observa que "o governo não tem poder discricionário sobre esta arrecadação extra, que depende, entre outros fatores, de decisões judiciais e da obediência dos contribuintes a estas decisões". Desta forma, não é certo que a arrecadação extra de fato ocorra. Na proposta orçamentária de 2007, a previsão de receitas orçamentárias é de R\$ 10,2 bilhões.

### 6. REAJUSTE DOS APOSENTADOS

Em 2006, o governo reajustou os aposentados do INSS que ganham mais de um salário mínimo com a intenção deliberada de dar um aumento real de 1,7%. Isto quebrou um padrão de só dar aumento real para os que ganham o mínimo (e que acontece automaticamente quando este é reajustado). Eventuais aumentos reais dos que ganham mais de um salário mínimo no passado ocorreram por acaso, quando a inflação entre o período de definição do aumento e o momento em que ele foi efetivado foi menor que as projeções do governo. Marinis observa que aquele aumento de 1,7% pa-

rece pequeno, mas não é. Como a média das aposentadorias acima do mínimo é de R\$ 975, muito mais que o mínimo, aquele aumento significou uma despesa extra de R\$ 4,9 bilhões. Para o economista Fabio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), este é um precedente perigosíssimo, porque pode se acrescentar ao jogo político anual de aumento do salário mínimo, quando a oposição tenta forçar o governo a dar reajustes sempre maiores que os propostos.

### 7. CONTRATAÇÃO DESENFREADA

De 2003 até julho de 2006, em três anos e meio, houve a contratação líquida de 47.930 servidores civis e 70.443 militares, num total de 118.373. Nos seus oito anos de governo, de 1995 a 2002, Fernando Henrique Cardoso contratou liquidamente 37.304 servidores civis e 3.597 militares, num total de 40.901. A média anual de contratações líquidas de Lula é três vezes superior à do primeiro mandato de FHC. No segundo mandato, Fernando Henrique reduziu liquidamente o número de funcionários civis e militares em 5.083. Esta disparada nas contratações do governo Lula re-

## Orçamento prevê arrecadação extra que governo não tem como garantir

presenta, para Marinis, um dos mais perigosos precedentes, porque os novos funcionários gozam de estabilidade e terão direito a altas aposentadorias, representando um peso fiscal de longo prazo e incomprimível.

### 8. REAJUSTES GENEROSOS

No final do primeiro semestre, o governo concedeu reajustes salariais a 1,5 milhão de servidores, beneficiando 80% do quadro, com impacto superior a R\$ 5,5 bilhões em 2006, e de R\$ 10,8 bilhões em 2007. Na proposta orçamentária de 2007, está prevista a reestruturação de carreiras no Poder Judiciário, Ministério Público da União e Câmara dos Deputados, e revisão dos ganhos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador-Geral da República. O reajuste dos salários do STF, que são o teto para todos os servidores, tende a desencadear correções no setor público como um todo.

### 9. RENÚNCIA AO CONTROLE

O governo torpedeou a proposta de ajuste fiscal de longo prazo do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tendência reforçada pelo fato de que o dispositivo que prevê a redução em 0,1% do PIB das despesas correntes de 2006 para 2007 foi desconsiderado na proposta orçamentária. O governo também abandonou o discurso de limitação da carga tributária, ao prever que os impostos e contribuições administrados pela Receita Federal aumentarão de 17,23% pra 17,37% de 2006 para 2007.

### 10. AUMENTOS DO MÍNIMO

O aumento real de 25,3% do salário mínimo não é exatamente um precedente, mas acelera uma tendência que já vinha de Fernando Henrique Cardoso. Marinis observa que cada ponto percentual de aumento real do salário mínimo significa R\$ 941,5 milhões a mais de gastos por ano na Previdência, programas sociais e abono e seguro-desemprego. ●

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "O peso do Estado", publicada pela revista **Veja** em sua edição de 04 de outubro do corrente.

A matéria destaca que cada brasileiro trabalha 4 meses e 25 dias por ano para os governos e que nenhum Presidente brasileiro deixou o governo com menos gastos do que quando entrou; por essa razão

o Estado paquidêmico suga com sua tromba gigante 40% da riqueza nacional.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



**O PESO**

**DO**

**ES**

**TADO**

**Cada brasileiro trabalha  
4 meses e 25 dias  
por ano para os governos**

## Nenhum presidente brasileiro deixou o governo com menos gastos do que quando entrou. Desse vício surgiu a tromba gigante de um Estado que já suga 40% da riqueza nacional

Lucila Soares e Sandra Brasil

**N**esta reta final de uma eleição que vai decidir os rumos do Brasil nos próximos quatro anos, VEJA dá sua contribuição a um dos mais acalorados debates da atualidade: qual é, afinal, o papel que cabe ao governo no desenvolvimento de uma nação e na garantia de bem-estar a seus cidadãos? Para isso, partiu de um levantamento que mostra o que aconteceu no Brasil nos últimos cinquenta anos em três grandes áreas — infra-estrutura (estradas, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e telefonia), educação e saúde (acesso ao ensino fundamental e à universidade, mortalidade infantil e expectativa de vida) e consumo de bens duráveis (automóveis, geladeiras, televisores e computadores pessoais). São doze gráficos, nos quais estão identificados os períodos de maior evolução de cada um dos indicadores, quem era o presidente e quais foram as medidas que determinaram o avanço.

O resultado mostra uma inequívoca melhora nas últimas cinco décadas, ao longo das quais o Brasil teve treze presidentes. Confirma que o Estado teve papel relevante em saltos fundamentais, como a construção da infra-estrutura de geração e distribuição de energia e de abastecimento de água, que por sua vez contribuirão para a melhoria de indicadores sociais, como a redução da mortalidade infantil. Deixa claro também, no entanto, que boa parte desses avanços foi conseguida à custa de um Estado cada vez maior e mais voraz, cuja ineficiência foi coroada há dez anos, com um gigantesco desastre fiscal — a Constituição de 1988. Com o propósito de corrigir injustiças do período militar, a nova Carta criou uma montanha de direitos e privilégios que amarraram o setor privado e obrigou o Estado a gastar cada vez mais com aposentadorias, funcionalismo público, pensões e programas sociais. Ao engessar o Orça-

mento com essas despesas populistas e corporativistas, a Constituição empurrou o setor público para a ineficiência e a corrupção. Pior. Para fazer frente aos gastos, o governo teve de arrecadar cada vez mais, e a carga sobre o contribuinte brasileiro dobrou. Os trabalhadores têm 40% de sua renda ceifada pelos tributos. O brasileiro trabalha, a cada ano, quatro meses e 25 dias só para pagar impostos.

No conjunto, os dados comprovam mais uma vez o acerto de uma das máximas do economista Roberto Campos, um dos mais lúcidos pensadores do Brasil do século XX. Disse Campos, que foi fundador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, na década de 50, e ministro do Planejamento do governo Castello Branco: “Eu acreditava muito nos mecanismos governamentais. Mas eles têm células cancerígenas que crescem incontrolavelmente. Há algo de doentio na máquina estatal”. É esse o ponto. O Estado pode até ter intervenções pontualmente positivas, mas nunca sabe a hora de passar o bastão à iniciativa privada. Quando sai de cena, o governo assume seu melhor papel. Os dois casos emblemáticos são o fim da reserva de mercado de informática, no governo Collor, e as privatizações levadas à frente por Fernando Henrique Cardoso. O resultado foi um impressionante crescimento do número de computadores pessoais e um avanço sem precedentes nos serviços de telefonia no Brasil.

Os governos tiveram papel fundamental nos três grandes ciclos de desenvolvimento do país no século passado: a era Vargas, que rompeu com a República Velha e deu início à primeira arrancada industrial brasileira; os anos JK, que avançaram na industrialização, voltando-se para os bens de consumo duráveis, e desbravaram o país com o maior investimento da história em abertura de estradas; e o governo militar, que fez a segunda revolução industrial nacional, completando os investimentos em infra-estrutura e investindo em informática, petroquímica e química fina.

O problema é que cada um desses ciclos teve um preço alto, pago pela sociedade brasileira. A euforia dos anos JK teve como resultado um surto inflacionário sem precedentes. Depois do “milagre brasileiro” iniciado no governo de Emílio Garrastazu Médici, nos anos 70, o Brasil caiu numa recessão que, junto com o surto inflacionário dos anos 80, estagnou o país por mais de uma década. Os longos períodos de intervenção na economia tiveram efeitos colaterais nefastos, como o atraso tecnológico que resultou da reserva de mercado para a informática. Além disso, no fim de cada um desses ciclos, emergiu um Estado cada vez maior, e mais voraz.

“Quando se discute o papel do Estado brasileiro, uma característica chama atenção: o tamanho que ele assumiu”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, brasileiro radicado nos Estados Unidos, onde é professor na Universidade de Princeton. Essa característica o transforma num sugadouro de recursos, com pilhas benéficas para a sociedade. O governo fica com 30% do produto interno bruto, um percentual de país rico. E gasta mal. “Falta investimento em serviços básicos, como segurança, educação e saúde, e também em infra-estrutura e tecnologia básica, o que reduz a nossa competitividade em setores que poderiam gerar melhores empregos e maior renda”, diz Scheinkman.

Para o consultor e ex-ministro Mafson da Nóbrega, o desafio atual do Brasil é a construção de um Estado moderno. Atualmente a carga tributária brasileira é comparável à de países ricos, sem que a população receba em troca serviços minimamente compatíveis. “O Estado brasileiro pilha dos pobres para dar aos não-pobres, que são os que têm acesso à universidade gratuita e às aposentadorias mais generosas”, diz Mafson. Ele cita os EUA como o melhor exemplo de como o Estado pode servir ao desenvolvimento do capitalismo. Lá, como lembra o economista Jacob Weisberg, editor da revista on-line *Slate* e autor de *Em defesa do governo*, a participação do Estado na economia e a carga tributária são as menores dentre as de todas as nações industrializadas. Nessas condições, é possível concentrar-se no que é a função essencial dos governos: jogar pesado em educação de qualidade, sem dúvida o melhor instrumento para reduzir a pobreza e a desigualdade, fazer valer leis e contratos, criar um ambiente favorável a investimentos. As agências reguladoras, uma invenção americana, são um excelente exemplo de como o Estado pode se fazer presente, garantindo o direito do cidadão a um bom serviço, sem sufocar a iniciativa privada.

Os avanços do país nos últimos cinquenta anos são inegáveis. O Brasil é hoje, em muitos aspectos, uma nação moderna, inserida no mundo globalizado e com grande potencial de crescer e tomar-se mais competitiva. Para só citar um exemplo, há menos de dez anos o telefone era um patrimônio que as pessoas declaravam no imposto de renda. Havia quem esperasse cinco anos e pagasse mais de 1 000 dólares por uma linha. Hoje, em geral, a espera foi reduzida para uma semana e a taxa de instalação custa no máximo 170 reais. Na educação, atingiu-se a universalização do ensino básico e um crescimento expressivo no ensino médio e pré-escolar. Na economia, consolidou-se o valor da estabilida-

# 50 anos na vida do Brasil

VEJA selecionou doze indicadores básicos de progresso e qualidade de vida dos brasileiros e analisou com a ajuda de especialistas qual é o papel dos diversos governos em sua evolução. O resultado está nesta e nas cinco páginas seguintes

Nas sociedades capitalistas, como é o caso do Brasil, o vetor do progresso aponta sempre para a frente. Ele pode ser imperfeito e muitas vezes é desigual: a vida melhora mais rapidamente para alguns e mais lentamente para a maioria. Mas a cada década o número de pessoas que chegam à universidade aumenta. Há mais estradas asfaltadas hoje do que em qualquer período do passado. Mais crianças são vacinadas. Mais pessoas têm telefone, geladeira, televisor. Menos bebês morrem antes de completar 1 ano e mais tempo os avós ganham na velhice. Raramente se registram retrocessos. Como se vê nos gráficos e no texto desta reportagem, o Brasil vem caminhando para a frente. VEJA se propôs a responder a três perguntas.

- Primeiro, por que o Brasil melhora ano a ano?
- Segundo, qual é o papel dos governos do último meio século nesse processo de constante crescimento da qualidade de vida?
- Terceiro, se tudo melhora, isso é sinal de que todos os governos foram bons, a seu modo?

A resposta a essas perguntas é surpreendente e fascinante. Acompanhe nas páginas seguintes. VEJA agradece a colaboração de: Carlos Henrique Araújo (Missão Criança), Cláudio Considera (Ibmec-RJ), Eustáquio Reis (Ipea), José Márcio Camargo (PUC-RJ), Pedro Cavalcanti Ferreira (FGV-RJ), Maria Helena Guimarães de Castro (educadora), Renaldo Gonçalves (PUC-SP), Roberto Macedo (USP), Roberto Passos Nogueira (Ipea-RJ), Rubem Porto (USP).

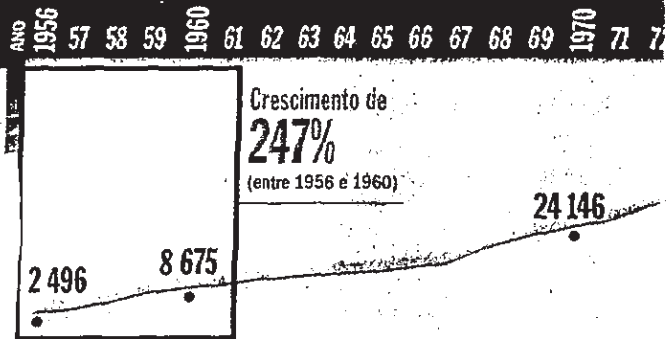
Fontes: Rodovias Federais Pavimentadas: Estatísticas Históricas do Brasil - Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1950 a 1988 (1956 a 1958) e Ministério dos Transportes (de 1959 a 2005); Telefones: Anuário Estatístico do Brasil IBGE (1956 a 1971) e Anatel (de 1972 a 2005); Domicílios com energia elétrica e Domicílios com água encanada: Censo IBGE de 1940 a 1980 e Pnad/IBGE de 1981 a 2005; Ensino Fundamental e acesso à Universidade: Anuário Estatístico do Brasil e Serviço de Estatística da Educação e Saúde do IBGE e Inep; Mortalidade infantil e esperança de vida: Censo IBGE de 1960 a 1970 e Projeção Populacional/IBGE; Aparelhos de TV: Rede Globo; Geladeira: Censo IBGE de 1960 a 1980, Pnad/IBGE (de 1981 a 2005); Computador: IDC Brasil; Automóveis: Anuário (de 1956 a 1985), Celpot e Denatran.

## INFRA-ESTRUTURA

Aqui 100% da melhoria se deve aos governos. Os maiores saltos de qualidade ocorreram na era JK, no período dos generais e no governo FHC

JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)	JÂNIO QUADROS (1961)	JOÃO GOUALART (1961-1964)	CASTELLO BRANCO (1964-1967)	COSTA E SILVA (1967-1969)	EMÍLIO MEDICI (1969-1974)
----------------------------------	----------------------	---------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------------------

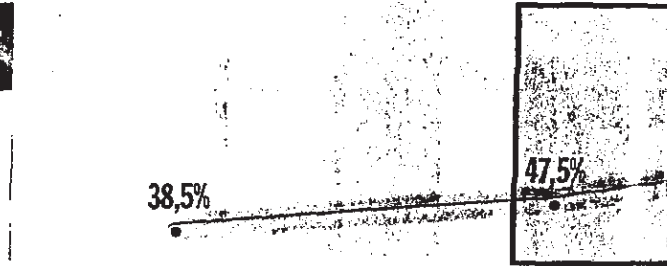
### RODOVIAS FEDERAIS PAVIMENTADAS (em quilômetros)



### TELEFONES (em milhões)



### ENSINO FUNDAMENTAL (em porcentagem)



### CASAS COM ÁGUA ENCANADA (em porcentagem)



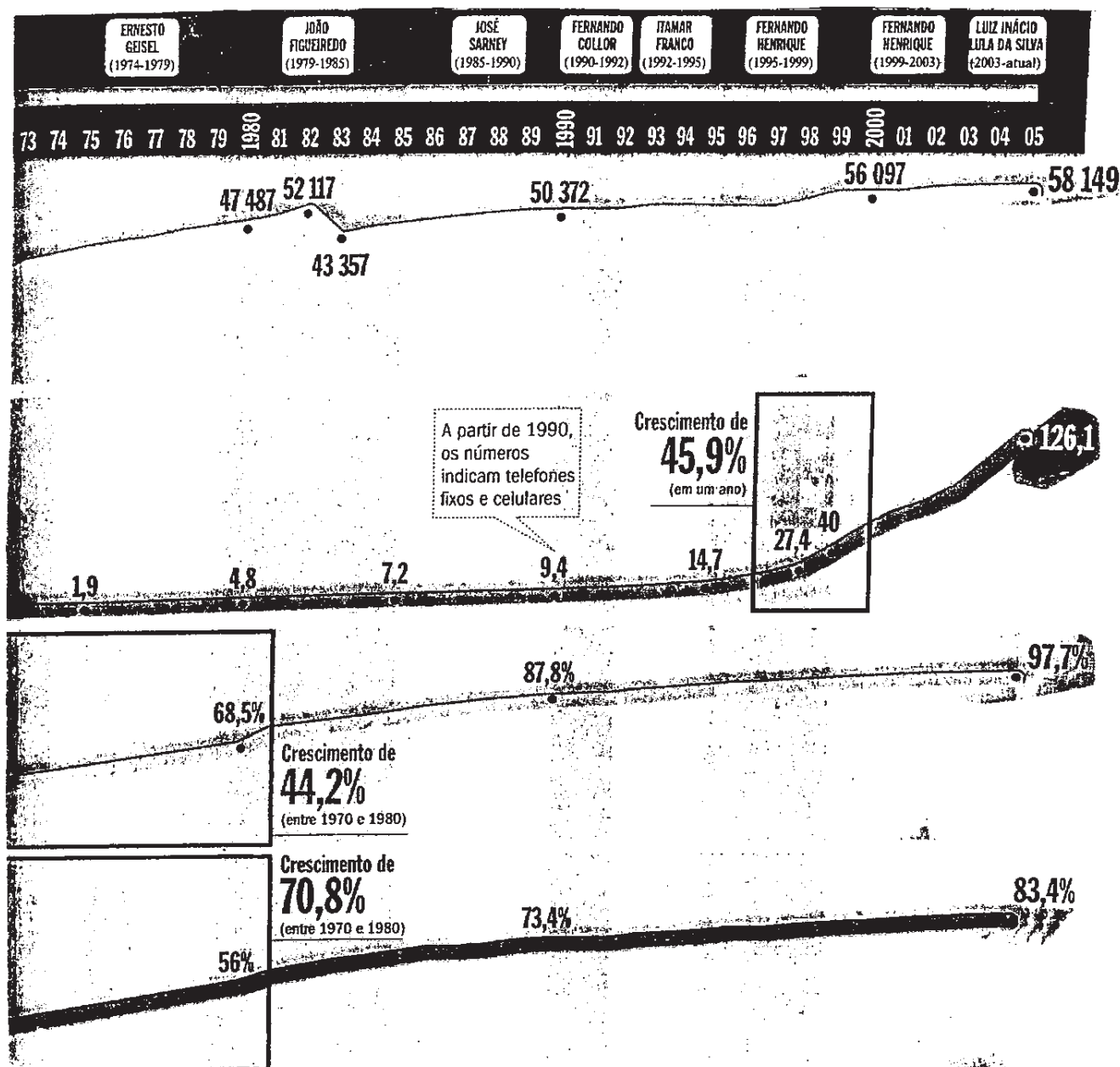
#### Governo Juscelino Kubitschek

**ACERTOS:** JK aposta na vinda da indústria automobilística e, corretamente, associa isso à necessidade de construir e pavimentar estradas. A interiorização do progresso com a construção de Brasília também exigiu mais estradas

**ERROS:** o custo do progresso foi alto. Na ausência da noção de responsabilidade fiscal, os gastos de JK produziram inflação. o mais cruel imposto sobre os pobres

#### Governo FHC

**ACERTOS:** em 1998, o governo privatizou o sistema Telebrás, um dinossauro estatal corrupto que impedia o avanço tecnológico e a democratização da telefonia. Somente no primeiro ano de



privatização, o número de telefones cresceu quase 46%

**ERROS:** foram mínimos se comparados aos benefícios

#### Governos Médici e Geisel

**ACERTOS:** em 1970, a população urbana ultrapassou a rural e o governo investiu pesado em programas de infraestrutura nas cidades para dar vazão ao crescimento de 10% ao ano do chamado "milagre brasileiro"

**ERROS:** em economia não existem milagres nem almoço grátis. Como no governo JK, a conta veio na forma de inflação e, mais tarde, moratória

#### Governos Médici e Geisel

**ACERTOS:** a aceleração da urbanização nos anos 70 obrigou o governo a investir em abastecimento de água em larga escala

**ERROS:** a ausência de melhorias semelhantes no campo fez com que as cidades se tornassem focos de atração de migrantes miseráveis, que incharam as periferias urbanas



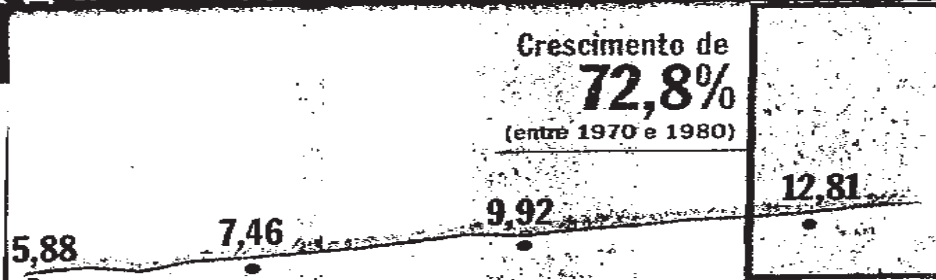
# EDUCAÇÃO E SAÚDE

O período dos generais foi o que mais melhorou o ensino fundamental e o acesso à universidade

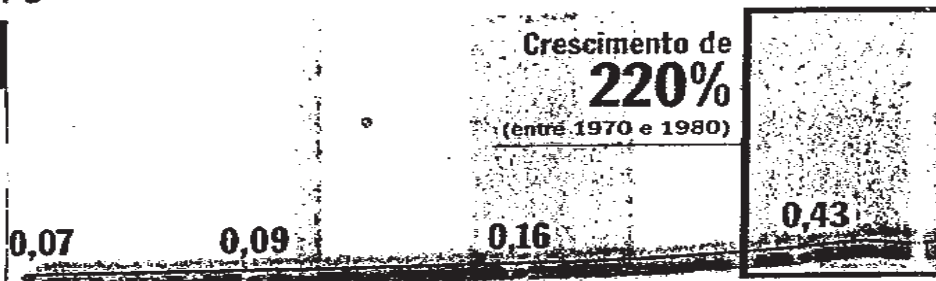
JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961) | JÂNIO QUADROS (1961) | JOÃO GOULART (1961-1964) | CASTELLO BRANCO (1964-1967) | COSTA E SILVA (1967-1969) | EMÍLIO MEDICI (1969-1974)

ANO 1956 57 58 59 1960 61 62 63 64 65 66 67 68 69 1970 71 72

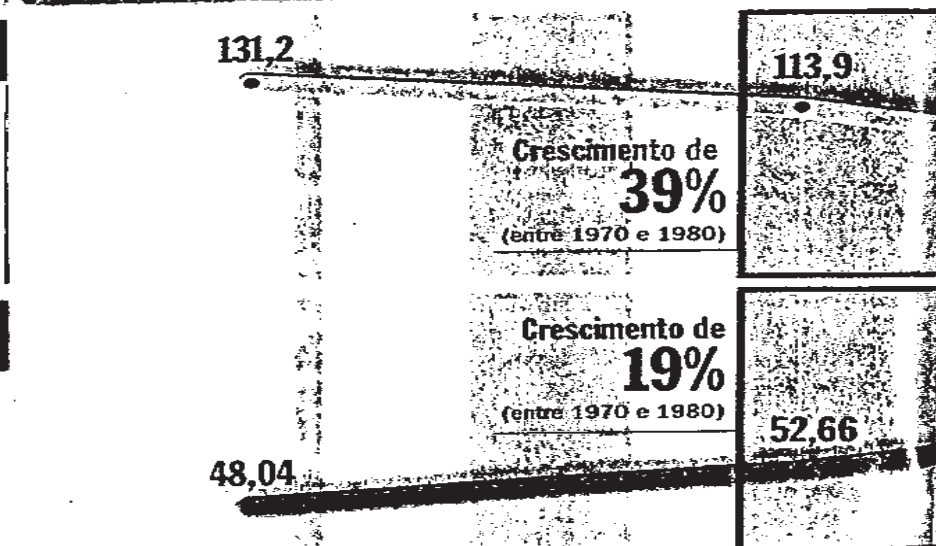
## ENSINO FUNDAMENTAL (em milhões de matrículas)



## ACESSO À UNIVERSIDADE (em milhões de matrículas)



## ESPERANÇA DE VIDA (em anos)



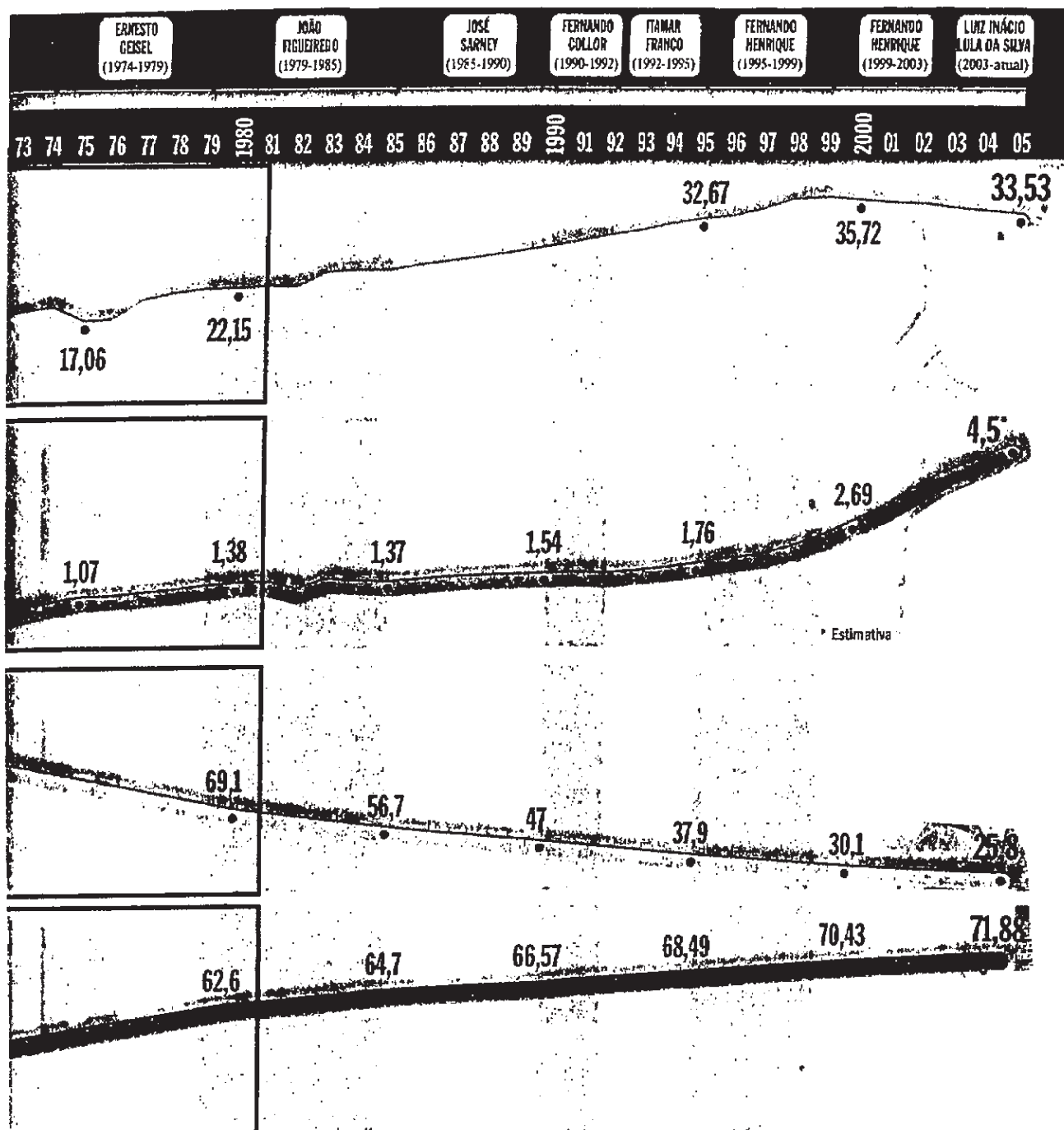
### Governos Medici e Geisel

**ACERTOS:** o ensino fundamental obrigatório foi ampliado de quatro para oito anos. O número de escolas e professores cresceu na proporção exigida pelo aumento populacional

**ERROS:** para combater a evasão escolar, optou-se pelo fim do exame de admissão para o antigo ginásio. Foi a semente da massificação sem qualidade do ensino público

### Governos Medici e Geisel

**ACERTOS:** a reforma do ensino superior de 1968 aumentou o número de universidades federais e deu início à expansão das faculdades particulares



**ERROS:** mesmo com o currículo mínimo para os cursos e o vestibular obrigatório, a ênfase maior foi na massificação, em prejuízo da qualidade

#### Governos Médici e Geisel

**ACERTOS:** investimentos em saneamento básico e abastecimento de água aliados à criação de postos de saúde em regiões carentes tiraram o Brasil da "zona africana" de mortes de recém-nascidos

**ERROS:** nenhum que superasse os benefícios

#### Governos Médici e Geisel

**ACERTOS:** a queda da mortalidade infantil se somaram ambiciosos planos nacionais de habitação popular. O crescimento econômico trouxe a ampliação do mercado de trabalho e da renda. Como consequência, a expectativa de vida teve seu maior salto

**ERROS:** nenhum que superasse os benefícios

de como uma conquista da sociedade brasileira e perdeu-se o modo de tomar medidas impopulares em nome de impedir a volta da inflação. Manteve-se o superávit primário e, com todas as limitações, foi feita uma reforma da Previdência. Além disso, foram tomadas medidas adequadas para melhorar o ambiente de negócios, principalmente na área de crédito.

São conquistas que significam novos desafios. É preciso consolidá-las e avançar. "Um governo não começa do zero. Quando um presidente assume, ele já encontra um grande pomar. Cabe a ele regar as árvores, colher os frutos e plantar novas mudas para que os outros que vão vir depois possam fazer o mesmo", diz Maílson da Nóbrega. O desafio brasileiro é que, mesmo com a inflação sob controle, o país não consegue entrar na rota do crescimento sustentável. Esse não é o único obstáculo a ser ultrapassado. Mas, sem vencê-lo, não será possível avançar na superação da profunda desigualdade que marca a sociedade brasileira. É essa desigualdade que faz o Brasil ter, no século XXI, agenda social de século XIX. É verdade que, ao debelar a inflação, o país deu o primeiro grande passo para reduzir a desigualdade social, o que ficou patente nos dados que o economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, compilou com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O número de pobres recuou de 35,3% em 1993, ano anterior ao Real, para 22,7% em 2005. Desde 2003, a queda é contínua.

Mas falta muito. Em 2005, 83,4% dos domicílios brasileiros tinham acesso à água encanada. No entanto, apenas 49% eram integrados à rede coletora de esgotos. Outro problema é a educação. Conclui o economista Eduardo Giannetti da Fonseca: "Claro que é melhor ter 97% das crianças brasileiras na escola, mas chamar o que oferecemos de ensino fundamental não corresponde à realidade. A qualidade é sofrível". Essa tem de ser a prioridade não só do próximo governo como dos seguintes. ■

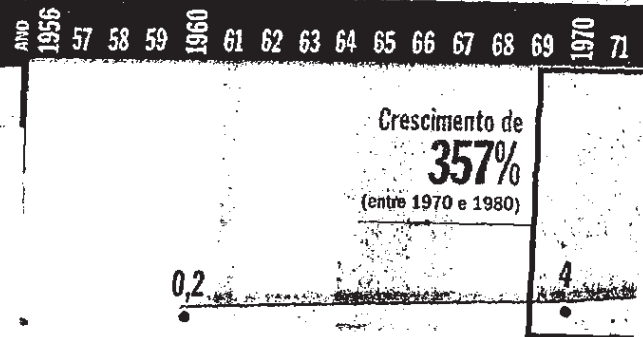
*Com reportagem de Giuliano Guandalini*

**BENS DE CONSUMO**

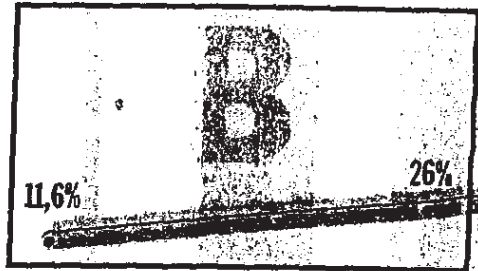
Mais racionalidade nas finanças públicas e nas leis e Estado menor. As novas tecnologias ajudam

JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)	JÁRIO QUADROS (1961)	JOÃO GOULART (1961-1964)	CASTELLO BRANCO (1964-1967)	COSTA E SILVA (1967-1969)	EMÍLIO MÉDICI (1969-1971)
----------------------------------	----------------------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------------------

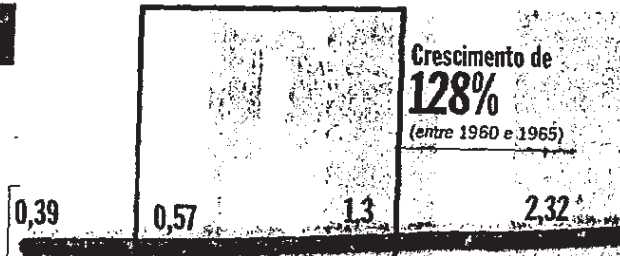
**APARELHOS DE TV (em milhões)**



**CASAS COM GELADEIRA (em porcentagem)**



**AUTOMÓVEIS (em milhões)**



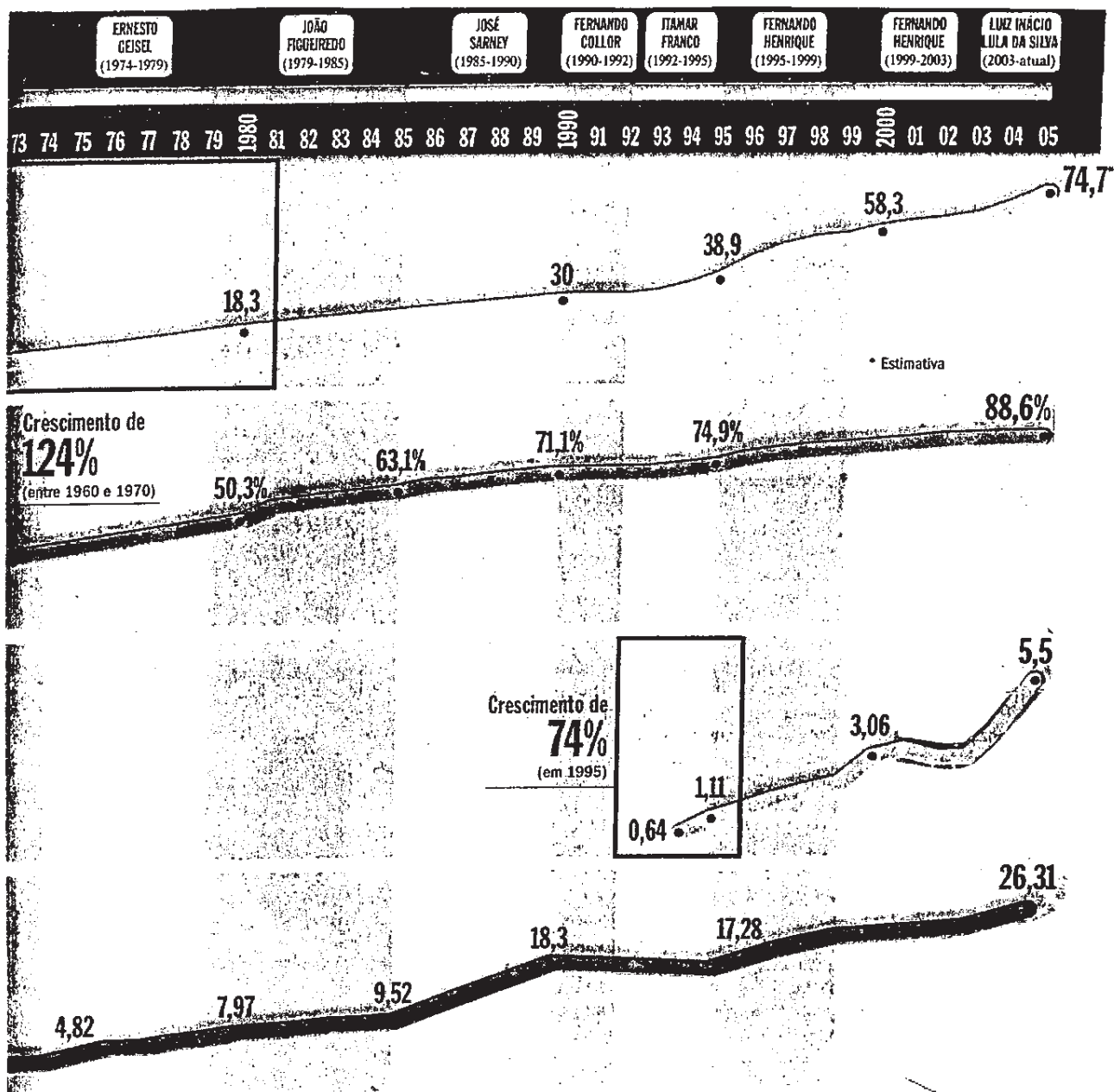
**Governos Médici e Geisel**

**ACERTOS:** o "milagre econômico" trouxe a implantação da TV em cores no Brasil, e o volume de televisores instalados foi recorde. Investimentos em infra-estrutura de telecomunicações realizados no período explicam a explosão do consumo

**ERROS:** a participação nula da iniciativa privada minaria o futuro das telecomunicações

**Governo Castello Branco**

**ACERTOS:** a reforma tributária de 1966 reduziu impostos e impulsionou o consumo de eletrodomésticos. Houve a consolidação da indústria brasileira, instalada no governo JK, e a gradativa queda dos



preços dos produtos, o que possibilitou um crescimento médio anual de 15% nas vendas entre 1967 e 1980

**ERROS:** nenhum que superasse os benefícios

**Governos Fernando Collor e FHC**

**ACERTOS:** o grande salto da venda de computadores deu-se no auge do Plano Real. Mas a base foi criada em 1991, quando Collor extinguiu a nefanda reserva de mercado de informática e baixou as alíquotas de importação

**ERROS:** a redução das alíquotas foi tímida

**Governos Jânio, Goulart e Castello**

**ACERTOS:** os governos Jânio, Jango e Castello Branco assistiram ao maior salto no número de automóveis em circulação na história do país. Tudo fruto da iniciativa anterior de JK de trazer a Volkswagen para o Brasil

**ERROS:** o sucesso dos carros cegou os governantes para a necessidade de fazer estradas de ferro para o transporte barato e em massa de passageiros e cargas



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Intelectuais contra a democracia”, de autoria do filósofo e escritor Paulo Ghiraldelli Jr, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro do corrente.

O autor analisa a postura dos intelectuais diante dos escândalos de corrupção e cerceamento dos direitos individuais do cidadão e chega à conclusão que apesar dessa classe afirmar seu desejo por uma revolução social, na prática dá apoio a todo movimento

que mova “ódio” contra a democracia. Ainda segundo o filósofo, os intelectuais brasileiros mais parecem querer um emprego no próximo governo Lula do que defender a ética e a democracia.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Intelectuais contra a democracia

Paulo Ghiraldelli Jr.

Noam Chomsky e outros intelectuais criados com o cérebro banhado no esquema simplório do maniqueísmo da guerra fria estão em busca de uma “revolução mundial”. Dizem lutar contra o “imperialismo”, mas querem combatê-lo sem democracia. Na prática, dão apoio a todo movimento que mova ódio contra a democracia, inclusive os grupos que exalam o odor do fascismo, como o Hamas e o Hezbollah. No Brasil, querem ver no poder central o programa estatizante e arcaico de Heloísa Helena (PSOL). Queriam o PT, no passado, mas agora desistiram. E não desistiram do PT por causa da corrupção, e sim pelo fato de este não satisfazer seus ideais de criar um mundo que eles não sabem o que deve ser, mas que eu sei bem o que é: um mundo onde o último valor a ser considerado é o da liberdade individual.

E os intelectuais daqui, do Brasil, onde estão? Um grupo de intelectuais (e artistas), comandado por “Frei” Betto – que, sem nenhum pudor, disse que vota em Lula porque este não se corrompeu –, resolveu recentemente fazer um manifesto de apoio ao PT. Uma boa parte deles deixou o cérebro na gaveta e preferiu agir na condição de funcionário de universidade estatal ou de dependente de órgão de fomento à pesquisa, controlado pelo governo federal. Outros, que estão livres disso, esperam ansiosos e excitados a perda da liberdade: viram as pesquisas eleitorais e se bandearam para as filas dos mensaleiros. Mais parecem querer um emprego no próximo governo. Uma parte deles é – pasmem – de professores de Ética. Sim! Ética! Mas há também, nesse bolo, professores de História. Como pode um professor de História apagar um ano da nossa História, o ano de 2005? Há psicanalistas também? Sim! E isso nem Freud explica!

Parece que só agora estou conseguindo entender a razão por que esses intelectuais, que se apresentavam como amantes da democracia, entraram em crise pessoal no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando do desmantela-

mento do império comunista e do fim da União Soviética (URSS). Esse pessoal, no fundo, tinha lá uma simpatia pelo totalitarismo. É fácil ver isso se olharmos para o que ocorreu e ocorre nas universidades, estatais brasileiras.

Zélia Cardoso de Mello, quando quis voltar para sua cadeira na universidade, foi barrada por alunos num ato que eu pouco tinha que ver com uma manifestação democrática. Celso Lafer, quando ficou no governo Fernando Collor para efetuar a transição para o governo Itamar Franco, foi hostilizado por alunos universitários em manifestação que não foi tão diferente da que sofreu Zélia. Essas patrulhas ideológicas – minirréplica das SS de Hitler – agora funcionam a favor dos que ficaram e abaixaram a cabeça para Lula. A idéia desse tipo de movimento de estudantes é a mesma da de Chomsky: vamos lutar contra os que não falaram mal do “imperialismo” e vamos proteger os que se dizem contra tal coisa, mas que se dane a democracia. Aliás, como mostrou este jornal, essa é a regra do próprio Lula em campanha. Ele mesmo tem dito que não podemos imaginar a democracia como uma “coisa limpa”. Como é que um presidente da República, em plena campanha eleitoral, pode dizer isso e, assim mesmo, ser idolatrado por intelectuais famosos, que estão na mídia?

Eis aí a universidade estatal brasileira: as pessoas que fazem manifesto de apoio ao governante cujo partido comprou o Congresso Nacional e cometeu um crime contra a democracia possuem guarda pessoal. Criam barreiras estudantis para protegê-las na universidade. A prova disso é que podem voltar para a sala de aula em condição ativa, inclusive impondo suas idéias, mesmo traíndo a Nação e todos os ideais de democracia e ética. Como pudemos chegar a tal situação? Como poderemos deixar nossos filhos nas mãos dessa gente, na universidade? Como poderemos formar professores para educar nossos netos, se os futuros professores vão ser formados por esse tipo de gente? Como esperar que nossos filhos e netos tenham amor à democracia, pela qual

tanto lutamos, se eles vão ser educados – em sala de aula e em livros – por esses professores universitários que mostram claramente que podem ficar do lado do partido e do presidente que fez o que fez com o Congresso Nacional?

Lula tem anunciado seu incentivo à ampliação da rede de ensino universitário estatal. É claro que nisso há muito de propaganda e maquiagem. Mas há, de fato, essa ampliação – em quantidade, e não em qualidade de ensino. Denunciei isso aqui, no Estadão, em artigo passado, aliás, em apoio

### Eles mais parecem é querer um emprego no próximo governo

aos bons editoriais deste jornal que reclamam da qualidade do ensino. Por outro lado, Lula joga nosso dinheiro na manutenção da universidade particular, por meio de mecanismos de compra de bolsas. Com essas duas atitudes, Lula derruba a velha tese de que o governante que quer dominar a consciência popular não investe na educação. Mentira. Ele pode investir na educação e dominar ainda mais a consciência popular, pois tem o controle de uma parcela não diminuta de professores universitários influentes.

Isso pode mudar? É difícil. No futuro, dado o mecanismo de que a universidade estatal dispõe para repor os seus quadros, que é o concurso em que pares julgam pares, é difícil imaginar uma mudança de mentalidade. E a universidade particular imita a estatal no que ela tem de pior. Lula ou outro político igual a ele poderá ter mais domínio ainda sobre os intelectuais que têm acesso à mídia, se estes são professores. Por isso, avalio, não vai ser fácil se manter na trincheira democrática contra esse aparato de guerra que Lula e esses intelectuais doutrinadores estão montando.

Paulo Ghiraldelli Jr. é filósofo e escritor  
Sites: [www.filosofia.pro.br](http://www.filosofia.pro.br)  
e [www.ghiraldelli.pro.br](http://www.ghiraldelli.pro.br)

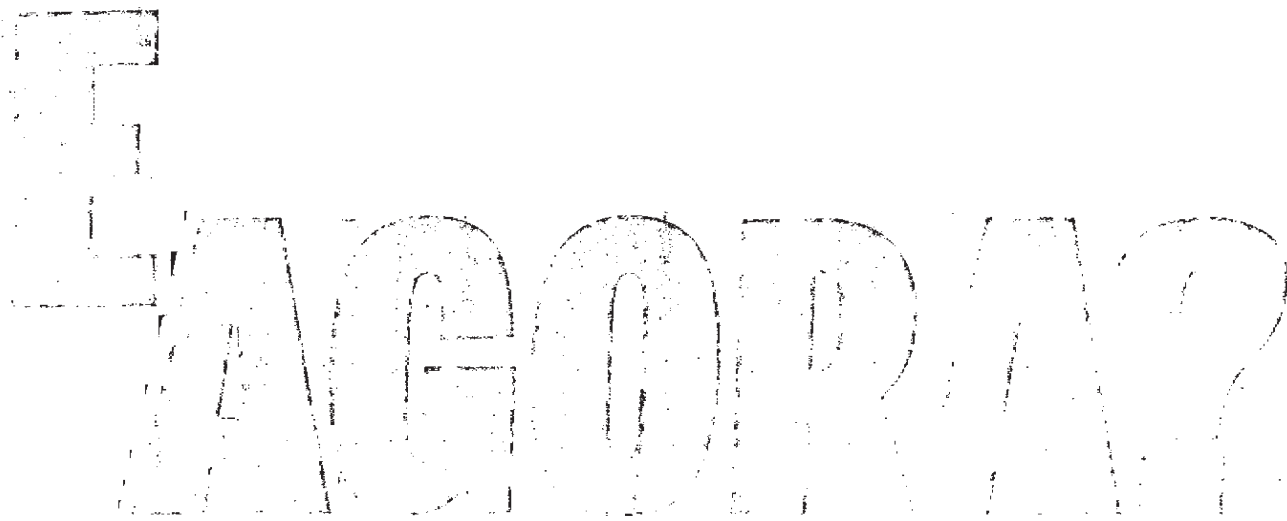
**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “E agora?”, publicada pela revista **Época** de 02 de outubro do corrente.

A matéria destaca que depois de uma campanha feroz entre os candidatos à Presidência da República, não deve sobrar muito espaço para manobrar alianças e apoios no próximo governo.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**O QUE PODE  
ACONTECER NA  
CENA POLÍTICA  
BRASILEIRA  
DEPOIS DAS  
ELEIÇÕES**



Parecia que a eleição presidencial de 2006 seria uma das mais monótonas da História. Desde fevereiro, com a recuperação na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a campanha eleitoral ganhara os contornos de uma cadenciada contagem regressiva, com desfecho mais que previsível: a reeleição de Lula já neste domingo, 1º de outubro, sem necessidade de um segundo turno de votação. Há duas semanas, porém, a descoberta do envolvimento de petistas em uma operação desastrada para divulgar um dossiê com acusações contra José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, introduziu alguma emoção nesse enredo.

O caso do dossiê contribuiu para um aumento na tensão política. Às vésperas da eleição, a agressividade verbal entre governo e oposição exacerbou-se, como na época da crise do mensalão. Lula faltou ao último debate da campanha, exibido pela Rede Globo, na quinta-feira, e preferiu comparecer a um comício em seu berço eleitoral: São Bernardo do Campo, em São Paulo. Na TV, sofreu todo tipo de ataque dos adversários presentes. Representado por uma cadeira vazia, Lula foi acusado pelos adversários de corrupto, traidor e incompetente. “O despreço pela

democracia, a ausência do debate é uma visão autoritária", afirmou Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, no debate.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), chamou de "golpe no tapetão" a investigação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a compra do dossiê, aberta a pedido do PSDB e do PFL. Lula voltou a apelar para um recurso usado com frequência para se esquivar de todos os escândalos em que seu governo se envolveu. Lançou mão do discurso messiânico, na tentativa de se colocar como vítima de manobras. Disse ter sido traído pelos petistas envolvidos no escândalo e comparou-se a Jesus Cristo, traído por Judas.

Ao falar das críticas da oposição, associou-se a Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira, morto e esquartejado. Afirmou que suas pernas, braços, coração e cabeça são as "pernas, braços, coração e cabeça do povo". A oposição seguiu o mesmo tom bíblico de Lula. Em ato organizado pelo PSDB em São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que Lula não era Cristo, mas o "demônio". Alckmin disse que Lula é o "Judas dessa história, porque traiu o povo brasileiro".

O clima de conflagração reflete um país que sai das urnas deste 1º de outubro mais dividido, ressentido e desiludido que aquele que emergiu da vitória de Lula em 2002. Naquela época não havia contestação da legitimidade da eleição do ex-operário. Se vencer agora, Lula terá provado o poder de seu carisma e de sua liderança popular, acima de partidos e de instituições. Poderá ser o candidato mais votado na História do país. Mas Lula poderá ter, ainda, de enfrentar as tentativas – pelo menos da parcela mais aguerrida da oposição – de impugnar sua eleição ou cassar um eventual segundo mandato, com base no caso do dossiê.

Na reta final da campanha, a vantagem de Lula sobre os adversários diminuiu. Mas, segundo as últimas pesquisas, Lula ainda venceria a eleição no primeiro turno, embora a possibilidade de segundo turno não estivesse descartada. "A eleição será decidida no foto-chart (equipamento que mede a chegada em corridas em que a vitória é definida por margens mínimas)", disse João Santana, marqueteiro de Lula, em conversas com amigos. "Ou o presidente vai ganhar com uma vantagem pe-

quena, hipótese em que eu mais acredito, ou teremos um segundo turno por uma votação apertadíssima." Segundo ele, não há risco de derrota em um eventual segundo turno. Para Santana, os votos no presidente estão consolidados em todas as pesquisas e não sofreriam alteração em uma segunda etapa.

Até que ponto os ataques à legitimidade de Lula teriam chance de prosperar se ele sair vitorioso das urnas? É verdade que o caso do dossiê envenenou o ambiente, mas há também fundadas razões para apostar que, assim que a eleição presidencial acabar – seja neste domingo, seja no segundo turno –, a temperatura política tenderá a amainar. A primeira razão é que, sem o potencial de causar dano eleitoral a Lula, a investigação da compra do dossiê pelos petistas perde relevância política. Até o fechamento desta edição, na sexta-feira, não tinham aparecido evidências de envolvimento do presidente no caso. Por isso, o processo de impugnação da eleição de Lula tende a ser engavetado pelo TSE, segundo a maioria dos analistas políticos. "Sem uma evidência solar de envolvimento do presidente, o Judiciário não vai se mexer porque sua tradição é ser muito cauteloso", afirma o cientista político Luiz Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A segunda razão é que a conclusão da eleição presidencial abre uma janela, fechada desde o episódio do mensalão, para uma trégua política entre governo e oposição. O presidente Lula tem manifestado o desejo de cumprir um segundo mandato com melhores condições políticas no Congresso. Para conseguir

isso, além de celebrar uma aliança com o PMDB, ele teria também de abrir canais de diálogo com a oposição. Os principais nomes da oposição são os tucanos José Serra, em São Paulo, e Aécio Neves, em Minas Gerais. Ambos eram favoritos para ganhar as eleições para governador de seus respectivos Estados neste domingo. E ambos parecem receptivos ao diálogo com Lula. Potenciais candidatos à Presidência em 2010, eles precisariam, uma vez eleitos, manter bom relacionamento com o governo federal. Dessa forma, conseguiriam fazer um governo melhor e tentar ser candidatos à sucessão de Lula. A continuidade de uma guerra política entre governo e oposição opera contra os planos futuros de Serra e Aécio.

**Discretamente, sinais de boa vontade** foram emitidos de alas do PT e do PSDB, mesmo com o caso do dossiê em plena ebulição. Quando explodiu o escândalo, Aécio defendeu Lula. Em entrevista, afirmou que considerava o presidente uma "vítima" do PT. "Ele acabou vítima dessa sua excessiva generosidade para com os companheiros", disse Aécio. Em público, Serra também evitou responsabilizar Lula no caso do dossiê. Preferiu fazer ataques ao PT e ao adversário na disputa pelo governo de São Paulo, o senador Aloizio Mercadante. Semanas atrás, durante um encontro do setor de turismo em Brasília, ao responder a uma pergunta sobre obras para melhorias no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, São Paulo, Lula disse, segundo relatos de empresários, que poderia fazer uma parceria com Serra caso ambos fossem eleitos. "Seria inocência achar que Serra pode ser parceiro de Lula", afirma um político próximo do tucano. "Mas, como prefeito, Serra manteve uma relação saudável com o governo federal e isso pode se repetir." O ministro da Articulação Política, Tarso Genro, faz uma distinção entre Serra e Aécio – que chama de "turma do diálogo" – e o presidente do PFL, Jorge Bornhausen – considerado por ele o líder da "turma dos golpistas". "Passadas as eleições, a primeira coisa a fazer é esquecer as palavras do embate eleitoral e seguir para uma agenda conjunta com a oposição", afirma Genro.

As chances de distensão, no caso de uma definição da eleição em primeiro turno, aumentam ainda por um terceiro motivo. O foco da guerra política e dos escândalos dos últimos dois anos está enfraquecido. Trata-se do núcleo sindicalista do PT paulista que comandou nos últimos anos o Campo Majoritário, a corrente dominante no partido. "O dossiê foi uma

## Siga o

A Polícia Federal apreendeu, no dia 15 de setembro, em um hotel de São Paulo, **R\$ 1,168 milhão** e **US\$ 248 mil** com **Valdebran Padilha**, tesoureiro de campanhas do PT em Mato Grosso, e Gedimar Passos, ex-agente da Polícia Federal a serviço do comitê de Lula. Segundo a PF, o dinheiro seria usado para comprar um suposto dossiê contra tucanos. Imagens do circuito interno de TV do hotel, analisadas pela PF, mostram que o dinheiro foi entregue a Valdebran e Gedimar por **Hamilton Lacerda**, ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante em São Paulo. Ao lado, o que se sabe sobre a origem do dinheiro

### Os reais

Do **R\$ 1,168 milhão**, a PF não sabe nada, ainda, sobre a origem de **R\$ 1,143 milhão**. Suspeita-se que esse dinheiro pode ser oriundo do caixa dois de empresas. Pode ter sido sacado e guardado há muito tempo. **A polícia só tem pistas sobre o caminho de R\$ 25 mil**, envolvidos em cintas dos bancos Bradesco, Safra e BankBoston quando foram apreendidos com os petistas

### Os dólares

Dos **US\$ 248 mil** apreendidos com os petistas, a PF tem pistas sobre um montante de **US\$ 110 mil**, que entraram no Brasil legalmente. Em relação ao restante do dinheiro, a PF apurou que ele transitou pela corretora Pioneer e pela corretora do Banco Safra. Ao que tudo indica, é possível que esses recursos também tenham entrado no país de forma legal

#### Passo 1

A empresa RRJ, de transporte e custódia de valores, coleta dinheiro em agências bancárias em São Paulo e o transporta para seu centro de distribuição na capital paulista. Lá o dinheiro é contado, separado e envolvido em cintas dos bancos para ser redistribuído

#### Passo 1

Os **US\$ 110 mil** foram impressos em abril na casa da moeda americana e seguiram para o banco Commerzbank de Frankfurt, na Alemanha

#### Passo 2

No dia 15 de agosto o Banco Sofisa, em São Paulo, compra um lote de **US\$ 15 milhões** do Commerzbank, do qual fazem parte os **US\$ 110 mil**

#### Passo 2

A RRJ distribuiu **R\$ 15 mil** a uma agência do Bradesco em São Paulo

#### Passo 3

O dinheiro foi sacado na agência e repassado para os petistas. Eles receberam, segundo a Polícia Federal, também **R\$ 5 mil** provenientes da agência do BankBoston, da Lapa, e outros **R\$ 5 mil** do Banco Safra\*

\* Ainda não se sabe se a RRJ também distribuiu os **R\$ 10 mil** do Safra e do BankBoston

#### Passo 3

No dia **17 de agosto**, chega ao Brasil o lote encomendado. Quem transporta e guarda o dinheiro é a empresa Brinks

#### Passo 4

Os **US\$ 110 mil** são vendidos para duas corretoras de câmbio: Action e EBS, em São Paulo

#### Passo 5

No dia **14 de setembro**, parte do lote de dinheiro (**US\$ 110 mil**) chega às mãos do petista Valdebran Padilha



tentativa desesperada desse núcleo de se manter com força", afirma o cientista político Fernando Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. O grupo já tinha sofrido uma baixa com a cassação dos direitos políticos do ex-ministro José Dirceu no escândalo do mensalão. Com a nova crise, sofreu outros reveses. Caíram expoentes como Ricardo Berzoini, presidente do PT, e Osvaldo Bargas, ex-secretário nacional de Relações de Trabalho, todos envolvidos no caso do dossiê.

Intelectuais ligados ao PT, como o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos – que fomentara, no ano passado, teses de golpismo das elites e da mídia contra o PT –, passaram a condenar os métodos do grupo. "É inadmissível que o PT tenha sua vida do dia-a-dia administrada por personagens cujos nomes de batismo e poder só venham a ser conhecidos quando

### **Lula tem manifestado o desejo de abrir canais de diálogo com a oposição, caso seja reeleito. Será que ele quer uma ponte com Serra e Aécio?**

dão entrada na polícia", escreveu Wanderley Guilherme, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* na semana passada.

Ao lado do presidente Lula, estão em ascensão outras lideranças como o ministro Tarso Genro, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e o governador do Acre, Jorge Viana, mais favoráveis à reconstrução de pontes com a oposição. "A origem paulista do PT e do PSDB é o começo, meio e fim de tudo", diz Viana. "Como querem ser hegemônicos em São Paulo, ambos fazem da disputa paroquial algo mais importante que a matriz." Segundo Pimentel, um gesto de conciliação com a oposição é necessário para destravar a agenda de reformas na Previdência Social e no sistema tributário, essenciais para aumentar as taxas de crescimento do país. "O presidente sabe que o PSDB tem quadros técnicos que podem ajudá-lo na formulação dessas reformas", diz Pimentel. "Há uma disputa de poder entre PT e PSDB, mas há muitos pontos de convergência entre os dois partidos, que são centristas, reformistas e pragmáticos", afirma Maria Hermínia Tavares, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. "O governo Lula deu grande continuidade a políticas de Fernando Henrique Cardoso."

#### **A incapacidade de levar adiante um**

processo de cooperação entre PT e PSDB poderia condenar o país a mais um período de estagnação política e mediocridade econômica. Lula gastou metade do mandato no combate a incêndios gerados pelo próprio PT (*leia a reportagem à página 34*). Isso explica por que a lista de reformas fundamentais para o país não avançou muito desde 2003, quando Lula tomou posse. Os escândalos e as CPIs travaram o país. Sem energia para aproveitar o momento de fartura no cenário global, nos últimos quatro anos o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a uma taxa média de 2,5%, muito abaixo dos 6% a 9% por ano alcançados por China ou Índia. "A tarefa do próximo governo é resolver aquilo que os dois anteriores não conseguiram: colocar o Brasil na rota do crescimento", afirma Luis Fernando Lopes, economista-chefe e sócio do Pátria, banco de negócios com sede em São Paulo. "Se as coisas não mudarem, o cenário mais provável é a repetição da mesmice dos últimos anos."

Se há tanta gente a favor, inclusive no PT e no PSDB, o que poderia impedir uma trégua entre os dois partidos? Na equação há um elemento imponderável: o desfecho da investigação sobre a compra do suposto dossiê contra Serra. Na sexta-feira, foram divulgadas fotos do dinheiro que seria usado para comprar o dossiê, feitas durante uma perícia. A Polícia Federal tinha pouquíssimas pistas sobre a origem dos reais (cerca de R\$ 1,16 milhão). Conseguiu, no entanto, indicações mais precisas sobre os dólares (US\$ 248 mil) apreendidos com os petistas envolvidos. A PF investiga se a mesma pessoa ou empresa comprou em um banco e em casas de câmbio os dólares que teriam entrado legalmente no país. A investigação descobriu também que Hamilton Lacerda, coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, teria sido o responsável pela entrega deles aos envolvidos no caso do dossiê. Em seu depoimento, Lacerda negou e disse que na mala, em vez de dinheiro, havia equipamentos e um laptop.

Esse caso tem uma diferença jurídica em relação aos demais escândalos do governo Lula: se a origem do dinheiro se revelar ilegal, como suspeita a PF, a responsabilidade pela transgressão poderá atingir Lula diretamente. Isso porque, depois da crise do mensalão, a Justiça Eleitoral passou a responsabilizar também o candidato beneficiado pelo uso ilegal de caixa dois. Até então, quem respondia por esse delito era apenas o tesoureiro da campanha. Outro risco potencial seria a confirmação

da participação na operação de Freud Godoy, ex-assessor particular de Lula.

Na semana passada, assessores do Palácio do Planalto atuaram em várias frentes na tentativa de transferir a responsabilidade pela negociação do dossiê do comitê de Lula para a coordenação da campanha de Mercadante. Na terça-feira, num lance ousado, eles tentaram convencer Mercadante a renunciar à candidatura ao governo de São Paulo. Sugeriram que o fizesse dizendo que, sem seu conhecimento, assessores tentaram ajudá-lo de maneira desastrada. O senador, segundo essa versão, não topou. A busca por um culpado desvinculado do comitê de reeleição de Lula teria envolvido também prefeituras administradas pelo PT de São Paulo e do Rio de Janeiro. Emisários do PT teriam, segundo pessoas ligadas ao Palácio do Planalto, procurado fornecedores dessas prefeituras que aceitassem assumir a responsabilidade pelos dólares para a compra do dossiê. De acordo com a versão de três integrantes do primeiro escalão do governo, o dinheiro, doado por um grande empresário, teria sido entregue como caixa dois da campanha.

Há, finalmente, um último empecilho a uma parceria entre PT e PSDB: resistências que ainda subsistem em alas dos dois partidos. No PSDB, parte dos tucanos encara com pouco entusiasmo a idéia de uma aproximação com os petistas. Quase um mês atrás, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou na internet

### **Assessores do Planalto tentaram fazer Mercadante renunciar a sua candidatura, em uma manobra para afastar a crise de Lula**

a já célebre Carta aos Eleitores do PSDB, manifesto em que acusa os petistas de corrupção e convoca seu partido a unir-se numa oposição ferrenha ao PT. "Para que o PSDB se justifique perante o eleitorado como força renovadora, ele tem de se distinguir. A podridão que encobre a política está nos transformando em vultos. Precisamos reganhar nossa cara", escreveu FHC. O recado foi muito claro. *O entendimento com o PT, segundo ele, não interessa ao partido e a idéia deveria ser descartada. O movimento tem lógica. Uma colaboração com o governo Lula poderia fazer murchar a oposição, e deixar com o PT todos os dividendos políticos de uma eventual agenda de reformas*

bem-sucedida. "Essa conversa sobre entendimento em torno de uma agenda mínima é muito fácil de falar, mas difícil de fazer", diz Abrucio, da FGV. Para ele, o primeiro passo que Lula terá de dar – se reeleito – é deixar claro que seus próximos quatro anos serão "um mandato de transição". "O presidente eleito deveria deixar claro logo de cara

que pode abrir mão de influir em sua sucessão", afirma Abrucio. Isso, porém, não parece combinar com uma liderança popular carismática com Lula. "Ao se apresentar como o homem que se coloca em relação direta com o povo e como a representação do bem, Lula absolutiza as questões", diz o sociólogo Rogério Bap-

tistini, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. "Tudo que é contra o bem, mesmo que tenha amparo legal, é o mal. E as leis e o Direito são um constrangimento ao projeto de levar o povo ao paraíso." Em termos mais diretos, Baptistini quer dizer que nem o presidente revestido da votação mais popular deve estar acima das leis. ■

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado "Nova 'bondade' eleitoral de Lula", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de outubro do corrente.

O editorial critica a intenção do governo de reabrir a discussão sobre as dívidas dos Estados e municípios. Segundo o editorial, a proposta é uma séria ameaça à moralização da gestão das finanças públicas do país.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006 O ESTADO DE S. PAULO | NOTAS E INFORMAÇÕES | 3

Conselho de Administração:  
PRESIDENTE  
Roberto C. Mesquita  
MEMBROS  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Julio César Mesquita  
Maria Cecília V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875  
Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira do Carvalho Mesquita (1969-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br  
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Gastão Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# Nova 'bondade eleitoral' de Lula

**T**odo o avanço que o País conquistou na área fiscal nos últimos anos, com a moralização da gestão das finanças públicas graças à imposição de severas regras para a aplicação do dinheiro do contribuinte e à instituição de penas para quem as desrespeitar, estará ameaçada caso o presidente Lula se reeleito, reabra a discussão das dívidas dos Estados e municípios. Essa hipótese foi admitida pelo próprio presidente-candidato a emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, às quais afirmou que um grupo de trabalho será incumbido de examinar a situação dos Estados cujo endividamento seja superior aos níveis permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É enorme o risco, para o equilíbrio das finanças públicas, contido na nova promessa eleitoral do presidente-candidato. Qualquer mudança que, para beneficiar um correligionário do presidente, a União aceitar fazer nas condições em que o Estado renegociou sua dívida há mais de oito anos, estimulará todos os demais governadores a pressionar Brasília no sentido de também obter vantagens semelhantes. Se isso ocorrer, começará a ser corroído pela base todo o processo de reorganização das finanças públicas que resolveu a questão das dívidas estaduais e municipais e abriu caminho para a aprovação da LRF e da Lei de Crimes Fiscais.

Até 1997, a União precisou renegociar com freqüência dívidas de Estados e alguns municípios virtualmente falidos. Naquele ano, o governo FHC consolidou as dívidas estaduais e municipais, subsidiando seu custo – a juros bem inferiores aos praticados pelo mercado e menores até do que aqueles que a União pagava aos que aceitavam seus papéis – e alongando seu prazo. Isso deu fôlego aos governos que, na época, precisavam rolar seus papéis em prazos muito curtos e a um custo cada vez mais alto. Era grande o risco de, em algum momento, esses papéis serem rejeitados pelo mercado.

Em contrapartida, Estados e municípios comprometeram-se a cumprir metas. As principais limitavam as despesas com pessoal e a dívida consolidada líquida a uma determinada porcentagem da receita disponível líquida. O Tesouro Nacional passou a

acompanhar com rigor o desempenho dos devedores. Não foi fácil para a maioria deles cumprir as metas. Mas relatórios recentes do Tesouro indicam que a imensa maioria as respeitou.

Entre os Estados, apenas dois não estão enquadrados nas regras, Alagoas e Rio Grande do Sul. No fim do terceiro trimestre do ano passado, a dívida do primeiro estava em R\$ 602 milhões acima do limite determinado por resolução do Senado Federal; a do segundo, R\$ 549 milhões. Em termos proporcionais o caso de Alagoas parece mais sério do que o do Rio Grande do Sul.

Mas não é Alagoas que preocupa Lula; é o Rio Grande do Sul. Não por acaso, o presidente tratou do tema em Porto Alegre. E fez isso por cálculo meramente eleitoral. Eleitoralmente, o peso de Alagoas é muito menor do que o do Rio Grande do Sul. E foi neste último Estado que, no primeiro turno, o adversário de Lula, Geraldo Alckmin, apresentou um de seus melhores desempenhos em todo o País. É lá também que, entre os Estados em que o PT e seus aliados têm candidato a governador disputando segundo turno, a situação parece mais difícil.

O caso de municípios altamente endividados não foi tratado de maneira explícita pelo presidente, mas merece exame. A situação mais grave – pior que os casos de Alagoas e do Rio Grande do Sul somados – é a do Município de São Paulo. A dívida municipal é de R\$ 31,4 bilhões, praticamente o mesmo valor da dívida gaúcha. Ocorre que, pelas regras da renegociação, a dívida paulistana deveria ser de R\$ 17,0 bilhões (dados relativos ao fim do terceiro trimestre de 2005). Ou seja, está R\$ 14,3 bilhões acima do limite.

A situação de São Paulo, que seria beneficiada numa eventual renegociação, foi omitida por Lula por um motivo simples. A dívida paulistana cresceu exponencialmente na gestão da petista Marta Suplicy, que se tornou coordenadora da campanha do presidente em São Paulo, no segundo turno. Para os petistas, quanto menos se falar de sua passagem pela Prefeitura paulistana, melhor.

Enfim, vamos esperar que, se reeleito, Lula, que não se envergonhou de fazer a promessa, não se envergonhe de não cumpri-la.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal identificou os seis envolvidos na compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos, porque os telefones de Luiz Antonio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, estavam grampeados pela PF.

Sr. Presidente requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Eleições 2006

# PT mobilizou 11 pessoas para comprar o dossiê

Seis envolvidos foram identificados; escutas da Polícia Federal revelam que o grupo negociava com Luiz Antônio Vedoin a entrega do documento

**Vannildo Mendes**  
**Fausto Macedo**  
ENVIADOS ESPECIAIS  
CUIABÁ

Diálogos interceptados pela Polícia Federal com autorização da Justiça, aos quais o **Estado** teve acesso, revelam que o PT mobilizou ao menos 11 pessoas diretamente, 6 delas já identificadas, na operação para comprar e divulgar o dossiê destinado a prejudicar a candidatura do tucano José Serra ao governo de São Paulo. Eles caíram na armadilha ao se comunicar com o empresário Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, nas duas semanas que antecederam a apreensão do R\$ 1,75 milhão que seria usado na compra do dossiê.

A medida que se aproximava a data da troca do material pelo dinheiro, os telefonemas se intensificaram. Os diálogos de 14 de setembro, véspera da prisão de parte do grupo, ocorreram em ritmo frenético. Só com o petista Valdebran Padilha, Luiz Antônio falou 17 vezes pelo telefone grampeado. Num momento tenso, Valdebran disse

ter recebido a parte combinada do pagamento – “o negócio já está rodando” – e reclama que faltaram coisas importantes.

– O que está acontecendo? Ficou faltando vocês entregarem um material aí (...) Diz que é aquela fita bruta que aparece você não sei com quem. Entregue logo esse trem aí, cara.

Duro na negociação, Luiz Antônio diz que só entrega depois de ver a cor do dinheiro todo.

– Meu amigo, só vou entregar a hora que entregar o negócio aí. Chega! Não vou mais fazer papel de palhaço.

O petista o tranquiliza quanto ao restante do dinheiro: “Eu tô com o cara aqui e ele tá com o negócio. Estamos aqui juntos. Aquela outra parte já guardei onde tinha que guardar (*referindo-se ao cofre do hotel*). A outra parte tá aqui com ele. Daí, entregue esse trem!” Mas Luiz Antônio alega que, no dia anterior, outro petista prometera antecipar o pagamento e não o fizera.

Nas conversas seguintes, eles acabam fechando negócio e Luiz Antônio avisa que o tio, Paulo Roberto Trevisan, iria pa-

ra São Paulo no dia seguinte para levar o resto do material e receber parte do dinheiro. Paulo Roberto foi preso no aeroporto de Cuiabá na quinta-feira.

No dia 14, entre as 10h e as 17h12, último diálogo interceptado antes da operação, foram 35 ligações do dono da Planam – principal empresa do esquema dos sanguessugas – para os diversos envolvidos na negociação, algumas para seu pai, Darcí, com o qual discutiu cada passo da negociação, e para o tio.

Pelos diálogos, a PF constatou que, posto em liberdade graças à delação premiada, Vedoin passou a cobrar propina para se calar sobre algumas pessoas ou revelar informações contra outras. Único que está preso, ele foi ouvido ontem pela PF e pelo Ministério Público, que querem saber quem são os outros cinco petistas envolvidos e os mandantes. Pretendem ainda levantar a origem do dinheiro: empresas, partidos e pessoas que contribuíram, de onde o dinheiro foi sacado, a forma e outros envolvidos. ●



**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Telefonemas ligam Berzoini a Freud”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 06 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a quebra de sigilo telefônico da empresa Caso Sistema de Segurança Ltda, pertencente ao ex-guarda costas do presidente Lula, Freud Godoy, registra intensa comunicação com o

escritório do presidente licenciado do PT, deputado Ricardo Berzoini.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	6 nov. 06	<b>NACIONAL</b>	A	7

DOSSIÊ VEDDIN

## Telefonemas ligam Berzoini a Freud

Quebra de sigilo revela comunicação intensa entre escritório do então presidente do PT e empresa do segurança

**Sônia Figueiras  
Fausto Macedo**

A quebra dos sigilos telefônicos da empresa Caso Sistema de Segurança Ltda., pertencente ao ex-guarda-costas do presidente Lula Freud Godoy e sua mulher, Simone Godoy, registra intensa comunicação com o escritório do presidente licenciado do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). Em agosto e setembro há pelo menos 32 ligações dos telefones do comitê de campanha de Berzoini, em São Paulo, para a Caso.

Apesar de se dizer inocente no caso do dossiê Vedoin, Berzoini foi afastado da coordenação da campanha de Lula quando estourou o escândalo da compra do dossiê. Freud foi apontado por Gedimar Passos, ex-integrante do núcleo de inteligência da campanha, como a pessoa no PT que mandou pagar pelo dossiê. Depois, Gedimar mudou seu depoimento, passando a isentar Freud e a afirmar que citou-o por pressão do delegado da Polícia Federal Edmilson Bruno, primeiro a interrogá-lo.

Algumas das ligações coincidem com um momento crucial do processo de negociação do dossiê. Há uma sequência de seis telefonemas nos dias 11, 12 e 13 de setembro. No dia 14, conforme as

investigações da PF, Hamilton Lacerda, ex-assessor do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), levou ao Hotel Ibis o dinheiro destinado à compra do dossiê.

A mais longa delas, com cinco minutos de duração, foi realizada às 11h08 do dia 13 de setembro. Outra sequência de 13 telefonemas do comitê de Berzoini para a Caso é identificada entre os dias 21 e 29 de setembro, às vésperas do primeiro turno das eleições. No dia 29, quando Freud Godoy prestou depoimento na superintendência da Polícia Federal em São Paulo, há o registro de duas chamadas entre os dois escritórios: uma de apenas sete segundos e outra de 3 minutos e 17 segundos.

Procurado, o advogado de Freud Godoy, Augusto Botelho, explicou que a Caso presta serviços de segurança ao comitê de Berzoini e as ligações são decorrentes deste contrato. Segundo Botelho, as chamadas refletem as conversas de funcionários do comitê do deputado com funcionários da empresa de Freud discutindo assuntos relacionados aos serviços de segurança e não têm relação com o dossiê. “Freud Godoy não vai à Caso com frequência”, diz Botelho. O advogado reitera que seu cliente não está envolvido no escândalo.

Não há, até o momento, registro de telefonemas entre os celulares pessoais de Freud e Berzoini. Das 32 chamadas, nove têm duração inferior a um minuto. A reportagem pediu contato com o deputado, que estava viajando, por meio de sua assessoria. Até 19 horas não havia recebido retorno.

### FRENESI NO DIA 13

Em seu celular pessoal, com prefixo de Brasília, Berzoini recebeu dezenas de ligações do comitê de campanha de Lula. A maior sequência delas é precisamente no dia 13 de setembro, quando Gedimar aguarda o recebimento do dinheiro no hotel.

Naquela mesma semana, Expedito Veloso e Oswaldo Bargas, do alto escalão da campanha de Lula, estavam em Cuiabá checando a entrevista que Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, daria acusando a administração tucana no Ministério da Saúde de cometer irregularidades.

Foram 11 chamadas, todas entre 19h e 23h. No dia 12 de setembro, Berzoini recebe duas ligações de Jorge Lorenzetti, chefe do núcleo de inteligência do PT e patrão de Gedimar. ●



**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “PF ouvirá suspeita de adquirir celular “frio” para ex-petista”, publicada no **Jornal Folha de S.Paulo** do último dia 04 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal vai ouvir na semana que vem Ana Paula Cardoso Vieira, suspeita de ter sido usada como laranja na aquisição de um celular “frio” que teria sido empregado pelo ex-petista

**FOLHA DE S.PAULO**

# PF ouvirá suspeita de adquirir celular “frio” para ex-petista

Telefone teria sido usado por Hamilton Lacerda durante a negociação do dossiê

**De todos os envolvidos na negociação para comprar o dossiê, Lacerda foi o único que não telefonou para o número de Ana Paula Vieira**

LEONARDO SOUZA  
ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ  
MAURÍCIO SIMIONATO  
DA AGENCIA FOLHA, EM CUIABÁ

A Polícia Federal vai ouvir na semana que vem Ana Paula Cardoso Vieira, suspeita de ter sido usada como “laranja” na aquisição de um celular “frio” que teria sido empregado pelo ex-petista Hamilton Lacerda durante o período de negociação do dossiê contra tucanos.

O delegado que cuida do caso, Diógenes Curado, encaminharia ainda ontem carta precatória à PF de São Paulo para Ana Paula ser ouvida. Segundo dados do sigilo telefônico dos envolvidos com a compra do material contra o PSDB, obtidos pela Folha, o número em nome de Ana Paula foi usado para falar com Jorge Lorenzetti, Excl<sup>to</sup> Veloso, Oswaldo Bargas e Gedimar Passos – todos integrantes da campanha de Lula.

Somente com Lorenzetti, apontado pela PF como o “articulador” do dossiê contra tucanos, foram trocadas 33 ligações entre meados de agosto e 16 setembro, um dia após Gedimar e Valdebran Padilha terem sido presos, no hotel Ibis, em São Paulo, com R\$ 1,75 milhão.

Lorenzetti chegou a falar de sua casa (quatro ligações), em Florianópolis (SC), com o su-

posto celular “frio” usado por Lacerda. Há também 43 telefonemas trocados entre o número de Ana Paula e ramais do comitê de campanha de Lula.

Segundo a Folha apurou, o delegado Curado está convencido de que o telefone dela era usado por Lacerda. Há diversas ligações feitas pelo número pessoal de Lacerda em horários próximos e a partir das mesmas cidades de onde foram feitas ou recebidas chamadas no telefone de Ana Paula. E, de todos os diretamente envolvidos com o dossiê, o único que não trocou ligações com o número de Ana Paula foi Lacerda.

Ontem, o advogado Ubiratan Cavalcanti, que representa Sirley Chaves e Fernando Ribas, sócios da casa de câmbio Vicatur, entregou à PF petição na qual alegou que seus clientes não teriam como informar para quem venderam os dólares apreendidos na operação.

A PF rastreou que pelo menos US\$ 79 mil encontrados com a dupla no hotel Ibis saíram da Vicatur, localizada em Nova Iguaçu (RJ). Segundo o advogado, a casa de câmbio não teria controle do número de série das notas que são vendidas.

Curado ficou decepcionado com a petição, que inclui declarações de bons antecedentes dos sócios da Vicatur. Quando colheu o depoimento dos dois, em outubro, o delegado Ines disse que poderiam usufruir do benefício da delação premiada, desde que concordassem em colaborar. Eles recusaram, mas Curado esperava que voltassem atrás, o que não ocorreu.

depoimento do piloto Tito Lívio Ferreira Lima, que iria comandar o avião fretado para transportar de SP a Cuiabá (MT) parte do R\$ 1,7 milhão que seria usado na compra do dossiê antitucano em setembro.

Segundo o delegado da PF de Cuiabá Diógenes Curado, responsável pelas

Hamilton Lacerda durante o período de negociação do dossiê contra tucanos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

investigações, o piloto será ouvido por carta precatória em Campo Grande (MS), onde mora.

Os investigadores pretendem descobrir quem contactou o piloto para fazer o transporte. Foram presos na madrugada de 15 de setembro Paulo Roberto Trevisan, no aeroporto de Várzea Grande (MT),

com o dossiê, e os emissários do PT Gedimar Passos e Valdebran Padilha.

A quebra dos sigilos telefônicos dos envolvidos indica quatro telefonemas feitos do celular do piloto para o de Valdebran – três deles em 13 de setembro e um no dia 14. Em 13 de setembro, o piloto também recebeu dois telefonemas vindos do Hotel Ibis

**O QUE SE SABE SOBRE O DINHEIRO DO DOSSIÊ**

Desde o dia 15.set. quando Gedimar Passos e Valdebran Padilha foram presos com dinheiro que

pagou a dossiê contra tucanos, a PF ainda não rastreou todo o valor

**R\$ 1,7 milhão**  
foi o total apreendido, em notas de real e dólar

**R\$ 25 mil**  
Foram rastreados

**US\$ 248,8 mil**  
EM DOLARES  
Foram rastreados US\$ 109,8 mil

- >> R\$ 15 mil vieram de agência do Bradesco na Barra Funda, em SP
- >> R\$ 5 mil vieram de agência do BankBoston na Lapa, em SP
- >> R\$ 5 mil podem ter saído de agências do Bradesco em Duque de Caxias e em Campo Grande, no RJ

A PF investiga a hipótese de essas R\$ 5 mil terem vindo de bancos do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro

- >> Quem fez os saques e reuniu o dinheiro?
- >> Foi só uma pessoa que sacou? Se não, quantas e quem são?
- >> Os reais têm origem em transação ilegal?
- >> Há dinheiro de caixa de campanha envolvido?
- >> Qual é a origem do restante em dólares?
- >> O restante dos dólares também entraram legalmente no Brasil?
- >> Se não, como os dólares

Sabe-se que essa parte de dinheiro entrou legalmente no Brasil, em lote de US\$ 29 milhões comorado pelo Banco Sofisa, de SP. Do Sofisa, saíram para cerca de 30 corretoras e distribuidoras

Das corretoras, os dólares seguiram para casas de câmbio, entre elas a Disk Line (SP), a Vicatur (RJ), a Centaurus (SC) e a Travul (SP). Da Vicatur, parte dos dólares foi comprado por 11 laranjas de uma só família

entram no país? Houve prática de lavagem de dinheiro?

Alguém dofeio irremediou a operação? Quem?

Quem comprou os dólares que entraram para o Sofisa e passaram por corretoras e casas de câmbio?

Há alguma ligação entre os sócios da Vicatur, casa de câmbio do Rio de Janeiro, e operações com laranjas da PF? Se sim, com quais?

**Polícia vai ouvir piloto que levaria dinheiro a Cuiabá**

DA AGENCIA FOLHA, EM CUIABÁ  
DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ

A Polícia Federal vai ouvir na próxima semana o

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a energia, como se sabe, é um insumo indispensável ao desenvolvimento, notadamente nas sociedades contemporâneas. O consumo **per capita** de energia, inclusive, é indicador seguro do grau de desenvolvimento das nações, pois a insuficiência de sua oferta denota um nível de industrialização insatisfatório.

O físico e ex-Ministro José Goldemberg chegou a demonstrar, em palestra proferida há alguns anos, a nítida correlação entre o baixo consumo de energia, nos países em desenvolvimento, com os altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, contrastando com a baixa expectativa de vida.

De outra parte, Sr. Presidente, convivemos hoje com uma preocupação universal, que é a procura por fontes de geração de energia renováveis e menos poluidoras, como a biomassa e a hidreletricidade. Assim, é com satisfação que registro o recebimento do Relatório de Atividades da empresa Furnas Centrais Elétricas, referente ao ano de 2005, no qual se patenteiam os bons resultados de uma gestão responsável e eficiente.

Fundada em 1957, e subsidiária da Eletrobrás, Furnas é o mais importante sistema de extra-alta tensão da América Latina. Com a responsabilidade de abastecer as regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde se concentram 50% da população e 63% do Produto Interno Bruto Brasileiro, a empresa opera dez usinas hidrelétricas conectadas ao Sistema Interligado Nacional, que, por sua vez, atende a 98% do mercado brasileiro de energia elétrica. Para isso, utiliza nada menos que 44 subestações e uma extensa malha de 19 mil 277 quilômetros de transmissão.

O gigantismo de Furnas, bem assim seu notável desempenho, é comprovado pelos números citados no Relatório de Atividades. A empresa atende a uma população de 92 milhões e 200 mil pessoas em nove unidades da Federação (oito Estados mais o Distrito Federal), onde o consumo global de energia, no ano passado, foi de 200 milhões e 600 mil terawatts-hora; opera as hidrelétricas de Itumbiara, Marimbondo, Serra da Mesa, Furnas, Estreito, Mascarenhas de Moraes, Corumbá, Porto Colômbia, Funil e Manso, além das termelétricas de Santa Cruz e Campos; tem uma capacidade instalada de 9.458 megawatts.

Para manter esse atendimento com padrões de qualidade, a empresa investiu, no ano passado, mais de R\$900 milhões do seu Programa de Investimentos para reforçar e ampliar seu parque gerador, bem assim as linhas de transmissão e subestações, e também

para modernizar as usinas Furnas e Mascarenhas de Moraes.

Chama a atenção, na gerência da empresa, o programa de Pesquisa & Desenvolvimento, voltado para a implementação de uma política ampla de inovação tecnológica. Furnas, tradicionalmente, mantém um intenso intercâmbio com os demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, com universidades, com institutos de pesquisa, órgãos do governo e fornecedores, visando a assegurar a sustentabilidade do setor. Nos últimos cinco anos, a empresa investiu nada menos que R\$103 milhões em 154 projetos de P&D, além de ter participado de três projetos cooperativados com as demais empresas do Grupo Eletrobrás.

No que concerne ao desenvolvimento da excelência de gestão, Furnas obteve, no ano passado, o Prêmio Mineiro de Qualidade, o Prêmio Nacional da Gestão Pública e o Prêmio Qualidade do Distrito Federal. A empresa se destacou também em certificações e credenciamentos. Sua primeira certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ocorreu em 1996, na área de geração. “Atualmente – informa o Relatório –, a empresa possui 35 unidades certificadas e 1.433 empregados envolvidos com os Sistemas de Gestão da Qualidade”.

A política de desenvolvimento sustentável, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para dirigentes e funcionários da Furnas Centrais Elétricas. Ao longo de sua existência, a empresa vem consolidando práticas como a participação dos empregados em seus lucros, a promoção da cidadania, o desenvolvimento de programas sociais, o respeito ao meio ambiente e o patrocínio de atividades culturais.

No âmbito da responsabilidade social, a empresa logrou beneficiar, no ano passado, 16.769 servidores, familiares e pessoas das comunidades onde atua com projetos de alfabetização e educação para o trabalho; 53.306 pessoas com os projetos de promoção de cidadania e direitos; e 17.949 com noções de segurança alimentar e nutricional e saúde.

Com patrimônio líquido de R\$12,34 bilhões e lucro líquido de R\$840 milhões no ano passado, a empresa Furnas empregou cerca de 4.500 funcionários, sendo 350 de nível gerencial; 1.329 de nível superior; 1.177 de nível técnico; 772 de suporte; e 353 de nível fundamental. A empresa tem optado pela substituição do quadro de pessoal terceirizado por empregados selecionados em concursos públicos, com bons resultados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao fazer este registro das atividades da Furnas Centrais Elétricas, quero cumprimentar todos os seus funcionários, na pessoa do presidente José Pedro Rodrigues de Olivei-

ra, formulando votos para que essa empresa continue, como já é de sua tradição, contribuindo para o pleno desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

Muito obrigado!

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: No mês de agosto passado, foi incorporada ao ordenamento jurídico pátrio a primeira lei especificamente destinada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340.

O novo Diploma Legal configura autêntica transmutação do clamor social em norma jurídica, mediante um belíssimo processo legislativo.

Havia anos que o movimento de mulheres pugna pela edição de peça legislativa com essas características e abrangência, com o potencial para tornar mais efetiva a prevenção e a repressão a essa modalidade delituosa particularmente abjeta. Como corolário desse processo, o Consórcio de Organizações Não-Governamentais Feministas encaminhou, em março de 2004, proposta de anteprojeto de lei destinada a subsidiar as discussões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Executivo com a finalidade de elaborar proposta de medida legislativa para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Antes de definir o texto que seria remetido à egrégia Câmara dos Deputados, porém, os representantes dos oito órgãos do Poder Executivo que constituíram o mencionado Grupo de Trabalho Interministerial trataram de promover ampla discussão da proposta com representantes da sociedade civil e com órgãos diretamente envolvidos na temática, mediante diversas oitivas, debates, seminários e oficinas.

Vale sempre lembrar, contudo, que o fundamento para a criação dessa norma encontra-se na própria Carta Magna, que, em seu artigo 226, § 8º, impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Ademais, com a aprovação e a sanção da Lei nº 11.340, o Estado Brasileiro avança no cumprimento de diversos compromissos internacionais aos quais está vinculado, entre os quais merecem destaque a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, de 1994, além de outros instrumentos de Direitos Humanos.

Outro fato que não se pode deixar de mencionar, quando tratamos de resgatar a matriz histórica da Lei nº 11.340, é o caso Maria da Penha Maia Fernandes.

A lentidão do aparato judiciário brasileiro em fazer cumprir a pena imposta ao ex-marido da farmacêutica-bioquímica pelas duas tentativas de homicídio contra ela levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA a declarar que o País “violou os direitos e o cumprimento de seus deveres” previstos em um artigo da Convenção de Belém do Pará e em três artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em consequência, aquele órgão internacional estabeleceu uma série de recomendações ao Estado Brasileiro no sentido de evitar a tolerância estatal à violência doméstica contra a mulher.

Em sua tramitação legislativa, o Projeto de Lei mereceu aprovação de três Comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Plenário daquela Casa; depois, da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania e do Plenário do Senado. Em cada instância, a proposição foi aprovada por unanimidade, recebendo sucessivos aperfeiçoamentos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a nova lei – que, numa justíssima homenagem, passou a ser conhecida como Lei Maria da Penha – representa um extraordinário avanço rumo a uma efetiva igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Ao afirmar, em suas disposições preliminares, o direito de toda mulher de viver sem violência e ter preservada sua integridade física e mental, além de fazer menção expressa ao dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de assegurar à mulher o exercício efetivo de todos os direitos inerentes à pessoa humana, a nova lei busca propiciar às mulheres de todas as regiões do País a cientificação categórica e plena de seus direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a fim de dotá-las de maior cidadania e consciência dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar no âmbito familiar e na sociedade.

A Lei nº 11.340 veio para suprir uma lacuna. Uma lacuna que era, até então, preenchida pela impunidade. Como inexistia uma lei específica sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, os atos que se enquadravam na tipificação de lesão corporal leve eram classificados, desde a entrada em vigência da Lei nº 9.099, em 1995, como delitos de menor potencial ofensivo e, portanto, submetidos ao procedimento próprio dos Juizados Especiais Criminais.

Nesse rito, dispensa-se, na fase policial, a prisão em flagrante se o autor se comprometer a comparecer ao Juizado Especial Criminal. Iniciada a fase judicial, a primeira providência do juiz ou mediador é designar audiência de conciliação para acordo e encerramento do processo. Essa forma de decisão terminativa do con-



flito é, na maioria das vezes, induzida pelo conciliador, implicando renúncia ao direito de representação.

Ainda que a vítima recuse a conciliação e insista em representar contra seu agressor, a Lei nº 9.099 prevê a possibilidade de transação penal. Em geral, o acusado acaba recebendo pena restritiva de direito e de prestação pecuniária, cesta básica e multa. No caso da violência doméstica, essa modalidade de pena significava, na prática, prejuízo à vítima e à sua família.

Ocorre que a violência doméstica, diferentemente de uma altercação entre vizinhos ou de um desentendimento no trânsito, quase nunca constitui evento único. A experiência evidencia que os episódios são repetidos, crônicos, acompanhados de contínuas ameaças e se agravam progressivamente. Até por seu conteúdo ínsito de violação dos direitos humanos, não podem, de forma alguma, ser classificados como crimes de menor potencial ofensivo.

Com a dispensa da prisão em flagrante, o induzimento à conciliação e a imposição de penas irrisórias, a sensação generalizada era de injustiça, por parte das vítimas, e de impunidade, por parte dos agressores. A política criminal que vigorava, no tangente à violência doméstica, servia para recriar estereótipos, não prevenia novas violências e não contribuía para a transformação das relações hierárquicas de gênero.

A Lei Maria da Penha veio para mudar tudo isso e muito mais. Ela dispõe, expressamente, que, nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099. Ou seja, fica afastada a competência dos Juizados Especiais, voltando a valer, para os delitos que envolvam essa forma de violência, todo o rito previsto no Código de Processo Penal. Fica, portanto, restaurada a possibilidade de prisão em flagrante pela autoridade policial, o processo não será mais encerrado por conciliação e acordo, e não cabe transação penal.

Sob todos os aspectos, foi estabelecido um tratamento muito mais rigoroso para a violência doméstica e familiar contra a mulher. Quando for caso de ação penal pública condicionada à representação, a mulher somente poderá renunciar à representação perante o juiz. Ficou vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A nova Lei chegou a ponto de criar, no Código de Processo Penal, nova hipótese de prisão preventiva, admitindo sua decretação se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência previstas anteriormente em seu texto.

Também o Código Penal e a Lei de Execução Penal foram modificados. A violência contra a mulher foi incluída no rol das “circunstâncias que sempre agravam a pena”. O tipo especial de lesão corporal denominado “violência doméstica” – § 9º do artigo 129 do Código Penal – teve sua pena máxima aumentada de um ano para três anos. E ficou prevista a possibilidade de o juiz determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é importante ter bem claro, contudo, que a Lei nº 11.340 vai muito além de endurecer o tratamento penal aos agressores de mulheres. Ela dispõe sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, define esse tipo de violência, caracteriza-a como violação dos direitos humanos e discrimina algumas formas de que ela se reveste, a saber: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A Lei Maria da Penha vai, portanto, além das classificações já consagradas da violência contra a mulher, a física a psicológica e a sexual. Ela inova ao reconhecer, também, a existência da violência patrimonial e da moral. É uma inovação justa e muito importante, tendo em vista a peculiaridade da situação fática da vítima em relação à sua família e ao seu agressor. Não raro existe uma relação de dependência econômica e financeira e menos raros ainda são os insultos e maus tratos verbais a que a mulher é submetida na intimidade do lar ou mesmo perante a comunidade em que vive.

A Lei trata da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, estabelece as diretrizes de uma política pública de prevenção, com ações articuladas do governo e de organizações não-governamentais. Se necessário, a vítima será encaminhada a programas assistenciais do governo e terá acesso a benefícios assistencialistas previstos em lei.

Um dispositivo de notável vigor da nova Lei estabelece que o juiz, visando à preservação da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, lhe assegurará, quando for servidora pública, o acesso prioritário à remoção. De modo similar, aquelas que possuem vínculo trabalhista poderão mantê-lo, por até seis meses, quando for necessário o afastamento do local de trabalho.

O atendimento policial à mulher vítima de violência incluirá a garantia de proteção, o encaminhamento para atendimento médico e médico-legal, o fornecimento de transporte para local seguro, o acompanhamento para a retirada de seus pertences do domicílio familiar e a informação sobre direitos e serviços disponíveis.



Vê-se que a Lei atribuiu à autoridade policial um papel mais participativo, mais protetivo e mais zeloso no atendimento à vítima. Trata-se de um cuidado necessário, pois muitas mulheres não denunciam as agressões por medo de vingança do denunciado contra si ou contra seus filhos. Assim, é de fundamental importância que a vítima sinta-se efetivamente protegida, para que denuncie e mantenha a denúncia, permitindo o processamento criminal do agressor até final decisão e condenação, se for o caso.

Como já mencionei, a Lei nº 11.340 faculta a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas diversas Unidades da Federação. Um aspecto da maior importância é a atribuição de competência cível e criminal a esses Juizados, pois, desse modo, o magistrado que estiver processando e julgando o ato delituoso poderá, já com conhecimento da realidade familiar, decidir sobre questões como separação, guarda dos filhos menores e pagamento de pensão alimentícia.

Outra inovação consagrada pela Lei Maria da Penha é a criação da figura das “medidas protetivas de urgência” em favor da vítima, as quais buscam preservar ao máximo sua incolumidade física, psíquica e patrimonial, bem como a de seus dependentes. Por isso, adentram a seara civil, suspendendo efeitos dos atos de negociação sobre imóvel comum e das procurações conferidas pela vítima ao agressor. Impõem, também, a prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais.

O papel do Ministério Público no enfrentamento da violência doméstica restou reforçado. Ficou garantida à mulher em situação de violência doméstica e familiar assistência judiciária gratuita e acompanhamento jurídico em todos os atos processuais. Previu-se a criação de equipes de atendimento multidisciplinar para atuar junto aos Juizados. Facultou-se a implantação de curadorias, a criação de casas-abrigos para mulheres e filhos em situação de risco e de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Reconheceu-se a legitimidade das associações de defesa dos interesses da mulher para atuar em juízo nas causas que envolvam direitos transindividuais.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, como se pode ver, a Lei nº 11.340 é bastante ousada na abrangência e na profundidade das inovações que introduz em nosso ordenamento jurídico. Ela corporifica o resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais organizados, de um lado, e do trabalho harmônico e sério desenvolvido pelos Poderes Executivo e Legislativo, de outro. Ela é o bom fruto que pudemos colher do processo democrático suprapartidário.

É muito importante que a sociedade e os Poderes constituídos tenham conseguido chegar a esse resultado, pois o objetivo da Lei Maria da Penha é minorar um problema social gravíssimo e de conseqüências funestas para as futuras gerações de brasileiros. Afinal, aqui, como no resto do mundo, a violência doméstica é um problema de dimensões estarrecedoras.

Já no final da década de 1980, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas. Em 2001, a Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada por meio do Núcleo de Opinião Pública, obteve dados indicando que cerca de 7 milhões entre as brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez. Projeta-se em 2 milhões e 100 mil o número de mulheres espancadas a cada ano no País, o que representa uma a cada 15 segundos.

Até recentemente, dos casos processados perante os Juizados Especiais Criminais, 70% eram de violência doméstica. Em face desses números, não surpreende a percepção detectada na pesquisa realizada pela Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública desta Casa em março do ano passado. Naquela enquête, embora 54% das entrevistadas avaliassem que as leis brasileiras então existentes já protegiam as mulheres, mesmo que fosse de forma parcial, a esmagadora maioria delas – nada menos que 95% – considerava importante ou muito importante a criação de uma legislação específica para a proteção da mulher em nossa sociedade.

Já no juízo de 92% das mulheres ouvidas, o Congresso Nacional detinha papel de destaque nessa discussão, pois esse papel era avaliado por elas como importante ou muito importante. Não há dúvida, portanto, de que, ao discutir, votar e aprovar a Lei Maria da Penha, o Congresso Nacional correspondeu às legítimas aspirações da quase totalidade das mulheres brasileiras.

Em nível global, os números relativos à violência contra a mulher não discrepam daqueles observados no Brasil. Pelo menos uma em cada três mulheres do mundo, ou um total de um bilhão, foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou abusadas de uma forma, ou outra, nas suas vidas. Normalmente, o agressor é um membro da sua própria família ou alguém conhecido. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, até 70% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas pelo seu parceiro.

No Canadá, os custos da violência contra a família rondam a casa de 1 bilhão e 600 milhões de dólares

por ano, incluindo despesas médicas e queda de produtividade, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Nos Estados Unidos, tal como no Brasil, uma mulher é espancada a cada 15 segundos, normalmente pelo seu parceiro ou marido, de acordo com estudo da ONU sobre as mulheres realizado no ano 2000.

Tentando dar cobro a esse descalabro, diversos países têm criado leis específicas para coibir a violência no lar. Nos Estados Unidos, a primeira legislação federal abrangente em resposta à violência contra a mulher foi introduzida em 1990. Posteriormente, em agosto de 1994, em resposta às pressões de poderosas entidades da sociedade civil, foi promulgado o Ato sobre a Violência contra a Mulher (*Violence Against Women Act – WAVA*).

Na França, em dezembro de 2005, a Assembléia Nacional aprovou uma lei aumentando as penas nos casos de violência conjugal e elevando a idade legal para o casamento de 15 para 18 anos. A iniciativa resultou de propostas apresentadas por partidos representando todo o espectro político francês e introduziu melhorias em diversos aspectos das disposições legislativas então existentes para prevenir e reprimir as violências domésticas e as agressões que têm como vítimas as mulheres. Na França, uma em cada dez mulheres é vítima de violência conjugal, o que provoca a morte de uma mulher a cada quatro dias.

Em Portugal, somente a partir da década de 1980 do século passado é que a violência doméstica foi identificada como um problema social. À semelhança do que sucedeu nos países que pioneiramente identificaram esse fenômeno, em Portugal, os maus tratos às crianças foram primeiramente denunciados pela comunidade pediátrica, ao passo que a violência experimentada por muitas mulheres nos seus próprios lares contava com a denúncia de certas organizações não-governamentais. Com a criação, na década de noventa, de legislação especificamente voltada para as vítimas da violência doméstica, Portugal passou a dar resposta a esse grave problema social e, ao mesmo tempo, foi ao encontro de um conjunto de recomendações européias sobre o tema.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as relações desiguais entre os gêneros constituem flagrante violação aos direitos humanos das mulheres. Nessa medida, a Lei Maria da Penha constitui adequada resposta da sociedade brasileira à exigência de respeito à igualdade.

As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados, proporcionando a complacência e a impunidade com os abusos aí cometidos. Oculta atrás das paredes do lar

e naturalizada sob camadas seculares de cultura machista, a violência doméstica tende a se perpetuar.

Enquanto o problema da violência doméstica não tiver enfrentamento eficaz, contudo, não haverá democracia efetiva e igualdade real no Brasil. Precisamos garantir proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência doméstica, pois cada vez que um membro da família se vale de sua força física ou posição de autoridade para infligir maus tratos físicos, psicológicos, sexuais ou morais a uma mulher os seus direitos à vida, à saúde e à incolumidade física e psicológica são violados.

Com a aprovação da Lei nº 11.340, demos, por certo, um importante passo à frente. A partir de sua efetiva aplicação, haverá, seguramente, mais respeito à dignidade das mulheres. É necessário, a partir de agora, aprimorar, ainda mais, os mecanismos de tutela da integridade física e psicológica da mulher.

Trata-se de subir mais um degrau na árdua construção da plena democracia em todas as esferas da vida nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 24 minutos.)*

**(OS Nº 16127/2006)**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, faço referência ao editorial da **Folha de S. Paulo** denominado “Resposta, já” e ao artigo de Elio Gaspari, “Lula, de onde vem o dinheiro?”

Solicito à Presidente Heloísa Helena que registre, nos **Anais** da Casa, estes dois artigos. Farei a leitura de trechos do editorial da **Folha de S. Paulo**.

“Quem mais perde com a demora é o eleitor”, fazendo referência ao dossiê ou ao escândalo do dossiê ou à tentativa de compra de um dossiê forjado por militantes do PT ligados ao Presidente Lula. À frente, diz o artigo: “A pronta elucidação do caso ampliaria

ao máximo o conjunto de elementos à disposição dos eleitores acerca do dossiê. Um ponto final no episódio, antes do pleito, permitiria ao eleito dedicar-se exclusivamente à formação do novo governo.” Mais adiante diz: “Mas a ação oposicionista tem o mérito de manter viva a necessidade de cobrança.” E finaliza: “A julgar pela capacidade de mobilização demonstrada em operações anteriores, a Polícia Federal dispõe de inteligência e infra-estrutura suficientes para dar conta da tarefa em prazo curto. De todas as hipóteses para o desenrolar dessa crise, a pior é uma notícia devastadora recaindo sobre um presidente recém-eleito.”

Elio Gaspari diz: “Lula não trata a questão como chefe de um poder republicano, mas como o chefe de sua própria guarda pessoal. O que aconteceu com o dossiê foi um delito, praticado por delinqüentes. Ponto.”

Ora, Sr<sup>a</sup> Presidente Heloísa Helena, Srs. Senadores, creio ser generosidade demais, a esta altura, indagar de onde veio o dinheiro. Não faço mais essa indagação. Creio que não deveríamos mais fazer essa indagação. Deveríamos, isso sim, denunciá-la. A responsabilidade pelo dinheiro sujo é do Presidente Lula. Nós, como candidatos, somos responsáveis por aquilo que ocorre durante a nossa campanha eleitoral. A conta corrente na agência bancária é aberta em nosso nome. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, como candidato ao Governo do seu Estado, assinou cheques dessa conta de campanha, assim como eu assinei cheques da minha conta de campanha. Depois das eleições, se alguma dívida restar, eu serei o devedor, não o Partido e não a coligação. Se o credor protestar, o protestado serei eu, não o Partido e não a coligação. Se ocorrer uma multa em relação a uma propaganda indevida, eu, como candidato, pagarei essa multa. Portanto, o candidato é responsável por toda movimentação financeira de sua campanha.

Se, neste caso, houve a tentativa de se comprar um dossiê forjado por quase R\$2 milhões, por interpostas pessoas ligadas ao Presidente Lula, é óbvio que a compra desse dossiê tinha por objetivo beneficiar, na campanha eleitoral, o Presidente Lula.

Então, não há por que se indagar mais de onde veio o dinheiro. Não importa de onde tenha vindo esse dinheiro sujo. É um dinheiro sujo – quanto a isso, não há dúvidas mais! Ninguém tem dúvida de que o dinheiro é fruto de crime. Obviamente, a responsabilidade é do candidato Lula à Presidência da República.

Desta tribuna, como Senador, não tenho o direito de tergiversar, de buscar, pelos descaminhos da retórica, argumentos que possam blindar o Presidente da República.

Portanto, a responsabilidade por esse escândalo, a responsabilidade por esse crime, a responsabilidade por essa tentativa de fraudar a eleição com um dossiê forjado é do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, não é essa a única tentativa de blindagem do Presidente Lula. Há pouco cheguei do Tribunal de Contas da União, aonde fui, com alguns Parlamentares, indagar do Presidente Guilherme Palmeira e do Ministro Ubiratan Aguiar sobre auditoria relativamente aos cartões corporativos utilizados pelo Governo, especialmente pela Presidência da República, e também sobre auditoria que deu conta do desvio de R\$11 milhões do setor de Comunicação Social do Governo, por intermédio de agência de publicidade de Duda Mendonça, desvio de recursos que foram supostamente utilizados na confecção de cartilhas em benefício do Partido dos Trabalhadores.

Também tenho o direito de fazer determinadas ilações. Essas cartilhas, provavelmente, não foram confeccionadas na quantidade divulgada para a utilização de R\$11 milhões. Na verdade, essa é uma justificativa que se apresenta para recursos públicos que foram subtraídos indevidamente, desonestamente, dos cofres públicos, por meio de uma agência de publicidade do Sr. Duda Mendonça, que recebeu no exterior recursos como pagamento de dívida do Presidente Lula, em razão da sua campanha no ano de 2002.

Esse é um episódio que deve ser ainda investigado para se comprovar se essas cartilhas foram confeccionadas ou não, se esses recursos foram utilizados na confecção de cartilhas para o Partido dos Trabalhadores – portanto, de forma ilícita –, ou se nem mesmo as cartilhas foram confeccionadas e esses recursos foram utilizados com outra finalidade. Nos dois casos é operação criminosa. Mas é preciso investigar para saber que natureza de crime se praticou, sob as vistas do Presidente da República.

A questão dos cartões corporativos é ainda mais intrigante. Ora, há algum tempo, por intermédio do Senado Federal, estamos tentando conhecer os mistérios dos gastos do Presidente da República com a utilização de cartões corporativos. E há um verdadeiro **bunker** a proteger documentação que certamente seria suficiente para mais um grande escândalo no País.

Há no Palácio do Planalto uma caixa preta a esconder mistérios de gastos exorbitantes realizados pelo Presidente da República e sua família, com a utilização dos cartões corporativos.

Em determinado momento, esta Casa aprovou requerimento de nossa autoria que foi submetido à Presidência da República, solicitando documentação que comprovasse gastos realizados pela Presidência da República. Esses documentos não foram remetidos



ao Senado Federal sob alegação de que eram documentos em excesso, documentação farta, e que seria impossível remetê-la ao Senado Federal.

Sugerimos a indicação de um técnico especializado para, na Presidência da República, acessar os documentos e investigá-los. Esse técnico foi designado, foi à Presidência da República e a ele foi permitido analisar determinados documentos. Mas, a partir de determinado momento, foi-lhe negado acesso à documentação sob o pretexto de que se tratava de segurança nacional. E o mais grave: a Presidência da República publicou decreto-lei para dar guarida a essa atitude, a esse comportamento.

Sabemos que não cabe, neste caso, legislar através de decreto-lei. Há necessidade de lei para se estabelecer esta norma impeditiva, esta norma que fixe regulamentação sobre acesso a documentos oficiais.

Vamos pedir um estudo jurídico a respeito para chegarmos ao entendimento do que é possível fazer, em matéria de providência de natureza jurídica, para exigir da Presidência da República a liberação desses documentos.

Não há justificativa para este caso. Como justificar gastos com dinheiro público, em benefício próprio, sem prestação de contas? A suposição de que se trata de gastos em benefício próprio se justifica exatamente em razão da negativa da prestação de contas. Admite-se a utilização de dinheiro público sem prestação de contas? Não se exige mais a transparência para a utilização de recursos públicos? Por que, Senadora Heloísa Helena, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os gastos crescem de forma assustadora através da utilização dos cartões corporativos? O que justificaria a Presidência da República alegar razões de segurança nacional para impedir o povo brasileiro de ter conhecimento da aplicação do dinheiro oriundo do imposto pago com tanto sacrifício por aqueles que trabalham e produzem?

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, imagino, com toda a franqueza, que os mistérios só poderão ser desvendados com a vitória da Oposição nas eleições no próximo dia 29. Se o Presidente Lula for reeleito, ficaremos distantes destas informações, certamente delas não tomaremos conhecimento, esse *bunker* continuará a existir, a caixa-preta não será arrebentada, e os mistérios de mais um escândalo não chegarão ao conhecimento da população brasileira.

Todos os motivos justificam a derrota do Presidente Lula. Há motivos em excesso justificando a derrota do Presidente Lula, mas, sobretudo, a questão ética é essencial; não há justificativa superior. Nenhum programa de governo terá êxito se não reduzirmos os índices de corrupção neste País. Os recursos públicos são desviados. Se tivéssemos a possibilidade de contabi-

lizar todos os valores subtraídos dos cofres públicos e investigados pelas várias CPIs instaladas no Congresso Nacional, assustaríamos o povo brasileiro.

Senador Mão Santa, tenho a impressão de que, se pudéssemos abrir essa caixa-preta que esconde os mistérios dos gastos com os cartões corporativos, cairia o Presidente da República. Sou obrigado a acreditar que esse seria o fim. Não fosse esse o fim, certamente não resistiriam tanto, não colocariam tantos obstáculos, não estabeleceriam tanto segredo, não provocariam a existência de tantos mistérios em relação a gastos que são exorbitantes e que assustam, mas que não são justificados. A devida e necessária prestação de contas não é feita.

Recentemente, Senador Mão Santa – a quem concederei depois um aparte –, tivemos acesso a documentos oriundos do Tribunal de Contas da União, relativamente a uma auditoria realizada nos documentos da Casa Civil referentes à aplicação ou à utilização dos cartões corporativos. Fomos investigar as notas fiscais e chegamos à constatação de que eram notas fiscais frias produzidas por uma fábrica de notas fiscais localizada no entorno de Brasília.

O suposto proprietário dessa empresa era nada mais nada menos que um trabalhador, um chapista que trabalhava num bar da estação rodoviária em Brasília. Ele era utilizado como laranja – como se denomina –, oferecendo o seu nome a uma empresa que fabricava notas frias fornecidas a algumas Prefeituras. O Ministério Público atuou, houve prefeito cassado em razão da utilização dessas notas frias calçando despesas inexistentes, e nós constatamos notas frias calçando despesas com a suposta compra de cartuchos na Casa Civil da Presidência da República.

Até hoje não ouvimos nenhuma palavra oficial do Governo a respeito dessa irregularidade. Até hoje não houve nenhuma manifestação do Presidente da República ou de quem quer que seja no Governo a respeito dessa irregularidade. Não se adotou nenhuma providência para punir os responsáveis. Não se indicou nenhum responsável.

Aliás, o Brasil está aprendendo. No Governo Lula, admite-se a existência do crime, mas não se admite a existência de criminosos. Eu não sabia que era possível existir crime sem criminosos, pois o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula, está nos ensinando que é possível existir crime sem criminosos. O Presidente Lula, em nenhum momento, admitiu que qualquer dos seus auxiliares diretos fosse criminoso diante dos escândalos de corrupção que a Nação lamenta. Em nenhum momento o Presidente Lula admitiu ser criminoso qualquer dos seus Ministros que foram denunciados pelo Procurador-Geral da República, nomeados



por ele, denunciados pela prática de corrupção, pela formação de quadrilha. Alegou o Procurador-Geral da República a existência de uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos da Nação, mas o Presidente Lula não admitiu existir no seu Governo nenhum criminoso.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, eu o estava ouvindo atentamente e, quis Deus aqui, com a presença de Magno Malta, que é um cristão, e de Heloísa Helena, quero dizer o seguinte: fiquei estarecido – e V. Ex<sup>a</sup> estava lá –, quando, no comitê do candidato Geraldo Alckmin, saiu uma pesquisa de credibilidade. Senadora Heloísa Helena, eu fiquei estarecido. Só cinco, de cada cem brasileiras e brasileiros, acreditam em política, acreditam nos políticos; 95% não acreditam. Foi a isso que o PT nos levou, foi a isso que Lula nos levou, foi isso que previu o nosso Rui Barbosa, que chegaria o dia em que, de tanto ver as nulidades triunfarem, campear a corrupção, rir-se-ia da honra, ter-se-ia vergonha de ser honesto. De cem brasileiras e brasileiros, somente cinco acreditam nos políticos. Está tudo desmoronando. O Poder Judiciário está com baixo índice de credibilidade, um pouco melhor do que nós, uns 30%. Deveríamos acreditar em todos. Aristóteles dizia que não se fundamenta nenhuma sociedade sem que se tenha como base a ética e a honestidade. Ulysses, falando ao povo, disse que o cupim que corrói a democracia é a corrupção. Nunca se viu tanto cupim. O médico Lair Ribeiro – estamos no Dia do Médico –, que se especializou em neurolingüística, define paradigma como uma verdade que o povo aceita até que ela seja modificada. E o povo está diante desta verdade: tudo que é político é ladrão. Chegou-se a isso, a se pensar que tudo que é político é ladrão. Eles não vão pinçar um ou outro. Se esse ladrão pelo menos está dando uma bolsa, então vamos com ele. Temos de ter um paradigma, temos de ter um fato. E essa Polícia Federal, tão brava, tão forte? Por que ela não algema um dos bandidos que cercam o Lula? É bandido por todo lado, é ladrão por todo lado. Então, ela só vai mudar se houver um fato novo. Isso é que é um paradigma. Ninguém acredita nisso, pois ela só prende de um lado. Olha aí os ladrões do mensalão todos voltando. O homem dos dólares na cueca foi eleito. Ceará, que vergonha! Tem de haver um paradigma, é um fato. Essa Polícia Federal prende gente da Daslu, mas os quarenta ladrões que cercam o Lula... Ela tem de fazer um impacto pela moralidade, para sairmos disso, para termos credibilidade e honestidade. O Poder Judiciário está quase na mesma lama. Era para a gente acreditar em 100%, mas

está baixíssimo. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Mas eu acredito nesse Marco Aurélio, que deu uma entrevista de que eu gostei. Isso tem de ser resolvido antes do dia 29, antes da eleição. Esse roubo, dos muitos que há aí, de centenas, e não se chegar a conclusão nenhuma... Que Polícia fajuta essa que, após dois meses, com o Exército, com o SNI, não descobre a origem do dinheiro roubado, que, até que se prove o contrário, era do Lula, da família dele e dos filhos dele.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Não posso concluir sem fazer referência à denúncia do Procurador da República, lembrada pelo Senador Mão Santa, que é algo da maior gravidade. É de uma gravidade histórica. O Procurador denunciou quarenta, entre eles alguns dos principais Ministros do Presidente Lula, e definiu como participantes de uma organização criminosa a assaltar os cofres públicos da Nação. Ele concluiu que o objetivo era um projeto de poder de longo prazo. Ou seja, o fim passou a justificar os meios.

Em nome de um projeto de poder de longo prazo, admitiu-se escancarar as portas do Governo para a corrupção, e nunca, na história do Brasil, tanta gente roubou tanto dinheiro do povo brasileiro. Mas estamos prestes a um julgamento popular, que deve ser implacável.

Acredito, ainda, Senador Mão Santa, que o povo brasileiro julgará de forma implacável. Não vejo o povo brasileiro como um povo desonesto e tampouco como mal informado; eu o vejo como um povo sofrido, um povo trabalhador, generoso em excesso. Talvez a generosidade esteja extrapolando os limites do bom-senso nesta hora. Menos generosidade agora, mais implacabilidade no julgamento popular no dia 29. O Brasil não merece tanta corrupção.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula adota, como grande mote do seu segundo governo, o crescimento econômico. Ele já utilizou expressões como “espetáculo do crescimento” e outras, e volta, agora, a dar ênfase à tese do crescimento econômico como compromisso essencial do seu segundo mandato.

Mas, já de início, sofre uma contestação oficial de peso, de grande importância: um estudo do Ipea,

que é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entidade ligada ao Ministério do Planejamento, demonstra que não existem condições para o Brasil crescer 5% ao longo dos próximos quatro anos, como prevê o Governo. Os entraves apontados no estudo do Ipea são por demais conhecidos: baixa taxa de investimento da economia e os gargalos do setor elétrico. Como destaca o instituto, qualquer taxa de crescimento num patamar acima de 4% traria risco de um apagão elétrico no País.

Os integrantes da equipe econômica do Governo já contestam o Ipea. O Ministro da Fazenda afirma que as condições estão dadas para um crescimento de 5%. É uma afirmação vazia, porque se as condições estão dadas, o Ministro deveria apontá-las. Mas não sinaliza o Ministro Mantega quais são as condições oferecidas para que o crescimento ocorra no patamar indicado pelo Governo.

Aliás, se isso ocorresse, teríamos um apagão logístico. Há, aqui, a consideração do Ipea referente ao apagão elétrico. Mas temos insistido desta tribuna, em inúmeras oportunidades, sobre a necessidade de investimentos em infra-estrutura, sob pena de chegarmos a uma situação em que o País produzirá, venderá e não conseguirá entregar, já que teremos gargalos intransponíveis no setor de infra-estrutura no País, especialmente no corredor de exportação.

Os investimentos são insuficientes. E temos que insistir nessa tese, na esperança de que, no segundo mandato, o Governo Lula possa rever a sua estratégia de prioridades, permitindo que o País possa receber os investimentos necessários no setor de infra-estrutura.

Mas o Ministro Mantega insiste no crescimento alardeado pelo Governo e não aponta quais as condições para que esse crescimento realmente venha a ocorrer. O próprio Ministro Mantega, no primeiro semestre, fazia previsões superestimadas do crescimento.

Ontem, os economistas consultados pelo Banco Central, na pesquisa Focus, reduziram de 3% para 2,97% a projeção de expansão econômica. Portanto, o Ministro Mantega, no primeiro semestre, superestimou a possibilidade de crescimento econômico do País.

Os economistas consultados pelo Banco Central agora puxam para baixo a taxa de crescimento econômico projetada para este ano. Segundo o Ipea, o País só poderá crescer 5% a partir de 2011. Para isso ocorrer, a dívida pública e os juros teriam que cair; o Governo precisaria investir mais, diminuir impostos e cortar despesas. E nós não estamos presenciando nenhum anúncio que possa nos assegurar que isso ocorrerá nos próximos anos do Governo Lula.

O Governo trata questões cruciais para o País da seguinte forma: o Ministro da Fazenda contesta uma instância pensante que abriga especialistas competentes, que é o Ipea, com “as condições estão dadas para um crescimento de 5%”. Mas quais são as condições? O Presidente Lula, ao garantir um ciclo de crescimento e ser perguntado de onde virão os recursos, responde: “você vão ver”. Também uma resposta vazia de conteúdo. A um Presidente da República cabe respostas responsáveis e competentes e não uma resposta vazia que demonstra desconhecimento, despreparo ou descaso para com os interesses da Nação.

Diante de uma crise aérea sem precedentes, as autoridades do Governo se reúnem por mais de três horas e divulgam uma nota: “medidas necessárias serão tomadas para acabar com os atrasos dos vôos”. A nota não diz quais medidas. E o caos continua nos aeroportos do País.

Ora, não há como admitir tanto descaso do Governo. Neste caso específico, a crise dos aeroportos reflete um desrespeito à população inadmissível. Desta tribuna, outros Senadores já se manifestaram no dia de hoje, no que diz respeito ao que vem ocorrendo nos aeroportos do Brasil.

Nunca se assistiu tamanha desorganização. Há uma bagunça instalada, Senador Mão Santa. As pessoas são submetidas à humilhação. Sequer informações são oferecidas com sinceridade àqueles que, mesmo tendo horários estabelecidos, compromissos assumidos, vêem o comprometimento desses objetivos em razão da desorganização instalada nos aeroportos brasileiros.

Não há nenhuma providência do Governo, a não ser mais uma nota vazia no sentido de que medidas serão adotadas, sem se anunciar quais as medidas que seriam adotadas.

Em relação às limitações físicas, aponte o episódio dos aeroportos nessa linha de fatos que nos levam a concluir que o Governo trata a população com descaso e não responde a questões cruciais para o País, sobretudo no que diz respeito ao crescimento econômico.

As limitações físicas ao crescimento e ao escoamento da produção são elencadas desta tribuna semanalmente. Os gargalos da infra-estrutura, estradas, portos e os projetos de geração de energia são obstáculos que foram ignorados no primeiro mandato do Presidente Lula. É a oportunidade, portanto, para o tema voltar ao debate, e, como diz o Senador Mão Santa, tem de ser um debate qualificado para inspirar o Presidente Lula a adotar as medidas adequadas.

É importante destacar ainda a escassez dos investimentos públicos e a ausência de marcos regula-

tórios que atraíam o capital privado em áreas em que o Estado não consegue investir.

Todos nós conhecemos a incapacidade de investimento do Estado brasileiro. A capacidade de investir está extremamente limitada, e é por isso que o Governo tem de adotar os instrumentos eficazes para atrair investimentos privados. Os investimentos privados devem substituir a incapacidade circunstancial do Governo de investir em razão da crise econômica que assola o País já há tanto tempo.

O investimento público em infra-estrutura tem caído no Brasil nas últimas décadas. Segundo estudo do economista Pedro Cavalcanti Ferreira\*, da Fundação Getúlio Vargas, a média anual de investimento do setor caiu de 5,3% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1969, para 2,2%, em 2004. Portanto, vejam que há uma queda expressiva.

Obviamente, se há crescimento vegetativo do País, se as demandas se avolumam e há uma queda brutal como essa de investimento público, só se pode prever, a médio ou a longo prazo, o apagão logístico.

Vamos insistir nessa denúncia. Vamos continuar repetindo. Quem sabe a repetição possa produzir algum resultado concreto?

O que precisamos ver, com a máxima urgência, em vez do discurso de palanque, é a apresentação de prioridades que levem em conta uma visão estratégica de futuro, que permitam ao País alimentar perspectiva de crescimento, sem os gargalos que poderão comprometer o nosso crescimento.

Para isso, os planos não podem ser meros indicativos. Devem ser feitas obras capazes de reduzir os obstáculos logísticos ao crescimento por meio de projetos estruturantes; redução da carga tributária para investimento, sem esquecer dos impostos e taxas incidentes sobre os preços de serviços públicos de infra-estrutura; regras claras, estáveis e atrativas ao setor privado, com metas definidas, incluindo o fortalecimento das agências reguladoras, autonomia financeira e independência política.

Não me lembro quando foi a primeira vez em que, desta tribuna, eu próprio ou outro Senador focalizamos a necessidade de se estabelecerem regras claras e estáveis e de se estabelecerem marcos regulatórios com clareza para a atração dos investimentos privados.

Outro ponto é a segurança jurídica. A estabilidade no ambiente de negócios é fundamental para atrair investimentos. No Brasil, não há essa estabilidade, especialmente em alguns Estados, onde os contratos são simplesmente enfeites de bibliotecas, porque são desrespeitados, rasgados por governantes, estabelecendo uma insegurança jurídica que afasta o investimento imprescindível do setor privado.

As condições jurídicas e regulatórias para atrair investimentos são, portanto, precárias ainda no Brasil. Neste segundo mandato, o Presidente Lula faria muito bem se cuidasse dessa parte, se se preocupasse com isso. Propalar crescimento econômico sem adotar medidas, sem dúvida alguma, imprescindíveis para alavancar o processo de desenvolvimento do País é, como se diz popularmente, chover no molhado. Ou seja, trata-se apenas de discurso distante da prática, da ação de quem governa.

O Banco Mundial, por exemplo, atribui uma nota muito baixa ao Brasil no quesito qualidade regulatória. As perspectivas de crescimento do nosso mercado interno são menores que a de outros países emergentes. É evidente que os países que investem naturalmente procuram aqueles países que oferecem maior segurança jurídica para os seus investimentos.

Recentemente, tivemos um exemplo de insegurança jurídica afetando os interesses do nosso País na Bolívia, no caso Petrobras. Não podemos oferecer essa perspectiva de insegurança a quem, possuindo condições de investir, opta por países que ofereçam rentabilidade e segurança.

O Fundo Monetário Internacional prevê, para a Índia, um crescimento de 8,3% este ano e de 7,3% para 2007. Para a Rússia e a China, respectivamente, 6,5% e 10% neste e no próximo ano. Já o Brasil deve crescer menos de 3% em 2006, e existem limitações consideráveis para um crescimento maior em 2007.

É preciso estabelecer parâmetros de comparação para que cheguemos à noção do que significa a ausência de instrumentos capazes de alavancar o crescimento no Brasil. Estamos desperdiçando oportunidades preciosas. E quando estabelecemos parâmetros de comparação é que verificamos como o Brasil está desperdiçando oportunidades de crescer economicamente, gerando emprego, renda, receita pública e desenvolvimento econômico e social.

O que há de concreto? O Governo está enredado nas suas contradições éticas e há uma gestão de incompetência administrativa. Que gerência teremos, fruto das negociações políticas em curso, para a composição do novo Ministério?

É evidente que a qualidade do novo Ministério do Presidente da República pode sinalizar para um Governo com objetivos alcançados ou para um Governo a repetir os insucessos do primeiro mandato em questões essenciais para o futuro do nosso País.

É evidente que, como brasileiros, desejamos que o Presidente da República seja mais feliz do que foi no primeiro mandato no ato de nomear, de escolher, de compor sua equipe de Governo. O Presidente Lula



tem de entender que o momento da escolha será decisivo para o seu segundo mandato.

É claro que é bom considerar também a agenda do Presidente. Quando grandes problemas afetam o País, o Presidente Lula resolve transformar-se em cabo eleitoral do Presidente Hugo Chávez, na Venezuela. E a agenda de um Presidente reeleito, com graves problemas internos e diante de uma completa falta de definições para enfrentar os desafios que estão postos ao seu segundo mandato, abre espaço para cabalar votos num outro país. Isso preocupa, porque o Presidente mantém o mesmo comportamento adotado durante o primeiro mandato: diz-se vítima de preconceito e incompreensão. Isso não é verdade.

O tratamento que recebeu da Oposição, ao longo do seu primeiro mandato, é bem diverso daquele recebido por governos anteriores. E Sua Excelência mesmo reconheceu que deve à imprensa grande parte de sua ascensão política. Quanto ao empresariado, também é injusta a acusação que faz.

É claro que não cabe à Oposição orientar o Presidente da República em relação a comportamento, mas evidentemente cabe à Oposição criticar o Presidente da República pela postura que adota logo após uma vitória esmagadora nas urnas. Não é o Presidente a reclamar da imprensa, a reclamar da Oposição, a reclamar dos empresários. O que se esperava era um Presidente feliz com a vitória a conclamar as forças políticas do País a se reunirem em torno de um projeto de Nação.

O projeto de poder se esgota. Durante o primeiro mandato, o Presidente da República se preocupou com o projeto de poder e se esqueceu do projeto de Nação. É hora de assumir de forma integral, absoluta, inteligente um projeto de ação para o seu segundo mandato.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadoras, em uma de suas poesias, o poeta Borges dizia que:

Olhar o rio feito em tempo e água  
e lembrar que o tempo é outro rio,  
e que passam os rostos como a água.

O Senador Ramez Tebet deixa-nos lembranças, saudades, mas, acima de tudo, uma referência

importante de ética e honradez na política e na vida pública.

A sua postura digna, no Parlamento e nos importantes cargos que ocupou, não vai passar; ela permanece e ficará como exemplo de correção ética a nortear e a inspirar todos aqueles que na vida pública deste País desejam honrar seus mandatos.

A sua trajetória de homem público foi um itinerário vitorioso: Promotor Público; Professor universitário; Prefeito de sua cidade natal, Três Lagoas; Deputado estadual; Vice-Governador; Governador; Senador; Ministro de Estado; Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Pela sua qualificação e postura ética, foi sempre requisitado pelo seu Partido para o exercício das funções mais importantes. Lembro-me bem da sua atuação no Conselho de Ética do Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que presidiu, na Comissão de Assuntos Econômicos, que também presidiu, e em CPIs, nas quais se constituiu sempre Relator competente e imparcial.

Em mais de 40 anos de vida pública, dedicados, sobretudo, ao Mato Grosso do Sul e ao País, jamais se distanciou de suas raízes e de sua Três Lagoas: autêntico, afável, generoso, conciliador, um homem que cultuava a simplicidade.

Na fase aguda da doença, fez questão de se manter firme na tribuna do Senado da República – uma prontidão ética que demonstrava o seu apreço pelo País e pelo mandato de que estava investido. Resistia à dor da doença com bravura ímpar. Jamais ouvimos do Senador Tebet qualquer palavra de queixa, qualquer manifestação verbal relativa ao sofrimento que vivia nas fases mais duras do tratamento a que era submetido.

Nesta sessão de homenagem ao Senador Tebet, fazemos uma pausa para reverenciar o colega. Amanhã, prosseguirão os nossos trabalhos e a rotina desta Casa. Por isso trago Mário Quintana, que nos lembra que o tempo não pára, só a saudade é que faz as coisas pararem no tempo.

Sentiremos saudades, e isso é inevitável. A postura de Tebet na política, o seu espírito conciliador, o seu chamamento para que o Parlamento assuma o seu verdadeiro papel na vida nacional são exemplos a nos inspirar. Exemplo a nos inspirar também a sua capacidade de indignação diante das injustiças.

A vibração com que assomei a esta tribuna tinha muito a ver com essa capacidade de indignação. Disse ele no dia 2 de outubro de 2001: “O Congresso Nacional não é Casa de radicalismo, de intolerância. O Congresso Nacional é a Casa da construção dos grandes debates do entendimento”.



Essa sempre foi a visão de Ramez Tebet e nos proporciona razões para a reflexão. É um momento de perda para a Casa e para o País. Os dias que se seguem serão certamente difíceis, com a complexidade que os novos tempos estão a impor numa atividade pública tão carente de homens com o perfil ético e moral de Ramez Tebet. A lacuna é, sem dúvida, irreparável, mas há o exemplo a nos inspirar.

Como afirmou Roosevelt, é um inútil desperdício de tempo celebrar a memória dos mortos se nós, os vivos, não nos esforçamos com as obras da vida em nos mostrarmos dignos deles.

Certamente, diante dos desafios que enfrentaremos nos dias que se seguem sem Ramez Tebet nesta Casa, haveremos de nos valer do seu exemplo de dignidade, de decência, de honradez, de lealdade, de disposição para o trabalho e de eficiência. Muitos morrem muito tarde; outros, muito cedo. Quem satisfaz sua missão morre vitorioso. É o caso de Ramez Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia de ontem, o Senado Federal aprovou requerimento de minha autoria que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria nos contratos sem licitação para Operação Tapa-Buraco no Estado do Paraná e de Minas Gerais.

Em razão dessa aprovação, o meu Gabinete, no dia de hoje, recebeu inúmeras denúncias relativamente a irregularidades constantes da Operação Tapa-Buracos em todo o País.

Diante desse fato, Sr. Presidente, é possível que, a partir do novo período legislativo, a partir de fevereiro, apresente requerimento propondo CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as irregularidades na Operação Tapa-Buraco, que, como consequência, ofereceu lamentavelmente um espetáculo de desperdício de dinheiro público.

Ainda não é uma decisão. Isso não é definitivo. Vamos analisar melhor as denúncias que chegam, os documentos encaminhados, para aferirmos a conveniência da apresentação de requerimento a CPI para investigar a Operação Tapa-Buracos no Brasil. Espero que isso não seja necessário. Mas, de qualquer maneira, gostaria de alertar aos colegas Senadores para essa possibilidade.

De outro lado, Sr. Presidente, devo registrar nos Anais da Casa e peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Juvêncio da Fonseca, que autorize a publicação, na íntegra, da coluna desse grande jornalista Sebastião Nery, na **Tribuna da Imprensa** de hoje, sob o título “A Nova Classe na Petrobras”.

Eu leio a parte que diz respeito àquilo que realmente nos interessa:

Se tivesse conhecido o Governo Lula, o bravo, valente Djilas teria feito mais um arrasador capítulo sobre como “a nova classe” usa o Governo em benefício próprio e da sua carriola. Aqui em São Paulo, conheci detalhes de mais um escândalo, que pode virar um crime, de usufruto do poder.

Na Petrobras, a FUP – Federação Única dos Petroleiros (uma fraude, porque legalmente não é federação e não é única), filha da CUT (que também é uma fraude, porque não é única), propôs e a direção da empresa quer adotar a redução salarial dos aposentados, que iria liquidar a geração que há 53 anos a construiu, em condições duras, às vezes heróicas, bem diferentes das de hoje. A proposta da FUP e da empresa é um verdadeiro “confisco de renda”.

O reajuste anual dos salários, a ser feito pela empresa, seria assim:

**a** – para os funcionários da ativa, 2,8% de aumento, mais 80% de bonificação salarial e promoção de uma letra na carreira;

**b** – para os aposentados, apenas 2,8%.

Nunca antes na história dessa empresa, como diria um certo alguém, aconteceu tamanha violência contra os seus milhares de aposentados. A ‘nova classe’ de sindicalistas petistas, agregada na FUP, que dirige o setor de Recursos Humanos (através do multinacional Diego Hernandez), massacra os aposentados para ganhar 80% de ‘bonificação’ e uma letra a mais na carreira.

São mais de 50 mil aposentados atingidos pela absurda proposta. O objetivo claro e vil é jogar os funcionários da ativa contra os aposentados.

A FNP

Mas o tiro está saindo pela culatra. Cinco grandes sindicatos já se desfiliam da FUP (e, portanto, da CUT): 1) Rio de Janeiro, 2) Litoral

Paulista – Santos, 3) Sergipe – Alagoas, 4) Pará e Amazonas, 5) São José dos Campos.

Esses sindicatos não só se separaram da FUP como já criaram a FNP (Frente Nacional dos Petroleiros). Sexta, depois de amanhã, aqui em São Paulo, em Santos, a FNP e esses sindicatos vão reunir-se para aprovar uma posição comum contra a proposta da FUP e dos Recursos Humanos da Petrobras.

PT – ONGs

Vejam que estranha coincidência. Na hora em que a 'nova classe' dos sindicalistas do PT tenta pôr ainda mais a empresa a serviço de seus interesses pessoais, e para isso propõe o obscuro confisco do direito dos aposentados, explodem nas manchetes dos jornais os escândalos, germinados exatamente no *bunker* da 'nova classe', a diretoria de Recursos Humanos:

**O Globo:** 'Petrobras faz, sem solicitação, convênio de R\$228 milhões. Beneficiadas doaram R\$16,7 milhões na eleição, sendo R\$6,4 milhões ao PT e ao PC do B. Nunca, como no Governo Lula, a Petrobras foi tão usada como aparelho partidário e instrumento de propagan-

da e sustentação de um governo. Houve farta distribuição de recursos para ONGs, projetos de aliados ou eventos de apadrinhados, antecedendo a campanha eleitoral'.

**Folha:** 'Fornecedores da Petrobras doaram R\$2 milhões ao PT. Valor doado ao PT pela UTC representa 88% do total destinado por ela a campanhas eleitorais'. Vai estourar tudo na 'CPI das ONGs', no Senado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti\*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Valter Pereira\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**



## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB** <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
(Vago) <sup>8</sup>			3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 20.11.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet até a data de seu falecimento, em 17.11.2006.

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>			
Expectativa positiva para o segundo mandato do Presidente Lula. ....	195	Registro da matéria intitulada “Lula não sabe o que vai fazer”, de autoria de Vilas Boas Corrêa, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de novembro de 2006. ....	542
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006. ....	195	Registro do artigo intitulado “Intelectuais contra a democracia”, de autoria do filósofo e escritor Paulo Giraldelelli Jr., publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2006. ....	627
<b>ALMEIDA LIMA</b>			
Registro do artigo intitulado “Brasil investe mais. Lá fora”, de autoria do colunista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> em sua edição de 25 de outubro de 2006. ....	294	Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União a respeito dos gastos dos cartões corporativos utilizados pelo Governo Federal, especialmente pela Presidência da República, e sobre desvio de recursos do setor de comunicação social do Governo Federal. ....	640
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. ....	409	Comentários a editorial do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Resposta, Já”, e a artigo do jornalista Elio Gaspari, intitulado “Lula, de onde vem o dinheiro?”. ....	640
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. ....	409	Questionamento sobre o grande mote adotado pelo Presidente Lula em seu segundo governo: o crescimento econômico. ....	643
Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	596	Voto de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. ....	646
<b>ALVARO DIAS</b>			
Registro do artigo intitulado “É fantástico”, de autoria da Coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, a advogada Maria Inês Dolci, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 21 de novembro de 2006, a respeito do caos do tráfego aéreo brasileiro. ....	230	Registro da coluna do jornalista Sebastião Nery, publicada no jornal <i>Tribuna da Imprensa</i> , edição do dia 22 de novembro de 2006, intitulada “A nova classe da Petrobrás”. ....	647
Preocupação com o caos nos aeroportos brasileiros, retrato da desorganização que se instalou no Governo Lula. ....	230	Comentário sobre denúncias recebidas por S.Exa., com relação à operação “tapa-buracos” do Governo Federal e alerta para a provável criação de uma CPI destinada a investigar os fatos. ....	647
Registro da matéria intitulada “Vem aí mais do mesmo”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de novembro de 2006. ....	506	<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>	
Repercussões na imprensa, sobre as declarações do Presidente Lula, de que não saberia “destravar” a economia. ....	542	Requerimento nº. 1.153, de 2006-SF, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº. 108/2005, de autoria de S. Exa. ....	284

	Pág.		Pág.
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>			
Registro do artigo intitulado “A ceia de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 26 de setembro de 2006. ....	507	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	217
Registro da matéria intitulada “E agora?”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 2 de outubro de 2006. ....	628	Considerações às denúncias de patrocínio ilícito feito com recursos da Petrobrás ao “Forro-Cajú”, festa popular sergipana. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	222
		Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. ..	296
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>			
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	114	<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>	
Comentários acerca do editorial publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição do dia 20 de novembro de 2006, sobre a aplicação indevida de recursos da Petrobrás. ....	221	Registro do artigo intitulado “O clima, a economia, o futuro da Amazônia”, do jornalista Washington Novaes, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de novembro de 2006. ....	92
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. ....	234	Alerta para a precariedade da rodovia BR-174, entre os municípios de Manaus e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas. ....	92
Comentários acerca do Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	253	Considerações sobre o desmatamento na Amazônia. ....	92
Considerações sobre a CPI das ONGs. ....	371	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	118
Registro de matérias publicadas na imprensa acerca da desmoralização da Petrobrás, acusada de utilizar recursos públicos para o financiamento de ONGs, programas culturais e assistenciais ligados ao PT. ....	371	Requerimento nº. 1.145, de 2006, que requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca de denúncias veiculadas pelo jornal <i>Correio Brasileiro</i> , segundo as quais o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, estaria em situação financeira equivalente a estado falimentar. ....	191
Protesto contra o Governo Lula, especialmente quanto à incapacidade de se encontrar uma solução para a crise no setor aéreo nacional. ....	371	Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. ....	240
Comunicado à Casa do aumento do preço do gás, anunciado pela direção de investimentos da Petrobrás. ....	378	Considerações acerca da falta de recursos e da situação falimentar do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). ....	285
		Requerimento nº. 1.159, de 2006, que solicita informações a Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os gastos com o programa Pró-Jovem. ....	317
<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>			
Projeto de Lei do Senado nº. 308, de 2006, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária. .	171	Requerimento nº. 1.167, de 2006, que requer voto de pesar pela morte da Senhora Ana Cristina Johannpeter, vítima da violência no Rio de Janeiro. ....	520
Defesa do trabalho da ONG Missão Criança, que funciona em Aracaju/SE. ....	213	Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. ....	590
		Necessidade de propostas claras do Presidente Lula para o seu segundo mandato. ....	590
		Comentários acerca das falhas cometidas pelo Governo Federal, responsáveis pelo baixis-	



	Pág.		Pág.
simo crescimento econômico do País. Aparte ao Senador José Agripino. ....	603		
<b>AUGUSTO BOTELHO</b>			
Parecer nº. 1.212, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº. 24, de 2001 (na origem, nº. 9.214-SGS-TCU e 9.345-SGS-TCU, ambos de 14 de dezembro de 2000, 2.411-505-TCU, de 4 de agosto de 2002 e 961 – SGS-TCU Plenário, de 26 de outubro de 2005), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº. 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF/GO, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000 (TC nº. 010.47172000-8). ....	325	Críticas à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de remeter para o Congresso Nacional mensagem que instituiu o pagamento de jeton para os membros daquele Conselho. Aparte ao Senador Jefferson Péres. ....	401
Parecer nº. 1.214, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº. 21, de 2006 (nº. 642/2006, na origem) do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, o relatório de atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2006. ....	336	Requerimento nº. 1.164, de 2006, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 5 de dezembro de 2006, destinada a comemorar os vinte e cinco anos de atividade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO-Brasil. .	495
Avanços para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, com a sanção da Lei 11.340, a chamada “Lei Maria da Penha”. ....	637	Parecer nº. 1.217, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 128, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar. ....	522
<b>CÉSAR BORGES</b>			
Satisfação pela instalação, na cidade de Salvador/BA, do sinal aberto da TV Senado. ....	193	Parecer nº. 1.218, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 234, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera os arts. 24 e 34 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos. ....	525
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>			
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	137	<b>DELCÍDIO AMARAL</b>	
Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	151	Requerimento nº. 1.135, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Mato Grosso do Sul, pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande-MS. ....	109
Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006, que obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil. ....	173	Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. ....	584
		Apontamentos das potencialidades do setor algodoeiro na região semi-árida brasileira. ....	584
		Conclusões sobre a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para enfrentamento da crise no setor aeronáutico brasileiro. ....	584
		<b>DEMÓSTENES TORRES</b>	
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	137
		Justificativa ao Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara	

IV

	Pág.		Pág.
nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	263	Antonio Maria da Silveira, bem como apresentação de condolências à sua família. ....	496
<b>EDISON LOBÃO</b>		Encaminhamento à votação dos Requerimentos nºs 1.165 e 1.166, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento dos economistas Milton Friedman, aos 94 anos, na cidade de San Francisco, California - EUA, e Antônio Maria da Silveira, bem como apresentação de condolências às suas respectivas famílias. ....	499
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. Aparte ao Senador Almeida Lima. ....	413	Apresentação do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Petrobrás e a USC Offshore Trading LLC. ....	499
Comemoração do Dia de Ação de Graças. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. ....	589	Felicitações ao Senador Arthur Virgílio pelo diálogo mantido com o Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio .....	593
<b>EDUARDO AZEREDO</b>		Leitura de nota da Petrobrás referente à construção de usina siderúrgica no Estado do Ceará.	609
Parecer nº. 1.204, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415 de 2006 (nº. 1.423/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004. ....	45	Leitura de mensagem do Bispo Desmond Tutu, expressa em videoconferência no encerramento do 11º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado na África do Sul, em Cape Town, no dia 4 de novembro de 2006. ....	609
Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ....	422	Resposta às declarações do Deputado Paulo Rubem sobre o pedido de CPI para apurar a atuação de ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ...	616
Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	580	<b>EFRAIM MORAIS</b>	
Considerações acerca do Programa Bolsa-Família, do Governo Federal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	580	Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	151
<b>EDUARDO SUPLICY</b>		Considerações às denúncias de patrocínio ilícito feito com recursos da Petrobrás ao “Forno-Cajú”, festa popular sergipana. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	223
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	216	Críticas ao ex-Ministro e ex-Deputado Federal José Dirceu, que tentou impedir a instalação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ..	236
Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ....	420	Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	249
Requerimento nº. 1.165, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista Milton Friedman, que morreu no dia 23 de novembro de 2006, aos 94 anos, na cidade de San Francisco, no Estado da Califórnia – EUA. ....	496	Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006. ....	251
Requerimento nº. 1.166, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 21 de novembro de 2006, do economista		Agradecimentos ao Senado Federal pela aprovação de projeto de sua autoria a respeito da concessão do benefício natalino ao Programa Bolsa Família, equivalente ao 13º salário. ....	252
		Projeto de Lei do Senado nº. 312, de 2006, que dispõe sobre o estímulo do Poder Público à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social,	

	Pág.	V	Pág.
altera a redação das Leis nº. 1.075, de 27-3-50 que “Dispõe sobre a doação voluntária de sangue”, 7.210, de 11-7-84 que “Institui a Lei de Execução Penal”, nº. 8.666, de 21-6-93 que “Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, nº. 9.394 de 20-12-96 que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e dá outras providências. ....	319		
Considerações sobre a gestão e aplicação dos recursos originários do FGTS. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. ....	366		
Refutação de denúncia formulada contra S.Exa. pelo Deputado Luiz Couto. ....	388		
Agradecimento a seus pares pela aprovação na sessão do dia 21 de novembro de 2006, do projeto da autoria de S.Exa. sobre a inclusão do benefício natalino para os beneficiários do Programa Bolsa-Família. ....	388		
<b>FÁTIMA CLEIDE</b>			
Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2006, que estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência. ....	159		
Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2006, que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação, e dá outras providências. ....	160		
<b>FLEXA RIBEIRO</b>			
Requerimento nº 1.132, de 2006, que requer Voto de Congratulações ao jornal <i>O Liberal</i> do Estado do Pará pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário. ....	47		
Comentários a respeito da proposta intitulada “novo desenvolvimento”, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, necessária ao crescimento do País. ....	73		
Registro dos 60 anos de existência do jornal <i>O Liberal</i> , do Estado do Pará. ....	73		
Apoio à proposta do Orçamento Impositivo. ....	73		
Considerações sobre a crise no controle de tráfego aéreo brasileiro. ....	73		
Registro da matéria intitulada “Decolaram com milhões”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 25 de outubro de 2006. ....	97		
Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	156		
			292
			508
			578
			633
		<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>	
		Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. ....	577
		<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	126
		Reflexão a respeito da participação do PMDB no governo. ....	580
		<b>GERSON CAMATA</b>	
		Projeto de Lei do Senado nº. 314, de 2006, que inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço. ....	517
		Comentários acerca dos avanços obtidos pelo Estado do Espírito Santo, no Governo Paulo Hartung. ....	540
		Associação às homenagens póstumas prestadas pelo Senado Federal ao Senador Ramez Tebet e leitura da homilia proferida por Dom Osmino, Arcebispo Militar do Brasil, na missa de sétimo dia, realizada em 23 de novembro de 2006, em Brasília, na Catedral Militar do Brasil. ....	540
		Registro do programa de implantação de cerca de 1,6 mil km de rodovias asfaltadas no Estado do Espírito Santo, de iniciativa do Governador Paulo Hartung. ....	540

	Pág.		Pág.
<b>GILBERTO MESTRINHO</b>			
Requerimento nº. 1.156, de 2006, que requer a retirada da Emenda nº 1, de autoria de S. Exa., oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 278/2006 .	284	no jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de novembro de 2006, em que o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, em vez de discutir méritos de convênios, ataca jornais e autores de reportagens. ....	378
<b>HERÁCLITO FORTES</b>		Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Almeida Lima. .	414
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	123	Registro do artigo intitulado “Gabrielli e a inaceitável agressão ao repórter de <i>O Globo</i> ”, de autoria do jornalista da revista <i>Veja</i> , Reinaldo Azevedo, em seu blog. ....	417
Requerimento nº. 1.141, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre o convênio 4.505/2005 firmado entre o Ministério e o Governo do Estado do Piauí para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. ....	190	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ....	421
Requerimento nº. 1.142, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca de convênios firmados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o Governo do Estado do Piauí. ....	190	Comentários acerca do fracasso do projeto biodiesel, do Governo Federal, no Estado do Piauí. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. ....	549
Apresentação da conclusão do número de assinaturas necessárias ao requerimento que solicita a instalação de CPI destinada a investigar aplicação de recursos destinados às ONGs do País. ....	235	Considerações à atitude do Governador Cláudio Lembo, que criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	557
Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. ....	239	Manifestação sobre o anúncio da prisão, pela Polícia Federal, de Deputado Federal eleito pelo PT. ....	567
Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	249	Alerta para a necessidade de se investigar as ONGs vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, para que a Ministra Marina da Silva não seja vista como culpada. ....	570
Comentários acerca do Parecer nº. 1.207, de 2006, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	253	Críticas à omissão do PT em relação aos casos de corrupção. ....	570
Considerações acerca da crise no controle de tráfego aéreo brasileiro. ....	368	Conclusões sobre a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para enfrentamento da crise no setor aeronáutico brasileiro. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	586
Manifestação sobre o pronunciamento da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, feito no dia 22 de novembro de 2006, no Plenário, e expectativa com relação à disposição do Governo Lula de realizar um grande diálogo institucional entre os partidos políticos. ....	368	Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	594
Comentários ao artigo intitulado “Gabrielli, irritado, não explica ligações políticas”, publicado		Críticas aos cortes de recursos públicos para o Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. .	608
		Resposta às declarações do Deputado Paulo Rubem sobre o pedido de CPI para apurar a atuação de ONGs. ....	614
		<b>IDELI SALVATTI</b>	
		Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	113
		Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	149



Pág.	Pág.
Registro do "2º Fórum de Debates sobre o Terceiro Setor: Cenário e Perspectiva", organizado pelo Senado Federal para os dias 29 e 30 de novembro de 2006, que objetivou uma ampla discussão acerca das ONGs. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	213
Registro das prioridades para o segundo mandato do Presidente Lula. ....	217
Registro de comunicação do Presidente da Petrobrás de que se encontra à disposição do Senado Federal para esclarecer denúncias veiculadas na imprensa a respeito da relação da Petrobrás com ONGs. ....	217
Resultados das políticas adotadas no setor da construção civil. ....	217
Requerimento nº. 1.146, de 2006, que requer urgência para o PLC nº. 21/06. ....	254
Parecer nº. 1.209, de 2006 - PLEN, ao Projeto de Lei da Câmara nº. 21, de 2006 (nº 4.746/2005, na Casa de origem) que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências. ....	257
Requerimento nº. 1.148, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. ...	262
Parecer nº. 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 228, de 2006, da Presidência da República (nº. 855/2006, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2006. ....	280
Projeto de Decreto Legislativo nº. 435, de 2006, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006. ....	281
Requerimento nº. 1.157, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 362/03, de autoria de S. Exa. ....	284
Expectativa com relação à reunião do Presidente Lula, realizada no dia 22 de novembro de 2006, com a Executiva do PMDB. Considerações sobre o fortalecimento da relação institucional e do compartilhamento do segundo mandato do Presidente Lula. ....	362
Satisfação com a disposição do Presidente Lula pela coalizão partidária em seu segundo mandato. ....	362
Registro de pesquisa que constatou o aumento do consumo dos brasileiros mais pobres. .	399
Comentários a respeito das matérias publicadas nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e na <i>Folha Online</i> sobre o assassinato do ex-Prefeito de Santo André/SP, Celso Daniel. ....	399
<b>JEFFERSON PÉRES</b>	
Requerimento nº. 1.144, de 2006, que requer que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que exponha ao Plenário desta Casa - e com ele debata - as grandes linhas da política econômica do segundo Governo do Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. ....	191
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.144, de 2006, que requer que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que exponha ao Plenário desta Casa - e com ele debata - as grandes linhas da política econômica do segundo Governo do Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. ....	246
Parecer nº. 1.208, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº. 21, de 2006, que institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras e dá outras providências. ....	255
Críticas severas à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de remeter para o Congresso Nacional mensagem que instituiu o pagamento de jeton para os membros daquele Conselho. ....	400
Comentários a respeito das matérias publicadas nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e na <i>Folha Online</i> sobre o assassinato do ex-Prefeito de Santo André/SP, Celso Daniel. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	400
<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>	
Considerações acerca das denúncias publicadas na imprensa a respeito das ONGs brasileiras. ....	212
Alerta para os efeitos da taxa de câmbio e sua relação com a geração de empregos no País. ....	229
Considerações acerca da péssima situação financeira que acomete agricultores e pecuaristas em todo o País. ....	229
Protesto contra prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impedem o crescimento econômico, frente à imobilização do Governo Federal. ....	564
<b>JONAS PINHEIRO</b>	
Parecer nº. 1.213, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o Aviso nº.	

	Pág.		Pág.
52, de 2001 (nº. 848/2001 origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº. 99/2001, e sobre o Aviso nº. 960-SGS-TCU, de 2003, que encaminha cópia do Acórdão nº. 622/2003, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). .....	331	JUVÊNCIO DA FONSECA	
Considerações sobre as declarações do Presidente Lula, em visita ao Estado do Mato Grosso, sobre os problemas enfrentados pela agricultura brasileira. ....	539	Registro da matéria intitulada “A exemplo de Genoíno, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006. ....	94
JOSÉ AGRIPINO		Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. ....	215
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	128	Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. ....	241
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. ....	404	Requerimento nº. 1.150, de 2006, que requer o reexame da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 65, de 2005, que “dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos”. ....	271
Preocupação com declarações do Presidente Lula de que precisa destravar o País e de que só quer oposição a partir de 2010. Sugestões para destravar o País. ....	601	Registro da matéria intitulada “Oposição quer que a OAB e o Congresso fiscalizem ação da PF”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 16 de outubro de 2006. ....	295
JOSÉ JORGE		Registro das matérias intituladas “CPI: Berzoini mandou comprar o dossiê” e “Embalado pela vitória, PT ensaia terceiro turno contra a imprensa”, publicadas, respectivamente, pelos jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> , em suas edições de 10 de outubro e 5 de novembro de 2006. ....	504
Comentários às denúncias de envolvimento da Petrobrás em financiamentos ilícitos de ONGs, programas culturais e assistenciais ligados ao PT. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	372	Registro da matéria intitulada “Telefonemas ligam Berzoini a Freud”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 6 de novembro de 2006. ....	634
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. ....	405	LEOMAR QUINTANILHA	
Alerta para a necessidade de se fiscalizar a atuação das ONGs. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	558	Requerimento nº. 1.155, de 2006, que requer a retirada da Emenda de Plenário nº. 2, de autoria de S. Exa., ao Projeto de Lei do Senado nº. 278/2006. ....	284
Críticas à atuação do Presidente Lula. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	566	LEONEL PAVAN	
Apontamentos para a necessidade de que as entidades governamentais garantam o cumprimento da legislação eleitoral. ....	569	Registro da matéria intitulada “Uma ceia nada santa”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 4 de outubro de 2006. ....	95
Expectativa que o PT puna o Deputado Federal eleito Juvenil, preso por cometer irregularidade. ....	569	Requerimento 1.137, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº. 501, de 2003, de autoria de S. Exa. ...	188
JOSÉ SARNEY		Requerimento 1.138, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº. 502, de 2003, de autoria de S. Exa. ...	188
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. ....	221	Requerimento nº. 1.139, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº. 101, de 2005, que dispõe sobre os direitos	

Pág.	Pág.
dos pacientes em serviços de saúde, com o Projeto de Lei do Senado nº. 79, de 2003, que, igualmente, dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde, por versarem sobre a mesma matéria. ....	188
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	215
Alerta para a necessidade de investimentos urgentes do Governo Lula nas estradas federais do Estado de Santa Catarina. ....	227
Registro da matéria intitulada "Ao comentar eleição, EUA citam escândalo", publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> em sua edição de 1º de novembro de 2006. ....	293
Registro da matéria intitulada "O eleitor acabou lembrando", publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 11 de outubro de 2006. ....	502
Registro da matéria intitulada "O peso do Estado", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 4 de outubro de 2006. ....	618
<b>LÚCIA VÂNIA</b>	
Registro do artigo intitulado "Privatização - a verdade dos números", de autoria da ex-Diretora do BNDES e Presidenta da CSN, Maria Sílvia Bastos Marques, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de outubro de 2006. ....	106
Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. ..	138
Registro da matéria intitulada "Empresa privatizada não cortou empregos", publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2006. ....	291
Registro da matéria intitulada "Lula colhe o que o governo FHC plantou, diz Giannetti da Fonseca", publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de outubro de 2006. ....	500
Comentários ao impasse criado por recurso apresentado pelo Governo Lula, na Câmara dos Deputados, a projeto de lei da autoria de S.Exa., que tem por objetivo tornar a equoterapia acessível aos beneficiários do SUS. ....	583
Registro da matéria intitulada "Governo Lula põe austeridade fiscal em risco", publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de setembro de 2006. ....	616
<b>LUIZ OTÁVIO</b>	
Projeto de Resolução nº. 54, de 2006, que altera os arts. 15, 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº. 43, de 2001, para permitir a contratação	
de operações de crédito já autorizadas no âmbito desta Resolução, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo; e para estabelecer que a partir de 30 de abril de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito. ....	241
Encaminhamento à votação do Parecer nº. 1.197, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação desta Casa a indicação do Senhor Sérgio Alberto Frazão do Couto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. ....	269
<b>MAGNO MALTA</b>	
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	121
Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. ....	240
<b>MAGUITO VILELA</b>	
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	126
Requerimento nº. 1.143, de 2006, que requer que seja concedida licença para participar da 4ª Sessão da Conferência Interparlamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, a realizar-se em Roma, Itália, no período de 28 a 30 de novembro de 2006. ....	190
<b>MÃO SANTA</b>	
Considerações acerca da corrupção que castiga o País. ....	76
Considerações sobre a reeleição do Presidente Lula e a democracia. ....	76
Homenagem aos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, brilhantes personalidades públicas. Felicitações à cidade de Buenos Aires, capital da	

	Pág.		Pág.
Argentina, por seu vasto atrativo cultural e pela paz exemplar. ....	76	bol pela brilhante participação da Seleção Feminina no Campeonato Mundial, realizado no Japão entre 30 de outubro e 11 novembro de 2006, quando conquistou a medalha de prata. ....	318
Cobrança das promessas feitas pelo Governo Federal ao Estado do Piauí. ....	76	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. ....	380
Registro de matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , a respeito do número de mortes de jovens no Brasil. Críticas à falta de segurança nas cidades brasileiras. ....	76	Registro de comparecimento ao Fórum Interparlamentar das Américas, em Bogotá, na Colômbia, onde foram tratadas as questões relativas ao combate às drogas, integração e comércio, e redução da pobreza. ....	380
Considerações acerca das precárias condições do setor de saúde no Brasil com inúmeros casos de doenças, antes dizimadas, que voltaram em situações epidêmicas, como a malária e a dengue. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	87	Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	380
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	111	Protesto contra prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impedem o crescimento econômico, frente à imobilização do Governo Federal. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	566
Comentários acerca do movimento de paralisação dos médicos residentes no País, e apelo para aprovação do projeto que aumenta em 30% o salário desses profissionais, em trâmite na Câmara dos Deputados. ....	265	Comemoração do Dia de Ação de Graças. ....	589
Reflexões sobre a greve dos médicos-residentes e a crise por que passa o setor de saúde no País. ....	384		
Comentários acerca da falta de segurança no País. ....	384	<b>MARCO MACIEL</b>	
Protestos contra o atraso no julgamento de processos nos tribunais do País. Aparte ao Senador Almeida Lima. ....	412	Parecer nº. 1.205, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 416, de 2006 (nº. 1.426/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002. ....	46
Comentário da reunião ocorrida no dia 21 de novembro de 2006, com um grupo de senadores eleitos do PMDB. ....	416	Requerimento nº. 1.134, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Mato Grosso do Sul, pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido em 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande-MS. ....	109
Preocupação com o cerceamento à liberdade de imprensa pelo Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	596	Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	115
Comentário sobre as declarações do Presidente Lula de que só quer oposição a partir de 2010. ....	605	Comentário sobre a posição do Brasil na Convenção do Clima, da ONU, realizada em Nairobi, no Quênia. ....	402
Críticas aos programas assistencialistas do Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	612		
Comentários sobre os resultados de uma pesquisa de credibilidade mostrando que apenas cinco de cada cem brasileiros acreditam nos políticos. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	643	<b>MARCOS GUERRA</b>	
		Parecer nº. 1.219, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 236, de 2006, que institui o dia 18 de agosto como o "Dia Nacional do Campo Limpo". ....	531
<b>MARCELO CRIVELLA</b>			
Requerimento nº. 1.162, de 2006, que requer voto de aplauso à Confederação Brasileira de Volei-			



	Pág.		Pág.
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>			<b>XI</b>
Defesa da implantação do Orçamento Impositivo como medida para se combater a corrupção no País. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	75	Cumprimentos ao Senador Valter Pereira pela posse no Senado Federal. Aparte ao Senador Valter Pereira. ....	240
Considerações acerca da violência que atinge a população jovem do País. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	80	Requerimento nº. 1.152, de 2006, que requer a retirada em definitivo do Projeto de Lei do Senado nº. 175, de 2001, de autoria de S. Exa., incluído na Ordem do Dia de 10 de outubro de 2006. ....	272
Comentários referentes ao aumento dos casos de malária no Estado de Roraima, especialmente entre os Yanomami. ....	86	Manifestação sobre a morte anunciada das cooperativas elétricas da região Nordeste, e destaque para a necessidade de que seja feita uma redução nas tarifas que pesam sobre elas. ....	387
Homenagem ao Senador Ramez Tebet. ....	86	Importância da isenção com que deve ser entendido o resultado do segundo turno das eleições 2006, que consagrou o Presidente Lula para mais um mandato. ....	570
Realização, em Curitiba, do décimo nono Congresso Nacional de Magistrados. ....	86	Defesa das parcerias público-privadas como forma de estímulo aos investimentos em infra-estrutura. ....	570
Comentários acerca das matérias publicadas na imprensa com denúncias a respeito das ONGs brasileiras. ....	196	Comentário sobre dados do IBGE e do Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano/2005. ....	570
Proposta de criação da CPI das ONGs. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	214	<b>OSMAR DIAS</b>	
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	216	Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2006, que concede isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas. ....	166
Comentários acerca das sucessivas denúncias apresentadas pela imprensa a respeito da relação da Petrobrás com ONGs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	217	Considerações a respeito das quatro metas estabelecidas pela ONU para este milênio, que envolvem a biotecnologia, além da importância da sintonia do Governo Federal e do Governo do Paraná com essas metas. ....	219
Leitura da Carta de Curitiba, divulgada durante o XIX Congresso Brasileiro de Magistrados, quando a Justiça de Roraima recebeu premiação por ser a mais forte do Brasil. ....	367	Comentários acerca do Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que "altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.", seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. ....	263
Considerações sobre a questão da atuação das ONGs. Destaque para notícia publicada nos jornais <i>O Globo</i> e <i>Folha de S. Paulo</i> , de que o Governador Cláudio Lembo criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Questionamento sobre projeto enviado do Senado para a Câmara, em junho de 2004, dispondo sobre o registro, fiscalização e controle das ONGs. ....	556	Comentários a respeito de manchetes de diversos jornais, do dia 22 de novembro de 2006, sobre o desconhecimento, por parte do Presidente Lula, da crise que assola a agricultura brasileira. ....	378
<b>NEY SUASSUNA</b>			
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	130		
Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	147		
Alerta para a necessidade de promover melhorias na segurança dos aeroportos brasileiros e das aeronaves em voo. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. ....	234		

	Pág.		Pág.
<b>PAPALÉO PAES</b>			
Registro da matéria intitulada “Um Tiro No Pé Às Portas Da Eleição”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 27 de setembro de 2006. ....	98	ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	132
Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	108	Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	149
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	111	<b>PAULO PAIM</b>	
Abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	148	Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2006, que acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal. ....	48
Importância da independência das agências reguladoras para o País. ....	285	Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº. 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço, o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. ....	49
Registro da matéria intitulada “O fenômeno Alckmin”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 11 de outubro de 2006. ....	285	Reflexão sobre as eleições 2006. ....	64
Registro da matéria intitulada “MST quer greve geral para mudar economia”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de novembro de 2006. ....	509	Homenagem ao Vice-Presidente da República, José Alencar. Homenagem à memória do historiador Décio de Freitas. ....	64
Registro da matéria intitulada “PF ouvirá suspeita de adquirir celular ‘frio’ para ex-petista”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de novembro de 2006. ....	635	Registro da viagem de S. Exa. ao Estado do Rio Grande do Sul no período das eleições 2006, e a calorosa recepção do povo rio-grandense. ....	64
<b>PATRÍCIA SABOYA GOMES</b>		Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	125
Projeto de Lei do Senado nº. 311, de 2006, que altera a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, para conferir à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução. ....	184	Requerimento nº. 1.154, de 2006, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº. 487/2003, de autoria de S. Exa., do Projeto de Lei do Senado nº. 108, de 2005, de forma a retomar sua tramitação autônoma. ....	284
Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ....	420	Voto de louvor a Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a este símbolo da luta contra a escravidão. Homenagem pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2006. ....	302
Registro do centenário de morte do escritor cearense Domingos Olímpio. Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. ....	510	Apelo para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do PL nº. 73, na Câmara dos Deputados. Considerações acerca do racismo existente no Brasil, especialmente no que se refere à desigualdade racial na educação. ....	302
<b>PAULO OCTÁVIO</b>		Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. ....	302
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet,		Requerimento nº. 1.158, de 2006, que requer voto de louvor à Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a esse símbolo da luta contra a escravidão. ....	302

Pág.	Pág.
Requerimento nº. 1.160, de 2006, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº. 116, de 2006, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 65, de 2005, por tratarem sobre a mesma matéria. ....	317
Registro da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. ....	381
Encaminhamento à Mesa do estudo feito por S.Exa. sobre o preconceito contra o idoso, as crianças de rua, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, as mulheres, e outras pessoas discriminadas pela cor, etnia, raça, procedência e origem. ....	572
Questionamentos sobre o reajuste do salário mínimo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	578
<b>PEDRO SIMON</b>	
Considerações acerca da importância da atuação parlamentar do Senador Ramez Tebet. ....	81
Requerimento nº. 1.136, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Ministro, ex-Senador e ex-Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet. ....	109
<b>ROBERTO CAVALCANTI</b>	
Reflexão sobre a insegurança no tráfego aéreo brasileiro. ....	232
Considerações sobre a gestão e aplicação dos recursos originários do FGTS. ....	364
Comentários sobre a falência das cooperativas elétricas da região Nordeste, e destaque para a necessidade de que seja feita uma redução nas tarifas que pesam sobre elas. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	387
Projeto de Lei do Senado nº. 315, de 2006, que altera a Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a exigir que os ciclistas e demais usuários de veículos não-motorizados só possam circular nas vias utilizando capacete e demais itens de segurança. ....	518
Comentários sobre dados do IBGE que demonstram que o Estado da Paraíba ficou em último lugar no ranking do crescimento econômico entre os estados brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	572
<b>ROBERTO SATURNINO</b>	
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. ....	246
Parecer nº. 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº. 592, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita nos termos regimentais, seja apresentado voto instando o governo dos EUA e o Congresso norte-americano a reverem as anunciadas medidas draconianas contra imigrantes, que incluem a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares na fronteira e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão, típicas de guerra, para deter o fluxo migratório. ...	339
Requerimento nº. 1.163, de 2006, que solicita que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança. ....	340
<b>RODOLPHO TOURINHO</b>	
Parecer nº. 1.202, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2006 (nº. 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos. ....	43
<b>ROMERO JUCÁ</b>	
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	128
Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em co-	

	Pág.		Pág.
missão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. ....	247	ROMEU TUMA	
Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	249	Parecer nº. 1.203, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 414, de 2006 (nº. 1.393/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003. ....	44
Comentários acerca do Parecer nº. 1.206, de 2006 - PLEN, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 262, de 2006, que altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino. ....	249	Requerimento nº. 1.151, de 2006, que requer o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 65, de 2005, para reexame da Comissão de Assuntos Sociais. ....	271
Requerimento nº. 1.147, de 2006, que requer adiamento da discussão para determinado dia. ...	262	Parecer nº. 1.216, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 103, de 2006 (nº. 1.410/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro (a). ....	520
Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. ....	263	SÉRGIO CABRAL	
Comentários acerca do Requerimento nº. 1.149, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº. 31, de 2004, que “altera a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.”, seja reexaminado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. ....	264	Discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 85, de 2005 (nº. 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. ....	247
Importância do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o apoio dado ao exportador brasileiro. ....	297	SÉRGIO GUERRA	
Felicitações ao Ministro Luiz Fernando Furlan, devido à dedicação e competência com que tem conduzido o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. ....	297	Considerações às denúncias feitas ao Presidente da Petrobrás de se utilizar de recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. ....	423
Manifestação sobre a posição pessoal de S.Exa. e do Presidente Lula, em defesa da ampliação do programa Bolsa Família. ....	350	Registro do editorial intitulado “Nova ‘bondade’ eleitoral de Lula”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2006. ....	632
Registro do número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família no Estado de Roraima. ....	350	SÉRGIO ZAMBIASI	
Satisfação com a disposição do Presidente Lula pela coalizão partidária em seu segundo mandato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	363	Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2006, que altera a Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar a obrigatoriedade de os partidos políticos informarem à Justiça Eleitoral, no ato de registro dos candidatos a postos do Poder Executivo, o respectivo programa de governo. ....	165
Proposta de acordo para que haja votação das matérias mais importantes. ....	404		
Registro do recebimento do Relatório de Atividades da Empresa Furnas Centrais Elétricas, referente ao ano de 2005, no qual se patenteiam os bons resultados de uma gestão responsável e eficiente. ....	636		



Pág.	Pág.
<p>Projeto de Lei do Senado nº. 313, de 2006, que altera o § 9º do art. 28 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social. ....</p>	323
<p>Proposta de Emenda à Constituição nº. 49, de 2006, que dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. ....</p>	536
<b>SERYS SLHESSARENKO</b>	
<p>Considerações acerca do potencial turístico do Estado de Mato Grosso. Registro da disponibilização, via internet, da programação da Rádio Comunitária Educativa CPA FM 105,9 de Cuiabá-MT. ....</p>	54
<p>Registro das ações do Governo Federal para promover o turismo no País. ....</p>	54
<p>Considerações sobre a visita do Presidente Lula ao Estado do Mato Grosso, no dia 21 de novembro de 2006, onde participou de diversos eventos de inauguração. Leitura de carta enviada pelos reitores das universidades públicas e privadas do Mato Grosso, ao Governador do Estado, sobre a extinção da Fapemat. ....</p>	547
<p>Registro da inauguração da Usina de Biodiesel Barralcool, no município de Barra do Bugres-MT, primeira empresa do mundo a produzir biodiesel, açúcar e álcool de forma integrada. ....</p>	547
<b>SIBÁ MACHADO</b>	
<p>Requerimento nº. 1.161, de 2006, que requer o sobrestamento do PLS nº. 65, de 2005, em virtude da tramitação na Câmara dos Deputados do PL nº. 7.200, de 2006, que dispõe sobre a Reforma Universitária e trata do acesso aos cursos de graduação e de outros temas correlatos àquele PLS. ....</p>	317
<p>Considerações a respeito dos investimentos em biodiesel feitos pelo Governo Federal. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. ....</p>	550
<p>Considerações à atitude do Governador Cláudio Lembo, que criou um cadastro para as ONGs que trabalham para o Estado. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p>	558
<p>Comentários acerca das acusações de prejuízos causados ao Brasil por ONGs de capital estrangeiro, que impediriam o crescimento econômico do País. Aparte ao Senador João Batista Motta. ..</p>	567
<p>Explicações sobre o episódio referido pelo Senador Heráclito Fortes e o pronunciamento do Senador João Batista Motta, do dia 23 de novembro de 2006, acerca do anúncio da prisão, pela Polícia Federal, de Deputado Federal eleito pelo PT. ....</p>	568
<p>Manifestação a favor de que o PT tome uma providência imediata em relação aos suspeitos de corrupção. ....</p>	569
<b>TASSO JEREISSATI</b>	
<p>Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. ....</p>	175
<p>Protesto contra atitudes tomadas pelo Presidente da Petrobrás, que usou recursos públicos para promover entidades ligadas ao PT. ....</p>	419
<b>TIÃO VIANA</b>	
<p>Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, que altera o inciso c e revoga o inciso d do art. 2º da Lei nº. 2.784, de 18 de junho de 1913, visando alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich "menos cinco horas" para o fuso Greenwich "menos quatro horas". ....</p>	164
<p>Requerimento nº. 1.140, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia informações sobre alteração de fusos horários dos Estados da parte ocidental do Brasil para avaliar o impacto sobre o sistema elétrico do País e, particularmente, sobre possível economia de energia. ....</p>	189
<p>Comentários acerca do movimento de paralisação dos médicos residentes no País, e apelo para aprovação do projeto que aumenta em 30% o salário desses profissionais, em trâmite na Câmara dos Deputados. ....</p>	265
<p>Projeto de Decreto Legislativo nº. 436, de 2006, que convoca plebiscito sobre a mudança de fuso horário nos Estados do Acre e do Amazonas. ....</p>	282

	Pág.		Pág.
<b>VALDIR RAUPP</b>			
Propostas de redução da alíquota da CPMF e de correção na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. ....	62	Proposta de Emenda à Constituição nº. 48, de 2006, que altera e acrescenta parágrafos ao art. 195 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. ....	340
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 1.133, de 2006, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento do Senador Ramez Tebet, ocorrido no dia 17 de novembro de 2006, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. ....	125	Requerimento nº. 1.168, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº. 388, de 2005, de autoria de S. Exa. ....	536
Parecer nº. 1.210, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 217, de 2006 (nº. 763/2006) do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). ....	276	<b>VALTER PEREIRA</b>	
Projeto de Resolução nº. 55, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501.250.000,00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). ....	278	Homenagem à memória do Senador Ramez Tebet, falecido no dia 17 de novembro de 2006. ..	239
		Pronunciamento de posse como Senador da República. ....	239
		Expectativas com relação ao mandato de Sua Excelência. ....	239
		<b>WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA</b>	
		Felicitações ao Senador Antonio Carlos Magalhães por entrevista concedida à imprensa, no dia 20 de novembro de 2006, o qual o narrou a sua trajetória política. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	223